ISSN 1677-7042

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

República Federativa do Brasil - Imprensa Nacional

Em circulação desde 1º de outubro de 1862

Ano CXLVIII Nº 120

Brasília - DF, sexta-feira, 24 de junho de 2011

SEÇÃO 1

Sumário

PÁGINA

Presidência da República 1
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento 1
Ministério da Ciência e Tecnologia 2
Ministério da Cultura 4
Ministério da Defesa 5
Ministério da Educação 7
Ministério da Fazenda 18
Ministério da Integração Nacional 59
Ministério da Justiça 60
Ministério da Previdência Social 68
Ministério da Saúde 69
Ministério das Cidades 75
Ministério das Comunicações 75
Ministério das Relações Exteriores 78
Ministério de Minas e Energia 78
Ministério do Desenvolvimento Agrário 94
Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior ... 95
Ministério do Esporte 107
Ministério do Meio Ambiente 107
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão 107
Ministério do Trabalho e Emprego 108
Ministério dos Transportes 110
Conselho Nacional do Ministério Público 123
Ministério Público da União 124
Tribunal de Contas da União 136
Poder Judiciário 157
Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais ... 205

Presidência da República

DESPACHOS DA PRESIDENTA DA REPÚBLICA

MENSAGEM

Nº 217, de 22 de junho de 2011. Encaminhamento ao Supremo Tribunal Federal de informações para instruir o julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4610.

SECRETARIA DE PORTOS

PORTARIA Nº 119, DE 22 DE JUNHO DE 2011

Dispõe sobre o uso do Sistema de Informação Concentrador de Dados Portuários do Projeto Porto Sem Papel para as autorizações de atracação, operação e desatracação de embarcações, no porto organizado do Rio de Janeiro.

O MINISTRO DE ESTADO CHEFE DA SECRETARIA DE PORTOS DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso I da Constituição da República c/c art. 6º, parágrafo único da Lei nº 11.518, de 5 de setembro de 2007, em conformidade aos Acordos de Cooperação celebrados entre a Secretaria de Portos da Presidência da República e a Secretaria da Receita Federal do Brasil; a Agência Nacional de Vigilância Sanitária; o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; o Departamento de Polícia Federal; e o Comando da Marinha do Brasil; e tendo em vista a necessidade de disciplinar o fornecimento das informações para as autorizações de atracação, operação e desatracação de embarcações, pelos armadores e seus representantes, resolve:

Art. 1º Estabelecer que as solicitações de autorização para a atracação, operação e desatracação de embarcações no porto organizado do Rio de Janeiro serão fornecidas, pelos armadores ou seus prepostos, ao Sistema de Informação Concentrador de Dados Portuários do Projeto Porto Sem Papel, doravante denominado "SISTEMA".

Art. 2º As informações referidas no art. 1º serão disponibilizadas automaticamente pelo "SISTEMA" às autoridades portuária, aduaneira, marítima, sanitária, de saúde e de polícia marítima e outras autoridades intervenientes no processo portuário que venham a aderir o uso do "SISTEMA", por meio de Termo de Adesão.

Art. 3º As autoridades referidas no art. 2º deverão utilizar o "SISTEMA" para a realização das ações de fornecimento das anuências para autorização de atracação, operação e desatracação de embarcações, devendo ser obedecido o prazo limite para a migração definitiva dos procedimentos até 15 de agosto de 2011, no porto organizado do Rio de Janeiro.

Art. 4º Os procedimentos para o fornecimento das informações, anuências e contingências estarão disponibilizadas no endereço eletrônico: www.portosempapel.gov.br.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LEÔNIDAS CRISTINO

TABELA DE PREÇOS DE JORNAIS AVULSOS

Páginas	Distrito Federal	Demais Estados
de 02 a 28	R$ 0,30	R$ 1,80
de 32 a 76	R$ 0,50	R$ 2,00
de 80 a 156	R$ 1,10	R$ 2,60
de 160 a 250	R$ 1,50	R$ 3,00
de 254 a 500	R$ 3,00	R$ 4,50

- Acima de 500 páginas = preço de tabela mais excedente de páginas multiplicado por R$ 0,0107

SECRETARIA DE AVIAÇÃO CIVIL
AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL
SUPERINTENDÊNCIA DE SEGURANÇA OPERACIONAL

PORTARIAS DE 22 DE JUNHO DE 2011

O SUPERINTENDENTE DE SEGURANÇA OPERACIONAL, no uso das atribuições que lhe confere o art. 43 do Regimento Interno da Agência Nacional de Aviação Civil, aprovado pela Resolução nº 110, de 15 de setembro de 2009, publicada no Diário Oficial da União do dia 21 de setembro de 2009, resolve:

Nº 1.224 - Autorizar o Funcionamento da RV Escola de Pilotagem de Veículo Ultraleve Autopropulsado Ltda ME, em Viçosa (MG); e

Nº 1.225 - Renovar a homologação do curso de DOV da Eacon - Escola de Aviação Congonhas Ltda., em São Paulo (SP).

O inteiro teor das Portarias acima encontra-se disponível no sítio da ANAC na rede mundial de computadores - endereço http://www.anac.gov.br.

DAVID DA COSTA FARIA NETO

GERÊNCIA-GERAL DE AVIAÇÃO GERAL
GERÊNCIA DE VIGILÂNCIA DE OPERAÇÕES DE AVIAÇÃO GERAL

PORTARIA Nº 1.223, DE 22 DE JUNHO DE 2011

Da suspensão do CHETA e documentos pertinentes

O GERENTE DE VIGILÂNCIA DE OPERAÇÕES DE AVIAÇÃO GERAL, no uso de suas atribuições outorgadas pela Portaria nº 426 de 04 de março de 2011, nos termos dispostos no Regulamento Brasileiro de Aviação Civil - RBAC 119 - Certificação: operadores regulares e não-regulares, e com fundamento na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, que dispõe o Código Brasileiro de Aeronáutica, resolve:

Art. 1º - Suspender o Certificado de Homologação de Empresa de Transporte Aéreo (CHETA) de nº 2004-09-OCD-01-02, emitido para a empresa CRUISER LINHAS AÉREAS, datado de 13 de novembro de 2006, em função do não cumprimento dos requisitos da certificação inicial. A suspensão do Certificado está baseada no Parágrafo 9.2.1 da IS 119-001B.

JOÃO LUÍS BARBOSA CARVALHO

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

SECRETARIA EXECUTIVA
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº 76, DE 21 DE JUNHO DE 2011

O SUBSECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, no uso da competência que lhe foi subdelegada pela Portaria SE/MAPA nº 19, de 3 de março de 2011, publicada no DOU, de 4 de março de 2011, e em conformidade com o disposto no inciso II do art. 55 da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010, resolve:

Art. 1º Promover, na forma do Anexo a esta Portaria, a modificação das modalidades de aplicação das ações orçamentárias do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Parágrafo único. As justificativas exigidas para atender à necessidade de execução constam do Processo MAPA/CSG/DCA 21000.005927/2011-77.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FERNANDO MENDES GARCIA NETO

ANEXO

R$ 1,00

CÓDIGO	FONTE	REDUÇÃO		ACRÉSCIMO	
		MOD.	VALOR	MOD.	VALOR
22101.20.605.6003.7H17.0026	0100	4499	4.143.750	4440	4.143.750
22101.20.605.6003.7H17.1470	0100	4430	156.000	4440	156.000
22101.20.605.6003.7H17.1472	0100	4430	156.000	4440	156.000
TOTAL			4.455.750		4.455.750

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO NO ESTADO DE MINAS GERAIS

RETIFICAÇÃO

Na Portaria nº 04 de 19 de maio de 2011, publicada no DOU nº 111, pagina 16, Seção 1, de 10 de junho de 2011, referente a alteração do Certificado de Credenciamento da empresa Nikkey Controle de Pragas e Serviços Técnicos Ltda, onde se lê: "Alterar o Certificado de Credenciamento da Empresa Nikkey Controle de Pragas e Serviços Técnicos Ltda, registro número BR MG 301, CNPJ 01.811.362/0003-97, Inscrição estadual 0673492170004, devido a alteração de endereço para Rua França nº 065, Bairro Jardim Casa, Betim/MG, na qualidade de prestadora de serviços de tratamentos fitossanitários com fins quarentenários, no transito de vegetais e suas partes, nas modalidades de tratamentos Fumigação em Contêineres BrMe (FEC); Fumigação em Silos Herméticos-Silos Pulmão (FSH); Fumigação em Câmaras de Lonas BrMe (FCL); Tratamento Térmico (HT)"; leia-se: Alterar o Certificado de Credenciamento da Empresa Nikkey Controle de Pragas e Serviços Técnicos Ltda, registro número BR MG 301, CNPJ 01.811.362/0003-97, Inscrição estadual 0673492170004, devido a alteração de endereço para Rua da França nº 065, Bairro Jardim Casa Branca, Betim/MG, na qualidade de prestadora de serviços de tratamentos fitossanitários com fins quarentenários, no trânsito internacional de vegetais seus produtos, subprodutos, subprodutos e embalagens de madeira, nas modalidades de tratamentos Fumigação em Contêineres-BrMe (FEC); Fumigação em Silos Herméticos-Silos Pulmão (FSH); Fumigação em Câmaras de Lonas-BrMe (FCL); Tratamento Térmico (HT).

Ministério da Ciência e Tecnologia

COMISSÃO TÉCNICA NACIONAL DE BIOSSEGURANÇA

EXTRATO DE PARECER TÉCNICO Nº 2.955/2011

O Presidente da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 14, inciso XIX, da Lei 11.105/05 e do Art. 5º, inciso XIX do Decreto 5.591/05, torna público que na 143ª Reunião Ordinária, ocorrida em 16 de junho de 2011, a CTNBio apreciou e emitiu parecer técnico para o seguinte processo:

Processo nº: 01200.003895/2010-21

Requerente: Du Pont do Brasil S.A. - Divisão Pioneer Sementes

CNPJ: 61.064.929/0043-28

Endereço: SGAS 902, Lt. 74, Conjunto B, Bloco A, Salas 221 a 224 - Ed. Athenas - Asa Sul - CEP 70390-020 - Brasília/DF

Assunto: Liberação comercial de OGM

Extrato Prévio: 2537/2010, publicado em 24/09/10

Decisão: DEFERIDO

A CTNBio, após apreciação do pedido de parecer para liberação comercial de milho TC1507 x MON810 x NK603, que confere resistência a insetos e tolerância a herbicidas, bem como todas as progênies dele provenientes, concluiu pelo DEFERIMENTO, nos termos deste parecer técnico.

A Du Pont do Brasil S.A. - Divisão Pioneer Sementes, detentora do Certificado de Qualidade em Biossegurança - CQB 013/97, solicitou à CTNBio parecer sobre a biossegurança do milho TC1507 x MON810 x NK603 resultante do cruzamento, através do melhoramento genético clássico, dos eventos de milho geneticamente modificados para resistência ao ataque de insetos e tolerância a herbicidas TC1507, MON 810 e NK603, para efeito de cultivo, consumo animal e humano, manipulação, transporte, descarte, importação e exportação, bem como quaisquer outras atividades relacionadas a esse milho e progênies dele derivadas. O evento obtido por piramidação gênica (piramidado) TC1507 x MON810 x NK603 herdou do parental TC1507 os genes cry1F e pat, do parental MON 810 o gene cry1Ab e do parental NK603 o gene cp4 epsps. A estabilidade dos insertos em cruzamentos contendo estes três eventos foi confirmada por meio de análises de Southern blot. O gene cry1F foi isolado de Bacillus thuringiensis var. aizawai e o gene cry1Ab de Bacillus thuringiensis subsp. kurstaki, e as proteínas codificadas por eles, respectivamente Cry1F e Cr1Ab, conferem às plantas proteção contra o ataque de determinados insetos da ordem Lepidóptera considerados pragas do milho. A ação destas proteínas é mediada por receptores específicos localizados nas células intestinais de insetos susceptíveis (mamíferos, peixes, aves e outros insetos não-alvo são desprovidos destes receptores). O gene pat, herdado do parental TC1507, foi isolado de Streptomyces viridochromogenes cepa Tu494 e codifica a enzima fosfinotricina N-acetiltransferase (PAT), capaz de inativar quimicamente herbicidas derivados da fosfinotricina, como o glufosinato de amônio, tornando resistentes as células e os vegetais que as contêm. A proteína CP4 EPSPS (CP4-5-enolpiruvilchiquimato-3-fosfato sintase), codificada pelo gene cp4 epsps (isolado de Agrobacterium tumefaciens cepa CP4), confere tolerância ao herbicida glifosato. A ação do glifosato se deve à sua capacidade de bloquear a atividade da enzima alvo EPSPS, interrompendo assim a via biossintética de aminoácidos aromáticos, essencial para plantas e microorganismos. A enzima CP4 EPSPS, expressa na planta geneticamente modificada, possui baixa afinidade pelo glifosato, de forma que nestas plantas o desenvolvimento permanece normal mesmo na presença do herbicida. Cada um dos parentais de milho geneticamente modificado TC1507, MON810 e NK603 utilizados na obtenção do piramidado foram avaliados anteriormente isoladamente ou em combinações pela CTNBio, tendo sido considerados seguros para saúde humana e animal e ao meio ambiente. Os níveis de expressão das proteínas Cry1F, Cry1Ab, PAT e CP4 EPSPS foram avaliados em amostras de pólen, folhas, caule, raiz e grãos, de milho piramidado TC1507 x MON810 x NK603, não tendo sido observadas diferenças significativas entre os valores observados em comparação aos eventos individuais. A avaliação dos sintomas de injúria de herbicidas no evento de milho piramidado mostrou que este apresenta comportamento similar aos eventos individuais TC1507 e NK603 nos tratamentos com os herbicidas recomendados para cada um deles (glufosinato de amônio e glifosato, respectivamente) e que na exposição à mistura dos ingredientes ativos, sua tolerância é significativamente maior quando comparado ao controle convencional. A eficiência de controle de pragas-alvo foi avaliada através da observação do consumo de tecido de discos foliares por larvas neonatas de EBC (Broca Européia do Colmo - Ostrinia nubilalis), tendo os resultados demonstrado não haver diferença estatística significativa entre os eventos isolados TC1507 e MON810 e a combinação de eventos TC1507 x MON810 x NK603. A análise de composição de grãos e forragem também demonstrou não haver diferença significativa entre o milho piramidado TC1507 x MON810 x NK603 e o controle convencional. Em conjunto, os resultados mostram não haver qualquer efeito não esperado advindo de interações não previstas quando da combinação, por cruzamento convencional, dos três eventos TC1507, MON810 e NK603. Diante do exposto conclui-se que o cultivo e o consumo de milho TC1507 x MON810 x NK603 não é potencialmente causador de significativa degradação do meio ambiente, ou de riscos à saúde humana e animal. Por esta razão, não há restrições ao uso deste milho ou de seus derivados. A CTNBio determina que o monitoramento pós-liberação comercial deve ser realizado em lavouras comerciais e não em experimentais. As áreas escolhidas para serem monitoradas não devem ser isoladas das demais, possuir bordaduras ou qualquer situação que seja fora do padrão comercial. O monitoramento deve ser realizado em modelo comparativo entre o sistema convencional de cultivo e o sistema de cultivo do OGM, sendo a coleta de dados realizada por amostragem. O monitoramento deverá ser conduzido em biomas representativos das principais áreas de cultura do OGM e, sempre que possível, contemplar os diferentes tipos de produtores. O monitoramento deve ser realizado pelo período mínimo de 5 anos. Nos relatórios apresentados deverão ser detalhadas as informações sobre todas as atividades realizadas no pré-plantio e plantio, sobre sua execução, com relato das atividades conduzidas nas áreas de monitoramento durante o ciclo da cultura, sobre as atividades de colheita e das condições climáticas. Deverá haver o acompanhamento de eventuais agravos à saúde humana e animal por meio dos sistemas oficiais de notificação de efeitos adversos, como por exemplo, o SINEPS (Sistema de Notificação de Eventos Adversos relacionados a Produtos de Saúde) regulamentado pela ANVISA. Os métodos analíticos, resultados obtidos e suas interpretações devem ser desenvolvidos em conformidade com princípios de independência e transparência, ressalvados aspectos de sigilo comercial previamente justificados e definidos como tal. No que diz respeito aos genes cp4 epsps e pat, que conferem resistência aos herbicidas, deverão ser monitorados: o estado nutricional e sanidade das plantas GM; os atributos químicos e físicos do solo relacionados à fertilidade e outras características pedológicas básicas; a diversidade microbiana do solo; o banco de diásporos do solo; a comunidade de plantas invasoras; o desenvolvimento de resistência a herbicida em plantas invasoras; os resíduos do herbicida no solo, nos grãos e na parte aérea e o fluxo gênico dos dois genes inseridos. No que diz respeito aos genes cry1Ab e cry1F, que conferem resistência aos insetos, deverão ser monitorados: o impacto sobre insetos alvo e sobre insetos não-alvo; o impacto sobre invertebrados de solo indicadores, não pertencentes à Classe Insecta; os resíduos das proteínas inseticidas na matéria orgânica em decomposição, no solo e em cursos de água próximos a área de monitoramento; o desenvolvimento de resistência entre os insetos alvo e o fluxo gênico dos dois genes inseridos.

No âmbito das competências que lhe são atribuídas pelo art. 14 da Lei11.105/05, a CTNBio considerou que o pedido atende às normas e legislação vigentes que visam garantir a biossegurança do meio ambiente, agricultura, saúde humana e animal e concluiu que o milho piramidado TC1507 x MON810 x NK603 é substancialmente equivalente ao milho convencional, sendo seu consumo seguro para a saúde humana e animal. No tocante ao meio ambiente, concluiu a CTNBio que o cultivo do milho TC1507 x MON810 x NK603 não é potencialmente causador de significativa degradação do meio ambiente, guardando com a biota relação idêntica ao milho convencional. Com base em justificativas técnicas e científicas a CTNBio reserva-se o direito de rever este Parecer a qualquer momento.

A CTNBio esclarece que este extrato não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no país, aplicáveis ao objeto do requerimento.

A íntegra deste Parecer Técnico consta do processo arquivado na CTNBio. Informações complementares ou solicitações de maiores informações sobre o processo acima listado deverão ser encaminhados por escrito à Secretaria Executiva da CTNBio (http://www.ctnbio.gov.br/index.php/content/view/16255.html).

EDILSON PAIVA

EXTRATO DE PARECER TÉCNICO Nº 2.956/2011

O Presidente da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, no uso de suas atribuições e de acordo com o Artigo 14, inciso XIX, da Lei 11.105/05 e do Art. 5º, inciso XIX do Decreto 5.591/05, torna público que na 143ª Reunião Ordinária, ocorrida em 16 de junho de 2011, a CTNBio apreciou e emitiu parecer técnico para o seguinte processo:

Processo nº: 01200.003606/2010-93

Requerente: Monsanto do Brasil Ltda

CNPJ: 64.858.525/0001-45

Endereço: Av. Nações Unidas, 12901, Torre Norte, 7º 8º e 9º Andares, 04578-910, São Paulo, SP

Assunto: Liberação comercial de algodão geneticamente modificado MON 88913

Extrato Prévio: 2518/2010, publicado em 03/09/10

Decisão: DEFERIDO

A CTNBio, após apreciação do pedido de parecer para a liberação comercial de algodão geneticamente modificado tolerante ao glifosato MON 88913, bem como de quaisquer progênies dele derivados, concluiu pelo seu DEFERIMENTO nos termos deste parecer técnico.

A Monsanto do Brasil Ltda, detentora do Certificado de Qualidade em Biossegurança - CQB 03/97 solicitou à CTNBio parecer sobre a biossegurança do algodão geneticamente modificado tolerante ao glifosato MON 88913 para efeito de sua liberação no meio ambiente, seu uso comercial e quaisquer outras atividades relacionadas a esse OGM e quaisquer progênies dele derivados.

O algodão MON 88913 foi desenvolvido a partir da transformação genética de hipocótilo de algodão mediada por Agrobacterium tumefaciens. Utilizou-se o plasmídeo binário PV-GHGT35 que contém dois cassetes de expressão do gene cp4 epsps ligados em série. A caracterização molecular mostrou que algodão MON 88913 contém uma cópia do inserto único de DNA do plasmídeo PV-GHGT35 intacto e integrado em um único loco no genoma do algodão, com os dois cassetes de expressão do gene cp4 epsps intactos e com todos os elementos genéticos também intactos. Nenhum elemento adicional resultante da transformação com o plasmídeo PV-GHGT35, ligado ou não ao inserto foi detectado. A estabilidade do inserto de DNA nas gerações subseqüentes foi demonstrada por Southern blot. Dados de segregação fenotípica confirmaram que a inserção está presente em um único locus e a característica de tolerância ao glifosato se comporta como um único locus dominante, com o padrão de segregação mendeliano. O produto da expressão do gene cp4 epsps no genoma do algodão é a proteína CP4 EPSPS. A caracterização detalhada da proteína CP4 EPSPS produzida no algodão MON 88913 e E. coli incluíram estudos sobre identidade e função, equivalência, imunorreatividade, peso molecular e pureza. Os níveis de expressão da proteína CP4 EPSPS em vários tecidos do algodão MON 88913 foram avaliados por ELISA em amostras de tecidos vegetais coletados nos Estados Unidos e no Brasil. Os valores dos níveis da CP4 EPSPS encontrados no Brasil ficaram dentro dos intervalos encontrados para os mesmos tecidos nos Estados Unidos. No Brasil, os ensaios de avaliação agronômica não mostraram efeitos pleiotrópicos e epistáticos. Do ponto de vista de avaliação da segurança alimentar do algodão MON 88913 e da proteína CP4 EPSPS nele expressa foram obtidos dados sobre o organismo doador do gene

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
CASA CIVIL
IMPRENSA NACIONAL

DILMA VANA ROUSSEFF
Presidenta da República

GLEISI HELENA HOFFMANN
Ministra de Estado Chefe da Casa Civil

BETO FERREIRA MARTINS VASCONCELOS
Secretário Executivo da Casa Civil

FERNANDO TOLENTINO DE SOUSA VIEIRA
Diretor-Geral da Imprensa Nacional

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO
SEÇÃO 1

Publicação de atos normativos

JORGE LUIZ ALENCAR GUERRA
Coordenador-Geral de
Publicação e Divulgação

ALEXANDRE MIRANDA MACHADO
Coordenador de Editoração e
Divulgação Eletrônica dos Jornais Oficiais

FRANCISCO DAS CHAGAS PINTO
Coordenador de Produção

A Imprensa Nacional não possui representantes autorizados para a comercialização de assinaturas impressas e eletrônicas

http://www.in.gov.br ouvidoria@in.gov.br
SIG, Quadra 6, Lote 800, CEP 70610-460, Brasília - DF
CNPJ: 04196645/0001-00
Fone: 0800 725 6787

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

cp4 epsps, a similaridade da proteína CP4 EPSPS e o potencial de toxicidade e de alergenicidade dessa proteína. A segurança da enzima CP4 EPSPS foi confirmada, a partir da ausência de similaridade com toxinas e alérgenos conhecidos, longo histórico de consumo seguro desta enzima e de proteínas similares a EPSPS provenientes de uma grande variedade de fontes de alimentos, rápida degradação in vitro da CP4 EPSPS e ausência de toxicidade oral aguda em camundongos. A análise de composição química e nutricional do algodão MON 88913 foi realizada com amostras de grãos coletadas no Brasil e nos Estados Unidos. Com base nos dados e informações apresentados, pôde-se verificar que os nutrientes-chave e outros componentes do algodão MON 88913 são equivalentes à composição do algodão convencional e de suas referências comerciais. Do ponto de vista de avaliação da segurança ambiental do algodão MON 88913, características fenotípicas, agronômicas e de interações ecológicas (planta-inseto, planta-patógeno e planta estresse abiótico) foram avaliadas e comparadas ao algodão controle em condições de campo e ensaios de laboratório realizados nos Estados Unidos e no Brasil. O potencial de fluxo gênico do pólen do algodão MON 88913 para outras espécies de algodão sexualmente compatíveis presentes no Brasil foi avaliado. Os dados fenotípicos das avaliações a campo e laboratório do algodão MON 88913, quando comparado ao algodão convencional, permitiram concluir que o algodão MON 88913 não tem potencial em tornar-se planta daninha, em particular, uma planta invasora. Os resultados das avaliações das interações ecológicas do algodão MON 88913, não mostraram diferenças na suscetibilidade a pragas ou estresses ambientais. Com base nos estudos realizados conclui-se que o algodão MON 88913 não possui potencial para causar efeitos adversos aos organismos benéficos, às plantas ou aos organismos não-alvo. O potencial de fluxo gênico do algodão MON 88913 para espécies de algodão sexualmente compatíveis presentes no Brasil é improvável, já que essas espécies de algodão compatíveis se encontram em áreas isoladas no Brasil. Além disso, no Brasil foram estabelecidas zonas de exclusão de plantio de algodão geneticamente modificado com o objetivo de proteger essas espécies do eventual fluxo de pólen oriundo de variedades de algodão geneticamente modificadas. Avaliados em conjunto, os dados de segurança alimentar e ambiental demonstraram que o algodão MON 88913 é considerado tão seguro quanto o algodão convencional para o meio ambiente e para a saúde humana e animal. Por esta razão, não há restrições ao uso do algodão MON 88913 ou de seus derivados. A CTNBio determina que o monitoramento pós-liberação comercial deve ser realizado em lavouras comerciais e não em experimentais. As áreas escolhidas para serem monitoradas não devem ser isoladas das demais, possuir bordaduras ou qualquer situação que seja fora do padrão comercial. O monitoramento deve ser realizado em modelo comparativo entre o sistema convencional de cultivo e o sistema de cultivo do OGM, sendo a coleta de dados realizada por amostragem. O monitoramento deverá ser conduzido em biomas representativos das principais áreas de cultura do OGM e, sempre que possível, contemplar os diferentes tipos de produtores. O monitoramento deve ser realizado pelo período mínimo de 5 anos. Nos relatórios apresentados deverão ser detalhadas as informações sobre todas as atividades realizadas no pré-plantio e plantio, sobre sua execução, com relato das atividades conduzidas nas áreas de monitoramento durante o ciclo da cultura, sobre as atividades de colheita e das condições climáticas. Deverá haver o acompanhamento de eventuais agravos à saúde humana e animal por meio dos sistemas oficiais de notificação de efeitos adversos, como por exemplo, o SINEPS (Sistema de Notificação de Eventos Adversos relacionados a Produtos de Saúde) regulamentado pela ANVISA. Os métodos analíticos, resultados obtidos e suas interpretações devem ser desenvolvidos em conformidade com princípios de independência e transparência, ressalvados aspectos de sigilo comercial previamente justificados e definidos como tal. No que diz respeito ao gene cp4 epsps, que confere resistência ao herbicida glifosato, deverão ser monitorados: o estado nutricional e sanidade das plantas GM, os atributos químicos e físicos do solo relacionados à fertilidade e outras características pedológicas básicas, a diversidade microbiana do solo, o banco de diásporos do solo, a comunidade de plantas invasoras, o desenvolvimento de resistência a herbicida em plantas invasoras, os resíduos do herbicida no solo, nos grãos e na parte aérea e o fluxo gênico do gene inserido.

No âmbito das competências que lhe são atribuídas pelo Art. 14 da Lei 11.105/05, a CTNBio considerou que o pedido atende às normas e legislação vigentes que visam garantir a biossegurança do meio ambiente, agricultura, saúde humana e animal e concluiu que o algodão MON 88913 é substancialmente equivalente ao algodão convencional, sendo seu consumo seguro para a saúde humana e animal. No tocante ao meio ambiente, concluiu a CTNBio que o cultivo do algodão MON 88913 não é potencialmente causador de significativa degradação do meio ambiente, guardando com a biota relação idêntica ao algodão convencional. Com base em justificativas técnicas e científicas a CTNBio reserva-se o direito de rever este Parecer a qualquer momento

A CTNBio esclarece que este extrato não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no país, aplicáveis ao objeto do requerimento.

A íntegra deste Parecer Técnico consta do processo arquivado na CTNBio. Informações complementares ou solicitações de maiores informações sobre o processo acima listado deverão ser encaminhadas por escrito à Secretaria Executiva da CTNBio (http://www.ctnbio.gov.br/index.php/content/view/16255.html).

EDILSON PAIVA

SECRETARIA DE POLÍTICA DE INFORMÁTICA

PORTARIA Nº 1, DE 22 DE JUNHO DE 2011

O SECRETÁRIO DE POLÍTICA DE INFORMÁTICA DO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA, no uso de suas atribuições, tendo em vista a competência que lhe foi delegada pelo art. 1º da Portaria MCT Nº 419, de 17 de junho de 2011, publicada no Diário Oficial da União de 20 de junho de 2011, e considerando o disposto nos arts. 8º, 9º e 10 do Decreto nº 7.243, de 26 de julho de 2010, resolve:

Art. 1º Conceder anuência prévia, nos termos do disposto no art. 8º do Decreto nº 7.243, de 26 de julho de 2010, à importação das matérias-primas e produtos intermediários constantes do Anexo I da relação contida no Processo MCT nº 01200.000467/2011-27, de 28 de fevereiro de 2011, de interesse da empresa Positivo Informática S. A., inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ/MF sob o nº 81.243.735/0001-48, habilitada ao Regime Especial de Aquisição de Computadores para uso Educacional - RECOMPE pela Portaria Interministerial MCT/MDIC Nº 349, de 25 de maio de 2011, destinados exclusivamente à produção do bem Microcomputador portátil, de peso inferior a 3,5 kg, com teclado de no mínimo 70 teclas, e com uma tela de área superior a 140 cm^2 e inferior a 560 cm^2, modelo: Positivo Mobo S7, NCM: 8471.30.12, para atendimento ao Programa Um Computador por Aluno - PROUCA.

Art. 2º Atestar que as matérias-primas e os produtos intermediários constantes do Anexo II da relação contida no Processo MCT nº 01200.000467/2011-27 destinam-se à produção do bem mencionado no art. 1º.

Art. 3º Atestar que os serviços tecnológicos constantes do Anexo III da relação contida no processo MCT nº 01200.000467/2011-27 destinam-se à produção do bem mencionado no art. 1º.

Art. 4º As notas fiscais relativas às operações de venda no mercado interno e da prestação de serviços, referentes aos bens e serviços de que tratam os arts. 2º e 3º, com os benefícios previstos no art. 5º do Decreto nº 7.243, de 2010, deverão fazer expressa referência a esta Portaria e conter a expressão 'Venda efetuada com suspensão da exigência do IPI, da contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS, nos termos do disposto no art. 5º, do Decreto nº 7.243, de 26 de julho de 2010'.

Art. 5º As notas fiscais relativas às operações de venda no mercado interno do bem mencionado no art. 1º, com a fruição do benefício de que trata o art. 7º do Decreto nº 7.243, de 2010, deverão fazer expressa referência a esta Portaria e conter a expressão 'Venda efetuada com isenção de IPI, nos termos do disposto no art. 7º do Decreto nº 7.243, de 26 de julho de 2010'.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

VIRGÍLIO AUGUSTO FERNANDES ALMEIDA

Antecipe o pagamento das matérias e garanta comodidade e o prazo das publicações



O **INCom** agora dispõe de uma opção a mais para pagamento das publicações no Diário Oficial da União: a compra de crédito para publicação.
Semelhante ao conceito “pré-pago”, o novo modelo permite a aquisição antecipada de créditos para utilização em publicações futuras, evitando transtornos na comprovação de pagamento de matérias.
O serviço permite, também, reaproveitar créditos provenientes de matérias pagas à vista e, eventualmente, não publicadas.
A aquisição e o controle dos créditos são totalmente feitos pelo usuário, de forma simples e segura, por meio de uma nova função integrada ao sistema **INCom.**

Imprensa Nacional - Informações oficiais desde 1808

Mais informações, pelo telefone
0800 725 6787.

Ministério da Cultura

GABINETE DA MINISTRA

PORTARIA Nº 57, DE 21 DE JUNHO DE 2011

Determina às Representações Regionais do Ministério da Cultura prestarem apoio logístico e operacional às entidades vinculadas.

O MINISTRO DE ESTADO DA CULTURA, INTERINO, no uso da atribuição que lhe é conferida pelo art. 87 parágrafo único inciso I da Constituição Federal, tendo em vista o disposto nos incisos VI e VII do art. 24 do Anexo I do Decreto nº 6.835, de 30 de abril de 2009, e em conformidade com o inciso I do art. 1º do Decreto nº 6.532, de 5 de agosto de 2008, e

CONSIDERANDO que se encontra em tramitação a formalização de acordo de cooperação entre o Ministério da Cultura e suas Entidades Vinculadas;

CONSIDERANDO que as Entidades Vinculadas não possuem estrutura na maioria dos Estados em que as Representações Regionais atuam;

CONSIDERANDO a necessidade de racionalização dos recursos disponíveis e de otimização das ações empreendidas pelo Ministério da Cultura e por suas Entidades Vinculadas, resolve:

Art. 1º Determinar às Representações Regionais do Ministério da Cultura prestarem apoio logístico e operacional às Entidades Vinculadas ao Ministério da Cultura, observados os limites orçamentários e financeiros vigentes.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

VITOR PAULO ORTIZ BITTENCOURT

SECRETARIA DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA

PORTARIA Nº 344, DE 22 DE JUNHO DE 2011

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 17 de 12 de janeiro de 2010 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 29 de março de 2010, resolve:

Art. 1° - Aprovar projetos culturais, relacionados nos anexos I e II à esta Portaria, para os quais os proponentes ficam autorizados a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista, respectivamente, no § 1º do artigo 18 e no artigo 26 da Lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei n.º 9.874, de 23 de novembro de 1999.

Art. 2° - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HENILTON PARENTE DE MENEZES

ANEXO I

ÁREA: 1 ARTES CÊNICAS - (ART.18, §1º)
11 2674 - REB LIPPE
V+ ASSESSORIA E PRODUÇÕES ARTISTICAS LTDA.
CNPJ/CPF: 12.489.319/0001-01
Processo: 01400.006933/20-11
RJ - Rio de Janeiro
Valor do Apoio R$: 510.090,00
Prazo de Captação: 24/06/2011 a 31/12/2011
Resumo do Projeto:

Montagem com temporada de 2 meses, no Rio de Janeiro, com previsão de 32 apresentações do espetáculo teatral Reb Lippe, do dramaturgo Caio de Andrade. O texto, que apresenta elementos da cultura judaica, aborda questões sobre intolerância, inclusão e tradição. Elenco: Armando Babaioff, Isio Ghelman, Pedro Neschiling, Julia Lund, Othon Bastos e Márcia Overbeck.

11 2790 - MEMÓRIAS DE UMA MANICURE
Bonecas Quadradas Produções Artísticas Ltda.
CNPJ/CPF: 08.586.675/0001-76
Processo: 01400.007243/20-11
RJ - Rio de Janeiro
Valor do Apoio R$: 574.916,00
Prazo de Captação: 24/06/2011 a 31/12/2011
Resumo do Projeto:

O presente projeto visa a montagem e as apresentações da peça Memórias de uma Manicure nas cidades do Rio e de São Paulo, em temporadas de dois meses em cada cidade, a preços populares. Buscando formar novos públicos para o teatro, visa estabelecer uma comunicação direta com a platéia feminina de baixa renda, por meio de espetáculo que trata de maneira inédita do ofício da personagem-tema do espetáculo: o da manicure.

11 1654 - Gaia x Canibais Urbanos
Cooperativa Cultural Brasileira
CNPJ/CPF: 06.292.764/0001-84
Processo: 01400.005279/20-11
SP - São Paulo
Valor do Apoio R$: 171.300,00
Prazo de Captação: 24/06/2011 a 31/12/2011
Resumo do Projeto:

GAIA X CANIBAIS URBANOS é o projeto de montagem de espetáculo inédito do Grupo Pandora de Teatro, sobre a destruição causada pela nossa sociedade ao planeta e o pensamento ecológico nos dias de hoje. Com pesquisa teatral em Antropofagia de Oswald de Andrade e no Teatro Épico de Bertold Brecht. Finalizando com 20 apresentações do espetáculo gratuitas e registros em livro e DVD do processo.

ÁREA: 3 MÚSICA INSTRUMENTAL/ERUDITA - (ART.18, §1º)
11 0182 - Orquestra Sinfônica e Coral Lírico de Minas Gerais - Programação 2011
Instituto Cultural Sérgio Magnani
CNPJ/CPF: 06.922.630/0001-08
Processo: 01400.000317/20-11
MG - Belo Horizonte
Valor do Apoio R$: 2.942.138,50
Prazo de Captação: 24/06/2011 a 31/12/2011
Resumo do Projeto:

Viabilizar a programação artística da Orquestra Sinfônica de Minas Gerais (OSMG) e do Coral Lírico de Minas Gerais (CLMG) em 2011, por meio da realização das séries "Sinfônica no Parque", "Sinfônica no Museu" e "Sinfônica Pops", da OSMG; série "Música Coral", do CLMG; além de programas como o "Concurso Jovens Solistas", Master Classes voltadas ao aperfeiçoamento do CLMG e dois concertos especiais (uma missa e um réquiem) com a Orquestra, Coral e artistas convidados no mesmo palco.

10 11331 - QUARTETO RADAMÉS GNATALLI - CD
Trem Mineiro 2006 Produções Artísticas e Culturais Ltda.
CNPJ/CPF: 07.763.223/0001-50
Processo: 01400.022280/20-10
RJ - Rio de Janeiro
Valor do Apoio R$: 427.200,00
Prazo de Captação: 24/06/2011 a 31/12/2011
Resumo do Projeto:

Reunir e mapear, em uma caixa contendo 3 CDs, a obra de Radamés Gnatalli para a formação de Quarteto de Cordas.

11 0524 - 29ª Schlachtfest
Sociedade Ginástica e Desportiva São Bento
CNPJ/CPF: 86.048.774/0001-08
Processo: 01400.000738/20-11
SC - São Bento do Sul
Valor do Apoio R$: 176.800,00
Prazo de Captação: 24/06/2011 a 31/12/2011
Resumo do Projeto:

Realização da 29ª edição Schlachtfest, evento voltado para a preservação da cultura e tradição dos imigrantes germânicos, com apresentação de grupos folclóricos, orquestras, corais, bandas e fanfarras a ser realizado no no município de São Bento do Sul.

11 3373 - 22 BAUERNFEST PETROPOLIS
KS Eventos
CNPJ/CPF: 01.415.205/0001-09
Processo: 01400.008282/20-11
RJ - Rio de Janeiro
Valor do Apoio R$: 679.454,00
Prazo de Captação: 24/06/2011 a 31/08/2011
Resumo do Projeto:

Durante os dez dias de festa, uma vasta programação com música, danças folclóricas, teatro, festival de cinema, contação de histórias e muito mais garantirão a alegria e a diversão de toda a famíliaNeste clima a cidade se vestirá com as cores germânicas para comemorar as tradições daqueles que ajudaram a construir a Petrópolis Imperial. Serão apresentados diversos espetáculos por dia . QUANTIDADE NA PLANILHA .

11 0812 - A Flauta Mágica
Sociedade Musical Bachiana Brasileira
CNPJ/CPF: 73.665.135/0001-40
Processo: 01400.001719/20-11
RJ - Rio de Janeiro
Valor do Apoio R$: 831.280,00
Prazo de Captação: 24/06/2011 a 31/12/2011
Resumo do Projeto:

Serão realizadas 6 (seis) récitas da ópera "A Flauta Mágica", de W.A. Mozart, com duração aproximada de 180 minutos, no Teatro João Caetano - Rio de Janeiro.

11 2826 - Poemágica
Sergio Correa dos Santos
CNPJ/CPF: 385.573.556-53
Processo: 01400.007439/20-11
MG - Belo Horizonte
Valor do Apoio R$: 338.637,90
Prazo de Captação: 24/06/2011 a 31/12/2011
Resumo do Projeto:

O projeto propõe a gravação, fabricação e distribuição do CD "Poemágica" do compositor Sergio Santos. O repertório será formado pela suite "Poemágica", composição de característica erudita para voz de barítono e orquestra, gravada por uma orquestra de câmara composta por 60 músicos. Esse material foi composto baseado na série de poemas "Poemágica", de Paulo César Pinheiro, musicados e desenvolvidos como suite orquestral por Sergio Santos, gerando 6 peças de aproximadamente 10 minutos cada.

10 12442 - MÚSICA NO INTERIOR
Interarte Produções Artísticas S/C Ltda.
CNPJ/CPF: 54.223.482/0001-78
Processo: 01400.023641/20-10
SP - São Paulo
Valor do Apoio R$: 1.730.500,00
Prazo de Captação: 24/06/2011 a 31/12/2011
Resumo do Projeto:

Pretende-se com o projeto MÚSICA NO INTERIOR a divulgação da música clássica no interior do Estado de São Paulo.

11 2527 - Projeto Música no Museu - Sul/Sudeste VIII
Carpex Empreendimentos e Promoções Ltda.
CNPJ/CPF: 30.019.483/0001-37
Processo: 01400.006729/20-11
RJ - Rio de Janeiro
Valor do Apoio R$: 991.600,00
Prazo de Captação: 24/06/2011 a 31/12/2011
Resumo do Projeto:

Dar sequencia a serie de concertos gratuitos do projeto Musica no Museu Sul/Sudeste já realizada há mais de 13 anos. Dividido em temporadas vinculadas às estações do ano: Concertos de Verão Concertos de Outono, Concertos de Inverno, Concertos de Primavera e Grandes Concertos de Natal,ressaltando-se, mes a mes, temas e naipes na sua programação. As apresentações acontecerão em diversos museus e centros culturais do Sul/Sudeste.

ÁREA: 4 ARTES VISUAIS - (ART. 18)
10 11328 - Colorindo Minha Cidade
Centro Integrado de Estudos e Programas de Desenvolvimento Sustentável
CIEDS
CNPJ/CPF: 02.680.126/0005-03
Processo: 01400.022276/20-10
SP - São Paulo
Valor do Apoio R$: 231.210,35
Prazo de Captação: 24/06/2011 a 31/12/2011
Resumo do Projeto:

O Projeto Colorindo Minha Cidade irá, por meio da arte-educação e da valorização da cultura local, dar a oportunidade para crianças e adolescentes, de 10 a 15 anos, de conhecer a história da arte, história da cultura local e técnicas de artes visuais. Ele contribuirá com a valorização do patrimônio artístico, simbólico e cultural por meio do olhar da criança e do adolescente.

ÁREA : 6 HUMANIDADES : LIVROS DE VALOR ARTÍSTICO, LITERÁRIO OU HUMANÍSTICO (ART. 18)
11 3103 - Autores Nacionais: ler para ver
Instituição Tear
CNPJ/CPF: 31.839.012/0001-38
Processo: 01400.008037/20-11
RJ - Niterói
Valor do Apoio R$: 613.995,43
Prazo de Captação: 24/06/2011 a 31/12/2011
Resumo do Projeto:

"Autores Nacionais: ler para ver" é um projeto que intenciona valorizar a literatura nacional entre os portadores de deficiência visual. O projeto consistirá na produção de caixas de CDs, contendo um 'cd falado' com uma historiografia dos autores selecionados e três audiolivros com as suas principais obras. Esse CD traçará um breve histórico do autor e as influências que este recebeu de sua região natal. A distribuição será feita, gratuitamente, entre os usuários da Audioteca Sal e Luz.

ÁREA: 7 ARTES INTEGRADAS - (ART. 18)
10 11931 - Rubens Gerchman - Restauração do Acervo e Exposição
Instituto Rubens Gerchman
CNPJ/CPF: 12.261.016/0001-37
Processo: 01400.023016/20-10
RJ - Rio de Janeiro
Valor do Apoio R$: 1.876.280,00
Prazo de Captação: 24/06/2011 a 31/12/2011
Resumo do Projeto:

O Projeto Rubens Gerchman Restauração e Exposição do Acervo têm como objetivo principal restaurar, catalogar, organizar e acondicionar parte das grandes obras do artista, de inestimável valor histórico-cultural, visando sua preservação e a democratização do seu acesso ao público. O Projeto viabilizará ainda a confecção de um Catálogo sobre a Exposição e a criação do Website Oficial do Artista.

11 2688 - 8° Festival ChorandoSemParar - Edição Pixinguinha
Fundação de Apoio Institucional ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CNPJ/CPF: 66.991.647/0001-30
Processo: 01400.006950/20-11
SP - São Carlos
Valor do Apoio R$: 539.105,00
Prazo de Captação: 24/06/2011 a 31/12/2011
Resumo do Projeto:

Realizar a 8ª. edição do festival de música instrumental, idealizado pelo Projeto Contribuinte da Cultura, da UFSCar em homenagem ao Choro Brasileiro e gêneros afins, em praça pública, em São Carlos SP. No último dia, o encontro de instrumentistas de renome nacional e internacional e talentos regionais promove 12 horas de revezamento ininterrupto dos artistas convidados. Nos quatro primeiros dias, há workshops e oficinas sobre o tema em questão.

ANEXO II

ÁREA: 3 MÚSICA EM GERAL - (ART. 26)
10 8600 - AS COISAS QUE SONHEI
ASSOCIACAO FOLCLORICA E CUTURAL BUMBA-MEU-BOI DE ORGUET. DE SAO JOSE DE RIBAMAR
CNPJ/CPF: 41.492.372/0001-60
Processo: 01400.017836/20-10

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

MA - São José de Ribamar
Valor do Apoio R$: 873.760,00
Prazo de Captação: 24/06/2011 a 30/11/2011
Resumo do Projeto:
Será Lançado em 31 cidades maranhenses do 1º DVD de Marquinhos Bill, e consequentemente, serão descobertos talentos, através de oficina de dança, nas cidades onde os shows acontecerão.

11 2820 - BRASIL, MÚSICA & FUTEBOL
JOSÉ ANTONIO CORREIA ALEXANDRE - ME
CNPJ/CPF: 09.149.515/0001-22
Processo: 01400.007433/20-11
SP - São Paulo
Valor do Apoio R$: 245.174,00
Prazo de Captação: 24/06/2011 a 31/12/2011
Resumo do Projeto:
Serão realizados 2 dias de shows, onde serão interpretadas as musicas escolhidas por 4 convidados especiais: Xico Sá, Sócrates, Vladir Lemos e Solano Ribeiro.

11 2618 - Inquieto
IN9 AGENCIA DE PUBLICIDADE, MARKETING E ASSESSORIA LTDA
CNPJ/CPF: 10.281.399/0001-80
Processo: 01400.006852/20-11
DF - Brasília
Valor do Apoio R$: 147.410,00
Prazo de Captação: 24/06/2011 a 31/12/2011
Resumo do Projeto:
Projeto concebido para produzir o CD Inquieto, segundo disco do cantor e compositor Cacá Pereira. Serão gravados 13 sambas inéditos, de autoria própria. Encarte fotográfico a 4x4 cores, tiragem de 3.000 exemplares, com democratização da distribuição e acessibilidade voltadas especialmente para os portadores de deficiência visua (lâmina encartada em Braille).

PORTARIA Nº 345, DE 22 DE JUNHO DE 2011

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 17 de 12 de janeiro de 2010 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 29 de março de 2010, resolve:

Art.1° - Aprovar a complementação de Valor em favor dos projetos culturais relacionados nos anexos I e II a esta Portaria, para os quais os proponentes ficam autorizados a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista, respectivamente, no § 1º do Artigo 18 e no Artigo 26 da Lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei n.º 9.874, de 23 de novembro de 1999.

Art.2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HENILTON PARENTE DE MENEZES

ANEXO I

ÁREA : 6 HUMANIDADES : LIVROS DE VALOR ARTÍSTICO, LITERÁRIO OU HUMANÍSTICO (ART. 18)
10 3776 - O Brasil da Pré História - Humanidades/Edição de
Livros
Marca D'agua Produçoes Ltda
CNPJ/CPF: 04.381.159/0001-54
SP - São Paulo
Valor Complementar em R$: 16.500,00

ANEXO II

ÁREA: 5 PATRIMÔNIO CULTURAL - (ART. 26)
09 5022 - Reforma do Anexo do MASP
Museu de Arte de São Paulo Assis Chateaubriand
CNPJ/CPF: 60.664.745/0001-87
SP - São Paulo
Valor Complementar em R$: 2.776.017,00
ÁREA : 6 HUMANIDADES - (ART26)
10 11700 - ROCKFILOSOFIA
R. Godoy Marketing e Cultura Ltda.
CNPJ/CPF: 06.111.093/0001-08
SP - São Paulo
Valor Complementar em R$: 30.000,00

PORTARIA Nº 346, DE 22 DE JUNHO DE 2011

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 17 de 12 de janeiro de 2010 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 29 de março de 2010, resolve:

Art.1°- Prorrogar o prazo de captação de recursos dos projetos culturais, relacionado no anexo à esta Portaria, para o qual os proponentes ficam autorizados a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista, respectivamente, no § 1º do artigo 18 da Lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei n.º 9.874, de 23 de novembro de 1999.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HENILTON PARENTE DE MENEZES

ANEXO

ÁREA: 1 ARTES CÊNICAS - (ART.18, §1º)
10 5498 - Alegres Tardes Eruditas de Domingo
Mais Além Produções Artísticas Ltda
CNPJ/CPF: 04.653.701/0001-80
RS - Porto Alegre
Período de captação: 01/06/2011 a 31/12/2011
ÁREA : 6 HUMANIDADES : LIVROS DE VALOR ARTÍSTICO, LITERÁRIO OU HUMANÍSTICO (ART. 18)
06 7059 - Todo Nazareth - Obras Completas
THEZ Assessoria e Treinamento S/C Ltda.
CNPJ/CPF: 03.561.811/0001-50
SP - São Paulo
Período de captação: 01/06/2011 a 31/12/2011

PORTARIA Nº 347, DE 22 DE JUNHO DE 2011

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 17 de 12 de janeiro de 2010 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 29 de março de 2010, resolve:

Art. 1º - Aprovar a alteração da área e segmento do projeto abaixo relacionado:

PRONAC: 11 2539 -"FESTIVAL FOLCLÓRICO DE PARINTINS 2011 - Boi Caprichoso e Boi Garantido", publicado na portaria N° 0242/11 de 04/05/2011, publicada no D.O.U. em 05/05/2011.

Onde se lê: ÁREA: 5 PATRIMÔNIO CULTURAL - (ART.18, §1º)
SEGMENTO: ARTESAMATO/FOLCLORE
Leia-se : ÁREA: 1 ARTES CÊNICAS - (ART.18, §1º)
SEGMENTO: DANÇA

Art.2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação./

HENILTON PARENTE DE MENEZES

INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS

PORTARIA Nº 196, DE 22 DE JUNHO DE 2011

Institui a Biblioteca Depositária do Centro Nacional de Estudos e Documentação da Museologia da Coordenação Geral de Sistemas de Informação Museal do Instituto Brasileiro de Museus (BD/CENEDOM/CGSIM/IBRAM).

O PRESIDENTE DO INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS (IBRAM), no uso das atribuições que lhe confere o art. 20, inciso IV, do anexo I do Decreto nº 6.485, de 7 de maio de 2009, que aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Instituto Brasileiro de Museus - IBRAM, e dá outras providências; e

CONSIDERANDO, a importância do controle bibliográfico e da preservação de memória institucional do IBRAM;

CONSIDERANDO, a necessidade de organizar a prestação dos serviços públicos pela Biblioteca Depositária (BD), integrante do Centro Nacional de Estudos e Documentação da Museologia da Coordenação Geral de Sistemas de Informação Museal do Instituto Brasileiro de Museus (CENEDOM/CGSIM/IBRAM); resolve

Art. 1º Instituir a Biblioteca Depositária (BD), no âmbito do Centro Nacional de Estudos e Documentação da Museologia da Coordenação Geral de Sistemas de Informação Museal (Cenedom/CGSIM) que será a responsável pela guarda e preservação das publicações oficiais de autoria, co-autoria, em colaboração ou editadas pelo IBRAM, relacionadas à produção de conhecimento museal e na área museológica.

Parágrafo único - As publicações de que tratam este artigo compreendem livros, folhetos, revistas, catálogos, jornais, mapas, reimpressões, edições fac-símiles e outros documentos registrados em qualquer suporte físico, inclusive em meio eletrônico.

Art. 2º Incumbe aos órgãos, setores e museus que integram o IBRAM, na qualidade de autores, co-autores, editores ou produtores, remeter ao CENEDOM/CGSIM 02 (dois) exemplares das publicações realizadas, sendo um destinado para a Biblioteca Depositária (BD) e outro ao acervo geral.

§ 1º A remessa prevista no caput deste artigo deverá ser efetuada no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados da data de início da distribuição;

§ 2º O exemplar destinado à Biblioteca Depositária (BD) ficará disponível apenas para consulta no local, e o exemplar destinado ao acervo geral ficará disponível para empréstimo aos usuários.

Art. 3º A critério do CENEDOM/CGSIM/IBRAM, mediante comunicado, poderá ser solicitado a disponibilização de, no mínimo, 30 (trinta) exemplares das publicações oficiais de autoria, co-autoria, em colaboração ou editadas pelo IBRAM, para atendimento do intercâmbio com outras instituições.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ DO NASCIMENTO JÚNIOR

Ministério da Defesa

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 1.682/MD, DE 22 DE JUNHO DE 2011

O MINISTRO DE ESTADO DA DEFESA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso I do parágrafo único do art. 87 da Constituição, resolve:

Art. 1º Constituir Grupo de Trabalho (GT), no âmbito do Ministério da Defesa, com a finalidade de:

I - analisar as funções e os locais de execução das atividades atribuíveis a militares das Forças Armadas nos serviços de taifeiro ou equivalente; e

II - propor ato normativo, no âmbito da administração central do Ministério da Defesa e dos Comandos das Forças Singulares, fixando critérios e disciplinando as atribuições dos militares de que trata o inciso I deste artigo.

Parágrafo único. O resultado dos trabalhos deverá ser apresentado no prazo de até 60 (sessenta) dias prorrogável mediante justificativa.

Art. 2º O GT será composto por representantes dos seguintes órgãos:

I - Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas;

II - Secretaria de Coordenação e Organização Institucional, que o coordenará;

III - Secretaria de Pessoal, Ensino, Saúde e Desporto; e

IV - Consultoria Jurídica.

Art. 3º O GT será coordenado pelo Diretor do Departamento de Coordenação, Organização e Legislação da Secretaria de Coordenação e Organização Institucional do Ministério da Defesa.

Art. 4º Os representantes do GT, titular e suplente, ocupantes ou no exercício de cargo de Direção e Assessoramento Superior nível DAS 4 ou militar equivalente no posto de Capitão-de-Mar-e-Guerra ou Coronel, serão indicados pelos respectivos órgãos no prazo de até 5 (cinco) dias contado da publicação desta Portaria.

Art. 5º Cabe ao Coordenador do GT estabelecer a metodologia de trabalho, fixar o cronograma de atividades e convidar especialistas para participar dos trabalhos de que trata esta Portaria.

Art. 6º A participação no GT não ensejará qualquer remuneração para os seus integrantes, e os trabalhos nele desenvolvidos serão considerados prestação de relevante serviço público.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

NELSON A. JOBIM

COMANDO DA MARINHA
DIRETORIA-GERAL DE NAVEGAÇÃO
DIRETORIA DE PORTOS E COSTAS

PORTARIA Nº 117/DPC, DE 21 DE JUNHO DE 2011

Altera as Normas da Autoridade Marítima para Embarcações Empregadas na Navegação de Mar Aberto - NORMAM-01/DPC.

O DIRETOR DE PORTOS E COSTAS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Portaria nº 156, do Comandante da Marinha, de 03 de junho de 2004, e de acordo com o contido no artigo 4º da Lei nº 9.537, de 11 de dezembro de 1997 (Lesta), resolve:

Art. 1° Alterar as "Normas da Autoridade Marítima para Embarcações Empregadas na Navegação de Mar Aberto" (NORMAM-01/DPC), aprovada pela Portaria nº 45/DPC, de 11 de maio de 2005, publicada no Diário Oficial da União (DOU) de 27 de junho de 2005; alterada pela Portaria nº 88/DPC, de 25 de outubro de 2005, publicada no DOU de 07 de novembro de 2005 (Mod 1); pela Portaria nº 29/DPC, de 17 de março de 2006, publicada no DOU de 27 de março de 2006 (Mod 2); pela Portaria n° 33/DPC, de 28 de março de 2006, publicada no DOU de 30 de março de 2006 (Mod 3); pela Portaria n° 54/DPC, de 22 de maio de 2006, publicada no DOU de 24 de maio de 2006 (Mod 4); pela Portaria n° 113/DPC, de 30 de novembro de 2006, publicada no DOU de 13 de dezembro de 2006 (Mod 5); pela Portaria n° 8/DPC, de 6 de fevereiro de 2007, publicada no DOU de 9 de fevereiro de 2007 (Mod 6); pela Portaria n° 43/DPC, de 27 de março de 2007, publicada no DOU de 29 de março de 2007 (Mod 7); pela Portaria n° 28/DPC, de 17 de março de 2008, publicada no DOU de 19 de março de 2008 (Mod 8); pela Portaria nº 39/DPC, de 16 de abril de 2008, publicada no DOU de 17 de abril de 2008 (Mod 9); pela Portaria nº 65/DPC, de 02 de junho de 2008, publicada no DOU de 03 de junho de 2008 (Mod 10); pela Portaria nº 111/DPC, de 20 de outubro de 2008, publicada no DOU de 22 de outubro de 2008 (Mod 11); pela Portaria nº 134/DPC, de 08 de dezembro de 2008, publicada no DOU de 10 de dezembro de 2008 (Mod 12); pela Portaria nº 72/DPC, de 9 de julho de 2009, publicada no DOU de 14 de julho de 2009 (Mod 13); pela Portaria nº 84/DPC de 22 de julho de 2009, publicada no DOU de 24 de julho de 2009 (Mod 14); pela Portaria nº 105 de 31 de agosto de 2009, publicada no DOU de 09 de setembro de 2009 (Mod 15); pela Portaria nº 119/DPC, de 18 de setembro de 2009, publicada no DOU de 21 de setembro de 2009 (Mod 16); pela Portaria nº 214/DPC, de 08 de outubro de 2010, publicada no DOU de 20 de outubro de 2010 (Mod 17), pela Portaria nº 279/DPC, de 22 de dezembro de 2010, publicada no DOU de 23 de dezembro de 2010 (Mod 18) e pela Portaria nº 67/DPC, de 6 de abril de 2011, publicada no DOU de 8 de abril de 2011 (Mod 19), conforme abaixo especificado. Esta modificação é denominada Mod 20.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

I - No Capítulo 3 - "CONSTRUÇÃO, ALTERAÇÃO, RECLASSIFICAÇÃO E REGULARIZAÇÃO DE EMBARCAÇÕES":

a) No item 0332 - "HABITABILIDADE":

1. Substituir o título e o texto do item pelo seguinte:

"0332 - HABITABILIDADE E ACESSIBILIDADE

a) Habitabilidade

1) Os requisitos mínimos de habitabilidade para as embarcações com Arqueação Bruta superior a 20 e empregadas na navegação de mar aberto são apresentados no Anexo 3-L, os quais deverão ser atendidos integralmente por todos os barcos que solicitarem a Licença de Construção ou a LCEC após a entrada em vigor destas Normas.

2) Para as embarcações que venha ser solicitada Licença de Alteração, Reclassificação ou LCEC, que acarrete alteração na lotação de passageiros atribuída após 04/05/97 também deverão atender integralmente às especificações constantes do Anexo 3-L, exceto no que se refere aos subitens (2) (b) e (6) (a) do referido anexo.

3) A lotação de passageiros das embarcações existentes com AB > 20 deverá ser reavaliada na primeira Vistoria de Renovação que tenha que realizar, a partir de 04/02/1999, em função dos requisitos de habitabilidade apresentados no Anexo 3-L e/ou dos critérios de estabilidade apresentados no Capítulo 7. Nessa ocasião, deverá ser seguido o procedimento previsto para a concessão de uma Licença de Alteração.

b) Acessibilidade em transporte coletivo aquaviário de passageiros

Em cumprimento à Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, ao Decreto nº 5.296, de 02/12/2004, que regulamenta as Leis nº 10.048, de 8/11/2000 e nº 10.098, de 19/12/20000, e ao Acordo de Cooperação Técnica nº 13, de 10/09/2010, celebrado entre a Marinha do Brasil, o Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (Inmetro), a Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência (SNPD) e a Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade para as pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, as embarcações empregadas no transporte aquaviário coletivo de passageiros deverão atender requisitos específicos de acessibilidade, conforme discriminado a seguir.

Para efeito exclusivo de aplicação dos requisitos de acessibilidade, são adotadas as seguintes definições:

Acessibilidade: Possibilidade e condição de alcance, percepção e entendimento para a utilização, com segurança e autonomia, total ou assistida, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos serviços de transporte e dos dispositivos, sistemas e meios de comunicação e informação, por todas as pessoas, inclusive aquelas com deficiência ou com mobilidade reduzida.

Embarcações existentes: embarcações de passageiros que até 10/09/2011 estejam:

- inscritas ou em processo de inscrição nas CP, DL ou AG; e

- com Licença de Construção, Licença de Construção para Embarcação já Construída, Licença de Alteração ou Licença de Reclassificação já emitidas.

Embarcações novas: embarcações de passageiros com AB maior que 20 que após 10/09/2011:

- venha ser solicitada a inscrição nas CP, DL ou AG; e

- caso ainda não tenha sido solicitada a inscrição, que tenham Licença de Construção, Licença de Construção para Embarcação já Construída, Licença de Alteração ou Licença de Reclassificação emitidas após 10/09/2011.

Embarcações de passageiros: são as empregadas no transporte aquaviário coletivo de passageiros.

Transporte coletivo aquaviário de passageiros: É todo aquele que tenha sido autorizado, concedido ou permitido, por autoridade competente, para a prestação de serviço de transporte de passageiros.

As embarcações de transporte de passageiros empregadas na atividade de transporte coletivo aquaviário de passageiros deverão cumprir os requisitos:

1) as embarcações novas de transporte de passageiros com AB maior que 20 empregadas na atividade de transporte coletivo aquaviário de passageiros deverão ser projetadas e construídas de modo a garantir, de maneira segura e autônoma, o acesso, a permanência e a sua utilização por pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida;

2) as embarcações novas com AB maior que 20 empregadas na atividade de transporte coletivo aquaviário de passageiros deverão atender os requisitos de acessibilidade previstos na ABNT NBR 15450, após a data de 10/09/2011; e

3) as embarcações existentes com AB maior que 50 e empregadas na atividade de transporte coletivo aquaviário de passageiros deverão ser adequadas, de modo a garantir a acessibilidade de maneira segura e autônoma às pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, obedecendo os requisitos previstos no Regulamento Técnico da Qualidade para Inspeção da Adaptação de Acessibilidade em Embarcações Existentes Utilizadas no Transporte Coletivo de Passageiros, aprovado pela Portaria nº 232/2008 e suas alterações, do Inmetro, e os demais regulamentos em vigor. Essas embarcações deverão atender ao regulamento mencionado por ocasião da primeira Vistoria de Renovação do CSN a ser realizada após a data de 31/12/2012.

4) o atendimento à condição de acessibilidade das embarcações empregadas na atividade de transporte coletivo aquaviário de passageiros deverá constar no Certificado de Segurança da Navegação (CSN), conforme o Anexo 8-C.

c) Selo de Identificação da Conformidade

Em cumprimento ao Decreto nº 5.296, de 02/12/2004, para as embarcações empregadas na atividade de transporte coletivo de passageiros, após a obtenção do CSN e com a condição de acessibilidade atendida conforme alínea anterior, deverá ser solicitado o registro da embarcação junto ao Inmetro, de acordo com o estabelecido na Resolução nº 5, de 6/05/2008, do Conselho Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (Conmetro).

O registro ocorrerá por meio de solicitação específica e formal ao Inmetro pelo sistema disponível no sítio http://www.inmetro.gov.br/qualidade/regobjetos.asp. A concessão do registro autoriza o uso do Selo de Identificação da Conformidade do Inmetro, que indica que a embarcação está em conformidade com os requisitos estabelecidos para acessibilidade.

As embarcações sujeitas a essa obrigação, dentro do prazo de dois meses, a partir da data de emissão do CSN, deverão ser registradas junto ao Inmetro. O não cumprimento no prazo previsto configura infração, passível de penalidade, caso constatado em vistorias ou inspeções realizadas na embarcação, por descumprimento do previsto nesta alínea."

II - No Anexo 10-E - CERTIFICADO DE SEGURANÇA DA NAVEGAÇÃO:

a) No texto do certificado:

1. Inserir após a expressão "...NORMAM 01 da Diretoria de Portos e Costas;" o seguinte texto:

"(3) Que a embarcação cumpre os requisitos de acessibilidade para o transporte coletivo aquaviário de passageiros."

2. Na legenda existente no rodapé do certificado inserir o item (3) com o seguinte texto:

"(3) Requisitos de acessibilidade."

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação em DOU.

Vice-Almirante EDUARDO BACELLAR LEAL FERREIRA

PORTARIA Nº 118/DPC, DE 21 DE JUNHO DE 2011

Altera as Normas da Autoridade Marítima para Embarcações Empregadas na Navegação Interior - NORMAM-02/DPC.

O DIRETOR DE PORTOS E COSTAS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Portaria nº 156, do Comandante da Marinha, de 03 de junho de 2004, e de acordo com o contido no artigo 4º da Lei nº 9.537, de 11 de dezembro de 1997 (Lesta), resolve:

Art. 1º Alterar as "Normas da Autoridade Marítima para Embarcações Empregadas na Navegação Interior" (NORMAM-02/DPC), aprovada pela Portaria nº 85/DPC, de 14 de outubro de 2005, publicada no Diário Oficial da União (DOU) de 21 de outubro de 2005; alterada pela Portaria nº 89/DPC, de 04 de setembro de 2006, publicada no DOU de 6 de setembro de 2006 (Mod 1); pela Portaria nº 103/DPC, de 1º de novembro de 2006, publicada no DOU de 8 de novembro de 2006 (Mod 2); pela Portaria nº 114/DPC, de 30 de novembro de 2006, publicada no DOU de 13 de dezembro de 2006 (Mod 3); pela Portaria nº 127/DPC, de 22 de dezembro de 2006, publicada no DOU de 28 de dezembro de 2006 (Mod 4); pela Portaria nº 35/DPC, de 16 de março de 2007, publicada no DOU de 22 de março de 2007 (Mod 5); pela Portaria nº 111/DPC, de 19 de novembro de 2007, publicada no DOU de 20 de novembro de 2007 (Mod 6); pela Portaria nº 115/DPC, de 15 de setembro de 2009, publicada no DOU de 29 de setembro de 2009 (Mod 7); pela Portaria nº 7/DPC, de 19 de janeiro de 2010, publicada no DOU de 25 de janeiro de 2010 (Mod 8); pela Portaria nº 215/DPC, de 08 de outubro de 2010, publicada no DOU de 20 de outubro de 2010 (Mod 9); pela Portaria nº 7/DPC, de 18 de janeiro de 2011, publicada no DOU de 24 de janeiro de 2011 (Mod 10) e pela Portaria nº 66/DPC de 6 de abril de 2011, publicada no DOU de 8 de abril de 2011 (Mod 11), conforme abaixo especificado. Esta modificação é denominada Mod 12.

I - No Capítulo 3 - "CONSTRUÇÃO, ALTERAÇÃO, RECLASSIFICAÇÃO E REGULARIZAÇÃO DE EMBARCAÇÕES":

a) No item 0333 - "HABITABILIDADE":

1. Substituir o título e o texto do item pelo seguinte:

"0333 - HABITABILIDADE E ACESSIBILIDADE

a) Habitabilidade

1) Os requisitos mínimos de habitabilidade para as embarcações com AB maior que 20, empregadas na navegação interior, são apresentados no Anexo 3-M, os quais deverão, também, ser atendidos integralmente por toda embarcação para qual tenha sido solicitada a Licença de Construção a partir de 13/02/1997.

2) As embarcações com AB maior que 20, que seja solicitada Licença de Alteração ou Reclassificação, que acarrete alteração na lotação de passageiros atribuída após 04/05/1997, também deverão atender integralmente às especificações constantes do Anexo 3-M, exceto no que se refere aos subitens 2) b) e 6) a) do referido anexo.

3) A lotação de passageiros das embarcações existentes com AB maior que 20, deverá ser reavaliada na primeira Vistoria de Renovação do CSN que tenha que realizar, a partir de 04/02/1999, em função dos requisitos de habitabilidade apresentados no Anexo 3-M e/ou dos critérios de estabilidade apresentados no Capítulo 6. Nessa ocasião, deverá ser seguido o procedimento previsto para a concessão de uma Licença de Alteração.

b) Acessibilidade em transporte coletivo aquaviário de passageiros

Em cumprimento à Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, ao Decreto nº 5.296, de 02/12/2004, que regulamenta as Leis nº 10.048, de 8/11/2000 e nº 10.098, de 19/12/2000, e ao Acordo de Cooperação Técnica nº 13, de 10/09/2010, celebrado entre a Marinha do Brasil, o Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (Inmetro), a Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência (SNPD) e a Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade para as pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, as embarcações empregadas no transporte aquaviário coletivo de passageiros deverão atender requisitos específicos de acessibilidade, conforme discriminado a seguir.

Para efeito exclusivo de aplicação dos requisitos de acessibilidade, são adotadas as seguintes definições: Acessibilidade: Possibilidade e condição de alcance, percepção e entendimento para a utilização, com segurança e autonomia, total ou assistida, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos serviços de transporte e dos dispositivos, sistemas e meios de comunicação e informação, por todas as pessoas, inclusive aquelas com deficiência ou com mobilidade reduzida.

Embarcações existentes: embarcações de passageiros que até 10/09/2011 estejam:

- inscritas ou em processo de inscrição nas CP, DL ou AG; e

- com Licença de Construção, Licença de Construção para Embarcação já Construída, Licença de Alteração ou Licença de Reclassificação já emitidas.

Embarcações novas: embarcações de passageiros com AB maior que 20 que após 10/09/2011:

- venha ser solicitada a inscrição nas CP, DL ou AG; e

- caso ainda não tenha sido solicitada a inscrição, que tenham Licença de Construção, Licença de Construção para Embarcação já Construída, Licença de Alteração ou Licença de Reclassificação emitidas após 10/09/2011.

Embarcações de passageiros: são as empregadas no transporte aquaviário coletivo de passageiros.

Transporte coletivo aquaviário de passageiros: É todo aquele que tenha sido autorizado, concedido ou permitido, por autoridade competente, para a prestação de serviço de transporte de passageiros.

As embarcações de transporte de passageiros empregadas na atividade de transporte coletivo aquaviário de passageiros deverão cumprir os requisitos:

1) as embarcações novas de transporte de passageiros com AB maior que 20 empregadas na atividade de transporte coletivo aquaviário de passageiros deverão ser projetadas e construídas de modo a garantir, de maneira segura e autônoma, o acesso, a permanência e a sua utilização por pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida;

2) as embarcações novas com AB maior que 20 empregadas na atividade de transporte coletivo aquaviário de passageiros deverão atender os requisitos de acessibilidade previstos na ABNT NBR 15450, após a data de 10/09/2011; e

3) as embarcações existentes com AB maior que 50 e empregadas na atividade de transporte coletivo aquaviário de passageiros deverão ser adequadas, de modo a garantir a acessibilidade de maneira segura e autônoma às pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, obedecendo os requisitos previstos no Regulamento Técnico da Qualidade para Inspeção da Adaptação de Acessibilidade em Embarcações Existentes Utilizadas no Transporte Coletivo de Passageiros, aprovado pela Portaria nº 232/2008 e suas alterações, do Inmetro, e os demais regulamentos em vigor. Essas embarcações deverão atender ao regulamento mencionado por ocasião da primeira Vistoria de Renovação do CSN a ser realizada após a data de 31/12/2012.

4) o atendimento à condição de acessibilidade das embarcações empregadas na atividade de transporte coletivo aquaviário de passageiros deverá constar no Certificado de Segurança da Navegação (CSN), conforme o Anexo 8-C.

c) Selo de Identificação da Conformidade

Em cumprimento ao Decreto nº 5.296, de 02/12/2004, para as embarcações empregadas na atividade de transporte coletivo de passageiros, após a obtenção do CSN e com a condição de acessibilidade atendida conforme alínea anterior, deverá ser solicitado o registro da embarcação junto ao Inmetro, de acordo com o estabelecido na Resolução nº 5, de 6/05/2008, do Conselho Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (Conmetro).

O registro ocorrerá por meio de solicitação específica e formal ao Inmetro pelo sistema disponível no sítio http://www.inmetro.gov.br/qualidade/regobjetos.asp. A concessão do registro autoriza o uso do Selo de Identificação da Conformidade do Inmetro, que indica que a embarcação está em conformidade com os requisitos estabelecidos para acessibilidade.

As embarcações sujeitas a essa obrigação, dentro do prazo de dois meses, a partir da data de emissão do CSN, deverão ser registradas junto ao Inmetro. O não cumprimento no prazo previsto configura infração, passível de penalidade, caso constatado em vistorias ou inspeções realizadas na embarcação, por descumprimento do previsto nesta alínea."

II - No Anexo 8-C - CERTIFICADO DE SEGURANÇA DA NAVEGAÇÃO:

a) No texto do certificado:

1. Inserir após a expressão "...NORMAM 02 da Diretoria de Portos e Costas;" o seguinte texto:

"(3) Que a embarcação cumpre os requisitos de acessibilidade para o transporte coletivo aquaviário de passageiros."

2. Na legenda existente no rodapé do certificado inserir o item (3) com o seguinte texto:

"(3) Requisitos de acessibilidade."

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação em DOU.

Vice-Almirante EDUARDO BACELLAR LEAL FERREIRA

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

PORTARIA Nº 124/DPC, DE 22 DE JUNHO DE 2011

Altera as Normas para o Ensino Profissional Marítimo para Aquaviários (NEPM-Aquaviários), 1ª Revisão.

O DIRETOR DE PORTOS E COSTAS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Portaria nº 156/MB, de 3 de junho de 2004, e de acordo com o contido no art. 14º, da Lei nº 7.573, de 23 de dezembro de 1986, resolve:

Art. 1º Alterar nas Normas para o Ensino Profissional Marítimo para Aquaviários (NEPM-Aquaviários), 1ª Revisão, aprovadas pela Portaria nº 83/DPC, de 8 de agosto de 2007, publicada no DOU nº 157, de 15 de agosto de 2007, o subitem 2.26 do capítulo 2, que passa a ter a seguinte redação:

"2.26 - LOCAL PARA A REALIZAÇÃO DOS ESTÁGIOS

O estágio embarcado relativo aos alunos oriundos dos cursos FONT, FOMQ, ASON/M, ACON/M, ATNO, ATOM, CAAQ-IC, CAAQ-IME, CAAQ-IMM e CAAQ-IIIC deverá ser realizado a bordo de navios de bandeira brasileira classificados para operar em mar aberto, ou em navios de bandeira estrangeira, sempre que não houver vagas suficientes em navios de bandeira nacional. Para os alunos dos cursos EACF, ASMF, CAAQ-IIC e CAAQ-IIM o estágio será em navios que operam na navegação interior (fluvial)."

Art. 2º Esta alteração representa a Modificação nº 7 (MOD.7) às NEPM-Aquaviários, 1ª Revisão.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação em DOU.

Vice-Almirante EDUARDO BACELLAR LEAL FERREIRA

PORTARIA Nº 126/DPC, DE 22 DE JUNHO DE 2011

Cancela definitivamente Certificado de Habilitação de Prático.

O DIRETOR DE PORTOS E COSTAS, no uso da delegação de competência que lhe confere a Portaria nº 156/MB, de 03 de junho de 2004, de acordo com o contido no artigo 4° da Lei nº 9.537, de 11 de dezembro de 1997, resolve:

Art. 1° Cancelar definitivamente o Certificado de Habilitação de Prático da Zona de Praticagem de Fazendinha (AP)/Itacoatiara (AM) - ZP-01 do Sr. MARCÍLIO SILVA, de acordo com o previsto na subalínea 1), da alínea a), do item 0236 (afastamento definitivo por falecimento) das Normas da Autoridade Marítima para o Serviço de Praticagem - NORMAM-12/DPC (Rev.1), aprovadas pela Portaria n° 78/DPC, de 15 de abril de 2011, publicada no Diário Oficial da União, de 18 de abril de 2011.

Art. 2° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação em DOU.

Vice-Almirante EDUARDO BACELLAR LEAL FERREIRA

PORTARIA Nº 127/DPC, DE 22 DE JUNHO DE 2011

Cancela definitivamente Certificado de Habilitação de Prático

O DIRETOR DE PORTOS E COSTAS, no uso da delegação de competência que lhe confere a Portaria nº 156/MB, de 03 de junho de 2004, de acordo com o contido no artigo 4° da Lei nº 9.537, de 11 de dezembro de 1997, resolve:

Art. 1° Cancelar definitivamente o Certificado de Habilitação de Prático da Zona de Praticagem de Fazendinha (AP)/Itacoatiara (AM) - ZP-01 do Sr. ARMANDO DA CONCEIÇÃO MENEZES, de acordo com o previsto na subalínea 1), da alínea a), do item 0236 (afastamento definitivo por falecimento) das Normas da Autoridade Marítima para o Serviço de Praticagem - NORMAM-12/DPC (Rev.1), aprovadas pela Portaria n° 78/DPC, de 15 de abril de 2011, publicada no Diário Oficial da União, de 18 de abril de 2011.

Art. 2° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação em DOU.

Vice-Almirante EDUARDO BACELLAR LEAL FERREIRA

COMISSÃO COORDENADORA DOS ASSUNTOS DA ORGANIZAÇÃO MARÍTIMA INTERNACIONAL SECRETARIA EXECUTIVA

PORTARIA Nº 4/SEC-IMO, DE 16 DE JUNHO DE 2011

Dá publicidade à revisão da consolidação da Convenção Internacional para a Salvaguarda da Vida Humana no Mar (Convenção SOLAS), da Organização Marítima Internacional, acrescida de índice, conforme emendada até 1º de Janeiro de 2011.

O SECRETÁRIO EXECUTIVO DA COMISSÃO COORDENADORA DOS ASSUNTOS DA ORGANIZAÇÃO MARÍTIMA INTERNACIONAL (Sec-IMO/CCA-IMO), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 23 do Regulamento da CCA-IMO, aprovado pela Resolução nº 1/2005/CCA-IMO, resolve:

Art. 1º Dar publicidade à consolidação da Convenção Internacional para a Salvaguarda da Vida Humana no Mar (Convenção SOLAS 74/88), acrescida de índice, promulgada pelo Decreto nº 87.186 de 18MAI1982, como emendada. Tal consolidação inclui todas as emendas que entraram em vigor internacionalmente em 1º de janeiro de 2011.

Art. 2º A referida Consolidação, em língua portuguesa, está disponibilizada no sítio www.ccaimo.mar.mil.br, e a verificação da autenticidade do arquivo "SOLAS_indice-2011.pdf", função "hash shal", é: 3202a1c5ec0475937883ea89ca620f3fd9dd5606.

Art. 3º Esta Portaria entra vigor na presente data.

Art. 4º Revoga-se nesta data a Portaria nº 2/Sec-IMO, de 08ABR2011.

Vice-Almirante EDUARDO BACELLAR LEAL FERREIRA

Ministério da Educação

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 804, DE 22 DE JUNHO DE 2011

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições legais e considerando o disposto na Portaria MP nº 79, de 28 de fevereiro de 2002, e tendo em vista o art. 37 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, com a redação dada pela Lei nº 9.527, de 10 de dezembro de 1997, resolve:

Art. 1º Ficam redistribuídos do Ministério da Educação para a Fundação Universidade Federal do Amazonas, de conformidade com o Anexo à presente Portaria, os códigos de vaga nele mencionados.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FERNANDO HADDAD

ANEXO

DESTINO	CARGO	NOME_CARGO	QUANT	CÓDIGOS DE VAGA
26270 UFAM	701009	Auditor	3	0827432; 0827433; 0827435
	701062	Analista de Tecnologia da Informação	1	0319314
	701010	Bibliotecário-Documentalista	1	0278434
	701055	Nutricionista/Habilitação	1	0814876
	701066	Programador Visual	1	0811823
	701214	Técnico em Agropecuária	5	0247680; 0247681; 0247694; 0247716; 0247717
	701224	Técnico em Contabilidade	2	0227369; 0228322
	701262	Técnico em Segurança do Trabalho	1	0747259
	701440	Mateiro	2	0683134; 0709037

PORTARIA Nº 805, DE 22 DE JUNHO DE 2011

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições legais e considerando o disposto na Portaria MP nº 79, de 28 de fevereiro de 2002, e tendo em vista o art. 37 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, com a redação dada pela Lei nº 9.527, de 10 de dezembro de 1997, resolve:

Art. 1º Redistribuir, de conformidade com o Anexo I, à presente Portaria, os códigos de vaga, do Ministério da Educação (MEC) para a Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR); e, na forma do Anexo II, remanejar os cargos e seus respectivos códigos de vaga, da UTFPR para o Ministério da Educação (MEC).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FERNANDO HADDAD

ANEXO I

Para:	Instituição cedente:
26258	15000 MEC
UTFPR	Cargo: Professor de 3ª Grau
	Código SIAPE: 060001
	Nª de vagas: 6
	Códigos de Vaga: 0302155; 0302970; 0303112; 0329404; 0853971; 0905735

ANEXO II

Para:	Instituição cedente:
15000	26258 UTFPR
MEC	Cargo: Professor do Ensino Básico Técnico e Tecnológico
	Código SIAPE: 702001
	Nª de vagas: 6
	Códigos de Vaga: 0025608; 0206259; 0207129; 0207629; 0207643; 0207665

PORTARIA Nº 806, DE 22 DE JUNHO DE 2011

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei nº 11.740, de 16 de julho de 2008, resolve:

Art. 1º Autorizar, de conformidade com o Anexo à presente Portaria, as Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica a promover o funcionamento dos seus respectivos Campus.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FERNANDO HADDAD

ANEXO

INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO	CAMPUS
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina	Campus Avançado de Caçador e Campus Avançado de Urupema
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre	Campus Avançado de Xapuri
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará	Campus Avançado de Camocim, Campus Avançado de Caucaia, Campus Avançado de Morada Nova, Campus Avançado de Tabuleiro do Norte e Campus Avançado de Ubajara
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo	Campus Avançado de Piúma
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais	Campus Avançado de São João Del Rey e Campus Avançado de Santos Dumont
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais	Campus Avançado de Poços de Caldas
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná	Campus Avançado de Irati
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte	Campus Avançado de Nova Cruz e Campus Avançado de Parnamirim
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia	Ilhéus, Jacobina e Feira de Santana

PORTARIA Nº 807, DE 22 DE JUNHO DE 2011

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições legais e considerando o art. 3º do Decreto 7.311 e art. 4º do Decreto 7.312, publicado no DOU de 22 de setembro de 2010, resolve:

Art. 1º Redistribuir, de conformidade com o Anexo, à presente Portaria, os cargos e códigos de vaga a eles referentes, entre o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná e o Ministério da Educação (MEC).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FERNANDO HADDAD

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

ANEXO

Do IF para o MEC

Para:	Instituição Cedente: 26407 - IFGOIANO	
15000 MEC	Cargo:	Jornalista
	Código SIAPE:	701045
	Classe:	E
	Nº de Vaga:	1
	Código:	811487

De IF para IF

Para:	Instituição Cedente: 26407 - IFGOIANO	
26432 IFPARANÁ	Cargo:	Professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico
	Código SIAPE:	702001
	Classe:	D
	Nº de Vaga:	1
	Código:	845079

PORTARIA Nº 808, DE 22 DE JUNHO DE 2011

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições legais e considerando o art. 3º do Decreto 7.311, publicado no DOU de 22 de setembro de 2010, resolve:

Art. 1º Redistribuir, de conformidade com o Anexo, à presente Portaria, os cargos e códigos de vaga a eles referentes, entre o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro e o Ministério da Educação (MEC).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FERNANDO HADDAD

ANEXO

Do MEC para o IF

Para:	Instituição Cedente: 15000 - MEC	
26401 IFAC	Cargo:	Engenheiro-área
	Código SIAPE:	701031
	Classe:	E
	Nº de Vaga:	1
	Código:	828259

Para:	Instituição Cedente: 15000 - MEC	
26413 IFTM	Cargo:	Técnico de Laboratório-Área
	Código SIAPE:	701244
	Classe:	D
	Nº de Vaga:	2
	Código:	813988, 833672

Do IF para o MEC

Para:	Instituição Cedente: 26401 - IFAC	
15000 MEC	Cargo:	Arquiteto e Urbanista
	Código SIAPE:	701004
	Classe:	E
	Nº de Vaga:	1
	Código:	302110

DESPACHOS DO MINISTRO
Em 22 de junho de 2011

Nos termos do art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, o Ministro de Estado da Educação, HOMOLOGA o Parecer nº 200/2010, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, (1) pelo acolhimento do recurso, por motivo de sua interposição no prazo legal, como determinado no artigo 33 do Decreto nº 5.773/2006, no artigo 184 do Código de Processo Civil e no artigo 66 da Lei nº 9.784/1999 e, consequentemente, (2) nos termos do artigo 6º, inciso VIII, do Decreto nº 5.773/2006, que conhece do recurso, para no mérito, dar-lhe provimento, reformando a decisão da Secretária de Educação Superior do Ministério da Educação, expressa na Portaria nº 151/2010, no sentido do deferimento do pedido de autorização para o funcionamento do curso de Direito, bacharelado, pleiteado pela Faculdade Cidade Verde, situada à Rua Carneiro Leão, nº 135, Centro, no Município de Maringá, Estado do Paraná, mantida pela União Maringaense de Ensino Ltda., com sede no mesmo Município e no mesmo Estado, com 80 (oitenta) vagas totais anuais, conforme consta do Processo nº 23001.000042/2010-16.

Nos termos do art. 2º da Lei n° 9.131, de 24 de novembro de 1995, o Ministro de Estado da Educação, HOMOLOGA o Parecer nº 147/2010, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, nos termos do artigo 6°, inciso VIII, do Decreto n° 5.773/2006, que conhece do recurso para, no mérito, dar-lhe provimento, reformando a decisão da Secretaria de Educação Superior (SESu) do Ministério da Educação, expressa na Portaria nº 82/2010, para a autorização do funcionamento do curso de graduação em Direito, bacharelado, a ser oferecido pela Faculdade FAE São José dos Pinhais, instalada na Rua Paulino Siqueira Cortes, nº 1.450, no Município de São José dos Pinhais, no Estado do Paraná, mantida pela Associação Franciscana de Ensino Senhor Bom Jesus, com sede na Rua Alferes Poli, nº 140, no Município de Curitiba, no Estado do Paraná, com 100 (cem) vagas totais anuais, conforme consta do Processo nº 23001.000048/2010-93, Registro SAPIEnS nº 20023001787.

Nos termos do art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, o Ministro de Estado da Educação HOMOLOGA o Parecer nº 247/2010, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, nos termos do Artigo 6º, inciso VIII, do Decreto nº 5.773/2006, que conhece do recuro para, no mérito, dar-lhe provimento, reformando a decisão da Secretária de Educação Superior do Ministério da Educação, expressa por meio da Portaria nº 145, de 11 de fevereiro de 2010, publicada no Diário Oficial da União de 12 de fevereiro de 2010, que indeferiu a autorização do curso de Direito, bacharelado, a ser ministrado pela Faculdade Joaquim Nabuco Recife, sediada no Município de Recife, no Estado de Pernambuco, mantida pelo Ensino Superior Bureau Jurídico Ltda., sediado no mesmo Município e Estado, para autorizar o funcionamento do curso de Direito, bacharelado, com 200 (duzentas) vagas totais anuais, conforme consta do Processo nº 23001.000043/2010-61.

Nos termos do art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, o Ministro de Estado da Educação, HOMOLOGA o Parecer nº 246/2010, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, nos termos do artigo 6º, inciso VIII, do Decreto nº 5.773/2006, que conhece do recurso para no mérito da-lhe provimento, reformando a decisão da Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação, expressa na Portaria nº 1.041/2010, para autorizar o funcionamento do curso de Direito, bacharelado, a ser oferecido pela Faculdade Metropolitana da Amazônia, instalada na Avenida Visconde de Souza Franco, nº 72, Bairro Reduto, no Município de Belém, Estado do Pará, mantida pelo Instituto Euro-Americano de Educação, Ciência e Tecnologia (EUROAM), com sede na SCE/SUL, Trecho 0, Conjunto 5, Brasília, Distrito Federal, com 300 (trezentas) vagas anuais, conforme consta do Processo nº 23001.000144/2010-31.

Nos termos do art. 2º da Lei n° 9.131, de 24 de novembro de 1995, o Ministro de Estado da Educação, HOMOLOGA o Parecer nº 27/2011, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, nos termos do artigo 6º, inciso VIII, do Decreto nº 5.773/2006, que conhece do recurso para, no mérito, dar-lhe provimento, reformando a decisão da Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação, expressa na Portaria nº 1.048/2010, para a autorização do curso de Direito, bacharelado, com 80 (oitenta) vagas totais anuais, a ser ministrado pelo Instituto de Ensino Superior do Rio Grande do Norte (IESRN), situado na Avenida Prudente de Moraes, nº 4.890, Bairro Lagoa Nova, no Município de Natal, no Estado do Rio Grande do Norte, mantido pela Associação Unificada Paulista de Ensino Renovado Objetivo (ASSUPERO), com sede no Município de São Paulo, no Estado de São Paulo, constante do Processo nº 23001.000149/2010-64.

Nos termos do art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, o Ministro de Estado da Educação, HOMOLOGA o Parecer nº 93/2011, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, nos termos do Artigo 6º, inciso VIII, do Decreto nº 5.773/2006, que conhece do recurso para, no mérito, dar-lhe provimento, reformando a decisão da Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação, expressa por meio da Portaria nº 147, de 11 de fevereiro de 2010, publicada no Diário Oficial da União de 12 de fevereiro de 2010, que indeferiu a autorização do curso de Direito, bacharelado, a ser ministrado pela Faculdade Mineirense, sediada no Município de Mineiros, no Estado de Goiás, mantida pelo Centro de Ensino Superior Rezende Potrich Ltda., sediado no mesmo Município e Estado, para autorizar o funcionamento do curso de Direito, bacharelado, com 200 (duzentas) vagas totais anuais, conforme consta do Processo nº 23001.000051/2010-15.

Nos termos do art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, o Ministro de Estado da Educação, HOMOLOGA o Parecer nº 48/2011, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, nos termos do artigo 6º, inciso VIII, do Decreto nº 5.773/2006, que conhece do recurso para, no mérito, dar-lhe provimento, reformando a decisão da Secretaria de Educação Superior, expressa na Portaria nº 797/2010, para autorizar o funcionamento do curso de Direito, bacharelado, com 100 (cem) vagas totais anuais, a ser ministrado pela Universidade São Francisco, no campus fora de sede situado no Município de Campinas, no Estado de São Paulo, mantida pela Casa de Nossa Senhora da Paz Ação Social Franciscana, com sede no Município de Bragança Paulista, no Estado de São Paulo, conforme consta do Processo nº 23001.000127/2010-02.

Nos termos do art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, o Ministro de Estado da Educação, HOMOLOGA o Parecer nº 60/2011, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, nos termos do artigo 6º, inciso VIII, do Decreto nº 5.773/2006, que conhece do recurso para, no mérito, dar-lhe provimento, favorável ao pedido de autorização do curso de Direito, bacharelado, com 100 (cem) vagas totais anuais, a ser ministrado pela Faculdade São Francisco de Assis, que está instalada à Avenida Sertório, nº 253, Bairro Navegantes, no Município de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, mantida pela União das Faculdades Integradas de Negócios Ltda., com sede e foro no mesmo município e Estado, suspendendo os efeitos da Portaria SESu nº 1.049, de 17 de agosto de 2010, e ainda no sentido de que o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) e a Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES) adotem as providências pertinentes à solução da ambiguidade existente entre o item 14 do Glossário do instrumento para reconhecimento do curso de Direito, sobre autorizações, e o indicador 2.3.1 do instrumento para autorização do mesmo curso, constante do Processo nº 23001.000148/2010-10.

Nos termos do art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, o Ministro de Estado da Educação, HOMOLOGA o Parecer nº 91/2011, que reexamina o Parecer nº 49/2010, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, nos termos do artigo 6º, inciso VIII, do Decreto 5.773/2006, que acolhe o recurso para, no mérito, dar-lhe provimento, mantendo a decisão exarada no Parecer CNE/CES nº 49/2010, favorável à autorização do curso de Direito, bacharelado, com 100 (cem) vagas totais anuais, a ser ministrado pelo então Instituto Paraense de Ensino e Cultura, hoje Faculdade Paraense de Ensino, situada na Travessa Castelo Branco, nº 1.703, no Município de Belém, Estado do Pará, mantida pela Associação Unificada Paulista de Ensino Renovado Objetivo (ASSUPERO), com sede no Município de São Paulo, no Estado de São Paulo, suspendendo os efeitos da Portaria SESu nº 244/2009, constante do Processo nº 23001.000077/2009-11.

Nos termos do art. 2º da Lei n° 9.131, de 24 de novembro de 1995, o Ministro de Estado da Educação, HOMOLOGA o Parecer nº 56/2011, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, nos termos do art. 6º, inciso VIII, do Decreto nº 5.773/2006, que conhece do recurso para, no mérito, dar-lhe provimento, reformando a decisão da Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação, expressa na Portaria nº 856/2010, para autorizar o funcionamento do curso de Direito, bacharelado, com 100 (cem) vagas totais anuais, no período noturno, pleiteado pela Faculdade Ernesto Riscali, situada à Rua Bruno Riscali, nº 569, bairro Vila Hípica, no Município de Olímpia, Estado de São Paulo, mantido pela Sociedade Olimpiense de Educação e Cultura, com sede no mesmo município e estado, constante do Processo nº 23001.000126/2010-50.

Nos termos do art. 2º da Lei n° 9.131, de 24 de novembro de 1995, o Ministro de Estado da Educação, HOMOLOGA o Parecer nº 82/2011, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, que responde consulta de interesse da Polícia Militar do Estado de São Paulo, sobre solicitação de informações relativas aos cursos de Instrutor e Monitor de Educação Física, constante do Processo nº 23033.000145/2005-41.

FERNANDO HADDAD

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

RETIFICAÇÕES

Na Portaria nº 754, de 7 de junho de 2011, publicado no Diário Oficial da União do dia 8 subsequente, Seção 1, página 12, onde se lê: "§ 1° ..., será feita por seus titulares ao presidente do PAR.", leia-se: "§ 1° ..., será feita por seus titulares ao presidente do Comitê."

No anexo da Portaria nº 779, 15-6-2011, publicada no DOU em 16-6-2011, página 37, Seção 1, onde se lê:

Para:	Instituição Cedente: 15000 (MEC)	
26278 FUFPel	Cargo:	Técnico em Assuntos Educacionais
	Código SIAPE:	701079
	Classe:	E
	Nº de Vaga:	1
	Código:	206566

Leia-se

Para:	Instituição Cedente: 15000 (MEC)	
26278 FUFPel	Cargo:	Técnico em Assuntos Educacionais
	Código SIAPE:	701079
	Classe:	E
	Nº de Vaga:	1
	Código:	0018307

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA

PORTARIA Nº 724, DE 22 DE JUNHO DE 2011

A Reitora da Universidade Federal de Viçosa, no uso de suas atribuições, conferidas pelo Decreto de 16/05/2011, publicado no Diário Oficial da União de 17/05/2011, considerando o que consta do Processo 009832/2009, resolve:

Aplicar as penas de impedimento de licitar contratar com a União pelo prazo de 06 (seis) meses, cumulada com multa de 10% (dez por cento) do valor da parte inadimplida do contrato, representado pela Nota de Empenho nº 2009NE902295, à empresa TOC MUSICAL LTDA, com sede à Rua do Saldanha, nº 11, Bairro Centro, Salvador - BA, CEP 40020-270, inscrita no CNPJ 08.612.603/0001-56, pela inexecução total no cumprimento das obrigações assumidas através do contrato mencionado, bem como sua rescisão, tudo com fundamento nos subitens 12.1, 12.1.1, 12.2 e 12.2.2 do Edital de Pregão Eletrônico n° 462/2009, e art. 9º da Lei 10.520/02 c/c o art. 79, inciso I da Lei 8.666/93, a contar da publicação desta Portaria no Diário Oficial da União, determinando ainda, o registro das punições e descredenciamento junto ao SICAF, de acordo com o subitem 12.5 do Edital.

NILDA DE FÁTIMA FERREIRA SOARES

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA SUL-RIO-GRANDENSE
CONSELHO SUPERIOR

RESOLUÇÃO Nº 18, DE 3 DE JUNHO DE 2011

O Presidente do Conselho Superior do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei n 11.892, de 29-12-2008 e, conforme deliberação do Conselho Superior, na reunião extraordinária realizada em 02 de junho de 2011; Considerando o MEMO/PRDI/Nº 15/2011, da Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional, datado de 23 de maio de 2011, resolve:

Aprovar a alteração do endereço da reitoria, no parágrafo primeiro, Artigo 1, do Estatuto do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense - IFSul, publicado através da portaria nº 921, de 14 de agosto de 2009, na Seção 1, página 32, de 1 de setembro de 2009, de "situada na Praça Vinte de Setembro, 455, Sala 126, Pelotas-RS, CEP 96015-360" para "situada na Rua Gonçalves Chaves, 3798, Pelotas-RS, CEP 96015-560."

ANTONIO CARLOS BARUM BROD

RESOLUÇÃO Nº 38, DE 3 DE JUNHO DE 2011

O Presidente do Conselho Superior do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Nº 11.892, de 29-12-2008 e, conforme deliberação do Conselho Superior, na reunião realizada em 02 de junho de 2011; Considerando o OF/GAB/N.º 207/2011, do Gabinete do Reitor, datado de 23 de maio de 2011, resolve:

Aprovar a alteração dos artigos 152 e 153 do Regimento Geral do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense, publicado através da Resolução nº 60, de 21 de dezembro de 2010, na Seção 1, página 24, de 12 de janeiro de 2011, de modo que, onde consta "um prazo de 180 (cento e oitenta) dias, passe a constar "um prazo de 330 (trezentos e trinta) dias.

ANTONIO CARLOS BARUM BROD

INSTITUTO NACIONAL DE EDUCAÇÃO DE SURDOS

PORTARIA Nº 188, DE 21 DE JUNHO DE 2011

Homologação do Resultado Final do Processo Seletivo Simplificado para Professor Temporário

A Diretora Geral Substituta do Instituto Nacional de Educação de Surdos - INES, no uso de suas atribuições legais e da competência que lhe foi delegada pela Portaria Ministerial nº 232, de 02/3/2011, publicada no Diário Oficial de 04/3/2011, torna pública a homologação do resultado final Processo Seletivo Simplificado, destinado à contratação, por tempo determinado, de Professor Temporário, em regime de trabalho de 20 (vinte) e 40 (quarenta) horas semanais, em conformidade com as Leis nº 8.112/90, nº 8.745/93, com a redação dada pela Lei nº 9.849, de 26/10/99, e pela Medida Provisória nº 525, de 14/2/2011, de acordo com o estabelecido no processo nº 23121.000401/2011-50, do Instituto Nacional de Educação de Surdos - INES, nas áreas que se segue:

Área	Regime de Trabalho	Nome do Candidato	Situação
Ensino de Língua Portuguesa	40 horas	1° Larissa Santiago de Souza 2° Fernanda Beatriz Caricari de Morais 3º Eliane Mello Lima	Classificada Aprovada Aprovada
Pedagogia	40 horas	1º Helen Pereira Ferreira 2º Aline Cleide Batista 3º Kátia de Souza e Almeida Bizzo 4º Alice Coutinho da trindade	Classificada Classificada Aprovada Aprovada
Ensino de História e Geografia	40 horas	1º Carlos Eduardo Ribua Oliveira 2º Bernadete de Lourdes Streisky Strang 3º Luiz Carlos de Souza 4º Silvia Karine Nicássio Cáceres	Classificado Aprovada Aprovado Aprovada
Ensino de Educação Física	20 horas	1º Rafael Guimarães Botelho 2º Adriana Machado Penha 3º Diego Luz Moura 4º Luciana Santos Collier 5º Felipe Rodrigues da Costa	Classificado Aprovada Aprovado Aprovada Aprovado

ANA PAULA DE PAIVA FIGUEIREDO

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA
DIRETORIA DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

PORTARIA Nº 156, DE 22 DE JUNHO DE 2011

A DIRETORA DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso das atribuições que lhe confere o Parágrafo Único do Art. 17-B da Portaria Normativa nº 40, de 12/12/2007, com redação consolidada pela publicação no DOU de 29/12/2010, e em conformidade com a deliberação da Comissão Técnica de Acompanhamento da Avaliação - CTAA, registrada na ata de sua 50ª Reunião Ordinária, resolve:

Art. 1º Excluir os Avaliadores do Banco de Avaliadores do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - BASis conforme anexo I.

§ 1º. A exclusão dos avaliadores encontra-se de acordo com os procedimentos descritos na Portaria INEP nº 61/2011, publicada no DOU em 29/03/2011.

§ 2º Os avaliadores relacionados no anexo desta Portaria poderão realizar novo cadastro no BASis, observadas as regras previstas na Portaria Normativa nº 40, consolidada em 29 de dezembro de 2010.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CLÁUDIA MAFFINI GRIBOSKI

ANEXO I

AVALIADORES EXCLUÍDOS

00004598792	00395072972	00657507806	01163086215	01635490871	02011171857	02464250830
00006416934	00397160828	00661797856	01171177810	01636589782	02011177898	02465930320
00023859709	00398878803	00668249072	01175232831	01637479204	02012865992	02473207810
00032926731	00400342758	00691613729	01180669860	01641334703	02018263803	02491628732
00045187304	00400531801	00705608549	01188913832	01642563773	02019377861	02499945850
00062160800	00407186972	00741922720	01190635739	01651841756	02019431823	02507769874
00067868630	00408386843	00754607852	01194062849	01658380860	02023533899	02507936878
00072245751	00410926949	00762835770	01200404769	01668179962	02031767828	02524460703
00074322400	00412783487	00767518802	01204477892	01677666862	02032604817	02532585706
00076417700	00416530842	00768399823	01210642638	01677988800	02034317823	02534055801
00079553915	00418951420	00774100842	01223006700	01686810997	02034325842	02534550810
00080799000	00421641843	00778117200	01223840832	01692291904	02036495400	02545604828
00084096845	00428701191	00793967805	01224343743	01697699766	02041192437	02550403851
00085367249	00462678679	00796694842	01232253880	01704330807	02051294712	02550420780
00093549725	00464148863	00798550678	01246895820	01705421814	02083268806	02560801353
00095759794	00471089400	00800755847	01284337871	01706719922	02094222977	02588636845
00105278777	00477701710	00810105756	01310173818	01709981938	02102284905	02588710832
00111747651	00481012737	00821349015	01312311894	01723004952	02107471703	02589870817
00136065813	00482341769	00840645449	01362662747	01725931826	02108152806	02595213962
00148194818	00485231786	00841352801	01364694778	01729538711	02148321803	02596627809
00153371706	00492699844	00855479728	01382880898	01734299983	02149100835	02609341865
00154976822	00500383979	00861651600	01382999860	01755788770	02166747000	02616012880
00200239015	00507523750	00865663858	01389586880	01761245783	02167828802	02622505434
00202124886	00510403875	00884628701	01396142738	01770445862	02175851753	02624227865
00204249813	00517950006	00885674782	01397907304	01774026953	02192855435	02631253434
00212776053	00518360415	00904295087	01415970700	01777162823	02198008807	02640769820
00216313449	00541949977	00907030653	01430217880	01788787900	02216836826	02643731891
00218443803	00542157810	00910600015	01453092315	01789212898	02217686534	02654609804
00225096153	00549171746	00929980034	01454899654	01815398701	02252674890	02670285716
00228682835	00561226830	00954495667	01463051832	01820855899	02260584845	02674444789
00237622769	00561402825	00963835777	01468476874	01832195708	02291473727	02701619882
00248878115	00563555807	00986431850	01471789837	01851322434	02296608272	02758359600
00262951991	00563591790	00993395600	01473322731	01854154826	02298242852	02777240744
00271142871	00565868845	00993774890	01477862749	01857019814	02305356900	02780750880
00273937987	00566510820	00993849733	01478630400	01867634848	02314134834	02786045878
00280471840	00566763877	01004034091	01491306785	01875169873	02315625866	02788762852
00281012784	00569680867	01014307368	01493752634	01885285809	02327689945	02806146755
00281975850	00572119810	01024336824	01503366839	01891723472	02338530306	02828193802
00286621134	00576066923	01028910606	01517029775	01909212857	02342146868	02839207850
00292582781	00578294893	01029949867	01533695741	01921861835	02346945803	02845488807
00295531991	00579046850	01031917632	01533835853	01927633850	02353567789	02848744855
00295566515	00580303870	01040908713	01569428875	01940155991	02354843771	02852128004
00302980679	00580360679	01042733724	01577345959	01971135755	02359348876	02870460872
00310328420	00618367705	01089609000	01578468817	01972218824	02391818750	02874943738
00316938815	00627299857	01099907810	01588583872	01977368743	02392038872	02889899888
00319198804	00627549802	01110063849	01595961810	01979526826	02413272887	02894492863
00319619168	00628749856	01110179715	01611412854	01979845840	02422107915	02912799708
00325546568	00632094702	01136689885	01620563894	01986880400	02426021772	02924967880
00344382702	00644639822	01139871889	01623931568	01999459857	02446502504	02926802870
00362383847	00645979899	01156583861	01629530972	02003090800	02446999921	02931168815
02940024804	03487660768	04034163704	04483103334	04997247391	05498198604	06047307809

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

02947291867	03488893804	04043243715	04485955834	04997811807	05538619800	06047326862
02979154873	03519538768	04057046828	04498313887	05006946806	05575533859	06051804315
02982106817	03551121834	04057132821	04519492858	05016817871	05577721253	06053206830
02989646353	03557544796	04063945804	04526842850	05020337897	05584574287	06072020500
03011136882	03564070559	04079453850	04529077802	05045832808	05603874821	06075231072
03011209863	03594346811	04082442839	04534702701	05046901838	05605407872	06076695862
03015670930	03595820010	04097947320	04566281850	05068450871	05639949830	06087590315
03022210850	03605716890	04122097800	04571997841	05081081876	05641284491	06089185809
03023516804	03613607700	04125347549	04572831815	05083624826	05643076888	06106035822
03028024870	03621634720	04125918805	04573304819	05084359867	05649044813	06159918826
03033265812	03635046647	04127595868	04582839835	05084835812	05652766034	06171684821
03058240821	03661772813	04128360848	04586688858	05113970891	05656222004	06190374824
03064932845	03664210263	04160795803	04613193818	05124881852	05675987053	06256412800
03084752753	03667163878	04162719870	04619951587	05126218883	05677203904	06257089700
03087900737	03668625883	04170918851	04651709869	05126843672	05693615839	06259864825
03095822880	03678679749	04173140860	04691124845	05129785819	05702216920	06268094875
03097310894	03680708831	04200645831	04696042804	05139732149	05711673491	06281497864
03118525215	03693074615	04203490812	04702897837	05147886826	05729647816	06299425873
03141367892	03696874850	04204700268	04706752841	05157658800	05737915620	06336549810
03145570404	03703513713	04206648824	04710908834	05168867898	05754372434	06345932850
03149789680	03711030963	04222784168	04750635898	05178910770	05758174882	06349791835
03152481730	03728230847	04243827842	04753026809	05188765861	05770070765	06352370837
03186102804	03742349732	04244689800	04755512816	05191106768	05778476191	06355488871
03186110823	03765979767	04258546801	04756186882	05200934885	05839258806	06360859882
03189734801	03768089690	04259275801	04763448757	05208733862	05878306891	06388313850
03199421474	03770478487	04261073811	04763741705	05216746897	05879051668	06398095880
03217432886	03804495796	04265886817	04767976839	05225232850	05882662800	06410367368
03228987817	03804582842	04267671877	04793988873	05231407895	05891596822	06440924753
03229902890	03806797870	04271203734	04801379869	05244494813	05892123898	06449197870
03229997824	03809559709	04283601810	04809195856	05244501291	05892508846	06449523859
03274160334	03820800840	04284194615	04815609802	05268240854	05894484804	06450512849
03275399845	03864480787	04287201884	04823821807	05274815804	05917783861	06450679620
03301576800	03903143820	04303546810	04825553869	05298672736	05920500840	06456749824
03313425291	03905020815	04318575802	04829530715	05311748400	05923738864	06457959920
03316345892	03936797803	04328454889	04855618837	05344930410	05929628491	06476783149
03318728624	03938956534	04338153881	04883506894	05369907781	05929687234	06478627861
03325733204	03950158200	04366960885	04883614867	05375568420	05930278091	06494355838
03328286896	03970535840	04367270807	04891720832	05382543860	05930994862	06504508844
03343990680	03978990253	04389517864	04894941880	05388899853	05947200368	06543098848
03364910855	03979228843	04396043899	04901682806	05396366818	05954081840	06552505817
03374459587	03981556828	04398394400	04902068834	05399175835	05955293809	06558317893
03397432472	03985334234	04399753870	04903129691	05408768449	05962986415	06565086800
03400064807	03988286877	04408017884	04914594838	05424190847	05984521334	06567868848
03419733860	03995335837	04410877879	04932101805	05424982867	06000637802	06579906804
03425564870	04009689838	04415221220	04936384828	05450664842	06011059821	06587925804
03446517898	04011805734	04422327801	04936904848	05455537091	06018844850	06604273890
03447997869	04014405168	04454537453	04943059830	05463408300	06019437833	06611363882
03459748834	04017742874	04482050920	04956265620	05466799866	06025715882	06612806249
03472357860	04021633898	04482727334	04960300353	05484162734	06040748753	06620247881
06627575809	07034666822	07572255604	08154058200	08763100991	09194037787	09859462615
06628631869	07040479850	07583614830	08154074320	08807074885	09196498072	09866661814
06631263808	07041022773	07588318899	08162751300	08829020320	09207635704	09870867820
06631346843	07046499500	07607406824	08198016821	08846928334	09218849824	09882310850
06648438835	07046677115	07610009687	08216355491	08858973828	09239812849	09892810864
06653769879	07059671404	07610499838	08254154899	08861515894	09256125889	09902095801
06666463846	07062155837	07613733220	08258445847	08862412860	09263648808	09913807700
06669999534	07084476865	07614117808	08261508889	08866209880	09282645053	09929444149
06670179847	07086903434	07628998836	08272842840	08868230801	09337350572	09932552801
06671268800	07087572865	07631369801	08281394668	08884735831	09354707866	09948468864
06692656400	07097429836	07633928808	08284819899	08885301886	09370641491	09954503587
06704816453	07103197890	07641316808	08293658851	08891854840	09387612856	09980809850
06709419487	07108842491	07647647806	08297649504	08897204104	09392303807	09990478848
06727978875	07110073220	07651186885	08318547829	08944344892	09401143803	09991232893
06730351829	07117787287	07691514859	08329584844	08947937134	09429219847	10009298843
06731211869	07121229587	07719507649	08341207800	08964613864	09431004020	10013444808
06743846953	07138188838	07735371802	08351932841	08978368476	09449865876	10027960838
06745458187	07140952817	07743318877	08359776253	08984495883	09459341810	10037460803
06757720876	07147345860	07743785904	08382535801	08986179873	09462763828	10057978620
06764379823	07152283826	07757840600	08407920851	08994747800	09477080306	10060014504
06768344854	07165596844	07764209848	08423562824	08995502827	09493913449	10069097020
06782449870	07174672876	07777761897	08457085468	09001930263	09501314820	10074228749
06783153886	07179276871	07782436800	08458747804	09002509847	09567496404	10090150791
06793437844	07179625809	07799519568	08460732851	09006413801	09587612809	10094882878
06794199858	07179860719	07812841804	08494534882	09013997600	09593233687	10110944879
06798643850	07180136468	07825958802	08512261838	09015639353	09607988892	10115732888
06799380879	07203861015	07828004249	08527658860	09016445870	09621008700	10125153899
06808970890	07209050795	07862357809	08530074890	09021572800	09621954487	10148809120
06811124415	07268467672	07867620478	08544048803	09028170006	09627111791	10192026968
06812903825	07286937391	07872817861	08544919880	09035582896	09629997843	10207349819
06836713759	07333188604	07889523823	08548749415	09043980803	09635440472	10208623515
06837026887	07333250849	07902383813	08557228864	09051120400	09663134020	10208849831
06838399857	07366005746	07974310472	08569905823	09054537515	09684441649	10209402806
06842944783	07392079034	07975538353	08570094272	09061274320	09687813814	10209721812
06864961915	07395671872	07991614204	08582562829	09064920842	09694069831	10209857803
06869584893	07396068835	08010895814	08593875858	09072160053	09698351833	10209947896
06875041715	07402622894	08023069934	08609322491	09081292897	09703641806	10210281855
06875925850	07403731883	08026157168	08610878449	09081674820	09741704020	10210537833
06899361841	07423938874	08034400572	08625373801	09086170030	09752304842	10222434899
06931839187	07457778802	08039992400	08644535234	09087782870	09758071882	10226346153
06932697823	07467809824	08070133821	08651440871	09089870482	09804412691	10239332091
06934694805	07469460829	08081373870	08666157844	09095728870	09807185890	10243608810
06936034888	07470801863	08101876634	08679019852	09096388372	09819061172	10243623100
06936357890	07474818817	08106711153	08688838836	09104129873	09820042810	10260438839
06940110887	07486831864	08131092801	08694729172	09132333315	09826939153	10261283820
06960033845	07510372810	08131309134	08703507491	09146911715	09840486187	10264345134
06986471815	07527035870	08134769845	08715390802	09158391720	09841219867	10268826803
06989762829	07528216879	08145555604	08717757860	09170651825	09857400434	10352864400
07013663891	07559940862	08148059810	08735246839	09176425894	09857478468	10386021813
07032797857	07562092850	08151195851	08761982806	09188983404	09858709153	10392955415
10406719004	11000817806	11692868870	12354804881	13030972810	13862098800	14631326204
10432916873	11005448876	11711914304	12358428515	13084640610	13865285015	14636565134
10475581814	11006932895	11718755848	12371920487	13089331853	13871660850	14733072953
10476759862	11063141826	11719516120	12374903400	13106665807	13873709368	14770008104
10498489850	11065109504	11720776814	12377567827	13123073823	13879131821	14790017672
10517214822	11078473897	11749890330	12393878491	13138863434	13884428845	14804018620
10529078813	11078489890	11770326863	12407445449	13140124449	13890855890	14917414814
10544558804	11103914200	11771278811	12408522234	13146882434	13920529049	14923469854
10555512800	11129131734	11776650344	12416304534	13158759500	13931816869	14923556820

10583190430	11154493890	11790881668	12464480843	13159640663	13937341897	14940525805
10586962700	11166842843	11814579800	12532797649	13162349087	13946145191	14942356768
10587205890	11173549897	11823895034	12533878855	13191730559	14009382600	14946017704
10587214880	11221070649	11834644879	12552121870	13192611839	14010429615	14946259899
10621363812	11240393334	11835833896	12556645172	13243228883	14014720870	14955176836
10623957434	11243927852	11851686053	12578571856	13245882840	14031094191	14982682852
10637422856	11247089878	11884709818	12580218890	13250809420	14065851653	15001957826
10660038587	11257431315	11892279835	12591734534	13260692843	14086034468	15008057855
10661878864	11274319862	11957587822	12598610822	13291291808	14101104867	15014757898
10664582869	11275647812	11991603851	12601349549	13300300525	14101258821	15067293802
10674144520	11288329687	11993069836	12667935420	13312553091	14111403115	15081880841
10674837568	11311401091	12005819034	12676241400	13332395807	14132656420	15081971804
10688293034	11344415334	12007889153	12682430864	13333175819	14139510404	15115636808
10712057811	11353791653	12020500850	12693014468	13352601020	14147025404	15137984809
10733418520	11354798600	12031758845	12696145253	13369597896	14174599807	15148969822
10739220063	11390786404	12045004104	12709755874	13376926620	14178524453	15155269172
10748415734	11395973881	12055300881	12722308487	13462506854	14184532420	15163528823
10749560878	11425845851	12069390870	12725269415	13474510053	14185326068	15170198850
10749896434	11428001808	12077893800	12742805400	13485872881	14185580010	15171973172
10760873453	11428090568	12079071890	12751448453	13489615034	14191957864	15175121820
10783040334	11443668877	12095978889	12782215817	13506080687	14205363893	15193861415
10785177892	11453460063	12105631851	12784362434	13521809870	14206426856	15197578831
10791711854	11508514810	12106558880	12812092874	13549154704	14208848839	15214249691
10793099854	11524636835	12125454866	12817571878	13552473491	14215337828	15267572810
10808948881	11546698825	12130206620	12819752810	13554045845	14217406487	15276147787
10813549841	11551992515	12162150816	12835182870	13555786806	14257203072	15280039420
10829741453	11555935885	12193791821	12838624415	13679465491	14270919000	15300250449
10829840869	11564383814	12204358215	12841293491	13681185859	14336561400	15325148400
10861270720	11565842804	12215482800	12847453415	13701799873	14340631434	15336946800
10865154805	11571275843	12219108848	12848964472	13723030068	14348357153	15388646904
10891888896	11578076153	12219923843	12870188749	13745220072	14429527172	15457800644
10902180797	11611680875	12220299287	12870331134	13753995860	14435594668	15477093838
10915349850	11617357120	12225046859	12873250410	13764591838	14482096415	15478179841
10915628813	11620619873	12241454885	12875783491	13764642840	14547123845	15486083866
10916380807	11631662864	12257877268	12898967807	13767102854	14547510881	15494746852
10945293895	11637560591	12262001847	12917907487	13801971805	14547573883	15502171604
10973315806	11655570889	12275353844	12934517896	13802035895	14551284220	15507645353
10984461604	11662751168	12285730420	12950040896	13809180068	14556557836	15524957520
10991913515	11677612860	12313822877	12988707715	13842781687	14584155895	15544168920
10992678472	11680239805	12335517015	13024531815	13845129859	14590814803	15551180549
10993798810	11683475801	12337412334	13025234814	13855526893	14622977818	15580898886
15582099808	16502051049	17326753091	18431534400	19476688890	20673787400	21666806153
15613207810	16505275860	17332330830	18468969834	19494581806	20695799304	21672938791
15616777870	16513304091	17359067863	18469633899	19507305815	20718330315	21689148268
15617238604	16546950847	17383803515	18476309015	19508409053	20722095287	21691860930
15620887855	16549260191	17489423600	18485570278	19509600806	20738390020	21701274884
15629817817	16558670836	17536452802	18486100097	19510551015	20749953268	21703817834
15633042875	16559223949	17543851253	18522092249	19585365553	20795114834	21710309687
15697342837	16577914672	17547644449	18571301972	19631006620	20820453072	21806225700
15715133882	16665368491	17548985215	18571778787	19633877830	20830882634	21807426068
15726029704	16671692890	17566273809	18578665848	19639309672	20848366891	21819882934
15732959734	16690010910	17582149882	18583512434	19673286841	20861311000	21829276700
15760736884	16697995653	17603444861	18625150934	19680880087	20876025220	21836973004
15790460020	16705375876	17604044034	18627781168	19702810817	20893140015	21855650363
15791742649	16706285404	17646196843	18628363882	19728342829	20907028420	21892911000
15795593877	16706623814	17676533449	18651429304	19739214649	20924780010	21945870206
15800679053	16709412806	17679206368	18653472134	19802927872	20926634704	21949859649
15801551034	16711834879	17687387856	18659097858	19847386072	20942044304	22076328815
15901241894	16713230504	17725674004	18670643839	19864612034	20947720987	22109471034
15921836893	16747682491	17762268871	18673511453	19869762620	21009031015	22109676353
15941033800	16780892068	17847559153	18687709668	19896271020	21012725472	22142436820
15961269817	16791656824	17866839034	18703615391	19922175800	21024332004	22154914268
16006240491	16823672668	17876056806	18742983860	19973365020	21033269115	22167633068
16014041826	16845510059	17903726072	18779838880	20014040697	21058105604	22173021672
16059689000	16849729810	17912688897	18784933887	20014813068	21065411391	22235426034
16062000468	16881206453	17976324004	18785352004	20014842831	21173370900	22247688004
16069581865	16893581815	17991374149	18818522884	20018897800	21235830063	22260560091
16087682791	16917820253	17998749822	18821925938	20048205869	21248945875	22271643015
16126530306	16944569515	18047831615	18935010863	20056608845	21249693829	22271953049
16148831813	16959753830	18051319826	18968581800	20085796972	21263231888	22304975887
16165758835	16960729807	18053068472	18977340420	20092199968	21270934880	22352090172
16172004840	16989437847	18075304691	18994580930	20130880604	21272158500	22380272468
16178343272	17024509880	18075827600	19023383320	20157493814	21273383087	22431519015
16186132862	17073120525	18136079404	19031523801	20231415915	21286751896	22460104898
16190289215	17092795400	18141354809	19041906851	20246480378	21302790668	22478426404
16193970487	17103452334	18222161415	19094461811	20305311620	21310718415	22535659468
16208417899	17110156877	18262848772	19099444400	20308930487	21328617300	22538992087
16223594968	17113334091	18264840191	19139861449	20382800885	21335478515	22541195915
16229339668	17120948822	18272940604	19141915879	20398530068	21367320801	22543724249
16237293191	17126118953	18276502814	19152090809	20427697700	21372748091	22556044187
16349245504	17140340625	18277470720	19162459864	20431031487	21381696856	22561536491
16357005827	17183827828	18321533809	19228660759	20491115091	21389179320	22577939191
16357663700	17184075803	18321704468	19235656800	20538227915	21391894855	22585664015
16357671720	17184514823	18321992072	19247486815	20584920130	21447527453	22610855400
16358232851	17221141851	18322066880	19276311220	20588410691	21467315753	22727558953
16359429349	17242401534	18352316087	19283202449	20599293187	21486028888	22757716620
16382412600	17264965899	18352685015	19339151020	20602715091	21504953843	22793569615
16399137187	17267347819	18368905087	19382430806	20603793851	21571759204	22800662387
16406230000	17279057845	18397741852	19430558668	20625044894	21609835667	22833838700
16408632653	17310709420	18397775838	19435282849	20644086068	21632570459	22840818604
16458265549	17311628806	18422942020	19458010187	20650345053	21642881813	22880895049
22881212387	24140392304	25202480504	26304044801	27911446253	29387108015	30726557072
22906134287	24148920725	25229734876	26321394220	27914399191	29392268220	30729483134
22912398649	24154237500	25232932004	26330499829	27924068600	29431514087	30779804015
22955313572	24175781587	25236091500	26383071653	27950697334	29500605953	30810604868
22964525315	24198846391	25239104034	26413809000	27967948149	29500680904	30849152020
23020725704	24223689053	25248219000	26432978653	28004810802	29504694187	30860083934
23020849349	24238333420	25266918004	26450976004	28042719272	29505976100	30898161991
23050632615	24257710772	25360248904	26468534836	28062213072	29518083215	30915333872
23064056204	24280011753	25362202812	26500329449	28086473015	29577934153	31060749653
23120975915	24287954734	25372572868	26508656104	28112741891	29580234000	31062970691
23126370578	24294969253	25377930568	26650754153	28121902991	29587816072	31071244000
23137860997	24311200404	25383744800	26660300163	28262166787	29641152300	31106579020
23154810072	24324841420	25468642549	26672367004	28299787653	29647860030	31128912791
23156740934	24325651349	25474006187	26680254000	28302605620	29654050463	31282660420
23189975353	24331996387	25478931772	26683571520	28317122549	29668018168	31334229953
23223065504	24390615734	25539715837	26735539320	28362306300	29698324453	31334334153
23281570925	24410802100	25543261691	26744236415	28404165653	29725470206	31338429191

OFERTADO POR FERRO CO

23319020544	24429120900	25547941972	26785331404	28426428649	29759749734	31341748634
23336129915	24429260168	25590910382	26788969434	28451112404	29788447015	31348068949
23368144987	24433764949	25631977591	26799090625	28501730025	29795745891	31431631787
23434759972	24508330304	25666355791	26827539814	28520670130	29854253953	31440240159
23440945049	24515671472	25703242215	26840239802	28529952634	29871239904	31444571087
23558946715	24542563049	25717855672	26883805834	28575253034	29897904034	31504515153
23616628687	24547751668	25735903802	26885034800	28583080801	29943183349	31523255846
23618175949	24556947634	25738247809	26909880110	28688023620	30033454353	31534147004
23660805491	24558476833	25748459949	26948390889	28771850104	30058040030	31625061153
23666439268	24563951749	25751239920	27007855687	28795350934	30119308487	31661602991
23678135072	24584762368	25825380604	27109542734	28860071968	30130000230	31678726087
23679514204	24589195291	25835289634	27110621049	28862112068	30166586153	31692362020
23711787487	24593965896	25836021368	27129543353	28887930082	30176069100	31736238787
23718331349	24624812816	25857789320	27158489787	28899083053	30202035468	31777066468
23719508820	24645702904	25874993991	27189732187	28909976004	30202930491	31856187934
23772093000	24676756100	25903059821	27244393172	28921976949	30219264015	31914764900
23779845253	24695203634	25952971806	27263738872	28939077172	30231647034	31990088953
23833700025	24715573091	25962949315	27307084805	28958870397	30278937420	32001193220
23842512953	24743518768	25977040768	27354288691	28997220004	30353785253	32019009900
23866217072	24800325587	25990330715	27422682434	29035244087	30378621068	32033141934
23867418004	24800559812	26044536068	27424774115	29042585820	30500303215	32081669900
23896264087	24860670000	26055155087	27502325620	29125685520	30509807020	32085273572
23899182120	24862215653	26071677874	27509150663	29158761420	30539439304	32119372934
23919264215	24865700803	26108402172	27523012787	29202566020	30598826734	32123280534
23955740749	24875058268	26128245889	27714497572	29221900215	30640385087	32195656891
23958600778	24893270893	26136887851	27789179691	29226996091	30671078704	32211848168
23969822220	24929697620	26149966615	27802245842	29245737691	30674034104	32223056920
23980230953	24955388604	26165341772	27833194972	29249236034	30692245049	32296819400
23993774949	24960250500	26182440015	27834298968	29285585191	30712424172	32310528072
24027642872	24969293821	26248930082	27836150615	29291488020	30713633034	32312369087
24116696668	24972150068	26266202387	27885475875	29361583034	30717965368	32335423304
24133949315	24974115812	26288656704	27892360620	29371414634	30720222400	32337019187
24139076704	24977349768	26302691249	27897427668	29386152991	30725135700	32339763053
32370490349	33620512000	34997709115	36378917787	37574612749	38790157915	40265455472
32373805049	33643903553	35011114104	36432423449	37575635904	38806061100	40294145753
32378831668	33671150025	35027380097	36481777704	37576658720	38874970749	40295702087
32421508304	33675554104	35136014091	36498513934	37578405772	38884437768	40304892068
32430450372	33758344034	35158492972	36498769149	37581554953	38926725472	40315886072
32466846772	33790183768	35164670887	36528510130	37589806749	39042090600	40338118853
32506007415	33807000453	35186909149	36533459600	37596969100	39044777653	40349373604
32571569520	33828687172	35199130200	36539597800	37607162704	39097536804	40364216115
32621159915	33842396791	35206217115	36544159972	37702904372	39111660015	40382419553
32681089468	33854068115	35212926491	36551163734	37727400653	39195805087	40413039900
32692374649	33865078168	35230711787	36572888649	37796305087	39211401968	40413802191
32713487668	33902739134	35379367534	36651729004	37812467368	39225330006	40446212172
32751311334	33908150078	35417048968	36659894691	37822047604	39249204272	40457087072
32799780091	33918732053	35429445991	36662445053	37830643920	39263630534	40505472953
32851120425	33953279734	35433337987	36667714400	37843338934	39317315291	40513165053
32868944000	33966370549	35535601691	36701211534	37844865091	39387402649	40514307668
32871040982	33974039015	35555785020	36794104920	37847538415	39411257615	40535983468
32879288649	33982708087	35639903015	36827932915	37883860372	39448851049	40540219487
32921152649	34033874534	35672560768	36838357453	37890719353	39451178953	40595730787
32926928653	34039155149	35700106434	36876011020	37925547804	39463583904	40617700044
32985711134	34193987353	35764376653	36887870053	37956094453	39477827649	40731758072
32989431934	34194568672	35856793900	36956783053	37963953415	39520293191	40751708020
33004501104	34235590634	35877987020	36978620653	37971905904	39523799720	40756947804
33024731768	34244980172	35881003349	37008749791	37976826620	39541100082	40828638349
33048118004	34288384320	35881097904	37011693068	38009552453	39561690934	40884996891
33081182468	34327754749	35881860349	37044125115	38043025053	39568881034	40887260900
33081565472	34405682704	35887044420	37062760706	38074150097	39643069400	40894347853
33121931415	34406336753	35919760672	37076493772	38135906820	39643182800	40897575091
33124310853	34408185191	36002704604	37109880044	38155940578	39646785387	40912264934
33181349020	34411240734	36024376472	37139576068	38161818649	39661741468	40912361034
33193860425	34425527615	36033472934	37163485620	38168901568	39666441420	40912620404
33194572849	34427112749	36045519868	37198785700	38170086000	39667332691	40920984134
33194823787	34429808791	36050733368	37201816934	38181045653	39693783034	40924858591
33226903187	34441166087	36070343034	37231227953	38192985091	39727718949	40998541087
33251800515	34464778020	36081566587	37265172604	38292866353	39731650172	41024974049
33263639153	34481001534	36101885704	37328166487	38298929772	39770729434	41050215672
33297436700	34592458672	36155810834	37331140604	38299500397	39779394087	41103661000
33312079420	34602704115	36162108520	37343831100	38309343000	39851222020	41132203872
33399212020	34616055068	36228052004	37344960397	38311461600	39903338449	41183800215
33405751268	34625062420	36238317868	37394738000	38320924120	39930009949	41193784468
33428379187	34645454404	36276391115	37420410020	38341492768	39975215220	41231074191
33432082649	34652116691	36277410725	37431625634	38371057091	40030270006	41257375091
33441570782	34660410153	36291587734	37434357053	38399679704	40067467253	41289005753
33457530734	34790560910	36311600706	37487043720	38532433049	40135772400	41296338053
33464472949	34836306949	36329851034	37504665800	38567571634	40142540978	41305655404
33496900091	34845488949	36349305434	37519093972	38571129053	40151506868	41322460000
33537330782	34902856468	36355771034	37546015120	38676281734	40159523915	41345070063
33547424704	34908293791	36361615715	37559788572	38705397049	40170853004	41378709004
33559066468	34963987015	36367923772	37562703000	38763540053	40221237704	41475682115
33581770091	34996915900	36377163720	37568116620	38767775004	40249212072	41495942520
41543009034	43103839049	44335571020	46015566434	47583908949	48898848153	50020609787
41582241015	43117503153	44335741049	46085971672	47587890963	48900117068	50028898168
41668367653	43122647087	44347650787	46091700600	47652519500	48937568691	50069721653
41673832768	43160530000	44381557700	46109633887	47696109049	48957712704	50073206091
41817915568	43161286049	44459637987	46117903391	47741511491	49039660115	50165950030
41828275034	43174612004	44487479134	46133011068	47761660620	49146394753	50220926700
41831500604	43202403591	44508905820	46136525020	47774819134	49147463872	50315862734
41838912134	43205755715	44591551091	46144927891	47778482720	49151584972	50325132020
41845480910	43217001087	44630603891	46185364700	47799463104	49179853072	50426630882
41939980020	43223559604	44660464334	46255559149	47821027804	49210653904	50432850449
41976312787	43236510749	44775989049	46274162020	47833335568	49222899415	50446347868
41987055853	43269664087	44787065904	46295895972	47846097091	49251457620	50494767715
41988701104	43276890925	44799586068	46321667668	47934603649	49287435715	50522353053
42122058668	43287204904	44880669687	46323546000	47938528820	49287559791	50620185791
42126002004	43316522972	44921110697	46450572949	47939290797	49296191734	50638475791
42168074020	43358080978	44940874672	46490787920	47961600787	49300938649	50753878887
42251982000	43378269553	45042802053	46504788715	47971789904	49305352987	50761129634
42303869668	43380697915	45059616720	46508520210	48031470197	49392921691	50813536987
42310040053	43407196768	45079650044	46518070978	48114634553	49398792168	50837192749
42315387515	43423639768	45086613515	46537830044	48167878791	49447289991	50855247215
42318580049	43482180210	45097828020	46582606620	48199249668	49452533072	50858769115
42334039772	43484239700	45133433034	46595325691	48203726534	49513079872	50888323115
42358191604	43581650444	45153507220	46628320120	48264750982	49513664791	50915231972
42435226268	43599060720	45195129053	46643907004	48276154620	49545086653	50928546772
42459940610	43611052191	45219133004	46660640444	48286672453	49548859734	50936140763

42470170710	43631606087	45256683691	46751726600	48316903849	49551477634	51012634191
42474922091	43647057720	45380856691	46751785615	48333018068	49562363791	51050714920
42485657068	43659497720	45438366187	46771433315	48363120600	49569678704	51058448234
42497558868	43668950059	45454485853	46773711053	48422363020	49596292404	51115069268
42502608449	43678106820	45458278100	46775943415	48426466834	49597620120	51142473872
42583284053	43714862668	45481520400	46837469487	48485306953	49601920978	51145340849
42584370930	43719597920	45486778520	46892222072	48501573604	49618490149	51166950425
42748755049	43722954991	45492085034	46898980904	48512303034	49619152972	51225425034
42760585468	43725678049	45495874900	46900586791	48513741604	49619624653	51225980615
42768780634	43803091934	45522600810	46911383072	48525200620	49621033691	51269066587
42784263053	43941460030	45545073949	46922660900	48557544049	49652540072	51302470787
42823692720	43941680234	45550476649	46941665068	48597473053	49665766953	51331985072
42834902100	44022565772	45580634668	46949933487	48600474604	49700863034	51366614887
42837960187	44074972972	45584079472	46966960810	48621293668	49704990634	51463660987
42842123034	44160208134	45637121672	46977660759	48624578868	49734520415	51483688453
42857724934	44166222368	45652554568	47037180904	48644528815	49760696720	51484943953
42887283987	44184425887	45756821368	47076836149	48659142934	49769367400	51510162615
42887470230	44205821620	45816018949	47078049934	48668443453	49842439534	51510367691
42898234168	44214570600	45837430334	47125683053	48760560720	49882740987	51515733815
42904102000	44258399000	45841888404	47138386753	48779733972	49898817704	51541017668
42950210082	44259344820	45860726791	47141182187	48785083020	49903616015	51548160725
42973651034	44281307753	45870020620	47251689049	48798061615	49947583953	51574950053
43009050020	44292538034	45893446020	47354178187	48825310463	49996495604	51579472672
43022189087	44299621034	45925976053	47423420620	48839698868	50011219653	51587106949
43098487704	44306555100	45944946504	47441739691	48876143534	50020188072	51632527804
51643782134	52919722034	54628326649	56141998887	57637571068	59310707887	60597410020
51652994734	52921387034	54683351900	56147163868	57678413220	59312874420	60612932087
51667398091	52936317720	54697387791	56156251987	57753008587	59361590944	60631988904
51680564153	52941051791	54703891700	56193602020	57763135972	59362367904	60637692772
51766906087	52948978653	54797462868	56213840915	57774161449	59425814872	60646659049
51809508053	52998991815	54802881134	56226080078	57803110991	59434643872	60650613791
51904225772	53004922720	54831970549	56227752568	57856958715	59436166753	60667508791
51905809972	53069803768	54836344700	56254601672	57876878849	59456604772	60724935649
51910470449	53101359953	54854512768	56255799034	57895813900	59468289834	60748079068
51913488934	53158148668	54897718015	56280190625	57899738172	59504315887	60819197734
51916150420	53174410800	54919363672	56369255149	57928509920	59509171034	60884967891
51921979704	53181042820	54932726872	56375352649	57980640004	59510510963	60935995820
51940361915	53190815615	54945984620	56404859734	58164952753	59564920663	60955813549
51962179672	53196090949	54984386991	56451717800	58195050930	59616571834	60956240020
52051803072	53200136634	55035744787	56485620982	58217045020	59627174734	60975920944
52059901804	53219899900	55036619072	56547293734	58258043668	59630523949	60992808715
52081621991	53270070659	55036902068	56587090400	58266372187	59633514720	61014060834
52084698804	53314921691	55057667653	56635486887	58269657034	59655909620	61023396815
52085473849	53549236700	55066283749	56668465668	58333886868	59668741404	61068101920
52093921804	53573919987	55076920768	56889895649	58346120915	59670886449	61076414753
52098729987	53589327634	55093230782	56898258672	58440097468	59762705572	61078832820
52122301600	53608143815	55099823491	56899580853	58467289600	59776439772	61087106753
52125580934	53638840468	55100449691	56920261987	58544402968	59795085972	61153010763
52132080020	53665538904	55109071772	56940220925	58583882053	59825782153	61173630953
52164870697	53744900525	55120687091	57014280600	58588353172	59845686915	61270792687
52216551104	53820126449	55121020791	57049033804	58588892987	59854910059	61271314649
52250075891	53841115691	55122825734	57055793815	58646191400	59962607604	61283967120
52300030659	53891317620	55124887834	57080178053	58659765834	59978775749	61387479091
52317161700	53931548015	55128440753	57084238972	58717005787	60001151720	61410322815
52333515953	53947746920	55151124900	57089086020	58734511172	60006749704	61468037900
52341542549	53958489753	55151485920	57095256853	58804382953	60083140930	61484989104
52344479015	53984501820	55184529772	57135088115	58835881668	60092912087	61630012904
52403963968	53994124972	55186386804	57147957920	58836101615	60129395749	61634603834
52448312834	54135591000	55281192434	57152500053	58849025149	60146753615	61644285053
52467180506	54165547620	55285490944	57190682600	58933182772	60159677491	61693081172
52561763668	54197058934	55291597887	57220301049	58959963453	60170875849	61789240700
52580504753	54209510378	55345808953	57248125091	58966382800	60179627449	61822060630
52580628053	54269130997	55368611749	57248508934	59041560572	60202912787	61843067749
52629317749	54330653168	55369910782	57277915968	59064650900	60214775615	62254030787
52702200672	54405645787	55415555668	57285837768	59088664749	60253991404	62268856704
52724360753	54417732515	55669980620	57355886134	59131101615	60280964749	62310631515
52731928620	54424526704	55686168849	57358702972	59140879291	60290200997	62323229672
52818365060	54441633068	55844405072	57382301672	59189894715	60311550959	62370480653
52818535972	54482798991	55952828868	57425213915	59193964820	60322772753	62423738820
52837122068	54485584615	55959970600	57430357687	59217006068	60330287753	62507001372
52843220882	54493536934	55993273704	57458618949	59222948734	60355433672	62513311191
52861686715	54519462649	56059531091	57479755791	59223782872	60369779134	62567411704
52888193868	54536839020	56067925087	57571660610	59239751734	60378018191	62627643487
52892875153	54579155815	56089643653	57578397400	59285141900	60409673749	62628097753
52897672153	54599873934	56131798915	57583463220	59310065672	60544767691	62659642753
62685325034	64638847820	66624088672	68640650497	71496971000	74257110872	76669661991
62686674091	64644170615	66660483853	68657277468	71531882900	74322796834	76813118749
62695576668	64656969915	66727375020	68808640744	71552715604	74373960844	76823814772
62707973734	64695964520	66746590020	68835671191	71552987868	74402706815	76890350863
62742507787	64717739949	66749212700	68894350878	71800620730	74420062800	76895793887
62754491791	64732703887	66765676791	68897367887	71814876715	74422308815	76922782887
62770063200	64821269791	66769701715	69047120825	71926232887	74480758887	76936589804
62831836700	64898741487	66790670815	69055173720	71946918920	74512870415	76968766787
62844466753	64906434800	66802822849	69156174004	71981721800	74522795734	77004248887
62875272772	64910997849	66835810610	69159858915	72034653815	74670328891	77014910906
62922742091	64925676091	66927854991	69256683091	72055049887	74690000891	77054946715
63027046500	64933601615	66940451749	69315027787	72119632804	74704117634	77107519972
63064332953	64940454053	66999120897	69321922768	72212373791	74713892904	77108191687
63116324700	64968596715	67061613734	69335885053	72219998720	74765302849	77212541753
63150018587	65042425934	67114431953	69470324749	72257903749	74882856700	77303890963
63182688049	65053958815	67166946920	69485836600	72287144900	75014238904	77375238634
63233282915	65204280430	67176224900	69574979172	72405481804	75039893604	77377079649
63264285649	65254856068	67205089891	69685991987	72431873749	75254212691	77380703820
63278502868	65271475468	67246664815	69727449700	72584459434	75296357604	77420446768
63279789915	65289412620	67287344904	69957304615	72676949853	75326248620	77505638815
63343568791	65393945604	67289029615	69962286700	72749741653	75328836715	77641051120
63346745791	65433025853	67296203668	70051097834	72845392915	75608650034	77676858968
63361000491	65446674120	67374646968	70210772972	72886358720	75659590810	77678397704
63374560091	65482514749	67415407768	70359024815	72928557920	75662914753	77682785853
63446588868	65503368649	67457509020	70451230787	73010367953	75671409772	77775813849
63482584753	65568362734	67479782853	70529175720	73022624034	75681870715	77794524920
63538652953	65581555834	67514286420	70587825804	73116068887	75785340844	77814673887
63691280072	65671066620	67549276749	70655189491	73127710844	75814838604	77831969853
63766116800	65696581668	67566472968	70709378734	73297372915	75861470782	77854845700
63767929015	65754441649	67639771900	70752389068	73316806920	75939193749	77999509604
63807793968	65845625653	67643701849	70762856068	73325260853	75957752991	78130883872
63866528868	65889789953	67647383000	70768854768	73368679953	75980037772	78158303749
63877872972	65890930915	67650961400	70830592849	73508896900	76111830449	78232961449

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

63886049191	65924479668	67655653968	70834610744	73588318887	76151310810	78298601734
64033341900	65937562100	67667104700	70863024068	73636819887	76175812115	78355788753
64040526953	65950844815	67715524620	70863334091	73644293600	76243940900	78421241753
64147819753	66056667987	67729410397	70991871715	73708755715	76287068604	78447917134
64153061972	66095611091	67786235000	71092200959	73712850697	76303624804	78474795753
64162516472	66141583687	67794467853	71099530920	73742848020	76315304834	78501369772
64166201034	66142350953	67815960634	71179240049	73902489634	76330230820	78513235768
64192784734	66147220934	67834892800	71180931904	73931594491	76370631787	78515815168
64231232920	66192927715	67845851515	71195939949	73960586868	76521486187	78532299687
64280195820	66300444600	67870694649	71229442472	73997447772	76565793620	78739381404
64309444091	66336864715	67898181891	71271449900	74048198815	76602850687	78769515891
64344819772	66363608791	67971989768	71283200082	74075055787	76607631720	78851980497
64364887668	66381614749	68065566987	71334041415	74172450059	76613399604	78872154049
64437582853	66395038672	68225237668	71385215704	74172565034	76627632772	78901456168
64470180904	66413095172	68295375091	71408975904	74175220763	76638421972	78908485872
64522016972	66517990704	68331525868	71438653700	74190288691	76639860830	78936586734
64581098904	66527996853	68510705020	71458999904	74207679049	76647889604	78937159791
78952921704	81971702820	84553529734	86683357749	89885465804	93640315715	97051900897
78982413804	81992726868	84683570734	86691333853	89932196053	93878001800	97134244849
78993474400	82018910825	84686316715	86694197853	90095758704	94000506820	97373176704
79005845791	82037264704	84951290944	86711768868	90232038791	94113874891	97378704687
79052681600	82054215872	84976101800	86798219853	90503597791	94119350878	97455261772
79088562768	82180482787	84998091700	86808257787	90511107749	94218447853	97617741715
79265880830	82234043891	85069604872	86832808887	90534891853	94245347872	97678236891
79283870859	82248257872	85109444668	87020009700	90585445834	94345295815	97770647800
79351506800	82285128720	85145742720	87043432804	90664906672	94369844800	97771430791
79387462749	82347255720	85157333820	87195607704	90787498734	94532346800	97956120853
79537308715	82359032887	85192112168	87208296804	90832566934	94544573572	97956473853
79630910497	82392722820	85203157715	87221624615	91005248672	94629013768	98006606900
79657850720	82623082804	85291056991	87246058834	91040710778	94662401615	98182510759
79683738834	82650241772	85299847653	87249286900	91092795715	94672830853	98290274734
79758037820	82657661815	85317969468	87296667834	91097614620	94685940849	98307592887
79775349753	82746125749	85342912768	87305380849	91170770797	94720665772	98318780868
79935389804	82776130759	85368890478	87475529800	91202051715	94824290872	98362615672
79941877734	82845310706	85447579449	87490951887	91426090706	94865752900	98529900634

80091040787	82877203891	85500950797	87513560820	91462290949	94918619800	98659448715
80130445720	82964491100	85516031834	87570653904	91507006772	94923817887	98723499753
80140190759	83034820763	85575542734	87599848720	91602947953	95135685804	98991787800
80375448772	**83037497734**	**85643742853**	**87618427968**	**91799465772**	**95230068604**	**99001047815**
80435866834	83100016734	85674834849	87845725749	91852226900	95249540872	99370824804
80466621434	83134948400	85769525800	88073890968	91990297820	95251863853	99383969920
80500536600	83248994487	85937819853	88093085491	91992400849	95305262887	99498030804
80516041991	83272810897	85943410759	88127508004	92067280830	95327649768	99731282734
80517374820	83281207715	85964190987	88127796891	92185193791	95352325849	99765772815
80555276449	83360905849	85964611834	88150674500	92259960804	95372679700	99801949872
80629946604	83362673791	85997552772	88158748015	92389970630	95414193800	99876493868
80732810400	83405283868	86016342734	88305015734	92443354849	95419470853	
80748848720	83421106053	86091948768	88493458791	92474489800	95422366972	
80809170868	83439706834	86136755572	88497925904	92575226872	95531254768	
80945058691	83445889872	86142429720	88517942868	92588441734	95690182753	
80989632920	83485040878	86186124800	88536521872	92622674872	95701583791	
81024720730	83504842920	86192671753	88656829734	92669875653	95711660810	
81168284791	83519297604	86242342804	88817180734	92908357887	95750495868	
81339771853	83613110415	86244345800	88921115820	92923011872	95806733734	
81367708400	83631674791	86245007534	88983854634	92934188949	95963324815	
81372051872	83776710420	86248324891	89026977700	93070217834	96006358700	
81443374849	83797238568	86265180720	89039700710	93070438849	96177330800	
81451318715	83806059420	86265890859	89176650804	93096143404	96188740878	
81670737934	83807713115	86289160915	89187768704	93157622820	96234890806	
81696868734	83890386849	86295098800	89269578704	93240406772	96381710810	
81763174700	83898921972	86343602887	89291620700	93316038949	96422130872	
81840756853	83953361791	86387553768	89427246804	93333455820	96540036787	
81912730804	84151781668	86403494449	89521811820	93377096787	96628570878	
81936613891	84225483720	86475878804	89722604872	93453108949	96751142820	
81955154791	84295481734	86578030700	89723171791	93456042949	96779411949	
81956649891	84426144868	86640577453	89775830800	93470541949	96846720715	
81960751700	84448830772	86659707891	89794826804	93630824668	96913380763	

PORTARIA Nº 157, DE 22 DE JUNHO DE 2011

A DIRETORA DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no § 6º do Art. 17-D da Portaria Normativa nº 40/07, consolidada em 29 de dezembro de 2010, bem como considerando as recentes deliberações da Comissão Técnica de Acompanhamento da Avaliação, resolve:

Art. 1º Divulgar, na forma do Anexo I a esta Portaria, a relação nominal dos avaliadores de cursos de graduação e de instituições de educação superior, selecionados pelo INEP e homologados pela Comissão Técnica de Acompanhamento da Avaliação - CTAA - em sua 51ª Reunião Ordinária, que passam a integrar o Banco de Avaliadores do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - BASIs.

Art. 2º A exclusão e a inclusão específicas de avaliadores no BASIs, quando não implicar a revisão integral de que trata o art. 1º, será realizada pela Diretoria de Avaliação da Educação Superior (DAES) do INEP, ouvida a CTAA.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

CLAUDIA MAFFINI GRIBOSKI

ANEXO I

Avaliador	CPF
Adriana da Silva Thoma	779.341.800-04
Maria Inês Naujorks	494.426.190-04

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO BÁSICA

PORTARIA Nº 332, DE 20 DE JUNHO DE 2011

A Secretária de Educação Básica do Ministério da Educação no uso de suas atribuições e considerando os fundamentos constantes no Parecer Técnico nº 280/2011/GAB/SEB/MEC, exarado nos autos do processo nº 71000.088805/2009-61, que concluiu terem sido atendidos os requisitos do Decreto nº 2.536, de 6 de abril de 1998, resolve:

Art. 1º Certificar o LAR DO AMOR CRISTÃO, inscrito no CNPJ nº 61.923.090/0001-87, com sede em São Paulo, como Entidade Beneficente de Assistência Social, pelo período de 19/10/2009 a 18/10//2012.

Art. 2º Novo pedido de renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social deverá ser apresentado em conformidade com a Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARIA DO PILAR LACERDA ALMEIDA E SILVA

PORTARIA Nº 337, DE 20 DE JUNHO DE 2011

A Secretária de Educação Básica do Ministério da Educação no uso de suas atribuições e com fundamento no art. 56, § 1º da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, em juízo de retratação, e considerando os fundamentos constantes do Parecer Técnico nº 282/2011/GAB/SEB/MEC, exarado nos autos do Processo nº 71000.050854/2009-21, que concluiu terem sido atendidos os requisitos do Decreto nº 2.536, de 6 de abril de 1998, resolve:

Art. 1º Certificar a Comunidade Rainha da Paz, inscrita no CNPJ nº 23.445.059/0001-99, com sede em Quixadá/CE, como Entidade Beneficente de Assistência Social, pelo período de 25/05/2009 a 24/05/2012.

Art. 2º Novo pedido de renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social deverá ser apresentado em conformidade com a Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e torna sem efeito a Portaria nº 181, de 18 de março de 2011.

MARIA DO PILAR LACERDA ALMEIDA E SILVA

PORTARIA Nº 338, DE 20 DE JUNHO DE 2011

A Secretária de Educação Básica do Ministério da Educação no uso de suas atribuições e considerando os fundamentos constantes no Parecer Técnico nº 286/2011/GAB/SEB/MEC, exarado nos autos do Processo nº 71000.0077961/2009-05, que concluiu terem sido atendidos os requisitos do Decreto nº 2.536, de 6 de abril de 1998, resolve:

Art. 1º Certificar a Associação Cívica Feminina, inscrita no CNPJ nº 62.708.912/0001-70, com sede em São Paulo-SP, como Entidade Beneficente de Assistência Social, pelo período de 01/01/2010 a 31/12/2012.

Art. 2º Novo pedido de renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social deverá ser apresentado em conformidade com a Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARIA DO PILAR LACERDA ALMEIDA E SILVA

PORTARIA Nº 339, DE 20 DE JUNHO DE 2011

A Secretária de Educação Básica do Ministério da Educação no uso de suas atribuições e considerando os fundamentos constantes no Parecer Técnico nº 287/2011/GAB/SEB/MEC, exarado nos autos do Processo nº 71000.077949/2009-92, que concluiu terem sido atendidos os requisitos do Decreto nº 2.536, de 6 de abril de 1998, resolve:

Art. 1º Certificar a Congregação das Irmãs dos Sagrados Corações de Jesus e Maria, inscrita no CNPJ nº 21.331.921/0001-07, com sede em Araguari/MG, como Entidade Beneficente de Assistência Social, pelo período de 01/01/2010 a 31/12/2012.

Art. 2º Novo pedido de renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social deverá ser apresentado em conformidade com a Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARIA DO PILAR LACERDA ALMEIDA E SILVA

PORTARIA Nº 340, DE 20 DE JUNHO DE 2011

A Secretária de Educação Básica do Ministério da Educação no uso de suas atribuições e com fundamento no art. 56, § 1º da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, em juízo de retratação, e considerando os fundamentos constantes da Nota Técnica nº 454/2011/GAB/SEB/MEC, exarada nos autos do Processo nº 71000.076356/2009-17, que concluiu terem sido atendidos os requisitos do Decreto nº 2.536, de 6 de abril de 1998, resolve:

Art. 1º Certificar a Associação de Proteção à Maternidade, à Infância e à Família de Maringá, inscrita no CNPJ nº 76.941.061/0001-15, com sede em Maringá/PR, como Entidade Beneficente de Assistência Social, pelo período de 01/01/2010 a 31/12/2012.

Art. 2º Novo pedido de renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social deverá ser apresentado em conformidade com a Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e torna sem efeito a Portaria nº 129, de 25 de fevereiro de 2011.

MARIA DO PILAR LACERDA ALMEIDA E SILVA

PORTARIA Nº 341, DE 20 DE JUNHO DE 2011

A Secretária de Educação Básica do Ministério da Educação no uso de suas atribuições e considerando os fundamentos constantes no Parecer Técnico nº 288/2011/GAB/SEB/MEC, exarado nos autos do Processo nº 71000.088605/2009-17, que concluiu terem sido atendidos os requisitos do Decreto nº 2.536, de 6 de abril de 1998, resolve:

Art. 1º Certificar a Sociedade Cultural Recreativa e Beneficente São João Bosco, inscrita no CNPJ nº 87.611.901/0001-06, com sede em Passo Fundo/RS, como Entidade Beneficente de Assistência Social, pelo período de 01/01/2010 a 31/12/2012.

Art. 2º Novo pedido de renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social deverá ser apresentado em conformidade com a Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARIA DO PILAR LACERDA ALMEIDA E SILVA

PORTARIA Nº 342, DE 20 DE JUNHO DE 2011

A Secretária de Educação Básica do Ministério da Educação, no uso de suas atribuições, e com base nos fundamentos constantes no Parecer Técnico nº 291/2011/GAB/SEB/MEC, exarado nos autos do processo nº 71010.001606/2009-38, que concluiu terem sido atendidos os requisitos do Decreto nº 2.536, de 6 de abril de 1998, e considerando a intempestividade do pedido de renovação, resolve:

Art. 1º Receber o pedido de renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social e certificar a ASSOCIAÇÃO EDUCACIONAL INFANTO-JUVENIL PEQUENO POLEGAR, inscrita no CNPJ nº 20.924.403/0001-34, com sede em Itaúna/MG, como Entidade Beneficente de Assistência Social, pelo prazo de 3 (três) anos, a contar da publicação desta decisão no Diário Oficial da União.

Art. 2º Novo pedido de renovação do CEBAS deverá ser apresentado em conformidade com a Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARIA DO PILAR LACERDA ALMEIDA E SILVA

PORTARIA Nº 343, DE 20 DE JUNHO DE 2011

A Secretária de Educação Básica do Ministério da Educação, no uso de suas atribuições, e com base nos fundamentos constantes no Parecer Técnico nº 292/2011/GAB/SEB/MEC, exarado nos autos do processo nº 71000.032792/2009-76, que concluiu terem sido atendidos os requisitos do Decreto nº 2.536, de 6 de abril de 1998, e considerando a intempestividade do pedido de renovação, resolve:

Art. 1º Receber o pedido de renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social e certificar a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE FLORESTÓPOLIS, inscrita no CNPJ nº 78.973.229/0001-08, com sede em Florestópolis/PR, como

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Entidade Beneficente de Assistência Social, pelo prazo de 3 (três) anos, a contar da publicação desta decisão no Diário Oficial da União.

Art. 2º Novo pedido de renovação do CEBAS deverá ser apresentado em conformidade com a Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARIA DO PILAR LACERDA ALMEIDA E SILVA

PORTARIA Nº 344, DE 20 DE JUNHO DE 2011

A Secretária de Educação Básica do Ministério da Educação, no uso de suas atribuições, e com base nos fundamentos constantes no Parecer Técnico nº 293/2011/GAB/SEB/MEC, exarado nos autos do processo nº 71000.060351/2009-64, que concluiu terem sido atendidos os requisitos do Decreto nº 2.536, de 6 de abril de 1998, e considerando a intempestividade do pedido de renovação, resolve:

Art. 1º Receber o pedido de renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social e certificar a ENTIDADE COMUNITÁRIA ISRAELITA BRASILEIRA, inscrita no CNPJ nº 88.458.849/0001-54, com sede em Porto Alegre/ RS, como Entidade Beneficente de Assistência Social, pelo prazo de 3 (três) anos, a contar da publicação desta decisão no Diário Oficial da União.

Art. 2º Novo pedido de renovação do CEBAS deverá ser apresentado em conformidade com a Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARIA DO PILAR LACERDA ALMEIDA E SILVA

PORTARIA Nº 345, DE 20 DE JUNHO DE 2011

A Secretária de Educação Básica do Ministério da Educação no uso de suas atribuições e considerando os fundamentos constantes no Parecer Técnico nº 294/2011/GAB/SEB/MEC, exarado nos autos do processo nº 71000.016599/2009-98, que concluiu terem sido atendidos os requisitos do Decreto nº 2.536, de 6 de abril de 1998, resolve:

Art. 1º Certificar a ASSOCIAÇÃO METODISTA DE AÇÃO SOCIAL - AMAS, inscrita no CNPJ nº 47.719.042/0001-40, com sede em Piracicaba/SP, como Entidade Beneficente de Assistência Social, pelo período de 15/02/2010 a 14/02/2013.

Art. 2º Novo pedido de renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social deverá ser apresentado em conformidade com a Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARIA DO PILAR LACERDA ALMEIDA E SILVA

PORTARIA Nº 346, DE 20 DE JUNHO DE 2011

A Secretária de Educação Básica do Ministério da Educação no uso de suas atribuições e com fundamento no art. 56, §1º da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, em juízo de retratação, e considerando os fundamentos constantes da Nota Técnica nº 461/2011/GAB/SEB/MEC, exarada nos autos do processo nº 71000.076531/2009-68, que concluiu terem sido atendidos os requisitos do Decreto nº 2.536, de 6 de abril de 1998, e considerando a intempestividade do pedido de renovação, resolve:

Art. 1º Certificar o Grupo Socorrista Maria de Nazaré, inscrito no CNPJ nº 43.309.145/0001-81, com sede em São Paulo/SP, como Entidade Beneficente de Assistência Social, pelo prazo de 3 (três) anos, a contar da publicação desta decisão no Diário Oficial da União.

Art. 2º Novo pedido de renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social deverá ser apresentado em conformidade com a Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e torna sem efeito a Portaria nº 202, de 18 de março de 2011.

MARIA DO PILAR LACERDA ALMEIDA E SILVA

PORTARIA Nº 347, DE 20 DE JUNHO DE 2011

A Secretária de Educação Básica do Ministério da Educação no uso de suas atribuições e com fundamento no art. 56, §1º da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, em juízo de retratação, e considerando os fundamentos constantes da Nota Técnica nº 456/2011/GAB/SEB/MEC, exarada nos autos do processo nº 71000.102494/2009-51, que concluiu terem sido atendidos os requisitos do Decreto nº 2.536, de 6 de abril de 1998, e considerando a intempestividade do pedido de renovação, resolve:

Art. 1º Certificar a Associação de Proteção à Infância Getúlio Lima, inscrita no CNPJ nº 53.314.068/0001-01, com sede em Orlândia/SP, como Entidade Beneficente de Assistência Social, pelo prazo de 3 (três) anos, a contar da publicação desta decisão no Diário Oficial da União.

Art. 2º Novo pedido de renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social deverá ser apresentado em conformidade com a Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e torna sem efeito a Portaria nº 240, de 07 de abril de 2011.

MARIA DO PILAR LACERDA ALMEIDA E SILVA

PORTARIA Nº 348, DE 20 DE ABRIL DE 2011

A Secretária de Educação Básica do Ministério da Educação no uso de suas atribuições e com fundamento no art. 56, §1º da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, em juízo de retratação, e considerando os fundamentos constantes da Nota Técnica nº 457/2011/GAB/SEB/MEC, exarada nos autos do processo nº 71010.003486/2009-11, que concluiu terem sido atendidos os requisitos do Decreto nº 2.536, de 6 de abril de 1998, e considerando a intempestividade do pedido de renovação, resolve:

Art. 1º Certificar a Sociedade do Amor em Ação, inscrito no CNPJ nº 02.572.733/0001-26, com sede em Brasília/DF, como Entidade Beneficente de Assistência Social, pelo prazo de 3 (três) anos, a contar da publicação desta decisão no Diário Oficial da União.

Art. 2º Novo pedido de renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social deverá ser apresentado em conformidade com a Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e torna sem efeito a Portaria nº 203, de 18 de março de 2011.

MARIA DO PILAR LACERDA ALMEIDA E SILVA

PORTARIA Nº 349, DE 20 DE JUNHO DE 2011

A Secretária de Educação Básica do Ministério da Educação no uso de suas atribuições e com fundamento no art. 56, §1º da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, em juízo de retratação, e considerando os fundamentos constantes da Nota Técnica nº 466/2011/GAB/SEB/MEC, exarada nos autos do processo nº 71000.077390/2009-09, que concluiu terem sido atendidos os requisitos do Decreto nº 2.536, de 6 de abril de 1998, resolve:

Art. 1º Certificar a Creche Nossa Senhora Mãe da Igreja, inscrita no CNPJ nº 45.762.234/0001-04, com sede em São Paulo/SP, como Entidade Beneficente de Assistência Social, pelo período de 18/09/2009 a 17/09/2012.

Art. 2º Novo pedido de renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social deverá ser apresentado em conformidade com a Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e torna sem efeito a Portaria nº 140, de 13 de julho de 2010.

MARIA DO PILAR LACERDA ALMEIDA E SILVA

PORTARIA Nº 350, DE 20 DE JUNHO DE 2011

A Secretária de Educação Básica do Ministério da Educação no uso de suas atribuições e considerando os fundamentos constantes no Parecer Técnico nº 295/2011/GAB/SEB/MEC, exarado nos autos do processo nº 71000.114180/2009-09, que concluiu terem sido atendidos os requisitos do Decreto nº 2.536, de 6 de abril de 1998, resolve:

Art. 1º Certificar a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE PEDREIRA, inscrita no CNPJ nº 46.410.080/0001-54, com sede em Pedreira/SP, como Entidade Beneficente de Assistência Social, pelo período de 26/04/2010 a 25/04/2013.

Art. 2º Novo pedido de renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social deverá ser apresentado em conformidade com a Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARIA DO PILAR LACERDA ALMEIDA E SILVA

PORTARIA Nº 351, DE 20 DE ABRIL DE 2011

A Secretária de Educação Básica do Ministério da Educação no uso de suas atribuições e considerando os fundamentos constantes no Parecer Técnico nº 296/2011/GAB/SEB/MEC, exarado nos autos do processo nº 71010.001977/2009-10, que concluiu terem sido atendidos os requisitos do Decreto nº 2.536, de 6 de abril de 1998, resolve:

Art. 1º Certificar a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE LOANDA, inscrita no CNPJ nº 78.187.770/0001-82, com sede em Loanda/PR, como Entidade Beneficente de Assistência Social, pelo período de 08/08/2009 a 07/08/2012.

Art. 2º Novo pedido de renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social deverá ser apresentado em conformidade com a Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARIA DO PILAR LACERDA ALMEIDA E SILVA

PORTARIA Nº 352, DE 20 DE JUNHO DE 2011

A Secretária de Educação Básica do Ministério da Educação no uso de suas atribuições e considerando os fundamentos constantes no Parecer Técnico nº 298/ 2011/GAB/SEB/MEC, exarado nos autos do processo nº 71010.002012/2009-44, resolve:

Art. 1º Indeferir o pedido de renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social do Serviço Assistencial Salão do Encontro, inscrito no CNPJ nº 16.701.872/0001-17, com sede em Betim/MG, em função do descumprimento da Resolução CNAS nº 66, de 16 de abril de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARIA DO PILAR LACERDA ALMEIDA E SILVA

PORTARIA Nº 353, DE 20 DE JUNHO DE 2011

A Secretária de Educação Básica do Ministério da Educação no uso de suas atribuições e com base nos fundamentos constantes no Parecer Técnico nº 301/2011/GAB/SEB/MEC, exarado nos autos do processo nº 71000.076622/2009-01, que concluiu terem sido atendidos os requisitos do Decreto nº 2.536, de 6 de abril de 1998, e considerando a intempestividade do pedido de renovação, resolve:

Art. 1º Receber o pedido de renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social e certificar a Creche Lar Ternura, inscrita no CNPJ nº 49.637.556/0001-82, com sede em Campinas/SP, como Entidade Beneficente de Assistência Social, pelo prazo de 3 (três) anos, a contar da publicação desta decisão no Diário Oficial da União.

Art. 2º Novo pedido de renovação do CEBAS deverá ser apresentado em conformidade com a Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARIA DO PILAR LACERDA ALMEIDA E SILVA

PORTARIA Nº 354, DE 20 DE JUNHO DE 2011

A Secretária de Educação Básica do Ministério da Educação no uso de suas atribuições e considerando os fundamentos constantes no Parecer Técnico nº 3022011/GAB/SEB/MEC, exarado nos autos do Processo nº 71010.002048/2009-28, que concluiu terem sido atendidos os requisitos do Decreto nº 2.536, de 6 de abril de 1998, resolve:

Art. 1º Certificar a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de São Mateus do Sul, inscrita no CNPJ nº 78.135.688/0001-04, com sede em São Mateus do Sul/PR, como Entidade Beneficente de Assistência Social, pelo período de 28/11/2009 a 27/11/2012.

Art. 2º Novo pedido de renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social deverá ser apresentado em conformidade com a Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARIA DO PILAR LACERDA ALMEIDA E SILVA

PORTARIA Nº 355, DE 20 DE JUNHO DE 2011

A Secretária de Educação Básica do Ministério da Educação no uso de suas atribuições e com base nos fundamentos constantes no Parecer Técnico nº 303/2011/GAB/SEB/MEC, exarado nos autos do processo nº 71000.091371/2009-87, que concluiu terem sido atendidos os requisitos do Decreto nº 2.536, de 6 de abril de 1998, e considerando a intempestividade do pedido de renovação, resolve:

Art. 1º Receber o pedido de renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social e certificar a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Japaraíba, inscrita no CNPJ nº 04.014.664/0001-60, com sede em Japaraíba/MG, como Entidade Beneficente de Assistência Social, pelo prazo de 3 (três) anos, a contar da publicação desta decisão no Diário Oficial da União.

Art. 2º Novo pedido de renovação do CEBAS deverá ser apresentado em conformidade com a Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARIA DO PILAR LACERDA ALMEIDA E SILVA

PORTARIA Nº 356, DE 20 DE JUNHO DE 2011

A Secretária de Educação Básica do Ministério da Educação no uso de suas atribuições e com base nos fundamentos constantes no Parecer Técnico nº 304/2011/GAB/SEB/MEC, exarado nos autos do processo nº 71000.045235/2009-15, que concluiu terem sido atendidos os requisitos do Decreto nº 2.536, de 6 de abril de 1998, e considerando a intempestividade do pedido de renovação, resolve:

Art. 1º Receber o pedido de renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social e certificar a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Canoinhas, inscrita no CNPJ nº 83.166.793/0001-40, com sede em Canoinhas/SC, como Entidade Beneficente de Assistência Social, pelo prazo de 3 (três) anos, a contar da publicação desta decisão no Diário Oficial da União.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Art. 2º Novo pedido de renovação do CEBAS deverá ser apresentado em conformidade com a Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARIA DO PILAR LACERDA ALMEIDA E SILVA

PORTARIA Nº 357, DE 20 DE JUNHO DE 2011

A Secretária de Educação Básica do Ministério da Educação no uso de suas atribuições e considerando os fundamentos constantes no Parecer Técnico nº 305/2011/GAB/SEB/MEC, exarado nos autos do processo nº 71010.001795/2007-87, que concluiu terem sido atendidos os requisitos do Decreto nº 2.536, de 6 de abril de 1998, resolve:

Art. 1º Certificar a Associação do Bem Estar Social da Zona Norte, inscrita no CNPJ nº 96.476924/0001-38, com sede em São Paulo-SP, como Entidade Beneficente de Assistência Social, pelo prazo de 3 (três) anos, a contar da publicação desta decisão no Diário Oficial da União.

Art. 2º O pedido de renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social deverá ser apresentado em conformidade com a Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARIA DO PILAR LACERDA ALMEIDA E SILVA

PORTARIA Nº 358, DE 20 DE JUNHO DE 2011

A Secretária de Educação Básica do Ministério da Educação no uso de suas atribuições e considerando os fundamentos constantes no Parecer Técnico nº 306/2011/GAB/SEB/MEC, exarado nos autos do Processo nº 71000.060175/2009-61, que concluiu terem sido atendidos os requisitos do Decreto nº 2.536, de 6 de abril de 1998, resolve:

Art. 1º Certificar a Creche Berçário Espírita de Rancharia Amélia Teixeira Lins, inscrita no CNPJ nº 44.935.773/0001-35, com sede em Rancharia/SP, como Entidade Beneficente de Assistência Social, pelo período de 12/09/2009 a 11/09/2012.

Art. 2º Novo pedido de renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social deverá ser apresentado em conformidade com a Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARIA DO PILAR LACERDA ALMEIDA E SILVA

PORTARIA Nº 359, DE 20 DE JUNHO DE 2011

A Secretária de Educação Básica do Ministério da Educação no uso de suas atribuições e considerando os fundamentos constantes no Parecer Técnico nº 307/2011/GAB/SEB/MEC, exarado nos autos do Processo nº 71010.001869/2009-47, que concluiu terem sido atendidos os requisitos do Decreto nº 2.536, de 6 de abril de 1998, resolve:

Art. 1º Certificar a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Santa Bárbara D'Oeste, inscrita no CNPJ nº 56.729.502/0001-02, com sede em Santa Bárbara D'Oeste/SP, como Entidade Beneficente de Assistência Social, pelo período de 01/01/2010 a 31/12/2012.

Art. 2º Novo pedido de renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social deverá ser apresentado em conformidade com a Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARIA DO PILAR LACERDA ALMEIDA E SILVA

PORTARIA Nº 360, DE 20 DE JUNHO DE 2011

A Secretária de Educação Básica do Ministério da Educação no uso de suas atribuições e considerando os fundamentos constantes no Parecer Técnico nº 308/2011/GAB/SEB/MEC, exarado nos autos do processo nº 71010.002774/2007-89, resolve:

Art. 1º Indeferir o pedido de Concessão do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Lindoeste, inscrita no CNPJ nº 00.572.863/0001-33, com sede em Lindoeste/PR, em função do descumprimento do art. 3º, inciso VI, do Decreto nº 2.536, de 6 de abril de 1998, e da Resolução CNAS nº 66, de 16 de abril de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARIA DO PILAR LACERDA ALMEIDA E SILVA

PORTARIA Nº 361, DE 20 DE JUNHO DE 2011

A Secretária de Educação Básica do Ministério da Educação no uso de suas atribuições e considerando os fundamentos constantes no Parecer Técnico nº 309/2011/GAB/SEB/MEC, exarado nos autos do processo nº 71010.003092/2007-93, resolve:

Art. 1º Indeferir o pedido de Concessão do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social da Associação Batista de Assistência e Apoio à Comunidade, inscrita no CNPJ nº 01.322.290/0001-52, com sede em Sorocaba/SP, em função do descumprimento do art. 3º, incisos IV e VI, do Decreto nº 2.536, de 6 de abril de 1998, do art. 4º, inciso I, da Resolução CNAS nº 177, de 10 de agosto de 2000, e da Resolução CNAS nº 66, de 16 de abril de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARIA DO PILAR LACERDA ALMEIDA E SILVA

PORTARIA Nº 362, DE 20 DE JUNHO DE 2011

A Secretária de Educação Básica do Ministério da Educação no uso de suas atribuições e considerando os fundamentos constantes no Parecer Técnico nº 310/2011/GAB/SEB/MEC, exarado nos autos do Processo nº 71010.004269/2009-31, que concluiu terem sido atendidos os requisitos do Decreto nº 2.536, de 6 de abril de 1998, resolve:

Art. 1º Certificar a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Comodoro, inscrita no CNPJ nº 04.583.879/0001-00, com sede em Comodoro/MT, como Entidade Beneficente de Assistência Social, pelo período de 19/12/2009 a 18/12/2012

Art. 2º Novo pedido de renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social deverá ser apresentado em conformidade com a Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARIA DO PILAR LACERDA ALMEIDA E SILVA

PORTARIA Nº 364, DE 20 DE JUNHO DE 2011

A Secretária de Educação Básica do Ministério da Educação no uso de suas atribuições e com fundamento no art. 56, §1º da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, em juízo de retratação, e considerando os fundamentos constantes da Nota Técnica nº 492/2011/GAB/SEB/MEC, exarada nos autos do processo nº 71010.001887/2009-29, que concluiu terem sido atendidos os requisitos do Decreto nº 2.536, de 6 de abril de 1998, e considerando a intempestividade do pedido de renovação, resolve:

Art. 1º Certificar a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Telemaco Borba, inscrita no CNPJ nº 77.480.135/0001-26, com sede em Telemaco Borba/PR, como Entidade Beneficente de Assistência Social, pelo prazo de 3 (três) anos, a contar da publicação desta decisão no Diário Oficial da União.

Art. 2º Novo pedido de renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social deverá ser apresentado em conformidade com a Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e torna sem efeito a Portaria nº 220, de 07 de abril de 2011.

MARIA DO PILAR LACERDA ALMEIDA E SILVA

PORTARIA Nº 365, DE 20 DE JUNHO DE 2011

A Secretária de Educação Básica do Ministério da Educação no uso de suas atribuições e com fundamento no art. 56, §1º da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, em juízo de retratação, e considerando os fundamentos constantes da Nota Técnica nº 491/2011/GAB/SEB/MEC, exarada nos autos do processo nº 71000.104342/2009-92, que concluiu terem sido atendidos os requisitos do Decreto nº 2.536, de 6 de abril de 1998, resolve:

Art. 1º Certificar o Centro de Formação Mandacaru de Pedro II, inscrita no CNPJ nº 35.146.752/0001-40, com sede em Pedro II/PI, como Entidade Beneficente de Assistência Social, pelo período de 01/12/2009 a 30/11/2012.

Art. 2º Novo pedido de renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social deverá ser apresentado em conformidade com a Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e torna sem efeito a Portaria nº 177, de 07 de abril de 2011.

MARIA DO PILAR LACERDA ALMEIDA E SILVA

PORTARIA Nº 367, DE 20 DE JUNHO DE 2011

A Secretária de Educação Básica do Ministério da Educação no uso de suas atribuições e considerando os fundamentos constantes no Parecer Técnico nº 315/2011/GAB/SEB/MEC, exarado nos autos do processo nº 71000.089833/2009-04, que concluiu terem sido atendidos os requisitos do Decreto nº 2.536, de 6 de abril de 1998, resolve:

Art. 1º Certificar a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Pedro de Toledo, inscrita no CNPJ nº 02.764.001/0001-38, com sede em Pedro de Toledo/SP, como Entidade Beneficente de Assistência Social, pelo período de 21/11/2009 a 20/11/2012.

Art. 2º Novo pedido de renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social deverá ser apresentado em conformidade com a Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARIA DO PILAR LACERDA ALMEIDA E SILVA

PORTARIA Nº 368, DE 20 DE JUNHO DE 2011

A Secretária de Educação Básica do Ministério da Educação no uso de suas atribuições e considerando os fundamentos constantes no Parecer Técnico nº 314 / 2011/GAB/SEB/MEC, exarado nos autos do processo nº 71010.003452/2009-19, resolve:

Art. 1º Indeferir o pedido de renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Balsas, inscrita no CNPJ nº 00.839.387/0001-74, com sede em Balsas/MA, em função de descumprimento da Resolução CNAS nº 66, de 16 de abril de 2003, e do art. 3º, inciso VI, e do art. 4º, inciso IV, do Decreto nº 2.536, de 06 de abril de 1998.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARIA DO PILAR LACERDA ALMEIDA E SILVA

PORTARIA Nº 369, DE 20 DE JUNHO DE 2011

A Secretária de Educação Básica do Ministério da Educação no uso de suas atribuições e com fundamento no art. 56, §1º da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, em juízo de retratação, e considerando os fundamentos constantes da Nota Técnica nº 499/2011/GAB/SEB/MEC, exarada nos autos do processo nº 71000.037341/2009-25, que concluiu terem sido atendidos os requisitos do Decreto nº 2.536, de 6 de abril de 1998, resolve:

Art. 1º Certificar a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Santo Antônio de Posse, inscrita no CNPJ nº 58.383.779/0001-51, com sede em Santo Antônio de Posse/SP, como Entidade Beneficente de Assistência Social, pelo período de 15/09/2009 a 14/09/2012.

Art. 2º Novo pedido de renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social deverá ser apresentado em conformidade com a Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e torna sem efeito a Portaria nº 226, de 07 de abril de 2011.

MARIA DO PILAR LACERDA ALMEIDA E SILVA

PORTARIA Nº 370, DE 20 DE JUNHO DE 2011

A Secretária de Educação Básica do Ministério da Educação no uso de suas atribuições e com fundamento no art. 56, §1º da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, em juízo de retratação, e considerando os fundamentos constantes da Nota Técnica nº 500/2011/GAB/SEB/MEC, exarada nos autos do processo nº 71010.004315/2009-00, que concluiu terem sido atendidos os requisitos do Decreto nº 2.536, de 6 de abril de 1998, e considerando a intempestividade do pedido de renovação, resolve:

Art. 1º Certificar a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Cerqueira César, inscrita no CNPJ nº 04.315.690/0001-29, com sede em Cerqueira César/SP, como Entidade Beneficente de Assistência Social, pelo prazo de 3 (três) anos, a contar da publicação desta decisão no Diário Oficial da União.

Art. 2º Novo pedido de renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social deverá ser apresentado em conformidade com a Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e torna sem efeito a Portaria nº 210, de 07 de abril de 2011.

MARIA DO PILAR LACERDA ALMEIDA E SILVA

PORTARIA Nº 371, DE 20 DE JUNHO DE 2011

A Secretária de Educação Básica do Ministério da Educação no uso de suas atribuições e considerando os fundamentos constantes no Parecer Técnico nº 316 / 2011/GAB/SEB/MEC, exarado nos autos do processo nº 71010.003017/2007-22, resolve:

Art. 1º Indeferir o pedido de Concessão do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social da Associação Comunidade Servos da Rainha, inscrita no CNPJ nº 02.843.502/0001-00, com sede em Valparaíso de Goiás/GO, em função do descumprimento do art. 3º, inciso VI, e art. 4º, parágrafo único, do Decreto nº 2.536, de 6 de abril de 1998.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARIA DO PILAR LACERDA ALMEIDA E SILVA

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS.

PORTARIA Nº 372, DE 20 DE JUNHO DE 2011

A Secretária de Educação Básica do Ministério da Educação no uso de suas atribuições e considerando os fundamentos constantes no Parecer Técnico nº 318/2011/GAB/SEB/MEC, exarado nos autos do processo nº 71010.005244/2009-54, que concluiu terem sido atendidos os requisitos do Decreto nº 2.536, de 6 de abril de 1998, resolve:

Art. 1º Certificar a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE MARIÓPOLIS, inscrita no CNPJ nº 01.758.153/0001-65, com sede em Mariópolis/PR, como Entidade Beneficente de Assistência Social, pelo período de 08/02/2010 a 07/02/2013.

Art. 2º Novo pedido de renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social deverá ser apresentado em conformidade com a Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARIA DO PILAR LACERDA ALMEIDA E SILVA

PORTARIA Nº 374, DE 20 DE JUNHO DE 2011

A Secretária de Educação Básica do Ministério da Educação, no uso de suas atribuições, e com base nos fundamentos constantes no Parecer Técnico nº 319/2011/GAB/SEB/MEC, exarado nos autos do processo nº 71000.090011/2009-68, que concluiu terem sido atendidos os requisitos do Decreto nº 2.536, de 6 de abril de 1998, e considerando a intempestividade do pedido de renovação, resolve:

Art. 1º Receber o pedido de renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social e certificar a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE SANTA MARIA DO OESTE, inscrita no CNPJ nº 03.694.399/0001-46, com sede em Santa Maria do Oeste/PR, como Entidade Beneficente de Assistência Social, pelo prazo de 3 (três) anos, a contar da publicação desta decisão no Diário Oficial da União.

Art. 2º Novo pedido de renovação do CEBAS deverá ser apresentado em conformidade com a Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARIA DO PILAR LACERDA ALMEIDA E SILVA

PORTARIA Nº 375, DE 20 DE JUNHO DE 2011

A Secretária de Educação Básica do Ministério da Educação no uso de suas atribuições e considerando os fundamentos constantes no Parecer Técnico nº 320/ 2011/GAB/SEB/MEC, exarado nos autos do processo nº 71010.000090/2005-81, resolve:

Art. 1º Indeferir o pedido de renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social da Creche Pequeno Lar, inscrita no CNPJ nº 39.353.750/0001-82, com sede em Vila Velha/ES, em função do descumprimento do art. 3º, incisos VI e XI, e art. 4º, incisos II e III, do Decreto nº 2.536, de 6 de abril de 1998.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARIA DO PILAR LACERDA ALMEIDA E SILVA

PORTARIA Nº 376, DE 20 DE JUNHO DE 2011

A Secretária de Educação Básica do Ministério da Educação no uso de suas atribuições e considerando os fundamentos constantes no Parecer Técnico nº 321/2011/GAB/SEB/MEC, exarado nos autos do processo nº 71000.016546/2009-77, resolve:

Art. 1º Indeferir o pedido de renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Lebon Regis, inscrita no CNPJ nº 78.497.013/0001-05, com sede em Lebon Regis-SC, em função do descumprimento da NBC T 3.3.1.2 e NBC T 10.19.2.1, nos termos da Resolução nº 66, de 16 de abril de 2003, e do art. 3º, inciso VI, do Decreto nº 2.536, de 6 de abril de 1998.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARIA DO PILAR LACERDA ALMEIDA E SILVA

PORTARIA Nº 378, DE 20 DE JUNHO DE 2011

A Secretária de Educação Básica do Ministério da Educação no uso de suas atribuições e considerando os fundamentos constantes no Parecer Técnico nº 323/2011/GAB/SEB/MEC, exarado nos autos do processo nº 71000.025593/2009-10, resolve:

Art. 1º Indeferir o pedido de Concessão do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social do GRUPO BENEFICENTE FRATERNIDADE, inscrito no CNPJ nº 58.795.758/0001-43, com sede em São Paulo/SP, em função do descumprimento do art. 3º, inciso VI, do Decreto nº 2.536, de 6 de abril de 1998.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARIA DO PILAR LACERDA ALMEIDA E SILVA

PORTARIA Nº 379, DE 20 DE JUNHO DE 2011

A Secretária de Educação Básica do Ministério da Educação no uso de suas atribuições e considerando os fundamentos constantes no Parecer Técnico nº 324/2011/GAB/SEB/MEC, exarado nos autos do processo nº 71010.003487/2009-58, resolve:

Art. 1º Indeferir o pedido de Concessão do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social da CRECHE CENTRO MATERNO INFANTIL ANA MARIA DE CASTRO VEADO, inscrita no CNPJ nº 21.949.748/0001-05, com sede em Belo Horizonte/MG, em função do descumprimento do art. 3º, inciso VI, e do art. 4º, incisos III, IV e V, do Decreto nº 2.536, de 6 de abril de 1998.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARIA DO PILAR LACERDA ALMEIDA E SILVA

PORTARIA Nº 380, DE 20 DE JUNHO DE 2011

A Secretária de Educação Básica do Ministério da Educação, no uso de suas atribuições, e com base nos fundamentos constantes no Parecer Técnico nº 325/2011/GAB/SEB/MEC, exarado nos autos do processo nº 71000.076352/2009-21, que concluiu terem sido atendidos os requisitos do Decreto nº 2.536, de 6 de abril de 1998, e considerando a intempestividade do pedido de renovação, resolve:

Art. 1º Receber o pedido de renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social e certificar o CENTRO SOCIAL MADRE VIRGÍNIA, inscrito no CNPJ nº 03.409.235/0001-20, com sede em Carpina/PE, como Entidade Beneficente de Assistência Social, pelo prazo de 3 (três) anos, a contar da publicação desta decisão no Diário Oficial da União.

Art. 2º Novo pedido de renovação do CEBAS deverá ser apresentado em conformidade com a Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARIA DO PILAR LACERDA ALMEIDA E SILVA

PORTARIA Nº 381, DE 20 DE JUNHO DE 2011

A Secretária de Educação Básica do Ministério da Educação no uso de suas atribuições e com fundamento no art. 56, §1º da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, em juízo de retratação, e considerando os fundamentos constantes da Nota Técnica nº 508/2011/GAB/SEB/MEC, exarada nos autos do processo nº 71010.003388/2009-76, que concluiu terem sido atendidos os requisitos do Decreto nº 2.536, de 6 de abril de 1998, resolve:

Art. 1º Certificar a Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais de Arapoti, inscrita no CNPJ nº 80.616.485/0001-81, com sede em Arapoti/PR, como Entidade Beneficente de Assistência Social, pelo período de 20/12/2009 a 19/12/2012.

Art. 2º Novo pedido de renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social deverá ser apresentado em conformidade com a Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e torna sem efeito a Portaria nº 243, de 07 de abril de 2011.

MARIA DO PILAR LACERDA ALMEIDA E SILVA

PORTARIA Nº 382, DE 20 DE JUNHO DE 2011

A Secretária de Educação Básica do Ministério da Educação no uso de suas atribuições e com fundamento no art. 56, §1º da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, em juízo de retratação, e considerando os fundamentos constantes da Nota Técnica nº 506/2011/GAB/SEB/MEC, exarada nos autos do processo nº 71000.102537/2009-06, que concluiu terem sido atendidos os requisitos do Decreto nº 2.536, de 6 de abril de 1998, e considerando a intempestividade do pedido de renovação, resolve:

Art. 1º Certificar a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Januária, inscrita no CNPJ nº 01.978.837/0001-72, com sede em Januária/MG, como Entidade Beneficente de Assistência Social, pelo prazo de 3 (três) anos, a contar da publicação desta decisão no Diário Oficial da União.

Art. 2º Novo pedido de renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social deverá ser apresentado em conformidade com a Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e torna sem efeito a Portaria nº 254, de 07 de abril de 2011.

MARIA DO PILAR LACERDA ALMEIDA E SILVA

PORTARIA Nº 383, DE 20 DE JUNHO DE 2011

A Secretária de Educação Básica do Ministério da Educação no uso de suas atribuições e considerando os fundamentos constantes no Parecer Técnico nº 326/2011/GAB/SEB/MEC, exarado nos autos do processo nº 71010.003342/2009-57, resolve:

Art. 1º Indeferir o pedido de renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social do LAR EDUCANDÁRIO NOSSA SENHORA MONT SERRAT, inscrito no CNPJ nº 00.071.159/0001-05, com sede em Brasília/DF, em função do descumprimento do art. 3º, inciso VI, do Decreto nº 2.536, de 6 de abril de 1998.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARIA DO PILAR LACERDA ALMEIDA E SILVA

PORTARIA Nº 384, DE 20 DE JUNHO DE 2011

A Secretária de Educação Básica do Ministério da Educação no uso de suas atribuições e considerando os fundamentos constantes no Parecer Técnico nº 327/2011/GAB/SEB/MEC, exarado nos autos do processo nº 71000.089584/2009-49, resolve:

Art. 1º Indeferir o pedido de renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social da ASSOCIAÇÃO MANTENEDORA SANTA TEREZINHA, inscrita no CNPJ nº 02.374.518/0001-10, com sede em Paranavaí/PR, em função do descumprimento da Resolução CNAS nº 66, de 16 de abril de 2003 e das Normas Brasileiras de Contabilidade T 3.3.12 e T 10.19.21.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARIA DO PILAR LACERDA ALMEIDA E SILVA

PORTARIA Nº 387, DE 20 DE JUNHO DE 2011

A Secretária de Educação Básica do Ministério da Educação no uso de suas atribuições e considerando os fundamentos constantes no Parecer Técnico nº 330/2011/GAB/SEB/MEC, exarado nos autos do processo nº 71010.002579/2007-59, que concluiu terem sido atendidos os requisitos do Decreto nº 2.536, de 6 de abril de 1998, resolve:

Art. 1º Certificar o CENTRO SOCIAL SÃO JOSÉ, inscrito no CNPJ nº 48.118.384/0001-78, com sede em São Paulo/SP, como Entidade Beneficente de Assistência Social, pelo prazo de 3 (três) anos, a contar da publicação desta decisão no Diário Oficial.

Art. 2º Novo pedido de renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social deverá ser apresentado em conformidade com a Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARIA DO PILAR LACERDA ALMEIDA E SILVA

PORTARIA Nº 388, DE 20 DE JUNHO DE 2011

A Secretária de Educação Básica do Ministério da Educação no uso de suas atribuições e com fundamento no art. 56, §1º da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, em juízo de retratação, e considerando os fundamentos constantes da Nota Técnica nº 513/2011/GAB/SEB/MEC, exarada nos autos do processo nº 71000.104488/2009-38, que concluiu terem sido atendidos os requisitos do Decreto nº 2.536, de 6 de abril de 1998, resolve:

Art. 1º Certificar a Escola Louis Braille, inscrita no CNPJ nº 92.236.249/0001-19, com sede em Pelotas/RS, como Entidade Beneficente de Assistência Social, pelo período de 02/04/2010 a 01/04/2013.

Art. 2º Novo pedido de renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social deverá ser apresentado em conformidade com a Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e torna sem efeito a Portaria nº 178, de 07 de abril de 2011.

MARIA DO PILAR LACERDA ALMEIDA E SILVA

PORTARIA Nº 389, DE 20 DE JUNHO DE 2011

A Secretária de Educação Básica do Ministério da Educação no uso de suas atribuições e com fundamento no art. 56, §1º da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, em juízo de retratação, e considerando os fundamentos constantes da Nota Técnica nº 511/2011/GAB/SEB/MEC, exarada nos autos do processo nº 71000.058509/2009-36, que concluiu terem sido atendidos os requisitos do Decreto nº 2.536, de 6 de abril de 1998, e considerando a intempestividade do pedido de renovação, resolve:

Art. 1º Certificar a Sociedade de Assistência à Infância e a Maternidade de Palestina, inscrita no CNPJ nº 45.149.358/0001-19, com sede em Palestina/SP, como Entidade Beneficente de Assistência Social, pelo prazo de 3 (três) anos, a contar da publicação desta decisão no Diário Oficial da União.

Art. 2º Novo pedido de renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social deverá ser apresentado em conformidade com a Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e torna sem efeito a Portaria nº 279, de 20 de abril de 2011.

MARIA DO PILAR LACERDA ALMEIDA E SILVA

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

PORTARIA Nº 390, DE 20 DE SETEMBRO DE 2011

A Secretária de Educação Básica do Ministério da Educação no uso de suas atribuições e considerando os fundamentos constantes no Parecer Técnico nº 331/2011/GAB/SEB/MEC, exarado nos autos do processo nº 71000.064007/2009-44, resolve:

Art. 1º Indeferir o pedido de renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social do Centro de Educação Infantil Presbítero Ademar Monteiro, inscrito no CNPJ nº 50.846.559/0001-05, com sede em Piraju/SP, em função do descumprimento do art. 4º, inciso VIII, da Resolução CNAS nº 177, de 10 de agosto de 2000, do art. 3º, inciso VI, e artigo 4º, parágrafo único, do Decreto nº 2.536, de 6 de abril de 1998.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARIA DO PILAR LACERDA ALMEIDA E SILVA

PORTARIA Nº 391, DE 20 DE JUNHO DE 2011

A Secretária de Educação Básica do Ministério da Educação no uso de suas atribuições e considerando os fundamentos constantes no Parecer Técnico nº 332/2011/GAB/SEB/MEC, exarado nos autos do processo nº 71000.043224/2009-09, resolve:

Art. 1º Indeferir o pedido de renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Araucária, inscrita no CNPJ nº 78.944.550/0001-56, com sede em Araucária/PR, em função do descumprimento do art. 3º, inciso VI, e art. 4º, parágrafo único, do Decreto nº 2.536, de 06 de abril de 1998.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARIA DO PILAR LACERDA ALMEIDA E SILVA

PORTARIA Nº 392, DE 20 DE JUNHO DE 2011

A Secretária de Educação Básica do Ministério da Educação no uso de suas atribuições e considerando os fundamentos constantes no Parecer Técnico nº 270/2011/GAB/SEB/MEC, exarado nos autos do processo nº 71000.052213/2009-10, que concluiu terem sido atendidos os requisitos do Decreto nº 2.536, de 6 de abril de 1998, resolve:

Art. 1º Certificar a SOCIEDADE FEMININA DE ASSISTÊNCIA À INFÂNCIA, inscrita no CNPJ nº 46.044.228/0001-84, com sede em Campinas/SP, como Entidade Beneficente de Assistência Social, pelo período de 01/01/2010 a 31/12/2012.

Art. 2º Novo pedido de renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social deverá ser apresentado em conformidade com a Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e torna sem efeito a Portaria nº 324, de 12 de maio de 2011.

MARIA DO PILAR LACERDA ALMEIDA E SILVA

PORTARIA Nº 394, DE 20 DE JUNHO DE 2011

A Secretária de Educação Básica do Ministério da Educação no uso de suas atribuições e considerando os fundamentos constantes no Parecer Técnico nº 334/2011/GAB/SEB/MEC, exarado nos autos do processo nº 71000.102319/2009-63, resolve:

Art. 1º Indeferir o pedido de renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Santa Mariana, inscrita no CNPJ nº 75.390.427/0001-42, com sede em Santa Mariana/PR, em função do descumprimento do art. 3º, incisos VI, e art. 4º, parágrafo único, do Decreto nº 2.536, de 06 de abril de 1998, e da Resolução CNAS nº 66, de 16 de abril de 2003

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARIA DO PILAR LACERDA ALMEIDA E SILVA

PORTARIA Nº 395, DE 20 DE JUNHO DE 2011

A Secretária de Educação Básica do Ministério da Educação no uso de suas atribuições e considerando os fundamentos constantes no Parecer Técnico nº 335/2011/GAB/SEB/MEC, exarado nos autos do processo nº 71000.038630/2009-41, resolve:

Art. 1º Indeferir o pedido de renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social do Lar Jesus de Pinhal, inscrito no CNPJ nº 54.231.766/0001-06, com sede em Espírito Santo do Pinhal/SP, em função do descumprimento do art. 3º, inciso VI, do Decreto nº 2.536, de 6 de abril de 1998.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARIA DO PILAR LACERDA ALMEIDA E SILVA

PORTARIA Nº 396, DE 20 DE JUNHO DE 2011

A Secretária de Educação Básica do Ministério da Educação no uso de suas atribuições e considerando os fundamentos constantes no Parecer Técnico nº 336/2011/GAB/SEB/MEC, exarado nos autos do processo nº 71000.007928/2009-18, resolve:

Art. 1º Indeferir o pedido de renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social da ASSOCIAÇÃO NORTE PARANAENSE DE REABILITAÇÃO, inscrita no CNPJ nº 79.140.828/0001-03, com sede em Maringá/PR, em função do descumprimento da NBC T 3.3.1.2 e da NBC T 10.19.2.1, nos termos da Resolução CNAS nº 66, de 16 de abril de 2003 e do inciso VI, do artigo 3°, do Decreto nº 2.536, de 6 de abril de 1998.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARIA DO PILAR LACERDA ALMEIDA E SILVA

PORTARIA Nº 397, DE 20 DE JUNHO DE 2011

A Secretária de Educação Básica do Ministério da Educação no uso de suas atribuições e com fundamento no art. 56, §1º da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, em juízo de retratação, e considerando os fundamentos constantes da Nota Técnica nº 518/2011/GAB/SEB/MEC, exarada nos autos do processo nº 71000.076560/2009-20, que concluiu terem sido atendidos os requisitos do Decreto nº 2.536, de 6 de abril de 1998, e considerando a intempestividade do pedido de renovação, resolve:

Art. 1º Certificar a Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais de Paraguaçu, inscrita no CNPJ nº 20.406.120/0001-09, com sede em Paraguaçu/MG, como Entidade Beneficente de Assistência Social, pelo prazo de 3 (três) anos, a contar da publicação desta decisão no Diário Oficial da União.

Art. 2º Novo pedido de renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social deverá ser apresentado em conformidade com a Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e torna sem efeito a Portaria nº 218, de 20 de abril de 2011.

MARIA DO PILAR LACERDA ALMEIDA E SILVA

RETIFICAÇÃO

Na Portaria nº 314, de 12 de maio de 2011, publicada no DOU de 16/05/2011, Seção 1, página 19, onde se lê: "...Processo 71010.052270/2009-91..." leia-se: "Processo nº 71010.002045/2007-22...".

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA

PORTARIAS DE 20 DE JUNHO DE 2011

O REITOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA (UFRB), no uso de suas atribuições legais e estatutárias e considerando o constante do Art. 19, inciso XX do Decreto nº 6.944, de 21 de agosto de 2009, resolve:

Nº 2 - Prorrogar por 01 (hum) ano, a partir de 29 de junho de 2011, o prazo de validade do Concurso Público para Docente do Magistério Superior, objeto do Edital Nº 01, de 16 de março de 2010, publicado no Diário Oficial da União de 17 de março de 2010, Nº 51, Seção 3, página 127, homologado pelo Edital de Homologação Nº 1, de 22 de junho de 2010, publicado no Diário Oficial da União de 29 de junho de 2010, Nº 122, Seção 3, página 67.

Nº 3 - Prorrogar por 01 (hum) ano, a partir de 29 de junho de 2011, o prazo de validade do Concurso Público para Docente do Magistério Superior, objeto do Edital Nº 03, de 25 de março de 2010, publicado no Diário Oficial da União de 26 de março de 2010, Nº 58, Seção 3, página 65, homologado pelo Edital de Homologação Nº 1, de 22 de junho de 2010, publicado no Diário Oficial da União de 29 de junho de 2010, Nº 122, Seção 3, página 67.

Nº 4 - Prorrogar por 01 (hum) ano, a partir de 29 de junho de 2011, o prazo de validade do Concurso Público para Docente do Magistério Superior, objeto do Edital Nº 04, de 23 de abril de 2010, publicado no Diário Oficial da União de 26 de abril de 2010, Nº 77, Seção 3, página 71, homologado pelo Edital de Homologação Nº 1, de 22 de junho de 2010, publicado no Diário Oficial da União de 29 de junho de 2010, Nº 122, Seção 3, página 68.

Nº 5 - Prorrogar por 01 (hum) ano, a partir de 29 de junho de 2011, o prazo de validade do Concurso Público para Docente do Magistério Superior, objeto do Edital Nº 04, de 23 de abril de 2010, publicado no Diário Oficial da União de 26 de abril de 2010, Nº 77, Seção 3, página 71, homologado pelo Edital de Homologação Nº 2, de 30 de junho de 2010, publicado no Diário Oficial da União de 2 de julho de 2010, Nº 125, Seção 3, página 176.

PAULO GABRIEL SOLEDADE NACIF

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E ASSUNTOS ESTUDANTIS
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL

RETIFICAÇÃO

Na Resolução nº 5, de 03 de fevereiro de 2009, publicada no DOU nº 31 de 13 de fevereiro de 2009, que trata da homologação de resultado de concurso público nos termos do Edital nº 019/2008-PRH: ONDE SE LÊ: Sérgio Neuenschwander. LEIA-SE: Sérgio Tulio Neuenschwander Maciel.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
PRÓ-REITORIA DE DESENVOLVIMENTO HUMANO E SOCIAL
DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO DE POTENCIALIZAÇÃO DE PESSOAS

PORTARIA Nº 492, DE 22 DE JUNHO DE 2011

A Diretora do Departamento de Desenvolvimento de Potencialização de Pessoas, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o que consta no art. 12 da Portaria n° 450, de 06 de novembro de 2002, do Processo 23080.008966/2010-28 e do item 13.3 do Edital do Concurso, resolve:

prorrogar por 12 meses, a partir de 30 de junho de 2011, o prazo de validade do concurso público do Departamento de Ciência e Tecnologia de Alimentos , do Centro de Ciências Agrárias, Campo de Conhecimento: Química, Física, Físico-Química e Bioquímica dos Alimentos e das Matérias-Primas Alimentares, objeto do Edital n° 20/DDPP/2010 de 20/04/2010, homologado pela Portaria n° 590/DDPP/2010, publicada no Diário Oficial da União de 30/06/2010.

CARLA CRISTINA DUTRA BÚRIGO

PORTARIA Nº 493, DE 22 DE JUNHO DE 2011

A Diretora do Departamento de Desenvolvimento de Potencialização de Pessoas, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o que consta no art. 12 da Portaria n° 450, de 06 de novembro de 2002, do Processo 23080.008967/2010-72 e do item 13.3 do Edital do Concurso, resolve:

prorrogar por 12 meses, a partir de 30 de junho de 2011, o prazo de validade do concurso público do Departamento de Ciência e Tecnologia de Alimentos , do Centro de Ciências Agrárias, Campo de Conhecimento: Microbiologia de Alimentos, objeto do Edital n° 20/DDPP/2010 de 20/04/2010, homologado pela Portaria n° 589/DDPP/2010, publicada no Diário Oficial da União de 30/06/2010.

CARLA CRISTINA DUTRA BÚRIGO

PORTARIA Nº 494, DE 22 DE JUNHO DE 2011

A Diretora do Departamento de Desenvolvimento de Potencialização de Pessoas, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o que consta no art. 12 da Portaria n° 450, de 06 de novembro de 2002, do Processo 23080.008968/2010-17 e do item 13.3 do Edital do Concurso, resolve:

prorrogar por 12 meses, a partir de 30 de junho de 2011, o prazo de validade do concurso público do Departamento de Ciência e Tecnologia de Alimentos , do Centro de Ciências Agrárias, Campo de Conhecimento: Tecnologia de Alimentos, objeto do Edital n° 20/DDPP/2010 de 20/04/2010, homologado pela Portaria n° 591/DDPP/2010, publicada no Diário Oficial da União de 30/06/2010.

CARLA CRISTINA DUTRA BÚRIGO

PORTARIA Nº 496, DE 22 DE JUNHO DE 2011

A Diretora do Departamento de Desenvolvimento de Potencialização de Pessoas, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o que consta no art. 12 da Portaria n° 450, de 06 de novembro de 2002, do Processo 23080.009996/2010-51 e do item 13.3 do Edital do Concurso, resolve:

prorrogar por 12 meses, a partir de 02 de julho de 2011, o prazo de validade do concurso público do Campus de Curitibanos. Campo de Conhecimento: Morfologia Vegetal e Fisiologia Vegetal, objeto do Edital n° 20/DDPP/2010 de 20/04/2010, homologado pela Portaria n° 704/DDPP/2010, publicada no Diário Oficial da União de 02/07/2010.

CARLA CRISTINA DUTRA BÚRIGO

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

PORTARIA Nº 784, DE 20 DE JUNHO DE 2011

O REITOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA, usando das atribuições que lhe confere o art. 22 do Estatuto, e tendo em vista o que dispõe o art. 12 do Decreto-lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967 e o art. 12 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, e considerando a necessidade de descentralizar, agilizar e racionalizar o gerenciamento de pessoas no âmbito da Universidade e, considerando a necessidade na contratação de professores substitutos e visitantes, resolve:

Art. 1º - Acrescentar às delegações dispostas no art. 1º da Portaria R/Nº 1046 de 12 de dezembro de 2008, publicada no DOU em 16 de dezembro de 2008, Seção 2, página 16, a delegação para firmar instrumentos contratuais relativos às citadas contratações.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data, acrescentando dispositivos da Portaria R Nº 1046 de 12 de dezembro de 2008.

ALFREDO JÚLIO FERNANDES NETO

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

SECRETARIA DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

PORTARIA Nº 161, DE 20 DE JUNHO DE 2011

O Secretário de Regulação e Supervisão da Educação Superior, no uso da competência que lhe foi conferida pelo Decreto 7.480, de 16 de maio de 2011, e tendo em vista o Decreto 5.773, de 9 de maio de 2006, e suas alterações, a Portaria Normativa 40, de 12 de dezembro de 2007, republicada em 29 de dezembro de 2010, e o Registro e-MEC nº 200901046, do Ministério da Educação, resolve:

Art. 1º - Autorizar o funcionamento do Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Recursos Humanos, constante do Eixo Tecnológico de Gestão e Negócios, conforme Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia, com duzentas vagas totais anuais, distribuídas nos períodos diurno e noturno, a ser ofertado pela Faculdade Universo, estabelecida à Avenida Serzedelo Correa, 514, Batista Campos, no Município de Belém, no Estado do Pará, mantida pelo Universo Professores Associados S/S Ltda.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUIS FERNANDO MASSONETTO

PORTARIA Nº 190, DE 21 DE JUNHO DE 2011

O Secretário de Regulação e Supervisão da Educação Superior, no uso da competência que lhe foi conferida pelo Decreto nº 7.480, de 16 de maio de 2011, tendo em vista o Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, e suas alterações, e a Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, republicada em 29 de dezembro de 2010, resolve:

Art. 1º - Autorizar os cursos superiores de tecnologia, conforme consta dos registros e-MEC, abaixo relacionados, a serem ofertados pelas instituições de ensino superior listadas, nos endereços especificados.

Registro e-MEC nº	Curso Superior de Tecnologia em (código)	Eixo Tecnológico	Vagas totais anuais / Turno	IES mantida (código) / Instituição mantenedora (código)	Endereço de funcionamento do curso
201012652	Comunicação Institucional (1131613)	Produção Cultural e Design	120 Diurno	Faculdades Integradas da UPIS (404) / União Pioneira de Integração Social (279)	SEP SUL 712/912, s/nº, Conjunto A, Asa Sul, Brasília, Distrito Federal
201014405	Segurança Pública (1136233)	Segurança	100 Diurno 100 Noturno	Faculdades Integradas Espírito Santenses (267) / Fundação de Assistência e Educação (190)	Rua Anselmo Serrat, nº 199, Ilha de Monte Belo, Município de Vitória, Estado do Espírito Santo
201102697	Produção Publicitária (1143516)	Produção Cultural e Design	100 Noturno	Instituto de Ensino Superior de Bauru (1816) / Instituto de Ensino Superior de Bauru S/C Ltda. (1202)	Rua Alfredo Ruiz, nº 3-53, Centro, Município de Bauru, Estado de São Paulo
201105992	Agroecologia (1150096)	Recursos Naturais	50 Diurno	Universidade Federal de Campina Grande (2564) / Ministério da Educação (391)	Rua Luiz Grande, s/nº, Frei Damião, Município de Sumé, Estado da Paraíba
201107340	Processos Escolares (1151710)	Apoio Escolar	100 Noturno	Faculdade Sul Brasil (1612) / FASUL Ensino Superior Ltda. (1059)	Avenida Ministro Cirne Lima, nº 2.565, Jardim Coopagro, Município de Toledo, Estado do Paraná
201107482	Gestão da Tecnologia da Informação (1152084)	Informação e Comunicação	100 Diurno 100 Noturno	Faculdade de Ciências, Cultura e Extensão do Rio Grande do Norte (724) / Centro Integrado para Formação de Executivos (485)	Rua Orlando Silva, nº 2.896, Capim Macio, Município de Natal, Estado do Rio Grande do Norte
201108196	Redes de Computadores (1153112)	Informação e Comunicação	100 Diurno 100 Noturno	Faculdade de Ciências, Cultura e Extensão do Rio Grande do Norte (724) / Centro Integrado para Formação de Executivos (485)	Rua Orlando Silva, nº 2.896, Capim Macio, Município de Natal, Estado do Rio Grande do Norte
201108849	Marketing (1154588)	Gestão e Negócios	100 Diurno 100 Noturno	Faculdade Estácio do Recife - Estácio FIR (1077) / Sociedade de Ensino Superior de Pernambuco Ltda. (752)	Avenida Engenheiro Abdias de Carvalho, nº 1.678, Madalena, Município de Recife, Estado de Pernambuco
201109191	Logística (1155162)	Gestão e Negócios	50 Diurno 50 Noturno	Faculdades Integradas Einstein de Limeira (1444) / Associação Limeirense de Educação e Cultura (699)	Rua Raul Machado, nº 134, Vila Queiroz, Município de Limeira, Estado de São Paulo
201010514	Hotelaria (1126057)	Hospitalidade e Lazer	80 Diurno 80 Noturno	Faculdades Integradas de Três Lagoas (1038) / Associação de Ensino e Cultura de Mato Grosso do Sul (625)	Avenida Ponta Porã, nº 2.750, Distrito Industrial, Município de Três Lagoas, Estado do Mato Grosso do Sul

Parágrafo Único - A instituição deverá solicitar o reconhecimento dos cursos neste ato autorizados nos termos do art. 35 do mesmo Decreto nº 5.773/2006.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUIS FERNANDO MASSONETTO

PORTARIA Nº 191, DE 22 DE JUNHO DE 2011

O Secretário de Regulação e Supervisão da Educação Superior, no uso de suas atribuições, com fulcro nos Art. 53 da Lei nº 9.784/99, bem como o contido na Nota Técnica n° 43/2011 - CGSUP/SERES/MEC, de 20 de junho de 2011, resolve:

Art. 1º. Revogar a Portaria SESu nº 1.524, publicada no Diário Oficial da União no dia 15 de outubro de 2009, que instaurou Processo Administrativo contra a Universidade São Marcos, convalidando os atos de instrução até o momento praticados e transformando o expediente em procedimento de supervisão, que deverá seguir seu regular trâmite com as averiguações necessárias.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUIS FERNANDO MASSONETTO

DESPACHOS DO SECRETÁRIO
Em 20 de junho de 2011

Nº 24 -
INTERESSADO: CENTRO UNIVERSITÁRIO PLÍNIO LEITE. UF: RJ
EMENTA: Curso de Direito do Centro Universitário Plínio Leite. Procedimento de supervisão decorrente de resultados insatisfatórios no ENADE 2006. Celebração de Termo de Saneamento de Deficiências do referido curso, pela Secretaria de Educação Superior, a partir de sugestão da Comissão de Ensino Jurídico, após análise da manifestação inicial da instituição acerca das condições de oferta do curso. Visita de reavaliação e verificação de cumprimento das medidas constantes do Termo. Parecer da Comissão de Especialistas em Ensino Jurídico considerando cumprimento parcialmente satisfatório, em razão da persistência de deficiências, e recomendando a instauração de processo administrativo para aplicação de penalidade. Processo Administrativo instaurado por meio da Portaria SESU nº 2.381, de 22 de dezembro de 2010, com vistas à aplicação de penalidade ao curso de Direito do Centro Universitário Plínio Leite. Defesa encaminhada e analisada. Aplica penalidade de redução adicional de vagas do TSD, como forma de convolação da penalidade de desativação do curso, prevista no art. 52, inciso I, do Decreto nº 5.773/2006, em atenção ao art. 2º da Lei nº 9.784/1999.
PROCESSO: 23000.025972/2007-97

O Secretário de Regulação e Supervisão da Educação Superior, no uso de suas atribuições legais, adotando como base as razões expostas na Nota Técnica nº 35/2011-CGSUP/DESUP/SESU/MEC/ID, e considerando (i) que restou comprovado o cumprimento parcial do Termo de Saneamento de Deficiências do curso de Direito do Centro Universitário Plínio Leite, persistindo, contudo, deficiências relacionadas, dentre outros pontos, em relação a aspectos essenciais da Organização Didático Pedagógica, da efetividade do Núcleo Docente Estruturante e da Infra Estrutura, especialmente, mas não exclusivamente, com relação à acessibilidade e à biblioteca localizada em Camboinhas/RJ; (ii) o desmembramento irregular das vagas do curso e o seu funcionamento parcial em endereço divergente do constante do último ato autorizativo sem pedido de aditamento na forma do marco regulatório da educação superior; (iii) que, apesar do curso ter apresentado melhorias, não apresentou melhora nos indicadores de qualidade, pois piorou o resultado no conceito ENADE 2009 e apresentou conceito preliminar de curso (CPC) insatisfatório; e (iv) foram dentificadas razões de fato e de direito para convolação da pena de desativação de curso em redução adicional de vagas estipulada no Termo de Saneamento de Deficiências, que foi de 138 (cento e trinta e oito) vagas totais anuais, reduzindo em 137 (cento e trinta e sete) o número de vagas anuais, em atenção ao princípio da proporcionalidade; em atenção aos referenciais substantivos de qualidade expressos na legislação e nos instrumentos de avaliação dos cursos de Direito, e às normas que regulam o processo administrativo na Administração Pública Federal, e com fundamento expresso nos art. 206, VII, 209, II, 211, § 1º, e 214, III da Constituição Federal, no art. 46 da LDB, no art. 2º, I, VI e XIII, da Lei nº 9.784/1999, e nos art. 49 a 54 e 57 do Decreto nº 5.773/2006, decide o Processo Administrativo determinando que:

1. Seja reduzida em 137 (cento e trinta e sete) vagas, em relação à quantidade de vagas estipuladas no Termo de Saneamento de Deficiências, até a renovação de seu ato autorizativo, no vigente ciclo avaliativo do SINAES, devendo necessariamente realizar-se avaliação in loco no bojo dos processos de renovação de reconhecimento que deverá ser protocolizado, a oferta de vagas do curso de Direito, bacharelado, do Centro Universitário Plínio Leite (código e-MEC nº 20441), que passará a ofertar 138 (cento e trinta e oito) vagas totais anuais, como forma de convolação da penalidade de desativação do curso, prevista no art. 52, inciso I, do Decreto nº 5.773/2006, em atenção ao princípio da proporcionalidade, previsto no art. 2° da Lei n 9.784/1999;

2. Seja cessado imediatamente a oferta do curso de Direito na unidade denominada Camboinhas, localizada no Shopping Camboinhas Mall, e transferidas as turmas que funcionam em referido endereço para a unidade da Rua Visconde do Rio Branco nº 123/137, Centro, município de Niterói, estado do Rio de Janeiro;

3. Seja protocolado imediatamente pedido de renovação de reconhecimento do curso de Direito ofertado pelo Centro Universitário Plínio Leite na Rua Visconde do Rio Branco nº 123/137, Centro, município de Niterói, estado do Rio de Janeiro - código e-MEC nº 20441.

4. O Centro Universitário Plínio Leite divulgue a presente decisão ao seu corpo discente, docente e técnico-administrativo, por meio de aviso junto à sala de professores, à Secretaria de Graduação ou órgão equivalente e, se existente, por sistema acadêmico eletrônico, bem como faça constar, por prazo de 30 (trinta) dias, contados da notificação do Despacho, mensagem clara e ostensiva no link relativo ao curso de direito de seu sítio eletrônico - http://www.unipli.com.br/siteunipli2/direito.php -, e nos links principais relativos a processos seletivos, esclarecendo as determinações do Despacho;

5. O Centro Universitário Plínio Leite, no prazo de 30 (trinta) dias a contar da notificação, comprove, pormenorizada e documentalmente, o atendimento das determinações dos itens 2 a 4;

6. O Centro Universitário Plínio Leite seja notificado do teor do Despacho, nos termos do art. 53 do Decreto nº 5.773/2006.

Em 22 de junho de 2011

Nº 31 -
INTERESSADO: UNIVERSIDADE IGUAÇU - UNIG - campus NOVA IGUAÇU. UF: RJ
EMENTA: Curso de Medicina da Universidade Iguaçu, campus Nova Iguaçu. Procedimento de supervisão decorrente de resultados insatisfatórios no ENADE 2007. Celebração de Termo de Saneamento de Deficiências do referido curso, pela Comissão de Ensino Médico, após análise do relatório de verificação in loco das condições de oferta do curso. Visita de monitoramento. Aplicação de medida cautelar de redução de ingresso de novos alunos, por vestibular ou por outro processo seletivo. Realização de visita de reavaliação e verificação de cumprimento das medidas constantes do Termo. Parecer da Comissão de Especialistas considerando cumprimento insatisfatório, especialmente no que se refere a medidas essenciais de saneamento e estruturação da oferta do curso, e recomendando a instauração de processo administrativo para aplicação de penalidade de desativação do curso. Instauração de processo administrativo com agravamento da medida cautelar de redução de novos ingressos para suspensão de novos ingressos no referido curso. Apresentação de defesa da Instituição. Decisão determinando redução da oferta de vagas até renovação do ato autorizativo, como convolação da penalidade de desativação do curso. Acatamento da decisão por parte da instituição. Reconhece a penalidade como definitiva e determina que a IES apresente à Coordenação-Geral de Supervisão da Educação Superior, até a divulgação de novo Conceito Preliminar de Curso do curso de Medicina e a cada processo seletivo, a relação do número de matriculados.
PROCESSO: 23000.008979/2008-25.

O Secretário de Regulação e Supervisão da Educação Superior, tendo em vista que: (i) a Universidade Iguaçu, campus Nova Iguaçu, acatou a decisão proferida pelo MEC de redução adicional da oferta de vagas de seu curso de Medicina, para que passe a ofertar 100 (cem) vagas totais anuais; e que (ii) não houve recurso encaminhado tempestivamente, tomando por base os fundamentos expostos na Nota Técnica nº 38/2011-CGSUP/SERES/MEC, e com fundamento expresso nos arts. 9º, IX, e 46, § 1º, da Lei nº 9.394/96; 63, IV, e § 2º, da Lei nº 9.784/99; 1º, § 2º, 3º, 5º, § 2º, VI e VIII, e 52 do Decreto nº 5.773/06, no uso de suas atribuições legais, determina que:

1. Seja reconhecida como definitiva a penalidade aplicada ao curso de Medicina da Universidade Iguaçu, localizado no município de Nova Iguaçu/RJ, para que passe a ofertar 100 (cem) vagas totais anuais, como forma de convolação da penalidade de desativação de curso, até a renovação de seu ato autorizativo no próximo ciclo

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

avaliativo do SINAES, após a publicação de novo Conceito Preliminar de Curso (CPC) satisfatório, representando coisa julgada administrativa;

2. A Universidade Iguaçu, campus Nova Iguaçu, apresente à Coordenação-Geral de Supervisão da Educação Superior, até a próxima renovação de seu ato autorizativo e a cada processo seletivo, a relação nominal, com indicação de CPF, contato eletrônico e telefônico, por turma, de matriculados no curso de Medicina, Bacharelado, acompanhada do edital que disciplinou o processo seletivo;

3. Seja a Universidade Iguaçu, campus Nova Iguaçu, notificada da publicação do presente Despacho.

Nº 32 -
INTERESSADO: UNIVERSIDADE PARANAENSE - CAMPUS DE TOLEDO. UF: PR
EMENTA: Curso de Direito da Universidade Paranaense - campus Toledo. Procedimento de supervisão decorrente de resultados insatisfatórios no ENADE 2006. Celebração de Termo de Saneamento de Deficiências do referido curso. Visita de reavaliação e verificação de cumprimento das medidas constantes do Termo. Parecer da Comissão de Especialistas em Ensino Jurídico considerando cumprimento satisfatório e recomendando o arquivamento do processo, com manutenção da adequação de vagas até a próxima renovação do ato autorizativo do curso. Despacho nº 114/2010-CGSUP/DESUP/SESU/MEC, de 30 de novembro de 2010, publicado no Diário Oficial da União de 02 de dezembro de 2010, determinando o arquivamento do processo de supervisão, com manutenção da adequação de vagas estipuladas no TSD até a próxima renovação do ato autorizativo do curso, no próximo ciclo avaliativo do SINAES. No juízo de retratação, determina revogação do Despacho nº 114/2010-CGSUP/DESUP/SESu/MEC e reforma da decisão.
PROCESSO: 23000.026515/2007-10

O Secretário de Regulação e Supervisão da Educação Superior, adotando como base os fundamentos da Nota Técnica nº 39/2011-CGSUP/SERES/MEC, que demonstrou que (i) a Universidade Paranaense - campus Toledo cumpriu satisfatoriamente as medidas e condições estabelecidas em Termo de Saneamento de Deficiências celebrado com a Secretaria de Educação Superior em relação ao seu curso de Direito ofertado no município de Toledo/PR; (ii) o curso apresentou resultados satisfatórios nos conceitos ENADE e CPC 2009; (iii) os conceitos ENADE e CPC satisfatórios atribuídos ao curso de Direito, bacharelado, da Universidade Paranaense - campus de Toledo justificam estabelecer como patamar de decisão final a quantidade de vagas existente antes da redução preliminar feita pelo TSD; e em atenção aos referenciais substantivos de qualidade expressos na legislação e nos instrumentos de avaliação dos cursos de Direito, e às normas que regulam o processo administrativo na Administração Pública Federal, e com fundamento expresso nos art. 206, VII, 209, II, 211, § 1º, e 214, III da Constituição Federal, no art. 46 da LDB, nos art. 2º, I, VI e XIII, 29, 38 e 39 da Lei n° 9.784/1999, e nos art. 49 a 54 e 57 do Decreto nº 5.773/2006, determina que:

1. Seja, no juízo de retratação, revogado o Despacho nº 114/2010-CGSUP/DESUP/SESu/MEC, publicado no Diário Oficial da União em 02/12/2010, reformando-se a decisão anteriormente adotada;

2. Seja arquivado o processo de supervisão nº 23000.026515/2007-10, relativo ao curso de Direito da Universidade Paranaense - campus Toledo, ofertado no município de Toledo/PR;

3. A Universidade Paranaense - campus Toledo, em relação ao seu curso superior de bacharelado em Direito localizado no município de Toledo/PR, passe a ofertar 86 (oitenta e seis) vagas totais anuais, situação que deverá perdurar até a renovação de seu ato autorizativo, no vigente ciclo avaliativo do SINAES, devendo necessariamente realizar-se avaliação in loco, no bojo do processo de renovação de reconhecimento - processo e-MEC nº 200811947;

4. A Universidade Paranaense - campus de Toledo divulgue a presente decisão ao seu corpo discente, docente e técnico-administrativo, por meio de aviso junto à sala de professores, à Secretaria de Graduação ou órgão equivalente e, se existente, por sistema acadêmico eletrônico, em cada uma das unidades objeto destes processos administrativos, o que deverá ser comprovado à Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da notificação do Despacho;

5. Seja a Universidade Paranaense - Campus Toledo notificada da publicação do presente Despacho.

Nº 33 -
INTERESSADO: Universidade Nove de Julho - UNINOVE. UF: SP
EMENTA: Curso de Medicina da Universidade Nove de Julho - UNINOVE. Abertura de Procedimento de Supervisão. Denúncia sobre ausência de professores e de cenários de prática em disciplinas do curso. Divergências entre informações contidas na denúncia e as contidas na manifestação da IES. Realização de visita in loco. Concessão de prazo para saneamento. Determinação de medida cautelar de redução do número de novos ingressos. Impugnação apresentada pela IES. Manutenção do conteúdo das medidas de saneamento. Recurso contra a medida cautelar encaminhado ao CNE. Parecer do CNE reformando a decisão da SESu. Homologação do Parecer do CNE. Realização de visita de reavaliação. Cumprimento satisfatório do Despacho de Saneamento. Determina arquivamento do procedimento de supervisão.
PROCESSO: 23000.004946/2009-97.

O Secretario de Regulação e Supervisão da Educação Superior, adotando por base os fundamentos expressos na Nota Técnica nº 40/2011 - CGSUP/DISUP/SERES/MEC, que relatou que (i) a Instituição cumpriu todas as medidas de saneamento determinadas pelo Despacho nº 91/2009 - MEC/SESu/DESUP/CGSUP (ii) houve significativa melhora nas condições globais de oferta do Curso de Medicina da Universidade Nove de Julho; no uso de suas atribuições legais, em atenção aos referenciais substantivos de qualidade expressos na legislação e nos instrumentos de avaliação dos cursos de Medicina, e às normas que regulam o processo administrativo na Administração Pública Federal, e com fundamento expresso nos arts. 9º, IX, e 46, § 1º, da Lei nº 9.394/96 e 52 do Decreto nº 5773/06, decide o Procedimento de Supervisão determinando que:

1. Seja arquivado o presente procedimento de supervisão, que deverá ser encaminhado ao arquivo geral do Ministério da Educação.

2. Seja a Universidade Nove de Julho notificada do teor do Despacho.

Nº 34 -
INTERESSADO: FACULDADE ALDETE MARIA ALVES. UF: MG
EMENTA: Curso de Direito da Faculdade Aldete Maria Alves. Procedimento de supervisão decorrente de resultados insatisfatórios no ENADE 2006. Celebração de Termo de Saneamento de Deficiências do referido curso, pela Comissão de Especialistas em Ensino Jurídico, após análise do relatório de verificação in loco das condições de oferta do curso. Realização de visita de reavaliação e verificação de cumprimento das medidas constantes do Termo. Parecer da Comissão de Especialistas considerando cumprimento satisfatório e recomendando o arquivamento do processo, com manutenção da adequação de vagas até a próxima renovação do ato autorizativo do curso. Acatamento da decisão por parte da Instituição. Reconhecimento da penalidade como definitiva e determinação que a IES apresente à Coordenação-Geral de Supervisão da Educação Superior, até a renovação de reconhecimento do curso de Direito e a cada processo seletivo, a relação do número de matriculados.
PROCESSO: 23000.025784/2007-69

O Secretário de Regulação e Supervisão da Educação Superior, tendo em vista que: (i) a Faculdade Aldete Maria Alves já cumpre a decisão proferida pelo MEC de acordo com o sistema e-MEC, em que seu curso de Direito consta com 82 (oitenta e duas) vagas totais anuais; e que (ii) a Instituição desistiu de seu recurso encaminhado ao Conselho Nacional de Educação; tomando por base as razões expostas na Nota Técnica n° 41/2011-CGSUP/DISUP/SERES/MEC(IVC), e com fundamento expresso nos arts. 9º, IX, e 46, § 1º, da Lei nº 9.394/96; 63, IV, e § 2º, da Lei nº 9.784/99; 1º, § 2º, 3º, 5º, § 2º, VI e VIII, e 52 do Decreto nº 5773/06, no uso de suas atribuições legais, determina que:

1. Seja reconhecida como definitiva a penalidade aplicada ao curso de Direito da Faculdade Aldete Maria Alves, representando coisa julgada administrativa;

2. A Faculdade Aldete Maria Alves apresente à Coordenação-Geral de Supervisão da Educação Superior, até a próxima renovação de seu ato autorizativo e a cada processo seletivo, a relação nominal, com indicação de CPF, de matriculados no curso de Direito, Bacharelado, acompanhada do edital que disciplinou o processo seletivo;

3. Seja a Faculdade Aldete Maria Alves notificada da publicação do presente Despacho.

Nº 35 -
INTERESSADO: UNIVERSIDADE DE SANTO AMARO - UNISA. UF: SP
EMENTA: Curso de Medicina da Universidade de Santo Amaro. Procedimento de supervisão decorrente de denúncia acerca da demissão de professores e problemas nos programas de residência médica, com possíveis desdobramentos negativos nas atividades do internato da graduação. Celebração de Termo de Saneamento de Deficiências do referido curso, pela Comissão de Ensino Médico, após análise do relatório de verificação in loco das condições de oferta do curso. Visita de monitoramento. Realização de visita de reavaliação e verificação do cumprimento das medidas constantes do Termo. Parecer da Comissão de Especialistas considerando cumprimento insatisfatório do Termo, especialmente no que se refere a medidas essenciais de saneamento e estruturação da oferta do curso e recomendando a instauração de processo administrativo para aplicação de penalidade de desativação do curso. Instauração de processo administrativo para aplicação da penalidade proposta pela Comissão de Especialistas, combinada com medida cautelar de suspensão de novos ingressos. Pedido de reconsideração da medida cautelar apresentado pela Instituição. Atenuação da medida cautelar. Apresentação de defesa da Instituição. Aplicação da penalidade de redução adicional de vagas da oferta do curso de Medicina da UNISA, como convolação da penalidade de desativação do curso. Apresentação de recurso. No juízo de retratação, mantém a decisão tomada, e determina o encaminhamento do Processo à Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação para deliberação sobre o recurso.
PROCESSO: 23000.001824/2009-49

O Secretário de Regulação e Supervisão da Educação Superior, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista que a segunda reavaliação in loco foi realizada após o vencimento do prazo máximo do Termo de Saneamento de Deficiências e o relatório da comissão demonstrou que permaneceram deficiências, com destaque para a ausência de um Projeto Pedagógico de Curso coerente e efetivo e para as limitações no cenário de prática, e não havendo fato novo apresentado no recurso da IES em relação ao argüido na defesa e já apreciado na Nota Técnica nº 231/2010 CGSUP/DESUP/SESu/MEC, que justifique reconsideração da decisão de redução de vagas, como forma de convolação da penalidade de desativação do curso de Medicina da Universidade de Santo Amaro, tomando por base as razões expostas na Nota Técnica nº 42/2011-CGSUP/DISUP/SERES/MEC e com fundamento expresso no art. 53 do Decreto nº 5.773/2006, determina que:

1. Seja indeferido o pedido de reconsideração, mantendo as determinações do Despacho n° 101/2010-CGSUP/DESUP/SESu/MEC, publicado no DOU de 25 de novembro de 2010;

2. Seja o Processo n° 23000.001824/2009-49, que contém recurso da Universidade de Santo Amaro, encaminhado ao Conselho Nacional de Educação para julgamento do recurso protocolado neste Ministério da Educação sob o n° SIDOC 011242.2011-90;

3. A Universidade de Santo Amaro apresente à Coordenação-Geral de Supervisão da Educação Superior, até a próxima renovação de seu ato autorizativo e a cada processo seletivo, a relação nominal, com indicação de CPF, contato eletrônico e telefônico, por turma, de matriculados no curso de Medicina, Bacharelado, acompanhada do edital que disciplinou o processo seletivo;

4. Seja a Universidade de Santo Amaro notificada da publicação do presente Despacho que encaminhou o Processo n° 23000.001824/2009-49, juntamente com o recurso, ao Conselho Nacional de Educação.

LUIS FERNANDO MASSONETTO

Ministério da Fazenda

CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA FAZENDÁRIA
SECRETARIA EXECUTIVA

DESPACHOS DO SECRETÁRIO EXECUTIVO
Em 22 de junho de 2011

Publica os Laudos de Análise Funcional - PAF - ECF Nºs.

Nº 107 - O Secretário Executivo do Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, em conformidade com o disposto na cláusula décima do Convênio ICMS 15/08, de 4 de abril de 2008, comunica que as empresa s desenvolvedoras de Programa Aplicativo Fiscal - PAF-ECF abaixo identificadas registraram nesta Secretaria Executiva os seguintes laudos de análise funcional, nos quais não consta não conformidade, emitidos pelos órgãos técnicos credenciados pela Comissão Técnica Permanente do ICMS-COTEPE/ICMS, a seguir relacionados:
1. Escola Politécnica de Minas Gerais - POLIMIG

EMPRESA DESENVOLVEDORA	CNPJ	ESPECIFICAÇÕES DO LAUDO
KS Sistemas Ltda	04.196.349/0001-00	Laudo de Análise Funcional de PAF-ECF número POL2122011, nome: INTERPDV, versão: 10.18, código MD-5: ef2987f8c0525d16f57e5dc723a4ed12 *InterPdv
Updi Engenharia de Sistemas Ltda	08.981.887/0001-58	Laudo de Análise Funcional de PAF-ECF número POL2362011, nome: SOL - SISTEMA OPERACIONAL DE LOJAS, versão: 3.0, código MD-5: EC9EA780164D6F5E6A656E598B7F7D52 *SOL
Wiltefran A. Silva Informática-ME	04.336.126/0001-92	Laudo de Análise Funcional de PAF-ECF número POL2352011, nome: MSFERRARI, versão: 9.0, código MD-5: B48C3BA99DFA4D48B649214395F20070 *Caixa
SHX Informática Ltda	71.827.349/0001-40	Laudo de Análise Funcional de PAF-ECF número POL2412011, nome: GIX, versão: 1.1, código MD-5: f3db85d6322eedde51bb290045a6dde7 *gix
Spress Informatica SA	17.485.442/0001-78	Laudo de Análise Funcional de PAF-ECF número POL2312011, nome: Spresscom, versão: 2.1.0, código MD-5: FD07107748C22DECFC460593DB6E8575 *ps199dkt
FULL SCREEN Comércio e Serviços de Informática Ltda	04.537.545/0001-92	Laudo de Análise Funcional de PAF-ECF número POL1382011, nome: AMDPAF, versão: 3.0, código MD-5: 8BDEBC03A9A7DF7433972FC9B4B7A010* ADMPAF
AOB Software Informática Ltda	07.232.378/0001-60	Laudo de Análise Funcional de PAF-ECF número POL2162011, nome: Megasale Automation, versão: 1.5.9 R11, código MD-5: C660288647DB11E03EB7913C2A9BAE05 *Vendas
Sicnet Tecnologia de Soluções Ltda	07.387.314/0001-38	Laudo de Análise Funcional de PAF-ECF número POL2182011, nome: PDV, versão: 4.3, código MD-5: 096977FD18BC726949EE33A5A1A0BCC9 *pdv
Argumento Sistemas e Consultoria Ltda	73.270.258/0001-81	Laudo de Análise Funcional de PAF-ECF número POL2262011, nome: Manager Rest RJCC, versão: 2.0, código MD-5: 9743BF7F24FB87E11708C4F3C98EAB7E *arquivo
M. P. Freitas Ltda ME	02.830.322/0001-93	Laudo de Análise Funcional de PAF-ECF número POL2042011, nome: Sismille, versão: 1.30, código MD-5: 99dc98d6f99f4241b503b206e3ad252c *caixa

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Almeida Ferreira Sistemas Tecnologia em Software Ltda	11.406.611/0001-50	Laudo de Análise Funcional de PAF-ECF número POL2282011, nome: SGPDV, versão: 1.026, código MD-5: EA12CF20FE669AB7D7458D309453204F* sgpdv
Attest Informática Ltda	42.766.683/0001-32	Laudo de Análise Funcional de PAF-ECF número POL2382011, nome: SICOP, versão: 4.0, código MD-5: 206D25F50E6B4DD103A7ECC500643F6D *aco303
Sistemas Automotivos Sercon Ltda	03.416.331/0001-03	Laudo de Análise Funcional de PAF-ECF número POL2022011, nome: Sercon, versão: 7.0.1, código MD-5: 2C37BCB3EE560C5FC52D86F773239CC1 *caixa
RCF Serviços de Informática Ltda	01.428.741/0001-30	Laudo de Análise Funcional de PAF-ECF número POL2052011, nome: RCFPDV, versão: 5.00, código MD-5: f7982ce1ceb54cae5746eaee8ac684d4 *caixa
Nextt Serviços em Informática Ltda	09.604.965/0001-68	Laudo de Análise Funcional de PAF-ECF número POL2422011, nome: Nextt Loja, versão: 1.12, código MD-5: 450A3644E301ECB49EE68CF5A84E54ED *CAIXA

2. Fundação Universidade Regional de Blumenau - URB

EMPRESA DESENVOLVEDORA	CNPJ	ESPECIFICAÇÕES DO LAUDO
Microvix Software S/A	02.339.928/0001-20	Laudo de Análise Funcional de PAF-ECF número URB0372011, nome: Microvix POS, versão: 1.0.7, código MD-5: 1780a390cceb16ca82375b4b5b9f0979

3. Instituto Filadélfia de Londrina - IFL

EMPRESA DESENVOLVEDORA	CNPJ	ESPECIFICAÇÕES DO LAUDO
Connectus Desenvolvimento de Softwares Ltda	09.133.975/0001-62	Laudo de Análise Funcional de PAF-ECF número IFL0232011, nome: Solução Empresarial PDV, versão: 7.0.0.0, código MD-5: c655d6e7f5f9ec16afd37b8ea288f84b
Podium Informática Ltda	02.765.624/0001-25	Laudo de Análise Funcional de PAF-ECF número IFL0252011, nome: SmartPDV, versão: 2.0.5, código MD-5: 8256F7F988BD39F601E6D78A24493035

4. Faculdade Idez - I10

EMPRESA DESENVOLVEDORA	CNPJ	ESPECIFICAÇÕES DO LAUDO
Softcom Tecnologia Ltda	06.220.266/0001-26	Laudo de Análise Funcional de PAF-ECF número i100342011, nome: SOFTSHOP, versão: 6.2, código MD-5: 10310101AA3A821A24AB1422A638318B Softshop

5. Instituto de Tecnologia do Paraná - TECPAR

EMPRESA DESENVOLVEDORA	CNPJ	ESPECIFICAÇÕES DO LAUDO
Nacional Automação e Serviços Ltda ME	01.816.199/0001-93	Laudo de Análise Funcional de PAF-ECF número TEC0112011, nome: NACIONAL SISTEMAS, versão: 2.3, código MD-5: 0549E7CC866BE717C1D139CCA90DB86A

6. Faculdades Integradas Espírito-Santenses - FAESA

EMPRESA DESENVOLVEDORA	CNPJ	ESPECIFICAÇÕES DO LAUDO
Visto Tecnologia Ltda	09.619.934/0001-80	Laudo de Análise Funcional de PAF-ECF número FAE0232011, nome: VistoPAF, versão: 2.0, código MD-5: 17C2C3B19F0A029FE412F452A28DD098

7. Fundação Percival Farquhar - UNIVALE

EMPRESA DESENVOLVEDORA	CNPJ	ESPECIFICAÇÕES DO LAUDO
JL Informática Ltda	71.248.934/0001-95	Laudo de Análise Funcional de PAF-ECF número FPF0072011, nome: PDV - Sistema Frente de Caixa, versão: 6.1, código MD-5: 8b2bfbf3a0e830bb45a6aec-ca79035a3

8. Fundação Instituto Nacional de Telecomunicações - FINATEL

EMPRESA DESENVOLVEDORA	CNPJ	ESPECIFICAÇÕES DO LAUDO
Vianna Empório Sistemas de Informação em Informática Ltda	07.568.427/0001-30	Laudo de Análise Funcional de PAF-ECF número INA0332011, nome: Caixa_ecf, versão: 1.0, código MD-5: c7920541591393edc30e2e4a8b92cdd3
Byte On Tecnologia Ltda	09.291.694/0001-38	Laudo de Análise Funcional de PAF-ECF número INA0362011, nome: Valor-PDV, versão: 3.0.681, código MD-5: 00e277f7e1d71cad2cfec4bcc79187b7

9. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - PUCRS

EMPRESA DESENVOLVEDORA	CNPJ	ESPECIFICAÇÕES DO LAUDO
LINX Sistemas e Consultoria Ltda	54.517.628/0001-98	Laudo de Análise Funcional de PAF-ECF número PRS0462011, nome: Frente de Caixa, versão: 2.0, código MD-5: b195428d5873e378fc51449521b73d95

10. Universidade Federal de Goiás - UFG

EMPRESA DESENVOLVEDORA	CNPJ	ESPECIFICAÇÕES DO LAUDO
Syncode Sistemas e Tecnologia Ltda-ME	04.429.915/0001-78	Laudo de Análise Funcional de PAF-ECF número UFG0132011, nome: SISTEMA UNIFAR, versão: 05.033, código MD-5: 3d10cd86434a1b910104855350682d9f*Uni-farAplicativo

11. Fundação Educacional Serra dos Órgãos - FESO

EMPRESA DESENVOLVEDORA	CNPJ	ESPECIFICAÇÕES DO LAUDO
Criar Consultoria Projetos e Sistemas Ltda	04.320.125/0001-50	Laudo de Análise Funcional de PAF-ECF número FSO0322011, nome: CIV, versão: 11.5.1, código MD-5: 903b4ff556e0453d6fd4ce2bc7c3c177
Altc Developer Ltda	07.002.549/0001-64	Laudo de Análise Funcional de PAF-ECF número FSO0302011, nome: CrtlCash, versão: 3.1, código MD-5: 4510df46eb0dd8bef458f8fbae814ba1

12. Fundação Visconde de Cairu - FVC

EMPRESA DESENVOLVEDORA	CNPJ	ESPECIFICAÇÕES DO LAUDO
João Pedro de Araujo Neto-EPP	07.209.977/0001-62	Laudo de Análise Funcional de PAF-ECF número FVC0422011, nome: SIMPRÁTICO PAF-ECF, versão: 1.0, código MD-5: d615e4268bc4f17805b8c1e3dbd56a98

13. Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo - IPT

EMPRESA DESENVOLVEDORA	CNPJ	ESPECIFICAÇÕES DO LAUDO
Raia S/A	60.605.664/0117-36	Laudo de Análise Funcional de PAF-ECF número IPT0332011, nome: PDV, versão: 3.05.076, código MD-5: ab2e212a00b4ed32012209919fdfca66
Prowork Ltda	65.516.213/0001-16	Laudo de Análise Funcional de PAF-ECF número IPT0342011, nome: PWCOMMERCE, versão: 03F02, código MD-5: 5c6403f7312285c4c437a524a1c54999

Habilitação a exercer a atividade de distribuição e revenda de ECF.

Nº 108 - O Secretário Executivo do Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso IX, do art. 5º do Regimento desse Conselho, e em cumprimento ao disposto na cláusula décima sétima do Convênio ICMS 09/09, de 3 de abril de 2009, torna público que está habilitado a exercer a atividade de distribuição e revenda de equipamentos Emissores de Cupom Fiscal (ECF) o seguinte estabelecimento:

DENOMINAÇÃO	CNPJ	ENDEREÇO
HUMBERTO FERREIRA DE NORONHA - ME	00.467.272/0001-04	Rua Dr. Barcelos nº 71 - Centro Carmo do Paranaíba - MG CEP: 38.840-000
ARCHANJO & MAXIMO INFORMATICA LTDA	71.175.178/0001-11	Rua Silvio de Oliveira, nº 48 Vila Cruz Poços de Caldas - MG CEP: 37.701-410
S A DE BARROS & CIA LTDA	05.488.860/0001-30	Rua Professor Jair Gaspar de Mendonça, 73 Bairro: Gruta de Lourdes Maceió - AL CEP: 57.052-665

MANUEL DOS ANJOS MARQUES TEIXEIRA

RETIFICAÇÃO

No Despacho nº 420/10, de 22 de julho de 2010, publicado no DOU de 23 de julho de 2010, Seção 1, página 15, onde se lê: "... CNPJ 11.795.248/0001-79...", leia-se: "...11.795.245/0001-79...".

PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL NO RIO DE JANEIRO
PROCURADORIA SECCIONAL DA FAZENDA NACIONAL EM RESENDE

PORTARIA Nº 1, DE 22 DE JUNHO DE 2011

Cancelamento de Certidão Positiva com Efeitos de Negativa expedida pela PGFN.

O PROCURADOR SECCIONAL DA FAZENDA NACIONAL EM RESENDE/RJ , no uso que lhe confere o inciso II, letras "b" e "f", do art. 52 do Regimento Interno da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, aprovado pela Portaria nº 138, de 1º de julho de 1997, publicada no DOU de 7 de julho de 1997, do Ministro de Estado e Fazenda, tendo em vista os arts. 11 e 12 do Decreto Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, o Decreto nº 83.937, de 06 de setembro de 1979, e considerando o despacho proferido no processo administrativo nº 17758.000016/2010-42, resolve:

Art. 1º Cancelar a Certidão Conjunta expedida sob o Código de Controle nº 58A1.B6C2.CA96.854C em favor de COMPANHIA FLUMINENSE DE REFRIGERANTES, CNPJ nº31.456.338/0001-86, datada de 13/06/2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS FERNANDO DE ALMEIDA DIAS E SOUZA

PROCURADORIAS REGIONAIS
3ª REGIÃO
PROCURADORIA DA DÍVIDA ATIVA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 18, DE 21 DE JUNHO DE 2011

Exclui pessoas físicas e jurídicas do Parcelamento Especial (PAES), de que trata o art. 1º da Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003.

O PROCURADOR CHEFE DA DIVISÃO DE DÍVIDA ATIVA DA PROCURADORIA REGIONAL DA FAZENDA NACIONAL DA 3ª REGIÃO, abaixo identificado, no uso da competência outorgada pelo art. 82 do Regimento Interno da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, aprovado pela Portaria nº 257, de 23 de junho de 2009, publicada no D.O.U de 25 de junho de 2009, tendo em vista o disposto nos arts. 1º e 7º da Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003, no art. 12 da Lei nº 11.033, de 21 de dezembro de 2004, nos arts. 9º a 17 da Portaria Conjunta PGFN/SRF nº 3, de 25 de agosto de 2004, na Portaria Conjunta PGFN/SRF nº 4, de 20 de setembro de 2004, declara:

Art. 1º Ficam excluídos do Parcelamento Especial (PAES) de que trata o art. 1º da Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003, de acordo com seu art. 7º, as pessoas físicas e jurídicas relacionadas no Anexo Único a este Ato Declaratório, tendo em vista que foi constatada a ocorrência de três meses consecutivos ou seis alternados sem recolhimento (a) dos tributos e contribuições objeto do PAES; (b) das parcelas deste; ou ainda (c) quando o recolhimento tenha sido efetuado em valor inferior ao fixado nos incisos II e III do § 3º, incisos I e II do § 4º e § 6º do art. 1º da Lei nº 10.684, de 2003.

Art. 2º É facultado ao sujeito passivo, no prazo de 10 dias, contado da data de publicação deste Ato Declaratório Executivo, apresentar recurso administrativo dirigido, nos termos do art. 14, §2º da Portaria Conjunta PGFN/SRF nº 3/2004, ao PROCURADOR-CHEFE DA DÍVIDA ATIVA NA PROCURADORIA REGIONAL DA FAZENDA NACIONAL DA 3ª REGIÃO, com endereço na Alameda Santos, nº 647, Cerqueira Cesar, São Paulo/SP, CEP 01419-001, mencionando o número do processo administrativo respectivo.

Art. 3º Não havendo apresentação de recurso no prazo previsto no art. 2º, a exclusão do PAES será definitiva.

Art. 4º Este Ato Declaratório entra em vigor na data de sua publicação.

MATHEUS CARNEIRO ASSUNÇÃO

ANEXO ÚNICO

Relação das pessoas excluídas do Parcelamento Especial (PAES), por motivo de inadimplência de três parcelas consecutivas, ou seis alternadas sem recolhimento ou com recolhimento inferior ao fixado nos incisos II e III do § 3º, incisos I e II do § 4º e § 6º do art. 1º da Lei nº. 10.684/2003:

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

CPF/CNPJ	PROCESSO ADM.
58.300.401/0001-47	19839.009316/2010-12
00.154.441/0001-48	19839.007493/2010-64
56.098.387/0001-15	19839.009205/2010-14
58.408.535/0001-86	19839.008754/2010-63
062.564.228-72	19839.009272/2010-21
111.189.268-70	19839.009589/2010-67
01.180.270/0001-94	19839.009240/2010-25
61.510.426/0001-80	19839.006961/2010-83
67.972.703/0001-52	19839.009412/2010-61
65.682.635/0001-61	19839.009191/2010-21
00.466.424/0001-46	19839.006935/2010-55
853.062.158-15	19839.007198/2010-16
58.721.275/0001-02	19839.009414/2010-50
51.486.223/0001-41	19839.006267/2010-66
43.418.425/0001-28	19839.006538/2010-83
69.098.424/0001-37	19839.009444/2010-66
68.222.421/0001-09	19839.006555/2010-11

SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL
SUPERINTENDÊNCIAS REGIONAIS
1ª REGIÃO FISCAL
ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO AEROPORTO INTERNACIONAL DE BRASÍLIA-PRESIDENTE JUSCELINO KUBITSCHEK

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 98, DE 17 DE JUNHO DE 2011

O INSPETOR-CHEFE ADJUNTO DA ALFÂNDEGA DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE BRASILIA - PRESIDENTE JUSCELINO KUBITSCHEK, no uso de suas atribuições e de acordo com a competência conferida pelo art. 11, § 3º da Instrução Normativa SRF nº 338, de 7 de julho de 2003, atendendo ao que consta do processo nº 10111.720256/2011-02 e com fundamento no art. 131 combinado com o art. 124 do Regulamento Aduaneiro, aprovado pelo Decreto nº 6.759, de 05/02/2009, declara: face à dispensa do pagamento de tributos, por efeito de depreciação, e após a publicação do presente ato no Diário Oficial da União, acha-se liberado para fins de transferência de propriedade o veículo marca OPEL, modelo VECTRA 1.6, ano 1996, cor verde, chassi W0L000036T1101711, desembaraçado pela Declaração de Importação nº 07/1225442-5, de 11/09/2007, registrada na Alfândega do Porto do Rio de Janeiro-RJ, de propriedade da Sra. DORIS ZOGG BOUCHAOUI, CPF 746.062.761-04, para o Sr. ELIAS ALVES QUARESMA, CPF 373.927.191-49.

Este Ato Declaratório somente produzirá efeitos perante o Departamento de Trânsito quando acompanhado de cópia da sua publicação no Diário Oficial da União.

LUIS EMILIO VINUEZA MARTINS

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CUIABÁ

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 275, DE 16 DE JUNHO DE 2011

Reconhece o direito à redução do imposto de renda das pessoas jurídicas e adicionais não restituíveis, incidentes sobre o lucro da exploração, relativo ao projeto de implantação do empreendimento na área de atuação da SUDAM, da pessoa jurídica que menciona.

O Delegado Adjunto da Receita Federal em Cuiabá-MT, no uso das atribuições previstas no artigo 295 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF n.º 587, de 21 de dezembro de 2010, publicada na Seção I do Diário Oficial da União de 23 de dezembro de 2010, e Portaria DRF - Cuiabá n° 125/2009, considerando o disposto no art. 1° da Medida Provisória n° 2.199-14, de 24 de agosto de 2001, com redação dada pela Lei n° 11.196, de 21 de novembro de 2005, art. 3º do Decreto n° 4.212, de 26 de abril de 2002, e art. 60 da Instrução Normativa SRF n° 267, de 23 de dezembro de 2002, declara:

Art. 1°. Fica reconhecido o direito da empresa Água Mineral Brunado Mineração Ltda CNPJ: 86.895.505/0001-87, à redução de 75% (setenta e cinco por cento) do imposto de renda das pessoas jurídicas - IRPJ e adicionais não restituíveis, incidentes sobre o lucro da exploração, relativo ao projeto de implantação do empreendimento da empresa na área de atuação da SUDAM, pelo prazo de 10 (dez) anos a partir do ano-calendário de 2008, com base no LAUDO CONSTITUTIVO N° 164/2008 da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM, conforme consta no processo administrativo n° 10183.000242/2009-01.

I - CNPJ do Estabelecimento Incentivado: 86.895.505/0001-87;

II - Localização: Fazenda São Pedro do Jatobá, S/N - Km 306 BR 364 - Bairro: Celma - CEP: 78820-000 - Jaciara/MT.

III - A atividade enquadra-se nos termos da alínea "h", do Inciso VI, do Art. 2º do Decreto n° 4.212/2002 - "Alimentos e Bebidas".

Art. 2º. O valor do imposto que deixar de ser pago em virtude da redução de que trata o artigo anterior, não poderá ser distribuído aos sócios e constituirá reserva de capital da pessoa jurídica, que somente poderá ser utilizada para absorção de prejuízos ou aumento do capital social, sendo considerada como distribuição do valor do imposto (art. 545 do Decreto n° 3.000, de 26 de março de 1999, Regulamento do Imposto de Renda - RIR):

I - a restituição de capital aos sócios, em casos de redução do capital social, até o montante do aumento com incorporação da reserva; e

II - a partilha do acervo líquido da sociedade dissolvida, até o valor do saldo da reserva de capital.

Art. 3°. A inobservância do disposto no artigo anterior, bem como a existência de débitos relativos a tributos ou contribuições federais, importará na perda do incentivo e obrigação de recolher o imposto que a pessoa jurídica tiver deixado de pagar, acrescido das penalidades cabíveis.

Art. 4°. Este Ato Declaratório entra em vigor na data de sua publicação.

RODOLFO COSTA MARQUES

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM GOIÂNIA
SERVIÇO DE CONTROLE E ACOMPANHAMENTO TRIBUTÁRIO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 31, DE 20 DE JUNHO DE 2011

Declara baixada inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica.

O CHEFE DO SERVIÇO DE CONTROLE E ACOMPANHAMENTO TRIBUTÁRIO DA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL EM GOIANIA/GO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Portaria nº 65/2011 (DOU 15/03/2011), e tendo em vista o disposto no artigo 30 c/c o artigo 28, inciso II da Instrução Normativa RFB nº 1.005, de 08 de fevereiro de 2010, e face ao constante no processo administrativo nº 13116.002659/2010-25, declara:

Art. 1º BAIXADA as inscrições no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ, abaixo relacionadas:

CNPJ nº 10.260.928/0001-69 - AMINA YASIN ALI

CNPJ nº 08.783.814/0001-51 TRANSPORTADORA VC LTDA.

Art. 2º O presente Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

REGINALDO PAIXÃO EMOS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 32, DE 21 DE JUNHO DE 2011

Declara inapta a inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica.

O CHEFE DO SERVIÇO DE CONTROLE E ACOMPANHAMENTO TRIBUTÁRIO DA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL EM GOIANIA/GO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Portaria nº 65 de 11/03/2011 (DOU 15/03/2011), e tendo em vista o disposto no inciso II, do artigo 39 da Instrução Normativa RFB nº 1.005, de 08 de fevereiro de 2010, e face ao constante no processo administrativo nº 10120.723078/2011-54, declara:

Art. 1º Inapta- não localizada a empresa TERRA BOA IND. E COM. DE FERTILIZANTES LTDA, CNPJ 01.768.522/0001-09.

Art. 2º O presente Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de 14/04/2011 .

REGINALDO PAIXÃO EMOS

2ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MACAPÁ
SEÇÃO DE CONTROLE E ACOMPANHAMENTO TRIBUTÁRIO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 12, DE 22 DE JUNHO DE 2011

Declara RESTABELECIDA a inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ.

O CHEFE DA SEÇÃO DE CONTROLE E ACOMPANHAMENTO TRIBUTÁRIO DA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MACAPÁ - AP, usando da competência atribuída pelo artigo 3º, inciso VI, da Portaria DRF/MCA nº 87, de 06 de agosto de 2007, publicada no Diário Oficial da União de 16 de agosto de 2007, seção 2, tendo em vista o disposto no artigo 236, inciso VI, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal, aprovado pela Portaria MF nº 587, de 21 de dezembro de 2011, publicada no Diário Oficial da União de 23 de dezembro de 2011 de acordo com o disposto no inciso I do artigo 33 da Instrução Normativa RFB nº 1.005 de 08 de fevereiro de 2010, publicada no Diário Oficial da União de 09 de fevereiro de 2010, declara:

Art. 1° RESTABELECIDA a inscrição no CNPJ/MF nº 03.863.919/0001-05, em nome de LIGA DESPORTIVA DE PEDRA BRANCA DO AMAPARI, baixada por inaptidão (Lei 11.941/2009 - art. 54), a pedido do contribuinte, comprovado o seu registro ativo no órgão competente, conforme processo nº 10235.001137/2010-61.

Art. 2° Os efeitos do cancelamento da baixa obedecem ao disposto no artigo 3º da Instrução Normativa RFB nº 1.035 de 28 de maio de 2010 (DOU 31/05/2010).

AFONSO MARIA DE SOUZA ÁVILA

3ª REGIÃO FISCAL

PORTARIA Nº 361, DE 21 DE JUNHO DE 2011

O SUPERINTENDENTE DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DA 3ª REGIÃO FISCAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos artigos 293 e 307 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 587, de 21.12.2010, publicada no DOU de 23.12.2010, e tendo em vista o disposto nos artigos 11 e 12 do Decreto-lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, regulamentado pelo Decreto nº 83.937, de 6 de setembro de 1979, resolve:

Art 1º. Delegar competência aos Superintendentes Adjuntos da 3ª Região Fiscal para, isolada ou conjuntamente, praticarem:

I - as atividades a que se refere o caput do artigo 293 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 587, de 21.12.2010, publicada no DOU de 23.12.2010, bem como os atos discriminados nos incisos I, II, VII, VIII, IX, XI, XII e XIII do mesmo dispositivo;

II - autorizar viagens a serviço, bem como os atos discriminados nos incisos I, II, III, V, VI e VII do artigo 307 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 587, de 21.12.2010, publicada no DOU de 23.12.2010;

III - expedir e assinar Ofícios, Memorandos e demais atos de comunicação oficial pertinentes às atividades executadas no Gabinete do Superintendente da Receita Federal do Brasil da 3ª Região Fiscal.

Art. 2º. Delegar competência à Superintendente Adjunta para praticar os atos de que tratam os artigos 293 e 307 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 587, de 21.12.2010, publicada no DOU de 23.12.2010, e demais atribuições delegadas ao dirigente desta Superintendência, nas faltas e impedimentos simultâneos do Superintendente e do Superintendente Substituto.

Art. 3º. Subdelegar competência aos Superintendentes Adjuntos da 3ª Região Fiscal, para, isolada ou conjuntamente, praticarem:

I - os atos relacionados na Portaria SRF nº 695, de 21.07.1999, referentes à participação de servidores em cursos e outros eventos que se realizem por iniciativa ou sob o patrocínio de pessoas jurídicas de direito privado ou de pessoas físicas;

II - os atos relacionados na Portaria SRF nº 1.044, de 30.08.2002, referentes a procedimentos para movimentação, alienação e outras formas de desfazimento de materiais geridos pelas unidades jurisdicionadas à 3ª RF;

III - os atos relacionados na Portaria SRF nº 1.235, de 11.12.2006, referentes à concessão de horário especial para servidor estudante;

IV- os atos relacionados na Portaria SRF nº 2328, de 03 de setembro de 2009, para autorizar a aquisição de assinatura de jornais, revistas, livros e demais publicações de natureza técnica para utilização no âmbito da 3ª RF, devendo-se restringir ao estritamente necessário ao desenvolvimento das atividades de cada unidade e condicionada à efetiva disponibilidade de recursos.

V - os atos relacionados na Portaria RFB nº 2968, de 21 de dezembro de 2009, alterada pela Portaria RFB nº 2041, de 15 de outubro de 2010, para autorizar a dispensa de ponto de servidores em exercício na 3ª RF para participação em eventos e atividades promovidos pelas respectivas entidades representativas de classes;

VI - A concessão de licença capacitação nos termos da Portaria SRF nº 448, de 22 de março de 2010.

Art. 4º- Subdelegar competência aos Delegados e Inspetores da Receita Federal do Brasil no âmbito da 3ª RF, os atos relacionados na Portaria SRF nº 2328, de 03 de setembro de 2009, para autorizar a aquisição de assinatura de jornais, revistas, livros e demais publicações de natureza técnica utilizadas nas respectivas unidades, devendo-se restringir ao estritamente necessário ao desenvolvimento das atividades de cada unidade e condicionada à efetiva disponibilidade de recursos.

Art. 5º Delegar competência:

I - Aos Superintendentes Adjuntos, Chefes de Divisão e Chefe de Serviço para remeter ao arquivo os processos e documentação não processual afetos aos respectivos setores, cuja fase corrente de utilização tenha se encerrado, observados os prazos determinados pela legislação tributária e os de arquivamento fixados na Tabela de Temporalidade de Documentos, bem como requisitar o desarquivamento temporário dos mesmos.

II - ao Chefe da Divisão de Tributação (Disit), para decidir sobre consultas relativas à interpretação da legislação tributária e proferir juízo de admissibilidade de recurso de divergência;

III - ao Chefe da Divisão de Administração Aduaneira (Diana), para decidir sobre consultas relativas à classificação de mercadorias.

IV - ao Chefe da Divisão de Gestão de Pessoas (Digep), para decidir sobre a concessão de direitos, vantagens, indenizações, gratificações, adicionais, ressarcimentos, consignações e benefícios de servidores em exercício nas unidades e subunidades subordinadas, quando importarem em despesa não superior a R$ 5.000,00 (cinco mil reais);

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

V - ao Chefe da Divisão de Fiscalização (Difis) e ao Chefe da Divisão de Repressão ao Contrabando e Descaminho (Direp) para praticarem, no âmbito de suas respectivas áreas de atuação, o ato discriminado no inciso VII do artigo 293 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 587, de 21.12.2010, publicada no DOU de 23.12.2010.

§ 1º. Até o último dia útil do mês imediatamente subseqüente ao da publicação das decisões a que se referem os incisos II e III, os chefes da Disit e da Diana encaminharão, ao GAB/SRRF03, relatório contendo os números dos processos, nomes dos consulentes e ementas de todas as decisões proferidas em consulta relativas, respectivamente, à interpretação da legislação tributária e à classificação de mercadorias;

§ 2º. Até o último dia útil do mês imediatamente subseqüente ao das concessões a que se refere o inciso IV, o chefe da Digep encaminhará, ao GAB/SRRF03, relatório dos atos concessivos praticados em favor dos servidores em exercício nas unidades e subunidades subordinadas, contendo nomes dos favorecidos, lotação e exercício, valores pagos e descrição sumária do benefício concedido. O relatório deverá conter também, informações referentes a valores superiores a R$5.000,00

Art. 6º. A autoridade delegante poderá avocar, a qualquer tempo e a seu critério, a decisão dos assuntos de que tratam as presentes delegações, sem que isto importe em revogação parcial ou total deste ato.

Art. 7º. É vedada a subdelegação das competências de que trata esta Portaria.

Art. 8º. Em todos os atos praticados em função das competências ora delegadas, deverão ser mencionados, após assinatura, o número e data da presente portaria.

Art. 9º. Ficam convalidados todos os atos praticados, nos termos desta Portaria.

Art. 10º. Fica revogada a Portaria SRRF03 n° 481, de 15.12.2009.

Art. 11º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

MOACYR MONDARDO JÚNIOR

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FLORIANO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 5, DE 22 DE JUNHO DE 2011

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE FLORIANO (PI), no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 307, inciso VI, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 587, de 21.12.2010, publicado no DOU - Edição, de 23.12.2010, tendo em vista o disposto no art. 72, inciso IV e no § 1º, "a" e "b" do mesmo artigo, da Lei nº 8.383/91, declara:

DEFERIDO o pedido de isenção do IOF - Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguros, ou relativas e Títulos ou Valores Mobiliários, incidente sobre a operação de financiamento para aquisição de automóvel de passageiros de fabricação nacional, com características especiais, de até 127 HP de potência bruta (SAE), a ser contratado (a) pelo (a) requerente RAIMUNDO FRANCISCO DA SILVA, CPF nº 181.714.603-30, solicitado através do processo nº 13362.720112/2011-84.

RAFAEL DOS SANTOS FERREIRA

4ª REGIÃO FISCAL

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 11, DE 21 DE JUNHO DE 2011

O SUPERINTENDENTE DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NA 4ª REGIÃO FISCAL, no uso das atribuições conferidas pelo Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 587, publicada no DOU de 23 de dezembro de 2010, da competência delegada pela Instrução Normativa nº 114, de 31 de dezembro de 2001, e considerando ainda o que consta do processo nº 18019.000412/2010-96, declara:

Art. 1º Fica prorrogada, a titulo provisório, até 15 de dezembro de 2011, a situação de fiscalização aduaneira prestado em caráter permanente, no Recinto Especial para Despacho Aduaneiro de Exportação - Redex, de uso coletivo, localizado na rua H, lotes 13, 16 e 19, Zona de Apoio Industrial, Distrito Industrial da cidade de Petrolina, Pernambuco, e administrado pela empresa Redex do Vale do São Francisco Ltda., inscrita no CNPJ sob o nº 10.348.838/0001-24.

Art. 2º Ficam mantidas as demais disposições do Ato Declaratório Executivo SRRF04 nº 17 de 13 de outubro de 2010.

Art. 3º Este Ato entra em vigor na data da sua publicação no Diário Oficial da União.

.

LUIZ FERNANDO TEIXEIRA NUNES

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM RECIFE

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 74, DE 21 DE JUNHO DE 2011

Habilita a pessoa jurídica que menciona a operar no REGIME ESPECIAL DE INCENTIVO PARA O DESENVOLVIMENTO DA INFRA-ESTRUTURA (REIDI).

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM RECIFE/PE, no uso das atribuições que lhe confere art. 295, inciso VI, da Portaria MF nº 587, de 21 de dezembro de 2010, e considerando o disposto na Lei nº 11.488, de 15/06/2007, no Decreto nº 6.144, de 03/07/2007, na Instrução Normativa RFB nº 758, de 25/07/2007, e o constante no processo administrativo nº 19647.003419/2011-15, declara:

Art. 1º. HABILITADA a operar como beneficiária do Regime Especial de Incentivo para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura (REIDI), a empresa CIA HIDRO ELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO - CNPJ nº 33.541.368/0001-16, sita à Rua Delmiro Gouveia nº 333, San Martin, município do Recife-PE, CEP 50.761-901, na forma da Instrução Normativa RFB nº 758, de 25/07/2007, e conforme Portaria nº 227, de 06 de abril de 2011, do Ministério de Minas e Energia.

Art. 2º. O benefício no REIDI poderá ser usufruído nas aquisições e importações realizadas no período de 5 (cinco) anos contado da data da habilitação da pessoa jurídica, titular do projeto de infraestrutura. (Lei nº 11.488/2007, art. 5º).

Art. 3º. A referida habilitação fica vinculada ao projeto constante do anexo II, da Portaria MME nº 227, de 06 de abril de 2011.

Art. 4º. Este ato entra em vigor na data de sua publicação.

JOÃO WANDERLEY REGUEIRA FILHO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 75, DE 21 DE JUNHO DE 2011

Habilita a pessoa jurídica que menciona a operar no REGIME ESPECIAL DE INCENTIVO PARA O DESENVOLVIMENTO DA INFRA-ESTRUTURA (REIDI).

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM RECIFE/PE, no uso das atribuições que lhe confere art. 295, inciso VI, da Portaria MF nº 587, de 21 de dezembro de 2010, e considerando o disposto na Lei nº 11.488, de 15/06/2007, no Decreto nº 6.144, de 03/07/2007, na Instrução Normativa RFB nº 758, de 25/07/2007, e o constante no processo administrativo nº 19647.003420/2011-31, declara:

Art. 1º. HABILITADA a operar como beneficiária do Regime Especial de Incentivo para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura (REIDI), a empresa CIA HIDRO ELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO - CNPJ nº 33.541.368/0001-16, sita à Rua Delmiro Gouveia nº 333, San Martin, município do Recife-PE, CEP 50.761-901, na forma da Instrução Normativa RFB nº 758, de 25/07/2007, e conforme Portaria nº 235, de 07 de abril de 2011, do Ministério de Minas e Energia.

Art. 2º. O benefício no REIDI poderá ser usufruído nas aquisições e importações realizadas no período de 5 (cinco) anos contado da data da habilitação da pessoa jurídica, titular do projeto de infraestrutura. (Lei nº 11.488/2007, art. 5º).

Art. 3º. A referida habilitação fica vinculada ao projeto constante do anexo I, da Portaria MME nº 235, de 07 de abril de 2011.

Art. 4º. Este ato entra em vigor na data de sua publicação.

JOÃO WANDERLEY REGUEIRA FILHO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 76, DE 21 DE JUNHO DE 2011

Habilita a pessoa jurídica que menciona a operar no REGIME ESPECIAL DE INCENTIVO PARA O DESENVOLVIMENTO DA INFRA-ESTRUTURA (REIDI).

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM RECIFE/PE, no uso das atribuições que lhe confere art. 295, inciso VI, da Portaria MF nº 587, de 21 de dezembro de 2010, e considerando o disposto na Lei nº 11.488, de 15/06/2007, no Decreto nº 6.144, de 03/07/2007, na Instrução Normativa RFB nº 758, de 25/07/2007, e o constante no processo administrativo nº 19647.003417/2011-18, declara:

Art. 1º. HABILITADA a operar como beneficiária do Regime Especial de Incentivo para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura (REIDI), a empresa CIA HIDRO ELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO - CNPJ nº 33.541.368/0001-16, sita à Rua Delmiro Gouveia nº 333, San Martin, município do Recife-PE, CEP 50.761-901, na forma da Instrução Normativa RFB nº 758, de 25/07/2007, e conforme Portaria nº 226, de 06 de abril de 2011, do Ministério de Minas e Energia.

Art. 2º. O benefício no REIDI poderá ser usufruído nas aquisições e importações realizadas no período de 5 (cinco) anos contado da data da habilitação da pessoa jurídica, titular do projeto de infraestrutura. (Lei nº 11.488/2007, art. 5º).

Art. 3º. A referida habilitação fica vinculada ao projeto constante do anexo I, da Portaria MME nº 226, de 06 de abril de 2011.

Art. 4º. Este ato entra em vigor na data de sua publicação.

JOÃO WANDERLEY REGUEIRA FILHO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 77, DE 21 DE JUNHO DE 2011

Habilita a pessoa jurídica que menciona a operar no REGIME ESPECIAL DE INCENTIVO PARA O DESENVOLVIMENTO DA INFRA-ESTRUTURA (REIDI).

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM RECIFE/PE, no uso das atribuições que lhe confere art. 295, inciso VI, da Portaria MF nº 587, de 21 de dezembro de 2010, e considerando o disposto na Lei nº 11.488, de 15/06/2007, no Decreto nº 6.144, de 03/07/2007, na Instrução Normativa RFB nº 758, de 25/07/2007, e o constante no processo administrativo nº 19647.003623/2011-28, declara:

Art. 1º. HABILITADA a operar como beneficiária do Regime Especial de Incentivo para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura (REIDI), a empresa CIA HIDRO ELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO - CNPJ nº 33.541.368/0001-16, sita à Rua Delmiro Gouveia nº 333, San Martin, município do Recife-PE, CEP 50.761-901, na forma da Instrução Normativa RFB nº 758, de 25/07/2007, e conforme Portaria nº 305, de 12 de maio de 2011, do Ministério de Minas e Energia.

Art. 2º. O benefício no REIDI poderá ser usufruído nas aquisições e importações realizadas no período de 5 (cinco) anos contado da data da habilitação da pessoa jurídica, titular do projeto de infraestrutura. (Lei nº 11.488/2007, art. 5º).

Art. 3º. A referida habilitação fica vinculada ao projeto constante do anexo I, da Portaria MME nº 305, de 12 de maio de 2011.

Art. 4º. Este ato entra em vigor na data de sua publicação.

JOÃO WANDERLEY REGUEIRA FILHO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 78, DE 21 DE JUNHO DE 2011

Habilita a pessoa jurídica que menciona a operar no REGIME ESPECIAL DE INCENTIVO PARA O DESENVOLVIMENTO DA INFRA-ESTRUTURA (REIDI).

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM RECIFE/PE, no uso das atribuições que lhe confere art. 295, inciso VI, da Portaria MF nº 587, de 21 de dezembro de 2010, e considerando o disposto na Lei nº 11.488, de 15/06/2007, no Decreto nº 6.144, de 03/07/2007, na Instrução Normativa RFB nº 758, de 25/07/2007, e o constante no processo administrativo nº 19647.003421/2011-86, declara:

Art. 1º. HABILITADA a operar como beneficiária do Regime Especial de Incentivo para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura (REIDI), a empresa CIA HIDRO ELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO - CNPJ nº 33.541.368/0001-16, sita à Rua Delmiro Gouveia nº 333, San Martin, município do Recife-PE, CEP 50.761-901, na forma da Instrução Normativa RFB nº 758, de 25/07/2007, e conforme Portaria nº 287, de 03 de maio de 2011, do Ministério de Minas e Energia.

Art. 2º. O benefício no REIDI poderá ser usufruído nas aquisições e importações realizadas no período de 5 (cinco) anos contado da data da habilitação da pessoa jurídica, titular do projeto de infraestrutura. (Lei nº 11.488/2007, art. 5º).

Art. 3º. A referida habilitação fica vinculada ao projeto constante do anexo I, da Portaria MME nº 287, de 03 de maio de 2011.

Art. 4º. Este ato entra em vigor na data de sua publicação.

JOÃO WANDERLEY REGUEIRA FILHO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 79, DE 21 DE JUNHO DE 2011

Habilita a pessoa jurídica que menciona a operar no REGIME ESPECIAL DE INCENTIVO PARA O DESENVOLVIMENTO DA INFRA-ESTRUTURA (REIDI).

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM RECIFE/PE, no uso das atribuições que lhe confere art. 295, inciso VI, da Portaria MF nº 587, de 21 de dezembro de 2010, e considerando o disposto na Lei nº 11.488, de 15/06/2007, no Decreto nº 6.144, de 03/07/2007, na Instrução Normativa RFB nº 758, de 25/07/2007, e o constante no processo administrativo nº 19647.003418/2011-62, declara:

Art. 1º. HABILITADA a operar como beneficiária do Regime Especial de Incentivo para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura (REIDI), a empresa CIA HIDRO ELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO - CNPJ nº 33.541.368/0001-16, sita à Rua Delmiro Gouveia nº 333, San Martin, município do Recife-PE, CEP 50.761-901, na forma da Instrução Normativa RFB nº 758, de 25/07/2007, e conforme Portaria nº 227, de 06 de abril de 2011, do Ministério de Minas e Energia.

Art. 2º. O benefício no REIDI poderá ser usufruído nas aquisições e importações realizadas no período de 5 (cinco) anos contado da data da habilitação da pessoa jurídica, titular do projeto de infraestrutura. (Lei nº 11.488/2007, art. 5º).

Art. 3º. A referida habilitação fica vinculada ao projeto constante do anexo I, da Portaria MME nº 227, de 06 de abril de 2011.

Art. 4º. Este ato entra em vigor na data de sua publicação.

JOÃO WANDERLEY REGUEIRA FILHO

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

5ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SALVADOR

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 27, DE 22 DE JUNHO DE 2011

Suspende as isenções previstas nos arts. 15, caput e § 1º, da Lei nº 9.532, de 10 de dezembro de 1997, e 13 e 14 da Medida provisória nº 2.158-35, da entidade abaixo qualificada, relativamente aos resultados apurados nos períodos-base compreendidos entre janeiro de 2007 e dezembro de 2008.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SALVADOR, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 295 do Regimento Interno da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 587, de 21 de dezembro de 2010, publicada no DOU de 23 de dezembro de 2010, declara SUSPENSAS as ISENÇÕES da CONTRIBUIÇÃO AO PROGRAMA DE INTEGRAÇÃO SOCIAL - PIS e da CONTRIBUIÇÃO PARA FINANCIAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL - COFINS, previstas nos arts. 15, caput e § 1º, da Lei nº 9.532/1997, 13 e 14 da Medida Provisória nº 2.158-35, de 24 de agosto de 2001, relativamente à entidade abaixo qualificada, no tocante aos resultados apurados nos períodos-base compreendidos entre outubro de 2007 e dezembro de 2008:

CNPJ	NOME EMPRESARIAL	PROCESSO
13.534.771/0001-00	PROBABY CLÍNICA INFANTIL E URGÊNCIAS LTDA	10580.722243/2011-33

RAIMUNDO PIRES DE SANTANA FILHO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 28, DE 22 DE JUNHO DE 2011

Suspende a imunidade prevista no artigo 150, VI, alínea "c" da Constituição Federal, da entidade abaixo qualificada, relativamente aos resultados apurados nos períodos-base compreendidos entre janeiro de 2007 a dezembro de 2008.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SALVADOR, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 295 do Regimento Interno da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 587, de 21 de dezembro de 2010, publicada no DOU de 23 de dezembro de 2010, declara SUSPENSA a IMUNIDADE do IMPOSTO SOBRE A RENDA DE PESSOA JURÍDICA, prevista no artigo 150, VI, alínea "c" da Constituição Federal, da entidade abaixo qualificada, relativamente aos resultados apurados nos períodos-base compreendidos entre outubro de 2007 a dezembro de 2008:

CNPJ	NOME EMPRESARIAL	PROCESSO
13.534.771/0001-00	PROBABY CLÍNICA INFANTIL E URGÊNCIAS LTDA	10580.722243/2011-33

RAIMUNDO PIRES DE SANTANA FILHO

6ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM BELO HORIZONTE

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 122, DE 16 DE JUNHO DE 2011

Determina o cancelamento de NIRF nos termos da Instrução Normativa n.º 830, de 18 de março de 2008

A Delegada da Receita Federal do Brasil em Belo Horizonte, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 295 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 587, de 21 de dezembro de 2010, publicada no DOU de 23/12/2010, e tendo em vista o disposto no art. 12 da Instrução Normativa SRF n.º 830, de 18 de março de 2008, resolve:

Art. 1º - Cancelar, de ofício, a inscrição do Número do Imóvel na Receita Federal (NIRF) 3.203.320-6, do imóvel sem denominação, com área de 6,0 ha, devido à duplicidade de inscrição com os NIRF´s 6.367.573-0, 6.438.617-1 (Processo n.º 15504.003835/200-89).

REGINA CÉLIA BATISTA CORDEIRO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 125, DE 17 DE JUNHO DE 2011

A DELEGADA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM BELO HORIZONTE, no uso das atribuições conferidas pelos artigos 203 e 292 do Regimento Interno da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 125, de 04 de março de 2009, publicada no DOU de 06/03/2009, e alterações posteriores; considerando o disposto no artigo 8º da Instrução Normativa da SRF 504 de 03 de fevereiro de 2005 e, ainda, o que consta do processo administrativo fiscal nº 13606.000076/202-38, resolve declarar:

1. Cancelado, de ofício, o Registro Especial sob o número 06101/133 da empresa Cachaça Bacana do Brasil Ltda, CNPJ n.º 03.255.084/0001-00, estabelecida a Rua Laura Margarida de Queiroz, nº 68, município de ITABIRITO/MG, CEP 35450-000, concedido através do Ato Declaratório Executivo nº 163, de 06 de dezembro de 2007.

2. Fica revogado o Ato Declaratório Executivo nº 163, de 06 de dezembro de 2007, publicado no DOU de 11/12/2007.

3. Este Ato Declaratório somente terá validade após a sua publicação no Diário Oficial da União.

REGINA CÉLIA BATISTA CORDEIRO

DIVISÃO DE TRIBUTAÇÃO

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 60, DE 22 DE JUNHO DE 2011

ASSUNTO: Simples Nacional

EMENTA: ATIVIDADE IMPEDITIVA E PERMITIDA. INFORMÁTICA. SUPORTE TÉCNICO E MANUTENÇÃO. O Anexo II da Resolução CGSN nº 6/2007 relaciona os códigos de atividades econômicas previstos na CNAE que abrangem concomitantemente atividade impeditiva e permitida ao Simples Nacional. A prestação de serviços de manutenção em sistemas de informática não obsta a opção ou a permanência no Simples Nacional. Os serviços de suporte técnico relacionados nas notas explicativas da classe 6209-1 da CNAE configuram atividade intelectual, de natureza técnica, o que veda a opção ou a permanência no Simples Nacional.

DISPOSITIVOS LEGAIS: Lei Complementar nº 123/2006, artigo 17, XI e § 2º, artigo 18, § 5º-B, IX, Resolução CGSN nº 6/2007, artigo 3º, caput e Anexo II.

MÁRIO HERMES SOARES CAMPOS
Chefe

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 61, DE 22 DE JUNHO DE 2011

ASSUNTO: Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins

EMENTA: COMÉRCIO VAREJISTA E ATACADISTA DE BATERIAS. Permanece reduzida a 0% (zero por cento) a alíquota da contribuição da COFINS relativamente à receita bruta auferida por comerciante atacadista ou varejista com a venda de acumuladores elétricos de chumbo para arranque dos motores de pistão, qualquer que seja a capacidade destes, porquanto tais produtos sujeitam-se à tributação concentrada no primeiro elo da cadeia produtiva, ou seja, a cargo dos fabricantes e importadores dos referidos produtos.

DISPOSITIVOS LEGAIS: Lei nº 10.485/2002, artigo 3º, II, § 2º e Anexo I, Anexo do Decreto nº 6.006/2006 (Tabela do IPI), Seção XVI, Capítulo 85, Ato Declaratório Executivo RFB nº 12/2010 e Regra Geral para Interpretação do Sistema Harmonizado nº 1.

ASSUNTO: Contribuição para o PIS/Pasep

EMENTA: COMÉRCIO VAREJISTA E ATACADISTA DE BATERIAS. Permanece reduzida a 0% (zero por cento) a alíquota da contribuição para o PIS relativamente à receita bruta auferida por comerciante atacadista ou varejista com a venda de acumuladores elétricos de chumbo para arranque dos motores de pistão, qualquer que seja a capacidade destes, porquanto tais produtos sujeitam-se à tributação concentrada no primeiro elo da cadeia produtiva, ou seja, a cargo dos fabricantes e importadores dos referidos produtos.

DISPOSITIVOS LEGAIS: Lei nº 10.485/2002, artigo 3º, II, § 2º e Anexo I, Anexo do Decreto nº 6.006/2006 (Tabela do IPI), Seção XVI, Capítulo 85, Ato Declaratório Executivo RFB nº 12/2010 e Regra Geral para Interpretação do Sistema Harmonizado nº 1.

MÁRIO HERMES SOARES CAMPOS
Chefe

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 63, DE 22 DE JUNHO DE 2011

ASSUNTO: Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins

EMENTA: NÃO CUMULATIVIDADE. EXPORTAÇÃO. TRANSPORTE INTERNACIONAL DE CARGAS. FRETE. CRÉDITOS. IMPOSSIBILIDADE. Não geram direito a créditos da Cofins os valores despendidos no pagamento de transporte internacional de mercadorias exportadas, ainda que a beneficiária do pagamento seja pessoa jurídica domiciliada no Brasil.

DISPOSITIVOS LEGAIS: Lei nº 10.833/2003, art. 3º, caput, incs. II e IX, e § 2º, e art. 15, inc. II; MP nº 2.158-35/2001, art. 14, inc. V; IN SRF nº 404/2004, art. 8º, caput, incs. I, 'b', e II, 'e', e §§ 4º e 9º, inc. II.

ASSUNTO: Contribuição para o PIS/Pasep

EMENTA: NÃO CUMULATIVIDADE. EXPORTAÇÃO. TRANSPORTE INTERNACIONAL DE CARGAS. FRETE. CRÉDITOS. IMPOSSIBILIDADE. Não geram direito a créditos da Contribuição para o PIS/Pasep os valores despendidos no pagamento de transporte internacional de mercadorias exportadas, ainda que a beneficiária do pagamento seja pessoa jurídica domiciliada no Brasil.

DISPOSITIVOS LEGAIS: Lei nº 10.637/2002, art. 3º, caput, inc. II, e § 2º; MP nº 2.158-35/2001, art. 14, inc. V; IN SRF nº 247/2002, art. 66, caput, inc. I, 'b', e § 5º.

MARIO HERMES SOARES CAMPOS
Chefe

7ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM NITERÓI

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 62, DE 22 DE JUNHO DE 2011

Declara baixada de Ofício a inscrição da entidade que menciona perante o Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ).

O DELEGADO ADJUNTO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM NITERÓI, no uso das atribuições que lhe confere o Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 587, de 21 de dezembro de 2010, publicada no D.O.U. de 23 de dezembro de 2010, declara:

Art. 1º Baixada a inscrição nº 12.827.948/0001-02 no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica da entidade J M S DACONCEIÇÃO BAR, RESTAURANTE E ENTRETENIMENTO, pelo cancelamento no órgão de registro, tendo em vista o disposto no inciso IV do art. 28 e no parágrafo único do artigo 32 da Instrução Normativa RFB nº 1005, de 08 de fevereiro de 2010 e ainda o que consta do processo administrativo nº 10886.720227/2011-71.

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 28/02/2011.

JULIO CESAR DO COUTO CANDIDO

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM VITÓRIA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 49, DE 20 DE JUNHO DE 2011

Baixa de Ofício de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ, conforme IN RFB 1.005/2010.

O Delegado da Receita Federal do Brasil em Vitória-ES, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto nos arts. 28, inciso II, e 30 da IN RFB nº 1.005/2010 e a decisão exarada no Processo Administrativo nº 15586.000494/2009-11, declara:

Art. 1º - Baixada de Ofício a inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica CONCEPTOS PARTICIPAÇÕES LTDA, CNPJ: 08.202.460/0001-04, por ter sido constatado tratar-se de entidade inexistente de fato.

LUIZ ANTÔNIO BOSSER

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 50, DE 20 DE JUNHO DE 2011

Baixa de Ofício de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ, conforme IN RFB 1.005/2010.

O Delegado da Receita Federal do Brasil em Vitória-ES, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto nos arts. 28, inciso II, e 30 da IN RFB nº 1.005/2010 e a decisão exarada no Processo Administrativo nº 15586.000487/2009-19, declara:

Art. 1º - Baixada de Ofício a inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica SANKYO ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÃO SA, CNPJ: 03.295.305/0001-66, por ter sido constatado tratar-se de entidade inexistente de fato.

LUIZ ANTÔNIO BOSSER

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 51, DE 21 DE JUNHO DE 2011

Declara inapta a inscrição de entidade no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica-CNPJ, conforme IN RFB 1.005/2010

O Delegado da Receita Federal do Brasil em Vitória-ES, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no § 5º do art. 81 da Lei 9.430/96, com a redação dada pela Lei nº 11.941/09, e nos arts. 39 e 41 da IN RFB nº 1.005/2010, bem como a decisão exarada no Processo Administrativo nº 19515.002678/2009-00, declara:

Art. 1º - Inapta a inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica CNPJ nº 03.565.523/0001-73, da sociedade TOTAL TRADING LTDA, uma vez que a pessoa jurídica não foi localizada no endereço informado no CNPJ.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Art. 2º - Serão considerados inidôneos, não produzindo efeitos tributários em favor de terceiro interessado, os documentos emitidos pela pessoa jurídica TOTAL TRADING LTDA a partir da data de publicação deste Ato Declaratório Executivo.

LUIZ ANTÔNIO BOSSER

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 52, DE 22 DE JUNHO DE 2011

Concede Registro Especial a engarrafador de bebidas alcoólicas, nos termos da IN- SRF nº 504/2005

O Delegado da Receita Federal do Brasil em Vitória no Estado do Espírito Santo, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 295 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 587, de 21 de dezembro de 2010, considerando o disposto no artigo 336 do Decreto 7.212, de 15 de junho de 2010, bem como o disposto no art.3º da Instrução Normativa SRF nº 504, de 03 de fevereiro de 2005, e alterações posteriores, declara:

:Art. 1º Concedido Regime Especial, na atividade de engarrafador de bebidas alcoólicas de que trata a Instrução Norma\tiva SRF nº 504/2005, sob o nº 07201/0421, ao estabelecimento da empresa JOSÉ ANTÔNIO TESSAROLO ME inscrito no CNPJ sob nº 07.595.561/0001-20, localizado no Sitio São Francisco,s/n- Três Irmãos- Distrito de Guaraná, Município de Aracruz- ES, de acordo com os autos do processo de nº 10783.720447/2011-53

Art. 2º O Registro Especial poderá ser cancelado, a qualquer tempo, na ocorrência de uma das situações previstas no caput do art. 8º da referida Instrução Normativa, especialmente no caso de desatendimento ou inobservância dos requisitos que condicionaram sua concessão

Art.3º O presente Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação

LUIZ ANTÔNIO BOSSER

INSPETORIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 40, DE 14 DE JUNHO DE 2011

Inscrição no registro de Despachante Aduaneiro de que trata a IN DpRF nº 109, de 02 de outubro de 1992.

O INSPETOR-CHEFE DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 295 e 307, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 587/2010, publicada no D.O.U. de 23 de dezembro de 2010, com fundamento no artigo 810 do Decreto nº 6759, de 05 de fevereiro de 2009, com a redação que lhe foi dada pelo artigo 1º do Decreto nº 7213, de 15 de junho de 2010, e nos termos do artigo 5º da Instrução Normativa DpRF nº 109, de 02 de outubro de 1992, declara:

Art. 1º Excluído do Registro de Ajudantes de Despachante Aduaneiro, em razão de incluir no Registro de Despachantes Aduaneiros, as seguintes inscrições:

INSCRIÇÃO	NOME	CPF	PROCESSO
7A/01.456	ALEX CRISTIAN FIGUEIRA ANTUNES	022.012.887-12	12448.727314/2011-44
7A/03.729	MELICIA NOVAES VIGNOLI	086.908.347-37	12448.723882/2011-76
7A/03.718	WAGNER DAS NEVES PIMENTEL	038.100.787-19	12448.725209/2011-71
7A/03.988	JONATHAN ROSA FERNANDES	112.189.777-01	10074.720024/2011-30

Art. 2º Incluído no Registro de Despachantes Aduaneiros, com fundamento no art. 810 do Decreto nº 6759, de 05 de fevereiro de 2009, as seguintes inscrições:

INSCRIÇÃO	NOME	CPF	PROCESSO
7D/02.673	ALEX CRISTIAN FIGUEIRA ANTUNES	022.012.887-12	12448.727314/2011-44
7D/02.674	MELICIA NOVAES VIGNOLI	086.908.347-37	12448.723882/2011-76
7D/02.675	WAGNER DAS NEVES PIMENTEL	038.100.787-19	12448.725209/2011-71
7D/02.676	JONATHAN ROSA FERNANDES	112.189.777-01	10074.720024/2011-30

Art. 3º Este ato entra em vigor na data de sua publicação no Diário oficial da União.

JORGE HENRIQUE BARBOSA SOUZA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 41, DE 14 DE JUNHO DE 2011

Inscrição no registro de Ajudante de Despachante Aduaneiro de que trata a IN DpRF nº 109, de 02 de outubro de 1992.

O INSPETOR-CHEFE DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 295 e 307, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 587/2010, publicada no D.O.U. de 23 de dezembro de 2010, com fundamento no artigo 810 do Decreto nº 6759, de 05 de fevereiro de 2009, com a redação que lhe foi dada pelo artigo 1º do Decreto nº 7213, de 15 de junho de 2010, e nos termos do artigo 5º da Instrução Normativa DpRF nº 109, de 02 de outubro de 1992, declara:

Art. 1º Incluído do Registro de Ajudantes de Despachante Aduaneiro, as seguintes inscrições:

INSCRIÇÃO	NOME	CPF	PROCESSO
7A/04.723	BRUNA MARTINS DO AMARAL	104.353.737-65	18470.722056/2011-17
7A/04.724	EDUARDO SANT'ANA DA CUNHA	101.797.997-97	12448.724436/2011-89
7A/04.725	GABRIEL AMORIM CAMARGO	109.814.677-84	10073.000968/2010-16
7A/04.726	JOSE ALVES DOS SANTOS FILHO	731.301.767-72	12448.724081/2011-28
7A/04.727	KEISIM SAITO	088.884.107-83	10768.003264/2009-43
7A/04.728	LUCIMAR RODRIGUES DOS SANTOS	014.262.957-07	10074.720038/2011-53
7A/04.729	PATRICIA MENTZINGEN GONÇALVES	897.853.397-34	12448.724353/2011-90
7A/04.730	EMERSON FELICIANO DE MELO	083.681.357-02	12448.723725/2011-61
7A/04.731	ERICO CARLO LEITE PEREIRA	055.183.327-00	18470.722627/2011-13

Art. 2º Este ato entra em vigor na data de sua publicação no Diário oficial da União.

JORGE HENRIQUE BARBOSA SOUZA

8ª REGIÃO FISCAL
ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DO PORTO DE SANTOS

PORTARIA Nº 226, DE 21 DE JUNHO DE 2011

Disciplina o controle de entrada, saída e movimentação de contêineres acondicionando cargas nacionais ou nacionalizadas destinadas ao mercado interno, em transporte de cabotagem, nos recintos alfandegados jurisdicionados pela Alfândega da Receita Federal do Brasil do Porto de Santos.

O INSPETOR-CHEFE DA ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DO PORTO DE SANTOS, no uso da atribuição prevista no inciso VI do art. 307 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, aprovado pela Portaria MF nº 587, de 21 de dezembro de 2010, publicada no DOU de 23 de dezembro de 2010, e tendo em vista o disposto nos artigos 669 e 670 do Decreto nº 6.759, de 5 de fevereiro de 2009 (Regulamento Aduaneiro), resolve:

Art. 1º - O controle de entrada, saída e movimentação de contêineres acondicionando cargas nacionais ou nacionalizadas destinadas ao mercado interno, em transporte de cabotagem, nos recintos alfandegados jurisdicionados pela Alfândega da Receita Federal do Porto de Santos (ALF/STS) será realizado em conformidade com o disposto nesta Portaria.

§ 1º - Para efeitos desta Portaria é considerado transporte de cabotagem aquele realizado somente com carga nacional entre portos nacionais, em trechos de navegação marítima ou em trechos de navegação marítima e interior do território brasileiro, não se confundindo com o transporte dos casos disciplinados pelo art. 37 da Instrução Normativa RFB nº 800, de 27 de dezembro de 2007.

§ 2º - As informações necessárias aos controles referidos no caput serão prestadas à ALF/STS pelos intervenientes por meio do manifesto eletrônico de Cabotagem (CAB), definido no na alínea "d" do inciso III do § 1º do art. 2o da IN RFB no 800, de 2007.

Art. 2º - O credenciamento do recinto alfandegado para operar o transporte de cabotagem, referido no caput do art. 1º, deve ser solicitado à ALF/STS, ficando condicionado:

I - à delimitação de áreas distintas destinadas à armazenagem das mercadorias importadas ou a exportar das áreas de armazenagem das cargas de cabotagem; e

II - ao desenvolvimento e manutenção de controle informatizado de entrada, movimentação, depósito e saída das mercadorias de cabotagem.

§ 1º - Só serão credenciados os recintos alfandegados que realizam a operação portuária dos navios com cargas de cabotagem.

§ 2º - O depósito em área alfandegada deve ter como único objetivo a operacionalização do embarque (pré-stacking) e do desembarque (stacking) dos contêineres, vedado o seu armazenamento ou permanência no recinto por prazo superior ao estritamente necessário à operação do navio.

§ 3º - A segregação de que trata o inciso I poderá ser dispensada desde que o recinto forneça, via sistema informatizado, a localização tridimensional, com as coordenadas de posicionamento dos contêineres.

§ 4º - O sistema informatizado, previsto no inciso II deve ser disponibilizado em tempo real pela web, com acesso remoto pela fiscalização por certificação digital (e-cpf), permitindo a consulta, para obter-se, dentre outras informações:

a) o estoque dos contêineres de cabotagem descarregados, indicando, o Conhecimento Eletrônico (CE), código/nome do navio transportador, CNPJ do consignatário, descrição sumária da mercadoria, peso manifestado/apurado, o número do lacre e, quando da entrega, a data/hora, a placa do veículo, o CPF do motorista e o número da Nota Fiscal;

b) o estoque de contêines de cabotagem a serem embarcados, indicando a data/hora da entrada, a placa do veículo, o CPF do motorista, o número do conhecimento de tranporte rodoviário se houver, o CNPJ e o número da Nota Fiscal do adquirente, descrição sumária da mercadoria, peso indicado/apurado, o lacre, data/hora e o nome/ código no navio transportador previstos e, após o embarque, os dados efetivos.

c) a movimentação por período, com filtros de seleção por contêiner, por CE e por CNPJ, por código de navio.

Art. 3º - Sem prejuízo de outras penalidades previstas na legislação, o descumprimento de qualquer dispositivo desta Portaria sujeitará o infrator às sanções previstas no art. 76 da Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003.

Art. 4º - As autorizações já concedidas aos recintos alfandegados permanecem válidas até 31/12/2011, cabendo ao depositário que desejar continuar operando contêineres de cabotagem, obter previamente novo credenciamento, oportunidade em que deverá comprovar o atendimento aos requisitos ora fixados.

Art. 5º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ ANTONIO GAETA MENDES

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM ARAÇATUBA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 5, DE 20 DE JUNHO DE 2011

Retifica o número do Registro Especial para operação com papel destinado à impressão de livros, jornais e periódicos.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM ARAÇATUBA/SP, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 295 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 587, de 21 de dezembro de 2010, e alterações, tendo em vista o disposto na Instrução Normativa - RFB nº 976, de 07 de dezembro de 2009, e alterações, declara:

Art. 1º - Retificado o número do Registro Especial concedido às pessoas jurídicas abaixo relacionadas, nos respectivos Atos Declaratórios Executivos (ADE), para operação com papel destinado à impressão de livros, jornais e periódicos, de que trata a IN RFB nº 976, de 07 de dezembro de 2009, e alterações:

CNPJ	RAZÃO SOCIAL	ADE Nº	DOU	DE	PARA
01.010.003/0001-79	Debate Empresa Jornalistica Ltda	08	20/05/10	UP-08103/065	UP-08102/037
05.671.925/0001-88	Editora Clube Ltda-EPP	17	26/05/10	UP-08102/022	UP-08102/038
44.417.657/0001-24	Editora Folha da Região de Araçatuba Ltda	11	24/05/10	UP-08102/001	UP-08102/039
10.610.444/0001-00	Editora Gráfica Dorival Donizete Barbosa Ltda-EPP	07	20/05/10	GP-08102/029	GP-08102/040
03.965.011/0001-02	Editora 4 Cores Ltda-ME	21	07/06/10	UP-08107/045	UP-08102/041
61.410.759/0001-37	Empresa Gráfica e Editora o Jornal Ltda	24	29/06/10	UP-08102/003	UP-08102/042
05.909.889/0001-48	Garcia & Ramos Editora Ltda-ME	25	29/06/10	UP-08102/023	UP-08102/043
06.078.188/0001-77	Gráfica e Editora Ativa Salgadense Ltda-ME	13	24/05/10	UP-08102/028	UP-08102/044
55.582.548/0001-89	Grafisa - Santos Gráfica e Editora Ltda	30	24/08/10	UP-08107/045	UP-08102/045
07.195.652/0001-78	Jhonattan Oyo Oliveira-ME	14	26/05/10	UP-08102/025	UP-08102/046
15.446.479/0001-61	Layout Gráfica e Editora Ltda-ME	23	17/06/10	UP-08107/050	UP-08102/047
03.244.678/0001-08	Luciana Cristina Possebom Bologna Jales-ME	19	01/06/10	GP-08107/102	GP-08102/048
03.244.678/0001-08	Luciana Cristina Possebom Bologna Jales-ME	19	01/06/10	UP-08107/103	UP-08102/049
05.613.626/0001-97	Luiz Gustavo Amorim Correa-ME	16	26/05/10	UP-08102/026	UP-08102/050
03.602.763/0001-09	M A G Baleroni-ME	03	11/05/10	UP-08102/011	UP-08102/051
06.276.590/0001-66	Mariana e Marcelo Impressão de Jornais e Gráfica Ltda ME	09	20/05/10	GP-08103/064	GP-08102/052
00.790.244/0001-15	1000Cores Impressora Ltda	06	20/05/10	GP-08102/006	GP-08102/053
52.287.927/0001-58	Penápolis Gráfica e Editora Ltda-EPP	05	17/05/10	GP-08102/002	GP-08102/054
05.953.553/0001-82	Print Graf Gráfica e Editora Ltda-ME	28	30/07/10	GP-08102/027	GP-08102/055
08.319.289/0001-18	Raízes Gráfica e Editora Ltda-ME	10	20/05/10	GP-08103/067	GP-08102/056
06.769.276/0001-15	Temas e Artes - Gráfica e Editora Ltda-ME	12	24/05/10	GP-08102/024	GP-08102/057

Art. 2º - Este Ato Declaratório Executivo terá validade a partir de sua publicação no DOU.

EDENILSON NUNES FREITAS

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MARÍLIA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 27, DE 21 DE JUNHO DE 2011

Declara alterado o Registro Especial - Papel Imune.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MARÍLIA, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 295, 296, 300 e 307, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 587, de 21 de dezembro de 2010, publicada no DOU de 23 de dezembro de 2010, e de acordo com o disposto nos §§ 1º e 4º do artigo 14 e artigos 2º e 3º da Instrução Normativa RFB nº 976, de 07 de dezembro de 2009, com as alterações promovidas pela IN RFB nº 1.011, de 23/02/2010 e IN/RFB nº 1.048, de 29/06/2010, declara:

Art. 1º ALTERADO para Registro Especial RE nº UP-08118/00080, de 17/6/2011, o RE nº UP-08118/00035 concedido por meio do Ato Declaratório Executivo nº 00052/2002, de 26/8/2002, publicado no DOU de 3/9/2002, conforme consta do processo administrativo nº 13831.000180/2002-69, renovado por meio do Ato Declaratório Executivo nº 00056/2010, de 17/6/2010, publicado no DOU de 21/6/2010, da empresa EDIÇÕES CRISTÃS EDITORA LTDA ME, CNPJ nº 43.672.187/0001-82.

Art. 2º Permanecem inalteradas as demais disposições contidas nos Atos Declaratórios Executivos nº 00052/2002 e 00056/2010 acima citados.

Art. 3º Este Ato Declaratório entra em vigor na data de sua publicação.

IVAN SILVEIRA MALHEIROS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 28, DE 21 DE JUNHO DE 2011

Declara alterado o Registro Especial - Papel Imune.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MARÍLIA, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 295, 296, 300 e 307, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 587, de 21 de dezembro de 2010, publicada no DOU de 23 de dezembro de 2010, e de acordo com o disposto nos §§ 1º e 4º do artigo 14 e artigos 2º e 3º da Instrução Normativa RFB nº 976, de 07 de dezembro de 2009, com as alterações promovidas pela IN RFB nº 1.011, de 23/02/2010 e IN/RFB nº 1.048, de 29/06/2010, declara:

Art. 1º ALTERADO para Registro Especial RE nº GP-08118/00081, de 17/6/2011, o RE nº GP-08118/00037 concedido por meio do Ato Declaratório Executivo nº 00052/2002, de 26/8/2002, publicado no DOU de 3/9/2002, conforme consta do processo administrativo nº 13831.000180/2002-69, renovado por meio do Ato Declaratório Executivo nº 00056/2010, de 17/6/2010, publicado no DOU de 21/6/2010, da empresa EDIÇÕES CRISTÃS EDITORA LTDA ME, CNPJ nº 43.672.187/0001-82.

Art. 2º Permanecem inalteradas as demais disposições contidas nos Atos Declaratórios Executivos nº 00052/2002 e 00056/2010 acima citados.

Art. 3º Este Ato Declaratório entra em vigor na data de sua publicação.

IVAN SILVEIRA MALHEIROS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 29, DE 21 DE JUNHO DE 2011

Declara alterado o Registro Especial - Papel Imune.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MARÍLIA, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 295, 296, 300 e 307, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 587, de 21 de dezembro de 2010, publicada no DOU de 23 de dezembro de 2010, e de acordo com o disposto nos §§ 1º e 4º do artigo 14 e artigos 2º e 3º da Instrução Normativa RFB nº 976, de 07 de dezembro de 2009, com as alterações promovidas pela IN RFB nº 1.011, de 23/02/2010 e IN/RFB nº 1.048, de 29/06/2010, declara:

Art. 1º ALTERADO para Registro Especial RE nº UP-08118/00082, de 17/6/2011, o RE nº UP-08118/00005 concedido por meio do Ato Declaratório Executivo nº 00005/2002, de 18/2/2002, publicado no DOU de 22/2/2002, conforme consta do processo administrativo nº 13826.000381/2001-54, renovado por meio do Ato Declaratório Executivo nº 00058/2010, de 17/6/2010, publicado no DOU de 21/6/2010, da empresa EMPRESA JORNALÍSTICA DIÁRIO DE ASSIS LTDA, CNPJ nº 04.269.418/0001-50.

Art. 2º Permanecem inalteradas as demais disposições contidas nos Atos Declaratórios Executivos nº 00005/2002 e 00058/2010 acima citados.

Art. 3º Este Ato Declaratório entra em vigor na data de sua publicação.

IVAN SILVEIRA MALHEIROS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 30, DE 21 DE JUNHO DE 2011

Declara alterado o Registro Especial - Papel Imune.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MARÍLIA, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 295, 296, 300 e 307, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 587, de 21 de dezembro de 2010, publicada no DOU de 23 de dezembro de 2010, e de acordo com o disposto nos §§ 1º e 4º do artigo 14 e artigos 2º e 3º da Instrução Normativa RFB nº 976, de 07 de dezembro de 2009, com as alterações promovidas pela IN RFB nº 1.011, de 23/02/2010 e IN/RFB nº 1.048, de 29/06/2010, declara:

Art. 1º ALTERADO para Registro Especial RE nº UP-08118/00083, de 17/6/2011, o RE nº UP-08118/00018 concedido por meio do Ato Declaratório Executivo nº 00020/2002, de 12/3/2002, publicado no DOU de 19/3/2002, conforme consta do processo administrativo nº 13833.000016/2002-31, renovado por meio do Ato Declaratório Executivo nº 00044/2010, de 14/6/2010, publicado no DOU de 16/6/2010, da empresa EMPRESA JORNALÍSTICA ELO REGIONAL LTDA ME, CNPJ nº 44.689.339/0002-01.

Art. 2º Permanecem inalteradas as demais disposições contidas nos Atos Declaratórios Executivos nº 00020/2002 e 00044/2010 acima citados.

Art. 3º Este Ato Declaratório entra em vigor na data de sua publicação.

IVAN SILVEIRA MALHEIROS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 31, DE 21 DE JUNHO DE 2011

Declara alterado o Registro Especial - Papel Imune.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MARÍLIA, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 295, 296, 300 e 307, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 587, de 21 de dezembro de 2010, publicada no DOU de 23 de dezembro de 2010, e de acordo com o disposto nos §§ 1º e 4º do artigo 14 e artigos 2º e 3º da Instrução Normativa RFB nº 976, de 07 de dezembro de 2009, com as alterações promovidas pela IN RFB nº 1.011, de 23/02/2010 e IN/RFB nº 1.048, de 29/06/2010, declara:

Art. 1º ALTERADO para Registro Especial RE nº UP-08118/00084, de 17/6/2011, o RE nº UP-08118/00017 concedido por meio do Ato Declaratório Executivo nº 00019/2002, de 8/3/2002, publicado no DOU de 12/3/2002, conforme consta do processo administrativo nº 13833.000017/2002-86, renovado por meio do Ato Declaratório Executivo nº 00045/2010, de 14/6/2010, publicado no DOU de 16/6/2010, da empresa EMPRESA JORNALÍSTICA ELO REGIONAL LTDA ME, CNPJ nº 44.689.339/0001-12.

Art. 2º Permanecem inalteradas as demais disposições contidas nos Atos Declaratórios Executivos nº 00019/2002 e 00045/2010 acima citados.

Art. 3º Este Ato Declaratório entra em vigor na data de sua publicação.

IVAN SILVEIRA MALHEIROS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 32, DE 21 DE JUNHO DE 2011

Declara alterado o Registro Especial - Papel Imune.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MARÍLIA, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 295, 296, 300 e 307, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 587, de 21 de dezembro de 2010, publicada no DOU de 23 de dezembro de 2010, e de acordo com o disposto nos §§ 1º e 4º do artigo 14 e artigos 2º e 3º da Instrução Normativa RFB nº 976, de 07 de dezembro de 2009, com as alterações promovidas pela IN RFB nº 1.011, de 23/02/2010 e IN/RFB nº 1.048, de 29/06/2010, declara:

Art. 1º ALTERADO para Registro Especial RE nº UP-08118/00085, de 17/6/2011, o RE nº UP-08118/00007 concedido por meio do Ato Declaratório Executivo nº 00009/2002, de 28/2/2002, publicado no DOU de 12/3/2002, conforme consta do processo administrativo nº 13826.000071/2002-11, renovado por meio do Ato Declaratório Executivo nº 00033/2010, de 1/6/2010, publicado no DOU de 7/6/2010, da empresa EMPRESA JORNALÍSTICA J A LTDA, CNPJ nº 00.493.287/0001-39.

Art. 2º Permanecem inalteradas as demais disposições contidas nos Atos Declaratórios Executivos nº 00009/2002 e 00033/2010 acima citados.

Art. 3º Este Ato Declaratório entra em vigor na data de sua publicação.

IVAN SILVEIRA MALHEIROS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 33, DE 21 DE JUNHO DE 2011

Declara alterado o Registro Especial - Papel Imune.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MARÍLIA, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 295, 296, 300 e 307, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 587, de 21 de dezembro de 2010, publicada no DOU de 23 de dezembro de 2010, e de acordo com o disposto nos §§ 1º e 4º do artigo 14 e artigos 2º e 3º da Instrução Normativa RFB nº 976, de 07 de dezembro de 2009, com as alterações promovidas pela IN RFB nº 1.011, de 23/02/2010 e IN/RFB nº 1.048, de 29/06/2010, declara:

Art. 1º ALTERADO para Registro Especial RE nº UP-08118/00086, de 17/6/2011, o RE nº UP-08118/00012 concedido por meio do Ato Declaratório Executivo nº 00011/2002, de 4/3/2002, publicado no DOU de 11/3/2002, conforme consta do processo administrativo nº 13831.000314/2001-61, renovado por meio do Ato Declaratório Executivo nº 00050/2010, de 14/6/2010, publicado no DOU de 16/6/2010, da empresa EMPRESA JORNALÍSTICA SERGIO FLEURY MORAES LTDA, CNPJ nº 49.879.034/0001-97.

Art. 2º Permanecem inalteradas as demais disposições contidas nos Atos Declaratórios Executivos nº 00011/2002 e 00050/2010 acima citados.

Art. 3º Este Ato Declaratório entra em vigor na data de sua publicação.

IVAN SILVEIRA MALHEIROS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 34, DE 21 DE JUNHO DE 2011

Declara alterado o Registro Especial - Papel Imune.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MARÍLIA, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 295, 296, 300 e 307, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 587, de 21 de dezembro de 2010, publicada no DOU de 23 de dezembro de 2010, e de acordo com o disposto nos §§ 1º e 4º do artigo 14 e artigos 2º e 3º da Instrução Normativa RFB nº 976, de 07 de dezembro de 2009, com as alterações promovidas pela IN RFB nº 1.011, de 23/02/2010 e IN/RFB nº 1.048, de 29/06/2010, declara:

Art. 1º ALTERADO para Registro Especial RE nº UP-08118/00087, de 17/6/2011, o RE nº UP-08118/00014 concedido por meio do Ato Declaratório Executivo nº 00016/2002, de 5/3/2002, publicado no DOU de 12/3/2002, conforme consta do processo administrativo nº 13833.000151/2001-04, renovado por meio do Ato Declaratório Executivo nº 00028/2010, de 31/5/2010, publicado no DOU de 1/6/2010, da empresa EMPRESA JORNALÍSTICA SUPERIOR LTDA ME, CNPJ nº 47.584.685/0001-24.

Art. 2º Permanecem inalteradas as demais disposições contidas nos Atos Declaratórios Executivos nº 00016/2002 e 00028/2010 acima citados.

Art. 3º Este Ato Declaratório entra em vigor na data de sua publicação.

IVAN SILVEIRA MALHEIROS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 35, DE 21 DE JUNHO DE 2011

Declara alterado o Registro Especial - Papel Imune.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MARÍLIA, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 295, 296, 300 e 307, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 587, de 21 de dezembro de 2010, publicada no DOU de 23 de dezembro de 2010, e de acordo com o disposto nos §§ 1º e 4º do artigo 14 e artigos 2º e 3º da Instrução Normativa RFB nº 976, de 07 de dezembro de 2009, com as alterações promovidas pela IN RFB nº 1.011, de 23/02/2010 e IN/RFB nº 1.048, de 29/06/2010, declara:

Art. 1º ALTERADO para Registro Especial RE nº UP-08118/00088, de 17/6/2011, o RE nº UP-08118/00004 concedido por meio do Ato Declaratório Executivo nº 00004/2002, de 18/2/2002, publicado no DOU de 22/2/2002, conforme consta do processo administrativo nº 13830.001425/2001-02, renovado por meio do Ato Declaratório Executivo nº 00029/2010, de 31/5/2010, publicado no DOU de 1/6/2010, da empresa EMPRESA JORNALÍSTICA VOZ DA TERRA LTDA EPP, CNPJ nº 44.375.004/0001-20.

Art. 2º Permanecem inalteradas as demais disposições contidas nos Atos Declaratórios Executivos nº 00004/2002 e 00029/2010 acima citados.

Art. 3º Este Ato Declaratório entra em vigor na data de sua publicação.

IVAN SILVEIRA MALHEIROS

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 36, DE 21 DE JUNHO DE 2011

Declara alterado o Registro Especial - Papel Imune.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MARÍLIA, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 295, 296, 300 e 307, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 587, de 21 de dezembro de 2010, publicada no DOU de 23 de dezembro de 2010, e de acordo com o disposto nos §§ 1º e 4º do artigo 14 e artigos 2º e 3º da Instrução Normativa RFB nº 976, de 07 de dezembro de 2009, com as alterações promovidas pela IN RFB nº 1.011, de 23/02/2010 e IN/RFB nº 1.048, de 29/06/2010, declara:

Art. 1o ALTERADO para Registro Especial RE nº UP-08118/00089, de 17/6/2011, o RE nº UP-08118/00011 concedido por meio do Ato Declaratório Executivo nº 00010/2002, de 4/3/2002, publicado no DOU de 11/3/2002, conforme consta do processo administrativo nº 13831.000315/2001-13, renovado por meio do Ato Declaratório Executivo nº 00047/2010, de 14/6/2010, publicado no DOU de 16/6/2010, da empresa FLEURY GRÁFICA E EDITORA LTDA, CNPJ nº 69.328.243/0001-50.

Art. 2o Permanecem inalteradas as demais disposições contidas nos Atos Declaratórios Executivos nº 00010/2002 e 00047/2010 acima citados.

Art. 3o Este Ato Declaratório entra em vigor na data de sua publicação.

IVAN SILVEIRA MALHEIROS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 37, DE 21 DE JUNHO DE 2011

Declara alterado o Registro Especial - Papel Imune.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MARÍLIA, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 295, 296, 300 e 307, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 587, de 21 de dezembro de 2010, publicada no DOU de 23 de dezembro de 2010, e de acordo com o disposto nos §§ 1º e 4º do artigo 14 e artigos 2º e 3º da Instrução Normativa RFB nº 976, de 07 de dezembro de 2009, com as alterações promovidas pela IN RFB nº 1.011, de 23/02/2010 e IN/RFB nº 1.048, de 29/06/2010, declara:

Art. 1o ALTERADO para Registro Especial RE nº UP-08118/00090, de 17/6/2011, o RE nº UP-08118/00030 concedido por meio do Ato Declaratório Executivo nº 00041/2002, de 22/4/2002, publicado no DOU de 26/4/2002, conforme consta do processo administrativo nº 13826.000070/2002-76, renovado por meio do Ato Declaratório Executivo nº 00043/2010, de 14/6/2010, publicado no DOU de 16/6/2010, da empresa GRÁFICA E EDITORA CM NOTÍCIAS LTDA ME, CNPJ nº 03.670.129/0001-03.

Art. 2o Permanecem inalteradas as demais disposições contidas nos Atos Declaratórios Executivos nº 00041/2002 e 00043/2010 acima citados.

Art. 3o Este Ato Declaratório entra em vigor na data de sua publicação.

IVAN SILVEIRA MALHEIROS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO NO. 38, DE 21 DE JUNHO DE 2011

Declara alterado o Registro Especial - Papel Imune.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MARÍLIA, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 295, 296, 300 e 307, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 587, de 21 de dezembro de 2010, publicada no DOU de 23 de dezembro de 2010, e de acordo com o disposto nos §§ 1º e 4º do artigo 14 e artigos 2º e 3º da Instrução Normativa RFB nº 976, de 07 de dezembro de 2009, com as alterações promovidas pela IN RFB nº 1.011, de 23/02/2010 e IN/RFB nº 1.048, de 29/06/2010, declara:

Art. 1o ALTERADO para Registro Especial RE nº GP-08118/00091, de 17/6/2011, o RE nº GP-08118/00024 concedido por meio do Ato Declaratório Executivo nº 00032/2002, de 27/3/2002, publicado no DOU de 1/4/2002, conforme consta do processo administrativo nº 13832.000158/2001-28, renovado por meio do Ato Declaratório Executivo nº 00036/2010, de 2/6/2010, publicado no DOU de 7/6/2010, da empresa GRÁFICA E EDITORA VALENTE FARTURA LTDA ME, CNPJ nº 02.364.672/0001-01.

Art. 2o Permanecem inalteradas as demais disposições contidas nos Atos Declaratórios Executivos nº 00032/2002 e 00036/2010 acima citados.

Art. 3o Este Ato Declaratório entra em vigor na data de sua publicação.

IVAN SILVEIRA MALHEIROS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 39, DE 21 DE JUNHO DE 2011

Declara alterado o Registro Especial - Papel Imune.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MARÍLIA, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 295, 296, 300 e 307, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 587, de 21 de dezembro de 2010, publicada no DOU de 23 de dezembro de 2010, e de acordo com o disposto nos §§ 1º e 4º do artigo 14 e artigos 2º e 3º da Instrução Normativa RFB nº 976, de 07 de dezembro de 2009, com as alterações promovidas pela IN RFB nº 1.011, de 23/02/2010 e IN/RFB nº 1.048, de 29/06/2010, declara:

Art. 1o ALTERADO para Registro Especial RE nº UP-08118/00092, de 17/6/2011, o RE nº UP-08118/00023 concedido por meio do Ato Declaratório Executivo nº 00032/2002, de 27/3/2002, publicado no DOU de 1/4/2002, conforme consta do processo administrativo nº 13832.000158/2001-28, renovado por meio do Ato Declaratório Executivo nº 00036/2010, de 2/6/2010, publicado no DOU de 7/6/2010, da empresa GRÁFICA E EDITORA VALENTE FARTURA LTDA ME, CNPJ nº 02.364.672/0001-01.

Art. 2o Permanecem inalteradas as demais disposições contidas nos Atos Declaratórios Executivos nº 00032/2002 e 00036/2010 acima citados.

Art. 3o Este Ato Declaratório entra em vigor na data de sua publicação.

IVAN SILVEIRA MALHEIROS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 40, DE 21 DE JUNHO DE 2011

Declara alterado o Registro Especial - Papel Imune.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MARÍLIA, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 295, 296, 300 e 307, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 587, de 21 de dezembro de 2010, publicada no DOU de 23 de dezembro de 2010, e de acordo com o disposto nos §§ 1º e 4º do artigo 14 e artigos 2º e 3º da Instrução Normativa RFB nº 976, de 07 de dezembro de 2009, com as alterações promovidas pela IN RFB nº 1.011, de 23/02/2010 e IN/RFB nº 1.048, de 29/06/2010, declara:

Art. 1o ALTERADO para Registro Especial RE nº UP-08118/00093, de 17/6/2011, o RE nº UP-08118/00029 concedido por meio do Ato Declaratório Executivo nº 00039/2002, de 17/4/2002, publicado no DOU de 23/4/2002, conforme consta do processo administrativo nº 13832.000026/2002-87, renovado por meio do Ato Declaratório Executivo nº 00037/2010, de 2/6/2010, publicado no DOU de 7/6/2010, da empresa GRIL GRÁFICA E REPRESENTAÇÕS INDUSTRIAIS LTDA ME, CNPJ nº 48.726.145/0001-09.

Art. 2o Permanecem inalteradas as demais disposições contidas nos Atos Declaratórios Executivos nº 00039/2002 e 00037/2010 acima citados.

Art. 3o Este Ato Declaratório entra em vigor na data de sua publicação.

IVAN SILVEIRA MALHEIROS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 41, DE 21 DE JUNHO DE 2011

Declara alterado o Registro Especial - Papel Imune.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MARÍLIA, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 295, 296, 300 e 307, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 587, de 21 de dezembro de 2010, publicada no DOU de 23 de dezembro de 2010, e de acordo com o disposto nos §§ 1º e 4º do artigo 14 e artigos 2º e 3º da Instrução Normativa RFB nº 976, de 07 de dezembro de 2009, com as alterações promovidas pela IN RFB nº 1.011, de 23/02/2010 e IN/RFB nº 1.048, de 29/06/2010, declara:

Art. 1o ALTERADO para Registro Especial RE nº UP-08118/00094, de 17/6/2011, o RE nº UP-08118/00021 concedido por meio do Ato Declaratório Executivo nº 00024/2002, de 19/3/2002, publicado no DOU de 26/3/2002, conforme consta do processo administrativo nº 13826.000076/2002-43, renovado por meio do Ato Declaratório Executivo nº 00009/2010, de 3/3/2010, publicado no DOU de 5/3/2010, da empresa J. MARQUEZINI E FILHOS LTDA, CNPJ nº 01.644.451/0001-24.

Art. 2o Permanecem inalteradas as demais disposições contidas nos Atos Declaratórios Executivos nº 00024/2002 e 00009/2010 acima citados.

Art. 3o Este Ato Declaratório entra em vigor na data de sua publicação.

IVAN SILVEIRA MALHEIROS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 42, DE 21 DE JUNHO DE 2011

Declara alterado o Registro Especial - Papel Imune.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MARÍLIA, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 295, 296, 300 e 307, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 587, de 21 de dezembro de 2010, publicada no DOU de 23 de dezembro de 2010, e de acordo com o disposto nos §§ 1º e 4º do artigo 14 e artigos 2º e 3º da Instrução Normativa RFB nº 976, de 07 de dezembro de 2009, com as alterações promovidas pela IN RFB nº 1.011, de 23/02/2010 e IN/RFB nº 1.048, de 29/06/2010, declara:

Art. 1o ALTERADO para Registro Especial RE nº GP-08118/00095, de 17/6/2011, o RE nº GP-08118/00059 concedido por meio do Ato Declaratório Executivo nº 00053/2009, de 12/11/2009, publicado no DOU de 13/11/2009, conforme consta do processo administrativo nº 13831.000379/2009-63, renovado por meio do Ato Declaratório Executivo nº 00038/2010, de 4/6/2010, publicado no DOU de 8/6/2010, da empresa MAGRAF - ALMEIDA E RAMOS GRÁFICA LTDA ME, CNPJ nº 08.669.824/0001-60.

Art. 2o Permanecem inalteradas as demais disposições contidas nos Atos Declaratórios Executivos nº 00053/2009 e 00038/2010 acima citados.

Art. 3o Este Ato Declaratório entra em vigor na data de sua publicação.

IVAN SILVEIRA MALHEIROS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 43, DE 21 DE JUNHO DE 2011

Declara alterado o Registro Especial - Papel Imune.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MARÍLIA, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 295, 296, 300 e 307, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 587, de 21 de dezembro de 2010, publicada no DOU de 23 de dezembro de 2010, e de acordo com o disposto nos §§ 1º e 4º do artigo 14 e artigos 2º e 3º da Instrução Normativa RFB nº 976, de 07 de dezembro de 2009, com as alterações promovidas pela IN RFB nº 1.011, de 23/02/2010 e IN/RFB nº 1.048, de 29/06/2010, declara:

Art. 1o ALTERADO para Registro Especial RE nº GP-08118/00096, de 17/6/2011, o RE nº GP-08118/00044 concedido por meio do Ato Declaratório Executivo nº 00015/2005, de 14/7/2005, publicado no DOU de 18/7/2005, conforme consta do processo administrativo nº 13826.000193/2005-50, renovado por meio do Ato Declaratório Executivo nº 00032/2010, de 1/6/2010, publicado no DOU de 7/6/2010, da empresa MARIA STELA MORAIS DE ALMEIDA-JORNAIS ME, CNPJ nº 07.337.169/0001-80.

Art. 2o Permanecem inalteradas as demais disposições contidas nos Atos Declaratórios Executivos nº 00015/2005 e 00032/2010 acima citados.

Art. 3o Este Ato Declaratório entra em vigor na data de sua publicação.

IVAN SILVEIRA MALHEIROS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 44, DE 21 DE JUNHO DE 2011

Declara alterado o Registro Especial - Papel Imune.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MARÍLIA, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 295, 296, 300 e 307, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 587, de 21 de dezembro de 2010, publicada no DOU de 23 de dezembro de 2010, e de acordo com o disposto nos §§ 1º e 4º do artigo 14 e artigos 2º e 3º da Instrução Normativa RFB nº 976, de 07 de dezembro de 2009, com as alterações promovidas pela IN RFB nº 1.011, de 23/02/2010 e IN/RFB nº 1.048, de 29/06/2010, declara:

Art. 1o ALTERADO para Registro Especial RE nº UP-08118/00097, de 17/6/2011, o RE nº UP-08118/00013 concedido por meio do Ato Declaratório Executivo nº 00015/2002, de 5/3/2002, publicado no DOU de 12/3/2002, conforme consta do processo administrativo nº 13833.000152/2001-41, renovado por meio do Ato Declaratório Executivo nº 00040/2010, de 14/6/2010, publicado no DOU de 16/6/2010, da empresa NIVALDO LUIS DA ROCHA TUPÃ ME, CNPJ nº 02.527.200/0001-22.

Art. 2o Permanecem inalteradas as demais disposições contidas nos Atos Declaratórios Executivos nº 00015/2002 e 00040/2010 acima citados.

Art. 3o Este Ato Declaratório entra em vigor na data de sua publicação.

IVAN SILVEIRA MALHEIROS

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 45, DE 21 DE JUNHO DE 2011

Declara alterado o Registro Especial - Papel Imune.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MARÍLIA, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 295, 296, 300 e 307, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 587, de 21 de dezembro de 2010, publicada no DOU de 23 de dezembro de 2010, e de acordo com o disposto nos §§ 1º e 4º do artigo 14 e artigos 2º e 3º da Instrução Normativa RFB nº 976, de 07 de dezembro de 2009, com as alterações promovidas pela IN RFB nº 1.011, de 23/02/2010 e IN/RFB nº 1.048, de 29/06/2010, declara:

Art. 1o ALTERADO para Registro Especial RE nº GP-08118/00098, de 17/6/2011, o RE nº GP-08118/00026 concedido por meio do Ato Declaratório Executivo nº 00036/2002, de 8/4/2002, publicado no DOU de 10/4/2002, conforme consta do processo administrativo nº 13826.000402/2001-31, renovado por meio do Ato Declaratório Executivo nº 00051/2010, de 14/6/2010, publicado no DOU de 16/6/2010, da empresa PORTES PINHEIRO E CIA LTDA EPP, CNPJ nº 02.129.099/0001-51.

Art. 2o Permanecem inalteradas as demais disposições contidas nos Atos Declaratórios Executivos nº 00036/2002 e 00051/2010 acima citados.

Art. 3o Este Ato Declaratório entra em vigor na data de sua publicação.

IVAN SILVEIRA MALHEIROS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 46, DE 21 DE JUNHO DE 2011

Declara alterado o Registro Especial - Papel Imune.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MARÍLIA, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 295, 296, 300 e 307, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 587, de 21 de dezembro de 2010, publicada no DOU de 23 de dezembro de 2010, e de acordo com o disposto nos §§ 1º e 4º do artigo 14 e artigos 2º e 3º da Instrução Normativa RFB nº 976, de 07 de dezembro de 2009, com as alterações promovidas pela IN RFB nº 1.011, de 23/02/2010 e IN/RFB nº 1.048, de 29/06/2010, declara:

Art. 1o ALTERADO para Registro Especial RE nº GP-08118/00099, de 17/6/2011, o RE nº GP-08118/00001 concedido por meio do Ato Declaratório Executivo nº 00001/2002, de 9/1/2002, publicado no DOU de 14/1/2002, conforme consta do processo administrativo nº 13826.000310/2001-51, renovado por meio do Ato Declaratório Executivo nº 00049/2010, de 14/6/2010, publicado no DOU de 16/6/2010, da empresa SIDNEI FOLINI MONTEIRO EPP, CNPJ nº 03.002.566/0001-40.

Art. 2o Permanecem inalteradas as demais disposições contidas nos Atos Declaratórios Executivos nº 00001/2002 e 00049/2010 acima citados.

Art. 3o Este Ato Declaratório entra em vigor na data de sua publicação.

IVAN SILVEIRA MALHEIROS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 47, DE 21 DE JUNHO DE 2011

Declara alterado o Registro Especial - Papel Imune.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MARÍLIA, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 295, 296, 300 e 307, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 587, de 21 de dezembro de 2010, publicada no DOU de 23 de dezembro de 2010, e de acordo com o disposto nos §§ 1º e 4º do artigo 14 e artigos 2º e 3º da Instrução Normativa RFB nº 976, de 07 de dezembro de 2009, com as alterações promovidas pela IN RFB nº 1.011, de 23/02/2010 e IN/RFB nº 1.048, de 29/06/2010, declara:

Art. 1o ALTERADO para Registro Especial RE nº GP-08118/00100, de 17/6/2011, o RE nº GP-08118/00043 concedido por meio do Ato Declaratório Executivo nº 00014/2005, de 29/6/2005, publicado no DOU de 8/7/2005, conforme consta do processo administrativo nº 13833.000058/2005-15, renovado por meio do Ato Declaratório Executivo nº 00052/2010, de 14/6/2010, publicado no DOU de 16/6/2010, da empresa VALENTIN E CHINALIA LTDA ME, CNPJ nº 07.089.457/0001-63.

Art. 2o Permanecem inalteradas as demais disposições contidas nos Atos Declaratórios Executivos nº 00014/2005 e 00052/2010 acima citados.

Art. 3o Este Ato Declaratório entra em vigor na data de sua publicação.

IVAN SILVEIRA MALHEIROS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 48, DE 21 DE JUNHO DE 2011

Declara alterado o Registro Especial - Papel Imune.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MARÍLIA, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 295, 296, 300 e 307, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 587, de 21 de dezembro de 2010, publicada no DOU de 23 de dezembro de 2010, e de acordo com o disposto nos §§ 1º e 4º do artigo 14 e artigos 2º e 3º da Instrução Normativa RFB nº 976, de 07 de dezembro de 2009, com as alterações promovidas pela IN RFB nº 1.011, de 23/02/2010 e IN/RFB nº 1.048, de 29/06/2010, declara:

Art. 1o ALTERADO para Registro Especial RE nº UP-08118/00101, de 17/6/2011, o RE nº UP-08118/00008 concedido por meio do Ato Declaratório Executivo nº 00014/2002, de 4/3/2002, publicado no DOU de 12/3/2002, conforme consta do processo administrativo nº 13831.000312/2001-71, renovado por meio do Ato Declaratório Executivo nº 00053/2010, de 14/6/2010, publicado no DOU de 16/6/2010, da empresa VIENA GRÁFICA E EDITORA LTDA, CNPJ nº 04.365.533/0001-28.

Art. 2o Permanecem inalteradas as demais disposições contidas nos Atos Declaratórios Executivos nº 00014/2002 e 00053/2010 acima citados.

Art. 3o Este Ato Declaratório entra em vigor na data de sua publicação.

IVAN SILVEIRA MALHEIROS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 49, DE 21 DE JUNHO DE 2011

Declara alterado o Registro Especial - Papel Imune.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MARÍLIA, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 295, 296, 300 e 307, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 587, de 21 de dezembro de 2010, publicada no DOU de 23 de dezembro de 2010, e de acordo com o disposto nos §§ 1º e 4º do artigo 14 e artigos 2º e 3º da Instrução Normativa RFB nº 976, de 07 de dezembro de 2009, com as alterações promovidas pela IN RFB nº 1.011, de 23/02/2010 e IN/RFB nº 1.048, de 29/06/2010, declara:

Art. 1o ALTERADO para Registro Especial RE nº UP-08118/00102, de 17/6/2011, o RE nº UP-08118/00054 concedido por meio do Ato Declaratório Executivo nº 00001/2009, de 5/1/2009, publicado no DOU de 6/1/2009, conforme consta do processo administrativo nº 13826.001898/2008-37, renovado por meio do Ato Declaratório Executivo nº 00027/2010, de 31/5/2010, publicado no DOU de 1/6/2010, da empresa VT JORNAL DIÁRIO ASSISENSE LTDA EPP, CNPJ nº 09.543.191/0001-02.

Art. 2o Permanecem inalteradas as demais disposições contidas nos Atos Declaratórios Executivos nº 00001/2009 e 00027/2010 acima citados.

Art. 3o Este Ato Declaratório entra em vigor na data de sua publicação.

IVAN SILVEIRA MALHEIROS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 50, DE 21 DE JUNHO DE 2011

Declara alterado o Registro Especial - Papel Imune.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MARÍLIA, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 295, 296, 300 e 307, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 587, de 21 de dezembro de 2010, publicada no DOU de 23 de dezembro de 2010, e de acordo com o disposto nos §§ 1º e 4º do artigo 14 e artigos 2º e 3º da Instrução Normativa RFB nº 976, de 07 de dezembro de 2009, com as alterações promovidas pela IN RFB nº 1.011, de 23/02/2010 e IN/RFB nº 1.048, de 29/06/2010, declara:

Art. 1o ALTERADO para Registro Especial RE nº GP-08118/00103, de 17/6/2011, o RE nº GP-08118/00040 concedido por meio do Ato Declaratório Executivo nº 0003/2004, de 17/2/2004, publicado no DOU de 19/2/2004, conforme consta do processo administrativo nº 13826.000372/2003-25, renovado por meio do Ato Declaratório Executivo nº 0035/2010, de 2/6/2010, publicado no DOU de 7/6/2010, da empresa THAIS POLIZER NOBILE GRÁFICA ME, CNPJ nº 05.804.163/0001-40.

Art. 2o Permanecem inalteradas as demais disposições contidas nos Atos Declaratórios Executivos nº 0003/2004 e 0035/2010 acima citados.

Art. 3o Este Ato Declaratório entra em vigor na data de sua publicação.

IVAN SILVEIRA MALHEIROS

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM PIRACICABA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 41, DE 22 DE JUNHO DE 2011

Divulga enquadramento de bebidas segundo o regime de tributação do Imposto sobre Produtos Industrializados de que trata o art. 1º da Lei nº 7.798, de 10 de julho de 1989.

O DELEGADO ADJUNTO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM PIRACICABA, no uso da competência delegada pela Portaria RFB nº 1.069, de 7 de julho de 2008, e tendo em vista o disposto nos artigos 209 e 210 do Decreto nº 7.212, de 15 de junho de 2010 - Regulamento do Imposto sobre Produtos Industrializados (Ripi), declara:

Art. 1º Os produtos relacionados neste Ato Declaratório Executivo (ADE), para efeito de cálculo e pagamento do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) de que trata o art. 1º da Lei nº 7.798, de 10 de julho de 1989, passam a ser classificados ou a ter sua classificação alterada conforme Anexo Único.

Art. 2º As classes de enquadramento previstas neste ADE, salvo nos casos expressamente definidos, referem-se a produtos comercializados em qualquer tipo de vasilhame.

Art. 3º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 1º de julho de 2011.

BENEDITO PEREIRA DA SILVA JUNIOR

ANEXO ÚNICO

ENQUADRAMENTO DE PRODUTOS PARA EFEITO DE CÁLCULO E PAGAMENTO DO IPI

CNPJ	MARCA COMERCIAL	CAPACIDADE (mililitros)	CÓDIGO TIPI	ENQUADRA-MENTO (letra)
62.423.439/0001-84	BAIÃO DE DOIS	De 376ml até 670ml	2206.00.90 Ex 01	F

DELEGACIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA EM SÃO PAULO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 68, DE 26 DE MAIO DE 2011

Concede, à pessoa jurídica titular de projeto aprovado para implantação de obras de infra-estrutura no setor de energia, habilitação para aderir ao REIDI, instituído pela Lei nº 11.488 de 15 de junho de 2007, alterada pelas MP nº 413 de 03/01/2008.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA EM SÃO PAULO, no uso da atribuição que lhe confere os artigos 222 e 298, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 587/2010, publicada no Diário Oficial da União de 02/05/2007, tendo em vista o disposto no art. 11 da Instrução Normativa RFB nº 758, de 25 de julho de 2007, alterada pelas Instruções Normativas nº 778 de 19 de outubro de 2008 e nº 955 de 09 de julho de 2009, e o constante do processo administrativo nº 10880.722654/2011-44 resolve:

Art. 1º Reconhecer à CAMARGO CORREA ENERGIA E CONSTRUÇÕES., CNPJ 11.178.017/0001-50, participante do Consórcio Construtor Belo Monte, CNPJ 13.380.006/0001-83, a Co-Habilitação ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura - REIDI de que trata o art. 2º da Instrução Normativa RFB nº 758, de 25 de julho de 2007, e alterações posteriores.

Art. 2º Vincular o presente ADE ao projeto constante do Anexo I, da Portaria nº 876, de 04 de novembro de 2010 do Ministério de Minas e Energia, conforme determina art .8º da IN RFB nº 758, de 25 de julho de 2007.

Art. 3º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de publicação.

RICARDO MANOEL GARCIA PEREIRA DIAS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 70, DE 31 DE MAIO DE 2011

Concede, à pessoa jurídica titular de projeto aprovado para implantação de obras de infra-estrutura no setor de energia, habilitação para aderir ao REIDI, instituído pela Lei nº 11.488 de 15 de junho de 2007, alterada pelas MP nº 413 de 03/01/2008.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA EM SÃO PAULO, no uso da atribuição que lhe confere os artigos 222 e 298, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

nº 587/2010, publicada no Diário Oficial da União de 02/05/2007, tendo em vista o disposto no art. 11 da Instrução Normativa RFB nº 758, de 25 de julho de 2007, alterada pelas Instruções Normativas nº 778 de 19 de outubro de 2008 e nº 955 de 09 de julho de 2009, e o constante do processo administrativo nº 10880.725200/2011-25, resolve:

Art. 1º Reconhecer à SPE Macacos Energia S.A., CNPJ 07.091.059/0001-81, a Habilitação ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura - REIDI de que trata o art. 2º da Instrução Normativa RFB nº 758, de 25 de julho de 2007, e alterações posteriores.

Art. 2º Vincular o presente ADE ao projeto constante do Anexo I, da Portaria nº 228, de 07 de abril de 2011, do Ministério de Minas e Energia, conforme determina art .8º da IN RFB nº 758, de 25 de julho de 2007.

Art. 3º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de publicação.

CARMINE RULLO

DELEGACIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE FISCALIZAÇÃO EM SÃO PAULO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 140, DE 20 DE JUNHO DE 2011

Declara a inaptidão de pessoa jurídica perante o Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ e inidoneidade de documentos fiscais por ela emitidos.

O DELEGADO DA DELEGACIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE FISCALIZAÇÃO EM SÃO PAULO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 299 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, aprovado pela Portaria MF nº 587, de 21 de dezembro de 2010, e tendo em vista o disposto nos artigos 41 e 44 da Instrução Normativa RFB nº 1.005, de 8 de fevereiro de 2010, que aprova instruções para a prática de atos perante o Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, resolve:

Art. 1º Declarar INAPTA, no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ a inscrição da pessoa jurídica abaixo relacionada, com fulcro no artigo 39, inciso II, da Instrução Normativa RFB nº 1.005, de 2010:

Empresa:	CNPJ nº:	Processo:
LOGISTECH INSTALAÇÕES E ENERGIA LTDA.	05.864.309/0001-43	19515.720158/2011-99

Art. 2º Declarar INIDÔNEOS, não produzindo efeitos tributários em favor de terceiro interessado, os documentos por ela emitidos, a partir da publicação do presente ADE, conforme estabelece o artigo 45, § 3º, inciso I da referida Instrução Normativa RFB nº 1.005, de 2010.

Art. 3º O presente Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

ROBERTO TOSHIRO KASAI

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 141, DE 21 DE JUNHO DE 2011

Declara a inaptidão de pessoa jurídica perante o Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ e inidoneidade de documentos fiscais por ela emitidos.

O DELEGADO DA DELEGACIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE FISCALIZAÇÃO EM SÃO PAULO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 299 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, aprovado pela Portaria MF nº 587, de 21 de dezembro de 2010, e tendo em vista o disposto nos artigos 41 e 44 da Instrução Normativa RFB nº 1.005, de 8 de fevereiro de 2010, que aprova instruções para a prática de atos perante o Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, resolve:

Art. 1º Declarar INAPTA, no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ a inscrição da pessoa jurídica abaixo relacionada, com fulcro no artigo 39, inciso II, da Instrução Normativa RFB nº 1.005, de 2010:

Empresa:	CNPJ nº:	Processo:
LABORATÓRIO BIOQUÍMICO DE ANÁLISES CLÍNICAS JARDIM PAULISTA LTDA	51.561.611/0001-40	19515.000631/2011-18

Art. 2º Declarar INIDÔNEOS, não produzindo efeitos tributários em favor de terceiro interessado, os documentos por ela emitidos, a partir da publicação do presente ADE, conforme estabelece o artigo 45, § 3º, inciso I da referida Instrução Normativa RFB nº 1.005, de 2010.

Art. 3º O presente Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

ROBERTO TOSHIRO KASAI

9ª REGIÃO FISCAL DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FLORIANÓPOLIS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 98, DE 17 DE JUNHO DE 2011

Declara redução de alíquota do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI incidente sobre o produto que menciona

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FLORIANÓPOLIS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo aartigo 295, inciso VI, do Regimento Interno aprovado pela Portaria MF nº 587, de 21 de dezembro de 2010, e tendo em vista o que consta do processo nº 11516.720780/2011-85 , declara:

Artigo 1º O estabelecimento da empresa VONPAR REFRESCOS S/A, CNPJ nº 91.235.549/0011-92, sito à Avenida João Frederico Martendal, nº 999 - Centro, 88180-000 Antônio Carlos - SC, com base no Parecer SIPOV-SFA-SC-BEB, de 10 de junho de 2011, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), faz jus à redução de cinqüenta por cento da alíquota do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI prevista na Nota Complementar - NC 22-1 da Tabela de Incidência do IPI - TIPI, aprovada pelo Decreto nº 6.006, de 28 de dezembro de 2006, incidente sobre o produto de sua fabricação Refrigerante Misto de Maçã e Limão com Aroma de Abacaxi de Baixa Caloria, marca AQUARIUS FRESH - Registro SC-08010 00054-4.

Artigo 2º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União - DOU.

LUIZ AUGUSTO DE SOUZA GONÇALVES

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 99, DE 21 DE JUNHO DE 2011

Concede habilitação ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura (REIDI).

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FLORIANÓPOLIS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 295, inciso VI, do Regimento Interno aprovado pela Portaria MF nº 587, de 21 de dezembro de 2010, tendo em vista o disposto na Instrução Normativa IN RFB nº 758, de 25 de julho de 2007, e o que consta do processo nº 11516.720801/2011-62, declara:

Art. 1º Concedida a habilitação ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura (REIDI), instituído pela Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, para a empresa ELETROSUL CENTRAIS ELÉTRICAS S/A, CNPJ no 00.073.957/0001-68, ao projeto Cirquito 1 da Linha de Transmissão Passo Fundo - Nova Prata 2, em 230 kV; a) adequar, na Subestação Nova Prata 2, o Sistema de Proteção da Entrada de Linha do Circuito 1 da Linha de Transmissão Passo Fundo - Nova Prata 2, em 230 kV; e b) adequar, na Subestação Passo Fundo, o Sistema de Proteção da Entrada de Linha do Circuito 1 da Linha de Transmissão Passo Fundo - Nova Prata 2, em 230 kV, de sua titularidade, com enquadramento ao Reidi aprovado pela Portaria nº 295 em conjunto com o Item I de seu anexo I, de 6 de maio de 2011, do Ministério de Minas e Energia

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União - DOU.

LUIZ AUGUSTO DE SOUZA GONÇALVES

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 100, DE 21 DE JUNHO DE 2011

Concede habilitação ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura (REIDI).

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FLORIANÓPOLIS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 295, inciso VI, do Regimento Interno aprovado pela Portaria MF nº 587, de 21 de dezembro de 2010, tendo em vista o disposto na Instrução Normativa IN RFB nº 758, de 25 de julho de 2007, e o que consta do processo nº 11516.720802/2011-15, declara:

Art. 1º Concedida a habilitação ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura (REIDI), instituído pela Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, para a empresa ELETROSUL CENTRAIS ELÉTRICAS S/A, CNPJ no 00.073.957/0001-68,, ao projeto Subestação Tapera 2: a) instalar o Terceiro Transformador Trifásico (TF3) 230/69/13,8 kV - 83 MVA; b) instalar um Módulo de Conexão, em 230 kV, arranjo Barra Dupla a Quatro Chaves, para o Terceiro Transfomador Trifásico (TF3) 230/69/13,8 kV - 83 MVA; c) instalr um Módulo de Conexão, em 69 kV, arranjo Barra Principal e Transferência, para o Terceiro Transformador Trifásico (TF3) 230/69/13,8 kV - 83 MVA; d) instalar uma Entrada de Linha, em 69 kV, arranjo Barra Principal e Transferência, para o Circuito 1 da Linha de Distribuição 69 kV Tapera 2 - Carazinho 1, de propriedade da ELETROCAR; e) instalar uma Entrada de Linha, em 69 kV, arranjo Barra Principal e Transferência, para o Circuito 2 da Linha de Distribuição 69 kV Tapera 2 - Carazinho 1, de propriedade da ELETROCAR; f) complementar, na Subestação Tapera 2, o Módulo Geral para instalar o Terceiro Transformador Trifásico (TF3) 230/69/13,8 kV - 83 MVA, respectivos Módulos de Conexão em 230 kV e em 69 kV e duas Entradas de Linha em 69 kV de sua titularidade, com enquadramento ao Reidi aprovado pela Portaria nº 295 em conjunto com o Item II de seu anexo I, de 6 de maio de 2011, do Ministério de Minas e Energia, do Ministério de Minas e Energia.

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União - DOU.

LUIZ AUGUSTO DE SOUZA GONÇALVES

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 101, DE 21 DE JUNHO DE 2011

Concede habilitação ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura (REIDI).

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FLORIANÓPOLIS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 295, inciso VI, do Regimento Interno aprovado pela Portaria MF nº 587, de 21 de dezembro de 2010, tendo em vista o disposto na Instrução Normativa IN RFB nº 758, de 25 de julho de 2007, e o que consta do processo nº 11516.720803/2011-51, declara:

Art. 1º Concedida a habilitação ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura (REIDI), instituído pela Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, para a empresa ELETROSUL CENTRAIS ELÉTRICAS S/A, CNPJ no 00.073.957/0001-68, ao projeto Subestação Biguaçu: a) instalar o Terceiro Autotransformador Trifásico (ATF7) 230/138/13,8 kV - 150 MVA; b) instalar um Módulo de Conexão, em 230 kV, arranjo Barra Dupla a Quatro Chaves, para o Terceiro Autotransformador Trifásico (ATF7) 230/138/13,8 kV - 150 MVA; c) instalar um Módulo de Conexão, em 138 kV, arranjo Barra Dupla a Quatro Chaves, para o Terceiro Autotransformador Trifásico (ATF7) 230/138/13,8 - 150 MVA; e d) complementar, na Subestação Biguaçu, o Módulo Geral para instalar o Terceiro Autotransformador Trifásico (ATF7) 230/138/13,8 kV - 150 MVA e respectivos Módulos de Conexão em 230 kV e em 69 kV de sua titularidade, com enquadramento ao Reidi aprovado pela Portaria nº 295 em conjunto com o Item III de seu anexo I, de 6 de maio de 2011, do Ministério de Minas e Energia.

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União - DOU.

LUIZ AUGUSTO DE SOUZA GONÇALVES

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 102, DE 21 DE JUNHO DE 2011

Concede habilitação ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura (REIDI).

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FLORIANÓPOLIS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 295, inciso VI, do Regimento Interno aprovado pela Portaria MF nº 587, de 21 de dezembro de 2010, tendo em vista o disposto na Instrução Normativa IN RFB nº 758, de 25 de julho de 2007, e o que consta do processo nº 11516.720804/2011-04, declara:

Art. 1º Concedida a habilitação ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura (REIDI), instituído pela Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, para a empresa ELETROSUL CENTRAIS ELÉTRICAS S/A, CNPJ no 00.073.957/0001-68,, ao projeto Seccionamento do Circuito 1 da Linha de Transmissão Joinville - Ilhota, em 138 kV, na nova Subestação Joinville GM; a) remanejar e Seccionar o Circuito 1 da Linha de

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Transmissão Joiville - Ilhota, em 138 kV, na nova Subestação Joinville GM, originando o Circuito 1 da Linha de Transmissão Ilhota - Joinville GM, em 138 kV; b) remanejar e Seccionar o Circuito 1 da Linha de Transmissão Joinville - Ilhota, em 138 kV, na nova Subestação Joinville GM, originando o Circuito 1 da Linha de Transmissão Joinville GM - Joinville, em 138 kV, e substituir nove quilometros de Cabos Para-Raio EHS 3/8" por Cabo OPGW, 24 Fibras, Diâmetro 14,4 mm entre a Subestação Joinville e a nova Subestação Joinville GM; c) instalar, na Subestação Joinville GM, uma entrada de Linha, em 138 kV, arranjo Barra Principal e Transferência, para o Circuito 1 da Linha de Transmissão Ilhota - Joinville GM, em 138 kV; d) instlar, na Subestação Joinville GM, uma Entrada de Linha, em 138 kV, arranjo Barra Principal e Transferência, para o Circuito 1 da Linha de Transmissão Joinville GM - Joinville, em 138 kV; e) adequar, na Subestação Ilhota, uma Entrada de Linha, em 138 kV, arranjo Barra Principal e Transferência, para o Circuito 1 da Linha de Transmissão Ilhota - Joinville GM, em 138 kV; f) adequar, na Subestação Joinville, a Entrada de Linha, em 138 kV, arranjo Barra Principal e Transferência, para o Circuito 1 da Linha de Transmissão Joinville - Joinville GM, em 138 kV; e g) instalar, na Subetação Joinville GM, Módulo Geral para implantar as instalações necessárias ao Seccionamento do Circuito 1 da Linha de Transmissão Joinville - Ilhota, 138 kV, nesta Subestação de sua titularidade, com enquadramento ao Reidi aprovado pela Portaria nº 295 em conjunto com o Item IV de seu anexo I, de 6 de maio de 2011, do Ministério de Minas e Energia.

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União - DOU.

LUIZ AUGUSTO DE SOUZA GONÇALVES

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 103, DE 21 DE JUNHO DE 2011

Concede habilitação ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura (REIDI).

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FLORIANÓPOLIS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 295, inciso VI, do Regimento Interno aprovado pela Portaria MF nº 587, de 21 de dezembro de 2010, tendo em vista o disposto na Instrução Normativa IN RFB nº 758, de 25 de julho de 2007, e o que consta do processo nº 11516.720805/2011-41, declara:

Art. 1º Concedida a habilitação ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura (REIDI), instituído pela Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, para a empresa ELETROSUL CENTRAIS ELÉTRICAS S/A, CNPJ no 00.073.957/0001-68, relativa ao projeto Subestação Curitiba: a) adequar, na Subestação Curitiba, o Módulo de Interligação de Barramentos, em 230 kV, para operar na nova posição do Barramento de Transferência, em 230 kV, que foi realocado para permitir a conexão do Circuito 2 da Linha de Transmissão Curitiba - Joinville Norte, em 230 kV; e b) complementar, na Subestação Curitiba, o Módulo Geral pela realocação do Barramento de Transferência, em 230 kV , necessária para permitir a conexão do Circuito 2 da Linha de Transmissão Curitiba - Joinville Norte, em 230 kV de sua titularidade, com enquadramento ao Reidi aprovado pela Portaria nº 295 em conjunto com o Item V de seu anexo I, de 6 de maio de 2011, do Ministério de Minas e Energia.

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União - DOU.

LUIZ AUGUSTO DE SOUZA GONÇALVES

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 104, DE 21 DE JUNHO DE 2011

Concede habilitação ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura (REIDI).

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FLORIANÓPOLIS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 295, inciso VI, do Regimento Interno aprovado pela Portaria MF nº 587, de 21 de dezembro de 2010, tendo em vista o disposto na Instrução Normativa IN RFB nº 758, de 25 de julho de 2007, e o que consta do processo nº 11516.720807/2011-30, declara:

Art. 1º Concedida a habilitação ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura (REIDI), instituído pela Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, para a empresa ELETROSUL CENTRAIS ELÉTRICAS S/A, CNPJ no 00.073.957/0001-68,, ao projeto Subestação Biguaçu: Reforços e Melhorias em Instalações de Transmissão de Energia Elétrica, relativo à Subestação Biguaçu, compreendendo: I - instalação do 2º Banco de Autotransformadores Monofásicos de 525/230 kV, 672 MVA; II - instalação de um Módulo de Conexão em 525 kV, arranjo disjuntor e meio, para o 2º Banco de Autrotransformadores Monofásicos de 525/230 kV; III - instalação de um Módulo de Conexão em 230 kV, arranjo barra dupla a quatro chaves, para o 2º Banco de Autotransformadores Monofásicos de 525/230 kV; IV - complemento do Módulo de Infraestrutura Geral para o 2º Banco de Autotransformadores Monofásicos de 525/230 kV; V - instalação de um Módulo de Conexão em 525 kV, para conexão à Fase Reserva existente, constituído por duas Chaves Seccionadoreas Tipolares; e VI - Instalação de um Módulo de Conexão em 230 kV, para conexão à fase Reserva existente, constituído por duas Chaves Seccionadoreas Tripolares de sua titularidade, com enquadramento ao Reidi aprovado pela portaria nº 572 e seu anexo I, de 17 de junho de 2011, com retificação no DOU de 17/05/2011, seção 1, fl. 90, do Ministério de Minas e Energia.

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União - DOU.

LUIZ AUGUSTO DE SOUZA GONÇALVES

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FOZ DO IGUAÇU

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 117, DE 21 DE JUNHO DE 2011

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FOZ DO IGUAÇU-PR, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da RFB, aprovado pela Portaria MF nº 587, de 21 de dezembro de 2010, e tendo em vista o disposto no art. 30, inciso I e art. 31 da Instrução Normativa RFB nº 1.042, de 10 de junho de 2010, declara:

CANCELADA a inscrição do CPF nº 057.662.119-61, concedida ao Sr. NEGE HUSSEIN JOMMA, por atribuição de mais de um número de inscrição para uma mesma pessoa física, conforme processo nº 10945.000240/2010-88.

RAFAEL RODRIGUES DOLZAN

ATOS DECLARATÓRIOS EXECUTIVOS DE 21 DE JUNHO DE 2011

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FOZ DO IGUAÇU-PR, no uso da competência conferida pelo § 3º do art. 810 do Decreto nº 6.759, de 5 de fevereiro de 2009 (Regulamento Aduaneiro), alterado pelo Decreto nº 7.213, de 15 de junho de 2010, resolve:

Nº 118 - Art. 1º Incluir no Registro de Ajudantes de Despachante Aduaneiro as seguintes pessoas:

Nº	NOME	CPF
9A.08.232	ROGERIO AUGUSTO DE MOURA	050.518.369-25
9A.08.233	ANDRÉIA MARASCHIN	062.660.219-00
9A.08.234	CLAUDIOMAR BELEZINI	021.532.289-48
9A.08.235	JEAN CARLOS DE ALBUQUERQUE	065.295.359-00
9A.08.236	LEANDRO CALLEGARI REBECCHI	068.689.739-00
9A.08.237	MIKAEL ZAMBONI	064.857.349-45
9A.08.238	THIAGO JOSÉ DOMARESKI	057.392.309-42
9A.08.239	ENRIQUE MASSAO HOSHINO	074.952.369-73
9A.08.240	SALETE TONELLO	683.151.559-20
9A.08.241	WILLIAM CAMPERA	010.017.469-88
9A.08.242	ELIANE PASINATTO	052.988.409-73
9A.08.243	MARINETI PLOTEGHER	557.231.959-72
9A.08.244	DOUGLAS DA COSTA DIAZ	089.161.539-30

Art. 2º Este Ato entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

Nº 119 - Art. 1º Cancelar a inscrição no Registro de Ajudantes de Despachante Aduaneiro, em razão de inclusão no Registro de Despachantes Aduaneiros, das seguintes pessoas:

Nº	NOME	CPF
9A.06.409	RODRIGO DOS SANTOS FROIS	048.193.079-59
9A.04.606	ALOYSIO MARÇAL GONCALVES	016.959.139-57
9A.06.407	EDINA MARIA CASSEL CZEKALSKI	020.273.269-01
9A.06.593	MARCELO TRIQUEZ RODRIGUES	039.675.539-90
9A.05.682	JULIANO ROSINO PENA	053.303.979-79

Art. 2º Incluir no Registro de Despachantes Aduaneiros, com fundamento no art. 810 do Decreto nº 6.759, de 5 de fevereiro de 2009 (Regulamento Aduaneiro), alterado pelo Decreto nº 7.213, de 15 de junho de 2010, as seguintes pessoas:

Nº	NOME	CPF
9D.03.543	RODRIGO DOS SANTOS FROIS	048.193.079-59
9D.03.544	ALOYSIO MARÇAL GONCALVES	016.959.139-57
9D.03.545	EDINA MARIA CASSEL CZEKALSKI	020.273.269-01
9D.03.546	MARCELO TRIQUEZ RODRIGUES	039.675.539-90
9D.03.547	JULIANO ROSINO PENA	053.303.979-79

Art. 3º Este Ato entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

RAFAEL RODRIGUES DOLZAN

10ª REGIÃO FISCAL DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM NOVO HAMBURGO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 30, DE 20 DE JUNHO DE 2011

Atualiza relação dos produtos constantes do Registro Especial - Bebidas Alcoólicas nº 10107/0046.

O DELEGADO SUBSTITUTO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL em Novo Hamburgo/RS, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 220 da Portaria MF nº 587, de 21 de dezembro de 2010, publicada no DOU de 23 de dezembro de 2010, alterada pela Portaria RFB nº 2.156, de 21 de fevereiro de 2011 e considerando o disposto no art. 336 do Decreto nº 7.212, de 15 de junho de 2010, de acordo com o art. 8º da Instrução Normativa SRF nº 504, de 3 de fevereiro de 2005, e na forma do despacho exarado na fl. 196 do processo digitalizado nº 13056.000648/98-97, declara:

Art. 1º Está inscrito no Registro Especial - Bebidas Alcoólicas, sob o nº 10107/0046, na atividade de engarrafador, o estabelecimento da empresa IZABEL B. NICOLINI BEBIDAS inscrito no CNPJ sob o nº 02.509.419/0001-07, situado na Avenida Guerino Pandolfo, nº 200, Centro, no município de Riozinho, RS.

Art. 2º O estabelecimento supra identificado está autorizado a engarrafar os produtos discriminados a seguir:

PRODUTO	MARCA COMERCIAL	CAPACIDADE DO RECIPIENTE
Cachaça	Delicia	870 ml
Aguardente Composta com Gengibre	Costa do Vale	870 ml
Vermute Doce de Vinho Branco Composto	Costa do Vale	870 ml
Vodca	Santa Nigra	870 ml
Coquetel de Vinho e Suco (4 sabores diferentes)	Riozinho	870 e 4500 ml
Coquetel de Vinho e Suco (4 sabores diferentes)	Santa Nigra	870 e 4500 ml
Vinho Branco Seco	Riozinho	1500 e 4500 ml
Vinho Branco Suave	Riozinho	1500 e 4500 ml
Vinho Tinto Seco	Riozinho	1500 e 4500 ml
Vinho Tinto Suave	Riozinho	1500 e 4500 ml
Vinho Tinto Seco	Santa Nigra	1470 e 4500 ml
Vinho Tinto Suave	Santa Nigra	1470 e 4500 ml
Vinho Branco Seco	Santa Nigra	1470 e 4500 ml
Vinho Branco Suave	Santa Nigra	1470 e 4500 ml
Vinho Tinto Seco	Villa Di Cappo	4500 ml

Art. 3º O presente registro poderá ser cancelado a qualquer tempo em caso de desatendimento ou inobservância, pelo estabelecimento, dos requisitos que condicionaram sua concessão.

Art. 4º Fica revogado o Ato Declaratório Executivo DRF/NHO nº 122, de 16 de dezembro de 2010.

Art. 5º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

FERNANDO BRASIL DE OLIVEIRA PINTO

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM PASSO FUNDO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 12, DE 20 DE JUNHO DE 2011

Declara cancelada a inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF).

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM PASSO FUNDO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 587, de 21 de dezembro de 2010, com fundamento no artigo 31 da Instrução Normativa RFB nº 1.042, de 10 de junho de 2010, e, tendo em vista o que consta no processo administrativo nº 10980.723181/2011-74, declara:

Artigo 1º. CANCELADA a inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) sob o número 231.715.450-04, em nome de GENITO MASSOCHIN, por motivo de duplicidade de inscrição.

Artigo 2º. Permanece ativa a inscrição no CPF de nº 286.631.280-53, em nome de GENITO MASSOCHIN, a qual a inscrição acima será vinculada.

Artigo 3º. O presente Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

GERSON LUIZ GRAEF

SUBSECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO COORDENAÇÃO-GERAL DE FISCALIZAÇÃO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 11, DE 17 DE JUNHO DE 2011

Altera o Manual de Orientação do Leiaute da Escrituração Fiscal Digital da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins (EFD-PIS/Cofins) do Anexo Único do ADE Cofis nº 34, de 28 de outubro de 2010.

O COORDENADOR-GERAL DE FISCALIZAÇÃO, no uso da atribuição que lhe confere o inciso III do art. 290 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 125, de 04 de março de 2009, e tendo em vista o disposto no art. 9º da Instrução Normativa RFB nº 1.052, de 05 de julho de 2010, declara:

Art. 1º. O Anexo Único do Ato Declaratório Executivo Cofis nº 34, de 28 de outubro de 2010, passa a vigorar com os ajustes e alterações do Anexo Único deste Ato Declaratório.

Art. 2º. Este Ato Declaratório entra em vigor na data de sua publicação.

ANTONIO ZOMER

ANEXO ÚNICO

Altera o Manual de Orientação do Leiaute da Escrituração Fiscal Digital da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins (EFD-PIS/Cofins) do Anexo Único do ADE Cofis nº 34, de 28 de outubro de 2010.

2.6.1- Tabela de Registros e de obrigatoriedade de apresentação - EFD-PIS/Cofins.

2.6.1.3 - Bloco C

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Bloco	Descrição	Registro	Nível	Ocorrência	Obrigatoriedade do Registro	Escrituração	
						Contribuição Social	Crédito
C	Consolidação de Documentos Emitidos por ECF (Códigos 02 e 2D)	C490	3	1:N	OC	S	N
C	Detalhamento da Consolidação de Documentos Emitidos por ECF (Códigos 02 e 2D) - PIS/PASEP	C491	4	1:N	OC	S	N
C	Detalhamento da Consolidação de Documentos Emitidos por ECF (Códigos 02 e 2D) - COFINS	C495	4	1:N	OC	S	N
C	Cupom Fiscal Eletrônico (Código 59)	C800	3	1:N	OC N(se existir C860)	S	N
C	Detalhamento do Cupom Fiscal Eletrônico (Código 59) - PIS/PASEP e COFINS	C810	4	1:N	OC	S	N
C	Detalhamento do Cupom Fiscal Eletrônico (código 59) - PIS/PASEP e COFINS Apurado por Unidade de Medida de Produto	C820	4	1:N	O (se não existir C810)	S	N
C	Processo Referenciado	C830	4	1:N	OC	S	N
C	Identificação do Equipamento SAT - CF-e	C860	3	1:N	OC N(se existir C800)	S	N
C	Detalhamento do Cupom Fiscal Eletrônico (Código 59) - PIS/PASEP e COFINS	C870	4	1:N	OC	S	N
C	Detalhamento do Cupom Fiscal Eletrônico (Código 59) - PIS/PASEP e COFINS Apurado por Unidade de Medida de Produto	C880	4	1:N	O (se não existir C870)	S	N
C	Processo Referenciado	C890	4	1:N	OC	S	N

REGISTRO A170: COMPLEMENTO DO DOCUMENTO - ITENS DO DOCUMENTO

Nº	Campo	Descrição	Tipo	Tam	Dec
02	NUM_ITEM	Número seqüencial do item no documento fiscal	N	004	-

REGISTRO C800: CUPOM FISCAL ELETRÔNICO (CÓDIGO 59)

Nº	Campo	Descrição	Tipo	Tam	Dec
01	REG	Texto fixo contendo "C800"	C	004	-
02	COD_MOD	Código do modelo do documento fiscal, conforme a Tabela 4.1.1	C	002	-
03	COD_SIT	Código da situação do documento fiscal, conforme a Tabela 4.1.2	N	002	-
04	NUM_CFE	Número do Cupom Fiscal Eletrônico	N	009	-
05	DT_DOC	Data da emissão do Cupom Fiscal Eletrônico	N	008	-
06	VL_CFE	Valor total do Cupom Fiscal Eletrônico	N	-	02
07	VL_PIS	Valor total do PIS	N	-	02
08	VL_COFINS	Valor total da COFINS	N	-	02
09	CNPJ_CPF	CNPJ ou CPF do destinatário	N	14	-
10	NR_SAT	Número de Série do equipamento SAT	N	009	-
11	CHV_CFE	Chave do Cupom Fiscal Eletrônico	N	044	-
12	VL_DESC	Valor total do desconto/exclusão sobre item	N	-	02
13	VL_MERC	Valor total das mercadorias e serviços	N	-	02
14	VL_OUT_DA	Valor de outras desp. Acessórias (acréscimo)	N	-	02
15	VL_ICMS	Valor do ICMS	N	-	02
16	VL_PIS_ST	Valor total do PIS retido por subst. trib.	N	-	02
17	VL_COFINS_ST	Valor total da COFINS retido por subst. trib.	N	-	02

Observações:

1. As operações de vendas com emissão de cupom fiscal eletrônico (código 59) podem ser escrituradas na EFD-PIS/Cofins, de forma individualizada por documento fiscal (Registro C800) ou de forma consolidada (resumos diários) por equipamentos SAT-CF-e (C860), a critério da pessoa jurídica;

2. Caso a pessoa jurídica opte por escriturar as operações de vendas por CF-e, no Registro C800, não precisa proceder à escrituração do Registro C860 (e registros filhos).

Nível hierárquico - 3

Ocorrência - 1:N

REGISTRO C810: DETALHAMENTO DO CUPOM FISCAL ELETRÔNICO (CÓDIGO 59) - PIS/PASEP E COFINS

Nº	Campo	Descrição	Tipo	Tam	Dec
01	REG	Texto fixo contendo "C810"	C	004*	-
02	CFOP	Código fiscal de operação e prestação	N	004	-
03	VL_ITEM	Valor total dos itens	N	-	02
04	COD_ITEM	Código do item (campo 02 do Registro 0200)	C	060	-
05	CST_PIS	Código da Situação Tributária referente ao PIS/PASEP	N	002*	-
06	VL_BC_PIS	Valor da base de cálculo do PIS/PASEP	N		02
07	ALIQ_PIS	Alíquota do PIS/PASEP (em percentual)	N	008	04
08	VL_PIS	Valor do PIS/PASEP	N	-	02
09	CST_COFINS	Código da Situação Tributária referente a COFINS	N	002*	-
10	VL_BC_COFINS	Valor da base de cálculo da COFINS	N		02
11	ALIQ_COFINS	Alíquota da COFINS (em percentual)	N	008	04
12	VL_COFINS	Valor da COFINS	N	-	02
13	COD_CTA	Código da conta analítica contábil debitada/creditada	C	060	-

Observações:

1. Este registro tem por objetivo representar a escrituração do CF-e (código 59) segmentado por CST (CST PIS/Pasep e CST Cofins) ou por item;

2. No caso do detalhamento do CF-e ser efetuado por item, deve ser gerado um registro para cada item vendido, conforme o código de item cadastrado no Registro 0200;

3. No caso de ocorrência de venda com CST distintos, deve ser gerado um registro para cada CST. Como também, no caso de a operação tributável incidir a alíquotas distintas;

4. Os valores escriturados nos campos de bases de cálculo 06 (VL_BC_PIS) e 10 (VL_BC_COFINS) correspondentes a itens vendidos com CST representativos de receitas tributadas, serão recuperados no Bloco M, para a demonstração das bases de cálculo do PIS/Pasep e da Cofins, nos Campos "VL_BC_CONT" dos registros M210 e M610, respectivamente.

Nível hierárquico - 4

Ocorrência - 1:N

REGISTRO C820: DETALHAMENTO DO CUPOM FISCAL ELETRÔNICO (CÓDIGO 59) - PIS/PASEP E COFINS APURADO POR UNIDADE DE MEDIDA DE PRODUTO

Nº	Campo	Descrição	Tipo	Tam	Dec
01	REG	Texto fixo contendo "C820"	C	004*	-
02	CFOP	Código fiscal de operação e prestação	N	004*	-
03	VL_ITEM	Valor total dos itens	N	-	02
04	COD_ITEM	Código do item (campo 02 do Registro 0200)	C	060	-
05	CST_PIS	Código da Situação Tributária referente ao PIS/PASEP	N	002*	-
06	QUANT_BC_PIS	Base de cálculo em quantidade - PIS/PASEP	N	-	03
07	ALIQ_PIS_QUANT	Alíquota do PIS/PASEP (em reais)	N	-	04
08	VL_PIS	Valor do PIS/PASEP	N	-	02

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

09	CST_COFINS	Código da Situação Tributária referente a COFINS	N	002*	-
10	QUANT_BC_COFINS	Base de cálculo em quantidade - COFINS	N	-	03
11	ALIQ_COFINS_QUANT	Alíquota da COFINS (em reais)	N	-	04
12	VL_COFINS	Valor da COFINS	N	-	02
13	COD_CTA	Código da conta analítica contábil debitada/creditada	C	060	-

Observações:

1. Este registro tem por objetivo representar a escrituração do CF-e (código 59) segmentado por CST (CST PIS/Pasep e CST Cofins) ou por item, correspondente a receitas tributadas por quantidade de produtos vendidos;

2. No caso do detalhamento do CF-e ser efetuado por item, deve ser gerado um registro para cada item vendido, conforme o código de item cadastrado no Registro 0200;

3. No caso de ocorrência de venda com CST distintos, deve ser gerado um registro para cada CST. Como também, no caso de a operação tributável incidir a alíquotas distintas.

4. Os valores escriturados nos campos de bases de cálculo 06 (QUANT_BC_PIS) e 10 (QUANT_BC_COFINS) correspondentes a itens vendidos com CST representativos de receitas tributadas por quantidade de produto vendido, serão recuperados no Bloco M, para a demonstração das bases de cálculo do PIS/Pasep e da Cofins, no Campo "QUANT_BC_PIS" do registro M210 e no Campo "QUANT_BC_PIS" do registro M610, respectivamente.

Nível hierárquico - 4

Ocorrência - 1:N

REGISTRO C830: PROCESSO RERENCIADO

Nº	Campo	Descrição	Tipo	Tam	Dec
01	REG	Texto fixo contendo "C830"	C	004	-
02	NUM_PROC	Identificação do processo ou ato concessório	C	020	-
03	IND_PROC	Indicador da origem do processo: 1 - Justiça Federal; 3 - Secretaria da Receita Federal do Brasil 9 - Outros.	C	001*	-

Observações:

1. registro é específico para a pessoa jurídica informar a existência de processo administrativo ou judicial que autoriza a adoção de tratamento tributário (CST), base de cálculo ou alíquota diversa da prevista na legislação. Trata-se de informação essencial a ser prestada na escrituração para a adequada validação das contribuições sociais ou dos créditos.

2. Uma vez procedida à escrituração do Registro "C830", deve a pessoa jurídica gerar os registros "1010" ou "1020" referente ao detalhamento do processo judicial ou do processo administrativo, conforme o caso, que autoriza a adoção de procedimento específico de apuração das contribuições sociais ou dos créditos.

3. Devem ser relacionados todos os processos judiciais ou administrativos que fundamente ou autorize a adoção de procedimento especifico na apuração das contribuições sociais e dos créditos.

Nível hierárquico - 4

Ocorrência - 1:N

REGISTRO C860: IDENTIFICAÇÃO DO EQUIPAMENTO SAT-CF-E

Nº	Campo	Descrição	Tipo	Tam	Dec
01	REG	Texto fixo contendo "C860"	C	004	-
02	COD_MOD	Código do modelo do documento fiscal, conforme a Tabela 4.1.1	C	002	-
03	NR_SAT	Número de Série do equipamento SAT	N	009	-
04	DT_DOC	Data de emissão dos documentos fiscais	N	008	-
05	DOC_INI	Número do documento inicial	N	009	-
06	DOC_FIM	Número do documento final	N	009	-

Observações:

1. A critério da pessoa jurídica, as operações de vendas com emissão de cupom fiscal eletrônico (código 59) podem ser escrituradas na EFD-PIS/Cofins, de forma individualizada por documento fiscal (Registro C800) ou de forma consolidada, neste registro C860, por resumos diários de vendas por equipamento SAT-CF-e;

2. Caso a pessoa jurídica opte por escriturar as operações de vendas por CF-e, no Registro C800, não precisa proceder à escrituração do Registro C860 (e registros filhos).

Nível hierárquico: 3

Ocorrência - 1:N

REGISTRO C870: RESUMO DIÁRIO DE DOCUMENTOS EMITIDOS POR EQUIPAMENTO SAT-CF-E (CÓDIGO 59) - PIS/PASEP E COFINS

Nº	Campo	Descrição	Tipo	Tam	Dec
01	REG	Texto fixo contendo "C810"	C	004*	-
02	CFOP	Código fiscal de operação e prestação	N	004*	-
03	VL_ITEM	Valor total dos itens	N	-	02
04	COD_ITEM	Código do item (campo 02 do Registro 0200)	C	060	-
05	CST_PIS	Código da Situação Tributária referente ao PIS/PASEP	N	002*	-
06	VL_BC_PIS	Valor da base de cálculo do PIS/PASEP	N		02
07	ALIQ_PIS	Alíquota do PIS/PASEP (em percentual)	N	008	04
08	VL_PIS	Valor do PIS/PASEP	N	-	02
09	CST_COFINS	Código da Situação Tributária referente a COFINS	N	002*	-
10	VL_BC_COFINS	Valor da base de cálculo da COFINS	N		02
11	ALIQ_COFINS	Alíquota da COFINS (em percentual)	N	008	04
12	VL_COFINS	Valor da COFINS	N	-	02
13	COD_CTA	Código da conta analítica contábil debitada/creditada	C	060	-

Observações:

1. Este registro tem por objetivo representar a escrituração consolidada das vendas diárias por equipamento SAT-DF-E, segmentado por CST (CST PIS/Pasep e CST Cofins) ou por item;

2. No caso da pessoa jurídica escriturar as suas operações diárias de cada equipamento SAT-CF-E, por item vendido, deve ser gerado um registro para cada item, conforme o código de item cadastrado no Registro 0200;

3. No caso de ocorrência de venda com CST distintos, deve ser gerado um registro para cada CST. Como também, no caso de a operação tributável incidir a alíquotas distintas;

4. Os valores escriturados nos campos de bases de cálculo 06 (VL_BC_PIS) e 10 (VL_BC_COFINS) correspondentes a itens vendidos com CST representativos de receitas tributadas, serão recuperados no Bloco M, para a demonstração das bases de cálculo do PIS/Pasep e da Cofins, nos Campos "VL_BC_CONT" dos registros M210 e M610, respectivamente.

Nível hierárquico - 4

Ocorrência - 1:N

REGISTRO C880: DETALHAMENTO DO CUPOM FISCAL ELETRÔNICO (CÓDIGO 59) - PIS/PASEP E COFINS APURADO POR UNIDADE DE MEDIDA DE PRODUTO

Nº	Campo	Descrição	Tipo	Tam	Dec
01	REG	Texto fixo contendo "C820"	C	004*	-
02	COD_ITEM	Código do item (campo 02 do Registro 0200)	C	060	-
03	CFOP	Código fiscal de operação e prestação	N	004*	-
04	VL_ITEM	Valor total dos itens	N	-	02

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

06	CST_PIS	Código da Situação Tributária referente ao PIS/PASEP	N	002*	-
07	QUANT_BC_PIS	Base de cálculo em quantidade - PIS/PASEP	N	-	03
08	ALIQ_PIS_QUANT	Alíquota do PIS/PASEP (em reais)	N	-	04
09	VL_PIS	Valor do PIS/PASEP	N	-	02
10	CST_COFINS	Código da Situação Tributária referente a COFINS	N	002*	-
11	QUANT_BC_COFINS	Base de cálculo em quantidade - COFINS	N	-	03
12	ALIQ_COFINS_QUANT	Alíquota da COFINS (em reais)	N	-	04
13	VL_COFINS	Valor da COFINS	N	-	02
14	COD_CTA	Código da conta analítica contábil debitada/creditada	C	060	-

Observações:

1. Este registro tem por objetivo representar a escrituração consolidada das vendas diárias por equipamento SAT-DF-E, segmentado por CST (CST PIS/Pasep e CST Cofins) ou por item, correspondente a receitas tributadas por quantidade de produtos vendidos;

2. No caso da pessoa jurídica escriturar as suas operações diárias de cada equipamento SAT-CF-E, por item vendido, deve ser gerado um registro para cada item, conforme o código de item cadastrado no Registro 0200;

3. No caso de ocorrência de venda com CST distintos, deve ser gerado um registro para cada CST. Como também, no caso de a operação tributável incidir a alíquotas distintas;

4. Os valores escriturados nos campos de bases de cálculo 06 (QUANT_BC_PIS) e 10 (QUANT_BC_COFINS) correspondentes a itens vendidos com CST representativos de receitas tributadas por quantidade de produto vendido, serão recuperados no Bloco M, para a demonstração das bases de cálculo do PIS/Pasep e da Cofins, no Campo "QUANT_BC_PIS" do registro M210 e no Campo "QUANT_BC_PIS" do registro M610, respectivamente.

Nível hierárquico - 4

Ocorrência - 1:N

REGISTRO C890: PROCESSO REFERENCIADO

Nº	Campo	Descrição	Tipo	Tam	Dec
02	NUM_PROC	Identificação do processo ou ato concessório	C	020	-
03	IND_PROC	Indicador da origem do processo: 1 - Justiça Federal; 3 - Secretaria da Receita Federal do Brasil 9 - Outros.	C	001*	-

Observações:

1. registro é específico para a pessoa jurídica informar a existência de processo administrativo ou judicial que autoriza a adoção de tratamento tributário (CST), base de cálculo ou alíquota diversa da prevista na legislação. Trata-se de informação essencial a ser prestada na escrituração para a adequada validação das contribuições sociais ou dos créditos.

2. Uma vez procedida à escrituração do Registro "C890", deve a pessoa jurídica gerar os registros "1010" ou "1020" referente ao detalhamento do processo judicial ou do processo administrativo, conforme o caso, que autoriza a adoção de procedimento especifico de apuração das contribuições sociais ou dos créditos.

3. Devem ser relacionados todos os processos judiciais ou administrativos que fundamente ou autorize a adoção de procedimento especifico na apuração das contribuições sociais e dos créditos.

Nível hierárquico - 4

Ocorrência - 1:N

SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL
SUBSECRETARIA DA DÍVIDA PÚBLICA

PORTARIA Nº 404, DE 21 DE JUNHO DE 2011

O SUBSECRETÁRIO DA DÍVIDA PÚBLICA DA SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL, no uso das atribuições que lhe conferem a Portaria MF nº 183, de 31 de julho de 2003, e a Portaria STN nº 143, de 12 de março de 2004, e tendo em vista as condições gerais de oferta de títulos públicos previstas na Portaria STN nº 410, de 04 de agosto de 2003, resolve:

Art. 1º Tornar públicas as condições específicas a serem observadas na oferta pública de Letras do Tesouro Nacional, LTN, cujas características estão definidas no Decreto nº 3.859, de 04 de julho de 2001:

I - data do acolhimento das propostas e do leilão: 21.06.2011;

II - horário para acolhimento das propostas: de 12h às 13h;

III - divulgação do resultado do leilão: na data do leilão, a partir das 14h30, por intermédio do Banco Central do Brasil;

IV - data da emissão: 22.06.2011;

V - data da liquidação financeira: 22.06.2011;

VI - critério de seleção das propostas: melhor preço para o Tesouro Nacional;

VII - sistema eletrônico a ser utilizado: exclusivamente o módulo Oferta Pública Formal Eletrônica (OFPUB), nos termos do regulamento do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (SELIC);

VIII - quantidade máxima de propostas por instituição: 5 (cinco) para cada um dos títulos ofertados;

IX - características da emissão:

Título	Cod. Selic	Venc.	Prazo (dias)	Qtde	VN (R$)	Adquirente
LTN	100000	01.10.2011	101	1.000.000	1.000,000000	Público
LTN	100000	01.07.2013	740	4.000.000	1.000,000000	Público
LTN	100000	01.01.2015	1.289	1.500.000	1.000,000000	Público

Art. 2º Na formulação das propostas deverá ser utilizado preço unitário com seis casas decimais, devendo o montante de cada proposta contemplar quantidades múltiplas de cinqüenta títulos.

Art. 3º As instituições credenciadas a operar com o DE-MAB/BCB e com a CODIP/STN, nos termos da Decisão Conjunta nº 18, de 10 de fevereiro de 2010, poderão realizar operação especial, definida pelo art. 1º, inciso I, do Ato Normativo Conjunto nº 23, de 6 de agosto de 2010, que consistirá na aquisição de LTN com as características apresentadas abaixo, pelo preço médio apurado na oferta pública de que trata o art. 1º desta Portaria:

I - data da operação especial: 21.06.2011;

II - horário para acolhimento das propostas: de 15h às 16h;

III - divulgação da quantidade total vendida: na data do leilão, a partir das 16h, por intermédio do Banco Central do Brasil;

IV - data da liquidação financeira: 22.06.2011;

V - características da emissão:

Título	Cod. Selic	Venc.	Prazo (dias)	Qtde	VN (R$)
LTN	100000	01.10.2011	101	200.000	1.000,000000
LTN	100000	01.07.2013	740	800.000	1.000,000000
LTN	100000	01.01.2015	1.289	300.000	1.000,000000

Parágrafo único. Somente será realizada a operação especial prevista neste artigo, se a totalidade do volume ofertado ao público, nos termos do art. 1º desta Portaria, for vendida.

Art. 4º A alocação da quantidade ofertada, conforme o disposto no art. 8º do mencionado Ato Normativo, obedecerá a seguinte proporção:

I - 50% (cinqüenta por cento) às instituições "dealers" que tenham alcançado a meta estabelecida no inciso I do art. 2º (grupo 1) do referido Ato Normativo e;

II - 50% (cinqüenta por cento) às instituições "dealers" que tenham alcançado a meta estabelecida no inciso II do art. 2º (grupo 2) do referido Ato Normativo.

Parágrafo único. Dos títulos destinados a cada grupo, a quantidade máxima que poderá ser adquirida por cada instituição observará os critérios estabelecidos no art. 8º, § 1º, do mencionado Ato Normativo, e será informada à instituição por meio do módulo OFDEALERS do SELIC.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO FONTOURA VALLE

PORTARIA Nº 405, DE 21 DE JUNHO DE 2011

O SUBSECRETÁRIO DA DÍVIDA PÚBLICA DA SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL, no uso das atribuições que lhe conferem a Portaria MF nº 183, de 31 de julho de 2003, e a Portaria STN nº 143, de 12 de março de 2004, e tendo em vista as condições gerais de oferta de títulos públicos previstas na Portaria STN nº 410, de 04 de agosto de 2003, resolve:

Art. 1º Tornar públicas as condições específicas a serem observadas na oferta pública de Letras Financeiras do Tesouro, LFT, cujas características estão definidas no Decreto nº 3.859, de 04 de julho de 2001:

I - data do acolhimento das propostas e do leilão: 21.06.2011;

II - horário para acolhimento das propostas: de 12h às 13h;

III - divulgação do resultado do leilão: na data do leilão, a partir das 14h30, por intermédio do Banco Central do Brasil;

IV - data da emissão: 22.06.2011;

V - data da liquidação financeira: 22.06.2011;

VI - data-base das LFT: 01.07.2000;

VII - critério de seleção das propostas: serão aceitas todas as propostas com cotações iguais ou superiores à cotação mínima aceita, a qual será aplicada a todas as propostas vencedoras;

VIII - sistema eletrônico a ser utilizado: exclusivamente o módulo Oferta Pública Formal Eletrônica (OFPUB), nos termos do regulamento do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (SELIC);

IX - quantidade máxima de propostas por instituição: 5 (cinco) para cada um dos títulos ofertados;

X - quantidade para o público: até 150.000 de títulos, que serão distribuídos, a critério do Tesouro Nacional, entre os títulos listados abaixo;

XI - características da emissão:

Título	Código Selic	Data do vencimento	Prazo (dias)	Quantidade	VN na data-base (em R$)	Adquirente
LFT	210100	07.09.2015	1.538	Até 150.000	1.000,000000	Público
LFT	210100	07.09.2017	2.269	Até 150.000	1.000,000000	Público

Art. 2º Na formulação das propostas deverá ser utilizada cotação com quatro casas decimais, devendo o montante de cada proposta contemplar quantidades múltiplas de cinqüenta títulos.

Art. 3º As instituições credenciadas a operar com o DE-MAB/BCB e com a CODIP/STN, nos termos da Decisão Conjunta nº 18, de 10 de fevereiro de 2010, poderão realizar operação especial, definida pelo art. 1º, inciso I, do Ato Normativo Conjunto nº 23, de 6 de agosto de 2010, que consistirá na aquisição de LFT com as características apresentadas abaixo, pelas cotações de venda apuradas na oferta pública de que trata o art. 1º desta Portaria:

I - data da operação especial: 21.06.2011;

II - horário para acolhimento das propostas: de 15h às 16h;

III - divulgação da quantidade total vendida: na data do leilão, a partir das 16h, por intermédio do Banco Central do Brasil;

IV - data da liquidação financeira: 22.06.2011;

V - características da emissão:

Título	Código Selic	Data do vencimento	Prazo (dias)	VN na data-base (em R$)
LFT	210100	07.09.2015	1.538	1.000,000000
LFT	210100	07.09.2017	2.269	1.000,000000

Parágrafo único. Somente será realizada a operação especial prevista neste artigo, se a totalidade do volume ofertado ao público, nos termos do art. 1º desta Portaria, for vendida.

Art. 4º A quantidade de títulos a ser ofertada na operação especial a que se refere o art. 3º, corresponderá a 5% (cinco por cento) da quantidade vendida ao público na oferta pública de que trata o art. 1º e obedecerá à mesma distribuição percentual verificada entre os títulos vendidos.

§ 1º.A alocação da quantidade ofertada, conforme o disposto no art. 8º do mencionado Ato Normativo, obedecerá a seguinte proporção:

I - 50% (cinqüenta por cento) às instituições "dealers" que tenham alcançado a meta estabelecida no inciso I do art. 2º (grupo 1) do referido Ato Normativo e;

II - 50% (cinqüenta por cento) às instituições "dealers" que tenham alcançado a meta estabelecida no inciso II do art. 2º (grupo 2) do referido Ato Normativo.

§ 2º. Dos títulos destinados a cada grupo, a quantidade máxima que poderá ser adquirida por cada instituição observará os critérios estabelecidos no art. 8º, § 1º, do mencionado Ato Normativo, e será informada à instituição por meio do módulo OFDEALERS do SELIC.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO FONTOURA VALLE

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

SERVIÇO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS
SEDE

RELATÓRIO SERPRO 2011

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - 2010

1. MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Ao longo de seus 46 anos, o Serviço Federal de Processamento de Dados – Serpro constituiu-se como o principal provedor de soluções em tecnologia da informação para a administração pública federal brasileira, criando soluções estruturadoras para o governo federal. Uma história marcada por contribuições imprescindíveis para a construção da democracia e da transparência do Estado.

A importância estratégica do Serpro é evidenciada com a integração do Modelo Global de Dados (MGD) à arquitetura e-PING – padrões de interoperabilidade do governo eletrônico brasileiro. A interoperabilidade envolve extenso campo, como a administração pública e os poderes do Estado, o relacionamento entre a sociedade, o governo, a sociedade civil e todo cidadão ou organização envolvido na troca de dados e informações. Como padrão, permitirá ao governo ter uma visão de todos os dados que suportam seus macroprocessos, a partir de uma "camada fina" que ordena seus processos e agentes envolvidos, possibilitando o reuso dos dados, a otimização no desenvolvimento e na evolução de soluções e uma maior agilidade no provimento de informações para a tomada de decisões estratégicas, com menor custo e melhor atendimento às necessidades das partes envolvidas.

- O ano caracterizou-se também por apresentar dois cenários contrastantes: no plano técnico, os avanços na pesquisa e desenvolvimento tecnológico, destacadamente a incorporação da filosofia do trabalho colaborativo, associada ao uso de soluções baseadas em inovação, plataforma livre e a definição do Processo de Ciclo de Vida de TIC; e
- um novo regramento comercial.

Nosso desenvolvimento técnico, embasado principalmente em soluções de código aberto, evoluiu com iniciativas pioneiras para o governo federal como o Expresso em Nuvem (correio eletrônico), baseado na suíte de comunicação Expresso. O Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT) aprovou o anteprojeto do Centro de Inovação em Computação em Nuvem (CICN). A iniciativa conta com um investimento inicial de R$ 5 milhões e reúne, em acordo, o próprio MCT, o Laboratório Nacional de Computação Científica (LNCC), a Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão (SLTI/MPOG), Dataprev, SERPRO e Telebrás.

O Projeto Porto sem Papel assume também destaque especial, com o objetivo de prover o governo, as empresas privadas e a sociedade de uma solução nacional de TI para os portos brasileiros. Os sistemas que compõem o projeto podem ser acessados, junto com outras funcionalidades, pelo Portal de Informações Portuárias (PIP). Anuências eletrônicas, controle de posicionamento de navios e gerência de monitoramento de cargas são alguns dos serviços disponibilizados pelo projeto. A partir de sua implantação, o tempo de operacionalização da estadia das embarcações nos portos será reduzido em 25% e o das atividades administrativas e burocráticas de todos os agentes intervenientes do processo portuário, em 60%.

Da mesma forma, ganhou relevância o Sistema Publico de Escrituração Digital (Sped). As empresas usuárias passaram de 11.818 (2009) para 141.260 (2010), com grande impacto positivo nas práticas brasileiras de escrituração contábil. Neste período, ficaram ainda disponíveis o Programa Visualizador e o Assinador da Escrituração Fiscal Digital do PIS/Pasep e da Cofins, junto com a versão 1.0.0 de seu guia prático e a versão 2.0.3 do Guia Prático da Escrituração Fiscal Digital, todos ligados a esta evolução do Sped.

A prática de trabalho cooperado foi exitosa, expressa principalmente no framework Demoiselle, construído por uma comunidade da qual participam, entre outras: as empresas de TI dos Estados do Paraná (Celepar), Bahia (Prodeb), Pernambuco (ATI), Pará (Prodepa), Minas Gerais (Prodemge), a Caixa Econômica Federal, a Dataprev, a Universidade Federal do Paraná, o Centro de Competência em Software Livre da Universidade de São Paulo, a GOV.tec, e a Datainfo Soluções em Tecnologia da Informação.

A gestão empresarial foi marcada com a implementação das novas normas vigentes no país, que adequaram as práticas contábeis nacionais às normas internacionais. Destacam-se os ajustes em provisões destinadas a potenciais débitos trabalhistas, revisadas e ampliadas, além do reconhecimento dos ganhos e perdas atuariais para os benefícios pós-emprego de responsabilidade da empresa, patrocinadora do fundo de pensão de seus empregados.

No campo das operações, mantivemos e expandimos os serviços e a infraestrutura tecnológica e predial das atividades de suporte. Modernizamos e ampliamos as instalações, com destaque às obras de um novo prédio em Andaraí no Rio de Janeiro. Os investimentos na infraestrutura técnica, que nos anos anteriores já haviam garantido boa situação para serviços prestados, tiveram maior contingenciamento, limitando os gastos àqueles considerados imprescindíveis à continuidade e segurança das atividades.

Na área de gestão de pessoas, o Serpro manteve programas de incentivo a educação superior, educação pós graduada e capacitação e desenvolvimento corporativo, com investimentos que superaram em 10% os valores do ano anterior.

Quanto à responsabilidade social, a empresa firmou definitivamente seu compromisso com a disseminação de boas práticas ambientais ao aderir ao programa Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P), lançado pelo Ministério do Meio Ambiente.

Fiel à sua vocação de estar permanentemente atento à inovação e à evolução tecnológica, o Serpro estrutura-se para trilhar caminhos mais sólidos em direção às soluções livres e ao trabalho colaborativo. É com esse espírito que a empresa prepara o terreno para os novos desafios e conquistas que terá pela frente.

2. DESCRIÇÃO DOS NEGÓCIOS, PRODUTOS E SERVIÇOS

Por sua ampla e notória experiência na prestação de serviços de tecnologia da informação (TI) aos órgãos de governo, o Serpro detém conhecimentos singulares, que lhe permitem integrar soluções, bem como alcançar os objetivos dos seus clientes de maneira segura, continuamente aperfeiçoada e sempre em caráter evolutivo.

A empresa consolidou-se, ao longo de seus 46 anos, aprimorando as tecnologias adotadas por diversos órgãos públicos federais, estaduais e municipais. Promoveu a integração de soluções estruturadoras e de gestão do governo federal, dotadas de características de desenvolvimento, produção, níveis de qualidade, sigilo, transparência e de segurança requeridos pelo governo, distinguindo-se em seu segmento. O Serpro é o fiel depositário de dados governamentais, mantém bancos de dados com abrangência nas áreas tributária, financeira, contábil, orçamentária e de gestão de governo.

A este portfólio, como consequência natural da implementação, uso e expansão do Modelo Global de Dados, o Serpro agrega as ações necessárias para a estruturação de mais um serviço integrador: a Administração de Dados e Processos para o governo brasileiro. Tal empreendimento reforçará as competências atuais da empresa no desenvolvimento de soluções e tecnologias, garantindo ao Estado brasileiro a ampliação do conhecimento sobre seus processos, viabilizando uma maior e melhor integração de soluções.

Com o emprego adequado de soluções estruturadoras, o Serpro vem contribuindo efetivamente para racionalização e modernização de setores estratégicos da administração pública, nas diversas esferas do governo, sem descuidar de sua responsabilidade social e cidadania, área na qual tem papel de destaque na implementação de padrões de acessibilidade e inclusão digital. Para tanto, atua com uma estrutura em rede composta por Unidades de Gestão, distribuídas na sede em Brasília, nas 10 projeções regionais e nos 27 escritórios, onde atuam 7.708 empregados que compõem seu quadro interno de especialistas.

O mercado de atuação da empresa é o setor público, tendo como principal cliente o Ministério da Fazenda, com suas secretarias e demais órgãos correspondendo a 70,01% do volume de negócios da empresa.

3. INVESTIMENTOS

3.1 Principais investimentos em infraestrutura do ambiente operacional

Os investimentos para o atendimento da infraestrutura operacional centram-se na manutenção dos ativos de informática, informação e teleprocessamento, tendo ênfase, dentre outras, as seguintes iniciativas:

- contratação de expansão da capacidade produtiva da plataforma mainframe IBM 210 para os centros de dados de Brasília e São Paulo;
- aumento da capacidade computacional do parque de servidores Mainframe (~ 4.000 mips) e da plataforma distribuída (+ de 600 servidores x86).
- aquisição de servidores;
- aquisição de soluções de auditoria, segurança, segregação de papeis, classificação de informações, criptografia de dados e mascaramento de dados para sistemas da Receita Federal do Brasil;
- upgrade de licenças com cessão de direito de uso por prazo indeterminado (uso permanente) dos produtos da família Adabas/Natural;
- aquisição de servidores e racks para os centros de dados;
- aquisição de subsistemas de discos e directores Fibre Chanel;
- aquisição de placas (switches), cabos e módulos para uso e roteadores;
- aquisição de estações de trabalho desktop.

3.2. Principais Investimentos na infraestrutura logística

No segmento da infraestrutura logística, foram realizadas iniciativas orientadas principalmente ao aperfeiçoamento da segurança física e conforto das instalações. Além de investimentos distribuídos em praticamente todas as instalações do Serpro, podemos destacar:

- instalação de sala cofre para a Autoridade Certificadora em Brasília;
- obras e instalações no centro de dados de Brasília;
- aquisição e instalação de sistemas de refrigeração e construção de galeria no centro de dados de São Paulo;
- obras de recuperação de novo prédio da regional Rio de Janeiro (Andaraí);
- melhorias nas instalações das regionais Fortaleza, Recife, Belo Horizonte e Porto Alegre;
- manutenção de bens móveis veículos e equipamentos em todas as regionais.

3.3. Objetivos dos Investimentos

A rápida evolução tecnológica exige das organizações que atuam no campo da tecnologia da informação (TI) respostas proporcionalmente ágeis. Diante deste cenário, é necessário que, ao lado da capacidade criativa das pessoas que fazem o Serpro, garanta-se um arcabouço físico e tecnológico compatível com a necessária evolução dos produtos e serviços gerados. Esta é a forma de se manter a capacidade empresarial, promover as melhorias necessárias ao aperfeiçoamento do atendimento das demandas dos clientes e garantir o crescimento dos volumes e das funcionalidades dos serviços prestados.

Assim, no ano de 2010, em continuidade ao que temos realizado nos anos anteriores, investimos em nossas infraestruturas técnica e logística que suportam a realização dos trabalhos da empresa. O avanço do uso do software livre nestes investimentos continuou sendo uma marca neste período.

Com foco em quatro segmentos, os investimentos objetivaram atender aos centros de dados da empresa, à rede de comunicações, incluindo aqui a segurança das redes, aos processos de administração dos ambientes de TI e à infraestrutura logística empresarial, para a garantia da funcionalidade da empresa e o conforto e segurança dos empregados.

No quadro a seguir apresentamos um quadro com o resumo financeiro destes investimentos.

Em R$

Variável	2009	2010
Investimento no modelo operacional	115.976.012,00	91.833.825,00
Investimento na infraestrutura logística	15.342.531,00	19.101.065,20
Total	131.318.543,00	110.934.890,20
% de investimentos sobre a receita operacional bruta	8,00%	7,07%

Fonte: SIAFI

4. PESQUISA E DESENVOLVIMENTO

Em 2010, o foco em inovação na empresa foi grande, culminando com a publicação da Política Serpro de Inovação que vai ao encontro do esforço governamental no que diz respeito às políticas de ciência, inovação e tecnologia no Brasil. Esta política instituiu, no âmbito da empresa, diretrizes como fomentar o conhecimento científico-tecnológico, tornar disponíveis tecnologias que facilitem a criação de produtos e processos inovadores, estimular práticas de medição e avaliação da inovação e garantir um processo de disseminação desta cultura.

4.1. Conquistas tecnológicas

Apresentamos as conquistas relacionadas com a área de tecnologia. Este conjunto caracteriza-se por ações concluídas em 2010.

4.1.1. Apoio ao desenvolvimento

Implementação de ambientes corporativos, compatíveis entre si, por meio do provimento de

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012011062400032

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

infraestrutura adequada para as atividades de desenvolvimento de soluções. Neste contexto, merecem destaque:

- Implantação do Mantis Internet;
- Implantação da Sistemática de Reuso de Componentes, por meio do Processo de Gestão de Componentes de Software e a internalização de ferramenta para sua gestão;
- Seleção da ferramenta ICE SCRUM para gestão Ágil de Projetos. Também cabe destaque para a nova versão do Processo Serpro de Desenvolvimento de Soluções (PSDS).

4.1.2. Correio e menssageria

Lançamento do primeiro serviço em computação em nuvem do governo federal, responsável pela integração da comunicação na administração pública. A solução "Expresso em Nuvem" é baseada na suíte de comunicação Expresso já utilizada pelo Serpro, além de também já ser comercializada com os nossos clientes.

4.1.3. Framework Demoiselle

Ampliação do uso do Demoiselle para 100% nas novas soluções do desenvolvimento (Java e Aplicações Web não distribuídas). Lançamento da primeira versão do processo livre Demoiselle, para orientar o desenvolvimento de software com o uso do framework. Disponibilização da versão 2.0, que acompanha as tendências de mercado, e traz como benefícios: possibilidade de uso de ambiente distribuído; simplificação do uso e mais flexibilidade, em especial para acesso a dados e resolução de erros; e documentação mais completa. Foco em capacitação e ampliação da rede de colaboradores, destacando-se: workshop em todas as regionais com foco no Demoiselle como instrumento de reuso; publicação de livro; desenvolvimento de curso de ensino à distância; e divulgação em congressos e visitas técnicas.

4 .1.4. Gestão de Redes

Melhoria do uso da banda disponibilizada pelo Serpro e da qualidade da transmissão por meio do Projeto de Codecs HD.

4.1.5. Atualização de Tecnologia

Desenvolvimento da modernização da versão servidor de comunicação micro-mainframe (SQLAda) em linguagem "C", com a realização de testes de funcionalidades e de desempenho.

Reestruturação da arquitetura da solução integrada de gerenciamento da plataforma baixa, de forma a comportar os níveis de serviço exigidos e necessários aos ambientes de centros de dados.

4.1.6. Governança de TI

- Definição dos indicadores de Governança de TI, elaboração da sistemática de ACD da Governança de TI;
- Publicação do plano de implantação do Programa de Governança de TI;
- Publicação do Modelo de Ciclo de Vida de Tecnologia, que consiste em um processo sistêmico que possibilita o acompanhamento, controle e aprimoramento da gestão das soluções tecnológicas.

4.1.7. Conectividade Tecnológica

Com o objetivo de alavancar a conectividade tecnológica, foi elaborada a documentação de recomendações sobre o uso de Web Services no âmbito do Serpro. O objetivo é subsidiar os direcionamentos e melhores práticas de desenvolvimento de serviços baseados em Web Services direcionados às áreas de desenvolvimento e promover a capacidade de resposta às demandas que tenham Web Services como requisito. Outra conquista foi a internalização do JBOSS Messenger, que permite a integração de sistemas na empresa. O intuito é prover soluções mais robustas ao desenvolvimento para atender demandas de negócio cada vez mais ágeis, integradas e cooperativas.

4.1.8. Mobilidade

Ampliação da possibilidade de uso de dispositivos eletrônicos em soluções para cliente por meio de estudos para uso de smartphones em sistemas, que incluíram certificação de dispositivos e validação do modelo tecnológico em um piloto.

4.1.9. Negócios

Desenvolvimento do Projeto de Implantação do Processo de Gestão de Continuidade do Negócio, focando nos Sistemas de Missão Crítica (SMC), que auxiliou no esclarecimento dos conceitos de SMC e na definição das prioridades para a atuação estruturada da unidade de Gestão de Serviços.

Publicação do processo de modelagem de negócios para o domínio governamental (versão beta), que organiza o conhecimento relacionado em um conjunto de atividades, artefatos, orientações e papéis.

4.1.10. Pentaho

Internalização do modelo de uso dos processos e as técnicas para utilização da Pentaho Metadata Editor como ferramenta para geração de relatórios Ad Hoc.

Validação e disponibilização de ambientes para nova plataforma em Brasília e São Paulo.

4.1.11. Pesquisa tecnológica

- Definição do projeto do curso de especialização em Governo Eletrônico (Convênio Serpro – ESAF);
- Promoção do II WCGE - Workshop de Computação Aplicada em Governo Eletrônico - fruto da parceria entre a Sociedade Brasileira de Computação (SBC) e o Serpro - http://www.serpro.gov.br/wcge/;
- Definição de Arquitetura de Busca para o Serpro - Columbus;
- Consolidação do acordo de cooperação entre Serpro e Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT);
- Aprovação do anteprojeto do Centro de Inovação em Computação em Nuvem (CICN) pelo MCT em acordo incial de uma rede entre MCT, LNCC, SLTI/MPOG, Dataprev, Serpro e Telebrás.

4.1.12. Qualidade e Teste de software

Implantação da versão inicial do serviço de testes de requisitos não funcionais, propiciando a melhoria qualitativa do produto, mitigando os custos de correções e proporcionando estabilidade ao ambiente de produção.

Adoção do aplicativo web Sonar empregado na gestão de qualidade de código-fonte Java.

Desenvolvimento e internalização de novas versões da ferramenta Testkase, para gerar casos de teste a partir de casos de uso (técnica Model-based Testing).

Criação de padrões de implementação das linguagens Java e PHP para melhorar a legibilidade e manutenibilidade dos códigos.

Implantação do serviço de análise de risco arquitetural, o que permite: avaliar a técnica da construção de sistemas desenvolvidos/adquiridos; verificar o alinhamento às tecnologias padronizadas ou consolidadas; reduzir os riscos de adoção de práticas arquiteturais inadequadas; e aumentar o sucesso de atendimento aos requisitos não funcionais.

Homologação de duas ferramentas livres e elaboração de material para cursos de Testes Unitários.

Melhoria do Catálogo de Serviços de Testes do Desenvolvimento, incluindo, realização de Testes de Estresse e Carga.

4.1.13 Segurança

No campo de segurança foram desenvolvidas ações conforme segue:

- revisão do Modelo de Segurança;
- estabelecimento do processo de Gestão de Continuidade;
- integração da Segurança com o Demoiselle;
- criação de uma rede exclusiva para a realização de backup entre os centros de dados de Brasília, Rio de Janeiro e São Paulo;
- análises de vulnerabilidade em diversos sítios hospedados no Serpro;
- instalação dos ativos de segurança previstos no Projeto de Segmentação das Redes do Serpro;
- assinatura de convênio com a Universidade de Santa Catarina para revisão da AC-Serpro (Autoridade Certificadora);
- implementação do Site Tronco Internet da Regional Rio de Janeiro, o que vai permitir a montagem da contingência da AC-Serpro bem como a hospedagem de serviços da CVM, SUSEP e INPI;
- aquisição e substituição da solução antimalware do Serpro e clientes;
- substituição da ferramenta de NAT (PIX) por "nateamento" via firewall provendo redundância para tal serviço;
- incremento significativo na capacidade de armazenamento dos centros de dados, elevando a capacidade para mais de 1 Petabyte de armazenamento, além do controle efetivo das cópias de segurança (backup) e melhoria da capacidade de restauração de dados.

4.1.14. Telefonia IP

Implantação da telefonia IP no escritório de Rio Branco e a instalação do proxy, interligando a rede de telefonia IP do escritório de Florianópolis à rede de telefonia convencional do Serpro.

4.1.15. Farol

O projeto adota o conceito de arquitetura integrada de monitoração de serviços. Esta arquitetura garante a interoperabilidade entre todos componentes que participam da monitoração dos serviços. Destacam-se as seguintes entregas em 2010:

- Em parceria com o projeto Demoiselle, efetivou-se um componente que viabiliza a monitoração de aplicações;
- A funcionalidade de árvore gráfica e propagação de eventos baseado no uso de pesos no ambiente Zabbix;
- Novo correlacionador de eventos em substituição à solução proprietária HP OpenView;
- Implementador rápido de consoles especializadas – LEME - , baseado na solução ZABBIX, apoiando o desenvolvimento rápido de novas ferramentas de monitoração;
- Painel Integrado de Monitoração de Serviços, solução agregadora e centralizadora de informações técnicas e gerenciais.

4.1.16. Videoconferência

Para incrementar o uso dos recursos de videoconferência, adotamos as seguintes ações:

- Customização e implantação do OpenMeetings, um software livre para videoconferências web que permite a realização de reuniões virtuais, apresentações e cursos a distância, através da própria estação de trabalho do usuário;
- Migração da plataforma VLC do Assiste (solução de videostreaming do Serpro) para IceCast (também criou-se o IceGraph, para monitorar e gerar gráficos de audiência) e Gstreamer, para solução dos problemas de administração e de escalabilidade, além do desenvolvimento do plugin WordPress, que automatiza as publicações das transmissões e vídeos gravados do Assiste.

4.1.17. Virtualização de Servidores

Implementação de solução de virtualização para o Serpro com o objetivo de otimizar recursos de hardware através de compartilhamento de um servidor físico com vários servidores virtuais independentes e isolados entre si.

4.2 Iniciativas em Tecnologia

As iniciativas empresariais caracterizam-se por ações iniciadas em 2010, e ainda não encerradas, focadas em tecnologia . Abaixo as descrevemos:

4.2.1. Automação de processos

O Projeto de Desenvolvimento da Ferramenta Livre de Automação de Processos (FLAP) visa instituir o desenvolvimento de uma ferramenta livre, para automação de processos, baseado no modelo ITIL®.

4.2.2. Gerenciamento Integrado de Serviços

O projeto Gerenciamento Integrado de Serviços (GIS) irá permitir melhorias relacionadas aos processos de gerenciamento de serviços do Serpro. O projeto promoveu a reestruturação da área responsável pelo Gerenciamento Integrado de Serviços. Implantou a Gestão Corporativa de Incidentes e Centro de Monitoração Integrada (CMI), proporcionando, através da integração entre as áreas envolvidas nos incidentes, maior visibilidade e resolução mais ágil dos incidentes de alta e altíssima severidade que afetam o negócio. Implantou, também, a Gestão Corporativa de Problemas, a Gestão Corporativa de Mudanças e de práticas de gerenciamento de níveis de serviços.

4.2.3. Gestão de Redes

O Projeto de Segmentação visa criar redes internas logicamente isoladas de modo a permitir tratamento diferenciado aos perfis de usuários ou serviços definidos por segmento.

O Projeto de Expansão da Infovia tem como objetivo viabilizar a modernização tecnológica de parte do parque de ativos da Infovia Brasília, assim como permitir a inclusão de novos clientes àquela rede.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012011062400033

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

O Projeto do anel óptico de Porto Alegre visa interconectar os órgãos de governo federal sediados na capital do Rio Grande do Sul através de uma rede óptica metropolitana.

4.2.4. Gestão do Conhecimento

Criação do projeto de Base de Conhecimento para as atividades do service-desk (serviço de suporte ao atendimento).

Elaboração do projeto de Gestão Eletrônica de Documentos, para implantar um sistema de gestão de conteúdo web permitindo a manipulação, arquivamento, revisão, recuperação, descarte e versionamento dos documentos produzidos na empresa.

Projeto Painel Digital, elaborado com a utilização de softwares livres, visa a implementação de telões (televisores) mostrando constantemente notícias, informes, avisos e vídeos.

4.2.5. Negócios

O Projeto de Implantação do Processo de Gestão de Continuidade do Negócio tem como objetivo a criação de planos de respostas a incidentes, em âmbito corporativo, focando nos Sistemas de Missão Crítica (SMC).

4.2.6. Qualidade e Desenvolvimento de Software

Criação do Processo de Inspeção de Código-fonte, visando garantir a melhoria de qualidade na construção de projetos de software.

Definição de uma arquitetura para o Tamanduá (Mineração de Dados) no Serpro.

4.2.7. Responsabilidade Social

O projeto Um Computador por Aluno (UCA) tem a finalidade de promover a inclusão digital através da distribuição de laptops educacionais em escolas públicas que se utilizarão do Modelo de Infraestrutura de Rede sem Fio.

O projeto Cidades Digitais consiste na implantação de infraestruturas de comunicação nos municípios com rapidez na implantação, baixo custo de instalação e manutenção. Também criou um Modelo de Infraestrutura de Rede Metropolitana que será referência para os municípios assistidos pelo projeto.

4.2.8. Segurança

Aquisição de ferramenta de análise de sítios WEB.

Aquisição de solução de backup centralizado para atender aos ambientes descentralizados do Serpro e clientes.

A implementação da solução de Gestão de Identidades proporciona o gerenciamento das funções pertinentes a identidade, visando dar suporte e sustentação aos negócios da organização no ambiente de TI. Reduz os riscos de acessos indevidos, reduz o tempo de atendimento e de alocação dos recursos ao automatizar os processos de habilitação e desabilitação de usuários.

Elaboração de uma solução de segurança focada para os sistemas da Receita Federal do Brasil (RFB), incluindo criptografia, segregação de papéis, auditoria, mascaramento de dados e classificação de informações, o que permitirá o controle mais apurado e maior nível de segurança dos dados dos principais sistemas.

4.2.9 Telefonia IP

O Projeto de Telefonia IP visa a implantação de infraestrutura de telefonia em todas as localidades do Serpro, em substituição aos atuais roteadores de voz. Permitirá a implementação das funcionalidades Voip da suíte de comunicação Expresso e novas funcionalidades em comparação à telefonia convencional.

5. PRODUTOS E SERVIÇOS

O Serpro gerencia serviços para o governo federal em 24 horas por dia durante os sete dias da semana e administra recursos de sua rede de longa distância. São três centros de dados, localizados em Brasília, São Paulo e Rio de Janeiro, havendo nos dois primeiros mainframes a capacidade de processamento de 5.787 mips e 13.932 mips, respectivamente.

Além deste recurso, dispomos de mais de 1.400 servidores de plataforma baixa (Risc, Cisc e Epic) e seis fitotecas automatizadas com capacidade de armazenamento superior a 2 petabytes e 1,353 petabytes de capacidade de armazenamento em discos distribuídos nos três centros de dados, que garantem o funcionamento dos principais serviços e sistemas estruturadores do governo e de serviços para o cidadão, conforme amostra do quadro a seguir.

Produto/Serviço
Certificado Digital; Sistema de Convênios-Siconv; Sistema de Informação das Empresas Estatais (Soest); Sistema Integrado de Dados Orçamentários (Sidor); Portal de Compras do Governo Federal-Compras Net; Portal do Exportador; Portal INPI; Relação Anual de Informações Sociais (Rais); Sistema Federal de Inspeção do Trabalho (Sfit); ReceitaNetRegistro Nacional de Veículos Automotores (Renavan); Sistema de Restrições Judiciais On-Line (Renajud); Sistema de Monitoramento e Registro Automático de Veículos (Simrav); Sistema Registro Nacional de Carteiras de Habilitação (Renach); Sistema Registro Nacional de Infrações de Trânsito (Renainf); Serviços de Rede de Comunicação; Sistema de Administração de Pessoas (Siape); Sistema de Administração de Serviços Gerais (Siasg); Sistema de Administração Finananceira (Siafi); Sistema Monitoramento de Estados e Municípios (Simem) Sistema de Informações Fiscais (SIF); Sistema de Informações de Custo do Governo Federal (Sicgov); Sistema de Operações do Tesouro Nacional (SOTN); Sistema Integrado de Administração Financeira para Estados e Municípios (Siafem); Sistema Integrado de Administração de Materiais e Serviços para Estados e Municípios (Siagem); Sistema de Informações Estaduais (Siest); Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (Sigplan); Sistema de Informações Organizacionais do Governo (Siorg); Sistema de Planejamento de Atividades (Ativa); Sistema Público de Escrituração Digital (Sped); Sistema Nacional de Cadastro Rural (SNCR); Sistema Integrado de Comércio Exterior (Siscopmex); Sistema de Pagamento On Line (Sispagon); Sistema Mercante; Sistema Nacional de Passaportes (Sinpa); Sistema de Acordos Internacionais (SAI); Sistemas de Imposto de Renda para pessoas físicas e jurídicas; Simples Nacional; Balcão Virtual do Serviço de Patrimônio da União; Cadastro de pessoas físicas e jurídicas; Portal da Transparência; Portal Rede Governo; Portal SOF; Integração de Dados e Processos de Governo.

A seguir, apresentamos alguns dos novos produtos e serviços colocados à disposição de nossos clientes neste ano e seus objetivos básicos:

- A Base de Índice Nacional de Condutores – Ampliada (BCA), iniciativa que pretende garantir a segurança de informações já disponíveis para os Departamentos Estaduais de Trânsito (Detrans) de todo o país, tem como objetivo integrar em um único sistema todos os dados relacionados à Carteira Nacional de Habilitação (CNH).
- Sistema Malha Fiscal: o novo atendimento permite ao contribuinte com a declaração do Imposto de Renda Pessoa Física (IRPF) em malha, agendar dia, hora e local para entregar os documentos que comprovem as informações declaradas.
- Portal Brasil: idealizado e desenvolvido para romper com os atuais modelos de comunicação digital do governo. A proposta do ambiente é oferecer conteúdo personalizado aos diversos públicos de interesse, reunir em um único espaço mais de 500 serviços de governo eletrônico e promover a interatividade entre usuários e o Estado.
- Sistema de Custos do Governo Federal – Sicgov (Fase 1): elaboração para a STN de um piloto do Sistema de Custos do Governo Federal, para explorar as regras e definições a serem aplicadas no gerenciamento de custos da União, em base de dados única. A primeira versão do Sistema inclui os dados dos sistemas de governo Siafi, Siape e Sigplan.
- Sistema de Custos do Governo Federal – Sivgov (Fase 2): ampliação da base de dados do Sicgov, contemplando um novo segmento organizacional a partir do Siorg.
- DW Síntese: desenvolver uma solução de apoio à decisão para os auditores do Tribunal de Contas da União (TCU).
- Sistema do Cartão de Pagamento: contempla a concessão de suprimentos de fundos para os cartões, detalhamento das despesas e prestação de contas.
- Sindec II: desenvolvidos novos módulos e evoluir o Sistema de Informação e Apoio à Tomada de Decisão do DNIT.
- Comprot Doc Web: módulo que permitirá o tratamento dos documentos da espécie "Circular".
- Migração do CPD da CVM para o Centro de Dados do Serpro/Horto.
- Macroprocesso Crédito Tributário: construção de visão integrada do macroprocesso crédito tributário.
- Macroprocesso de Planejamento, Orçamento e Finanças – POF: construção de uma visão integrada dos dados que suportam esse macroprocesso sendo ainda, em seu núcleo, incorporada a visão de negócio, a partir de uma camada fina de processos.
- Modelo de gestão e governança para o Modelo Global de Dados (MGD), desenvolvido com participação direta dos órgãos disciplinadores no segmento de TI e gestão da administração pública, com objetivo de definir um conjunto de papeis a serem desenvolvidos pelos agentes de governo, Serpro e prestadores de TI, no sentido de garantir a evolução do MGD, mantendo um conjunto de requisitos que assegurem a integração e a integridade.
- Módulo de Acompanhamento do MGD: sistema orientado ao acompanhamento dos grandes devedores e devedores de interesse.
- Sistema Integrado da Divida Ativa - Sida: a PGFN na atividade relativa à inscrição de débitos com a União, agiliza e otimiza o processo de cobrança desses débitos, provenientes da Receita Federal e outras origens, além do seu acompanhamento até a realização do respectivo ajuizamento.
- Susep: em TI, migração do Centro de Dados, produção de sistemas, hospedagem do Sítio da Susep, recepção, processamento e publicação do Formulário de Informações Periódicas (FIP) e acesso às bases CPF e CNPJ.
- Migração de 60 sistemas corporativos da Susep para o Serpro.

6. INFORMAÇÕES SOBRE RESPONSABILIDADE SOCIAL E CIDADANIA

Inclusão Digital

Em continuidade ao plano de combate à exclusão digital do cidadão e da cidadã, a empresa criou o programa de inclusão digital, com o qual atingiu, em 2010, a expressiva marca de 382 Telecentros implantados no Brasil e 9 no exterior, sendo compostos em media com 11 equipamentos em cada, totalizando 4.180 equipamentos.

No mesmo ano, o Serpro aderiu ao edital de lançamento do Programa Nacional de Apoio à Inclusão Digital nas Comunidades – Telecentros.BR, que pretende investir cerca de R$ 165 milhões na aquisição de equipamentos e mobiliário (R$ 64 milhões), no oferecimento de conexão em banda larga (R$ 27 milhões), na concessão de bolsas para formação de monitores (R$ 57,96 milhões) e na implantação de uma rede de formação (R$ 16 milhões).

O Serpro é proponente de 72 entidades beneficiárias, que foram consultadas e aceitaram ser parceiras para obter esses benefícios.

O Serpro assinou acordo de cooperação técnica com o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), que visa a implantação, gestão e desenvolvimento compartilhado de um sistema integrado de gestão e apoio a telecentros denominado Rede Brasil Digital, que se encontra em fase de formação do grupo de trabalho.

7. REFORMULAÇÕES ADMINISTRATIVAS

Adesão ao programa Agenda Ambiental na Administração Pública – A3P

Depois de promover diversas iniciativas de estímulo a funcionários e parceiros a adotar princípios e critérios de gestão socioambiental em suas atividades, o Serpro firmou definitivamente seu compromisso com a disseminação de boas práticas ambientais ao aderir ao programa Agenda Ambiental da Administração Pública – A3P, lançado pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA).

Como reflexo desta iniciativa, a empresa pretende levar a seus funcionários a reflexão sobre a prática dos 5Rs: repensar, reduzir, reaproveitar, reaproveitar e (se) recusar a consumir produtos que geram impacto negativo ao meio ambiente.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012011062400034

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

BALANÇO PATRIMONIAL – COMPARATIVO

Exercícios Sociais encerrados em 31 de Dezembro de 2010 e 2009

Em R$

ATIVO	2010	2009
CIRCULANTE	**856.795.269,04**	**892.386.070,10**
. Caixa e Equivalentes de Caixa	**43.166.662,29**	**234.678.923,37**
Bancos c/ Movimento	42.327.240,20	83.273.332,26
Fundo de Aplicação Financeira	839.422,09	151.405.591,11
. Ativos Financeiros	**518.377,88**	**582.396,38**
. Créditos em Circulação	**811.895.729,35**	**655.983.291,15**
Créditos a Receber	**811.431.625,81**	**655.580.667,00**
Faturas a Receber	623.174.982,29	550.932.233,53
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(30.784.844,13)	(30.246.179,62)
Créditos Tributários	136.854.670,90	105.102.928,22
Ressarcimento de Pessoal	81.435.658,72	28.141.471,58
Créditos Diversos a Receber	751.158,03	1.650.213,29
Outros Créditos	**126.545,60**	**65.066,21**
Diversos Responsáveis	**133.319,80**	**133.319,80**
Recursos Vinculados	**204.238,14**	**204.238,14**
. Bens e Valores em Circulação	**1.213.372,00**	**1.141.459,20**
. Valores Pendentes a Curto Prazo	**1.127,52**	**-**
NÃO CIRCULANTE	**1.066.308.405,44**	**1.072.200.151,98**
. Realizável a Longo Prazo	**548.520.943,75**	**549.873.963,68**
Depósitos Realizáveis a Longo Prazo	215.094.632,96	198.237.111,08
Créditos Realizáveis a Longo Prazo	333.095.475,14	351.431.029,08
Bens a Alienar	172.113,37	17.022,17
Ativos Financeiros	12.422,38	41.863,79
Outros Ativos	146.299,90	146.937,56
. Imobilizado	**438.952.165,95**	**463.399.337,86**
Bens Imóveis	264.301.907,95	248.805.246,52
Bens Móveis	595.640.949,63	591.714.714,06
Depreciação Acumulada	(420.990.691,63)	(377.120.622,72)
. Intangível	**78.835.295,74**	**58.926.850,44**
Projetos e Softwares	158.795.720,16	121.406.181,52
Amortização	(79.960.424,42)	(62.479.331,08)
TOTAL DO ATIVO	**1.923.103.674,48**	**1.964.586.222,08**

BALANÇO PATRIMONIAL – COMPARATIVO

Exercícios Sociais encerrados em 31 de Dezembro de 2010 e 2009

Em R$

PASSIVO	2010	2009
CIRCULANTE	**505.617.028,67**	**443.929.803,91**
. Depósitos	**130.127.330,27**	**104.932.084,71**
Consignações	**30.033.420,95**	**8.716.030,78**
Tributos e Encargos Sociais	**100.071.514,37**	**96.216.053,93**
Depósitos Diversas Origens	**22.394,95**	**-**
. Obrigações em Circulação	**375.489.698,40**	**338.997.719,20**
Obrigações a Pagar	**375.482.162,61**	**338.950.119,70**
Fornecedores	98.757.428,88	65.837.032,21
Pessoal a Pagar	386.987,33	23.893.523,69
Férias	109.510.828,78	92.917.504,18
Licença-Prêmio	78.811.432,12	68.426.260,90
Plano de Previdência Complementar	15.427.034,40	15.754.107,20
Participação nos Lucros ou Resultados	49.195,58	2.912.538,02
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio	72.539.255,52	66.083.619,87
Outras Provisões	-	3.125.533,63
Outras Obrigações	**7.535,79**	**47.599,50**
NÃO CIRCULANTE	**559.616.772,84**	**488.012.253,61**
Obrigações Tributárias	30.542.231,46	32.162.963,60
Provisões Trabalhistas e Cíveis	405.218.215,63	146.316.395,78
Plano de Previdência Complementar	123.726.395,45	183.438.045,95
Obrigações Judiciais	-	125.969.781,34
Outras Obrigações	129.930,30	125.066,94
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**857.869.872,97**	**1.032.644.164,56**
. Capital	**617.354.829,23**	**617.354.829,23**
. Reservas	**240.515.043,74**	**415.289.335,33**
Reservas de Capital	**10.178.339,27**	**10.191.350,03**
Reservas de Reavaliação	**118.604.297,62**	**121.750.424,72**
Ajuste de Avaliação Patrimonial	**(1.377.974,65)**	**(1.284.514,74)**
Reservas de Lucros	**113.110.381,50**	**284.632.075,32**
. Resultados Acumulados	**-**	**-**
TOTAL DO PASSIVO	**1.923.103.674,48**	**1.964.586.222,08**

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO –COMPARATIVO

Exercícios Sociais encerrados em 31 de Dezembro de 2010 e 2009

Em R$

	2010	2009
RECEITA	**1.568.463.578,80**	**1.649.558.702,37**
Receita de Serviços	1.568.463.578,80	1.649.558.702,37
DEDUÇÕES	**(200.577.109,55)**	**(207.437.134,88)**
LUCRO BRUTO	**1.367.886.469,25**	**1.442.121.567,49**
DESPESAS OPERACIONAIS	**(1.679.864.674,99)**	**(1.377.280.611,62)**
Despesas com Pessoal	**(1.076.143.106,19)**	**(996.432.471,49)**
Remuneração	(792.064.569,44)	(753.080.820,48)
Encargos Sociais	(284.078.536,75)	(243.351.651,01)
Benefícios a Empregados	**(163.813.843,30)**	**(160.334.337,05)**
Benefícios	(128.204.046,06)	(109.352.073,13)
Plano de Previdência Complementar	(35.609.797,24)	(50.982.263,92)
Locação	**(48.295.698,94)**	**(45.726.894,58)**
Softwares	(44.387.261,80)	(42.670.549,50)
Locação de Demais Bens	(3.908.437,14)	(3.056.345,08)
Depreciação e Amortização	**(110.563.184,44)**	**(102.123.566,70)**
Despesas Tributárias	**(3.292.016,42)**	**(2.983.944,58)**
Serviços de Comunicação	**(107.879.920,13)**	**(129.834.406,78)**
Manutenção	**(74.140.826,73)**	**(63.315.377,93)**
Serviços Públicos	**(17.396.268,20)**	**(15.018.045,13)**
Serviços Profissionais e Contratados	**(48.463.139,07)**	**(51.801.834,03)**
Materiais	**(6.752.033,78)**	**(6.114.675,93)**
Outras Despesas/Receitas	**24.223.248,10**	**1.948.581,04**
Pessoal Cedido – PSE	**245.061.208,52**	**182.744.148,71**
Resultado com Ações Judiciais	**(261.496.905,44)**	**20.387.046,33**
Outras Receitas e Despesas das Operações Continuadas	**(4.692.238,06)**	**(202.627,49)**
Resultado Financeiro	**(26.219.950,91)**	**(8.472.206,01)**
Despesas Financeiras	(37.798.042,07)	(28.072.782,15)
Juros sobre o Capital Próprio	-	(10.905.128,19)
Receitas Financeiras	11.578.091,16	30.505.704,33
RESULTADO DO EXERCÍCIO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO	**(311.978.205,74)**	**64.840.955,87**
CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS DIFERIDOS	**137.297.374,06**	**(16.655.962,37)**
PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS OU RESULTADOS	**-**	**(2.726.282,05)**
LUCRO/PREJUÍZO ANTES DO IRPJ E CSLL	**(174.680.831,68)**	**45.458.711,45**
PROVISÃO PARA IRPJ E CSLL	**-**	**(13.173.792,48)**
LUCRO/PREJUÍZO ANTES DA REV. DOS JUROS S/ CAP. PRÓPRIO	**(174.680.831,68)**	**32.284.918,97**
REVERSÃO DOS JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO	**-**	**10.905.128,19**
LUCRO/PREJUÍZO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	**(174.680.831,68)**	**43.190.047,16**

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA

Exercícios Sociais encerrados em 31 de Dezembro de 2010 e 2009

Em R$

DISCRIMINAÇÃO	2010	2009
Atividades Operacionais		
Recebimentos de Clientes	1.208.768.155,14	1.165.373.916,79
Recebimentos de Clientes – exercícios anteriores	287.235.046,13	317.360.692,74
Ressarcimento de Pessoal Requisitado	191.767.021,38	189.567.064,80
Outros recebimentos	18.792.631,25	16.635.954,21
Rendimentos de Aplicações	5.170.644,74	18.329.240,41
Tributos vinculados à Receita	(232.541.471,60)	(230.696.742,35)
Pagamentos a empregados – Pessoal e Encargos	(1.079.590.682,86)	(940.535.460,64)
Participação nos Lucros ou Resultados	(2.188.988,89)	-
Sentenças Judiciais	(23.061.643,46)	(15.357.385,06)
Pagamentos a Fornecedores	(508.578.479,86)	(462.771.749,21)
Crédito Rotativo	9.001,87	(86.378,21)
Caixa Líquido proveniente das atividades operacionais	**(134.218.766,16)**	**57.819.153,48**
Atividades de Investimento		
Imobilizado	(44.168.148,77)	(96.968.345,25)
Intangível	(13.125.346,15)	(31.378.404,28)
Caixa Líquido proveniente das atividades de investimento	**(57.293.494,92)**	**(128.346.749,53)**
Atividades de Financiamento		
Dividendos pagos	-	(10.000.000,00)
Aporte de Capital	-	-
Caixa Líquido gerado nas atividades de financiamento	**-**	**(10.000.000,00)**
Redução líquida de caixa e equivalente de caixa	**(191.512.261,08)**	**(80.527.596,05)**
Saldo inicial – Caixa e Equivalentes de Caixa	**234.678.923,37**	**315.206.519,42**
Saldo final – Caixa e Equivalentes de Caixa	**43.166.662,29**	**234.678.923,37**

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012011062400035

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO – COMPARATIVO

Exercícios Sociais encerrados em 31 de Dezembro de 2010 e 2009

Em R$

HISTÓRICO	CAPITAL	RESERVAS DE CAPITAL		RESERVA DE REAVALIAÇÃO	RESERVAS DE LUCROS			LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	PATRIMÔNIO LÍQUIDO CONSOLIDADO
		DOAÇÕES E SUBVENÇÕES PARA INVESTIMENTOS	INCENTIVOS FISCAIS		LEGAL	ESTATUTÁRIAS	RETENÇÃO DE LUCROS			
Saldo em 31/12/2008	**617.264.461,92**	**256.912,39**	**9.947.448,40**	**125.182.563,37**	**33.120.563,17**	**28.666.914,89**	**185.961.720,97**	**-**	**(1.221.079,60)**	**999.179.505,51**
Aumento de Capital	90.367,31	-	-	-	-	(90.367,31)	-		-	-
Realização da Res. de Doações e Sub. p/ Investimentos	-	(13.010,76)	-	-	-	-		13.010,76	-	-
Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	-	-	-	-	(10.905.128,19)	-	(10.905.128,19)
Dividendos Complementares	-	-	-	-	-	-	(419.916,97)	-	-	(419.916,97)
Transações de Capital com os Sócios	**90.367,31**	**(13.010,76)**	**-**	**-**	**-**	**(90.367,31)**	**(419.916,97)**	**(10.892.117,43)**	**-**	**(11.325.045,16)**
Resultado do Exercício	-	-	-	-	-	-		43.190.047,16	-	43.190.047,16
Participação dos Empregados – PLR	-	-	-	-	-	-	(104.979,24)	-	-	(104.979,24)
Realização da Reserva de Reavaliação de Imóveis	-	-	-	(5.200.210,08)	-	-	-	5.200.210,08	-	-
Tributos sobre a Reserva de Reavaliação				1.768.071,43				(1.768.071,43)		
Resultado Líquido do Período	**-**	**-**	**-**	**(3.432.138,65)**	**-**	**-**	**(104.979,24)**	**46.622.185,81**	**-**	**43.085.067,92**
Ajustes Instrumentos Financeiros	-	-	-	-	-	-	-	-	(63.435,14)	(63.435,14)
Outros Resultados Abrangentes	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**(63.435,14)**	**(63.435,14)**
Resultado Abrangente Total	**-**	**-**	**-**	**(3.432.138,65)**	**-**	**-**	**(104.979,24)**	**46.622.185,81**	**(63.435,14)**	**43.021.632,78**
Reversão do IRPJ/CSLL da Reserva de Reavaliação	-	-	-				1.768.071,43	-	-	1.768.071,43
Retenção de Lucro	-	-	-	-	-	-	31.798.482,69	(31.798.482,69)	-	-
Constituição de Reservas	-	-	-		2.384.220,03	1.761.744,33	(214.378,67)	(3.931.585,69)	-	-
Mutações Internas do Patrimônio Líquido	**-**	**-**	**-**	**-**	**2.384.220,03**	**1.761.744,33**	**33.352.175,45**	**(35.730.068,38)**	**-**	**1.768.071,43**
Saldo em 31/12/2009	**617.354.829,23**	**243.901,63**	**9.947.448,40**	**121.750.424,72**	**35.504.783,20**	**30.338.291,91**	**218.789.000,21**	**-**	**(1.284.514,74)**	**1.032.644.164,56**
Aumento de Capital	250.000.000,00	-	-	-	-	-	-	-		**250.000.000,00**
Capital a realizar	(250.000.000,00)		-							(250.000.000,00)
Realização da Res. de Doações e Sub. p/ Investimentos	-	(13.010,76)	-	-	-	-	-	13.010,76		-
Transações de Capital com os Sócios	**-**	**(13.010,76)**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**13.010,76**	**-**	**-**
Resultado do Exercício	-	-	-	-	-	-		(174.680.831,68)		**(174.680.831,68)**
Realização da Reserva de Reavaliação de Imóveis			-	(4.766.859,24)	-	-	-	4.766.859,24		-
Tributos sobre a Reserva de Reavaliação	-	-	-	1.620.732,14				(1.620.732,14)		
Resultado Líquido do Período	**-**	**-**	**-**	**(3.146.127,10)**	**-**	**-**	**-**	**(171.534.704,58)**	**-**	**(174.680.831,68)**
Ajustes Instrumentos Financeiros			-						(93.459,91)	(93.459,91)
Outros Resultados Abrangentes	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**(93.459,91)**	**(93.459,91)**
Resultado Abrangente Total	**-**	**-**	**-**	**(3.146.127,10)**	**-**	**-**	**-**	**(171.534.704,58)**	**(93.459,91)**	**(174.774.291,59)**
Compensação do prejuízo	-	-	-	-	-	-	(171.521.693,82)	171.521.693,82		-
Mutações Internas do Patrimônio Líquido	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**(171.521.693,82)**	**171.521.693,82**	**-**	**-**
Saldo em 31/12/2010	**617.354.829,23**	**230.890,87**	**9.947.448,40**	**118.604.297,62**	**35.504.783,20**	**30.338.291,91**	**47.267.306,39**	**-**	**(1.377.974,65)**	**857.869.872,97**

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA OS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009

NOTA 1 – CONTEXTO OPERACIONAL

O Serviço Federal de Processamento de Dados – SERPRO é uma entidade criada pela lei nº 4.516, de 1º de dezembro de 1964, sob forma de empresa pública com personalidade jurídica de direito privado, vinculada ao Ministério da Fazenda e sujeita à lei nº 5.615, de 13 de outubro de 1970 e às normas legais que lhe forem aplicáveis. Seu estatuto está aprovado pelo Decreto nº 6.791, de 10 de março de 2009. O capital do SERPRO pertence integralmente à União e sua gestão se insere no conjunto de decisões do Governo Federal.

Área de atuação

O SERPRO atua na área de Tecnologia da Informação, sendo responsável por prover e integrar soluções, para propiciar a realização das Políticas Públicas, visando o êxito das finanças e da governança do Estado, em benefício da sociedade.

No exercício dessas atividades, o SERPRO obteve notória experiência na prestação de serviços aos órgãos de Governo e detém conhecimentos singulares, que lhe permitem integrar soluções, bem como alcançar os objetivos dos seus clientes de maneira segura, aperfeiçoada e sempre em evolução.

Ao longo de 46 anos, a empresa aprimorou tecnologias adotadas por diversos órgãos públicos federais, estaduais e municipais, como SISCOMEX, SIAFI, Receitanet, SIAPE, SPED e outros, soluções estas que permitem maior controle e transparência sobre a receita e os gastos públicos, promovendo a integração de Soluções Estruturadoras e de Gestão do Governo Federal, dotadas de características de desenvolvimento, produção, níveis de qualidade, sigilo, transparência e de segurança requeridos pelo Governo.

O SERPRO é fiel depositário de informações governamentais e mantém bancos de dados com abrangência nas áreas: tributária, financeira, orçamentária e de gestão de governo.

A entidade destaca-se na implementação de padrões de acessibilidade e inclusão digital, empregando adequadamente soluções estruturadoras e contribuindo efetivamente para racionalização e modernização de setores estratégicos da Administração Pública nas diversas esferas do Governo, com responsabilidade social empresarial.

O SERPRO conta com uma estrutura em rede composta por células denominadas Unidades de Gestão onde, na Sede, localizada em Brasília e em suas 11 projeções regionais e 27 escritórios, atuam 10.990 empregados, sendo 7.708 atuando na Empresa e 3.282 lotados em diversos órgãos da União, principalmente Ministério da Fazenda.

NOTA 2 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis do SERPRO são de responsabilidade da Administração e a partir de dezembro de 2010 estão em consonância com as normas internacionais de contabilidade, sendo elaboradas utilizando diretrizes contábeis dos pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis-CPC, referendados pelo Conselho Federal de Contabilidade-CFC e pela Comissão de Valores Mobiliários- CVM.

As demonstrações contêm registros que refletem os custos históricos das transações, sendo que os instrumentos financeiros são avaliados a valor justo com reflexo no Patrimônio Líquido.

O SERPRO utiliza o Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI, trabalhando na limitação da data de encerramento do exercício social de 2010, conforme determinação da Secretaria do Tesouro Nacional – STN, em seu processo de encerramento.

As demonstrações contábeis são apresentadas em reais e os valores arredondados para milhares de reais quando indicados desta forma.

As práticas contábeis envolvem julgamento pela Administração quanto a estimativas relativas: à mensuração de provisão para créditos de liquidação duvidosa, ao valor justo de determinados instrumentos financeiros, as provisões trabalhistas e cíveis, à provisão para obrigações junto aos planos de previdência complementar e a definição da vida útil de determinados ativos. Os valores definitivos das transações envolvendo estas estimativas somente serão conhecidos por ocasião da sua liquidação.

As contas ativas e passivas, que guardam na essência, ligação entre si, foram consideradas para fins de apresentação, pelo valor líquido, em razão de possuírem natureza semelhante.

Para fins comparativos e melhor avaliação das situações apresentadas, algumas informações do exercício anterior foram reclassificadas, e estão sendo citadas em suas notas correspondentes, visando melhor entendimento das demonstrações contábeis no período.

Por meio da Lei nº 11.638, de 27 de dezembro de 2007, o Brasil reiterou o compromisso assumido com a convergência brasileira às Normas Internacionais de Contabilidade (*International Financial Reporting Standards* – IFRS), estabelecendo que as entidades devem, a partir da data base de 31 de dezembro de 2010, elaborar e divulgar suas demonstrações contábeis, acompanhadas das respectivas notas explicativas, preparadas de acordo com as normas internacionais de contabilidade (IFRS), seguindo os pronunciamentos internacionais emitidos pelo *International Accounting Standards Board* – IASB.

Visando a convergência das Normas Brasileiras de Contabilidade para as Normas Internacionais de Contabilidade, o Conselho Federal de Contabilidade e a Comissão de Valores Mobiliários aprovaram todos os pronunciamentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC.

O SERPRO concluiu os estudos dos impactos da adoção das referidas normas internacionais. Os pronunciamentos contábeis emitidos até 31 de dezembro de 2010 já foram adotados na elaboração das demonstrações contábeis e notas explicativas do SERPRO.

A aprovação das demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2010 foi concedida de acordo com reunião conjunta dos Conselhos Diretor e Conselho Fiscal de 22 de março de 2011.

NOTA 3 – SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações contábeis e na preparação do balanço patrimonial, com a finalidade de transição para as normas internacionais (IFRS) e pronunciamentos contábeis (CPC).

3.1 – Apuração do Resultado

As receitas e despesas são registradas de acordo com o regime de competência, que estabelece que

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012011062400036

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

sejam incluídas na apuração de resultado dos períodos em que ocorrerem, simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento. Os ativos com taxas pós-fixadas são atualizadas até a data do balanço.

3.2 – Caixa e equivalentes de caixa

As disponibilidades são avaliadas pelo seu valor de face, em moeda nacional. Para elaboração da Demonstração dos Fluxos de Caixa, estão incluídas as disponibilidades de caixa e de aplicações financeiras, com vencimento original de até três meses ou menos, a partir da data da contratação, e que apresentem risco mitigado de mudança de valor justo.

3.3 – Instrumentos Financeiros

Estes instrumentos são classificados por categorias, de acordo com a finalidade para a qual foram adquiridos: títulos mantidos até o vencimento e ativos financeiros disponíveis para venda.

a. Ativos financeiros mantidos até o vencimento

Os investimentos mantidos até o vencimento são aqueles que não podem ser classificados como empréstimos e recebíveis, por serem cotados em um mercado ativo, ou seja, ativos adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. Esses títulos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os ativos são mensurados tendo por base o custo amortizado pelos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

b. Ativos financeiros disponíveis para venda

São aqueles não derivativos destinados como disponíveis para venda. Após o reconhecimento inicial, esses ativos são medidos pelo valor justo e as mudanças, que não sejam perdas por redução do valor recuperável (*impairment*), são reconhecidas em *outros resultados abrangentes* e apresentados dentro do patrimônio líquido. As valorizações ou desvalorizações serão levadas a resultado, quando da realização dos respectivos títulos.

3.4 – Capital Social

O Capital Social do SERPRO pertence integralmente à União.

De acordo com o previsto no artigo 19, inciso II do Estatuto do SERPRO, o dividendo mínimo obrigatório corresponde a 25% do lucro líquido, ajustado nos termos da legislação societária.

3.5 – Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa – PCLD

Esta provisão é constituída com base na análise do histórico de recebimentos de faturas, que se apresenta de modo sazonal. Assim, buscou-se a adoção de um indicador baseado nos dados de cada cliente, visando a linearidade na apresentação dos registros contábeis e consequente representação de seu valor justo.

Tomando-se por base o estudo das faturas pendentes de recebimento, por cliente, as operações são classificadas observando a avaliação feita pela Administração, que sendo realizada anualmente, considera principalmente, a experiência passada e os riscos específicos e globais em relação aos ativos e aos devedores.

A avaliação da PCLD consiste na classificação dos créditos percentualmente, por sua representatividade em cada operação, sendo este percentual utilizado para o cálculo da provisão, ajustando-o de 5,49% para 4,94%. Esta provisão é apurada em valor suficiente para cobrir prováveis perdas.

Para fins fiscais, o valor da provisão, registrado no exercício, está adicionado ao prejuízo fiscal e à base negativa de cálculo da contribuição social sobre o lucro líquido – CSLL.

3.6 – Imobilizado

O Ativo Imobilizado corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidas com essas finalidades. Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995, deduzido de depreciação acumulada.

No custo do imobilizado são incluídos gastos para colocar o ativo em condições necessárias para que sejam capazes de operar de forma que atenda as necessidades da entidade, os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados. Os gastos incorridos com manutenção ou reparo, quando representem melhorias, são agregados ao valor do bem e os demais debitados no resultado, respeitando-se o regime de competência. O software adquirido que seja parte da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento.

A Empresa optou por não remensurar seu ativo imobilizado pelo valor justo, baseando-se nos constantes investimentos na renovação, acompanhando a evolução tecnológica.

No exercício de 2005, a empresa promoveu reavaliação de seus bens imóveis, em virtude da defasagem do valor patrimonial contabilizado e o valor de mercado, estando de acordo com as normas contábeis vigentes à época no que se refere à Reavaliação de Ativos. Com base nos laudos emitidos por avaliadores independentes, e conforme facultado pela Lei nº 11.638/2007 e pelo pronunciamento contábil CPC nº 13 – Adoção Inicial da Lei nº 11.638/2007 e Medida Provisória nº 449/2008, o saldo da reavaliação da empresa será mantido até a sua total realização, por meio de despesa de depreciação, alienação ou baixa por perda.

O valor justo foi estabelecido com observância a critérios consistentes que levam em consideração o preço médio de negociação, cotações de preços de mercado para ativos semelhantes e no método interno de precificação.

a. Depreciação

A depreciação é reconhecida no resultado pelo método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, consideram a expectativa de vida útil empresarial, definida conforme especificação técnica das unidades gestoras de patrimônio da entidade, refletindo o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo, conforme os parâmetros estabelecidos no pronunciamento contábil CPC nº 27 – Imobilizado.

De acordo com a Interpretação Técnica ICPC 10 – Interpretação sobre a Aplicação Inicial do Ativo Imobilizado e à Propriedade para Investimentos dos Pronunciamentos Técnicos CPC nº 27, 28, 37 e 43, foi adotada a vida útil empresarial indeterminada para os bens imóveis, em função das constantes manutenções e da valorização – que sobrepõe o valor original, representando adequadamente o confronto dos custos com os benefícios.

Os métodos de depreciação e as vidas úteis serão revistos a cada encerramento de exercício e eventuais ajustes serão reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

b.Obras em Andamento

O montante registrado em Obras em Andamento representa o valor bruto dos custos relacionados diretamente a projetos específicos de adequação predial e obras civis que agregam vida útil ao imóvel. Na medida a que forem concluídas e entrarem em operação, serão reclassificadas para conta específica e serão submetidas à depreciação, conforme a vida útil empresarial e aos estudos do valor recuperável (*impairment*).

3.7 – Intangível

Cessões de Direito de Uso e Licenças de Uso de Software estão contabilizadas no Grupo Intangível, por se tratarem de bens incorpóreos, destinados à manutenção da entidade ou exercídos com essa finalidade. Tratam-se de gastos controlados pela empresa, diretamente associados a softwares identificáveis e únicos e que gerarão benefícios econômicos maiores que os custos por mais de um ano.

a.Amortização

A amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, a partir da data em que estão disponíveis para uso. A definição da vida útil dos softwares ocorre a cada nova aquisição. Esse método reflete o consumo de benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo.

3.8 – Redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*)

A entidade efetuou o estudo para a avaliação do valor recuperável dos bens do Ativo Imobilizado, tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Todos os itens do imobilizado, a título de bens imóveis foram avaliados individualmente. Os itens do imobilizado a título de bens móveis foram avaliados coletivamente quanto a perda de valor que tenha ocorrido.

O estudo fundamentou-se nos seguintes critérios: seleção de todos os bens móveis, de responsabilidade técnica das unidades gestoras de patrimônio e avaliação de todos os bens imóveis. As técnicas determinantes para a avaliação confrontam a valor de mercado e o custo de reposição, além de tratar da elaboração de estudo que avalia a capacidade do bem selecionado de contribuir para a geração de caixa no exercício.

A conclusão dos estudos acima revelou que o registro contábil do valor recuperável dos ativos e seu reconhecimento no resultado do período não são aplicáveis ao SERPRO, visto que há recuperação dos custos dos ativos em decorrência das receitas originadas pelos serviços. Ressalta-se que o resultado econômico dos processos produtivos é suficiente para a cobertura de seus custos de reposição e valorização de ativos no mercado.

A entidade revisa, pelo menos anualmente, o valor líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável.

3.9 – Tributos

Relativamente aos tributos, são adotadas as seguintes práticas:

3.9.1-Os resultados mensais são apurados cumulativamente para efeito de suspensão ou redução do pagamento do Imposto Renda Pessoa Jurídica – IRPJ e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL (Art. nº 230 do Regulamento do Imposto de Renda – RIR/99);

3.9.2-O Imposto sobre Serviços – ISS está registrado pelo regime de competência, sendo que as alíquotas variam de 2% a 5%, de acordo com o serviço prestado e o município em que se deu o fato gerador (Lei Complementar 116, de 31 de julho de 2003);

3.9.3-A Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS e o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PASEP estão registrados pelo regime da cumulatividade e da não-cumulatividade;

3.9.4-O registro do Imposto de Renda (15%), do adicional do Imposto de Renda (10%), da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (9%), da COFINS (3% e 7,6%) e do PASEP (0,65% e 1,65%), considera, para efeito da respectiva base de cálculo, a legislação em vigor na data das demonstrações contábeis;

3.9.5-A contabilização do Ativo Fiscal Diferido está de acordo com o estabelecido no pronunciamento contábil CPC 32 – Tributos sobre o Lucro.

3.10 – Ativos e Passivos Contingentes

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas e obrigações legais são efetuados de acordo com as premissas contidas no pronunciamento contábil CPC nº 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

Ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações contábeis, exceto quando a administração possui evidências de que há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabe recursos.

Passivos contingentes são reconhecidos nas demonstrações contábeis quando, baseado na opinião da consultoria jurídica interna, for caracterizado como provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, considerando a natureza da atividade da empresa. Os passivos contingentes classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, sendo apenas divulgados nas notas explicativas quando individualmente relevantes. Os passivos contingentes classificados como remotos não são provisionados e nem divulgados.

3.11 – Benefícios a empregados

Os benefícios de curto prazo devidos aos empregados são reconhecidos contabilmente no resultado do período em que o empregado faz jus ao benefício.

O reconhecimento dos ganhos ou perdas atuariais, para os benefícios pós emprego, é efetuado de acordo com os critérios estabelecidos pelo pronunciamento contábil CPC 33 – Benefícios a Empregados.

A parcela dos ganhos ou perdas atuariais a ser reconhecida como receita ou despesa, corresponde ao valor dos ganhos ou perdas acumulados não reconhecidos, que exceder, em cada exercício, ao maior dos seguintes limites:

I. 10% do valor presente da obrigação atuarial total do benefício definido;

II. 10% do valor justo dos ativos do plano.

Dessa forma, a parcela dos ganhos ou perdas atuariais reconhecida no exercício, será o valor resultante da divisão do montante dos ganhos e perdas atuariais acumulados, pelo tempo médio remanescente de serviço estimado para os empregados participantes do plano.

3.12 – Passivo não Circulante

As obrigações de longo prazo estão constituídas com base na expectativa de suas realizações, estando demonstradas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicáveis, dos juros incorridos.

3.13 – Receita Operacional

Segundo o pronunciamento contábil CPC 30 – Receitas, a receita de serviços prestados é medida pelo valor justo. A receita é reconhecida no resultado com base na legislação vigente.

3.14 – Informações adicionais às Demonstrações Contábeis

Com o objetivo de propiciar informações adicionais, em anexo, apresentamos a Demonstração do Valor Adicionado – DVA (Anexo), elaborada em conformidade com o pronunciamento contábil CPC nº 09 – Demonstração do Valor Adicionado.

NOTA 4 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

As disponibilidades estão assim discriminadas:

		Em R$
Discriminação	**2010**	**2009**
Bancos c/ Movimento	42.327.240,20	83.273.332,26
Fundo de Aplicação Financeira *	839.422,09	151.405.591,11
TOTAL	**43.166.662,29**	**234.678.923,37**

* Operações com vencimento na data efetiva da aplicação igual ou inferior a 90 dias

4.1 – Bancos Conta Movimento:

.1 – Bancos Conta Movimento:

São, basicamente, recursos financeiros depositados diretamente na conta Limite de Saque com

Vinculação de Pagamento, representando o valor disponível para saque da Conta Única do Tesouro Nacional.

4.2 – Fundo de Aplicação Financeira:

Tratam-se de aplicações financeiras de liquidez, ou seja, com vencimento original igual ou inferior a noventa dias, a partir da data da contratação.

As aplicações financeiras da Empresa no Banco do Brasil – DTVM, no valor de R$ 839.422,09, foram remuneradas pelo fundo extramercado comum e estão restritas àquelas com lastro em títulos públicos, em conformidade com a Resolução nº 3.284/2005 do Banco Central do Brasil.

a.Receitas com aplicações financeiras de liquidez:

Em R$

Discriminação	2010	2009
Banco do Brasil – DTVM	7.320.998,45	23.673.599,65
TOTAL	**7.320.998,45**	**23.673.599,65**

NOTA 5 – ATIVOS FINANCEIROS

Os ativos financeiros estão mensurados ao valor justo e classificados como recebíveis, mantidos até o vencimento e disponíveis para venda.

As aplicações em incentivos fiscais são apresentadas a valor de mercado, ou seja, valor justo.

A partir de 1991, de acordo com as premissas do Decreto nº 101 de 17 de abril de 1991, a empresa passou a constituir provisão para perdas prováveis, devido a considerável queda de valor, demonstrando o ativo pelo seu valor justo.

Para fins fiscais, esta provisão é indedutível, sendo adicionada à base de cálculo do Lucro Real e da Contribuição Social.

Os ativos financeiros se encontram demonstrados abaixo:

Em R$

Discriminação	2010	2009
Incentivos Fiscais	9.893.766,29	9.893.766,29
(-) Provisão para Perdas Prováveis	(9.375.388,41)	(9.311.369,91)
TOTAL	**518.377,88**	**582.396,38**

NOTA 6 – CRÉDITOS DE CLIENTES

Em R$

Unidade de Negócio	Valor
Superintendência de Adm. Tributária e Comércio Exterior - SUNAC	385.804.066,81
Superintendência de Administração Financeira - SUNAF	5.427.642,20
Superintendência de Sistemas Fazendários e Judiciais - SUNFJ	70.644.030,09
Superintendência de Planejamento, Orçamento e Gestão - SUNMP	43.970.107,26
Superintendência de Serviços Especiais - SUNSE	62.593.141,22
Superintendência de Novos Negócios - SUNNE	54.735.994,71
TOTAL SERPRO	**623.174.982,29**

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é efetuada com base em estudos anuais, levando-se em conta o histórico de faturas pendentes de recebimento atribuída a cada cliente.

6.1 Movimentação da Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa

Em R$

Discriminação	2010	2009
Saldo Inicial	30.246.179,62	14.557.522,14
(+) Constituição	9.437.074,71	21.289.806,49
(-) Reversão	8.898.410,20	5.601.149,01
TOTAL	**30.784.844,13**	**30.246.179,62**

NOTA 7 – IMPOSTO DE RENDA DA PESSOA JURÍDICA (IRPJ) E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO LÍQUIDO (CSLL)

Estes tributos estão provisionados com base no lucro ajustado pelas adições e exclusões, observada a legislação tributária vigente. Em 2010 não constam valores provisionados em decorrência de apuração de base de cálculo negativa da CSLL e prejuízo fiscal.

Em R$

Discriminação	2010	2009
Base de cálculo da Contribuição Social:		
Lucro/Prejuízo Contábil antes do IR e Contribuição Social	(174.680.831,68)	45.458.711,45
(+) Adições	423.871.918,81	90.233.070,81
(-) Exclusões	340.562.546,13	84.651.487,12
Base de Cálculo antes da Compensação de BC Negativa 2008	(91.371.459,00)	51.040.295,14
(-) Base de Cálculo Negativa 2008 (compensação)	-	6.029.513,28
Base de Cálculo da Contribuição Social	(91.371.459,00)	45.010.781,86
Contribuição Social – Alíquota 9%	-	4.050.970,37
(-) Antecipações	15.560.018,09	18.061.371,21
Saldo a Compensar	(15.560.018,09)	(14.010.400,84)
Discriminação20102009		
Base de Cálculo do Imposto de Renda:		
Lucro/Prejuízo Contábil depois da CSLL	(174.680.831,68)	41.407.741,08
(+) Adições	423.745.713,46	94.101.240,47
(-) Exclusões	340.562.546,13	84.651.487,12
Lucro/Prejuízo Fiscal antes da Compensação de Prejuízo Fiscal	(91.497.664,35)	50.857.494,43
(-) Prejuízo Fiscal 2008 (compensação)	-	6.124.324,20
Base de Cálculo do IRPJ	(91.497.664,35)	44.733.170,23
Imposto de Renda – Alíquota 15%	-	6.709.975,53
Adicional do IR – Alíquota 10%	-	4.449.317,02
(-) PAT – Programa de Alimentação do Trabalhador	-	268.399,01
Imposto Devido	-	10.890.893,54
(-) Antecipações	72.836.641,31	76.063.997,69
Saldo a Compensar	**(72.836.641,31)**	**(65.173.104,15)**

NOTA 8 – CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS

O saldo de créditos fiscais de curto prazo é de R$ 136.854.670,90 e encontra-se discriminado da seguinte forma:

8.1 – Saldo de Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido a Compensar

O saldo de R$ 88.396.659,40 refere-se à diferença entre o IRPJ e a CSLL devidos anualmente e às antecipações oriundas, principalmente, das retenções na fonte efetuadas na forma do artigo nº 64 da Lei nº 9.430/1996.

8.2 – Créditos Fiscais Diferidos

Estes créditos se encontram assim discriminados:

Em R$

Descrição	2010	2009
Licença – Prêmio	26.795.886,92	6.992.466,53
Plano de Previdência Complementar	5.245.191,70	5.356.396,46
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	10.466.847,00	301.242,54
Provisão para Perdas Prováveis	2.726.458,15	2.726.458,15
TOTAL	**45.234.383,77**	**15.376.563,68**

Estes créditos correspondem ao Imposto de Renda e Contribuição Social, apurados sobre provisões indedutíveis temporariamente, à alíquota de 25% e 9%, respectivamente, em atendimento ao pronunciamento contábil CPC 32 – Tributos sobre o Lucro.

Ressalta-se que os créditos referentes à Provisão para Perdas Prováveis, no valor de R$ 2.726.458,15 foram reclassificados do grupo Não Circulante para o Circulante em consequência da reclassificação dos Ativos Financeiros FINAM/FINOR (NOTA 5), fato gerador do referido crédito.

A realização/baixa dos créditos fiscais ocorrerá quando do pagamento ou reversão das provisões efetuadas, bem como do recebimento de faturas ou perda efetiva dos créditos considerados de liquidação duvidosa, obedecendo aos preceitos legais vigentes.

No exercício 2010, foi efetuado o registro no valor de R$ 34.376.968,83, referente ao reconhecimento no Balanço do SERPRO, o Ativo Fiscal Diferido, relativo a diferenças temporárias do exercício corrente e de exercícios anteriores.

8.3 – Créditos Fiscais Diversos

Correspondem aos créditos fiscais relativos a COFINS e PASEP, além de valores decorrentes de processos administrativos pendentes de julgamento junto à Fazenda Federal e Municipal. O montante destes tributos a compensar na data do balanço é de R$ 3.223.627,73.

NOTA 9 – RESSARCIMENTO DE PESSOAL

O SERPRO possui 3.282 empregados cedidos a órgãos do Governo, principalmente Ministério da Fazenda. A Empresa é responsável pela folha de pagamento destes empregados e os órgãos cessionários pelo reembolso das despesas, conforme estabelecido no Decreto nº 5.213/2004.

Em 2010, o valor registrado a título de ressarcimento foi de R$ 245.061.208,52 (R$ 182.744.148,71 em 2009), conforme Demonstração do Resultado do Exercício, e os valores pendentes de recebimento, no total de R$ 81.435.658,72 (R$ 28.141.471,58 em 2009).

NOTA 10 – BENS E VALORES EM CIRCULAÇÃO

Os bens e valores em circulação estão representados pelos materiais de expediente para consumo interno da empresa, no valor de R$ 1.213.372,00 (R$ 1.141.459,20 em 2009).

NOTA 11 – DEPÓSITOS REALIZÁVEIS A LONGO PRAZO

Os valores realizáveis a longo prazo correspondem aos depósitos judiciais e recursais, referentes às ações em que a empresa é parte envolvida, cujos recursos são depositados em cumprimento à determinação judicial, pendentes de julgamento na data das demonstrações contábeis, conforme discriminação abaixo:

Em R$

Descrição	2010	2009
Depósitos Judiciais	189.283.784,05	181.030.314,70
Depósitos Recursais	25.810.848,91	17.206.796,38
TOTAL	**215.094.632,96**	**198.237.111,08**

NOTA 12 – CRÉDITOS REALIZÁVEIS A LONGO PRAZO

Correspondem aos direitos realizáveis após o término do exercício seguinte e de acordo com os itens a seguir:

12.1 – Créditos Fiscais Diferidos

Referem-se ao Imposto de Renda e Contribuição Social apurados sobre as provisões indedutíveis temporariamente, prejuízo fiscal e base negativa da CSLL, conforme demonstrado a seguir:

Em R$

Descrição	2010	2009
Contingências Trabalhistas	136.896.294,95	48.869.676,20
Plano de Previdência Complementar	22.276.902,91	57.564.894,83
Benefícios a Empregados – CPC 33	19.434.296,48	-
Depreciação Empresarial – CPC 27	4.168.783,26	-
Prejuízo Fiscal	22.874.416,09	-
Base Negativa CSLL	8.223.431,31	-
TOTAL	**213.874.125,00**	**106.434.571,03**

A realização dos créditos oriundos de Contingências Trabalhistas depende do trânsito em julgado da ação no âmbito da Justiça do Trabalho.

No exercício 2010, foi efetuado o registro no valor de R$ 150.444.828,73, referente ao reconhecimento no Balanço do SERPRO, do Ativo Fiscal Diferido, relativo a diferenças temporárias do exercício corrente e de exercícios anteriores, Prejuízo Fiscal e Base Negativa da CSLL.

Esta contabilização está baseada no pronunciamento contábil CPC 32- Tributos sobre o Lucro e os estudos levaram em consideração o histórico de lucros tributáveis apresentados nos últimos exercícios, as previsões de lucro tributável em exercícios futuros e as ações em andamento na empresa com a finalidade de redução de custo e consequente geração de lucro tributável.

12.2 – Processo Trabalhista nº 2047/SP

Desde o exercício 2005, consta no Ativo não Circulante o valor de R$ 241.883.426,54 referente ao

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012011062400038

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

processo trabalhista nº 2047/89 – 39ª VT/SP, cuja ação foi movida por empregados cedidos ao Ministério da Fazenda.

O reconhecimento contábil deste processo no Balanço do SERPRO realizou-se com o registro da obrigação a pagar no valor total do processo, em cumprimento à ordem judicial emitida a época.

O registro do direito ao recebimento total dos valores deste processo, a título de ressarcimento, está em acordo ao parecer da Consultoria Jurídica do Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão, que se pronunciou favorável ao SERPRO.

Em 2007, o valor citado foi transferido do grupo Créditos a Receber no Ativo Circulante para o Ativo não Circulante, grupo Realizável a Longo Prazo, tendo em vista a previsão de realização em exercícios futuros.

A Empresa vinha honrando os pagamentos relativos ao processo até dezembro de 2006, quando após revisão dos cálculos pela Advocacia Geral da União - AGU, chegou-se à conclusão de que havia erros materiais que recomendaram a suspensão dos pagamentos do acordo.

Em dezembro de 2010, após revisão da Consultoria Jurídica, o valor pendente de pagamento foi baixado do Passivo por se tratar de provisão classificada como remota. Este procedimento está em consonância com o que estabelece o pronunciamento contábil CPC 25 – Provisões, Ativos Contingentes e Passivos Contingentes.

O valor registrado no Ativo foi baixado em R$ 125.969.781,34, devido a reclassificação do Ativo Contingente pela Consultoria Jurídica. Devido a novas definições e despachos apensados ao processo, entendeu-se que o valor a receber, praticamente certo, corresponderia ao montante já recolhido aos empregados.

A reclassificação do Ativo, pela Consultoria Jurídica, baseou-se no Despacho do Consultor Geral da União nº 2.223/2010, emitido pela Advocacia Geral da União em 13 de dezembro de 2010, que, em seu item 29 expõe "Pois bem, tendo em vista as informações trazidas pela Procuradoria-Geral da União, não me parece que seja correto a União efetuar eventual ressarcimento ao SERPRO, enquanto não resolvidas, no âmbito judicial, todas as questões relativas à Reclamação Trabalhista nº 2047/1989".

Assim, como o valor pendente de pagamento recebeu uma nova classificação, o montante a receber não está classificado como praticamente certo, não devendo estar registrado em Balanço.

Em R$

Descrição Ativo não Circulante/Passivo não Circulante		
Valor registrado em Dezembro de 2005	250.414.527,18	250.414.527,18
Ajustes Encargos/Tabela Imposto de Renda	(8.531.100,64)	(8.531.100,64)
Valor total do Processo	241.883.426,54	241.883.426,54
Valor pago até Janeiro de 2007	-	(115.913.645,20)
Baixa para adequação CPC 25	-	(125.969.781,34)
Saldo a pagar em Dezembro de 2010	-	-
Baixa para adequação CPC 25	(125.969.781,34)	-
Valor a receber em Dezembro de 2010	**115.913.645,20**	**-**

12.3 –Títulos de Crédito

Os Títulos de Crédito compreendem as Notas do Tesouro Nacional – NTN-P e referem-se às alienações das ações da EMBRAER, TELEBRÁS e COBRA TECNOLOGIA, com respectivos vencimentos em 09/07/2012, 16/03/2010 e 28/12/2014, atualizados monetariamente de acordo com as Portarias nºs 57/1998, 58/1998 e 61/2000, da Secretaria do Tesouro Nacional. Estes valores montam R$ 2.951.963,84 em 2010 (R$ 2.757.290,41 em 2009).

NOTA 13 – BENS A ALIENAR

Registra-se, neste grupo, o valor de R$ 172.113,37 (R$ 17.022,17 em 2009), referente aos bens destinados à alienação. As desimobilizações são realizadas através de processos específicos, preferencialmente, por meio de doações a entidades públicas, parceiras do SERPRO na realização de ações sociais focadas na educação profissional e às instituições de ensino do poder público, nas esferas: federal, estadual e municipal.

NOTA 14 – ATIVOS FINANCEIROS

O valor de R$ 12.422,38 (R$ 41.863,79 em 2009), registrado como Ativo Financeiro, corresponde aos Direitos sobre Serviços Delegados e Quotas do Fundo Nacional de Desenvolvimento – FND.

Em 30 de dezembro de 2010, foi promulgada a Medida Provisória nº 517, que trata, em seu artigo 19, da extinção do FND. Segundo esta lei, a União sucederá os direitos e obrigações do fundo. A estrutura para ressarcimento será disposta por ato do Poder Executivo, onde o inventariante será o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio – MDIC, e os cotistas serão ressarcidos de sua participação no FND com base no Patrimônio Líquido registrado no Balanço Patrimonial de 31 de dezembro de 2010, atualizado pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA.

NOTA 15 – IMOBILIZADO

Demonstrado ao custo de aquisição, sendo que as depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas anuais que contemplam a vida-útil empresarial do bem.

Em R$

Descrição	Saldo em 2010	Depreciação Acumulada	Valor Líquido 2010	Valor Líquido 2009
Edifícios	121.702.601,82	(26.783.510,52)	94.919.091,30	99.901.236,12
Terrenos	74.188.750,00	-	74.188.750,00	74.188.750,00
Obras em Andamento	26.964.753,71	-	26.964.753,71	20.291.453,70
Instalações	41.445.802,42	(25.014.268,95)	16.431.533,47	8.849.383,60
Bens Móveis	595.640.949,63	(369.192.912,16)	226.448.037,47	260.168.514,44
TOTAL	**859.942.857,58**	**(420.990.691,63)**	**438.952.165,95**	**463.399.337,86**

Em dezembro de 2008, com base na Lei nº 11.638/2007, o SERPRO adotou como saldo dos bens do ativo o valor reavaliado em dezembro de 2005. A vida útil econômica dos imóveis foi alterada de 25 anos para indeterminada e dos bens móveis foi alterada de acordo com a expectativa de geração de benefícios futuros, definidas pelos gestores de patrimônio da Empresa.

NOTA 16 – ATIVO INTANGÍVEL

O saldo aqui registrado corresponde às licenças de softwares e soluções empregadas na produção de serviços, que contribuirão para a formação do resultado de mais de um exercício social.

Os ativos adquiridos tratam-se de softwares de terceiros com vida útil definida, mensurados pelo custo total de aquisição, deduzidas as despesas de amortização, obedecendo-se os prazos definidos pelas unidades responsáveis pela utilização das soluções, os quais demonstramos abaixo:

Em R$

Unidade Gestora	Saldo em 2010	Amortização Acumulada	Valor Líquido 2010	Valor Líquido 2009
Brasília	87.799.740,14	(49.697.569,91)	38.102.170,23	36.027.572,94
Belém	11.696,56	(5.848,20)	5.848,36	9.747,16
Fortaleza	24.346,56	(5.848,20)	18.498,36	9.747,16
Recife	11.696,56	(5.848,20)	5.848,36	9.747,16
Salvador	11.696,56	(5.848,20)	5.848,36	9.747,16
Belo-Horizonte	54.115,23	(22.664,83)	31.450,40	45.951,92
Rio de Janeiro	841.438,71	(146.706,01)	694.732,70	71.059,39
São Paulo	49.974.759,28	(16.620.718,12)	33.354.041,16	13.057.461,95
Curitiba	30.146,56	(22.476,05)	7.670,51	15.259,31
Florianópolis	4.120,96	(2.733,45)	1.387,51	2.211,67
Porto Alegre	11.696,56	(5.848,20)	5.848,36	9.747,16
Sede	20.020.266,48	(13.418.315,05)	6.601.951,43	9.658.597,46
TOTAL	**158.795.720,16**	**(79.960.424,42)**	**78.835.295,74**	**58.926.850,44**

NOTA 17 – DEPÓSITOS

Encontram-se relacionados os valores das retenções na fonte de impostos municipais, federais e de recursos previdenciários, bem como os encargos de mesma natureza.

17.1 – Consignações

O montante de R$ 30.033.420,95 (R$ 8.716.030,78 em 2009) representa, basicamente, as retenções na folha de pagamento de empregados, tais como pensão alimentícia, entidades representativas de classe, e, principalmente, planos de previdência e assistência médica, que corresponde à participação dos empregados no custeio do plano de saúde.

NOTA 18 – TRIBUTOS E ENCARGOS SOCIAIS

O valor de R$ 100.071.514,37 refere-se ao montante a ser recolhido aos cofres públicos, oriundos dos encargos da folha de pagamento (INSS e FGTS, recursos do salário-educação), tributos estaduais/municipais, COFINS e PASEP retidos dos fornecedores, além dos tributos incidentes sobre o faturamento, pagos pelo regime de caixa (R$ 96.216.053,93 em 2009).

NOTA 19 – PROVISÕES DE PESSOAL

Correspondem às provisões de Férias e Licença-Prêmio, reconhecidas de acordo com as normas e princípios contábeis aceitos no Brasil, conforme segue:

Em R$

Descrição	Provisões	Encargos	Adiantamentos	Saldo
Férias	87.634.699,37	38.388.277,15	(16.512.147,74)	109.510.828,78
Licença – Prêmio	55.077.113,97	23.734.318,15	-	78.811.432,12
TOTAL	**142.711.813,34**	**62.122.595,30**	**(16.512.147,74)**	**188.322.260,90**

NOTA 20 – BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

O SERPRO oferece aos seus empregados a possibilidade de ter uma previdência complementar por meio do SERPROS – Fundo Multipatrocinado. Essa Entidade Fechada de Previdência Complementar – EFPC, constituída sob a forma de sociedade civil sem fins lucrativos e de personalidade jurídica de direito privado, tem por finalidade instituir, administrar e executar Planos de Benefício de caráter previdenciário.

Atualmente, os planos existentes são o Plano Serpro I – PSI e Plano Serpro II – PSII. Vale ressaltar que somente o PS-II aceita novas adesões e que desse fato decorre uma mitigação de riscos para o SERPRO por conta das características dos planos, como explicado a seguir.

20.1 Plano SERPRO I – PS I

Plano de Benefício Definido – BD, com total de 3.360 participantes ativos e 2.379 assistidos, onde participantes ativos e patrocinadoras contribuem, solidariamente, para os benefícios programáveis e de risco. O benefício definido é aquele instituído para atender cada participante quando se aposenta com um benefício pré-determinado no regulamento do plano. Deriva dessa característica a possibilidade da patrocinadora ter de fazer aportes adicionais para cobrir eventual deficit do plano.

Neste plano são oferecidos os seguintes benefícios: aposentadoria por invalidez, aposentadoria por velhice, aposentadoria por tempo de serviço, aposentadoria especial, aposentadoria de ex-combatente, pensão por morte, pecúlio por morte, auxílio-reclusão, auxílio-doença/acidente de trabalho, abono de natal e benefício proporcional diferido.

20.2 Plano SERPRO II – PS II

O Plano PS-II conta com um total de 5.290 participantes ativos e 170 assistidos. É estruturado na modalidade de contribuição variável, em que os benefícios programados são de contribuição definida na fase de acumulação e os benefícios de risco são de benefício definido. Deste modo, os participantes acumulam, individualmente, recursos para usufruir futuramente em suas aposentadorias. Estes recursos poderão ser convertidos em uma renda mensal vitalícia ou resgate do saldo de contas. O participante decide sua contribuição mensal que determina a renda futura esperada e a patrocinadora contribui paritariamente.

Neste Plano são oferecidos os seguintes benefícios: renda de aposentadoria, benefício proporcional diferido, renda por invalidez, pecúlio por morte, pensão por morte, auxílio-reclusão, auxílio-doença/acidente de trabalho, abono de natal e resgate do saldo das cotas.

Para o exercício de 2010, o Conselho Deliberativo da EFPC aprovou as seguintes Hipóteses Econômicas e Biométricas:

- Taxa de crescimento real dos salários:	3,60% a.a.
- Taxa de crescimento real dos benefícios:	0% a.a.
- Taxa de crescimento real dos benefícios e do teto de benefício da Previdência Social	0% a.a
- Taxa Anual de Inflação a Longo Prazo:	4,00% a.a.
- Tábua de Mortalidade Geral:	AT-83, segregada por sexo
- Tábua de Mortalidade de inválidos:	AT-49, segregada por sexo
- Tábua de Entrada em Invalidez:	Light Média
- Rotatividade:	1% a.a. Até 47 anos e 0% a partir dos 48 anos
- Entrada em aposentadoria:	100% na 1ª elegibilidade
- Composição familiar:	Experiência SERPRO
- Idade de filiação ao RGPS:	Quando não declarada, é fixada em 18 anos.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012011062400039

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Compõem-se às obrigações de curto prazo do SERPRO o valor de R$ 15.427.034,40, referente às parcelas vencíveis no exercício seguinte.

Em 31 de dezembro de 2010, as obrigações de longo prazo por benefícios pós- aposentadoria, vinculados ao SERPROS, estão assim representados:

		Em R$
Descrição	**2010**	**2009**
Contrato SERPRO x SERPROS	66.566.699,91	71.900.896,26
Provisão para Déficit Técnico Plano SERPRO (PS-I)	-	111.537.149,69
Aposentadorias/Pensões/Outros Benefícios (CPC nº 33)	57.159.695,54	-
TOTAL	**123.726.395,45**	**183.438.045,95**

O valor de R$ 66.566.699,91 refere-se às parcelas restantes da obrigação, originalmente pactuada em 240 parcelas mensais, sendo que, até 31 de dezembro de 2010, foram amortizadas 162 parcelas. Tais valores são atualizados mensalmente pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC.

Em cumprimento à determinação do Tribunal de Contas da União – TCU – Acórdão 6928/2009, datado de 01 de dezembro de 2009, o SERPRO suspendeu os pagamentos das parcelas devidas dos contratos da Lei 8.020/90, Dotação Inicial e Migração de Participantes do Plano PS-I para PS-II. Entretanto, em 23 de abril de 2010, o TCU concedeu ao SERPRO efeito suspensivo referente aos subitens 9.1.1 e 9.1.6 do acórdão recorrido, onde o referido recurso encontra-se pendente da apreciação de mérito pelo colegiado do TCU. Dessa forma, os pagamentos foram retomados em junho de 2010, atualizados mensalmente, com base no INPC, acrescidos de 6,00% de juros anuais. Não está aqui considerada a possibilidade de pagamento dos juros moratórios previstos contratualmente. Contudo, na hipótese da patrocinadora não efetuar os pagamentos aos quais estiver obrigada por força de instrumentos contratuais, a EFPC tem a obrigação de proceder a execução da dívida.

Para a adoção do pronunciamento contábil emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC nº 33 – Benefícios a Empregados, a empresa reverteu o saldo da provisão para ao déficit técnico do Plano Serpro I, no valor de R$ 111.537.149,69.

A nova provisão utilizou a metodologia determinada pelo CPC 33, conforme resumido abaixo:

	Em R$
100% do total do passivo atuarial líquido	390.881.970,00
100% do total da despesa adicional a reconhecer	58.840.687,00
(-) 10% do valor presente das obrigações atuariais	(163.924.180,00)
= 100% do total de benefícios futuros aos empregados a reconhecer	285.798.477,00
Valor das obrigações diferidas, equivalentes a 1/5	**57.159.695,54**

Para os cálculos foram considerados os dados individuais dos participantes, data base 10/2010 e utilizado o Método de Crédito Unitário (MCU) projetado. Além disso foram utilizadas, na adoção do CPC 33, as mesmas Hipóteses Econômicas e Biométricas vigentes em 31.10.2010, relacionadas acima e aprovadas pelo Conselho Deliberativo da EFPC, e também consideradas as seguintes premissas:

- Taxa de desconto atuarial:	10,24% a.a
- Taxa de rendimento esperado dos ativos:	10,24% a.a.
- Capacidade salarial e de benefícios:	98,22%.

Por conta da reversão dos valores já provisionado no montante de R$ 111.537.149,69 e da possibilidade de diferimento do total de R$ 285.798.477,00 de benefícios a empregados em 5 anos, ou seja, R$ 57.159.695,54 por ano, prevista no pronunciamento contábil CPC nº 33 – Benefícios a Empregados, possibilitou um resultado líquido positivo de R$ 54.377.454,15 no exercício findo em 2010.

Ressaltamos que para o exercício de 2011 foram alteradas as premissas de inflação, passando de 4,0% para 4,5% a.a. e crescimento salarial, passando de 3,6% para 3,0% a.a. O estudo, na adoção do CPC 33, não contempla essas alterações, pois foi realizado anteriormente.

Para a determinação do passivo da EFPC é adotado o Método Agregado. Enquanto, conforme disposto no CPC 33, o método adotado para determinação das obrigações, a serem reconhecidas no balanço da Patrocinadora é o Método de Crédito Unitário projetado.

Vale ressaltar que estão previstos para o exercício de 2011 o saldamento do Plano PS-I e a alteração regulamentar do Plano PS-II. Tais alterações reduzirão o passivo dos planos de benefícios e consequentemente demandará um menor compromisso a ser reconhecido no balanço do SERPRO.

Em dezembro de 2010 foi reconhecido também como ativo garantidor as Obrigações do Fundo Nacional de Desenvolvimento (OFND). Tal reconhecimento, aliado às alterações de premissas, contribuíram para redução do déficit do plano PS-I.

Sendo assim, considerando a alteração das premissas, o saldamento do PS-I, o impacto do reconhecimento das novas OFNDs no plano PS-I e as mudanças previstas nos planos de benefícios, deverá ser efetuada nova avaliação atuarial, com a finalidade de identificar variações ocorridas no passivo atuarial, bem como desvios ocorridos em relação aos valores projetados para o ano de 2011.

20.3 Auxílio-alimentação

O SERPRO fornece aos empregados e dirigentes o Auxílio-alimentação na forma da legislação vigente e do Acordo Coletivo de Trabalho. Este auxílio é definido em maio de cada ano. Para o período de maio de 2010 a abril de 2011 o valor do auxílio alimentação/refeição é de R$ 565,20 (R$ 531,84 em 2009) para aquisição de refeições e similares, gêneros alimentícios em supermercado ou em estabelecimento comercial do mesmo gênero.

20.4 Plano de Saúde

O SERPRO oferece assistência a saúde aos seus empregados e familiares, por meio do convênio de Reciprocidade CASSI – um programa administrado pelo SERPRO, sob a modalidade de autogestão, oferecendo assistência médica, hospitalar, psicológica, fisioterápica, com atendimento realizado por rede credenciada própria e da Caixa de Assistência dos Funcionários do Banco do Brasil – CASSI. O benefício concedido atende os empregados optantes e respectivos dependentes, entendendo-se por titulares os empregados e aposentados vinculados ao SERPROS e ao INSS.

Na composição da receita do convênio de reciprocidade, conforme Regulamento do Programa de Assistência à Saúde dos Empregados do SERPRO - PAS/SERPRO, a Empresa participa com a contribuição mensal correspondente, diferenciado por faixa etária, das despesas assistenciais e o beneficiário titular contribui com valor fixo mensal, diferenciado por faixa etária das despesas assistenciais, mais co-participação de 20% sobre a utilização em consultas médicas.

O Plano não possui ativos financeiros, portanto, a provisão calculada corresponde ao valor da obrigação atuarial. O montante dos desembolsos, referente aos pagamentos deste benefício no período monta R$ 41.954.311,60 (R$ 32.245.344,97 em 2009).

20.5 Plano Odontológico

O SERPRO oferece aos seus empregados e familiares o Plano de Assistência à Saúde Bucal do SERPRO – PAS-ODONTO/SERPRO, garantindo e mantendo o atendimento odontológico dos empregados ativos e seus dependentes legalmente cadastrados no Plano.

De acordo com o Regulamento do PAS-ODONTO/SERPRO, o programa é custeado pelo SERPRO, com valor fixo por beneficiário aderido e pelo empregado, com valor fixo mensal. A concessão do benefício fica condicionada à disponibilidade orçamentária da Empresa.

O montante dos desembolsos, referente aos pagamentos de benefícios no período montam R$ 551.109,74 (R$ 415.552,68 em 2009).

20.6 Ações de Preparação para Aposentadoria - APA

Desde o exercício 2009, o SERPRO implantou o APA – Ações de Preparação para Aposentadoria. Trata-se de ações permanentes, desenvolvidas pelo Programa Serpro de Responsabilidade Social e Cidadania – Eixo Qualidade de Vida, que, em suas condições e procedimentos, são contemplados três módulos: Módulo de Orientação – MO, Módulo de Sucessão – MS e Módulo de Incentivo – MI.

Em 2009, atendendo às estratégias empresariais e considerando o perfil do público-alvo, foi desembolsado o montante de R$ 29.768.237,25. Em 2010, excepcionalmente, não ocorreu o Módulo Incentivo. No entanto, como o programa é permanente, os módulos podem ser adotados, mediante edital próprio, de acordo com as políticas da entidade.

NOTA 21 – PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS OU RESULTADOS – PLR

A empresa possui programa de participação dos empregados nos lucros ou resultados, e seu pagamento está condicionado ao cumprimento de metas nele estabelecidas bem como à aprovação pelo Conselho Diretor.

O SERPRO elabora, anualmente, o programa para distribuição de PLR, conforme orientação do Departamento de Controle das Empresas Estatais - DEST e em conjunto com a representação dos trabalhadores.

Neste exercício de 2010, devido ao prejuízo contábil, no valor de R$ 174 milhões, não foi destacado montante para pagamento de Participação nos Lucros e Resultados. Em 2009, esse valor foi de R$ 2.726.282,05.

Até 31 de dezembro de 2010, permaneceu um saldo de R$ 49.195,58 referentes a valores pendentes de distribuição. Esses valores não distribuídos estão sendo tratados, pontualmente, pela Superitendência de Gestão de Pessoas -SUPGP, por se tratarem de casos isolados e de solução individual.

Neste exercício, foi baixado o valor de R$ 575.378,85, correspondente a 20% dos valores destacados nos execícios 2008 e 2009, indistribuíveis devido ao não cumprimento das metas do programa e foi desembolsado o montante de R$ 2.188.988,89 aos empregados, referente aos Programas de Participação nos Lucros ou Resultados dos Exercícios 2008 e 2009.

Em 2010, por concluirem-se os estudos e discussões acerca dos valores reservados naqueles exercícios, os montantes que se enquadravam no não cumprimento de metas estabelecidas pelos programas, não poderiam ser distribuídos aos trabalhadores, sendo revertidas as obrigações pendentes de distribuição, tendo como contrapartida o resultado do exercício.

NOTA 22 – DIVIDENDOS E JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO

São assegurados à União dividendos sobre o lucro líquido ajustado, conforme disposições estatutárias, de 25%. No acumulado até dezembro de 2010, existem valores destinados a dividendos sobre o lucro líquido ajustado no montante de R$ 72.539.255,52.

Os valores destinados são referentes dividendos e juros sobre o capital próprio dos exercícios 2007, 2008 e 2009, calculados sobre o patrimônio líquido, limitados à variação pro rata dia da Taxa de Juros de longo Prazo (TJLP), conforme previsto na Lei nº 9.249 de 26 de dezembro de 1995, com benefício fiscal correspondente ao imposto de renda e contribuição social nos exercícios em que foram registrados.

				Em R$
Descrição	**2009**	**2008**	**2007**	**TOTAL**
Dividendos do Exercício-		602.448,73	42.901,73	645.350,46
Juros sobre o Capital Próprio	10.905.128,19	-	15.119.491,43	26.024.619,62
Dividendos Complementares	-	18.217.131,39	10.826.430,68	29.043.562,07
Atualização	1.065.309,90	3.893.811,07	11.866.602,40	16.825.723,37
TOTAL	**11.970.438,09**	**22.713.391,19**	**37.855.426,24**	**72.539.255,5**

Os valores de R$ 18.217.131,39 e R$ 10.826.430,68 constantes do quadro acima referem-se aos dividendos complementares dos exercícios de 2008 e 2007, oriundos dos créditos fiscais diferidos realizados nesses períodos.

NOTA 23 – OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

As obrigações tributárias de longo prazo correspondem ao Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, incidentes sobre a Reserva de Reavaliação. Em 31 de dezembro de 2010, os tributos totalizaram R$ 30.542.231,46 (R$ 32.162.963,60 em 2009).

NOTA 24 – PASSIVOS CONTINGENTES

O SERPRO é parte em processos administrativos e judiciais, de natureza cível e trabalhista. Com base em pareceres dos assessores jurídicos e levando em consideração que os procedimentos adotados pela empresa guardam conformidade com as previsões legais e regulamentares, a Administração entende que as provisões constituídas são suficientes para contingenciar os riscos de eventuais decisões desfavoráveis nos processos judiciais e administrativos.

A administração do SERPRO, com base em informações de sua Consultoria Jurídica e na experiência anterior, referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão no montante de R$ 405.218.215,63 (R$ 146.316.395,78 em 2009).

O acréscimo em relação ao exercício anterior é determinado, principalmente, por tramitações e fatos novos trazidos a partir de um processo judicial que corresponde a uma ação trabalhista plúrima, em fase de execução.

Considerando o referido processo trabalhista e em vista do disposto na Cláusula Quarta do Termo de Acordo para Parcelamento do Aporte financeiro Específico, destinado à viabilização da migração de participantes do plano PS-I para o PS-II, datado de 30 de março de 2001, verifica-se um evento que pode apresentar um risco de impacto financeiro, representado pelo aumento do Passivo do SERPRO junto à EFPC, sobre o qual não é possível, até esta data, se mensurar a exposição, para a devida provisão dos valores envolvidos, por não haver elementos suficientes para tal.

A análise jurídica dos processos está em acordo com as premissas do pronunciamento contábil CPC nº 25 – Provisões, Ativos Contingentes e Passivos Contingentes.

A movimentação da provisão no exercício de 2009, está demonstrada a seguir:

	Em R$
DescriçãoValor	
Saldo em 31 de dezembro de 2009	146.316.395,78
Constituição de Provisão	258.901.819,85
Saldo em 31 de dezembro de 2010	**405.218.215,63**

24.1 Ações Trabalhistas e Cíveis

A empresa é parte passiva em ações ajuizadas por empregados, ex-empregados próprios ou de

prestadoras de serviços e sindicatos, relacionadas com a atividade laboral, planos de cargos, acordos coletivos, indenizações, benefícios, aposentadorias, subsidiariedade e jurisprudência das Instâncias Superiores.

As ações cíveis estão relacionadas com suas operações e serviços, principalmente contratos com fornecedores, dentre outros. De um modo geral as ações têm natureza indenizatória, patrimonial ou moral, ou questionam cláusulas contratuais.

No que tange aos valores, sobressaem as demandas que contestam questões trabalhistas envolvendo indenizações, principalmente em decorrência de alterações nos planos de cargos e salários.

24.2 Ações Fiscais

As ações fiscais dizem respeito a tributos federais, estaduais e municipais.

O SERPRO, em maio de 2010, foi autuado pela Receita Federal do Brasil através dos Autos de Infração lavrados em decorrência de contribuições não declaradas em GFIP – Guia de Recolhimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e Informações à Previdência Social, relativamente a: auxílio a filhos deficientes, curso de graduação e pós-graduação, seguro de vida em grupo, apresentar a GFIP com omissões, conforme Autos de Infrações nºs: 37.283.642-9, 37.283.643-7, 37.283.644-5 e 37.283.646-1, totalizando R$ 1.008.778,09.

Além dos Autos de Infrações supracitados, destaca-se o de nº 37.283.645-3, correspondente a não entrega de informações no formato do Manual Normativo de Arquivos digitais – MANAD, aprovado pela Portaria MPS/SRP nº 58, de 28/01/2005, que contém informações contábeis e de folha de pagamento em meio digital. Tal fato deu origem a multa de R$ 6.166.378,09.

Por entender que houve o cumprimento à Instrução Normativa RFB 787/2007, o SERPRO interpôs recurso administrativo junto à Procuradoria Geral da Fazenda Nacional – PGFN, estando os referidos valores depositados judicialmente.

NOTA 25 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

25.1 Capital Social

Conforme o Decreto nº 6.791, de 10 de março de 2009, que aprovou o Estatuto do SERPRO, em seu artigo 4º, foi instituído o valor de Capital Autorizado no montante de R$ 613.618.808,15, exclusivamente integralizado pela União.

Por meio da Medida Provisória nº 515, publicada em 28 de dezembro de 2010, o SERPRO efetuou o registro contábil de aumento do Capital Social no valor de R$ 250.000.000,00, pendente de integralização.

O capital social está assim constituído:

Em R$

Descrição	2010	2009
Capital Social Subscrito	867.354.829,23	617.354.829,23
(-) Capital a Realizar	250.000.000,00	-
TOTAL	**617.354.829,23**	**617.354.829,23**

25.2 Reserva de Reavaliação de Bens Imóveis

Esta reserva está constituída em decorrência da reavaliação integral dos imóveis em 2005 com base em laudo de avaliação. Em 31 de dezembro de 2010, o saldo é de R$ 118.604.297,62 (R$ 121.750.424,72 em 2009), e se encontra deduzido dos seus tributos correspondentes.

A reserva de reavaliação é realizada pela depreciação ou baixa dos bens reavaliados. O saldo da reavaliação será mantido até a sua total realização, conforme preconiza a Lei nº 11.638/2007. Em função dos imóveis possuirem vida útil empresarial indeterminada, a partir de dezembro de 2010, não há mais realização da reserva, a não ser pela baixa do bem reavaliado ou pela perda do valor recuperável do ativo.

25.3 Reservas de Lucros

As Reservas de Lucros são constituídas pela apropriação de lucros da Empresa, com o objetivo de garantir a segurança adicional e sua saúde financeira.

Em 2010 não houve constituição de reservas, devido ao resultado negativo do exercício. As reservas de lucros estão assim discriminadas:

Em R$

Descrição	2010	2009
Reserva Legal	35.504.783,20	35.504.783,20
Reserva Estatutária	30.338.291,91	30.338.291,91
Reserva de Retenção de Lucro	47.267.306,39	218.789.000,21
TOTAL DE RESERVAS DE LUCROS	**113.110.381,50**	**284.632.075,32**

Em 31 de dezembro de 2010, a empresa utilizou parte da Reserva de Retenção de Lucros para absorver o prejuízo contábil do exercício, em atendimento aos preceitos do artigo 189, Parágrafo Único da Lei nº 6.404/1976.

25.4 Ajuste de Avaliação Patrimonial

Encontra-se registrado no PL o valor de R$ 1.377.974,65 (R$ 1.284.514,74 em 2009), a título de Ajuste de Avaliação Patrimonial, referente a ajuste a valor de mercado de instrumentos financeiros disponíveis para venda (NOTA 5), apresentado na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido como Outros Resultados Abrangentes.

Este procedimento está em acordo com o Art. 183 da Lei 6.404/76 e o o valor justo é obtido em um mercado ativo e registrado pela competência.

NOTA 26 – CONTA LUCRO/PREJUÍZO ACUMULADO

Em R$

RESULTADO DO EXERCÍCIO	**(174.680.831,68)**
Realização da Reserva de Reavaliação de Imóveis	3.146.127,10
Realização da Reserva de Doação	13.010,76
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO	(171.521.693,82)
Compensação do Prejuízo (Reserva de Retenção de Lucros)	171.521.693,82
SALDO DA CONTA LUCROS/PREJUÍZOS ACUMULADOS	**-**

NOTA 27 – RESULTADO FINANCEIRO

As receitas financeiras abrangem, principalmente, os rendimentos decorrentes das aplicações financeiras, receita de dividendos e variações a valor justo de ativos financeiros e créditos tributários.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros incidentes sobre os dividendos a pagar e os encargos financeiros das obrigações junto ao Fundo Multipatrocinado – SERPROS.

Em R$

Descrição	2010	2009
Despesas Financeiras	(37.798.042,07)	(28.072.782,15)
Receitas Financeiras	11.578.091,16	30.505.704,33
Juros sobre o Capital Próprio	-	(10.905.128,19)
Resultado Financeiro	**(26.219.950,91)**	**(8.472.206,01)**

NOTA 28 – SEGUROS

A Empresa adota a política de contratar seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros. Conforme a natureza da sua atividade e consideradas as características de seus riscos, a Empresa contrata seguros com cobertura para riscos operacionais, responsabilidade civil, vida em grupo e veículos.

NOTA 29 – CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS DIFERIDOS

Em R$

Descrição	2010	2009
Realização do Ativo Fiscal Diferido	(47.524.423,50)	(16.655.962,37)
Constituição de AFD sobre Operações do Período	125.907.528,49	-
Constituição de AFD sobre Adições de Exercícios Anteriores	27.816.421,67	-
Constituição de AFDsobre Prejuízo Fiscal e Base Negativa da CSLL	31.097.847,40	-
Total	**137.297.374,06**	**(16.655.962,37)**

O valor de R$ 47.524.423,50, refere-se a IRPJ/CSLL incidentes sobre provisões constituídas em períodos anteriores e que foram realizadas ou revertidas em 2010. O valor de R$ 184.821.797,56 refere-se a IRPJ/CSLL sobre provisões constituídas em 2010, em períodos anteriores ao exercício atual, prejuízo fiscal e base negativa da CSLL.

NOTA 30 – PARTES RELACIONADAS

30.1 Remuneração de Empregados e Dirigentes

De acordo com a política salarial praticada pelo SERPRO, a menor e a maior remuneração pagas a empregados em 2010, incluindo adicional de transferência, foram, respectivamente, de R$ 712,72 e R$ 21.107,69. A maior remuneração paga a dirigente foi de R$ 25.677,00.

O SERPRO não possui remuneração variável baseada em ações e outros benefícios de longo prazo e não oferece benefícios pós-emprego aos seus dirigentes. Os benefícios pós emprego estão restritos aos empregados do quadro do SERPRO.

NOTA 31 – CONTINGÊNCIA ATIVA

Na data de encerramento do exercício, os processos que representavam uma contingência ativa, não reconhecida contabilmente e controlada escrituralmente em conta de compensação, são os seguintes: R$ 3.026.052,56, referente ao processo de Tomada de Contas Especial nº 19863.000075/2001-58, que trata de desvio de valores públicos, como também R$ 215.487,23, referente ao processo de Tomada de Contas Especial nº 19863.000074/2001-11, que trata de pagamento indevido realizado no processo de Programa de Desligamento Voluntário. Os procedimentos que foram adotados estão definidos na IN/STN nº 08 de 21/12/90, que estabelece normas sobre o processo de tomada de contas dos gestores dos recursos públicos.

NOTA 32 – DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA – DFC

A Empresa apresenta a Demonstração do Fluxo de Caixa - DFC pelo método direto, elaborada de acordo com a norma CPC nº 03, considerando as principais operações que tiveram influência nas disponibilidades e aplicações financeiras, com prazos de vencimentos inferiores a 90 dias.

ANEXO
DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO
Exercícios Sociais encerrados em 31 de Dezembro de 2010 e 2009

Em R$

GERAÇÃO DO VALOR ADICIONADO	2010	%	2009	%	EVOLUÇÃO %
1 - RECEITAS					
1.1 - Vendas de Serviços	1.567.845.950,03	133,67	1.648.547.209,79	111,91	(4,90)
1.2 - Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	538.664,51	0,05	15.688.657,48	1,07	(96,57)
	1.568.384.614,54	133,72	**1.664.235.867,27**	112,98	**(5,76)**
2 - INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	(296.462.801,10)	(25,28)	(119.566.398,19)	(8,12)	147,95
3 - VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)	**1.271.921.813,44**	108,44	**1.544.669.469,08**	104,87	**(17,66)**
4 - RETENÇÕES					
4.1 - Depreciações e Amortizações	(110.563.184,44)	(9,43)	(102.123.566,70)	(6,93)	8,26
5 - VALOR ADICIONADO LIQUIDO (3-4)	**1.161.358.629,00**	99,01	**1.442.545.902,38**	97,94	**(19,49)**
6 - RECEBIDO DE TERCEIROS					
6.1 - Receitas Financeiras	11.578.091,16	0,99	30.505.704,33	2,06	(62,05)
7 - VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (5 + 6)	**1.172.936.720,16**	**100,00**	**1.473.051.606,71**	**100,00**	**(20,37)**
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	**2010**	**%**	**2009**	**%**	**EVOLUÇÃO %**
7.1 - Empregados (Salários, Encargos e Benefícios)	**1.037.149.479,43**	88,42	**987.532.797,15**	67,04	**5,02**
7.2 - Governo (Impostos e Contribuições)	**268.761.593,20**	22,91	**411.199.635,17**	27,91	**(34,64)**
7.3 - Capitais de Terceiros	**41.706.479,21**	3,55	**31.129.127,23**	2,12	**33,98**
Locações de Imóveis	3.908.437,14	3,22	3.056.345,08	0,21	1136,71
Despesas Financeiras	37.798.042,07	0,33	28.072.782,15	1,91	(86,08)
7.4 - Capital Próprio	**(174.680.831,68)**	(14,88)	**43.190.047,16**	2,93	**(504,45)**
Acionista (Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio)	0,00	0,00	10.905.128,19	0,74	(100,00)
Lucros/Prejuízos Retidos	(174.680.831,68)	(14,88)	32.284.918,97	2,19	(641,06)
TOTAL	**1.172.936.720,16**	**100,00**	**1.473.051.606,71**	**100,00**	**(20,37)**

A Demonstração do Valor Adicionado - DVA registra a riqueza criada pela entidade para a sociedade e sua forma de distribuição entre os diversos beneficiários (acionistas, empregados, governo, sociedade etc). No exercício social de 2010 apurou-se o valor de R$ 1,173 bilhão, 20% inferior ao exercício social de 2009. Encontra-se distribuído da seguinte forma: 88,42% para os Empregados; 22,91% para o Governo; 3,55% para Terceiros e a empresa reduziu sua riqueza em 14,88%, parcela que se refere ao prejuízo obtido no período.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012011062400041

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ASSINATURAS E PARECERES DO CONSELHO FISCAL E AUDITORES INDEPENDENTES

Conselho Diretor
Pricila Maria Santana - Presidente
Alexandre Ribeiro Motta
Marcos Vinícius Ferreira Mazoni
Raimundo José Rodrigues da Silva
Bruno César Grossi de Souza
Manoel Carlos de Castro Pires

Conselho Fiscal
Juliêta Alida Garcia Verleun - Presidente
Ernesto Carneiro Preciado
André de Sosa Vérri

Suplentes
Bruno Fabrício Ferreira da Rocha
Dyogo Henrique de Oliveira

Diretoria Executiva
Marcos Vinícius Ferreira Mazoni - Diretor-Presidente
Gilberto Paganotto - Diretor Superintendente
Antônio Sérgio Borba Cangiano - Diretor de Gestão Empresarial
João Antônio Borba Soares – Diretor de Desenvolvimento
Jorge Luiz Guimarães Barnasque - Diretor de Relacionamento com Clientes
Nivaldo Venâncio da Cunha - Diretor de Operações
Vera Lúcia de Moraes - Diretora de Administração

Contadora
Ana Maria Mallmann Costi – CRC-DF 8.894/O-6

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal do Serviço Federal de Processamento de Dados - SERPRO, nos termos das disposições legais e estatutárias, conferidas pelos incisos II e VI do Artigo nº 163, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e incisos I e II do Artigo nº 15, do Decreto nº 6.791, de 10 de março de 2009, considerando o exame efetivado nas Demonstrações Contábeis; considerando os pareceres das Auditorias Interna e Independente (UHY Moreira – Auditores) certificando que as Demonstrações Contábeis refletem adequadamente a posição econômico-financeira do SERPRO e o resultado das operações realizadas durante o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2010; considerando que foram cumpridas as disposições legais aplicáveis, bem como as determinações constantes da Norma de Execução da Controladoria Geral da União nº 102 de 02 de Dezembro de 2009; e considerando o Parecer do Conselho Diretor, manifesta-se favoravelmente às Demonstrações Contábeis da Empresa, pertinentes ao Exercício Social iniciado em 1º de Janeiro de 2010 e encerrado em 31 de Dezembro de 2010.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A opinião da UHY MOREIRA – AUDITORES expressa que as demonstrações contábeis, quando lidas em conjunto com as notas explicativas que as acompanham, apresentam adequadamente, em seus aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Serviço de Processamento de Dados – SERPRO em 31 de dezembro de 2010, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

CONSELHO ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS
2ª SEÇÃO

EMENTÁRIO

Processo nº 10315.000931/2005-31
Recurso n° 160.265 Voluntário
Acórdão n° 2102-00.394 - 1ª Câmara / 2ª Turma Ordinária
Sessão de 02 de dezembro de 2009
Matéria Imposto de Renda Pessoa Física
Recorrente LUIS SERGIO BARBOSA REBOUÇAS
Recorrida 1ª Turma/DRJ - Fortaleza/CE
ASSUNTO: IMPOSTO DE RENDA PESSOA FÍSICA
Exercícios: 2000, 2001.

LANÇAMENTO COM BASE EM DEPÓSITOS BANCÁRIOS, PRESUNÇÃO DE OMISSÃO DE RENDIMENTOS - Para os fatos geradores ocorridos a partir de 1° de janeiro de 1997, o art. 42 da Lei n° 9.430, de 1996, autoriza a presunção legal de omissão de rendimentos com base em depósitos bancários de origem não comprovada pelo sujeito passivo.

AUTUAÇÃO COM BASE EM DADOS DA CPMF. APLICAÇÃO RETROATIVA DA LEI Nº 10.174, DE 2001. É legítimo o lançamento em que se aplica retroativamente a Lei n° 10.174, de 2001, que estabelece novos critérios de apuração e processos de fiscalização que ampliam os poderes de investigação das autoridades administrativas, visto que tem natureza instrumental e pode ser aplicada para fins de prova de omissão de rendimentos correspondentes a períodos anteriores a sua vigência.

DECADÊNCIA, LANÇAMENTO POR HOMOLOGAÇÃO, O imposto sobre a renda pessoa fisica é tributo sob a modalidade de lançamento por homologação e, sempre que o contribuinte efetue o pagamento antecipado, o prazo decadencial encerra-se depois de transcorridos cinco anos do encerramento do ano-calendário, salvo nas hipóteses de dolo, fraude e simulação, o que não ocorre no presente caso.

CERCEAMENTO DE DEFESA. Não é nulo o lançamento quando o contribuinte alega cerceamento de defesa, mas demonstra ter pleno conhecimento das acusações formuladas,

INCONSTITUCIONALIDADE - O Primeiro Conselho de Contribuintes não é competente para se pronunciar sobre a inconstitucionalidade de lei tributária (Súmula 1° CC nº 02).

NULIDADE - CERCEAMENTO DO DIREITO DE DEFESA - PERÍCIA - Constitui prerrogativa do julgador tributário decidir pela presença de esclarecimentos técnicos de terceiros, na forma do artigo 18, do Decreto n° 70.235, de 1972, de maneira que não caracteriza cerceamento de defesa o indeferimento justificado do pedido de perícia.

Recurso parcialmente provido.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
ACORDAM os Membros da Segunda Turma Ordinária da Primeira Câmara da Segunda Secção de Julgamento do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais, por maioria de votos, em AFASTAR as preliminares, vencida a Conselheira Roberta de Azevedo Ferreira Pagetti que acolhia a irretroatividade da Lei nº 10.174/2001, e no mérito por unanimidade de votos, DAR PARCIAL provimento ao recurso para reconhecer que a decadência extinguiu o crédito tributário do ano-calendário 1999 nos termos do voto do Relatora. Julgou-se impedida a Conselheira Núbia Matos Moura.
--
Processo n° 11030.000132/2007-85
Recurso nº 161.202 Voluntário
Acórdão nº 2102-00.397 - 1ª Câmara / 2ª Turma Ordinária
Sessão de 2 de dezembro de 2009
Matéria IRF
Recorrente CÂMARA MUNICIPAL DE VERADORES DE MARAÚ
Recorrida DRJ Santa Maria
ASSUNTO: IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE - IRRF
Exercício: 2006

MULTA POR ATRASO NA ENTREGA DA DECLARAÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA RETIDO NA FONTE.

Deve-se aplicar a Legislação em vigor na data do fato gerador da multa, que é a data prevista para entrega da DIRF.

Recurso Voluntário Negado.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
Acordam os membros do colegiado, por unanimidade de votos, em NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO, nos termos do relatório votos que integram o presente julgado.
--
Processo n° 10835.000721/2006-54
Recurso n° 159.810 Voluntário
Acórdão n0 2102-00.407 - 1ª Câmara / 2ª Turma Ordinária
Sessão de 02 de dezembro de 2009
Matéria IRPF
Recorrente NEUSA APARECIDA CALDEIRA CERESINI
Recorrida 7ª TURMA/DRJ-SÃO PAULO II/SP
ASSUNTO: IMPOSTO SOBRE A RENDA DE PESSOA FÍSICA - IRPF
Exercício: 2001, 2002

IRPF - DECADÊNCIA - RECONHECIMENTO DE OFÍCIO

Tendo em vista que o procedimento administrativo tributário se pauta pela legalidade e pela verdade material, a decadência porventura detectada no julgamento do Recurso Voluntário deve ser reconhecida de oficio, ainda que não alegada pela parte Interessada.

IRPF - LANÇAMENTO - MATÉRIA NÃO IMPUGNADA

Deve ser considerada como não impugnada a parcela do lançamento sobre a qual a parte interessada não se insurge, bem como a parcela sobre a qual informa que efetuou o pagamento do crédito tributário correspondente.

IRPF - DEDUÇÕES - DESPESA MÉDICA

Comprovado o seu pagamento através de recibos idôneos trazidos aos autos, e confirmada a efetividade do serviço prestado por meio de atestados, fichas médicas ou declarações, não pode prevalecer a glosa da despesa médica.

Recurso provido em parte.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
ACORDAM os membros do colegiado, por unanimidade de votos, em DAR provimento PARCIAL ao recurso para determinar a exclusão do valor de R$ 11.127,00 da base de cálculo do lançamento relativa ao ano-calendário 2000 por força da ocorrência da decadência, bem como para restabelecer a dedução de despesas no valor total de R$ 3.256,00 no ano-calendário de 2001, nos termos do voto dd Relatora.
--
Processo nº 11634.000540/2007-38
Recurso nº 166.323 Voluntário
Acórdão nº 2102-00.408 - 1ª Câmara / 2ª Turma Ordinária
Sessão de 02 de dezembro de 2009
Matéria IRPF
Recorrente ALUIZIO PEREIRA GARRIDO
Recorrida 4ª TURMA/DRJ-CURITIBA/PR
Assunto: Imposto sobre a Renda de Pessoa Física IRPF
Exercício: 2003

DESPESAS MÉDICAS. INDÍCIOS DE NÃO-PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS CONSIGNADOS NOS RECIBOS.

Justifica-se a glosa de despesas médicas quando existem nos autos indícios veementes de que os serviços consignados nos recibos apresentados não foram de fato executados e o contribuinte deixa de carrear aos autos a prova do pagamento e da efetividade dos serviços.

Recurso negado.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
ACORDAM os Membros do Colegiado, por voto de qualidade, em NEGAR provimento ao recurso. Vencidos os Conselheiros Roberta de Azeredo Ferreira Pagetti (Relatora), Vanessa Pereira Rodrigues Domene Sandro Machado dos Reis. Designada para redigir o voto vencedor a Conselheira Núbia Matos Moura.
--
Processo n° 13709.001718/2004-20
Recurso n° 161.259 Voluntário
Acórdão n° 2102-00.416 - 1ª Câmara / 2ª Turma Ordinária
Sessão de 3 de dezembro de 2009
Matéria IRF
Recorrente POSTO DE GASOLINA BICAO LTDA
Recorrida DRJ Rio de Janeiro I/RJ
ASSUNTO: IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE IRRF
Exercício: 2002

CONSTITUCIONALIDADE, COMPETÊNCIA.

Não cabe à autoridade julgadora de instância administrativa competência para a apreciação de aspectos relacionados com a constitucionalidade ou legalidade das normas tributárias, tarefa privativa do Poder Judiciário.

MULTA POR ATRASO NA ENTREGA DA DECLARAÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA RETIDO NA FONTE.

Deve-se aplicar a Legislação em vigor na data do fato gerador da multa, que é a data prevista para entrega da DIRF.

Recurso Voluntário Negado.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
Acordam os membros do colegiado, por unanimidade de votos, NEGAR provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator.
--

PROIBIDA POR TERCEIROS

Processo nº 10830.005093/2005-62
Recurso n° 341.541 Voluntário
Acórdão nº 2102-00.418 - 1ª Câmara / 2ª Turma Ordinária
Sessão de 03 de dezembro de 2009
Matéria ITR
Recorrente FAZENDA PARAÍSO LTDA.
Recorrida 1ª TURMA/DRJ-CAMPO GRANDE/MS
ASSUNTO: IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE TERRITORIAL RURAL - ITR
Exercício: 2001, 2002
PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL, RECURSO INTEMPESTIVO,
Nos termos do art. 33 do Decreto no 70.235/72, é de 30 dias o prazo para a interposição de Recurso Voluntário, contados a partir da ciência da decisão de primeira instância. Protocolado o recurso após este prazo, não pode o mesmo ser conhecido, tomando-se definitiva a decisão recorrida.
Recurso não conhecido.
Vistos, relatados e discutido os presentes autos.
ACORDAM os membros do colegiado, por unanimidade de votos, em NÃO CONHECER do recurso, por perempto, nos ternos do voto da Relatora.
--
Processo nº 10865.000021/2005-21
Recurso n° 341.986 Voluntário
Acórdão nº 2102-00.429 - 1ª Câmara / 2ª Turma Ordinária
Sessão de 03 de dezembro de 2009
Matéria ITR
Recorrente FAZENDAS JAGUARÃO LTDA.
Recorrida DRJ-CAMPO GRANDE/MS
ASSUNTO: IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE TERRITORIAL RURAL - ITR
Exercício: 2000
ITR, ÁREA DE RESERVA LEGAL, COMPROVAÇÃO,
Comprovada a existência da área de reserva legal, devidamente averbada à margem do Registro de Imóveis, deve a mesma ser reconhecida e excluída da área total do imóvel para fins de tributação pelo ITR.
Recurso provido em parte.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
ACORDAM os membros do colegiado, por unanimidade de votos, em DAR provimento PARCIAL ao recurso, para considerar como comprovada, como área de reserva legal, a área de 644,103 há, nos termos do voto da Relatora.
--
Processo nº 13502.000815/2002-50
Recurso nº 141.467 Voluntário
Acórdão nº 2102-00.444 - 1ª Câmara / 2ª Turma Ordinária
Sessão de 04 de dezembro de 2009
Matéria IRPF
Recorrente ELISABETH GUEDES DA SILVA
Recorrida 3ª TURMA/DRJ-SALVADOR/BA
ASSUNTO: IMPOSTO SOBRE A RENDA DE PESSOA FÍSICA - IRPF
Exercício: 1998
MANDADO DE PROCEDIMENTO FISCAL. NULIDADE AFASTADA.
Não merece acolhida a alegação de nulidade do lançamento pela falta do MPF que autorizou o procedimento fiscal quando este documento foi acostado aos autos e dele teve ciência a contribuinte fiscalizada.
PRESUNÇÃO DE OMISSÃO DE RENDIMENTOS DEPÓSITOS BANCÁRIOS SEM ORIGEM COMPROVADA. MANUTENÇÃO DO LANÇAMENTO.
Para os fatos geradores ocorridos a partir de 01/01/97, a Lei n° 9.430/96, em seu art. 42, autoriza a presunção de omissão de rendimentos com base nos valores depositados em conta bancária para os quais o titular, regularmente intimado, não comprove, mediante documentação hábil e idônea, a origem dos recursos utilizados nessas operações.
Recurso negado.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
ACORDAM os membros do colegiado, por unanimidade de votos, em REJEITAR as preliminares argüidas, no mérito em NEGAR provimento ao recurso, nos termos do voto da Relatara.
--
Processo nº 10680.001533/2007-35
Recurso nº 161.296 Voluntário
Acórdão n° 2102-00.452 - 1ª Câmara / 2ª Turma Ordinária
Sessão de 01 de fevereiro de 2010
Matéria IRPF
Recorrente RAMON HOLLEBACH CARDOSO
Recorrida 5ª TURMA/DRJ-BELO HORIZONTE/MG
ASSUNTO: IMPOSTO SOBRE A RENDA DE PESSOA FÍSICA - IRPF
Exercício: 2003, 2004
IRPF. DEPÓSITOS BANCÁRIOS, FATO GERADOR, SÚMULA CARF N° 38.
O fato gerador do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física, relativo à omissão de rendimentos apurada a partir de depósitos bancários de origem não comprovada, ocorre no dia 31 de dezembro do ano-calendário.
IRPF. DE PÓSITOS BANCÁRIOS DE ORIGEM NÃO COMPROVADA. SÚMULA CARF N° 30.
Na tributação da omissão de rendimentos ou receitas caracterizada por depósitos bancários com origem não comprovada, os depósitos de um mês não servem para comprovar a origem de depósitos havidos em meses subseqüentes.
LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA. EXAME DA LEGALIDADE/CONSTITUCIONALIDADE. APLICAÇÃO DA SÚMULA CARF N° 02.
Não compete à autoridade administrativa de qualquer instância o exame da legalidade/constitucionalidade da legislação tributária, tarefa exclusiva do poder judiciário,
IRPF, DEPÓSITOS BANCÁRIOS, PRESUNÇÃO DE OMISSÃO DE RENDIMENTOS.
Para os fatos geradores ocorridos a partir de 01/01/97, a Lei n° 9.430/96, em seu art. 42, autoriza a presunção de omissão de rendimentos com base nos valores depositados em conta bancária para os quais o titular, regularmente intimado, não comprove, mediante documentação hábil e idônea, a origem dos recursos utilizados nessas operações.
ÔNUS DA PROVA.
Se o ônus da prova, por presunção legal, é do contribuinte, cabe a ele comprovar a origem dos recursos informados para acobertar a movimentação financeira.
Recurso negado
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
ACORDAM os membros do colegiado, por unanimidade de votos, em REJEITAR as preliminares e, no mérito, em NEGAR provimento ao recurso, nos termos do voto da Relatora.
--
Processo n° 11020.001577/2005-30
Recurso n° 341.882 Voluntário
Acórdão n° 2102-00.453 - 1ª Câmara / 2ª Turma Ordinária
Sessão de 01 de fevereiro de 2010
Matéria ITR
Recorrente PETROPAR AGROFLORESTAL LTDA,
Recorrida DRJ-CAMPO GRANDE/MS
ASSUNTO: IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE TERRITORIAL RURAL - ITR
Exercício: 2002
ITR, ÁREA DE RESERVA LEGAL. COMPROVAÇÃO.
Comprovada a existência da área de reserva legal, deve a mesma ser reconhecida e excluída da área total do imóvel para fins de tributação pelo ITR - ainda que não tenha sido averbada à margem do Registro de Imóveis.
Recurso provido.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
ACORDAM os membros do colegiado, por maioria de votos, em DAR provimento ao recurso, nos termo do voto da Relatora. Vencidos os Conselheiros Núbia Matos Moura e Rubens Mauricio Carvalho.
--
Processo n° 18471.000534/2006-59
Recurso n° 161.773 Voluntário
Acórdão n° 2102-00.458 - 1ª Câmara / 2ª Turma Ordinária
Sessão de 02 de fevereiro de 2010
Matéria IRRF
Recorrente SANTA CRUZ MELTING S.A.
Recorrida 5ª TURMA da DRJ-RIO DE JANEIRO I/RJ
ASSUNTO: IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE - IRRF
Ano-calendário: 2000, 2001, 2002, 2003
IRRF. LANÇAMENTO, MATÉRIA NÃO IMPUGNADA.
Deve ser considerada como não impugnada a parcela do lançamento sobre a qual a parte interessada não se insurge, nos termos do art. 17 do Decreto n° 70.235/72.
IRRF. APRESENTAÇÃO DE DIRF RETIFICADORA EM SEDE DE RECURSO VOLUNTÁRIO.
O Conselho Administrativo de Recursos Fiscais não é competente para determinar o processamento de Declarações Retificadoras apresentadas em sede de Recurso Voluntário. A apresentação das mesmas - desacompanhada de quaisquer outros documentos que comprovem os valores lá declarados, não importa na revisão do lançamento de oficio, Aplicação da Súmula n° 33 do CARF.
Recurso negado.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
ACORDAM os membros do colegiado, por unanimidade de votos, em NEGAR provimento ao recurso, nos termos do voto da relatora.
--
Processo n° 10380.010013/2004-55
Recurso n° 342.018 Voluntário
Acórdão nº 2102-00.459 - 1ª Câmara / 2ª Turma Ordinária
Sessão de 02 de fevereiro de 2010
Matéria ITR
Recorrente YPIOCA AGROINDUSTRIAL LTDA.
Recorrida DRJ-REC1FE/PE
ASSUNTO: IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE TERRITORIAL RURAL - 1TR
Exercício: 2000
ITR. ÁREA DE RESERVA LEGAL. ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE. EXCLUSÃO.
Cabe ao contribuinte interessado apresentar a documentação comprobatória da existência das áreas que pretende excluir da tributação pelo ITR (como é o caso das áreas de reserva legal e preservação permanente). Sem quaisquer provas que atestem a existência das referidas áreas, não há como aceitar as informações prestadas em DITR.
Recurso negado.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
ACORDAM os membros do colegiado, por unanimidade de votos, em NEGAR provimento ao recurso, nos termos do voto da Relatora. Declarou-se impedido o Conselheiro Marcelo Magalhães Peixoto (Suplente convocado).
--
Processo nº 11516.003537/2006-31
Recurso n° 168.447 Voluntário
Acórdão nº 2102-00.469 - 1ª Câmara / 2ª Turma Ordinária
Sessão de 03 de fevereiro de 2010
Matéria IRPF
Recorrente LUIZ ALBERTO GONÇALVES GRASSIA
Recorrida 4ª TURMA- DRJ -FLORIANÓPOLIS/SC
ASSUNTO: IMPOSTO SOBRE A RENDA DE PESSOA FÍSICA - IRPF
Exercício: 2002, 2003, 2004, 2005
IRPF. DEPÓSITO BANCÁRIO, LIMITES LEGAIS.
O art. 42, § 3º, inc. II da Lei n° 9.430/96 determina que deverão ser desconsiderados do lançamento os valores inferiores a R$ 12.000,00 (individualmente considerados) desde que a soma dos mesmos seja inferior a R$ 80.000,00, Somente deverão ser excluídos do lançamento os valores que se enquadrem em ambos os limites,
IRPF, OMISSÃO DE RENDIMENTOS, APRESENTAÇÃO DE DIRPF RETIFICADORA APÓS O INÍCIO DO PROCEDIMENTO FISCAL.
Está correta a manutenção do lançamento quando o contribuinte declarou os valores que lhe são exigidos por meio do Auto de Infração (relativos à omissão de rendimentos), quando já havia sido iniciado o procedimento fiscal.
IRPF, ACRÉSCIMO PATRIMONIAL A DESCOBERTO.
Meras alegações, desacompanhadas da documentação que as suportem, não podem ser acolhidas para demonstrar a origem de recursos que suportariam os dispêndios que originaram o lançamento com base na apuração de variação patrimonial a descoberto.
IRPF, OMISSÃO, DEPÓSITOS BANCÁRIOS. EXCLUSÃO DA BASE DE CÁLCULO DO VALOR DOS RENDIMENTOS DECLARADOS PELO CONTRIBUINTE.
Nos termos da jurisprudência hoje majoritária do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais, devem ser considerados como origem para fins de apuração do IRPF devido nos casos em que a tributação se dá nos termos do art. 42 da Lei n° 9,430/96 o valor dos rendimentos declarados pelo contribuinte. Tal medida se justifica pelo fato de que não se pode presumir que os rendimentos recebidos e declarados (e por isso já oferecidos à tributação, quando for o caso) tenham sido utilizados de qualquer outra forma, e não tenham transitado pelas contas bancárias do contribuinte.
IRPF. CARNÊ-LEÃO. GLOSA.
Diante da falta de comprovação do pagamento dos valores declarados em DIRPF como pagos a titulo de carnê-leão, está correta a glosa dos mesmos através de lançamento de oficio.
MULTA ISOLADA E DE OFÍCIO. CONCOMITÂNCIA, MESMA BASE DE CÁLCULO.
Não pode prevalecer a exigência da multa isolada pela falta de recolhimento do IRPF devido a título de carnê-leão, na hipótese em que cumulada com a multa de oficio incidente sobre a omissão de rendimentos recebidos de pessoas físicas, pois as bases de cálculo de tais penalidades são idênticas.
TAXA SELIC
Em atenção à Súmula n° 04 deste CARF, é aplicável a variação da taxa Selic como juros moratórios incidentes sobre créditos tributários.
Recurso provido em parte.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
ACORDAM os membros do colegiado, por maioria de votos, em DAR provimento PARCIAL ao recurso para: i) excluir da base de cálculo do item 004 do lançamento, relativo à omissão por depósitos bancários os valores de R$ 32.235,24 no ano de 2002, R$ 40.043,55 do ano de 2003 e R$ 59.370,00 no ano de 2004; ii) excluir do item 006 do lançamento os valores relativos a fatos geradores ocorridos nos anos de 2002, 2003 e 2004.Vencida a Conselheira Núbia Matos Mo a que não excluía a multa isolada do carne-leão.
--
Processo n° 13971.002417/2006-75
Recurso n° 343.709 Voluntário
Acórdão n° 2102-00.470 - 1ª Câmara / 2ª Turma Ordinária
Sessão de 03 de fevereiro de 2010
Matéria ITR
Recorrente AGUAS NEGRAS S.A. INDÚSTRIA DE PAPEL.
Recorrida DRJ-CAMPO GRANDE/MS
Assunto: Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - ITR
Exercício: 2002
ITR, ÁREA DE RESERVA LEGAL. COMPROVAÇÃO.
Comprovada a existência da área de reserva legal constante da DITR, a qual foi devidamente averbada à margem do Registro de Imóveis, deve a mesma ser reconhecida e excluída da área total do imóvel para fins de tributação pelo imposto.
Recurso provido,
Vistos, relatados e discutidos presentes autos.
ACORDAM os membros do colegiado, por unanimidade de votos, em DAR provimento ao recurso, no termo do voto da Relatora.
--
Processo n° 10820.001885/2006-68
Recurso n° 343.767 Voluntário
Acórdão n° 2102-00.472 - 1ª Câmara / 2ª Turma Ordinária
Sessão de 03 de fevereiro de 2010
Matéria ITR
Recorrente JEFERSON JORGE SALOMÃO
Recorrida DRJ-CAMPO GRANDE/MS
ASSUNTO: IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE TERRITORIAL RURAL - ITR
Exercício: 2002
ITR. ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE. EXCLUSÃO. NECESSIDADE DE APRESENTAÇÃO DO ADA AO IBAMA A PARTIR DE 2001.
Nos termo do disposto no art. 17-0 da Lei n° 6.938/81, com a redação dada pela Lei n° 10.165/2000, passou a ser obrigatória, desde 2001, a apresentação do ADA ao lbama para fins de exclusão da área de preservação permanente da tributação pelo ITR.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Recurso negado.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

ACORDAM os membros do colegiado, por unanimidade de votos, em NEGAR provimento ao recurso, nos termos do voto da Relatora.

--

Processo n° 19515.000474/2002-50
Recurso n° 144.723 Embargos
Acórdão nº 2102-00.479 - 1ª Câmara / 2ª Turma Ordinária
Sessão de 09 de março de 2010
Matéria IRPF
Embargante ROBERTO CARVALHO ENGLER PINTO
Interessado 6ª CÂMARA DO PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUNTES
ASSUNTO: IMPOSTO SOBRE A RENDA DE PESSOA FISICA IRPF
Exercício: 1998, 1999
EMBARGOS DE DECLARAÇÃO - OMISSÃO

Apurada omissão no voto condutor do aresto embargado, deve a mesma ser sanada, nos termos do art. 65 do Regimento Interno deste Conselho.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

ACORDAM os membros do Colegiado, por unanimidade de votos, em CONHECER dos embargos para, sanando as omissões pontadas, NEGAR provimento aos mesmos, RERRATIFICANDO o Acórdão nº 106-15.490, de 27 de abril de 2006, sem alteração de resultado.

--

Processo nº 10746.000704/2006-16
Recurso nº 156.231 Embargos
Acórdão nº 2102-00.480 - 1ª Câmara / 2ª Turma Ordinária
Sessão de 09 de março de 2010
Matéria IRPF
Embargante PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL
Interessado PEDRO ALVES DA SILVA SOBRINHO
ASSUNTO: IMPOSTO SOBRE A RENDA DE PESSOA FÍSICA - IRPF
Exercício: 2002
EMBARGOS DE DECLARAÇÃO - OMISSÃO

Apurada omissão no voto condutor do aresto embargado, deve a mesma ser sanada, nos termos do art. 65 do Regimento Interno deste Conselho.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos,

ACORDAM os membros co1egiado, por unanimidade de votos, em CONHECER dos embargos opostos para sanar a missão apontada, RERRATIFICAR o Acórdão n° 106-16.865, proferido em 24 de abril de 2008, sem alteração de resultado, nos termos do voto Relatora.

--

Processo n° 10283.007855/2002-66
Recurso n° 154.006 Embargos
Acórdão n° 2102-00.481 - 1ª Câmara / 2ª Turma Ordinária
Sessão de 09 de março de 2010
Matéria IRPF
Embargante OSCAR SAMPAIO MELLO JUNIOR
Interessado FAZENDA NACIONAL
ASSUNTO: IMPOSTO SOBRE A RENDA DE PESSOA FÍSICA - IRPF
Exercício: 1998, 1999, 2000, 2001
EMBARGOS DE DECLARAÇÃO - CONTRADIÇÃO

Apurada contradição no voto condutor do atesto embargado, que restou vencido, deve a mesma ser sanada, nos termos do art. 65 do Regimento Interno deste Conselho.

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO - OMISSÃO

Apurada omissão no voto condutor do aresto embargado, deve a mesma ser sanada, nos termos do art. 65 do Regimento Interno deste Conselho Administrativo de Recursos Fiscais.

EMBARGOS - LAPSO MANIFESTO

Verificada a ocorrência de lapso manifestou ou erro material no acórdão embargado, cabe a sua correção, nos termos do art. 66 do Regimento Interno do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

ACORDAM os membros do colegiado, por unanimidade de votos, em ACOLHER EM PARTE os embargos de declaração para sanar a omissão e contradição apontadas, RERRATIFICAR o Acórdão n° 106-16.546, sem alteração de resultados, e corrigir lapso manifesto nele contido, para que sejam desconsideradas as partes daquele julgado que tratam da nulidade do MPF, bem como da aplicação da taxa Selic ao crédito tributário lançado, nos termos do voto da Relatara.

--

Processo nº 19515.000470/2002-71
Recurso nº 146.153 Embargos
Acórdão nº 2102-00.487 - 1ª Câmara / 2ª Turma Ordinária
Sessão de 09 de março de 2010
Matéria IRPF
Embargante JOÃO MARCELO FIORESE GONÇALVES
Interessado FAZENDA NACIONAL
ASSUNTO: IMPOSTO SOBRE A RENDA DE PESSOA FÍSICA - IRPF
Exercício: 1998, 1998
EMBARGOS DE DECLARAÇÃO, OMISSÃO. OBSCURIDADE INEXISTÊNCIA. PRETENSÃO DE REDISCUSSÃO DA MATÉRIA.

Não havendo omissão ou obscuridade no voto condutor do aresto embargado, não é cabível a oposição de embargos para tão-somente reabrir a discussão travada no julgamento do acórdão embargado.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

ACORDAM os membros do colegiado, por unanimidade de votos, em NÃO CONHECER dos embargos, nos termos do voto da relatora.

--

Processo n° 13971.003561/2007-18
Recurso n° 168.468 Voluntário
Acórdão nº 2102-00.488 - 1ª Câmara / 2ª Turma Ordinária
Sessão de 09 de março de 2010
Matéria IRPF
Recorrente LUANA CRISTINA DE SIO PUETER
Recorrida 4ª TURMA DRJ-FLORIANÓPOLIS-SC
ASSUNTO: IMPOSTO SOBRE A RENDA DE PESSOA FÍSICA - IRPF
Exercício: 2003
OMISSÃO DE RENDIMENTOS - DEPÓSITOS BANCÁRIOS DE
ORIGEM NÃO COMPROVADA - CONTA-CONJUNTA

O § 6º do art. 42 da Lei n° 9.430/96 - instituído por meio do art. 58 da Lei nº 10.637/02, é urna norma meramente interpretativa, já que o caput daquele artigo 42 já previa a tributação dos depósitos para os quais o titular da conta, devidamente intimado, deixasse de comprovar a origem. Tratando-se de norma interpretativa, não se pode restringir sua aplicação somente a fatos geradores ocorridos após a sua entrada em vigor.

IRPF - DEPÓSITOS BANCÁRIOS - LIMITES LEGAIS

O art. 42, § 3°, inc. II da Lei n° 9.4.30/96 determina que devam ser desconsiderados do lançamento os valores inferiores a R$ 12.000,00 (individualmente considerados) desde que a sorna dos mesmos seja inferior a R$ 80.000,00. Quando tal soma supera este limite legal (de R$ 80.000,00), não há que se falar na exclusão deste montante, por falta de previsão legal para tanto.

Recurso negado

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

ACORDAM os membros do colegiado, por unanimidade de votos, em NEGAR provimento ao recurso, nos termos, do voto do Relator.

--

Processo n° 13899.000208/2007-98
Recurso nº 161.462 Voluntário
Acórdão n° 2102-00.489 - 1ª Câmara / 2ª Turma Ordinária
Sessão de 09 de março de 2010
Matéria IRPF
Recorrente JAIR RODRIGUES DE OLIVEIRA
Recorrida 4ª TURMA/DRJ-SÃO PAULO II/SP
ASSUNTO: IMPOSTO SOBRE A RENDA DE PESSOA FISICA - IRPF
Exercício: 2003, 2004, 2005
DEPÓSITOS BANCÁRIOS, PRESUNÇÃO DE OMISSÃO DE RENDIMENTOS.

Para os fatos geradores ocorridos a partir de 01/01/97, a Lei n° 9.430/96, em seu art. 42, autoriza a presunção de omissão de rendimentos com base nos valores depositados em conta bancária para os quais o titular, regularmente intimado, não comprove, mediante documentação hábil e idônea, a origem dos recursos utilizados nessas operações.

ÓNUS DA PROVA

Se o ônus da prova, por presunção legal, é do contribuinte, cabe a ele a comprovar a origem dos recursos informados para acobertar a movimentação financeira.

LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA, EXAME DA LEGALIDADE/CONSTITUCIONALIDADE.

Não compete à autoridade administrativa de qualquer instância o exame da legalidade/constitucionalidade da legislação tributária, tarefa exclusiva do poder judiciário.

IRPF, OMISSÃO. DEPÓSITOS BANCÁRIOS. EXCLUSÃO DA BASE DE CÁLCULO DO VALOR DOS RENDIMENTOS DECLARADOS PELO CONTRIBUINTE.

Nos termos da jurisprudência hoje majoritária do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais, devem ser considerados como origem para fins de apuração do IRPF devido nos casos em que a tributação se dá nos termos do art. 42 da Lei n° 9.430/96 o valor dos rendimentos declarados pelo contribuinte. Tal medida se justifica pelo fato de que não se pode presumir que os rendimentos recebidos e declarados (e por isso já oferecidos à tributação, quando for o caso) tenham sido utilizados de qualquer outra forma, e não tenham transitado pelas contas bancárias do contribuinte.

MULTA QUALIFICADA, EVIDENTE INTUITO DE FRAUDE - JUSTIFICATIVA PARA SUA APLICAÇÃO.

Somente é justificável a exigência da multa qualificada prevista no artigo art. 44, II, da Lei nº 9.430, de 1996, quando o contribuinte tenha procedido com evidente intuito de fraude, nos casos definidos nos artigos 71, 72 e 73 da Lei n°. 4.502, de 1964. O evidente intuito de fraude deverá ser minuciosamente justificado e comprovado nos autos.

TAXA SELIC

Em atenção à Súmula n° 04 deste CARF, é aplicável a variação da taxa Selic como juros moratórios incidentes sobre créditos tributários.

Recurso parcialmente provido.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

ACORDAM os membros do Colegiado, por unanimidade de votos, em REJEITAR a preliminar de nulidade suscitada e, no mérito, em DAR provimento PARCIAL ao recurso para que sejam excluídos da base de calculo lançamento os seguintes valores: R$ 74825,50 no ano-calendário 2002, R$ 84.011,06 no ano-calendário 2003 e R$ 123.024,49 no ano calendário 2004, e ainda para que seja reduzida a multa de ofício ao percentual de 75%, nos termos do voto da Relatora.

--

Processo nº 11516.000848/2006-49
Recurso n° 156.648 Voluntário
Acórdão nº 2102-00.490 - 1ª Câmara / 2ª Turma Ordinária
Sessão de 09 de março de 2010
Matéria IRPF
Recorrente VLADIMIR FERNANDES VARGAS
Recorrida 3ª TURMA/DRI-FLORIANÓPOLIS/SC
ASSUNTO: IMPOSTO SOBRE A RENDA DE PESSOA FÍSICA IRPF
Exercício: 2003
IRPF, DECADÊNCIA,

O imposto de renda pessoa fisica é tributo sujeito ao lançamento por homologação, sendo que o prazo decadencial para a constituição de créditos tributários é de cinco anos contados do fato gerador, que, em regra, ocorre em 31 de dezembro de cada ano-calendário,

DEPÓSITOS BANCÁRIOS, PRESUNÇÃO DE OMISSÃO DE RENDIMENTOS.

Para os fatos geradores ocorridos a partir de 01/01/97, a Lei n° 9.430/96, em seu art. 42, autoriza a presunção de omissão de rendimentos com base nos valores depositados em conta bancária para os quais o titular, regularmente intimado, não comprove, mediante documentação hábil e idônea, a origem dos recursos utilizados nessas operações.

IRPF. OMISSÃO. DEPÓSITOS BANCÁRIOS, EXCLUSÃO DA BASE DE CÁLCULO DO VALOR DOS RENDIMENTOS DECLARADOS PELO CONTRIBUINTE.

Nos termos da jurisprudência hoje majoritária do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais, devem ser considerados como origem para fins de apuração do IRPF devido nos casos em que a tributação se dá nos termos do art. 42 da Lei n° 9.430/96 o valor dos rendimentos declarados pelo contribuinte. Tal medida se justifica pelo fato de que não se pode presumir que os rendimentos recebidos e declarados (e por isso já oferecidos à tributação, quando for o caso) tenham sido utilizados de qualquer outra forma, e não tenham transitado pelas contas bancárias do contribuinte.

Recurso provido em parte.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

ACORDAM os membros do colegiado, por unanimidade de votos, em DAR provimento PARCIAL ao recurso, a fim de que seja excluído da base de cálculo do lançamento o montante de R$ 20.724,86, nos termos do voto da Relatora.

--

Processo nº 10183.002377/2006-50
Recurso nº 344.242 Voluntário
Acórdão nº 2102-00.500 - 1ª Câmara / 2ª Turma Ordinária
Sessão de 10 de março de 2010
Matéria ITR
Recorrente AIRTON NOGUEIRA COSTA
Recorrida DRJ - Campo Grande
ASSUNTO: IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE TERRITORIAL RURAL - ITR
Exercício: 2001
ITR, MULTA POR ATRASO NA ENTREGA DE DECLARAÇÃO. PENDÊNCIA NA DEFINIÇÃO DO IMPOSTO DEVIDO. SOBRESTAMENTO.

Controvertido o imposto que serviu de base de cálculo da multa lançada, deve-se aguardar o deslinde do processo principal, aquele em que se debate o valor do imposto devido, para, ao final, apreciar o montante da multa devida.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

Acordam os membros do Colegiado, por unanimidade de votos, em sobrestar o presente julgamento, devendo ser aguardada a mensuração definitiva do ITR, exercício 2001, conforme lançamento tombado no processo administrativo 10183.006350/2005-55, em trâmite nesse Conselho.

--

Processo n° 10945.001961/2006-29
Recurso nº 155.477 Voluntário
Acórdão n° 2102-00.502 - 1ª Câmara / 2ª Turma Ordinária
Sessão de 10 de março de 2010
Matéria IRPF
Recorrente LU CHIH KANG
Recorrida 4ª TURMA/DRJ-CURITIBA/PR
ASSUNTO: IMPOSTO SOBRE A RENDA DE PESSOA FÍSICA - IRPF
Exercício: 2002, 2003
IRPF. OMISSÃO, DEPÓSITOS BANCÁRIOS DE ORIGEM NÃO COMPROVADA. LANÇAMENTO LASTREADO EM TRANSFERÊNCIAS BANCÁRIAS.

Não pode prosperar a exigência fundada na presunção de omissão de rendimentos (art. 42 da Lei nº 9.430/96) quando, na apuração desta, a fiscalização não comprova o efetivo depósito em favor do contribuinte dos valores que ensejaram o lançamento.

Recurso provido.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

ACORDAM os membros do Colegiado, por unanimidade de votos, em DAR provimento ao recurso, nos termos do voto da Relatora.

--

Processo n° 10945.001013/2006-93
Recurso nº 156.051 Voluntário
Acórdão nº 2102-00.503 - 1ª Câmara / 2ª Turma Ordinária
Sessão de 10 de março de 2010
Matéria IRPF
Recorrente NGAI PEK CHAO
Recorrida 4ª TURMA/DRJ-CURITIBA/PR

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ASSUNTO: IMPOSTO SOBRE A RENDA DE PESSOA FÍSICA IRPF

Exercício: 2003

IRPF, OMISSÃO. DEPÓSITOS BANCÁRIOS DE ORIGEM NÃO

COMPROVADA. LANÇAMENTO LASTREADO EM TRANSFERÊNCIAS BANCÁRIAS.

Não pode prosperar a exigência fundada na presunção de omissão de rendimentos (art. 42 da Lei n° 9.430/96) quando, na apuração desta, a fiscalização não comprova o efetivo depósito em favor do contribuinte dos valores que ensejaram o lançamento.

Recurso provido.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

ACORDAM os membros do Colegiado, por unanimidade de votos, em DAR provimento ao recurso, nos termos do voto da Relatora.

--

Processo nº 10675.002954/2005-91
Recurso n° 155.403 Voluntário
Acórdão nº 2102-00.504 - 1ª Câmara / 2ª Turma Ordinária
Sessão de 10 de março de 2010
Matéria IRPF
Recorrente PAULO SÉRGIO DE OLIVEIRA
Recorrida 4ª TURMA/DRJ-JUIZ DE FORA/MG

ASSUNTO: IMPOSTO SOBRE A RENDA DE PESSOA FÍSICA IRPF

Exercício: 2001, 2002

IRPF. DECADÊNCIA. -

O imposto de renda pessoa fisica é tributo sujeito ao lançamento por homologação, sendo que o prazo decadencial para a constituição de créditos tributários é de cinco anos contados do fato gerador, que, em regra, ocorre em 31 de dezembro de cada ano-calendário,

IRPF, OMISSÃO DE RENDIMENTOS. PROVA.

Meras alegações, desacompanhadas de suporte documental, não são hábeis a descaracterizar o lançamento quando este é suportado por documentos oficiais, expedidos por órgão do Governo do Estado. Cabe ao Interessado trazer aos autos provas e argumentos em favor de suas alegações, sob pena de manutenção do lançamento.

IRPF. OMISSÃO DE RENDIMENTOS DA ATIVIDADE RURAL. OPÇÃO PELA FORMA DE TRIBUTAÇÃO DOS RENDIMENTOS.

O contribuinte que auferir rendimentos com o exercício da atividade rural poderá optar pela tributação dos rendimentos assim auferidos de forma simplificada, oferecendo à tributação 20% da receita bruta auferida, ou então pode oferecer à tributação somente a diferença entre as receitas auferidas e as despesas pagas no exercício desta atividade. A opção é feita no momento da entrega da Declaração de Ajuste Anual, quando do preenchimento do anexo da atividade rural, Findo o período de entrega da mesma, é vedada a alteração da forma de tributação escolhida.

Recurso negado.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

ACORDAM os membros do Colegiado, por unanimidade de votos, em NEGAR provimento ao recurso, nos termos do voto da Relatora.

--

Processo nº 10660.000862/2007-05
Recurso nº 164.854 Voluntário
Acórdão nº 2102-00.515 - 1ª Câmara / 2ª Turma Ordinária
Sessão de 10 de março de 2010
Matéria IRRF
Recorrente EXPRESSO NEPOMUCENO S.A.
Recorrida 8ª TURMA/DRJ - RIO DE JANEIRO II/RJ

ASSUNTO: IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE - IRRF

Exercício: 2003, 2004, 2005, 2006

IRRF. OMISSÃO, FALTA DE PROVA.

Deve ser mantido o lançamento do IRRF quando este tornou por base os valores escriturados pela própria Recorrente em sua contabilidade, sem que a mesma tivesse logrado êxito em comprovar que tal escrituração não estivesse correta.

Recurso negado.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

ACORDAM os membros do Colegiado, por unanimidade de votos, em NEGAR provimento ao recurso, nos termos do voto da Relatora.

--

Processo nº 11634.000567/2007-21
Recurso n° 164.841 Voluntário
Acórdão nº 2102-00.516 - 1ª Câmara / 2ª Turma Ordinária
Sessão de 10 de março de 2010
Matéria IRPF
Recorrente MOUSSA YOUSSEF HAKME
Recorrida 4ª TURMA/DRJ-CURITIBA/PR

ASSUNTO: IMPOSTO SOBRE A RENDA DE PESSOA FÍSICA - IRPF

Exercício: 2003

MULTA QUALIFICADA. EVIDENTE INTUITO DE FRAUDE, JUSTIFICATIVA PARA SUA APLICAÇÃO.

Somente é justificável a exigência da multa qualificada prevista no artigo art. 44, II, da Lei n 9.430, de 1996, quando o contribuinte tenha procedido com evidente intuito de fraude, nos casos definidos nos artigos 71, 72 e 7.3 da Lei n° 4.502, de 1964. O evidente intuito de fraude deverá ser minuciosamente justificado e comprovado nos autos,

IRPF. DECADÊNCIA.

Não caracterizada a ocorrência de dolo fraude ou simulação, o direito de a Fazenda Pública constituir o crédito tributário, nos casos de lançamento por homologação, como é o caso do imposto de renda da pessoa fisica em relação aos rendimentos sujeitos à declaração de ajuste anual, extingue-se com o transcurso do prazo de cinco anos contados do fato gerador, nos termos do § 4º do art. 150 do Código Tributário Nacional,

Recurso provido.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

ACORDAM os membros do Colegiado, por unanimidade de votos, em DESQUALIFICAR a multa de oficio e, no mérito, em DAR provimento ao recurso, nos termos do voto da Relatora.

--

Processo n° 10166.012190/2005-91
Recurso nº 341.619 Voluntário
Acórdão n° 2102-00.523 - 1ª Câmara / 2ª Turma Ordinária
Sessão de 14 de abril de 2010
Matéria ITR
Recorrente ANTONIO JORGE ROGOSKI
Recorrida DRJ- Recife-PE

ASSUNTO: IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE TERRITORIAL RURAL - ITR

Exercício: 2001

ITR. MULTA POR ATRASO NA ENTREGA DE DECLARAÇÃO.

PENDÊNCIA NA DEFINIÇÃO DO IMPOSTO DEVIDO. SOBRESTAMENTO.

Controvertido o imposto que serviu de base de cálculo da multa lançada, deve-se aguardar o deslinde do processo principal, aquele em que se debate o valor do imposto devido, para, ao final, apreciar o montante da multa devida.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

Acordam os membros do Colegiado, por unanimidade de votos, em sobrestá o presente julgamento, devendo ser aguardada a mensuração definitiva do ITR, exercício 2001, conforme lançamento tombado no processo administrativo n° 10325.000815/2005-01, em tramite neste CARF.

--

Processo nº 10580.005686/2007-80
Recurso nº 162.907 Voluntário
Acórdão nº 2102-00.526 - 1ª Câmara / 2ª Turma Ordinária
Sessão de 14 de Abril de 2010
Matéria IRPF
Recorrente ANTÔNIO FERNANDO ANGRISANI
Recorrida 3ª TURMA da DRJ-SALVADOR/BA

ASSUNTO: IMPOSTO SOBRE A RENDA DE PESSOA FÍSICA - IRPF

Exercício: 2002, 2003, 2004

IRPF - DEPÓSITOS BANCÁRIOS - CO-TITULARES - INTIMAÇÃO

Nos termos do caput art. 42 da Lei n° 9.430/96, devem todos os titulares das contas-correntes ser intimados para comprovar a origem dos depósitos lá efetuados, sob pena de nulidade do lançamento fundado na presunção de omissão de rendimentos decorrente da existência de depósitos bancários de origem não comprovada.

Recurso provido.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

ACORDAM os membros do Colegiado, por unanimidade de votos, em DAR provimento ao recurso, nos termos do voto da Relatora.

--

Processo n° 10945.001614/2006-04
Recurso nº 155.384 Voluntário
Acórdão n° 2102-00.561 - 1ª Câmara / 2ª Turma Ordinária
Sessão de 16 de abril de 2010
Matéria IRPF
Recorrente DIRCE TERESINHA KUHNE
Recorrida 4ª TURMA/DRJ-CURITIBA/PR

ASSUNTO: IMPOSTO SOBRE A RENDA DE PESSOA FÍSICA IRPF

Exercício: 2002, 2003, 2004, 2005

PRELIMINAR. ILEGITIMIDADE PASSIVA, LANÇAMENTO FUNDADO NO ART, 42 DA Lei nº 9.430/96.

Nos lançamentos fundados no art. 42 da Lei n° 9.430/96, cabe ao contribuinte demonstrar a origem dos valores depositados em suas contas. O destino dado aos montantes depositados é irrelevante para a comprovação de origem dos mesmos, não podendo ser acolhida preliminar de ilegitimidade passiva, sem as provas que a sustentem.

IRPF, DECADÊNCIA. DEPÓSITOS BANCÁRIOS SEM ORIGEM COMPROVADA.

O imposto de renda pessoa fisica é tributo sujeito ao lançamento por homologação, sendo que o prazo decadencial para a constituição de créditos tributários é de cinco anos contados do fato gerador, que, segundo o entendimento majoritário da Quarta Turma da Câmara Superior de Recursos Fiscais, no caso da presunção de omissão de rendimentos caracterizada por depósitos bancários sem origem comprovada, ocorre em 31 de dezembro de cada ano-calendário.

DEPÓSITOS BANCÁRIOS. PRESUNÇÃO DE OMISSÃO DE RENDIMENTOS.

Para os fatos geradores ocorridos a partir de 01/01/97, a Lei nº 9.430/96, em seu art. 42, autoriza a presunção de omissão de rendimentos com base nos valores depositados em conta bancária para os quais o titular, regularmente intimado, não comprove, mediante documentação hábil e idônea, a origem dos recursos utilizados nessas operações.

ÔNUS DA PROVA.

Se o ônus da prova, por presunção legal, é do contribuinte, cabe a ele a comprovar a origem dos recursos informados para acobertar a movimentação financeira.

LEGISLAÇÃO TRIBUTARIA. EXAME DA LEGALIDADE/CONSTITUCIONALIDADE.

Não compete à autoridade administrativa de qualquer instância o exame da legalidade/constitucionalidade da legislação tributária, tarefa exclusiva do poder judiciário.

MULTA QUALIFICADA. EVIDENTE INTUITO DE FRAUDE. JUSTIFICATIVA PARA APLICAÇÃO DA MULTA.

Somente é justificável a exigência da multa qualificada prevista no artigo art. 44, II, da Lei nº 9.430, de 1996, quando o contribuinte tenha procedido com evidente intuito de fraude, nos casos definidos nos artigos 71, 72 e 73 da Lei n° 4.502, de 1964. O evidente intuito de fraude deverá ser minuciosamente justificado e comprovado nos autos,

TAXA SELIC.

Em atenção à Súmula n° 04 deste CARF, é aplicável a variação da taxa Sebe como juros moratórias incidentes sobre créditos tributários.

Recurso provido em parte.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

ACORDAM os Membros do Colegiado, por unanimidade de votos, em DAR provimento PARCIAL ao recurso para que seja desqualificada, a multa de oficio aplicada reduzindo-a ao percentual de 75%, nos termos do voto da Relatora.

--

Processo nº 13856.000078/00-05
Recurso nº 165.994 Voluntário
Acórdão nº 2102-00.570 - 1ª Câmara / 2ª Turma Ordinária
Sessão de 16 de abril de 2010
Matéria IRPF
Recorrente MAURÍCIO DE MATTOS PIOVEZAN
Recorrida 2ª TURMA da DRJ-CAMPO GRANDE/MS

ASSUNTO: IMPOSTO SOBRE A RENDA DE PESSOA FÍSICA - IRPF

Exercício: 1997

IRPF, OMISSÃO DE RENDIMENTOS, PROVA,

Meras alegações, desacompanhadas de suporte documental, não são hábeis a descaracterizar o lançamento quando este é suportado por documentos juntados aos autos. Cabe ao Interessado trazer aos autos provas e argumentos em favor de suas alegações, sob pena de manutenção do lançamento.

PEDIDO DE PERÍCIA. INDEFERIMENTO FALTA DE JUSTIFICATIVA.

Nos termos do art. 18 do Decreto n° 70235/72, pode a autoridade julgadora indeferir pedido de perícia quando a parte Interessada deixar de comprovar que a realização desta é imprescindível ao deslinde da controvérsia. Além disso, a realização de perícia é procedimento excepcional, que somente se justifica em determinados casos.

TAXA SELIC.

Em atenção à Súmula n° 04 deste CARF, é aplicável a variação da taxa Selic como juros moratórios incidentes sobre créditos tributários.

Recurso negado.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

ACORDAM os membros do Colegiado, por unanimidade de votos, em NEGAR provimento ao recurso, nos termos do voto da Relatora.

--

Processo nº 10218.000412/2005-71
Recurso nº 159.652 De Oficio e Voluntário
Acórdão nº 2102-00.582 - 1ª Câmara / 2ª Turma Ordinária
Sessão de 12 de maio de 2010
Matéria IRRF
Recorrentes AGROPECUÁRIA BACURI e 1ª TURMA/DRJ-BELEM/PA

ASSUNTO: IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE - IRRF

Exercício: 2000

IRRF. PAGAMENTO SEM CAUSA OU A BENEFICIÁRIO NÃO IDENTIFICADO.

Nas hipóteses em que o pagamento tido como sem causa é devidamente lastreado por notas fiscais idôneas, que demonstram a efetividade da operação que lhe deu causa, não pode o lançamento do IRRF com base no art. 61 da Lei IV 8,981/95 prosperar.

RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA, HIPÓTESES. PRINCÍPIO DA LEGALIDADE.

A responsabilidade solidária por crédito tributário só pode ocorrer nas hipóteses e nos limites fixados na legislação, que a restringe às pessoas expressamente designadas em lei e àquelas que tenham interesse comum na situação que constitua o fato gerador da obrigação principal. Inocorrência de solidariedade na hipótese.

IRRF. RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA, PRELIMINAR. ILEGITIMIDADE.

Falece legitimidade à pessoa jurídica para postular a exclusão de seus sócios pessoas físicas do pólo passivo de lançamento em que foram arrolados como responsáveis solidários. Tal pedido deverá ser feito diretamente pelos interessados.

IRRF, PAGAMENTO SEM CAUSA. MULTA QUALIFICADA. MANUTENÇÃO.

Restando devidamente demonstrado pela fiscalização que a Recorrente utilizou documentos inidôneos, bem como que efetuou operações que não refletiam a realidade dos fatos, está correta a aplicação do disposto no art. 44, inc. II, devendo ser mantida a multa da forma como foi aplicada no lançamento.

DECADÊNCIA. MULTA QUALIFICADA.

Caracterizada a ocorrência de dolo, fraude ou simulação, o prazo para a Fazenda Pública constituir o crédito tributário deve ser computado nos termos do art. 173, I do CTN, mesmo nos casos de tributos sujeitos ao lançamento por homologação.

PAGAMENTO SEM CAUSA OU A BENEFICIÁRIO NÃO IDENTIFICADO. CARACTERIZAÇÃO.

A pessoa jurídica que efetuar a entrega de recursos a terceiros ou sócios, acionistas ou titulares, contabilizados ou não, cuja operação ou causa não comprove mediante documentos hábeis e idôneos, sujeitar-se-á à incidência do imposto, exclusivamente na fonte,

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

à alíquota de 35%, a título de pagamento sem causa, nos termos do art. 61 da Lei n° 8.981, de 1995.

Recurso de oficio provido em parte.

Recurso voluntário provido em parte.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

ACORDAM os membros do Colegiado, por unanimidade de votos, em DAR provimento PARCIAL ao recurso de oficio, para manter a decisão recorrida tão-somente no que diz respeito à exclusão do fato gerador ocorrido em 30.06.2000, no valor de R$ 311846,15 (base já reajustada). No tocante aos recursos voluntários, por unanimidade de votos:

- em DAR provimento PARCIAL ao interposto pela Agropecuária Bacuri, para excluir da base de cálculo do lançamento os seguintes valores: a) R$ 307.692,31, em 20.03.2000, b) R$ 30.769,23 em 14.08.2000, c) R$ 23.076,92, em 24.08,2000, e d) R$ 46.153,85, em 28.06.2000 (todos relativos a base já reajustada);

--

Processo nº 10218.000412/2005-71

Recurso nº 159.652 De Oficio e Voluntário

Acórdão nº 2102-00.582 - 1ª Câmara / 2ª Turma Ordinária

Sessão de 12 de maio de 2010

Matéria IRRF

Recorrentes AGROPECUÁRIA BACURI e 1ª TURMA/DRJ-BELEM/PA

ASSUNTO: IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE - IRRF

Exercício: 2000

IRRF. PAGAMENTO SEM CAUSA OU A BENEFICIÁRIO NÃO IDENTIFICADO.

Nas hipóteses em que o pagamento tido como sem causa é devidamente lastreado por notas fiscais idôneas, que demonstram a efetividade da operação que lhe deu causa, não pode o lançamento do IRRF com base no art. 61 da Lei IV 8,981/95 prosperar.

RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA, HIPÓTESES. PRINCÍPIO DA LEGALIDADE.

A responsabilidade solidária por crédito tributário só pode ocorrer nas hipóteses e nos limites fixados na legislação, que a restringe às pessoas expressamente designadas em lei e àquelas que tenham interesse comum na situação que constitua o fato gerador da obrigação principal. Inocorrência de solidariedade na hipótese.

IRRF. RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA, PRELIMINAR. ILEGITIMIDADE,

Falece legitimidade à pessoa jurídica para postular a exclusão de seus sócios pessoas físicas do pólo passivo de lançamento em que foram arrolados como responsáveis solidários. Tal pedido deverá ser feito diretamente pelos interessados.

IRRF, PAGAMENTO SEM CAUSA. MULTA QUALIFICADA. MANUTENÇÃO.

Restando devidamente demonstrado pela fiscalização que a Recorrente utilizou documentos inidôneos, bem como que efetuou operações que não refletiam a realidade dos fatos, está correta a aplicação do disposto no art. 44, inc. II, devendo ser mantida a multa da forma como foi aplicada no lançamento.

DECADÊNCIA. MULTA QUALIFICADA.

Caracterizada a ocorrência de dolo, fraude ou simulação, o prazo para a

Fazenda Pública constituir o crédito tributário deve ser computado nos termos do art. 173, I do CTN, mesmo nos casos de tributos sujeitos ao lançamento por homologação.

PAGAMENTO SEM CAUSA OU A BENEFICIÁRIO NÃO IDENTIFICADO. CARACTERIZAÇÃO.

A pessoa jurídica que efetuar a entrega de recursos a terceiros ou sócios, acionistas ou titulares, contabilizados ou não, cuja operação ou causa não comprove mediante documentos hábeis e idôneos, sujeitar-se-á à incidência do imposto, exclusivamente na fonte, à alíquota de 35%, a título de pagamento sem causa, nos termos do art. 61 da Lei n° 8.981, de 1995.

Recurso de oficio provido em parte.

Recurso voluntário provido em parte.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

ACORDAM os membros do Colegiado, por unanimidade de votos, em DAR provimento PARCIAL ao recurso de oficio, para manter a decisão recorrida tão-somente no que diz respeito à exclusão do fato gerador ocorrido em 30.06.2000, no valor de R$ 31.1846,15,(base já reajustada). No tocante aos recursos voluntários, por unanimidade de votos:

- em DAR provimento PARCIAL ao interposto pela Agropecuária Bacuri, para excluir da base de cálculo do lançamento os seguintes valores: a) R$ 307.692,31, em 20.03.2000, b) R$ 30.769,23 em 14.08.2000, c) R$ 23.076,92, em 24.08,2000, e d) R$ 46.153,85, em 28.06.2000 (todos relativos a base já reajustada);

--

Processo n° 10670.720136/2007-85

Recurso nº 343.088 Voluntário

Acórdão n° 2102-00.585 - 1ª Câmara / 2ª Turma Ordinária

Sessão de 12 de maio de 2010

Matéria ITR - CALAMIDADE PÚBLICA, SIPT E LAUDO TÉCNICO.

Recorrente FLÁVIO PENTAGNA GUIMARÃES

Recorrida FAZENDA NACIONAL

Assunto: Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - ITR

Exercício: 2005

Ementa: CALAMIDADE PÚBLICA. DECRETO MUNICIPAL AUTONOMIA CONSTITUCIONAL, ASSUNTO DE INTERESSE LOCAL, EXIGÊNCIA DE RECONHECIMENTO DO GOVERNO FEDERAL. INEXISTÊNCIA DESSA OBRIGAÇÃO NA LEI TRIBUTÁRIA FEDERAL.

O reconhecimento da existência de calamidade pública, formalizado mediante decreto municipal, em relação a determinado lapso temporal, para fins tributário, torna desnecessária a exigência de seu reconhecimento pelo Governo Federal, em face da matéria ser interesse local, dentro da competência constitucional dos municípios, agregado ao fato da Lei n° 9.393/96 somente exigir ato do Poder Público que reconheça a calamidade pública, para considerar a área aproveitável como utilizada na atividade primária.

ARBITRAMENTO DO VALOR DA TERRA NUA. INFORMAÇÃO EXTRAÍDA DO SISTEMA DE PREÇO DE TERRAS (SIPT), HIGIDEZ PROCEDIMENTAL. LAUDO TÉCNICO DE AVALIAÇÃO QUE ANALISA PORMENORIZADAMENTE O IMÓVEL RURAL, SEGUNDO AS NORMAS DA ABNT, É MEIO HÁBIL PARA CONTRADITAR OS VALORES DO SIPT.

Caso o contribuinte não apresente laudo técnico com o valor da terra nua - VTN, pode a autoridade fiscal se valer do valor constante do SIPT, como meio hábil para arbitrar o VTN que servirá para apurar o ITR devido, Entretanto, apresentado laudo técnico, assinado por profissional competente e secundado por Anotação de Responsabilidade Técnica - ART, esse é meio hábil para contraditar o valor arbitrado a partir do SIPT. Para desconsiderar o laudo apresentado, a autoridade fiscal tem que apontar alguma nulidade formal, contraditá-lo com outro laudo ou mesmo demonstrar a inviabilidade dos parâmetros utilizados (erros ou equívocos nos VTNs dos imóveis que serviram de paradigmas para a avaliação, quantidade de paradigmas, alienações de imóveis próximos que confrontem os preços utilizados etc.).

JUROS DE MORA. ATUALIZAÇÃO DE CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS PELA TAXA SELIC, POSSIBILIDADE. A aplicação dos juros de mora, à taxa Selic, é matéria pacificada no âmbito do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais - CARF, objeto, inclusive, do enunciado Sumular CARF n° 4 (DOU de 22/12/2009): "A partir de 1º de abril de 1995, os juros moratórios incidentes sobre débitos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal são devidos, no período de inadimplência, taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e Custódia - SEL1C para títulos federais".

CARÁTER CONFISCATORIO - PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS - PRINCÍPIOS QUE OBJETIVAM A DECLARAÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE DA LEI TRIBUTÁRIA - IMPOSSIBILIDADE - Os princípios constitucionais são dirigidos ao legislador, ou mesmo ao órgão judicial competente, não podendo se dizer que estejam direcionados à Administração Tributária, pois essa se submete ao princípio da legalidade, não podendo se furtar em aplicar a lei, Não pode a autoridade lançadora e julgadora administrativa, por exemplo, invocando o principio do não-confisco, afastar a aplicação da lei tributária. Isso ocorrendo, significaria declarar, incidenter tantun, a inconstitucionalidade da lei tributária que funcionou como base legal do lançamento (imposto e multa de oficio). Ora, é cediço que somente os órgãos judiciais, o TCU e as cúpulas dos poderes executivo e legislativo têm esse poder. E no caso específico do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais, tem aplicação o art. 62 de seu Regimento Interno, que veda expressamente a declaração de inconstitucionalidade de leis, tratados, acordos internacionais ou decreto, norma regimental que tem sede no art. 26-A do Decreto nº 70.235/72, na redação dada pela Lei n° 11.941/2009, que foi objeto do verbete sumular. CARF n°2 (DOU de 22/12/2009), verbis: "O CARF não é competente pata se pronunciar sobre a inconstitucionalidade de lei tributária".

Recurso parcialmente provido.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

Acordam os membros do colegiado, por unanimidade de votos, em AFASTAR a nulidade vindicada e, no mérito, em DAR parcial provimento para acatar o valor da terra nua constante no Laudo Técnico trazido pelo recorrente, para o exercício 2005, no valor de R$ 26,06 por hectare, o que implica em um valor da terra nua de R$ 187.694,54 (item 22 do Demonstrativo de Apuração do Imposto Devido - fl. 04), e o estado de calamidade pública.

--

Processo n° 18471.000211/2007-46

Recurso n° 163.362 Voluntário

Acórdão n° 2102-00.596 - 1ª Câmara / 2ª Turma Ordinária

Sessão de 12 de maio de 2010

Matéria IRPF

Recorrente ANTONIO GONÇALVES CARNEIRO

Recorrida 3ª TURMA da DRJ-RIO DE JANEIRO II/RJ

ASSUNTO: IMPOSTO SOBRE A RENDA DE PESSOA FISICA - IRPF

Exercício: 2002, 2003

IRPF. OMISSÃO DE RENDIMENTOS PROVA.

Meras alegações, desacompanhadas de suporte documental, não são hábeis a descaracterizar o lançamento quando este é suportado por documentos idôneos, incluindo o reconhecimento da omissão pelo próprio contribuinte autuado.

MULTA QUALIFICADA. EVIDENTE INTUITO DE FRAUDE, JUSTIFICATIVA PARA SUA APLICAÇÃO.

Somente é justificável a exigência da multa qualificada prevista no artigo art. 44, II, da Lei nº 9.430, de 1996, quando o contribuinte tenha procedido com evidente intuito de fraude, nos casos definidos nos artigos 71, 72 e 73 da Lei nº 4.502, de 1964. Outrossim, nos termos da Sumula ri° 14 deste Conselho, simples omissão na caracteriza evidente intuito de fraude.

Recurso provido em parte.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

ACORDAM os membros do Colegiado, por unanimidade de votos, em DAR provimento PARCIAL ao recurso para determinar a desqualificação da multa de oficio, que deverá ser reduzida ao percentual de 75%, nos termos do voto da Relatora.

--

Processo n° 10840.004547/2003-05

Recurso n° 161.968 Voluntário

Acórdão n° 2102-00.597 - 1ª Câmara / 2ª Turma Ordinária

Sessão de 12 de maio de 2010

Matéria IRPF

Recorrente ROMEU BONINI

Recorrida 7ª TURMA - DRJ-SÃO PAULO II/SP

ASSUNTO: IMPOSTO SOBRE A RENDA DE PESSOA IRPF

Exercício: 1998, 1999

IRPF. DEDUÇÃO. DESPESAS MÉDICAS.

Nos termos do art. 8º, § 2º, inc. III da Lei n° 9150/95, somente podem ser deduzidas as despesas médicas comprovadas por meio de recibo que preencha os requisitos da lei (com indicação do nome, endereço e número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas CPF ou no Cadastro Geral de Contribuintes - CGC de quem os recebeu). Quando o documento apresentado pelo contribuinte não preenche tais requisitos e também não é feita a comprovação do pagamento por qualquer outro meio de prova, deve prevalecer a glosa da referida despesa.

DESPESAS MÉDICAS. INDÍCIOS DE NÃO-PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS CONSIGNADOS NOS RECIBOS.

Justifica-se a glosa de despesas médicas quando existem nos autos indícios veementes de que os serviços consignados nos recibos apresentados não foram de fato executados e o contribuinte deixa de carrear aos autos a prova do pagamento e da efetividade dos serviços.

MULTA QUALIFICADA.

Correta a aplicação da multa qualificada quando restar comprovado nos autos que o contribuinte utilizou-se de despesas médicas fictícias para diminuição do valor do imposto de renda apurado na Declaração de Ajuste Anual.

TAXA SELIC.

Em atenção à Súmula n° 04 deste CARF, é aplicável a variação da taxa Selic como juros moratórias incidentes sobre créditos tributários.

MULTA QUALIFICADA. EVIDENTE INTUITO DE FRAUDE - JUSTIFICATIVA PARA SUA APLICAÇÃO.

Somente é justificável a exigência da multa qualificada prevista no artigo art.

44, II, da Lei nº 9.430, de 1996, quando o contribuinte tenha procedido com evidente intuito de fraude, nos casos definidos nos artigos 71, 72 e 73 da Lei nº 4.502, de 1964. O evidente intuito de fraude deverá ser minuciosamente justificado e comprovado nos autos.

Recurso provido em parte.

ACORDAM os membros do Colegiado, por maioria de votos, em DAR provimento PARCIAL ao recurso, para reduzir multa de oficio qualificada de 150% para 75% referente às despesa medicas relativas aos profissionais não sumulados, vencida a Conselheira relatora que restabelecia as despesas dos profissionais Cláudio Henrique Bichuete e Márcia Aparecida Moreira Teixeira. Designada para redigir o voto vencedor a Conselheira Núbia Matos Moura.

--

Processo nº 19647.010536/2006-60

Recurso n° 164.947 Voluntário

Acórdão nº 2102-00.607 - 1ª Câmara / 2ª Turma Ordinária

Sessão de 13 de maio de 2010

Matéria IRPF

Recorrente JOSÉ ROBERTO RIOS BARRETO

Recorrida 1ª TURMA/DRJ-RECIFE/PE

ASSUNTO: IMPOSTO SOBRE A RENDA DE PESSOA FÍSICA - IRPF

Exercício: 2005

IRPF. OMISSÃO DE RENDIMENTOS RECEBIDOS EM DECORRÊNCIA DE DECISÃO JUDICIAL. DEDUÇÃO DE VALORES PAGOS A TÍTULO DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS.

Nos termos do disposto no art. 12 da Lei n 7.713/88, poderão ser deduzidos dos rendimentos recebidos pelo contribuinte os valores pagos a seus advogados, desde que reste comprovado o vínculo entre estes pagamentos e o valor recebido. Sem tal prova, a dedução não é permitida.

IRPF, DEDUÇÕES. DESPESA MÉDICA.

Comprovadas, através de recibos idôneos trazidos aos autos - e ainda de declarações firmadas pelos prestadores de serviços - a efetividade das despesas médicas efetuadas, devem as mesmas ser restabelecidas.

Recurso provido em parte.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

ACORDAM os membros do Colegiado, por unanimidade de votos, em DAR provimento PARCIAL ao recurso, para restabelecer a dedução de despesas médicas no valor de R$ 27.720,00 no ano-calendário 2004, nos termos do voto da relatora.

--

Processo nº 13805.001144/96-01

Recurso nº 163.783 Voluntário

Acórdão nº 2102-00.616 - 1ª Câmara / 2ª Turma Ordinária

Sessão de 13 de maio de 2010

Matéria IRPF

Recorrente NELSON TIRABASSO

Recorrida 2ª TURMA/DRJ-CAMPO GRANDE/MS

ASSUNTO: IMPOSTO SOBRE A RENDA DE PESSOA FÍSICA - IRPF

Exercícios: 1993, 1994, 1995

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

IRPF, ACRÉSCIMO PATRIMONIAL A DESCOBERTO. LEVANTAMENTO EM BASES ANUAIS. NULIDADE.

A apuração do acréscimo patrimonial a descoberto, para fins de exigência de imposto de renda da pessoa fisica, deve ser feita a partir do fluxo mensal das receitas e despesas. É nulo o lançamento que considera - para fins de apurar a variação patrimonial, as receitas e despesas do contribuinte de forma anual. Tal procedimento impede a verificação dos meses em que o acréscimo a descoberto tenha ocorrido.

Recurso provido,

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

ACORDAM os membros do Colegiado, por unanimidade de votos, em DAR provimento ao recurso, nos termos do voto da relatora.

--

Processo nº 15956.000313/2007-21
Recurso nº 167.382 Voluntário
Acórdão n° 2102-00.617 - 1ª Câmara / 2ª Turma Ordinária
Sessão de 13 de maio de 2010
Matéria IRPF
Recorrente ANTONIO CARLOS CRULHAS
Recorrida 4ª TURMA da DRJ-SÃO PAULO II/SP

ASSUNTO: IMPOSTO SOBRE A RENDA DE PESSOA FÍSICA IRPF

Exercícios: 2002, 2004, 2005, 2006

IRPF, DEDUÇÃO. DESPESAS MÉDICAS,

Nos termos do art. 8º, § 2º, inc, III da Lei nº 9.250/95, somente podem ser deduzidas as despesas médicas comprovadas por meio de recibo que preencha os requisitos da lei (com indicação do nome, endereço e número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas - CPF ou no Cadastro Geral de Contribuintes - CGC de quem os recebeu). Quando o documento apresentado pelo contribuinte não preenche tais requisitos e também não é feita a comprovação do pagamento por qualquer outro meio de prova, deve prevalecer a glosa da referida despesa.

IRPF. DESPESAS ESCRITURADAS EM LIVRO-CAIXA. GLOSA.

Nos termos do art. 60 da Lei nº 8.134/90, somente podem ser deduzidas na apuração do IRPF as despesas devidamente escrituradas em Livro-Caixa, desde que as mesmas se refiram as despesas de custeio, necessárias à percepção da receita e à manutenção da fonte produtora. Quando não obedecerem aos requisitos da lei ou quando não restarem devidamente comprovadas em documento hábil, deve prevalecer a glosa das mesmas.

IRPF. OMISSÃO DE RENDIMENTOS.

Comprovada a omissão de rendimentos tributáveis, a qual foi inclusive confessada pelo contribuinte, deve prevalecer o lançamento, não podendo ser acolhida a alegação de desconhecimento do valor recebido.

Recurso negado.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

ACORDAM os membros do Colegiado, por unanimidade de votos, em NEGAR provimento ao recurso, nos termos do voto da Relatora.

--

Processo nº 10855.000067/2007-21
Recurso nº 167.672 Voluntário
Acórdão n° 2102-00.628 - 1ª Câmara / 2ª Turma Ordinária
Sessão de 14 de maio de 2010
Matéria IRPF
Recorrente LAUREANO PIRES DE CAMARGO
Recorrida 6ª TURMA da DRJ-SÃO PAULO II/SP

ASSUNTO: IMPOSTO SOBRE A RENDA DE PESSOA FÍSICA IRPF

Exercício: 2003

IRPR DECADÊNCIA.

O imposto de renda pessoa fisica é tributo sujeito ao lançamento por homologação, sendo que o prazo decadencial para a constituição de créditos tributários é de cinco anos contados do fato gerador, que, em regra, ocorre em 31 de dezembro de cada ano-calendário,

DEPÓSITOS BANCÁRIOS, PRESUNÇÃO DE OMISSÃO DE RENDIMENTOS.

Para os fatos geradores ocorridos a partir de 01/01/97, a Lei nº 9.430/96, em seu art. 42, autoriza a presunção de omissão de rendimentos com base nos valores depositados em conta bancária para os quais o titular, regularmente intimado, não comprove, mediante documentação hábil e idônea, a origem dos recursos utilizados nessas operações.

LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA, EXAME DA LEGALIDADE E CONST1TUCIONALIDADE.

Não compete à autoridade administrativa de qualquer instância o exame da legalidade/constitucionalidade da legislação tributária, tarefa exclusiva do poder judiciário,

MULTA QUALIFICADA. EVIDENTE INTUITO DE FRAUDE, JUSTIFICATIVA PARA SUA APLICAÇÃO.

Somente é justificável a exigência da multa qualificada prevista no artigo art. 44, II, da Lei nº 9.430, de 1996, quando o contribuinte tenha procedido com evidente intuito de fraude, nos casos definidos nos artigos 71, 72 e 73 da Lei n° 4.502, de 1964. Outrossim, nos termos da Sumula n° 14 deste Conselho, simples omissão na caracteriza evidente intuito de fraude.

Recurso provido em parte.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

ACORDAM os membros do Colegiado, por unanimidade de votos, em DAR provimento PARCIAL ao recurso para reduzir a multa de oficio qualificada de 150% para 75%, nos termos do voto da Relatora.

--

Processo nº 19515.003389/2007-58
Recurso n° 168.432 Voluntário
Acórdão n° 2102-00.629 - 1ª Câmara / 2ª Turma Ordinária
Sessão de 14 de maio de 2010
Matéria IRPF
Recorrente CAIO VINICIUS CURSINI
Recorrida 6ª TURMA/DRJ-SÃO PAULO II/SP

ASSUNTO: IMPOSTO SOBRE A RENDA DE PESSOA FISICA - IRPF

Exercícios: 2002, 2003

IRPF. OMISSÃO. DEPÓSITOS BANCÁRIOS DE ORIGEM NÃO COMPROVADA, TRANSFERÊNCIAS BANCÁRIAS REALIZADAS NO EXTERIOR.

Não pode prosperar a exigência fundada na presunção de omissão de rendimentos (art. 42 da Lei n° 9,430/96) quando, na apuração desta, a fiscalização não comprova o efetivo depósito em favor do contribuinte dos valores que ensejaram o lançamento.

Recurso provido.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

ACORDAM os membros do colegiado, por unanimidade de votos, em DAR provimento ao recurso, nos termos do voto da Relatora.

--

Processo nº 11080.008958/2001-10
Recurso nº 153.452 Embargos
Acórdão n° 2102-00.638 - 1ª Câmara / 2ª Turma Ordinária
Sessão de 14 de maio de 2010
Matéria IRPF
Embargante HÉLIO GONÇALVES
Interessado 6° Câmara do Primeiro Conselho de Contribuintes

ASSUNTO: IMPOSTO SOBRE A RENDA DE PESSOA FÍSICA - IRPF

Exercício: 1997

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO, OMISSÃO.

Apurada omissão no voto condutor do aresto embargado, deve a mesma ser sanada, nos termos do art. 65 do Regimento Interno deste Conselho.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

ACORDAM os membros do Colegiado, por unanimidade de votos, em CONHECER dos embargos para sanar as omissões apontadas RERRATIFICAR o Acórdão nº 106-16.652, de 05 de dezembro de 2007, em alteração de resultado, nos termos do voto da Relatora.

--

Processo nº 10980.002807/2006-48
Recurso nº 343.068 Voluntário
Acórdão nº 2102-00.646 - 1ª Câmara /2ª Turma Ordinária
Sessão de 16 de junho de 2010
Matéria ITR
Recorrente AIRTON JOÃO CORNELSEN
Recorrida DRJ Campo Grande

ASSUNTO: IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE TERRITORIAL RURAL - ITR

Exercício: 2002

LANÇAMENTO, CRÉDITO TRIBUTÁRIO. ILEGITIMIDADE PASSIVA.

Os créditos tributários relativos a impostos cujo fato gerador seja a propriedade, o domínio útil ou a posse de bens imóveis, e bem assim os relativos a taxas pela prestação de serviços referentes a tais bens, ou a contribuições de melhoria, subrogam-se na pessoa dos respectivos proprietários.

ITR, REBANHO, ÁREA DE PASTAGENS E BENFEITORIAS.

No que concerne à relação entre o rebanho e a extensão da área de pastagens e suas implicações, bem como as áreas ocupadas com benfeitorias, o reconhecimento da eficácia das provas materiais apresentadas pela contribuinte merecem integral confirmação, posto que oriundas de documentos hábeis e idôneos e por comprovar a veracidade das informações alegadas.

IMPUGNAÇÃO DESTITUÍDA DE PROVAS,

A impugnação deverá ser instruída com os documentos que fundamentem as alegações do interessado,

RECURSO VOLUNTÁRIO NEGADO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

Acordam os membros do Colegiado, por unanimidade de votos, em rejeitar as preliminares suscitadas e, no mérito, em negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator.

--

Processo n° 10950.000274/2005-36
Recurso nº 342.472 Voluntário
Acórdão nº 2102-00.649 - 1ª Câmara / 2ª Turma Ordinária
Sessão de 16 de junho de 2010
Matéria ITR
Recorrente ADRIANA ANTONIA BORTOLON
Recorrida DRJ-CAMPO GRANDE/MS

ASSUNTO: IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE TERRITORIAL RURAL - ITR

Exercício: 2002

ITR, EXCLUSÃO DAS ÁREAS DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE E RESERVA LEGAL, ADA. PRAZO PARA APRESENTAÇÃO.

A despeito de ser obrigatória - desde o exercício 2001 - a apresentação do ADA ao Ibama como condição para a exclusão das áreas de reserva legal e preservação permanente para fins de tributação pelo ITR, a lei não estabelece um prazo para a sua apresentação, Assim, não pode este prazo ser estipulado em Instrução Normativa, restringindo um direito do contribuinte.

Recurso provido.

Vistos, relatados e discutidos presentes autos.

ACORDAM os membros do Colegiado, por unanimidade de votos, em DAR provimento ao recurso, nos termos do voto da Relatora.

--

Processo n° 13609.720121/2007-59
Recurso nº 344.427 Voluntário
Acórdão n° 2102-00.664 - 1ª Câmara / 2ª Turma Ordinária
Sessão de 17 de junho de 2010
Matéria ITR
Recorrente ADOLFO NILSON DA SILVA
Recorrida DRJ-BRASILIA/DF

ASSUNTO: IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE TERRITORIAL RURAL - ITR

Exercício: 2004

ITR. ÁREAS DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE E DE RESERVA LEGAL. EXCLUSÃO PARA FINS DE APURAÇÃO DO IMPOSTO.

Para os fatos geradores ocorridos a partir de 2001, a apresentação do ADA ao Ibama é obrigatória para fins de redução do valor devido a título de ITR. Aplicação do art. 17-O da Lei n° 6.938/81, com a redação dada pela Lei nº 10.165/2000. Este documento, porém, pode ser substituído por declaração do Instituto Estadual Ambiental, por meio da qual é confirmada a existência das referidas áreas na propriedade do Recorrente (ainda que em menor extensão do que aquelas declaradas na DITR).

Recurso provido em parte.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

ACORDAM os membros do Colegiado, por maioria de votos, em DAR provimento PARCIAL ao recurso, para reconhecer as áreas de preservação permanente de 1.507,50 há e de reserva legal de 1.765,00 há. Vencida a Conselheira Núbia Matos Moura que negava provimento ao recurso.

--

Processo nº 13609.720128/2007-71
Recurso nº 344.428 Voluntário
Acórdão n° 2102-00.665 - 1ª Câmara / 2ª Turma Ordinária
Sessão de 17 de junho de 2010
Matéria ITR
Recorrente ADOLFO NILSON DA SILVA
Recorrida DRJ-BRASILIA/DF

ASSUNTO: IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE TERRITORIAL RURAL - ITR

Exercício: 2005

ITR, ÁREAS DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE E DE RESERVA LEGAL. EXCLUSÃO PARA FINS DE APURAÇÃO DO IMPOSTO.

Para os fatos geradores ocorridos a partir de 2001, a apresentação do ADA ao Ibama é obrigatória para fins de redução do valor devido a título de ITR. Aplicação do art. 170 da Lei n° 6.938/81, com a redação dada pela Lei n° 10.165/2000. Este documento, porém, pode ser substituído por declaração do Instituto Estadual Ambiental, por meio da qual é confirmada a existência das referidas áreas na propriedade do Recorrente (ainda que em menor extensão do que aquelas declaradas na DITR).

Recurso provido em parte.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

ACORDAM os membros do colegiado, por maioria de votos, em DAR provimento PARCIAL ao recurso, para reconhecer as áreas de preservação permanente de 1.507,50 há e de reserva legal de 1.765,0 há. Vencida a Conselheira Núbia Matos Moura que negava provimento ao recurso.

--

Processo n° 13609.720115/2007-00
Recurso nº 344.429 Voluntário
Acórdão n° 2102-00.666 - 1ª Câmara / 2ª Turma Ordinária
Sessão de 17 de junho de 2010
Matéria ITR
Recorrente ADOLFO NILSON DA SILVA
Recorrida DRJ-BRASILIA/DF

ASSUNTO: IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE TERRITORIAL RURAL - ITR

Exercício: 2003

ITR, ÁREAS DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE E DE RESERVA LEGAL, EXCLUSÃO PARA FINS DE APURAÇÃO DO IMPOSTO.

Para os fatos geradores ocorridos a partir de 2001, a apresentação do ADA ao Ibama é obrigatória para fins de redução do valor devido a título de ITR. Aplicação do art. 17-O da Lei nº 6.938/81, com a redação dada pela Lei n° 10.165/2000. Este documento, porém, pode ser substituído por declaração do Instituto Estadual Ambiental, por meio da qual é confirmada a existência das referidas áreas na propriedade do Recorrente (ainda que em menor extensão do que aquelas declaradas na DITR).

Recurso provido em parte.

Vistos, relatados e discutidos os o presentes autos.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

ACORDAM os membros do Colegiado, por maioria de votos, em DAR provimento PARCIAL ao recurso, para reconhecer as áreas de preservação permanente de 1.507,50 há e de reserva legal de 1.765,0 há. Vencida a Conselheira Núbia Matos Moura que negava provimento ao recurso.

--

Processo nº 10283.006361/2005-15
Recurso n° 341.294 Voluntário
Acórdão nº 2102-00.679 - 1ª Câmara / 2ª Turma Ordinária
Sessão de 17 de junho de 2010
Matéria ITR
Recorrente ADELCIO NAVARRO
Recorrida DRJ-RECIFE/PE
ASSUNTO: IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE TERRITORIAL RURAL - ITR
Exercício: 2001
ITR, ÁREA DE RESERVA LEGAL. ADA. PRAZO PARA APRESENTAÇÃO.

A despeito de ser obrigatória - desde o exercício 2001 - a apresentação do ADA ao lbama como condição para a exclusão da área de reserva legal para fins de tributação pelo ITR, a lei não estabelece um prazo para a sua apresentação. Assim, não pode este prazo ser estipulado em Instrução Normativa, restringindo um direito do contribuinte.

Recurso provido.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

ACORDAM os membros do colegiado, por maioria de votos, em DAR provimento ao recurso, nos termos do voto da Relatara. Vencida a Conselheira Núbia Matos Moura que negava provimento ao recurso.

--

Processo n° 10283.006362/2005-51
Recurso n° 343.295 Voluntário
Acórdão n° 2102-00.680 - 1ª Câmara / 2ª Turma Ordinária
Sessão de 17 de junho de 2010
Matéria ITR
Recorrente ADELCIO NAVARRO
Recorrida DRJ-RECIFE/PE
ASSUNTO: IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE TERRITORIAL RURAL - ITR
Exercício: 2000
ITR - DECADÊNCIA

O direito de a Fazenda Pública constituir o crédito tributário, nos casos de lançamento por homologação, como é o caso do ITR, extingue-se com o transcurso do prazo de cinco anos contados do fato gerador, nos termos do § 4° do art. 150 do Código Tributário Nacional.

Crédito tributário extinto.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

ACORDAM os membros do colegiado por unanimidade de votos, em RECONHECER que a decadência extinguiu o crédito tributário, nos termos do voto da Relatora.

--

Processo nº 10283.006363/2005-04
Recurso n° 343.322 Voluntário
Acórdão n° 2102-00.681 - 1ª Câmara / 2ª Turma Ordinária
Sessão de 17 de junho de 2010
Matéria ITR
Recorrente ADELCIO NAVARRO
Recorrida DRJ-RECIFE/PE
ASSUNTO: IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE TERRITORIAL RURAL - ITR
Exercício: 2002
ITR. ÁREA DE RESERVA LEGAL. ADA. PRAZO PARA APRESENTAÇÃO.

A despeito de ser obrigatória - desde o exercício 2001 - a apresentação do ADA ao lhama como condição para a exclusão da área de reserva legal para fins de tributação pelo ITR, a lei não estabelece um prazo para a sua apresentação. Assim, não pode este prazo ser estipulado em Instrução Normativa, restringindo um direito do contribuinte.

Recurso provido.

Vistos, relatados e membros do Colegiado, por unanimidade de votos, em DAR provimento ao recurso, nos termos do voto da Relatora.

--

Processo nº 16045.000215/2005-67
Recurso nº 341.664 Voluntário
Acórdão nº 2102-00.694 - 1ª Câmara / 2ª Turma Ordinária
Sessão de 18 de junho de 2010
Matéria ITR
Recorrente ACORB AGROPECUÁRIA S/A
Recorrida DRJ-CAMPO GRANDE/MS
ASSUNTO: IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE TERRITORIAL RURAL - ITR
Exercício: 2001, 2002
ITR. ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE. GLOSA, FALTA DE APRESENTAÇÃO DO ATO DECLARATÓRIO AMBIENTAL AO IBAMA, MANUTENÇÃO DO LANÇAMENTO,

Para os fatos geradores ocorridos a partir de 2001, a apresentação do ADA ao Ibama é obrigatória para fins de redução do valor devido a título de ITR, ou seja, para exclusão das áreas de preservação permanente. Aplicação do art. 17-0 da Lei n°6.9.38/81, com a redação dada pela Lei IV 10,165/2000.

Recurso negado.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

ACORDAM os membros do colegiado, por unanimidade de votos, em NEGAR provimento ao recurso, nos termos do voto da Relatora.

--

Processo nº 10945.002943/2005-83
Recurso nº 341.879 Voluntário
Acórdão nº 2102-00.695 - 1ª Câmara / 2ª Turma Ordinária
Sessão de 18 de junho de 2010
Matéria ITR
Recorrente ADELAR JOSE MARAFON
Recorrida DRJ - CAMPO GRANDE/MS
ASSUNTO: IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE TERRITORIAL RURAL - ITR
Exercício: 2001
ITR. ÁREA DE RESERVA LEGAL. ADA. PRAZO PARA APRESENTAÇÃO.

A despeito de ser obrigatória - desde o exercício 2001 - a apresentação do ADA ao lbama como condição para a exclusão da área de reserva legal para fins de tributação pelo ITR, a lei não estabelece um prazo para a sua apresentação. Assim, não pode este prazo ser estipulado em Instrução Normativa, restringindo um direito do contribuinte.

Recurso provido.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

ACORDAM os do colegiado, por unanimidade de votos, em DAR provimento ao recurso, nos termos do voto da relatora.

--

Processo nº 10675.003092/2005-13
Recurso n° 343.771 Voluntário
Acórdão nº 2102-00.710 - 1ª Câmara / 2ª Turma Ordinária
Sessão de 18 de junho de 2010
Matéria ITR
Recorrente ABC AGRICULTURA E PECUÁRIA S/A - ABC A & P
Recorrida DRJ-BRASÍLIA/DF
ASSUNTO: IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE TERRITORIAL RURAL - ITR
Exercício: 2001
ITR. ÁREA DE RESERVA LEGAL, ADA, PRAZO PARA APRESENTAÇÃO,

A despeito de ser obrigatória - desde o exercício 2001 - a apresentação do ADA ao Ibama como condição para a exclusão da área de reserva legal para fins de tributação pelo ITR, a lei não estabelece um prazo para a sua apresentação. Assim, não pode este prazo ser estipulado em Instrução Normativa, restringindo um direito do contribuinte,

Recurso provido.

Vistos, relatados e discutidos o presentes autos.

ACORDAM os membros do colegiado, por unanimidade de votos, em DAR provimento ao recurso, nos termos do voto da Relatora.

--

Processo nº 10675.003087/2005-19
Recurso nº 342.072 Voluntário
Acórdão nº 2102-00.711 - 1ª Câmara / 2ª Turma Ordinária
Sessão de 18 de junho de 2010
Matéria ITR
Recorrente ABC AGRICULTURA E PECUÁRIA S/A - ABC A&P
Recorrida DRJ-BRASÍLIA-DF
ASSUNTO: IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE TERRITORIAL RURAL - ITR
Exercício: 2001
ITR, ÁREAS DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE E RESERVA LEGAL. GLOSA. FALTA DE APRESENTAÇÃO DO ATO DECLARATORIO AMBIENTAL AO IBAMA, MANUTENÇÃO DO LANÇAMENTO.

Para os fatos geradores ocorridos a partir de 2001, a apresentação do ADA ao Ibama é obrigatória para fins de redução do valor devido a titulo de ITR, ou seja, para exclusão das áreas de preservação permanente e de reserva legal. Aplicação do art. 17-O da Lei n° 6.938/81, com a redação dada pela Lei n° 10.165/2000.

ITR. VALOR DA TERRA NUA„ ARBITRAMENTO.

Tendo a decisão recorrida acolhido, para fins de cálculo do ITR, o VTN constante de laudo trazido pela própria Recorrente, deve ser a mesma mantida, por seus próprios fundamentos.

Recurso negado.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

ACORDAM os membros do colegiado por unanimidade de votos, em NEGAR provimento ao recurso, nos termos do voto da relatora.

--

Processo n° 16045.000216/2005-10
Recurso nº 343.701 Voluntário
Acórdão nº 2102-00.712 - 1ª Câmara / 2ª Turma Ordinária
Sessão de 18 de junho de 2010
Matéria ITR
Recorrente BOCAINA DO SUL PARTICIPAÇÕES S.A.
Recorrida DRJ-CAMPO GRANDE/MS
ASSUNTO: PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL
Exercício: 2001
PRELIMINAR. NULIDADE. CERCEAMENTO DO DIREITO DE

DEFESA.

São nulas as decisões proferidas com preterição do direito de defesa da parte, nos termos do art. 59, inc. II do Decreto n° 70.235/72. A falta de análise da documentação acostada aos autos pela Impugnante implica em flagrante cerceamento do seu direito de defesa, devendo a nulidade ser reconhecida de oficio.

Preliminar acolhida.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

ACORDAM os membros do colegiado, por unanimidade do direito de defesa, levantada de oficio pela Conselheira Relatora.

--

Processo nº 10925.001740/2005-16
Recurso n° 341.298 Voluntário
Acórdão n° 2102-00.721 - 1ª Câmara / 2ª Turma Ordinária
Sessão de 28 de julho de 2010
Matéria ITR - Área objeto de exploração extrativa
Recorrente CELULOSE IRANI S/A
Recorrida FAZENDA NACIONAL
ASSUNTO: IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE TERRITORIAL RURAL - ITR
Exercício: 2001
NULIDADE DA DECISÃO DE PRIMEIRA INSTÂNCIA. INOCORRÊNCIA.

Quando a decisão de primeira instância, proferida pela autoridade competente, está fundamentada e aborda todas as razões de defesa suscitadas pela impugnante, não há que se falar em nulidade.

ÁREA DE RESERVA LEGAL, AVERBAÇÃO.

Deve-se reconhecer, para fins de cálculo do ITR devido, a área de reserva legal, devidamente averbada à margem da inscrição de matrícula do imóvel, no registro de imóveis competente, que o contribuinte indevidamente declarou como área utilizada.

Recurso Voluntário Provido

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

Acordam os membros do colegiado, por unanimidade de votos, em AFASTAR a preliminar de nulidade da decisão de primeira instância e, no mérito, em DAR provimento ao recurso, para reconhecer a área de reserva legal total de 1.416,7 ha, nos termos do voto da Relatora.

--

Processo n° 10925.001330/2006-48
Recurso n° 343.278 Voluntário
Acórdão n° 2102-00.722 - 1ª Câmara / 2ª Turma Ordinária
Sessão de 28 de julho de 2010
Matéria ITR - Área objeto de exploração extrativa
Recorrente CELULOSE IRANI S/A
Recorrida FAZENDA NACIONAL
ASSUNTO: IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE TERRITORIAL RURAL - ITR
Exercício: 2002
NULIDADE DA DECISÃO DE PRIMEIRA INSTÂNCIA. INOCORRÊNCIA.

Quando a decisão de primeira instância, proferida pela autoridade competente, está fundamentada e aborda todas as razões de defesa suscitadas pela impugnante, não há que se falar em nulidade.

ÁREA DE RESERVA LEGAL, AVERBAÇÃO,

Deve-se reconhecer, para fins de cálculo do ITR devido, a área de reserva legal, devidamente averbada à margem da inscrição de matrícula do imóvel, no registro de imóveis competente, que o contribuinte indevidamente declarou como área utilizada.

Recurso Voluntário Provido

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

Acordam os membros do colegiado, por unanimidade de votos, em AFASTAR a preliminar de nulidade da decisão de primeira instância e, no mérito, em DAR provimento ao recurso, para reconhecer a área de reserva legal total de 1.416,7 ha, nos termos do voto da Relatora.

--

Processo nº 10925.002272/2007-51
Recurso nº 343.275 Voluntário
Acórdão nº 2102-00.723 - 1ª Câmara / 2ª Turma Ordinária
Sessão de 28 de julho de 2010
Matéria 1TR - Área objeto de exploração extrativa
Recorrente CELULOSE IRANI S/A
Recorrida FAZENDA NACIONAL
ASSUNTO: IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE TERRITORIAL RURAL - ITR
Exercício: 2003
NULIDADE DA DECISÃO DE PRIMEIRA INSTÂNCIA, INOCORRÊNCIA.

Quando a decisão de primeira instância, proferida pela autoridade competente, está fundamentada e aborda todas as razões de defesa suscitadas pela impugnante, não há que se falar em nulidade,

ÁREA DE RESERVA LEGAL. AVERBAÇÃO.

Deve-se reconhecer, para fins de cálculo do ITR devido, a área de reserva legal, devidamente averbada à margem da inscrição de matrícula do imóvel, no registro de imóveis competente, que o contribuinte indevidamente declarou como área utilizada,

Recurso Voluntário Provido

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

Acordam os membros do Colegiado, por unanimidade de votos, em AFASTAR a preliminar de nulidade da decisão de primeira instância e, no mérito, em DAR provimento ao recurso, para reconhecer a área reserva legal total de 1.416,7 ha, nos termos do voto da Relatora.

--

Processo n° 10925.002791/2005-57
Recurso n° 343.269 Voluntário
Acórdão na 2102-00.724 - 1ª Câmara / 2ª Turma Ordinária
Sessão de 28 de julho de 2010
Matéria ITR - Área objeto de exploração extrativa
Recorrente CELULOSE IRANI S/A
Recorrida FAZENDA NACIONAL
Assunto: Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - ITR

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Exercício: 2001
NULIDADE DA DECISÃO DE PRIMEIRA INSTÂNCIA. INOCORRÊNCIA.
Quando a decisão de primeira instância, proferida pela autoridade competente, está fundamentada e aborda todas as razões de defesa suscitadas pela impugnante, não há que se falar em nulidade.
ÁREA DE RESERVA LEGAL, AVERBAÇÃO.
Deve-se reconhecer, para fins de cálculo do ITR devido, a área de reserva legal, devidamente averbada à margem da inscrição de matrícula do imóvel, no registro de imóveis competente, que o contribuinte indevidamente declarou como área utilizada,
Recurso Voluntário Provido
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
Acordam os membros do colegiado, por unanimidade de votos, em AFASTAR a preliminar de nulidade da decisão de primeira instancia de primeira instância e, no mérito, em DAR provimento ao recurso, para reconhecer a área de reserva legal total de 1.855,0 ha, nos termos do voto da Relatora.
--
Processo n° 10925.001391/2006-13
Recurso nº 343.297 Voluntário
Acórdão nº 2102-00.725 - 1ª Câmara / 2ª Turma Ordinária
Sessão de 28 de julho de 2010
Matéria ITR - Área objeto de exploração extrativa
Recorrente CELULOSE IRANI S/A
Recorrida FAZENDA NACIONAL
ASSUNTO: IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE TERRITORIAL RURAL - ITR
Exercício: 2002
NULIDADE DA DECISÃO DE PRIMEIRA INSTÂNCIA. INOCORRÊNCIA.
Quando a decisão de primeira instância, proferida pela autoridade competente, está fundamentada e aborda todas as razões de defesa suscitadas pela impugnante, não há que se falar em nulidade,
ÁREA DE RESERVA LEGAL, AVERBAÇÃO.
Deve-se reconhecer, para fins de cálculo do ITR devido, a área de reserva legal, devidamente averbada à margem da inscrição de matrícula do imóvel, no registro de imóveis competente, que o contribuinte indevidamente declarou como área utilizada.
Recurso Voluntário Provido
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
Acordam os membros do colegiado, por unanimidade de votos, em AFASTAR a preliminar de nulidade da decisão de primeira instancia de primeira instância e, no mérito, em DAR provimento ao recurso, para reconhecer a área de reserva legal total de 1.855,0 ha, nos termos do voto da Relatora.
--
Processo nº 10925.003445/2007-58
Recurso n° 343.271 Voluntário
Acórdão n° 2102-00.726 - 1ª Câmara / 2ª Turma Ordinária
Sessão de 28 de julho de 2010
Matéria ITR - Área objeto de exploração extrativa
Recorrente CELULOSE IRANI S/A
Recorrida FAZENDA NACIONAL
ASSUNTO: IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE TERRITORIAL RURAL - ITR
Exercício: 2003
NULIDADE DA DECISÃO DE PRIMEIRA INSTÂNCIA, INOCORRÊNCIA.
Quando a decisão de primeira instância, proferida pela autoridade competente, está fundamentada e aborda todas as razões de defesa suscitadas pela impugnante, não há que se falar em nulidade.
ÁREA DE RESERVA LEGAL. AVERBAÇÃO.
Deve-se reconhecer, para fins de cálculo do ITR devido, a área de reserva legal, devidamente averbada à margem da inscrição de matrícula do imóvel, no registro de imóveis competente, que o contribuinte indevidamente declarou como área utilizada,
Recurso Voluntário Provido
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
Acordam os membros do colegiado, por unanimidade de votos, em AFASTAR a preliminar de nulidade da decisão de primeira instancia de primeira instância e, no mérito, em DAR provimento ao recurso, para reconhecer a área de reserva legal total de 1.855,0 ha, nos termos do voto da Relatora.
--
Processo nº 10925.002026/2006-18
Recurso nº 343.277 Voluntário
Acórdão nº 2102-00.727 - 1ª Câmara / 2ª Turma Ordinária
Sessão de 28 de julho de 2010
Matéria ITR - Área objeto de exploração extrativa
Recorrente CELULOSE IRANI S/A
Recorrida FAZENDA NACIONAL
ASSUNTO: IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE TERRITORIAL RURAL - ITR
Exercício: 2002
NULIDADE DA DECISÃO DE PRIMEIRA INSTÂNCIA, INOCORRÊNCIA.
Quando a decisão de primeira instância, proferida pela autoridade competente, está fundamentada e aborda todas as razões de defesa suscitadas pela impugnante, não há que se falar em nulidade.
ÁREA DE RESERVA LEGAL. AVERBAÇÃO.
Deve-se reconhecer, para fins de cálculo do ITR devido, a área de reserva legal, devidamente averbada à margem da inscrição de matricula do imóvel, no registro de imóveis competente, que o contribuinte indevidamente declarou como área utilizada.
Recurso Voluntário Provido
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
Acordam os membros do colegiado, por unanimidade de votos, em AFASTAR a preliminar de nulidade da decisão de primeira instância e, no mérito, em DAR provimento ao recurso, para reconhecer a área de reserva legal total de 1.293,8 ha, nos termos do voto da Relatora.
--
Processo nº 10925.002346/2005-97
Recurso nº 343.254 Voluntário
Acórdão nº 2102-00.728 - 1ª Câmara / 2ª Turma Ordinária
Sessão de 28 de julho de 2010
Matéria ITR - Área objeto de exploração extrativa
Recorrente CELULOSE IRANI S/A
Recorrida FAZENDA NACIONAL
ASSUNTO: IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE TERRITORIAL RURAL - ITR
Exercício: 2001
NULIDADE DA DECISÃO DE PRIMEIRA INSTÂNCIA. INOCORRÊNCIA.
Quando a decisão de primeira instância, proferida pela autoridade competente, está fundamentada e aborda todas as razões de defesa suscitadas pela impugnante, não há que se falar em nulidade.
ÁREA DE RESERVA LEGAL. AVERBAÇÃO.
Deve-se reconhecer, para fins de cálculo do ITR devido, a área de reserva legal, devidamente averbada à margem da inscrição de matrícula do imóvel, no registro de imóveis competente, que o contribuinte indevidamente declarou como área utilizada.
Recurso Voluntário Provido
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
Acordam os membros do colegiado, por unanimidade de votos, em AFASTAR a preliminar de nulidade da decisão de primeira instância e, no mérito, em DAR provimento ao recurso, para reconhecer a área de reserva legal total de 1.293,8 ha, nos termos do voto da Relatora.
--
Processo n° 10630.720280/2007-98
Recurso nº 343.536 Voluntário
Acórdão nº 2102-00.732 - 1ª Câmara / 2ª Turma Ordinária
Sessão de 28 de julho de 2010
Matéria ITR
Recorrente ABILIO MONTANHA DA SILVA NETO
Recorrida FAZENDA NACIONAL
ASSUNTO: IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE TERRITORIAL RURAL - ITR
Exercício: 2005
ITR. EXCLUSÃO DAS ÁREAS DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE E
RESERVA LEGAL. ADA. PRAZO PARA APRESENTAÇÃO.
A despeito de ser obrigatória - desde o exercício 2001 - a apresentação do ADA ao Ibama como condição para a exclusão das áreas de reserva legal e preservação permanente para fins de tributação pelo ITR, a lei não estabelece um prazo para a sua apresentação. Assim, não pode este prazo ser estipulado em Instrução Normativa, restringindo um direito do contribuinte.
ITR. CALAMIDADE PÚBLICA. GRAU DE UTILIZAÇÃO.
Nos termos do art.10, §6° da Lei n° 9.393196, deve ser considerada - para fins de cálculo do ITR - como efetivamente utilizados a área do imóvel que comprovadamente esteja situada em área de ocorrência de calamidade pública decretada pelo Poder Público, e desde que da calamidade resulte frustração de safras ou destruição de pastagens. Não havendo nos autos qualquer prova de que a calamidade tenha afetado a propriedade do contribuinte, não há como se considerar a sua propriedade como sendo 100% aproveitada.
ITR. ÁREAS DE RESERVA LEGAL. OBRIGATORIEDADE DE AVERBAÇÃO DA ÁREA NO CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS.
A averbação cartorária da área de reserva legal é condição imperativa para fruição da benesse em face do ITR.
Recurso provido em parte.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
ACORDAM os membros do colegiado, por maioria de votos, em DAR provimento PARCIAL ao recurso, para reconhecer a existência da área de 300,0 ha de reserva legal na propriedade auditada. Vencida a Conselheira Roberta de Azeredo Ferreira Pagetti (Relatora) que dava provimento em maio extensão para considerar a área de reserva legal de 963,6 ha, O Conselheiro Giovanni CHISTIAN Nunes Campos acompanhou a Relatora no que diz respeito à calamidade pública pelas conclusões, Designado para redigir o voto vencedor o Conselheiro Rubens Maurício Carvalho. Fez sustentação o Dr. Marcelo Braga Rios, OAB-MG n° 77.838.
--
Processo nº 10630.720278/2007-19
Recurso nº 343.537 Voluntário
Acórdão nº 2102-00.733 - 1ª Câmara / 2ª Turma Ordinária
Sessão de 28 de julho de 2010
Matéria ITR
Recorrente ABILIO MONTANHA DA SILVA NETO
Recorrida FAZENDA NACIONAL
Assunto: Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - ITR
Exercício: 2003
ITR EXCLUSÃO DAS ÁREAS DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE E RESERVA LEGAL. ADA, PRAZO PARA APRESENTAÇÃO.
A despeito de ser obrigatória - desde o exercício 2001 - a apresentação do ADA ao Ibama como condição para a exclusão das áreas de reserva legal e preservação permanente para fins de tributação pelo ITR, a lei não estabelece um prazo para a sua apresentação„ Assim, não pode este prazo ser estipulado em Instrução Normativa, restringindo um direito do contribuinte.
ITR. CALAMIDADE PÚBLICA. GRAU DE UTILIZAÇÃO.
Nos termos do art.10, §6° da Lei ri° 9393/96, deve ser considerada - para fins de cálculo do ITR - como efetivamente utilizados a área do imóvel que comprovadamente esteja situada em área de ocorrência de calamidade pública decretada pelo Poder Público, e desde que da calamidade resulte frustração de safras ou destruição de pastagens. Não havendo nos autos qualquer prova de que a calamidade tenha afetado a propriedade do contribuinte, não há como se considerar a sua propriedade como sendo 100% aproveitada.
ITR, ÁREAS DE RESERVA LEGAL. OBRIGATORIEDADE DE AVERBAÇÃO DA ÁREA NO CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS.
A averbação cartorária da área de reserva legal é condição imperativa para fruição da benesse em face do ITR.
Recurso provido em parte.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
ACORDAM os membros do colegiado, por maioria de votos, em DAR provimento PARCIAL ao recurso, para reconhecer a existência das áreas de 377,44 ha de reserva legal e de 1240,0 há de preservação permanente na propriedade auditada. Vencida a Conselheira Roberta de Azeredo Peneira Pagetti (Relatora) que dava provimento em maior extensão para considerar a área de reserva legal de 1.600,9 há e a Conselheira Nubla Matos Mouros, que dava provimento em menor extensão para, no que diz respeito à área de reserva legal, somente acolher a área de 217,44 há. O Conselheiro Giovanni Christian Nunes Campos acompanhou a Relatora no que de respeito a calamidade publica pelas conclusões. Designado para redigir o voto vencedor o Conselheiro Rubens Mauricio carvalho. Fez sustentação oral o Dr. Marcelo Braga Rios, OAB-MG nº 77.838.
--
Processo n° 10630.720279/2007-63
Recurso nº 343.538 Voluntário
Acórdão n° 2102-00.734 - 1ª Câmara / 2ª Turma Ordinária
Sessão de 28 de julho de 2010
Matéria ITR
Recorrente ABILIO MONTANHA DA SILVA NETO
Recorrida FAZENDA NACIONAL
ASSUNTO: IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE TERRITORIAL RURAL - ITR
Exercício: 2004
ITR. EXCLUSÃO DAS ÁREAS DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE E RESERVA LEGAL. ADA, PRAZO PARA APRESENTAÇÃO.
A despeito de ser obrigatória - desde o exercício 2001 - a apresentação do ADA ao lbama como condição para a exclusão das áreas de reserva legal e preservação permanente para fins de tributação pelo ITR, a lei não estabelece um prazo para a sua apresentação. Assim, não pode este prazo ser estipulado em Instrução Normativa, restringindo um direito do contribuinte.
ITR. CALAMIDADE PÚBLICA. GRAU DE UTILIZAÇÃO.
Nos termos do art.10, §6° da Lei nº 9.393/96, deve ser considerada - para fins de cálculo do ITR - como efetivamente utilizados a área do imóvel que comprovadamente esteja situada em área de ocorrência de calamidade pública decretada pelo Poder Público, e desde que da calamidade resulte frustração de safras ou destruição de pastagens. Não havendo nos autos qualquer prova de que a calamidade tenha afetado a propriedade do contribuinte, não há como se considerar a sua propriedade como sendo 100% aproveitada.
ITR. ÁREAS DE RESERVA LEGAL, OBRIGATORIEDADE DE AVERBAÇÃO DA ÁREA NO CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS.
A averbação cartorária da área de reserva legal é condição imperativa para fruição da benesse em face do ITR.
Recurso provido em parte.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
ACORDAM os membros do colegiado, por maioria de votos, em DAR provimento PARCIAL ao recurso, para reconhecer a existência da área de 377,44 ha de reserva legal na propriedade auditada. Vencida a Conselheira Roberta de Azeredo Ferreira Pagetti (Relatora) que dava provimento em maior extensão para considerar a área de reserva legal de 1.600,9 ha. O Conselheiro Giovanni Christian Nunes Campos acompanhou a Relatora no que diz respeito à calamidade pública pelas conclusões. Designado para redigir o voto vencedor o Conselheiro Rubens Maurício Carvalho. Fez sustentação al o Dr. Marcelo Braga Rios, OAB-MG nº 77.838.
--
Processo nº 13736.001104/2008-44
Recurso nº 172.415 Voluntário
Acórdão nº 2102-00.735 - 1ª Câmara / 2ª Turma Ordinária
Sessão de 28 de julho de 2010
Matéria IRPF ATN E LEI N° 8.852/94
Recorrente ADILSON GUEDES DA SILVA
Recorrida FAZENDA NACIONAL
ASSUNTO: IMPOSTO SOBRE A RENDA DE PESSOA FÍSICA - IRPF
Exercício: 2006
RENDIMENTO REFERENTE AO ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO DE SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL, LEI FEDERAL N° 8.852/94, RENDIMENTO NÃO ENQUADRADO NO CONCEITO DE REMUNERAÇÃO. A EXCLUSÃO DO CONCEITO DE REMUNERAÇÃO, POR SI SÓ, NÃO É CONDIÇÃO SUFICIENTE E NECESSÁRIA PARA ISENTAR DETERMINADO RENDIMENTO DO IMPOSTO DE RENDA. HIGIDEZ DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Somente as verbas não enquadradas no conceito de remuneração, com caráter indenizatório, reconhecidas por lei tributária específica, são isentas do imposto de renda da pessoa fisica, A Lei n° 8.852/94 regula a estrutura remuneratória do Poder Público Federal, definindo as verbas que devem ser consideradas como vencimento, vencimentos e remuneração, excluindo desse último conceito um conjunto de verbas, algumas isentas, pois de caráter indenizatório, como as diárias ou a ajuda de custo em razão de mudança de sede ou indenização de transporte, e outras tributáveis, como a gratificação natalina, o terço de férias, o pagamento das horas extraordinárias ou o adicional por tempo de serviço.

Recurso negado.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos,

Acordam os membros do colegiado, por unanimidade de votos, em AEGAR provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator.

--

Processo n° 13736.000376/2008-27
Recurso n° 172.350 Voluntário
Acórdão n° 2102-00.736 - 1ª Câmara / 2ª Turma Ordinária
Sessão de 28 de julho de 2010
Matéria IRPF ATN/GRATIFICAÇÃO DE COMPENSAÇÃO ORGÂNICA E LEI N° 8.852/94
Recorrente MANOEL DO NASCIMENTO MOREIRA
Recorrida FAZENDA NACIONAL
ASSUNTO: IMPOSTO SOBRE A RENDA DE PESSOA FÍSICA IRPF
Exercício: 2003

RENDIMENTOS REFERENTES AO ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO E À GRATIFICAÇÃO DE COMPENSAÇÃO ORGÂNICA DE SERVIDOR PÚBLICO MILITAR FEDERAL. LEI FEDERAL Nº 8.852/94 RENDIMENTOS NÃO ENQUADRADOS NO CONCEITO DE REMUNERAÇÃO. A EXCLUSÃO DO CONCEITO DE REMUNERAÇÃO, POR SI SÓ, NÃO É CONDIÇÃO SUFICIENTE E NECESSÁRIA PARA ISENTAR DETERMINADO RENDIMENTO DO IMPOSTO DE RENDA., HIGIDEZ DA TRIBUTAÇÃO DO ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO E DA GRATIFICAÇÃO DE COMPENSAÇÃO ORGÂNICA.

Somente as verbas não enquadradas no conceito de remuneração, com caráter indenizatório, reconhecidas por lei tributária específica, são isentas do imposto de renda da pessoa fisica, A Lei n° 8.852/94 regula a estrutura remuneratória do Poder Público Federal, definindo as verbas que devem ser consideradas como vencimento, vencimentos e remuneração, excluindo desse último conceito um conjunto de verbas, algumas isentas, pois de caráter indenizatório, como as diárias ou a ajuda de custo em razão de mudança de sede ou indenização de transporte, e outras tributáveis, como a gratificação natalina, o terço de férias, o pagamento das horas extraordinárias ou o adicional por tempo de serviço.

Recurso negado.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

Acordam os membros do colegiado, por unanimidade de votos, em NEGAR provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator.

--

Processo n° 10166.001506/2008-62
Recurso nº 168.864 Voluntário
Acórdão nº 2102-00.737 - 1ª Câmara / 2ª Turma Ordinária
Sessão de 28 de julho de 2010
Matéria IRPF - RENDIMENTOS PERCEBIDOS DA UNESCO/ONU
Recorrente JOAQUIM ROBERTO DA SILVA PAIVA FERNANDES
Recorrida FAZENDA NACIONAL
ASSUNTO: IMPOSTO SOBRE A RENDA DE PESSOA FÍSICA IRPF
Exercício: 2005

RENDIMENTOS RECEBIDOS DE ORGANISMOS INTERNACIONAIS POR TÉCNICOS DOMICILIADOS NO BRASIL. VÍNCULO CONTRATUAL. TRIBUTAÇÃO. CORREÇÃO. Os rendimentos recebidos por técnicos residentes no Brasil a serviço de organismos internacionais, com vínculo contratual, estão no campo de incidência do imposto de renda das pessoas físicas, como se vê na Súmula CARF N° 39.

Recurso negado.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

Acordam os membros do Colegiado, por unanimidade de votos, em NEGAR provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator.

--

Processo nº 13629.720054/2007-34
Recurso nº 344.189 Voluntário
Acórdão nº 2102-00.745 - 1ª Câmara / 2ª Turma Ordinária
Sessão de 29 de julho de 2010
Matéria ITR - Área total do imóvel
Recorrente CELULOSE NIPO BRASILEIRA S/A CENIBRA
Recorrida FAZENDA NACIONAL
ASSUNTO: IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE TERRITORIAL RURAL - ITR
Exercício: 2003

ÁREA TOTAL DO IMÓVEL, MATRÍCULA NO REGISTRO CARTORÁRIO, ERRO.

A existência de erro na área da propriedade rural junto à matricula do imóvel no registro cartorário deve ser comprovada mediante apresentação de laudo técnico conclusivo,

Recurso Voluntário Negado.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

Acordam os membros do Colegiado, por unanimidade de votos, em NEGAR provimento ao recurso, nos termos do voto da Relatar.

--

Processo n° 13629.720063/2007-25
Recurso n° 344.186 Voluntário
Acórdão u° 2102-00.746 - 1ª Câmara / 2ª Turma Ordinária
Sessão de 29 de julho de 2010
Matéria ITR - Área total do imóvel
Recorrente CELULOSE NIPO BRASILEIRA S/A CENIBRA
Recorrida FAZENDA NACIONAL
ASSUNTO: IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE TERRITORIAL RURAL - ITR
Exercício: 2005

ÁREA TOTAL DO IMÓVEL, MATRÍCULA NO REGISTRO CARTORÁRIO. ERRO.

A existência de erro na área da propriedade rural junto à matricula do imóvel no registro cartorário deve ser comprovada mediante apresentação de laudo técnico conclusivo.

Recurso Voluntário Negado.

Vistos, relatados e discutidos presentes autos.

Acordam os membros do colegiado, por unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso, nos termos do voto da relatora.

--

Processo n° 13629.001638/2006-26
Recurso n° 342.067 Voluntário
Acórdão n° 2102-00.747 - 1ª Câmara / 2ª Turma Ordinária
Sessão de 29 de julho de 2010
Matéria ITR - Áreas de preservação permanente e de reserva legal
Recorrente CELULOSE NIPO BRASILEIRA S/A CENIBRA
Recorrida FAZENDA NACIONAL
ASSUNTO: IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE TERRITORIAL RURAL - ITR
Exercício: 2002

PEDIDO DE DILIGÊNCIA.

Presentes nos autos todos os elementos de convicção necessários à adequada solução da lide, indefere-se, por prescindível, o pedido de realização de diligencia.

ÁREA DE RESERVA LEGAL. AVERBAÇÃO.

Áreas de reserva legal são aquelas averbadas à margem da inscrição de matrícula do imóvel, no registro de imóveis competente, de sorte que a falta da averbação, na data da ocorrência do fato gerador, impede sua exclusão para fins de cálculo da área tributável.

ÁREAS DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE E DE RESERVA LEGAL.

OBRIGATORIEDADE DE APRESENTAÇÃO DO ADA,

A partir do exercício de 2001 é indispensável a apresentação do Ato Declaratório Ambiental (ADA) como condição para o gozo da redução do ITR em se tratando de áreas de preservação permanente e de reserva legal, tendo em vista a existência de lei estabelecendo expressamente tal obrigação.

Recurso Voluntário Negado

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

Acordam os membros do colegiado, por unanimidade de votos, em INDEFERIR o pedido de diligência e, no mérito, em NEGAR provimento ao recurso, nos termos do voto da Relatora.

--

CÂMARA SUPERIOR DE RECURSOS FISCAIS
3ª TURMA

PAUTA DE JULGAMENTOS

Pauta de julgamento dos recursos das sessões ordinárias a serem realizadas nas datas a seguir mencionadas , no Setor Comercial Sul, Quadra 01, Bloco "J", 8º andar, Sala 802, Edifício Alvorada, Brasília - DF.

DIA 6 DE JULHO DE 2011, ÀS 14:00 HORAS

Relatora: JUDITH DO AMARAL MARCONDES ARMANDO
1 - Processo: 10935.004542/2004-04 - Recorrente: COOPAVEL COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO ESPECIAL DO CONTRIBUINTE
2 - Processo: 10935.004543/2004-41 - Recorrente: COOPAVEL COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO ESPECIAL DO CONTRIBUINTE

OTACÍLIO DANTAS CARTAXO
Presidente da Turma

CLEUZA TAKAFUJI
Secretária

3ª SEÇÃO
1ª CÂMARA
1ª TURMA ORDINÁRIA

RETIFICAÇÃO

Na pauta de julgamento da Primeira Turma Ordinária da Primeira Câmara da Terceira Seção, publicada no DOU nº 119, de 22 de junho de 2011, Seção 1, pág. 54, onde se lê:

31 - Processo: 11610./2002-18 - Recorrente: CSA - SANTO AMARO ADMINISTRAÇÃO, PARTICIPAÇÃO E COMÉRCIO LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO; leia-se:

31 - Processo: 11610.000901/2002-18 - Recorrente: CSA - SANTO AMARO ADMINISTRAÇÃO, PARTICIPAÇÃO E COMÉRCIO LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO.

2ª CÂMARA
2ª TURMA ESPECIAL

PAUTA DE JULGAMENTOS

Pauta de julgamentos dos recursos das sessões ordinárias a serem realizadas nas datas a seguir mencionadas , Setor Comercial Sul, Quadra 01, Bloco J, Edifício Alvorada, Brasília/DF.

i) serão julgados na primeira sessão de julgamento subseqüente, independente de nova publicação, os recursos cuja decisão tenha sido adiada em razão de pedido de vista de conselheiro, não-comparecimento do conselheiro-relator, falta de tempo na sessão marcada, ser feriado ou ponto facultativo ou por outro motivo objeto de decisão do colegiado; ii) será informado no edifício Alvorada o plenário ocupado pelo colegiado.

DIA 5 DE JULHO DE 2011, ÀS 09:00 HORAS

Relator: SOLON SEHN
1 - Processo: 10380.016372/2001-73 - Recorrente: SERVIS SEGURANCA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO
2 - Processo: 10935.002189/2001-77 - Recorrente: COMIL SILOS E SECADORES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO
Relator: JOSE FERNANDES DO NASCIMENTO
3 - Processo: 11030.001526/2006-70 - Recorrente: COOPERATIVA AGRICOLA MISTA MARAUENSE LTD e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO
Relator: REGIS XAVIER HOLANDA
4 - Processo: 10280.000252/2003-44 - Recorrente: SEMASA INDUSTRIA COMERCIO E EXPORTACAO DE MADEIRAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO
5 - Processo: 10280.000254/2003-33 - Recorrente: SEMASA INDUSTRIA COMERCIO E EXPORTACAO DE MADEIRAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO
6 - Processo: 10280.901775/2008-14 - Recorrente: SEMASA INDUSTRIA COMERCIO E EXPORTACAO DE MADEIRAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO
7 - Processo: 10280.901773/2008-25 - Recorrente: SEMASA INDUSTRIA COMERCIO E EXPORTACAO DE MADEIRAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO
8 - Processo: 10280.901774/2008-70 - Recorrente: SEMASA INDUSTRIA COMERCIO E EXPORTACAO DE MADEIRAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO
9 - Processo: 10280.901768/2008-12 - Recorrente: SEMASA INDUSTRIA COMERCIO E EXPORTACAO DE MADEIRAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO
10 - Processo: 10280.901769/2008-67 - Recorrente: SEMASA INDUSTRIA COMERCIO E EXPORTACAO DE MADEIRAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO
11 - Processo: 10280.901770/2008-91 - Recorrente: SEMASA INDUSTRIA COMERCIO E EXPORTACAO DE MADEIRAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO
12 - Processo: 10280.900509/2006-11 - Recorrente: SEMASA INDUSTRIA COMERCIO E EXPORTACAO DE MADEIRAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO
Relator: FRANCISCO JOSE BARROSO RIOS
13 - Processo: 11618.003323/2006-17 - Nome do Contribuinte: CLINICA DE LITOTRICIA DA PARAIBA LTDA - RECURSO VOLUNTARIO
14 - Processo: 11618.003325/2006-14 - Nome do Contribuinte: CLINICA DE LITOTRICIA DA PARAIBA LTDA - RECURSO VOLUNTARIO
15 - Processo: 11618.003327/2006-03 - Nome do Contribuinte: CLINICA DE LITOTRICIA DA PARAIBA LTDA - RECURSO VOLUNTARIO
16 - Processo: 11618.003328/2006-40 - Nome do Contribuinte: CLINICA DE LITOTRICIA DA PARAIBA LTDA - RECURSO VOLUNTARIO
17 - Processo: 11618.003330/2006-19 - Nome do Contribuinte: CLINICA DE LITOTRICIA DA PARAIBA LTDA - RECURSO VOLUNTARIO
18 - Processo: 11618.003331/2006-63 - Nome do Contribuinte: CLINICA DE LITOTRICIA DA PARAIBA LTDA - RECURSO VOLUNTARIO
19 - Processo: 11618.003332/2006-16 - Nome do Contribuinte: CLINICA DE LITOTRICIA DA PARAIBA LTDA - RECURSO VOLUNTARIO
20 - Processo: 11618.003334/2006-05 - Nome do Contribuinte: CLINICA DE LITOTRICIA DA PARAIBA LTDA - RECURSO VOLUNTARIO
21 - Processo: 11618.003336/2006-96 - Nome do Contribuinte: CLINICA DE LITOTRICIA DA PARAIBA LTDA - RECURSO VOLUNTARIO
22 - Processo: 11618.003337/2006-31 - Nome do Contribuinte: CLINICA DE LITOTRICIA DA PARAIBA LTDA - RECURSO VOLUNTARIO
23 - Processo: 11618.003339/2006-20 - Nome do Contribuinte: CLINICA DE LITOTRICIA DA PARAIBA LTDA - RECURSO VOLUNTARIO
Relator: JOSE FERNANDES DO NASCIMENTO
24 - Processo: 10880.720394/2005-24 - Recorrente: LEXMARK INTERNATIONAL DO BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO
25 - Processo: 10880.720395/2005-79 - Recorrente: LEXMARK INTERNATIONAL DO BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO
26 - Processo: 10880.720397/2005-68 - Recorrente: LEXMARK INTERNATIONAL DO BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

27 - Processo: 13056.000542/2003-30 - Recorrente: HOMERO CANDEMIL E CIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO
Relator: TATIANA MIDORI MIGIYAMA
28 - Processo: 10909.004595/2009-49 - Nome do Contribuinte: ALIANCA NAVEGACAO E LOGISTICA LTDA. - RECURSO VOLUNTARIO
29 - Processo: 10921.000323/2009-10 - Nome do Contribuinte: ALIANCA NAVEGACAO E LOGISTICA LTDA. - RECURSO VOLUNTARIO
Relator: BRUNO MAURICIO MACEDO CURI
30 - Processo: 10715.000819/2009-11 - Recorrente: TRANSPORTES AEREOS PORTUGUESES SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO
31 - Processo: 10715.001619/2009-85 - Recorrente: TRANSPORTES AEREOS PORTUGUESES SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO
32 - Processo: 10715.003360/2009-15 - Recorrente: TRANSPORTES AEREOS PORTUGUESES SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO
33 - Processo: 10715.003766/2009-90 - Recorrente: TRANSPORTES AEREOS PORTUGUESES SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO
34 - Processo: 10715.006159/2009-81 - Recorrente: CONTINENTAL AIRLINES INC. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO
35 - Processo: 10715.006452/2009-49 - Recorrente: CONTINENTAL AIRLINES INC. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO
36 - Processo: 10715.008065/2008-66 - Recorrente: CONTINENTAL AIRLINES INC. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO
37 - Processo: 10715.008661/2009-27 - Recorrente: CONTINENTAL AIRLINES INC. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO
38 - Processo: 13839.001896/2004-75 - Recorrente: HMY DO BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO
39 - Processo: 13839.002117/2004-59 - Recorrente: HMY DO BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO
40 - Processo: 13839.002245/2004-01 - Recorrente: HMY DO BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO
41 - Processo: 13839.002247/2004-91 - Recorrente: HMY DO BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

DIA 5 DE JULHO DE 2011, ÀS 14:00 HORAS

Relator: FRANCISCO JOSE BARROSO RIOS
42 - Processo: 18471.001758/2003-35 - Nome do Contribuinte: AEROLEO TAXI AEREO S/A - RECURSO VOLUNTARIO
Relator: JOSE FERNANDES DO NASCIMENTO
43 - Processo: 11128.002765/2007-49 - Recorrente: HAPAG-LLOYD BRASIL AGENCIAMENTO MARITIMO LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO
44 - Processo: 11128.003050/2007-11 - Recorrente: ENTERPA ENGENHARIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO
Relator: TATIANA MIDORI MIGIYAMA
45 - Processo: 10916.000004/2010-17 - Nome do Contribuinte: WILSON SONS AGENCIA MARITIMA LTDA - RECURSO VOLUNTARIO
46 - Processo: 10921.000834/2008-42 - Nome do Contribuinte: WILSON SONS AGENCIA MARITIMA LTDA - RECURSO VOLUNTARIO
Relator: BRUNO MAURICIO MACEDO CURI
47 - Processo: 10120.002900/2007-63 - Recorrente: SANEAMENTO DE GOIAS S/A SANEAGO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO
48 - Processo: 10120.002901/2007-16 - Recorrente: SANEAMENTO DE GOIAS S/A SANEAGO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO
49 - Processo: 10120.002902/2007-52 - Recorrente: SANEAMENTO DE GOIAS SA SANEAGO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO
50 - Processo: 10715.002487/2009-17 - Recorrente: AEROLINEAS ARGENTINAS SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO
51 - Processo: 10715.003754/2009-65 - Recorrente: AEROLINEAS ARGENTINAS SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO
52 - Processo: 16095.000337/2006-49 - Recorrente: HOSPITAL E MATERNIDADE SAO SEBASTIAO LTD e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO
53 - Processo: 16095.000338/2006-93 - Recorrente: HOSPITAL E MATERNIDADE SAO SEBASTIAO LTD e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO
DIA 06 DE JULHO DE 2011, ÀS 09:00 HORAS
Relator: FRANCISCO JOSE BARROSO RIOS
54 - Processo: 11128.006500/2006-39 - Nome do Contribuinte: CHEMTURA IND QUIMICA DO BRASIL LTDA - RECURSO VOLUNTARIO
Relator: JOSE FERNANDES DO NASCIMENTO
55 - Processo: 11128.006977/2007-03 - Recorrente: ALIANCA NAVEGACAO E LOGISTICA LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO
56 - Processo: 11968.000164/2008-91 - Recorrente: TECON SUAPE S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO
Relator: TATIANA MIDORI MIGIYAMA
57 - Processo: 10921.000319/2009-43 - Nome do Contribuinte: CMA CGM DO BRASIL AGENCIA MARITIMA LTDA - RECURSO VOLUNTARIO
58 - Processo: 10921.000839/2008-75 - Nome do Contribuinte: CMA CGM DO BRASIL AGENCIA MARITIMA LTDA - RECURSO VOLUNTARIO
Relator: SOLON SEHN
59 - Processo: 11610.004906/2003-92 - Recorrente: BRAMPAC S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO
Relator: BRUNO MAURICIO MACEDO CURI
60 - Processo: 10120.001514/2002-40 - Recorrente: CONSTRUTORA CENTRAL DO BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO
61 - Processo: 10380.007892/2003-57 - Recorrente: JAYSA - JATAY PEDROSA AUTOMOVEIS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO
62 - Processo: 10380.008362/2003-26 - Recorrente: COMECE COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO
DIA 06 DE JULHO DE 2011, ÀS 14:00 HORAS
Relator: JOSE FERNANDES DO NASCIMENTO
63 - Processo: 12466.001608/2009-18 - Recorrente: WILSON SONS AGENCIA MARITIMA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO
64 - Processo: 12709.000173/2006-33 - Recorrente: MARCOS ANTONIO CORPA E CIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO
Relator: TATIANA MIDORI MIGIYAMA
65 - Processo: 10909.003856/2006-61 - Nome do Contribuinte: COMPANHIA LIBRA DE NAVEGACAO - RECURSO VOLUNTARIO
Relator: SOLON SEHN
66 - Processo: 10850.900908/2008-23 - Recorrente: CENTRO MEDICO RIO PRETO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO
67 - Processo: 10850.900911/2008-47 - Recorrente: CENTRO MEDICO RIO PRETO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO
68 - Processo: 10850.900913/2008-36 - Recorrente: CENTRO MEDICO RIO PRETO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO
69 - Processo: 10850.900914/2008-81 - Recorrente: CENTRO MEDICO RIO PRETO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO
70 - Processo: 10850.900919/2008-11 - Recorrente: CENTRO MEDICO RIO PRETO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO
71 - Processo: 10850.900921/2008-82 - Recorrente: CENTRO MEDICO RIO PRETO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO
72 - Processo: 10850.900928/2008-02 - Recorrente: CENTRO MEDICO RIO PRETO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO
73 - Processo: 10850.900929/2008-49 - Recorrente: CENTRO MEDICO RIO PRETO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO
74 - Processo: 10850.900931/2008-18 - Recorrente: CENTRO MEDICO RIO PRETO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO
75 - Processo: 10850.901427/2008-35 - Recorrente: CENTRO MEDICO RIO PRETO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO
Relator: BRUNO MAURICIO MACEDO CURI
76 - Processo: 13675.000186/2002-86 - Recorrente: DIAL DISTRIBUIDORA DE ACO E AGROPECUARIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO
77 - Processo: 18471.001789/2003-96 - Recorrente: COMESA COMERCIO E IMPORTACAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO
78 - Processo: 10183.006060/2007-73 - Recorrente: SOTTI & PERINOTO LTDA ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO
DIA 07 DE JULHO DE 2011, ÀS 09:00 HORAS
Relator: FRANCISCO JOSE BARROSO RIOS
79 - Processo: 13804.005168/2005-11 - Nome do Contribuinte: BERTIN LTDA - RECURSO VOLUNTARIO
Relator: JOSE FERNANDES DO NASCIMENTO
80 - Processo: 13830.001881/2004-97 - Recorrente: LUIZ MARQUEZIN FILHO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO
Relator: TATIANA MIDORI MIGIYAMA
81 - Processo: 10909.004511/2009-77 - Nome do Contribuinte: BRASMARINE TRANSPORTES INTERNACIONAIS LTDA - RECURSO VOLUNTARIO
Relator: SOLON SEHN
82 - Processo: 10665.000571/2007-69 - Recorrente: CURTIDORA ITAUNA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO
83 - Processo: 10665.000921/2006-14 - Recorrente: CURTIDORA ITAUNA LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO
84 - Processo: 10665.000922/2006-51 - Recorrente: CURTIDORA ITAUNA LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO
85 - Processo: 10665.000928/2006-28 - Recorrente: CURTIDORA ITAUNA LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO
86 - Processo: 10665.000929/2006-72 - Recorrente: CURTIDORA ITAUNA LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO
Relator: BRUNO MAURICIO MACEDO CURI
87 - Processo: 10280.720324/2007-05 - Recorrente: PIRINEUS INDUSTRIA E COMERCIO DE ARGAMASSAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO
88 - Processo: 10715.003355/2009-02 - Recorrente: IBERIA LINEAS AEREAS DE ESPANA S A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO
89 - Processo: 10830.001134/2007-11 - Recorrente: MULTI TREINAMENTO E EDITORA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO
DIA 07 DE JULHO DE 2011, ÀS 14:00 HORAS
Relator: FRANCISCO JOSE BARROSO RIOS
90 - Processo: 13804.005222/2004-47 - Nome do Contribuinte: EMBU S A ENGENHARIA E COMERCIO - RECURSO VOLUNTARIO
Relator: JOSE FERNANDES DO NASCIMENTO
91 - Processo: 13901.000026/2008-10 - Recorrente: ATLAS MARITIME LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO
Relator: SOLON SEHN
92 - Processo: 10283.100705/2003-10 - Nome do Contribuinte: I MENEZES E CIA - RECURSO VOLUNTARIO
93 - Processo: 10283.100708/2003-45 - Nome do Contribuinte: I MENEZES E CIA - RECURSO VOLUNTARIO
Relator: BRUNO MAURICIO MACEDO CURI
94 - Processo: 13769.000850/2008-33 - Recorrente: JOSE LUIZ MARONARI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO
95 - Processo: 13830.000142/2005-69 - Recorrente: SAMAVE SOC ASSIS DE MAQ E VEICULOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO
96 - Processo: 14112.000108/2007-24 - Recorrente: JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MS - JUCEMS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

REGIS XAVIER HOLANDA
Presidente da Turma

JOSE PEDRO DA SILVA
Secretário

1ª TURMA ORDINÁRIA

PAUTA DE JULGAMENTO

Pauta de julgamento dos recursos das sessões ordinárias a serem realizadas nas datas a seguir mencionadas , SETOR COMERCIAL SUL, QUADRA 01, BLOCO "J", EDIFÍCIO ALVORADA, BRASÍLIA/DF..

OBSERVAÇÕES: i) Serão julgados na primeira sessão de julgamento subseqüente, independente de nova publicação, os recursos cuja decisão tenha sido adiada, em razão de pedido de vista de conselheiro, não-comparecimento do conselheiro-relator, falta de tempo na sessão marcada, ser feriado ou ponto facultativo ou por outro motivo objeto de decisão do colegiado.ii) Será informado no edifício Alvorada o plenário ocupado pelo colegiado.iii) Em cada registro abaixo constam as seguintes informações: item/ordem de julgamento colegiado (turma) data / hora da sessão número do processo número do recurso no CARF nome do contribuinte principal tipo de recurso tributo / matéria conselheiro relator DRJ - Delegacia da Receita Federal de Julgamento em 1a. instância administrativa outras informações relevantes sobre o processo em julgamento..

DIA 7 DE JULHO DE 2011, ÀS 09:00 HORAS

Relator: MERCIA HELENA TRAJANO DAMORIM
1 - Processo: 13657.000101/2007-92 - Recorrente: REXAM DO BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO -
2 - Processo: 18088.000384/2008-79 - Recorrente: REINOLDS FRAIS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO -
3 - Processo: 10183.004399/2007-35 - Recorrente: BORCHARDT & CIA LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO -
4 - Processo: 10730.006575/2005-68 - Recorrente: UNIAO DE LOJAS LEADER S A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO -
5 - Processo: 13646.000429/2003-12 - Recorrentes: COMPANHIA BRAS. METALURGIA E MINERACAO e FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO -
6 - Processo: 13639.000339/2003-11 - Recorrente: CASA MATTOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO -
7 - Processo: 10935.001283/2005-32 - Recorrente: TAPEVEL CAPOTAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO -
Relator: MARCELO RIBEIRO NOGUEIRA
8 - Processo: 10240.001684/2006-91 - Recorrente: JT BRASERVICE PRESTACAO DE SERVICOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO -
9 - Processo: 10240.001665/2006-65 - Recorrente: JT BRASERVICE PRESTACAO DE SERV. LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO -
10 - Processo: 19515.002798/2005-75 - Recorrente: ARAPUA COMERCIAL S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO -
11 - Processo: 13609.001166/2009-92 - Recorrente: SIDERURGICA NOROESTE LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO -

IMPRENSA NACIONAL
EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMP

12 - Processo: 10831.001352/2006-57 - Recorrente: IMAGEM GEOSISTEMAS E COMERCIO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO -
13 - Processo: 19515.002158/2005-65 - Recorrente: MELHORAMENTOS FLORESTAL S.A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO -
14 - Processo: 10320.001545/2005-97 - Recorrente: PIRIPIRI CONSTRUCOES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO -
Relator: DANIEL MARIZ GUDINO
15 - Processo: 15165.002003/2007-57 - Nome do Contribuinte: BSD COMERCIAL IMPORTADORA E EXPORTADORA LTDA - RECURSO VOLUNTARIO -
16 - Processo: 13975.000383/2003-00 - Nome do Contribuinte: ACCOMIPE ASSOC CENTRAL DE COMPRAS DA MICRO E PEQ EMPR - RECURSO VOLUNTARIO -

DIA 7 DE JULHO DE 2011, ÀS 14:00 HORAS

Relator: MERCIA HELENA TRAJANO DAMORIM
17 - Processo: 11159.000238/2004-90 - Recorrente: VEMAQ VEICULOS E MAQUINAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO -
18 - Processo: 13639.000340/2003-37 - Recorrente: CASA MATTOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO -
19 - Processo: 19515.002926/2004-08 - Recorrente: BELA VISTA PRODS ALIMENTICIOS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO -
20 - Processo: 10580.004845/2007-29 - Recorrente: GOMES & ADVOGADOS ASSOCIADOS S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO -
Relator: MARCELO RIBEIRO NOGUEIRA
21 - Processo: 13609.000577/2005-37 - Recorrente: IMAM DO BRASIL S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO -
22 - Processo: 13609.000578/2005-81 - Recorrente: IMAM DO BRASIL S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO -
23 - Processo: 10380.004060/2005-41 - Recorrente: WAXTRADE INDUSTRIAL DE CERAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO -
24 - Processo: 13312.000212/2005-38 - Recorrente: F G CADETE e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO -
25 - Processo: 12571.000103/2007-69 - Recorrente: IMBAU TRANSPORTES E SERVICOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO -
26 - Processo: 10882.000970/2005-01 - Recorrente: PLURAL EDITORA E GRAFICA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO -
Relator: DANIEL MARIZ GUDINO
27 - Processo: 13884.003034/00-19 - Nome do Contribuinte: MONTEX COMERCIAL EXPORT. E IMP. LTDA - RECURSO VOLUNTARIO -
28 - Processo: 10925.000032/2009-83 - Nome do Contribuinte: KF INDUSTRIAL LTDA ME - RECURSO VOLUNTARIO -
29 - Processo: 10925.000033/2009-28 - Nome do Contribuinte: KF INDUSTRIAL LTDA ME - RECURSO VOLUNTARIO -
30 - Processo: 10925.000035/2009-17 - Recorrente: KF INDUSTRIAL LTDA ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO -
31 - Processo: 10925.000034/2009-72 - Nome do Contribuinte: KF INDUSTRIAL LTDA ME - RECURSO VOLUNTARIO -

DIA 8 DE JULHO DE 2011, ÀS 09:00 HORAS

Relator: MERCIA HELENA TRAJANO DAMORIM
32 - Processo: 11618.002041/2005-11 - Recorrente: CIMENTO POTY S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO -
33 - Processo: 11618.002040/2005-77 - Recorrente: CIMENTO POTY SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO -
34 - Processo: 10510.001100/2005-70 - Recorrente: CI CENTRO DE INFORMACOES LTDA ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO -
35 - Processo: 11080.009099/2005-00 - Recorrente: S B S ENGENHARIA E CONSTRUCOES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO -
36 - Processo: 10510.000085/2005-42 - Recorrente: ELECTRA ENG ELETRICA E CONSTRUCOES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO -
37 - Processo: 10580.008346/2007-19 - Recorrente: GOTEMBURGO VEICULOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO -
Relator: MARCELO RIBEIRO NOGUEIRA
38 - Processo: 10830.003984/2005-84 - Recorrente: HOSPITAL SANTA EDWIGES S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO -
39 - Processo: 10166.003993/2007-17 - Recorrente: EDIMILSON SUARES LUCIO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO -
40 - Processo: 10314.000413/2007-99 - Recorrente: HUAWEI DO BRASIL TELECOMUNICACOES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO -
Relator: DANIEL MARIZ GUDINO
41 - Processo: 10410.004790/2003-85 - Nome do Contribuinte: UNI BOM UNIAO DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA - RECURSO VOLUNTARIO -
42 - Processo: 13527.000052/2001-88 - Nome do Contribuinte: CURTUME CAMPELO S/A - RECURSO VOLUNTARIO -
43 - Processo: 13527.000087/2001-17 - Nome do Contribuinte: CURTUME CAMPELO S/A - RECURSO VOLUNTARIO -

JUDITH DO AMARAL MARCONDES ARMANDO
Presidente da Turma

JOSE PEDRO DA SILVA
Secretário

2ª TURMA ORDINÁRIA

PAUTA DE JULGAMENTOS

Pauta de julgamento dos recursos das sessões ordinárias a serem realizadas nas datas a seguir mencionadas , no Setor Comercial Sul, Quadra 1, Bloco J, 3º andar, Sala 304, Edifício Alvorada, Brasília - DF.

Serão julgados na primeira sessão ordinária subsequente, independente de nova publicação, os recursos cuja decisão tenha sido adiada, em razão de pedido de vista de Conselheiro, não-comparecimento do Conselheiro-Relator, falta de tempo na sessão marcada, ser feriado ou ponto facultativo ou por outro motivo objeto de decisão do Colegiado.

DIA 7 DE JULHO DE 2011, ÀS 09:00 HORAS

Relator: JOSE LUIZ NOVO ROSSARI
1 - Processo: 10921.000417/2006-38 - Recorrente: CIANET INDUSTRIA E COMERCIO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO -
2 - Processo: 19515.000551/2005-14 - Recorrente: GRAFICA E EDITORA B P COLOR LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO -
Relator: IRENE SOUZA DA TRINDADE TORRES
3 - Processo: 19675.000486/2006-75 - Recorrente: GTM MQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO -
4 - Processo: 13558.002575/2008-78 - Recorrente: DISTRIBUIDORA MULTI FRIOS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO -
5 - Processo: 13558.002576/2008-12 - Recorrente: DISTRIBUIDORA MULTI FRIOS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO -
6 - Processo: 12466.001963/2001-21 - Recorrente: MINTER TRADING LTDA / TCE IND ELETRONICA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO -
Relator: GILBERTO DE CASTRO MOREIRA JUNIOR
7 - Processo: 11065.000003/2004-47 - Recorrente: MOVEISKAPPESBERG LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO -
8 - Processo: 11065.002074/2005-65 - Recorrente: MOVEIS KAPPESBERG LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO -
Relator: MARA CRISTINA SIFUENTES
9 - Processo: 13639.000053/2002-46 - Recorrente: LIDER COM E INDUSTRIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO -
10 - Processo: 19515.002860/2004-48 - Recorrente: GALLI CGN CONSTR E INCORPORADORA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO -

DIA 07 DE JULHO DE 2011, ÀS 14:00 HORAS

Relator: JOSE LUIZ NOVO ROSSARI
11 - Processo: 11012.000170/2003-22 - Recorrente: HS GOMES E CIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO -
12 - Processo: 15165.003461/2008-94 - Recorrente: COTIA TRADING S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO -
Relator: IRENE SOUZA DA TRINDADE TORRES
13 - Processo: 10814.003701/2005-01 - Recorrente: NEW WAY IMPORT.E DISTR.DE PUBLICAC.LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO -
14 - Processo: 13609.720024/2006-85 - Recorrente: DISTRIBUIDORA PEQUI LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO -
15 - Processo: 11610.004044/2003-06 - Recorrente: DOW AGROSCIENCES INDUSTRIAL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO -
16 - Processo: 11610.004046/2003-97 - Recorrente: DOW AGROSCIENCES INDUSTRIAL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO -
Relator: GILBERTO DE CASTRO MOREIRA JUNIOR
17 - Processo: 16095.000058/2007-66 - Recorrente: MASTERTEMP RECURSOS HUMANOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO -
18 - Processo: 16095.000059/2007-19 - Recorrente: MASTERTEMP RECURSOS HUMANOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO -
19 - Processo: 16095.000023/2006-46 - Recorrente: MASTERTEMP RECURSOS HUMANOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO -
Relator: MARA CRISTINA SIFUENTES
20 - Processo: 13839.000467/2005-61 - Recorrente: GRAMMER DO BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO -
21 - Processo: 13839.000468/2005-14 - Recorrente: GRAMMER DO BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO -

DIA 8 DE JULHO DE 2011, ÀS 09:00 HORAS

Relator: JOSE LUIZ NOVO ROSSARI
22 - Processo: 19679.018424/2003-37 - Recorrente: ROSSET E CIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO -
Relator: IRENE SOUZA DA TRINDADE TORRES
23 - Processo: 16327.001452/2006-60 - Recorrente: DRESDNER BANK BRASIL S.A. BANCO ALEMAO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO -
24 - Processo: 16624.001202/2006-75 - Recorrente: ENERGO AGRO INDUSTRIAL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO -
25 - Processo: 10768.001281/2004-31 - Recorrente: EMPRESA BRASILEIRA DE TELECOMUNICACOES S A EMBRATEL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO -
Relator: GILBERTO DE CASTRO MOREIRA JUNIOR
26 - Processo: 10920.002092/2006-38 - Recorrente: MOVEIS RUDNICK SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO -
27 - Processo: 19515.003263/2004-31 - Recorrente: MSX INTERNATIONAL DO BRASIL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO -
Relator: MARA CRISTINA SIFUENTES
28 - Processo: 13054.000846/2005-89 - Recorrente: HB COUROS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO -
29 - Processo: 13054.000847/2005-23 - Recorrente: HB COUROS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO -
30 - Processo: 13054.000848/2005-78 - Recorrente: HB COUROS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO -
31 - Processo: 13054.000849/2005-12 - Recorrente: HB COUROS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO -
32 - Processo: 11065.100911/2006-00 - Recorrente: HB COUROS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO -
33 - Processo: 13805.005024/98-55 - Recorrente: GALETOS CINELANDIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO -

DIA 8 DE JULHO DE 2011, ÀS 14:00 HORAS

Relator: IRENE SOUZA DA TRINDADE TORRES
34 - Processo: 10283.005479/2004-37 - Recorrente: DM ELETRONICA DA AMAZONIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO -
35 - Processo: 10831.000359/2001-47 - Recorrente: CERAMICA CHIARELLI S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO -
36 - Processo: 10314.002456/2004-66 - Recorrente: SIEMENS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO DE OFÍCIO -
Relator: GILBERTO DE CASTRO MOREIRA JUNIOR
37 - Processo: 10830.004030/2005-99 - Recorrente: MATERNIDADE DE CAMPINAS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO -
Relator: MARA CRISTINA SIFUENTES
38 - Processo: 10660.900155/2006-21 - Recorrente: MAHLE COMPONENTES DE MOTORES DO BRASIL L e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO -
39 - Processo: 10660.900157/2006-11 - Recorrente: MAHLE COMPONENTES DE MOTORES DO BRASIL L e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO -
40 - Processo: 10660.900158/2006-65 - Recorrente: MAHLE COMPONENTES DE MOTORES DO BRASIL L e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO -
41 - Processo: 10660.900160/2006-34 - Recorrente: MAHLE COMPONENTES DE MOTORES DO BRASIL L e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO -
42 - Processo: 10660.900159/2006-18 - Recorrente: MAHLE COMPONENTES DE MOTORES DO BRASIL L e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO -

JOSE LUIZ NOVO ROSSARI
Presidente da Turma

NALI DA COSTA RODRIGUES
Secretária

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

3ª CÂMARA
3ª TURMA ESPECIAL

PAUTA DE JULGAMENTOS

Pauta de julgamento dos recursos das sessões ordinárias a serem realizadas nas datas a seguir mencionadas , no Setor Comercial Sul, Quadra 01, Bloco 'J', 5º andar, sala 506 do Ed. Alvorada. CEP: 70.396-900, Brasília - DF.

Serão julgados na primeira sessão de julgamento subseqüente, independente de nova publicação, os recursos cuja decisão tenha sido adiada, em razão de pedido de vista de conselheiro, não-comparecimento do conselheiro-relator, falta de tempo na sessão marcada, ser feriado ou ponto facultativo ou por outro motivo objeto de decisão do colegiado.

DIA 5 DE JULHO DE 2011, ÀS 14:00 HORAS

Relator: ALEXANDRE KERN

1 - Processo: 16366.003222/2007-50 - Recorrente: EXPORTADORA E IMPORTADORA MARUBENI COLORADO LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

2 - Processo: 16366.003223/2007-02 - Recorrente: EXPORTADORA E IMPORTADORA MARUBENI COLORADO LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

3 - Processo: 16366.003224/2007-49 - Recorrente: EXPORTADORA E IMPORTADORA MARUBENI COLORADO LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

4 - Processo: 16366.003225/2007-93 - Recorrente: EXPORTADORA E IMPORTADORA MARUBENI COLORADO LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

5 - Processo: 16366.003227/2007-82 - Recorrente: EXPORTADORA E IMPORTADORA MARUBENI COLORADO LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

6 - Processo: 16366.003228/2007-27 - Recorrente: EXPORTADORA E IMPORTADORA MARUBENI COLORADO LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

7 - Processo: 13807.006963/2004-15 - Recorrente: GRANOL INDÚSTRIA COMÉRCIO E EXPORTAÇÃO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

8 - Processo: 10875.002873/2002-91 - Recorrente: LABORATÓRIOS PFIZER LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

9 - Processo: 10283.900781/2006-62 - Recorrente: MAGAMA INDUSTRIAL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

10 - Processo: 10283.900783/2006-51 - Recorrente: MAGAMA INDUSTRIAL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

11 - Processo: 16349.000519/2007-71 - Recorrente: BERTIN LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

12 - Processo: 10166.902229/2008-15 - Recorrente: EMPRESA BRASILEIRA DE INFRA-ESTRUTURA AEROPORTUÁRIA - INFRAERO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

Relatora: ANDRÉA MEDRADO DARZÉ

13 - Processo: 13962.000087/2003-40 - Recorrente: BUETTNER S/A INDÚSTRIA E COMÉRCIO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

14 - Processo: 13963.000130/2003-67 - Recorrente: INDÚSTRIA DE COQUE RIO DESERTO LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

Relator: JULIANO EDUARDO LIRANI

15 - Processo: 10166.009354/2002-51 - Recorrente: JORLAN S/A VEÍCULOS AUTOMOTORES IMPORTAÇÃO E COMÉRCIO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

16 - Processo: 10166.009355/2002-03 - Recorrente: JORLAN S/A VEÍCULOS AUTOMOTORES IMPORTAÇÃO E COMÉRCIO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

17 - Processo: 10280.002868/2004-31 - Recorrente: PESQUEIRA MAGUARY LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

Relator: BELCHIOR MELO DE SOUSA

18 - Processo: 10907.000565/2003-98 - Recorrente: SIPAL INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

19 - Processo: 10680.011167/2007-22 - Recorrente: MOREIRA DE MELO ADVOGADOS ASSOCIADOS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

20 - Processo: 11070.002656/2004-91 - Recorrente: FERTICRUZ COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

21 - Processo: 13820.000866/2004-41 - Recorrente: R R MÉDICOS ASSOCIADOS S/C LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

22 - Processo: 13888.002571/2007-77 - Recorrente: COSAN S/A INDÚSTRIA E COMÉRCIO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

23 - Processo: 14751.000075/2005-25 - Recorrente: ATL ALIMENTOS DO BRASIL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

24 - Processo: 16327.000152/2007-44 - Recorrente: PORTOPAR DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

DIA 6 DE JULHO DE 2011, ÀS 09:00 HORAS

Relator: HÉLCIO LAFETÁ REIS

25 - Processo: 11080.005650/00-99 - Recorrente: ELO SISTEMAS ELETRÔNICOS S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

26 - Processo: 11610.016601/2002-42 - Recorrente: SÃO PAULO ALPARGATAS S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

27 - Processo: 11610.016602/2002-97 - Recorrente: SÃO PAULO ALPARGATAS S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

28 - Processo: 13227.000412/2002-15 - Recorrente: PAMAZA S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

Relator: JULIANO EDUARDO LIRANI

29 - Processo: 10073.000945/2005-44 - Recorrente: CINBAL COM. IND. E BENEFICIAMENTO DE AÇO LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

30 - Processo: 10073.000948/2005-88 - Recorrente: CINBAL COM. IND. E BENEFICIAMENTO DE AÇO LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

31 - Processo: 10183.006456/2005-59 - Recorrente: INSTITUTO CUIABANO RADIOTERAPIA SC LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

32 - Processo: 10280.003031/2004-17 - Recorrente: EXPORTADORA PERACHI LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

Relatora: ANDRÉA MEDRADO DARZÉ

33 - Processo: 13866.000102/2003-48 - Recorrente: CADOCE IND. COM. DE ALIMENTOS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

34 - Processo: 13888.002703/2002-56 - Recorrente: COVADIS COMÉRCIO DE VIDROS E ACESSÓRIOS INDUSTRIAIS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

35 - Processo: 10840.000062/99-51 - Recorrente: CASA CAÇULA DE CEREAIS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

36 - Processo: 10840.001556/2003-36 - Recorrente: GNATUS EQUIPAMENTOS MEDICO-ODONTOLÓGICOS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

37 - Processo: 10840.002766/2003-41 - Recorrente: COOP. DE PROD. DE CANA, AÇÚCAR E ÁLCOOL DO ESTADO DE SÃO PAULO LTDA. - COPERSUCAR e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

38 - Processo: 10875.002875/2002-81 - Recorrente: LABORATÓRIOS PFIZER LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

39 - Processo: 10875.002903/2003-41 - Recorrente: MOPA INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

40 - Processo: 10880.012426/2001-91 - Recorrente: AUTO POSTO E RESTAURANTE PETROPEN LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

Relator: JULIANO EDUARDO LIRANI

41 - Processo: 10073.001288/2003-91 - Recorrente: SAINT GOBAIN CANALIZAÇÃO LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

42 - Processo: 10280.000336/2002-05 - Recorrente: TRAMONTINA ICOARACI S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

43 - Processo: 10805.001428/2002-38 - Recorrente: PANIFICADORA NOVA POPULAR LTDA. - EPP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

44 - Processo: 10830.000544/2002-22 - Recorrente: IDEAL STANDARD WABCO IND. COM. LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

DIA 6 DE JULHO DE 2011, ÀS 14:00 HORAS

Relator: HÉLCIO LAFETÁ REIS

45 - Processo: 11075.001568/2004-22 - Recorrente: COOP. AGRÍCOLA URUGUAIANA LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

46 - Processo: 11075.001569/2004-77 - Recorrente: COOP. TRITÍCOLA SAMBORJENSE LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

47 - Processo: 11075.002331/2004-69 - Recorrente: GLICELIO SCHEFFER BRAMBILLA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

48 - Processo: 11077.000601/2005-68 - Recorrente: CEREALISTA STRECK LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

49 - Processo: 11077.000603/2005-57 - Recorrente: CEREALISTA STRECK LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

50 - Processo: 11077.000605/2005-46 - Recorrente: CEREALISTA ORYZA LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

51 - Processo: 11080.002529/2006-35 - Recorrente: MERCADOR S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

52 - Processo: 11080.005675/2004-51 - Recorrente: AVIPAL S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

Relator: JULIANO EDUARDO LIRANI

53 - Processo: 10380.010112/2004-37 - Recorrente: GRÁFICA NACIONAL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

54 - Processo: 10680.003733/2005-61 - Recorrente: GRÁFICA E EDITORA COPA LTDA. - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

55 - Processo: 10830.000181/2007-30 - Recorrente: CITRATUS IBERCHEM DO BRASIL S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

56 - Processo: 10830.006748/2007-81 - Recorrente: PLASTIPAK PACKAGING DO BRASIL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

57 - Processo: 10830.006749/2007-26 - Recorrente: PLASTIPAK PACKAGING DO BRASIL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

58 - Processo: 10830.007442/2004-08 - Recorrente: FANTINATO & FANTINATO LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

59 - Processo: 10830.007450/2004-46 - Recorrente: AUTO POSTO FANTINATO LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

Relator: JOAO ALFREDO EDUÃO FERREIRA

60 - Processo: 10315.000143/2003-82 - Recorrente: IBOVAC-IND. DE BORRACHA VALE DO CARIRI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

61 - Processo: 10380.003884/2002-51 - Recorrente: AVINE COMERCIAL AVÍCOLA NORDESTE LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

62 - Processo: 10283.900784/2006-04 - Recorrente: MAGAMA INDUSTRIAL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

63 - Processo: 10315.000049/2005-95 - Recorrente: E N MORENO-ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

64 - Processo: 10280.901763/2008-90 - Recorrente: EXMAM EXPORTADORA DE MADEIRAS AMAZONICA LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

65 - Processo: 10325.000119/2005-96 - Recorrente: GRÁFICA E EDITORA NORDESTE LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

66 - Processo: 10510.005848/2008-94 - Recorrente: COMERCIAL DE JÓIAS E RELÓGIOS A PÉROLA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

DIA 7 DE JULHO DE 2011, ÀS 09:00 HORAS

Relatora: ANDRÉA MEDRADO DARZÉ

67 - Processo: 10805.001631/2005-57 - Recorrente: WILTON ROVERI ADVOGADOS ASSOCIADOS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

68 - Processo: 10805.002314/2004-77 - Recorrente: POLIBRASIL RESINAS S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

69 - Processo: 10814.020491/2006-98 - Recorrente: FUND. PRO SANGUE HEMOCENTRO DE SP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

70 - Processo: 10825.001555/2005-41 - Recorrente: FORTIMIX COM. DE CONCRETO LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

71 - Processo: 10825.900289/2006-12 - Recorrente: M J A INDÚSTRIA DE PAPEIS E ADESIVOS ESPECIAIS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

72 - Processo: 10830.005618/2006-41 - Recorrente: TERRA DO PARAÍSO LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

73 - Processo: 10830.720128/2007-59 - Recorrente: VIDROAUTO ACESSÓRIOS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

74 - Processo: 10835.720020/2005-54 - Recorrente: RETÍFICA PRUDENTE LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

75 - Processo: 10840.001789/2005-09 - Recorrente: RALSTON PURINA DO BRASIL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

Relator: JOÃO ALFREDO EDUÃO FERREIRA

76 - Processo: 10855.900952/2008-93 - Recorrente: SIGNODE BRASILEIRA LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

77 - Processo: 10855.900985/2008-33 - Recorrente: SIGNODE BRASILEIRA LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

78 - Processo: 10855.901005/2008-10 - Recorrente: SIGNODE BRASILEIRA LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

79 - Processo: 10855.901019/2008-33 - Recorrente: SIGNODE BRASILEIRA LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

80 - Processo: 10855.901107/2008-35 - Recorrente: SIGNODE BRASILEIRA LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

81 - Processo: 10855.901171/2008-16 - Recorrente: WIKA DO BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

82 - Processo: 10855.901175/2008-02 - Recorrente: WIKA DO BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

83 - Processo: 10855.901186/2008-84 - Recorrente: WIKA DO BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

ALEXANDRE KERN
Presidente

AREOVALDO MARIANO TAVARES
Secretário

2ª TURMA ORDINÁRIA

PAUTA DE JULGAMENTOS

PAUTA DE JULGAMENTOS DE RECURSOS, A SEREM REALIZADOS NAS DATAS E HORÁRIOS A SEGUIR MENCIONADOS, NO CARF, LOCALIZADO NO SETOR COMERCIAL SUL, QUADRA 01, BLOCO "J", 2º ANDAR, PLENÁRIO 203, EDIFÍCIO ALVORADA, BRASÍLIA/DF.

I) Serão julgados na primeira sessão de julgamento subseqüente, independente de nova publicação, os recursos cuja decisão tenha sido adiada, em razão de pedido de vista de conselheiro, não comparecimento do conselheiro relator, falta de tempo na sessão marcada, ser feriado ou ponto facultativo ou por outro motivo objeto de decisão do colegiado ou, ainda, na pauta da reunião seguinte, hipótese em que se fará nova publicação.

II) Em cada registro abaixo constam as seguintes informações: data e hora da sessão; nome do Conselheiro Relator; item/ordem de julgamento; número do processo; nome do recorrente; nome do recorrido e tipo de recurso

DIA 6 DE JULHO DE 2011, ÀS 09:00 HORAS

Relator: WALBER JOSÉ DA SILVA
1 - Processo: 10980.003764/2007-07 - Recorrente: COPEL TRANSMISSÃO S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
2 - Processo: 11686.000010/2009-46 - Recorrente: MUMU ALIMENTOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
3 - Processo: 11686.000011/2009-91 - Recorrente: MUMU ALIMENTOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
4 - Processo: 10768.020515/98-59 - Recorrente: ESTAMPARIA ESPERANÇA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
Relator: JOSÉ ANTONIO FRANCISCO
5 - Processo: 10120.002807/2008-30 - Recorrente: UNIMED GOIÂNIA COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
6 - Processo: 10120.012450/2009-89 - Recorrente: UNIMED GOIÂNIA COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
7 - Processo: 10675.002278/2007-17 - Recorrentes: UNIMED ARAGUARI COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO LTDA e FAZENDA NACIONAL - RECURSO DE OFÍCIO, RECURSO VOLUNTÁRIO
8 - Processo: 11080.004202/2004-36 - Recorrente: VONPAR REFRESCOS S A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
Relatora: FABIOLA CASSIANO KERAMIDAS
9 - Processo: 11020.720054/2008-39 - Recorrente: PRIME TIMBER INDUSTRIA E COMERCIO DE MADEIRAS S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
10 - Processo: 11020.720055/2008-83 - Recorrente: PRIME TIMBER INDUSTRIA E COMERCIO DE MADEIRAS S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
11 - Processo: 11020.720056/2008-28 - Recorrente: PRIME TIMBER INDUSTRIA E COMERCIO DE MADEIRAS S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
12 - Processo: 11020.720057/2008-72 - Recorrente: PRIME TIMBER INDUSTRIA E COMERCIO DE MADEIRAS S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
13 - Processo: 11020.720058/2008-17 - Recorrente: PRIME TIMBER INDUSTRIA E COMERCIO DE MADEIRAS S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
14 - Processo: 11020.720059/2008-61 - Recorrente: PRIME TIMBER INDUSTRIA E COMERCIO DE MADEIRAS S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
15 - Processo: 11020.720060/2008-96 - Recorrente: PRIME TIMBER INDUSTRIA E COMERCIO DE MADEIRAS S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
16 - Processo: 11020.720062/2008-85 - Recorrente: PRIME TIMBER INDUSTRIA E COMERCIO DE MADEIRAS S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
17 - Processo: 11020.720063/2008-20 - Recorrente: PRIME TIMBER INDUSTRIA E COMERCIO DE MADEIRAS S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
18 - Processo: 11020.720064/2008-74 - Recorrente: PRIME TIMBER INDUSTRIA E COMERCIO DE MADEIRAS S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
19 - Processo: 11020.720065/2008-19 - Recorrente: PRIME TIMBER INDUSTRIA E COMERCIO DE MADEIRAS S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
20 - Processo: 11020.720066/2008-63 - Recorrente: PRIME TIMBER INDUSTRIA E COMERCIO DE MADEIRAS S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
Relator: ALAN FIALHO GANDRA
21 - Processo: 16327.000154/2007-33 - Recorrente: PORTO SEGURO CIA. DE SEGUROS GERAIS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
22 - Processo: 19515.003576/2005-70 - Recorrente: LOUSANO INDUSTRIA DE CONDUTORES ELÉTRICOS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO DE OFÍCIO
23 - Processo: 13971.002147/2002-79 - Recorrente: CONSTRUTORA STEIN LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
24 - Processo: 13971.000357/2002-22 - Recorrente: CONSTRUTORA STEIN LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
25 - Processo: 13971.000354/2002-99 - Recorrente: CONSTRUTORA STEIN LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
26 - Processo: 11618.002108/99-08 - Recorrente: CIA. SISAL DO BRASIL COSIBRA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
27 - Processo: 11618.002106/99-74 - Recorrente: CIA. SISAL DO BRASIL COSIBRA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
28 - Processo: 11618.003687/2007-88 - Recorrente: CIA. SISAL DO BRASIL COSIBRA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
Relator: ALEXANDRE GOMES
29 - Processo: 16366.000595/2006-98 - Recorrente: APUCACOUROS INDUSTRIA E EXPORTAÇÃO DE COUROS S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
30 - Processo: 16366.000596/2006-32 - Recorrente: APUCACOUROS INDUSTRIA E EXPORTAÇÃO DE COUROS S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
31 - Processo: 16366.000597/2006-87 - Recorrente: APUCACOUROS INDUSTRIA E EXPORTAÇÃO DE COUROS S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
32 - Processo: 16366.000599/2006-76 - Recorrente: APUCACOUROS INDUSTRIA E EXPORTAÇÃO DE COUROS S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
33 - Processo: 16366.000602/2006-51 - Recorrente: APUCACOUROS INDUSTRIA E EXPORTAÇÃO DE COUROS S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
34 - Processo: 16366.000603/2006-04 - Recorrente: APUCACOUROS INDUSTRIA E EXPORTAÇÃO DE COUROS S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
35 - Processo: 16366.000604/2006-41 - Recorrente: APUCACOUROS INDUSTRIA E EXPORTAÇÃO DE COUROS S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
Relator: GILENO GURJÃO BARRETO
36 - Processo: 19515.003225/2005-69 - Recorrente: RIPASA S/A CELULOSE E PAPEL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
37 - Processo: 18471.002409/2003-31 - Recorrente: NATAN JÓIAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
38 - Processo: 11516.003518/2006-13 - Recorrente: PLASC PLÁSTICOS SANTA CATARINA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

DIA 6 DE JULHO DE 2011, ÀS 14:00 HORAS

Relator: WALBER JOSÉ DA SILVA
39 - Processo: 12571.000107/2010-42 - Recorrente: INDUSTRIAS NOVACKI S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
40 - Processo: 12571.000109/2010-31 - Recorrente: INDUSTRIAS NOVACKI S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
41 - Processo: 12861.000048/2008-22 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: RIBEIRÃO PRETO PREFEITURA MUNICIPAL - RECURSO DE OFÍCIO
42 - Processo: 16408.001051/2006-18 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: INDUSTRIAS NOVACKI S/A - RECURSO DE OFÍCIO
Relator: JOSÉ ANTONIO FRANCISCO
43 - Processo: 10680.015471/2005-87 - Recorrente: PROVÍNCIA SANTA CLARA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
44 - Processo: 11050.000474/2002-52 - Recorrente: TORQUATO PONTES PESCADOS S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
45 - Processo: 11050.000996/2002-54 - Recorrente: TORQUATO PONTES PESCADOS S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
46 - Processo: 11634.001112/2007-22 - Recorrente: HYDRONORTH S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
Relatora: FABIOLA CASSIANO KERAMIDAS
47 - Processo: 11065.002170/2004-22 - Recorrente: DAIBY S A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
48 - Processo: 11065.002171/2004-77 - Recorrente: DAIBY S A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
49 - Processo: 10665.000900/2001-86 - Recorrente: SIDERÚRGICA SÃO LUIZ LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
50 - Processo: 10882.004004/2003-93 - Recorrente: MAMORÉ MINERAÇÃO E METALURGIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
Relator: ALAN FIALHO GANDRA
51 - Processo: 10920.000996/2003-86 - Recorrentes: CELULOSE IRANI SOCIEDADE ANÔNIMA e FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
52 - Processo: 10920.000998/2003-75 - Recorrentes: CELULOSE IRANI SOCIEDADE ANÔNIMA e FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
53 - Processo: 10920.001007/2003-71 - Recorrentes: CELULOSE IRANI SOCIEDADE ANÔNIMA e FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
54 - Processo: 10920.001216/2003-15 - Recorrentes: CELULOSE IRANI SOCIEDADE ANÔNIMA e FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
55 - Processo: 10920.001217/2003-60 - Recorrente: CELULOSE IRANI SOCIEDADE ANÔNIMA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
56 - Processo: 10920.001218/2003-12 - Recorrentes: CELULOSE IRANI SOCIEDADE ANÔNIMA e FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
57 - Processo: 10920.000451/2008-84 - Recorrentes: CELULOSE IRANI SOCIEDADE ANÔNIMA e FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
58 - Processo: 11080.901792/2006-17 - Recorrente: CELULOSE IRANI SOCIEDADE ANÔNIMA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
59 - Processo: 11080.901793/2006-53 - Recorrente: CELULOSE IRANI SOCIEDADE ANÔNIMA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
Relator: ALEXANDRE GOMES
60 - Processo: 11080.004195/2005-53 - Recorrente: AVIPAL S/A AVICULTURA E AGROPECUÁRIA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
61 - Processo: 11080.005198/2006-95 - Recorrente: AVIPAL S/A AVICULTURA E AGROPECUÁRIA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
62 - Processo: 11080.005199/2006-30 - Recorrente: AVIPAL S/A AVICULTURA E AGROPECUÁRIA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
63 - Processo: 11080.008337/2005-51 - Recorrente: AVIPAL S/A AVICULTURA E AGROPECUÁRIA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
64 - Processo: 11080.008338/2005-04 - Recorrente: AVIPAL S/A AVICULTURA E AGROPECUÁRIA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
65 - Processo: 11080.008922/2005-51 - Recorrente: AVIPAL S/A AVICULTURA E AGROPECUÁRIA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
66 - Processo: 11080.008923/2005-04 - Recorrente: AVIPAL S/A AVICULTURA E AGROPECUÁRIA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
67 - Processo: 11080.008924/2005-41 - Recorrente: AVIPAL S/A AVICULTURA E AGROPECUÁRIA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
68 - Processo: 11080.008925/2005-95 - Recorrente: AVIPAL S/A AVICULTURA E AGROPECUÁRIA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
69 - Processo: 11080.010692/2006-71 - Recorrente: AVIPAL S/A AVICULTURA E AGROPECUÁRIA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
70 - Processo: 11080.010693/2006-16 - Recorrente: AVIPAL S/A AVICULTURA E AGROPECUÁRIA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

DIA 7 DE JULHO DE 2011, ÀS 09:00 HORAS

Relator: WALBER JOSÉ DA SILVA
71 - Processo: 10508.000182/2005-84 - Recorrente: NOVADATA SISTEMAS E COMPUTADORES S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
72 - Processo: 10680.016904/2005-11 - Recorrente: ASSOCIAÇÃO EDUCACIONAL ESCOLAPIA FEMININA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
73 - Processo: 11020.003147/2004-71 - Recorrente: COOPERATIVA VINÍCOLA GARIBALDI LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
74 - Processo: 11020.003148/2004-16 - Recorrente: COOPERATIVA VINÍCOLA GARIBALDI LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
Relator: JOSÉ ANTONIO FRANCISCO
75 - Processo: 16327.003407/2003-05 - Recorrente: BOAVISTA S/A ARRENDAMENTO MERCANTIL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
76 - Processo: 10580.011601/2004-50 - Recorrente: TORRE EMPREENDIMENTO RURAL E CONSTRUÇÃO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
77 - Processo: 16327.000387/2006-55 - Recorrente: TELEFÔNICA FACTORING DO BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
78 - Processo: 19515.002666/2004-62 - Recorrente: EMPRESA FOLHA DA MANHA S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
Relatora: FABIOLA CASSIANO KERAMIDAS
79 - Processo: 13011.000244/2003-66 - Recorrente: PASTIFÍCIO SANTA AMÁLIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
80 - Processo: 10580.005094/2005-04 - Recorrente: QUÍMICA AMPARO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
81 - Processo: 10640.001091/2007-01 - Recorrente: BECTON DICKINSON IND. CIRÚRGICAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
82 - Processo: 10640.001093/2007-92 - Recorrentes: BECTON DICKINSON IND. CIRÚRGICAS LTDA e FAZENDA NACIONAL - RECURSO DE OFÍCIO, RECURSO VOLUNTÁRIO
Relator: ALAN FIALHO GANDRA
83 - Processo: 10508.000740/99-39 - Recorrente: NOVADATA SISTEMAS E COMPUTADORES S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

84 - Processo: 13603.900492/2006-91 - Recorrente: TRANSREFER TRANSPORTE E LOGÍSTICA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
85 - Processo: 13836.000399/2007-22 - Recorrente: CIFA TÊXTIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
86 - Processo: 13836.000400/2007-19 - Recorrente: CIFA TÊXTIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
87 - Processo: 13836.000430/2006-44 - Recorrente: CIFA TÊXTIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
88 - Processo: 13836.000431/2006-99 - Recorrente: CIFA TÊXTIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
89 - Processo: 13839.004297/2006-75 - Recorrente: AUTO POSTO BATE BOLA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
Relator: ALEXANDRE GOMES
90 - Processo: 10909.000820/2002-00 - Recorrente: USATI S/A REFINADORA DE AÇÚCAR e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
91 - Processo: 11516.001150/2001-36 - Recorrente: USATI ADMINISTRAÇÃO DE BENS E PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
92 - Processo: 13804.001894/2002-11 - Recorrente: USATI S.A. REFINADORA DE AÇÚCAR e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
93 - Processo: 13884.000478/2007-68 - Recorrente: SIDERÚRGICA BARRA MANSA S.A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

DIA 7 DE JULHO DE 2011, ÀS 14:00 HORAS

Relator: WALBER JOSÉ DA SILVA
94 - Processo: 11543.000959/2004-66 - Recorrente: COMPANHIA COREANO BRASILEIRA DE PELOTIZACAO - KOBRASCO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
95 - Processo: 13005.000622/2007-14 - Recorrente: DOUX FRANGOSUL S/A AGRO AVÍCOLA IND. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
96 - Processo: 13005.500184/2004-47 - Recorrente: COOPERATIVA LANGUIRU LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
Relator: JOSÉ ANTONIO FRANCISCO
97 - Processo: 10630.720186/2006-58 - Recorrente: COOPERATIVA AGRO PECUÁRIA VALE DO RIO DOCE LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
98 - Processo: 11060.002301/2006-83 - Recorrente: COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSÃO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
99 - Processo: 13679.000215/2007-84 - Recorrente: PREFEITURA MUNICIPAL DE S S PARAÍSO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
100 - Processo: 13830.000493/2007-31 - Recorrente: COOPERATIVA AGROPECUÁRIA DE PEDRINHAS PAULISTA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
Relatora: FABIOLA CASSIANO KERAMIDAS
101 - Processo: 10660.004599/2007-15 - Recorrente: PNEUSUL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
102 - Processo: 10830.007979/2007-11 - Recorrentes: LUCENT TECHNOLOGIES DO BRASIL, INDUSTRIA E COMERCIO LTDA. e FAZENDA NACIONAL - RECURSO DE OFÍCIO, RECURSO VOLUNTÁRIO
103 - Processo: 10855.002047/2007-95 - Recorrente: METALUR LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
104 - Processo: 10855.002048/2007-30 - Recorrente: METALUR LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
Relator: ALAN FIALHO GANDRA
105 - Processo: 11080.007628/2008-75 - Recorrente: CONTGRAF IMPRESSOS GRÁFICOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
106 - Processo: 11080.902116/2006-52 - Recorrente: CONTGRAF IMPRESSOS GRÁFICOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
107 - Processo: 11686.000025/2008-23 - Recorrente: CONTGRAF IMPRESSOS GRÁFICOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
108 - Processo: 15956.000144/2007-29 - Recorrente: SMAR COMERCIAL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
109 - Processo: 15956.000540/2007-56 - Recorrente: SMAR EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
110 - Processo: 19515.002405/2004-42 - Recorrente: CONDUCOBRE S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
Relator: ALEXANDRE GOMES
111 - Processo: 19515.000717/2007-64 - Recorrente: TEKCOM LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
112 - Processo: 19515.000718/2007-17 - Recorrente: TEKCOM LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
113 - Processo: 14112.000238/2006-86 - Recorrente: SILCOM ENG. PROJETOS E CONSTRUÇÕES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
114 - Processo: 14112.000241/2006-08 - Recorrente: SILCOM ENG. PROJETOS E CONSTRUÇÕES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

DIA 8 DE JULHO DE 2011, ÀS 09:00 HORAS

Relator: WALBER JOSÉ DA SILVA
115 - Processo: 13502.000783/2004-54 - Recorrente: BRASKEM S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
116 - Processo: 13502.001104/2009-79 - Recorrente: CARAÍBA METAIS S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
117 - Processo: 13558.720033/2007-08 - Recorrente: TRANSAMÉRICA DE HOTÉIS NORDESTE LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
Relator: JOSÉ ANTONIO FRANCISCO
118 - Processo: 11070.000629/2007-27 - Recorrente: COOPERATIVA AGRÍCOLA MISTA GENERAL OSÓRIO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
119 - Processo: 11070.000630/2007-51 - Recorrente: COOPERATIVA AGRÍCOLA MISTA GENERAL OSÓRIO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
120 - Processo: 11070.000631/2007-04 - Recorrente: COOPERATIVA AGRÍCOLA MISTA GENERAL OSÓRIO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
121 - Processo: 11070.000632/2007-41 - Recorrente: COOPERATIVA AGRÍCOLA MISTA GENERAL OSÓRIO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
122 - Processo: 11070.000634/2007-30 - Recorrente: COOPERATIVA AGRÍCOLA MISTA GENERAL OSÓRIO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
123 - Processo: 11070.000637/2007-73 - Recorrente: COOPERATIVA AGRÍCOLA MISTA GENERAL OSÓRIO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
124 - Processo: 11070.000639/2007-62 - Recorrente: COOPERATIVA AGRÍCOLA MISTA GENERAL OSÓRIO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
125 - Processo: 11070.000640/2007-97 - Recorrente: COOPERATIVA AGRÍCOLA MISTA GENERAL OSÓRIO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
126 - Processo: 11070.000789/2007-76 - Recorrente: COOPERATIVA AGRÍCOLA MISTA GENERAL OSÓRIO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
127 - Processo: 11070.000790/2007-09 - Recorrente: COOPERATIVA AGRÍCOLA MISTA GENERAL OSÓRIO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
Relatora: FABIOLA CASSIANO KERAMIDAS
128 - Processo: 10830.012174/2008-61 - Recorrente: NUTRIARA ALIMENTOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
129 - Processo: 10909.001469/2005-17 - Recorrente: VA TECH TRANSMISSÃO E DISTRIBUIÇÃO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
130 - Processo: 10909.001470/2005-33 - Recorrente: VA TECH TRANSMISSÃO E DISTRIBUIÇÃO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
131 - Processo: 10950.001092/2007-44 - Recorrente: MAXFARMA - DROGARIA E PERFUMARIA LTDA.-EPP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
Relator: ALAN FIALHO GANDRA
132 - Processo: 16366.000171/2008-95 - Recorrente: CIA. IGUAÇU DE CAFÉ SOLÚVEL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
133 - Processo: 16366.000172/2008-30 - Recorrente: CIA. IGUAÇU DE CAFÉ SOLÚVEL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
134 - Processo: 16366.000406/2006-87 - Recorrente: CIA. IGUAÇU DE CAFÉ SOLÚVEL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
135 - Processo: 16366.003300/2007-16 - Recorrente: CIA. IGUAÇU DE CAFÉ SOLÚVEL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
136 - Processo: 16366.003301/2007-61 - Recorrente: CIA. IGUAÇU DE CAFÉ SOLÚVEL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
137 - Processo: 16366.003303/2007-50 - Recorrente: CIA. IGUAÇU DE CAFÉ SOLÚVEL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
138 - Processo: 16366.003304/2007-02 - Recorrente: CIA. IGUAÇU DE CAFÉ SOLÚVEL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
139 - Processo: 16366.003305/2007-49 - Recorrente: CIA. IGUAÇU DE CAFÉ SOLÚVEL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
140 - Processo: 16366.003308/2007-82 - Recorrente: CIA. IGUAÇU DE CAFÉ SOLÚVEL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
Relator: ALEXANDRE GOMES
141 - Processo: 16403.000079/2007-51 - Recorrente: INTERNATIONAL PAPER - COMERCIO DE PAPEL E PARTICIPAÇÕES ARAPOTI LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
142 - Processo: 16403.000080/2007-85 - Recorrente: INTERNATIONAL PAPER - COMERCIO DE PAPEL E PARTICIPAÇÕES ARAPOTI LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
143 - Processo: 18471.000292/2004-31 - Recorrente: J ANINO DOS SANTOS CIA. LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

WALBER JOSÉ DA SILVA
Presidente da Turma

AREOVALDO MARIANO TAVARES
Secretário

4ª CÂMARA

DESPACHO DO PRESIDENTE

4ªCÂMARA/3ª SEJUL/CARF/Nº 3400-471/2011 DE 22/06/2011

Torna sem efeito a publicação das pautas de julgamento do mês de junho de 20011 da 2ª TO e 3ª TO da 4ª Câmara da 3ª Seção de Julgamento do Carf, publicadas no DOU de 22 de junho de 2011, Seção 1, págs. 56 a 60.

GILSON MACEDO ROSENBURG FILHO

1ª TURMA ORDINÁRIA

Pauta de julgamento dos recursos das sessões ordinárias a serem realizadas nas datas a seguir mencionadas , Setor Comercial Sul, Quadra 01, Edifício Alvorada, em Brasília - Distrito Federal.

Serão julgados na primeira sessão ordinária subseqüente, independente de nova publicação, os recursos cuja decisão tenha sido adiada, em razão de pedido de vista de Conselheiro, não-comparecimento do Conselheiro-Relator, falta de tempo na sessão marcada, ser feriado ou ponto facultativo ou por outro motivo objeto de decisão do Colegiado..

DIA 7 DE JULHO DE 2011, ÀS 09:00 HORAS

Relator: EMANUEL CARLOS DANTAS DE ASSIS
1 - Processo: 13839.000815/2005-09 - Nome do Contribuinte: CHROMA VEICULOS LTDA - RECURSO VOLUNTARIO -
2 - Processo: 15374.001795/2002-72 - Nome do Contribuinte: COMPANHIA SIDERURGICA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO -
3 - Processo: 11543.000969/2002-30 - Nome do Contribuinte: ADMINISTRADORA DE CONSORCIO ECONOMICO LTDA - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO -
4 - Processo: 13971.002498/2002-80 - Nome do Contribuinte: CONSTRUTORA HAHNE LTDA - RECURSO VOLUNTARIO -
5 - Processo: 11030.002715/2002-36 - Nome do Contribuinte: COOP.ECON.CRED.MUTUO DOS MEDICOS PLAN.ME - RECURSO VOLUNTARIO -
6 - Processo: 13726.000325/2002-29 - Nome do Contribuinte: PERNOD RICARD BRASIL IND E COM LTDA - RECURSO VOLUNTARIO -
7 - Processo: 10280.003116/2006-59 - Nome do Contribuinte: PREFEITURA MUNICIPAL DE BELEM - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO -
8 - Processo: 10580.009928/2004-61 - Nome do Contribuinte: REAL SOC PORT DE BENEF 16 DE SETEMBRO - RECURSO VOLUNTARIO -
Relator: JEAN CLEUTER SIMOES MENDONCA
9 - Processo: 10845.900764/2006-12 - Nome do Contribuinte: AGENCIA MARITIMA GRANEL LTDA - RECURSO VOLUNTARIO -
10 - Processo: 10845.900772/2006-69 - Nome do Contribuinte: AGENCIA MARITIMA GRANEL LTDA - RECURSO VOLUNTARIO -
11 - Processo: 10845.900776/2006-47 - Nome do Contribuinte: AGENCIA MARITIMA GRANEL LTDA - RECURSO VOLUNTARIO -
12 - Processo: 10845.900766/2006-10 - Nome do Contribuinte: AGENCIA MARITIMA GRANEL LTDA - RECURSO VOLUNTARIO -
13 - Processo: 10845.900765/2006-67 - Nome do Contribuinte: AGENCIA MARITIMA GRANEL LTDA - RECURSO VOLUNTARIO -
14 - Processo: 10845.900768/2006-09 - Nome do Contribuinte: AGENCIA MARITIMA GRANEL LTDA - RECURSO VOLUNTARIO -
Relator: ODASSI GUERZONI FILHO
15 - Processo: 11080.911288/2009-60 - Nome do Contribuinte: CENTRO CLINICO GRAVATAI LTDA - RECURSO VOLUNTARIO -
16 - Processo: 11080.911289/2009-12 - Nome do Contribuinte: CENTRO CLINICO GRAVATAI LTDA - RECURSO VOLUNTARIO -
17 - Processo: 11080.911290/2009-39 - Nome do Contribuinte: CENTRO CLINICO GRAVATAI LTDA - RECURSO VOLUNTARIO -
18 - Processo: 11080.911291/2009-83 - Nome do Contribuinte: CENTRO CLINICO GRAVATAI LTDA - RECURSO VOLUNTARIO -
19 - Processo: 11080.911293/2009-72 - Nome do Contribuinte: CENTRO CLINICO GRAVATAI LTDA - RECURSO VOLUNTARIO -
20 - Processo: 11080.911322/2009-04 - Nome do Contribuinte: CENTRO CLINICO GRAVATAI LTDA - RECURSO VOLUNTARIO -
21 - Processo: 11080.911327/2009-29 - Nome do Contribuinte: CENTRO CLINICO GRAVATAI LTDA - RECURSO VOLUNTARIO -
22 - Processo: 11080.911592/2009-15 - Nome do Contribuinte: CENTRO CLINICO GRAVATAI LTDA - RECURSO VOLUNTARIO -
23 - Processo: 11080.919945/2009-17 - Nome do Contribuinte: CENTRO CLINICO GRAVATAI LTDA - RECURSO VOLUNTARIO -
24 - Processo: 11080.919954/2009-16 - Nome do Contribuinte: CENTRO CLINICO GRAVATAI LTDA - RECURSO VOLUNTARIO -
25 - Processo: 11080.919953/2009-63 - Nome do Contribuinte: CENTRO CLINICO GRAVATAI LTDA - RECURSO VOLUNTARIO -
26 - Processo: 11080.919964/2009-43 - Nome do Contribuinte: CENTRO CLINICO GRAVATAI LTDA - RECURSO VOLUNTARIO -
Relator: FERNANDO MARQUES CLETO DUARTE
27 - Processo: 13841.000383/99-15 - Nome do Contribuinte: CIMENTOLANDIA COM.REPRES. MAT. CONSTR. L - RECURSO VOLUNTARIO -

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

DIA 07 DE JULHO DE 2011, ÀS 14:00 HORAS
Relator: EMANUEL CARLOS DANTAS DE ASSIS
28 - Processo: 19515.003893/2003-24 - Nome do Contribuinte: ASTER PETROLEO LTDA. - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO -
29 - Processo: 11065.000570/2005-84 - Nome do Contribuinte: AUTOMACAO COMERCIO E INDUSTRIA DE IMPRESSOS LTDA - RECURSO VOLUNTARIO -
30 - Processo: 13652.000154/2005-91 - Nome do Contribuinte: EXPORTADORA DE CAFE GUAXUPE LTDA - RECURSO VOLUNTARIO -
31 - Processo: 13819.001963/2002-28 - Nome do Contribuinte: FRIGORIFICO MARBA LTDA - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO -
32 - Processo: 11065.001293/2003-65 - Nome do Contribuinte: KNAUF ISOPOR LTDA - RECURSO VOLUNTARIO -
33 - Processo: 10940.900093/2006-10 - Nome do Contribuinte: MADEIRAS GUAMIRANGA LTDA - RECURSO VOLUNTARIO -
34 - Processo: 10940.900096/2006-45 - Nome do Contribuinte: MADEIRAS GUAMIRANGA LTDA - RECURSO VOLUNTARIO -
35 - Processo: 10940.900092/2006-67 - Nome do Contribuinte: MADEIRAS GUAMIRANGA LTDA - RECURSO VOLUNTARIO -
36 - Processo: 13976.000467/2003-25 - Nome do Contribuinte: MOVEIS RUDNICK S A - RECURSO VOLUNTARIO -
37 - Processo: 10680.007677/2004-52 - Nome do Contribuinte: UNIMED BELO HORIZONTE COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO -
Relator: JEAN CLEUTER SIMOES MENDONCA
38 - Processo: 10215.900056/2009-41 - Nome do Contribuinte: DISTRIBUIDORA CERPA DO TAPAJOS LTDA - RECURSO VOLUNTARIO -
39 - Processo: 10215.900057/2009-95 - Nome do Contribuinte: DISTRIBUIDORA CERPA DO TAPAJOS LTDA - RECURSO VOLUNTARIO -
40 - Processo: 10215.900058/2009-30 - Nome do Contribuinte: DISTRIBUIDORA CERPA DO TAPAJOS LTDA - RECURSO VOLUNTARIO -
41 - Processo: 10215.900059/2009-84 - Nome do Contribuinte: DISTRIBUIDORA CERPA DO TAPAJOS LTDA - RECURSO VOLUNTARIO -
42 - Processo: 13601.000085/2003-50 - Nome do Contribuinte: FIAT AUTOMOVEIS SA - RECURSO VOLUNTARIO -
Relator: ODASSI GUERZONI FILHO
43 - Processo: 16327.004299/2002-07 - Nome do Contribuinte: ITAU UNIBANCO S.A. - RECURSO VOLUNTARIO -
44 - Processo: 13807.006587/2001-16 - Nome do Contribuinte: PERFUMES DANA DO BRASIL LTDA. - RECURSO VOLUNTARIO -

Relator: FERNANDO MARQUES CLETO DUARTE
45 - Processo: 11686.000164/2008-57 - Nome do Contribuinte: COMPANHIA RIOGRANDENSE DE MINERACAO CRM - RECURSO VOLUNTARIO -
46 - Processo: 11686.000165/2008-00 - Nome do Contribuinte: COMPANHIA RIOGRANDENSE DE MINERACAO CRM - RECURSO VOLUNTARIO -
47 - Processo: 11686.000163/2008-11 - Nome do Contribuinte: COMPANHIA RIOGRANDENSE DE MINERACAO CRM - RECURSO VOLUNTARIO -
48 - Processo: 11686.000166/2008-46 - Nome do Contribuinte: COMPANHIA RIOGRANDENSE DE MINERACAO CRM - RECURSO VOLUNTARIO -
49 - Processo: 11686.000167/2008-91 - Nome do Contribuinte: COMPANHIA RIOGRANDENSE DE MINERACAO CRM - RECURSO VOLUNTARIO -
50 - Processo: 11686.000168/2008-35 - Nome do Contribuinte: COMPANHIA RIOGRANDENSE DE MINERACAO CRM - RECURSO VOLUNTARIO -
51 - Processo: 11686.000169/2008-80 - Nome do Contribuinte: COMPANHIA RIOGRANDENSE DE MINERACAO CRM - RECURSO VOLUNTARIO -
52 - Processo: 11686.000170/2008-12 - Nome do Contribuinte: COMPANHIA RIOGRANDENSE DE MINERACAO CRM - RECURSO VOLUNTARIO -

DIA 08 DE JULHO DE 2011, ÀS 09:00 HORAS
Relator: EMANUEL CARLOS DANTAS DE ASSIS
53 - Processo: 10860.901092/2008-36 - Nome do Contribuinte: DUBUIT PAINT TINTAS E VERNIZES LTDA. - RECURSO VOLUNTARIO -
54 - Processo: 10860.901095/2008-70 - Nome do Contribuinte: DUBUIT PAINT TINTAS E VERNIZES LTDA. - RECURSO VOLUNTARIO -
55 - Processo: 10860.901111/2008-24 - Nome do Contribuinte: DUBUIT PAINT TINTAS E VERNIZES LTDA. - RECURSO VOLUNTARIO -
56 - Processo: 10860.901135/2008-83 - Nome do Contribuinte: DUBUIT PAINT TINTAS E VERNIZES LTDA. - RECURSO VOLUNTARIO -
57 - Processo: 10860.901137/2008-72 - Nome do Contribuinte: DUBUIT PAINT TINTAS E VERNIZES LTDA. - RECURSO VOLUNTARIO -
58 - Processo: 10860.901138/2008-17 - Nome do Contribuinte: DUBUIT PAINT TINTAS E VERNIZES LTDA. - RECURSO VOLUNTARIO -
59 - Processo: 10860.901139/2008-61 - Nome do Contribuinte: DUBUIT PAINT TINTAS E VERNIZES LTDA. - RECURSO VOLUNTARIO -
60 - Processo: 10860.901772/2009-31 - Nome do Contribuinte: DUBUIT PAINT TINTAS E VERNIZES LTDA. - RECURSO VOLUNTARIO -
61 - Processo: 10860.901784/2009-65 - Nome do Contribuinte: DUBUIT PAINT TINTAS E VERNIZES LTDA. - RECURSO VOLUNTARIO -
62 - Processo: 10860.901919/2009-92 - Nome do Contribuinte: DUBUIT PAINT TINTAS E VERNIZES LTDA. - RECURSO VOLUNTARIO -
63 - Processo: 10860.901785/2009-18 - Nome do Contribuinte: DUBUIT PAINT TINTAS E VERNIZES LTDA. - RECURSO VOLUNTARIO -
Relator: JEAN CLEUTER SIMOES MENDONCA
64 - Processo: 10580.900759/2008-20 - Nome do Contribuinte: MOVESA MAQUINAS LTDA - RECURSO VOLUNTARIO -
65 - Processo: 10580.900763/2008-98 - Nome do Contribuinte: MOVESA MAQUINAS LTDA - RECURSO VOLUNTARIO -
66 - Processo: 10580.900827/2008-51 - Nome do Contribuinte: MOVESA MAQUINAS LTDA - RECURSO VOLUNTARIO -
67 - Processo: 10580.900876/2008-93 - Nome do Contribuinte: MOVESA MAQUINAS LTDA - RECURSO VOLUNTARIO -
68 - Processo: 10580.900984/2008-66 - Nome do Contribuinte: MOVESA MAQUINAS LTDA - RECURSO VOLUNTARIO -
69 - Processo: 10580.901079/2008-23 - Nome do Contribuinte: MOVESA MAQUINAS LTDA - RECURSO VOLUNTARIO -
70 - Processo: 10580.902205/2008-67 - Nome do Contribuinte: MOVESA MAQUINAS LTDA - RECURSO VOLUNTARIO -
71 - Processo: 10580.902241/2008-21 - Nome do Contribuinte: MOVESA MAQUINAS LTDA - RECURSO VOLUNTARIO -
Relator: FERNANDO MARQUES CLETO DUARTE
72 - Processo: 10860.900400/2009-97 - Nome do Contribuinte: DUBUIT PAINT TINTAS E VERNIZES LTDA. - RECURSO VOLUNTARIO -
73 - Processo: 10860.901105/2008-77 - Nome do Contribuinte: DUBUIT PAINT TINTAS E VERNIZES LTDA. - RECURSO VOLUNTARIO -
74 - Processo: 10860.901134/2008-39 - Nome do Contribuinte: DUBUIT PAINT TINTAS E VERNIZES LTDA. - RECURSO VOLUNTARIO -
75 - Processo: 10860.901136/2008-28 - Nome do Contribuinte: DUBUIT PAINT TINTAS E VERNIZES LTDA. - RECURSO VOLUNTARIO -
76 - Processo: 10860.901788/2009-43 - Nome do Contribuinte: DUBUIT PAINT TINTAS E VERNIZES LTDA. - RECURSO VOLUNTARIO -

DIA 08 DE JULHO DE 2011, ÀS 14:00 HORAS
Relator: EMANUEL CARLOS DANTAS DE ASSIS
77 - Processo: 11516.004065/2007-15 - Nome do Contribuinte: AGROVENETO S.A. - INDUSTRIA DE ALIMENTOS - RECURSO VOLUNTARIO -
78 - Processo: 11516.004068/2007-59 - Nome do Contribuinte: AGROVENETO S.A. - INDUSTRIA DE ALIMENTOS - RECURSO VOLUNTARIO -
79 - Processo: 11516.004062/2007-81 - Nome do Contribuinte: AGROVENETO S.A. - INDUSTRIA DE ALIMENTOS - RECURSO VOLUNTARIO -
80 - Processo: 13890.000160/2002-93 - Nome do Contribuinte: CEDASA INDUSTRIA E COMERCIO DE PISOS LTDA - RECURSO VOLUNTARIO -
81 - Processo: 13890.000161/2002-38 - Nome do Contribuinte: CEDASA INDUSTRIA E COMERCIO DE PISOS LTDA - RECURSO VOLUNTARIO -
82 - Processo: 13832.000279/2002-51 - Nome do Contribuinte: CEREALISTA TROVA LTDA - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO -
83 - Processo: 10980.000111/2001-72 - Nome do Contribuinte: CONDOR SUPER CENTER LTDA - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO -

84 - Processo: 11030.002716/2002-81 - Nome do Contribuinte: COOP.ECON.CRED.MUTUO DOS MEDICOS PLAN.ME - RECURSO VOLUNTARIO
85 - Processo: 10920.000170/2004-06 - Nome do Contribuinte: TERMOTECNICA LTDA - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO -
86 - Processo: 10880.026279/96-71 - Nome do Contribuinte: UNIPEL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO -
87 - Processo: 10245.900315/2009-86 - Nome do Contribuinte: VIMEZER FORNC DE SERV LTDA - RECURSO VOLUNTARIO -
88 - Processo: 10245.900257/2009-91 - Nome do Contribuinte: VIMEZER FORNC DE SERV LTDA - RECURSO VOLUNTARIO -
89 - Processo: 10245.900338/2009-91 - Nome do Contribuinte: VIMEZER FORNC DE SERV LTDA - RECURSO VOLUNTARIO -
Relator: ODASSI GUERZONI FILHO
90 - Processo: 13807.004300/2002-02 - Nome do Contribuinte: GRAFICA ROMITI LIMITADA - RECURSO VOLUNTARIO -
91 - Processo: 13807.004301/2002-49 - Nome do Contribuinte: GRAFICA ROMITI LIMITADA - RECURSO VOLUNTARIO -
92 - Processo: 13857.000113/2001-75 - Nome do Contribuinte: TECUMSEH DO BRASIL LTDA - RECURSO VOLUNTARIO -
Relator: FERNANDO MARQUES CLETO DUARTE
93 - Processo: 10865.002353/2007-11 - Nome do Contribuinte: INTERNATIONAL PAPER DO BRASIL LTDA. - RECURSO VOLUNTARIO -
94 - Processo: 10073.000768/2003-34 - Nome do Contribuinte: PROSIMTRA PRONTO SOCORRO INFANTIL MOLEQUE TRAVESSO LTDA - RECURSO VOLUNTARIO -

GILSON MACEDO ROSENBURG FILHO
Presidente da Turma

ELAINE ALICE ANDRADE LIMA
Secretária

2ª TURMA ORDINÁRIA

PAUTA DE JULGAMENTOS

Pauta de julgamento dos recursos das sessões ordinárias a serem realizadas nas datas a seguir mencionadas , Setor Comercial Sul, Quadra 01, Edifício Alvorada, em Brasília - Distrito Federal.

Serão julgados na primeira sessão ordinária subseqüente, independente de nova publicação, os recursos cuja decisão tenha sido adiada, em razão de pedido de vista de Conselheiro, não-comparecimento do Conselheiro-Relator, falta de tempo na sessão marcada, ser feriado ou ponto facultativo ou por outro motivo objeto de decisão do Colegiado.

DIA 6 DE JULHO DE 2011, ÀS 09:00 HORAS

Relator: NAYRA BASTOS MANATTA
1 - Processo: 13881.000166/00-19 - Nome do Contribuinte: AMSTED-MAXION FUNDICAO E EQUIPAMENTOS FERROVIARIOS S/A - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO -
2 - Processo: 10675.001876/2007-79 - Nome do Contribuinte: UNIMED ITUIUTABA COOP. TRAB. MEDICO LTDA - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO
Relator: JULIO CESAR ALVES RAMOS
3 - Processo: 10280.002761/2005-73 - Nome do Contribuinte: ALBRAS ALUMINIO BRASILEIRO S/A - RECURSO VOLUNTARIO
4 - Processo: 10280.002620/2005-51 - Nome do Contribuinte: ALBRAS ALUMINIO BRASILEIRO S/A - RECURSO VOLUNTARIO
5 - Processo: 10280.003387/2004-42 - Nome do Contribuinte: ALBRAS-ALUMINIO BRASILEIRO S.A - RECURSO VOLUNTARIO
6 - Processo: 10280.002764/2005-15 - Nome do Contribuinte: ALBRAS ALUMINIO BRASILEIRO S/A - RECURSO VOLUNTARIO
7 - Processo: 10280.003388/2004-97 - Nome do Contribuinte: ALBRAS-ALUM BRASILEIRO S.A - RECURSO VOLUNTARIO
8 - Processo: 10280.003389/2004-31 - Nome do Contribuinte: ALBRAS-ALUM BRASIELIRO S.A - RECURSO VOLUNTARIO
9 - Processo: 10280.003547/2004-53 - Nome do Contribuinte: ALBRAS-ALUM BRASILEIRO S.A - RECURSO VOLUNTARIO -
10 - Processo: 10680.913100/2009-96 - Nome do Contribuinte: ARCELORMITTAL INOX BRASIL S.A. - RECURSO VOLUNTARIO -
11 - Processo: 10680.913114/2009-18 - Nome do Contribuinte: ARCELORMITTAL INOX BRASIL S.A. - RECURSO VOLUNTARIO -
12 - Processo: 10680.933886/2009-68 - Nome do Contribuinte: ARCELOR BRASIL SA - RECURSO VOLUNTARIO -
13 - Processo: 10680.912629/2009-92 - Nome do Contribuinte: ARCELORMITTAL BRASIL S.A. - RECURSO VOLUNTARIO -
14 - Processo: 10680.913110/2009-21 - Nome do Contribuinte: ARCELORMITTAL INOX BRASIL S.A. - RECURSO VOLUNTARIO -
15 - Processo: 10680.912628/2009-48 - Nome do Contribuinte: ARCELORMITTAL BRASIL S.A. - RECURSO VOLUNTARIO -
16 - Processo: 10680.933505/2009-41 - Nome do Contribuinte: ARCELORMITTAL BRASIL S.A. - RECURSO VOLUNTARIO -
17 - Processo: 10680.913112/2009-11 - Nome do Contribuinte: ARCELORMITTAL INOX BRASIL S.A. - RECURSO VOLUNTARIO -
18 - Processo: 10680.913105/2009-19 - Nome do Contribuinte: ARCELORMITTAL INOX BRASIL S.A. - RECURSO VOLUNTARIO -
19 - Processo: 10680.913099/2009-08 - Nome do Contribuinte: ARCELORMITTAL INOX BRASIL S.A. - RECURSO VOLUNTARIO -
20 - Processo: 11065.916360/2009-33 - Nome do Contribuinte: INSTALADORA ELETRICA N. S. LTDA - RECURSO VOLUNTARIO -
21 - Processo: 11065.916359/2009-17 - Nome do Contribuinte: INSTALADORA ELETRICA N. S. LTDA - RECURSO VOLUNTARIO -
22 - Processo: 11065.916361/2009-88 - Nome do Contribuinte: INSTALADORA ELETRICA N. S. LTDA - RECURSO VOLUNTARIO -
23 - Processo: 11065.912683/2009-58 - Nome do Contribuinte: INSTALADORA ELETRICA N. S. LTDA - RECURSO VOLUNTARIO -
24 - Processo: 11065.912684/2009-01 - Nome do Contribuinte: INSTALADORA ELETRICA N. S. LTDA - RECURSO VOLUNTARIO -
25 - Processo: 11065.914296/2009-56 - Nome do Contribuinte: INSTALADORA ELETRICA N. S. LTDA - RECURSO VOLUNTARIO -
26 - Processo: 11065.915162/2009-52 - Nome do Contribuinte: INSTALADORA ELETRICA N. S. LTDA - RECURSO VOLUNTARIO -
27 - Processo: 11065.916335/2009-50 - Nome do Contribuinte: INSTALADORA ELETRICA N. S. LTDA - RECURSO VOLUNTARIO -
28 - Processo: 11065.916336/2009-02 - Nome do Contribuinte: INSTALADORA ELETRICA N. S. LTDA - RECURSO VOLUNTARIO -
29 - Processo: 11065.916337/2009-49 - Nome do Contribuinte: INSTALADORA ELETRICA N. S. LTDA - RECURSO VOLUNTARIO -
30 - Processo: 11065.916338/2009-93 - Nome do Contribuinte: INSTALADORA ELETRICA N. S. LTDA - RECURSO VOLUNTARIO -

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

31 - Processo: 11065.916339/2009-38 - Nome do Contribuinte: INSTALADORA ELETRICA N. S. LTDA - RECURSO VOLUNTARIO -
32 - Processo: 11065.916340/2009-62 - Nome do Contribuinte: INSTALADORA ELETRICA N. S. LTDA - RECURSO VOLUNTARIO -
33 - Processo: 11065.916341/2009-15 - Nome do Contribuinte: INSTALADORA ELETRICA N. S. LTDA - RECURSO VOLUNTARIO -
34 - Processo: 11065.916342/2009-51 - Nome do Contribuinte: INSTALADORA ELETRICA N. S. LTDA - RECURSO VOLUNTARIO -
35 - Processo: 11065.916343/2009-04 - Nome do Contribuinte: INSTALADORA ELETRICA N. S. LTDA - RECURSO VOLUNTARIO -
36 - Processo: 11065.916344/2009-41 - Nome do Contribuinte: INSTALADORA ELETRICA N. S. LTDA - RECURSO VOLUNTARIO -
37 - Processo: 11065.916345/2009-95 - Nome do Contribuinte: INSTALADORA ELETRICA N. S. LTDA - RECURSO VOLUNTARIO -
38 - Processo: 11065.916346/2009-30 - Nome do Contribuinte: INSTALADORA ELETRICA N. S. LTDA - RECURSO VOLUNTARIO -
39 - Processo: 11065.916347/2009-84 - Nome do Contribuinte: INSTALADORA ELETRICA N. S. LTDA - RECURSO VOLUNTARIO -
40 - Processo: 11065.916348/2009-29 - Nome do Contribuinte: INSTALADORA ELETRICA N. S. LTDA - RECURSO VOLUNTARIO -
41 - Processo: 11065.916349/2009-73 - Nome do Contribuinte: INSTALADORA ELETRICA N. S. LTDA - RECURSO VOLUNTARIO -
42 - Processo: 11065.916350/2009-06 - Nome do Contribuinte: INSTALADORA ELETRICA N. S. LTDA - RECURSO VOLUNTARIO -
43 - Processo: 11065.916351/2009-42 - Nome do Contribuinte: INSTALADORA ELETRICA N. S. LTDA - RECURSO VOLUNTARIO -
44 - Processo: 11065.916352/2009-97 - Nome do Contribuinte: INSTALADORA ELETRICA N. S. LTDA - RECURSO VOLUNTARIO -
45 - Processo: 11065.916353/2009-31 - Nome do Contribuinte: INSTALADORA ELETRICA N. S. LTDA - RECURSO VOLUNTARIO -
46 - Processo: 11065.916354/2009-86 - Nome do Contribuinte: INSTALADORA ELETRICA N. S. LTDA - RECURSO VOLUNTARIO -
47 - Processo: 11065.916355/2009-21 - Nome do Contribuinte: INSTALADORA ELETRICA N. S. LTDA - RECURSO VOLUNTARIO -
48 - Processo: 11065.916356/2009-75 - Nome do Contribuinte: INSTALADORA ELETRICA N. S. LTDA - RECURSO VOLUNTARIO -
49 - Processo: 11065.916357/2009-10 - Nome do Contribuinte: INSTALADORA ELETRICA N. S. LTDA - RECURSO VOLUNTARIO -

Relator: JOAO CARLOS CASSULI JUNIOR
50 - Processo: 10783.902214/2008-71 - Nome do Contribuinte: TELEVISAO VITORIA S/A - RECURSO VOLUNTARIO -
51 - Processo: 10783.902216/2008-61 - Nome do Contribuinte: TELEVISAO VITORIA S/A - RECURSO VOLUNTARIO -
52 - Processo: 10783.902694/2008-71 - Nome do Contribuinte: TELEVISAO VITORIA S/A - RECURSO VOLUNTARIO -
53 - Processo: 10783.902695/2008-15 - Nome do Contribuinte: TELEVISAO VITORIA S/A - RECURSO VOLUNTARIO -
54 - Processo: 10783.902702/2008-89 - Nome do Contribuinte: TELEVISAO VITORIA S/A - RECURSO VOLUNTARIO -
55 - Processo: 10783.903255/2008-85 - Nome do Contribuinte: TELEVISAO VITORIA S/A - RECURSO VOLUNTARIO -
56 - Processo: 10783.903256/2008-20 - Nome do Contribuinte: TELEVISAO VITORIA S/A - RECURSO VOLUNTARIO -

Relator: SILVIA DE BRITO OLIVEIRA
57 - Processo: 10783.915612/2009-39 - Nome do Contribuinte: AEROPORTO VEICULOS LTDA - RECURSO VOLUNTARIO -
58 - Processo: 10783.915620/2009-85 - Nome do Contribuinte: AEROPORTO VEICULOS LTDA - RECURSO VOLUNTARIO -
59 - Processo: 10783.915624/2009-63 - Nome do Contribuinte: AEROPORTO VEICULOS LTDA - RECURSO VOLUNTARIO -
60 - Processo: 10783.915627/2009-05 - Nome do Contribuinte: AEROPORTO VEICULOS LTDA - RECURSO VOLUNTARIO -
61 - Processo: 10783.915639/2009-21 - Nome do Contribuinte: AEROPORTO VEICULOS LTDA - RECURSO VOLUNTARIO -
62 - Processo: 13884.002990/2004-04 - Nome do Contribuinte: DISTRIBUIDORA E DROGARIA SETE IRMAOS LTD - RECURSO VOLUNTARIO -
63 - Processo: 10680.022533/99-25 - Nome do Contribuinte: DN ADMINISTRADORA DE CONSORCIOS LTDA - RECURSO VOLUNTARIO -
64 - Processo: 10882.000449/2005-66 - Nome do Contribuinte: DRIMYS COMUNICACAO GRAFICA E EDITORA LTDA - ME - RECURSO VOLUNTARIO -
65 - Processo: 10830.004644/2001-47 - Nome do Contribuinte: FUNDACAO ECONOMIA DE CAMPINAS - RECURSO VOLUNTARIO -

Relator: JULIO CESAR ALVES RAMOS
66 - Processo: 11065.916358/2009-64 - Nome do Contribuinte: INSTALADORA ELETRICA N. S. LTDA - RECURSO VOLUNTARIO

DIA 6 DE JULHO DE 2011, ÀS 14:00 HORAS

Relator: NAYRA BASTOS MANATTA
67 - Processo: 15374.000066/00-10 - Nome do Contribuinte: FB ASSESSORIA E CONSTRUES LTDA - RECURSO VOLUNTARIO -
68 - Processo: 10073.900566/2008-07 - Nome do Contribuinte: PEUGEOT-CITROEN DO BRASIL AUTOMOVEIS LTDA - RECURSO VOLUNTARIO -
69 - Processo: 10073.900605/2008-68 - Nome do Contribuinte: PEUGEOT-CITROEN DO BRASIL AUTOMOVEIS LTDA - RECURSO VOLUNTARIO -
70 - Processo: 10073.900700/2008-61 - Nome do Contribuinte: PEUGEOT-CITROEN DO BRASIL AUTOMOVEIS LTDA - RECURSO VOLUNTARIO -
71 - Processo: 10073.900703/2008-03 - Nome do Contribuinte: PEUGEOT-CITROEN DO BRASIL AUTOMOVEIS LTDA - RECURSO VOLUNTARIO -
72 - Processo: 10073.902255/2009-55 - Nome do Contribuinte: PEUGEOT-CITROEN DO BRASIL AUTOMOVEIS LTDA - RECURSO VOLUNTARIO -
73 - Processo: 10980.007329/00-79 - Nome do Contribuinte: POSTO RODOVIA DOS MINERIOS LTDA - RECURSO VOLUNTARIO -

Relator: JULIO CESAR ALVES RAMOS
74 - Processo: 13808.001615/00-19 - Nome do Contribuinte: LARK SA MAQUINAS E EQUIPAMENTOS - RECURSO VOLUNTARIO -
75 - Processo: 11516.001481/2004-19 - Nome do Contribuinte: MARTINHO MENDES & CIA LTDA - RECURSO VOLUNTARIO -
76 - Processo: 10882.900892/2008-81 - Nome do Contribuinte: SHERWIN-WILLIAMS DO BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA. - RECURSO VOLUNTARIO -
77 - Processo: 10882.900921/2008-13 - Nome do Contribuinte: SHERWIN-WILLIAMS DO BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA. - RECURSO VOLUNTARIO -
78 - Processo: 10882.900925/2008-93 - Nome do Contribuinte: SHERWIN-WILLIAMS DO BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA. - RECURSO VOLUNTARIO -
79 - Processo: 10882.900935/2008-29 - Nome do Contribuinte: SHERWIN-WILLIAMS DO BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA. - RECURSO VOLUNTARIO -
80 - Processo: 10882.900955/2008-08 - Nome do Contribuinte: SHERWIN-WILLIAMS DO BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA. - RECURSO VOLUNTARIO -
81 - Processo: 10882.900982/2008-72 - Nome do Contribuinte: SHERWIN-WILLIAMS DO BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA. - RECURSO VOLUNTARIO -
82 - Processo: 10882.900984/2008-61 - Nome do Contribuinte: SHERWIN-WILLIAMS DO BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA. - RECURSO VOLUNTARIO -
83 - Processo: 10882.901021/2008-85 - Nome do Contribuinte: SHERWIN-WILLIAMS DO BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA. - RECURSO VOLUNTARIO -
84 - Processo: 10882.902897/2008-49 - Nome do Contribuinte: SHERWIN-WILLIAMS DO BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA. - RECURSO VOLUNTARIO -
85 - Processo: 10882.902905/2008-57 - Nome do Contribuinte: SHERWIN-WILLIAMS DO BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA. - RECURSO VOLUNTARIO -
86 - Processo: 10882.903350/2008-61 - Nome do Contribuinte: SHERWIN-WILLIAMS DO BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA. - RECURSO VOLUNTARIO -
87 - Processo: 11065.000896/2004-21 - Nome do Contribuinte: MOSCHETTI SA EMBALAGENS - RECURSO VOLUNTARIO -
88 - Processo: 11007.000526/2003-05 - Nome do Contribuinte: AVIARIO NICOLINI LTDA - RECURSO VOLUNTARIO -
89 - Processo: 11040.900316/2009-90 - Nome do Contribuinte: ICALDA INDUSTRIA DE CONSERVAS ALIMENTICI - RECURSO VOLUNTARIO -
90 - Processo: 11040.900318/2009-89 - Nome do Contribuinte: ICALDA INDUSTRIA DE CONSERVAS ALIMENTICI - RECURSO VOLUNTARIO -
91 - Processo: 11040.900859/2008-26 - Nome do Contribuinte: ICALDA INDUSTRIA DE CONSERVAS ALIMENTICI - RECURSO VOLUNTARIO -
92 - Processo: 11040.900885/2008-54 - Nome do Contribuinte: ICALDA INDUSTRIA DE CONSERVAS ALIMENTICI - RECURSO VOLUNTARIO -
93 - Processo: 11040.900886/2008-07 - Nome do Contribuinte: ICALDA INDUSTRIA DE CONSERVAS ALIMENTICI - RECURSO VOLUNTARIO -
94 - Processo: 11040.900906/2009-12 - Nome do Contribuinte: ICALDA INDUSTRIA DE CONSERVAS ALIMENTICI - RECURSO VOLUNTARIO -

Relator: JOAO CARLOS CASSULI JUNIOR
95 - Processo: 13819.903408/2008-28 - Nome do Contribuinte: TOYOTA DO BRASIL LTDA - RECURSO VOLUNTARIO -
96 - Processo: 13819.903425/2008-65 - Nome do Contribuinte: TOYOTA DO BRASIL LTDA - RECURSO VOLUNTARIO -
97 - Processo: 13819.903426/2008-18 - Nome do Contribuinte: TOYOTA DO BRASIL LTDA - RECURSO VOLUNTARIO -
98 - Processo: 13819.903427/2008-54 - Nome do Contribuinte: TOYOTA DO BRASIL LTDA - RECURSO VOLUNTARIO -
99 - Processo: 13819.903428/2008-07 - Nome do Contribuinte: TOYOTA DO BRASIL LTDA - RECURSO VOLUNTARIO -
100 - Processo: 13819.903429/2008-43 - Nome do Contribuinte: TOYOTA DO BRASIL LTDA - RECURSO VOLUNTARIO -
101 - Processo: 13819.903430/2008-78 - Nome do Contribuinte: TOYOTA DO BRASIL LTDA - RECURSO VOLUNTARIO -
102 - Processo: 13819.903431/2008-12 - Nome do Contribuinte: TOYOTA DO BRASIL LTDA - RECURSO VOLUNTARIO -

Relator: SILVIA DE BRITO OLIVEIRA
103 - Processo: 10920.900291/2008-75 - Nome do Contribuinte: CASA DAS TINTAS MABA LTDA - RECURSO VOLUNTARIO -
104 - Processo: 10920.900348/2008-36 - Nome do Contribuinte: CASA DAS TINTAS MABA LTDA - RECURSO VOLUNTARIO -
105 - Processo: 10920.900402/2008-43 - Nome do Contribuinte: CASA DAS TINTAS MABA LTDA - RECURSO VOLUNTARIO -
106 - Processo: 10920.900403/2008-98 - Nome do Contribuinte: CASA DAS TINTAS MABA LTDA - RECURSO VOLUNTARIO -
107 - Processo: 10920.900822/2008-20 - Nome do Contribuinte: CASA DAS TINTAS MABA LTDA - RECURSO VOLUNTARIO -
108 - Processo: 10920.900923/2008-09 - Nome do Contribuinte: CASA DAS TINTAS MABA LTDA - RECURSO VOLUNTARIO -
109 - Processo: 10920.900953/2008-15 - Nome do Contribuinte: CASA DAS TINTAS MABA LTDA - RECURSO VOLUNTARIO -
110 - Processo: 10920.900899/2008-08 - Nome do Contribuinte: CASA DAS TINTAS MABA LTDA - RECURSO VOLUNTARIO -
111 - Processo: 10920.900856/2008-14 - Nome do Contribuinte: CASA DAS TINTAS MABA LTDA - RECURSO VOLUNTARIO -
112 - Processo: 10675.003001/2002-05 - Nome do Contribuinte: MARTINS COM. E SERVICOS DE DISTRIB. S/A - RECURSO VOLUNTARIO -
113 - Processo: 10783.914964/2009-77 - Nome do Contribuinte: PIANNA COMERCIO IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA - RECURSO VOLUNTARIO -
114 - Processo: 10783.914969/2009-08 - Nome do Contribuinte: PIANNA COMERCIO IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA - RECURSO VOLUNTARIO -
115 - Processo: 10783.914971/2009-79 - Nome do Contribuinte: PIANNA COMERCIO IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA - RECURSO VOLUNTARIO -
116 - Processo: 10783.914972/2009-13 - Nome do Contribuinte: PIANNA COMERCIO IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA - RECURSO VOLUNTARIO -
117 - Processo: 10783.914973/2009-68 - Nome do Contribuinte: PIANNA COMERCIO IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA - RECURSO VOLUNTARIO -
118 - Processo: 10783.914974/2009-11 - Nome do Contribuinte: PIANNA COMERCIO IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA - RECURSO VOLUNTARIO -
119 - Processo: 10783.914975/2009-57 - Nome do Contribuinte: PIANNA COMERCIO IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA - RECURSO VOLUNTARIO -
120 - Processo: 10783.914977/2009-46 - Nome do Contribuinte: PIANNA COMERCIO IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA - RECURSO VOLUNTARIO -
121 - Processo: 10783.914982/2009-59 - Nome do Contribuinte: PIANNA COMERCIO IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA - RECURSO VOLUNTARIO -
122 - Processo: 10783.914984/2009-48 - Nome do Contribuinte: PIANNA COMERCIO IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA - RECURSO VOLUNTARIO -
123 - Processo: 10783.914985/2009-92 - Nome do Contribuinte: PIANNA COMERCIO IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA - RECURSO VOLUNTARIO -

DIA 7 DE JULHO DE 2011, ÀS 09:00 HORAS

Relator: NAYRA BASTOS MANATTA
124 - Processo: 10680.009567/2007-78 - Nome do Contribuinte: COMPANHIA DE GAS DE MINAS GERAIS GASMIG - RECURSO VOLUNTARIO -
125 - Processo: 10580.005970/2002-41 - Nome do Contribuinte: DOW QUIMICA DO NORDESTE LTDA - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO -
126 - Processo: 13603.001058/2003-84 - Nome do Contribuinte: ESAB S/A INDUSTRIA E COMERCIO - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO -
127 - Processo: 11080.006376/2007-86 - Nome do Contribuinte: GERDAU ACOMINAS S/A - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO -
128 - Processo: 10980.011922/2003-61 - Nome do Contribuinte: ISDRALIT INDUSTRIA E COMERCIO LTDA - GRUPO ISDRA - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO -
129 - Processo: 10665.001171/2003-47 - Nome do Contribuinte: LAMIL LAGE MINERIOS LTDA - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO -
130 - Processo: 10665.001172/2003-91 - Nome do Contribuinte: LAMIL LAGE MINERIOS LTDA - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO -
131 - Processo: 13804.004467/2001-12 - Nome do Contribuinte: LOCALMEAT LTDA - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO -
132 - Processo: 10980.010843/2004-13 - Nome do Contribuinte: PEGUFORM DO BRASIL LTDA - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO -
133 - Processo: 10882.002788/2004-04 - Nome do Contribuinte: TATUIBI INDUSTRIA DE ALIMENTOS LTDA - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO -
134 - Processo: 11543.003908/2002-24 - Nome do Contribuinte: TELEVISAO VITORIA S/A - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO -
135 - Processo: 10680.017403/2002-18 - Nome do Contribuinte: VALADARES TECIDOS LTDA - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO -
136 - Processo: 11516.001192/2007-62 - Nome do Contribuinte: VONPAR REFRESCOS S.A - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO -
137 - Processo: 10907.002213/2002-96 - Nome do Contribuinte: SADIA S.A. - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO -

Relator: JULIO CESAR ALVES RAMOS
138 - Processo: 13054.000431/2002-62 - Nome do Contribuinte: HB COUROS LTDA. - RECURSO VOLUNTARIO -

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

139 - Processo: 13054.000691/2002-38 - Nome do Contribuinte: HB COUROS LTDA. - RECURSO VOLUNTARIO -
140 - Processo: 13054.000905/2001-95 - Nome do Contribuinte: HB COUROS LTDA. - RECURSO VOLUNTARIO -
Relator: SILVIA DE BRITO OLIVEIRA
141 - Processo: 10283.003956/2004-20 - Recorrentes: SDW SERV.EMPRESARIAIS LTDA e FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO -
142 - Processo: 11080.011288/2003-72 - Nome do Contribuinte: COPESUL-CIA PETROQUIMICA DO SUL - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO -
Relator: NAYRA BASTOS MANATTA
143 - Processo: 10680.008713/2006-67 - Nome do Contribuinte: COMPANHIA DE GAS DE MINAS GERAIS GASMIG - RECURSO VOLUNTARIO -

NAYRA BASTOS MANATTA
Presidente da Turma

ELAINE ALICE ANDRADE LIMA
Secretária

3ª TURMA ORDINÁRIA

PAUTA DE JULGAMENTOS

Pauta de julgamento dos recursos das sessões ordinárias a serem realizadas nas datas a seguir mencionadas , Setor Comercial Sul, Quadra 01, Edifício Alvorada, em Brasília - Distrito Federal.

Serão julgados na primeira sessão ordinária subseqüente, independente de nova publicação, os recursos cuja decisão tenha sido adiada, em razão de pedido de vista de Conselheiro, não-comparecimento do Conselheiro-Relator, falta de tempo na sessão marcada, ser feriado ou ponto facultativo ou por outro motivo objeto de decisão do Colegiado.

DIA 7 DE JULHO DE 2011, ÀS 09:00 HORAS

Relator: ANTONIO CARLOS ATULIM
1 - Processo: 13971.000375/2002-12 - Nome do Contribuinte: SCHMITZ AGROINDUSTRIAL LTDA - RECURSO VOLUNTARIO -
2 - Processo: 13971.000846/2003-65 - Nome do Contribuinte: SCHMITZ AGROINDUSTRIAL LTDA - RECURSO VOLUNTARIO -
3 - Processo: 13971.001156/2005-95 - Nome do Contribuinte: SCHMITZ AGROINDUSTRIAL LTDA - RECURSO VOLUNTARIO -
4 - Processo: 13971.001157/2005-30 - Nome do Contribuinte: SCHMITZ AGROINDUSTRIAL LTDA - RECURSO VOLUNTARIO -
5 - Processo: 13971.001161/2005-06 - Nome do Contribuinte: SCHMITZ AGROINDUSTRIAL LTDA - RECURSO VOLUNTARIO -
6 - Processo: 13971.001162/2005-42 - Nome do Contribuinte: SCHMITZ AGROINDUSTRIAL LTDA - RECURSO VOLUNTARIO -
7 - Processo: 13971.001163/2005-97 - Nome do Contribuinte: SCHMITZ AGROINDUSTRIAL LTDA - RECURSO VOLUNTARIO -
8 - Processo: 13971.001166/2005-21 - Nome do Contribuinte: SCHMITZ AGROINDUSTRIAL LTDA - RECURSO VOLUNTARIO -
9 - Processo: 13971.001405/2002-08 - Nome do Contribuinte: SCHMITZ AGROINDUSTRIAL LTDA - RECURSO VOLUNTARIO -
10 - Processo: 13971.002258/2002-85 - Nome do Contribuinte: SCHMITZ AGROINDUSTRIAL LTDA - RECURSO VOLUNTARIO -
11 - Processo: 13971.002848/2002-16 - Nome do Contribuinte: SCHMITZ AGROINDUSTRIAL LTDA - RECURSO VOLUNTARIO -
Relator: LIDUINA MARIA ALVES MACAMBIRA
12 - Processo: 10480.900777/2008-30 - Recorrente: ARISTIDES JOSE CAVALCANTI BATISTA ADVOGADOS ASSOCIADOS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO -
13 - Processo: 10480.900878/2008-19 - Recorrente: ARISTIDES JOSE CAVALCANTI BATISTA ADVOGADOS ASSOCIADOS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO -
14 - Processo: 10480.900934/2008-15 - Recorrente: ARISTIDES JOSE CAVALCANTI BATISTA ADVOGADOS ASSOCIADOS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO -
15 - Processo: 10480.900990/2008-41 - Recorrente: ARISTIDES JOSE CAVALCANTI BATISTA ADVOGADOS ASSOCIADOS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO -
16 - Processo: 10480.900999/2008-52 - Recorrente: ARISTIDES JOSE CAVALCANTI BATISTA ADVOGADOS ASSOCIADOS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO -
17 - Processo: 10480.901091/2008-66 - Recorrente: ARISTIDES JOSE CAVALCANTI BATISTA ADVOGADOS ASSOCIADOS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO -
18 - Processo: 10480.901101/2008-63 - Recorrente: ARISTIDES JOSE CAVALCANTI BATISTA ADVOGADOS ASSOCIADOS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO -
19 - Processo: 10480.901143/2008-02 - Recorrente: ARISTIDES JOSE CAVALCANTI BATISTA ADVOGADOS ASSOCIADOS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO -
20 - Processo: 10480.901234/2008-30 - Recorrente: ARISTIDES JOSE CAVALCANTI BATISTA ADVOGADOS ASSOCIADOS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO -
21 - Processo: 10480.901894/2008-11 - Recorrente: ARISTIDES JOSE CAVALCANTI BATISTA ADVOGADOS ASSOCIADOS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO -
22 - Processo: 10480.901895/2008-65 - Recorrente: ARISTIDES JOSE CAVALCANTI BATISTA ADVOGADOS ASSOCIADOS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO -
23 - Processo: 10480.901925/2008-33 - Recorrente: ARISTIDES JOSE CAVALCANTI BATISTA ADVOGADOS ASSOCIADOS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO -
24 - Processo: 10480.902113/2008-13 - Recorrente: ARISTIDES JOSE CAVALCANTI BATISTA ADVOGADOS ASSOCIADOS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO -
25 - Processo: 10480.902194/2008-43 - Recorrente: ARISTIDES JOSE CAVALCANTI BATISTA ADVOGADOS ASSOCIADOS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO -
26 - Processo: 10480.902281/2008-09 - Recorrente: ARISTIDES JOSE CAVALCANTI BATISTA ADVOGADOS ASSOCIADOS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO -
27 - Processo: 10480.902289/2008-67 - Recorrente: ARISTIDES JOSE CAVALCANTI BATISTA ADVOGADOS ASSOCIADOS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO -
28 - Processo: 10480.902320/2008-60 - Recorrente: ARISTIDES JOSE CAVALCANTI BATISTA ADVOGADOS ASSOCIADOS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO -
29 - Processo: 10480.902462/2008-27 - Recorrente: ARISTIDES JOSE CAVALCANTI BATISTA ADVOGADOS ASSOCIADOS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO -
Relator: DOMINGOS DE SA FILHO
30 - Processo: 18471.000222/2006-45 - Nome do Contribuinte: A T L TELECOM LESTE SA - RECURSO VOLUNTARIO -
31 - Processo: 13819.003065/2003-95 - Nome do Contribuinte: BANDEIRANTES INDUSTRIA GRAFICA S/A - RECURSO VOLUNTARIO -
32 - Processo: 11543.001125/2002-14 - Nome do Contribuinte: CAJUGRAM GRANITOS E MARMORES DO BRASIL LTDA - RECURSO VOLUNTARIO -
Relator: WINDERLEY MORAIS PEREIRA
33 - Processo: 11080.001888/2008-37 - Nome do Contribuinte: CENTRO CLINICO GAUCHO LTDA - RECURSO VOLUNTARIO -
34 - Processo: 11080.003219/2008-08 - Nome do Contribuinte: CENTRO CLINICO GAUCHO LTDA - RECURSO VOLUNTARIO -
35 - Processo: 11080.004427/2009-05 - Nome do Contribuinte: CENTRO CLINICO GAUCHO LTDA - RECURSO VOLUNTARIO -
36 - Processo: 11080.005733/2008-70 - Nome do Contribuinte: CENTRO CLINICO GAUCHO LTDA - RECURSO VOLUNTARIO -
37 - Processo: 11080.006572/2007-51 - Nome do Contribuinte: CENTRO CLINICO GAUCHO LTDA - RECURSO VOLUNTARIO -
38 - Processo: 11080.008347/2009-11 - Nome do Contribuinte: CENTRO CLINICO GAUCHO LTDA - RECURSO VOLUNTARIO -
39 - Processo: 11080.011033/2008-14 - Nome do Contribuinte: CENTRO CLINICO GAUCHO LTDA - RECURSO VOLUNTARIO -
40 - Processo: 11080.919306/2009-51 - Nome do Contribuinte: CENTRO CLINICO GAUCHO LTDA - RECURSO VOLUNTARIO -
41 - Processo: 11080.926547/2009-57 - Nome do Contribuinte: CENTRO CLINICO GAUCHO LTDA - RECURSO VOLUNTARIO -
42 - Processo: 11080.926548/2009-00 - Nome do Contribuinte: CENTRO CLINICO GAUCHO LTDA - RECURSO VOLUNTARIO -
43 - Processo: 11080.928216/2009-51 - Nome do Contribuinte: CENTRO CLINICO GAUCHO LTDA - RECURSO VOLUNTARIO -
44 - Processo: 11080.928218/2009-41 - Nome do Contribuinte: CENTRO CLINICO GAUCHO LTDA - RECURSO VOLUNTARIO -
45 - Processo: 11080.928219/2009-95 - Nome do Contribuinte: CENTRO CLINICO GAUCHO LTDA - RECURSO VOLUNTARIO -
Relator: IVAN ALLEGRETTI
46 - Processo: 10940.900030/2008-17 - Nome do Contribuinte: CFQ FERRAMENTAS LTDA - RECURSO VOLUNTARIO -
47 - Processo: 10940.900034/2008-03 - Nome do Contribuinte: CFQ FERRAMENTAS LTDA - RECURSO VOLUNTARIO -
48 - Processo: 10940.900572/2008-90 - Nome do Contribuinte: CFQ FERRAMENTAS LTDA - RECURSO VOLUNTARIO -
49 - Processo: 10940.900573/2008-34 - Nome do Contribuinte: CFQ FERRAMENTAS LTDA - RECURSO VOLUNTARIO -
50 - Processo: 10940.900824/2008-81 - Nome do Contribuinte: CFQ FERRAMENTAS LTDA - RECURSO VOLUNTARIO -
Relator: MARCOS TRANCHESI ORTIZ
51 - Processo: 10830.917539/2009-27 - Recorrente: CLICHERLUX INDUSTRIA E COMERCIO DE CLICHES E MATRIZES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO -
52 - Processo: 10830.917543/2009-95 - Recorrente: CLICHERLUX INDUSTRIA E COMERCIO DE CLICHES E MATRIZES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO -
53 - Processo: 10830.917545/2009-84 - Recorrente: CLICHERLUX INDUSTRIA E COMERCIO DE CLICHES E MATRIZES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO -
54 - Processo: 10830.917546/2009-29 - Recorrente: CLICHERLUX INDUSTRIA E COMERCIO DE CLICHES E MATRIZES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO -
55 - Processo: 10830.917547/2009-73 - Recorrente: CLICHERLUX INDUSTRIA E COMERCIO DE CLICHES E MATRIZES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO -
56 - Processo: 10830.917548/2009-18 - Recorrente: CLICHERLUX INDUSTRIA E COMERCIO DE CLICHES E MATRIZES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO -
57 - Processo: 10830.918763/2009-36 - Recorrente: CLICHERLUX INDUSTRIA E COMERCIO DE CLICHES E MATRIZES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO -
58 - Processo: 10830.918766/2009-70 - Recorrente: CLICHERLUX INDUSTRIA E COMERCIO DE CLICHES E MATRIZES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO -
59 - Processo: 10830.918768/2009-69 - Recorrente: CLICHERLUX INDUSTRIA E COMERCIO DE CLICHES E MATRIZES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO -
60 - Processo: 10830.918770/2009-38 - Recorrente: CLICHERLUX INDUSTRIA E COMERCIO DE CLICHES E MATRIZES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO -

DIA 7 DE JULHO DE 2011, ÀS 14:00 HORAS

Relator: ANTONIO CARLOS ATULIM
61 - Processo: 10120.901003/2009-04 - Nome do Contribuinte: UNIDROGAS INDUSTRIA E COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - RECURSO VOLUNTARIO -
62 - Processo: 10120.901004/2009-41 - Nome do Contribuinte: UNIDROGAS INDUSTRIA E COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - RECURSO VOLUNTARIO -
63 - Processo: 10120.901005/2009-95 - Nome do Contribuinte: UNIDROGAS INDUSTRIA E COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - RECURSO VOLUNTARIO -
64 - Processo: 10120.907617/2009-91 - Nome do Contribuinte: UNIDROGAS INDUSTRIA E COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - RECURSO VOLUNTARIO -
65 - Processo: 10120.907618/2009-36 - Nome do Contribuinte: UNIDROGAS INDUSTRIA E COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - RECURSO VOLUNTARIO -
66 - Processo: 10120.907619/2009-81 - Nome do Contribuinte: UNIDROGAS INDUSTRIA E COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - RECURSO VOLUNTARIO -
67 - Processo: 10120.907620/2009-13 - Nome do Contribuinte: UNIDROGAS INDUSTRIA E COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - RECURSO VOLUNTARIO -
68 - Processo: 10120.907621/2009-50 - Nome do Contribuinte: UNIDROGAS INDUSTRIA E COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - RECURSO VOLUNTARIO -
69 - Processo: 10120.909457/2009-15 - Nome do Contribuinte: UNIDROGAS INDUSTRIA E COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - RECURSO VOLUNTARIO -
70 - Processo: 10120.909458/2009-60 - Nome do Contribuinte: UNIDROGAS INDUSTRIA E COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - RECURSO VOLUNTARIO -
71 - Processo: 10120.909459/2009-12 - Nome do Contribuinte: UNIDROGAS INDUSTRIA E COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - RECURSO VOLUNTARIO -
72 - Processo: 10120.909460/2009-39 - Nome do Contribuinte: UNIDROGAS INDUSTRIA E COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - RECURSO VOLUNTARIO -
73 - Processo: 10120.909463/2009-72 - Nome do Contribuinte: UNIDROGAS INDUSTRIA E COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - RECURSO VOLUNTARIO -
74 - Processo: 10120.909464/2009-17 - Nome do Contribuinte: UNIDROGAS INDUSTRIA E COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - RECURSO VOLUNTARIO -
75 - Processo: 10120.909465/2009-61 - Nome do Contribuinte: UNIDROGAS INDUSTRIA E COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - RECURSO VOLUNTARIO -
76 - Processo: 10120.909461/2009-83 - Nome do Contribuinte: UNIDROGAS INDUSTRIA E COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - RECURSO VOLUNTARIO -
Relator: LIDUINA MARIA ALVES MACAMBIRA
77 - Processo: 10768.006339/2002-71 - Recorrente: BANESTES S/A BANCO DO EST DO ESP SANTO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO -
78 - Processo: 10950.900726/2008-24 - Recorrente: CACAU"S DISTRIBUIDORA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO -
79 - Processo: 10950.900730/2008-92 - Recorrente: CACAU"S DISTRIBUIDORA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO -
80 - Processo: 10950.900738/2008-59 - Recorrente: CACAU"S DISTRIBUIDORA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO -
81 - Processo: 10950.900743/2008-61 - Recorrente: CACAU"S DISTRIBUIDORA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO -
82 - Processo: 10950.900835/2008-41 - Recorrente: CACAU"S DISTRIBUIDORA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO -
83 - Processo: 10950.900836/2008-96 - Recorrente: CACAU"S DISTRIBUIDORA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO -
84 - Processo: 10950.900837/2008-31 - Recorrente: CACAU"S DISTRIBUIDORA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO -
85 - Processo: 10950.900838/2008-85 - Recorrente: CACAU"S DISTRIBUIDORA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO -
86 - Processo: 10950.900842/2008-43 - Recorrente: CACAU"S DISTRIBUIDORA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO -
87 - Processo: 10950.900846/2008-21 - Recorrente: CACAU"S DISTRIBUIDORA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO -
88 - Processo: 10950.900847/2008-76 - Recorrente: CACAU"S DISTRIBUIDORA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO -
89 - Processo: 10950.902023/2008-31 - Recorrente: CACAU"S DISTRIBUIDORA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO -
90 - Processo: 10950.902024/2008-85 - Recorrente: CACAU"S DISTRIBUIDORA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO -
Relator: DOMINGOS DE SA FILHO
91 - Processo: 10830.912974/2009-65 - Nome do Contribuinte: COIM BRASIL LTDA - RECURSO VOLUNTARIO -
92 - Processo: 10830.912983/2009-56 - Nome do Contribuinte: COIM BRASIL LTDA - RECURSO VOLUNTARIO -
93 - Processo: 10830.912969/2009-52 - Nome do Contribuinte: COIM BRASIL LTDA - RECURSO VOLUNTARIO -
94 - Processo: 10830.912977/2009-07 - Nome do Contribuinte: COIM BRASIL LTDA - RECURSO VOLUNTARIO -
95 - Processo: 10830.912979/2009-98 - Nome do Contribuinte: COIM BRASIL LTDA - RECURSO VOLUNTARIO -
96 - Processo: 10830.912984/2009-09 - Nome do Contribuinte: COIM BRASIL LTDA - RECURSO VOLUNTARIO -

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

97 - Processo: 10830.912988/2009-89 - Nome do Contribuinte: COIM BRASIL LTDA - RECURSO VOLUNTARIO -
98 - Processo: 10830.912993/2009-91 - Nome do Contribuinte: COIM BRASIL LTDA - RECURSO VOLUNTARIO -
99 - Processo: 10830.912998/2009-14 - Nome do Contribuinte: COIM BRASIL LTDA - RECURSO VOLUNTARIO -
100 - Processo: 10830.912999/2009-69 - Nome do Contribuinte: COIM BRASIL LTDA - RECURSO VOLUNTARIO -
101 - Processo: 10830.912991/2009-01 - Nome do Contribuinte: COIM BRASIL LTDA - RECURSO VOLUNTARIO -
102 - Processo: 10830.912989/2009-23 - Nome do Contribuinte: COIM BRASIL LTDA - RECURSO VOLUNTARIO -
103 - Processo: 10830.912965/2009-74 - Nome do Contribuinte: COIM BRASIL LTDA - RECURSO VOLUNTARIO -
Relator: WINDERLEY MORAIS PEREIRA
104 - Processo: 11020.720378/2007-96 - Nome do Contribuinte: GRANO ALIMENTOS S.A. - RECURSO VOLUNTARIO -
105 - Processo: 11020.720379/2007-31 - Nome do Contribuinte: GRANO ALIMENTOS S.A. - RECURSO VOLUNTARIO -
106 - Processo: 11020.720380/2007-65 - Nome do Contribuinte: GRANO ALIMENTOS S.A. - RECURSO VOLUNTARIO -
Relator: IVAN ALLEGRETTI
107 - Processo: 10855.900949/2008-70 - Nome do Contribuinte: CSM CARTOES DE SEGURANCA LTDA. - RECURSO VOLUNTARIO -
108 - Processo: 10855.900953/2008-38 - Nome do Contribuinte: CSM CARTOES DE SEGURANCA LTDA. - RECURSO VOLUNTARIO -
109 - Processo: 10855.901132/2008-19 - Nome do Contribuinte: CSM CARTOES DE SEGURANCA LTDA. - RECURSO VOLUNTARIO -
110 - Processo: 10875.900703/2008-60 - Nome do Contribuinte: FAMABRAS INDUSTRIA DE APARELHOS DE MEDICAO LTDA - RECURSO VOLUNTARIO -
111 - Processo: 10875.901429/2006-84 - Nome do Contribuinte: FAMABRAS INDUSTRIA DE APARELHOS DE MEDICAO LTDA - RECURSO VOLUNTARIO -
112 - Processo: 10875.901434/2006-97 - Nome do Contribuinte: FAMABRAS INDUSTRIA DE APARELHOS DE MEDICAO LTDA - RECURSO VOLUNTARIO -
113 - Processo: 10875.901432/2006-06 - Nome do Contribuinte: FAMABRAS INDUSTRIA DE APARELHOS DE MEDICAO LTDA - RECURSO VOLUNTARIO -
114 - Processo: 10875.901435/2006-31 - Nome do Contribuinte: FAMABRAS INDUSTRIA DE APARELHOS DE MEDICAO LTDA - RECURSO VOLUNTARIO -
115 - Processo: 10875.901436/2006-86 - Nome do Contribuinte: FAMABRAS INDUSTRIA DE APARELHOS DE MEDICAO LTDA - RECURSO VOLUNTARIO -
116 - Processo: 10875.901437/2006-21 - Nome do Contribuinte: FAMABRAS INDUSTRIA DE APARELHOS DE MEDICAO LTDA - RECURSO VOLUNTARIO -
117 - Processo: 10875.901439/2006-10 - Nome do Contribuinte: FAMABRAS INDUSTRIA DE APARELHOS DE MEDICAO LTDA - RECURSO VOLUNTARIO -
118 - Processo: 10875.900701/2008-71 - Nome do Contribuinte: FAMABRAS INDUSTRIA DE APARELHOS DE MEDICAO LTDA - RECURSO VOLUNTARIO -
Relator: MARCOS TRANCHESI ORTIZ
119 - Processo: 10508.000254/2002-41 - Recorrente: NETGATE INTERNACIONAL DE ELETRONICA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO -

DIA 8 DE JULHO DE 2011, ÀS 09:00 HORAS

Relator: ANTONIO CARLOS ATULIM
120 - Processo: 10850.001403/98-23 - Recorrente: CARGILL CITRUS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO -
Relator: LIDUINA MARIA ALVES MACAMBIRA
121 - Processo: 10850.903894/2009-81 - Recorrente: INDUSTRIAS REUNIDAS COLOMBO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO -
122 - Processo: 10850.903969/2009-23 - Recorrente: INDUSTRIAS REUNIDAS COLOMBO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO -
123 - Processo: 10850.906666/2009-62 - Recorrente: INDUSTRIAS REUNIDAS COLOMBO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO -
124 - Processo: 10850.907366/2009-09 - Recorrente: INDUSTRIAS REUNIDAS COLOMBO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO -
125 - Processo: 10850.907367/2009-45 - Recorrente: INDUSTRIAS REUNIDAS COLOMBO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO -
126 - Processo: 10850.907368/2009-90 - Recorrente: INDUSTRIAS REUNIDAS COLOMBO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO -
127 - Processo: 10850.907743/2009-00 - Recorrente: INDUSTRIAS REUNIDAS COLOMBO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO -
128 - Processo: 10850.907744/2009-46 - Recorrente: INDUSTRIAS REUNIDAS COLOMBO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO -
129 - Processo: 10183.002708/2003-17 - Recorrente: OESTE VEICULOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO -
Relator: DOMINGOS DE SA FILHO
130 - Processo: 13727.000478/2002-66 - Nome do Contribuinte: COMERCIO DE PETROLEO E DERIVADOS COND DO RIO NOVO LTDA - RECURSO VOLUNTARIO -
131 - Processo: 13841.000115/2004-86 - Nome do Contribuinte: COMERCIAL DE PETROLEO REIS LTDA - RECURSO VOLUNTARIO -
132 - Processo: 13116.001551/2005-58 - Nome do Contribuinte: AGROPECUARIA FRIBOI LTDA - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO -
133 - Processo: 13882.000037/2002-71 - Nome do Contribuinte: GUARAUTO COMERCIAL E EMPREENDIMENTOS LTDA. - RECURSO VOLUNTARIO -
134 - Processo: 10835.720023/2005-98 - Nome do Contribuinte: MANCHESTER REPRESENTACOES S/S LTDA - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO -
135 - Processo: 11020.901652/2008-15 - Nome do Contribuinte: METALURGICA MEDALFO LTDA - RECURSO VOLUNTARIO -
136 - Processo: 11020.901653/2008-51 - Nome do Contribuinte: METALURGICA MEDALFO LTDA - RECURSO VOLUNTARIO -
137 - Processo: 11543.002661/2004-91 - Nome do Contribuinte: MULTIMEX S/A - RECURSO VOLUNTARIO -
138 - Processo: 11610.007018/2001-60 - Nome do Contribuinte: QUANTUM INTERN VENDAS E PROMOCOES LTDA - RECURSO VOLUNTARIO -
139 - Processo: 18471.002017/2007-03 - Nome do Contribuinte: REXAM BEVERAGE CAN SOUTH AMERICA S/A - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO -
Relator: WINDERLEY MORAIS PEREIRA
140 - Processo: 13884.900816/2008-44 - Nome do Contribuinte: LOJA DO PINTOR TINTAS E MATERIAIS PARA CONSTRUCAO LTDA - RECURSO VOLUNTARIO -
141 - Processo: 13884.900968/2008-47 - Nome do Contribuinte: LOJA DO PINTOR TINTAS E MATERIAIS PARA CONSTRUCAO LTDA - RECURSO VOLUNTARIO -
142 - Processo: 13884.901892/2008-77 - Nome do Contribuinte: LOJA DO PINTOR TINTAS E MATERIAIS PARA CONSTRUCAO LTDA - RECURSO VOLUNTARIO -
143 - Processo: 13884.901899/2008-99 - Nome do Contribuinte: LOJA DO PINTOR TINTAS E MATERIAIS PARA CONSTRUCAO LTDA - RECURSO VOLUNTARIO -
144 - Processo: 13884.901901/2008-20 - Nome do Contribuinte: LOJA DO PINTOR TINTAS E MATERIAIS PARA CONSTRUCAO LTDA - RECURSO VOLUNTARIO -
145 - Processo: 11020.002394/00-10 - Nome do Contribuinte: MOINHO TOMAZZONI LTDA - -
Relator: IVAN ALLEGRETTI
146 - Processo: 10380.912240/2009-21 - Nome do Contribuinte: INDAIA BRASIL AGUAS MINERAIS LTDA - RECURSO VOLUNTARIO -
147 - Processo: 10380.902490/2008-72 - Nome do Contribuinte: INDAIA BRASIL AGUAS MINERAIS LTDA - RECURSO VOLUNTARIO -
148 - Processo: 10380.904531/2009-46 - Nome do Contribuinte: INDAIA BRASIL AGUAS MINERAIS LTDA - RECURSO VOLUNTARIO -
149 - Processo: 10380.909437/2008-01 - Nome do Contribuinte: INDAIA BRASIL AGUAS MINERAIS LTDA - RECURSO VOLUNTARIO -
150 - Processo: 10380.902389/2009-01 - Nome do Contribuinte: INDAIA BRASIL AGUAS MINERAIS LTDA - RECURSO VOLUNTARIO -
151 - Processo: 10380.909436/2008-58 - Nome do Contribuinte: INDAIA BRASIL AGUAS MINERAIS LTDA - RECURSO VOLUNTARIO -
152 - Processo: 10380.912241/2009-76 - Nome do Contribuinte: INDAIA BRASIL AGUAS MINERAIS LTDA - RECURSO VOLUNTARIO -

DIA 8 DE JULHO DE 2011, ÀS 14:00 HORAS

Relator: ANTONIO CARLOS ATULIM
153 - Processo: 19515.002653/2003-11 - Nome do Contribuinte: CARREFOUR COMERCIO E INDUSTRIA LTDA - RECURSO VOLUNTARIO -
Relator: LIDUINA MARIA ALVES MACAMBIRA
154 - Processo: 11080.004527/2002-57 - Recorrente: AUVERGNE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO -
155 - Processo: 13888.001400/2003-05 - Recorrente: D SILVEIRA DIST DE CALCADOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO -
156 - Processo: 11516.000572/2005-18 - Recorrente: PERIN INDUSTRIA GRAFICA LTDA EPP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO -
157 - Processo: 10384.003796/2004-81 - Recorrente: RELLVA REFRI. IND. E COMERCIO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO -
158 - Processo: 10930.003474/2004-06 - Recorrente: VANCOUROS COMERCIO DE COUROS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO -
Relator: DOMINGOS DE SA FILHO
159 - Processo: 13854.000324/2003-08 - Nome do Contribuinte: VIRALCOOL - ACUCAR E ALCOOL LTDA. - RECURSO VOLUNTARIO -
160 - Processo: 13854.000256/2003-79 - Nome do Contribuinte: VIRALCOOL - ACUCAR E ALCOOL LTDA. - RECURSO VOLUNTARIO -
161 - Processo: 13898.000633/2002-82 - Nome do Contribuinte: SUDAMAX INDUSTRIA E COMERCIO DE CIGARROS LTDA. - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO -
162 - Processo: 18471.000361/2004-15 - Nome do Contribuinte: THERMADYNE VICTOR LTDA - RECURSO VOLUNTARIO -
Relator: MARCOS TRANCHESI ORTIZ
163 - Processo: 10860.901125/2008-48 - Recorrente: DUBUIT PAINT TINTAS E VERNIZES LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO -
164 - Processo: 10860.901147/2008-16 - Recorrente: DUBUIT PAINT TINTAS E VERNIZES LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO -
165 - Processo: 10860.901759/2009-81 - Recorrente: DUBUIT PAINT TINTAS E VERNIZES LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO -
166 - Processo: 10860.901766/2009-83 - Recorrente: DUBUIT PAINT TINTAS E VERNIZES LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO -
167 - Processo: 10860.901773/2009-85 - Recorrente: DUBUIT PAINT TINTAS E VERNIZES LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO -
168 - Processo: 10860.901776/2009-19 - Recorrente: DUBUIT PAINT TINTAS E VERNIZES LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO -
169 - Processo: 10860.901782/2009-76 - Recorrente: DUBUIT PAINT TINTAS E VERNIZES LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO -
170 - Processo: 10860.901783/2009-11 - Recorrente: DUBUIT PAINT TINTAS E VERNIZES LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO -

ANTONIO CARLOS ATULIM
Presidente da Turma

ELAINE ALICE ANDRADE LIMA
Secretária

Ministério da Integração Nacional

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 462, DE 22 DE JUNHO DE 2011

Autoriza transferência de recursos para Ações de Defesa Civil no Município de Marcelândia / MT.

O MINISTRO DE ESTADO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV da Constituição, e tendo em vista o disposto na Lei nº 12.340, de 01 de dezembro de 2010, resolve:

Art. 1º Autorizar a transferência de recursos para Reconstrução de Unidades Habitacionais no Município de Marcelândia/MT, conforme Plano de Trabalho constante no Processo nº 59050.002781/2010-12.

Art. 2º Considerando a natureza e a intensidade dos efeitos do desastre na área afetada, o prazo de execução de obras e serviços é de 365 dias, a contar da liberação dos recursos.

Art. 3º A utilização, pelo ente beneficiário, dos recursos transferidos está vinculada exclusivamente à execução das ações especificadas no art.1º desta Portaria.

Art. 4º Os recursos financeiros, relativos ao presente exercício, no valor de R$ 1.920.000,00 (um milhão, novecentos e vinte mil reais), estão autorizados por crédito extraordinário em favor do Ministério da Integração Nacional, conforme Nota de Empenho nº 2010NE000631, Programa de Trabalho 06.182.1029.4570.0103, Natureza da Despesa 44.40.42, Fonte 329, na UG 530012.

Art. 5º O repasse dos valores referidos não está condicionado à apresentação de contrapartida, por se tratar de transferência obrigatória de recursos.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FERNANDO BEZERRA COELHO

SECRETARIA DE FUNDOS REGIONAIS E INCENTIVOS FISCAIS
DEPARTAMENTO FINANCEIRO E DE RECUPERAÇÃO DE PROJETOS

PORTARIA Nº 10, DE 21 DE JUNHO DE 2011

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO FINANCEIRO E DE RECUPERAÇÃO DE PROJETOS - DFRP, no uso das atribuições que lhe confere o art. 1º da Portaria nº 373, de 20 de maio de 2011 (com retificação publicada no Diário Oficial da União de 2 de junho de 2011, Seção I, página 103), com base na Portaria MI nº 1.913, de 5 de dezembro de 2007, e considerando o que consta no Processo n° 00035.300/80, no Relatório de Acompanhamento Físico-Contábil - REAFC nº 001/2011, no Relatório de Conclusão do Projeto - RECON nº 008/2011, ambos com data base de 30 de junho de 2010, os quais atestaram a operação do Empreendimento, o percentual de implantação de 88% para um índice de liberação de recursos financeiros de 91,17%, bem como a regular aplicação dos recursos incentivados da Empresa BORBOREMA EMPREENDIMENTOS AGRÍCOLAS S.A., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 06.633.291/0001-31, localizada no Município de Pio IX, no Estado do Piauí, resolve:

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Art. 1º - Emitir o CERTIFICADO DE EMPREENDIMENTO IMPLANTADO - CEI, para fins do que dispõe o §12 do art. 5º da Lei nº 8.167, de 16 de janeiro de 1991, com a nova redação que lhe foi dada pelo art. 4º da Medida Provisória nº 2.199-14, de 24 de agosto de 2001, em favor da referida Incentivada, a qual recebeu recursos do Fundo de Investimentos do Nordeste - Finor, na modalidade do art. 5º da citada Lei.

Art. 2º - A Empresa beneficiária fica obrigada a encaminhar ao DFRP, para fins de avaliação econômica, por um período de 10 (dez) anos, cópias das demonstrações financeiras anuais, na conformidade do art. 176 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e a apresentar os demonstrativos a seguir relacionados, de acordo com os preceitos do art. 4º da Portaria MI nº 1.913, de 5 de dezembro de 2007:

I - quantidade de emprego direto mantido, comprovada pela apresentação da Guia de Recolhimento do FGTS e Informações à Previdência Social (GFIP), referente ao último mês do exercício social de cada ano;

II - valores dos tributos recolhidos a título de Imposto Sobre Serviços - ISS, Imposto sobre Circulação de Mercadoria e Prestação de Serviços - ICMS, Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ e Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI; e

III - quadro de produção e vendas realizadas.

Art. 3º - O não atendimento ao disposto no artigo anterior representará inadimplência a ser considerada por ocasião da apresentação de pleitos futuros ao Ministério da Integração Nacional.

Art. 4º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HENRIQUE SAMPAIO

Ministério da Justiça

GABINETE DO MINISTRO

DESPACHOS DO MINISTRO
Em 22 de junho de 2011

Nº 501 - Processo nº 08280.033357/2010-67. Interessado: AKHTAR HUSSAIN. Nos termos do art. 29 da Lei nº 9.474/97, indefiro o recurso.

Nº 502 - Processo nº 08505.000234/2010-68. Interessado: ALAM ZEB. Nos termos do art. 29 da Lei nº 9.474/97, indefiro o recurso.

Nº 503 - Processo nº 08280.033343/2010-43. Interessado: ALI MAQSSOD. Nos termos do art. 29 da Lei nº 9.474/97, indefiro o recurso.

Nº 504 - Processo nº 08505.096589/2009-19. Interessado: DAVID ELIAS FREITES DIAZ. Nos termos do art. 29 da Lei nº 9.474/97, indefiro o recurso.

Nº 505 - Processo nº 08505.006849/2010-06. Interessado: ELH MAMADOU ALIMOU BALDE. Nos termos do art. 29 da Lei nº 9.474/97, indefiro o recurso.

Nº 506 - Processo nº 08460.023031/2010-11. Interessado: JOÃO JOSÉ SOUSA. Nos termos do art. 29 da Lei nº 9.474/97, indefiro o recurso.

Nº 507 - Processo nº 08505.006858/2010-99. Interessado: KAMAL RAJ GAUTAM. Nos termos do art. 29 da Lei nº 9.474/97, indefiro o recurso.

Nº 508 - Processo nº 08280.010805/2010-54. Interessado: MD. HABIBUR RAHMAN. Nos termos do art. 29 da Lei nº 9.474/97, indefiro o recurso.

Nº 509 - Processo nº 08795.000876/2010-49. Interessado: MD. KAWSAR. Nos termos do art. 29 da Lei nº 9.474/97, indefiro o recurso.

Nº 510 - Processo nº 08221.00263/2010-14. Interessado: MIZANUR RAHMAN. Nos termos do art. 29 da Lei nº 9.474/97, indefiro o recurso.

Nº 511 - Processo nº 08221.000262/2010-61. Interessado: MOHAMMED YOUNUS. Nos termos do art. 29 da Lei nº 9.474/97, indefiro o recurso.

Nº 512 - Processo nº 08205.001895/2010-95. Interessado: NARCISO MUYANA MBAMBUKULU. Nos termos do art. 29 da Lei nº 9.474/97, indefiro o recurso.

Nº 513 - Processo nº 08205.001869/2010-67. Interessado: SALIM AHMMAD. Nos termos do art. 29 da Lei nº 9.474/97, indefiro o recurso.

Nº 514 - Processo nº 08280.011727/2010-13. Interessado: TRAN VAN QUANG. Nos termos do art. 29 da Lei nº 9.474/97, indefiro o recurso.

Nº 515 - Processo nº 08205.002381/2010-57. Interessado: WAFI FARAH AHMED. Nos termos do art. 29 da Lei nº 9.474/97, indefiro o recurso.

LUIZ PAULO BARRETO
Interino

CONSELHO ADMINISTRATIVO DE DEFESA ECONÔMICA

PAUTA DA 494ª SESSÃO ORDINÁRIA DE JULGAMENTO A SER REALIZADA EM 29 DE JUNHO DE 2011

Início: 10h
Ato de Concentração nº 08012.005212/2009-01
Requerentes: Satipel Industrial S.A. e Duratex S.A.
Advogados: Barbara Rosenberg, José Carlos da Matta Berardo e outros
Relator: Conselheiro Carlos Emmanuel Joppert Ragazzo
Ato de Concentração nº 08012.008526/2009-57
Requerentes: Fresenius Kabi Brasil Ltda. e Hosp-Pharma Manipulação e Suprimentos Ltda.
Advogados: Lauro Celidonio Gomes dos Reis Neto, Patrícia Avigni, Marcos Joaquim Gonçalves Alves e outros
Relator: Conselheiro Carlos Emmanuel Joppert Ragazzo
Ato de Concentração nº 08012.008810/2009-23
Requerentes: Sony Corporation, Koninklijke Philips Eletronics N.V., Panasonic Corporation, Hitachi Consumer Eletronics Co. Ltd., Samsung Eletronics Co. Ltd. e Cyberlink Corp.
Advogados: Mauro Grinberg, Leonor Cordovil, Camilla Paoletti e outros
Relator: Conselheiro Carlos Emmanuel Joppert Ragazzo
Ato de Concentração nº 08012.002570/2010-97
Requerentes: Schlumberger Limited e Smith International, Inc.
Advogados: José Augusto Caleiro Regazzini, Mário Roberto Villanova Nogueira e outros
Relator: Conselheiro Carlos Emmanuel Joppert Ragazzo
Ato de Concentração nº 08012.010365/2009-61
Requerentes: Smith International do Brasil Ltda. e San Antonio Internacional do Brasil Serviços Petróleo Ltda.
Advogados: Marcus Vinicius Versolatto, André Sigelmann e Hermano de Villemor Amaral
Relator: Conselheiro Ricardo Machado Ruiz
Ato de Concentração nº 08012.001659/2010-36
Requerentes: Zvaim Investment Holding Company Ltd. e BHC Haroshet Matechet Beit Hashita Ltd.
Advogados: Cristianne Saccab Zarzur, Marcos Pajolla Garrido e outros
Relator: Conselheiro Ricardo Machado Ruiz
Ato de Concentração nº 08012.003152/2011-06
Requerentes: Daimler Ag, Rolls Royce Group Plc E Tognum Ag.
Advogados: Alexandre Faraco, Frederico Donas e outros
Relator: Conselheiro Ricardo Machado Ruiz
Ato de Concentração nº 08012.004598/2011-40
Requerentes: Evonik Industries AG, Numitor Governance S.à.r.l, Rhône Holdings III LLC, Rhône Holdings IV LLC
Advogados: Ricardo Ferreira Pastore, Flávio Lemos Belliboni
Relator: Conselheiro Ricardo Machado Ruiz
Ato de Concentração n° 08012.000618/2011-11
Requerentes: Robert Bosch GmbH e Beissbarth GmbH.
Advogados: José Alexandre Buaiz Neto, Marco Aurélio Martins Barbosa, Leonardo Leres da
Rocha e Silva
Relator: Conselheiro Alessandro Octaviani Luis
Ato de Concentração n° 08012.003224/2011-15
Requerentes: Eaton Corporation e Internormen Technology GmbH
Advogados: Tito Amaral de Andrade, Helena de Sá e outros
Relator: Conselheiro Alessandro Octaviani Luis
Ato de Concentração n° 08012.003388/2011-34
Requerentes: Rexnord Industries, LLC e Autogard Holdings, Limited
Advogados: José Augusto Regazzini, Marcelo Calliari, Daniel Oliveira Andreoli, Luciana Féres Zogbi Porto
Relator: Conselheiro Alessandro Octaviani Luis
Ato de Concentração n° 08012.003504/2011-15
Requerentes: 245 Participações Ltda. e Trio Assessoria, Administração e Participações S.A.
Advogados: Sérgio Varella Bruna, Natalia Salzedas Pinheiro da Silveira e Valdo Cestari de
Rizzo
Relator: Conselheiro Alessandro Octaviani Luis
Ato de Concentração n° 08012.003508/2011-01
Requerentes: The Procter & Gamble Company e Teva Pharmaceutical Industries Limited
Advogados: Gabriel Nogueira Dias, Francisco Niclós Negrão e outros
Relator: Conselheiro Alessandro Octaviani Luis
Ato de Concentração n° 08012.004502/2011-43
Requerentes: Parati S.A. Participações em Ativos de Energia Elétrica e Light S.A.
Advogados: Tito Amaral de Andrade, Maria Eugenia Novis de Oliveira, Carolina Maria Matos Vieira e outros
Relator: Conselheiro Alessandro Octaviani Luis
Ato de Concentração n° 08012.004508/2011-11
Requerentes: Veremonte Participações S.A. e Sementes Selecta S.A.
Advogados: Amadeu Carvalhaes Ribeiro, Marcio Dias Soares, Luís Gustavo Haddad,
Fernanda Xavier Annenberg
Relator: Conselheiro Alessandro Octaviani Luis
Ato de Concentração n° 08012.005779/2011-93
Requerentes: BR Malls Participações S.A., Capemisa Seguradora de Vida e Previdência S.A e outros
Advogados: Cláudia da Rosa Côrtes de Lacerda
Relator: Conselheiro Alessandro Octaviani Luis
Ato de Concentração nº 08012.002944/2011-55
Requerentes: Fagerdala Brasil Ltda. e JSP Participações Ltda.
Advogados: Túlio Freitas do Egito Coelho, Francisco Ribeiro Todorov, Alessandro Marius Oliveira Martins e outros
Relator: Conselheiro Elvino de Carvalho Mendonça
Ato de Concentração nº 08012.004555/2011-64
Requerentes: Geo Eventos S.A., Carlos Vallim Pinto Martins, Raymundo Magliano Neto, Silvia Cristina Franzoi Magliano, Robert Dias Dannenberg e Trade Network Participações Ltda.
Advogados: Tercio Sampaio Ferraz Junior, Juliano Souza de Albuquerque Maranhão e outros
Relator: Conselheiro Elvino de Carvalho Mendonça
Ato de Concentração nº 08012.004593/2011-17
Requerentes: GL Eletro-Eletrônicos Ltda.; SMS Tecnologia Eletrônica Ltda.; Tecter Tecnologia e Terceirização Ltda.; Sergipel Produtos Eletrônicos Ltda.
Advogados: Mário Roberto Villanova Nogueira, Bruno de Luca Drago, Cristiane Saccab Zarzur, Lilian Barreira, e outros
Relator: Conselheiro Elvino de Carvalho Mendonça
Ato de Concentração nº 08012.004935/2011-07
Requerentes: Topázio Energética S.A. e Brasil Central Energia Ltda.
Advogados: Barbara Rosenberg e outros
Relator: Conselheiro Elvino de Carvalho Mendonça
Ato de Concentração nº 08012.012191/2010-13
Requerentes: ATG Technology Group, Inc. e Oracle Corporation
Advogados: Michelle Marques Machado, Amadeu Carvalhaes Ribeiro e outros
Relator: Conselheiro Marcos Paulo Verissimo
Ato de Concentração nº 08012.002719/2011-19
Requerentes: Koch Industries Inc., Hamworthy Combustion Engineering Ltd. e Hamworthy Combustion (USA) Inc.
Advogados: Daniel Oliveira Andreoli, Cláudio Coelho de Souza Timm, Luciana Féres Zogbi Porto, Alessandro Pezzolo Giacaglia e outros
Relator: Conselheiro Marcos Paulo Verissimo
Ato de Concentração nº 08012.002879/2011-68
Requerentes: Coniexpress S.A. Indústrias Alimentícias e H. J. Heinz Company
Advogados: Amadeu Carvalhaes Ribeiro, Stefanie Schmitt, Renata Fonseca Zuccolo e outros
Relator: Conselheiro Marcos Paulo Verissimo
Ato de Concentração nº 08012.003914/2011-66
Requerentes: ADM Participações Ltda. e Canaã Holding Participações Ltda.
Advogados: Francisco Ribeiro Todorov, Alessandro Marius Oliveira Martins, Aylla Mara de Assis e outros
Relator: Conselheiro Marcos Paulo Verissimo
Ato de Concentração nº 08012.004690/2011-18
Requerentes: AB SKF e The Timken Company
Advogados: Vivian Anne Fraga do Nascimento Arruda, Daniel Oliveira Andreoli e outros
Relator: Conselheiro Marcos Paulo Verissimo
Ato de Concentração nº 08012.004702/2011-04
Requerentes: CPFL Comercialização Brasil S.A. e Ersa - Energias Renováveis S.A.
Advogados: Francisco Ribeiro Todorov, Milena Fernandes Mundim, Renê Guilherme S. Medrado, Leonardo Felisoni Torre e outros
Relator: Conselheiro Marcos Paulo Verissimo
Ato de Concentração nº 08012.005002/2011-29
Requerentes: Rodobens Negócios Imobiliários S.A. e Salus Empreendimentos Imobiliários I Ltda.
Advogados: Joyce Midori Honda, Fabíola Carolina Lisboa Cammarota de Abreu, Ricardo Lara Gaillard e outros
Relator: Conselheiro Marcos Paulo Verissimo
Ato de Concentração nº 08012.005008/2011-04
Requerentes: Odebrecht Realizações Imobiliárias S.A., OAS Empreendimentos S.A. e ZI Participações S.A.
Advogados: Alexandre Ditzel Faraco, José Arnaldo da Fonseca Filho e outros
Relator: Conselheiro Marcos Paulo Verissimo
Medida Cautelar nº 08700.000917/2011-90
Requerente: Professional Pet Suppliers Ltda.
Requeridas: Pfizer, Inc. e Wyeth
Advogados: Carlos Amadeu B. P. de Barros, José Inácio Gonzaga Franceschini e outros
Relator: Conselheiro Elvino de Carvalho Mendonça
Averiguação Preliminar nº 08012.007684/2006-47
Representante: Câmara Municipal de Ribeirão Preto/SP
Representadas: Postos de Combustíveis de Ribeirão Preto/SP

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Relator: Conselheiro Alessandro Octaviani Luis
Processo Administrativo nº 08012.005495/2002-14
Representantes: Ministério Público do Rio Grande do Sul
Representada: Posto Zanini Ltda., Auto Abastecedora Visentin Ltda., JJ - Abastecimento, Lavagens e Lubrificação Ltda., Bresolin Auto Serviço Ltda. (matriz e filial) e seus representantes Adalberto Zanini, Nei Ideraldo Visentin, João Antônio Beninca Bergamini, José Fernando Tedoldi Ortiz e Jorge Bresolin
Advogados: Cláudio Fleck Baethgen, Hamilton da Silva Santos e outros
Relator: Conselheiro Carlos Emmanuel Joppert Ragazzo
Processo Administrativo nº 08012.001669/2004-23
Representante: Federação Nacional do Comércio de Combustíveis e de Lubrificantes - Fecombustíveis
Representados: Companhias Distribuidoras de Combustíveis
Advogados: Não consta nos autos
Relator: Conselheiro Elvino de Carvalho Mendonça

ALESSANDRO OCTAVIANI LUIS
Presidente do Conselho
Substituto

CLOVIS MANZONI DOS SANTOS LORES
Secretário do Plenário

ATA ORDINÁRIA DE DISTRIBUIÇÃO Nº 641 REALIZADA EM 22 DE JUNHO DE 2011

Hora: 10h
Presidente Substituto do Cade: Olavo Zago Chinaglia
Secretária Substituta do Plenário: Rachel de Souza Ferreira
A presente ata tem também por fim a divulgação a terceiros interessados dos atos de concentração protocolados perante o Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência, nos termos do art. 54 da lei n. 8.884/94.
Foram distribuídos pelo sistema de sorteio os seguintes feitos:
Ato de Concentração nº 08012.006490/2011-91
Requerentes: Braspag Tecnologia em Pagamento Ltda., Cielo S.A.
Advogado(s): Caio Mário da Silva Pereira Neto, Marília Cruz Ávila, Schermann Chrystie Miranda e Silva, Paulo Leonardo Casagrande
Relator: Conselheiro Ricardo Machado Ruiz
Ato de Concentração nº 08012.006492/2011-81
Requerentes: Editora Atlas S.A., GEN - Grupo Editorial Nacional Participações S.A., Grupo A Educação S.A., Saraiva S.A. Livreiros Editores
Advogado(s): Juliano Souza de Albuquerque Maranhão, Thiago dos Santos Acca, Thiago Francisco da Silva Brito, Murilo Machado Sampaio Ferraz
Relator: Conselheiro Olavo Zago Chinaglia
Ato de Concentração nº 08012.006525/2011-92
Requerentes: Centro de Tratamento em Oncologia S.A., Instituto Oncológico de Pernambuco Ltda., Oncologistas Associados Serviços Médicos Ltda.
Advogado(s): André Previato, Barbara Rosenberg, Rafael Szmid
Relator: Conselheiro Elvino de Carvalho Mendonça
Ato de Concentração nº 08012.006542/2011-20
Requerentes: AMIL - Assistência Médica International S.A., Lincx Sistemas de Saúde Ltda.
Advogado(s): Laércio Nilton Farina, Natália Ferraz Granja, Laís Helena Horta Maia
Relator: Conselheiro Marcos Paulo Verissimo
Ato de Concentração nº 08012.006545/2011-63
Requerentes: Sodrugestvo do Brasil Representação, Importação e Exportação Ltda., Sogo Southocean S.A. Grãos e Óleos Comércio, Exportação e Importação
Advogado(s): Maria Eugênia Novis de Oliveira, Tito Amaral de Andrade, Carolina Vieira, Helena de Sá
Relator: Conselheiro Alessandro Octaviani Luis
Ato de Concentração nº 08012.006549/2011-41
Requerentes: Jaux Holdings S.A., Rodobens Negócios Imobiliários S.A
Advogado(s): Joyce Midori Honda, Fabíola Carolina Lisboa Cammarota de Abreu, Ricardo Lara Gaillard
Relator: Conselheiro Carlos Emmanuel Joppert Ragazzo
Ato de Concentração nº 08012.006552/2011-65
Requerentes: Odebrecht Óleo e Gás S.A, Teekay Holding Limited
Advogado(s): Maria Cecília Andrade, Adriana Cordeiro da Rocha, Ubiratan Mattos, João Berchmans C. Serra
Relator: Conselheiro Marcos Paulo Verissimo
Ato de Concentração nº 08012.006610/2011-51
Requerentes: Centro de Ensino Atenas Maranhense Ltda., Kroton Educacional S.A.
Advogado(s): Sérgio Varella Bruna, Natalia S. Pinheiro da Silveira
Relator: Conselheiro Olavo Zago Chinaglia
Ato de Concentração nº 08012.006616/2011-28
Requerentes: Amyris Brasil S.A., Cosan Lubrificantes e Especialidades S.A.
Advogado(s): Oliver Ruschmeier de Camargo Neves, Juliano Souza de Albuquerque Maranhão, Luciano Inácio de Souza, Murilo Machado Sampaio Ferraz
Relator: Conselheiro Carlos Emmanuel Joppert Ragazzo
Ato de Concentração nº 08012.006622/2011-85
Requerentes: Eletrosul Centrais Elétricas S.A., Furnas Centrais Elétricas S.A., Neoenergia S.A., Odebrecht Participções e Investimentos S.A.
Advogado(s): Maria Eugênia Novis de Oliveira, Tito Amaral de Andrade, Carolina Vieira
Relator: Conselheiro Elvino de Carvalho Mendonça
Ato de Concentração nº 08012.006625/2011-19
Requerentes: Milenia Agro Ciências S.A., Monsanto do Brasil Ltda.
Advogado(s): José Inácio Gonzaga Franceschini, Marcus Vinícius Bossa Grassano, Rafael Brum Silva e outros
Relator: Conselheiro Alessandro Octaviani Luis
Ato de Concentração nº 08012.006642/2011-56
Requerentes: Chrysler Group LLC, Fiat S.p.A
Advogado(s): Lauro Celidonio Gomes dos Reis Neto, Renata Fonseca Zuccolo
Relator: Conselheiro Ricardo Machado Ruiz
Ato de Concentração nº 08012.006649/2011-78
Requerentes: KLO Participações S.A., Tecsis Tecnologia e Sistemas Avançados S.A.
Advogado(s): Bruno De Luca Drago, Marco Antonio Fonseca Júnior
Relator: Conselheiro Ricardo Machado Ruiz
Ato de Concentração nº 08012.006669/2011-49
Requerentes: GP Sul Andaimes Ltda., Mills Estruturas e Serviços de Engenharia S.A.
Advogado(s): Érica Sumie Yamashita, Tito Amaral de Andrade, Carolina Vieira
Relator: Conselheiro Olavo Zago Chinaglia
Ato de Concentração nº 08012.006671/2011-18
Requerentes: Medley Comercial e Logística Ltda., Sandoz do Brasil Indústria Farmacêutica Ltda.
Advogado(s): Hannah Manuela Galvão Pereira, José Inácio Gonzaga Franceschini, Maria Eugenia Del Nero Poletti
Relator: Conselheiro Marcos Paulo Verissimo
Averiguação Preliminar nº 08012.005545/2009-21
Representantes: Ministério Público Federal de Tubarão/SC
Representadas: Postos de Combustíveis de Tubarão/SC
Relator: Conselheiro Elvino de Carvalho Mendonça
Processo Administrativo nº 08012.003921/2005-10 (Impedido o Conselheiro Olavo Zago Chinaglia)
Representantes: Conselho Administrativo de Defesa Economica - CADE,
Representadas: Philip Morris Brasil S.A., Souza Cruz S.A.
Advogado(s): Gabriel Nogueira Dias, José Del Chiaro Ferreira da Rosa
Relator: Conselheiro Alessandro Octaviani Luis

OLAVO ZAGO CHINAGLIA
Presidente do Conselho
Substituto

RACHEL DE SOUZA FERREIRA
Secretária do Plenário
Substituta

DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
DIRETORIA EXECUTIVA
COORDENAÇÃO-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA

ALVARÁ Nº 828, DE 14 DE JUNHO DE 2011

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102, de 20 de junho de 1983, alterada pela Lei nº 9.017, de 30 de março de 1995, regulamentada pelo Decreto nº 89.056, de 24 de novembro de 1983, alterado pelo Decreto nº 1.592, de 10 de agosto de 1995, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 08285.030148/2010-11-SR/DPF/ES, declara revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de vigilância patrimonial, válida por 01(um) ano da data da publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa EVEREST MOTEL LTDA., CNPJ nº 27.374.792/0001-10, para atuar no ESPÍRITO SANTO, com Certificado de Segurança nº 1294, expedido pelo DREX/SR/DPF.

ADELAR ANDERLE

ALVARÁ Nº 927, DE 1º DE JUNHO DE 2011

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 08430.058905/2010-09-SR/DPF/RS resolve: DECLARAR revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada, na(s) atividades(s) de Vigilância Patrimonial válida por 01(um) ano da data da publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa FERRAMENTAS GEDORE DO BRASIL S/A, CNPJ nº 96.736.350/0001-90, para atuar no RIO GRANDE DO SUL.

ADELAR ANDERLE

ALVARÁ Nº 938, DE 7 DE JUNHO DE 2011

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 08508.018042/2010-88-DPF/RPO/SP resolve: DECLARAR revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada, na(s) atividades(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data da publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa USINA ALTA MOGIANA S/A AÇÚCAR E ÁLCOOL, CNPJ nº 53.009.825/0001-33, para atuar em SÃO PAULO, com Certificado de Segurança nº 038370, expedido pelo CGCSP/DIREX/DPF.

ADELAR ANDERLE

ALVARÁ Nº 979, DE 13 DE JUNHO DE 2011

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102, de 20 de junho de 1983, alterada pela Lei nº 9.017, de 30 de março de 1995, regulamentada pelo Decreto nº 89.056, de 24 de novembro de 1983, alterado pelo Decreto nº 1.592, de 10 de agosto de 1995, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 08230.007246/2011-71-SR/DPF/AL e 2011/480 resolve: DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data da publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa VAP VIGILÂNCIA ARMADA PATRIMONIAL LTDA, CNPJ nº 02.958.164/0001-51, especializada em segurança privada, na(s) atividades(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar no Estado de ALAGOAS, com Certificado de Segurança nº 570/11, expedido pelo DREX/SR/DPF.

ADELAR ANDERLE

ALVARÁ Nº 984, DE 14 DE JUNHO DE 2011

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 08512.004969/2011-52-DELESP/SR/SP resolve: DECLARAR revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada, na(s) atividades(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data da publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa HM HOTÉIS E TURISMO S/A, CNPJ nº 47.396.635/0002-02, para atuar em SÃO PAULO.

ADELAR ANDERLE

ALVARÁ Nº 995, DE 15 DE JUNHO DE 2011

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102, de 20 de junho de 1983, alterada pela Lei nº 9.017, de 30 de março de 1995, regulamentada pelo Decreto nº 89.056, de 24 de novembro de 1983, alterado pelo Decreto nº 1.592, de 10 de agosto de 1995, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 08512.011648/2011-12-DELESP/SR/SP, declara revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de vigilância patrimonial, válida por 01(um) ano da data da publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa EMICOL ELETRO ELETRÔNICA S/A, CNPJ nº 61.685.723/0001-66, para atuar em SÃO PAULO.

ADELAR ANDERLE

ALVARÁ Nº 1.001, DE 15 DE JUNHO DE 2011

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 08320.002143/2011-14-SR/DPF/MT resolve: DECLARAR revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada, na(s) atividades(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data da publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa GIRUS MERCANTIL DE ALIMENTOS LTDA, CNPJ nº 73.909.400/0001-98, para atuar em MATO GROSSO.

ADELAR ANDERLE

ALVARÁ Nº 1.022, DE 17 DE JUNHO DE 2011

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102, de 20 de junho de 1983, alterada pela Lei nº 9.017, de 30 de março de 1995, regulamentada pelo Decreto nº 89.056, de 24 de novembro de 1983, alterado pelo Decreto nº 1.592, de 10 de agosto de 1995, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº nº 08311.000167/2011-30-DPF/SR/MA resolve:
a)REVOGAR o Alvará nº 915 de 31 de maio de 2011, publicado no D.O.U em 16 de junho de 2011;
b)DECLARAR revista a autorização para funcionamento de serviço orgânico de vigilância patrimonial e transporte de valores, válida por 01(um) ano da data da publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa MOTOCA MOTORES TOCANTINS LTDA., CNPJ nº 06.694.681/0001-11, para atuar no MARANHÃO.

CLYTON EUSTÁQUIO XAVIER

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL
IMPRENSA NACIONAL

ALVARÁ Nº 11.513, DE 28 DE ABRIL DE 2011

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, alterada pela Lei nº 9.017/95, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, alterado pelo Decreto nº 1.592/95, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2011/000791/DPF/VRA/RJ, resolve: DECLARAR revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa RODOSNACK PRESIDENTE LANCHONETE E RESTAURANTE LTDA., CNPJ nº 09.605.717/0001-31 para atuar no RIO DE JANEIRO.

ADELAR ANDERLE

ALVARÁ Nº 11.901, DE 3 DE JUNHO DE 2011

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, tendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2011/002010/DELESP/DREX/SR/DPF/SP, resolve: DECLARAR revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa CONDOMINIO SHOPPING CENTER SAO CAETANO, CNPJ nº 59.978.726/0001-46, para atuar em SÃO PAULO.

ADELAR ANDERLE

ALVARÁ Nº 11.985, DE 10 DE JUNHO DE 2011

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2011/001490/DPF/CAS/SP, resolve: DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa PROVIDENCE SEGURANCA PRIVADA SS LTDA, CNPJ nº 04.857.896/0001-80, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) Vigilância Patrimonial, para atuar em SÃO PAULO, com Certificado de Segurança nº 869/11, expedido pelo DREX/SR/DPF.

ADELAR ANDERLE

ALVARÁ Nº 11.987, DE 13 DE JUNHO DE 2011

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2011/001735/DELESP/DREX/SR/DPF/ES, resolve: DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa JUIZ DE FORA - EMPRESA DE VIGILÂNCIA LTDA, CNPJ nº 02.717.460/0003-22, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) Vigilância Patrimonial, para atuar no ESPÍRITO SANTO, com Certificado de Segurança nº 937/11, expedido pelo DREX/SR/DPF.

ADELAR ANDERLE

ALVARÁ Nº 12.011, DE 13 DE JUNHO DE 2011

O COORDENADOR GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, alterada pela Lei nº 9.017/95, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, alterado pelo Decreto nº 1.592/95, atendendo a requerimento da parte interessada, bem como decisão prolatada no Processo nº 2011/1298/DPF/NIG/RJ, resolve: CONCEDER autorização à empresa AFEQUE SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA LTDA, CNPJ/MF: 02.841.990/0001-16, para exercer a atividade de Segurança Pessoal no RIO DE JANEIRO.

ADELAR ANDERLE

ALVARÁ Nº 12.012, DE 14 DE JUNHO DE 2011

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2011/2015/DPF/MGA/PR, resolve: CONCEDER autorização à empresa BRINK´S SEGURANÇA E TRANSPORTE DE VALORES LTDA, CNPJ nº 60.860.087/0130-04, sediada no PARANA, para adquirir:

Em Estabelecimento Comercial autorizado pelo Departamento Logístico do Comando do Exército:

540 (quinhentos e quarenta) Cartuchos de Munição calibre 38,

312 (trezentos e doze) Cartuchos de Munição calibre 12.

O prazo para iniciar o processo de compra expirará em 60 dias a partir da publicação desta autorização.

ADELAR ANDERLE

ALVARÁ Nº 12.029, DE 14 DE JUNHO DE 2011

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2011/1621/DELESP/DREX/SR/DPF/BA, resolve: CONCEDER autorização à empresa PROTEGE SA PROTEÇÃO E TRANSPORTE DE VALORES, CNPJ nº 43.035.146/0047-68, sediada na BAHIA, para adquirir:

Em Estabelecimento Comercial autorizado pelo Departamento Logístico do Comando do Exército:

2 (dois) Revólver(es) calibre 38,

36 (trinta e seis) Cartuchos de Munição calibre 38.

O prazo para iniciar o processo de compra expirará em 60 dias a partir da publicação desta autorização.

ADELAR ANDERLE

ALVARÁ Nº 12.032, DE 15 DE JUNHO DE 2011

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2011/2019/DPF/PGZ/PR, resolve: CONCEDER autorização à empresa BRINK´S SEGURANÇA E TRANSPORTE DE VALORES LTDA, CNPJ nº 60.860.087/0138-53, sediada no PARANA, para adquirir:

Em Estabelecimento Comercial autorizado pelo Departamento Logístico do Comando do Exército:

792 (setecentos e noventa e dois) Cartuchos de Munição calibre 38,

528 (quinhentos e vinte e oito) Cartuchos de Munição calibre 12.

O prazo para iniciar o processo de compra expirará em 60 dias a partir da publicação desta autorização.

ADELAR ANDERLE

ALVARÁ Nº 12.039, DE 20 DE JUNHO DE 2011

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2011/336/DELESP/DREX/SR/DPF/PI, resolve: CONCEDER autorização à empresa NORDESTE SEGURANÇA E TRANSPORTE DE VALORES PIAUÍ LTDA, CNPJ nº 05.160.112/0001-23, sediada no PIAUÍ, para adquirir:

Em Estabelecimento Comercial autorizado pelo Departamento Logístico do Comando do Exército:

17 (dezessete) Revólver(es) calibre 38,

6 (seis) Carabina(s) calibre 38,

426 (quatrocentos e vinte e seis) Cartuchos de Munição calibre 38.

O prazo para iniciar o processo de compra expirará em 60 dias a partir da publicação desta autorização.

CLYTON EUSTAQUIO XAVIER

ALVARÁ Nº 12.041, DE 20 DE JUNHO DE 2011

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2011/2176/DELESP/DREX/SR/DPF/GO, resolve: CONCEDER autorização à empresa CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFISSIONAIS EM SEGURANÇA TIRADENTES S/A, CNPJ nº 03.720.968/0001-80, sediada em GOIÁS, para adquirir:

Em Estabelecimento Comercial autorizado pelo Departamento Logístico do Comando do Exército:

12 (doze) Revólver(es) calibre 38,

8 (oito) Espingarda(s) calibre 12,

120000 (cento e vinte mil) Cartuchos de Munição calibre 38.

O prazo para iniciar o processo de compra expirará em 60 dias a partir da publicação desta autorização.

CLYTON EUSTAQUIO XAVIER

ALVARÁ Nº 12.044, DE 20 DE JUNHO DE 2011

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2011/2093/DELESP/DREX/SR/DPF/PA, resolve: CONCEDER autorização à empresa PBS - PARÁ BRASIL SEGURANÇA ESPECIALIZADA LTDA ME, CNPJ nº 11.493.735/0001-10, sediada no PARÁ, para adquirir:

Em Estabelecimento Comercial autorizado pelo Departamento Logístico do Comando do Exército:

2 (dois) Revólver(es) calibre 38,

36 (trinta e seis) Cartuchos de Munição calibre 38.

O prazo para iniciar o processo de compra expirará em 60 dias a partir da publicação desta autorização.

CLYTON EUSTAQUIO XAVIER

ALVARÁ Nº 12.045, DE 20 DE JUNHO DE 2011

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2011/2097/DELESP/DREX/SR/DPF/SP, resolve: CONCEDER autorização à empresa YAMAM SEGURANCA PATRIMONIAL LTDA, CNPJ nº 10.785.185/0001-40, sediada em SÃO PAULO, para adquirir:

Em Estabelecimento Comercial autorizado pelo Departamento Logístico do Comando do Exército:

13 (treze) Pistola(s) calibre 380,

585 (quinhentos e oitenta e cinco) Cartuchos de Munição calibre .380.

O prazo para iniciar o processo de compra expirará em 60 dias a partir da publicação desta autorização.

CLYTON EUSTAQUIO XAVIER

ALVARÁ Nº 12.046, DE 20 DE JUNHO DE 2011

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2011/000634/DPF/PSO/BA, resolve: DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa PROVESEG VIGILANCIA E SEGURANÇA LTDA-EPP, CNPJ nº 07.419.585/0001-28, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) Vigilância Patrimonial, para atuar na BAHIA, com Certificado de Segurança nº 820/11, expedido pelo DREX/SR/DPF.

CLYTON EUSTAQUIO XAVIER

ALVARÁ Nº 12.047, DE 20 DE JUNHO DE 2011

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2011/1924/DELESP/DREX/SR/DPF/CE, resolve: CONCEDER autorização à empresa CORPVS - CORPO DE VIGILANTES PARTICULARES LTDA, CNPJ nº 07.957.111/0001-30, sediada no CEARÁ, para adquirir:

Em Estabelecimento Comercial autorizado pelo Departamento Logístico do Comando do Exército:

54 (cinquenta e quatro) Revólver(es) calibre 38,

26 (vinte e seis) Pistola(s) calibre 380,

19 (dezenove) Espingarda(s) calibre 12,

972 (novecentos e setenta e dois) Cartuchos de Munição calibre 38,

1170 (um mil, cento e setenta) Cartuchos de Munição calibre .380,

245 (duzentos e quarenta e cinco) Cartuchos de Munição calibre 12.

O prazo para iniciar o processo de compra expirará em 60 dias a partir da publicação desta autorização.

CLYTON EUSTAQUIO XAVIER

ALVARÁ Nº 12.054, DE 20 DE JUNHO DE 2011

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2011/2121/DELESP/DREX/SR/DPF/AC, resolve: CONCEDER autorização à empresa CENTRO AVANÇADO DE FORMAÇÃO E ESPECIALIZAÇÃO EM SEGURANÇA, PROTEÇÃO E VIGILANCIA LTDA, CNPJ nº 08.262.397/0001-00, sediada no ACRE, para adquirir:

Em Estabelecimento Comercial autorizado pelo Departamento Logístico do Comando do Exército:

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

10000 (dez mil) Espoletas para Munição calibre 38,
10000 (dez mil) Projéteis para Munição calibre 38,
1800 (um mil e oitocentos) Espoletas para Munição calibre .380,
1800 (um mil e oitocentos) Projéteis para Munição calibre .380,
3000 (três mil) Gramas de Pólvora.
O PRAZO PARA INICIAR O PROCESSO DE COMPRA EXPIRARÁ EM 60 DIAS A PARTIR DA PUBLICAÇÃO DESTA AUTORIZAÇÃO.

CLYTON EUSTAQUIO XAVIER

ALVARÁ Nº 12.061, DE 20 DE JUNHO DE 2011

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2011/2203/DPF/CRU/PE, resolve: CONCEDER autorização à empresa SPARTTA FORMACAO PROFISSIONAL EM SEGURANCA PATRIMONIAL LTDA, CNPJ nº 01.556.478/0002-46, sediada em PERNAMBUCO, para adquirir:
Em Estabelecimento Comercial autorizado pelo Departamento Logístico do Comando do Exército:
17300 (dezessete mil e trezentos) Espoletas para Munição calibre 38,
17300 (dezessete mil e trezentos) Projéteis para Munição calibre 38,
2500 (dois mil e quinhentos) Espoletas para Munição calibre .380,
2500 (dois mil e quinhentos) Projéteis para Munição calibre .380,
1350 (um mil, trezentos e cinquenta) Cartuchos de Munição calibre 12,
9000 (nove mil) Gramas de Pólvora.
O PRAZO PARA INICIAR O PROCESSO DE COMPRA EXPIRARÁ EM 60 DIAS A PARTIR DA PUBLICAÇÃO DESTA AUTORIZAÇÃO.

CLYTON EUSTAQUIO XAVIER

ALVARÁ Nº 12.065, DE 20 DE JUNHO DE 2011

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2011/2214/DELESP/DREX/SR/DPF/RJ, resolve: CONCEDER autorização à empresa SUNSET VIGILANCIA E SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 07.958.568/0001-69, sediada no RIO DE JANEIRO, para adquirir:
Em Estabelecimento Comercial autorizado pelo Departamento Logístico do Comando do Exército:
8 (oito) Revólver(es) calibre 38,
120 (cento e vinte) Cartuchos de Munição calibre 38.
O prazo para iniciar o processo de compra expirará em 60 dias a partir da publicação desta autorização.

CLYTON EUSTAQUIO XAVIER

ALVARÁ Nº 12.074, DE 20 DE JUNHO DE 2011

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2011/1815/DPF/ANS/GO, resolve: CONCEDER autorização à empresa MARCAR SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 05.502.438/0001-91, sediada em GOIÁS, para adquirir:
Em Estabelecimento Comercial autorizado pelo Departamento Logístico do Comando do Exército:
1 (um) Revólver(es) calibre 38,
18 (dezoito) Cartuchos de Munição calibre 38.
O prazo para iniciar o processo de compra expirará em 60 dias a partir da publicação desta autorização.

CLYTON EUSTAQUIO XAVIER

ALVARÁ Nº 12.075, DE 20 DE JUNHO DE 2011

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2011/2107/DPF/PNG/PR, resolve: CONCEDER autorização à empresa ÁGAPE SEGURANÇA PATRIMONIAL LTDA, CNPJ nº 10.448.380/0001-85, sediada no PARANA, para adquirir:
Em Estabelecimento Comercial autorizado pelo Departamento Logístico do Comando do Exército:
4 (quatro) Pistola(s) calibre 380,
4 (quatro) Espingarda(s) calibre 12,
180 (cento e oitenta) Cartuchos de Munição calibre .380,
96 (noventa e seis) Cartuchos de Munição calibre 12.
O prazo para iniciar o processo de compra expirará em 60 dias a partir da publicação desta autorização.

CLYTON EUSTAQUIO XAVIER

ALVARÁ Nº 12.076, DE 20 DE JUNHO DE 2011

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2011/2052/DPF/SJE/SP, resolve: CONCEDER autorização à empresa DEFENSE CENTRO DE FORMAÇÃO E RECICLAGEM DE VIGILANTES LTDA, CNPJ nº 05.564.814/0001-72, sediada em SÃO PAULO, para adquirir:
Em Estabelecimento Comercial autorizado pelo Departamento Logístico do Comando do Exército:
79880 (setenta e nove mil, oitocentos e oitenta) Espoletas para Munição calibre 38,
79880 (setenta e nove mil, oitocentos e oitenta) Projéteis para Munição calibre 38,
2000 (dois mil) Estojos para Munição calibre 38,
4500 (quatro mil e quinhentos) Espoletas para Munição calibre .380,
4500 (quatro mil e quinhentos) Projéteis para Munição calibre .380,
500 (quinhentos) Estojos para Munição calibre .380,
2640 (dois mil, seiscentos e quarenta) Espoletas para Munição calibre 12,
21000 (vinte e um mil) Gramas de Pólvora.
O prazo para iniciar o processo de compra expirará em 60 dias a partir da publicação desta autorização.

CLYTON EUSTAQUIO XAVIER

ALVARÁ Nº 12.077, DE 20 DE JUNHO DE 2011

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2010/007418/DPF/SCS/RS, resolve: DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa SEGURANÇA KESSLER LTDA, CNPJ nº 09.604.149/0001-54, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) Vigilância Patrimonial, para atuar no RIO GRANDE DO SUL, com Certificado de Segurança nº 612/11 , expedido pelo DREX/SR/DPF.

CLYTON EUSTAQUIO XAVIER

ALVARÁ Nº 12.080, DE 21 DE JUNHO DE 2011

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2011/000108/DPF/PCA/SP, resolve:
Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa CEFASP - CENTRO DE FORMAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO EM SEGURANÇA PRIVADA, CNPJ nº 05.822.639/0001-76, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) Curso de Formação, para atuar em SÃO PAULO , com Certificado de Segurança nº 1069/11 , expedido pelo DREX/SR/DPF.

CLYTON EUSTAQUIO XAVIER

PORTARIA Nº 931, DE 3 DE JUNHO DE 2011

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 32 do Decreto nº 89.056, de 24 de novembro de 1983, alterado pelo artigo 1º do Decreto nº 1.592, de 10 de agosto de 1995, atendendo à solicitação do interessado, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 08352.002324/2011-65 - CV/DPF/JFA/MG, resolve:
Cancelar a Autorização concedida por meio da Portaria nº 1723, de 22/12/1999, para exercer atividade em ESCOLTA ARMADA, à empresa TRANSEGURO TRANSPORTE DE VALORES E VIGILÂNCIA LTDA, CNPJ/MF nº 17.219.353/0001-80, localizada no Estado de MINAS GERAIS.

ADELAR ANDERLE

PORTARIA Nº 934, DE 6 DE JUNHO DE 2011

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 32 do Decreto nº 89.056, de 24 de novembro de 1983, alterado pelo artigo 1º do Decreto nº 1.592, de 10 de agosto de 1995, atendendo à solicitação do interessado, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 08512.020712/2011-48 - DELESP/SR/SP, resolve:
Cancelar a Autorização concedida por meio da Portaria nº 1400, de 01/12/1997, para exercer serviço de TRANSPORTE DE VALORES, à empresa CORPVS - CORPO DE VIGILANTES PARTICULARES LTDA, CNPJ/MF nº 07.957.111/0003-00, localizada no Estado de SÃO PAULO.

ADELAR ANDERLE

PORTARIA Nº 935, DE 6 DE JUNHO DE 2011

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 32 do Decreto nº 89.056, de 24 de novembro de 1983, alterado pelo artigo 1º do Decreto nº 1.592, de 10 de agosto de 1995, atendendo à solicitação do interessado, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 08512.020712/2011-48 - DELESP/SR/SP, resolve:
Cancelar a Autorização concedida por meio da Portaria nº 764, de 21/08/2001, para exercer atividade em ESCOLTA ARMADA, à empresa CORPVS - CORPO DE VIGILANTES PARTICULARES LTDA, CNPJ/MF nº 07.957.111/0003-00, localizada no Estado de SÃO PAULO.

ADELAR ANDERLE

SECRETARIA DE DIREITO ECONÔMICO

DESPACHOS DA SECRETÁRIA
Em 22 de junho de 2011

A SECRETÁRIA DE DIREITO ECONÔMICO SUBSTITUTA, no uso das competências que lhe foram atribuídas pela Lei nº 8.884, de 11 de Junho de 1994, e com base no disposto na Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, opina pela:

Nº 473 - Aprovação do Ato de Concentração nº 08012.004995/2011-11 em que são Requerentes: Bosch Rexroth AG e Dana Holding Corporation. Advs.: José Alexandre Buaiz Neto e Marcos Drummond Malvar.

Nº 474 - Aprovação do Ato de Concentração nº 08012.005953/2011-06 em que são Requerentes: Toshiba Corporation e Landis+Gyr AG. Advs.: José Augusto Regazzini e outros.

Nº 475 - Aprovação do Ato de Concentração nº 08012.005967/2011-11 em que são Requerentes: Usina Santa Adélia S/A e Pioneiros Bioenergia S/A. Advs.: Cristianne Saccab Zarzur e outros.

Nº 476 - Ato de Concentração nº 08012.005856/2010-24. Requerentes: Fleury Centro de Procedimentos Médicos Avançados S/A; DI Serviços Médicos Ltda. e DI Médicos Associados Ltda. Advs.: Lauro Celidonio Neto e outros.
Pelos princípios da economia processual e da eficiência da Administração Pública, nos termos do § 1º do artigo 50 da Lei nº 9.784/99, e da Portaria Conjunta SEAE/MF e SDE/MJ nº 33/2006, concordo com o teor do parecer da Secretaria de Acompanhamento Econômico, do Ministério da Fazenda, cujos termos passam a integrar esta decisão, como sua motivação. Opino, consequentemente, pela aprovação do ato com restrição, devendo este processo ser encaminhado ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE, em cumprimento ao disposto no § 6º do art. 54 da Lei nº 8.884/94.

ANA MARIA MELO NETTO

SECRETARIA NACIONAL DE JUSTIÇA

DESPACHOS DA DIRETORA
Em 21 de junho de 2011

Considerando o disposto na Lei nº 9.790, de 23 de março de 1999, no Decreto nº 3.100, de 30 de junho de 1999, e na Portaria nº 361, de 27 de julho de 1999, INDEFIRO os pedidos de qualificação como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público das entidades a seguir relacionadas, em razão de que as mesmas não atenderam ao disposto no art. 6º, § 3º,II, da Lei nº 9.790:
I. ASSOCIAÇÃO AMIGOS DA CIDADANIA CATARINENSE - AACC, com sede na cidade de SÃO JOSÉ, Estado de Santa Catarina - CGC/CNPJ nº 04.383.438/0001-57 - (Processo MJ nº 08000.005703/2011-05);
II. CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL ESPAÇO MÁGICO - CEIEM, com sede na cidade de JOINVILLE, Estado de Santa Catarina - CGC/CNPJ nº 12.515.021/0001-29 - (Processo MJ nº 08071.020676/2011-59);
III. COMUNIDADE TERAPÊUTICA NOVA ESPERANÇA - COTENEC, com sede na cidade de CHAPADÃO DO SUL, Estado de Mato Grosso do Sul - CGC/CNPJ nº 04.177.669/0001-04 - (Processo MJ nº 08071.020668/2011-11);
IV. INSTITUTO CONSCIÊNCIA DA TOTALIDADE - ICT, com sede na cidade de CHAPADA DOS GUIMARÃES, Estado de Mato Grosso - CGC/CNPJ nº 11.989.055/0001-92 - (Processo MJ nº 08071.020673/2011-15);
V. INSTITUTO POR MAIS ALGUÉM - "P+A", com sede na cidade de SÃO PAULO, Estado de São Paulo - CGC/CNPJ nº 09.686.104/0001-76 - (Processo MJ nº 08071.020675/2011-12).
Considerando o disposto na Lei nº 9.790, de 23 de março de 1999, no Decreto nº 3.100, de 30 de junho de 1999, e na Portaria nº 361, de 27 de julho de 1999, INDEFIRO os pedidos de qualificação como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público das entidades a seguir relacionadas, em razão de que as mesmas não atenderam ao disposto no art. 6º, § 3º,III, da Lei nº 9.790:
I. "ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE HOMENS E MULHERES DE DEUS TRANSFORMANDO A SOCIEDADE" - "MUDDE", com sede na cidade de MARECHAL DEODORO, Estado de Alagoas - CGC/CNPJ nº 11.739.360/0001-26 - (Processo MJ nº 08071.020678/2011-48);

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

II. "LIGA DAS MULHERES ELEITORAS DO BRASIL - LIBRA SÃO PAULO", com sede na cidade de SÃO PAULO, Estado de São Paulo - CGC/CNPJ nº 04.240.580/0001-45 - (Processo MJ nº 08071.001392/2011-63);

III. AGENTES DO AMOR DIVINO - "AMOR", com sede na cidade de PASSO FUNDO, Estado do Rio Grande do Sul - CGC/CNPJ nº 13.506.855/0001-30 - (Processo MJ nº 08071.020681/2011-61);

IV. ASSOCIAÇÃO ALIANÇA LUZ - "ALIANÇA", com sede na cidade de SÃO BERNARDO DO CAMPO, Estado de São Paulo - CGC/CNPJ nº 12.917.483/0001-72 - (Processo MJ nº 08071.020686/2011-94);

V. ASSOCIAÇÃO ASSISTENCIAL FLORENCIO ANTONIO LOPES - AFA, com sede na cidade de RIBEIRÃO PRETO, Estado de São Paulo - CGC/CNPJ nº 64.921.620/0001-46 - (Processo MJ nº 08071.015643/2011-97);

VI. ASSOCIAÇÃO CAPIXABA DOS EX-DEPENDENTES QUÍMICOS - ACEDEQ, com sede na cidade de VILA VELHA, Estado do Espírito Santo - CGC/CNPJ nº 06.032.024/0001-09 - (Processo MJ nº 08071.001256/2011-73);

VII. ASSOCIAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES DE MICROCRÉDITO E MICROFINANÇAS DE SANTA CATARINA - AMCRED-SC, com sede na cidade de FLORIANÓPOLIS, Estado de Santa Catarina - CGC/CNPJ nº 08.201.299/0001-54 - (Processo MJ nº 08071.021452/2011-64);

VIII. ASSOCIAÇÃO DOS ESPORTISTAS DE LAVRAS E REGIÃO - ASDELA, com sede na cidade de LAVRAS, Estado de Minas Gerais - CGC/CNPJ nº 11.234.266/0001-15 - (Processo MJ nº 08071.020677/2011-01);

IX. ASSOCIAÇÃO JUVENTUDE DESPORTIVA - "AJUDE", com sede na cidade de BRASÍLIA - Distrito Federal - CGC/CNPJ nº 08.962.407/0001-01 - (Processo MJ nº 08071.001351/2011-77);

X. ASSOCIAÇÃO SUPER ECO DE INTEGRAÇÃO AMBIENTAL E DESENVOLVIMENTO DA CRIANÇA - INSTITUTO SUPERECO, com sede na cidade de SÃO PAULO, Estado de São Paulo - CGC/CNPJ nº 02.140.032/0001-18 - (Processo MJ nº 08071.001259/2011-15);

XI. CENTRO DE INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA - CILAM, com sede na cidade de SANTA MARIA, Estado do Rio Grande do Sul - CGC/CNPJ nº 04.389.832/0001-00 - (Processo MJ nº 08071.001253/2011-30);

XII. FUNDAÇÃO BENEFICENTE E ASSISTENCIAL AGRO-TERRA FIRME MASSAUARY - (F.B.A.AGRO - TERRA FIRME - MASSAUARY), com sede na cidade de MAUÉS, Estado do Amazonas - CGC/CNPJ nº 10.582.089/0001-03 - (Processo MJ nº 08071.015693/2011-74);

XIII. GEAQ CONSULTORIA, com sede na cidade de FORTALEZA, Estado do Ceará - CGC/CNPJ nº 13.216.467/0001-15 - (Processo MJ nº 08071.020685/2011-40);

XIV. GRUPO DE TRABALHO NOVAS FRONTEIRAS PARA COOPERAÇÃO DO ESTADO DO MARANHÃO (GT- MA), com sede na cidade de LIMA CAMPOS, Estado do Maranhão - CGC/CNPJ nº 07.484.646/0001-30 - (Processo MJ nº 08071.020680/2011-17);

XV. INSTITUTO DE DIFUSÃO E RESGATE DAS CULTURAS POPULARES - 'INSTITUTO CULTURA POPULAR' - 'ICP', com sede na cidade de MACAÉ, Estado do Rio de Janeiro - CGC/CNPJ nº 06.853.714/0001-29 - (Processo MJ nº 08071.015681/2011-40);

XVI. INSTITUTO DE EDUCAÇÃO E CIDADANIA (IEC), com sede na cidade de BELO HORIZONTE, Estado de Minas Gerais - CGC/CNPJ nº 10.416.906/0001-45 - (Processo MJ nº 08071.015649/2011-64);

XVII. INSTITUTO DE INOVAÇÕES FOTÔNICAS - PHOTONICS INNOVATION INSTITUTE - INSTITUTO, com sede na cidade de CAMPINAS, Estado de São Paulo - CGC/CNPJ nº 08.065.528/0001-50 - (Processo MJ nº 08071.020667/2011-68);

XVIII. INSTITUTO LIBERTÀ DO BRASIL, com sede na cidade de BELO HORIZONTE, Estado de Minas Gerais - CGC/CNPJ nº 13.515.542/0001-49 - (Processo MJ nº 08071.020700/2011-50);

XIX. INSTITUTO VIRGÍLIO NETO - IVN, com sede na cidade de BRASÍLIA - Distrito Federal - CGC/CNPJ nº 10.289.339/0001-03 - (Processo MJ nº 08071.001261/2011-86);

XX. IPASB - INSTITUTO DE PROJETOS E APOIO SOCIAIS NO BRASIL, com sede na cidade de LAURO DE FREITAS, Estado da Bahia - CGC/CNPJ nº 13.641.513/0001-23 - (Processo MJ nº 08071.001317/2011-01);

XXI. MOVIMENTO HABITACIONAL E CIDADANIA DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA DO DISTRITO FEDERAL - MOHCIPED DF, com sede na cidade de BRASÍLIA - Distrito Federal - CGC/CNPJ nº 10.287.166/0001-94 - (Processo MJ nº 08071.001337/2011-73);

XXII. ORGANIZAÇÃO L`E7VOX - L`E7VOX, com sede na cidade de SÃO PAULO, Estado de São Paulo - CGC/CNPJ nº 13.021.255/0001-82 - (Processo MJ nº 08071.021448/2011-04);

XXIII. ORGANIZAÇÃO SOCIAL DE CULTURA, CIDADANIA, MEIO AMBIENTE, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE PIRANHAS - INSTITUTO PIRANHAS - IP, com sede na cidade de PIRANHAS, Estado de Alagoas - CGC/CNPJ nº 11.179.838/0001-00 - (Processo MJ nº 08071.001368/2011-24);

XXIV. SISTEMA BRASILEIRO PRÓ-ARTE SAÚDE E MEIO AMBIENTE - "SIBRASTEM", com sede na cidade de ITAPETININGA, Estado de São Paulo - CGC/CNPJ nº 12.425.391/0001-75 - (Processo MJ nº 08071.001308/2011-10).

FERNANDA ALVES DOS ANJOS

DEPARTAMENTO DE ESTRANGEIROS

DESPACHO DA DIRETORA

No uso das atribuições a mim conferidas, decido:

Tendo em vista a falta de cumprimento de exigências formuladas por esta Divisão, o que denota falta de interesse de agir da interessada, determino o arquivamento do pedido de Certidão Negativa de Naturalização, formulado por CIRANDA ANDRIONI DE MORAIS, processo n.º 08000.012621/2006-41.

IZAURA MARIA SOARES MIRANDA

DIVISÃO DE NACIONALIDADE E NATURALIZAÇÃO

DESPACHOS DA CHEFE

A Chefe da Divisão de Nacionalidade e Naturalização, do Departamento de Estrangeiros, da Secretaria Nacional de Justiça, no uso das suas atribuições legais, com fulcro no Art. 1º da Portaria nº 1, de 02 de maio de 2011, publicada no Diário Oficial da União de 10 de maio de 2011, resolve:

Tendo em vista a falta de cumprimento de exigências formuladas por esta Divisão, o que denota falta de interesse de agir do interessado, determino o arquivamento do pedido de Retificação de Assentamentos, formulado por PAWLOW ANATOLY, processo n.º 08504.006213/2007-61.

ROBERTA CHAVES OLIVEIRA

No uso das atribuições a mim conferidas pela Portaria 02, de 23 de janeiro de 2007, publicada no Diário Oficial da União de 24 de janeiro de 2007, decido:

Tendo em vista a incapacidade civil das naturalizandas, determino o arquivamento dos processos de Naturalização Ordinária abaixo indicados, nos termos nos termos dos arts. 118, parágrafo único, e 112, I, ambos da Lei nº 6.815/80.

PROCESSO N.º 08354.006845/2010-91 - MACARENA GUTIERREZ

PROCESSO N.º 08354.006846/2010-35 - CAMILA GUTIERREZ

Tendo em vista que não foi satisfeito o requisito exigido pelo art. 112 inciso IV, da Lei nº 6.815/80, mantenho o arquivamento dos processos de Naturalização Ordinária, abaixo indicados, nos termos do art. 118, parágrafo único, da mesma Lei.

PROCESSO N.º 08505.039328/2008-11- NORA DEL CARMEN RIVERA BUGUENO BIANCHINI

PROCESSO N.º 08280.004277/2008-80- HISHAM YASEEN ABDELHADI YASEEN

PROCESSO N.º 08505.053032/2008-02- NICOLAS HABIB TANNOUS

PROCESSO N.º 08505.035483/2008-50- VIOLETTE AZIZ TABIB

PROCESSO N.º 08505.013433/2009-01- JAZAD RIAD ZWAIN

Tendo em vista que a naturalizanda não mais reside no endereço declarado nos autos, mantenho o arquivamento do processo de naturalização ordinária, formulado por YOUSRA SOFANJI TAHA, processo nº 08505.026287/2004-61, nos termos do art. 118, parágrafo único, da Lei nº 6.815/80.

Tendo em vista que não foram satisfeitos os pressupostos de admissibilidade, tais como: apresentação de elementos de fato e de direito, assim como recolhimento da GRU, mantenho o indeferimento do pedido de Naturalização Ordinária formulado por WALTER ROBERT DITZLER, processo nº 08280.047322/2010-13.

Tendo em vista que não foi satisfeito o requisito exigido pelo art. 112 inciso III, c/c Parágrafo único do art. 113, da Lei nº 6.815/80, mantenho o arquivamento do processo de Naturalização Ordinária, formulado por HASSAN KHALIL ATAYA, processo nº 08494.007336/2005-13, nos termos do art. 118, parágrafo único, da mesma Lei.

Conheço do recurso, porém, mantenho o indeferimento do pedido de naturalização formulado por WATFA ALI HAGE, processo nº 08505.019593/2010-99, tendo em vista que não foram apresentados elementos de fato e de direito que justifiquem a revisão da decisão recorrida.

JOÃO BÔSCO DE SOUZA
Substituto

DIVISÃO DE PERMANÊNCIA DE ESTRANGEIROS

DESPACHOS DO CHEFE

DEFIRO os Pedidos de Transformação de Visto temporário item V em Permanente, abaixo relacionados:

Processo Nº 08280.032347/2009-71 - Jorge Arturo Cepeda Gonzalez

Processo Nº 08460.001863/2011-50 - Johan Henderik Van Konijnenburg, Ilse Amaia Van Konijnenburg, Juan Pelayo Van Konijnenburg, Loudes Sanchez Rodriguez e Susana Aleida Van Konijnenburg

Processo Nº 08460.005046/2011-71 - Efren Villegas Gomez, Diana Alejandra Villegas Gamboa, Luz Alberly Gamboa Ante e Manuela Villegas Gamboa

Processo Nº 08460.014048/2010-70 - Elder Marino Mendoza Orbegoso

Processo Nº 08494.004325/2009-13 - Jose Luis Munoz Escobar

Processo Nº 08505.009515/2011-67 - Shane Patrick Mccarthy, Catherine May Mccarthy, Elizabeth Jean Mccarthy, Lisa Terase James e Patrick James Mccarthy

Processo Nº 08505.009525/2011-01 - Nancy Patricia Fuentes de Hernandez, Cesar Augusto Hernandez Valera, Diego Alejandro Hernandez Fuentes, Samuel Enrique Hernandez Fuentes e Santiago Jesus Hernandez Fuentes

Processo Nº 08505.009632/2011-21 - Peter John Moss

Processo Nº 08505.072826/2010-81 - Han Wen Nienhuys.

DEFIRO, com base em cargo diretivo, os Pedidos de Transformação de Visto temporário item V em Permanente, abaixo relacionados:

Processo N° 08505.017273/2011-85 - Ignacio Dominguez Adame Bozzano, Ana Dominguez Adame Ramirez, Marta Dominguez Adame Ramirez e Raquel Begona Ramirez Ruiz.

Considerando que os interessados no momento do requerimento inicial encontravam-se regulares no território nacional registrados como permanentes com base na Resolução Normativa nº 84/2009 do Conselho Nacional de Imigração, com validade de carteira até 16/04/2013, INDEFIRO o presente pedido, nos termos do art. 1º da Lei nº 11.961 de 02 de julho de 2009. Processo N° 08385.037568/2009-67 - Jose Antonio Denegri Garcia e Cloris Adriana Rojo Parada.

INDEFIRO o pedido de permanência, tendo em vista que o (s) estrangeiro (s) encontra (m) fora do país.Processo Nº 08441.001977/2004-07 - Manuel Juan Cordero Piacentini.

FERNANDA R. SALDANHA DE AZEVEDO

DEFIRO o(s) pedido(s) de permanência com base em cônjuge, abaixo relacionado(s):

Processo Nº 08096.000174/2011-23 - João Fernando Da Silva Lopes

Processo Nº 08241.000827/2010-72 - Arley Noriega Ordonez

Processo Nº 08260.005714/2010-35 - Martin Kraut

Processo Nº 08280.033837/2010-28 - Ruben Alejandro Rocha Barrios

Processo Nº 08296.000536/2011-20 - Mark Antony Makin

Processo Nº 08320.009283/2010-24 - Juan Manuel Sainz Varela

Processo Nº 08338.000507/2011-24 - Virgilio Manuel Dias Pinheiro

Processo Nº 08354.001252/2011-19 - Sergey Volodymorovich Andronik

Processo Nº 08362.009679/2010-85 - Gabriel Paduano

Processo Nº 08375.001854/2010-47 - Benoit Thierry Patrick Buseyne

Processo Nº 08375.002038/2010-51 - Franco Fiaschi

Processo Nº 08386.005743/2011-61 - Fabio Alberto Avila Ojeda

Processo Nº 08387.000839/2011-23 - Kelli Lynn Ferguson Martins

Processo Nº 08387.001383/2011-19 - Ronald Christian Noma Toguchi

Processo Nº 08390.000574/2011-12 - Claudia Pamela Calito Guerrero Venâncio

Processo Nº 08390.000913/2011-52 - Oliver Michael Mcadam

Processo Nº 08457.011422/2010-34 - Natalia Tuesta Huarnizo

Processo Nº 08505.071330/2010-91 - Theodorus Wilhelmus Maria Hendriks

Processo Nº 08507.000658/2011-93 - Stefano Wulzer

Processo Nº 08507.000700/2011-76 - Rodolfo Balagot Bulos

Processo Nº 08701.001149/2011-81 - Ricardo Jorge Da Silva Correia

Processo Nº 08701.013348/2010-51 - Afonso Pereira Vinagre

Processo Nº 08796.000971/2011-13 - Jose João Alves Raposeira

DEFIRO o(s) pedido(s) de permanência por reunião familiar, amparados pela Resolução Normativa nº 36/99 do Conselho Nacional de Imigração c/c a Portaria MJ nº 606/91, abaixo relacionado(s):

Processo Nº 08102.001698/2008-18 - Isora Vaca de Pinto

Processo Nº 08260.003506/2009-68 - Camila Andrea Barros de Avila

Processo Nº 08280.038373/2010-46 - Samia Said Nemer Nasser e Khaled Omar Hilal Darnasser

Processo Nº 08311.002102/2010-48 - Jose Fernando Bustillos Anez e Ana Patricia Bustillos Caceres

Processo Nº 08320.005482/2010-63 - Maria Eugenia Garcia Valenzuela

Processo Nº 08362.001414/2009-03 - Fortunata Yliana Gonzales Ortiz

Processo Nº 08386.000236/2011-31 - Homay Kiassat

Processo Nº 08389.000363/2011-19 - Aya Nehme

Processo Nº 08390.000326/2011-63 - Harold Andre Valez Castillo, Kristel Maria de Los Angeles Velez Castillo e Leonardo Antonio Valez Castillo

Processo Nº 08460.039155/2010-19 - Floriza Flores Ataucusi e Andy Angelo Trauco Flores

Processo Nº 08501.000406/2009-08 - Sami Nassour, Hussein Nassour e Sonia Baydoun

Processo Nº 08505.013231/2010-94 - Robert Bordokan e Milia Elias.

DEFIRO o(s) pedido(s) de permanência com base em prole, abaixo relacionado(s):

Processo Nº 08451.001833/2011-52 - Adriano Alexander Lozubieta e Zulma Viviana Escobar Calderon.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

DEFIRO o(s) pedido(s) de permanência nos termos da Resolução Normativa nº 05/97 do Conselho Nacional de Imigração, abaixo relacionado(s):

Processo Nº 08492.003166/2011-66 - Juvenal Mendes da Silva

Processo Nº 08504.017218/2010-14 - Jose William Tinoco Castro

Processo Nº 08505.022485/2011-84 - Adriana Tubio Rodriguez

Processo Nº 08505.026909/2011-80 - Jae Won Kim.

Nos termos do Parecer CJ nº 066/85, constante do Processo MJ n º 021339/83, determino a REPUBLICAÇÃO do despacho deferitório, para que surta seus jurídicos e legais efeitos.

Processo Nº 08505.015061/2009-49 - Daniela Cecilia Ortiz de Orue Ubaldo e Camila Natalia Ortiz de Orue Ubaldo

Processo Nº 08505.007696/2010-14 - Victoria Yemisi Gbadebo.

Determino o arquivamento do presente processo, tendo em vista, que o estrangeiro não foi localizado no endereço fornecido nos autos, restando prejudicada a instrução do processo. Processo N° 08295.005434/2011-19 - Leondina Graziani.

Determino o arquivamento do presente processo, diante da solicitação da parte interessada.

Processo Nº 08444.000557/2009-80 - Lazaro Dionicio Sumba Quimi

Processo Nº 08451.003842/2008-82 - Luz Elizabeth Bardales.

INDEFIRO o pedido de permanência, tendo em vista, que o estrangeiro não preenche os requisitos do art.75, II, "a", da Lei 6.815/80. Processo Nº 08320.001768/2011-51 - Manuel Antonio Coelho Carneiro.

INDEFIRO os pedidos de permanência, abaixo relacionados, tendo em vista, que o(s) estrangeiro(s) não preenche(m) os requisitos da Resolução Normativa nº 05/97 do Conselho Nacional de Imigração.

Processo Nº 08434.004655/2010-49 - Miljenko ljubicic

Processo Nº 08514.001483/2011-42 - Francisco Javier Garcia Torres.

Torno insubsistente o ato DEFERITORIO publicado no D.O.U de 30/07/1997, página 16.340, tendo em vista que o estrangeiro permaneceu ausente do Brasil por prazo superior a 02 (dois) anos, conforme art. 49, inciso IV c/c art. 51, da Lei 6.815/80. Processo N° 08444.004383/95-31 - Paula Alexandra Rodrigues da Silva.

Torno insubsistente o ato Deferitorio publicado no DOU de 15/06/2009, página 34, tendo em vista que o Estrangeiro não foi localizado no endereço fornecido nos autos, restando prejudicada a instrução do processo. Processo N° 08352.002980/2007-81 - Joseph Jerome Piat.

Tendo em vista o descumprimento das exigências de fls. 16 dos autos, indispensáveis à apreciação do pleito, indefiro o pedido formulado com base na Lei 11.961/09, pelo (a) nacional boliviana, Rosa Penaranda Vargaz de Canaviri, nos termos do art. 40, da Lei 9.784/99. Processo N° 08505.097104/2009-04 - Rosa Penaranda Vargaz de Canaviri.

Indefiro o pedido de residência provisória formulado pelo(a) nacional chileno, Mario Oyarzun Irquen, nos termos do art. 1° da Lei 11.961/09, tendo em vista que na data do pedido o(a) estrangeiro(a) encontrava-se em situação migratória regular no Território Nacional. Processo N° 08280.024499/2009-08 - Mario Oyarzun Irquen.

Indefiro o pedido de residência provisória formulado pelo(a) nacional chinês, Hu Lishu, nos termos do art. 1° da Lei 11.961/09, tendo em vista que na data do pedido o(a) estrangeiro(a) encontrava-se em situação migratória regular no Território Nacional. Processo N° 08460.031694/2009-68 - Hu Lishu.

Tendo em vista o descumprimento das exigências de fls. 15 dos autos, indispensáveis à apreciação do pleito, indefiro o pedido formulado com base na Lei 11.961/09, pelo(a) nacional libanês, Abbas Abbas, nos termos do art. 40 da Lei 9.784/99. Processo N° 08389.038210/2009-11 - Abbas Abbas.

Tendo em vista o descumprimento das exigências de fls. 14 dos autos, indispensáveis à apreciação do pleito, indefiro o pedido formulado com base na Lei 11.961/09, pelo(a) nacional libanesa, Ghadije Hamze, nos termos do art. 40 da Lei 9.784/99. Processo N° 08389.028668/2009-62 - Ghadije Hamze.

Indefiro o pedido de residência provisória formulado pelo(a) nacional chileno, Luca Ricci, nos termos do art. 1° da Lei 11.961/09, tendo em vista que na data do pedido o(a) estrangeiro(a) encontrava-se em situação migratória regular no Território Nacional. Processo N° 08270.013434/2009-48 - Luca Ricci.

Tendo em vista o descumprimento das exigências de fls. 16 dos autos, indispensáveis à apreciação do pleito, indefiro o pedido formulado com base na Lei 11.961/09, pelo(a) nacional libanês, Ali Kassem Sbeity, nos termos do art. 40 da Lei 9.784/99. Processo N° 08389.034802/2009-64 - Ali Kassem Sbeity.

Indefiro o pedido de residência provisória formulado pelo(a) nacional libanesa, Josiane Joseph Raya, nos termos do art. 1° da Lei 11.961/09, tendo em vista que na data do pedido o(a) estrangeiro(a) encontrava-se em situação migratória regular no Território Nacional. Processo N° 08505.037084/2009-12 - Josiane Joseph Raya.

Tendo em vista o descumprimento das exigências de fls. 13 dos autos, indispensáveis à apreciação do pleito, indefiro o pedido formulado com base na Lei 11.961/09, pelo(a) nacional libanês, Mahmoud Kchour, nos termos do art. 40 da Lei 9.784/99. Processo N° 08389.040022/2009-53 - Mahmoud Kchour.

Tendo em vista o descumprimento das exigências de fls. 16 dos autos, indispensáveis à apreciação do pleito, indefiro o pedido formulado com base na Lei 11.961/09, pelo(a) nacional libanês, Majd Aldin Ahmad Kheir Sabbagh, nos termos do art. 40 da Lei 9.784/99. Processo N° 08389.026344/2009-90 - Majd Aldin Ahmad Kheir Sabbagh.

Tendo em vista o descumprimento das exigências de fls. 16 dos autos, indispensáveis à apreciação do pleito, indefiro o pedido formulado com base na Lei 11.961/09, pelo(a) nacional libanês, Mohamad Omar Abou Ghaddara, nos termos do art. 40 da Lei 9.784/99. Processo N° 08389.035904/2009-05 - Mohamad Omar Abou Ghaddara.

FERNANDO LOPES DA FONSECA
p/Delegação de Competência

DEFIRO o(s) pedido(s) de prorrogação do prazo de estada, do(s) temporário(s) item I, abaixo relacionados:

Processo Nº 08256.002300/2011-02 - Cesar Alberto Bravo Pariente, até 03/07/2012

Processo Nº 08506.009169/2011-15 - Ary Adilson Morales Alvarado, até 31/12/2011.

DEFIRO o(s) pedido(s) de prorrogação do prazo de estada, do(s) temporário(s) item IV, abaixo relacionados:

Processo Nº 08212.004224/2011-78 - Sandra Patricia Montenegro Gomez, até 05/07/2012

Processo Nº 08083.000964/2011-58 - Jorge Luis Bernal Rico, até 06/07/2012

Processo Nº 08353.001200/2011-52 - Tomas Alejandro Somare Perez, até 30/07/2012

Processo Nº 08390.001337/2011-61 - Maria Amparo Ganem Paz, até 27/05/2012

Processo Nº 08390.002863/2011-48 - Ruben Miguel Mario Taibo, até 11/07/2012

Processo Nº 08391.002338/2011-12 - Joao da Graça Baiao, até 19/07/2012

Processo Nº 08391.003069/2011-10 - Jurema Conceição de Oliveira Real, até 20/05/2012

Processo Nº 08410.003878/2011-48 - Andrea Cristina Vieira Alves, até 12/05/2012

Processo Nº 08410.006127/2011-83 - Gemiralda de Carvalho Afonso, até 28/07/2012

Processo Nº 08410.013182/2010-49 - Eddyne Nair Moreira de Pina, até 13/02/2012

Processo Nº 08495.002711/2011-77 - Damariz Chambi Mamani, até 05/07/2012

Processo Nº 08495.002764/2011-98 - David Velasco Villamizar, até 30/07/2012

Processo Nº 08506.009181/2011-11 - Jose Ciro Rojas Quispe, até 03/08/2012

Processo Nº 08506.009189/2011-88 - Zady Castaneda Salazar, até 31/07/2012

Processo Nº 08506.009197/2011-24 - Ana Milena Torres Garavito, até 30/07/2012

Processo Nº 08506.009198/2011-79 - Ismael Orlando Ochoa Lara, até 02/08/2012

Processo Nº 08506.009417/2011-10 - Diana Cristina Gonzalez Gonzalez, até 01/08/2012

Processo Nº 08506.009439/2011-80 - Nathalia Urbano Canal, até 08/07/2012

Processo Nº 08506.009469/2011-96 - Felipe Andres Vergara Barba, até 10/07/2012

Processo Nº 08506.009473/2011-54 - Miguel Angel Gonzalez Balanta, até 28/07/2012

Processo Nº 08506.009475/2011-43 - Frank Alexis Canahuire Cabello, até 15/07/2012

Processo Nº 08506.009483/2011-90 - Dadi Bucusso Netemo e Magda Elisa Cosme dos Santos Bukusso Netemo, até 31/12/2011

Processo Nº 08506.009521/2011-12 - Ulices Fernandez Apolinario, até 30/07/2012

Processo Nº 08506.009561/2011-56 - Rosa Elvira Correa Pabon, até 30/07/2012

Processo Nº 08796.001322/2011-30 - Pierre Rene Norbert Soudais, até 02/02/2012

Processo Nº 08270.009580/2011-93 - Dirce Helena dos Santos Sequeira, até 23/07/2012

Processo Nº 08270.009601/2011-71 - Euriza Iria Barbosa Sanca, até 01/08/2012

Processo Nº 08495.002732/2011-92 - Rosineida Sofia Barros Lima, até 19/07/2012

Processo Nº 08506.009558/2011-32 - Edgar Eduardo Benitez Olivo, até 28/07/2012

Processo Nº 08506.009559/2011-87 - Diana Pamela Moya Osorio, até 28/07/2012

Processo Nº 08508.007591/2011-16 - Rina Manuela Fernandes Saturnino de Oliveira, até 25/03/2012.

DEFIRO o(s) pedido(s) de prorrogação do prazo de estada, do(s) temporário(s) item VII, abaixo relacionados:

Processo Nº 08240.012536/2011-18 - Teresita Sison Miguel, até 20/06/2012

Processo Nº 08240.012533/2011-84 - Adoracion Siit Alap Ap, até 20/06/2012

Processo Nº 08240.012539/2011-51 - Edriza Leyesa Briones, até 20/06/2012

Processo Nº 08240.012542/2011-75 - Evangeline Rosel Olasiman, até 20/06/2012

Processo Nº 08240.012543/2011-10 - Maria Rosa Alejandre Martinez, até 20/06/2012.

FRANCISCO DE ASSIS PEREIRA DA SILVA
p/Delegação de Competência

DEFIRO o(s) pedido(s) de prorrogação do prazo de estada, do(s) temporário(s) item IV, abaixo relacionados:

Processo Nº 08212.004166/2011-82 - Marisol Martinez Martinez, até 06/06/2012

Processo Nº 08270.009372/2011-94 - Zaim Vladimir Gomes Barbosa, até 20/06/2012

Processo Nº 08270.009409/2011-84 - Iculmari Coutinho Sampa, até 22/06/2012

Processo Nº 08270.009414/2011-97 - Eliziandro Francisco da Silva, até 20/06/2012

Processo Nº 08270.009420/2011-44 - Danielson Ailton Correia Moreira, até 13/08/2012

Processo Nº 08270.009448/2011-81 - Mailson de Pina Teixeira, até 05/07/2012

Processo Nº 08270.009552/2011-76 - Jocelyne Virginia Vieira Centeio, até 12/07/2012

Processo Nº 08270.009560/2011-12 - Elio Pinto Lopes, até 05/08/2012

Processo Nº 08354.002752/2011-78 - Agnes Marie François Leroy, até 29/12/2011

Processo Nº 08390.002903/2011-51 - Eduardo Ernesto Salazar Banegas, até 18/07/2012

Processo Nº 08495.002399/2011-11 - Roman Meytin, até 14/08/2012

Processo Nº 08506.009467/2011-05 - Robert Eduardo Cooper Ordonez e Diana Lucia Arzuza Ospina, até 30/07/2012

Processo Nº 08506.009494/2011-70 - Karen Kegler Pangrazio, até 31/12/2012

Processo Nº 08506.009496/2011-69 - Karen Andrea Moreno Pinillla, até 31/03/2012

Processo Nº 08506.009511/2011-79 - Henry Gonzalez Rojas, até 01/08/2012

Processo Nº 08506.009512/2011-13 - Sete Sebastião Jafete, até 30/07/2012

Processo Nº 08506.009513/2011-68 - Eusebio Chihungo Feliciano Joao, até 11/08/2012

Processo Nº 08506.009515/2011-57 - Diego Mantecon Ponce, até 22/12/2011.

MARIA ROSA VILAS BOAS DE ALMEIDA
p/Delegação de Competência

DEFIRO o(s) pedido(s) de prorrogação de estada no País, do(s) temporário(s) item V, abaixo relacionado(s):

Processo Nº 08000.000385/2011-88 - Ziyun Jiang e Dongyu Shi, até 19/01/2013

Processo Nº 08000.000430/2011-02 - Gary Charles Burns, até 15/06/2013

Processo Nº 08000.000434/2011-82 - Marinus Cornelis Pleijte, até 09/06/2013

Processo Nº 08000.000435/2011-27 - Daniel Adam Brewer, até 23/10/2013

Processo Nº 08000.000454/2011-53 - Clark Alexander Campbell, até 05/08/2013

Processo Nº 08000.000536/2011-06 - Jong Oh Shim, até 08/06/2013

Processo Nº 08000.000541/2011-19 - Christopher David Harris e Anne Marie Harris, até 04/02/2013

Processo Nº 08000.000597/2011-65 - Leotis Rew Jr, até 24/12/2013

Processo Nº 08000.000668/2011-20 - Nathan Frederick Carr, até 14/06/2012

Processo Nº 08000.000750/2011-54 - Garry Macmillan, até 17/06/2012

Processo Nº 08000.001574/2011-78 - Ivan Letilovic, até 18/07/2013

Processo Nº 08000.002373/2011-98 - Chad Bradon Beck, até 15/07/2013

Processo Nº 08000.002402/2011-11 - Romeo Gajeto Ganancial Jr, até 24/07/2013

Processo Nº 08000.002405/2011-55 - Jose Javier Navarro, até 01/10/2013

Processo Nº 08000.002580/2011-42 - Anton Hoffmann, até 04/06/2012

Processo Nº 08000.002690/2011-12 - Lenny Dale Williamson, até 21/06/2012

Processo Nº 08000.003079/2011-01 - Toru Terai, até 27/04/2013

Processo Nº 08000.003101/2011-13 - Gerardo Llave Ilagan, até 27/07/2012

Processo Nº 08000.003488/2011-08 - Yoshihiro Morita, Hana Morita, Jinsuke Morita e Setsuko Morita, até 12/04/2013

Processo Nº 08000.003628/2011-30 - Diana Rocio Montenegro Cuellar, até 19/08/2013

Processo Nº 08000.003640/2011-44 - Fernando Gonzalez Torres, até 29/04/2013

Processo Nº 08000.004135/2011-17 - Fidel Ricardo Bruna Segura, até 28/04/2013

Processo Nº 08000.004138/2011-51 - Alfredo Celis Rojas, até 05/11/2012

Processo Nº 08000.004325/2011-34 - Gerald Leo Todaro, até 18/07/2013

Processo Nº 08000.004517/2011-41 - Paul Scott Dixon, até 14/09/2012

Processo Nº 08000.004559/2011-81 - Anthony Natale Vigorelli, até 01/06/2013

Processo Nº 08000.004560/2011-14 - Michael Ray Cheatham, até 01/06/2013

Processo Nº 08000.004602/2011-17 - Abelardo Rosas Zuazo, até 01/04/2012

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Processo Nº 08000.004675/2011-09 - Michael Wayne Hughus, até 19/04/2012
Processo Nº 08000.004862/2011-84 - Gongyin Huang, até 06/05/2012
Processo Nº 08000.004867/2011-15 - Antonio Manuel Martins Pereira Cardoso, até 30/05/2012
Processo Nº 08000.004995/2011-51 - Andrei Vassiliev, até 01/07/2013
Processo Nº 08000.005083/2011-04 - Jere Dakovic, até 15/10/2013
Processo Nº 08000.005130/2011-10 - Kenneth Dale Cormier Jr, até 12/03/2012
Processo Nº 08000.005163/2011-51 - James Ernest Ruffin Jr, até 19/08/2013
Processo Nº 08000.005259/2011-10 - Mervine John Botha, até 12/01/2014
Processo Nº 08000.005366/2011-48 - Roberto Fuente Zapardiel, até 06/06/2012
Processo Nº 08000.005643/2011-12 - Bradley James Daigle, até 12/03/2012
Processo Nº 08000.005862/2011-00 - Eric Paul Quirk, até 12/03/2012
Processo Nº 08000.005864/2011-91 - Agmund Haldor Sundet, até 12/03/2012
Processo Nº 08000.005867/2011-24 - Trevor Clay Wilson, até 12/03/2012
Processo Nº 08000.006482/2011-84 - David Kearsley Sean Hogarth, até 22/09/2013
Processo Nº 08000.006489/2011-04 - Ronald Joseph Cortez Jr, até 16/10/2013
Processo Nº 08000.006490/2011-21 - Lindon Anthony Baboolal, até 28/04/2013
Processo Nº 08000.006493/2011-64 - Mykola Goloborodko, até 28/04/2013
Processo Nº 08000.006526/2011-76 - Bobyy Carroll Dillon, até 03/08/2013
Processo Nº 08000.006531/2011-89 - Pierre Spiteri, até 14/06/2012
Processo Nº 08000.006559/2011-16 - Makrem Hajem, até 29/07/2013
Processo Nº 08000.006560/2011-41 - Gilles Morvan, até 27/04/2013
Processo Nº 08000.006586/2011-99 - Ponganammoola Kumaran Manoharan, até 28/07/2013
Processo Nº 08000.006587/2011-33 - Joseph Marvin Thomas, até 27/04/2013
Processo Nº 08000.006616/2011-67 - Vedant Ravindra Sawant, até 16/12/2013
Processo Nº 08000.006620/2011-25 - Andrew Nicholas Henderson, até 01/06/2013
Processo Nº 08000.015571/2010-31 - Orson Rhazes Ledezma Castro, Ivette Sofia Herrera Seittiffe e Santiago Tadeo Carvallo Herrera, até 11/01/2013
Processo Nº 08000.020630/2010-92 - Laurence Messier, até 10/02/2012
Processo Nº 08000.021313/2010-93 - Richard Joseph Kertz, até 04/06/2012
Processo Nº 08212.011035/2010-71 - Alejandro Camacho Gonzalez, até 14/11/2012.

DEFIRO o Pedido de Transformação de Visto temporário item V em Permanente. Processo Nº 08000.005385/2011-74 - Darren John Smalley, até 27/04/2013.

DEFIRO o pedido de republicação solicitado pela estrangeira Beverly J. Zabel, com prorrogação do prazo de estada até 17/11/2011. Processo N° 08000.004838/2010-64 - Beverly J Zabel.

DEFIRO o(s) pedido(s) de prorrogação de estada no País, temporário item V, abaixo relacionado(s), ressaltando a necessidade de autuação na forma do disposto no Art. 125, XVI da Lei 6.815/80 c/c Art. 67, § 3° do Decreto 86.715/81.

Processo N° 08000.004895/2011-24 - Cao Shaofang, até 06/05/2012
Processo N° 08000.000148/2011-17 - Sandra Janeth Montoya Osorio, Juan Sebastian Velásquez Montoya e Maria Alejandra Cadena Montoya, até 08/01/2013
Processo N° 08000.004894/2011-80 - Zhang Hongjun, até 06/05/2012.

JOSÉ AUGUSTO TOMÉ BORGES
p/Delegação de Competência

DEFIRO o(s) pedido(s) de prorrogação do prazo de estada, do(s) temporário(s) item IV, abaixo relacionados:

Processo Nº 08057.003471/2010-14 - Bruna Alexandra Abade Barros, até 01/02/2012
Processo Nº 08364.001356/2010-23 - Simone Aracy Ramos Gomes, até 11/02/2012
Processo Nº 08390.000732/2011-26 - Alfredo Daniel Martinez Zarate, até 24/02/2012
Processo Nº 08420.029302/2010-19 - Silmar Soares Silva, até 19/02/2012
Processo Nº 08444.002456/2011-68 - Rajajeyaganthan Ramanathan, até 04/05/2012
Processo Nº 08458.000490/2011-49 - Camilo Ivan Ordonez Aristizabal, até 09/03/2012
Processo Nº 08495.000814/2011-01 - Neicelene Fernandes da Silva Sá, até 11/03/2012.

Diante dos novos elementos constantes dos autos, torno insubsistente o arquivamento publicado no Diário Oficial da União de 09/06/2011, Seção 1, pág. 120, para DEFERIR o pedido de reconsideração autorizando a prorrogação do prazo de estada até 26/02/2012. Processo N° 08335.000190/2011-56 - 08335.000190/2011-56.

Diante dos novos elementos constantes dos autos, torno insubsistente o ato indeferitório publicado no Diário Oficial da União de 25/05/2011 Seção 1, pág. 103, para DEFERIR o pedido de reconsideração autorizando a prorrogação do prazo de estada até 23/03/2012. Processo N° 08280.019792/2011-60 - Lukas Knapp.

Diante dos novos elementos constantes dos autos, torno insubsistente o ato indeferitório publicado no Diário Oficial da União de 31/05/2011, Seção 1, pág. 27, para deferir o pedido de reconsideração autorizando a prorrogação do prazo de estada até 23/02/2012. Processo N° 08096.010960/2010-58 - Charles Rodrigo Ortiz Alles

Determino o ARQUIVAMENTO do(s) pedido(s) de prorrogação de prazo, abaixo relacionado(s), considerando que o(as) interessado(as) não foram localizado(as) no endereço indicado, restando prejudicada a instrução dos autos.

Processo N° 08504.008078/2011-74 - Carlos Eduardo Monteiro Barbery

Processo N° 08102.003605/2009-62 - Nadia Helena Livramento Spencer.

FÁBIO GONSALVES FERREIRA
p/Delegação de Competência

DEPARTAMENTO DE JUSTIÇA, CLASSIFICAÇÃO, TÍTULOS E QUALIFICAÇÃO

PORTARIA Nº 171, DE 21 DE JUNHO DE 2011

O Diretor Adjunto, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o disposto nos artigos 21, Inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, Inciso I, da Constituição Federal e artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, com base na Portaria SNJ nº 08, de 06 de julho de 2006, publicada no DOU de 07 de julho de 2006, aprovando o Manual da Nova Classificação Indicativa, na Portaria MJ nº 1.100, de 14 de julho de 2006, publicada no DOU de 20 de julho de 2006, resolve classificar os jogos:

Título: BACK AT THE BARNYARD: SLOP BUCKET GAMES (Estados Unidos da América - 2008)
Titular dos Direitos Autorais: THQ
Distribuidor(es): NC GAMES & ARCADES C.I.E.L.F.M
Classificação Pretendida: Livre
Categoria: Aventura
Plataforma: Nintendo DS
Tipo de Análise: Jogo
Classificação: Livre
Processo: 08017.004572/2011-51
Requerente: NC GAMES & ARCADES C.I.E.L.F.M LTDA

Título: LOCK`S QUEST (Estados Unidos da América - 2008)
Titular dos Direitos Autorais: THQ
Distribuidor(es): NC GAMES & ARCADES C.I.E.L.F.M
Classificação Pretendida: Livre
Plataforma: Nintendo DS
Tipo de Análise: Jogo
Classificação: Livre
Processo: 08017.004581/2011-42
Requerente: NC GAMES & ARCADES C.I.E.L.F.M LTDA

Título: MEGA MAN STAR FORCE 3 BLACK ACE (Estados Unidos da América - 2009)
Titular dos Direitos Autorais: CAPCOM
Distribuidor(es): NC Games & Arcades CIELFM Ltda.
Classificação Pretendida: Livre
Categoria: RPG
Plataforma: Nintendo DS
Tipo de Análise: Jogo
Classificação: Livre
Contém: Violência
Processo: 08017.004585/2011-21
Requerente: NC GAMES & ARCADES C.I.E.L.F.M LTDA

Título: MEGA MAN STAR FORCE: RED JOKER (Estados Unidos da América - 2009)
Titular dos Direitos Autorais: CAPCOM
Distribuidor(es): NC GAMES & ARCADES C.I.E.L.F.M
Classificação Pretendida: Livre
Categoria: RPG
Plataforma: Nintendo DS
Tipo de Análise: Jogo
Classificação: Livre
Contém: Violência
Processo: 08017.004586/2011-75
Requerente: NC GAMES & ARCADES C.I.E.L.F.M LTDA

Título: MISSION RUNWAY (Estados Unidos da América - 2009)
Titular dos Direitos Autorais: THQ
Distribuidor(es): NC GAMES & ARCADES C.I.E.L.F.M
Classificação Pretendida: Livre
Categoria: Simulação
Plataforma: Nintendo DS
Tipo de Análise: Jogo
Classificação: Livre
Processo: 08017.004587/2011-10
Requerente: NC GAMES & ARCADES C.I.E.L.F.M LTDA

Título: PASS THE PIGS (Estados Unidos da América - 2008)
Titular dos Direitos Autorais: THQ
Distribuidor(es): NC GAMES & ARCADES C.I.E.L.F.M
Classificação Pretendida: Livre
Categoria: Ação
Plataforma: Nintendo DS
Tipo de Análise: Jogo
Classificação: Livre
Processo: 08017.004592/2011-22
Requerente: NC GAMES & ARCADES C.I.E.L.F.M LTDA

Título: PAWS & CLAWS PET VET: AUSTRALIAN ADVENTURES (Estados Unidos da América - 2009)
Titular dos Direitos Autorais: THQ
Distribuidor(es): NC GAMES & ARCADES C.I.E.L.F.M
Classificação Pretendida: Livre
Categoria: Simulação
Plataforma: Nintendo DS
Tipo de Análise: Jogo
Classificação: Livre
Processo: 08017.004593/2011-77
Requerente: NC GAMES & ARCADES C.I.E.L.F.M LTDA

Título: PETZ FANTASY: MOONLIGHT MAGIC (Estados Unidos da América - 2010)
Titular dos Direitos Autorais: UBISOFT
Distribuidor(es): NC GAMES & ARCADES C.I.E.L.F.M
Classificação Pretendida: Livre
Categoria: Simulação
Plataforma: Nintendo DS
Tipo de Análise: Jogo
Classificação: Livre
Processo: 08017.004594/2011-11
Requerente: NC GAMES & ARCADES C.I.E.L.F.M LTDA

Título: PETZ NURSERY (Estados Unidos da América - 2009)
Titular dos Direitos Autorais: UBISOFT
Distribuidor(es): NC GAMES & ARCADES C.I.E.L.F.M
Classificação Pretendida: Livre
Plataforma: Nintendo DS
Tipo de Análise: Jogo
Classificação: Livre
Processo: 08017.004595/2011-66
Requerente: NC GAMES & ARCADES C.I.E.L.F.M LTDA

Título: RUNE FACTORY 2: A FANTASY HARVEST MOON (Estados Unidos da América - 2008)
Titular dos Direitos Autorais: NATSUME
Distribuidor(es): NC GAMES & ARCADES C.I.E.L.F.M
Classificação Pretendida: Livre
Categoria: RPG
Plataforma: Nintendo DS
Tipo de Análise: Jogo
Classificação: Não recomendada para menores de 10 (dez) anos
Contém: Drogas Lícitas e Violência
Processo: 08017.004597/2011-55
Requerente: NC GAMES & ARCADES C.I.E.L.F.M LTDA

Título: TRANSFORMERS ANIMATED: THE GAME (Estados Unidos da América - 2008)
Titular dos Direitos Autorais: ACTIVISION
Distribuidor(es): NC GAMES & ARCADES C.I.E.L.F.M
Classificação Pretendida: Livre
Categoria: Ação
Plataforma: Nintendo DS
Tipo de Análise: Jogo
Classificação: Livre
Contém: Violência
Processo: 08017.004606/2011-16
Requerente: NC GAMES & ARCADES C.I.E.L.F.M LTDA

Título: YOGA (Estados Unidos da América - 2009)
Titular dos Direitos Autorais: DREAMCATCHER INTERACTIVE
Distribuidor(es): NC GAMES & ARCADES C.I.E.L.F.M
Classificação Pretendida: Livre
Categoria: Esporte
Plataforma: Wii
Tipo de Análise: Jogo
Classificação: Livre
Processo: 08017.004607/2011-52
Requerente: NC GAMES & ARCADES C.I.E.L.F.M LTDA

Título: BARBIE JET, SET & STYLE (Estados Unidos da América - 2011)
Titular dos Direitos Autorais: THQ INC.
Distribuidor(es): Sonopress
Classificação Pretendida: Livre
Categoria: Gincana
Plataforma: Wii
Tipo de Análise: Sinopse
Classificação: Livre
Processo: 08017.004622/2011-09
Requerente: Sonopress Rimo Indústria e Comércio Fonográfica S.A.

Título: BARBIE JET, SET & STYLE (Estados Unidos da América - 2011)
Titular dos Direitos Autorais: THQ INC.
Distribuidor(es): Sonopress
Classificação Pretendida: Livre
Categoria: Gincana
Plataforma: Nintendo DSi
Tipo de Análise: Sinopse
Classificação: Livre
Processo: 08017.004623/2011-45
Requerente: Sonopress Rimo Indústria e Comércio Fonográfica S.A.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Título: GIRL TIME (Estados Unidos da América - 2009)
Titular dos Direitos Autorais: THQ
Distribuidor(es): NC GAMES & ARCADES C.I.E.L.F.M
Classificação Pretendida: Livre
Categoria: Simulação
Plataforma: Nintendo DS
Tipo de Análise: Jogo
Classificação: Livre
Processo: 08017.004627/2011-23
Requerente: NC GAMES & ARCADES C.I.E.L.F.M LTDA
Título: IMAGINE: DETECTIVE (Estados Unidos da América - 2009)
Titular dos Direitos Autorais: UBISOFT
Distribuidor(es): NC GAMES & ARCADES C.I.E.L.F.M
Classificação Pretendida: Livre
Categoria: Aventura
Plataforma: Nintendo DS
Tipo de Análise: Jogo
Classificação: Livre
Processo: 08017.004629/2011-12
Requerente: NC GAMES & ARCADES C.I.E.L.F.M LTDA
Título: MY FITNESS COACH (Estados Unidos da América - 2008)
Titular dos Direitos Autorais: UBISOFT
Distribuidor(es): NC GAMES & ARCADES C.I.E.L.F.M
Classificação Pretendida: Livre
Categoria: Esporte
Plataforma: Wii
Tipo de Análise: Sinopse
Classificação: Livre
Processo: 08017.004637/2011-69
Requerente: NC GAMES & ARCADES C.I.E.L.F.M LTDA
Título: PETZ PONY BEAUTY PAGEANT (Estados Unidos da América - 2009)
Titular dos Direitos Autorais: UBISOFT
Distribuidor(es): NC GAMES & ARCADES C.I.E.L.F.M
Classificação Pretendida: Livre
Categoria: Simulação
Plataforma: Nintendo DS
Tipo de Análise: Jogo
Classificação: Livre
Processo: 08017.004641/2011-27
Requerente: NC GAMES & ARCADES C.I.E.L.F.M LTDA
Título: ROOGOO TWISTED TOWERS (Estados Unidos da América - 2009)
Titular dos Direitos Autorais: SOUTHPEAK GAMES
Distribuidor(es): NC GAMES & ARCADES C.I.E.L.F.M
Classificação Pretendida: Livre
Categoria: Puzzle
Plataforma: Wii
Tipo de Análise: Jogo
Classificação: Livre
Processo: 08017.004644/2011-61
Requerente: NC GAMES & ARCADES C.I.E.L.F.M LTDA
Título: SHREK`S CARNIVAL CRAZE (Estados Unidos da América - 2008)
Titular dos Direitos Autorais: ACTIVISION
Distribuidor(es): NC GAMES & ARCADES C.I.E.L.F.M
Classificação Pretendida: Livre
Categoria: Ação
Plataforma: PlayStation 2
Tipo de Análise: Jogo
Classificação: Livre
Processo: 08017.004645/2011-13
Requerente: NC GAMES & ARCADES C.I.E.L.F.M LTDA

DAVI ULISSES BRASIL SIMÕES PIRES

PORTARIA Nº 172, DE 21 DE JUNHO DE 2011

O Diretor Adjunto, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o disposto nos artigos 21, Inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, Inciso I, da Constituição Federal e artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, com base na Portaria SNJ nº 08, de 06 de julho de 2006, publicada no DOU de 07 de julho de 2006, aprovando o Manual da Nova Classificação Indicativa, na Portaria MJ nº 1.100, de 14 de julho de 2006, publicada no DOU de 20 de julho de 2006, resolve classificar os jogos:

Título: POKEMÓN HEART GOLD - SOUL SILVER (Japão - 2010)
Titular dos Direitos Autorais: NINTENDO OF AMERICA, INC. / POKEMÓN INC., / CREATURES INC. / GAME FREAK INC.
Distribuidor(es): GAMING DO BRASIL COMÉRCIO DE JOGOS ELETRONICOS LTDA.
Classificação Pretendida: Livre
Categoria: RPG
Plataforma: Nintendo DS
Tipo de Análise: Sinopse
Classificação: Livre
Processo: 08017.004418/2011-80
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP
Título: ALLODS ONLINE (Rússia - 2010)
Titular dos Direitos Autorais: ASTRUM NIVAL/MAIL.RU
Distribuidor(es): Level UP! Interative S.A
Classificação Pretendida: Não recomendada para menores de 14 (quatorze) anos
Categoria: Estratégia
Plataforma: Computador PC / MAC
Tipo de Análise: Jogo
Classificação: Não recomendada para menores de 12 (doze) anos
Contém: Violência
Processo: 08017.004571/2011-15
Requerente: Level UP! Interative S.A.
Título: DIVA GIRLS: DIVAS ON ICE (Estados Unidos da América - 2009)
Titular dos Direitos Autorais: 505 GAMES
Distribuidor(es): NC GAMES & ARCADES C.I.E.L.F.M
Classificação Pretendida: Livre
Categoria: Esporte
Plataforma: Wii
Tipo de Análise: Jogo
Classificação: Livre
Processo: 08017.004574/2011-41
Requerente: NC GAMES & ARCADES C.I.E.L.F.M LTDA
Título: DIVA GIRLS: DIVAS ON ICE (Estados Unidos da América - 2009)
Titular dos Direitos Autorais: 505 GAMES
Distribuidor(es): NC GAMES & ARCADES C.I.E.L.F.M
Classificação Pretendida: Livre
Categoria: Esporte
Plataforma: Nintendo DS
Tipo de Análise: Jogo
Classificação: Livre
Processo: 08017.004575/2011-95
Requerente: NC GAMES & ARCADES C.I.E.L.F.M LTDA
Título: IMAGINE: SWEET 16 (Estados Unidos da América - 2010)
Titular dos Direitos Autorais: UBISOFT
Distribuidor(es): NC GAMES & ARCADES C.I.E.L.F.M
Classificação Pretendida: Livre
Categoria: Simulação
Plataforma: Nintendo DS
Tipo de Análise: Jogo
Classificação: Livre
Processo: 08017.004578/2011-29
Requerente: NC GAMES & ARCADES C.I.E.L.F.M LTDA
Título: LEGO INDIANA JONES 2: THE ADVENTURES CONTINUES (Estados Unidos da América - 2009)
Titular dos Direitos Autorais: LUCASARTS
Distribuidor(es): NC GAMES & ARCADES C.I.E.L.F.M
Classificação Pretendida: Livre
Categoria: Aventura
Plataforma: Nintendo DS
Tipo de Análise: Jogo
Classificação: Livre
Processo: 08017.004579/2011-73
Requerente: NC GAMES & ARCADES C.I.E.L.F.M LTDA
Título: LEGO INDIANA JONES 2: THE ADVENTURES CONTINUES (Estados Unidos da América - 2009)
Titular dos Direitos Autorais: LUCASARTS
Distribuidor(es): NC GAMES & ARCADES C.I.E.L.F.M
Classificação Pretendida: Não recomendada para menores de 10 (dez) anos
Categoria: Aventura
Plataforma: Wii
Tipo de Análise: Jogo
Classificação: Livre
Contém: Violência
Processo: 08017.004580/2011-06
Requerente: NC GAMES & ARCADES C.I.E.L.F.M LTDA
Título: MAJOR LEAGUE BASEBALL 2K10 (Estados Unidos da América - 2010)
Titular dos Direitos Autorais: TAKE 2 INTERACTIVE
Distribuidor(es): NC GAMES & ARCADES C.I.E.L.F.M
Classificação Pretendida: Livre
Categoria: Esporte
Plataforma: Wii
Tipo de Análise: Jogo
Classificação: Livre
Processo: 08017.004582/2011-97
Requerente: NC GAMES & ARCADES C.I.E.L.F.M LTDA
Título: MAJOR LEAGUE BASEBALL 2K10 (Estados Unidos da América - 2010)
Titular dos Direitos Autorais: TAKE 2 INTERACTIVE
Distribuidor(es): NC GAMES & ARCADES C.I.E.L.F.M
Classificação Pretendida: Livre
Categoria: Esporte
Plataforma: Xbox 360/PlayStation 3
Tipo de Análise: Jogo
Classificação: Livre
Processo: 08017.004583/2011-31
Requerente: NC GAMES & ARCADES C.I.E.L.F.M LTDA
Título: MAJOR LEAGUE BASEBALL 2K10 (Estados Unidos da América - 2010)
Titular dos Direitos Autorais: TAKE 2 INTERACTIVE
Distribuidor(es): NC GAMES & ARCADES C.I.E.L.F.M
Classificação Pretendida: Livre
Categoria: Esporte
Plataforma: Nintendo DS
Tipo de Análise: Jogo
Classificação: Livre
Processo: 08017.004584/2011-86
Requerente: NC GAMES & ARCADES C.I.E.L.F.M LTDA
Título: ROOGOO ATTACK (Estados Unidos da América - 2009)
Titular dos Direitos Autorais: SOUTH PEAK
Distribuidor(es): NC GAMES & ARCADES C.I.E.L.F.M
Classificação Pretendida: Livre
Categoria: Puzzle
Plataforma: Nintendo DS
Tipo de Análise: Jogo
Classificação: Livre
Processo: 08017.004596/2011-19
Requerente: NC GAMES & ARCADES C.I.E.L.F.M LTDA
Título: SCIENCE PAPA (Estados Unidos da América - 2009)
Titular dos Direitos Autorais: ACTIVISION
Distribuidor(es): NC GAMES & ARCADES C.I.E.L.F.M
Classificação Pretendida: Livre
Categoria: Simulação
Plataforma: Nintendo DS
Tipo de Análise: Jogo
Classificação: Livre
Processo: 08017.004598/2011-08
Requerente: NC GAMES & ARCADES C.I.E.L.F.M LTDA
Título: SCIENCE PAPA (Estados Unidos da América - 2009)
Titular dos Direitos Autorais: ACTIVISION
Distribuidor(es): NC GAMES & ARCADES C.I.E.L.F.M
Classificação Pretendida: Livre
Categoria: Simulação
Plataforma: Wii
Tipo de Análise: Jogo
Classificação: Livre
Processo: 08017.004599/2011-44
Requerente: NC GAMES & ARCADES C.I.E.L.F.M LTDA
Título: SHAUN THE SHEEP (Estados Unidos da América - 2008)
Titular dos Direitos Autorais: D3 PUBLISHER
Distribuidor(es): NC GAMES & ARCADES C.I.E.L.F.M
Classificação Pretendida: Livre
Categoria: Ação
Plataforma: Nintendo DS
Tipo de Análise: Jogo
Classificação: Livre
Processo: 08017.004600/2011-31
Requerente: NC GAMES & ARCADES C.I.E.L.F.M LTDA
Título: SPECTROBES (Estados Unidos da América - 2007)
Titular dos Direitos Autorais: DISNEY INTERACTIVE STUDIOS
Distribuidor(es): NC GAMES & ARCADES C.I.E.L.F.M
Classificação Pretendida: Livre
Categoria: RPG
Plataforma: Nintendo DS
Tipo de Análise: Jogo
Classificação: Livre
Processo: 08017.004601/2011-85
Requerente: NC GAMES & ARCADES C.I.E.L.F.M LTDA
Título: STYLE LAB: JEWERLY DESIGN (Estados Unidos da América - 2009)
Titular dos Direitos Autorais: UBISOFT
Distribuidor(es): NC GAMES & ARCADES C.I.E.L.F.M
Classificação Pretendida: Livre
Categoria: Simulação
Plataforma: Nintendo DS
Tipo de Análise: Jogo
Classificação: Livre
Processo: 08017.004602/2011-20
Requerente: NC GAMES & ARCADES C.I.E.L.F.M LTDA
Título: STYLE LAB: MAKEOVER (Estados Unidos da América - 2009)
Titular dos Direitos Autorais: UBISOFT
Distribuidor(es): NC GAMES & ARCADES C.I.E.L.F.M
Classificação Pretendida: Livre
Categoria: Simulação
Plataforma: Nintendo DS
Tipo de Análise: Jogo
Classificação: Livre
Processo: 08017.004603/2011-74
Requerente: NC GAMES & ARCADES C.I.E.L.F.M LTDA
Título: DEUS EX: HUMAN REVOLUTION (Estados Unidos da América - 2011)
Titular dos Direitos Autorais: EIDOS SQUARE ENIX
Distribuidor(es): Sonopress
Classificação Pretendida: Não recomendada para menores de 14 (quatorze) anos
Categoria: Ação/RPG/Tiro em Primeira Pessoa
Plataforma: Computador PC
Tipo de Análise: Sinopse
Classificação: Não recomendada para menores de 14 (quatorze) anos
Contém: Violência
Processo: 08017.004624/2011-90
Requerente: Sonopress Rimo Indústria e Comércio Fonográfica S.A.
Título: MY FARM AROUND THE WORLD (Estados Unidos da América - 2009)
Titular dos Direitos Autorais: THQ
Distribuidor(es): NC GAMES & ARCADES C.I.E.L.F.M
Classificação Pretendida: Livre
Categoria: Simulação
Plataforma: Nintendo DS
Tipo de Análise: Jogo
Classificação: Livre
Processo: 08017.004636/2011-14
Requerente: NC GAMES & ARCADES C.I.E.L.F.M LTDA

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Título: PICTOIMAGE (Estados Unidos da América - 2008)
Titular dos Direitos Autorais: SEGA
Distribuidor(es): NC GAMES & ARCADES C.I.E.L.F.M
Classificação Pretendida: Livre
Categoria: Puzzle
Plataforma: Nintendo DS
Tipo de Análise: Jogo
Classificação: Livre
Processo: 08017.004642/2011-71
Requerente: NC GAMES & ARCADES C.I.E.L.F.M LTDA

DAVI ULISSES BRASIL SIMÕES PIRES

PORTARIA Nº 173, DE 22 DE JUNHO DE 2011

O Diretor Adjunto, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o disposto nos artigos 21, Inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, Inciso I, da Constituição Federal e artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, com base na Portaria SNJ nº 08, de 06 de julho de 2006, publicada no DOU de 07 de julho de 2006, aprovando o Manual da Nova Classificação Indicativa, na Portaria MJ nº 1.100, de 14 de julho de 2006, publicada no DOU de 20 de julho de 2006 e na Portaria nº 1.220 de 11 de Julho de 2007, publicada no DOU de 13 de julho de 2007, resolve classificar:

Filme: AMOR EM DISPUTA (THE CALIFORNIANS, Estados Unidos da América - 2004)
Produtor(es): Catherine Di Napoli/Jonathan Parker/Scott M. Rosenfelt
Diretor(es): Jonathan Parker
Distribuidor(es): Fox Film do Brasil Ltda.
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Romance
Tipo de Análise: Monitoramento
Classificação: Livre
Contém: Consumo de Drogas Lícitas
Tema: Meio Ambiente
Processo: 08017.000600/2008-66
Requerente: Maria Nilsa Soares da Silva Duhau

Filme: ERA UMA VEZ UM CASAMENTO (ONCE UPON A WEDDING, Estados Unidos da América - 2004)
Produtor(es): Robert Benjamin/Scott M. Rosenfelt
Diretor(es): Matia Karrell
Distribuidor(es): Fox Film do Brasil Ltda.
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Romance
Tipo de Análise: Monitoramento
Classificação: Livre
Contém: Agressão Física
Tema: Casamento
Processo: 08017.000601/2008-19
Requerente: Maria Nilsa Soares da Silva Duhau

Filme: O RESGATE DO PAPAI (DADNAPPED, Estados Unidos da América - 2009)
Produtor(es): Douglas Sloan
Diretor(es): Paul Hoen
Distribuidor(es): Globo Comunicação e Participações S/A
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Aventura
Tipo de Análise: Monitoramento
Classificação: Livre
Tema: Relacionamento Familiar
Processo: 08017.001231/2011-24
Requerente: Globo Comunicação e Participações S/A

Filme: SEQUESTRO (Brasil - 2009)
Produtor(es): Alexandre Moreira Leite
Diretor(es): Wolney Atalla
Distribuidor(es): Freespirit Distribuidora de Filmes Ltda / Downtown Filmes
Classificação Pretendida: Não recomendada para menores de 12 (doze) anos
Gênero: Documentário
Tipo de Análise: DVD
Classificação: Não recomendada para menores de 12 (doze) anos
Contém: Violência e Linguagem Inadequada
Tema: Investigação
Processo: 08017.001821/2011-57
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Filme: BAIANINHO (Brasil - 2008)
Produtor(es): Associação Cultural Kinoforum
Diretor(es): Marcio Jose Moreno
Distribuidor(es): Não Possui
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Ficção
Tipo de Análise: DVD
Classificação: Não recomendada para menores de 12 (doze) anos
Contém: Violência e Linguagem Chula
Tema: Sobrevivência
Processo: 08017.001902/2011-57
Requerente: ASSOCIAÇÃO CULTURAL KINOFORUM

Filme: RETROVISOR (Brasil - 2010)
Produtor(es): Oka Comunicações
Diretor(es): Eliane Coster
Distribuidor(es): Oka Comunicações
Classificação Pretendida: Não recomendada para menores de 12 (doze) anos
Gênero: Drama
Tipo de Análise: DVD
Classificação: Não recomendada para menores de 12 (doze) anos
Contém: Nudez de Seios
Tema: Cotidiano Infantil
Processo: 08017.001913/2011-37
Requerente: Rogério Zagallo

Musical: BACK AND FORTH (Estados Unidos da América - 2011)
Produtor(es): Nigel Sinclair
Diretor(es): James Moll
Distribuidor(es): Sony Music Entertainment Brasil Ltda
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Musical
Tipo de Análise: DVD
Classificação: Não recomendada para menores de 12 (doze) anos
Contém: Drogas Lícitas
Tema: Show Musical
Processo: 08017.002103/2011-06
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Trailer: O CASAMENTO DO MEU EX (THE ROMANTICS, Estados Unidos da América - 2010)
Produtor(es): Michael Benaroya/Daniel Hendler/Daniela Taplin Lundberg/Jennifer Todd/Suzanne Todd
Diretor(es): Galt Niederhoffer
Distribuidor(es): SM Distribuidora de Filmes Ltda
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Comédia/Romance
Tipo de Análise: 35mm
Classificação: Não recomendada para menores de 10 (dez) anos
Contém: Drogas Lícitas
Processo: 08017.002131/2011-15
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Trailer: OS PINGUINS DO PAPAI - TRAILER 2 (MR. POPPER`S PINGUINS, Estados Unidos da América - 2011)
Produtor(es): John Danis
Diretor(es): Mark Waters
Distribuidor(es): Fox Film do Brasil Ltda.
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Comédia
Tipo de Análise: 35mm
Classificação: Livre
Processo: 08017.002278/2011-13
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Trailer: HISTÓRIAS CRUZADAS (THE HELP, Estados Unidos da América / Reino Unido - 2011)
Produtor(es):
Diretor(es): Tate Taylor
Distribuidor(es): The Walt Disney Company (Brasil) Ltda.
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Drama
Tipo de Análise: Pen Drive
Classificação: Livre
Processo: 08017.002351/2011-49
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Filme: O GOLPE NO MESTRE (Brasil - 2010)
Produtor(es): Claudio Moraes/Jimi Figueiredo
Diretor(es): Claudio Moraes
Distribuidor(es): CinemaCinema
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Drama
Tipo de Análise: DVD
Classificação: Não recomendada para menores de 10 (dez) anos
Contém: Linguagem Chula
Tema: Vida de Operários
Processo: 08017.002355/2011-27
Requerente: CLAUDIO MORAES

Trailer: LOUP - UMA AMIZADE PARA SEMPRE (LOUP, Estados Unidos da América - 2009)
Produtor(es): Jean-Pierre Bailly
Diretor(es): Nicolas Vanier
Distribuidor(es): Playarte Pictures
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Infantil
Tipo de Análise: DVD
Classificação: Livre
Processo: 08017.002372/2011-64
Requerente: Playarte Pictures

Episódio: GONE BABY GONE (Estados Unidos da América - 2008)
Episódio(s): 08
Título da Série: CSI MIAMI - 7ª TEMPORADA /-/ CSI MIAMI - 7 SEASON
Produtor(es): CBS Paramount Network Television
Diretor(es): Joe Chappelle
Distribuidor(es): Rádio e Televisão Record S/A.
Classificação Pretendida: Não recomendada para menores de 14 anos: inadequada para exibição antes das 21 horas
Gênero: Ação/Policial
Tipo de Análise: Monitoramento
Classificação: Não recomendada para menores de 14 (quatorze) anos
Contém: Violência
Tema: Investigação
Processo: 08017.002397/2010-87
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Episódio: SKIN OR SWIM (Estados Unidos da América - 2008)
Episódio(s): 16
Título da Série: CSI MIAMI - 7ª TEMPORADA /-/ CSI MIAMI - 7 SEASON
Produtor(es): CBS Paramount Network Television
Diretor(es): Joe Chappelle
Distribuidor(es): Rádio e Televisão Record S/A.
Classificação Pretendida: Não recomendada para menores de 14 anos: inadequada para exibição antes das 21 horas
Gênero: Ação/Policial
Tipo de Análise: Monitoramento
Classificação: Não recomendada para menores de 14 (quatorze) anos
Contém: Violência
Tema: Investigação
Processo: 08017.002405/2010-95
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Episódio: DIVORCE PARTY (Estados Unidos da América - 2008)
Episódio(s): 17
Título da Série: CSI MIAMI - 7ª TEMPORADA /-/ CSI MIAMI - 7 SEASON
Produtor(es): CBS Paramount Network Television
Diretor(es): Joe Chappelle
Distribuidor(es): Rádio e Televisão Record S/A.
Classificação Pretendida: Não recomendada para menores de 14 anos: inadequada para exibição antes das 21 horas
Gênero: Ação/Policial
Tipo de Análise: Monitoramento
Classificação: Não recomendada para menores de 14 (quatorze) anos
Contém: Violência
Tema: Investigação
Processo: 08017.002406/2010-30
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

DAVI ULISSES BRASIL SIMÕES PIRES

Ministério da Previdência Social

CONSELHO DE RECURSOS DA PREVIDÊNCIA SOCIAL
CONSELHO PLENO

PAUTA DE JULGAMENTOS

Pauta de Julgamento de pedido de uniformização de jurisprudência da Terceira Sessão Ordinária a ser realizada no dia 30 do mês de junho de 2011 às 14:00 horas, na sede do Órgão situada no Setor de Autarquia Sul - SAUS - Quadra 4 - Bloco "K" - 7º andar, Brasília - Distrito Federal.

RELATORA: LENI CÂNDIDA ROSA
Protocolo: 35060.001180/2008-82 (ES)
Interessados: VICENTE DE PAULO PEREIRA e INSS
Protocolo: 36950.000411/ 2008- 79 (MG)
NB: 140.874.841-7
Interessados: GILBERTO GOMES QUINTÃO e INSS

SALVADOR MARCIANO PINTO
Presidente do Conselho

SUPERINTENDÊNCIA NACIONAL DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR
DIRETORIA DE ANÁLISE TÉCNICA

PORTARIA Nº 323, DE 22 DE JUNHO DE 2011

O DIRETOR DE ANÁLISE TÉCNICA SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe confere o inciso I do art. 33, combinado com o art. 5º, ambos da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, e art. 23, inciso I, alínea "a", do Anexo I do Decreto nº 7.075, de 26 de janeiro de 2010, considerando as manifestações técnicas exaradas no Processo MPAS nº 44000.003595/98-81, sob o comando nº 342049868 e juntadas nº 343339686, 344372102, 345267020 e 346493084, resolve:

Art. 1º Aprovar as alterações propostas para os artigos 3º, 11, 19, 30, 36, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 52, 58, 60, 63 e 65, do Regulamento do Plano de Benefícios São Fernando - CNPB nº 1997.0025-74, administrado pelo MULTIPENSIONS BRADESCO - Fundo Multipatrocinado de Previdência Privada.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUIS RONALDO MARTINS ANGOTI

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Ministério da Saúde

GABINETE DO MINISTRO

RETIFICAÇÃO

Na Portaria nº 1.038/GM/MS, de 5 de maio de 2011, publicada no Diário Oficial nº 85, de 5 de maio de 2011, Seção I, página 46,

ONDE SE LÊ:

ANEXO

UF	ESTADO/MUNICÍPIO	GESTÃO	VALOR ANUAL
PE	GESTÃO ESTADUAL	Estadual	9.461.393,28
PE	Recife	Municipal	3.584.655,36

LEIA-SE:

ANEXO

UF	ESTADO/MUNICÍPIO	GESTÃO	VALOR ANUAL
PE	GESTÃO ESTADUAL	Estadual	11.667.335,04
PE	Recife	Municipal	1.378.713,60

SECRETARIA EXECUTIVA
DIRETORIA EXECUTIVA DO FUNDO NACIONAL DE SAÚDE

PORTARIA Nº 82, DE 15 DE JUNHO DE 2011

O Diretor-Executivo do Fundo Nacional de Saúde, do Ministério da Saúde, no uso das prerrogativas constantes da Portaria GM/MS nº 2.123, de 23 de outubro de 2002, combinada com o disposto no Decreto 3.964/2001, consoante disposto do Processo Administrativo nº 25000.109881/2008-10, resolve:

Art. 1º. Inserir recursos orçamentários no montante de 7.794,61 (sete mil, setecentos e noventa e quatro reais e sessenta e um centavos), alocados ao exercício de 2011, correndo as despesas à conta da Unidade Gestora 257001, Gestão 00001, Programa de Trabalho 10.303.1291.4295.0001, Natureza de Despesas 449052, Fonte de Recurso 0153000000, Nota de Crédito nº 2011NC400170, para o fim de descentralização à FUNDACAO OSWALDO CRUZ/RJ, visando à continuidade das ações de que tratam a Portaria SE/MS nº. 324/2008, publicada na Seção 1 do Diário Oficial da União de 11/08/2008, sendo R$ 7.794,61 (sete mil, setecentos e noventa e quatro reais e sessenta e um centavos) a título de Despesas de Capital.

ANTONIO CARLOS ROSA DE OLIVEIRA JUNIOR

PORTARIA Nº 81, DE 15 DE JUNHO DE 2011

O Diretor-Executivo do Fundo Nacional de Saúde, do Ministério da Saúde, no uso das prerrogativas constantes da Portaria GM/MS nº 2.123, de 23 de outubro de 2002, combinada com o disposto no Decreto 3.964/2001, consoante disposto do Processo Administrativo nº 25000.114316/2006-11, resolve:

Art. 1º. Inserir recursos orçamentários no montante de 31.439,72 (trinta e um mil, quatrocentos e trinta e nove reais e setenta e dois centavos), alocados ao exercício de 2011, correndo as despesas à conta da Unidade Gestora 257001, Gestão 00001, Programa de Trabalho 10.303.1291.4295.0001, Natureza de Despesas 449052, Fonte de Recurso 0151000000, Nota de Crédito nº 2011NC400173, para o fim de descentralização à UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPIRITO SANTO/ES, visando à continuidade das ações de que tratam a Portaria SE/MS nº. 352/2006, publicada na Seção 1 do Diário Oficial da União de 03/11/2006, sendo R$ 31.439,72 (trinta e um mil, quatrocentos e trinta e nove reais e setenta e dois centavos) a título de Despesas de Capital.

ANTONIO CARLOS ROSA DE OLIVEIRA JUNIOR

AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR
DIRETORIA DE FISCALIZAÇÃO
NÚCLEO NA BAHIA

DECISÃO DE 21 DE JUNHO DE 2011

O Chefe do Núcleo da ANS Bahia, no uso das atribuições que lhe foram delegadas através da Portaria nº 40, de 09/08/2008, publicada no DO de 11/09/2008, seção 2, fl. 34, pelo Diretor de Fiscalização da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, e tendo em vista o disposto no art. 57, V da Resolução Normativa - RN nº 197/2009, e no parágrafo único do art. 22, no art.15, inc. V c/c art. 25, todos da RN nº 48, de 19/09/2003, alterada pela RN nº 155, de 5/6/2007, vem por meio deste dar ciência às Operadoras, relacionadas no anexo, da decisão proferida em processos administrativos.

Número do Processo na ANS	Nome da Operadora	Nº do Registro Provisório ANS	Número do CNPJ	Tipo de Infração (artigos infringidos pela Operadora)	Valor da Multa (R$)
25772.006366/2010-62	SANTA CASA DE MISERICORDIA DE ITABUNA	372404.	14.349.740/0001-42	artigo 25, da Lei nº 9.656, de 1998, com penalidade prevista no art. 78, da RN nº124/2006, pela constatação da conduta de "...não disponibilizar à beneficiária M.S.M., o procedimento de Angioplastia de artérias renais bilaterais com Stent, solicitada pelo seu médico assistente em 15/10/2010...".	24000,00 (VINTE E QUATRO MIL REAIS)

JAILTON AZEVEDO CANCIO

NÚCLEO EM MINAS GERAIS

DECISÃO DE 21 DE JUNHO DE 2011

A Chefe do Núcleo da ANS Minas Gerais, no uso das atribuições que lhe foram delegadas através da Portaria nº 43, de 09/08/2008, publicada no DO de 11/09/2008, seção 2, fl. 34, pelo Diretor de Fiscalização da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, e tendo em vista o disposto no art. 57, V da Resolução Normativa - RN nº 197/2009, e no parágrafo único do art. 22, no art.15, inc. V c/c art. 25, todos da RN nº 48, de 19/09/2003, alterada pela RN nº 155, de 5/6/2007, vem por meio deste dar ciência às Operadoras, relacionadas no anexo, da decisão proferida em processos administrativos.

Número do Processo na ANS	Nome da Operadora	Número do Registro Provisório ANS	Número do CNPJ	Tipo de Infração (artigos infringidos pela Operadora)	Valor da Multa (R$)
25779.016947/2010-42	SMS - ASSISTÊNCIA MÉDICA LTDA	311405.	31.754.070/0001-69	Deixar garantir cobertura proced. artroplastia total de quadril infetada, solicitado em 02/09/10, benef. R.J.O.G., por ausência disponibilidade material necessário "prótese" p/ realização, não observando disposições da RN 226/10, por somente ter autorizado procedimento no dia 25/1111, após encerramento sem êxito da NIP. (Art.12, II da Lei 9.656)	48.000,00 (QUARENTA E OITO MIL REAIS)
25779.000933/2011-98	VIDA SAUDÁVEL S/C LTDA	411213.	03.694.039/0001-44	Negar em 06.12.10, benef. F.D.O.V., prod. individual firmado em 15.04.10, cobertura proced. antrostomia maxilar intranasal, turbinectomia e septoplastia, sob argumento DLP, sem julgamento da ANS e comercializar em 15.04.10 contrato nº 3841-3285 c/ F.D.O.V, tratando-se produto c/ comercialização suspensa desde 04.11.09. (Art.11, § único, c/c Art.12, da Lei 9.656 e art. 9º da Lei 9656)	198.150,00 (CENTO E NOVENTA E OITO MIL, CENTO E CINQUENTA REAIS)

EUNICE MOURA DALLE

NÚCLEO EM PERNAMBUCO

DECISÃO DE 21 DE JUNHO DE 2011

A Chefe do Núcleo da ANS PERNAMBUCO, no uso das atribuições que lhe foram delegadas através da Portaria nº 45, de 09/08/2008, publicada no DO de 11/09/2008, seção 2, fl. 34, pelo Diretor de Fiscalização da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, e tendo em vista o disposto no art. 57, V da Resolução Normativa - RN nº 197/2009, e no parágrafo único do art. 22, no art.15, inc. V c/c art. 25, todos da RN nº 48, de 19/09/2003, alterada pela RN nº 155, de 5/6/2007, vem por meio deste dar ciência às Operadoras, relacionadas no anexo, da decisão proferida em processos administrativos.

Número do Processo na ANS	Nome da Operadora	Nº do Registro Provisório ANS	Número do CNPJ	Tipo de Infração (artigos infringidos pela Operadora)	Valor da Multa (R$)
25783.010264/2009-89	GEAP FUNDAÇÃO DE SEGURIDADE SOCIAL	323080.	03.658.432/0001-82	reduzir a capacidade da rede hospitalar própria ou credenciada sem prévia autorização da ANS, nos termos do disposto no parágrafo 4o e incisos, do art. 17 da Lei 9656, de 1998. (Art.17, §4º da Lei 9.656)	881305,94 (OITOCENTOS E OITENTA E UM MIL, TREZENTOS E CINCO REAIS E NOVENTA E QUATRO CENTAVOS)

CYNTHIA BELTRÃO DE SOUZA GUERRA CURADO

NÚCLEO EM RIBEIRÃO PRETO

DECISÃO DE 21 DE JUNHO DE 2011

O Chefe do Núcleo da ANS Ribeirão Preto/SP, no uso das atribuições que lhe foram delegadas através da Portaria nº 48, de 09/08/2008, publicada no DO de 11/09/2008, seção 2, fl. 35, pelo Diretor de Fiscalização da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, e tendo em vista o disposto no art. 57, V da Resolução Normativa - RN nº 197/2009, e no parágrafo único do art. 22, no art.15, inc. V c/c art. 25, todos da RN nº 48, de 19/09/2003, alterada pela RN nº 155, de 5/6/2007, vem por meio deste dar ciência às Operadoras, relacionadas no anexo, da decisão proferida em processos administrativos.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012011062400069

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Número do Processo na ANS	Nome da Operadora	Nº do Registro Provisório ANS	Número do CNPJ	Tipo de Infração (artigos infringidos pela Operadora)	Valor da Multa (R$)
25772.005814/2008-96	ADMED ASS. E ADM. NA AREA DE SAUDE	318493.	01.035.838/0001-83	Aplicar variação da contraprestação pecuniária à mensalidade da menor T.S.C., por variação de custos sem prévia autorização da ANS. (Art.25 da Lei 9.656 c/c Art.4º, XVII da Lei 9.961 c/c Art.2º da RN 128)	Improcedência. Anulação do auto nº 29784 e arquivamento do processo sancionador.
25772.003700/2008-10	FUNDAÇÃO ASSISTENCIAL DOS SERVIDORES DO INCRA - FASSINCRA	358720.	00.431.403/0001-95	Deixar de comunicar à ANS, nos prazos previstos na RN 99/05, o reajuste aplicado no plano com registro de produto n.º 426179998, em 2005, e aplicar reajuste em plano coletivo, no item internações, diferente do informado à ANS, produto n.º 426179998 (Art. 20, caput, da Lei 9.656/1998 c/c art. 7º da RN nº 99/05 e art. 13 da RN nº 156)	Advertência

LUIZ PAULO FAGGIONI

NÚCLEO NO RIO DE JANEIRO

DECISÃO DE 21 DE JUNHO DE 2011

A Chefe do Núcleo da ANS Rio de Janeiro, no uso das atribuições que lhe foram delegadas através da Portaria nº 47, de 09/08/2008, publicada no DO de 11/09/2008, seção 2, fl. 35, pelo Diretor de Fiscalização da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, e tendo em vista o disposto no art. 57, V da Resolução Normativa - RN nº 197/2009, e no parágrafo único do art. 22, no art.15, inc. V c/c art. 25, todos da RN nº 48, de 19/09/2003, alterada pela RN nº 155, de 5/6/2007, vem por meio deste dar ciência às Operadoras, relacionadas no anexo, da decisão proferida em processos administrativos.

Número do Processo na ANS	Nome da Operadora	Nº do Registro Provisório ANS	Número do CNPJ	Tipo de Infração (artigos infringidos pela Operadora)	Valor da Multa (R$)
33902.072918/2010-26	BRADESCO SAÚDE S/A	005711.	92.693.118/0001-60	Reduzir a rede hospitalar do plano Multi Saúde Bradesco Hospitalar, descredenciando Hospitais Integrados S/A, sem autorização da ANS. (Art.17, §4º da Lei 9.656)	118.357,89 (CENTO E DEZOITO MIL, TREZENTOS E CINQUENTA E SETE REAIS E OITENTA E NOVE CENTAVOS)
33902.134767/2010-15	UNIMED-RIO COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO DO RIO DE JANEIRO	393321.	42.163.881/0001-01	Impor tempo de carência aos beneficiários. (Art.25 da Lei 9.656)	Anulação do AI 47.024 -Arquivamento
33902.199250/2010-63	SMEDSJ - SERVIÇOS MÉDICOS SÃO JOSE LTDA	349755.	32.538.373/0001-07	Deixar de garantir cobertura obrigatória. (Art.12, II "c" da Lei 9.656)	32.000,00 (TRINTA E DOIS MIL REAIS)
33902.176414/2010-84	ODONTO EMPRESA CONVENIOS DENTARIOS LTDA.	310981.	40.223.893/0001-59	Deixar de garantir cobertura obrigatória. (Art.12, IV "b" da Lei 9.656)	80.000,00 (OITENTA MIL REAIS)
33902.030441/2010-10	AMICO SAÚDE LTDA	306622.	51.722.957/0001-82	Deixar de garantir cobertura obrigatória. (Art.12, I "a" da Lei 9.656)	80.000,00 (OITENTA MIL REAIS)
33902.176393/2010-05	AMICO SAÚDE LTDA	306622.	51.722.957/0001-82	Recusar a participação de consumidor, em contrato sucessor (Art.14 da Lei 9.656)	Anulação do AI 47.067 / Arquivamento
33902.182986/2009-69	PLANO DE AUTOGESTÃO EM SAÚDE DOS SERVIDORES DO PODER JUDICIÁRIO	406201.	03.261.478/0001-63	Deixar de garantir as coberturas obrigatórias previstas. (Art.12, II da Lei 9.656)	Anulação do AI 39.983 / Arquivamento
33902.044093/2009-16	SERVIÇO SOCIAL DAS ESTRADAS DE FERRO - SESEF	312304.	33.909.540/0001-41	Operar produto em condição diversa da registrada na ANS.(Art.20 da Lei 9.656 c/c Art. 7º da RN 56)	10.000,00 (DEZ MIL REAIS)
33902.085038/2011-09	PETRÓLEO BRASILEIRO S.A.-PETROBRAS	366871.	33.000.167/0001-01	Deixar de cumprir as obrigações previstas nos contratos celebrados a qualquer tempo. (Art.25 da Lei 9.656)	80.000,00 (OITENTA MIL REAIS)
33902.126813/2010-02	UNIMED-SÃO GONÇALO - NITERÓI - SOC.COOP.SERV.MED E HOSP LTDA	343731.	28.630.531/0001-87	Deixar de garantir as coberturas obrigatórias previstas. (Art.12, I, alínea "b" da Lei 9.656/98)	64.000,00 (SESSENTA E QUATRO MIL REAIS)
33902.159334/2009-21	GOLDEN CROSS ASSISTENCIA INTERNACIONAL DE SAÚDE LTDA	403911.	01.518.211/0001-83	Suspender o serviço contratado por beneficiário. (Art.25 da Lei 9.656)	60.000,00 (SESSENTA MIL REAIS)
33902.062418/2009-42	SERVIÇO SOCIAL DAS ESTRADAS DE FERRO - SESEF	312304.	33.909.540/0001-41	Deixar de cumprir as obrigações previstas nos contratos celebrados a qualquer tempo. (Art.25 da Lei 9.656)	24.000,00 (VINTE E QUATRO MIL REAIS)
33902.209726/2009-48	UNIMED COSTA VERDE RJ	311146.	36.540.979/0001-38	Aplicar reajuste por mudança de faixa etária em desacordo com a regulamentação da ANS. (Art.15 da Lei 9.656)	18.000,00 (DEZOITO MIL REAIS)
33902.128027/2010-31	AMICO SAÚDE LTDA	306622.	51.722.957/0001-82	Ao impedir a participação do beneficiário em plano de assistência à saúde, ao exigir o cumprimento de novos prazos de carência em plano sucessor. (Art.14 da Lei 9.656/98)	30.000,00 (TRINTA MIL REAIS)
33902.266660/2010-27	GRUPO HOSPITALAR DO RIO DE JANEIRO LTDA	309222.	31.925.548/0001-76	Deixar de garantir cobertura obrigatória. (Art.12, II da Lei 9.656)	80.000,00 (OITENTA MIL REAIS)
33902.222301/2009-24	GEAP FUNDAÇÃO DE SEGURIDADE SOCIAL	323080.	03.658.432/0001-82	Deixar de garantir as coberturas obrigatórias previstas. (Art.12, I, II, alínea "c" da Lei 9.656/98)	160.000,00 (CENTO E SESSENTA MIL REAIS)

JACQUELINE TAVARES DE LIMA

DIRETORIA COLEGIADA

RESOLUÇÃO OPERACIONAL - RO Nº 1.041, DE 21 DE JUNHO DE 2011

Dispõe sobre o encerramento do regime especial de Direção Fiscal na operadora APUB-SSIND - Associação dos Professores Universitários da Bahia.

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, no uso das atribuições que lhe confere o art. 86, inciso II, alínea "c" do Regimento Interno, aprovado pela RN n.º 197, de 16 de julho de 2009, na forma do disposto no art. 24 da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, alterada pela Medida Provisória nº 2.177-44, de 24 de agosto de 2001, em reunião ordinária de 23 de maio de 2011, considerando os elementos constantes do processo administrativo n.º 33902.178552/2009-64, adotou a seguinte Resolução Operacional e eu, Diretor-Presidente, na forma do disposto no inciso I e III, do art. 82, da RN 197, de 16 de julho de 2009, determino a sua publicação:

Art. 1º Fica encerrado o Regime de Direção Fiscal na operadora APUB-SSIND - Associação dos Professores Universitários da Bahia, registro ANS n.º 34312-9, inscrita no CNPJ sob n.º 13.100.755/0001-00.

Art. 2º Esta Resolução Operacional - RO entra em vigor na data de sua publicação.

MAURÍCIO CESCHIN
Diretor-Presidente

RESOLUÇÃO OPERACIONAL - RO Nº 1.042, DE 21 DE JUNHO DE 2011

Dispõe sobre o encerramento do regime especial de Direção Fiscal e cancelamento do registro provisório da operadora CONTROLLER em Saúde Ltda.

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, no uso das atribuições que lhe confere o art. 86, inciso II, alínea "c" do Regimento Interno, aprovado pela RN n.º 197, de 16 de julho de 2009, na forma do disposto no art. 24 da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, alterada pela Medida Provisória nº 2.177-44, de 24 de agosto de 2001, em reunião ordinária de 23 de maio de 2011, considerando os elementos constantes do processo administrativo n.º 33902.050655/2010-02, adotou a seguinte Resolução Operacional e eu, Diretor-Presidente, na forma do disposto no inciso I e III, do art. 82, da RN 197, de 16 de julho de 2009, determino a sua publicação:

Art. 1º Fica encerrado o Regime de Direção Fiscal e cancelado o registro provisório ANS n.º 41323-2 da operadora CONTROLLER em Saúde Ltda., inscrita no CNPJ sob n.º 03.938.708/0001-86.

Art. 2º Esta Resolução Operacional - RO entra em vigor na data de sua publicação.

MAURÍCIO CESCHIN
Diretor-Presidente

AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA
DIRETORIA COLEGIADA

RESOLUÇÃO - RE Nº 2.727, DE 22 DE JUNHO DE 2011

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 31 de março de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 1º de abril de 2011, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 787, de 9 de junho de 2011,

considerando os arts. 7º, 12 e 50, da Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976;

considerando, ainda, a comprovação da fabricação e comercialização irregular do produto, resolve:

Art. 1º Determinar, como medida de interesse sanitário, a suspensão da fabricação, distribuição, comércio e uso, em todo o território nacional, do produto BEAUTY FLOWER TRATAMENTO ANTI FRIZZ DE CISTINA, constando em sua embalagem como comercializado por BEAUTY FLOWER COSMÉTICOS PROFISSIONAIS LTDA. e envasado por CRISMAR PRODUTOS DE BELEZA LTDA. - CNPJ 10.606.734/0001-72, São Paulo (SP), por não possuir registro e Autorização de Funcionamento nesta Agência.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JAIME CÉSAR DE MOURA OLIVEIRA

RESOLUÇÃO - RE Nº 2.728, DE 22 DE JUNHO DE 2011

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 31 de março de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 1º de abril de 2011, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 787, de 9 de junho de 2011,

considerando os arts. 7º e 12, da Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976;

considerando o Aresto nº 130, publicado pela DICOL no Diário Oficial da União em 23/07/2009, negando provimento ao recurso interposto pela Empresa contra o cancelamento do registro do produto;

considerando, ainda, a comprovação da fabricação e comercialização do produto após a data do cancelamento do registro, por meio do Laudo de Análise Fiscal nº 5943.00/2010/FUNED, resolve:

Art. 1º Determinar, como medida de interesse sanitário, a suspensão da fabricação, distribuição, comércio e uso, em todo o território nacional, dos lotes fabricados após 23/07/2009 do produto ANTIFLAN (Diclofenaco Potássico), fabricado por LABORATÓRIO FARMACÊUTICO VITAMED LTDA. - CNPJ 29.346.301/0001-53, localizada na Rua Flávio Francisco Bellini, 459, Santos Dumont, Município de Caxias do Sul (RS), por não possuir registro vigente nesta Agência.

Art. 2º Determinar, ainda, que a Empresa promova o recolhimento do remanescente de todos os lotes fabricados após a data de 23/07/2009, nos termos da Notificação nº 387/2011/GFIMP/GGIMP.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JAIME CÉSAR DE MOURA OLIVEIRA

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

CONSULTA PÚBLICA Nº 31, DE 20 DE JUNHO DE 2011

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o inciso IV do art. 11 e o art. 35 do Regulamento da ANVISA aprovado pelo Decreto Nº. 3.029, de 16 de abril de 1999, e tendo em vista o disposto no inciso V e nos §§ 1° e 3° do art. 54 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n° 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, em reunião realizada em 14 de junho de 2011.

Adota a seguinte Consulta Pública e eu, Diretor-Presidente, determino a sua publicação:

Art. 1º Fica aberto, a contar da data de publicação desta Consulta Pública, o prazo de 30 (trinta) dias para que sejam apresentadas críticas e sugestões relativas à proposta de Regulamento Técnico, para o ingrediente ativo C52 - CLORETOS DE BENZALCÔNIO, contido na Relação de Monografias dos Ingredientes Ativos de Agrotóxicos, Domissanitários e Preservantes de Madeira.

Art. 2º Informar que a proposta Regulamento Técnico estará disponível, na íntegra, durante o período de consulta no endereço eletrônico www.anvisa.gov.br e que as sugestões deverão ser encaminhadas por escrito para o seguinte endereço: Agência Nacional de Vigilância Sanitária, SIA, Trecho 5, Área Especial 57, Lote 200 - Bloco D - sub-solo, Brasília/DF, CEP 71205-050 ou fax 61-3462-5726 ou e-mail toxicologia@anvisa.gov.br.

Art. 3º Findo o prazo estipulado no art. 1º a Agência Nacional de Vigilância Sanitária articular-se-á com os Órgãos e Entidades envolvidos e aqueles que tenham manifestado interesse na matéria, para que indiquem representantes nas discussões posteriores, visando à consolidação do texto final.

DIRCEU BRÁS APARECIDO BARBANO
Diretor-Presidente

ARESTO Nº 145, DE 20 DE JUNHO DE 2011

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em sessão realizada em 14 de junho de 2011, ACORDAM os membros da Diretoria Colegiada da ANVISA, com fundamento no inciso VI, do art. 15 da Lei n.º 9.782, de 26 de janeiro de 1999, e no art. 64 da Lei n.º 9.784, de 29 de janeiro de 1999, aliado ao disposto no inciso IV e no §1º do art. 54 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e em conformidade com a Resolução RDC n.º 25, de 4 de abril de 2008, por unanimidade, DAR PROVIMENTO aos recursos a seguir especificados, conforme relação anexa, para modificar totalmente os termos da decisão recorrida e determinar retorno para área competente para prosseguimento da análise.

DIRCEU BRÁS APARECIDO BARBANO
Diretor-Presidente

ANEXO

Empresa: Medicaltec Ind. e Com. de Equipamentos Médicos Ltda
CNPJ: 73.297.509/0001-11
Processo nº: 25351.426494/2009-40
Expediente Indeferido nº: 552191/09-2
Expediente do Recurso nº: 603183/10-8

ARESTO Nº 146, DE 20 DE JUNHO DE 2011

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em sessão realizada em 14 de junho de 2011, ACORDAM os membros da Diretoria Colegiada da ANVISA, com fundamento no inciso VI, do art. 15 da Lei n.º 9.782, de 26 de janeiro de 1999, e no art. 64 da Lei n.º 9.784, de 29 de janeiro de 1999, aliado ao disposto no inciso IV e no §1º do art. 54 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e em conformidade com a Resolução RDC n.º 25, de 4 de abril de 2008, por unanimidade, DAR PROVIMENTO aos recursos a seguir especificados, conforme relação anexa, para modificar totalmente os termos da decisão recorrida e determinar retorno para área competente para prosseguimento da análise.

DIRCEU BRÁS APARECIDO BARBANO
Diretor-Presidente

ANEXO

Empresa: KAGES COMÉCIO IMPORT. E REP DE MATERIAL MÉDICO LTDA
CNPJ: 02.471.805/0001-49
Processo nº: 25351.334665/2010-22
Expediente Indeferido nº: 435383/10-8
Expediente do Recurso nº: 012859/11-4
Empresa: JOHNSON & JOHNSON DO BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS PARA SAÚDE LTDA
CNPJ: 54.516.661/0001-01
Processo nº: 25351.360190/2009-93
Expediente Indeferido nº: 464422/09-1
Expediente do Recurso nº: 536932/10-1
Empresa: ORANGELIFE COMÉRCIO E INDÚSTRIA LTDA
CNPJ: 09.449.181/0001-02
Processo nº: 25351.714886/2010-55
Expediente Indeferido nº: 103733/10-1
Expediente do Recurso nº: 184067/11-3

ARESTO Nº 147, DE 20 DE JUNHO DE 2011

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em sessão realizada em 14 de junho de 2011, ACORDAM os membros da Diretoria Colegiada da ANVISA, com fundamento no inciso VI, do art. 15 da Lei n.º 9.782, de 26 de janeiro de 1999, e no art. 64 da Lei n.º 9.784, de 29 de janeiro de 1999, aliado ao disposto no inciso IV e no §1º do art. 54 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e em conformidade com a Resolução RDC n.º 25, de 4 de abril de 2008, por unanimidade, NEGAR PROVIMENTO aos recursos a seguir especificados, conforme anexo, mantendo as decisões anteriormente proferidas.

DIRCEU BRÁS APARECIDO BARBANO
Diretor-Presidente

ANEXO

Empresa: VISIONMED EQUIPAMENTOS MEDICOS LTDA
CNPJ: 02.960/756/0001-08
Processo nº: 25351.061890/2008-14
Expediente Indeferido nº: 166803/10-0
Expediente do Recurso nº: 586947/10-1
Empresa: VISIONMED EQUIPAMENTOS MEDICOS LTDA
CNPJ: 02.960/756/0001-08
Processo nº: 25351.062427/2008-16
Expediente Indeferido nº: 082404/08-6
Expediente do Recurso nº: 603172/10-2

ARESTO Nº 148, DE 20 DE JUNHO DE 2011

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em sessão realizada em 14 de junho de 2011, ACORDAM os membros da Diretoria Colegiada da ANVISA, com fundamento no inciso VI, do art. 15 da Lei n.º 9.782, de 26 de janeiro de 1999, e no art. 64 da Lei n.º 9.784, de 29 de janeiro de 1999, aliado ao disposto no inciso IV e no §1º do art. 54 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e em conformidade com a Resolução RDC n.º 25, de 4 de abril de 2008, por unanimidade, NEGAR PROVIMENTO aos recursos a seguir especificados, conforme anexo, mantendo as decisões anteriormente proferidas.

DIRCEU BRÁS APARECIDO BARBANO
Diretor-Presidente

ANEXO

Empresa: FISMATEK INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA - ME
CNPJ: 55.532.188/0001-00
Processo nº: 25351.310227/2010-96
Expediente Indeferido nº: 405183/10-1
Expediente do Recurso nº: 654477/10-1

ARESTO Nº 149, DE 20 DE JUNHO DE 2011

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em sessão realizada em 14 de junho de 2011, ACORDAM os membros da Diretoria Colegiada da ANVISA, com fundamento no inciso VI, do art. 15 da Lei n.º 9.782, de 26 de janeiro de 1999, e no art. 64 da Lei n.º 9.784, de 29 de janeiro de 1999, aliado ao disposto no inciso IV e no §1º do art. 54 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e em conformidade com a Resolução RDC n.º 25, de 4 de abril de 2008, por unanimidade, NEGAR PROVIMENTO aos recursos a seguir especificados, conforme anexo, mantendo as decisões anteriormente proferidas.

DIRCEU BRÁS APARECIDO BARBANO
Diretor-Presidente

ANEXO

Empresa: LM FARMA INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA
CNPJ: 576.532.343/0001-14
Processo nº: 25351.011710/2010-82
Expediente Indeferido nº: 015435/10-1
Expediente do Recurso nº: 737631/10-6

ARESTO Nº 150, DE 20 DE JUNHO DE 2011

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em sessão realizada em 14 de junho de 2011, ACORDAM os membros da Diretoria Colegiada da ANVISA, com fundamento no inciso VI, do art. 15 da Lei n.º 9.782, de 26 de janeiro de 1999, e no art. 64 da Lei n.º 9.784, de 29 de janeiro de 1999, aliado ao disposto no inciso IV e no §1º do art. 54 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e em conformidade com a Resolução RDC n.º 25, de 4 de abril de 2008, por unanimidade, NEGAR PROVIMENTO aos recursos a seguir especificados, conforme anexo, mantendo as decisões anteriormente proferidas.

DIRCEU BRÁS APARECIDO BARBANO
Diretor-Presidente

ANEXO

Empresa: LTM COMERCIAL CIRURGICA IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA EPP
CNPJ: 01.344.311/0001-30
Processo nº: 25351.336503/2010-53
Expediente Indeferido nº: 437640/10-4
Expediente do Recurso nº: 654503/10-3

ARESTO Nº 151, DE 21 DE JUNHO DE 2011

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, ACORDAM os membros da Diretoria Colegiada da ANVISA, com fundamento no inciso VI, do art. 15 da Lei n.º 9.782, de 26 de janeiro de 1999, e no art. 64 da Lei n.º 9.784, de 29 de janeiro de 1999, aliado ao disposto no inciso IV e no §1º do art. 54 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e em conformidade com a Resolução RDC n.º 25, de 4 de abril de 2008, decidir o recurso a seguir especificado, conforme relação anexa, em conformidade com as deliberações aprovadas pela Diretoria Colegiada desta Agência na reunião de 14de junho de 2011.

DIRCEU BRÁS APARECIDO BARBANO
Diretor-Presidente

ANEXO

1. Empresa: Hypofarma Instituto de Hypodermia e Farmácia Ltda.
Medicamento: sulfato de efedrina
Forma farmacêutica: solução injetável
Processo nº: 25351.141167/2009-83
Expediente nº: 331218/10-6
Assunto: Registro de Medicamento Genérico
Parecer: 078/2011
DECISÃO: POR UNANIMIDADE, NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO.
2. Empresa: EMS-Sigma Pharma Ltda.
Medicamento: Ramipress (ramipril)
Forma farmacêutica: comprimido
Processo nº: 25351.641888/2008-41
Expediente nº: 267255/10-3
Assunto: Registro de Medicamento Similar
Parecer: 084/2011
DECISÃO: POR UNANIMIDADE, NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO.

ARESTO Nº 152, DE 21 DE JUNHO DE 2011

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em sessão realizada em 14 de junho de 2011, ACORDAM os membros da Diretoria Colegiada da ANVISA, com fundamento no inciso VI, do art. 15 da Lei n.º 9.782, de 26 de janeiro de 1999, e no art. 64 da Lei n.º 9.784, de 29 de janeiro de 1999, aliado ao disposto no inciso IV e no §1º do art. 54 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e em conformidade com a Resolução RDC n.º 25, de 4 de abril de 2008, por unanimidade, dar provimento aos recursos a seguir especificados, conforme relação anexa:

DIRCEU BRÁS APARECIDO BARBANO
Diretor-Presidente

ANEXO

RECURSO EXPEDIENTE nº: 199546/10-4
NOME DA EMPRESA: INTEGRALMÉDICA S/A AGRICULTURA E PESQUISA
CNPJ: 57.235.426/0001-41
NOME DO PRODUTO: Luteína e Licopeno adicionado de beta-caroteno, vitamina C e vitamina E em cápsulas
NUMERO DO PROCESSO: 25004.260038/2010-28
ASSUNTO DA PETIÇÃO: Registro de Alimentos e Bebidas
RECURSO EXPEDIENTE nº: 356608/11-1
NOME DA EMPRESA: NESTLE BRASIL LTDA
CNPJ: 60.409.075/0001-52
NOME DO PRODUTO: Fórmula infantil à base de proteína isolada de soja c/ ferro p/ lactentes
NUMERO DO PROCESSO: 25004.004987/99
ASSUNTO DA PETIÇÃO: Revalidação de Registro

ARESTO Nº 153, DE 21 DE JUNHO DE 2011

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em sessão realizada em 14 de junho de 2011, ACORDAM os membros da Diretoria Colegiada da ANVISA, com fundamento no inciso VI, do art. 15 da Lei n.º 9.782, de 26 de janeiro de 1999, e no art. 64 da Lei n.º 9.784, de 29 de janeiro de 1999, aliado ao disposto no inciso IV e no §1º do art. 54 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e em conformidade com a Resolução RDC n.º 25, de 4 de abril de 2008, por unanimidade, negar provimento aos recursos a seguir especificados, conforme relação anexa:

DIRCEU BRÁS APARECIDO BARBANO
Diretor-Presidente

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

ANEXO

RECURSO EXPEDIENTE nº: 349538/11-8
NOME DA EMPRESA: NEW MILLEN PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTDA
CNPJ: 00.385.181/0001-11
NOME DO PRODUTO: Alimento Nutricionalmente Completo para Nutrição Enteral em Pó Sabor de Chocolate/Baunilha/Mousse de Limão/Banana
NUMERO DO PROCESSO: 25004.210031/2010-84
ASSUNTO DA PETIÇÃO: Registro Único de Alimentos e Bebidas - NACIONAL
RECURSO EXPEDIENTE nº: 349002/11-5
NOME DA EMPRESA: VITAL NATUS FARMACÊUTICA LTDA
CNPJ: 05.915.310/0001-50
NOME DO PRODUTO: Quitosana psyllium laranja com vit e min em capsulas
NUMERO DO PROCESSO: 25004.360187/2008-54
ASSUNTO DA PETIÇÃO: Registro de Alimentos e Bebidas
RECURSO EXPEDIENTE nº: 369307/11-4
NOME DA EMPRESA: ABBOTT LABORATÓRIOS DO BRASIL LTDA
CNPJ: 56.998.701/0001-16
NOME DO PRODUTO: Alimento Nutricionalmente Completo para Nutrição Enteral ou Oral
NUMERO DO PROCESSO: 25004.110104/2010-38
ASSUNTO DA PETIÇÃO: Registro de Alimentos e Bebidas
RECURSO EXPEDIENTE nº: 369308/11-2
NOME DA EMPRESA: ABBOTT LABORATÓRIOS DO BRASIL LTDA
CNPJ: 56.998.701/0001-16
NOME DO PRODUTO: Alimento Nutricionalmente Completo para Nutrição Enteral ou Oral
NUMERO DO PROCESSO: 25004.110103/2010-15
ASSUNTO DA PETIÇÃO: Registro de Alimentos e Bebidas
RECURSO EXPEDIENTE nº: 369363/11-5
NOME DA EMPRESA: ABBOTT LABORATÓRIOS DO BRASIL LTDA
CNPJ: 56.998.701/0001-16
NOME DO PRODUTO: Alimentos Nutricionalmente Completo para Nutrição Enteral ou Oral
NUMERO DO PROCESSO: 25004.110102/2010-80
ASSUNTO DA PETIÇÃO: Registro de Alimentos e Bebidas
RECURSO EXPEDIENTE nº: 357702/11-3
NOME DA EMPRESA: STEM PHARMACEUTICAL SUPLEMENTOS ALIMENTARES LTDA.
CNPJ: 04.056.093/0001-27
NOME DO PRODUTO: Licopeno com vitaminas C, E e minerais zinco e selênio em comprimidos
NUMERO DO PROCESSO: 25025.062347/2010-85
ASSUNTO DA PETIÇÃO: Registro de Alimentos e Bebidas
RECURSO EXPEDIENTE nº: 356497/11-5
NOME DA EMPRESA: NESTLE BRASIL LTDA
CNPJ: 60.409.075/0001-52
NOME DO PRODUTO: Fórmula infantil com ferro para lactentes
NUMERO DO PROCESSO: 25004.120050/2010-02
ASSUNTO DA PETIÇÃO: Registro de Alimentos e Bebidas
RECURSO EXPEDIENTE nº: 316283/11-4
NOME DA EMPRESA: SUPPORT PRODUTOS NUTRICIONAIS LTDA
CNPJ: 01.107.391/0001-00
NOME DO PRODUTO: Alimento para suplementação de nutrição enteral/oral
NUMERO DO PROCESSO: 25004.022897/2004-04
ASSUNTO DA PETIÇÃO: Alteração de Fórmula do Produto e Alteração de Rotulagem

ARESTO Nº 154, DE 21 DE JUNHO DE 2011

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em sessão realizada em 29 de março de 2011. ACORDAM os membros da Diretoria Colegiada da ANVISA, com fundamento no inciso VI, do art. 15 da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, e no art. 64 da Lei nº 9.784 de 29 de janeiro de 1999, aliado ao disposto no inciso IV e no § 1º do art. 54 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria nº 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada do DOU de 21 de agosto de 2006, e em conformidade com a Resolução RDC nº 25, de 4 de abril de 2008, por unanimidade, negar provimento aos recursos a seguir especificados, conforme relação anexa, com julgamento do mérito, mantendo os termos da decisão recorrida.

DF VASCONCELLOS S.A. OPTICA E MECANICA DE ALTA PRECISAO
25759.067304/2003-76 - AIS:251887/03-2 (323/03) - GG-PAF/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 4.000,00 (Quatro mil reais)

ECOLAB QUIMICA
25752.000238/2002-33 - AIS:041025/05-0 (021/02) - GG-PAF/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 6.000,00 (Seis mil reais)

EMS S/A
25759.011886/2007-60 - AIS:014897/07-1 (14/05) - GG-PAF/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 12.000,00 (Doze mil reais)

EMS S/A
25759.276376/2006-55 - AIS:367352/06-9 (329/06) - GG-PAF/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 6.000,00 (Seis mil reais)

GERMED FARMACEUTICA LTDA
25759.155450/2004-39 - AIS:250387/04-5 (219/04) - GG-PAF/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 4.000,00 (Quatro mil reais)

JOHNSON & JOHNSON DO BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS PARA SAÚDE LTDA
25759.485781/2005-81 - AIS:586344/05-9 (143/04) - GG-PAF/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 12.000,00 (Doze mil reais)

MERCK SHARP E DOHME FARMACÊUTICA LTDA
25759.109063/2007-73 - AIS:139102/07-0 (120/05) - GG-PAF/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 12.000,00 (Doze mil reais)

MERCOTRADE AGÊNCIA MARÍTIMA LTDA.
25767.194035/2007-44 - AIS:247005/07-5 (005/07) - GG-PAF/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 12.000,00 (Doze mil reais)

SATA - SERVIÇOS AUXIL. TRANSPORTE AEREO LTDA
25763.207537/2004-30 - AIS:311560/04-7 (120/04 - GG-PAF/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 12.000,00 (Doze mil reais)

TRANSPALLET - TRANSPORTES E LOGISTICA LTDA
25759.202499/2007-31 - AIS:257911/07-1 (848/06) - GG-PAF/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 6.000,00 (Seis mil reais)

DIRCEU BRÁS APARECIDO BARBANO
Diretor-Presidente

ARESTO Nº 155, DE 21 DE JUNHO DE 2011

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em sessão realizada em 29 de março de 2011. ACORDAM os membros da Diretoria Colegiada da ANVISA, com fundamento no inciso VI, do art. 15 da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, e no art. 64 da Lei nº 9.784 de 29 de janeiro de 1999, aliado ao disposto no inciso IV e no § 1º do art. 54 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria nº 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada do DOU de 21 de agosto de 2006, e em conformidade com a Resolução RDC nº 25, de 4 de abril de 2008, por unanimidade, negar provimento aos recursos a seguir especificados, conforme relação anexa, com julgamento do mérito, mantendo os termos da decisão recorrida.

BOSTON SCIENTIFIC DO BRASIL LTDA
25759.296634/2004-58 - AIS:416702/04-3 (234/03)- GG-PAF/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 12.000,00 (Doze mil reais)

BOSTON SCIENTIFIC DO BRASIL LTDA
25759.222788/2007-56 - AIS:284003/07-1 (261/05) - GG-PAF/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 6.000,00 (Seis mil reais)

COM. IMP. DE PROD. MED. HOSP. PROSINTESE LTDA
25759.072455/2003-46 - AIS:267261/03-8 (10/03)- GG-PAF/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 12.000,00 (Doze mil reais)

DELIMA COMERCIO E NAVEGAÇÃO LTDA
25753.028288/2006-07 - AIS:037139/06-4 (002/06)- GG-PAF/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 6.000,00 (Seis mil reais)

FH DE OLIVEIRA PEIXOTO
25753.213300/2007-50 - AIS:271952/07-5 (030/07) - GG-PAF/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 6.000,00 (Seis mil reais)

HEYTOR GUSMÃO COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA.
25755.000074/2001-33 - AIS:237815/07-9 (020/01)- GG-PAF/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 3.000,00 (Tres mil reais)

IREKS DO BRASIL S/A
25743.067622/2006-59 - AIS:087509/06-1 (004/06)- GG-PAF/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 6.000,00 (Seis mil reais)

JONHSON E JOHNSON INDUSTRIA E COMERCIO LTDA
25759.472254/2005-15 - AIS:568986/05-4 (320/05)- GG-PAF/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 12.000,00 (Doze mil reais)

SUTURBRAS INDUSTRIA E COMERCIO LTDA
25759.108430/2007-11 - AIS:138350/07-7 (157/05)- GG-PAF/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 2.000,00 (Dois mil reais)

TRANSPALLET - TRANSPORTES E LOGISTICA LTDA
25759.414952/2006-79 - AIS:555347/06-4 (733/06)- GG-PAF/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 6.000,00 (Seis mil reais)

TRANSPALLET - TRANSPORTES E LOGISTICA LTDA
25759.285557/2007-53 - AIS:367510/07-6 (749/06)- GG-PAF/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 6.000,00 (Seis mil reais)

TRANSPALLET - TRANSPORTES E LOGISTICA LTDA
25759.439976/2006-31 - AIS:588532/06-9(720/06)- GG-PAF/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 6.000,00 (Seis mil reais)

TRANSPALLET - TRANSPORTES E LOGISTICA LTDA
25759.413148/2006-72 - AIS:553015/06-6 (681/06)- GG-PAF/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 6.000,00 (Seis mil reais)

DIRCEU BRÁS APARECIDO BARBANO
Diretor-Presidente

ARESTO Nº 156, DE 21 DE JUNHO DE 2011

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos em sessões realizadas nas datas abaixo, ACORDAM os membros da Diretoria Colegiada da ANVISA, com fundamento no inciso VI, do art. 15 da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, e no art. 64 da Lei nº 9.784 de 29 de janeiro de 1999, aliado ao disposto no inciso IV e no § 1º do art. 54 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria nº 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada do DOU de 21 de agosto de 2006, e em conformidade com a Resolução RDC nº 25, de 4 de abril de 2008, por unanimidade, negar provimento aos recursos a seguir especificados, conforme relação anexa, mantendo os termos da decisão recorrida.

Reunião do dia 29 de março de 2011

CIMED INDÚSTRIA DE MEDICAMENTOS LTDA
25351.032408/2005-12 - AIS:039243/05-0 (1121/04) - GPROP/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 10.000,00 (Dez mil reais), além de Proibição de Propaganda,

EMPRESA PORTOALEGRENSE DE COMUNICACAO LTDA
25351.289875/2004-23 - AIS:408962/04-6 (1178/04) - GPROP/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 8.000,00 (Oito mil reais), além de Proibição de Propaganda,

EMS SIGMA PHARMA LTDA
25351.067054/2005-19 - AIS:079675/05-1 (680/04) - GPROP/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 20.000,00 (Vinte mil reais), além de Proibição de Propaganda,

GLAXOSMITHKLINE BRASIL LTDA
25351.298978/2004-84 - AIS:419352/04-1 (045/04) - GPROP/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 12.000,00 (Doze mil reais), além de Proibição de Propaganda,

LUNDBECK BRASIL LTDA
25351.054518/2003-65 - AIS:200285/03-0 (697/03) - GPROP/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 20.000,00 (Vinte mil reais), além de Proibição de Propaganda,

OITO ERVAS INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS NATURAIS LTDA-ME
25351.043958/2006-30 - AIS:056698/06-5 (012/06) - GPROP/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 10.000,00 (Dez mil reais), além de Proibição de Propaganda,

RADIO 91 FM LYDA
25351.054065/2005-39 - AIS:064676/05-8 (107/05) - GPROP/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 2.000,00 (Dois mil reais)

SANOFI-AVENTIS FARMACÊUTICA LTDA
25351.339861/2005-49 - AIS:402416/05-8 (728/05) - GPROP/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 20.000,00 (Vinte mil reais), além de Proibição de Propaganda,

SANOFI-AVENTIS FARMACÊUTICA LTDA
25351.208684/2005-50 - AIS:247276/05-7 (671/05) - GPROP/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 20.000,00 (Vinte mil reais), além de Proibição de Propaganda,

SCHERING-PLOUGH INDÚSTRIA FARMACÊUTICA LTDA

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

25351.268047/2004-51 - AIS:383153/04-1 (443/04) - GPROP/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 8.000,00 (Oito mil reais), além de Proibição de Propaganda,
SIMBOLO EDITORA E COMUNICAÇÃO INTEGRADA S/A
25351.231383/2006-19 - AIS:309428/06-6 (0090/06) - GPROP/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 20.000,00 (Vinte mil reais), além de Proibição de Propaganda,
TV OMEGA LTDA
25351.300038/2005-43 - AIS:355609/05-3 (033/05) - GPROP/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 15.000,00 (Quinze mil reais), além de Proibição de Propaganda,
YAHOO DO BRASIL INTERNET LTDA
25351.100638/2006-94 - AIS:133148/06-5 (054/06) - GPROP/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 10.000,00 (Dez mil reais), além de Proibição de Propaganda,
Reunião do dia 02 de março de 2011
MEDLEY INDÚSTRIA FARMACÊUTICA LTDA
25351.224697/2004-95 - AIS:331694/04-7 (645/04) - GPROP/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 20.000,00 (Vinte mil reais), além de Proibição de Propaganda,

DIRCEU BRÁS APARECIDO BARBANO
Diretor-Presidente

ARESTO Nº 157, DE 21 DE JUNHO DE 2011

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos em sessões realizadas nas datas abaixo, ACORDAM os membros da Diretoria Colegiada da ANVISA, com fundamento no inciso VI, do art. 15 da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, e no art. 64 da Lei nº 9.784 de 29 de janeiro de 1999, aliado ao disposto no inciso IV e no § 1º do art. 54 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria nº 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada do DOU de 21 de agosto de 2006, e em conformidade com a Resolução RDC nº 25, de 4 de abril de 2008, por unanimidade, negar provimento aos recursos a seguir especificados, conforme relação anexa, mantendo os termos da decisão recorrida.
Reunião do dia 29 de março de 2011
COLOPLAST DO BRASIL LTDA
25752.086381/2006-38 - AIS:113918/06-5 (017/04)- GGPAF/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 12.000,00 (doze mil reais)
COMÉRCIO, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE PRODUTOS MÉDICOS HOSPITALARES PROSINTESE CAMPINAS LTDA
25759.282557/2005-30 - AIS:335041/05-0(207/05)- GGPAF/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 2.000,00 (dois mil reais)
EMPRESA BRASILEIRA DE INFRA-ESTRUTURA AEROPORTUÁRIA
25760.000135/2006-06 - AIS:287262/06-5 (004/05)- GGPAF/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 16.000,00 (dezesseis mil reais)
EUROFARMA LABORATÓRIOS LTDA
25759.044217/2003-41 - AIS:163893/03-9 (306/02)- GGPAF/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 20.000,00 (Vinte mil reais)
GOL TRANSPORTES AÉREOS S.A
25759.393602/2006-61 - AIS:526730/06-7(011/06)- GGPAF/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 24.000,00(vinte e quatro mil reais)
GOL TRANSPORTES AÉREOS S/A.
25351.136751/2006-16 - AIS:183605/06-6 (027/06)- GGPAF/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 2.000,00 (dois mil reais)
JOHNSON & JOHNSON DO BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS PARA SAÚDE LTDA
25759.231375/2005-09 - AIS:274463/05-5 (065/04)- GGPAF/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 36.000,00(trinta e seis mil reais)
MUNICIPIO DE SANTA HELENA
25743.191209/2007-95 - AIS:243157/07-2 (001/07)-GGPAF/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 8.000,00 (oito mil reais)
PRODUTOS ROCHE QUIMICOS E FARMACEUTICOS S/A
25759.331829/2006-13 - AIS:442520/06-1 (388/06)- GGPAF/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 4.000,00 (Quatro mil reais)
PRODUTOS ROCHE QUIMICOS E FARMACEUTICOS S/A
25759.331839/2006-59 - AIS:442539/06-1 (389/06)-GGPAF/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 4.000,00 (Quatro mil reais)
PRODUTOS ROCHE QUÍMICOS E FARMACÊUTICOS S.A.
25759.360218/2005-00 - AIS:427804/05-6 - (258/05)-GGPAF/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 6.000,00 (Seis mil reais)
PROMEDON DO BRASIL PRODUTOS MEDICO HOSPITALARES LTDA
25759.073645/2006-23 - AIS:096258/06-9 (176/04)- GGPAF/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 12.000,00 (Doze mil reais)
SKL - HERBAL CIENTÍFICA LABORATÓRIO FARMACÊUTICO LTDA
25759.140087/2006-19 - AIS:188231/06-7 (189/06)- GGPAF/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 4.000,00 (Quatro mil reais)
TAM LINHAS AEREAS S/A.
25743.079607/2007-34 - AIS:101663/07-6 (0047/07)- GGPAF/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 4.000,00 (Quatro mil reais)

DIRCEU BRÁS APARECIDO BARBANO
Diretor-Presidente

GERÊNCIA-GERAL DE PORTOS, AEROPORTOS, FRONTEIRAS E RECINTOS ALFANDEGADOS

DESPACHOS DO GERENTE-GERAL
Em 20 de junho de 2011

O Gerente-Geral de Portos, Aeroportos e Fronteiras e Recintos Alfandegados da Agência Nacional de Vigilância Sanitária-ANVISA, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 42, XII, da Portaria nº 354, de 11 de agosto de 2006, alterada pela Portaria nº 783, de 13 de julho de 2009, vem tornar públicas as Decisões Administrativas referentes aos processos abaixo relacionados:

AEROSUR-COMPANHIA BOLIVIANA DE TRANSPORTE AEREO PRIVADO S.A
25759.227303/2007-11 - AIS:289995/07-7 (451/07) - GGPAF/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 4.000,00 (Quatro mil reais)
ALBITECH COMERCIAL DISTRIBUIDORA DE SUPLEMENTOS MINERAIS LTDA.
25759.384061/2007-61 - AIS:495452/07-1 (635/07) - GGPAF/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 2.000,00 (Dois mil reais)
AROMAX INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA
25759.621322/2007-30 - AIS:774081/07-6 (1029/07) - GGPAF/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 8.000,00 (Oito mil reais)
CAMPAK BRASIL LTDA
25759.635689/2007-31 - AIS:791285/07-4 (1080/07) - GGPAF/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 8.000,00 (Oito mil reais)
CLARIANT S.A
25759.661612/2008-05 - AIS:852313/08-4 (011/06)- GGPAF/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 12.000,00 (Doze mil reais)
EMPRESA BRASILEIRA DE INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA
25759.113378/2009-75 - AIS:145373/09-4 (33/09) - GGPAF/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 16.000,00 (Dezesseis mil reais)
FRESENIUS MEDICAL CARE LTDA
25759.024583/2008-98 - AIS:031183/08-9 (226/07) - GGPAF/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 12.000,00 (Doze mil reais)
GENERAL ELECTRIC DO BRASIL LTDA
25759.605177/2007-40 - AIS:754248/07-8 (26/07) - (25759.569260/2007-48 - Apenso) -GGPAF/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 24.000,00 (Vinte e quatro mil reais)
INSIGHT SERVIÇOS DE FUMIGAÇÃO LTDA.
25767.153617/2007-71 - AIS:195017/07-7 (042/07) - GGPAF/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 18.000,00 (Dezoito mil reais)
JOHNSON & JOHNSON DO BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS PARA SAÚDE LTDA
25759.169343/2007-31 - AIS:214777/07-7 (209/05) - (25759.171669/200728, 25759.1727362007-21, 25759.222761/2007-63 - Apensos) - GGPAF/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 96.000,00 (Noventa e seis mil reais)
KERRY DO BRASIL LTDA
25752.459714/2005-71 - AIS:553244/05-2 (032/05) - GGPAF/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 12.000,00 (Doze mil reais)
KERRY DO BRASIL LTDA
25752.459721/2005-73 - AIS:553251/05-5 (031/05) - GGPAF/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 12.000,00 (Doze mil reais)
PHONAK DO BRASIL - SISTEMAS AUDIOLÓGICOS LTDA
25759.436209/2007-51 - AIS:561041/07-9 - (701/07) GGPAF/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 12.000,00 (Doze mil reais)
SANOFI - SYNTHELABO FARMACÊUTICA LTDA
25752.072688/2006-51 - AIS:094880/06-2 - (027/05) GGPAF/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 12.000,00 (Doze mil reais)

Em 22 de junho de 2011

O Gerente-Geral de Portos, Aeroportos e Fronteiras e Recintos Alfandegados da Agência Nacional de Vigilância Sanitária-ANVISA, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 42, XII, da Portaria nº 354, de 11 de agosto de 2006, alterada pela Portaria nº 783, de 13 de julho de 2009, vem tornar públicas as Decisões Administrativas referentes aos processos abaixo relacionados:

ASTRAZENECA DO BRASIL LTDA
25759.512313/2007-59 - AIS:644874/07-7 (839/07)- GGPAF/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 12.000,00 (Doze mil reais)
ASTRAZENECA DO BRASIL LTDA
25759.512330/2007-96 - AIS:644896/07-8 (840/07)- GGPAF/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 12.000,00 (Doze mil reais)
BIOASSIST COMERCIAL LTDA
25752.173226/2007-31 - AIS:219776/07-6 (01/07) - GGPAF/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 12.000,00 (Doze mil reais)
FORMED - REPRESENTACAO E COMERCIO DE EQUIPAMENTOS MEDICOS, ESTETICOS E COSMETICOS LTDA.
25759.466390/2007-20 - AIS:595235/07-2 (750/07) - GGPAF/ANVISA
Penalidade de Advertência
JOHNSON & JOHNSON DO BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS PARA SAÚDE LTDA
25759.135669/2008-45 - AIS:172979/08-9 (406/07)- (25759.135825/2008-78, 25759.135852/2008-41-Apensos) - GGPAF/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 36.000,00 (Trinta e seis mil reais)
MERCK S/A
25752.072862/2006-66 - AIS:095128/06-5 (009/05) - (25752.067304/2005-06-Apenso) - GGPAF/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 12.000,00 (Doze mil reais)
MILTILIXO REMOÇÕES DE LIXO SOCIEDADE SIMPES LTDA
25759.017380/2008-45 - AIS:022182/08-1 (06/08)- GGPAF/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 6.000,00 (Seis mil reais)
SANSIM SERVIÇOS MEDICOS LTDA
25759.512385/2007-04 - AIS:644961/07-1 (860/07) - GGPAF/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 6.000,00 (Seis mil reais)
SERVCLEAN REFEIÇOES INDUSTRIAS LTDA
25351.894180/2008-96 - AIS:439724/08-0 (08/08)- GGPAF/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 3.000,00 (Tres mil reais)

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

SISTEMA MERCANTIL DE HIGIENIZAÇÃO E CONSERVAÇÃO LTDA
25756.072084/2009-07 - AIS:089794/09-9 (003/09) - GGPAF/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 6.000,00 (Seis mil reais)
SOUTH AFRICAN AIRWAYS
25759.441837/2007-58 - AIS:567684/07-3 (746/07)- GGPAF/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 24.000,00 (Vinte e quatro mil reais)
VISTATEK PRODUTOS OTICOS S/A
25759.139013/2007-11 - AIS:176541/07-8 (270/07) - GGPAF/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 8.000,00 (Oito mil reais)
VISTATEK PRODUTOS OTICOS S/A
25759.195491/2007-19 - AIS:248895/07-7 (411/07)- GGPAF/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 12.000,00 (Doze mil reais)

O Gerente-Geral de Portos, Aeroportos e Fronteiras e Recintos Alfandegados da Agência Nacional de Vigilância Sanitária-ANVISA, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 42, XII, da Portaria nº 354, de 11 de agosto de 2006, alterada pela Portaria nº 783, de 13 de julho de 2009, vem tornar públicas as Decisões Administrativas referentes aos processos abaixo relacionados:

BAXTER HOSPITALAR LTDA
25759.521345/2007-45 - AIS:655275/07-7 (914/07)- GGPAF/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 12.000,00 (Doze mil reais)
CADBURY ADAMS BRASIL IND E COM DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA
25759.436267/2007-84 - AIS:561088/07-5 (729/07) - GGPAF/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 6.000,00 (Seis mil reais)
COMISSARIA AEREA RIO DE JANEIRO LTDA
25752.303927/2006-21 - AIS:404334/06-1 (017/06) - GGPAF/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 12.000,00 (Doze mil reais)
GLENMARK FARMACÊUTICA LTDA
25759.460917/2007-11 - AIS:588796/07-8 (672/07)- GGPAF/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 6.000,00 (Seis mil reais)
GOL TRANSPORTES AEREOS S.A.
25751.753425/2008-18 - AIS:966487/08-4 (027/08) - GGPAF/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 12.000,00 (Doze mil reais)
GOL TRANSPORTES AÉREOS S.A
25759.084383/2007-11 - AIS:107703/07-1 (139/07) - GGPAF/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 24.000,00 (Vinte e quatro mil reais)
GOL TRANSPORTES AÉREOS S.A
25759.011712/2007-05 - AIS:014658/07-7 (09/07)- GGPAF/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 12.000,00 (Doze mil reais)
LABORATÓRIO AMERICANO DE FARMACOTERAPIA S/A
25759.122922/2007-10 - AIS:156559/07-1 (120/07) - GGPAF/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 6.000,00 (Seis mil reais)
LABORATORIOS PFIZER LTDA.
25759.310500/2007-08 - AIS:400424/07-8 (591/07) - GGPAF/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 6.000,00 (Seis mil reais)
NATURE S SUNSHINE PRODUTOS NATURAIS LTDA
25759.483401/2007-36 - AIS:614899/07-9 (812/07) - GGPAF/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 12.000,00 (Doze mil reais)
NATURE S SUNSHINE PRODUTOS NATURAIS LTDA
25759.483333/2007-13 - AIS:614819/07-1 (811/07) - GGPAF/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 12.000,00 (Doze mil reais)

O Gerente-Geral de Portos, Aeroportos e Fronteiras e Recintos Alfandegados da Agência Nacional de Vigilância Sanitária-ANVISA, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 42, XII, da Portaria nº 354, de 11 de agosto de 2006, alterada pela Portaria nº 783, de 13 de julho de 2009, vem tornar públicas as Decisões Administrativas referentes aos processos abaixo relacionados:

AMERICAN AIRLINES
25759.441823/2007-34 - AIS:567669/07-0 (742/07) - GGPAF/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 8.000,00 (Oito mil reais)
AMWAY DO BRASIL LIMITADA
25759.466607/2007-00 - AIS:595486/07-0 (97/07) - GGPAF/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 24.000,00 (Vinte e quatro mil reais)
ANTIBIÓTICOS DO BRASIL LTDA
25759.334859/2008-43 - AIS:423866/08-4 (159/08) - (25759.341471/2008-07-Apenso) - GGPAF/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 6.000,00 (Seis mil reais)
ASSOCIAÇÃO HOSPITALAR E EDUCACIONAL DE POMERODE
25741.000072/2005-27 - AIS:344818/07-5 (005/05) - GGPAF/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 108.000,00 (Cento e oito mil reais)
CRISTÁLIA PRODUTOS QUÍMICOS FARMACÊUTICOS LTDA.
25759.331287/2007-60 - AIS:428107/07-1 (615/07) - GGPAF/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 12.000,00 (Doze mil reais)
DOHLER AMERICA LATINA LTDA
25759.394157/2007-38 - AIS:508916/07-6 (92/06)- GGPAF/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 8.000,00 (Oito mil reais)
EMPRESA BRASILEIRA DE INFRA-ESTRUTURA AEROPORTUÁRIA
25351.233505/2009-40 - AIS:300352/09-3 (014/09) - GGPAF/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 24.000,00 (Vinte e quatro mil reais)
FLEURY S/A
25759.080417/2008-71 - AIS:106183/08-6 (737/06) - GGPAF/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 18.000,00 (Dezoito mil reais)
GALDERMA BRASIL LTDA
25767.422297/2005-42 - AIS:505738/05-8 (074/05) - GGPAF/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 12.000,00 (Doze mil reais)
GOL TRANSPORTES AEREOS S.A.
25751.555905/2008-16 - AIS:724148/08-8 (014/08) - GGPAF/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 24.000,00 (Vinte e quatro mil reais)
GOL TRANSPORTES AEREOS S.A.
25751.555788/2008-91 - AIS:724010/08-4 011/08)- GGPAF/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 24.000,00 (Vinte e quatro mil reais)
GOL TRANSPORTES AÉREOS S.A
25741.089701/2009-02 - AIS:113131/09-1 (06/09) - GGPAF/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 8.000,00 (Oito mil reais)
HEMAGEN DIAGNOSTICOS COMERCIO IMP E EXPORTACAO LTDA
25759.522083/2007-36 - AIS:656074/07-1 (01/06) - GGPAF/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 8.000,00 (Oito mil reais)
LABORIS FARMACEUTICA LTDA
25759.103712/2008-11 - AIS:134459/08-5 (254/07) - (25759.103665/2008-06-Apenso)- GGPAF/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 14.000,00 (Quatorze mil reais)
MEI SIM COMÉRCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA
25767.288034/2006-89 - AIS:382998/06-7 (032/05) - GGPAF/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 76.000,00 (Setenta e seis mil reais)
SATA SERVIÇOS AUXILIARES DE TRANSPORTE AEREO S.A.
25759.183085/2007-03 - AIS:232297/07-8 (375/07) - GGPAF/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 12.000,00 (Doze mil reais)
VRG LINHAS AÉREAS S/A
25759.180546/2007-88 - AIS:228991/07-1 (383/07) - GGPAF/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 12.000,00 (Doze mil reais)
VRG LINHAS AÉREAS S/A
25759.457040/2007-72 - AIS:584329/07-4 (745/07) - GGPAF/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 12.000,00 (Doze mil reais)

O Gerente-Geral de Portos, Aeroportos e Fronteiras e Recintos Alfandegados da Agência Nacional de Vigilância Sanitária-ANVISA, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 42, XII, da Portaria nº 354, de 11 de agosto de 2006, alterada pela Portaria nº 783, de 13 de julho de 2009, vem tornar públicas as Decisões Administrativas referentes aos processos abaixo relacionados:

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUA E ANTONINA
25743.672351/2008-10 - AIS:865632/08-1 (40/08)- GGPAF/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 4.000,00 (Quatro mil reais)
BERKELEY EQUIPAMENTOS MEDICOS LTDA
25752.392178/2006-06 - AIS:524904/06-0 (79/06) - GGPAF/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 12.000,00 (Doze mil reais)
FLEURY S/A
25759.080428/2008-51 - AIS:106200/08-0 (873/06) - GGPAF/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 9.000,00 (Nove mil reais)
FRESENIUS KABI BRASIL LTDA
25759.421137/2007-47 - AIS:543820/07-9 (720/07) - GGPAF/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 12.000,00 (Doze mil reais)
INTERATIVA SERVICE LTDA.
25741.002139/2009-96 - AIS:002674/09-3 (06/08) - GGPAF/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 18.000,00 (Dezoito mil reais)
LABCOR LABORATORIOS LTDA.
25752.567268/2007-30 - AIS:707860/07-9 (100/07) - GGPAF/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 4.000,00 (Quatro mil reais)
LABORATÓRIO AMERICANO DE FARMACOTERAPIA S/A
25759.099848/2007-21 - AIS:127417/07-1 (102/07) - GGPAF/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 6.000,00 (Seis mil reais)
LABORATÓRIOS B. BRAUN S/A
25752.463920/2006-67 - AIS:620332/06-9 (025/06) - GGPAF/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 12.000,00 (Doze mil reais)
LOCAL FRIO S/A ARMAZENS GERAIS FRIGORIFICOS
25759.664924/2008-62 - AIS:856340/08-3 (082/08) - GGPAF/ANVISA
Penalidade de Advertência.
MAERSK BRASIL (BRASMAR) LTDA
25752.411036/2006-47 - AIS:550252/06-7 (026/06) - GGPAF/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 36.000,00 (Trinta e seis mil reais)
SEPTODONT DO BRASIL IMPORTADORA LTDA
25759.018953/2007-77 - AIS:023812/07-1 (017/07)- GGPAF/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 6.000,00 (Seis mil reais)
SERVICOM GROUP DO BRASIL COMERCIAL IMPORTADORA E EXPORTADORA LTDA.
25759.165512/2007-63 - AIS:209972/07-1 (350/07) - GGPAF/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 12.000,00 (Doze mil reais)
UNIÃO QUÍMICA FARMACÊUTICA NACIONAL S/A
25759.609980/2007-53 - AIS:760404/07-1 (550/07) - GGPAF/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 6.000,00 (Seis mil reais)
VIT SERVICOS AUXILIARES DE TRANSPORTES AEREOS LTDA
25758.866320/2008-51 - AIS:498287/08-8 (06/08) - GGPAF/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 12.000,00 (Doze mil reais)
VIT SERVIÇOS AUXILIARES DE TRANSPORTES AEREOS LTDA
25758.866351/2008-35 - AIS:498331/08-9 (10/08) - GGPAF/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 12.000,00 (Doze mil reais)
WYETH INDÚSTRIA FARMACÊUTICA LTDA
25759.171038/2007-17 - AIS:217026/07-4 (357/07) - GGPAF/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 6.000,00 (Seis mil reais)
YARA BRASIL FERTILIZANTES s/a
25751.827728/2008-31 - AIS:034207/08-6 (20/08) - GGPAF/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 12.000,00 (Doze mil reais)

PAULO BIANCARDI COURY

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Ministério das Cidades

SECRETARIA EXECUTIVA
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO

PORTARIA Nº 548, DE 17 DE JUNHO DE 2011(*)

O DIRETOR SUBSTITUTO DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO - DENATRAN, no uso das atribuições legais, e, considerando o disposto na Resolução nº 282, de 26 de junho de 2008, do Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN, e na Portaria nº 131, de 23 de dezembro de 2008, do Departamento Nacional de Trânsito - DENATRAN, bem como o que consta do Processo Administrativo nº 80000.033733/2010-40, resolve:

Art. 1º Credenciar, por 01 (um) ano, a partir da data de publicação desta Portaria, nos termos do §3º do art. 2º da Portaria nº 131, de 23 de dezembro de 2008, do DENATRAN, a filial da pessoa jurídica K & K VISTORIAS LTDA - ME, CNPJ - 10.230.348/0002-00, situada no Município de Praia Grande - SP, na Av. Guilhermina, 1070 - Jardim Guilhermina, CEP 11.701-500, para atuar como Empresa Credenciada em Vistoria de Veículos - ECV no Município de Praia Grande no Estado de São Paulo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Fica revogada a Portaria nº 1.286, de 23 de dezembro de 2010, publicada no Diário Oficial da União de 24 de dezembro 2010, Seção I, Página 144.

ORLANDO MOREIRA DA SILVA

(*) Republicada por ter saído, no DOU nº 118, de 21-6-2011, Seção I, pág. 68, com incorreção no original.

Ministério das Comunicações

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIAS DE 21 DE JUNHO DE 2011

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no inciso II do art. 9º e art. 19 do Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, resolve outorgar autorização as entidades abaixo relacionadas a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária. Os atos de outorga somente produzirão efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3° do art. 223 da Constituição.

Nº da Portaria	Nº do Processo	Nome da Entidade	Localidade/UF
251	53000.009533/08	RADIOPAN - Associação de Radiocomunicadores de Paraíso do Norte	Paraíso do Norte/PR
252	53000.056273/06	Associação Beneficente de Igarapé Miri	Igarapé Miri/PA

PAULO BERNARDO SILVA

AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES
CONSELHO DIRETOR

RESOLUÇÃO Nº 552, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2010

Aprova a alteração dos Contratos de Concessão para a prestação do Serviço Telefônico Fixo Comutado - STFC, nas modalidades de serviço Local, Longa Distância Nacional - LDN e Longa Distância Internacional - LDI.

O CONSELHO DIRETOR DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições que foram conferidas pelo art. 22 da Lei no 9.472, de 16 de julho de 1997, e pelo art. 35 do Regulamento da Agência Nacional de Telecomunicações, aprovado pelo Decreto no 2.338, de 7 de outubro de 1997;

CONSIDERANDO que a Cláusula 3.2 dos Contratos de Concessão do Serviço Telefônico Fixo Comutado - STFC vigentes possibilita alterações quinquenais dos Contratos para estabelecer novos condicionamentos, novas metas para universalização e para qualidade;

CONSIDERANDO a deliberação do Conselho Diretor, tomada em sua Reunião no 516, de 26 de março de 2009, que determinou a submissão da proposta à sociedade através de Consulta Pública e Audiências Públicas, sobre as alterações aos Contratos de Concessão para a prestação do Serviço Telefônico Fixo Comutado - STFC, em 31 de dezembro de 2010.

CONSIDERANDO os comentários recebidos nas Audiências Públicas realizadas em Manaus/AM, Salvador/BA, São Paulo/SP, Brasília/DF, Florianópolis/SC e Rio de Janeiro/RJ;

CONSIDERANDO os comentários recebidos na Consulta Pública no 11, de 27 de março de 2009, publicada no Diário Oficial da União de 31 de março de 2009, pela qual foi submetida a revisão dos Contratos de Concessão para estabelecer novos condicionamentos à prestação do Serviço Telefônico Fixo Comutado - STFC em regime público, para o período 2011-2015;

CONSIDERANDO os autos do Procedimento Administrativo no 53500.003187/2009;

CONSIDERANDO deliberação tomada por meio da Sessão Pública no 4, de 24 de novembro de 2010;

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar os modelos dos Contratos de Concessão para a prestação do Serviço Telefônico Fixo Comutado - STFC, nas modalidades Local, Longa Distância Nacional - LDN e Longa Distância Internacional - LDI, na forma do Anexo desta Resolução, a ser firmado com as Concessionárias, por meio de seus representantes legais.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

RONALDO MOTA SARDENBERG
Presidente do Conselho

ATO Nº 4.182, DE 15 DE JUNHO DE 2011

Processo nº 53500.009100/2009. Aprovar a posteriori a transferência do controle societário da empresa IMAX WIRELESS PROVEDOR DE INTERNET LTDA. - ME, CNPJ/MF nº 07.627.643/0001-09, prestadora de Serviço de Comunicação Multimídia (SCM), de Carlos Humberto Naves, CPF nº 287.435.476-72, para Anemildo Oliveira Cervato, CPF nº 683.048.706-49. A aprovação não exime a requerente do cumprimento das demais obrigações legais e regulamentares a que se encontra submetida perante outros órgãos.

RONALDO MOTA SARDENBERG
Presidente do Conselho

DESPACHO DO PRESIDENTE
Em 21 de junho de 2011

Nº 4.843 - Processo nº 53500.012385/2011.

O CONSELHO DIRETOR DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições legais, regulamentares e regimentais, ao examinar as solicitações de prorrogação do prazo de vigência da Consulta Pública nº 23, de 11 de maio de 2011, referente à proposta de Edital de Licitação para a Expedição de Autorização de Uso de Segmentos de Radiofrequências na Subfaixa de 3.400 MHz a 3.600 MHz para Exploração do Serviço de Comunicação Multimídia - SCM, do Serviço Telefônico Fixo Comutado Destinado ao Uso do Público em Geral - STFC e do Serviço Móvel Pessoal - SMP, decidiu, por meio do Circuito Deliberativo nº 1844, de 21 de junho de 2011, determinar a prorrogação do prazo para recebimento de contribuições sobre a referida Consulta Pública, para até às 18h do dia 25 de julho de 2011, para contribuições por escrito, e para até às 24h do dia 25 de julho de 2011, para contribuições encaminhadas por meio de formulário eletrônico, pelas razões e fundamentos contidos na Análise nº 331/2011-GCER, de 20 de junho de 2011.

RONALDO MOTA SARDENBERG

SUPERINTENDÊNCIA DE RADIOFREQUÊNCIA E FISCALIZAÇÃO

ATO Nº 4.436, DE 22 DE JUNHO DE 2011

Autorizar HOT CAR COMPETIÇÕES E SERVIÇOS LTDA, CNPJ nº 67.345.587/0001-41 a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na(s) cidade(s) de Rio de Janeiro/RJ, no período de 01/07/2011 a 03/07/2011.

EDILSON RIBEIRO DOS SANTOS
Superintendente

ATO Nº 4.441, DE 22 DE JUNHO DE 2011

Autorizar RADIO E TELEVISAO BANDEIRANTES LTDA, CNPJ nº 60.509.239/0001-13 a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na(s) cidade(s) de Parintins/AM, no período de 24/06/2011 a 30/06/2011.

EDILSON RIBEIRO DOS SANTOS
Superintendente

ATO Nº 4.442, DE 22 DE JUNHO DE 2011

Autorizar RAPOSO 2007 COMPETICOES AUTOMOBILISTICAS LTDA., CNPJ nº 08.651.777/0001-28 a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na(s) cidade(s) de Santa Cruz do Sul/RS, no período de 24/06/2011 a 26/06/2011.

EDILSON RIBEIRO DOS SANTOS
Superintendente

ATO Nº 4.444, DE 22 DE JUNHO DE 2011

Autorizar FUNDACAO EVANGELICA TRINDADE, CNPJ nº 59.486.605/0001-87 a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na(s) cidade(s) de São Paulo/SP, , no período de 23/06/2011 a 23/06/2011.

EDILSON RIBEIRO DOS SANTOS
Superintendente

ATO Nº 4.446, DE 22 DE JUNHO DE 2011

Autorizar FUNDACAO EVANGELICA TRINDADE, CNPJ nº 59.486.605/0001-87 a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na(s) cidade(s) de São Paulo/SP, , no período de 23/06/2011 a 23/06/2011.

EDILSON RIBEIRO DOS SANTOS
Superintendente

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
Em 18 de maio de 2011

Processo n° 53569003058/2010 - não conhecer o recurso interposto por FERNANDO PEREIRA LIMA, CPF 206083812-68, mantendo-se a sanção de MULTA no valor de R$ 200,00 (duzentos reais), pela utilização de equipamento não homologado, em infringência ao artigo 55, inciso V, alínea "b" do Anexo à Resolução nº 242/2000.

Processo n° 53569000144/2011 - nega provimento ao recurso interposto pela SOARES & LIRA LTDA ME, CNPJ 04695260/0001-80, mantendo-se a aplicação da sanção de MULTA no valor de R$ 2.709,07 (dois mil setecentos e nove reais e sete centavos), pela execução do Serviço de Comunicação Multimídia sem autorização, em infringência ao artigo 131 da Lei Geral de Telecomunicações.

EDILSON RIBEIRO DOS SANTOS

GERÊNCIA-GERAL DE FISCALIZAÇÃO ESCRITÓRIO REGIONAL NO PARÁ

DESPACHO DO GERENTE
Em 16 de maio de 2011

Processo n° 53569001380/2010, aplica-se a COOPERATIVA DOS MOTORISTAS DE TAXI DA DOCA, CNPJ 02943329/0001-11, a sanção de MULTA no valor de R$ 1.467,38 (um mil quatrocentos e sessenta e sete reais e trinta e oito centavos), por infringência ao artigo 55, inciso V, alínea "b" do Anexo à Resolução nº 242/2000.

JOÃO ALBERTO REIS LUZ

ESCRITÓRIO REGIONAL EM GOIÁS

DESPACHOS DO GERENTE
Em 1º de setembro de 2010

Processo n° 535420020802008. Despacho nº 7731/2010-ER07. Aplica a DUNAS RACE PROMOÇÕES LTDA, CNPJ nº 01.121.018/0001-04, executante do Serviço Limitado Privado no Município de Goiânia, GO, a sanção de MULTA no valor de R$ 2.800,00 (dois mil e oitocentos reais), por infringir os itens 9.4 e 10.1 da Norma nº 13/97.

Em 5 de novembro de 2010

Processo n° 535450014502009. Despacho nº 10.540/2010-UO072/Anatel. Aplica a JOEL DE SOUZA, CPF nº 931.425.601-49, entidade não outorgada do Serviço de Radiodifusão em FM no Município de Campo Novo do Parecis, MT, a sanção de MULTA no valor de R$ 3.277,50 (três mil, duzentos e setenta e sete reais e cinqüenta centavos), por infringir o artigo 163 da Lei 9.472/97.

CÉLIO JOSÉ DA COSTA
Substituto

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Em 15 de dezembro de 2010

Processo n° 535450016802009. Despacho nº 11.868/2010-UO072/Anatel. Aplica a SÉRGIO REZENDE DE SOUZA, CPF nº 299.929.151-53, entidade não outorgada do Serviço de Radiodifusão em FM no Município de Chapada dos Guimarães, MT, a sanção de MULTA no valor de R$ 3.850,00 (três mil, oitocentos e cinquenta reais), por infringir o artigo 163 da Lei 9.472/97.

Processo n° 535450008792009. Despacho nº 11.870/2010-UO072/Anatel. Aplica a FERNANDO BRAGA BONILHA, CPF nº 307.553.361-00, entidade não outorgada do Serviço de Radiodifusão em FM no Município de Confresa, MT, a sanção de MULTA no valor de R$ 2.850,00 (dois mil, oitocentos e cinquenta reais), por infringir o artigo 163 da Lei 9.472/97.

RUIMAR DIAS DOS SANTOS

Em 25 de janeiro de 2011

Processo n° 535510005902008. Despacho nº 597 de 25 de janeiro de 2011. Aplica a RUBENS ROBERTO BORGES, CPF nº 981.186.411-04, entidade não outorgada do Serviço Rádio Cidadão no Município de Guaraí, TO, a sanção de MULTA no valor de R$ 75,25 (setenta e cinco reais e vinte e cinco centavos), por infringir o artigo 163 da Lei 9.472/97.

Em 3 de março de 2011

Processo n° 535480019592010. Despacho nº 1.826 de 3 de março de 2011. Aplica a COMPUTECH TECNOLOGIA LTDA, CNPJ nº 00.477.777/0001-41, comerciante de produtos para telecomunicações não homologados no Município de Porto Alegre, RS, a sanção de MULTA no valor de R$ 1.035,00 (mil e trinta e cinco reais), por infringir o artigo 55, IV, "c", da Resolução nº 242/2000.

Processo n° 535420001692011. Despacho nº 1822 de 3 de março de 2011. Aplica a INTERLINE COMUNICAÇÃO VIRTUAL LTDA, CNPJ nº 07.855.684/0001-52, executante do Serviço de Comunicação Multimídia no Município de Piracanjuba, GO, a sanção de MULTA no valor de R$ 1.140,00 (mil, cento e quarenta reais), por infringir os artigos 37, II c/c 39, § 3º, da Resolução nº 73/1998.

Processo n° 535420028892009. Despacho nº 1824 de 3 de março de 2011. Aplica a TOOLSOFT TECNOLOGIA LTDA, CNPJ nº 08.634.790/0001-79, executante do Serviço de Comunicação Multimídia no Município de Formoso, GO, a sanção de MULTA no valor de R$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais), por infringir os artigos 27 c/c 28 da Resolução nº 272/2001.

Em 15 de março de 2011

Processo n° 535450012092009. Despacho nº 2.062 de 15 de março de 2011. Aplica a EDÍSON DA SILVA PEREIRA, CPF nº 395.188.509-25, entidade não outorgada do Serviço de Radiodifusão em FM no Município de Cuiabá, MT, a sanção de MULTA no valor de R$ 3.850,00 (três mil, oitocentos e cinqüenta reais), por infringir o artigo 163 da Lei nº 9.472/1997 e o artigo 55, V, "b", da Resolução nº 242/2000.

Processo n° 535420013302009. Despacho nº 2.060 de 15 de março de 2011. Aplica a ELÁDIO SÁ PIRES, CPF nº 070.005.028-00, entidade não outorgada do Serviço Limitado Privado no Município de Goiânia, GO, a sanção de MULTA no valor de R$ 1.243,02 (mil, duzentos e quarenta e três reais e dois centavos), por infringir o artigo 163 da Lei nº 9.472/1997.

Processo n° 535420000692011. Despacho nº 2.065 de 15 de março de 2011. Aplica a NELZINHO FALEIRO SIQUEIRA, CPF nº 052.024.501-68, entidade não outorgada do Serviço de Radiodifusão em FM no Município de Senador Canedo, GO, a sanção de MULTA no valor de R$ 2.850,00 (dois mil, oitocentos e cinqüenta reais), por infringir o artigo 163 da Lei nº 9.472/1997.

WELSOM D'NIZ MACÊDO E SILVA

ESCRITÓRIO REGIONAL EM SÃO PAULO

DESPACHO DO GERENTE

Aplica as entidades, abaixo relacionadas, sanção de MULTA, em conformidade com o artigo 173, inciso II, da Lei 9.472/97, pela infração aos dispositivos normativos abaixo relacionados:

N.º do Processo	Entidade	Cidade/UF	CPF/CNPJ	Valor da multa (R$)	Enquadramento Legal	Data do Despacho
53504.028963/2010	ROBSON DOS SANTOS	São Paulo/SP	256.920.378-58	2.850,00	Inciso II do art. 173 da Lei 9472/97. Art. 163 da Lei nº 9472/97.	10/03/2011
53504.028966/2010	ROBSON DOS SANTOS	São Paulo/SP	256.920.378-58	2.850,00	Inciso II do art. 173 da Lei 9472/97. Art. 163 da Lei nº 9472/97.	10/03/2011
53504.024664/2010	LIMEIRA FM STEREO	Limeira/SP	02.244.117/0001-46	2.400,00	Inciso II do art. 173 da Lei 9472/97. Art. 62 da Lei n° 4117/62.	04/01/2011
53504.024004/2010	MAHATEL ENGENHARIA E TELECOMUNICAÇÕES LTDA.	São Paulo/SP	07.013.077/0001-45	5.700,00	Arts. 27 e 28 do anexo à resolução n° 272/01	06/01/2011
53504.030904/2008	IGREJA EVANGÉLICA RENOVADA	Mogi Mirim/SP	67.167.841/0001-69	3.850,00	Art. 163 da Lei 9472/97.	20/02/2011
53504.027473/2010	PORTAL 7 INTERNET BANDA LARGA LTDA.	São Paulo/SP	01.426.017/0001-78	3.010,08	Art. 131 da Lei 9472/97 e art. 52 da resolução 73/98.	14/03/2010
53504.029372/2010	IVAN LUIZ PIRES	Capela do Alto/SP	135.033.148-14	465,25	Arts. 131 e 173 da Lei 9472/97 .	01/03/2011
53504.019351/2006	AEROTECH TELECOMUNICAÇÕES LTDA	São Paulo/SP	86.734.597/0001-13	2.000,00	Art. 96 da Lei 9472/97.	17/07/2009
53504.027817/2010	RÁDIO CULTURA ARARAQUARA LTDA	Araraquara/SP	43.961.234/0001-08	2.400,00	Inciso II do art. 173 da Lei 9472/97. Art. 62 da Lei n° 4117/62.	25/02/2011
53504.016337/2010	LUCALE COMÉRCIO DE INFORMATICA LTDA - ME	Ribeirão Preto/SP	08.143.952/0001-76	4.200,00	Alínea c do inciso IV do art. 55 da Resolução 242/2000	15/02/2011
53504.024794/2010	SUPER RÁDIO CRAVINHOS COMUNICAÇÃO LTDA	Ribeirão Preto/SP	03.852.289/0001-65	2.400,00	Art 173 da Lei 9472/97.	19/02/2011
53504.026545/2010	PONTAL PROVEDORA DE INTERNET LTDA ME	Rosana/SP	07.623.395/0001-28	3.060,00	Art. 162 da Lei nº 9472/97	08/02/2011
53504.000868/2011	ASSOCIAÇÃO VERDE É VIDA	Itapuí/SP	02.688.875/0001-53	800,00	Art. 173 da Lei nº 9472/97	28/02/2011
53504.014785/2010	RÁDIO CLUBE DE ITAPETININGA LTDA	Itapetininga/SP	47.978.820/0001-16	2.400,00	Art. 173 da Lei nº 9472/97	19/02/2011
53504.024665/2010	LIMEIRA FM STEREO	Limeira/SP	02.244.117/0001-46	800,00	Inciso II do art. 173 da Lei 9472/97. Art. 62 da Lei n° 4117/62.	04/01/2011
53504.002188/2009	EDSON TEIXEIRA TELLES	Colombo/SP	028.110.519-70	267,73	Art. 163 da Lei nº 9472/97 c/c art 55, V, alínea "b", da Resolução nº 242/2000.	05/01/2011
53504.002368/2009	EDIVALDO MACOSKI	São Lourenço d´Oeste/SC	302.800.498-46	275,00	Art. 163 da Lei nº 9472/97 c/c art 55, V, alínea "b", da Resolução nº 242/2000.	04/01/2011
53504.025441/2010	MANSUÊTO MACIEL OLIVEIRA	Hortolândia/SP	004.234.938-92	3.850,00	Arts. 173 da Lei nº 9472/97 c/c art 55, V, alínea "b", da Resolução nº 242/2000.	05/01/2011
53504.017289/2010	RÁDIO MUSICAL DE SÃO PAULO LTDA.	São Paulo/SP	53.107.678/0001-34	2.160,00	Inciso II do art. 173 da Lei 9472/97 e alínea c do inciso IV do art. 55 da Resolução 242/2000	14/02/2011
53504.018346/2009	SI - TELEINFORMÁTICACONSULTORIA E ACESSO EM INFORMÁTICA E TELECOMUNICAÇÕES LTDA	Hortolândia/SP	08.820.024/0001-07	2.700,00	Arts. 162 e 173 da Lei nº 9472/97	05/01/2011
53504.025650/2010	MÁRCIO MARCOS DA SILVA	São Paulo/SP	280.968.638-60	7.350,00	Art. 163 da Lei 9472/97	21/01/2011
53504.002482/2009	HEITOR BATISTA RIBEIRO	Santa Cecília/SC	311.682.560-20	275,25	Art. 163 da Lei nº 9472/97	21/01/2011
53504.025558/2010	LINEA SAT COMUNICAÇÃO LTDA.	Santos/SP	03.852.438/0001-96	2.160,00	Art. 173 da Lei nº 9472/97 c/c art 53 Resolução nº 259/2001.	14/02/2011
53504.026805/2010	MARIA CECÍLIA DO NASCIMENTO FERRAZ ALVES	Mogi Guaçu/SP	281.165.418-62	3.850,00	Art. 163 da Lei nº 9472/97 e Resolução 242/00	14/02/2011
53504.005227/2008	MD BRASIL SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES LTDA	Pirangi/SP	01.225.679/0001-80	3.000,00	Art. 173 da Lei nº 9472/97	18/01/2011
53504.021947/2010	MIRIAM DOS SANTOS OLIVEIRA - ME	Rio das Pedras/SP	07.709.963/0001-08	4.035,08	Arts. 131 e 173 da Lei nº 9472/97.	03/03/2011
53504.025348/2010	ARISTIDES MARTINS DA PAIXÃO	Campinas/SP	134.342.408-96	6.850,00	Art. 163 da Lei nº 9472/97 e Resolução 242/00	03/01/2011
53504.008689/2008	ASSOCIAÇÃO PRONET	Santo Anastácio/SP	05.628.605/0001-45	3.307,50	Resolução 272/01, 27 e 28.	04/11/2010
53504.028773/2010	CENTRAL DE PARAGUAÇU E INFORMÁTICA ELETRÔNICOS LTDA	Paraguaçu Paulista/SP	11.698.698/0001-87	3.010,08	Art. 173 da Lei nº 9472/97	28/02/2011
53504.001521/2011	FUNDAÇÃO DE EDUCAÇÃO E TELECOMUNICAÇÕES DE BARRETOS	Barretos/SP	03.848.014/0001-58	2.175,00	Art. 173 da Lei nº 9472/97.	28/02/2011
53504.005918/2006	JOÃO FERREIRA DOS SANTOS	São Paulo/SP	739.966.538-91	140,49	Art. 173 e 131 da Lei nº 9472/97.	26/02/2010
53504.019035/2008	FERNANDO JOSÉ GONÇALVES	Sertãozinho/SP	288.953.938-56	1.000,00	Resolução 242/00,55,V, "b"	04/03/2011
53504.024789/2010	JORGE LUIS DA SILVA BIANCHINI	Ribeirão Preto/SP	219.355.198-75	665,25	Art. 163 da Lei nº 9472/97.	03/01/2011
53504.009330/2009	ROSIVALDO GONÇALVES DOS SANTOS	Mairiporã/SP	003.925.948.03	465,25	Art. 163 da Lei n° 9472/97	24/02/2011
53504.026279/2010	ASSOCIAÇÃO E MOVIMENTO COMUNITÁRIO CULTURAL FORTALEZA	Limeira/SP	02.462.694/0001-04	856,80	Art. 173 da Lei nº 9472/97.	24/02/2011
53504.026687/2010	SAMUEL MESSIAS CARDOSO	Campinas/SP	349.852.708-81	7.850,00	Art. 163 da Lei n° 9472/97	25/02/2011
53504.025349/2010	ARISTIDES MARTINS DA PAIXÃO	Campinas/SP	134.342.408-96	6.850,00	Art. 163 da Lei nº 9472/97 e Resolução 242/00	04/01/2011
53504.004768/2009	MAURICIO GALZANO	Cosmópolis/SP	024.857.408-60	275,25	Art. 163 da Lei n° 9472/97	05/01/2011
53504.026799/2010	ALEXANDRE BUENO MOTOTAXI ME	Ibitinga/SP	07.787.818/0001-45	818,10	Norma 13/97; Portaria 001/04 e Resolução 73/98	09/02/2011
53504.002800/2011	M. GONÇALVES GUIMARÃES ME	Guarulhos/SP	07.843.414/0001-21	3.010,08	Arts. 163e 131 da Lei n° 9472/97	28/03/2011
53504.028964/2010	ROBSON DOS SANTOS	São Paulo/SP	256.920.378-58	2.850,00	Arts. 163 e 173 da Lei n° 9472/97	10/03/2011
53504.024238/2010	MAURÍCIO BARBOZA	Mauá/SP	330.446.238-47	3.040,00	Art. 163 da Lei n° 9472/97; Resolução 242/00, art. 55, V, "b" e Resolução 259/01, 17.	26/01/2011
53504.008638/2009	ASSOCIAÇÃO E MOVIMENTO COMUNITÁRIO RÁDIO PRAIA GRANDE FM	Praia Grande/SP	01.213.121/0001-84	2.850,00	Art. 163 da Lei n° 9472/97	19/05/2010
53504.004306/2003	MARINO DO AMARAL GOES	Pedro de Toledo/SP	097.971.588-10	1.752,93	Art. 163 da Lei n° 9472/97	23/11/2006
53504.014623/2009	CLAUDETE DE FÁTIMA LIBERA LOPES DA SILVA	São José dos Campos/SP	083.804.368-22	3.040,00	Arts. 173 e 163 da Lei n° 9472/97	05/01/2011
53504.024662/2010	TELEVISÃO INDEPENDENTE DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO	São José do Rio Preto/SP	61.413.092/0001-26	2.175,00	Arts. 163 e 173 da Lei n° 9472/97	05/01/2011
53504.025334/2010	EMERSON ANDRADE SOUZA	Juquiá/SP	097.892.388-00	1.000,00	Art. 163 da Lei n° 9472/97; Resolução 242/00, art. 55, V, "b" e Resolução 259/01, 17.	05/01/2011
53504.024796/2010	SOCIEDADE AMIGA PRO DEFICIENTES CARENTES	Ribeirão Preto/SP	02.944.393/0001-17	720,00	Art. 173 da Lei n° 9472/97; Decreto 236/67.	05/01/2011
53504.010377/2010	ASSOCIAÇÃO DE COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIADE GÁLIA	Gália/SP	04.388.078/0001-86	720,00	Art. 173 da Lei n° 9472/97; Resolução303/02; Decreto 236/67	14/02/2011
53504.024305/2008	ASSOCIAÇÃO ZONA LESTE RÁDIO TÁXI	Mairiporã/SP	58.370.651/0001-53	1.000,00	Norma 13/97.	07/01/2011
53504.001807/2011	EDSON SILVIO VIEIRA	Campo Limpo Paulista/SP	090.081.828-07	3.850,00	Art. 163 da Lei n° 9472/97; Resolução 242/00, art. 55, V, "b" e Resolução 259/01, 17.	01/03/2011
53504.001520/2011	FUNDAÇÃO DE EDUCAÇÃO E TELECOMUNICAÇÕES DE BARRETOS	Barretos/SP	03.848.014/0001-58	2.040,00	Arts. 163 e 173 da Lei n° 9472/97	28/02/2011

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

53504.002365/2009	VILMOR BORTOLOTTO	Flores da Cunha/SP	323.478.040-49	275,25	Art. 163 da Lei n° 9472/97; Resolução 242/00, art. 55, V, "b" e Resolução 259/01, 17.	04/01/2011
53504.024404/2010	QUALIT SHOCK CAÇAPAVA LTDA ME	Caçapava/SP	59.420.059/0001-81	3.010,08	Arts. 131 e 173 da Lei n° 9472/97.	18/02/2011
53504.024568/2010	NTL NET TELECOM INFORMÁTICA LTDA - ME	Agudos/SP	10.661.710/0001-16	3.010,08	Art. 173 da Lei n° 9472/97	14/02/2011
53504.022942/2010	ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA DO 3° MILÊNIO DE AGUDOS	Agudos/SP	02.609.342/0001-39	800,00	Art. 173 da Lei n° 9472/97; Resolução 303/02	19/02/2011
53504.002142/2009	JACO GRIMM NETO	Rio Negro/PR	802.498.689-20	275,25	Art. 163 da Lei n° 9472/97; Resolução 242/00, art. 55, V, "b" e Resolução 259/01, 17.	21/12/2010
53504.002358/2009	JOBERT RIBEIRO DOS SANTOS	Santo Antônio Amparo/MG	075.045.546-26	275,25	Art. 163 da Lei n° 9472/97; Resolução 242/00, art. 55, V, "b" e Resolução 259/01, 17.	05/01/2011
53504.024661/2010	PREFEITURA MUNICIPAL DE MOGI GUAÇU	Mogi Guaçu/SP	45.301.264/0001-13	800,00	Art. 173 da Lei n° 9472/97; Resolução 303/02	19/02/2011
53504.001983/2009	ROBERTO MAURÍCIO GOMES	São José dos Pinhais/PR	169.970.349-34	275,25	Art. 163 da Lei n° 9472/97; Resolução 242/00, art. 55, V, "b" e Resolução 259/01, 17.	21/12/2010
53504.025654/2010	NILSON APARECIDO DA SILVA	São Paulo/SP	213.514.398-71	3.010,08	Art. 173 da Lei n° 9472/97	21/02/2011
53504.000689/2011	FABIO RIBEIRO STEFANINI	São Paulo/SP	312.432.008-55	2.850,00	Art. 163 da Lei n° 9472/97	25/02/2011
53504.001588/2011	GERALDO RIBEIRO DE QUEIROZ	São Paulo/SP	705.333.936-04	4.850,00	Art. 163 da Lei n° 9472/97; Resolução 242/00, art. 55, V, "b" e Resolução 259/01, 17.	09/03/2011
53504.026544/2010	IP7 - SERVIÇOS DE PROVEDORA E TELECOMUNICAÇÕES	Presidente Prudente/SP	09.018.346/0001-91	3.000,00	Art. 162 e 173 da Lei n° 9472/97	21/02/2011
53504.001876/2009	ARIVANIL DO CLEVES BARROSO	Peruíbe/SP	068.400.298-16	275,25	Art. 163 da Lei n° 9472/97; Resolução 242/00, art. 55, V, "b" e Resolução 259/01, 17.	24/11/2010
53504.019563/2010	PLOL REPRESENTAÇÕES LTDA.	Serra/ES	01.551.004/0001-20	2.120,00	Art. 163 da Lei n° 9472/97; Resolução 242/00, art. 55, V, "b" e Resolução 259/01, 17.	15/03/2011
53504.025198/2010	SEBASTIÃO RIBEIRO DE LIMA	Itararé/SP	122.828.958-19	3.850,00	Art. 163 da Lei n° 9472/97; Resolução 242/00, art. 55, V, "b" e Resolução 259/01, 17.	05/01/2011
53504.018600/2010	ALCIDE PESSOA LIMA	Poá/SP	160.550.088-74	5.080,00	Art. 163 da Lei n° 9472/97; Resolução 242/00, art. 55, V, "b" .	26/01/2011
53504.025347/2010	MARIA EMILIA DOS SANTOS CARVALHO	Piracicaba/SP	218.801.738-24	5.350,00	Art. 163 da Lei n° 9472/97; Resolução 242/00, art. 55, V, "b" e Resolução 259/01, 17.	05/01/2011
53504.010180/2009	CATINI SEGURANÇA E VIGILÂNCIA LTDA	Águas de Lindóia/SP	07.621.445/0001-38	420,00	Norma 13/97, 9.4 e 10.1.	04/01/2011
53504.012536/2009	MEIRE DE OLIVEIRA SAN ROMAN ORTEGA PELEGRINA	Sorocaba/SP	051.668.838-37	8.540,00	Art. 163 da Lei n° 9472/97; Resolução 242/00, art. 55, V, "b" e Resolução 259/01, 17.	04/01/2011
53504.003668/2007	HIDEQUE TSUDA - ME	Marília/SP	707.020.398-53	1.000,00	Art. 163 da Lei n° 9472/97; Resolução 242/00, art. 55, V, "b" e Resolução 259/01, 17.	16/02/2011
53504.028285/2010	TV PREVE SOCIEDADE CIVIL LTDA	Bauru/SP	66.494.014/0001-17	800,00	Art. 173 da Lei n° 9472/97; Resolução 303/02	24/02/2011
53504.025655/2010	PAFNET COMÉRCIO MANUTENÇÃO E INSTALAÇÃO DE PRODUTOS ELETRÔNICOS ME	Hortolândia/SP	08.964.383/0001-20	3.010,08	Arts. 173 e 131 da Lei n° 9472/97	18/03/2011
53504.024663/2010	PREFEITURA MUNICIPAL DE ARTUR NOGUEIRA	Artur Nogueira/SP	45.735.552/0001-86	2.660,00	Art. 163 da Lei n° 9472/97; Resolução 242/00, art. 55, V, "b" e Resolução 259/01, 17.	08/02/2011
53504.020025/2010	GILVAN CORDEIRO DA SILVA	Getulina/SP	761.725.704-04	2.850,00	Art. 163 da Lei n° 9472/97	21/10/2010
53504.002705/2009	ANDRE PAULO CECATO	Capinzal/SC	010.257.699-88	275,25	Art. 163 da Lei n° 9472/97; Resolução 242/00, art. 55, V, "b" e Resolução 259/01, 17.	21/12/2010
53504.006372/2008	LUIZ GERALDO ISABEL DOS SANTOS	Mogi das Cruzes/SP	105.239.638-07	6.850,00	Art. 163 da Lei n° 9472/97; Resolução 242/00, art. 55, V, "b" e Resolução 259/01, 17.	14/02/2011
53504.002204/2011	JOSÉ RICARDO SARTORELLI T.I. ME	Mogi Guaçu/SP	10.963.327/0001-12	3.010,08	Arts. 173 e 163 da Lei n° 9472/97	06/04/2011

EVERALDO GOMES FERREIRA

GERÊNCIA OPERACIONAL DE OUTORGAS

ATO Nº 4.326, DE 20 DE JUNHO DE 2011

O GERENTE DO ESCRITÓRIO REGIONAL (ER-01) DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES - ANATEL, no uso de suas competências, por delegação constante do Art. 2°, inciso V, da Portaria n° 82, de 20 de março de 2000, com alteração publicada no Boletim de Serviço n° 03, de 12/03/2001, da Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL;

CONSIDERANDO que as autorizadas manifestaram seu desinteresse pela continuidade na prestação de serviço, resolve:

Art. 1º - Decretar a extinção da autorização para uso de radiofrequência, declarando extinta a autorização do Serviço Limitado Privado, de caráter restrito e para uso próprio, das entidades a seguir relacionadas:

ENTIDADE	FISTEL	CPF/CNPJ	PROCESSO
614 TVH VALE LTDA	50011286849	03004079000117	535040015292000
ALAIN CHARLES EDOUARD MOREAU	50000553140	00294420878	537000016891995
ALPHA TRONICS RADIOCOMUNICAÇÃO LTDA	50000572365	73059578000197	538300001441996
ÁLVARO CANDIDO DE PAULA	50405257457	72629460800	535040124232008
ANADIR DE CARVALHO PACHÁ	02020906635	02577620861	291000002751986
ANCAR - COMÉRCIO DE CONCRETO E ARGAMASSA LTDA	50011725869	03386517000159	535040028682001
ANTENOR JUNQUEIRA FRANCO NETO	02031708147	20356986853	291000023771989
ANTÔNIO LÁSARO MANTOVANI	50012716650	86388576834	535040030352002
ARENCO PROJETO E CONSTRUÇÕES LTDA	50011080205	59726042000157	535040004072001
ARTHUR JOSÉ HOFIG JÚNIOR	50000273457	03234029849	537000003451995
ASSOCIAÇÃO CAMPESTRE DE SÃO PAULO	50000368245	62240122000102	538300009641995
CALMO ODRACI FERREIRA MOTTA	50403329558	12643220110	535040047412006
CARLOS ALBERTO ROSSO	50001668331	00095424857	538300015331998
CHU CHANG HONG	50012719080	11503425878	535040051082002
CONCREBASE COMÉRCIO E SERVIÇO DE CONCRETAGEM LTDA	50403208092	55204002000518	535040024982006
CONDOMÍNIO PARQUE RESIDENCIAL INDEPENDÊNCIA	50009623620	51419950000196	535040011222000
CONDOMÍNIO PIACATU	50000579297	06593959839	538300007291994
CONTROL UNION LTDA	50000614203	53281382000640	538300002901996
DESTILARIA PYLES LTDA	50405692463	49381734000157	535040287822008
EDIFÍCIO NAÇÕES UNIDAS	50009836969	03414936000157	535040019501999
EDWARDS LIFESCIENCES COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE PRODUTOS MÉDICO-CIRÚRGICOS LTDA	50401850498	05944604000533	535040141552004
EDWARDS LIFESCIENCES COMÉRCIO DE PRODUTOS MÉDICO-CIRÚRGICOS LTDA	50404242723	05944604000100	535040035202007
FEGA LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA S/C LTDA - ME	50005865573	00932571000164	538300022741998
FLÁVIO PÁSCOA TELES DE MENEZES	02030159085	01319485804	291000343541974
FONEGAS COMÉRCIO DE GAZ LTDA	50003013901	61501359000137	535040002941999
GUINCHOS E ASSISTÊNCIA BAURUENSE S/C LTDA	50014100290	05359761000158	535040001912004
HENRIQUE ERNESTO DE OLIVIERA BRANCO	50404558445	66562570891	535420034362006
HYDRO ALUMÍNIO ACRO S/A	50010945342	50155134000150	535040018832000
INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE FRUTAS RICAELI LTDA	50011388331	57075400000183	535040018932001
J. B. MAZETO TRANSPORTES - EPP	50009501193	01112197000113	535040009862000
JOÃO ALBERTO ROSIN	50011304766	05104474810	535040024922000
JOÃO FERNANDES	02030216143	01201778891	291001711071982
JOSÉ ANTÔNIO CORBO	02032984890	34368523849	298300002121992
MACOR SEGURANÇA E VIGILÂNCIA LTDA	50002682532	02232892000181	538300005591998
MERIAL SAÚDE ANIMAL LTDA	50406671320	57600249000155	535040271292009
ORLANDO MARINO	02030319708	01178075834	291000773971976
OSVALDO BALDIN	50009533125	13916483820	535040009842000
OXIRIO COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS PARA SOLDAS LTDA	50011652705	57894164000127	535040026892001
PIACATU PREFEITURA	50012422401	44431245000149	535040014982002
PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUÃ	50000569305	49556863000139	538300010191995
PURA POLPA - INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE POLPAS E FRUTAS LTDA - ME	50000695793	00001389000190	538300005371996
RÁDIO LIDERSOM FM LTDA	50005691133	49150857000187	535040008691999
RECKER SERVIÇOS E COMÉRCIO LTDA	50011626453	02647826000172	535040022352001
SERPI TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA	50013580353	05438840000154	535040027092003
SIGMABBS COMÉRCIO E INFORMAÇÕES POR TELEPROCESSAMENTO LTDA - ME	50405852509	01135087000177	535040023432009
SILVIO CARLOS LOPES	50012897426	11401121802	535040047722002
SISCOM TELECOMUNICAÇÕES LTDA - ME	50010449280	01479100000105	535040019802000
SPEL ENGENHARIA LTDA	50001082990	50426386000176	538300011351994
TRI-STAR SERVIÇOS AEROPORTUÁRIOS LTDA	50014097729	01461394000148	535280017372003
USINA BELA VISTA S/A	50404567436	04969941000199	291000395871977

Art. 2º - Proceder à exclusão das entidades no Banco de Dados Técnicos e Administrativos da Anatel - BDTA e estabelecer que:

I - após a exclusão, seja encaminhada cópia deste Ato à Gerência de Arrecadação da Superintendência de Administração Geral para as providências cabíveis, em relação aos débitos remanescentes;

II - após as providências do inciso I, encaminhar os processos para o arquivo inativo.

EVERALDO GOMES FERREIRA

SUPERINTENDÊNCIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO DE MASSA

ATO Nº 4.445, DE 22 DE JUNHO DE 2011

Processo nº 53500.014052/11. ASSOCIAÇÃO DE MORADORES E AGRICULTORES DA COMUNIDADE UNIÃO DO RIO PRETO DA EVA - RADCOM - Rio Preto da Eva/AM - Canal 200. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA Superintendente
Substituto

SUPERINTENDÊNCIA DE SERVIÇOS PRIVADOS
GERÊNCIA-GERAL DE SERVIÇOS PRIVADOS DE TELECOMUNICAÇÕES

ATO Nº 2361, DE 19 DE ABRIL DE 2011

Processo n.º 53516.008816/2009: Aplica à empresa RODRIGO BORGHI DA SILVA & CIA LTDA, CNPJ n.º 08.930.086/0001-63, a sanção de advertência por violação do art. 51 do Regulamento do Serviço de Comunicação Multimídia, aprovado pela Resolução n.º 272/2001, com fundamento no art. 173, I, da Lei n.º 9.472/1997, e art. 4º, I, do Regulamento de Aplicação de Sanções Administrativas, aprovado pela Resolução n.º 344/2003.

JOSÉ AUGUSTO DOMINGOS TRENTINO
Gerente
Substituto

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

SECRETARIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA

PORTARIA Nº 104, DE 12 DE MARÇO DE 2010

A SECRETÁRIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA DO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, considerando as disposições do Decreto nº 5.820, de 26 de junho de 2006, e tendo em vista o que consta do Processo n° 53000.058878/2009, resolve:

Aprovar o local de instalação e a utilização dos equipamentos da estação digital da REDE MS INTEGRAÇÃO DE RÁDIO E TELEVISÃO LTDA., concessionária do Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, no município de Campo Grande, Estado do Mato Grosso do Sul, utilizando o canal 32 (trinta e dois).

ZILDA BEATRIZ S. DE CAMPOS ABREU

DESPACHO DO SECRETÁRIO
Em 20 de junho de 2011

APROVO, nos termos do art. 1º do Decreto nº 6.123, de 13 de junho de 2007, e item 5.1 da Norma nº 01/2007, aprovada pela Portaria nº 465, de 22 de agosto de 2007, com fundamento na Nota Técnica nº 213/2011/CGEO/DEOC-SCE-MC, o pedido formulado pela RÁDIO CANDELÁRIA FM LTDA, para execução do Serviço Especial para Fins Científicos e Experimentais com o objetivo de testar a cobertura de uma Estação Retransmissora de Sinais Digitais do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre - SBTVD-T, na localidade de Porto Velho/RO. Encaminhe-se a ANATEL para providências devidas.

GENILDO LINS DE ALBUQUERQUE NETO

DEPARTAMENTO DE OUTORGA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA

PORTARIA Nº 64, DE 14 DE JUNHO DE 2011

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE OUTORGA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA DO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do Processo n° 53000.013178/2011, resolve:

Aprovar o local de instalação da estação e a utilização dos equipamentos da PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE, permissionária do Serviço de Radiodifusão Sonora em Freqüência Modulada, com fins exclusivamente educativos, no município de Recife, Estado de Pernambuco, utilizando o canal 268 E (duzentos e sessenta e oito, educativo), classe B1.

DERMEVAL DA SILVA JÚNIOR

COORDENAÇÃO-GERAL DE ENGENHARIA DE OUTORGAS

PORTARIA Nº 40, DE 20 DE OUTUBRO DE 2010

O COORDENADOR GERAL DE ENGENHARIA DE OUTORGAS DA SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA DO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do Processo n° 53000.039215/2005, resolve:

Aprovar o local de instalação da estação e a utilização dos equipamentos da IBIAPINA RADIODIFUSÃO LTDA, permissionária do Serviço de Radiodifusão Sonora em Freqüência Modulada, no município de Inocência, Estado do Mato Grosso do Sul, relativo ao Serviço Auxiliar de Radiodifusão de Ligação para Transmissão de Programas (LINK), no referido município autorizado por meio da Portaria MC nº 851/2006.

ROBERT BRAQUEHAIS JUNIOR

Ministério das Relações Exteriores

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 538, DE 22 DE JUNHO DE 2011

O MINISTRO DE ESTADO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, no uso de suas atribuições e considerando o disposto nos artigos 11 e 12 do Decreto-Lei 200, de 25 de fevereiro de 1967, e no Decreto nº 83.937, de 6 de setembro de 1979, resolve:

Art.1º Delegar ao SECRETÁRIO-GERAL DAS RELAÇÕES EXTERIORES competência para, observadas as disposições legais e regulamentares, praticar os atos de autorização de afastamento do País de servidores do Ministério das Relações Exteriores para cumprir serviço ou aperfeiçoamento a que se refere o inciso IV do artigo 1º do Decreto nº 1.387, de 7 de fevereiro de 1995.

Art. 2° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANTONIO DE AGUIAR PATRIOTA

PORTARIA Nº 539, DE 22 DE JUNHO DE 2011

O MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição Federal, tendo em vista o disposto no Art. 1º, inciso IV, do anexo I do Decreto nº 7.304/2010, considerando os acordos culturais e educacionais vigentes entre o Brasil e os países em desenvolvimento, resolve:

Art. 1º O Ministério das Relações Exteriores - MRE poderá conceder bolsas de estudos aos estrangeiros, regularmente matriculados em cursos de graduação no Brasil, participantes do Programa de Estudantes-Convênio de Graduação - PEC-G, que demonstrem desempenho acadêmico destacado ou necessidade financeira.

Art. 2º As bolsas de estudos referidas no Art. 1º abrangerão dois títulos:

I - bolsas regulares:

a) bolsa de incentivo ao mérito; e

b) bolsa MRE.

II - bolsas emergenciais.

Art. 3º Todas as bolsas de estudos previstas nesta Portaria obedecerão às seguintes delimitações:

I - valor mensal de R$ 545,00 (quinhentos e quarenta e cinco reais);

II - duração de seis meses, passível de renovação;

III - contemplar unicamente estudantes regularmente matriculados no semestre subsequente à solicitação;

IV - vedado acumular, ao mesmo tempo, com outros benefícios financeiros;

V - respeito às normas vigentes do PEC-G e às normas internas da IES onde está matriculado.

Art. 4º Semestralmente, a Divisão de Temas Educacionais - DCE, do Departamento Cultural, abrirá, mediante edital, prazo para candidaturas de estudantes às bolsas regulares.

Art. 5º O estudante estrangeiro interessado, por intermédio da Instituição de Ensino Superior - IES onde está matriculado, deverá apresentar à DCE, estritamente nos prazos indicados, sem prejuízo de outros documentos:

I - solicitação da bolsa, mediante formulário próprio, datado e assinado;

II - documento de apresentação da IES;

III - termo de compromisso mediante formulário próprio, especificando não acumular benefícios;

IV - cópia do histórico escolar;

V - cópia do comprovante de matrícula no semestre subsequente;

VI - cópia do documento referente ao Registro Nacional de Estrangeiros atualizado.

Art. 6º A documentação apresentada será analisada por Comissão "ad hoc", composta no âmbito do Departamento Cultural, que poderá solicitar outros documentos.

Parágrafo único. A aprovação da documentação, para consequente concessão de bolsa de estudos, estará vinculada ao bom desempenho do estudante beneficiário, sem reprovações, nos seis meses precedentes à concessão do benefício.

Art. 7º Poderá ser concedida bolsa de incentivo ao mérito ao estudante-convênio que, tendo cursado pelo menos dois semestres em curso regular em IES brasileira, apresentar desempenho acadêmico excepcional.

Parágrafo único. A bolsa de incentivo ao mérito será concedida por um semestre, podendo ser renovada mediante comprovação de excelência no rendimento acadêmico do beneficiário, nos períodos subsequentes.

Art. 8º Poderá ser concedida bolsa MRE ao estudante-convênio que, tendo cursado pelo menos dois semestres em curso regular em IES brasileira, apresentar dificuldade financeira que comprometa suas condições de moradia e alimentação.

§ 1º A concessão da bolsa a título de necessidade financeira do estudante estará condicionada à comprovação mediante parecer do Serviço de Assistência Social, ou equivalente, da IES na qual o estudante estiver regularmente matriculado.

§ 2º A bolsa MRE será concedida por um semestre, podendo ser renovada mediante comprovação de continuidade da situação de dificuldade financeira do beneficiário, vinculada ao bom desempenho acadêmico nos períodos subsequentes.

Art. 9º A bolsa emergencial poderá ser concedida a qualquer tempo para o estudante-convênio que comprove dificuldade de ordem financeira imprevista, de modo que se veja impedido de custear sua moradia ou alimentação.

§ 1º A bolsa emergencial poderá ser concedida por período de até seis meses, prorrogável em caso de que as condições de excepcionalidade se prolonguem.

§ 2º A concessão de bolsa emergencial, ou de passagem de retorno, será decidida pela Comissão "ad hoc" indicada no Art. 6º acima e observará, igualmente, as normas vigentes do PEC-G e a disponibilidade orçamentária.

Art. 10 Qualquer dos benefícios de que trata a presente Portaria cessará imediatamente caso o estudante abandone os estudos; seja desligado do PEC-G; exceda o número de faltas permitido; apresente baixo rendimento escolar, não conclua o curso dentro dos prazos regulamentares ou transgrida as normas vigentes do PEC-G ou da IES onde está matriculado.

Art. 11 Caso o estudante-convênio venha a exercer qualquer atividade, ainda que voltada para fins curriculares, que implique recebimento de benefício pecuniário, a concessão da bolsa poderá ser interrompida a partir da data de admissão à atividade. O mesmo ocorrerá se o estudante vier a receber bolsa de estudos de outra origem.

Art. 12 Poderá ser concedida passagem de retorno ao seu país de origem, ao fim do curso, para o estudante-convênio que, tendo colado grau, comprove rendimento acadêmico destacado ou premência financeira, condicionado à disponibilidade orçamentária.

Art. 13 Em caso de doença grave do estudante, poderá ser custeado o transporte imediato ao país de origem, por razões de cunho humanitário, desde que comprovada a impossibilidade financeira do próprio estudante-convênio ou de sua família, condicionado à disponibilidade orçamentária.

Parágrafo único. Em caso de falecimento do estudante, poderá ser custeado o repatriamento dos restos mortais, por razões de cunho humanitário, se comprovada a impossibilidade financeira dos familiares no país de origem.

Art. 14 As despesas previstas nesta Portaria correrão à conta do programa de trabalho "Concessão de bolsas de estudos, no sistema educacional brasileiro, a estudantes estrangeiros", do Departamento Cultural do Ministério das Relações Exteriores.

Art. 15 A Divisão de Temas Educacionais do Departamento Cultural adotará as medidas necessárias à execução do disposto nesta Portaria.

Art. 16 A presente Portaria substitui a Portaria nº 438, de 20 de agosto de 2008.

Art. 17 Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANTONIO DE AGUIAR PATRIOTA

SECRETARIA-GERAL DAS RELAÇÕES EXTERIORES
INSTITUTO RIO BRANCO

PORTARIA DE 22 DE JUNHO DE 2011

O DIRETOR-GERAL DO INSTITUTO RIO BRANCO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 40 do Decreto nº 5.979, de 06 de dezembro de 2006, que dispõe sobre a Estrutura Regimental do Ministério das Relações Exteriores, e considerando o disposto no artigo 36 do Regulamento do Instituto Rio Branco, aprovado pela Portaria de 20 de novembro de 1998, publicada no Diário Oficial da União de 25 de novembro de 1998, e alterado pela Portaria nº 11, de 17 de abril de 2001, publicada no Diário Oficial da União de 25 de abril de 2001, e ainda de acordo com a Portaria Ministerial nº 336, de 30 de maio de 2003, publicada no Diário Oficial da União de 12 de junho de 2003, resolve:

Fixar os seguintes valores de remuneração para atividades das bancas examinadoras da Segunda, da Terceira e da Quarta Fases do Concurso de Admissão à Carreira de Diplomata de 2011:

Elaboração de prova escrita: R$ 152,33 por hora de elaboração;

Correção de prova escrita: R$ 152,33 por hora de correção;

Análise de recurso de prova escrita: R$ 152,33 por hora de análise de recurso.

GEORGES LAMAZIÈRE

Ministério de Minas e Energia

AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA

RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 2.961, DE 14 DE JUNHO DE 2011

Declara de utilidade pública, para fins de instituição de servidão administrativa, em favor da Companhia Paulista de Força e Luz, as áreas de terra situadas nos Municípios de Morungaba e Itatiba, no Estado de São Paulo, necessárias à passagem do Ramal Morungaba 2, na tensão nominal de 138 kV, o qual interligará o seccionamento da linha de distribuição Tanquinho - Colonial à Subestação Morungaba 2.

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, de acordo com deliberação da Diretoria e tendo em vista o disposto no artigo 10 da Lei n. 9.074, de 7 de julho de 1995, na Resolução Normativa n. 279, de 11 de setembro de 2007, e o que consta do Processo n. 48500.002030/2011-15, resolve:

Art. 1º Declarar de utilidade pública, para fins de instituição de servidão administrativa, em favor da Companhia Paulista de força e Luz, as áreas de terra situadas numa faixa de trinta metros de largura, necessárias à passagem da linha de distribuição Ramal Morungaba 2, em circuito duplo, na tensão nominal de 138 kV, com 18,07 quilômetros de extensão, que interligará o seccionamento da linha de distribuição Tanquinho - Colonial à Subestação Morungaba 2, ambas de propriedade da Companhia Paulista de Força e Luz, localizada nos Municípios de Morungaba e Itatiba, Estado de São Paulo.

Parágrafo único. A planta do caminhamento da linha de distribuição Ramal Morungaba 2, consta do desenho de referência n. 10-TOP-290, folhas 1/3 a 3/3, e a planta do perfil da referida linha de distribuição consta do desenho de referência 10-ELE-303, Revisão 3, folhas 1/6 a 6/6, inseridas no Anexo 3 do Processo n. 40500.002030/2011-15.

Art. 2º Poderá a Companhia Paulista de Força e Luz praticar todos os atos de construção, manutenção, conservação e inspeção da linha de distribuição de energia elétrica, sendo-lhe assegurado, ainda, o acesso à área da servidão constituída.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Art. 3º Os proprietários das áreas de terra referidas no artigo 1º limitarão o seu uso e gozo ao que for compatível com a existência da servidão constituída, abstendo-se, em conseqüência, de praticar quaisquer atos que a embaracem ou lhe causem danos, inclusive os de fazer construções ou plantações de elevado porte.

Art. 4º Fica a Companhia Paulista de Força e Luz autorizada a promover, com recursos próprios, amigável ou judicialmente, as medidas necessárias à instituição da servidão prevista nesta Resolução, podendo, inclusive, invocar o caráter de urgência, nos termos do artigo 15 do Decreto-Lei n. 3.365, de 21 de junho de 1941, alterado pela Lei n. 2.786, de 21 de maio de 1956.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

NELSON JOSÉ HÜBNER MOREIRA

RESOLUÇÃO HOMOLOGATÓRIA Nº 1.157, DE 21 DE JUNHO DE 2011

Homologa as tarifas de fornecimento de energia elétrica, as Tarifas de Uso dos Sistemas de Distribuição - TUSD, fixa o valor anual da Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica - TFSEE referentes à Cooperativa Regional de Eletrificação Teutônia - CERTEL ENERGIA, bem como homologa as tarifas de suprimento das distribuidoras AES Sul e RGE para a CERTEL ENERGIA.

O DIRETOR-GERAL SUBSTITUTO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, conforme Portaria n. 1.681, de 25 de janeiro de 2011, no uso de suas atribuições regimentais, de acordo com deliberação da Diretoria, tendo em vista o disposto no art. 3º da Lei n. 9.427, de 26 de dezembro de 1996, com redação dada pelo art. 9º da Lei n. 10.848, de 15 de março de 2004, e na Cláusula Décima Quarta do Contrato de Permissão de Distribuição n. 033/2010, bem como o que consta do Processo n. 48500.005682/2010-12; e

considerando o disposto na Subcláusula Sexta da Cláusula Décima Quarta do referido contrato de permissão, que estabeleceu a exclusão das alíquotas do PIS/PASEP e da COFINS da base tarifária econômica da Permissionária, resolve:

Art. 1° Homologar o resultado do reajuste tarifário anual de 2011 da Cooperativa Regional de Eletrificação Teutônia - CERTEL ENERGIA, a ser aplicado de acordo com as condições estabelecidas nesta Resolução.

Art. 2° As tarifas da CERTEL ENERGIA ficam, em média, reajustadas em 4,79% (quatro vírgula setenta e nove por cento), sendo 7,14% (sete vírgula quatorze por cento) relativos ao reajuste tarifário anual econômico e -2,35% (menos dois vírgula trinta e cinco por cento) referentes aos componentes financeiros pertinentes, correspondendo a um efeito médio de 4,79% (quatro vírgula setenta e nove por cento) a ser percebido pelos consumidores cativos.

Art. 3° As tarifas constantes do Anexo I, que contemplam o respectivo reajuste tarifário anual e os componentes financeiros externos ao reajuste, estarão em vigor no período de 26 de junho de 2011 a 25 de junho de 2012.

Art. 4° As tarifas constantes do Anexo II, que contemplam somente o reajuste tarifário anual econômico, estarão em vigor a partir de 26 de junho de 2012 e deverão constituir a base de cálculos tarifários subseqüentes.

Art. 5° Fixar as Tarifas de Uso do Sistema de Distribuição - TUSD da CERTEL ENERGIA constantes dos Anexos II-A e II-B, com vigência nas seguintes condições:

I - as tarifas constantes do Anexo II-A, que contemplam o respectivo reajuste tarifário anual e os componentes financeiros externos ao reajuste, estarão em vigor no período de 26 de junho de 2011 a 25 de junho de 2012; e

II - as tarifas constantes do Anexo II-B, que contemplam somente o reajuste tarifário anual econômico, estarão em vigor a partir de 26 de junho de 2012.

Art. 6° Fixar o valor anual da Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica - TFSEE da CERTEL ENERGIA, referente ao período de junho/2011 a maio/2012, conforme o Anexo III desta Resolução.

Art. 7° Fixar o valor das quotas anuais da Conta de Consumo de combustíveis - CCC, da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE e do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica - PROINFA da CERTEL ENERGIA, conforme o Anexo IV desta Resolução.

Art. 8° Homologar a Tarifa de Energia Elétrica - TE e a Tarifa de Uso dos Sistemas de Distribuição - TUSD da distribuidora AES Sul e RGE para a CERTEL ENERGIA, constantes do Anexo V, que contemplam somente o respectivo reajuste tarifário e estarão em vigor no período de 26 de junho de 2011 a 25 de junho de 2012, devendo constituir a base de cálculos tarifários subseqüentes, conforme definido pela Resolução Normativa n. 205, de 22 de dezembro de 2005, e pela Resolução Normativa n. 243, de 19 de dezembro de 2006.

Art. 9° Fica autorizada a inclusão, no valor total a ser pago pelo consumidor, a exemplo do ICMS, das despesas do PIS/PASEP e da COFINS efetivamente incorridas pela Permissionária, no exercício da atividade de distribuição de energia elétrica.

Parágrafo único. Em função de eventual variação mensal da alíquota efetiva do PIS/PASEP e da COFINS, bem como da defasagem entre o valor pago e o correspondente valor repassado para o consumidor, a CERTEL ENERGIA poderá compensar as diferenças verificadas, no mês subsequente.

Art. 10. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ROMEU DONIZETE RUFINO

ANEXO I

CERTEL

TARIFA CONVENCIONAL	QUADRO A					
	TUSD + TE		TUSD		TE	
	DEMANDA	ENERGIA	DEMANDA	ENERGIA	DEMANDA	ENERGIA
SUBGRUPO	(R$/kW)	(R$/MWh)	(R$/kW)	(R$/MWh)	(R$/kW)	(R$/MWh)
A3a (30 kV a 44 kV)	18,20	205,95	18,20	39,06		166,90
A4 (2,3 kV a 25 kV)	30,62	184,41	30,62	35,00		149,41
B1-RESIDENCIAL:		332,21		182,80		149,41
B1-RESIDENCIAL BAIXA RENDA:						0,00
Consumo mensal inferior ou igual a 30 kWh		112,27		59,97		52,29
Consumo mensal superior a 30 kWh e inferior ou igual a 100 kWh		192,44		102,80		89,64
Consumo mensal superior a 100 kWh e inferior ou igual a 220 kWh		288,67		154,20		134,46
Consumo mensal superior a 220 kWh		320,74		171,34		149,41
B2-RURAL		228,22		125,58		102,65
B2-SERVIÇO DE IRRIGAÇÃO		198,86		109,42		89,44
B3-DEMAIS CLASSES		331,73		182,53		149,20
B4-ILUMINAÇÃO PÚBLICA:						
B4a - Rede de Distribuição		170,90		94,04		76,86
B4b - Bulbo da Lâmpada		187,58		103,21		84,37

TARIFA HORO-SAZONAL AZUL	QUADRO B					
	TUSD + TE		TUSD		TE	
	DEMANDA (R$/kW)		DEMANDA (R$/kW)		DEMANDA (R$/kW)	
SUBGRUPO	PONTA	F. PONTA	PONTA	F. PONTA	PONTA	F. PONTA
A3 (69 kV)	23,20	3,91	23,20	3,91	0,00	0,00
A3a (30 a 44 kV)	22,12	4,33	22,12	4,33	0,00	0,00
A4 (2,3 a 25 kV)	33,56	8,28	33,56	8,28	0,00	0,00

TARIFA HORO-SAZONAL AZUL	QUADRO C											
	TUSD + TE				TUSD				TE			
	ENERGIA (R$/MWh)				ENERGIA (R$/MWh)				ENERGIA (R$/MWh)			
	PONTA		F. PONTA		PONTA		F. PONTA		PONTA		F. PONTA	
SUBGRUPO	SECA	UMIDA	SECA	UMIDA	SECA	UMIDA	SECA	UMIDA	SECA	UMIDA	SECA	UMIDA
A3 (69 kV)	275,98	249,02	169,77	154,12	22,97	22,97	22,97	22,97	253,01	226,05	146,80	131,15
A3a (30 kV a 44 kV)	305,60	275,48	186,95	169,46	22,97	22,97	22,97	22,97	282,63	252,51	163,98	146,49
A4 (2,3 kV a 25 kV)	275,98	249,02	169,77	154,12	22,97	22,97	22,97	22,97	253,01	226,05	146,80	131,15

TARIFA HORO-SAZONAL VERDE	QUADRO E		
	TUSD + TE	TUSD	TE
SUBGRUPO	(R$/kW)	(R$/kW)	(R$/kW)
A3a (30 kV a 44 kV)	6,21	6,21	0,00
A4 (2,3 kV a 25 kV)	10,11	10,11	0,00

TARIFA HORO-SAZONAL VERDE	QUADRO F											
	TUSD + TE				TUSD				TE			
	ENERGIA (R$/MWh)				ENERGIA (R$/MWh)				ENERGIA (R$/MWh)			
	PONTA		F. PONTA		PONTA		F. PONTA		PONTA		F. PONTA	
SUBGRUPO	SECA	UMIDA	SECA	UMIDA	SECA	UMIDA	SECA	UMIDA	SECA	UMIDA	SECA	UMIDA
A3a (30 kV a 44 kV)	899,20	869,08	186,95	169,46	616,57	616,57	22,97	22,97	282,63	252,51	163,98	146,49
A4 (2,3 kV a 25 kV)	1183,17	1156,53	169,77	154,12	930,48	930,48	22,97	22,97	252,69	226,05	146,80	131,15

DESCONTOS PERCENTUAIS	QUADRO J	
UNIDADE CONSUMIDORA	DEMANDA	ENERGIA
RURAL - GRUPO A	10%	10%
AGUA, ESGOTO E SANEAMENTO - GRUPO A	15%	15%
AGUA, ESGOTO E SANEAMENTO - GRUPO B	-	15%

SERVIÇOS COBRÁVEIS	Grupo B (R$)			Grupo A (R$)
(arts. 102, 103 e 131 da REN 414/2010)	Monofásico	Bifásico	Trifásico	
I - Vistoria de unidade consumidora	4,47	6,40	12,80	38,43
II - Aferição de medidor	5,76	9,60	12,80	64,06
III - Verificação de nível de tensão	5,76	9,60	11,52	64,06
IV - Religação normal	5,11	7,03	21,12	64,06
V - Religação de urgência	25,61	38,43	64,06	128,11
VI - Segunda via de fatura	1,91	1,91	1,91	3,83
VII - Segunda via declaração de quitação anual de débitos	1,87	1,87	1,87	3,76
VIII - Disponibilização dados de medição (memória de massa)	4,38	6,27	12,54	37,66
IX - Desligamento ou Religação programada	25,10	37,66	62,77	125,55
X - Fornecimento pulsos potência e sincronismo	4,38	6,27	12,54	37,66
XI - Comissionamento de obra	13,14	18,81	37,62	112,97
XII - Remoção de poste	(*)	(*)	(*)	(*)
XIII - Remoção de rede	(*)	(*)	(*)	(*)
XIV - Visita técnica	4,38	6,27	12,54	37,66
XV - Custo administrativo de inspeção	72,12	108,18	180,36	2.404,60
(*) Objeto de orçamento específico (art. 103 da REN nº 414/2010)				

PARÂMETROS PARA CÁLCULO DO ERD (RESOLUÇÃO NORMATIVA nº 414/2010)					
(em R$/kW)					
(SUB)GRUPO TARIFÁRIO	B1	B2 rural	B2 irrigação	B3	A4
K	57,53	34,18	31,44	54,54	72,85

ANEXO II

CERTEL

TARIFA CONVENCIONAL	QUADRO A					
	TUSD + TE		TUSD		TE	
	DEMANDA	ENERGIA	DEMANDA	ENERGIA	DEMANDA	ENERGIA
SUBGRUPO	(R$/kW)	(R$/MWh)	(R$/kW)	(R$/MWh)	(R$/kW)	(R$/MWh)
A3a (30 kV a 44 kV)	18,61	210,57	18,61	39,93	0,00	170,64
A4 (2,3 kV a 25 kV)	31,31	188,54	31,31	35,79	0,00	152,76
B1-RESIDENCIAL:		339,66		186,90		152,76
B1-RESIDENCIAL BAIXA RENDA:						
Consumo mensal inferior ou igual a 30 kWh		114,78		61,32		53,47
Consumo mensal superior a 30 kWh e inferior ou igual a 100 kWh		196,76		105,11		91,65
Consumo mensal superior a 100 kWh e inferior ou igual a 220 kWh		295,14		157,66		137,48
Consumo mensal superior a 220 kWh		327,94		175,18		152,76
B2-RURAL		233,34		128,39		104,95
B2-COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO RURAL		169,23		93,08		76,16
B2-SERVIÇO DE IRRIGAÇÃO		203,32		111,87		91,45
B3-DEMAIS CLASSES		339,17		186,62		152,54
B4-ILUMINAÇÃO PÚBLICA:						
B4a - Rede de Distribuição		174,73		96,15		78,58
B4b - Bulbo da Lâmpada		191,79		105,53		86,26

TARIFA HORO-SAZONAL AZUL	QUADRO B					
	TUSD + TE		TUSD		TE	
	DEMANDA (R$/kW)		DEMANDA (R$/kW)		DEMANDA (R$/kW)	
SUBGRUPO	PONTA	F. PONTA	PONTA	F. PONTA	PONTA	F. PONTA

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

A3 (69 kV)	23,72	4,00	23,72	4,00	0,00	0,00
A3a (30 a 44 kV)	22,62	4,43	22,62	4,43	0,00	0,00
A4 (2,3 a 25 kV)	34,31	8,46	34,31	8,46	0,00	0,00

TARIFA HORO-SAZONAL AZUL	QUADRO C											
	TUSD + TE				TUSD				TE			
	ENERGIA (R$/MWh)				ENERGIA (R$/MWh)				ENERGIA (R$/MWh)			
	PONTA		F. PONTA		PONTA		F. PONTA		PONTA		F. PONTA	
SUBGRUPO	SECA	UMIDA	SECA	UMIDA	SECA	UMIDA	SECA	UMIDA	SECA	UMIDA	SECA	UMIDA
A3 (69 kV)	282,16	254,61	173,57	157,58	23,49	23,49	23,49	23,49	258,68	231,12	150,09	134,09
A3a (30 kV a 44 kV)	312,45	281,66	191,15	173,26	23,49	23,49	23,49	23,49	288,97	258,18	167,66	149,78
A4 (2,3 kV a 25 kV)	282,16	254,61	173,57	157,58	23,49	23,49	23,49	23,49	258,68	231,12	150,09	134,09

TARIFA HORO-SAZONAL VERDE	QUADRO E		
	TUSD + TE	TUSD	TE
SUBGRUPO	(R$/kW)	(R$/kW)	(R$/kW)
A3a (30 kV a 44 kV)	6,35	6,35	0,00
A4 (2,3 kV a 25 kV)	10,34	10,34	0,00

TARIFA HORO-SA-ZONAL VERDE	QUADRO F											
	TUSD + TE				TUSD				TE			
	ENERGIA (R$/MWh)				ENERGIA (R$/MWh)				ENERGIA (R$/MWh)			
	PONTA		F. PONTA		PONTA		F. PONTA		PONTA		F. PONTA	
SUBGRUPO	SECA	UMIDA	SECA	UMI-DA	SECA	UMI-DA	SECA	UMI-DA	SECA	UMIDA	SECA	UMIDA
A3a (30 kV a 44 kV)	919,36	888,57	191,15	173,26	630,39	630,39	23,49	23,49	288,97	258,18	167,66	149,78
A4 (2,3 kV a 25 kV)	1209,70	1182,47	173,57	157,58	951,35	951,35	23,49	23,49	258,36	231,12	150,09	134,09

DESCONTOS PERCENTUAIS	QUADRO J	
UNIDADE CONSUMIDORA	DEMANDA	ENERGIA
RURAL - GRUPO A	10%	10%
AGUA, ESGOTO E SANEAMENTO - GRUPO A	15%	15%
AGUA, ESGOTO E SANEAMENTO - GRUPO B	-	15%

ANEXO II-A		
TUSD - CONSUMIDORES LIVRES	QUADRO L	
	TUSD	
	DEMANDA (R$/kW)	
SUBGRUPO	PONTA	F. PONTA
A3 (69 kV)	24,49	4,47
A3a (30 a 44 kV)	25,57	6,21
A4 (2,3 a 25 kV)	39,08	10,11

TUSD - CONSUMIDORES LIVRES	QUADRO M	
	TUSD	
	ENERGIA (R$/MWh)	
SUBGRUPO	PONTA	F. PONTA
A3 (69 kV)	22,97	22,97
A3a (30 a 44 kV)	22,97	22,97
A4 (2,3 a 25 kV)	22,97	22,97

ANEXO II-B		
TUSD - CONSUMIDORES LIVRES	QUADRO L	
	TUSD	
	DEMANDA (R$/kW)	
SUBGRUPO	PONTA	F. PONTA
A3 (69 kV)	25,04	4,58
A3a (30 a 44 kV)	26,14	6,35
A4 (2,3 a 25 kV)	39,95	10,34

TUSD - CONSUMIDORES LI-VRES	QUADRO M	
	TUSD	
	ENERGIA (R$/MWh)	
SUBGRUPO	PONTA	F. PONTA
A3 (69 kV)	23,49	23,49
A3a (30 a 44 kV)	23,49	23,49
A4 (2,3 a 25 kV)	23,49	23,49

ANEXO III TAXA DE FISCALIZAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENERGIA ELÉTRICA - TFSEE Valor no Período de junho/2011 a maio/2012.		
PERMISSIONÁRIA	TFSEE ANUAL junho/2011 a maio/2012.	TFSEE MENSAL junho/2011 a maio/2012.
CERTEL	182.631,75	15.219,31

ANEXO IV Quotas Anuais de CCC, CDE e PROINFA			
ENCARGO	QUOTA ANUAL (R$)	QUOTA MENSAL (R$)	COMPETÊNCIA
Conta de Consumo de Combustíveis - CCC	4.328.145,00	360.678,75	junho/2011 a maio/2012
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	3.204.906,62	267.075,55	junho/2011 a maio/2012
Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica - PROINFA	1.393.662,69	116.138,56	junho/2011 a maio/2012

ANEXO V TUSD (R$/kW) E TE (R$/MWh) SUPRIMENTO Vigente no período de 28 de setembro de 2010 a 27 de setembro de 2011			
SUPRIDORA	Nível de Tensão	TUSD (R$/kW)	TE (R$/MWh)
AES SUL	A3 (69 kV)	16,95	43,40
RGE	A4 (de 2,3 kV a 25 kV)	6,16	81,86

RESOLUÇÃO HOMOLOGATÓRIA Nº 1.158, DE 21 DE JUNHO DE 2011

Homologa as tarifas de suprimento e de fornecimento de energia elétrica e as Tarifas de Uso dos Sistemas de Distribuição - TUSD, estabelece a receita anual das instalações de conexão e fixa o valor anual da Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica - TFSEE, referentes à Copel Distribuição S/A - COPEL-DIS.

O DIRETOR-GERAL SUBSTITUTO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, conforme Portaria n. 1.681, de 25 de janeiro de 2011, no uso de suas atribuições regimentais, de acordo com deliberação da Diretoria, tendo em vista o disposto no art. 3º da Lei n. 9.427, de 26 de dezembro de 1996, com redação dada pelo art. 9º da Lei n. 10.848, de 15 de março de 2004, na Cláusula Sétima do Contrato de Concessão de Distribuição n. 46/1999-ANEEL, com a redação dada pelos seus Termos Aditivos, e com base nos autos o que consta do Processo n. 48500.005487/2010-92, resolve:

Art. 1° Homologar o resultado do reajuste tarifário anual de 2011 da COPEL-DIS - Copel Distribuição S/A, a ser aplicado de acordo com as condições estabelecidas nesta Resolução.

Art. 2° As tarifas da COPEL, constante do Anexo da Resolução Homologatória n. 1015, de 22 de junho de 2010, ficam, em média, reajustadas em 5,55% (cinco vírgula cinqüenta e cinco por cento), sendo 5,77% (seis vírgula setenta e sete por cento) relativos ao reajuste tarifário anual econômico e -0,22% (menos zero vírgula vinte e dois por cento) referentes aos componentes financeiros pertinentes, correspondendo a um efeito médio de 2,99% (dois vírgula noventa e nove por cento) a ser percebido pelos consumidores cativos.

Art. 3º As tarifas constantes do Anexo I, que contemplam o reajuste tarifário anual e os componentes financeiros devidos, estarão em vigor no período de 24 de junho de 2011 a 23 de junho de 2012.

Art. 4° As tarifas constantes do Anexo II, que contemplam somente o reajuste tarifário anual econômico, estarão em vigor a partir de 24 de junho de 2012 e deverão constituir a base de cálculos tarifários subseqüentes.

Art. 5° Fixar as Tarifas de Uso dos Sistemas de Distribuição - TUSD da COPEL, constantes dos Anexos II-A e II-B, conforme as especificações a seguir:

I - as tarifas constantes do Anexo II-A estarão em vigor no período de 24 de junho de 2011 a 23 de junho de 2012; e

II - as tarifas constantes do Anexo II-B estarão em vigor a partir de 24 de junho de 2012 e deverão constituir a base de cálculos tarifários subseqüentes.

Parágrafo Único. Para o cálculo das TUSD aplicáveis aos consumidores que assinaram CCEI - Contrato de Compra de Energia Incentivada, de acordo com a Resolução Normativa n. 247, de 21 de dezembro de 2006, aplicar-se-á o desconto divulgado mensalmente pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE para cada consumidor sobre a parcela da TUSD sujeita a desconto, devendo o resultado ser somado à parcela da TUSD não sujeita a desconto, especificada no quadro U desta Resolução.

Art. 6º Homologar as Tarifas de Energia Elétrica - TE e as Tarifas de Uso dos Sistemas de Distribuição - TUSD da COPEL para as distribuidoras supridas Companhia Campolarguense de Energia - COCEL, Companhia Força e Luz do Oeste - OESTE e Força e Luz Coronel Vivida - FORCEL, constantes dos Anexos III-A, III-B e III-C, conforme as especificações a seguir:

I - as tarifas constantes do Anexo III-A, com vigência a partir do próximo reajuste tarifário de cada concessionária Suprida, refletem o equilíbrio econômico-financeiro da COPEL e contemplam o reajuste tarifário econômico e os componentes financeiros pertinentes, às quais deve ser acrescentado o respectivo percentual de PIS/PASEP e COFINS para efeito de cobertura dos dispêndios relativos a estes tributos;

II - as tarifas constantes do Anexo III-B contemplam somente o respectivo reajuste tarifário econômico e estarão em vigor a partir da data do reajuste tarifário de 2012 das respectivas concessionárias supridas; e

III - as tarifas constantes do Anexo III-C contemplam o respectivo reajuste tarifário econômico sem o desconto na TUSD conferido às concessionárias e permissionárias supridas com mercado próprio inferior a 500 GWh/ano, conforme previsto na Resolução Normativa n. 243, de 19 de dezembro de 2006, e deverão constituir a base de cálculos tarifários subseqüentes.

Art. 7º Estabelecer a receita anual constante dos Anexos IV-A e IV-B, referente às instalações de conexão da Copel Geração e Transmissão S.A. - COPEL-GT e da ATE VII - Foz do Iguaçu Transmissora de Energia S.A., relativas às Demais Instalações de Transmissão - DIT dedicadas à COPEL, conforme as especificações a seguir:

I - a receita anual constante do Anexo IV-A estará em vigor no período de 24 de junho de 2011 a 23 de junho de 2012; e

II - a receita anual constante do Anexo IV-B estará em vigor a partir de 24 de junho de 2012, devendo constituir a base de cálculos tarifários subseqüentes.

Art. 8º Estabelecer as receitas anuais constantes do Anexo V, referentes às instalações de conexão dedicadas aos consumidores Cimento Rio Branco, Petróleo Brasileiro - Petrobrás, Gerdau Aços Longos, WHB Fundição e Peróxidos do Brasil, que estarão em vigor no período de 24 de junho de 2011 a 23 de junho de 2012

Art. 9º Fixar o valor anual da Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica - TFSEE da COPEL, referente ao período de junho de 2011 a maio de 2012, conforme o Anexo VI desta Resolução.

Art. 10. Estabelecer a cobertura tarifária de quota anual da Conta de Consumo de Combustíveis Fósseis dos Sistemas Isolados - CCC-ISOL e dos Encargos de Serviço do Sistema - ESS e de Energia de Reserva - EER da COPEL para 2011, conforme discriminado no Anexo VII desta Resolução.

Art. 11. Fica autorizada a inclusão, no valor total a ser pago pelo consumidor, das despesas do PIS/PASEP e da COFINS efetivamente incorridas pela Concessionária, no exercício da atividade de distribuição de energia elétrica.

Parágrafo único. Em função de eventual variação mensal da alíquota efetiva do PIS/PASEP e da COFINS, bem como da defasagem entre o valor pago e o correspondente valor repassado para o consumidor, a COPEL poderá compensar essas eventuais diferenças no mês subseqüente.

Art. 12. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ROMEU DONIZETE RUFINO

ANEXO I

COPEL-DIS

TARIFA CONVENCIONAL	QUADRO A					
	TUSD + TE		TUSD		TE	
	DEMAN-DA	ENER-GIA	DEMAN-DA	ENER-GIA	DEMAN-DA	ENER-GIA
SUBGRUPO	(R$/kW)	(R$/MWh)	(R$/kW)	(R$/MWh)	(R$/kW)	(R$/MWh)
A3a (30 kV a 44 kV)	26,72	147,63	26,72	31,99		115,64
A4 (2,3 kV a 25 kV)	34,01	147,63	34,01	31,99		115,64
AS (SUBTERRÂNEO)	50,27	147,63	50,27	31,99		115,64
B1-RESIDENCIAL:		309,26		193,62		115,64
B1-RESIDENCIAL BAIXA RENDA:						
Consumo mensal inferior ou igual a 30 kWh		101,15		60,66		40,49
Consumo mensal superior a 30 kWh e inferior ou igual a 100 kWh		173,39		104,00		69,39
Consumo mensal superior a 100 kWh e inferior ou igual a 220 kWh		260,04		155,96		104,08
Consumo mensal superior a 220 kWh		288,94		173,30		115,64

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

B2-RURAL		181,26		113,47		67,79
B2-COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO RURAL		138,73		86,86		51,87
B2-SERVIÇO PÚBLICO DE IRRIGAÇÃO		166,70		104,37		62,33
B3-DEMAIS CLASSES		289,22		181,08		108,14
B4-ILUMINAÇÃO PÚBLICA:						
B4a - Rede de Distribuição		148,94		93,25		55,69
B4b - Bulbo da Lâmpada		163,54		102,39		61,15

TARIFA HORO-SAZONAL AZUL	QUADRO B					
	TUSD + TE		TUSD		TE	
	DEMANDA (R$/kW)		DEMANDA (R$/kW)		DEMANDA (R$/kW)	
SUBGRUPO	PONTA	F. PONTA	PONTA	F. PONTA	PONTA	F. PONTA
A1 (230 kV ou mais) - Gerdau Aços Longos, WHB Fundição S.A, Peroxidos do Brasil Ltda	6,19	0,00	6,19	0,00	0,00	0,00
A2 (88 a 138 kV)	19,73	2,84	19,73	2,84	0,00	0,00
A3 (69 kV)	20,01	3,44	20,01	3,44	0,00	0,00
A3a (30 a 44 kV)	27,73	6,75	27,73	6,75	0,00	0,00
A4 (2,3 a 25 kV)	34,67	9,04	34,67	9,04	0,00	0,00
AS (Subterrâneo)	36,28	9,47	36,28	9,47	0,00	0,00

TARIFA HORO-SA-ZONAL AZUL	QUADRO C											
	TUSD + TE				TUSD				TE			
	ENERGIA (R$/MWh)				ENERGIA (R$/MWh)				ENERGIA (R$/MWh)			
	PONTA		F. PONTA		PONTA		F. PONTA		PONTA		F. PONTA	
SUBGRUPO	SECA	ÚMIDA	SECA	ÚMIDA	SECA	ÚMIDA	SE-CA	ÚMI-DA	SE-CA	ÚMI-DA	SE-CA	ÚMI-DA
A1 (230 kV ou mais)	227,83	206,95	145,62	133,51	31,99	31,99	31,99	31,99	195,84	174,96	113,63	101,52
A2 (88 a 138 kV)	227,83	206,95	145,62	133,51	31,99	31,99	31,99	31,99	195,84	174,96	113,63	101,52
A3 (69 kV)	227,83	206,95	145,62	133,51	31,99	31,99	31,99	31,99	195,84	174,96	113,63	101,52
A3a (30 a 44 kV)	227,83	206,95	145,62	133,51	31,99	31,99	31,99	31,99	195,84	174,96	113,63	101,52
A4 (2,3 a 25 kV)	227,83	206,95	145,62	133,51	31,99	31,99	31,99	31,99	195,84	174,96	113,63	101,52
AS (Subterrâneo)	227,83	206,95	145,62	133,51	31,99	31,99	31,99	31,99	195,84	174,96	113,63	101,52

TARIFA HORO-SAZONAL VERDE	QUADRO E		
	TUSD + TE	TUSD	TE
SUBGRUPO	DEMANDA (R$/kW)	DEMANDA (R$/kW)	DEMANDA (R$/kW)
A3a (30 a 44 kV)	6,75	6,75	0,00
A4 (2,3 a 25 kV)	9,04	9,04	0,00
AS (Subterrâneo)	9,47	9,47	0,00

TARIFA HORO-SAZONAL VERDE	QUADRO F											
	TUSD + TE				TUSD				TE			
	ENERGIA (R$/MWh)				ENERGIA (R$/MWh)				ENERGIA (R$/MWh)			
	PONTA		F. PONTA		PONTA		F. PONTA		PONTA		F. PONTA	
SUBGRUPO	SECA	ÚMIDA	SECA	ÚMI-DA	SECA	ÚMI-DA	SECA	ÚMIDA	SECA	ÚMIDA	SECA	ÚMIDA
A3a (30 a 44 kV)	871,74	850,86	145,62	133,51	675,90	675,90	31,99	31,99	195,84	174,96	113,63	101,52
A4 (2,3 a 25 kV)	1.032,91	1.012,03	145,62	133,51	837,07	837,07	31,99	31,99	195,84	174,96	113,63	101,52
AS (Subterrâneo)	1.070,33	1.049,45	145,62	133,51	874,49	874,49	31,99	31,99	195,84	174,96	113,63	101,52

DESCONTOS PERCENTUAIS	QUADRO J	
UNIDADE CONSUMIDORA	DEMANDA	ENERGIA
RURAL - GRUPO A	10	10
AGUA, ESGOTO E SANEAMENTO - GRUPO A	15	15
AGUA, ESGOTO E SANEAMENTO - GRUPO B	-	15

SERVIÇOS COBRÁVEIS	Grupo B (R$)			Grupo A (R$)
(arts. 102, 103 e 131 da REN 414/2010)	Monofásico	Bifásico	Trifásico	
I - Vistoria de unidade consumidora	4,47	6,40	12,80	38,43
II - Aferição de medidor	5,76	9,60	12,80	64,06
III - Verificação de nível de tensão	5,76	9,60	11,52	64,06
IV - Religação normal	5,11	7,03	21,12	64,06
V - Religação de urgência	25,61	38,43	64,06	128,11
VI - Segunda via de fatura	1,91	1,91	1,91	3,83
VII - Segunda via declaração de quitação anual de débitos	1,87	1,87	1,87	3,76
VIII - Disponibilização dados de medição (memória de massa)	4,38	6,27	12,54	37,66
IX - Desligamento ou Religação programada	25,10	37,66	62,77	125,55
X - Fornecimento pulsos potência e sincronismo	4,38	6,27	12,54	37,66
XI - Comissionamento de obra	13,14	18,81	37,62	112,97
XII - Remoção de poste	(*)	(*)	(*)	(*)
XIII - Remoção de rede	(*)	(*)	(*)	(*)
XIV - Visita técnica	4,38	6,27	12,54	37,66
XV - Custo administrativo de inspeção	72,12	108,18	180,36	2.404,60
(*) Objeto de orçamento específico (art. 103 da REN nº 414/2010)				

TARIFA DE COOPERATIVAS DE ELETRIFICAÇÃO RURAL CONVENCIONAL		
SUBGRUPO	DEMANDA	ENERGIA
	(R$/kW)	(R$/MWh)
A3a (30 a 44 kV)	6,01	88,36
A4 (2,3 a 25 kV)	6,25	91,61

TARIFA DE COOPERATIVAS DE ELETRIFICAÇÃO RURAL HORO-SAZONAL VERDE	
SEGMENTO HORÁRIO	DEMANDA
SUBGRUPO	(R$/kW)
A3a (30 a 44 kV)	5,31
A4 (2,3 a 25 kV)	5,52

TARIFA DE COOPERATIVAS DE ELETRIFICAÇÃO RURAL HORO-SAZONAL VERDE				
SEGMENTO HORÁRIO	ENERGIA (R$/MWh)			
SUBGRUPO	PONTA		F. PONTA	
	SECA	ÚMIDA	SECA	ÚMIDA
A3a (30 a 44 kV)	473,34	465,58	49,74	43,97
A4 (2,3 a 25 kV)	490,73	482,71	51,55	45,56

PARÂMETROS PARA CÁLCULO DO ERD (RESOLUÇÃO NORMATIVA nº 414/2010)									
(SUB)GRUPO TARIFÁRIO	BT	B2rur	B2irr	B3	AS	A4	A3a	A3	A2
K	245,07	143,65	132,09	229,20	245,07	259,46	192,87	96,55	79,10
TUSD FIO - FORA PONTA (R$/kW)	7,04	4,13	3,79	6,58	7,04	7,45	5,54	2,77	2,27
WACC (%)	9,95%								
Carga Tributária	34,00								
PARCELA B (R$)	1.264.369.415,43								
TAXA DE DEPRECIAÇÃO - D (%)	4,49%								
OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO - O&M (R$)	686.025.814,82								

ANEXO II

COPEL-DIS

TARIFA CONVENCIONAL	QUADRO A					
	TUSD + TE		TUSD		TE	
	DEMAN-DA	ENER-GIA	DEMAN-DA	ENER-GIA	DEMAN-DA	ENER-GIA
SUBGRUPO	(R$/kW)	(R$/MWh)	(R$/kW)	(R$/MWh)	(R$/kW)	(R$/MWh)
A3a (30 kV a 44 kV)	26,31	150,84	26,31	31,13	0,00	119,71
A4 (2,3 kV a 25 kV)	33,42	150,84	33,42	31,13		119,71
AS (SUBTERRÂNEO)	49,40	150,84	49,40	31,13		119,71
B1-RESIDENCIAL:		309,42		189,71		119,71
B1-RESIDENCIAL BAIXA RENDA:						
Consumo mensal inferior ou igual a 30 kWh		101,24		59,33		41,91
Consumo mensal superior a 30 kWh e inferior ou igual a 100 kWh		173,55		101,72		71,83
Consumo mensal superior a 100 kWh e inferior ou igual a 220 kWh		260,29		152,55		107,74
Consumo mensal superior a 220 kWh		289,22		169,51		119,71
B2-RURAL		181,35		111,18		70,17
B2-COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO RURAL		138,81		85,11		53,70
B2-SERVIÇO PÚBLICO DE IRRIGAÇÃO		166,78		102,26		64,52
B3-DEMAIS CLASSES		289,36		177,42		111,94
B4-ILUMINAÇÃO PÚBLICA:						
B4a - Rede de Distribuição		149,02		91,37		57,65
B4b - Bulbo da Lâmpada		163,62		100,32		63,30

TARIFA HORO-SAZONAL AZUL	QUADRO B					
	TUSD + TE		TUSD		TE	
	DEMANDA (R$/kW)		DEMANDA (R$/kW)		DEMANDA (R$/kW)	
SUBGRUPO	PONTA	F. PONTA	PONTA	F. PONTA	PON-TA	F. PON-TA
A1 (230 kV ou mais) - Gerdau Aços Longos, WHB Fundição S.A, Peroxidos do Brasil Ltda	6,20	0,00	6,20	0,00	0,00	0,00
A2 (88 a 138 kV)	19,56	2,79	19,56	2,79	0,00	0,00
A3 (69 kV)	19,84	3,38	19,84	3,38	0,00	0,00
A3a (30 a 44 kV)	27,37	6,61	27,37	6,61	0,00	0,00
A4 (2,3 a 25 kV)	34,14	8,84	34,14	8,84	0,00	0,00
AS (Subterrâneo)	35,72	9,25	35,72	9,25	0,00	0,00

TARIFA HORO-SA-ZONAL AZUL	QUADRO C											
	TUSD + TE				TUSD				TE			
	ENERGIA (R$/MWh)				ENERGIA (R$/MWh)				ENERGIA (R$/MWh)			
	PONTA		F. PONTA		PONTA		F. PONTA		PONTA		F. PONTA	
SUBGRUPO	SECA	ÚMIDA	SECA	ÚMIDA	SECA	ÚMIDA	SECA	ÚMIDA	SE-CA	ÚMI-DA	SE-CA	ÚMI-DA
A1 (230 kV ou mais)	233,86	212,25	148,76	136,22	31,13	31,13	31,13	31,13	202,73	181,12	117,63	105,09
A2 (88 a 138 kV)	233,86	212,25	148,76	136,22	31,13	31,13	31,13	31,13	202,73	181,12	117,63	105,09
A3 (69 kV)	233,86	212,25	148,76	136,22	31,13	31,13	31,13	31,13	202,73	181,12	117,63	105,09
A3a (30 a 44 kV)	233,86	212,25	148,76	136,22	31,13	31,13	31,13	31,13	202,73	181,12	117,63	105,09
A4 (2,3 a 25 kV)	233,86	212,25	148,76	136,22	31,13	31,13	31,13	31,13	202,73	181,12	117,63	105,09
AS (Subterrâneo)	233,86	212,25	148,76	136,22	31,13	31,13	31,13	31,13	202,73	181,12	117,63	105,09

TARIFA HORO-SAZONAL VERDE	QUADRO E		
	TUSD + TE	TUSD	TE
SUBGRUPO	DEMANDA (R$/kW)	DEMANDA (R$/kW)	DEMANDA (R$/kW)
A3a (30 a 44 kV)	6,61	6,61	0,00
A4 (2,3 a 25 kV)	8,84	8,84	0,00
AS (Subterrâneo)	9,25	9,25	0,00

TARIFA HORO-SAZONAL VERDE	QUADRO F											
	TUSD + TE				TUSD				TE			
	ENERGIA (R$/MWh)				ENERGIA (R$/MWh)				ENERGIA (R$/MWh)			
	PONTA		F. PONTA		PONTA		F. PONTA		PONTA		F. PONTA	
SUBGRUPO	SECA	ÚMIDA	SECA	ÚMIDA	SE-CA	ÚMI-DA	SE-CA	ÚMI-DA	SE-CA	ÚMI-DA	SE-CA	ÚMI-DA
A3a (30 a 44 kV)	869,37	847,76	148,76	136,22	666,64	666,64	31,13	31,13	202,73	181,12	117,63	105,09
A4 (2,3 a 25 kV)	1.026,52	1.004,91	148,76	136,22	823,79	823,79	31,13	31,13	202,73	181,12	117,63	105,09
AS (Subterrâneo)	1.063,34	1.041,73	148,76	136,22	860,61	860,61	31,13	31,13	202,73	181,12	117,63	105,09

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

DESCONTOS PERCENTUAIS	QUADRO J	
UNIDADE CONSUMIDORA	DEMANDA	ENERGIA
RURAL - GRUPO A	10	10
AGUA, ESGOTO E SANEAMENTO - GRUPO A	15	15
AGUA, ESGOTO E SANEAMENTO - GRUPO B	-	15

TARIFA DE COOPERATIVAS DE ELETRIFICAÇÃO RURAL CONVENCIONAL		
SUBGRUPO	DEMANDA	ENERGIA
	(R$/kW)	(R$/MWh)
A3a (30 a 44 kV)	6,02	88,55
A4 (2,3 a 25 kV)	6,26	91,81

TARIFA DE COOPERATIVAS DE ELETRIFICAÇÃO RURAL HORO-SAZONAL VERDE	
SEGMENTO HORÁRIO	DEMANDA
SUBGRUPO	(R$/kW)
A3a (30 a 44 kV)	5,32
A4 (2,3 a 25kV)	5,53

TARIFA DE COOPERATIVAS DE ELETRIFICAÇÃO RURAL HORO-SAZONAL VERDE				
SEGMENTO HORÁRIO	ENERGIA (R$/MWh)			
SUBGRUPO	PONTA		F. PONTA	
	SECA	ÚMIDA	SECA	ÚMIDA
A3a (30 a 44 kV)	474,34	466,57	49,85	44,06
A4 (2,3 a 25 kV)	491,77	483,73	51,66	45,66

TUSD - CONSUMIDORES LIVRES	ANEXO II-A	
	QUADRO L	
	TUSD	
	DEMANDA (R$/kW)	
SUBGRUPO	PONTA	F. PONTA
A1 (230 kV ou mais) - Cimento Rio Branco S.A.	6,34	0,00
A1 (230 kV ou mais) - Petrobras	6,15	0,00
A2 (88 a 138 kV)	19,73	2,84
A3 (69 kV)	20,01	3,44
A3a (30 a 44 kV)	27,73	6,75
A4 (2,3 a 25 kV)	34,67	9,04

TUSD - CONSUMIDORES LIVRES	QUADRO M	
	TUSD	
	ENCARGOS (R$/MWh)	
SUBGRUPO	PONTA	F. PONTA
A1 (230 kV ou mais)	31,99	31,99
A2 (88 a 138 kV)	31,99	31,99
A3 (69 kV)	31,99	31,99
A3a (30 a 44 kV)	31,99	31,99
A4 (2,3 a 25 kV)	31,99	31,99

TUSD - CONCESSIONÁRIAS DE SERVIÇO PÚBLICO DE ENERGIA ELÉTRICA	QUADRO N	
	TUSD	
	DEMANDA (R$/kW)	
SUBGRUPO	PONTA	F. PONTA
A3a (30 a 44 kV)	26,86	6,54

TUSD - APE e PIE	QUADRO T	
Em atendimento aos arts. 19 e 20 da Resolução Normativa ANEEL n° 166/2005.	TUSD	
	ENCARGOS (R$/MWh)	
SUBGRUPO	PONTA	F. PONTA
A2 (88 a 138 kV)	0,91	0,91
A3 (69 kV)	0,91	0,91
A3a (30 a 44 kV)	0,91	0,91
A4 (2,3 a 25 kV)	0,91	0,91

TUSD - CONSUMIDORES LIVRES - Aplicação de desconto previsto nas Resoluções nº 77, de 18 de agosto de 2004, e nº 247, de 21 de dezembro de 2006	QUADRO U			
	TUSD			
	DEMANDA (R$/kW)			
	PONTA		F. PONTA	
SUBGRUPO	Parcela sujeita ao desconto	Parcela não sujeita ao desconto	Parcela sujeita ao desconto	Parcela não sujeita ao desconto
A2 (88 a 138 kV)	19,53	0,20	2,81	0,03
A3 (69 kV)	19,81	0,20	3,41	0,03
A3a (30 a 44 kV)	27,45	0,28	6,68	0,07
A4 (2,3 a 25 kV)	34,32	0,35	8,95	0,09

TUSD - GERAÇÃO	QUADRO V
	TUSDg
SUBGRUPO	DEMANDA (R$/kW)
A2 (88 a 138 kV) - LUDESA	1,98
A2 (88 a 138 kV) - FUNDAO	3,09
A2 (88 a 138 kV) - SANTA CLARA - PR (ELEJOR)	3,14
A2 (88 a 138 kV) - SANTA TEREZINHA	1,66
A2 (88 a 138 kV) - USACIGA	1,90
A2 (88 a 138 kV) - FIGUEIRA	1,56
A2 (88 a 138 kV) - IMPORTACAO ANDE	1,69
A2 (88 a 138 kV) - FOZ DO CHOPIM	2,33
A2 (88 a 138 kV) - ALTO ALEGRE	2,45
A2 (88 a 138 kV) - SANTO INACIO	2,45
A2 (88 a 138 kV) - TEREZINHA PARANACITY	2,49
A2 (88 a 138 kV) - SANTA LUZIA ALTO	0,91
A3 (69 kV)	2,81
A3a (30 a 44 kV)	2,81
A4 (2,3 a 25 kV)	2,81
NOVAS CENTRAIS GERADORAS, EM A2, NÃO CONSIDERADAS NO ANEXO IV DA RES. 845/2009	2,51

TUSD - CONSUMIDORES LIVRES	ANEXO II-B	
	QUADRO L	
	TUSD	
	DEMANDA (R$/kW)	
SUBGRUPO	PONTA	F. PONTA
A1 (230 kV ou mais) - Cimento Rio Branco S.A.	6,36	0,00
A1 (230 kV ou mais) - Petrobras	6,17	0,00
A2 (88 a 138 kV)	19,56	2,79
A3 (69 kV)	19,84	3,38
A3a (30 a 44 kV)	27,37	6,61
A4 (2,3 a 25 kV)	34,14	8,84

TUSD - CONSUMIDORES LIVRES	QUADRO M	
	TUSD	
	ENCARGOS (R$/MWh)	
SUBGRUPO	PONTA	F. PONTA
A1 (230 kV ou mais)	31,13	31,13
A2 (88 a 138 kV)	31,13	31,13
A3 (69 kV)	31,13	31,13
A3a (30 a 44 kV)	31,13	31,13
A4 (2,3 a 25 kV)	31,13	31,13

TUSD - CONCESSIONÁRIAS DE SERVIÇO PUBLICO DE ENERGIA ELETRICA	QUADRO N	
	TUSD	
	DEMANDA (R$/kW)	
SUBGRUPO	PONTA	F. PONTA
A3a (30 a 44 kV)	26,97	6,50

TUSD - APE e PIE	QUADRO T	
Em atendimento aos arts. 19 e 20 da Resolução Normativa ANEEL n° 166/2005.	TUSD	
	ENCARGOS (R$/MWh)	
SUBGRUPO	PONTA	F. PONTA
A2 (88 a 138 kV)	0,33	0,33
A3 (69 kV)	0,33	0,33
A3a (30 a 44 kV)	0,33	0,33
A4 (2,3 a 25 kV)	0,33	0,33

TUSD - CONSUMIDORES LIVRES - Aplicação de desconto previsto nas Resoluções nº 77, de 18 de agosto de 2004, e nº 247, de 21 de dezembro de 2006	QUADRO U			
	TUSD			
	DEMANDA (R$/kW)			
	PONTA		F. PONTA	
SUBGRUPO	Parcela sujeita ao desconto	Parcela não sujeita ao desconto	Parcela sujeita ao desconto	Parcela não sujeita ao desconto
A2 (88 a 138 kV)	19,35	0,21	2,76	0,03
A3 (69 kV)	19,63	0,21	3,34	0,04
A3a (30 a 44 kV)	27,08	0,29	6,54	0,07
A4 (2,3 a 25 kV)	33,78	0,36	8,75	0,09

TUSD - GERAÇÃO	QUADRO V
	TUSDg
SUBGRUPO	DEMANDA (R$/kW)
A2 (88 a 138 kV) - LUDESA	2,00
A2 (88 a 138 kV) - FUNDAO	3,11
A2 (88 a 138 kV) - SANTA CLARA - PR (ELEJOR)	3,16
A2 (88 a 138 kV) - SANTA TEREZINHA	1,67
A2 (88 a 138 kV) - USACIGA	1,92
A2 (88 a 138 kV) - FIGUEIRA	1,57
A2 (88 a 138 kV) - IMPORTACAO ANDE	1,71
A2 (88 a 138 kV) - FOZ DO CHOPIM	2,35
A2 (88 a 138 kV) - ALTO ALEGRE	2,47
A2 (88 a 138 kV) - SANTO INACIO	2,47
A2 (88 a 138 kV) - TEREZINHA PARANACITY	2,51
A2 (88 a 138 kV) - SANTA LUZIA ALTO	2,28
A3 (69 kV)	2,76
A3a (30 a 44 kV)	2,76
A4 (2,3 a 25 kV)	2,76
NOVAS CENTRAIS GERADORAS, EM A2, NÃO CONSIDERADAS NO ANEXO IV DA RES. 845/2009	2,51

ANEXO III-A			
TUSD SUPRIMENTO			
SUBGRUPO	PONTA (R$/kW)	F. PONTA (R$/kW)	PIS/COFINS (%)
A2 (88 a 138 kV)	9,08	0,44	0,62

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

A3a (30 a 44 kV)	10,05	0,92	0,97
A4 (2,3 a 25 kV)	10,88	1,19	1,19
TE (R$/MWh)		109,19	0,10

ANEXO III-B		
TUSD SUPRIMENTO		
SUBGRUPO	PONTA (R$/kW)	F. PONTA (R$/kW)
A2 (88 a 138 kV)	9,41	0,47
A3a (30 a 44 kV)	10,41	0,96
A4 (2,3 a 25 kV)	11,27	1,25
TE (R$/MWh)		114,50

ANEXO III-C Tarifa Cheia (sem desconto no fio B)		
TUSD SUPRIMENTO		
SUBGRUPO	PONTA (R$/kW)	F. PONTA (R$/kW)
A2 (88 a 138 kV)	19,29	2,74
A3a (30 a 44 kV)	26,97	6,50
A4 (2,3 a 25 kV)	33,63	8,70
TE (R$/MWh)		114,50

ANEXO IV-A RECEITA ANUAL REFERENTE ÀS DEMAIS INSTALAÇÕES DE TRANSMISSÃO (DIT)		
Vigente no período de 24 de junho de 2011 a 23 de junho de 2012.		
EMPRESA TRANSMISSORA	INSTALAÇÕES DEDICADAS À	VALORES EM R$
COPEL GT	COPEL	R$ 12.893.032,52
ATE VII	COPEL	R$ 90.573,37

ANEXO IV-B RECEITA ANUAL REFERENTE ÀS DEMAIS INSTALAÇÕES DE TRANSMISSÃO (DIT)		
Vigente a partir de 24 de junho de 2012.		
EMPRESA TRANSMISSORA	INSTALAÇÕES DEDICADAS À	VALORES EM R$
COPEL GT	COPEL	R$ 14.098.849,91
ATE VII	COPEL	R$ 90.573,37

ANEXO V RECEITA ANUAL REFERENTE ÀS INSTALAÇÕES DE CONEXÃO DEDICADAS A CONSUMIDORES CONECTADOS EM NÍVEL DE TENSÃO A1		
Vigente no período de 24 de junho de 2011 a 23 de junho de 2012.		
INSTALAÇÕES DEDICADAS À	VALOR ANUAL EM R$	VALOR MENSAL EM R$
CIMENTO RIO BRANCO	1.262.344,20	105.195,35
PETROBRÁS	393.638,47	32.803,21
GERDAU AÇOS LONGOS	623.526,27	51.960,52
WHB FUNDIÇÃO	131.597,63	10.966,47
PERÓXIDOS DO BRASIL	53.145,19	4.428,77

ANEXO VI TAXA DE FISCALIZAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENERGIA ELÉTRICA - TFSEE VALORES NO PERÍODO DE JUNHO DE 2011 A MAIO DE 2012		
CONCESSIONÁRIA	TFSEE ANUAL - EM R$	TFSEE MENSAL - EM R$
COPEL	R$ 12.861.711,98	R$ 1.071.809,33

ANEXO VII COBERTURA TARIFÁRIA DA QUOTA ANUAL DA CCC E DO ESS/EER PARA 2011		
CONCESSIONÁRIA	CCC 2011	ESS/EER 2011
COPEL	R$ 361.846.950,00	R$ 71.666.939,60

RESOLUÇÃO HOMOLOGATÓRIA Nº 1.159, DE 21 DE JUNHO DE 2011

Homologa as tarifas de fornecimento de energia elétrica e as Tarifas de Uso dos Sistemas de Distribuição - TUSD, estabelece a receita anual das instalações de conexão e fixa o valor anual da Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica - TFSEE, referentes à Companhia Campolarguense de Energia - COCEL.

O DIRETOR-GERAL SUBSTITUTO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, conforme Portaria n. 1.681, de 25 de janeiro de 2011, no uso de suas atribuições regimentais, de acordo com deliberação da Diretoria, tendo em vista o disposto no art. 3º da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, com redação dada pelo art. 9º da Lei nº 10.848, de 15 de março de 2004, na Cláusula Sétima do Contrato de Concessão de Distribuição nº 27/1998, com a redação dada pelos seus Primeiro e Segundo Termos Aditivos, e com base nos autos do Processo n° 48500.005683/2010-67, resolve:

Art. 1° Homologar o resultado do reajuste tarifário anual de 2011 da COCEL, a ser aplicado de acordo com as condições estabelecidas nesta Resolução.

Art. 2° As tarifas da COCEL ficam, em média, reajustadas em 5,06% (cinco vírgula zero seis por cento), sendo 4,58% (quatro vírgula cinquenta e oito por cento) relativos ao reajuste tarifário anual econômico e 0,48% (zero vírgula quarenta e oito por cento) referentes aos componentes financeiros pertinentes, correspondendo a um efeito médio de 2,34% (dois vírgula trinta e quatro por cento) a ser percebido pelos consumidores cativos.

Art. 3° As tarifas constantes dos Anexos I estarão em vigor no período de 24 de junho de 2011 a 23 de junho de 2012, e contemplam o respectivo reajuste tarifário anual e os componentes financeiros externos ao reajuste:

Art. 4° As tarifas constantes do Anexo II, que contemplam somente o reajuste tarifário anual econômico, estarão em vigor a partir de 24 de junho de 2012 e deverão constituir a base de cálculos tarifários subseqüentes.

Art. 5° Fixar as Tarifas de Uso dos Sistemas de Distribuição - TUSD da COCEL, constantes dos Anexos II-A e II-B, conforme as especificações a seguir:

I - as tarifas constantes do Anexo II-A estarão em vigor no período de 24 de junho de 2011 a 23 de junho de 2012; e

II - as tarifas constantes do Anexo II-B estarão em vigor a partir de 24 de junho de 2012 e deverão constituir a base de cálculos tarifários subseqüentes.

Parágrafo único. Para o cálculo das TUSD aplicáveis aos consumidores que assinaram CCEI - Contrato de Compra de Energia Incentivada, de acordo com a Resolução Normativa n° 247, de 21 de dezembro de 2006, aplicar-se-á o desconto divulgado mensalmente pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE para cada consumidor sobre a parcela da TUSD sujeita a desconto, devendo o resultado ser somado à parcela da TUSD não sujeita a desconto, especificada no quadro U desta Resolução.

Art. 6° Fixar o valor anual da Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica - TFSEE da COCEL, referente ao período de junho de 2011 a maio de 2012, conforme o Anexo III desta Resolução.

Art. 7° Estabelecer a previsão de quota anual da Conta de Consumo de Combustíveis Fósseis dos Sistemas Isolados - CCC-ISOL da COCEL para 2011, conforme discriminado no Anexo IV desta Resolução.

Art. 8º Fica autorizada a inclusão, no valor total a ser pago pelo consumidor, das despesas do PIS/PASEP e da COFINS efetivamente incorridas pela Concessionária, no exercício da atividade de distribuição de energia elétrica.

Parágrafo único. Em função de eventual variação mensal da alíquota efetiva do PIS/PASEP e da COFINS, bem como da defasagem entre o valor pago e o correspondente valor repassado para o consumidor, a COCEL poderá compensar essas eventuais diferenças no mês subseqüente.

Art. 9º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ROMEU DONIZETE RUFINO

ANEXO I

COCEL

TARIFA CONVENCIONAL	QUADRO A					
	TUSD + TE		TUSD		TE	
SUBGRUPO	DEMANDA (R$/kW)	ENERGIA (R$/MWh)	DEMANDA (R$/kW)	ENERGIA (R$/MWh)	DEMANDA (R$/kW)	ENERGIA (R$/MWh)
A3a (30 kV a 44 kV)	26,88	146,71	26,88	29,72		116,99
A4 (2,3kV a 25 kV)	34,07	146,71	34,07	29,72		116,99
B1-RESIDENCIAL:		341,07		224,08		116,99
B1-RESIDENCIAL BAIXA RENDA:						
Consumo mensal inferior ou igual a 30 kWh		112,57		71,63		40,94
Consumo mensal superior a 30 kWh e inferior ou igual a 100 kWh		193,01		122,81		70,20
Consumo mensal superior a 100 kWh e inferior ou igual a 220 kWh		289,52		184,22		105,30
Consumo mensal superior a 220 kWh		321,67		204,68		116,99
B2-RURAL		178,61		117,34		61,27
B2-COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO RURAL		127,74		83,92		43,82
B2-SERVIÇO PÚBLICO DE IRRIGAÇÃO		164,21		107,88		56,33
B3-DEMAIS CLASSES		284,87		187,16		97,71
B4-ILUMINAÇÃO PÚBLICA:						
B4a - Rede de Distribuição		146,78		96,43		50,35
B4b - Bulbo da Lâmpada		161,12		105,86		55,26

TARIFA HORO-SAZONAL AZUL	QUADRO B					
	TUSD + TE		TUSD		TE	
	DEMANDA (R$/kW)		DEMANDA (R$/kW)		DEMANDA (R$/kW)	
SUBGRUPO	PONTA	F. PONTA	PONTA	F. PONTA	PONTA	F. PONTA
A3a (30 a 44 kV)	28,63	6,26	28,63	6,26	0,00	0,00
A4 (2,3 a 25 kV)	35,48	8,52	35,48	8,52	0,00	0,00

TARIFA HORO-SAZONAL AZUL	QUADRO C											
	TUSD + TE				TUSD				TE			
	ENERGIA (R$/MWh)				ENERGIA (R$/MWh)				ENERGIA (R$/MWh)			
	PONTA		F. PONTA		PONTA		F. PONTA		PONTA		F. PONTA	
SUBGRUPO	SECA	ÚMIDA	SECA	ÚMIDA	SECA	ÚMIDA	SECA	ÚMIDA	SECA	ÚMIDA	SECA	ÚMIDA
A3a (30 a 44 kV)	227,85	206,73	144,68	132,42	29,72	29,72	29,72	29,72	198,13	177,01	114,96	102,70
A4 (2,3 a 25 kV)	227,85	206,73	144,68	132,42	29,72	29,72	29,72	29,72	198,13	177,01	114,96	102,70

TARIFA HORO-SAZONAL VERDE	QUADRO E		
	TUSD + TE	TUSD	TE
SUBGRUPO	DEMANDA (R$/kW)	DEMANDA (R$/kW)	DEMANDA (R$/kW)
A3a (30 a 44 kV)	6,26	6,26	0,00
A4 (2,3 a 25 kV)	8,52	8,52	0,00

TARIFA HORO-SAZONAL VERDE	QUADRO F											
	TUSD + TE				TUSD				TE			
	ENERGIA (R$/MWh)				ENERGIA (R$/MWh)				ENERGIA (R$/MWh)			
	PONTA		F. PONTA		PONTA		F. PONTA		PONTA		F. PONTA	
SUBGRUPO	SECA	ÚMIDA	SECA	ÚMIDA	SECA	ÚMIDA	SECA	ÚMIDA	SECA	ÚMIDA	SECA	ÚMIDA
A3a (30 a 44 kV)	892,68	871,56	144,68	132,42	694,55	694,55	29,72	29,72	198,13	177,01	114,96	102,70
A4 (2,3 a 25 kV)	1.051,70	1.030,58	144,68	132,42	853,57	853,57	29,72	29,72	198,13	177,01	114,96	102,70

DESCONTOS PERCENTUAIS	QUADRO J	
UNIDADE CONSUMIDORA	DEMANDA	ENERGIA
RURAL - GRUPO A	10	10
AGUA, ESGOTO E SANEAMENTO - GRUPO A	15	15
AGUA, ESGOTO E SANEAMENTO - GRUPO B	-	15

SERVIÇOS COBRÁVEIS	Grupo B (R$)			Grupo A (R$)
(arts. 102, 103 e 131 da REN 414/2010)	Monofásico	Bifásico	Trifásico	
I - Vistoria de unidade consumidora	4,47	6,40	12,80	38,43
II - Aferição de medidor	5,76	9,60	12,80	64,06

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

III - Verificação de nível de tensão	5,76	9,60	11,52	64,06
IV - Religação normal	5,11	7,03	21,12	64,06
V - Religação de urgência	25,61	38,43	64,06	128,11
VI - Segunda via de fatura	1,91	1,91	1,91	3,83
VII - Segunda via declaração de quitação anual de débitos	1,87	1,87	1,87	3,76
VIII - Disponibilização dados de medição (memória de massa)	4,38	6,27	12,54	37,66
IX - Desligamento ou Religação programada	25,10	37,66	62,77	125,55
X - Fornecimento pulsos potência e sincronismo	4,38	6,27	12,54	37,66
XI - Comissionamento de obra	13,14	18,81	37,62	112,97
XII - Remoção de poste	(*)	(*)	(*)	(*)
XIII - Remoção de rede	(*)	(*)	(*)	(*)
XIV - Visita técnica	4,38	6,27	12,54	37,66
XV - Custo administrativo de inspeção	72,12	108,18	180,36	2.404,60
(*) Objeto de orçamento específico (art. 103 da REN nº 414/2010)				

PARÂMETROS PARA CÁLCULO DO ERD (RESOLUÇÃO NORMATIVA nº 414/2010)						
(SUB)GRUPO TARIFÁRIO	BT	B2rur	B2irr	B3	A4	A3a
K	220,75	115,59	106,29	184,37	149,66	109,27
TUSD FIO - FORA PONTA (R$/kW)	9,47	4,96	4,56	7,91	6,42	4,69
WACC (%)	9,95%					
Carga Tributária	34,00					
PARCELA B (R$)	14.938.562,33					
TAXA DE DEPRECIAÇÃO - D (%)	4,78%					
OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO - O&M (R$)	10.319.056,88					

ANEXO II

COCEL

TARIFA CONVENCIONAL	QUADRO A					
	TUSD + TE		TUSD		TE	
SUBGRUPO	DEMANDA (R$/kW)	ENERGIA (R$/MWh)	DEMANDA (R$/kW)	ENERGIA (R$/MWh)	DEMANDA (R$/kW)	ENERGIA (R$/MWh)
A3a (30 kV a 44 kV)	26,68	146,34	26,68	30,79		115,55
A4 (2,3kV a 25 kV)	33,82	146,34	33,82	30,79		115,55
B1-RESIDENCIAL:		339,29		223,74		115,55
B1-RESIDENCIAL BAIXA RENDA:						
Consumo mensal inferior ou igual a 30 kWh		111,58		71,14		40,44
Consumo mensal superior a 30 kWh e inferior ou igual a 100 kWh		191,29		121,96		69,33
Consumo mensal superior a 100 kWh e inferior ou igual a 220 kWh		286,95		182,95		104,00
Consumo mensal superior a 220 kWh		318,82		203,27		115,55
B2-RURAL		177,67		117,16		60,51
B2-COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO RURAL		127,07		83,79		43,28
B2-SERVIÇO PÚBLICO DE IRRIGAÇÃO		163,36		107,72		55,64
B3-DEMAIS CLASSES		283,38		186,87		96,51
B4-ILUMINAÇÃO PÚBLICA:						
B4a - Rede de Distribuição		146,01		96,28		49,73
B4b - Bulbo da Lâmpada		160,28		105,70		54,58

TARIFA HORO-SAZONAL AZUL	QUADRO B					
	TUSD + TE		TUSD		TE	
	DEMANDA (R$/kW)		DEMANDA (R$/kW)		DEMANDA (R$/kW)	
SUBGRUPO	PONTA	F. PONTA	PONTA	F. PONTA	PONTA	F. PONTA
A3a (30 a 44 kV)	28,43	6,22	28,43	6,22	0,00	0,00
A4 (2,3 a 25 kV)	35,23	8,46	35,23	8,46	0,00	0,00

TARIFA HORO-SAZONAL AZUL	QUADRO C											
	TUSD + TE				TUSD				TE			
	ENERGIA (R$/MWh)				ENERGIA (R$/MWh)				ENERGIA (R$/MWh)			
	PONTA		F. PONTA		PONTA		F. PONTA		PONTA		F. PONTA	
SUBGRUPO	SECA	ÚMIDA	SECA	ÚMIDA	SECA	ÚMIDA	SECA	ÚMIDA	SECA	ÚMIDA	SECA	ÚMIDA
A3a (30 a 44 kV)	226,48	205,62	144,33	132,23	30,79	30,79	30,79	30,79	195,69	174,83	113,54	101,44
A4 (2,3 a 25 kV)	226,48	205,62	144,33	132,23	30,79	30,79	30,79	30,79	195,69	174,83	113,54	101,44

TARIFA HORO-SAZONAL VERDE	QUADRO E		
	TUSD + TE	TUSD	TE
SUBGRUPO	DEMANDA (R$/kW)	DEMANDA (R$/kW)	DEMANDA (R$/kW)
A3a (30 a 44 kV)	6,22	6,22	0,00
A4 (2,3 a 25 kV)	8,46	8,46	0,00

TARIFA HORO-SAZONAL VERDE	QUADRO F											
	TUSD + TE				TUSD				TE			
	ENERGIA (R$/MWh)				ENERGIA (R$/MWh)				ENERGIA (R$/MWh)			
	PONTA		F. PONTA		PONTA		F. PONTA		PONTA		F. PONTA	
SUBGRUPO	SECA	ÚMIDA	SECA	ÚMIDA	SECA	ÚMIDA	SECA	ÚMIDA	SECA	ÚMIDA	SECA	ÚMIDA
A3a (30 a 44 kV)	886,60	865,74	144,33	132,23	690,91	690,91	30,79	30,79	195,69	174,83	113,54	101,44
A4 (2,3 a 25 kV)	1.044,45	1.023,59	144,33	132,23	848,76	848,76	30,79	30,79	195,69	174,83	113,54	101,44

DESCONTOS PERCENTUAIS	QUADRO J	
UNIDADE CONSUMIDORA	DEMANDA	ENERGIA
RURAL - GRUPO A	10	10
AGUA, ESGOTO E SANEAMENTO - GRUPO A	15	15
AGUA, ESGOTO E SANEAMENTO - GRUPO B	-	15

ANEXO II-A

TUSD - CONSUMIDORES LIVRES	QUADRO L	
	TUSD	
	DEMANDA (R$/kW)	
SUBGRUPO	PONTA	F. PONTA
A3a (30 a 44 kV)	28,63	6,26
A4 (2,3 a 25 kV)	35,48	8,52

TUSD - CONSUMIDORES LIVRES	QUADRO M	
	TUSD	
	ENCARGOS (R$/MWh)	
SUBGRUPO	PONTA	F. PONTA
A3a (30 a 44 kV)	29,72	29,72
A4 (2,3 a 25 kV)	29,72	29,72

TUSD - APE e PIE	QUADRO T	
Em atendimento aos arts. 19 e 20 da Resolução Normativa ANEEL n° 166/2005.	TUSD	
	ENCARGOS (R$/MWh)	
SUBGRUPO	PONTA	F. PONTA
A3a (30 a 44 kV)	0,23	0,23
A4 (2,3 a 25 kV)	0,23	0,23

TUSD - CONSUMIDORES LIVRES - Aplicação de desconto previsto nas Resoluções nº 77, de 18 de agosto de 2004, e nº 247, de 21 de dezembro de 2006	QUADRO U			
	TUSD			
	DEMANDA (R$/kW)			
	PONTA		F. PONTA	
SUBGRUPO	Parcela sujeita ao desconto	Parcela não sujeita ao desconto	Parcela sujeita ao desconto	Parcela não sujeita ao desconto
A3a (30 a 44 kV)	28,60	0,03	6,25	0,01
A4 (2,3 a 25 kV)	35,45	0,03	8,51	0,01

ANEXO II-B

TUSD - CONSUMIDORES LIVRES	QUADRO L	
	TUSD	
	DEMANDA (R$/kW)	
SUBGRUPO	PONTA	F. PONTA
A3a (30 a 44 kV)	28,43	6,22
A4 (2,3 a 25 kV)	35,23	8,46

TUSD - CONSUMIDORES LIVRES	QUADRO M	
	TUSD	
	ENCARGOS (R$/MWh)	
SUBGRUPO	PONTA	F. PONTA
A3a (30 a 44 kV)	30,79	30,79
A4 (2,3 a 25 kV)	30,79	30,79

TUSD - APE e PIE	QUADRO T	
Em atendimento aos arts. 19 e 20 da Resolução Normativa ANEEL n° 166/2005.	TUSD	
	ENCARGOS (R$/MWh)	
SUBGRUPO	PONTA	F. PONTA
A3a (30 a 44 kV)	0,03	0,03
A4 (2,3 a 25 kV)	0,03	0,03

TUSD - CONSUMIDORES LIVRES - Aplicação de desconto previsto nas Resoluções nº 77, de 18 de agosto de 2004, e nº 247, de 21 de dezembro de 2006	QUADRO U			
	TUSD			
	DEMANDA (R$/kW)			
	PONTA		F. PONTA	
SUBGRUPO	Parcela sujeita ao desconto	Parcela não sujeita ao desconto	Parcela sujeita ao desconto	Parcela não sujeita ao desconto
A3a (30 a 44 kV)	28,40	0,03	6,21	0,01
A4 (2,3 a 25 kV)	35,20	0,03	8,45	0,01

ANEXO III
TAXA DE FISCALIZAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENERGIA ELÉTRICA - TFSEE
VALORES NO PERÍODO DE JUNHO DE 2011 A MAIO DE 2012

CONCESSIONÁRIA	TFSEE ANUAL - EM R$	TFSEE MENSAL - EM R$
COCEL	R$ 126.593,20	R$ 10.549,43

ANEXO IV
PREVISÃO DA QUOTA ANUAL DA CCC PARA 2011

CONCESSIONÁRIA	CCC 2011
COCEL	R$ 3.823.980,00

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

DESPACHO DO DIRETOR-GERAL
Em 21 de junho de 2011

Nº 2.528 - O DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, com base no disposto no § 2º do art. 4º da Lei n. 12.111/2009, no art. 20 da Lei n. 10.848/2004, nos §§ 5º e 7º do art. 4º da Lei n. 9.074/1995, com a redação dada pela Lei n. 10.848/2004, no art. 70 do Decreto n. 5.163/2004, no Contrato de Concessão de Distribuição n. 05/2001, e considerando o que consta do Processo n. 48500.006645/2010-21, resolve prorrogar o prazo para implementação da segregação das atividades da empresa Centrais Elétricas de Rondônia S/A - CERON em 18 (dezoito) meses, a qual deve ser concluída até o dia 22 de outubro de 2012.

NELSON JOSÉ HÜBNER MOREIRA

SUPERINTENDÊNCIA DE CONCESSÕES E AUTORIZAÇÕES DE GERAÇÃO

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
Em 22 de junho de 2011

Nº 2.640 - O SUPERINTENDENTE DE CONCESSÕES E AUTORIZAÇÕES DE GERAÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, de acordo com a delegação de competências estabelecidas pela Resolução Autorizativa n° 251, de 27 de junho de 2005, considerando o disposto na Resolução Normativa n°. 391, de 15 de dezembro de 2009, no Despacho nº 86, de 12 de janeiro de 2011 e o que consta do Processo nº. 48500.007061/2010-73, resolve: I - alterar, a pedido da empresa Chuí Energia Eólica Ltda, a localização da EOL Chuí V do município de Santa Vitória do Palmar para Chuí, ambos localizados no Estado do Rio Grande do Sul; II - alterar a potência instalada da EOL Chuí V de 32.000 kW para 30.000 kW, conforme consta na correspondência protocolada sob o nº 48513.018627/2011-00.

Nº 2.641 - O SUPERINTENDENTE DE CONCESSÕES E AUTORIZAÇÕES DE GERAÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, de acordo com a delegação de competências estabelecidas pela Resolução Autorizativa n° 251, de 27 de junho de 2005, considerando o disposto na Resolução Normativa n°. 391, de 15 de dezembro de 2009, no Despacho nº 87, de 12 de janeiro de 2011 e o que consta do Processo nº. 48500.007062/2010-18, resolve alterar, a pedido da empresa Chuí Energia Eólica Ltda, a localização da EOL Chuí IV do município de Santa Vitória do Palmar para Chuí, ambos localizados no Estado do Rio Grande do Sul, conforme consta na correspondência protocolada sob o nº 48513.018627/2011-00.

Nº 2.642 - O SUPERINTENDENTE DE CONCESSÕES E AUTORIZAÇÕES DE GERAÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, de acordo com a delegação de competências estabelecidas pela Resolução Autorizativa n° 251, de 27 de junho de 2005, considerando o disposto na Resolução Normativa n°. 391, de 15 de dezembro de 2009, no Despacho nº 83, de 12 de janeiro de 2011 e o que consta do Processo nº. 48500.007063/2010-62, resolve alterar, a pedido da empresa Chuí Energia Eólica Ltda, a localização da EOL Chuí III do município de Santa Vitória do Palmar para Chuí, ambos localizados no Estado do Rio Grande do Sul, conforme consta na correspondência protocolada sob o nº 48513.018627/2011-00.

Nº 2.643 - O SUPERINTENDENTE DE CONCESSÕES E AUTORIZAÇÕES DE GERAÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, de acordo com a delegação de competências estabelecidas pela Resolução Autorizativa n° 251, de 27 de junho de 2005, considerando o disposto na Resolução Normativa n°. 391, de 15 de dezembro de 2009, no Despacho nº 82, de 12 de janeiro de 2011 e o que consta do Processo nº. 48500.007064/2010-15, resolve alterar, a pedido da empresa Chuí Energia Eólica Ltda, a localização da EOL Chuí II do município de Santa Vitória do Palmar para Chuí, ambos localizados no Estado do Rio Grande do Sul, conforme consta na correspondência protocolada sob o nº 48513.018627/2011-00.

Nº 2.644 - O SUPERINTENDENTE DE CONCESSÕES E AUTORIZAÇÕES DE GERAÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, de acordo com a delegação de competências estabelecidas pela Resolução Autorizativa n° 251, de 27 de junho de 2005, considerando o disposto na Resolução Normativa n°. 391, de 15 de dezembro de 2009, no Despacho nº 58, de 10 de janeiro de 2011 e o que consta do Processo nº. 48500.007059/2010-02, resolve alterar, a pedido da empresa Minuano Energia Eólica Ltda, a localização da EOL Minuano II do município de Santa Vitória do Palmar para Chuí, ambos localizados no Estado do Rio Grande do Sul, conforme consta na correspondência protocolada sob o nº 48513.018626/2011-00.

Nº 2.645 - O SUPERINTENDENTE DE CONCESSÕES E AUTORIZAÇÕES DE GERAÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, de acordo com a delegação de competências estabelecidas pela Resolução Autorizativa n° 251, de 27 de junho de 2005, considerando o disposto na Resolução Normativa n°. 391, de 15 de dezembro de 2009, no Despacho nº 85, de 12 de janeiro de 2011 e o que consta do Processo nº. 48500.007065/2010-51, resolve alterar, a pedido da empresa Chuí Energia Eólica Ltda, a localização da EOL Chuí I do município de Santa Vitória do Palmar para Chuí, ambos localizados no Estado do Rio Grande do Sul, conforme consta na correspondência protocolada sob o nº 48513.018627/2011-00.

Nº 2.646 - O SUPERINTENDENTE DE CONCESSÕES E AUTORIZAÇÕES DE GERAÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, de acordo com a delegação de competências estabelecidas pela Resolução Autorizativa n° 251, de 27 de junho de 2005, considerando o disposto na Resolução Normativa n°. 391, de 15 de dezembro de 2009, no Despacho nº 57, de 10 de janeiro de 2011 e o que consta do Processo nº. 48500.007060/2010-29, resolve alterar, a pedido da empresa Minuano Energia Eólica Ltda, a localização da EOL Minuano I do município de Santa Vitória do Palmar para Chuí, ambos localizados no Estado do Rio Grande do Sul, conforme consta na correspondência protocolada sob o nº 48513.018626/2011-00.

Nº 2.647 - O Superintendente de Concessões e Autorizações de Geração da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, de acordo com a delegação de competências estabelecidas pela Resolução Autorizativa n° 251, de 27 de junho de 2005, considerando que foram atendidos os requisitos para a alteração da razão social e tendo em vista o que consta do Processo nº. 48500.001122/2001-17, resolve: I - Registrar a alteração da razão social da empresa Irmãos Biagi Açúcar e Álcool S.A. para Pedra Agroindustrial S.A., inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 71.304.687/0019-26, detentora de autorização para explorar a Usina Termelétrica Ibirá, objeto da Resolução nº. 359, de 27 de agosto de 2001.

Nº 2.648 - O Superintendente de Concessões e Autorizações de Geração da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, de acordo com a delegação de competências estabelecidas pela Resolução Autorizativa n° 251, de 27 de junho de 2005, considerando que foram atendidos os requisitos para a alteração da razão social e tendo em vista o que consta dos Processos nº. 48100.000618/1994-68, 48100.000673/1994-76, 48100.001724/1997-93, resolve: I - Registrar a alteração da razão social da empresa Santelisa Vale Bioenergia S.A. para LDC-SEV Bioenergia S.A., inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 49.213.747/0118-28, detentora de autorização para explorar as Usinas Termelétricas Santa Elisa Unidade I, MB e Vale do Rosário, objeto das Resoluções nº. 271, de 17 de julho de 2001, 496, de 04 de setembro de 2002 e 384, de 10 de novembro de 2004, respectivamente.

HÉLVIO NEVES GUERRA

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS DO MERCADO

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
Em 22 de junho de 2011

Nº 2.649 - O SUPERINTENDENTE DE ESTUDOS DO MERCADO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, e o que consta do Processo nº 48500.002466/2011-04, resolve conhecer e, no mérito, negar provimento aos pleitos da Usina Termelétrica de Anápolis Ltda - UTE DAIA, apresentados por meio da CE Nº 049/2011, decidindo-se por não conceder o adiamento de aporte de garantias financeiras e liquidação de valores devidos em decorrência dos contratos previstos nos CCEAR - Disponibilidade celebrados por ela no âmbito do 1º Leilão de Energia Nova (Edital de Leilão nº 002/2005-ANEEL), e não conceder o cancelamento as penalidades aplicadas decorrentes dos Contratos supracitados.

FREDERICO RODRIGUES

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE GERAÇÃO

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
Em 22 de junho de 2011

Nº 2.650 - O SUPERINTENDENTE DE FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE GERAÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das atribuições conferidas pela Resolução ANEEL nº 433, de 26 de agosto de 2003, em conformidade com o que estabelece a supracitada Resolução, e considerando o que consta do Processo 48500.000313/2003-33, resolve: I - Liberar as unidades geradoras UG1, UG2 e UG3 com 5.333 kW de potência cada, totalizando 16.000 kW de potência instalada, da PCH Sapezal, localizada nos Municípios de Campos de Júlio e Sapezal, Estado de Mato Grosso, de titularidade da empresa Sapezal Energia S.A., cujo objeto foi autorizado nos termos da Resolução nº 726, de 18 de dezembro de 2002, para início da operação comercial a partir do dia 23 de junho de 2011.

Nº 2.651 - O SUPERINTENDENTE DE FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE GERAÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das atribuições conferidas pela Resolução ANEEL nº 433, de 26 de agosto de 2003, em conformidade com o que estabelece a supracitada Resolução, e considerando o que consta do Processo 48500.000317/2003-94, resolve: I - Liberar as unidades geradoras UG1, UG2 e UG3 com 10.000 kW de potência cada, totalizando 30.000 kW de potência instalada, da PCH Telegráfica, localizada nos Municípios de Campos de Júlio e Sapezal, Estado de Mato Grosso, de titularidade da empresa Telegráfica Energia S.A., cujo objeto foi autorizado nos termos da Resolução nº 725, de 18 de dezembro de 2002, para início da operação em teste a partir do dia 23 de junho de 2011. II - A solicitação do início da operação comercial somente poderá ser efetuada após a conclusão da operação em teste e, conforme a pertinência de cada caso, a liberação estará condicionada à apresentação dos documentos originais exigidos no art. 5º e dar-se-á nos termos do art. 6º da Resolução ANEEL nº 433, de 26 de agosto de 2003.

Nº 2.652 - O SUPERINTENDENTE DE FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE GERAÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das atribuições conferidas pela Resolução ANEEL nº 433, de 26 de agosto de 2003, em conformidade com o que estabelece a supracitada resolução, e considerando o que consta do Processo nº 48500.005462/2010-99, resolve: I - Liberar as unidades geradoras UG10 a UG12, de 2.000 kW cada, totalizando 6.000 kW, da EOL Cerro Chato III, localizada no Município de Santana do Livramento, Estado do Rio Grande do Sul, de titularidade da empresa Eólica Cerro Chato III S.A., autorizada nos termos da Portaria n° 748, de 24 de agosto de 2010, e que teve alterada as características técnicas, as instalações de interesse restrito e a denominação da usina, nos termos do Despacho ANEEL nº 147, de 20 de janeiro de 2011, para início da operação em teste a partir do dia 23 de junho de 2011; II - A solicitação do início da operação comercial somente poderá ser efetuada após a conclusão da operação em teste e, conforme a pertinência de cada caso, a liberação estará condicionada à apresentação dos documentos originais exigidos no art. 5º e dar-se-á nos termos do art. 6º da Resolução ANEEL nº 433, de 26 de agosto de 2003.

RÔMULO DE VASCONCELOS FEIJÃO

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO ECONÔMICA E FINANCEIRA

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
Em 22 de junho de 2011

Nº 2.639 - O SUPERINTENDENTE DE FISCALIZAÇÃO ECONÔMICA E FINANCEIRA DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das atribuições que lhe foram delegadas pela Portaria nº 1.047, de 9 de setembro de 2008, considerando o disposto na Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, no Decreto nº 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, na Portaria nº 170, de 4 de fevereiro de 1987, no Contrato de Concessão nº 003/2004 e o que consta do Processo nº 48500.005053/2009-59, resolve: I - anuir à minuta do contrato de cessão de uso a título precário e oneroso de imóvel localizado no reservatório da UHE Ilha Solteira a ser celebrado entre a Companhia Energética de São Paulo - CESP (cedente) e a Louis Dreyfus Commodities do Brasil S.A. (cessionária), pelo prazo de 5 anos, no valor de R$ 3.394,40, destinado à implantação de Terminal Portuário; II - estabelecer que é de exclusiva responsabilidade da concessionária a gestão quanto à necessidade e à oportunidade do pleito, observadas as disposições do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE; e III - este despacho entra em vigor na data de sua publicação.

ANTONIO ARAÚJO DA SILVA

SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO E ESTUDOS HIDROENERGÉTICOS

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
Em 21 de junho de 2011

Nº 2.599 - O SUPERINTENDENTE DE GESTÃO E ESTUDOS HIDROENERGÉTICOS DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das atribuições estabelecidas na Portaria nº 1.807, de 10 de maio de 2011, na Resolução nº 395, de 04 de dezembro de 1998 e o que consta do Processo nº 48500.005370/2009-75, resolve: I - Prorrogar para 30/11/2011 o prazo estabelecido no Despacho n° 3.402, de 9 de setembro de 2009 para entrega dos Estudos de Viabilidade da UHE Foz do Xaxim solicitado pelas empresas Estelar Engenheiros Associados Ltda. e Xaxim Energética S.A.

ODENIR JOSÉ DOS REIS

SUPERINTENDÊNCIA DE REGULAÇÃO DA COMERCIALIZAÇÃO DA ELETRICIDADE

RETIFICAÇÃO

No Despacho ANEEL nº 2.509, de 13.06.2011, do Superintendente de Regulação da Comercialização da Eletricidade, publicado no D.O.U. de 14.06.2011, seção 1, p. 58, v. 148, n. 113, onde se lê: "março de 2011", "MARÇO DE 2011" e "MARÇO/11", leia-se, respectivamente: "abril de 2011", "ABRIL DE 2011" e "ABRIL/11"

SUPERINTENDÊNCIA DE REGULAÇÃO DOS SERVIÇOS DE GERAÇÃO

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
Em 22 de junho de 2011

Nº 2.653 - O SUPERINTENDENTE DE REGULAÇÃO DOS SERVIÇOS DE GERAÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das atribuições regimentais, considerando o disposto na Resolução Normativa nº 330, de 26 de agosto de 2008, e na Resolução Autorizativa nº 2.261, de 2 de fevereiro de 2010, e de acordo com o que consta no processo nº 48500.003836/2009-06, resolve autorizar o pagamento, pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, da 2ª parcela do montante relativo ao ressarcimento financeiro à Empresa Metropolitana de Água e Energia - EMAE do custo correspondente à execução de reforço na UHE Henry Borden, no valor de R$ 2.276.371,21 (dois milhões, duzentos e setenta e seis mil, trezentos e setenta e um reais e vinte e um centavos), referido a maio de 2011.

RUI GUILHERME ALTIERI SILVA

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS
DIRETORIA II
SUPERINTENDÊNCIA DE COMERCIALIZAÇÃO
E MOVIMENTAÇÃO DE PETRÓLEO, SEUS DERIVADOS E GÁS NATURAL

AUTORIZAÇÃO Nº 286, DE 22 DE JUNHO DE 2011

O SUPERINTENDENTE DE COMERCIALIZAÇÃO E MOVIMENTAÇÃO DE PETRÓLEO, SEUS DERIVADOS E GÁS NATURAL da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP n.º 206, de 09 de setembro de 2004, tendo em vista o constante do Processo ANP n.º 48610.007395/2010-08, e considerando o atendimento a todas as exigências da Portaria ANP nº 170, de 26 de novembro de 1998, torna público o seguinte ato:

Art. 1º Fica a empresa Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia-Brasil S/A - TBG, CNPJ 01.891.441/0001-93, autorizada a operar o Ponto de Entrega de Gás Natural REPLAN Tipo VI, localizado no km 1.264,5 do Trecho Norte do Gasoduto Bolívia - Brasil, no município de Paulínia, Estado de São Paulo, respeitando as seguintes condições de operação:

		Condições de Entrada	Condições de Saída
Geral	Fluido	Gás Natural	Gás Natural
	Estado Físico	Gás	Gás
Vazão (Nm^3/dia)	Normal	1.800.000	1.800.000
	Máximo	3.600.000	3.600.000
	Mínimo	192.000	192.000
Pressão (kgf/cm^2g)	Normal	75	40
	Máximo	100	50
	Mínimo	55	30
	Projeto	100	50
Temperatura (°C)	Operação	15/48	20
	Projeto	60	50

Art. 2º Esta Autorização terá validade até 30 de maio de 2017, conforme o prazo estabelecido pela Licença de Operação N° 1025/2011, emitida pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, em 30 de maio de 2011.

Art. 3º Esta Autorização será cancelada no caso de não serem mantidas as condições técnicas que a fundamentaram.

Art. 4º Esta Autorização entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CESÁRIO CECCHI

AUTORIZAÇÃO Nº 287, DE 22 DE JUNHO DE 2011

O SUPERINTENDENTE DE COMERCIALIZAÇÃO E MOVIMENTAÇÃO DE PETRÓLEO, SEUS DERIVADOS E GÁS NATURAL da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP n.º 206, de 09 de setembro de 2004, tendo em vista o constante do Processo ANP n.º 48610.012905/2007-55, nos termos do art. 56, da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, e considerando o atendimento a todas as exigências da Portaria ANP nº 170, de 26 de novembro de 1998, torna público o seguinte ato:

Art. 1º Fica a empresa Consórcio de Alumínio do Maranhão - CONSÓRCIO ALUMAR, CNPJ: 00.655.209/0001-93, autorizada a operar as instalações de seu sistema para armazenamento e movimentação de óleo combustível, composto por 1 (um) tanque, além de tubulações, conforme discriminado nas Tabelas a seguir, no Terminal Portuário Privativo do Consórcio de Alumínio do Maranhão - ALUMAR - localizado na BR 135, KM 18, Distrito Industrial de Pedrinhas, Município de São Luis, Estado do Maranhão.

Tabela 1 - Características do tanque de estocagem de óleo - Porto CONSÓRCIO ALUMAR

Tanque	Diâmetro (m)	Altura (m)	Capacidade (l)
125E-TQ-01	40,9	16,8	21.848.914

Tabela 2 - Dados das tubulações do porto até refinaria de bauxita

LINHA	Vazão (m^3/h)	Temperatura de projeto (°C)	Diâmetro Nominal (pol)	Comprimento aproximado (m)	Espessura	Pressão de Projeto (kgf/cm^2)	Isolamento Térmico	Espessura do isolamento (mm)
PIER AO TANQUE	600 a 1000	45 a 60	20	800	6,35 mm	2,0	Lã de rocha	50
TANQUE À CASA DE BOMBAS	45	60	12	230	SCH 20	2,0	Lã de rocha	50
CASA DE BOMBAS À REFINARIA	45	60	10	5500	SCH 40	2,0	Lã de rocha	50

Art. 2º Esta Autorização será cancelada no caso de não serem mantidas as condições técnicas previstas e comprovadas para a presente outorga.

Art. 3º Esta Autorização terá validade até 27 de dezembro de 2014, conforme prazo da Licença de Operação nº 1099/2010, expedida em 27 de dezembro de 2010 pela Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Naturais - SEMA do Estado do Maranhão.

Art. 4º Fica revogada a Autorização nº 615, de 7 de dezembro de 2009, publicada no DOU nº 235, de 9 de dezembro de 2009.

Art. 5º Esta Autorização entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CESÁRIO CECCHI

RETIFICAÇÃO

Na Autorização publicada no DOU nº 106, de 3 de junho de 2011, seção 1, pág. 83, na numeração, onde se lê "N° 492", leia-se: "N° 254".

SUPERINTENDÊNCIA DE DADOS TÉCNICOS

AUTORIZAÇÃO Nº 279, DE 22 DE JUNHO DE 2011

O Superintendente de Dados Técnicos da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 89, de 26 de maio de 2004, baseado na Resolução ANP nº 11, de 17 de fevereiro de 2011 e no Processo nº 48610.008058/2011-19, torna público o seguinte ato:

Art. 1º Fica a WESTERNGECO SERVIÇOS DE SÍSMICA LTDA, com sede no Pólo Tecnológico do Rio - Cidade Universitária, Rua Paulo Emídio Barbosa, 485, Quadra 7B, Ilha do Fundão - Rio de Janeiro-RJ, CEP: 21910-240, autorizada a realizar reprocessamento de dados sísmicos 2D - pré stack deph migration (PSDM), ainda no período de confidencialidade, com fins comerciais, não-exclusivos, nas bacias sedimentares do Jacuípe, Camamu-Almada e Jequitinhonha, na área definida pelo polígono com as seguintes coordenadas geográficas:

Vértice	Latitude	Longitude
1	-12:56:06,090	-39:01:05,090
2	-12:55:56,180	-37:48:04,500
3	-15:44:04,440	-37:47:10,550
4	-15:44:16,590	-39:01:05,910

Datum: SAD 69

Art. 2° Em decorrência da Autorização definida no Art 1º fica a WesternGeco Serviços de Sísmica Ltda. compromissada a enviar à ANP:

I - Notificação de Início de Reprocessamento dos Dados;

II - Relatório Mensal de Reprocessamento, até o dia 10 do mês subseqüente ao mês de referência;

III - Notificação de Final de reprocessamento dos dados;

IV - Notificação de Venda de Dados Não Exclusivos, no prazo máximo de 10 dias contados a partir da data de conclusão da operação de venda.

V - Relatório Final de Reprocessamento e quaisquer outros documentos referentes aos dados reprocessados, no prazo máximo de 30 dias contados da data de conclusão do reprocessamento ou interpretação.

Parágrafo Único: Os modelos dos documentos descritos em I, II, III e IV estão disponibilizados na internet, no endereço http://www.anp.gov.br/petro/dados_nao_exclusivos_form.asp os quais, depois de preenchidos, deverão ser entregues impressos e assinados no protocolo da ANP e os respectivos arquivos encaminhados via correio eletrônico para dados_técnicos@anp.gov.br.

Art. 3° De acordo com os padrões técnicos da ANP fica determinado que todos documentos entregues pela WesternGeco Serviços de Sísmica Ltda. deverão ser identificados com o código " ETS - R0019" e os dados resultantes do reprocessamento deverão estar nos seguintes formatos:

I - Dados Sísmicos, segundo as especificações contidas no padrão ANP1B

a)Arquivos Resumidos de posicionamento com a batimetria;

b)Arquivo em formato texto (ASCII) com versão final das velocidades médias quadráticas - root mean square (RMS), antes de aplicada a migração;

c)Versão final dos dados migrados, tal como destinada a interpretação de acordo com o padrão ANP1B.

d)O conjunto de arquivos que constituem os registros de dados reprocessados, poderão ser entregues em DVD e também serão aceitos em fita cartucho compatível com "Drive" IBM 3592 de 500 GB.

II- Relatório Final de Reprocessamento e quaisquer outros documentos referentes aos dados não exclusivos reprocessados, no prazo máximo de até 30 dias contados da data da conclusão das atividades de reprocessamento e/ou interpretação dos dados.

III - Todas as informações apresentadas em meio digital deverão ser compatíveis com o padrão "Microsoft";

IV - Em caso de inclusão de imagens, fornecê-las em meio digital formato « pdf »;

Art. 4° Fica a WesternGeco Serviços de Sísmica Ltda. obrigada a observar na internet, endereço http://www.anp.gov/petro/petroleo.asp, os formatos de formulários e os padrões vigentes em que os dados e informações deverão ser entregues à Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP.

Art. 5º Esta autorização limita-se, exclusivamente, à realização de reprocessamento de dados sísmicos 2D - pré - stack deph migration nas bacias sedimentares marítimas de Jacuípe, Camamu-Almada e Jequitinhonha, ainda no período de confidencialidade, não-exclusivos, na área definida no art. 1º.

Art. 6º Fica a empresa obrigada a entregar à Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP, cópia do produto gerado pelo referido reprocessamento, bem como todos os dados e informações por ele gerado ao término da conclusão do trabalho, no prazo determinado no artigo 19°, inciso VII da Resolução n° 11 de 17 de Fevereiro de 2011.

Art. 8º A presente autorização é válida pelo prazo de 18 meses, contados a partir da data de publicação desta autorização no Diário Oficial da União.

Art. 9º A presente autorização entra em vigor a partir da data de sua publicação.

SÉRGIO HENRIQUE SOUSA ALMEIDA

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
Em 22 de junho de 2011

Nº 720 - O Superintendente de Dados Técnicos da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 89, de 26 de maio de 2004, com base na Resolução ANP Nº 11, de 17/02/2011, no que consta do Processo Nº 48610.000739/2011-21 e nos demais regulamentos da ANP, torna público o seguinte ato:

Fica a empresa Microsurvey Aerogeofísica e Consultoria Científica Ltda nos termos deste Despacho compromissada a realizar adensamento de linhas no interior da área previamente autorizada na Autorização ANP 31 de 24/01/2011, em polígono definido pelas seguintes coordenadas geográficas:

Coordenadas do polígono do levantamento

Longitude	Latitude
-37:02:37,220	-10:45:04,490
-36:58:24,330	-10:49:09,780
-37:02:22,430	-10:53:08,250
-37:06:32,690	-10:49:00,160

Datum SAD69

1.O adensamento solicitado consistirá da aquisição de dados com espaçamento eqüidistante de 250 m das linhas do levantamento original. A área de detalhamento conterá dados do programa inicial e do programa a ser executado;

2.A aquisição constará de 03 (três) tecnologias: FFTG, Magnetometria e VLF, constituindo 03 (três) programas distintos, denominados respectivamente de: 0032_FFTG_SEAL_in1; 0032_MAG_SEAL_in1 e 0032_VLF_SEAL_in1;

3.Apresentar à ANP os dados obtidos em cada programa em bancos de dados distintos. Os métodos de FFTG e magnetometria seguem o Padrão ANP 2B, em especial quanto aos arquivos de metadados, exigindo-se conteúdo informativo em todo o conjunto dos dados. O método VLF será obtido em caráter experimental, sem obrigatoriedade de emissão de laudo de conformidade pela ANP;

4.Cumprir o programa de adensamento no prazo de vigência da Autorização 31/2011, que termina em 24/07/2011;

5.Encaminhar durante a fase de aquisição Relatório Semanal de Aquisição de Dados para dados_tecnicos@anp.gov.br, referente ao realizado na semana anterior - de domingo a sábado, contemplando ainda quaisquer incidentes e/ou acidentes que eventualmente ocorram relacionados à aquisição;

6.Entregar no protocolo da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP, Relatório Mensal impresso e assinado das atividades desenvolvidas, até o dia 10 do mês subseqüente ao mês de referência;

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

7.Entregar à ANP todos os dados dos programas do aerolevantamento e os respectivos relatórios finais de aquisição e processamento, no prazo máximo de 60 dias, contados da data de conclusão da aquisição;

8.Adquirir apenas os dados supramencionados neste Despacho.

Fica a Microsurvey Aerogeofísica e Consultoria Científica Ltda na eventualidade de os dados entregues a ANP serem reprovados pelo controle de qualidade, e/ou não atenderem os requisitos estabelecidos nos regulamentos estabelecidos pela Agência, obrigada a retirar imediatamente os dados reprovados junto ao Banco de Dados de Exploração e Produção - BDEP, providenciar as correções e todas as ações necessárias visando o cumprimento das regras estabelecidas pela Agência, devolvendo-os àquele Banco, num prazo máximo de 30 dias contados a partir da data de recebimento daquela comunicação.

SERGIO HENRIQUE SOUSA ALMEIDA

DIRETORIA III
SUPERINTENDÊNCIA DE BIOCOMBUSTÍVEIS E DE QUALIDADE DE PRODUTOS

DESPACHOS DA SUPERINTENDENTE
Em 22 de junho de 2011

Nº 728 - A SUPERINTENDENTE DE BIOCOMBUSTÍVEIS E QUALIDADE DE PRODUTOS da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Portaria nº 338, de 21 de outubro de 2008, e com base no disposto na Resolução ANP nº 31, de 21 de outubro de 2008, publicada em 22 de outubro de 2008, concede a renovação do cadastro dos ensaios descritos abaixo ao laboratório da ASG DO BRASIL LABORATÓRIO DE CONTROLE DE QUALIDADE LTDA., CNPJ nº 08.281.627/0001-70.
Processo ANP: 48600.002398/2009-22
Cadastro: 005
Ensaios cadastrados:
•Aspecto
•Massa específica a 20ºC - ASTM D1298
•Viscosidade cinemática a 40ºC - EN ISO 3104
•Teor de água - ASTM D 6304
•Contaminação total - EN 12662
•Ponto de fulgor - ASTM D93
•Teor de éster - EN 14103
•Resíduo de carbono - ASTM D 4530
•Cinzas sulfatadas - EN ISO 3987
•Enxofre total - EN ISO 20884
•Sódio + potássio - EN 14108 e EN 14109
•Cálcio + magnésio - EN 14538
•Fósforo - EN 14107
•Corrosividade ao cobre, 3h a 50°C - EN ISO 2160
•Número de cetano - EN ISO 5165
•Ponto de entupimento de filtro à frio - EN 116
•Índice de acidez - EN 14104
•Glicerol livre - EN 14105
•Glicerol total - EN 14105
•Mono, di e triacilglicerol - EN 14105
•Metanol ou etanol - EN 14110
•Índice de iodo - EN 14111
•Estabilidade à oxidação à 110°C - EN 14112

Nº 729 - A SUPERINTENDENTE DE BIOCOMBUSTÍVEIS E QUALIDADE DE PRODUTOS da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Portaria nº 338, de 21 de outubro de 2008, e com base no disposto na Resolução ANP nº 31, de 21 de outubro de 2008, publicada em 22 de outubro de 2008, concede a renovação do cadastro dos ensaios descritos abaixo ao LABORATÓRIO ANALYTICAL TECHNOLOGY SERVIÇOS ANALÍTICOS E AMBIENTAIS LTDA., CNPJ: 05.128.545/0002-82.
Processo ANP: 48600.005176/2009-61
Cadastro: 032
Ensaios cadastrados:
•Aspecto
•Massa específica a 20°C - ABNT NBR 14065
•Ponto de fulgor - ABNT NBR 14598
•Cinzas sulfatadas - ABNT NBR 6294
•Viscosidade cinemática a 40°C - ABNT NBR 10441
•Teor de água - ASTM D6304
•Contaminação total - EN 12662
•Resíduo de carbono - ASTM D4530
•Corrosividade ao cobre, 3h a 50 ºC - ABNT NBR 14359
•Índice de acidez - ABNT NBR 14448
•Glicerol livre - EN 14105
•Glicerol total - EN 14105
•Sódio + potássio - EN 14538
•Cálcio + magnésio - EN 14538
•Fósforo - EN 14107
•Mono, di, triacilglicerol - EN 14105
•Metanol ou etanol - EN 14110
•Teor de éster - EN 14103
•Índice de iodo - EN 14111
•Estabilidade à oxidação a 110ºC - EN 14112

Nº 730 - A SUPERINTENDENTE DE BIOCOMBUSTÍVEIS E QUALIDADE DE PRODUTOS da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Portaria nº 338, de 21 de outubro de 2008, e com base no disposto da resolução ANP nº 31, de 21 de outubro de 2008, publicada em 22 de outubro de 2008, concede o cadastro dos ensaios descritos abaixo, ao LABORATÓRIO DE CERTIFICAÇÃO DE BIODIESEL PORTO NACIONAL, pertencente à empresa BRASIL ECODIESEL IND. E COM. DE ÓLEOS VEGETAIS S.A., localizado em Porto Nacional - TO, CNPJ: 05.799.312/0008-05.
Processo ANP: 48600.000208/2011-57
Cadastro: 042
Ensaios cadastrados:
•Aspecto
•Massa específica a 20ºC - ABNT NBR 7148
•Viscosidade cinemática a 40ºC - NBR 10441
•Teor de Água - EN ISO 12937
•Contaminação total - EN 12662
•Ponto de fulgor - ABNT NBR 14598
•Teor de éster - EN 14103
•Resíduo de carbono - ASTM D 4530
•Cinzas sulfatadas - ABNT NBR 6294
•Enxofre total - ASTM D 5453
•Sódio + potássio - EN 14538
•Cálcio + magnésio - EN 14538
•Fósforo - EN 14107
•Corrosividade ao cobre, 3h a 50 ºC - ASTM D 130
•Ponto de entupimento de filtro a frio - ASTM D 6371
•Índice de acidez - ASTM D 664
•Glicerol livre - ASTM D 6584
•Glicerol total - ASTM D 6584
•Mono, di e Triacilglicerol - ASTM D 6584
•Metanol ou etanol - EN 14110
•Estabilidade à oxidação à 110°C - EN 14112

Nº 731 - A SUPERINTENDENTE DE BIOCOMBUSTÍVEIS E QUALIDADE DE PRODUTOS da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Portaria nº 338, de 21 de outubro de 2008, e com base no disposto da resolução ANP nº 31, de 21 de outubro de 2008, publicada em 22 de outubro de 2008, concede o cadastro dos ensaios descritos abaixo, ao LABORATÓRIO DE CERTIFICAÇÃO OLFAR BIODIESEL, pertecente à OLFAR Indústria e Comércio de Óleos Vegetais Ltda., localizado em Erechim - RS, CNPJ: 91.830.836/0006-83.
Processo ANP: 48600.003811/2010-18
Cadastro: 043
Ensaios cadastrados:
•Aspecto
•Massa específica a 20ºC (ABNT NBR 7148)
•Viscosidade cinemática a 40ºC (ABNT NBR 10441)
•Teor de água (EN ISO 12937)
•Teor de éster (EN 14103)
•Sódio + potássio (EN 14538)
•Cálcio + magnésio (EN 14538)
•Fósforo (EN 14107)
•Índice de acidez (ASTM D 664)
•Glicerol livre (EN 14105)
•Glicerol total (EN 14105)
•Mono, di e triacilglicerol (EN 14105)
•Índice de iodo (EN 14111)
•Teor de metanol (EN 14110)
•Estabilidade à oxidação a 110ºC (EN 14112)

Nº 732 - A SUPERINTENDENTE DE BIOCOMBUSTÍVEIS E QUALIDADE DE PRODUTOS da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Portaria nº 338, de 21 de outubro de 2008, e com base no disposto da resolução ANP nº 31, de 21 de outubro de 2008, publicada em 22 de outubro de 2008, concede o cadastro dos ensaios descritos abaixo, ao laboratório da BSBIOS MARIALVA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE BIODIESEL SUL BRASIL S/A, localizado em Marialva - PR, CNPJ: 10.932.276/0001-61.
Processo ANP: 48600.003455/2010-24
Cadastro: 044
Ensaios cadastrados:
•Aspecto
•Massa específica a 20 ºC (ASTM D 4052/ ABNT NBR 7148)
•Viscosidade cinemática a 40 ºC (ASTM D 445)
•Teor de água (ASTM D 6304)
•Contaminação total (EN 12662)
•Ponto de fulgor (ASTM D 93)
•Teor de éster (EN 14103)
•Resíduo de carbono (ASTM D 4530)
•Cinzas sulfatadas (ASTM D 874)
•Enxofre total (ASTM D 5453)
•Sódio + potássio (ABNT NBR 15553)
•Cálcio + magnésio (ABNT NBR 15553)
•Fósforo (ABNT NBR 15553)
•Corrosividade ao cobre, 3h a 50 ºC (ASTM D 130)
•Ponto de entupimento de filtro a frio (ASTM D 6371)
•Índice de acidez (ASTM D 664)
•Índice de iodo (EN 14111)
•Glicerol livre (ASTM D 6584)
•Glicerol total (ASTM D 6584)
•Mono, di e triacilglicerol (ASTM D 6584)
•Metanol ou Etanol (EN 14110)
•Estabilidade à oxidação a 110 ºC (EN 14112)

ROSÂNGELA MOREIRA DE ARAÚJO

SUPERINTENDÊNCIA DE ABASTECIMENTO

AUTORIZAÇÃO Nº 280, DE 22 DE JUNHO DE 2011

O SUPERINTENDENTE DE ABASTECIMENTO DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que foram conferidas pelas Portaria ANP n.° 92, de 26 de maio de 2004, e considerando as disposições da Resolução ANP n.° 18, de 18 de junho de 2009, torna público o seguinte ato:

Art. 1º - Fica a empresa IQ SOLUÇÕES & QUÍMICA S/A, com endereço na Avenida Angélica, n.° 2346, 14° e 15° andares, Consolação - São Paulo/SP, inscrita no CNPJ n.º 62.227.509/0001-29, autorizada a exercer a atividade de Produção de óleos lubrificantes acabados industriais, conforme processo n.º 48610.001966/2008-78.

Art. 2º - Esta Autorização será cancelada no caso de não serem mantidas as condições para o exercício da atividade de produção de óleos lubrificantes acabados industriais.

Art. 3º - Esta Autorização entra em vigor na data da sua publicação.

DIRCEU CARDOSO AMORELLI JUNIOR

AUTORIZAÇÃO Nº 281, DE 22 DE JUNHO DE 2011

O SUPERINTENDENTE DE ABASTECIMENTO da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP n. º 92, de 26 de maio de 2004, considerando as disposições da Resolução ANP n.º 18, de 18/06/2009, da Lei n. º 9.478/97, e o que consta do processo n.º 48610.001966/2008-78, torna público o seguinte ato:

Art. 1º Fica a empresa IQ SOLUÇÕES E QUÍMICA S.A, CNPJ nº 62.227.509/0029-20, habilitada para o exercício da atividade de produtor de óleo lubrificante acabado Industrial, autorizada a operar as instalações na Avenida Ladslau Kardos, 380, Jardim Aracilia, Guarulhos, SP, CEP: 07250-125.

As referidas instalações compreendem 8 (oito) tanques aéreos, verticais, listados na tabela seguir, com capacidade total de armazenamento de 765 m³.

N.º	Diâmetro (m)	Altura (m)	Capacidade (m³)	Produto
20	3,82	4,80	55,00	Óleo Básico
21	3,82	4,80	55,00	Óleo Básico
22	7,64	7,20	330,00	Óleo Básico
23	3,82	4,80	55,00	Óleo Básico
24	4,78	6,00	105,00	Óleo Básico
25	3,82	4,80	55,00	Óleo Básico
26	3,82	4,80	55,00	Óleo Básico
27	3,82	4,80	55,00	Óleo Básico

Art. 2º O objeto da presente Autorização deve ser executado em conformidade com as normas técnicas pertinentes.

Art. 3º Esta Autorização entra em vigor na data de sua publicação.

DIRCEU CARDOSO AMORELLI JUNIOR

AUTORIZAÇÃO Nº 282, DE 22 DE JUNHO DE 2011

O SUPERINTENDENTE DE ABASTECIMENTO da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições conferidas pela Portaria ANP n.º 92, de 26 de maio de 2004, considerando as disposições da Portaria ANP n.º 161, de 05 de novembro de 1998, e tendo em vista o que consta do processo ANP n.º 48610.011643/2009-73, torna público o seguinte ato:

Art. 1º Fica a SHV GÁS BRASIL LTDA, CNPJ n.º 19.791.896/0052-42, habilitada na ANP como distribuidora de gás liqüefeito de petróleo, autorizada a operar as instalações de armazenamento e distribuição de GLP, a granel e envasado, localizadas na Rua 04, s/nº - Esq. c/ Rua 04 A - Bairro Civit II - Município de Serra - ES - CEP: 29168-015.

As referidas instalações compreendem os vasos de pressão listados na tabela abaixo, com capacidade total de armazenamento de 968,34 m³.

TANQUE N.º	DIÂMETRO (m)	COMPRIMENTO (m)	VOLUME (m³)
01	3,81	7,30	79,21
02	3,81	7,30	79,17
03	3,81	7,30	79,17
04	3,81	7,30	79,17
05	3,81	7,09	76,59
06	3,81	7,09	76,59
07	3,64	10,55	124,80

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

08	3,64	10,54	124,60
09	3,64	10,55	124,54
10	3,64	10,55	124,50

Art. 2º O objeto da presente Autorização deverá ser executado em conformidade com as normas técnicas pertinentes.

Art. 3º Esta Autorização entra em vigor na data de sua publicação.

DIRCEU CARDOSO AMORELLI JUNIOR

AUTORIZAÇÃO Nº 283, DE 22 DE JUNHO DE 2011

O SUPERINTENDENTE DE ABASTECIMENTO da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP n.º 92, de 26 de maio de 2004, e considerando as disposições do art. 8º, inciso XV, da Lei n. º 9.478/97, e o que consta do processo n.º 48300.020560/1995-12, torna público o seguinte ato:

Art. 1º Fica a empresa VR TRANSPORTE REVENDEDOR RETALHISTA LTDA, CNPJ nº: 64.355.357/0001-75, habilitada para o exercício da atividade de Transportador Revendedor Retalhista, autorizada a operar as instalações de tancagem na Rua dos Limoeiros, 485, Imbiruçu, Betim, MG, CEP: 32680-230.

As referidas instalações compreendem três tanques aéreos, horizontais, listados na tabela a seguir, com capacidade total de armazenamento de 45 m³.

TANQUE N.º	DIÂMETRO (m)	COMPRIMENTO/ALTURA (m)	CAPACIDADE NOMINAL (m³)	PRODUTO
01	1,91	5,40	15,00	Óleo Diesel
02	1,91	5,40	15,00	Óleo Diesel
03	1,91	5,40	15,00	Óleo Diesel

Art. 2º O objeto da presente Autorização deve ser executado em conformidade com as normas técnicas pertinentes.

Art. 3º Esta Autorização entra em vigor na data de sua publicação.

DIRCEU CARDOSO AMORELLI JUNIOR

AUTORIZAÇÃO Nº 284, DE 22 DE JUNHO DE 2011

O SUPERINTENDENTE DE ABASTECIMENTO DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP n.° 92, de 26 de maio de 2004 e considerando as disposições da Resolução ANP n.º 8, de 6 de março de 2007, e o que consta do processo ANP n.º 48300.020560/1995-12, torna público o seguinte ato:

Art.1º - Fica a VR TRANSPORTADOR REVENDEDOR RETALHISTA LTDA., inscrita no CNPJ sob o n.º 64.355.357/0001-75, habilitada como transportador-revendedor-retalhista (TRR), localizada na Rua dos Limoeiros, n.º 485, Bairro Imbiruçu, no Município de Betim - MG, autorizada a exercer a atividade de transportador-revendedor-retalhista (TRR).

Art.2º - Os efeitos da presente Autorização ficam condicionados à manutenção das condições comprovadas pela empresa para o exercício da atividade de TRR.

Art.3º - Esta autorização entra em vigor na data da sua publicação.

DIRCEU CARDOSO AMORELLI JUNIOR

AUTORIZAÇÃO Nº 285, DE 22 DE JUNHO DE 2011

O SUPERINTENDENTE DE ABASTECIMENTO da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP n. º 92, de 26 de maio de 2004, considerando as disposições do art. 8º, inciso XV, da Lei n. º 9.478/97, e o que consta do processo n.º 48300.036228/1996-51, torna público o seguinte ato:

Art. 1º Fica a PETROVALE COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEL LTDA, CNPJ nº: 00.938.747/0003-57, habilitada para o exercício da atividade de Transportador Revendedor Retalhista, autorizada a operar as instalações de tancagem na Rodovia Anhanguera, Km 305, s/n, BOX 1, Rodovia, Ribeirão Preto, SP, CEP: 14097-140.

As referidas instalações compreendem três tanques Aéreos, horizontais, especificado na tabela a seguir, com capacidade total de armazenamento de 60 m³.

TANQUE N.º	DIÂMETRO (m)	COMPRIMENTO (m)	CAPACIDADE NOMINAL (m³)	PRODUTO
01	2,29	6,00	20,00	Óleo Diesel
02	2,29	6,00	20,00	Óleo Diesel
03	2,29	6,00	20,00	Óleo Diesel

Art. 2º O objeto da presente Autorização deve ser executado em conformidade com as normas técnicas pertinentes.

Art. 3º Esta Autorização entra em vigor na data de sua publicação.

DIRCEU CARDOSO AMORELLI JUNIOR

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
Em 22 de junho de 2011

Nº 721 - O SUPERINTENDENTE DE ABASTECIMENTO DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP n.º 92, de 26 de maio de 2004, com base na Resolução ANP n.º 18, de 18 de junho de 2009, e o que consta do processo n.º 48610.001966/2008-78, torna pública a habilitação da IQ SOLUÇÕES & QUÍMICA S/A, inscrita no CNPJ sob o n.º 62.227.509/0001-29, situada na Avenida Angélica, n.° 2346, 14° e 15° andares, Consolação - São Paulo/SP, autorizada para o exercício da atividade de produção de óleos lubrificantes acabados industriais.

Nº 722 - O SUPERINTENDENTE DE ABASTECIMENTO DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 92, de 26 de maio de 2004, com base no disposto na alínea C, do inciso I, do art. 23, da Resolução ANP nº 20, de 19 de Junho de 2009, torna público o cancelamento, a pedido, do Registro nº 248 da empresa Purilub Comércio, Purificação de Lubrificantes e Transporte Ltda.., inscrita no CNPJ sob o nº 60.343.753/0001-21, para o exercício da atividade de coletor de óleo lubrificante usado e/ou contaminado. Fica revogada a Autorização nº 367 publicado no Diário Oficial da União (DOU) em 22/10/2004.

Nº 723 - O Superintendente de Abastecimento da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 92, de 26 de maio de 2004, e com base na Portaria ANP nº 297, de 18 de novembro de 2003, torna pública a outorga das seguintes autorizações para o exercício da atividade de revenda de gás liqüefeito de petróleo - GLP, observado:

I) as instalações dos revendedores ora autorizados foram vistoriadas por instituições de bombeiros, atendendo os requisitos de segurança, e se encontram limitadas às quantidades máximas de armazenamento de GLP, conforme certificado expedido pelo corpo de bombeiros competente; e

II) a manutenção da presente Autorização fica condicionada ao atendimento aos requisitos constantes no certificado que trata o item anterior e à Norma NBR 15514:2007, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, adotada pela Resolução ANP nº 05, de 26 de fevereiro de 2008.

Nº de Registro	Razão Social	CNPJ	Município	UF	Processo
GLP/BA0208567	A H COMÉRCIO DE GÁS LTDA ME	13.429.044/0001-83	SALVADOR	BA	48610.008068/2011-46
GLP/PA0208568	A LUCIO CARDOSO ME	34.860.288/0002-77	SANTA MARIA DO PARA	PA	48610.007830/2011-77
GLP/SC0208569	ADEMIR DE OLIVEIRA LOPES ME	13.347.425/0001-13	JARAGUA DO SUL	SC	48610.007953/2011-16
GLP/GO0208570	AGNALDO RIBEIRO DE OLIVEIRA	13.223.727/0001-80	MUTUNOPOLIS	GO	48610.008357/2011-45
GLP/SC0208571	AGROPECUÁRIA NEREUSENSE LTDA ME	05.791.807/0001-03	PRESIDENTE NEREU	SC	48610.008071/2011-60
GLP/MS0208572	ALMEIDA E MORAIS LTDA - ME	12.463.087/0001-12	CAMPO GRANDE	MS	48610.008359/2011-34
GLP/MT0208573	ALVARO A. BOSCO & BOSCO LTDA - ME.	10.514.858/0002-09	NOVA MUTUM	MT	48610.008414/2011-96
GLP/SC0208574	BAR E MERCEARIA NEUMANN LTDA - ME.	04.624.639/0001-07	IPORA DO OESTE	SC	48610.008300/2011-46
GLP/RJ0208575	BRIOSO E FARIASREVENDA DE GAS GLP LTDA	11.632.531/0001-13	SAO GONCALO	RJ	48610.006899/2011-83
GLP/RN0208576	C. M. DA FONSECA COMERCIAL DE GAS LTDA.	02.138.945/0006-04	CARNAUBAIS	RN	48610.007833/2011-19
GLP/SC0208577	CANANI E CIA LTDA ME	07.458.930/0001-32	RIO DO SUL	SC	48610.008073/2011-59
GLP/RS0208578	CARINA STEIN FERREIRA & CIA LTDA.	10.568.099/0001-86	SAO PEDRO DAS MISSOES	RS	48610.008342/2011-87
GLP/MG0208579	CLAUDIO ROBERTO SOBRINHO 01062919637	12.302.896/0001-42	TIMOTEO	MG	48610.007818/2011-62
GLP/SC0208580	COMERCIO DE ALIMENTO IRMÃO BARRIM LTDA. ME	04.776.468/0001-23	SAO JOAO DO ITAPERIU	SC	48610.008174/2011-20
GLP/RJ0208581	COMÉRCIO DE GÁS ML CARVALHO LTDA	11.802.273/0001-76	BARRA DO PIRAI	RJ	48610.008354/2011-10
GLP/BA0208582	DISK GAS COMERCIO LTDA	12.201.096/0001-35	JUAZEIRO	BA	48610.007834/2011-55
GLP/MG0208583	EDSON CESAR DE OLIVEIRA	04.759.602/0001-88	DIAMANTINA	MG	48610.008361/2011-11
GLP/SP0208584	E.M. GUAREIS - GAS - ME	13.311.248/0001-15	SAO JOSE DO RIO PRETO	SP	48610.008150/2011-71
GLP/SP0208585	EURIDES REGINA DA SILVA - ME	12.781.994/0001-00	PRESIDENTE PRUDENTE	SP	48610.008416/2011-85
GLP/MA0208586	F. DAS C. G. DO NASCIMENTO	11.580.262/0001-99	SAO JOSE DE RIBAMAR	MA	48610.008360/2011-69
GLP/SC0208587	FATIMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA.	06.139.399/0001-72	RIO DO CAMPO	SC	48610.008299/2011-50
GLP/RJ0208588	FLUZÃO REVENDEDORA DE GÁS E DISTRIBUIDORA DE BEBIDAS LTDA.	72.316.037/0004-87	RIO DE JANEIRO	RJ	48610.008349/2011-07
GLP/SP0208589	F.P. DOS SANTOS COMERCIO DE GAS E AGUA	11.140.517/0001-00	TAUBATE	SP	48610.008201/2011-64
GLP/BA0208590	FRANCIVANIA ROSA DE SOUZA ME	13.400.431/0001-97	SOUTO SOARES	BA	48610.008341/2011-32
GLP/RS0208591	GAS DO BAIRRO LTDA	12.388.432/0001-09	CANOAS	RS	48610.008177/2011-63
GLP/SC0208592	GIORDANI ALIMENTOS LTDA ME	05.842.683/0001-48	AGUA DOCE	SC	48610.008206/2011-97
GLP/PE0208593	GRIN GAS REVENDEDOR DE GLP LTDA	13.578.500/0001-57	TIMBAUBA	PE	48610.008159/2011-81
GLP/MG0208594	HEBER MARTINS DE FREITAS	11.083.553/0001-71	MONTE ALEGRE DE MINAS	MG	48610.008160/2011-14
GLP/SP0208595	ITA FUEL SERVIÇOS AUTOMOTIVOS LTDA.	04.715.021/0001-44	ITAPEVI	SP	48610.008413/2011-41
GLP/BA0208596	ITAGAS DISTRIBUIDORA DE GAS LTDA.	13.073.824/0001-33	JUAZEIRO	BA	48610.008335/2011-85
GLP/RN0208597	IVO NILSON LOPES DE MEDEIROS - ME	08.700.130/0004-91	TANGARA	RN	48610.008212/2011-44
GLP/MG0208598	J. L. A. GAS LTDA - ME.	13.589.703/0001-49	ITAUNA	MG	48610.008420/2011-43
GLP/MG0208599	J.L.E.LTDA - ME	12.958.654/0001-01	RIBEIRAO DAS NEVES	MG	48610.008419/2011-19
GLP/BA0208600	JOÃO APARECIDO DE OLIVEIRA 52865380530	11.914.477/0001-07	VITORIA DA CONQUISTA	BA	48610.008175/2011-74
GLP/MT0208601	JOÃO INACIO DOS SANTOS - ME	10.979.642/0001-38	PORTO DOS GAUCHOS	MT	48610.006888/2011-01
GLP/SP0208602	JOSE NICOLAU DOS SANTOS MINI MERCADO ME	10.282.122/0001-71	ARARAQUARA	SP	48610.008358/2011-90
GLP/PE0208603	KLEBER CRISTIANO FREIRE DE LIMA ME	05.940.090/0001-14	CAMUTANGA	PE	48610.008415/2011-31
GLP/MT0208604	LEDA MARIA BAYERLE & CIA LTDA	24.681.876/0002-90	RIBEIRAO CASCALHEIRA	MT	48610.008355/2011-56
GLP/MG0208605	LEVIMAR DA COSTA CPF 00708509681 - ME	01.937.969/0002-37	CARMO DO PARANAIBA	MG	48610.008188/2011-43
GLP/RJ0208606	M. A. DE SOUZA COMÉRCIO DE GÁS	13.025.950/0001-12	BOM JESUS DO ITABAPOANA	RJ	48610.008417/2011-20
GLP/SE0208607	M&A COMÉRCIO GÁS LTDA ME	13.001.568/0001-79	ARACAJU	SE	48610.008356/2011-09
GLP/PE0208608	MARMALU DISTRIBUIDORA DE GLP LTDA	13.578.602/0001-72	VICENCIA	PE	48610.008422/2011-32

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

GLP/SC0208609	MERCADO TENTACAO LTDA.	08.334.223/0001-05	ITAIOPOLIS	SC	48610.008328/2011-83
GLP/SC0208610	MIG SUPERMERCADOS LTDA.	85.244.168/0011-77	MAFRA	SC	48610.008353/2011-67
GLP/RN0208611	NILTON SOARES CAMARA	10.776.222/0001-54	AREIA BRANCA	RN	48610.008207/2011-31
GLP/SP0208612	P C AGUILAR - DISTRIBUIDORA DE GÁS - ME	12.990.234/0001-02	SAO JOSE DO RIO PRETO	SP	48610.008428/2011-18
GLP/SP0208613	PRAÇA GÁS COMÉRCIO DE GÁS E TRANSPORTE LTDA - ME	11.513.149/0001-90	DIADEMA	SP	48610.005133/2011-81
GLP/RJ0208614	R LUBANCO DE ASSIS COMÉRCIO DE GÁS ME	02.791.576/0001-40	CAMPOS DOS GOYTACAZES	RJ	48610.008178/2011-16
GLP/MG0208615	RAIMUNDO FRANCISCO AVELINO - MERCEARIA ESKINÃO ME	05.803.842/0001-03	VESPASIANO	MG	48610.008151/2011-15
GLP/RS0208616	REJANE CORREA E CIA LTDA	13.378.865/0002-19	CRUZ ALTA	RS	48610.008425/2011-76
GLP/RN0208617	ROGERIO DO CARMO DE LIMA DIAS	12.319.767/0001-67	SERRA DE SAO BENTO	RN	48610.008411/2011-52
GLP/SC0208618	SILVANE DA SILVA ME	07.262.789/0001-06	SANTA TEREZINHA	SC	48610.008176/2011-19
GLP/SC0208619	SIRLEI SCHLEICHER ROSSETO	04.837.008/0001-68	SAO CARLOS	SC	48610.008148/2011-00
GLP/GO0208620	SUPER - REAL COMÉRCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA	08.734.681/0001-23	GOIANIA	GO	48610.007820/2011-31
GLP/SE0208621	SUPERGAS DO NOREDESTE LTDA	05.499.091/0001-75	ARACAJU	SE	48610.006533/2011-12
GLP/SC0208622	SUPERMERCADO E AÇOUGUE VERBESE LTDA - ME	00.172.944/0001-46	ABELARDO LUZ	SC	48610.007832/2011-66
GLP/SC0208623	SUPERMERCADO ECONOMIA TOTAL LTDA	05.864.213/0001-85	PETROLANDIA	SC	48610.008152/2011-60
GLP/GO0208624	SUPERMERCADO MA, KARINY E KAREN LTDA - ME.	03.469.648/0001-08	ARUANA	GO	48610.008352/2011-12
GLP/MG0208625	SUPERMERCADO PEREIRA DE SÃO JOÃO LTDA	06.173.040/0001-11	SAO JOAO DO MANTENINHA	MG	48610.008362/2011-58
GLP/PI0208626	SUPREGAS COMÉRCIO VAREJISTA DE GÁS LTDA.	03.756.971/0005-88	TERESINA	PI	48610.008427/2011-65
GLP/PE0208627	SUZANA MARY DA SILVA GÁS	12.569.959/0001-21	CUPIRA	PE	48610.008329/2011-28
GLP/PA0208628	V.DE C. TEIXEIRA - COMÉRCIO VAREJISTA DE GÁS ME	13.110.360/0001-98	ANANINDEUA	PA	48610.005336/2011-78
GLP/SE0208629	VILBERT SANTOS DE OLIVEIRA ME.	13.458.979/0001-98	ITABAIANA	SE	48610.008412/2011-05
GLP/BA0208630	WHALISSON SIQUEIRA PORTO	13.411.721/0001-36	SERRA DO RAMALHO	BA	48610.008426/2011-11

Nº 724 - O SUPERINTENDENTE DE ABASTECIMENTO DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP n. º 92 de 26 de maio de 2004 e com base na Resolução ANP n.º 8, de 06 de março de 2007, e o que consta do processo ANP n.º 48300.020560/1995-12, torna pública a habilitação da VR TRANSPORTADOR REVENDEDOR RETALHISTA LTDA., inscrita no CNPJ sob o n.º 64.355.357/0001-75, situada na Rua dos Limoeiros, n.º 485, Bairro Imbiruçu, no Município de Betim - MG, para o exercício da atividade de transportador-revendedor-retalhista (TRR).

Nº 725 - O Superintendente de Abastecimento da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 92, de 26 de maio de 2004, e com base na Portaria ANP nº 297, de 18 de novembro de 2003, torna pública a revogação das seguintes autorizações para o exercício da atividade de revenda de gás liqüefeito de petróleo - GLP:

Nº de Registro	Razão Social	CNPJ	Município	UF	Processo
001/GLP/MG0001221	AUTO POSTO 5 ESTRELAS LTDA	02.515.790/0004-16	ITURAMA	MG	48610.006409/2004-11
001/GLP/MS0005637	CARLOS ALEXANDRE BARBOSA	06.910.211/0001-48	DOURADOS	MS	48610.008098/2005-12
GLP/PR0188601	EVERSON LUIZ O. DOS SANTOS	08.105.790/0002-62	PINHAO	PR	48610.011849/2010-37
GLP/RS0177216	FISCHER & PASCOAL COMBUSTÍVEIS LTDA.	87.647.194/0001-08	IJUI	RS	48610.002885/2009-76
001/GLP/RS0018129	GLADISSON ARINO LIMA DE OLIVEIRA	08.284.082/0001-55	PANAMBI	RS	48610.012745/2007-44
GLP/PB0181384	JOSEFA M DA SILVA	09.157.827/0001-88	QUEIMADAS	PB	48610.014164/2009-17
001/GLP/SP0013577	MARIDIRCE PRATES DOS SANTOS	03.556.972/0001-55	BIRIGUI	SP	48610.004530/2007-51
001/GLP/SP0012894	SILVIO RICARDO DOS SANTOS	03.214.492/0001-06	PRESIDENTE PRUDENTE	SP	48610.002613/2007-12

Nº 726 - O SUPERINTENDENTE DE ABASTECIMENTO DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 92, de 26 de maio de 2004, e com base na Portaria ANP nº 116, de 05 de julho de 2000, tendo em vista a cassação da eficácia de inscrições estaduais no Estado de São Paulo, torna pública a revogação das seguintes autorizações para o exercício da atividade de revenda varejista de combustíveis automotivos:

Nº de Registro	Razão Social	CNPJ	Município	UF	Processo
SP0020603	AUTO POSTO ESPLANADA LTDA	02.982.715/0001-12	ARACATUBA	SP	48610.001471/2002-53
SP0008074	AUTO POSTO PARAISO ARAÇATUBA LTDA	00.256.167/0001-18	ARACATUBA	SP	48610.006210/2001-49
SP0016245	AUTO POSTO PRAIA DAS PALMEIRAS LTDA	60.390.887/0001-01	CARAGUATATUBA	SP	48610.017521/2001-33
SP0010559	J B MELO AUTO POSTO LTDA	51.100.790/0001-18	ARACATUBA	SP	48610.009758/2001-41

Nº 727 - O Superintendente de Abastecimento da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 92, de 26 de maio de 2004, e com base na Portaria ANP nº 297, de 18 de novembro de 2003, torna pública a revogação das seguintes autorizações para o exercício da atividade de revenda de gás liqüefeito de petróleo - GLP:

Nº de Registro	Razão Social	CNPJ	Município	UF	Processo
001/GLP/CE0017239	C. P. M. COMERCIO DE MERCADOSRIAS EM GERAL LTDA.	08.360.157/0001-30	CRATO	CE	48610.011038/2007-31
001/GLP/SP0014226	COMERCIO DE GAS TRES MARIAS LTDA	08.578.501/0001-61	TAUBATE	SP	48610.005665/2007-32
001/GLP/SP0014233	DORACI PEREIRA DA SILVA GÁS - ME	07.147.829/0001-60	PONTAL	SP	48610.005624/2007-46
001/GLP/MA0012621	J C ROCHA DE HOLANDA	05.539.651/0002-59	IMPERATRIZ	MA	48610.002861/2007-55
GLP/MA0171790	J C ROCHA DE HOLANDA	05.539.651/0006-82	IMPERATRIZ	MA	48610.008618/2008-21
001/GLP/MA0012869	L. S. DE HOLANDA COMERCIO	04.393.561/0002-30	IMPERATRIZ	MA	48610.002432/2007-88
001/GLP/MA0013948	L. S. DE HOLANDA COMERCIO	04.393.561/0003-10	IMPERATRIZ	MA	48610.004911/2007-39
001/GLP/MA0013312	L. S. DE HOLANDA COMERCIO	04.393.561/0004-00	IMPERATRIZ	MA	48610.002931/2007-75
001/GLP/MA0012237	L. S. DE HOLANDA COMERCIO	04.393.561/0005-82	IMPERATRIZ	MA	48610.002575/2007-91
001/GLP/MA0012873	L. S. DE HOLANDA COMERCIO	04.393.561/0006-63	IMPERATRIZ	MA	48610.002443/2007-68
001/GLP/MA0012872	L. S. DE HOLANDA COMERCIO	04.393.561/0007-44	IMPERATRIZ	MA	48610.002445/2007-57
001/GLP/MA0012871	L. S. DE HOLANDA COMERCIO	04.393.561/0008-25	IMPERATRIZ	MA	48610.002390/2007-85
001/GLP/MA0012868	L. S. DE HOLANDA COMERCIO	04.393.561/0010-40	IMPERATRIZ	MA	48610.002453/2007-11
001/GLP/MA0013168	L. S. DE HOLANDA COMERCIO	04.393.561/0011-20	IMPERATRIZ	MA	48610.002936/2007-14
001/GLP/MA0012810	L. S. DE HOLANDA COMERCIO	04.393.561/0013-92	IMPERATRIZ	MA	48610.003184/2007-92
001/GLP/MA0012744	L. S. DE HOLANDA COMERCIO	04.393.561/0014-73	IMPERATRIZ	MA	48610.002391/2007-21
001/GLP/MA0012379	L. S. DE HOLANDA COMERCIO	04.393.561/0015-54	IMPERATRIZ	MA	48610.002457/2007-81
GLP/SP0178983	M. G. PAGLIARANI - ME	10.736.583/0001-77	SAO JOSE DO RIO PRETO	SP	48610.009170/2009-44
001/GLP/PA0007677	TEIXEIRA E PAIXÃO LTDA. ME	07.327.948/0001-03	ANANINDEUA	PA	48610.005368/2006-14

DIRCEU CARDOSO AMORELLI JUNIOR

DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL
SUPERINTENDÊNCIA NO CEARÁ

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO N° 78/2011

LICENCIAMENTO (Código 7.72)

Fica o abaixo relacionado cientes de que não houve a apresentação da DEFESA Administrativa; restando-lhe pagar ou parcelar o débito apurado da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - CFEM (art. 3º, IX, da Lei nº 8.876/94, c/c as Leis nº 7.990/89, nº 8.001/90, art. 61 da Lei nº 9.430/96, Lei nº 9.993/00, nº 10.195/01 e nº 10.522/02), no prazo de 10(dez) dias, sob pena de inscrição em Dívida Ativa, CADIN e ajuizamento da ação de execução.

Processo de Cobrança nº 901.197 /2009
Notificado: MONTENEGRO MINERAÇÃO LTDA.
CNPJ/CPF - 00.865.829/0001-57 NFLDP nº 457/2009
Valor: R$ 93,31

Processo de Cobrança nº 901.218/2009
Notificado: AGNALDO CESAR BEZERRA LIMA F-I.
CNPJ/CPF 23.496.383/0001-36 NFLDP nº 469/2009
Valor: R$ 8.985,06

Processo de Cobrança nº 901.215 /2009
Notificado: AMELIA CALS COELHO DE ARAÚJOo - ME
CNPJ/CPF 23.579584/0001-05 NFLDP nº 467/2009
Valor: R$ 4.338,94

Processo de Cobrança nº 900.753/2009
Notificado: F.J. COMERCIAL DE AREIA LTDA.
CNPJ/CPF 00.933.314/0001-47 - NFLDP nº 266/2009
Valor: R$ 12.525,14

Processo de Cobrança nº 900.917/2009
Notificado: MARCELO PINHEIRO DE FREITAS - ME
CNPJ/CPF 63.312.144/0001-01 - NFLDP nº 267/2009
Valor: R$ 9.199,00

Processo de Cobrança nº 900.895/2009
Notificado: F ALEXANDRE AREIA LTDA.
CNPJ/CPF 63.495.527/0001-54 - NFLDP nº 275/2009
Valor: R$ 21.617,59

Processo de Cobrança nº 900.755/09
Notificado: BRITACOM - Comércio de Britas Ltda.
CNPJ/CPF 01.000.905/0001-24 - NFLDP nº 265/2009
Valor: R$ 8.471,25

Processo de Cobrança nº 901.135/2009
Notificado: ARCANJO DOS SANTOS E FILHO LTDA.
CNPJ/CPF 06.877.013/0001-20 - NFLDP nº 452/2009
Valor: R$ 20.504,70

Processo de Cobrança nº 900.754/2009
Notificado: BRITAJU - Britadeira de Juazeiro Ltda.
CNPJ: 00.352.634/0001-03 - NFLDP nº 264/2009
Valor: R$ 1.1197,32

Processo de Cobrança nº 900.959/2009
Notificado: JOSÉ ALUISIO VIANA CAVALCANTE
CNPJ/CPF 07.985.369/0001-40 - NFLDP nº 383/2009
Valor: R$ 896,89

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Processo de Cobrança nº 900.958/2009
Notificado: MAURO TAVARES CAVALCANTE
CNPJ/CPF 289.332.223-91 - NFLDP nº 384/2009
Valor: R$ 3.490,71

Processo de Cobrança nº 901.217/2009
Notificado: AGNALDO CESAR BEZERRA LIMA F-I.
CNPJ/CPF 23.496.383/0001-36 - NFLDP nº 468/2009
Valor: R$ 1.787,12

Processo de Cobrança nº 900.972/2009
Notificado: RUI CAMINHA BARBOSA JUNIOR
CNPJ/CPF 23.560,931/0001-40 - NFLDP nº 398/2009
Valor: R$ 611,86

Processo de Cobrança nº 900.895/2009
Notificado: F ALEXANDRE AREIA LTDA.
CNPJ/CPF 63.495.527/0001-54 - NFLDP nº 275/2009
Valor: R$ 21.617,59

Processo de Cobrança nº 901.192/2009
Notificado: JOSÉ WEYNE DE OLIVEIRA - ME.
CNPJ: 35.089.333/0001-13 - NFLDP nº 458/2009
Valor: R$ 42.373,85

Processo de Cobrança nº 901.136/2009
Notificado: TERRA DO SOL EMPREENDIMENTOS LTDA.
CNPJ/CPF N°06.645.154/0001-17 NFLDP nº 453/2009
Valor: R$ 21.605,72

Processo de Cobrança nº 900.655/2009
Notificado: CEMACO - IND. DE CERÂMICA E MAT. DE CONST. LTDA
CNPJ/CPF: 07.700.883/0001-91 NFLDP nº: 252/2009
Valor: R$ 122.901,80

Processo de Cobrança nº 900.654/2009
Notificado: VALDIR CAVALCANTE E FILHOS-ME
CNPJ/CPF: 07.510.704/0001-53 NFLDP nº 260/2009
Valor: R$ 14.691,80

Processo de Cobrança nº 900.649/2009
Notificado: CARACOL - CERÂMICA ARAGÃO IND. E COMÉRCIO LTDA
CNPJ/CPF 73.274839/0001-91 NFLDP nº 247/2009
Valor: R$ 6.177,93

Processo de Cobrança nº 900.642/2009
Notificado: ANTONIO SOARES MOURÃO NETO - ME
CNPJ/CPF 12.252.599/0001-30 NFLDP nº 213/2009
Valor: R$ 1.573,02

Processo de Cobrança nº 900.661/2009
Notificado: SAFARI S/A - FAZENDA RIACHO
CNPJ/CPF 07.813.223/0001-17 NFLDP nº 258/2009
Valor: R$ 11.798,75

Processo de Cobrança nº 900.662/2009
Notificado: SETE - SERVIÇOS TRANSPORTES E EQUIPAMENTOS LTDA
CNPJ/CPF 35.218.304/0001-04 NFLDP nº 259/2009
Valor: R$ 4.590,93

Processo de Cobrança nº 900.894/2009
Notificado: MARIA LIDIANA RUBENS MAIA - FI
CNPJ/CPF 02.590.049/0001-77 NFLDP nº 359/2009
Valor: R$ 6.434,08

Processo de Cobrança nº 900.890/2009
Notificado: JOSÉ NOGUEIRA LIMA BRITA
CNPJ/CPF 02.179.999/0001-03 NFLDP nº 360/2009
Valor: R$ 4.152,30

Processo de Cobrança nº 900.659/2009
Notificado: IMOBILIÁRIA SÃO GONÇALO DO AMARANTE LTDA.
CNPJ/CPF 07.526.163/0001-51 NFLDP nº 256/2009
Valor: R$ 500,86

Processo de Cobrança nº 901.066/2009
Notificado: CERÂMICA CATOLÉ LTDA
CNPJ/CPF 05.612.981/0001-41 NFLDP nº 449/2009
Valor: R$ 86,04

Processo de Cobrança nº 901.062/2009
Notificado: PAULO CORREIA DE ANDRADE - ME
CNPJ/CPF 35.085/0001-53 NFLDP nº 444/2009
Valor: R$ 251,49

Processo de Cobrança nº 901.063/2009
Notificado: PAULO CORREIA DE ANDRADE-ME
CNPJ/CPF 35.085.885/0001-53 NFLDP nº 445/2009
Valor: R$ 3.186,41

Processo de Cobrança nº 901.065/2009
Notificado: FRANCISCO ROCHA HOLANDA
CNPJ/CPF 35.084.599/0001-73 NFLDP nº 447/2009
Valor: R$ 1.243,69

Processo de Cobrança nº 901.067/2009
Notificado: FRANCISCO ROCHA HOLANDA
CNPJ/CPF 35.084.599/0001-73 NFLDP nº 448/2009
Valor: R$ 2.033,48

Processo de Cobrança nº 901.191/2009
Notificado: CERÂMICA PADRE CÍCERO LTDA.
CNPJ/CPF 09.496.977/0001-16 NFLDP nº 460/2009
Valor: R$ 20.793,19

Processo de Cobrança nº 901.193/2009
Notificado: J. A. CONSTRUÇÕES MATERIAIS DE CONSTRUÇÕES LTDA
CNPJ/CPF 10.396.711/0001-80 NFLDP nº 461/2009
Valor: R$ 55.462,66

Processo de Cobrança nº 901.195/2009
Notificado: OLARIA RIACHÃO IND. E COMÉRCIO LTDA
CNPJ/CPF 07.912.553/0001-60 NFLDP nº 459/2009
Valor: R$ 5.645,16

Processo de Cobrança nº 901.216/2009
Notificado: AMÉLIA CALS COELHO DE ARAÚJO - ME
CNPJ/CPF 23.579.584/0001-05 NFLDP nº 466/2009
Valor: R$ 2.925,88

Processo de Cobrança nº 900.981/2009
Notificado: CERÂMICA POÇO VERDE LTDA
CNPJ/CPF 86.777.836/0001-12 NFLDP nº 421/2009
Valor: R$ 1380,99

Processo de Cobrança nº 900.905/2009
Notificado: CECAL CERÂMICA CASCAVEL S/A
CNPJ/CPF 05.382.742/0001-42 NFLDP nº 282/2009
Valor: R$ 550.806,04

Processo de Cobrança nº 900.909/2009
Notificado: TERRAPLENA - LTDA.
CNPJ/CPF: 06.019.996/0001-63 NFLDP nº 271/2009
Valor: R$ 5.651,70

Processo de Cobrança nº 900.908/2009
Notificado: TERRAPLENA - LTDA.
CNPJ/CPF: 06.019.996/0001-63 NFLDP nº 270/2009
Valor: R$ 7.910,64

Processo de Cobrança nº 901.139/2009
Notificado: CEBREL-CERÂMICA BREJOSSANTENSE-LTDA.
CNPJ/CPF: 07.668.486/0001-80 NFLDP nº 454/2009
Valor: R$ 46.295,18

Processo de Cobrança nº 900.994/2009
Notificado: MARIA DO SOCORRO DE MENDONÇA TROIANE-FI
CNPJ/CPF: 35.211.879/0001-03 NFLDP nº 436/2009
Valor: R$ 2.425,31

Processo de Cobrança nº 900.735/2009
Notificado: MARIA CONCEIÇÃO CIPRIANO DE SOUZA-ME
CNPJ/CPF: 00.993.512/0001-04 NFLDP nº 219/2009
Valor: R$ 4.876,04

Processo de Cobrança nº 900.991/2009
Notificado: MANOEL ALBANO NETO
CNPJ/CPF: 23.539.398/0001-34 NFLDP nº 432/2009
Valor: R$ 9.021,74

Processo de Cobrança nº 900.993/2009
Notificado: JOÃO SIQUEIRA DA ROCHA-ME
CNPJ/CPF: 63.304.299/0001-98 NFLDP nº 434/2009
Valor: R$ 649,56

Processo de Cobrança nº 901.003/2009
Notificado: J. A. CARVALHO & CIA.
CNPJ/CPF: 07.200.165/0001-56 NFLDP nº 430/2009
Valor: R$ 916,11

Processo de Cobrança nº 900.748/2009
Notificado: CERÂMICA ITAÚBA-LTDA.
CNPJ: 09.525.387/0001-74 NFLDP nº 232/2009
Valor: R$ 42.776,47

Processo de Cobrança nº 900.747/2009
Notificado: CERÂMICA ITAÚBA-LTDA.
CNPJ/CPF: 09.525.387/0001-74 NFLDP nº 231/2009
Valor: R$ 52.854,01

Processo de Cobrança nº 900.746/2009
Notificado: CERÂMICA ITAÚBA-LTDA.
CNPJ/CPF: 09.525.387/0001-74 NFLDP nº 230/2009
Valor: R$ 33.926,16

Processo de Cobrança nº 900.745/2009
Notificado: CERÂMICA ITAÚBA-LTDA.
CNPJ/CPF: 09.525.387/0001-74 NFLDP nº 229/2009
Valor: R$ 50.151,72

Processo de Cobrança nº 900.744/2009
Notificado: CERÂMICA ITAÚBA-LTDA.
CNPJ/CPF: 09.525.387/0001-74 NFLDP nº 228/2009
Valor: R$ 72.218,48

Processo de Cobrança nº 900.743/2009
Notificado: CERÂMICA ITAÚBA-LTDA.
CNPJ/CPF: 09.525.387/0001-74 NFLDP nº 227/2009
Valor: R$ 70.684,43

Processo de Cobrança nº 900.740/2009
Notificado: CERÂMICA ITAÚBA-LTDA.
CNPJ/CPF: 09.525.387/0001-74 NFLDP nº 226/2009
Valor: R$ 66.070,47

Processo de Cobrança nº 900.739/2009
Notificado: CERÂMICA ITAÚBA-LTDA.
CNPJ/CPF: 09.525.387/0001-74 NFLDP nº 225/2009
Valor: R$ 75.286,58

Processo de Cobrança nº 900.738/2009
Notificado: CERÂMICA ITAÚBA-LTDA.
CNPJ/CPF: 09.525.387/0001-74 NFLDP nº: 224/2009
Valor: R$ 67.604,52

Processo de Cobrança nº 900.737/2009
Notificado: CERÂMICA ITAÚBA-LTDA.
CNPJ/CPF: 09.525.387/0001-74 NFLDP nº 223/2009
Valor: R$ 622,29

Processo de Cobrança nº 900.916/2009
Notificado: ISAIAS DE SOUSA VIANA-ME
CNPJ/CPF: 63.547.392/0001-23 NFLDP nº 279/2009
Valor: R$ 5.292,82

Processo de Cobrança nº 900.914/2009
Notificado: ISAIAS DE SOUSA VIANA-ME
CNPJ/CPF: 63.547.392/0001-23 NFLDP nº 277/2009
Valor: R$ 5.639,28

Processo de Cobrança nº 900.915/2009
Notificado: ISAIAS DE SOUSA VIANA-ME
CNPJ/CPF: 63.547.392/0001-23 NFLDP nº 278/2009
Valor: R$ 4.280,98

Processo de Cobrança nº 900.999/2009
Notificado: IMOBILIÁRIA ISÍDIO PINTO-LTDA.
CNPJ/CPF: 06.917.843/0001-33 NFLDP nº 433/2009
Valor: R$ 3.579,56

Processo de Cobrança nº 901.002/2009
Notificado: FRANCISCO DAS CHAGAS ALEXANDRE-FI
CNPJ/CPF: 23.573.710/0001-06 NFLDP nº 429/2009
Valor: R$ 22.068,32

Processo de Cobrança nº 901.001/2009
Notificado: FAMAS-IMÓVEIS E AGROPECUÁRIA-LTDA.
CNPJ/CPF: 06.880.629/0001-50 NFLDP nº 428/2009
Valor: R$ 4.753,19

Processo de Cobrança nº 900.996/2009
Notificado: CERÂMICA CLEPAN-LTDA.
CNPJ/CPF: 10.463.149/0001-60 NFLDP nº 437/2009
Valor: R$ 173.371,43

Processo de Cobrança nº 900.912/2009
Notificado: BARREIRO DA LAGOA COM. DE ARGILA E AREIA-LTDA.
CNPJ/CPF: 35.214.972/0001-63 NFLDP nº 274/2009
Valor: R$ 823.065,32

Processo de Cobrança nº 900.907/2009
Notificado: BARREIRO DA LAGOA COM. DE ARGILA E AREIA-LTDA.
CNPJ/CPF: 35.214.972/0001-63 NFLDP nº 269/2009
Valor: R$ 886,47

Processo de Cobrança nº 900.911/2009
Notificado: ANTONIO BARBOSA ALVES
CNPJ/CPF: 071.320.423-00 NFLDP nº 273/2009
Valor: R$ 13.650,77

Processo de Cobrança nº 900.742/2009
Notificado: ANITA COSTA NUNES-FI
CNPJ/CPF: 00.467.609/0001-75 NFLDP nº 222/2009
Valor: R$ 4.054,02

Processo de Cobrança nº 901.000/2009
Notificado: JÚLIO CÉSAR PINTO VENTURA-FI
CNPJ/CPF: 35.218.395/0001-88 NFLDP nº 431/2009
Valor: R$ 14.255,52

RELAÇÃO N° 79/2011

CONCESSÃO DE LAVRA (Código 5.49)

Fica(m) o(s) abaixo relacionado(s) cientes(s) da não apresentação de RECURSO administrativo; restando-lhe(s) pagar ou parcelar o(s) débito(s) apurado(s) da Compensação Financeira pela Ex-

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ploração de Recursos Minerais - CFEM (art. 3º, IX, da Lei nº 8.876/94, c/c as Leis nº 7.990/89, nº 8.001/90, art. 61 da Lei nº 9.430/96, Lei nº 9.993/00, nº 10.195/01 e nº 10.522/02), no prazo de 10(dez) dias, sob pena de inscrição em Dívida Ativa, CADIN e ajuizamento da ação de execução.

Processo de Cobrança nº 900.950/2009
Notificado: MIDOL - MINERAÇÃO DOLOMITA LTDA
CNPJ/CPF: 09.409.822/0001-03 NFLDP nº 381/2009
Valor: R$ 762.610,38

Fica(m) o(s) abaixo relacionado(s) cientes(s) de que não houve a apresentação da(s) DEFESA(S) administrativa(s); restando-lhe(s) pagar ou parcelar o(s) débito(s) apurado(s) da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - CFEM (art. 3º, IX, da Lei nº 8.876/94, c/c as Leis nº 7.990/89, nº 8.001/90, art. 61 da Lei nº 9.430/96, Lei nº 9.993/00, nº 10.195/01 e nº 10.522/02), no prazo de 10(dez) dias, sob pena de inscrição em Dívida Ativa, CADIN e ajuizamento da ação de execução.

Processo de Cobrança nº 900.758/2009
Notificado: CERÂMICA NORGUAÇÚ S/A
CNPJ/CPF 07.177.611/0001-59 NFLDP nº 235/2009
Valor: R$ 2.934,69

Processo de Cobrança nº 900.965/2009
Notificado: CONDADO COM. E INDÚSTRIA EXTRATIVA DE MINÉRIOS LTDA
CNPJ/CPF 07.037.542/0001-88 NFLDP nº 463/2009
Valor: R$ 49,18

Processo de Cobrança nº 900.963/2009
Notificado: CONDADO COM. E INDÚSTRIA EXTRATIVA DE MINÉRIOS LTDA
CNPJ/CPF 07.037.542/0001-88 NFLDP nº 464/2009
Valor: R$ 169,08

Processo de Cobrança nº 900.964/2009
Notificado: CONDADO COM. E INDÚSTRIA EXTRATIVA DE MINÉRIOS LTDA
CNPJ/CPF 07.037.542/0001-88 NFLDP nº 465/2009
Valor: R$ 226,65

Processo de Cobrança nº 900.765/2009
Notificado LUNA S/A
CNPJ/CPF 07.574.221/0001-12 NFLDP nº 239/2009
Valor: R$ 12.310,94
Processo de Cobrança nº 900.757/2009
Notificado BRITABOA LTDA
CNPJ/CPF 04.321.577/0001-56 NFLDP nº 245/2009
Valor: R$ 61.640,63

Processo de Cobrança nº 900.763/2009
Notificado CARCAL CARCARÁ IND. MINERAÇÃO LTDA
CNPJ/CPF 11.858.779/0001-54 NFLDP nº 240/2009
Valor: R$ 14.892,06

Processo de Cobrança nº 900.766/2009
Notificado: CERÂMICA DO CARIRI S/A CECASA
CNPJ/CPF 07.174.006/0001-24 NFLDP nº 238/2009
Valor: R$ 1.626,03

Processo de Cobrança nº 900.922/2009
Notificado: J.L. FREITAS & CIA LTDA
CNPJ/CPF 07.020.290/0001-84 NFLDP nº 289/2009
Valor: R$ 238.836,41

Processo de Cobrança nº 900.903/2009
Notificado: CEARITA EMPRESA DE MINERAÇÃO INDUSTRIAL LTDA
CNPJ/CPF 07.197.221/0001-40 NFLDP nº 281/2009
Valor: R$ 179.590,41

Processo de Cobrança nº 900.904/2009
Notificado: CEARITA EMPRESA DE MINERAÇÃO INDUSTRIAL LTDA
CNPJ/CPF 07.197.221/0001-40 NFLDP nº 280/2009
Valor: R$ 138.374,47

Processo de Cobrança nº 900.977/2009
Notificado: CROATÁ MINERAÇÃO LTDA
CNPJ/CPF 35.240.027/0001-36 NFLDP nº 418/2009
Valor: R$ 520,91

Processo de Cobrança nº 900.660/2009
Notificado: OLYMPIA MINERAL LTDA
CNPJ/CPF 10.372.233/0001-79 NFLDP nº 257/2009
Valor: R$ 513.815,87

Processo de Cobrança nº 901.137/2009
Notificado: CIGRAMA-CIA. DE GRANITOS E MÁRMORES-LTDA.
CNPJ/CPF: 23.464.530/0001-96 NFLDP nº 456/2009
Valor: R$ 3.452,61

FERNANDO ANTÔNIO DA COSTA ROBERTO

SUPERINTENDÊNCIA NO ESPÍRITO SANTO

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 134/2011

Fase de Autorização de Pesquisa
Concede anuência e autoriza averbação da cessão parcial de direitos(175)
896.864/2008-OCIMAR SFALSIN- Alvará n°10.908/2009 - Cessionario:896.137/2011-Cerâmica Massa Ltda-ME- CPF ou CNPJ 10.846.472/0001-13
896.138/2009-RIO DOCE MINERAÇÃO LTDA- Alvará n°12.269/2009 - Cessionario:86.051/2011-TERCOL TERRAPLENAGEM E CONSTRUÇÕES LTDA- CPF ou CNPJ 04.443.710/0001-47
896.837/2009-RIO DOCE MINERAÇÃO LTDA- Alvará n°12.282/2010 - Cessionario:896.050/2011 e 896.052/2011-TERCOL TERRAPLENAGEM E CONSTRUÇÕES LTDA- CPF ou CNPJ 04.443.710/0001-47
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total de direitos(281)
890.237/1989-MINERAÇÃO ALTO LAGE LTDA- Cessionário:MINERBOM - Mineração Bonadiman Ltda-ME- CPF ou CNPJ 08.032.703/0001-03- Alvará n°4.876/2000
896.699/2008-OSMAR GERALDO FRISSO - ME- Cessionário:LEIDE MONTEIRO BASTO-ME- CPF ou CNPJ 03.421.060/0001-76- Alvará n°6.398/2009
896.265/2010-ECOAREIA COMÉRCIO DE AREIA LTDA- Cessionário:Miguel Ferri Lourencini- CPF ou CNPJ 282.626.207-63- Alvará n°12.344/2010
Nega Aprovação ao relatório de pesquisa(318)
896.568/2004-UESLEI PIMENTEL
Fase de Requerimento de Lavra
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total do requerimento de Lavra(1043)
890.563/1993-ROCHA BRANCA MINERAÇÃO COMÉRCIO E EXPORTAÇÃO LTDA.- Alvará n°5.646/2002 - Cessionário: JR MINERAÇÃO LTDA- CNPJ 08.920.453/0001-48
896.270/1997-ITAGREY MINERAÇÃO E EXPLORAÇÃO LTDA. ME.- Alvará n°3.875/2000 - Cessionário: GRANFIM MINERAÇÃO LTDA-ME- CNPJ 03.461.197/0001-54
896.119/2001-BEG MINERAÇÃO LTDA- Alvará n°4.769/2001 - Cessionário: Toledo Granitos do Brasil Ltda-ME- CNPJ 03.848.164/0001-61
896.847/2007-TRIANON-ADMINISTRAÇÃO E COMÉRCIO LTDA- Alvará n°003.342/1960 - Cessionário: MICRON-ITA Industria e Comércio de Minerais Ltda- CNPJ 36.398.113/0001-34

RELAÇÃO Nº 141/2011

Fase de Requerimento de Pesquisa
Indefere requerimento de pesquisa por interferência total(121)
896.880/2006-MARCOS SÉRGIO PINTO
Indefere requerimento de Autorização de Pesquisa- não cumprimento de exigência(122)
890.910/1993-GIROMAR EXTRAÇÃO DE MINERAIS LTDA.
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(131)
896.975/2009-RIO DOCE MINERAÇÃO LTDA-OF. N°2.334/2011
Indefere pedido de reconsideração(181)
896.325/2009-EDINEI OLIVEIRA GASPAR
Fase de Autorização de Pesquisa
Multa aplicada/ prazo para pagamento 30 dias(225)
896.212/2002-GATTI & PEDRONI LTDA ME -AI N°303/2008
896.212/2005-VICTORY MINERAÇÃO DO BRASIL LTDA ME -AI N°303/2008
Determina arquivamento Auto de infração(230)
896.296/2001-ESPÓLIO DE ARISTEU FRISSO-AI N°40/2008
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)
896.764/2006-GRANITOS CALABREZ LTDA-OF. N°2.106/2011
Nega Aprovação ao relatório de pesquisa(318)
896.484/2003-IMETAME GRANITOS LTDA
896.453/2007-FIMAGRAN GRANITOS LTDA. - ME.
Auto de infração lavrado/Relatório de Pesquisa- prazo p/ defesa ou pagamento 30 dias(638)
896.234/2003-WALDEMAR COSTA FABRES FILHO.-AI N°161/2011
896.410/2003-GRAMACAP - GRANITOS E MARMORES CAPIXABA LTDA-AI N°175/2011
896.445/2003-PEDRO ALCANTARA-AI N°174/2011
896.451/2003-ELIANA DE ARAUJO MIRANDA-AI N°173/2011
896.458/2003-ROBERTO OLIVEIRA MARES GUIA-AI N°172/2011
896.467/2003-ECOAREIA COMÉRCIO DE AREIA LTDA-AI N°171/2011
896.470/2003-DUNAS MINERAÇÃO E CONSTRUÇÃO LTDA-AI N°158/2011
896.580/2003-MINERAÇÃO VG LTDA ME-AI N°164/2011
896.615/2003-ARETEC ? EXTRAÇÃO DE AREIA LTDA ME-AI N°177/2011
896.618/2003-MARIO LUCIO GORZA-AI N°170/2011
896.650/2003-RENATO FELIPE MARIM-AI N°167/2011
896.661/2003-REFRIGERANTES COROA LTDA-AI N°163/2011
896.674/2003-ROCHA BRANCA MINERAÇÃO COMÉRCIO E EXPORTAÇÃO LTDA.-AI N°166/2011
896.684/2003-ELSON MIGUEL MAIA-AI N°165/2011
896.707/2003-G.T.N. GRANITOS LTDA-AI N°160/2011
896.620/2004-G. F. PONTES MATERIAL DE CONSTRUÇÃO - ME-AI N°169/2011
Fase de Disponibilidade
Auto de Infração lavrado / Prazo para defesa ou pagamento 30 dias.(1842)
896.199/2003-JOSE ALVES PESSOA- AI N°159/2011

SAMANTA AUGUSTO SOUZA CRUZ
Substituta

SUPERINTENDÊNCIA NO RIO GRANDE DO SUL

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 34/2011

Fase de Autorização de Pesquisa
Torna sem efeito despacho publicado(192)
810.652/2009-COOPERATIVA MINERAÇÃO DE SAO MARCOS LTDA- DOU de 28.04.2011 Rel.022/11
Retificação de despacho(1387)
810.235/2005-JOSÉ ALÍRIO LENZI - Publicado DOU de 05.11.2008, Relação n° 14, Seção I, pág. - Onde se lê:" Prorrogação por 02(dois)anos";Leia-se:"Prorrogação por 03(tres)anos".
810.237/2005-JOSÉ ALÍRIO LENZI - Publicado DOU de 05.11.2008, Relação n° 14, Seção I, pág. - Onde se lê:" Prorrogação por 02(dois)anos";Leia-se:"Prorrogação por 03(tres)anos".
Fase de Licenciamento
Despacho de retificação do Registro de Licença(741)
810.186/1983-EXTRAÇÃO DE BASALTO BOSCHETTI LTDA ME- Registro de Licença N°331/1983-Onde a Poligonal passa a ter novo memorial com área de 1,95ha.
810.174/1992-CERAMICA ORLANDIN LTDA ME- Registro de Licença N°1.264/1996-Onde a Poligonal passa a ter novo memorial com área de 0,70ha.
810.321/2005-CLAUDIOMIRO GUSBERTI- Registro de Licença N°3.052/2005-Onde a Poligonal passa a ter novo memorial com área de 1,94ha.
811.187/2009-EUCLIDES EURICO POTT ME- Registro de Licença N°047/2010-Onde se lê:...prazo até:03.11.2012...; Leia a se:...prazo até:03.11.2019...
Fase de Requerimento de Lavra
Retifica despacho de aprovação do Relatório Final de Pesquisa(1280)
810.039/1991-MARMORARIA ÁGUA VERDE LTDA - Publicado DOU de 12.05.1998, Relação n° 03/98, Seção I, pág. 118- "...com redução de área para 810,38ha..."

SÉRGIO BIZARRO CESAR

SUPERINTENDÊNCIA NO RIO DE JANEIRO

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 122/2011

Fase de Requerimento de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(131)
890.394/2008-INDUSTRIA CERÂMICA TRÊS IRMÃOS LTDA ME-OF. N°1.887/2011 DGTM
890.202/2010-MINERAMIX SERVIÇOS LTDA-OF. N°1976/2011-DGTM
890.338/2011-FAZENDAS REUNIDAS JÚLIO AVELINO S A-OF. N°1978/2011-DGTM
890.389/2011-ANTONIO CARLOS DE SANTANA-OF. N°1977/2011-DGTM
Fase de Autorização de Pesquisa
Concede anuência e autoriza averbação da cessão parcial de direitos(175)
890.032/2010-DOMINGOS GATTO NUNES COMERCIO E EXPLORAÇÃO DE MINERAL E CONSTRUÇÃO CIVIL- Alvará n°6.686/2010 - Cessionario:890.402/2011-DOMINGOS GATTO NUNES- CPF ou CNPJ 598.240.267-20
Indefere requerimento de transformação do regime de Autorizaçãode Pesquisa para Licenciamento(186)
890.077/2010-AROLDO TAVARES RANGEL
Determina o arquivamento definitivo do processo(279)
890.512/2007-BRASCAN IMOBÍLIÁRIA INCORPORAÇÕES S. A.
890.559/2007-MINERAÇÃO GALÁCIA LTDA
890.026/2008-EMPRESA DE ÁGUA MINERAL LEGAL DE ITAPERUNA LTDA
890.088/2008-VALDEVINO DE SOUZA CAVALCANTE
890.212/2008-ANTONIO CARLOS DE SANTANA
890.214/2008-MINERAÇÃO QUARTZOMEX LTDA
890.227/2008-AREAL RECREIO LTDA
890.231/2008-URUPÁ MINERAÇÃO LTDA.
Não conhece solicitação protocolizada por falta de previsão legal.(1865)
890.199/2010-RUDVER VIEIRA MONTEIRO - (232) IMPROCEDENTE DENÚNCIA DE LAVRA ILEGAL
Fase de Licenciamento
Fica NOTIFICADO para pagar, parcelar ou apresentar defesa, relativo aos débitos de CFEM, no prazo de 10 (dez)(179)
890.385/2005-HELIO DA CONCEIÇÃO CRUZ ME- NOT Nº002/2011-DIPAR-R$ 15.251,39 (quine mil, duzentos e cinquenta e um reais e nove centavos)

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Fase de Requerimento de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)
890.490/2004-COMÉRCIO DE PEDRAS PARAÍSO DE PÁDUA LTDA-OF. N°1.993/2011 DGTM
Não conhece solicitação protocolizada por falta de previsão legal.(1865)
890.497/2003-As alegações da Itaboraí Empreendimentos S/A (i)Nulidade do Alvará de autorização e pesquisa (ii)Anulação do procedimento da outorga do direito minerário (iii)irregularidade na apresentação do Atestado de Capacidade Financeira para execução do Plano de Aproveitamento Econômico ? P.A.E.
Fase de Requerimento de Licenciamento
Outorga o Registro de Licença com vigência a partir dessa publicação:(730)
890.215/2010-AREAL SÃO BENEDITO DE SEROPÉDICA LTDA ME-Registro de Licença n°2.646/2011 de 16/06/2011-Vencimento em 28/02/2012
890.216/2010-AREAL SÃO BENEDITO DE SEROPÉDICA LTDA ME-Registro de Licença n°2.647/2011 de 16/06/2011-Vencimento em 28/02/2012
890.239/2010-AREAL SÃO BENEDITO DE SEROPÉDICA LTDA ME-Registro de Licença n°2.648/2011 de 16/06/2011-Vencimento em 28/02/2012
Determina arquivamento definitivo do processo(1147)
890.403/2010-AROLDO TAVARES RANGEL
Indefere requerimento de licença - área sem oneração/Port.266/2008(1281)
890.419/2011-SIRLEI GOMES DE OLIVEIRA ME

CARLOS ALBERTO MONTEIRO DA COSTA
Substituto

SUPERINTENDÊNCIA EM MINAS GERAIS

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 368/2011

Fase de Requerimento de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(131)
830.319/2009-JOSÉ FRANCISCO PEREIRA DA SILVA DE PÁDUA-OF. N°1306/11-DGTM
831.540/2009-ANGLO FERROUS MINAS RIO MINERAÇÃO S.A-OF. N°1294/11-DGTM
832.879/2009-BENEDITO ANTONIO DE ALMEIDA-OF. N°1285/11-DGTM
830.238/2010-JOAQUIM NELSON DE MOURA-OF. N°1299/11-DGTM
830.339/2010-FERNANDA AMADO FREITAS CORREA-OF. N°1295/11-DGTM
830.915/2010-JOSE CARLOS FRANCO JUNQUEIRA-OF. N°1309/11-DGTM
831.176/2010-SINVAL NUNES DA SILVA-OF. N°1284/11-DGTM
831.448/2010-CERÂMICA CEZARETTO LTDA-OF. N°1301/11-DGTM
831.640/2010-DEVANEI AGOSTINHO RODRIGUES-OF. N°1304/11-DGTM
831.642/2010-DEVANEI AGOSTINHO RODRIGUES-OF. N°1303/11-DGTM
832.669/2010-USINAS SIDERÚRGICAS DE MINAS GERAIS S.A.-OF. N°1302/11-DGTM
832.671/2010-USINAS SIDERÚRGICAS DE MINAS GERAIS S.A.-OF. N°1307/11-DGTM
832.977/2010-SOCIEDADE DE INCORPORAÇÕES E PARTICIPAÇÕES SODIPA LTDA-OF. N°1300/11-DGTM
834.547/2010-CALCÁRIO TRIÂNGULO INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.-OF. N°1283/11-DGTM
834.548/2010-CALCÁRIO TRIÂNGULO INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.-OF. N°1283/11-DGTM
834.549/2010-CALCÁRIO TRIÂNGULO INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.-OF. N°1282/11-DGTM
834.550/2010-CALCÁRIO TRIÂNGULO INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.-OF. N°1280/11-DGTM
834.552/2010-CALCÁRIO TRIÂNGULO INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.-OF. N°1298/11-DGTM
834.571/2010-FERROUS RESOURCES DO BRASIL SA-OF. N°930/11-DGTM
834.612/2010-DACAL MINERAÇÃO LTDA.-OF. N°1287/11-DGTM
834.705/2010-PARREIRAL INDUSTRIA E COMERCIO DE TIJOLOS LTDA-OF. N°1279/11-DGTM
834.850/2010-WESLEY SILVA GOMES-OF. N°1281/11-DGTM
834.868/2010-VALMIR ALVES ANTONIO-OF. N°1308/11-DGTM
834.879/2010-TRANSPORTE RAIAL LTDA-OF. N°1093/11-DGTM
830.080/2011-BRN MINERAÇÃO LTDA-OF. N°1296/11-DGTM
830.100/2011-JOSÉ GERALDO RAIMUNDO MACEDO-OF. N°1297/11-DGTM
830.475/2011-LUIZ CARMONA GASOLI-OF. N°1288/11-DGTM
Fase de Autorização de Pesquisa
Declara a nulidade do alvará de pesquisa(273)
834.854/2007-MINERAÇÃO NOSSA SENHORA DO PILAR-Alvará N°6619/09
Arquiva o relatório final de pesquisa -inexistência de jazida(319)
830.647/1996-CONSÓRCIO CAPIM BRANCO ENERGIA
Fase de Requerimento de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)
830.715/1999-MINERAÇÃO SANTA IZABEL LTDA - ME-OF. N°1293/11-DGTM
831.000/2000-AUGUMAR MINERAÇÃO LTDA-OF. N°39/11-CESD
Prorroga prazo para cumprimento de exigência(364)
005.175/1946-DRAGA EMPREENDIMENTOS LTDA-OF. N°928/11-FISC-60 dias
830.122/1981-ISHIZO EMPREENDIMENTOPARTICIPAÇÕES LTDA-OF. N°2459/11-FISC-180 dias
831.090/1997-CERÂMICA GARDÊNIA LTDA-OF. N°2566/11-FISC-60 dias
Auto de infração lavrado/Prazo para defesa ou pagamento 30 dias(806)
830.715/1999-Mineração Santa Izabel Ltda- AI N°1132/11-Superintendência DNPM/MG
Fase de Concessão de Lavra
Aprova o modelo de rotulo da embalagem de água(440)
830.622/1979-MANACÁ ÁGUAS MINERAIS LTDA.-Fonte: Ipê Branco - Marca: Panda - Embalagem: 20 L,sem gás.-JUATUBA/MG
830.220/1995-MANACÁ ÁGUAS MINERAIS LTDA.-Fonte:Roda D'Água - Marca:Roda D'Água - Embalagem: 20 L,sem gás.- JUATUBA/MG
830.596/2000-JOSÉ DO CARMO NINNI MINERADORA-Fonte:Bom Retiro I - Marca:Origem - Embalagem:6L e 12L,sem gás (Invólucro Plástico),6L,sem gás (caixa de papelão)- LAMBARI/MG
Auto de Infração lavrado - Prazo para defesa ou pagamento 30 dias(459)
806.569/1977-MINERAÇÃO MONTES CLAROS LTDA-AI N° 993/11-DNPM/MG
830.204/1985-TRIÂNGULO MINERAÇÃO LTDA- AI N° 795/11, para:GAR Mineração Comércio,Importação e Exportação Ltda
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(470)
806.569/1977-MINERAÇÃO MONTES CLAROS LTDA-OF. N°2881/11-FISC
830.218/1981-MINERAÇÃO ALTO GRANDE E AMAROS LTDA-OF. N°1267/11-DGTM
830.204/1985-TRIÂNGULO MINERAÇÃO LTDA-OF. N°2252/11-FISC e GAR Mineração Comércio,Importação e Exportação Ltda.
Fase de Lavra Garimpeira
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(530)
833.678/2004-COOPERATIVA MISTA DOS GARIMPEIROS DO CENTRO LESTE DE MINAS GERAIS - COOGEMIG-OF. N°3103/11-FISC
Fase de Requerimento de Licenciamento
Outorga o Registro de Licença com vigência a partir dessa publicação:(730)
832.120/2008-MINERADORA DO VALE LTDA. - M.E.-Registro de Licença n°3618/11 de 13/04/11-Vencimento em 16/06/2018
830.614/2009-ELIAS SIQUEIRA BAGNI-Registro de Licença n°3610/11 de 08/04/11-Vencimento em 14/01/2014
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(1155)
834.601/2010-LETICIA MACEDO DE CAMPOS-OF. N°1310/11-DGTM
Fase de Requerimento de Registro de Extração
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(825)
832.055/2009-DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DE MINAS GERAIS-OF. N°533/11-DGTM
830.323/2010-PREFEITURA MUNICIPAL DE MALACACHETA-OF. N°610/11-DGTM

EMANUEL MARTINS SIMÕES COELHO
Substituto

RELAÇÃO Nº 377/2011

Fase de Autorização de Pesquisa
Torna sem efeito exigência(199)
833.582/2010-VICENZA MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S A.-OF. N°2588/11-DOU de 08/06/11
Retifica despacho de aprovação do Relatório Final de Pesquisa(1782)
830.105/2004-MINERAÇÃO SANTA CAROLINA LTDA - Publicado DOU de 28/07/2010, Relação n° 215/2010, Seção 1, pág. 153- Onde se lê:'...Aprova o Relatório de Pesquisa (317)..." Leia-se:...Aprova o Relatório Final de Pesquisa com redução de área, de 198,36 ha para 49,90 ha.

EMANUEL MARTINS SIMÕES COELHO
Substituto

SUPERINTENDÊNCIA NO PARÁ

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 190/2011

Fase de Requerimento de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(131)
851.028/2008-FALCON METAIS LTDA-OF. N°2.685/2011
851.035/2008-FALCON METAIS LTDA-OF. N°2.685/2011
851.047/2008-FALCON METAIS LTDA-OF. N°2.685/2011
851.048/2008-FALCON METAIS LTDA-OF. N°2.685/2011
851.051/2008-FALCON METAIS LTDA-OF. N°2.685/2011
851.293/2008-MOACIR JOSÉ SPANHOLI-OF. N°2.661/2011
850.063/2009-REINARDA MINERAÇÃO LTDA-OF. N°2.662/2011
850.084/2009-VANESSA CORREA DO CARMO-OF. N°2.663/2011
850.126/2009-MINERAÇÃO VALE DOS REIS LTDA-OF. N°2.664/2011
850.340/2009-DOURAVE MINERAÇÃO E EXPLORAÇÃO MINERAL LTDA.-OF. N°2.665/2011
850.352/2009-HM DO BRASIL LTDA-OF. N°2.666/2011
850.358/2009-RUBENS ZÍLIO-OF. N°2.667/2011
850.478/2009-POTASSIO DO BRASIL LTDA-OF. N°2.668/2011
850.488/2009-VALDINEI MAURO DE SOUZA-OF. N°2.669/2011
850.743/2009-ARAÇATUBA PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS E MINERAÇÃO LTDA.-OF. N°2.680/2011
850.845/2009-AGUA AZUL MINERADORA LTDA-OF. N°2.670/2011
850.032/2010-ARAÇATUBA PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS E MINERAÇÃO LTDA.-OF. N°2.680/2011
850.039/2010-ARAÇATUBA PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS E MINERAÇÃO LTDA.-OF. N°2.680/2011
850.140/2010-ÁGUA NOVA PESQUISAS MINERAIS LTDA.-OF. N°2.678/2011
850.274/2010-PEDREIRA VALE DO ABUNÃ LTDA-OF. N°2.679/2011
850.275/2010-PEDREIRA VALE DO ABUNÃ LTDA-OF. N°2.679/2011
850.816/2010-ELECTRUM CAPITAL PESQUISA DE RECURSOS MINERAIS LTDA.-OF. N°2.671/2011
850.841/2010-ÁGUA NOVA PESQUISAS MINERAIS LTDA.-OF. N°2.678/2011
850.905/2010-AMAZONAS EXPLORAÇÃO E MINERAÇÃO LTDA.-OF. N°2.672/2011
850.906/2010-AMAZONAS EXPLORAÇÃO E MINERAÇÃO LTDA.-OF. N°2.672/2011
850.008/2011-CLEONICE DE OLIVEIRA DANIN-OF. N°2.673/2011
850.010/2011-MINERAÇÃO REGENT BRASIL LTDA.-OF. N°2.677/2011
850.011/2011-MINERAÇÃO REGENT BRASIL LTDA.-OF. N°2.677/2011
850.031/2011-LOS ANDES MINERAÇÃO LTDA-OF. N°2.675/2011
850.134/2011-MINERAÇÃO REGENT BRASIL LTDA.-OF. N°2.677/2011
850.232/2011-MINERAÇÃO RIO DEZOITO LTDA.-OF. N°2.676/2011
850.241/2011-IVANILDE COSTA ALMEIDA-OF. N°2.674/2011
Fase de Autorização de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)
850.415/2006-DENIS JOSÉ SANGREMAN MOURA-OF. N°2.452/2011
850.595/2007-BRAZAURO RECURSOS MINERAIS LTDA-OF. N°2.453/2011
850.596/2007-BRAZAURO RECURSOS MINERAIS LTDA-OF. N°2.453/2011
850.644/2009-BRAZIL AMERICAS INVESTMENTS & PARTICIPATION MINERAÇÃO LTDA.-OF. N°2.454/2011
850.848/2009-MARLENE SOARES TAVARES-OF. N°2.455/2011
Homologa renúncia da Autorização de Pesquisa(294)
850.256/2008-ONCELOT PARTICIPAÇÕES LTDA. -Alvará N°14.744/2008
850.257/2008-ONCELOT PARTICIPAÇÕES LTDA. -Alvará N°14.745/2008
850.258/2008-ONCELOT PARTICIPAÇÕES LTDA. -Alvará N°14.746/2008
850.259/2008-ONCELOT PARTICIPAÇÕES LTDA. -Alvará N°14.747/2008
850.260/2008-ONCELOT PARTICIPAÇÕES LTDA. -Alvará N°14.748/2008
850.262/2008-ONCELOT PARTICIPAÇÕES LTDA. -Alvará N°14.749/2008
850.266/2008-ONCELOT PARTICIPAÇÕES LTDA. -Alvará N°14.750/2008
850.270/2008-ONCELOT PARTICIPAÇÕES LTDA. -Alvará N°14.739/2008
850.272/2008-ONCELOT PARTICIPAÇÕES LTDA. -Alvará N°14.740/2008
850.273/2008-ONCELOT PARTICIPAÇÕES LTDA. -Alvará N°14.741/2008
Nega Aprovação ao relatório de pesquisa(318)
850.410/2003-IMERYS RIO CAPIM CAULIM S/A
Prorroga por 03 (três) anos o prazo de validade da autorização de pesquisa(326)
850.444/2002-CODELCO DO BRASIL MINERAÇÃO LTDA-ALVARÁ N°11.948/2006
850.625/2005-AGROPECUÁRIA SANTA BÁRBARA XINGUARA SA-ALVARÁ N°14.377/2007
850.146/2006-COMPANHIA BRASILEIRA DE ALUMÍNIO-ALVARÁ N°11.991/2006
Multa aplicada (Relatório de Pesquisa)/ Prazo para pagamento 30 dias(644)
850.458/2001-RIO TINTO DESENVOLVIMENTOS MINERAIS LTDA
850.460/2001-RIO TINTO DESENVOLVIMENTOS MINERAIS LTDA
850.461/2001-RIO TINTO DESENVOLVIMENTOS MINERAIS LTDA

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Fase de Registro de Extração
Autoriza prorrogação do prazo do Registro de Extração por 02 anos(940)
850.544/2008-8°BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO-Registro de Extração N°010/2008 de 27/01/2009
850.545/2008-8°BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO-Registro de Extração N°011/2008 de 27/01/2009
850.546/2008-8°BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO-Registro de Extração N°012/2008 de 06/07/2009
850.547/2008-8°BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO-Registro de Extração N°013/2008 de 27/01/2009
850.548/2008-8°BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO-Registro de Extração N°014/2008 de 27/01/2009
850.549/2008-8°BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO-Registro de Extração N°015/2008 de 27/01/2009

RELAÇÃO Nº 191/2011

Fase de Autorização de Pesquisa
Concede anuência e autoriza averbação da cessão parcial de direitos(175)
850.199/2004-MINERAÇÃO PARAGOMINAS S A- Alvará n°1.870/2005 - Cessionario:850.737/2010-TROPICÃO INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE BEBIDAS LTDA - EPP- CPF ou CNPJ 83.319.442/0001-22
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total de direitos(281)
850.275/2003-TAPAJOS MINERACAO LTDA- Cessionário:BRAZILIAN RESOURCES MINERAÇÃO LTDA.- CPF ou CNPJ 06.878.495/0001-32- Alvará n°17.242/2010
850.487/2009-DIOGO SAMPAIO DE SOUZA- Cessionário:ROGÉRIO VALADARES GONTIJO- CPF ou CNPJ 228.596.756-04- Alvará nº5.974/2010
850.660/2009-PAULO ROBERTO FONSECA AZEVEDO-Cessionário:AVELINO VIEIRA FERNANDEZ- CPF ou CNPJ 101.190.945-68- Alvará nº4.787/2010
Indefere pedido de prorrogação do prazo para requerer concessão de lavra(561)
850.005/1996-VALE S A
Fase de Disponibilidade
Declara PRIORITÁRIO, pretendente da área em disponibilidade para pesquisa(303)
850.835/2009-MESSIAS RODRIGUES COSTA
Fase de Requerimento de Lavra Garimpeira
Outorga a Permissão de Lavra Garimpeira com vigência a partir dessa publicação:(513)
850.239/2011-GILBERTO TADEU MONTEIRO - PLG N°001/2011 de 08/06/2011 - Prazo 05 anos

RELAÇÃO Nº 192/2011

Fase de Autorização de Pesquisa
Torna sem efeito despacho publicado(192)
850.285/2001-MINERAÇÃO PARAGOMINAS S A- DOU de 10/06/2011
850.112/2007-RIO GRANDE MINERAÇÃO S A- DOU de 28/03/2008

EVERY G. TOMAZ DE AQUINO

SUPERINTENDÊNCIA NO PARANÁ

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE

RELAÇÃO Nº 111/2011

Fase de Requerimento de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(131)
826.239/2011-EXTRAÇÃO DE AREIA FUNDÃO LTDA-OF. N°1037/2011
826.241/2011-MINERAX MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÕES LTDA.-OF. N°1022/2011, 1024/2011 E 1025/2011
826.243/2011-MINERAX MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÕES LTDA.-OF. N°1021/2011 E 1023/2011
826.280/2011-CONSTRUMAQ LTDA-OF. N°1067/2011
Fase de Autorização de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)
826.274/2008-CERAMICA SETENTA LTDA-OF. N°1046/2011
826.275/2008-CERAMICA SETENTA LTDA-OF. N°1045/2011
826.342/2008-VALDIR LUIS BERTICELLI-OF. N°1018/2011
Prorroga prazo para cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(252)
826.208/2005-VALDEMAR SANDI-OF. N°303/2011
Aprova o relatório de Pesquisa(317)
826.079/1994-MINERAÇÃO MERCANTIL MARACAJU LTDA.-AREIA
826.080/1994-MINERAÇÃO MERCANTIL MARACAJU LTDA.-AREIA
826.008/2005-J. A. GAI COMÉRCIO DE AREIA ME-AREIA E ARGILA
826.506/2007-MARGEM COMPANHIA DE MINERAÇÃO-ARGILA INDUSTRIAL
826.072/2008-J. A. GAI COMÉRCIO DE AREIA ME-AREIA E ARGILA
826.541/2008-AREIAL ROGALSKI LTDA-AREIA
826.694/2008-J. A. GAI COMÉRCIO DE AREIA ME-AREIA
Determina o arquivamento imposição de multa(1810)
826.095/2004-CIMENTO RIO BRANCO S.A.- DOU de 04/02/2011
Torna sem efeito Auto de Infração - INICIO DE PESQ(1872)
826.095/2004-CIMENTO RIO BRANCO S.A.- AI N°312/2010
Fase de Requerimento de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)
820.366/1983-TERRA MATER PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA.-OF. N°1026/2011
826.151/1990-SANTA MONICA MINÉRIOS LTDA-OF. N°1041/2011
826.665/1995-WALTER MARTINS DE OLIVEIRA ANDREIS - ME-OF. N°1027/2011
826.035/1998-CUBATÃO DRAGAGENS LTDA.-OF. N°1039/2011
826.161/1998-LUCIANE SLONIKARZ-OF. N°1033/2011
826.500/2005-PORTO DE AREIA POR DO SOL LTDA.-OF. N°1040/2011
826.688/2005-SANTA MARIA CIA DE PAPEL E CELULOSE-OF. N°1036/2011
Prorroga prazo para cumprimento de exigência(364)
820.975/1987-TERRA MATER PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA.-OF. N°1444/2010-180 dias
826.514/1995-MINERAÇÃO E TRANSPORTE ZUCCHI LTDA.-OF. N°469/2009-180 dias
826.113/1997-KIANI EDA EXTRAÇÃO DE AREIA LTDA EPP-OF. N°1453/2010-180 dias
826.267/1997-VOTORANTIM CIMENTOS BRASIL S A-OF. N°670/2009-180 dias
826.479/2001-TERRA MATER PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA.-OF. N°1455/2010-180 dias
826.270/2005-AREIAL RESSACA LTDA-OF. N°1007/2009-180 dias
826.396/2005-AREIAL RESSACA LTDA-OF. N°1024/2009-180 dias
826.400/2005-MINERAÇAO CERRADOGRANDE LTDA-OF. N°1563/2010-180 dias
Determina cumprimento de exigência - Prazo 180 dias(1054)
826.151/1990-SANTA MONICA MINÉRIOS LTDA-OF. N°1042/2011
826.035/1998-CUBATÃO DRAGAGENS LTDA.-OF. N°1038/2011
826.161/1998-LUCIANE SLONIKARZ-OF. N°1032/2011
Fase de Concessão de Lavra
Multa aplicada /Prazo para pagamento 30 dias(460)
826.175/1994-HOBI & CIA.LTDA.- AI Nº 287/2010
Fase de Requerimento de Registro de Extração
Indefere requerimento de Registro de Extração- não cumprimento de exigência(830)
826.111/2008-PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO DO TENENTE
826.210/2009-BARBOSA FERRAZ PREFEITURA
826.313/2009-PREFEITURA MUNICIPAL DE CORBELIA
826.231/2010-PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES
Fase de Requerimento de Licenciamento
Indefere requerimento de licença - área sem oneração/Port.266/2008(1281)
826.139/2011-TEODOSIO PETRIU
826.140/2011-LORI JOÃO DRIES
Fase de Disponibilidade
Determina o arquivamento imposição de multa(1810)
826.482/2004-GILSON RENATO RINK- DOU de 04/02/2011
Determina arquivamento Auto de infração.(1844)
826.482/2004-GILSON RENATO RINK-AI N°140/2008

RELAÇÃO Nº 112/2011

Fase de Requerimento de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(131)
826.351/2010-ITAVEL SERVIÇOS RODOVIÁRIOS LTDA-OF. N°1089/2011
826.278/2011-TERRA MATER PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA.-OF. N°1090/2011
826.283/2011-CAL SANTA MARIA LTDA EPP-OF. N°1091/2011
Fase de Autorização de Pesquisa
Instaura processo administrativo de Declaração de Nulidade do Alvará(237)
826.079/2010-AREAL AGUA AZUL LTDA.- OF. N° 1073/2011
826.149/2011-MINERAÇÃO E TRANSPORTE ZUCCHI LTDA.- OF. N° 1064/2011
Nega provimento a defesa apresentada(242)
820.142/1987-MARCIA OSIAS DE AZEVEDO MELO
826.247/1997-MINERAÇÃO RIO DO LEÃO LTDA
826.248/1997-MINERAÇÃO RIO DO LEÃO LTDA
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)
826.207/2007-ITAJARA MINÉRIOS LTDA-OF. N°1087/2011
826.598/2008-CERÂMICA ROUVER LTDA-OF. N°1048/2011
Declara a nulidade do alvará de pesquisa(273)
826.218/2011-COTRAGON EXTRAÇÃO COMÉRCIO DE AREIA LTDA.-Alvará N°5.855/2011
Homologa renúncia da Autorização de Pesquisa(294)
826.434/2010-NEI RENE SCHUCK -Alvará N°12.179/2010
Fase de Requerimento de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)
826.281/1994-AREAL REALEZA LTDA-OF. N°1052/2011
826.283/1995-JOSÉ CARLOS FERRARESI - ME-OF. N°1060/2011
826.284/1995-JOSÉ CARLOS FERRARESI - ME-OF. N°1056/2011
826.659/1995-WALTER MARTINS DE OLIVEIRA ANDREIS - ME-OF. N°1028/2011
826.285/1997-NAVEGAÇÃO SÃO MARTINHO LTDA.-OF. N°1069/2011
826.327/2005-COMPACTA MINERADORA LTDA-OF. N°1049/2011
826.455/2008-AREAL AGUA AZUL LTDA.-OF. N°1085/2011
826.456/2008-AREAL AGUA AZUL LTDA.-OF. N°1084/2011
826.457/2008-AREAL AGUA AZUL LTDA.-OF. N°1082/2011
Prorroga prazo para cumprimento de exigência(364)
826.030/2000-MINERAÇÃO PIANARO LTDA-OF. N°1588/2010-180 dias
826.479/2003-MINERAÇÃO PIANARO LTDA-OF. N°1588/2010-180 dias
826.302/2005-MAICON R. RAUPP & CIA. LTDA.-OF. N°1547/2010-180 dias
826.677/2006-MINERAÇAO CERRADOGRANDE LTDA-OF. N°1563/2010-180 dias
Determina cumprimento de exigência - Prazo 180 dias(1054)
826.415/1991-PEDREIRA BRITAFOZ LTDA EPP-OF. N°1047/2011
826.144/1992-PEDREIRA BRITAFOZ LTDA EPP-OF. N°1054/2011
826.281/1994-AREAL REALEZA LTDA-OF. N°1053/2011
826.837/1994-CONSTRUTORA CASTILHO S A-OF. N°1055/2011
826.659/1995-WALTER MARTINS DE OLIVEIRA ANDREIS - ME-OF. N°1051/2011
826.665/1995-WALTER MARTINS DE OLIVEIRA ANDREIS - ME-OF. N°1050/2011
826.285/1997-NAVEGAÇÃO SÃO MARTINHO LTDA.-OF. N°1068/2011
826.327/2005-COMPACTA MINERADORA LTDA-OF. N°1019/2011
826.432/2005-AREAL AGUA AZUL LTDA.-OF. N°1080/2011
826.455/2008-AREAL AGUA AZUL LTDA.-OF. N°1086/2011
826.456/2008-AREAL AGUA AZUL LTDA.-OF. N°1083/2011
826.457/2008-AREAL AGUA AZUL LTDA.-OF. N°1081/2011
Fase de Concessão de Lavra
Aprova o modelo de rotulo da embalagem de água(440)
806.388/1973-AGUA MINERAL TIMBU LTDA- NOME DA FONTE: TIMBU; MARCA: TIMBU; EMBALAGENS DE 200 ML E 300 ML SEM GÁS, 350 ML COM E SEM GÁS, 500 ML COM E SEM GÁS, 500 ML (PRÁTIKA) SEM GÁS, 650 ML SEM GÁS E 1,5 L, 5 L, 10 L E 20 L SEM GÁS- ALMIRANTE TAMANDARÉ/PR
Fase de Licenciamento
Determina o cancelamento do Registro de Licença(704)
826.479/2009-CERÂMICA VISTA ALEGRE LTDA- Registro de Licença N°15/2009- Publicado no DOU de 13/10/2009
Autoriza averbação da Prorrogação do Registro de Licença(742)
826.290/1995-JOSÉ VENANCIO FERNANDES- Registro de Licença No.:439/1999 - Vencimento em 26/01/2013
826.257/1998-JOSÉ VENANCIO FERNANDES-FI- Registro de Licença No.:451/1999 - Vencimento em 26/01/2013
Homologa renúncia do registro de Licença(784)
826.317/2009-RIGESA, CELULOSE, PAPEL E EMBALAGENS LTDA
Fase de Disponibilidade
Nega provimento a defesa apresentada.(1847)
826.165/1998-MINERAÇÃO RIO DO LEÃO LTDA
826.166/1998-MINERAÇÃO RIO DO LEÃO LTDA

RELAÇÃO Nº 114/2011

Fase de Autorização de Pesquisa
Torna sem efeito despacho publicado(192)
826.581/2006-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A-DOU de 20/04/2011
Fase de Licenciamento
Torna sem efeito despacho de indeferimento(769)
826.326/2007-MARKIANO SCHASTAI ME- Publicado DOU de 03/03/2011
826.499/2008-CERÂMICA CENTRO SUL LTDA- Publicado DOU de 03/03/2011

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Fase de Requerimento de Lavra

Retifica despacho de aprovação do Relatório Final de Pesquisa(1280)

827.096/1996-MINERAÇÃO PORTO CAMARGO LTDA - Publicado DOU de 01/08/2005, Relação n° 24/2005, Seção 1, pág. 140- ONDE SE LÊ: "...TEM UM VÉRTICE A 482 METRO, NO RUMO VERDAEIRO DE 51º53'NE, DE UM PONTO DE COORDENADAS GEOGRÁFICAS: LAT 25º00'08,7"S E LONG 53º26'46,4"W..." LEIA-SE: "...TEM UM PONTO DE AMARRAÇÃO COINCIDENTE COM O PRIMEIRO VÉRTICE DE COORDENADAS GEOGRÁFICAS: LAT -24º59'58"252 E LONG -53º26'30"329..."

RELAÇÃO Nº 115/2011

Fase de Autorização de Pesquisa

Concede anuência e autoriza averbação da cessão total de direitos(281)

826.428/2007-RENE ROGÉRIO COSTA- Cessionário:AREAL PRATA LTDA. ME- CPF ou CNPJ 04.421.460/0001-44- Alvará n°4.065/2009

Prorroga por 03 (três) anos o prazo de validade da autorização de pesquisa(326)

826.581/2006-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A-ALVARÁ N°4.475/2008

Fase de Licenciamento

Concede anuência e autoriza averbação da cessão total de direitos(749)

826.290/1995-JOSÉ VENANCIO FERNANDES- Cessionário:MARIA ROSA DE OLIVEIRA & CIA. LTDA. ME- CNPJ 07.474.709/0001-78- Registro de Licença n°439/1999- Vencimento da Licença: 26/01/2013

826.257/1998-JOSÉ VENANCIO FERNANDES-FI- Cessionário:MARIA ROSA DE OLIVEIRA & CIA. LTDA. ME- CNPJ 07.474.709/0001-78- Registro de Licença n°451/1999- Vencimento da Licença: 26/01/2013

FRANCISCO NAILOR CORAL

SUPERINTENDÊNCIA EM SÃO PAULO

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 77/2011

Fase de Requerimento de Autorização de Pesquisa

Por força da liminar concedida na Ação Civil Pública nº 5004891-93.2011.404.7000/PR que determinou o bloqueio de novas autorizações na região compreendida entre os municípios de Adrianópolis/PR e Iguape/SP, FICA SUSPENSA A TRAMITAÇÃO DO PROCESSO até que estudos e monitoramentos sejam realizados e demonstrem queda no teor de chumbo nos sedimentos do leito do rio a níveis seguros (1.56)

821312/1998 COMÉRCIO E EXTRAÇÃO DE AREIA E PEDREGULHO SÃO SEBASTIÃO LTDA820268/2009 Piramide Extração e Comércio de Areia Ltda.820440/2009 Extração de Areia Ariebir Ltda820255/2011 Piramide Extração e Comércio de Areia Ltda.820371/2011 Mineração Guaramin Ltda.820507/2011 Itaoeste Serviços e Participações Ltda.820508/2011 Itaoeste Serviços e Participações Ltda.820510/2011 Itaoeste Serviços e Participações Ltda.820511/2011 Itaoeste Serviços e Participações Ltda.820512/2011 Itaoeste Serviços e Participações Ltda.820517/2011 Itaoeste Serviços e Participações Ltda.

RELAÇÃO Nº 78/2011

Fase de Disponibilidade

Por força da liminar concedida na Ação Civil Pública nº 5004891-93.2011.404.7000/PR que determinou o bloqueio de novas autorizações na região compreendida entre os municípios de Adrianópolis/PR e Iguape/SP, FICA SUSPENSA A TRAMITAÇÃO DO PROCESSO até que estudos e monitoramentos sejam realizados e demonstrem queda no teor de chumbo nos sedimentos do leito do rio a níveis seguros (3.16)

820544/1981 BUNGE FERTILIZANTES S/A821080/1997 Karl Heinz Bauermeister821554/2000 Piramide Extração e Comércio de Areia Ltda.821555/2000 Piramide Extração e Comércio de Areia Ltda.820041/2003 Terra Mater Participações e Empreendimentos LTDA.820102/2003 Vicente Pavone820957/2003 FRANCISCO AROLDO AIRES DE SA BARRET820319/2006 Vale do Paititi Ltda Me

RICARDO DE OLIVEIRA MORAES
Substituto

Ministério do Desenvolvimento Agrário

GABINETE DA MINISTRA

PORTARIA Nº 36, DE 21 DE JUNHO DE 2011

A MINISTRA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, interina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos II e IV, da Constituição Federal, e tendo em vista o disposto no parágrafo único do art. 27 da Portaria Interministerial MPOG/MF/CGU nº. 127, de 29 de maio de 2008, resolve:

Art. 1º Fica prorrogado até 30 de junho de 2011, em função do inciso III, do art. 1°, do Decreto n° 7.468, de 28 de abril de 2011, o prazo fixado para cumprimento da condição suspensiva previsto nos contratos de repasse firmados no exercício de 2009, desde que feitas às adequações nos planos de trabalho e apresentadas às justificativas.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

MÁRCIA DA SILVA QUADRADO

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA

PORTARIA Nº 283, DE 21 DE JUNHO DE 2011

O PRESIDENTE DO INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso VII do art. 21, da Estrutura Regimental, aprovada pelo Decreto nº 6.812, de 3 de abril de 2009, combinado com os incisos V e VII, do art. 122 do Regimento Interno do INCRA, aprovado pela Portaria/MDA/Nº 20, de 8 de abril de 2009, resolve:

Art.1º Aprovar "ad referendum" do Conselho Diretor, a Instrução Normativa nº 67, de 15 de junho de 2011, que "Fixa valores e normas gerais para a implementação do Crédito Instalação aos beneficiários dos projetos da Reforma Agrária", publicada no DOU nº 119, de 22 de junho de 2011, Seção 1, página 104.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CELSO LISBOA DE LACERDA

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO DISTRITO FEDERAL E ENTORNO

PORTARIA Nº 115, DE 22 DE JUNHO DE 2011

O SUPERINTENDENTE REGIONAL DO INCRA NO DISTRITO FEDERAL E ENTORNO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 132, inciso VIII, do Regimento Interno desta Autarquia, aprovado pela PORTARIA/MDA/N.º 20, de 08 de abril de 2009, publicado no DOU N.º 68 de 09/04/09.

CONSIDERANDO a necessidade de dar destinação ao imóvel rural denominado Fazendas Monjolos e Lagoa Bonita, com área total registrada de 537,2400 ha (quinhentos e trinta e sete hectares e vinte e quatro ares) e medida de 430,8784 ha (quatrocentos e trinta hectares, oitenta e sete ares e oitenta e quatro centiares), localizado na Região Administrativa de Planaltina, no Distrito Federal, declarado de interesse social para fins de Reforma Agrária, pelo Decreto de 15 de agosto de 2005, e publicado no D.O.U. de 16 de agosto de 2005, cuja imissão de posse se deu em 14 de março de 2008; e

CONSIDERANDO que os órgãos técnicos, específicos desta Superintendência Regional, procederam a análise no Processo INCRA/SR(28)N.º 54700.000706/2003-64 e decidiram pela regularidade da proposta, de acordo com os atos normativos que regulamentam a matéria, resolve:

Art.1º - Aprovar a proposta de destinação para assentamento de agricultores do imóvel rural acima citado, com área total medida de 430,8784 ha (quatrocentos e trinta hectares, oitenta e sete ares e oitenta e quatro centiares), localizado na Região Administrativa de Planaltina, no Distrito Federal, que prevê a criação de 53 (cinquenta e três) unidades agrícolas familiares;

Art. 2º - Criar o Projeto de Assentamento Márcia Cordeiro Leite, código SIPRA DF 0193000, a ser implantado e desenvolvido por esta Superintendência Regional, em articulação com a Diretoria de Obtenção de Terras e Implantação de Projetos de Assentamento - DT e a Diretoria de Desenvolvimento de Projetos de Assentamento - DD do INCRA.

MARCO AURÉLIO BEZERRA DA ROCHA

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM MINAS GERAIS

PORTARIA Nº 60, DE 30 DE MARÇO DE 2011

A SUPERINTENDENTE REGIONAL DO INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 132, do Regimento Interno da Autarquia, aprovado pela Portaria MDA/Nº 20, de 08 de abril de 2009, publicada no Diário Oficial da União de do dia 09 dos mesmos mês e ano e, Portaria/INCRA/P/Nº 317, de 18 de maio de 2010, publicada no Diário Oficial do dia 19 dos mesmos mês e ano:

CONSIDERANDO o que consta dos Processos Administrativos INCRA/SR-06/MG nº 54170.002318/2004-34, que trata de Contrato de Assentamento da Parcela nº 123 do Projeto de Assentamento NOVA TANGARÁ, localizado no município de UBERLÂNDIA, estado de Minas Gerais, resolve:

I - RESCINDIR o Contrato de Assentamento nº MG023500000124, de 23 de julho de 2004, relativo ao beneficiário Olívio Francisco - Carteira de Identidade nº 13.279.451-2 SSP/SP e CPF nº 062.566.248-23;

II - DETERMINAR à Divisão de Desenvolvimento do INCRA/MG, à adoção de providências visando destinar o lote a novo candidato selecionado pelo Programa Nacional de Reforma Agrária;

II Tornar sem efeito a PORTARIA/INCRA/SR-06/MG/Nº50/2011, publicada no DOU de 25/05/2011, Seção 1.

LUCI RODRIGUES ESPESCHIT

PORTARIA Nº 61, DE 13 DE JUNHO DE 2011

A SUPERINTENDENTE REGIONAL DA SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE MINAS GERAIS DO INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 132, do Regimento Interno da Autarquia, aprovado pela Portaria MDA/Nº 20, de 08 de abril de 2009, publicada no Diário Oficial da União de do dia 09 dos mesmos mês e ano e, Portaria/INCRA/P/Nº 317, de 18 de maio de 2010, publicada no Diário Oficial do dia 19 dos mesmos mês e ano:

CONSIDERANDO o que consta do Processo Administrativo INCRA/SR-06/MG nº 54170.005100/2005-12, que trata de Contrato de Assentamento da parcela nº 83 do Projeto de Assentamento NOVA LAGOA RICA, localizado no município de PARACATU, estado de Minas Gerais, resolve:

I - RESCINDIR o Contrato de Assentamento nº MG005200000187, de 18 de agosto de 2006, relativo à beneficiária Coraci Gonçalves da Silva - Carteira de Identidade nº MG-12.233.411 SSP/MG e CPF nº 752.220.866-15.

II - DETERMINAR à Divisão de Desenvolvimento do INCRA/MG, a adoção de providências visando destinar o lote a novo candidato selecionado pelo Programa Nacional de Reforma Agrária.

LUCI RODRIGUES ESPESCHIT

PORTARIA Nº 62, DE 20 DE JUNHO DE 2011

A SUPERINTENDENTE REGIONAL DA SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE MINAS GERAIS DO INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 132, do Regimento Interno da Autarquia, aprovado pela Portaria MDA/Nº 20, de 08 de abril de 2009, publicada no Diário Oficial da União de do dia 09 dos mesmos mês e ano e, Portaria/INCRA/P/Nº 317, de 18 de maio de 2010, publicada no Diário Oficial do dia 19 dos mesmos mês e ano:

CONSIDERANDO o que consta do Processo Administrativo INCRA/SR-06/MG nº 54170.003899/1998-31, que trata de Contrato de Assentamento da parcela nº 01 do Projeto de Assentamento LOGRADOURO, localizado no município de RIACHINHO, estado de Minas Gerais, resolve:

I - RESCINDIR o Contrato de Assentamento nº MG010300000101, de 14 de outubro de 1998, relativo ao beneficiário Divino Rosa da Luz - Carteira de Identidade nº M-633.304 SSP/MG e CPF nº 123.358.946-68.

II - DETERMINAR à Divisão de Desenvolvimento do INCRA/MG, a adoção de providências visando destinar o lote a novo candidato selecionado pelo Programa Nacional de Reforma Agrária.

LUCI RODRIGUES ESPESCHIT

PORTARIA Nº 63, DE 20 DE JUNHO DE 2011

A SUPERINTENDENTE REGIONAL DA SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE MINAS GERAIS DO INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 132, do Regimento Interno da Autarquia, aprovado pela Portaria MDA/Nº 20, de 08 de abril de 2009, publicada no Diário Oficial da União de do dia 09 dos mesmos mês e ano e, Portaria/INCRA/P/Nº 317, de 18 de maio de 2010, publicada no Diário Oficial do dia 19 dos mesmos mês e ano:

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

CONSIDERANDO o que consta do Processo Administrativo INCRA/SR-06/MG nº 54170.008994/2005-01, que trata de Contrato de Assentamento da parcela nº 33 do Projeto de Assentamento NOVO PROGRESSO, localizado no município de DOM BOSCO, estado de Minas Gerais, resolve:

I - RESCINDIR o Contrato de Assentamento nº MG042000000030, de 16 de dezembro de 2005, relativo ao beneficiário Maximiano Faustino de Oliveira - Carteira de Identidade nº MG-10.974.719 SSP/MG e CPF nº 069.693.176-17.

II - DETERMINAR à Divisão de Desenvolvimento do INCRA/MG, a adoção de providências visando destinar o lote a novo candidato selecionado pelo Programa Nacional de Reforma Agrária.

LUCI RODRIGUES ESPESCHIT

SECRETARIA DA AGRICULTURA FAMILIAR

RETIFICAÇÃO

Na Portaria SAF n° 15, de 20 de agosto de 2009, publicada na seção 1, página 118, do Diário Oficial da União do dia 28 de agosto de 2009, no parágrafo único do Art. 10° onde se lê "... como referência para a expectativa de produção das culturas no município, a melhor produtividade obtida no município nos últimos 5 (cinco) anos, conforme relatórios fornecidos pelo IBGE." leia-se "...como expectativa de produção de cada cultura coberta pelo Garantia-Safra, a média calculada a partir dos registros de rendimento médio da produção dos últimos 10 (dez) anos do IBGE, excluindo-se do cálculo o maior e o menor rendimento médio da produção registrados".

Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, NORMALIZAÇÃO E QUALIDADE INDUSTRIAL

PORTARIA Nº 267, DE 21 DE JUNHO DE 2011

O PRESIDENTE DO INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, NORMALIZAÇÃO E QUALIDADE INDUSTRIAL - INMETRO, no uso de suas atribuições, conferidas no § 3º do artigo 4º da Lei n.º 5.966, de 11 de dezembro de 1973, no inciso I do artigo 3º da Lei n.º 9.933, de 20 de dezembro de 1999, e no inciso V do artigo 18 da Estrutura Regimental da Autarquia, aprovada pelo Decreto n° 6.275, de 28 de novembro de 2007;

Considerando a alínea f do subitem 4.2 do Termo de Referência do Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade, aprovado pela Resolução Conmetro n.º 04, de 02 de dezembro de 2002, que atribui ao Inmetro a competência para estabelecer as diretrizes e critérios para a atividade de avaliação da conformidade;

Considerando o disposto na Portaria Inmetro nº 482, de 07 de dezembro de 2010, que aprova os Requisitos de Avaliação da Conformidade para Pneus Novos, Destinados a Motocicletas, Motonetas, Ciclomotores, Automóveis de Passageiros, Inclusive os de Uso Misto e Rebocados, Veículos Comerciais, Comerciais Leves e Rebocados;

Considerando a necessidade de aperfeiçoar e promover ajustes nos critérios fixados pelos Regulamentos Técnicos da Qualidade para Pneus Novos de Automóvel de Passageiros, para Veículos Comerciais, Comerciais Leves e Rebocados e para Motocicleta, Motoneta e Ciclomotor, aprovados, respectivamente, pelas Portarias Inmetro nº 165, de 30 de maio de 2008, nº 205, de 17 de junho de 2008, e nº 83, de 13 de março de 2008;

Considerando a necessidade de esclarecer e redefinir os prazos estabelecidos na Portaria Inmetro nº 482/2010, assim como aperfeiçoar os Requisitos de Avaliação da Conformidade por ela aprovados, resolve baixar as seguintes disposições:

Art. 1º Cientificar que o artigo 4º da Portaria Inmetro nº 482/2010 passará a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 4º - Determinar que a partir de 18 (dezoito) meses, contados da data de publicação desta Portaria, os pneus novos já citados deverão ser fabricados e importados somente em conformidade com os Requisitos ora aprovados." (N.R.)

Art. 2º Cientificar que o artigo 5º da Portaria Inmetro nº 482/2010 passará a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 5º Determinar que a partir de 30 (trinta) meses, contados da data de publicação desta Portaria, os pneus novos anteriormente citados deverão ser comercializados, no mercado nacional, somente em conformidade com os Requisitos ora aprovados." (N.R.)

Art. 3º Cientificar que o artigo 7º da Portaria Inmetro nº 482/2010 passará a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 7º Cancelar, 18 (dezoito) meses apos a publicação desta Portaria, a Regra Especifica NIE-DQUAL-044 Rev.00, de julho/2000, para Certificação de Pneus Novos de Automóveis, Caminhões e Ônibus, e a Regra Especifica NIE-DINQP-089 Rev.01, de março de 1999, para Certificação de Pneus Novos de Motocicleta, Motoneta e Ciclomotor." (N.R.)

Art. 4º Cientificar que o artigo 8º da Portaria Inmetro nº 482/2010 passará a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 8º Revogar, 30 (trinta) meses apos a publicação deste documento, a Portaria Inmetro nº 5, de 14 de janeiro de 2000, publicada no Diário Oficial da União de 19 de janeiro de 2000, seção 01, páginas 17 a 20, e a Portaria Inmetro nº 35, de 5 de marco de 2001, publicada no Diário Oficial da União de 29 de março de 2001, seção 01, páginas 14 a 18." (N.R.)

Art. 5º Cientificar que a definição constante no subitem 4.7 dos Requisitos de Avaliação da Conformidade para Pneus Novos, aprovado pela Portaria Inmetro nº 482/2010, passará a vigorar com a seguinte redação:

"4.7 Fornecedor: É toda pessoa física ou jurídica, publica ou privada, nacional ou estrangeira, bem como os entes despersonalizados, legalmente estabelecido no país, que desenvolve atividades de produção,montagem, criação, construção, transformação, importação, exportação, distribuição de produtos ou prestação de serviços e é a única parte legitima para pleitear o Registro de Objeto junto ao Inmetro, na condição de solicitante". (N.R.)

Art.6º Cientificar que a alínea "e" do subitem 6.1.1, dos Requisitos de Avaliação da Conformidade supramencionados, passará a vigorar com a seguinte redação:

"e) cópia do certificado do Sistema de Gestão da Qualidade de acordo com norma ABNT NBR ISO 9001ou ISO/TS 16949, referentes ao CTPD e a(s) fábrica(s) a ele vinculada(s). Os certificados e relatórios referentes ao Sistema de Gestão, emitidos por um OAC estrangeiro devem estar acompanhados de tradução juramentada no idioma português." (N.R.)

Art.7º Incluir o subitem 9.3.3 nos Requisitos de Avaliação da Conformidade anteriormente citados, com a seguinte redação:

"9.3.3 Os documentos para a renovação do Registro do objeto devem ser os descritos no subitem 9.1.4".

Art.8º Incluir o subitem 9.5 nos Requisitos de Avaliação da Conformidade já mencionados, com a seguinte redação:

"9.5 Manutenção do Registro

9.5.1 A manutenção do Registro está condicionada ao cumprimento dos requisitos previstos na Resolução Conmetro nº 05/2008 ou nos RAC aplicáveis a cada objeto passível de Registro de Objeto.

9.5.2 A solicitação da manutenção do Registro deve ser feita ao Inmetro, pelo Fornecedor, através do sítio http://www.inmetro.gov.br/qualidade/regObjetos.asp, com antecedência mínima de 20 (vinte) dias do vencimento de sua validade.

9.5.3 O não atendimento deste prazo por parte do Fornecedor pode acarretar a suspensão do seu Registro ocasionando, por conseqüência, a suspensão da Autorização de Uso do Selo de Identificação da Conformidade.

9.5.4 O Fornecedor detentor do Registro deve encaminhar ao Inmetro, no ato da solicitação de manutenção, documento formal declarando que as condições técnico-organizacionais que deram origem à concessão inicial da avaliação da conformidade continuam sendo cumpridas.

9.5.5 O Inmetro avalia a solicitação e, caso todos os documentos estejam de acordo com o estabelecido nesse procedimento, o Registro fica mantido."

Art.9º Cientificar que o subitem 12.1 dos Requisitos de Avaliação da Conformidade, aprovados pela Portaria Inmetro nº 482/2010, passará a vigorar com a seguinte redação:

"12.1 Os ensaios previstos nestes RAC devem ser realizados em laboratórios de 3º parte, acreditados pela Cgcre, ou em laboratórios de 1º parte, acreditados pela Cgcre, desde que acompanhado pelo OAC." (N.R.)

Art. 10 Cientificar que o item 14, dos Requisitos de Avaliação da Conformidade para Pneus Novos, aprovados pela Portaria Inmetro nº 482/2010, passará a vigorar com a seguinte redação:

"14 ENCERRAMENTO DA CERTIFICAÇÃO

O encerramento da Certificação dar-se-á nas hipóteses de cancelamento da fabricação/importação dos produtos certificados ou de transferência para outro OAC. O OAC deve assegurar que os objetos certificados antes desta decisão estejam em conformidade com os Requisitos de Avaliação da Conformidade.

14.1 No caso de transferência para outro OAC, este deve realizar uma reavaliação e emitir novo certificado de conformidade.

14.2 No caso de cancelamento da certificação, o OAC deve formalizar, imediatamente, ao Inmetro o motivo desta decisão." (N.R.)

Art. 11 Permitir ao fabricante do pneu que utilize a temperatura ambiente do laboratório de ensaio acima de 30º C, mantendo-se os demais requisitos previstos nos Regulamentos Técnicos da Qualidade aprovados pelas Portarias Inmetro nº 83/2008, nº 165/2008 e nº 205/2008.

Art. 12 Cientificar que o subitem 4.1.3.2, dos Requisitos aprovados pela Portaria Inmetro nº 83/2008, passará a vigorar com a seguinte redação:

"4.1.3.2 para os pneus de estrutura radial, a letra "R" situada antes da indicação do diâmetro do aro." (N.R.)

Art. 13 Cientificar que o subitem 4.1.3.3, dos Requisitos aprovados pela Portaria Inmetro nº 83/2008, passará a vigorar com a seguinte redação:

"4.1.3.3 para os pneus de estrutura diagonal cintada, a letra "B" situada antes da indicação do diâmetro do aro ou as palavras "DIAGONAL CINTADO" ou "BIAS-BELTED." (N.R.)

Art.14 Cientificar que o subitem 5.2.3, dos Requisitos aprovados pela Portaria Inmetro nº 83/2008, passará a vigorar com a seguinte redação:

"5.2.3 A medição do diâmetro externo do pneu deve ser realizada, no mínimo, após seis horas do término do ensaio de velocidade sob carga. O valor medido não deve exceder 3,5% do valor medido do diâmetro externo antes do ensaio". (N.R.)

Art. 15 Cientificar que o subitem 5.1.3.2, dos Requisitos aprovados pelas Portarias Inmetro nº 165/2008 e nº 205/2008, passará a vigorar com a seguinte redação:

"5.1.3.2 para os pneus de estrutura radial, a letra "R" situada antes da indicação do diâmetro do aro" (N.R.)

Art. 16 Revogar, de imediato, o subitem 5.1.7, dos Requisitos aprovados pelas Portarias Inmetro nº 165/2008 e nº 205/2008.

Art. 17 Cientificar que o subitem 1.1 do Anexo 1 da Portaria Inmetro nº 205/2008 passará a vigorar com a seguinte redação:

"1.1 Inflá-lo a pressão indicada pelo fabricante para carga máxima admissível, correspondente ao seu índice de carga máxima. Não havendo indicação específica do fabricante, reportar-se às tabelas do Manual Técnico da ALAPA." (N.R.)

Art. 18 Esclarecer que poderão ser utilizados dados dos Manuais Técnicos da European Tyre and Rim Technical Organisation - ETRTO, The Tire and Rim Association of America - TRA e Japan Automobile Tyre Manufacturers Association - JATMA, no caso de serem omissos os constantes no Manual Técnico da Associação Latino Americana de Pneus e Aros - ALAPA.

Art. 19 Determinar que deverão ser cumpridas as demais disposições contidas na Portaria Inmetro nº 83/2008, na Portaria Inmetro nº 165/2008, na Portaria Inmetro nº 205/2008 e na Portaria Inmetro nº 482/2010.

Art. 20 Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

JOÃO ALZIRO HERZ DA JORNADA

PORTARIA Nº 268, DE 21 DE JUNHO DE 2011

O PRESIDENTE DO INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, NORMALIZAÇÃO E QUALIDADE INDUSTRIAL - INMETRO, no uso de suas atribuições, conferidas no § 3º do artigo 4º da Lei n.º 5.966, de 11 de dezembro de 1973, no inciso I do artigo 3º da Lei n.º 9.933, de 20 de dezembro de 1999, e no inciso V do artigo 18 da Estrutura Regimental da Autarquia, aprovada pelo Decreto n° 6.275, de 28 de novembro de 2007;

Considerando a alínea f do subitem 4.2 do Termo de Referência do Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade, aprovado pela Resolução Conmetro n.º 04, de 02 de dezembro de 2002, que atribui ao Inmetro a competência para estabelecer as diretrizes e critérios para a atividade de avaliação da conformidade;

Considerando a necessidade de atender a Portaria Inmetro nº 382, de 28 de setembro de 2010, que aprova o Regulamento Técnico Mercosul sobre Requisitos Essenciais de Segurança para Produtos Elétricos de Baixa Tensão;

Considerando a necessidade de estabelecer requisitos mínimos de segurança de dispositivos elétricos utilizados em Instalações Elétricas de Baixa Tensão até 1 kV com corrente nominal até 63A, com foco na prevenção de incêndios e acidentes elétricos;

Considerando a necessidade de regulamentar os segmentos de fabricação e importação de dispositivos elétricos utilizados em Instalações Elétricas de Baixa Tensão, de modo a estabelecer regras equânimes para o conhecimento público, segundo o Decreto Presidencial n.° 97.280, de 16 de dezembro de 1988, que padroniza as tensões nominais de distribuição em 127 V e 220 V;

Considerando que é dever do Estado prover a concorrência entre empresas que trabalhem com qualidade e com justeza para o país, resolve baixar as seguintes disposições:

Art. 1° Estabelecer que esta Portaria abrangerá, exclusivamente, os dispositivos elétricos de baixa tensão, relacionados em seu Anexo.

Art. 2º Cientificar que a Consulta Pública que colheu contribuições, tanto de setores especializados quanto da sociedade em geral, para a elaboração do documento técnico ora aprovado foi divulgada pela Portaria Inmetro n.º 388, de 30 de setembro de 2010, publicada no Diário Oficial da União - DOU de 04 de outubro de 2010, seção 01, página 88.

Art. 3° Determinar que as partes e as peças destinadas à condução de energia elétrica não deverão conter ligas ferrosas.

Art. 4° Determinar que os parafusos, rebites, ilhoses, pinos, molas e quaisquer outras peças ou outros componentes destinados exclusivamente à fixação das partes condutoras ao corpo do produto ou do condutor ao terminal, poderão conter ligas ferrosas.

Art. 5° Estabelecer que os conectores, fios, cabos, cordões flexíveis e quaisquer outros dispositivos elétricos de baixa tensão que podem ser comercializados fracionados, comercializados por atacadistas e varejistas, deverão manter a embalagem do produto disponível no estabelecimento.

Art. 6° Proibir a fabricação, importação e comercialização de lâmpadas fluorescentes tubulares de 18W e 36W com tubo de diâmetro T8 marcadas com as potências de 20W e 40W, respectivamente.

Parágrafo Único: As lâmpadas de 20W e 40W só deverão ser comercializadas no Brasil com tubo T10 ou T12.

Art. 7° Determinar que as bases originalmente desenvolvidas para lâmpadas halógenas de tungstênio de baixa voltagem (12V), tipos G4, GU4, GY4, GX5.3, GU5.3, G6.35, GY6.35, GU7 e G53, não deverão ser utilizadas para fins gerais com lâmpadas halógenas de tungstênio com tensões nominais superiores a 50 V.

Art. 8° Determinar que os dispositivos elétricos de baixa tensão deverão ter as respectivas informações obrigatórias, previstas no anexo desta Portaria, na língua portuguesa, no corpo do produto.

§ 1° As embalagens deverão conter, além das informações obrigatórias exigidas em cada produto, em local de fácil visualização, de forma nítida, indelével e permanente, a razão social, endereço, Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ/Cadastro de Pessoa Física - CPF do fornecedor, encartelador ou montador.

§ 2° Quando a embalagem for transparente, permitindo a leitura das informações obrigatórias impressas no produto, não será exigida a gravação destas informações, sendo necessárias apenas as descritas no parágrafo anterior.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

§ 3° As embalagens e o corpo do produto deverão conter as tensões padronizadas pelo Decreto Presidencial nº 97.280, de 16 de dezembro de 1988, sendo aceita a indicação de faixa de tensão que contemple a tensão padronizada.

Art. 9° Determinar que a partir de 6 (seis) meses, contados da data de publicação desta Portaria, os dispositivos elétricos de baixa tensão deverão ser fabricados e importados somente em conformidade com o estabelecido nesta Portaria.

Parágrafo Único - A partir de 12 (doze) meses, contados da data de publicação desta Portaria, os dispositivos elétricos de baixa tensão deverão ser comercializados, no mercado nacional, por fabricantes e importadores, somente em conformidade com o estabelecido nesta Portaria.

Art. 10 Determinar que a partir de 18 (dezoito) meses, contados da data de publicação desta Portaria, os dispositivos elétricos de baixa tensão deverão ser comercializados, no mercado nacional, por atacadistas e varejistas, somente em conformidade com o estabelecido nesta Portaria.

Parágrafo Único - A determinação contida no caput não é aplicável aos fabricantes e importadores, que deverão observar os prazos estabelecidos no artigo anterior.

Art. 11 Determinar que a fiscalização do cumprimento das disposições contidas nesta Portaria, em todo o território nacional, estará a cargo do Inmetro e das entidades de direito público a ele vinculadas por convênio de delegação.

Parágrafo Único: A fiscalização observará os prazos fixados nos artigos 9º e 10 desta Portaria.

Art. 12 Aplicar a seus infratores, na inobservância das prescrições compreendidas na presente Portaria, as penalidades previstas na Lei n.° 9.933, de 20 de dezembro de 1999.

Art. 13 Revogar, a partir da data de publicação desta Portaria no Diário Oficial da União, a Portaria Inmetro nº 43, de 18 de abril de 1997, publicada no Diário Oficial da União de 23 de abril de 1997, seção 01, páginas 8026 e 8027.

Art. 14 Revogar, 18 (dezoito) meses após a publicação desta Portaria, a Portaria Inmetro n.º 27, de 18 de fevereiro de 2000, publicada no Diário Oficial da União de 22 de fevereiro de 2000, seção 01, páginas 11 e 12.

Art. 15 Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

JOÃO ALZIRO HERZ DA JORNADA

ANEXO

Os dispositivos elétricos de baixa tensão deverão ter as informações obrigatórias conforme a tabela abaixo:

Dispositivos elétricos de baixa tensão	Informações obrigatórias	Requisitos específicos
1) Aquecedor de água portátil ou ebulidor, e ferro de solda	1.1 Nome ou a marca ou o logotipo do fabricante/importador; 1.2 Tensão a que se destinam em volt (V); 1.3 Potência indicada em watt (W) ou corrente nominal em ampère (A).	a) Os componentes deverão atender individualmente as Portarias Inmetro e Resoluções Conmetro vigentes.
2) Blocos autônomos de iluminação e luminárias de emergência com lâmpadas tubulares, halógenas, incandescentes ou LED	2.1 Nome ou a marca ou o logotipo do fabricante/importador; 2.2 Tensão a que se destinam em volt (V); 2.3 Tensão da bateria em volt (V); 2.4 Fluxo luminoso nominal com difusor em lúmens (lm); 2.5 Autonomia com fluxo luminoso nominal em hora (h) ou minuto (min); 2.6 Capacidade da bateria em ampère hora (Ah).	a) Os componentes deverão atender individualmente as Portarias Inmetro e Resoluções Conmetro vigentes.
3) Chaves do tipo faca, com ou sem fusíveis, fusíveis (tipo rolha, faca e cartucho) e bases para fusíveis.	3.1 Nome ou a marca ou o logotipo do fabricante/importador; 3.2 Tensão a que se destinam em volt (V); 3.3 Corrente nominal em ampère (A).	-
4) Conectores	4.1 Nome ou a marca ou o logotipo do fabricante/importador; 4.2 Tensão a que se destinam em volt (V); 4.3 A seção nominal máxima do fio ou cabo, que pode ser conectado, em milímetros quadrado (mm²) ou conforme o símbolo adequado a norma ABNT NBR IEC 60998-1.	-
5) Estárteres	5.1 Nome ou a marca ou o logotipo do fabricante/importador; 5.2 Tensão a que se destinam em volt (V); 5.3 Potência em watt (W).	a) Os contatos dos estárteres poderão ser de alumínio.

Dispositivos elétricos de baixa tensão	Informações obrigatórias	Requisitos específicos
6) Extensões elétricas tipo enroladas	6.1 Nome ou a marca ou o logotipo do fabricante/importador; 6.2 Tensão a que se destinam em volt (V); 6.3 Deve conter a expressão na embalagem e no corpo do produto: "Usar o cabo totalmente desenrolado"; 6.4 Informar o comprimento nominal; 6.5 Conter a expressão "potência" do conjunto com sua indicação em volt ampère (VA) ou em watt (W), ou "corrente nominal" do conjunto com sua indicação em ampère (A); 6.6 As extensões elétricas, com comprimento nominal de até 2(dois) metros, deverão ter seção nominal mínima de 0,5 mm². Acima de 2 (dois) metros, a menor seção nominal deverá ser de 0,75 mm², respeitando-se a corrente nominal do conjunto.	a) Os componentes deverão atender individualmente as Portarias Inmetro e Resoluções Conmetro vigentes.
7) Fios, cabos e cordões	7.1 Nome, a marca ou o logotipo do fabricante/importador; 7.2 Denominação do produto (fio, cabo ou cordão); 7.3 Seção nominal em milímetro quadrado (mm²); 7.4 Tensão de isolamento a que se destinam em Volt (V); 7.5 Número da norma do produto; 7.6 Para fios, cabos e cordões que possuam seção nominal inferior a 1,5mm² deverão conter as informações na embalagem.	a) Os fios, cabos e cordões deverão atender individualmente as Portarias Inmetro e Resoluções Conmetro vigentes.
8) Filtros de linha, protetor elétrico, eletrônico, isolado e módulo isolador	8.1 Nome ou a marca ou o logotipo do fabricante/importador; 8.2 Tensão a que se destinam em volt (V); 8.3 Conter a expressão "potência" do conjunto com sua indicação em volt-ampère (VA) ou em watt (W), ou "corrente" do conjunto com sua indicação em ampère (A); 8.4 Deve conter a expressão na embalagem: "Não é um estabilizador de voltagem". Esta frase deverá ter tamanho de letra superior ao nome do produto; 8.5 Os filtros de linha, com cordão de alimentação com comprimento nominal de até 02 (dois) metros, deverão ter seção nominal mínima de 0,5 mm². Acima de 02 (dois) metros, a menor seção nominal deverá ser de 0,75 mm².	a) Os componentes deverão atender individualmente as Portarias Inmetro e Resoluções Conmetro vigentes.
9) Lâmpadas fluorescentes tubulares e circulares sem reator integrado à base	9.1 Nome ou a marca ou o logotipo do fabricante/importador; 9.2 Potência em watt (W).	a) A parte condutora interna dos terminais das lâmpadas fluorescentes poderá conter ligas ferrosas. b) Os contatos dos terminais poderão ser de alumínio.
10) Lâmpadas fluorescentes compactas, circulares ou com bulbo colorido, com reator integrado à base	10.1 Nome ou a marca ou o logotipo do fabricante/importador; 10.2 Potência em watt (W); 10.3 Tensão a que se destinam em volt (V);	a) Os casquilhos poderão ser de latão ou alumínio com tratamento superficial em níquel.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

	10.4 Fator de Potência (Fp ou PF ou cos α); 10.5 Temperatura máxima permissível na superfície externa da carcaça em graus Celsius (ºC).	
11) Lâmpadas incandescentes decorativas	11.1 Nome ou a marca ou o logotipo do fabricante/importador; 11.2 Potência em watt (W); 11.3 Tensão a que se destinam em volt (V).	a) São consideradas lâmpadas incandescentes decorativas: - bulbo iguais ou inferiores a 45 milímetros de diâmetro e com potências iguais ou inferiores a 40W, específicas para eletrodomésticos, para aplicação em fornos, refrigeradores, congeladores; - uso específico (aplicação em estufas, automotiva, sinalização de trânsito, etc.); - refletora; - e de bulbo decorativo. b) Os casquilhos poderão ser de alumínio.
12) Lâmpadas halógenas e dicróicas	12.1 Nome ou a marca ou o logotipo do fabricante/importador; 12.2 Potência em watt (W); 12.3 Tensão a que se destinam em volt (V).	a) Os terminais de contato das lâmpadas dicróicas poderão ser de material ferroso. b) Os casquilhos poderão ser de alumínio.

Dispositivos elétricos de baixa tensão	Informações obrigatórias	Requisitos específicos
13) Lâmpadas LED	13.1 Nome ou a marca ou o logotipo do fabricante/importador; 13.2 Potência em watt (W); 13.3 Tensão a que se destinam em volt (V); 13.4 Temperatura de cor (K).	a) Os terminais de contato das lâmpadas LED poderão conter ligas ferrosas. b) Os casquilhos poderão ser de latão ou alumínio com tratamento superficial em níquel.
14) Lustres e luminárias	14.1 Nome ou a marca ou o logotipo do fabricante/importador/montador; 14.2 Tensão a que se destinam em volt (V); 14.3 "Potência máxima", referente à lâmpada ou ao conjunto das lâmpadas a que se destinam, expressa em watt (W).	a) As indicações aludidas ao lado poderão ser gravadas ou indicadas por meio de etiquetas. b) Os componentes deverão atender individualmente as Portarias Inmetro e Resoluções Conmetro vigentes.
15) Luminárias tipo mangueiras natalinas	15.1 Nome ou a marca ou o logotipo do fabricante/importador; 15.2 Tensão a que se destinam em volt (V); 15.3 Potência máxima do conjunto em watt (W); 15.4 Para luminárias com lâmpadas incandescentes e LED deve conter a expressão na embalagem: "Atenção: Usar totalmente desenrolada".	a) Os componentes deverão atender individualmente as Portarias Inmetro e Resoluções Conmetro vigentes. b) A seção nominal do cabo/cordão deverá ser compatível com o determinado na norma NBR NM IEC 60.335-1, com seção mínima de 0,5mm².
16) Luminárias tipo pisca-pisca natalinas	16.1 Nome ou a marca ou o logotipo do fabricante/importador; 16.2 Tensão a que se destinam em volt (V); 16.3 Potência máxima do conjunto em watt (W).	a) Os terminais de contato das micro-lâmpadas poderão ser de material ferroso. b) Os componentes deverão atender individualmente as Portarias Inmetro e Resoluções Conmetro vigentes. c) A seção nominal do cabo/cordão deverá ser compatível com o determinado na norma NBR NM IEC 60.335-1, com seção mínima de 0,5mm².

Dispositivos elétricos de baixa tensão	Informações obrigatórias	Requisitos específicos
17) Porta Estárteres	17.1 Nome ou a marca ou o logotipo do fabricante/importador; 17.2 Tensão a que se destinam em Volt (V); 17.3 Potência Máxima em watts (W) ou Corrente nominal em ampère (A).	a) Os contatos dos portas estárteres poderão ser de alumínio.
18) Receptáculos para lâmpadas fluorescentes	18.1 Nome ou a marca ou o logotipo do fabricante/importador; 18.2 Tensão a que se destinam em Volt (V); 18.3 Potência em watt (W).	-
		a) Não serão abrangidos, por esta Portaria, os receptáculos cujas características construtivas especiais determinem sua utilização exclusiva em um equipamento ou aparelho eletrodoméstico. b) Os receptáculos, exceto os fixos ou pendentes, deverão possuir um
19) Receptáculos para lâmpadas incandescentes e fluorescentes compactas, do tipo "EDISON" (rosca).	19.1 Nome ou a marca ou o logotipo do fabricante/importador; 19.2 Tensão a que se destinam em volt (V);	sistema de trava contra rotação acidental quando da colocação ou retirada da lâmpada; c) Os terminais dos receptáculos deverão estar protegidos para evitar o contato acidental do usuário com as partes condutoras;
	19.3 Potência em watt (W) ou corrente nominal em ampère (A).	d) A rosca do receptáculo deve estar isolada em todo o seu diâmetro externo, bem como deverá ter profundidade suficiente para permitir o total encaixe do casquilho da lâmpada, descrito na norma NBR IEC 60061.
		e) Os contatos e roscas dos receptáculos deverão ser de cobre, liga de cobre ou alumínio. f) As roscas dos receptáculos deverão ser inteiras de cobre, liga de cobre ou alumínio. Não sendo permitido rosca de plástico.

Dispositivos elétricos de baixa tensão	Informações obrigatórias	Requisitos específicos
20) Sensor de Presença e Fotocélulas	20.1 Nome ou a marca ou o logotipo do fabricante/importador; 20.2 Tensão a que se destinam em volt (V); 20.3 Potência máxima em watt (W) ou corrente nominal em ampère (A).	-
21) Transformador (inversor eletrônico) para lâmpadas halógenas/dicróicas	21.1 Nome, a marca ou o logotipo do fabricante/importador; 21.2 Tensão de alimentação a que se destinam em Volt (V); 21.3 Potência em Watt (W); 21.4 Frequência de alimentação em Hertz (Hz); 21.5 Temperatura máxima permissível na superfície externa da carcaça (tc) em graus Celsius (ºC); 21.6 Temperatura ambiente máxima em graus Celsius (ºC).	-

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

22) Transformador de tensão	22.1 Nome, a marca ou o logotipo do fabricante/importador; 22.2 Tensão a que se destinam em Volt (V); 22.3 Capacidade máxima em watt (W) ou em volt-ampère (VA); 22.4 Frequência em Hertz (Hz).	a) Os componentes deverão atender individualmente as Portarias Inmetro e Resoluções Conmetro vigentes.
23) Variadores de luminosidade (dimmers) e de velocidade; interruptores tipo pêra, meio de cordão, fim de cordão e piso	23.1 Nome ou a marca ou o logotipo do fabricante/importador; 23.2 Tensão a que se destinam em volt (V); 23.3 Potência máxima em watt (W) ou corrente nominal em ampère (A).	

PORTARIA Nº 269, DE 21 DE JUNHO DE 2011

O PRESIDENTE DO INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, NORMALIZAÇÃO E QUALIDADE INDUSTRIAL - INMETRO, no uso de suas atribuições, conferidas no § 3º do artigo 4º da Lei n.º 5.966, de 11 de dezembro de 1973, no inciso I do artigo 3º da Lei n.º 9.933, de 20 de dezembro de 1999, e no inciso V do artigo 18 da Estrutura Regimental da Autarquia, aprovada pelo Decreto n° 6.275, de 28 de novembro de 2007;

Considerando a alínea f do subitem 4.2 do Termo de Referência do Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade, aprovado pela Resolução Conmetro n.º 04, de 02 de dezembro de 2002, que atribui ao Inmetro estabelecer as diretrizes e critérios para a atividade de avaliação da conformidade;

Considerando a Resolução Conmetro n.º 05, de 06 de maio de 2008, que aprova o Regulamento para o Registro de Objeto com Conformidade Avaliada Compulsória, através de programa coordenado pelo Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial - Inmetro, publicado no Diário Oficial da União de 09 de maio de 2008, seção 01, páginas 78 a 80;

Considerando a Portaria Inmetro n.º 491, de 13 de dezembro de 2010, que aprova o procedimento para concessão, manutenção e renovação do Registro de Objeto;

Considerando que as ações de acompanhamento no mercado, desenvolvidas pelo Inmetro, têm evidenciado aumento na incidência de acidentes de consumo provocados por produtos de uso infantil, incluindo os berços;

Considerando a necessidade de zelar pela segurança de crianças e bebês visando à prevenção de acidentes;

Considerando os resultados não conformes obtidos em todas as marcas de berços infantis avaliadas pelo Programa de Análise de Produtos do Inmetro;

Considerando a realização de vários recall no âmbito internacional;

Considerando a importância dos berços infantis, comercializados no país, apresentarem requisitos mínimos de segurança, resolve baixar as seguintes disposições:

Art. 1º Aprovar os Requisitos de Avaliação da Conformidade para Berços Infantis, disponibilizados no sitio www.inmetro.gov.br ou no endereço abaixo:

Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial - Inmetro

Divisão de Programas de Avaliação da Conformidade - Dipac

Rua da Estrela n.º 67 - 2º andar - Rio Comprido

CEP 20.251-900 - Rio de Janeiro - RJ

Art. 2º Cientificar que a Consulta Pública que colheu contribuições, tantos de setores especializados quanto da sociedade em geral, para a elaboração dos Requisitos ora aprovados foi divulgada pela Portaria Inmetro n.º 408, de 19 de outubro de 2010, publicada no Diário Oficial da União de 21 de outubro de 2010, seção 01, página 92.

Art. 3º Instituir, no âmbito do Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade - SBAC, a certificação compulsória para Berços Infantis, a qual deverá ser realizada por Organismo de Certificação de Produto - OCP, acreditado pelo Inmetro, consoante o estabelecido nos Requisitos ora aprovados.

§ 1º Estes Requisitos aplicar-se-ão a berços infantis para uso doméstico, para estabelecimentos comerciais e/ou para prestadoras de serviços que simulem o ambiente doméstico.

§ 2º Os berços que poderão ser convertidos em outros itens, como, por exemplo, em unidades para troca, mini camas, cercados e cômodas deverão, quando na posição de berço, atender aos Requisitos ora aprovados.

§ 3º Os berços de balanço ou de movimento pendular serão, oportunamente, tratados em Portaria complementar.

§ 4º Excluir-se-ão destes Requisitos os berços utilizados para fins hospitalares.

Art. 4º Determinar que a partir de 18 (dezoito) meses, contados da data de publicação desta Portaria, os berços infantis deverão ser fabricados e importados somente em conformidade com os Requisitos ora aprovados e devidamente registrados no Inmetro.

Parágrafo Único - A partir de seis meses, contados do término do prazo fixado no caput, os berços infantis deverão ser comercializados, no mercado nacional, por fabricantes e importadores, somente em conformidade com os Requisitos ora aprovados e devidamente registrados no Inmetro.

Art. 5º Determinar que a partir de 36 (trinta e seis) meses, contados da data de publicação desta Portaria, os berços infantis deverão ser comercializados, no mercado nacional, somente em conformidade com os Requisitos ora aprovados e devidamente registrados no Inmetro.

Parágrafo Único - A determinação contida no caput deste artigo não é aplicável aos fabricantes e importadores, que deverão observar os prazos fixados no artigo anterior.

Art. 6º Cientificar que a fiscalização do cumprimento das disposições contidas nesta Portaria, em todo o território nacional, estará a cargo do Inmetro e das entidades de direito público a ele vinculadas por convênio de delegação.

Parágrafo Único - A fiscalização observará os prazos fixados nos artigos 4º e 5º desta Portaria.

Art. 7º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

JOÃO ALZIRO HERZ DA JORNADA

PORTARIA Nº 270, DE 21 DE JUNHO DE 2011

O PRESIDENTE DO INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, NORMALIZAÇÃO E QUALIDADE INDUSTRIAL - INMETRO, no uso de suas atribuições, conferidas no § 3º do artigo 4º da Lei n.º 5.966, de 11 de dezembro de 1973, no inciso I do artigo 3º da Lei n.º 9.933, de 20 de dezembro de 1999, no inciso V do artigo 18 da Estrutura Regimental da Autarquia, aprovada pelo Decreto n° 6.275, de 28 de novembro de 2007;

Considerando a alínea f do subitem 4.2 do Termo de Referência do Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade, aprovado pela Resolução Conmetro n.º 04, de 02 de dezembro de 2002, que atribui ao Inmetro a competência para estabelecer as diretrizes e critérios para a atividade de avaliação da conformidade;

Considerando a Portaria Inmetro nº 179, de 18 de maio de 2010, que se destina à certificação de Equipamentos Elétricos para Atmosferas Explosivas, nas Condições de Gases e Vapores Inflamáveis e Poeiras Combustíveis, fabricados e importados e com manutenção e/ou reparo, para fins de comercialização;

Considerando a necessidade de alterações na Portaria Inmetro supramencionada, resolve:

Art. 1º Cientificar que o artigo 8º da Portaria Inmetro nº 179/2010 passará a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 8º Determinar que no prazo de até 24 (vinte e quatro) meses, contados da data de publicação desta Portaria, os Equipamentos Elétricos para Atmosferas Explosivas, nas Condições de Gases e Vapores Inflamáveis deverão ser fabricados e importados somente em conformidade com os Requisitos ora aprovados." (NR)

Art. 2º Cientificar que o artigo 9º da Portaria Inmetro nº 179/2010 passará a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 9º Estabelecer que no prazo de até 36 (trinta e seis) meses, contados da data de publicação desta Portaria, os Equipamentos Elétricos para Atmosferas Explosivas, nas Condições de Gases e Vapores Inflamáveis deverão ser comercializados, no mercado nacional, somente em conformidade com os Requisitos ora aprovados." (NR)

Art. 3º Cientificar que o artigo 11 da Portaria Inmetro nº 179/2010 passará a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 11 Determinar que até 36 (trinta e seis) meses após a vigência dos prazos estabelecidos nos artigos 6º ao 10, os Equipamentos Elétricos para Atmosferas Explosivas, nas Condições de Gases e Vapores Inflamáveis e Poeiras Combustíveis deverão ser fabricados e importados de acordo com a publicação da nova versão, que vier a ocorrer, das Normas relacionadas nos Requisitos ora aprovados.

§1º Nos casos em que a atualização das Normas, relacionadas nos Requisitos ora aprovados, for por motivos de risco imediato que impactem na segurança do cidadão, o atendimento ao caput deste artigo deverá ser de até 12 (doze) meses.

§2º O prazo estabelecido no caput viabilizará o processo de fabricação destes equipamentos em conformidade com as Normas atualizadas." (NR)

Art. 4º Cientificar que o artigo 12 da Portaria Inmetro nº 179/2010 passará a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 12 Estabelecer que no prazo de até 48 (quarenta e oito) meses, contados da data de publicação desta Portaria, os Equipamentos Elétricos para Atmosferas Explosivas, nas Condições de Gases e Vapores Inflamáveis e Poeiras Combustíveis deverão ser comercializados, no mercado nacional, somente em conformidade com os Requisitos ora aprovados." (NR)

Art. 5º Cientificar que o artigo 15 da Portaria Inmetro nº 179/2010 passará a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 15 Revogar a Portaria Inmetro n.º 83, de 03 de abril de 2006, publicada no Diário Oficial da União de 06 de abril de 2006, seção 01, página 62, que aprova o Regulamento de Avaliação da conformidade de Equipamentos Elétricos para Atmosferas Potencialmente Explosivas, nas condições de gases e vapores inflamáveis, 24 (vinte e quatro) meses após a publicação desta Portaria.

§1º Durante o prazo estabelecido no caput, os novos processos de certificação deverão atender somente aos requisitos ora aprovados.

§2º Durante o prazo fixado neste caput, os processos de certificação, baseados na Portaria Inmetro n.º 83/2006, deverão, à medida que passarem por avaliação de manutenção ou de renovação, atender somente aos requisitos ora aprovados." (NR)

Art. 6º Cientificar que os subitens 6.1.2.3, 6.3.2.1, 6.3.4.5 l, as alíneas "d" do subitem 6.3.2.2.1, "d" do subitem 6.3.4.5 e "g" do subitem 6.3.4.5 dos Requisitos de Avaliação da Conformidade para Equipamentos Elétricos para Atmosferas Explosivas, nas Condições de Gases e Vapores Inflamáveis e Poeiras Combustíveis, aprovados pela Portaria Inmetro nº 179/2010, passarão a vigorar com a seguinte redação:

"6.1.2.3 A avaliação do SGQ do solicitante (fabricante) deve ser programada e realizada pelo OCP, de comum acordo com o solicitante, devendo contemplar os requisitos estabelecidos neste RAC." (NR)

"6.3.2.1 O solicitante deve encaminhar uma solicitação formal ao OCP, na qual deve constar a denominação, a característica do produto e anexado o respectivo memorial descritivo, manual de instalação e instruções para uso seguro do equipamento, no idioma Português (Brasil), e outros documentos complementares que o OCP julgar necessário. No caso de o solicitante ser o próprio usuário, a apresentação das instruções para uso seguro do equipamento no idioma Português (Brasil) é dispensada." (NR)

"6.3.4.5 l marcação completa de acordo com o certificado de origem;" (NR)

"6.3.2.2.1

(...)

d Ser apresentada nota fiscal de entrada dos produtos importados." (NR)

"6.3.4.5

(...)

d descrição básica do produto e os tipos de proteção aplicados ou marcação de origem;" (NR)

"6.3.4.5

(...)

g data de emissão;" (NR)

Art. 7º Incluir no subitem 12.1 dos Requisitos de Avaliação da Conformidade para Equipamentos Elétricos para Atmosferas Explosivas, nas Condições de Gases e Vapores Inflamáveis e Poeiras Combustíveis, aprovados pela Portaria Inmetro nº 179/2010, uma Nota com a seguinte redação:

"Nota: Os ensaios realizados por laboratório acreditado de 1ª parte deverão ser acompanhados por profissional do OCP."

Art. 8º Determinar que o Anexo C dos Requisitos de Avaliação da Conformidade para Equipamentos Elétricos para Atmosferas Explosivas, nas Condições de Gases e Vapores Inflamáveis e Poeiras Combustíveis, aprovados pela Portaria Inmetro nº 179/2010, passará a vigorar na forma do Anexo desta Portaria.

Art. 9º Estabelecer que as demais disposições contidas na Portaria 179/2010 permanecerão inalteradas.

Art. 10 Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

JOÃO ALZIRO HERZ DA JORNADA

ANEXO

"ANEXO C - IDENTIFICAÇÃO DA CERTIFICAÇÃO NO ÂMBITO DO SBAC

C.1 Na identificação do produto certificado devem constar as informações estabelecidas na norma técnica de requisitos gerais.

C.2 Para pequenos componentes, quando não houver condições para a identificação como indicado na representação gráfica, é permitida a indicação do logo do Inmetro e do OCP sem seus respectivos nomes. Não havendo condições para esta identificação, a mesma deve ostentar, no mínimo, os campos 1 (Símbolos) e 2 (Número do certificado).

C.3 Em embalagens individuais de produtos deve-se utilizar o modelo de selo completo. Porém, nos casos em que não houver espaço para aplicação do selo completo ou nos casos em que a aplicação se dê pela impressão direta na embalagem, será admitida a utilização do selo "compacto", respeitando-se a dimensão mínima do selo, de 11mm de largura.



COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Identificação na Embalagem



Identificação no Produto



Legenda:

1 - Símbolos: Ex, tipo de proteção em ordem alfabética, grupo do equipamento elétrico, classe de temperatura e/ou temperatura máxima de superfície e identificações adicionais exigidas pela norma específica para o respectivo tipo de proteção;

2 - Número do certificado, incluindo as letras "X" ou "U", quando aplicável.

Nota: A disposição dos campos é apenas uma sugestão.

C.4 A marcação dos produtos avaliados conforme Modelo Situações Especiais para Produtos Importados, item 6. 3 deste RAC, deve conter a legenda da seguinte forma:

1 - Número do certificado emitido pelo OCP brasileiro.

2 - Informações adicionais, em português, a critério do OCP, principalmente quanto existir requisito especial de instalação no certificado original. Por exemplo: "ATENÇÃO: Este equipamento possui requisito especial de instalação. Consultar o certificado de conformidade de origem."

Nota: As advertências devem constar nas plaquetas no idioma Português (Brasil).

PORTARIA Nº 272, DE 21 DE JUNHO DE 2011

O PRESIDENTE DO INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, NORMALIZAÇÃO E QUALIDADE INDUSTRIAL - INMETRO, no uso de suas atribuições, conferidas no § 3º do artigo 4º da Lei n.º 5.966, de 11 de dezembro de 1973, no inciso I do artigo 3º da Lei n.º 9.933, de 20 de dezembro de 1999, e no inciso V do artigo 18 da Estrutura Regimental da Autarquia, aprovada pelo Decreto nº 6.275, de 28 de novembro de 2007;

Considerando a alínea f do subitem 4.2 do Termo de Referência do Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade, aprovado pela Resolução Conmetro n.º 04, de 02 de dezembro de 2002, que atribui ao Inmetro a competência para estabelecer as diretrizes e critérios para a atividade de avaliação da conformidade;

Considerando a necessidade de atualização do Programa de Avaliação da Conformidade para Válvulas Industriais para Instalações de Exploração, Produção, Refino e Transporte de Produtos de Petróleo, aprovado pela Portaria n.º 370, de 29 de dezembro de 2009, publicada no Diário Oficial da União, de 30 de dezembro de 2009, seção 01, página 79, resolve baixar as seguintes disposições:

Art. 1º Aprovar a revisão dos Requisitos de Avaliação da Conformidade para Válvulas Industriais para Instalações de Exploração, Produção, Refino e Transporte de Produtos de Petróleo, disponibilizados no sitio www.inmetro.gov.br ou no endereço abaixo:

Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial - Inmetro
Divisão de Programas de Avaliação da Conformidade - Dipac
Rua da Estrela n.º 67 - 2º andar - Rio Comprido
CEP 20.251-900 - Rio de Janeiro - RJ

Art. 2º Cientificar que ficará mantida, no âmbito do Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade - SBAC, a certificação voluntária de Válvulas Industriais para Instalações de Exploração, Produção, Refino e Transporte de Produtos de Petróleo, a qual deverá ser realizada por Organismo de Certificação de Produto - OCP, acreditado pelo Inmetro, consoante o estabelecido nos Requisitos ora aprovados.

Art. 3º Revogar a Portaria Inmetro n.º 370, de 29 de dezembro de 2009, publicada no Diário Oficial da União de 30 de dezembro de 2009, seção 01, página 79.

Art. 4º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

JOÃO ALZIRO HERZ DA JORNADA

PORTARIA Nº 273, DE 21 DE JUNHO DE 2011

O PRESIDENTE DO INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, NORMALIZAÇÃO E QUALIDADE INDUSTRIAL - INMETRO, no uso de suas atribuições, conferidas no § 3º do artigo 4º da Lei n.º 5.966, de 11 de dezembro de 1973, no inciso I do artigo 3º da Lei n.º 9.933, de 20 de dezembro de 1999, e no inciso V do artigo 18 da Estrutura Regimental da Autarquia, aprovada pelo Decreto nº 6.275, de 28 de novembro de 2007;

Considerando a alínea f do subitem 4.2 do Termo de Referência do Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade, aprovado pela Resolução Conmetro n.º 04, de 02 de dezembro de 2002, que atribui ao Inmetro a competência para estabelecer as diretrizes e critérios para a atividade de avaliação da conformidade;

Considerando que o Inmetro é competente para elaborar e expedir regulamentos técnicos nas áreas que lhe forem determinadas pelo Conmetro e, em caráter suplementar, quando demandado pelo regulamentador do objeto;

Considerando o Acordo de Cooperação Técnica nº 002/2009, celebrado entre a União, por intermédio do Ministério do Turismo, o Inmetro e a Sociedade Brasileira de Metrologia-SBM, que objetiva a implementação de ações e procedimentos necessários para a realização do "Projeto de Qualificação dos Serviços e Equipamentos Turísticos", com base na Lei 11.771, de 17 de setembro de 2008;

Considerando a necessidade de acrescentar novos critérios à Portaria Inmetro nº 485, de 08 de dezembro de 2010, que aprova os Requisitos de Avaliação da Conformidade para Classificação dos Meios de Hospedagem, publicada no Diário Oficial da União de 10 de dezembro de 2010, seção 01, página 95;

Considerando que o mecanismo de avaliação da conformidade utilizado no RAC aprovado pela Portaria supramencionada, é o da Declaração do Fornecedor, no campo voluntário, resolve baixar as seguintes disposições:

Art. 1º Determinar que a etapa de verificação de acompanhamento do Meio de Hospedagem - MH será iniciada pelo representante técnico do Inmetro quando da confirmação de pagamento da Guia de Recolhimento da União - GRU, prevista no RAC aprovado pela Portaria Inmetro nº 485/2010.

Art. 2º Estabelecer que os valores constantes no Anexo A desta Portaria serão devidos aos representantes do Inmetro para as etapas de verificação de acompanhamento inicial e de manutenção.

§ 1º Os valores constantes do Anexo A, e aprovados nesta Portaria, serão devidos na forma de preço público referentes ao serviço a ser prestado no processo de Declaração do Fornecedor de Meios de Hospedagem.

§ 2º Para o início do processo de verificação de acompanhamento, o MH deverá solicitar, ao Ministério do Turismo, a sua classificação, via sistema informatizado Cadastur, que, após análise da documentação, caso conforme, enviará notificação ao representante do Inmetro.

§ 3° Após o recebimento da comunicação referida, o representante do Inmetro deverá emitir a GRU e agendar, no prazo de 10 (dez) dias corridos, a realização da verificação de acompanhamento inicial, ou de manutenção, no Meio de Hospedagem.

§ 4° Os valores apresentados no Anexo A serão fracionados em duas Guias de Recolhimento da União - GRU de igual valor, que serão emitidas pelo órgão delegado da Rede Brasileira de Metrologia Legal e Qualidade do Inmetro-RBMLQ responsável pelo processo de avaliação, uma no agendamento da verificação de acompanhamento inicial e outra, no agendamento da verificação de acompanhamento de manutenção, acrescidos dos valores de diárias e quilometragem excedente de deslocamento, quando houver.

§ 5º Caso haja a necessidade do representante do órgão delegado da RBMLQ-I retornar ao local de execução da verificação de acompanhamento para constatação da implementação das ações corretivas, quando constatadas não conformidades, esta nova verificação de acompanhamento importará no pagamento do valor de R$ 314,49 (trezentos e quatorze reais e quarenta e nove centavos), via GRU específica, acrescidos dos valores de diárias e quilometragem excedente de deslocamento.

Art. 3º Estabelecer que para as verificações de acompanhamento inicial e de manutenção deverão ser cobradas as despesas de deslocamentos e, quando necessário, em caso de pernoite no município onde está situado o Meio de Hospedagem, serão cobrados os valores referentes às diárias do verificador.

§ 1º As despesas de deslocamentos somente serão cobradas para distâncias acima de 100 (cem) quilômetros, considerando os percursos de ida e volta, entre o endereço da sede ou do posto regional do órgão conveniado do Inmetro e o Meio de Hospedagem, de acordo com a distância obtida através de consulta ao Sistema de Posicionamento Global - GPS, previamente calculada pela internet.

§ 2º As despesas deverão ser cobradas por meio de apropriação de custo de deslocamento de R$ 1,80 (um real e oitenta centavos) por quilômetro rodado e deverão ser incluídas no custo da avaliação.

§ 3º A despesa de diária, devida quando da ocorrência de pernoite do verificador no local onde está situado o Meio de Hospedagem, será no valor de R$ 177,00 (cento e setenta e sete reais) por pernoite, acrescida de 50% do valor de uma diária, relativa ao dia de retorno à sede do órgão delegado da RBMLQ, a ser incluída no custo da avaliação.

Art. 4º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

JOÃO ALZIRO HERZ DA JORNADA

ANEXO

ANEXO A - PREÇO PÚBLICO DEVIDO PARA VERIFICAÇÃO DE ACOMPANHAMENTO

Tipologia	Categorias 1	Categorias 2	Categoria 3	Categoria 4	Categoria 5
Hotel	R$ 1.257,96	R$ 1.257,96	R$ 1.467,62	R$ 1.677,28	R$ 1.677,28
Resort	X	X	X	R$ 2.515,92	R$ 5.031,34
Hotel Fazenda	R$ 1.677,28	R$ 1.677,28	R$ 2.515,92	R$ 3.354,56	R$ 3.354,56
Cama & Café	R$ 838,64	R$ 838,64	R$ 1.257,96	R$ 1.257,96	X
Hotel Histórico	X	X	R$ 1.257,96	R$ 1.467,62	R$ 1.677,28
Pousada	R$ 838,64	R$ 838,64	R$ 1.257,96	R$ 1.677,28	R$ 1.677,28
Flat / Apart Hotel	X	X	R$ 1.257,96	R$ 1.467,62	R$ 1.677,28

PORTARIA Nº 274, DE 21 DE JUNHO DE 2011

Consulta Pública: Revisão dos Requisitos de Avaliação da Conformidade para Produção Integrada Agropecuária - PI Brasil.

Origem: Inmetro / MDIC.

O PRESIDENTE DO INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, NORMALIZAÇÃO E QUALIDADE INDUSTRIAL - INMETRO, no uso de suas atribuições, conferidas no § 3º do artigo 4º da Lei n.º 5.966, de 11 de dezembro de 1973, no inciso I do artigo 3º da Lei n.º 9.933, de 20 de dezembro de 1999, e no inciso V do artigo 18 da Estrutura Regimental da Autarquia, aprovada pelo Decreto nº 6.275, de 28 de novembro de 2007, resolve:

Art. 1º Disponibilizar, no sítio www.inmetro.gov.br, a proposta de texto da Portaria Definitiva e da revisão dos Requisitos de Avaliação da Conformidade para Produção Integrada Agropecuária - PI Brasil.

Art. 2º Declarar aberto, a partir da data da publicação desta Portaria no Diário Oficial da União, o prazo de 30 (trinta) dias para que sejam apresentadas sugestões e críticas relativas aos textos propostos.

Art. 3º Informar que as críticas e sugestões deverão ser encaminhadas para os seguintes endereços:

- Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial - Inmetro
Diretoria da Qualidade - Dqual
Divisão de Programas de Avaliação da Conformidade - Dipac
Rua da Estrela, n.º 67 - 2º andar - Rio Comprido
CEP 20.251-900 - Rio de Janeiro - RJ, ou
- E-mail: dipac.consultapublica@inmetro.gov.br

Art. 4º Estabelecer que, findo o prazo fixado no artigo 2º desta Portaria, o Inmetro se articulará com as entidades que tenham manifestado interesse na matéria, para que indiquem representantes nas discussões posteriores, visando à consolidação do texto final.

Art. 5º Publicar esta Portaria de Consulta Pública no Diário Oficial da União, quando iniciará a sua vigência.

JOÃO ALZIRO HERZ DA JORNADA

SECRETARIA DE COMÉRCIO EXTERIOR

CIRCULAR Nº 34, DE 22 DE JUNHO DE 2011

O SECRETÁRIO DE COMÉRCIO EXTERIOR, SUBSTITUTO, DO MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR, em consonância com o disposto no Acordo sobre a Implementação do Artigo VI do Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio - GATT 1994, aprovado pelo Decreto Legislativo nº 30, de 15 de dezembro de 1994, promulgado pelo Decreto nº 1.355, de 30 de dezembro de 1994, e o contido no Decreto nº 1.602, de 23 de agosto de 1995, especialmente o previsto nos arts. 3º e 39, e tendo em vista o constante no Processo MDIC/SECEX 52000.005677/2010-18, decide prorrogar por até seis meses, a partir de 8 de julho de 2011, o prazo de encerramento investigação para averiguar a existência de dumping nas exportações da República Popular da China e dos Estados Unidos Mexicanos para o Brasil de vidros planos flotados incolores, com espessuras de 2 mm a 19 mm, comumente classificados no item 7005.29.00 da Nomenclatura Comum do Mercosul - NCM/SH, de dano à indústria doméstica e de relação causal entre estes, iniciada por meio da Circular SECEX nº 27, de 7 de julho de 2010, publicada no Diário Oficial da União de 8 de julho de 2010.

DANIEL MARTELETO GODINHO

SUPERINTENDÊNCIA DA ZONA FRANCA DE MANAUS

PORTARIA Nº 198, DE 17 DE JUNHO DE 2011

A SUPERINTENDENTE DA SUPERINTENDÊNCIA DA ZONA FRANCA DE MANAUS, no uso das suas atribuições legais, dispostas no § 1º do art. 53 e § 2º do art. 54 da Resolução nº 202, 17 de maio de 2006, considerando a aplicação do que estabelecem os caputs dos referidos artigos, aos produtos listados nos anexos desta Portaria, nos termos da Nota Técnica nº 135/2011-SPR/CGA-PI/COPIN, resolve:

Art. 1º Publicar a relação dos produtos constantes nos anexos desta Portaria, cujos incentivos foram cancelados automaticamente, por aplicação do disposto nos artigos 53 e/ou 54 da Resolução nº 202, de 17 de maio de 2006, seja por não obtenção do laudo de produção no prazo de 36 (trinta e seis) meses, contado a partir da publicação, no Diário Oficial da União, do documento aprobatório do respectivo projeto técnico-econômico, seja por paralisação de produção por período superior a 36 (trinta e seis) meses consecutivos.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FLÁVIA SKROBOT BARBOSA GROSSO

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

ANEXO 1
(enquadramento no art. 53 da res. nº 202/2006)

Inscrição SUFRAMA: 201244012
Razão Social: AKASA BRASIL IND COM IMP E EXP DE PEÇAS PARA INFORMATICA LTDA EPP

Código	Produto	Nro.Doc.	Tipo Doc.	Data Doc.	Tipo Projeto
1793	UNIDADE DE LEITURA/GRAVAÇÃO DE CARTÕES DE MEMÓRIA	0214/2007	RESOLUÇÃO	31/10/2007	Diversificação

Inscrição SUFRAMA: 200809016
Razão Social: AMAZON PC INDUSTRIA E COMERCIO DE MICROCOMPUTADORES LTDA.

Código	Produto	Nro.Doc.	Tipo Doc.	Data Doc.	Tipo Projeto
1694	CONVERSOR DE CORRENTE CONTÍNUA PARA UNIDADES DIGITAIS DE PROCESSAMENTO DE PEQUENO PORTE	0165/2006	RESOLUÇÃO	03/08/2006	Diversificação
1698	FONTE DE ALIMENTAÇÃO PARA UNIDADES DIGITAIS DE PROCESSAMENTO DE PEQUENO PORTE	0165/2006	RESOLUÇÃO	03/08/2006	Diversificação

Inscrição SUFRAMA: 300119011
Razão Social: AMAZONPOSTES INDUSTRIA DE ARTEFATOS DE CONCRETO LTDA

Código	Produto	Nro.Doc.	Tipo Doc.	Data Doc.	Tipo Projeto
0438	ARTEFATO DE CIMENTO OU DE CONCRETO	0174/2006	PORTARIA	04/05/2006	Implantação

Inscrição SUFRAMA: 201191016
Razão Social: AME - AMAZONAS MOTOCICLETAS ESPECIAIS LTDA

Código	Produto	Nro.Doc.	Tipo Doc.	Data Doc.	Tipo Projeto
0007	MOTONETA ACIMA DE 100 CM3 ATÉ 450 CM3	0406/2006	PORTARIA	15/09/2006	Implantação
0734	QUADRICICLO ATÉ 100 CM3	0252/2006	RESOLUÇÃO	31/10/2006	Diversificação

Inscrição SUFRAMA: 200948016
Razão Social: ARTEK INDUSTRIAL DA AMAZONIA LTDA.

Código	Produto	Nro.Doc.	Tipo Doc.	Data Doc.	Tipo Projeto
1660	APARELHO ELETRÔNICO DE ALARME PARA PROTEÇÃO CONTRA ROUBO OU INCÊNDIO	0219/2005	PORTARIA	02/08/2005	Diversificação

Inscrição SUFRAMA: 201192012
Razão Social: AWA TECSOL INDUSTRIA DE TECNOLOGIA DIGITAL LTDA.

Código	Produto	Nro.Doc.	Tipo Doc.	Data Doc.	Tipo Projeto
1009	DISCO DIGITAL DE LEITURA A LASER, GRAVÁVEL - "CD - RECORD"	0228/2006	RESOLUÇÃO	06/10/2006	Implantação
1012	DISCO DIGITAL DE LEITURA A LASER, GRAVÁVEL - "DIGITAL VERSATILE DISC (DVD-RECORD)"	0228/2006	RESOLUÇÃO	06/10/2006	Implantação

Inscrição SUFRAMA: 201000016
Razão Social: BRAMONT MONTADORA INDUSTRIAL E COMERCIAL DE VEICULOS S/A.

Código	Produto	Nro.Doc.	Tipo Doc.	Data Doc.	Tipo Projeto
0183	FOTOCOPIADORA (RECONSTRUÍDA)	0014/2006	RESOLUÇÃO	17/03/2006	Diversificação
0734	QUADRICICLO ATÉ 100 CM3	0311/2006	RESOLUÇÃO	18/12/2006	Diversificação

Inscrição SUFRAMA: 200955012
Razão Social: BRAISO DA AMAZONIA INDUSTRIA DE IMPRESSAO LTDA

Código	Produto	Nro.Doc.	Tipo Doc.	Data Doc.	Tipo Projeto
0368	FILME PARA RAIO-X	0220/2007	RESOLUÇÃO	31/10/2007	Diversificação
0374	CHAPA PRÉ-SENSIBILIZADA DE ALUMÍNIO PARA IMPRESSÃO "OFF-SET"	0159/2006	PORTARIA	26/04/2006	Diversificação

Inscrição SUFRAMA: 200115014
Razão Social: BIC AMAZONIA S/A.

Código	Produto	Nro.Doc.	Tipo Doc.	Data Doc.	Tipo Projeto
1575	CORRETIVO LÍQUIDO EM FRASCO	0258/2006	RESOLUÇÃO	31/10/2006	Ampliação/ Diversificação

Inscrição SUFRAMA: 200012010
Razão Social: CEMAZ INDÚSTRIA ELETRÔNICA DA AMAZÔNIA S.A.

Código	Produto	Nro.Doc.	Tipo Doc.	Data Doc.	Tipo Projeto
1063	GRAVADOR/REPRODUTOR DE ÁUDIO NO FORMATO MP3, PORTÁTIL	0232/2006	PORTARIA	08/06/2006	Diversificação
1248	TELEVISOR EM CORES COM TELA DE CRISTAL LÍQUIDO	0233/2006	PORTARIA	08/06/2006	Diversificação
1297	TELEVISOR COM TELA DE PLASMA	0263/2006	PORTARIA	22/06/2006	Diversificação
1490	DIGITAL VIDEO DISC (DVD) PORTÁTIL COM TELA DE CRISTAL LÍQUIDO (LCD) INCORPORADA	0036/2007	RESOLUÇÃO	28/02/2007	Diversificação

Inscrição SUFRAMA: 201245019
Razão Social: CROWN EMBALAGENS METALICAS DA AMAZÔNIA S/A

Código	Produto	Nro.Doc.	Tipo Doc.	Data Doc.	Tipo Projeto
1282	LATA DE ALUMÍNIO/AÇO PARA ACONDICIONAMENTO DE LÍQUIDOS POTÁVEIS	0174/2005	RESOLUÇÃO	22/06/2005	Diversificação

Inscrição SUFRAMA: 201261014
Razão Social: COMPONEL INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.

Código	Produto	Nro.Doc.	Tipo Doc.	Data Doc.	Tipo Projeto
0045	FORNO DE MICROONDAS	0332/2007	PORTARIA	22/08/2007	Implantação
0077	DIGITAL VIDEO DISC - DVD PLAYER	0332/2007	PORTARIA	22/08/2007	Implantação
0100	AUTO-RÁDIO COM TOCA-DISCOS DIGITAL A LASER	0332/2007	PORTARIA	22/08/2007	Implantação
1063	GRAVADOR/REPRODUTOR DE ÁUDIO NO FORMATO MP3, PORTÁTIL	0332/2007	PORTARIA	22/08/2007	Implantação
1234	RÁDIO COM REPRODUTOR DE CD/DVD/VCD E GRAVADOR/REPRODUTOR DE FITAS CASSETES MAGNÉTICAS	0198/2007	RESOLUÇÃO	31/10/2007	Diversificação
1270	RÁDIO COM REPRODUTOR DE CD/DVD COMBINADO COM AMPLIFICADOR "HOME THEATER"	0332/2007	PORTARIA	22/08/2007	Implantação

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Inscrição SUFRAMA: 201321017
Razão Social: COMPONEL INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.

Código	Produto	Nro.Doc.	Tipo Doc.	Data Doc.	Tipo Projeto
0589	CONTROLE REMOTO PARA APARELHOS ELÉTRICOS E ELETRÔNICOS	0026/2008	RESOLUÇÃO	28/02/2008	Diversificação

Inscrição SUFRAMA: 201210010
Razão Social: DAFRA DA AMAZONIA INDUSTRIA E COMERCIO DE MOTOCICLETAS LTDA

Código	Produto	Nro.Doc.	Tipo Doc.	Data Doc.	Tipo Projeto
0006	MOTONETA ATÉ 100 CM3	0199/2007	RESOLUÇÃO	31/10/2007	Ampliação/ Diversificação
0733	TRICICLO ACIMA DE 100 CM3	0560/2006	PORTARIA	11/12/2006	Implantação

Inscrição SUFRAMA: 201134012
Razão Social: DIGIBRAS INDUSTRIA DO BRASIL S/A

Código	Produto	Nro.Doc.	Tipo Doc.	Data Doc.	Tipo Projeto
0004	TELEVISOR EM CORES	0292/2006	RESOLUÇÃO	18/12/2006	Diversificação
0045	FORNO DE MICROONDAS	0292/2006	RESOLUÇÃO	18/12/2006	Diversificação
0066	CAIXA ACÚSTICA	0194/2007	RESOLUÇÃO	31/10/2007	Diversificação
0077	DIGITAL VIDEO DISC - DVD PLAYER	0292/2006	RESOLUÇÃO	18/12/2006	Diversificação
0100	AUTO-RÁDIO COM TOCA-DISCOS DIGITAL A LASER	0292/2006	RESOLUÇÃO	18/12/2006	Diversificação
1063	GRAVADOR/REPRODUTOR DE ÁUDIO NO FORMATO MP3, PORTÁTIL	0015/2006	RESOLUÇÃO	17/03/2006	Diversificação
1270	RÁDIO COM REPRODUTOR DE CD/DVD COMBINADO COM AMPLIFICADOR "HOME THEATER"	0292/2006	RESOLUÇÃO	18/12/2006	Diversificação
1297	TELEVISOR COM TELA DE PLASMA	0012/2006	RESOLUÇÃO	17/03/2006	Diversificação
1751	GRAVADOR/REPRODUTOR DE ÁUDIO/VÍDEO NO FORMATO MP4 COM TELA DE CRISTAL LÍQUIDO, PORTÁTIL	0308/2006	RESOLUÇÃO	18/12/2006	Diversificação
1755	RECEPTOR DE SINAL DE TELEVISÃO VIA TRANSMISSÃO LOCAL TERRESTRE	0049/2007	RESOLUÇÃO	28/02/2007	Diversificação

Inscrição SUFRAMA: 200086014
Razão Social: DUMONT SAAB DO BRASIL S.A.

Código	Produto	Nro.Doc.	Tipo Doc.	Data Doc.	Tipo Projeto
0100	AUTO-RÁDIO COM TOCA-DISCOS DIGITAL A LASER	0008/2006	RESOLUÇÃO	17/03/2006	Diversificação
0643	CRONÔMETRO (CONTADOR DE TEMPO)	0007/2007	PORTARIA	10/01/2007	Inclusão

Inscrição SUFRAMA: 201078015
Razão Social: ELCOTEQ DA AMAZONIA LTDA

Código	Produto	Nro.Doc.	Tipo Doc.	Data Doc.	Tipo Projeto
0077	DIGITAL VIDEO DISC - DVD PLAYER	0038/2007	PORTARIA	06/02/2007	Diversificação
0931	SUBCONJUNTO CHASSI MONTADO PARA APARELHO DE ÁUDIO OU VÍDEO	0038/2007	PORTARIA	06/02/2007	Diversificação

Inscrição SUFRAMA: 200327011
Razão Social: ELGIN INDUSTRIAL DA AMAZONIA LTDA.

Código	Produto	Nro.Doc.	Tipo Doc.	Data Doc.	Tipo Projeto
0182	FOTOCOPIADORA	0128/2000	RESOLUÇÃO	05/10/2000	Diversificação
1734	CARREGADOR DE PILHAS	0307/2006	RESOLUÇÃO	18/12/2006	Diversificação

Inscrição SUFRAMA: 201220016
Razão Social: FERMAZON FERRO E ACO DO AMAZONAS LTDA.

Código	Produto	Nro.Doc.	Tipo Doc.	Data Doc.	Tipo Projeto
0704	ESTRUTURA DE ALUMÍNIO PARA CONSTRUÇÃO CIVIL	0117/2005	RESOLUÇÃO	05/05/2005	Implantação
1679	CALHAS	0117/2005	RESOLUÇÃO	05/05/2005	Implantação

Inscrição SUFRAMA: 201125013
Razão Social: FOXCONN DO BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO DE ELETRONICOS LTDA

Código	Produto	Nro.Doc.	Tipo Doc.	Data Doc.	Tipo Projeto
0115	PLACA DE CIRCUITO IMPRESSO MONTADA (EXCETO DE USO EM INFORMÁTICA)	0263/2006	RESOLUÇÃO	31/10/2006	Diversificação

Inscrição SUFRAMA: 201186012
Razão Social: FUJI DO BRASIL MAQUINAS INDUSTRIAIS LTDA.

Código	Produto	Nro.Doc.	Tipo Doc.	Data Doc.	Tipo Projeto
0361	PLACA DE CIRCUITO IMPRESSO MONTADA (DE USO EM INFORMÁTICA)	0141/2006	PORTARIA	11/04/2006	Implantação

Inscrição SUFRAMA: 201206013
Razão Social: GARINNI MOTORS INDUSTRIA DE VEICULOS LTDA

Código	Produto	Nro.Doc.	Tipo Doc.	Data Doc.	Tipo Projeto
0003	MOTOCICLETA ACIMA DE 450 CM3	0309/2006	RESOLUÇÃO	18/12/2006	Implantação
0735	QUADRICICLO ACIMA DE 100 CM3	0309/2006	RESOLUÇÃO	18/12/2006	Implantação

Inscrição SUFRAMA: 201236010
Razão Social: IITA INDUSTRIA DE IMPRESSORAS TECNOLOGICAS DA AMAZONIA LTDA

Código	Produto	Nro.Doc.	Tipo Doc.	Data Doc.	Tipo Projeto
1016	IMPRESSORA DE TRANSFERÊNCIA TÉRMICA COM LARGURA DE IMPRESSÃO DE ATÉ 6 CM	0365/2005	RESOLUÇÃO	14/12/2005	Implantação

Inscrição SUFRAMA: 201060019
Razão Social: IMPORTADORA, EXPORTADORA E INDUSTRIA JIMMY LIMITADA

Código	Produto	Nro.Doc.	Tipo Doc.	Data Doc.	Tipo Projeto
0006	MOTONETA ATÉ 100 CM3	0016/2006	RESOLUÇÃO	17/03/2006	Diversificação
0713	TELEJOGO PORTÁTIL	0254/2006	RESOLUÇÃO	31/10/2006	Diversificação
0748	DIGITAL VIDEO DISC - DVD RECORD/PLAYER	0069/2007	RESOLUÇÃO	08/05/2007	Diversificação
1248	TELEVISOR EM CORES COM TELA DE CRISTAL LÍQUIDO	0065/2007	RESOLUÇÃO	08/05/2007	Diversificação

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012011062400101

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Inscrição SUFRAMA: 201181010
Razão Social: JABIL DO BRASIL INDUSTRIA ELETROELETRONICA LTDA

Código	Produto	Nro.Doc.	Tipo Doc.	Data Doc.	Tipo Projeto
0089	TELEFONE CELULAR DIGITAL COMBINADO OU NÃO COM OUTRAS TECNOLOGIAS	0257/2006	RESOLUÇÃO	31/10/2006	Diversificação
0361	PLACA DE CIRCUITO IMPRESSO MONTADA (DE USO EM INFORMÁTICA)	0293/2006	RESOLUÇÃO	18/12/2006	Diversificação
1246	SUBCONJUNTO PLÁSTICO PARA TELEFONE CELULAR	0293/2006	RESOLUÇÃO	18/12/2006	Diversificação
1358	SUBCONJUNTO PARA TELEFONE CELULAR COM DISPOSITIVO DE CRISTAL LÍQUIDO INCORPORADO	0293/2006	RESOLUÇÃO	18/12/2006	Diversificação

Inscrição SUFRAMA: 201086018
Razão Social: JABIL DO BRASIL INDUSTRIA ELETROELETRONICA LTDA

Código	Produto	Nro.Doc.	Tipo Doc.	Data Doc.	Tipo Projeto
0931	SUBCONJUNTO CHASSI MONTADO PARA APARELHO DE ÁUDIO OU VÍDEO	0164/2006	RESOLUÇÃO	03/08/2006	Diversificação
0932	SUBCONJUNTO PAINEL FRONTAL PARA APARELHO DE ÁUDIO OU VÍDEO	0164/2006	RESOLUÇÃO	03/08/2006	Diversificação

Inscrição SUFRAMA: 200991019
Razão Social: JABIL DO BRASIL IND. ELETROELETRONICA LTDA.

Código	Produto	Nro.Doc.	Tipo Doc.	Data Doc.	Tipo Projeto
1297	TELEVISOR COM TELA DE PLASMA	0297/2006	RESOLUÇÃO	18/12/2006	Diversificação
1301	MODULADOR/DEMODULADOR ("RÁDIO MODEM")	0018/2008	RESOLUÇÃO	28/02/2008	Diversificação

Inscrição SUFRAMA: 200606018
Razão Social: LG ELECTRONICS DA AMAZONIA LTDA.

Código	Produto	Nro.Doc.	Tipo Doc.	Data Doc.	Tipo Projeto
1234	RÁDIO COM REPRODUTOR DE CD/DVD/VCD E GRAVADOR/REPRODUTOR DE FITAS CASSETES MAGNÉTICAS	0300/2006	RESOLUÇÃO	18/12/2006	Diversificação

Inscrição SUFRAMA: 300001100
Razão Social: MANA INDUSTRIA DE BEBIDAS LTDA

Código	Produto	Nro.Doc.	Tipo Doc.	Data Doc.	Tipo Projeto
1163	SUCO DE FRUTAS	0170/2005	PORTARIA	16/06/2005	Implantação

Inscrição SUFRAMA: 201217015
Razão Social: MASTERCOIN DA AMAZONIA INDUSTRIA E COMERCIO DE ELETRO-ELET LTDA

Código	Produto	Nro.Doc.	Tipo Doc.	Data Doc.	Tipo Projeto
0349	MÁQUINA DE CONTAR CÉDULAS SEM CAPACIDADE DE COMUNICAÇÃO	0203/2007	PORTARIA	01/06/2007	Implantação

Inscrição SUFRAMA: 200556010
Razão Social: MICROSERVICE TECNOLOGIA DIGITAL DA AMAZONIA LTDA.

Código	Produto	Nro.Doc.	Tipo Doc.	Data Doc.	Tipo Projeto
0610	FITA MAGNÉTICA PARA VÍDEO EM CASSETE NÃO GRAVADA	0211/2006	RESOLUÇÃO	06/10/2006	Diversificação
1703	DISCO DIGITAL A LASER PARA ÁUDIO E "DIGITAL VERSATILE DISC - DVD", EM DISCO ÚNICO DUPLA FACE	0165/2006	PORTARIA	03/05/2006	Inclusão
1786	DISCO DIGITAL DE LEITURA A LASER GRAVADO (HD-DVD)	0356/2007	PORTARIA	06/09/2007	Inclusão

Inscrição SUFRAMA: 201021013
Razão Social: MITSUBA DO BRASIL LTDA

Código	Produto	Nro.Doc.	Tipo Doc.	Data Doc.	Tipo Projeto
1636	INDUZIDO PARA MOTOR DE PARTIDA PARA CICLOMOTORES, MOTONETAS, MOTOCICLETAS, TRICICLOS E QUADRICICLOS	0037/2005	RESOLUÇÃO	01/03/2005	Diversificação

Inscrição SUFRAMA: 201029014
Razão Social: PLACIBRAS DA AMAZONIA LTDA

Código	Produto	Nro.Doc.	Tipo Doc.	Data Doc.	Tipo Projeto
0932	SUBCONJUNTO PAINEL FRONTAL PARA APARELHO DE ÁUDIO OU VÍDEO	0288/2006	RESOLUÇÃO	18/12/2006	Diversificação
1698	FONTE DE ALIMENTAÇÃO PARA UNIDADES DIGITAIS DE PROCESSAMENTO DE PEQUENO PORTE	0111/2007	RESOLUÇÃO	21/06/2007	Diversificação

Inscrição SUFRAMA: 201175010
Razão Social: P.P.O.S. EMPREENDIMENTOS S/A

Código	Produto	Nro.Doc.	Tipo Doc.	Data Doc.	Tipo Projeto
0780	CÂMERA DE VÍDEO DE IMAGENS FIXAS	0096/2006	RESOLUÇÃO	17/05/2006	Implantação

Inscrição SUFRAMA: 201264013
Razão Social: PRESTO INDUSTRIA E COMERCIO DE MATERIAIS DE ESCRITORIO LTDA

Código	Produto	Nro.Doc.	Tipo Doc.	Data Doc.	Tipo Projeto
1573	GRAMPEADOR	0033/2008	RESOLUÇÃO	29/02/2008	Implantação
1686	COLA EM BASTÃO	0033/2008	RESOLUÇÃO	29/02/2008	Implantação

Inscrição SUFRAMA: 200841017
Razão Social: PROVIEW ELETRONICA DO BRASIL LTDA.

Código	Produto	Nro.Doc.	Tipo Doc.	Data Doc.	Tipo Projeto
0107	RECEPTOR DE SINAL DE TELEVISÃO VIA CABO	0102/2007	RESOLUÇÃO	21/06/2007	Diversificação
0108	RECEPTOR DE SINAL DE TELEVISÃO VIA SATÉLITE	0042/2007	RESOLUÇÃO	28/02/2007	Diversificação
0309	UNIDADE DIGITAL DE PROCESSAMENTO DE PEQUENO PORTE MONTADA EM UM MESMO CORPO OU GABINETE - (UCP)	0041/2007	RESOLUÇÃO	28/02/2007	Diversificação

Inscrição SUFRAMA: 200771019
Razão Social: SAMSUNG ELETRONICA DA AMAZONIA LTDA.

Código	Produto	Nro.Doc.	Tipo Doc.	Data Doc.	Tipo Projeto
0066	CAIXA ACÚSTICA	0176/2007	RESOLUÇÃO	23/08/2007	Diversificação
1233	RÁDIO COM REPRODUTOR DE CD/DVD/VCD	0176/2007	RESOLUÇÃO	23/08/2007	Diversificação

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

1360	DIGITAL VIDEO DISC - DVD PLAYER COMBINADO COM VIDEOCASSETE	0106/2006	PORTARIA	30/03/2006	Inclusão
0115	PLACA DE CIRCUITO IMPRESSO MONTADA (EXCETO DE USO EM INFORMÁTICA)	0306/2007	RESOLUÇÃO	11/12/2007	Diversificação
0361	PLACA DE CIRCUITO IMPRESSO MONTADA (DE USO EM INFORMÁTICA)	0306/2007	RESOLUÇÃO	11/12/2007	Diversificação

Inscrição SUFRAMA: 201073013
Razão Social: SVA DA AMAZONIA LTDA

Código	Produto	Nro.Doc.	Tipo Doc.	Data Doc.	Tipo Projeto
0368	FILME PARA RAIO-X	0259/2006	RESOLUÇÃO	31/10/2006	Diversificação
0370	FILME FOTOGRÁFICO PARA ARTE GRÁFICA (FOTOCOMPOSIÇÃO)	0259/2006	RESOLUÇÃO	31/10/2006	Diversificação
1062	RÁDIO COM GRAVADOR/REPRODUTOR DE ÁUDIO NO FORMATO MP3, PORTÁTIL	0177/2006	RESOLUÇÃO	03/08/2006	Diversificação
1703	DISCO DIGITAL A LASER PARA ÁUDIO E "DIGITAL VERSATILE DISC - DVD", EM DISCO ÚNICO DUPLA FACE	0253/2006	RESOLUÇÃO	31/10/2006	Diversificação

Inscrição SUFRAMA: 200233017
Razão Social: TECHNOS DA AMAZONIA INDUSTRIA E COMERCIO S.A.

Código	Produto	Nro.Doc.	Tipo Doc.	Data Doc.	Tipo Projeto
0613	FUNDO DE CAIXA DE RELÓGIO DE PULSO, DE PLÁSTICO	0205/1999	RESOLUÇÃO	15/12/1999	Atualização
0659	MOLDE PARA MODELAGEM DE MATÉRIAS PLÁSTICAS OU DE BORRACHA POR INJEÇÃO	0107/1986	RESOLUÇÃO	28/05/1986	Ampliação
0894	PRODUTO QUÍMICO PARA GALVANOPLASTIA E TRATAMENTOS SUPERFICIAIS	0121/1983	RESOLUÇÃO	12/08/1983	Implantação

Inscrição SUFRAMA: 200334018
Razão Social: TECTOY S.A.

Código	Produto	Nro.Doc.	Tipo Doc.	Data Doc.	Tipo Projeto
1697	GRAVADOR/REPRODUTOR DE ÁUDIO/VÍDEO/TV NO FORMATO MP4 COM TELA DE CRISTAL LÍQUIDO, PORTÁTIL	0470/2006	PORTARIA	30/10/2006	Inclusão
1755	RECEPTOR DE SINAL DE TELEVISÃO VIA TRANSMISSÃO LOCAL TERRESTRE	0010/2008	RESOLUÇÃO	28/02/2008	Diversificação

Inscrição SUFRAMA: 201053012
Razão Social: UNIACE COMPONENTES DA AMAZONIA S.A

Código	Produto	Nro.Doc.	Tipo Doc.	Data Doc.	Tipo Projeto
0115	PLACA DE CIRCUITO IMPRESSO MONTADA (EXCETO DE USO EM INFORMÁTICA)	0123/2007	RESOLUÇÃO	21/06/2007	Diversificação
0361	PLACA DE CIRCUITO IMPRESSO MONTADA (DE USO EM INFORMÁTICA)	0123/2007	RESOLUÇÃO	21/06/2007	Diversificação

Inscrição SUFRAMA: 200814010
Razão Social: VISTEON AMAZONAS LTDA.

Código	Produto	Nro.Doc.	Tipo Doc.	Data Doc.	Tipo Projeto
0280	COMPRESSOR PARA CONDICIONADOR DE AR PARA VEÍCULO	0212/2006	RESOLUÇÃO	06/10/2006	Diversificação

ANEXO 2 DA PORTARIA Nº 198 , DE 17 DE JUNHO DE 2011 (enquadramento no art. 54 da res. nº 202/2006)
Inscrição SUFRAMA: 201112019
Razão Social: BANDEIRANTES DA AMAZONIA INDUSTRIA GRAFICA LTDA

Código	Produto	Nro.Doc.	Tipo Doc.	Data Doc.	Tipo Projeto
0708	MANUAL TÉCNICO IMPRESSO	0002/2005	PORTARIA	07/01/2005	Implantação

Inscrição SUFRAMA: 201100010
Razão Social: BARBOSA REPAROS NAVAIS LTDA

Código	Produto	Nro.Doc.	Tipo Doc.	Data Doc.	Tipo Projeto
1656	EMBARCAÇÕES DE SERVIÇOS (EM AÇO)	0404/2004	RESOLUÇÃO	14/12/2004	Implantação

Inscrição SUFRAMA: 201000016
Razão Social: BRAMONT MONTADORA INDUSTRIAL E COMERCIAL DE VEICULOS S/A.

Código	Produto	Nro.Doc.	Tipo Doc.	Data Doc.	Tipo Projeto
0002	MOTOCICLETA ACIMA DE 100 CM3 ATÉ 450 CM3	0196/2005	PORTARIA	06/07/2005	Diversificação
1704	MOTONETA ELÉTRICA	0073/2006	RESOLUÇÃO	17/05/2006	Diversificação

Inscrição SUFRAMA: 200115014
Razão Social: BIC AMAZONIA S/A.

Código	Produto	Nro.Doc.	Tipo Doc.	Data Doc.	Tipo Projeto
0255	DEMARCADOR	0057/2001	RESOLUÇÃO	30/01/2001	Ampliação/ Diversificação

Inscrição SUFRAMA: 200780018
Razão Social: BERTOLINI DA AMAZONIA INDUSTRIA E COMERCIO LTDA.

Código	Produto	Nro.Doc.	Tipo Doc.	Data Doc.	Tipo Projeto
1695	PLATAFORMA METÁLICA PARA TRANSPORTE DE MOTOCICLETA	0225/2005	PORTARIA	10/08/2005	Diversificação

Inscrição SUFRAMA: 200306014
Razão Social: B&M DA AMAZONIA INDUSTRIAL LTDA.

Código	Produto	Nro.Doc.	Tipo Doc.	Data Doc.	Tipo Projeto
0108	RECEPTOR DE SINAL DE TELEVISÃO VIA SATÉLITE	0160/1997	RESOLUÇÃO	10/10/1997	Implantação
0956	AMPLIFICADOR PARA RECEPÇÃO DE SINAIS DE TELEVISÃO EM VHF/UHF	0160/1997	RESOLUÇÃO	10/10/1997	Implantação

Inscrição SUFRAMA: 200388010
Razão Social: CARBOQUIMICA DA AMAZONIA LTDA

Código	Produto	Nro.Doc.	Tipo Doc.	Data Doc.	Tipo Projeto
0360	GABINETE METÁLICO	0077/1987	RESOLUÇÃO	30/04/1987	Implantação

Inscrição SUFRAMA: 200759019
Razão Social: CEDER ELETRONICA DA AMAZONIA LTDA.

Código	Produto	Nro.Doc.	Tipo Doc.	Data Doc.	Tipo Projeto
0046	APARELHO TELEFÔNICO POR FIO NÃO COMBINADO COM OUTROS APARELHOS	0108/1997	PORTARIA	18/03/1997	Inclusão
0724	AMPLIFICADOR DE ÁUDIO EM 3D - "HOME THEATER"	0159/2003	PORTARIA	03/11/2003	Diversificação

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Inscrição SUFRAMA: 200119010
Razão Social: COMPANHIA INDUSTRIAL DE MADEIRAS

Código	Produto	Nro.Doc.	Tipo Doc.	Data Doc.	Tipo Projeto
0404	MADEIRA COMPENSADA	0113/1974	CERTIFICADO	07/02/1974	Ampliação

Inscrição SUFRAMA: 201320010
Razão Social: COMPONEL INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.

Código	Produto	Nro.Doc.	Tipo Doc.	Data Doc.	Tipo Projeto
0065	ALTO-FALANTE	0350/2004	RESOLUÇÃO	25/10/2004	Diversificação
1479	GABINETE DE MADEIRA PARA CAIXA ACÚSTICA	0350/2004	RESOLUÇÃO	25/10/2004	Diversificação

Inscrição SUFRAMA: 201321017
Razão Social: COMPONEL INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.

Código	Produto	Nro.Doc.	Tipo Doc.	Data Doc.	Tipo Projeto
0078	MECANISMO DE TOCA-DISCOS	0056/1999	RESOLUÇÃO	19/03/1999	Diversificação
1431	TRANSFORMADOR ELÉTRICO DE POTÊNCIA NÃO SUPERIOR A 3KVA, COM NÚCLEO DE LÂMINAS DE AÇO SILÍCIO	0304/1994	RESOLUÇÃO	13/12/1994	Alteração

Inscrição SUFRAMA: 200789015
Razão Social: CR ZONGSHEN FABRICADORA DE VEICULOS S/A

Código	Produto	Nro.Doc.	Tipo Doc.	Data Doc.	Tipo Projeto
0006	MOTONETA ATÉ 100 CM3	0053/1995	RESOLUÇÃO	30/11/1995	Implantação

Inscrição SUFRAMA: 201134012
Razão Social: DIGIBRAS INDUSTRIA DO BRASIL S/A

Código	Produto	Nro.Doc.	Tipo Doc.	Data Doc.	Tipo Projeto
0316	INDICADOR E APONTADOR (USO EM INFORMÁTICA)	0030/2006	RESOLUÇÃO	17/03/2006	Diversificação

Inscrição SUFRAMA: 200086014
Razão Social: DUMONT SAAB DO BRASIL S.A.

Código	Produto	Nro.Doc.	Tipo Doc.	Data Doc.	Tipo Projeto
0203	RELÓGIO DE BOLSO	0149/1989	RESOLUÇÃO	08/06/1989	Diversificação/Atualização

Inscrição SUFRAMA: 200956019
Razão Social: ECPLAST DA AMAZONIA IND. E COM. LTDA.

Código	Produto	Nro.Doc.	Tipo Doc.	Data Doc.	Tipo Projeto
0390	MATÉRIA PLÁSTICA EM SUA FORMA PRIMÁRIA	0385/2001	RESOLUÇÃO	31/08/2001	Implantação

Inscrição SUFRAMA: 201078015
Razão Social: ELCOTEQ DA AMAZONIA LTDA

Código	Produto	Nro.Doc.	Tipo Doc.	Data Doc.	Tipo Projeto
1246	SUBCONJUNTO PLÁSTICO PARA TELEFONE CELULAR	0218/2004	PORTARIA	06/08/2004	Implantação
1358	SUBCONJUNTO PARA TELEFONE CELULAR COM DISPOSITIVO DE CRISTAL LÍQUIDO INCORPORADO	0145/2005	PORTARIA	23/05/2005	Atualização

Inscrição SUFRAMA: 300085010
Razão Social: EMBAPLAST EMBALAGENS PLASTICAS DA AMAZONIA LTDA.

Código	Produto	Nro.Doc.	Tipo Doc.	Data Doc.	Tipo Projeto
0395	ARTIGO DE MATÉRIA PLÁSTICA (EXCETO DE POLIESTIRENO EXPANSÍVEL) PARA TRANSPORTE OU EMBALAGEM	0061/1993	PORTARIA	16/09/1993	Implantação

Inscrição SUFRAMA: 200441019
Razão Social: EMPRESA AMAZONENSE DE CANETAS LTDA.

Código	Produto	Nro.Doc.	Tipo Doc.	Data Doc.	Tipo Projeto
0008	PEÇAS PLÁSTICAS MOLDADAS POR INJEÇÃO	0098/2001	RESOLUÇÃO	23/03/2001	Diversificação
0251	CANETA ESFEROGRÁFICA	0132/1998	RESOLUÇÃO	28/08/1998	Ampliação/ Atualização
0253	CARGA COM PONTA PARA CANETA ESFEROGRÁFICA	0091/2005	PORTARIA	07/04/2005	Diversificação

Inscrição SUFRAMA: 201125013
Razão Social: FOXCONN DO BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO DE ELETRONICOS LTDA

Código	Produto	Nro.Doc.	Tipo Doc.	Data Doc.	Tipo Projeto
0089	TELEFONE CELULAR DIGITAL COMBINADO OU NÃO COM OUTRAS TECNOLOGIAS	0108/2005	RESOLUÇÃO	05/05/2005	Diversificação
0780	CÂMERA DE VÍDEO DE IMAGENS FIXAS	0263/2006	RESOLUÇÃO	31/10/2006	Diversificação

Inscrição SUFRAMA: 200591010
Razão Social: FRIOTERM DA AMAZONIA INDUSTRIA E COMERCIO LTDA.

Código	Produto	Nro.Doc.	Tipo Doc.	Data Doc.	Tipo Projeto
0285	CONDICIONADOR DE AR DE JANELA OU DE PAREDE COM MAIS DE UM CORPO	0089/1997	RESOLUÇÃO	01/08/1997	Ampliação
0697	CONDICIONADOR DE AR CENTRAL "SELF CONTAINED"	0089/1997	RESOLUÇÃO	01/08/1997	Ampliação
1652	APARELHO PARA RECUPERAÇÃO DE ENERGIA TÉRMICA, PARA SISTEMA DE CONDICIONADOR DE AR CENTRAL	0033/2005	RESOLUÇÃO	01/03/2005	Diversificação

Inscrição SUFRAMA: 200284010
Razão Social: HONDA COMPONENTES DA AMAZONIA LTDA.

Código	Produto	Nro.Doc.	Tipo Doc.	Data Doc.	Tipo Projeto
1214	CARBURADOR PARA MOTORES À EXPLOSÃO PARA VÉICULOS DE DUAS RODAS, TRICÍCLOS E QUADRICÍCLOS	0152/1997	RESOLUÇÃO	10/10/1997	Ampliação
1543	CONJUNTO INTERRUPTOR (RELÉ) MAGNÉTICO DE PARTIDA PARA CICLOMOTORES, MOTONETAS, MOTOCICLETAS, TRICICLOS E QUADRICICLOS	0152/1997	RESOLUÇÃO	10/10/1997	Ampliação
0820	BOMBA DE ÓLEO PARA VEÍCULO DE DUAS RODAS, TRICICLO E QUADRICICLO (EXCETO BICICLETA)	0152/1997	RESOLUÇÃO	10/10/1997	Ampliação
0830	FILTRO DE AR PARA VEÍCULO DE DUAS RODAS, TRICICLO E QUADRICICLO (EXCETO BICICLETA)	0152/1997	RESOLUÇÃO	10/10/1997	Ampliação

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

1539	CONJUNTO EIXO SELETOR DE MARCHAS PARA CICLOMOTORES, MOTONETAS, MOTOCICLETAS E QUADRICICLOS	0152/1997	RESOLUÇÃO	10/10/1997	Ampliação
1540	CONJUNTO FILTRO DE AR COM CARBURADOR E BATERIA PARA CICLOMOTORES, MOTONETAS, MOTOCICLETAS, TRICICLOS E QUADRICICLOS	0152/1997	RESOLUÇÃO	10/10/1997	Ampliação
1592	SUBCONJUNTO CABEÇOTE DO MOTOR À EXPLOSÃO (CICLO OTTO) PARA CICLOMOTORES, MOTONETAS, MOTOCICLETAS, TRICICLOS E QUADRICICLOS	0152/1997	RESOLUÇÃO	10/10/1997	Ampliação
1607	TANQUE RESERVA DO RADIADOR PARA CICLOMOTORES, MOTONETAS, MOTOCICLETAS, TRICICLOS E QUADRICICLOS	0152/1997	RESOLUÇÃO	10/10/1997	Ampliação
1608	TERMOSTATO DO RADIADOR PARA CICLOMOTORES, MOTONETAS, MOTOCICLETAS, TRICICLOS E QUADRICICLOS	0152/1997	RESOLUÇÃO	10/10/1997	Ampliação

Inscrição SUFRAMA: 200557017
Razão Social: IBT INDUSTRIA BRASILEIRA DE TELEVISORES S/A

Código	Produto	Nro.Doc.	Tipo Doc.	Data Doc.	Tipo Projeto
0105	RÁDIO COM GRAVADOR/REPRODUTOR DE FITAS CASSETES MAGNÉTICAS E TOCA-DISCOS DIGITAL A LASER	0202/2002	RESOLUÇÃO	27/06/2002	Diversificação
1297	TELEVISOR COM TELA DE PLASMA	0228/2003	RESOLUÇÃO	02/09/2003	Diversificação

Inscrição SUFRAMA: 201060019
Razão Social: IMPORTADORA, EXPORTADORA E INDUSTRIA JIMMY LIMITADA

Código	Produto	Nro.Doc.	Tipo Doc.	Data Doc.	Tipo Projeto
1063	GRAVADOR/REPRODUTOR DE ÁUDIO NO FORMATO MP3, PORTÁTIL	0013/2006	RESOLUÇÃO	17/03/2006	Diversificação

Inscrição SUFRAMA: 200904019
Razão Social: INVENSYS APPLIANCE CONTROLS DA AMAZ. LTDA.

Código	Produto	Nro.Doc.	Tipo Doc.	Data Doc.	Tipo Projeto
1353	TROCADOR DE CALOR TIPO TUBO ALETADO (SERPENTINA)	0217/2004	RESOLUÇÃO	16/07/2004	Diversificação
1453	SUBCONJUNTO DO PAINEL DE CONTROLE COM DISPOSITIVO INDICADOR VISUAL E/OU ACÚSTICO PARA CONDICIONADOR DE AR	0178/2000	RESOLUÇÃO	05/10/2000	Diversificação

Razão Social: JABIL DO BRASIL INDUSTRIA ELETROELETRONICA LTDA

Código	Produto	Nro.Doc.	Tipo Doc.	Data Doc.	Tipo Projeto
0115	PLACA DE CIRCUITO IMPRESSO MONTADA (EXCETO DE USO EM INFORMÁTICA)	0140/2006	PORTARIA	11/04/2006	Implantação
0589	CONTROLE REMOTO PARA APARELHOS ELÉTRICOS E ELETRÔNICOS	0077/2006	RESOLUÇÃO	17/05/2006	Diversificação

Inscrição SUFRAMA: 201086018
Razão Social: JABIL DO BRASIL INDUSTRIA ELETROELETRONICA LTDA

Código	Produto	Nro.Doc.	Tipo Doc.	Data Doc.	Tipo Projeto
0024	CARREGADOR DE BATERIA PARA TELEFONE CELULAR	0138/2006	PORTARIA	11/04/2006	Ampliação
0115	PLACA DE CIRCUITO IMPRESSO MONTADA (EXCETO DE USO EM INFORMÁTICA)	0054/2006	PORTARIA	23/02/2006	Ampliação
0361	PLACA DE CIRCUITO IMPRESSO MONTADA (DE USO EM INFORMÁTICA)	0213/2002	RESOLUÇÃO	27/06/2002	Implantação

Inscrição SUFRAMA: 200991019
Razão Social: JABIL DO BRASIL IND. ELETROELETRONICA LTDA.

Código	Produto	Nro.Doc.	Tipo Doc.	Data Doc.	Tipo Projeto
0361	PLACA DE CIRCUITO IMPRESSO MONTADA (DE USO EM INFORMÁTICA)	0385/2004	RESOLUÇÃO	14/12/2004	Diversificação
0589	CONTROLE REMOTO PARA APARELHOS ELÉTRICOS E ELETRÔNICOS	0293/2004	RESOLUÇÃO	25/10/2004	Ampliação
1246	SUBCONJUNTO PLÁSTICO PARA TELEFONE CELULAR	0140/2004	RESOLUÇÃO	30/04/2004	Ampliação
1358	SUBCONJUNTO PARA TELEFONE CELULAR COM DISPOSITIVO DE CRISTAL LÍQUIDO INCORPORADO	0026/2004	PORTARIA	27/01/2004	Ampliação
1453	SUBCONJUNTO DO PAINEL DE CONTROLE COM DISPOSITIVO INDICADOR VISUAL E/OU ACÚSTICO PARA CONDICIONADOR DE AR	0208/2003	RESOLUÇÃO	02/09/2003	Diversificação

Inscrição SUFRAMA: 200369016
Razão Social: KONICA MINOLTA BUSINESS SOLUTIONS DO BRASIL LTDA

Código	Produto	Nro.Doc.	Tipo Doc.	Data Doc.	Tipo Projeto
0182	FOTOCOPIADORA	0368/2005	RESOLUÇÃO	14/12/2005	Atualização

Inscrição SUFRAMA: 300097018
Razão Social: KVA INDUSTRIA E COMERCIO LTDA

Código	Produto	Nro.Doc.	Tipo Doc.	Data Doc.	Tipo Projeto
1474	CONTROLADOR LÓGICO PROGRAMÁVEL	0016/2005	PORTARIA	19/01/2005	Implantação

Inscrição SUFRAMA: 200051016
Razão Social: LESON DA AMAZONIA COMPONENTESELETRONICOS LTDA.

Código	Produto	Nro.Doc.	Tipo Doc.	Data Doc.	Tipo Projeto
0640	MICROFONE SEM FIO	0242/2005	PORTARIA	23/08/2005	Inclusão
0064	MICROFONE COM FIO	0248/1982	RESOLUÇÃO	12/11/1982	Implantação
1275	TWEETER PIEZELÉTRICO	0248/1982	RESOLUÇÃO	12/11/1982	Implantação

Inscrição SUFRAMA: 200606018
Razão Social: LG ELECTRONICS DA AMAZONIA LTDA.

Código	Produto	Nro.Doc.	Tipo Doc.	Data Doc.	Tipo Projeto
0114	TELEVISOR DE PROJEÇÃO	0400/2004	RESOLUÇÃO	14/12/2004	Ampliação
0282	CONDICIONADOR DE AR DE JANELA OU DE PAREDE DE CORPO ÚNICO	0399/2004	RESOLUÇÃO	14/12/2004	Ampliação
1360	DIGITAL VIDEO DISC - DVD PLAYER COMBINADO COM VIDEOCASSETE	0267/2002	RESOLUÇÃO	09/09/2002	Diversificação

Inscrição SUFRAMA: 300020015
Razão Social: L. M. DA AMAZONIA LTDA.

Código	Produto	Nro.Doc.	Tipo Doc.	Data Doc.	Tipo Projeto
0206	RELÓGIO DE PAREDE	0086/1998	RESOLUÇÃO	03/07/1998	Diversificação/ Atualização

Inscrição SUFRAMA: 200241010
Razão Social: METALFINO DA AMAZONIA LTDA.

Código	Produto	Nro.Doc.	Tipo Doc.	Data Doc.	Tipo Projeto
1328	TAMPA DO TERMOSTATO PARA VEÍCULOS AUTOMOTORES	0179/2003	RESOLUÇÃO	16/07/2003	Diversificação
1329	SISTEMA PASSAGEM DE ÁGUA PARA VEÍCULOS AUTOMOTORES	0179/2003	RESOLUÇÃO	16/07/2003	Diversificação

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

1330	CONJUNTO TAMPA LATERAL DIREITA PARA VEÍCULOS AUTOMOTORES	0179/2003	RESOLUÇÃO	16/07/2003	Diversificação
1331	SUPORTE DO MOTOR PARA VEÍCULOS AUTOMOTORES	0179/2003	RESOLUÇÃO	16/07/2003	Diversificação
1332	SUPORTE DO COMPRESSOR PARA VEÍCULOS AUTOMOTORES	0179/2003	RESOLUÇÃO	16/07/2003	Diversificação

Inscrição SUFRAMA: 200819011
Razão Social: MOLEX BRASIL LTDA.

Código	Produto	Nro.Doc.	Tipo Doc.	Data Doc.	Tipo Projeto
0024	CARREGADOR DE BATERIA PARA TELEFONE CELULAR	0153/2006	RESOLUÇÃO	03/08/2006	Atualização
0115	PLACA DE CIRCUITO IMPRESSO MONTADA (EXCETO DE USO EM INFORMÁTICA)	0025/1997	RESOLUÇÃO	03/03/1997	Diversificação
0132	CONECTOR ELÉTRICO	0153/2006	RESOLUÇÃO	03/08/2006	Atualização
0589	CONTROLE REMOTO PARA APARELHOS ELÉTRICOS E ELETRÔNICOS	0266/2002	RESOLUÇÃO	09/09/2002	Diversificação
0967	CAIXA (GABINETE) PLÁSTICA PARA CONECTOR ELÉTRICO	0153/2006	RESOLUÇÃO	03/08/2006	Atualização
1307	FIOS E CABOS COM CONECTORES PARA MÁQUINAS E APARELHOS DOS CAPÍTULOS 84 E 85 DA NCM	0153/2006	RESOLUÇÃO	03/08/2006	Atualização
1308	FIOS E CABOS COM CONECTORES/TERMINAIS PARA USO DIVERSO	0153/2006	RESOLUÇÃO	03/08/2006	Atualização

Inscrição SUFRAMA: 200138014
Razão Social: MONARK DA AMAZÔNIA S.A.

Código	Produto	Nro.Doc.	Tipo Doc.	Data Doc.	Tipo Projeto
0139	BICICLETA COM CÂMBIO	0275/1993	RESOLUÇÃO	28/06/1993	Atualização

Inscrição SUFRAMA: 201070014
Razão Social: NYPRO DA AMAZONIA LTDA

Código	Produto	Nro.Doc.	Tipo Doc.	Data Doc.	Tipo Projeto
0008	PEÇAS PLÁSTICAS MOLDADAS POR INJEÇÃO	0047/2005	RESOLUÇÃO	01/03/2005	Diversificação

Inscrição SUFRAMA: 201029014
Razão Social: PLACIBRAS DA AMAZONIA LTDA

Código	Produto	Nro.Doc.	Tipo Doc.	Data Doc.	Tipo Projeto
1398	CIRCUITO IMPRESSO CONVENCIONAL DE RESINA FENÓLICA/EPOXI (COMPOSIT OU SIMILAR)	0324/2002	RESOLUÇÃO	23/10/2002	Implantação

Inscrição SUFRAMA: 200841017
Razão Social: PROVIEW ELETRONICA DO BRASIL LTDA.

Código	Produto	Nro.Doc.	Tipo Doc.	Data Doc.	Tipo Projeto
1297	TELEVISOR COM TELA DE PLASMA	0089/2005	PORTARIA	07/04/2005	Diversificação
0361	PLACA DE CIRCUITO IMPRESSO MONTADA (DE USO EM INFORMÁTICA)	0090/2005	PORTARIA	07/04/2005	Diversificação

Inscrição SUFRAMA: 200771019
Razão Social: SAMSUNG ELETRONICA DA AMAZONIA LTDA.

Código	Produto	Nro.Doc.	Tipo Doc.	Data Doc.	Tipo Projeto
0114	TELEVISOR DE PROJEÇÃO	0001/2006	PORTARIA	03/01/2006	Ampliação
0319	MONITOR DE VÍDEO COM TELA DE CINESCÓPIO (USO EM INFORMÁTICA)	0105/2003	RESOLUÇÃO	29/04/2003	Atualização
1361	MONITOR COM TELA DE PLASMA (EXCETO DE USO EXCLUSIVO EM INFORMÁTICA)	0001/2006	PORTARIA	03/01/2006	Ampliação
1063	GRAVADOR/REPRODUTOR DE ÁUDIO NO FORMATO MP3, PORTÁTIL	0291/2006	RESOLUÇÃO	18/12/2006	Diversificação

Inscrição SUFRAMA: 201041014
Razão Social: SAVCOR COATINGS DA AMAZONIA LTDA

Código	Produto	Nro.Doc.	Tipo Doc.	Data Doc.	Tipo Projeto
1488	PEÇAS PLÁSTICAS METALIZADAS PARA TELEFONE CELULAR	0435/2003	RESOLUÇÃO	18/12/2003	Diversificação

Inscrição SUFRAMA: 201043017
Razão Social: TECHNOPLAC ELETRONICA DA AMAZONIA LTDA

Código	Produto	Nro.Doc.	Tipo Doc.	Data Doc.	Tipo Projeto
0115	PLACA DE CIRCUITO IMPRESSO MONTADA (EXCETO DE USO EM INFORMÁTICA)	0307/2003	RESOLUÇÃO	11/11/2003	Implantação
0361	PLACA DE CIRCUITO IMPRESSO MONTADA (DE USO EM INFORMÁTICA)	0307/2003	RESOLUÇÃO	11/11/2003	Implantação

Inscrição SUFRAMA: 200233017
Razão Social: TECHNOS DA AMAZONIA INDUSTRIA E COMERCIO S.A.

Código	Produto	Nro.Doc.	Tipo Doc.	Data Doc.	Tipo Projeto
0204	RELÓGIO DESPERTADOR	0205/1999	RESOLUÇÃO	15/12/1999	Atualização
0210	CAIXA PARA RELÓGIO DE PULSO	0197/1987	RESOLUÇÃO	30/06/1987	Diversificação

Inscrição SUFRAMA: 200334018
Razão Social: TECTOY S.A.

Código	Produto	Nro.Doc.	Tipo Doc.	Data Doc.	Tipo Projeto
0096	RÁDIO COM GRAVADOR/REPRODUTOR DE FITAS CASSETES MAGNÉTICAS E TOCA-DISCOS DIGITAL A LASER, PORTÁTIL	0100/2003	RESOLUÇÃO	29/04/2003	Diversificação
0107	RECEPTOR DE SINAL DE TELEVISÃO VIA CABO	0243/2004	RESOLUÇÃO	26/08/2004	Diversificação
1062	RÁDIO COM GRAVADOR/REPRODUTOR DE ÁUDIO NO FORMATO MP3, PORTÁTIL	0222/2005	PORTARIA	02/08/2005	Diversificação

Inscrição SUFRAMA: 201053012
Razão Social: UNIACE COMPONENTES DA AMAZONIA S.A

Código	Produto	Nro.Doc.	Tipo Doc.	Data Doc.	Tipo Projeto
1432	TRANSFORMADOR ELÉTRICO DE POTÊNCIA NÃO SUPERIOR A 3KVA, COM NÚCLEO DE PÓ FERROMAGNÉTICO	0272/2005	PORTARIA	20/09/2005	Ampliação

Inscrição SUFRAMA: 200975013
Razão Social: WAPMETAL COMPONENTES METALICOS E AUTOMAÇÃO LTDA.

Código	Produto	Nro.Doc.	Tipo Doc.	Data Doc.	Tipo Projeto
1119	PEÇAS PLÁSTICAS MOLDADAS POR VÁCUO FORMAGEM	0190/1998	RESOLUÇÃO	11/12/1998	Ampliação/ Diversificação
1120	PEÇAS PLÁSTICAS MOLDADAS POR USINAGEM	0190/1998	RESOLUÇÃO	11/12/1998	Ampliação/ Diversificação
1123	DISPOSITIVO SEMI-AUTOMÁTICO PARA FINS INDUSTRIAIS	0190/1998	RESOLUÇÃO	11/12/1998	Ampliação/ Diversificação

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

PORTARIA Nº 206, DE 21 DE JUNHO DE 2011

A SUPERINTENDENTE DA SUPERINTENDÊNCIA DA ZONA FRANCA DE MANAUS, no uso de suas atribuições legais e considerando o que lhe autoriza o Art. 12, Inciso I, da Resolução Nº 202, de 17 de maio de 2006, do Conselho de Administração da SUFRAMA e os termos do Parecer Técnico de Análise nº 27/2011 - SPR/CGPRI/COAPI, resolve:

Art. 1° APROVAR o projeto técnico-econômico simplificado de IMPLANTAÇÃO da empresa PAD INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ARTEFATOS DE CONCRETO LTDA., na Zona Franca de Manaus, na forma do Parecer Técnico de Análise N.º 27/2011 - SPR/CGPRI/COAPI, para a produção de ARTEFATO DE CIMENTO OU CONCRETO, e o gozo dos benefícios fiscais previstos no Art. 7º e Art. 9º do Decreto-lei n.º 288, de 28 de fevereiro de 1967 e legislação posterior;

Art. 2º - DETERMINAR, sob pena de suspensão ou cancelamento do projeto, sem prejuízo da aplicação de outras cominações legais cabíveis:

I - o cumprimento, quando da fabricação do produto constante do Art. 1º desta Portaria, do Processo Produtivo Básico descrito no item 3 do Parecer Técnico de Análise nº 48/2011-SPR/CGPRI/COAPI, considerando os termos estabelecido na Portaria Interministerial nº 14 - MPO/MICT/MCT, de 12 de dezembro de 1996;

II- o atendimento das exigências da Política Nacional do Meio Ambiente, conforme disciplina a Legislação no âmbito Federal, Estadual e Municipal;

III - a manutenção do cadastro atualizado na SUFRAMA, de acordo com as normas em vigor;

IV - o cumprimento das exigências contidas na Resolução N° 202, de 17 de maio de 2006, bem como das demais Resoluções, Portarias e Normas Técnicas em vigor.

Art. 3° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FLÁVIA SKROBOT BARBOSA GROSSO

DESPACHOS

Com fundamento nos termos do art. 25 da Lei nº 8.666/93 e considerando o contido na Proposição n.º 096, de 04/11/2010, Resolução do CAS n.º 233, de 04/11/2010, Parecer nº 073/2010 - SPR/CGPRI/COPEA e Adendo, Parecer n.º 1009/2010 - GA/PF/SUFRAMA, além do cumprimento da Decisão nº 153/2001 - TCU Plenário, prolatada nos autos do Processo nº TC 927.102/1998-6, reconheço a inexigibilidade de licitação para alienação do lote nº 23-1, com área total de 6.651,00 m², localizado na Rua Licuri, nº 2.010 - Expansão do Distrito Industrial Marechal Castello Branco, à empresa TERMO METAIS LTDA., por inviabilidade de competição em situação excepcional, motivada na aplicação do art. 29 e Parágrafo Único do Decreto-lei nº 288/67, referente à implantação do projeto aprovado pela SUFRAMA, tudo de acordo com o processo nº 52710.002710/2005-84.

Manaus - AM, 21 de junho de 2011.
OLDEMAR IANCK
Superintendente Adjunto de Projetos

Ratifico a inexigibilidade de licitação, em cumprimento ao disposto no art. 26 da Lei nº 8.666/93, por atender aos requisitos legais pertinentes e determino a publicação dos atos no Diário Oficial da União, como condição de eficácia legal.

Manaus - AM, 21 de junho de 2011.
FLÁVIA SKROBOT BARBOSA GROSSO
Superintendente

Ministério do Esporte

SECRETARIA EXECUTIVA

DELIBERAÇÃO Nº 227, DE 22 DE JUNHO DE 2011

Dá publicidade aos projetos desportivos, relacionados nos anexos I e II, aprovados nas reuniões ordinárias realizada em 09/11/2010, 01/02/2011, 05/04/2011, 03/05/2011 e 07/06/2011..

A COMISSÃO TÉCNICA VINCULADA AO MINISTÉRIO DO ESPORTE, de que trata a Lei nº 11.438 de 29 de dezembro de 2006, instituída pela Portaria nº 172 de 28 de setembro de 2009 e pela Portaria nº 130 de 05 de julho de 2010, considerando:

a) aprovação dos projetos desportivos aprovados nas reuniões ordinárias realizada em 09/10/2010, 01/02/2011, 05/04/2011 e 07/06/2011

b) a comprovação pelo proponente de projeto desportivo aprovado, das respectivas regularidades fiscais e tributárias nas esferas federal, estadual e municipal, nos termos do parágrafo único do art. 27 do Decreto nº 6.180 de 3 de agosto de 2007 decide:

Art. 1º Tornar pública, para os efeitos da Lei nº 11.438 de 2006 e do Decreto nº 6.180 de 2007, a aprovação dos projetos desportivos relacionados no anexo I.

Art. 2º Autorizar a captação de recursos, nos termos e prazos expressos, mediante doações ou patrocínios, para os projetos desportivos relacionados no anexo I.

Art. 3º Prorrogar o prazo de captação de recursos do projeto esportivo, para o qual o proponente fica autorizado a captar recurso, mediante doações e patrocínios, conforme anexo II.

Art. 4º Esta deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO CAPPELLI
Presidente da Comissão

ANEXO I

1 - Processo: 58701.004501/2010-28
Proponente: Federação de Boxe do Distrito Federal e Entorno
Título: Equipe Permanente do Distrito Federal
Registro/ ME: 02DF033022008
Manifestação Desportiva: Desporto de Rendimento
CNPJ: 09.212.375/0001-90
Cidade: Ceilândia - UF: DF
Valor aprovado para captação: R$ 179.158,00
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº: 1235 DV: 1 Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 54038-2
Período de Captação: da data de publicação até 06/04/2012.
2 - Processo: 58701.002312/2010-11
Proponente: Prefeitura Municipal de Sanclerlândia
Título: Futebol! Alegria de Todos
Registro/ ME: 01GO038422009
Manifestação Desportiva: Desporto Educacional
CNPJ: 02.164.804/0001-51
Cidade: Sanclerlândia - UF: GO
Valor aprovado para captação: R$ 419.822,76
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº: 3337 DV: 5 Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 11985-7
Período de Captação: da data de publicação até 09/11/2011.
3 - Processo: 58701.000118/2011-81
Proponente: Associação Catarinense de Medicina
Título: Apoio ao Tênis Catarinense - Prédio Administração e Apartamentos
Registro/ ME: 02SC071642010
Manifestação Desportiva: Desporto Rendimento
CNPJ: 83.901.298/0001-38
Cidade: Florianópolis - UF: SC
Valor aprovado para captação: R$ 828.077,08
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº: 0016 DV: 7 Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 59482-2
Período de Captação: da data de publicação até 30/06/2012.
ANEXO II
1 - Processo: 58701.004531/2010-34
Proponente: Instituto Sócio - Ambiental para o Desenvolvimento Sustentável - INSADES
Título: Inclusão Social Infanto Juvenil: Uma Associação Entre a Arte Marcial e a Educação
Valor aprovado para captação: R$ 662.585,95
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº: 5693 DV: 6 Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 5127-6
Período de Captação: da data de publicação até 31/12/2011.
2 - Processo: 58701.002006/2009-41
Proponente: Instituto Sócio - Ambiental para o Desenvolvimento Sustentável - INSADES
Título: Escolas de Surf - Ceará
Valor aprovado para captação: R$ 467.284,05
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº: 2975 DV: 0 Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 24470-8
Período de Captação: da data de publicação até 31/12/2011.
3 - Processo: 58701.002014/2009-97
Proponente: Instituto Sócio - Ambiental para o Desenvolvimento Sustentável - INSADES
Título: Escolas de Surf - Bahia e Rio Grande do Norte
Valor aprovado para captação: R$ 660.026,05
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº: 2975 DV: 0 Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 24471-6
Período de Captação: da data de publicação até 31/12/2011.
4 - Processo: 58701.005031/2010-10
Proponente: Associação de Cultura e Esporte Social - Rede Acesso
Título: II Virada Esportiva de Campinas
Valor aprovado para captação: R$ 428.509,16
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº: 1890 DV: 2 Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 57171-7
Período de Captação: da data de publicação até 07/07/2011.
5 - Processo: 58000.002408/2009-42
Proponente: Fundação Clube Esportivo Bento Gonçalves
Título: Centro de Excelência em Formação de Atletas Montanha de Vinhedos
Valor aprovado para captação: R$ 841.322,04
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº: 2969 DV: 6 Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 18897-2
Período de Captação: da data de publicação até 31/05/2011.

Ministério do Meio Ambiente

AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS
SUPERINTENDÊNCIA DE REGULAÇÃO

RESOLUÇÕES DE 20 DE JUNHO DE 2011

O SUPERINTENDENTE DE REGULAÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS - ANA, no uso de suas atribuições e tendo em vista a delegação de competência que lhe foi atribuída por meio da Portaria nº 84, de 12 de dezembro de 2002, torna público que a DIRETORIA COLEGIADA em sua 406ª Reunião Ordinária, realizada em 06 de junho de 2011, com fundamento no art. 12, inciso V, da Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000, resolveu outorgar à:

Nº 421 - Rafael Colicchio Cadorin, rio Quaraí, Município de Barra do Quaraí/Rio Grande do Sul, irrigação.

Nº 422 - Ômega Micromecânica Ltda., rio Sapucaí, Município de Itajubá/Minas Gerais, indústria.

Nº 423 - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA, Canal de São Gonçalo, Município de Capão do Leão/Rio Grande do Sul, irrigação.

Nº 424 - Frederico Bergamaschi Costa, Canal de São Gonçalo, Município de Rio Grande/Rio Grande do Sul, irrigação.

Nº 425 - Gustavo Pozzebon Stock, rio Uruguai, Município de Garruchos/Rio Grande do Sul, irrigação.

Nº 426 - Túlio Luis Pedron Mezzomo, rio Uruguai, Município de São Borja/Rio Grande do Sul, irrigação.

Nº 427 - Prefeitura Municipal de Itapiranga, rios Uruguai e Peperi-Guaçu, Município de Itapiranga/Santa Catarina, abastecimento público e esgotamento sanitário.

O inteiro teor das Resoluções de outorga, bem como as demais informações pertinentes estarão disponíveis no site www.ana.gov.br.

FRANCISCO LOPES VIANA

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SECRETARIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO

PORTARIA Nº 199, DE 21 DE JUNHO DE 2011

A SECRETÁRIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 40 do Anexo I do Decreto nº 7.063, de 13 de janeiro de 2010, e em conformidade com os termos do Decreto nº 980, de 11 de novembro de 1993, em conformidade com os elementos constantes do Processo nº 04905.002361/2010-38, resolve:

Art.1º Outorgar a Permissão de Uso do imóvel residencial funcional situado na SQN 307 Bloco "A", Apto. 208, nos termos do disposto nos arts. 7º e 8º do Decreto nº 980, de 1993, ao Senhor JOSÉ ANGELO RAMALHO LEAL, em virtude de exercer o cargo Assessor, Código - DAS 102.4 no Ministério da Pesca e Aqüicultura - MPA, e por atender às demais disposições previstas no citado Decreto.

Parágrafo único. Para os efeitos legais, a formalização do ato de ocupação dar-se-á com a entrega das chaves ao permissionário, observado o disposto no art. 12 do Decreto nº 980, de 1993, mediante Termo de Outorga de Permissão de Uso, em que constam as principais responsabilidades e obrigações do ocupante, cuja assinatura determina plena ciência e aceitação.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULA MARIA MOTTA LARA

SUPERINTENDÊNCIA EM SÃO PAULO

PORTARIA Nº 59, DE 7 DE JUNHO DE 2011

O SUPERINTENDENTE DO PATRIMÔNIO NO ESTADO DE SÃO PAULO, no uso de competência atribuída pelo artigo 1º, inciso IV, da Portaria nº 173 da Secretaria do Patrimônio da União, de 31 de agosto de 2.009 e pelo §2º do art.6º da Lei n.º 11.483, de 31 de maio de 2007, e, tendo em vista no inciso XIX, do art. 32 do Regimento Interno da Secretaria do Patrimônio de União - SPU, aprovado pela Portaria nº 232, de 3 de agosto de 2005; e resolve:

Art.1º - Indicar o imóvel situado no Município de Guaraçaí - área destacada do Pátio Ferroviário de Guaraçai, contrato SARP - L - 0837 - A, conforme planta elaborada pela Prefeitura de Guaraçai, a compor o Fundo Contingente da extinta Rede Ferroviária Federal S/A - RFFSA e possui a seguinte descrição;

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

A descrição do imóvel inicia-se no Ponto A, conforme planta à página 08 do presente processo; Do ponto A, ao lado direito do sentido Corumba, avança paralelo a via férrea por uma distância de 68,95 metros até o ponto B; No ponto B deflete 90º à esquerda e percorre uma distância de 23,55 metros até o ponto C; No ponto C deflete aproximadamente 90º à esquerda e percorre uma distância de 68,95 metros até o ponto B; No ponto B deflete aproximadamente 90º a esquerda e percorre uma distância de 25,10 metros até o ponto A, origem desta descrição. Conforme projeto de desmembramento do imóvel apresentado pela Prefeitura Municipal de Guaraçai presente no processo n° 04977.005510/2011-58.

Art. 2º - Colocar o Processo n.º 04977.005510/2011-58, à disposição do Agente Operador.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EVANGELINA DE ALMEIDA PINHO

Ministério do Trabalho e Emprego

GABINETE DO MINISTRO

DESPACHOS DO CHEFE DE GABINETE
Em 15 de junho de 2011

Alteração Estatutária

O Chefe de Gabinete do Ministro do Trabalho e Emprego, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Portaria 186, publicada em 14 de abril de 2008, e na Nota Técnica Nº. 158/2011/DIAN/CGRS/SRT/MTE, resolve ARQUIVAR a impugnação n° 46000.005820/98-58, nos termos do art. 10, inciso X da Portaria 186/2008; e CONCEDER o registro de alteração estatutária ao Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Fiação, Tecelagem e Vestuário de Timbó - SC, processo n° 46000.010579/97-25, CNPJ 79.359.410/0001-83, para representar a categoria profissional dos Trabalhadores nas indústrias de fiação, tecelagem e vestuário; em Indaial representando apenas os trabalhadores nas indústrias do vestuário, com abrangência intermunicipal e base territorial nos municípios de Benedito Novo, Doutor Pedrinho, Indaial, Rio dos Cedros e Timbó-SC.

Aletração Estatutária

O Chefe de Gabinete do Ministro do Trabalho e Emprego, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Portaria 186, publicada em 14 de abril de 2008, e na Nota Técnica Nº. 157/2011/DIAN/CGRS/SRT/MTE, resolve ARQUIVAR a impugnação n° 46000.011063/2010-72 e n. 46000.011151/2010-74, nos termos do art. 10, inciso X da Portaria 186/2008; e CONCEDER o registro de alteração estatutária ao Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção e do Mobiliário de Contagem, Ibirité, Sarzedo, Mário Campos e Esmeraldas, Processo nº. 46211.005749/2009-13, CNPJ n.º 21.123.302/0001-27 para representar a Categoria profissional dos trabalhadores nas indústrias da construção civil, nas indústrias de olarias, cimento, cal e gesso, nas indústrias de ladrilhos hidráulicos, e produtos de cimento, indústria de cerâmica para construção, industria de mármores e granitos, nas indústrias da pintura, decoração, estuques e omatos, nas indústrias de serrarias, carpintarias, tanoarias, madeiras compensadas, e laminadas, aglomeradas e chapas de fibras de madeiras, oficiais marceneiros e trabalhadores nas indústrias de serrarias e de móveis de madeira, nas indústrias de móveis de junco e vime e de vassouras, nas indústrias de cortinados e estofos, nas indústrias de escovas e pincéis, nas indústrias de artefatos de cimento armados, oficiais eletricistas e trabalhadores nas indústrias de instalações elétricas, gás, hidráulicas e sanitárias, exceto a categoria dos trabalhadores nas indústrias de serrarias, carpintarias, tanoarias, madeiras compensadas e laminadas, aglomerados e chapas de fibras de madeira, oficiais marceneiros e trabalhadores nas indústrias de serrarias e de móveis de madeira, nas indústrias de móveis de junco e vime e de vassouras, nas indústrias de cortinados e estofos nos municípios de Esmeraldas, Ibirité, Mário Campos e Sarzedo, bem como exceto os trabalhadores nas indústrias de montagens industriais nos municípios de Esmeraldas, Ibirité, Mário Campos e Sarzedo; com abrangência intermunicipal e base territorial nos municípios de Contagem, Esmeraldas, Ibirité, Mário Campos e Sarzedo - MG. Para fins de Anotação no Cadastro Nacional de Entidades Sindicais - CNES, resolve excluir da representação do Sindicato das Indústrias do Mobiliário e de Artefatos de Madeira no Estado de Minas Gerais - SINDIMOV, Processo: 24000.000337/92-40, CNPJ: 17.434.911/0001-20, a categoria profissional dos trabalhadores nas Indústrias do Mobiliário e de Artefatos de Madeira na base territorial dos Municípios de Contagem, Esmeraldas, Ibirité, Mário Campos e Sarzedo -MG, conforme determina o art. 25 da portaria 186/2008.

Pedido de registro

Chefe de Gabinete do Ministro do Trabalho e Emprego, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Nota Técnica Nº. 150/2011 DICNES/CGRS/SRT resolve DESARQUIVAR o processo de pedido de registro nº 46222.012018/2007-25, de interesse do SINDFORTE/PA - Sindicato dos Trabalhadores em Carro-Forte, Transportes de Valores e Escolta Armada do Estado do Pará, e promover a publicação do pedido de registro, da entidade abaixo mencionada, ficando aberto o prazo de 30 (trinta dias), para que os interessados possam se manifestar nos termos da Portaria n.º 188, de 05 de julho de 2007 e Portaria n.º 186/2008 publicada no DOU em 14 de abril de 2008.

Processo:	46222.012018/2007-25
Entidade:	SINDFORTE/PA - Sindicato dos Trabalhadores em Carro-Forte, Transportes de Valores e Escolta Armada do Estado do Pará
CNPJ:	09.181.602/0001-67
Abrangência	Estadual
Base territorial	Pará
Categoria Profissional	Vigilantes em transporte de valores, de dinheiro e outros itens de valor, por pessoal treinado e em veículos de escolta armada apropriados, blindados ou não, para proteção de tais valores enquanto em transito no Estado do Pará

Registro Sindical

O Chefe de Gabinete do Ministro do Trabalho e Emprego, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Portaria 186, publicada em 14 de abril de 2008, e na Nota Técnica Nº. 156/2011/DIAN/CGRS/SRT/MTE, resolve ARQUIVAR a impugnação n° 46000.011736/2009-51, nos termos do art. 10, inciso V da Portaria 186/2008; e CONCEDER o registro sindical ao Sindicato dos Agentes de Vigilância Ambiental em Saúde e Agentes Comunitários de Saúde - DF, n° 46206.006295/2008-88, CNPJ 09.491.889/0001-21, para representar a categoria profissional dos Trabalhadores considerados Agentes de Vigilância Ambiental em Saúde e Agentes Comunitários de Saúde, que caracteriza-se pelo exercício de atividades de prevenção de doenças e promoção de saúde mediante ações domiciliares ou comunitárias, individual ou coletiva, para fins de coordenação, orientação na rede Distrital e Federal, assim como, os empregados que porventura venham a ser contratados por empresas coligadas, pertencentes ou contratadas por grupos particulares ou sociedade, entidades filantrópicas, conveniadas e por interposta pessoa, cujo desempenho profissional contribua de forma direta para consecução e desenvolvimento da atividade dos Agentes de Vigilância Ambiental em Saúde e Agentes Comunitários de Saúde, na base territorial do Distrito Federal.

Registro sindical

O Chefe de Gabinete do Ministro do Trabalho e Emprego, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Portaria 186, publicada em 14 de abril de 2008, e na Nota Técnica Nº. 154/2011/DIAN/CGRS/SRT/MTE, resolve ARQUIVAR a impugnação n° 46000.021718/2010-11, nos termos do art. 10, inciso VII da Portaria 186/2008; e CONCEDER o registro sindical ao Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Químicas, Farmacêuticas, Abrasivos, Material Plástico, Tintas e Vernizes de Itamonte/MG, n° 46211.001714/2010-31, CNPJ 11.423.802/0001-20, para representar a categoria profissional dos trabalhadores nas indústrias químicas e farmacêuticas: - indústrias de abrasivos; de produtos químicos para fins industriais, de produtos farmacêuticos, de preparação de óleos vegetais e animais (sem fins alimentícios), de resinas sintéticas, de perfumaria e artigos de toucador, sabão e velas, de fabricação de álcool, etanol (sem fins alimentícios) e biocombustível, de explosivos, de tintas e vernizes, de defensivos agrícolas, de fósforos, de adubos e corretivos agrícolas, de destilação e refinação de petróleo, de material plástico (inclusive trabalhadores na indústria de laminados plásticos e reciclagem plástica), de matérias primas para inseticidas e fertilizantes, de petroquímica, de lápis, canetas e material de escritório, de defensivos animais e de re-refino de óleos minerais (sem fins alimentícios), produtos de limpeza, com abrangência municipal e base territorial no município de Itamonte- MG. Para fins de Anotação no Cadastro Nacional de Entidades Sindicais - CNES resolve excluir da representação do Sindicato os Trabalhadores nas Indústrias Químicas e Farmacêuticas de Varginha e de outros Municípios do Sul de Minas, N. 46211.005515/2007-04, CNPJ: 17.414.129/0001-49, a categoria Profissional dos Empregados nas Indústrias de Produtos Químicos Para Fins Industriais, Produtos Farmacêuticos, Preparação de Óleos Vegetais e Animais, Perfumarias e Artigos de Toucador, Resinas Sintéticas, Sabão e Velas, Fabricação de Álcool, Explosivos, Tintas e Vernizes, Adubos e Corretivos Agrícolas, Defensivos Agrícolas, Matérias Primas Para Inseticidas e Fertilizantes, Abrasivos, álcalis, Petroquímicas, Lápis, Canetas e Materiais de Escritório, Defensivos Animais, Refino de Óleos Minerais e Material Plástico, Inclusive Laminados Plásticos, inclusive laminados plásticos na base territorial do Município de Itamonte- MG, conforme determina o art. 25 da portaria 186/2008.

Nota Técnica nº. 19/2011/DICNES/CGRS/SRT/MTE, resolve retificar o despacho de interesse do Sindicato dos Servidores e Empregados da Assistência Social e Cultural do Governo do Distrito Federal - SINDSASC-GDF, Processo: 46000.016730/2004-65, CNPJ: 06.925.239/0001-59, publicado em 16/06/2009, Seção I, nº 36, pág. 112 para que promova a seguinte modificação referente à categoria onde se lê: Servidores e Empregados Públicos nas áreas da Assistência Social e Cultural (Lei n° 86 de 29 de dezembro de 1989 DODF de 30.12.1999), leia-se: Servidores e Empregados Públicos, nas áreas de Assistência Social e Cultural.

MARCELO PANELLA

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO NO PARANÁ

PORTARIA Nº 52, DE 21 DE JUNHO DE 2011

O SUPERINTENDENTE REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO NO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, e com fulcro no Art.1º da Portaria 3.118 de 03/04/1989 e considerando o que consta do processo 46212.018322/2010-09, inclusive a anuência dos empregados, devidamente homologada pelo Sindicato da Classe. resolve:

Renovar a autorização à empresa AGRÍCOLA HORIZONTE LTDA, CNPJ nº. 77.837.979/0001-81, estabelecida à Avenida Irio Jacob Welp, nº 600, no município de Marechal Cândido Rondon, no Estado do Paraná, para o trabalho em turnos ininterruptos, inclusive aos domingos e feriados civis e religiosos, nos setores constantes no processo, pelo prazo de 2 (dois) anos, a contar da publicação desta Portaria, renovável por igual período, devendo o respectivo pedido de renovação ser formulado 03 (três) meses antes do término da presente autorização. Outrossim, observa-se que a presente estará sujeita ao cancelamento em caso de descumprimento das exigências constantes na mencionada Portaria Ministerial, constatada a hipótese por regular inspeção do trabalho. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

NEIVO BERALDIN.

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO EM SANTA CATARINA

PORTARIAS DE 17 DE JUNHO DE 2011

O SUPERINTENDENTE REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO NO ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 1º, parágrafo 1º, da Portaria Ministerial nº 1.095, de 19/05/2010, publicada no DOU, de 20/05/2010, resolve:

Nº 120 - Conceder autorização a empresa Industrial ACRILAN Ltda, inscrita no CNPJ sob o nº 72.208.416/0004-53, para reduzir o intervalo destinado ao repouso e à alimentação para 30 (trinta) minutos, no 1º, 2º e 3º Turno, no estabelecimento situado na Rodovia Estadual SC 477, 333 - Alto Benedito - Benedito Novo (SC), nos exatos termos prescrito parágrafo 3º, do artigo 71, da CLT, pelo prazo de 02 (dois) anos, a contar da publicação desta, renovável por igual período, devendo o pleito de renovação, ser protocolado 03 (três) meses antes do término desta autorização, observados os requisitos do artigo 1º da referida Portaria Ministerial 1.095/2010, anexando relatório médico resultante do programa de acompanhamento de saúde dos trabalhadores submetidos à redução do intervalo destinado ao repouso e à alimentação. Deverá a Empresa Requerente, observar o horário constante à folha 03 deste administrativo. Esta autorização estará sujeita a cancelamento em caso de descumprimento das exigências constantes da prefalada Portaria, constatada a hipótese por regular inspeção do trabalho, (Processo nº 46305.000680/2011-07).

Nº 121 - Conceder autorização a empresa PADARIA E CONFEITARIA KI-BAGUETTI LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 73.845.919/0001-50, para reduzir o intervalo destinado ao repouso e à alimentação para 30 (trinta) minutos, no 1º, 2º e 3º Turno, no estabelecimento situado na Rua Amazonas, 3152 - Bairro Garcia - Blumenau (SC), nos exatos termos prescrito parágrafo 3º, do artigo 71, da CLT, pelo prazo de 02 (dois) anos, a contar da publicação desta, renovável por igual período, devendo o pleito de renovação, ser protocolado 03 (três) meses antes do término desta autorização, observados os requisitos do artigo 1º da referida Portaria Ministerial 1.095/2010, anexando relatório médico resultante do programa de acompanhamento de saúde dos trabalhadores submetidos à redução do intervalo destinado ao repouso e à alimentação. Deverá a Empresa Requerente, observar o horário constante às folhas 06 e 07 deste administrativo. Esta autorização estará sujeita a cancelamento em caso de descumprimento das exigências constantes da prefalada Portaria, constatada a hipótese por regular inspeção do trabalho, (Processo nº 46305.000242/2011-31).

Nº 122 - Conceder autorização a empresa WORLD BLUE Indústria e Comércio de Confecções Ltda, inscrita no CNPJ sob o nº 01.358.125/0001-50, para reduzir o intervalo destinado ao repouso e à alimentação para 30 (trinta) minutos, no 1º, 2º e 3º Turno, no estabelecimento situado na Rua Antônio Haendchen, 150 - Bairro Guarani - Brusque (SC), nos exatos termos prescrito parágrafo 3º, do artigo 71, da CLT, pelo prazo de 02 (dois) anos, a contar da publicação desta, renovável por igual período, devendo o pleito de renovação, ser protocolado 03 (três) meses antes do término desta autorização, observados os requisitos do artigo 1º da referida Portaria Ministerial 1.095/2010, anexando relatório médico resultante do programa de acompanhamento de saúde dos trabalhadores submetidos à redução do intervalo destinado ao repouso e à alimentação. Deverá a Empresa Requerente, observar o horário constante às folhas 25, 26 e 27 deste administrativo. Esta autorização estará sujeita a cancelamento em caso de descumprimento das exigências constantes da prefalada Portaria, constatada a hipótese por regular inspeção do trabalho, (Processo nº 46305.001193/2010-72).

Nº 123 - Conceder autorização a empresa WORLD BLUE Indústria e Comércio de Confecções Ltda, inscrita no CNPJ sob o nº 01.358.125/0003-12, para reduzir o intervalo destinado ao repouso e à alimentação para 30 (trinta) minutos, no 1º, 2º e 3º Turno, no estabelecimento situado na Rua Joaquim Zucco, 88 - Bairro Nova

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Brasília - Brusque (SC), nos exatos termos prescrito parágrafo 3º, do artigo 71, da CLT, pelo prazo de 02 (dois) anos, a contar da publicação desta, renovável por igual período, devendo o pleito de renovação, ser protocolado 03 (três) meses antes do término desta autorização, observados os requisitos do artigo 1º da referida Portaria Ministerial 1.095/2010, anexando relatório médico resultante do programa de acompanhamento de saúde dos trabalhadores submetidos à redução do intervalo destinado ao repouso e à alimentação. Deverá a Empresa Requerente, observar o horário constante à folha 52 deste administrativo. Esta autorização estará sujeita a cancelamento em caso de descumprimento das exigências constantes da prefalada Portaria, constatada a hipótese por regular inspeção do trabalho, (Processo nº 46305.001192/2010-28).

Nº 124 - Conceder autorização a empresa Indústria e Comércio de Plásticos CAJOVIL Ltda, inscrita no CNPJ sob o nº 02.575.998/0001-88, para reduzir o intervalo destinado ao repouso e à alimentação para 30 (trinta) minutos, no 1º, 2º e 3º Turno, no estabelecimento situado na Rodovia Ivo Silveira, 5900 - Bateas - Brusque (SC), nos exatos termos prescrito parágrafo 3º, do artigo 71, da CLT, pelo prazo de 02 (dois) anos, a contar da publicação desta, renovável por igual período, devendo o pleito de renovação, ser protocolado 03 (três) meses antes do término desta autorização, observados os requisitos do artigo 1º da referida Portaria Ministerial 1.095/2010, anexando relatório médico resultante do programa de acompanhamento de saúde dos trabalhadores submetidos à redução do intervalo destinado ao repouso e à alimentação. Deverá a Empresa Requerente, observar o horário constante à folha 08 deste administrativo. Esta autorização estará sujeita a cancelamento em caso de descumprimento das exigências constantes da prefalada Portaria, constatada a hipótese por regular inspeção do trabalho, (Processo nº 46220.000435/2011-21).

Nº 125 - Conceder autorização a empresa Malharia CARYMÃ Ltda, inscrita no CNPJ sob o nº 79.386.678/0001-04, para reduzir o intervalo destinado ao repouso e à alimentação para 30 (trinta) minutos, no 1º, 2º e 3º Turno, no estabelecimento situado na Rua Tenente Antônio João, 3.300 - Bairro Distrito Industrial - Joinville (SC), nos exatos termos prescrito parágrafo 3º, do artigo 71, da CLT, pelo prazo de 02 (dois) anos, a contar da publicação desta, renovável por igual período, devendo o pleito de renovação, ser protocolado 03 (três) meses antes do término desta autorização, observados os requisitos do artigo 1º da referida Portaria Ministerial 1.095/2010, anexando relatório médico resultante do programa de acompanhamento de saúde dos trabalhadores submetidos à redução do intervalo destinado ao repouso e à alimentação. Deverá a Empresa Requerente, observar o horário constante às folhas 05 e 06 deste administrativo. Esta autorização estará sujeita a cancelamento em caso de descumprimento das exigências constantes da prefalada Portaria, constatada a hipótese por regular inspeção do trabalho, (Processo nº 46220.001539/2011-53).

Nº 126 - Conceder autorização a empresa KAIKY Confecções Ltda, inscrita no CNPJ sob o nº 06.149.443/0001-25, para reduzir o intervalo destinado ao repouso e à alimentação para 30 (trinta) minutos, no 1º, 2º e 3º Turno, no estabelecimento situado na Rua Benjamin Constant, s/nº - Massaranduba(SC), nos exatos termos prescrito parágrafo 3º, do artigo 71, da CLT, pelo prazo de 02 (dois) anos, a contar da publicação desta, renovável por igual período, devendo o pleito de renovação, ser protocolado 03 (três) meses antes do término desta autorização, observados os requisitos do artigo 1º da referida Portaria Ministerial 1.095/2010, anexando relatório médico resultante do programa de acompanhamento de saúde dos trabalhadores submetidos à redução do intervalo destinado ao repouso e à alimentação. Deverá a Empresa Requerente, observar o horário constante à folha 20 deste administrativo. Esta autorização estará sujeita a cancelamento em caso de descumprimento das exigências constantes da prefalada Portaria, constatada a hipótese por regular inspeção do trabalho, (Processo nº 46220.001885/2011-31).

Nº 127 - Conceder autorização a empresa Industrial ACRILAN Ltda, inscrita no CNPJ sob o nº 72.208.416/0001-00, para reduzir o intervalo destinado ao repouso e à alimentação para 30 (trinta) minutos, no 1º, 2º e 3º Turno, no estabelecimento situado na Rua Blumenau, 677 - Centro - Timbó (SC), nos exatos termos prescrito parágrafo 3º, do artigo 71, da CLT, pelo prazo de 02 (dois) anos, a contar da publicação desta, renovável por igual período, devendo o pleito de renovação, ser protocolado 03 (três) meses antes do término desta autorização, observados os requisitos do artigo 1º da referida Portaria Ministerial 1.095/2010, anexando relatório médico resultante do programa de acompanhamento de saúde dos trabalhadores submetidos à redução do intervalo destinado ao repouso e à alimentação. Deverá a Empresa Requerente, observar o horário constante à folha 03 deste administrativo. Esta autorização estará sujeita a cancelamento em caso de descumprimento das exigências constantes da prefalada Portaria, constatada a hipótese por regular inspeção do trabalho, (Processo nº 46305.000683/2011-32).

CARLOS ARTUR BARBOZA

PORTARIA Nº 128, DE 21 DE JUNHO DE 2011

O SUPERINTENDENTE REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO NO ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo artigo 2º, da Portaria SRT/MTE/Nº. 02, de 25 de maio de 2006, publicada no Diário Oficial da União em 30 de maio de 2006, e;

Considerando o disposto no artigo 5º, da Portaria nº 02, de 25/05/06;

Considerando o disposto no parecer da Assessoria Técnica deste Gabinete;

Considerando ainda, o contido no processo nº. 46220.001659/2011- 51, resolve:

Art. 1º - Homologar o Plano de Cargos e Salários do CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DE SANTA CATARINA - CRA-SC.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS ARTUR BARBOZA

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO EM SÃO PAULO

PORTARIA Nº 82, DE 22 DE JUNHO DE 2011

O SUPERINTENDENTE REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO NO ESTADO DE SÃO PAULO, no uso de suas atribuições legais e tendo em conta o que consta no artigo 1º, parágrafo 1º, da Portaria Ministerial N.º 1.095 de 19/05/10, publicada no D.O.U. de 20/05/10, e considerando o que consta do auto do processo n.º 46736.003926/2011-14, conceder autorização à empresa: LORENZETTI SA INDUSTRIAS BRASILEIRAS ELETROMETALURGICAS, inscrita no CPNJ sob o nº 61.413.282/0018-91, situadas à Rua Presidente Wilson, 1510, Mooca, Município de São Paulo, Estado de São Paulo, para reduzir o intervalo destinado ao repouso e à alimentação conforme consta no acordo coletivo de trabalho, nos termos do que prescreve o parágrafo 3º, do artigo 71, da Consolidação das Leis do Trabalho, vigendo até 31 de maio de 2013, a contar da publicação desta, devendo o respectivo pedido de renovação ser formulado 03 (três) meses antes do término desta autorização, observados os requisitos do artigo 1º da referida Portaria Ministerial n.º 1.095/10 com a juntada de relatório médico resultante do programa de acompanhamento de saúde dos trabalhadores submetidos a redução do intervalo destinado ao repouso e à alimentação. O horário e os setores a serem observados são os que constam as fls. 98 e 99 do referido processo. Outrossim, a presente autorização estará sujeita a cancelamento em caso de descumprimento das exigências constantes da mencionada Portaria Ministerial, constatada a hipótese por regular inspeção do trabalho.

JOSÉ ROBERTO DE MELO

PORTARIA Nº 83, DE 22 DE JUNHO DE 2011

O SUPERINTENDENTE REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO NO ESTADO DE SÃO PAULO, no uso de suas atribuições legais e tendo em conta o que consta no artigo 1º, parágrafo 1º, da Portaria Ministerial N.º 1.095 de 19/05/10, publicada no D.O.U. de 20/05/10, e considerando o que consta do auto do processo n.º 46736.003927/2011-69, conceder autorização à empresa: LORENZETTI SA INDUSTRIAS BRASILEIRAS ELETROMETALURGICAS, inscrita no CPNJ sob o nº 61.413.282/0007-39, situadas à Rua Sarapuí, 164, Mooca, Município de São Paulo, Estado de São Paulo, para reduzir o intervalo destinado ao repouso e à alimentação conforme consta no acordo coletivo de trabalho, nos termos do que prescreve o parágrafo 3º, do artigo 71, da Consolidação das Leis do Trabalho, vigendo até 31 de maio de 2013, a contar da publicação desta, devendo o respectivo pedido de renovação ser formulado 03 (três) meses antes do término desta autorização, observados os requisitos do artigo 1º da referida Portaria Ministerial n.º 1.095/10 com a juntada de relatório médico resultante do programa de acompanhamento de saúde dos trabalhadores submetidos a redução do intervalo destinado ao repouso e à alimentação. O horário e os setores a serem observados são os que constam as fls. 140 e 141 do referido processo. Outrossim, a presente autorização estará sujeita a cancelamento em caso de descumprimento das exigências constantes da mencionada Portaria Ministerial, constatada a hipótese por regular inspeção do trabalho.

JOSÉ ROBERTO DE MELO.

PORTARIA Nº 84, DE 22 DE JUNHO DE 2011

O SUPERINTENDENTE REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO NO ESTADO DE SÃO PAULO, no uso de suas atribuições legais e tendo em conta o que consta no artigo 1º, parágrafo 1º, da Portaria Ministerial N.º 1.095 de 19/05/10, publicada no D.O.U. de 20/05/10, e considerando o que consta do auto do processo n.º 46736.003924/2011-25, conceder autorização à empresa: LORENZETTI SA INDUSTRIAS BRASILEIRAS ELETROMETALURGICAS, inscrita no CPNJ sob o nº 61.413.282/0001-43, situada à Avenida Presidente Wilson, 1230, Mooca, Município de São Paulo, Estado de São Paulo, para reduzir o intervalo destinado ao repouso e à alimentação conforme consta no acordo coletivo de trabalho, nos termos do que prescreve o parágrafo 3º, do artigo 71, da Consolidação das Leis do Trabalho, vigendo até 31 de maio de 2013, a contar da publicação desta, devendo o respectivo pedido de renovação ser formulado 03 (três) meses antes do término desta autorização, observados os requisitos do artigo 1º da referida Portaria Ministerial n.º 1.095/10 com a juntada de relatório médico resultante do programa de acompanhamento de saúde dos trabalhadores submetidos a redução do intervalo destinado ao repouso e à alimentação. O horário e os setores a serem observados são os que constam as fls. 253 e 254 do referido processo. Outrossim, a presente autorização estará sujeita a cancelamento em caso de descumprimento das exigências constantes da mencionada Portaria Ministerial, constatada a hipótese por regular inspeção do trabalho.

JOSÉ ROBERTO DE MELO

SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO

PORTARIA Nº 241, DE 21 DE JUNHO DE 2011

A SECRETÁRIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 8° do Decreto n.° 05, de 14 de janeiro de 1991 e o art. 19° da Portaria MTE n.° 03, de 01 de março de 2002, resolve:

Art. 1º - Cancelar o Registro n° 080034934, concedido à empresa BAR E MERCEARIA JARDIM DIAMANTE LTDA ME, CNPJ n.° 50.007.681/0001-98, estabelecida à Rua Rosa Coulicoff Diamante, nº. 311 - Jardim Diamante - São José dos Campos/SP, no Programa de Alimentação do Trabalhador - PAT por execução inadequada do referido Programa, conforme disposto no Processo n.° 46017.007886/2009-81.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

VERA LÚCIA RIBEIRO DE ALBUQUERQUE

PORTARIA Nº 238, DE 21 DE JUNHO DE 2011

A SECRETÁRIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 8° do Decreto n.° 05, de 14 de janeiro de 1991 e o art. 19° da Portaria MTE n.° 03, de 01 de março de 2002, resolve:

Art. 1º - Cancelar o Registro n° 080081899, concedido à empresa CAMAY COMÉRCIO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTDA, CNPJ n.° 06.015.674/0001-46, estabelecida à Rua João Cosmo, nº. 521 - Vila Otto - Campo Largo/PR, no Programa de Alimentação do Trabalhador - PAT por execução inadequada do referido Programa, conforme disposto no Processo n.° 46016.005019/2009-11

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

VERA LÚCIA RIBEIRO DE ALBUQUERQUE

PORTARIA Nº 242, DE 21 DE JUNHO DE 2011

A SECRETÁRIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 8° do Decreto n.° 05, de 14 de janeiro de 1991 e o art. 19° da Portaria MTE n.° 03, de 01 de março de 2002, resolve:

Art. 1º - Cancelar o Registro n° 080131563, concedido à empresa CARLOS A. P. HILARIO - ME, CNPJ n.° 07.813.450/0001-42, estabelecida à Praça Almeida Gil, nº. 48 - Centro - Jambeiro/SP, no Programa de Alimentação do Trabalhador - PAT por execução inadequada do referido Programa, conforme disposto no Processo n.° 46017.000599/2010-83.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

VERA LÚCIA RIBEIRO DE ALBUQUERQUE

PORTARIA Nº 239, DE 21 DE JUNHO DE 2011

A SECRETÁRIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 8° do Decreto n.° 05, de 14 de janeiro de 1991 e o art. 19° da Portaria MTE n.° 03, de 01 de março de 2002, resolve:

Art. 1º - Cancelar o Registro n° 080126480, concedido à empresa CLAUDIVAN RIBEIRO DE QUEIROZ, CNPJ n.° 08.587.165/0001-13, estabelecida à Av. Lucídio Florêncio Ribeiro, nº. 949 - Centro - Tunas do Paraná/PR, no Programa de Alimentação do Trabalhador - PAT por execução inadequada do referido Programa, conforme disposto no Processo n.° 46017.008742/2009-41.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

VERA LÚCIA RIBEIRO DE ALBUQUERQUE

PORTARIA Nº 240, DE 21 DE JUNHO DE 2011

A SECRETÁRIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 8° do Decreto n.° 05, de 14 de janeiro de 1991 e o art. 19° da Portaria MTE n.° 03, de 01 de março de 2002, resolve:

Art. 1º - Cancelar o Registro n° 080151798, concedido à empresa COMERCIAL SOUZA MACIEL LTDA ME, CNPJ n.° 05.676.886/0001-01, estabelecida à Av. Governador Valadares, nº. 312 - Centro - Igarapé/MG, no Programa de Alimentação do Trabalhador - PAT por execução inadequada do referido Programa, conforme disposto no Processo n.° 46016.000654/2010-35

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

VERA LÚCIA RIBEIRO DE ALBUQUERQUE

PORTARIA Nº 243, DE 21 DE JUNHO DE 2011

A SECRETÁRIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 8° do Decreto n.° 05, de 14 de janeiro de 1991 e o art. 19° da Portaria MTE n.° 03, de 01 de março de 2002, resolve:

Art. 1º - Cancelar o Registro n° 080118605, concedido à empresa GV PEIXOTO & MOREIRA LTDA - ME, CNPJ n.° 06.274.407/0001-93, estabelecida à Rodovia Conego Domenico Rangoni S/N, KM 63 Box nº. 63 - Parque Industrial - Cubatão/SP, no Programa de Alimentação do Trabalhador - PAT por execução inadequada do referido Programa, conforme disposto no Processo n.° 46017.007894/2009-27.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

VERA LÚCIA RIBEIRO DE ALBUQUERQUE

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

SECRETARIA DE RELAÇÕES DO TRABALHO

DESPACHOS DA SECRETÁRIA
Em 13 de junho de 2011

Arquivamento

A Secretária de Relações do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, resolve ARQUIVAR os processos de pedido de registro sindical dos sindicatos abaixo relacionados, por não cumprir as exigências legais, conforme o disposto no art. 4° da antiga portaria 343/00 ou no art. 5º da atual Portaria nº. 186/2008

Processo	46312.001838/2009-44
Entidade	SINDAFAZ-MS - Sindicato dos Servidores de Apoio a Administração Fazendária do Mato Grosso do Sul
CNPJ	03.343.877/0001-73
Fundamento	NOTA TÉCNICA/CGRS/SRT/DICNES/Nº. 513 /2011

Em 21 de junho de 2011

Arquivamento

A Secretária de Relações do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Nota Técnica de Arquivamento Nº. 512/2011/DICNES/CGRS/SRT resolve arquivar os Pedidos de alteração estatutária de interesse do Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de Belo Horizonte e Região/MG, CNPJ: 17.218.165/0001-37, processo n° 24260.002799/90-79, e n. 46000.002192/96-79 com base na solicitação expressa da entidade, por meio do apenso nº. 46000.022721/2010-51.

Pedido de alteração estatutária

A Secretária de Relações do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, considerando o preenchimento dos requisitos para a publicação do pedido de alteração estatutária, dá ciência do requerido pela(s) entidade(s) abaixo mencionada(s), ficando aberto o prazo de 30 (trinta dias), para que os interessados possam se manifestar nos termos da Portaria Nº 188, de 05 de julho de 2007 e Portaria 186/2008 publicada no DOU em 14 de abril de 2008

Processo	46211.006227/2010-64
Entidade	Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de Belo Horizonte e Região/MG.
CNPJ	17.218.165/0001-37
Abrangência	Intermunicipal

Base Territorial- Belo Horizonte, Alvinópolis, Araçaí, Baldim, Barra longa, Barão de Cocais, Belo Vale, Betim, Brumadinho, Cachoeira da Prata, Caetanópolis, Caeté, Capim Branco, Conceição do Mato Dentro, Confins, Congonhas, Conselheiro Lafaiete, Contagem, Cordisburgo, Cristiano Otoni, Crucilândia, Desterro de Entre Rios, Dionísio, Dores de Campos, Entre Rios de Minas, Esmeraldas, Felixlândia, Ferros, Florestal, Fortuna de Minas, Funilândia, Ibiritè, Igarapé, Inhaúma, Itabira, Itabirito, Itaúna, Itumirim, Itutinga, Jaboticatubas, João Monlevade, Juatuba, Lagoa Dourada, Lagoa Santa, Maravilhas, Mariana, Mateus Leme, Matosinhos, Morada Nova de Minas, Nova Era, Nova Lima, Onça do Pitangui, Ouro Branco, Ouro Preto, Papagaios, Pará de Minas, Paraopeba, Pedro Leopoldo, Pitangui, Piracema, Pompeu, Prudente de Morais, Resende Costa, Ribeirão das Neves, Rio Acima, Rio Piracicaba, Rio Vermelho, Sabará, Sabinópolis, Santa Bárbara, Santa Luzia, Santa Maria de Itabira, Santana do Pirapama, São Domingos do Prata, São João Del Rei, São José da Lapa, São Tiago, Sete Lagoas, Serro, Três Marias e Vespasiano -MG

Categoria Profissional- Empregados em estabelecimentos bancários.

Art. 3° A representação da categoria profissional abrange não só os empregados em bancos comerciais, bancos de investimentos, financeiros, cadernetas de poupança e instituições análogas, como também os empregados em empresas coligadas pertencentes ou contratadas por grupo, econômico bancário ou financeiro, cujo desempenho profissional contribua de forma direta ou indireta para consecução e desenvolvimento da atividade preponderante da empresa principal Parágrafo Único - Dentre os Bancos e demais empresas relacionadas no caput incluem-se todos os entes da Administração Pública, seja qual for a sua natureza jurídica e o regime de trabalho de seus servidores.

ZILMARA DAVID DE ALENCAR

Ministério dos Transportes

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 145, DE 22 DE JUNHO DE 2011

Estabelece critérios e procedimentos específicos para realização das avaliações de desempenho individual e institucional, no âmbito do Ministério dos Transportes, com vistas ao pagamento da Gratificação de Desempenho do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo - GDPGPE, prevista na Lei 11.357/06.

O MINISTRO DE ESTADO DOS TRANSPORTES, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos I e II da Constituição Federal, considerando o disposto na Lei nº 11.357, de 19 de outubro de 2006, suas alterações posteriores, e no Decreto nº 7.133, de 19 de março de 2010, resolve:

Art. 1º. Estabelecer as normas e os procedimentos específicos de avaliação individual e institucional para o pagamento da Gratificação de Desempenho do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo - GDPGPE, devida aos titulares de cargos de provimento efetivo de níveis superior, intermediário e auxiliar, do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo - PGPE, integrantes do Quadro de Pessoal do Ministério dos Transportes.

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 2º. Para efeito de aplicação do disposto nesta Portaria ficam definidos os seguintes termos:

I - avaliação de desempenho individual: monitoramento sistemático e contínuo da atuação individual do servidor no exercício das atribuições do cargo, aferido no desempenho individual das tarefas e atividades a ele atribuídas para o alcance dos objetivos organizacionais;

II - avaliação de desempenho institucional: monitoramento sistemático e contínuo da atuação institucional do Ministério dos Transportes, aferido no cumprimento das metas organizacionais, considerados os projetos, as atividades prioritárias e as características específicas de suas atribuições;

III - unidade de avaliação (UA): unidades administrativas do Ministério dos Transportes que execute atividades de mesma natureza, conforme definido no art. 10;

IV - equipe de trabalho: conjunto de servidores que faça jus à GDPGPE, em exercício na mesma unidade de avaliação e que assumem a responsabilidade pela condução de uma ou mais ações do Plano de Trabalho, a ser definida pelos chefes de cada unidade de avaliação;

V - ciclo de avaliação: período de doze meses considerado para a realização da avaliação de desempenho individual e institucional, com vistas a aferir o desempenho do Ministério dos Transportes e dos servidores de que trata o art. 1º desta Portaria;

VI - plano de trabalho: documentos em que serão registrados os dados referentes a cada etapa do ciclo de avaliação observado o art. 26 desta Portaria; e

VII - Comissão de Acompanhamento da Avaliação de Desempenho (CAAD): Comissão responsável por acompanhar o processo de Avaliação de Desempenho e apreciar, em última instância, o recurso do servidor quando se tratar de Avaliação de Desempenho Individual.

Art. 3º. As avaliações de desempenho individual e institucional serão utilizadas como instrumento de gestão, visando-se assim, a capacitação e o aperfeiçoamento profissional, bem como o desempenho do órgão em face de seus objetivos e metas institucionais.

Art. 4º. O valor referente à GDPGPE será atribuído ao servidor referido no art. 1º desta Portaria, que a ela faz jus, em função do alcance das metas de desempenho individual e de desempenho institucional deste Ministério.

Art. 5º. A GDPGPE será paga observado o limite máximo de cem pontos e o mínimo de trinta pontos por servidor, correspondendo cada ponto, em seus respectivos níveis, classes e padrões, aos valores estabelecidos no Anexo I desta Portaria, observada a seguinte distribuição:

I - até vinte pontos atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho individual; e

II - até oitenta pontos atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho institucional.

Parágrafo único. Para fins de pagamento da GDPGPE serão utilizados os resultados obtidos na última avaliação de desempenho institucional e na última avaliação de desempenho individual.

Art. 6°. As avaliações de desempenho individual e institucional serão apuradas anualmente e produzirão efeitos financeiros mensais por igual período.

Parágrafo único. As avaliações serão processadas no mês de outubro e gerarão efeitos financeiros a partir de primeiro de novembro.

Art. 7°. A responsabilidade pelo processo de avaliação de desempenho individual é da chefia imediata do servidor.

Parágrafo único. Em caso de exoneração ou impedimento da chefia imediata, o seu substituto ou dirigente imediatamente superior procederá à avaliação de todos os servidores subordinados àquele que foi exonerado ou encontra-se impedido.

Art. 8º. O titular de cargo de provimento efetivo do Plano de Cargos, referidos no art. 1º, que não permanecer em efetivo exercício na mesma unidade organizacional durante todo o período de avaliação, será avaliado pela chefia imediata e pela equipe de trabalho de onde houver permanecido por maior tempo.

Parágrafo único. Caso o servidor tenha permanecido o mesmo número de dias em diferentes unidades organizacionais, a avaliação será feita na unidade em que se encontrava no momento do encerramento do período de avaliação.

Art. 9º. A GDPGPE não poderá ser paga cumulativamente com qualquer outra gratificação de desempenho profissional, individual ou institucional ou de produtividade, independentemente da sua denominação ou base de cálculo.

Art. 10. Ficam definidas como unidade de avaliação as seguintes unidades organizacionais do Ministério dos Transportes:

I - Gabinete do Ministro - GM;

II - Secretaria Executiva - SE;

III - Consultoria Jurídica - CONJUR;

IV - Subsecretaria de Assuntos Administrativos - SAAD;

V - Subsecretaria de Planejamento e Orçamento - SPO;

VI - Secretaria de Política Nacional de Transportes - SPNT;

VII - Secretaria de Gestão dos Programas de Transportes - SEGES; e

VIII - Secretaria de Fomento para Ações de Transportes - SFAT.

CAPÍTULO II

DA AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO INDIVIDUAL

Art. 11. A avaliação de desempenho individual, para fins de percepção da GDPGPE, será implementada mediante o preenchimento da Ficha de Avaliação de Desempenho Individual - FADI, Anexo III, contendo:

I - a identificação do servidor avaliado;

II - a Unidade de Avaliação;

III - o período e a data da avaliação;

IV - os fatores de avaliação;

V - a pontuação;

VI - os pesos; e

VII - a assinatura do avaliador e da chefia imediata.

Art. 12. Na avaliação de desempenho individual serão consideradas as atividades desempenhadas pelo servidor no período correspondente ao Ciclo de Avaliação, observando-se os fatores de competência, o cumprimento das metas de desempenho individual e seus respectivos pesos, conforme tabela constante do Anexo II.

Parágrafo único. A alteração dos pesos fixados na tabela referida no caput deste artigo somente poderá ser realizada mediante Portaria do dirigente máximo do Órgão, e a soma destes não poderá ser diferente de vinte.

Art. 13. A avaliação de desempenho individual será feita com base em critérios e fatores que reflitam as competências do servidor, aferidas no desempenho individual das tarefas e atividades a ele atribuídas:

§ 1°. Os servidores não ocupantes de cargos em comissão ou função de confiança serão avaliados na dimensão individual, a partir:

I - dos conceitos atribuídos pelo próprio avaliado, na proporção de quinze por cento;

II - dos conceitos atribuídos pela chefia imediata, na proporção de sessenta por cento; e

III - da média dos conceitos atribuídos pelos demais integrantes da equipe de trabalho, na proporção de vinte e cinco por cento.

§ 2°. Os servidores ocupantes de cargos em comissão ou função de confiança que não se encontrem na situação prevista no inciso II do art. 49 ou no inciso II do art. 50 serão avaliados na dimensão individual, a partir:

I - dos conceitos atribuídos pelo próprio avaliado, na proporção de quinze por cento;

II - dos conceitos atribuídos pela chefia imediata, na proporção de sessenta por cento; e

III - da média dos conceitos atribuídos pelos integrantes da equipe de trabalho subordinada à chefia avaliada, na proporção de vinte e cinco por cento.

§ 3° A atribuição de conceitos pelos integrantes da equipe de trabalho aos pares e à chefia imediata, a que se referem os incisos III dos §§ 1° e 2° deverá ser precedida de evento preparatório com vistas ao esclarecimento da metodologia, procedimentos, critérios e sua correta aplicação.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Art. 14. O resultado da avaliação de desempenho individual, para fins de percepção da GDPGPE, será apurado mediante o preenchimento do Relatório de Desempenho Individual - RDI, Anexo IV, contendo:

I - a identificação do servidor avaliado;

II - a identificação da chefia imediata;

III - a Unidade de Avaliação;

IV - o período e a data da avaliação;

V - a pontuação referente aos fatores de competência e às metas de desempenho individual;

VI - o resultado do Índice de Desempenho Individual (IDI) e a correspondente Pontuação de Desempenho Individual (PDI);

VII - o nome dos avaliadores que procederam à avaliação do servidor; e

VIII - a assinatura do avaliado e da chefia imediata.

Parágrafo único. Caso o servidor se recuse a tomar ciência do conteúdo da avaliação, o fato será devidamente registrado no campo observação do RDI, com a aposição da assinatura da chefia imediata e de, pelo menos, uma testemunha.

Art. 15. Para efeito de avaliação de desempenho individual, fica definido como ciclo de avaliação o período de 1º de outubro a 30 de setembro do ano subsequente, nos termos do inciso V, do art. 2º.

CAPÍTULO III

DA AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

Art. 16. A avaliação institucional visa aferir o desempenho do Ministério dos Transportes e de suas unidades no alcance dos objetivos e metas organizacionais, podendo considerar projetos e atividades prioritárias e condições especiais de trabalho, além de outras características específicas das atividades desenvolvidas.

Parágrafo único. As metas referentes à avaliação de desempenho institucional deverão ser segmentadas em:

I - metas globais, elaboradas, quando couber, em consonância com o Plano Plurianual - PPA, a Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO - e a Lei Orçamentária Anual - LOA; e

II - metas intermediárias, referentes às equipes de trabalho.

Art. 17. A avaliação de desempenho institucional deverá ser feita em uma escala de zero a oitenta pontos, considerando o alcance das metas previstas.

§ 1º Para cada unidade de avaliação será determinado seu respectivo índice de atingimento das metas de desempenho institucional, atribuindo-lhe pontuação de zero a cem por cento.

§ 2º O índice de atingimento das metas de desempenho institucional do Ministério dos Transportes, como um todo, será a média aritmética dos índices de atingimento das metas de desempenho institucional de cada unidade de avaliação.

§ 3º Ao índice de atingimento das metas de desempenho institucional do Ministério dos Transportes, obtido segundo a metodologia estabelecida nos parágrafos anteriores, aplicar-se-á o valor correspondente, que resultará na pontuação institucional, conforme tabela constante do Anexo XI.

Art. 18. Para fins de avaliação de desempenho institucional, são consideradas unidade de avaliação, as definidas no art. 10 desta portaria.

CAPÍTULO IV

DA FIXAÇÃO DAS METAS DE DESEMPENHO INSTITUCIONAL

Art. 19. As metas globais de desempenho institucional serão fixadas anualmente, em ato do Ministro de Estado dos Transportes, publicado até trinta de setembro, antes do início do novo ciclo de avaliação, podendo ser revistas, a qualquer tempo, na hipótese de superveniência de fatores que influenciem significativa e diretamente a sua consecução, desde que o Órgão não tenha dado causa a tais fatores.

Parágrafo único. As metas referidas no caput deste artigo devem ser mensuráveis, utilizando-se como parâmetros indicadores de desempenho que visem a aferir a qualidade dos serviços relacionados à atividade finalística deste Ministério, levando-se em conta, no momento de sua fixação, os índices alcançados nos exercícios anteriores.

Art. 20. As metas intermediárias, referentes às equipes de trabalho, deverão ser elaboradas em consonância com as metas globais, podendo ser segmentadas, segundo critérios geográficos, de hierarquia organizacional ou de natureza de atividade.

CAPÍTULO V

DA APURAÇÃO DAS METAS DE DESEMPENHO INSTITUCIONAL

Art. 21. A apuração das metas de desempenho institucional será realizada semestralmente.

Parágrafo único. A avaliação de desempenho institucional será apurada anualmente, por ato Ministerial, publicado até trinta de setembro.

Art. 22. O resultado, para cada uma das metas das unidades definidas no art. 10 desta Portaria, será aferido mediante a apuração da razão entre as metas realizadas e as metas previstas para o semestre, multiplicado por cem, até o limite de cem pontos percentuais.

§ 1º O resultado da apuração semestral corresponderá à média aritmética dos resultados do conjunto de metas da unidade.

§ 2º O resultado da apuração anual corresponderá à média aritmética dos resultados semestrais, que resultará no índice de atingimento das metas de desempenho institucional da unidade de avaliação.

Art. 23. As unidades de avaliação deverão enviar para a CAAD a apuração das metas de desempenho institucional até os dias quinze de março e quinze de setembro.

Art. 24. Caberá ao Ministro de Estado dos Transportes publicar e divulgar, inclusive no sítio eletrônico do Ministério, as metas de desempenho institucional e os resultados apurados a cada período, permanecendo acessíveis a qualquer tempo.

CAPÍTULO VI

DO PLANO DE TRABALHO

Art. 25. Os chefes das unidades de avaliação terão até quinze de setembro, antes do início do novo ciclo de avaliação, para definir as equipes de trabalho e seus integrantes, conforme Anexo IX, e encaminhar expediente à CAAD, comunicando as respectivas composições.

Art. 26. Cada unidade de avaliação do Ministério deverá elaborar Plano de Trabalho, o qual se subdivide em Plano de Trabalho - Metas Institucionais e Plano de Trabalho - Metas Individuais, conforme os Anexos VI e VII.

§ 1º O Plano de Trabalho - Metas Individuais é o documento norteador das metas de desempenho e compromissos individuais pactuados, a ser encaminhado à CAAD até trinta de setembro, antes do início do novo ciclo de avaliação, contendo:

I - a indicação da unidade de avaliação;

II - a identificação da unidade de exercício da equipe de trabalho;

III - a identificação funcional dos servidores, de que trata o art. 1º, que compõem a equipe de trabalho;

IV - as competências setoriais da equipe de trabalho, de acordo com o Regimento Interno;

V - os compromissos de desempenho individual, firmados no início de cada ciclo de avaliação entre o chefe da unidade de avaliação, a equipe e cada integrante da equipe, a partir das metas institucionais, com as respectivas assinaturas;

VI - as metas de desempenho individual previstas: quantificação dos objetivos a serem alcançados; pactuadas, salvo situações devidamente justificadas, entre o servidor, a chefia imediata e sua equipe de trabalho, definindo os propósitos firmados, que possibilitarão o acompanhamento do desempenho dos servidores ao longo do ciclo de avaliação;

VII - as metas de desempenho realizadas: quantificação dos objetivos atingidos;

VIII - o percentual de atingimento da meta: relação entre a meta de desempenho individual prevista e a realizada; e

IX - o nível de atingimento de metas de desempenho individual: média dos percentuais de atingimento das metas de cada integrante da equipe de trabalho.

§ 2º O Plano de Trabalho - Metas Institucionais é o documento norteador das metas intermediárias de desempenho estabelecidas para as unidades de avaliação, a ser encaminhado à CAAD, até trinta de setembro, antes do início do novo ciclo de avaliação, contendo:

I - a indicação da unidade de avaliação, com o responsável pelo preenchimento das informações;

II - os compromissos de desempenho institucional, firmados no início de cada ciclo de avaliação entre o chefe da unidade de avaliação, a equipe e cada integrante da equipe, a partir das metas institucionais;

III - as metas intermediárias de desempenho institucional previstas: quantificação dos objetivos a serem alcançados; previamente firmados, salvo situações previamente justificadas, entre o servidor, a chefia e a equipe de trabalho, em consonância com as metas globais;

IV - as metas intermediárias de desempenho institucional realizadas: quantificação dos objetivos atingidos;

V - os percentuais de atingimento das metas: relação entre a meta intermediária de desempenho institucional prevista e a realizada;

VI - a média do percentual de atingimento das metas: apurada semestralmente, consiste na média dos percentuais de atingimento do conjunto de metas da unidade de avaliação; e

VII - o índice de atingimento das metas de desempenho institucional da unidade: a média dos percentuais semestrais de atingimento das metas.

§ 3º A elaboração do Plano de Trabalho deverá ser pactuada entre as chefias e suas equipes de trabalho, sob a orientação da CAAD com a anuência do dirigente máximo da unidade administrativa.

§ 4º Caberá às unidades de avaliação do Ministério a responsabilidade de:

I - conduzir o processo de elaboração dos Planos de Trabalho - Metas Individuais e Institucionais, em consonância com o disposto na portaria que regulamenta as metas globais;

II - reavaliar, após a vigência de seis meses do ciclo de avaliação, o Plano de Trabalho, com o intuito de subsidiar ajustes, se necessário, e informar as alterações, quando for o caso, à CAAD; e

III - consolidar os resultados alcançados pela unidade.

CAPÍTULO VII

DO CÁLCULO DO VALOR DA GDPGPE

Art. 27. Os valores a serem pagos a título de GDPGPE serão calculados multiplicando-se o somatório dos pontos aferidos nas avaliações de desempenho individual e institucional pelo valor do ponto estabelecido no Anexo I desta Portaria, de acordo com o respectivo nível, classe e padrão em que se encontra posicionado o servidor.

Art. 28. Para fins de cálculo da parcela de avaliação individual, devem ser considerados os seguintes conceitos:

I - Pontuação Parcial (PP): nota atribuída ao avaliado conforme art. 29;

II - Peso (PS): é a ponderação atribuída a cada fator e meta de desempenho individual conforme fixado na tabela referida no art. 12;

III - Pontuação com Peso (PC): é o resultado da Pontuação Parcial (PP) de cada fator e meta de desempenho multiplicado pelo seu respectivo Peso (PS);

IV - Somatório da Pontuação com Peso (SPC): é a soma da Pontuação com Peso (PC) atribuída aos fatores de competência e ao cumprimento de metas de desempenho individual em cada modalidade de avaliação;

V - Percentual Atribuído (PA): percentual atribuído ao SPC de cada modalidade de avaliação para consolidação da avaliação individual do servidor, conforme previsto no art. 13;

VI - Resultado Ponderado da Avaliação (RPA): é a multiplicação do SPC pelo Percentual Atribuído (PA) de cada modalidade de avaliação;

VII - Índice de Desempenho Individual (IDI): somatório dos resultados obtidos nos RPA; e

VIII - Pontuação de Desempenho Individual (PDI): é a pontuação atribuída de acordo com o resultado obtido pelo avaliado no IDI.

Art.29. Para fins de atribuição da Pontuação Parcial (PP), devem ser observadas as seguintes regras:

I - a cada um dos fatores de avaliação estabelecidos na tabela do Anexo II será atribuída uma nota, variando de um a cinco números inteiros, observando os seguintes conceitos, seguidos de suas respectivas notas:

a) Ótimo: 5

b) Bom: 4

c) Regular: 3

d) Ruim: 2

e) Insatisfatório: 1

II - ao cumprimento de metas de desempenho individual será atribuída a seguinte nota:

Nível de Atingimento das Metas	Escala de Notas
de 81 a 100%	5
de 61 a 80%	4
de 41 a 60%	3
de 21 a 40%	2
de 0 a 20%	1

Art. 30. Ao Índice de Desempenho Individual - IDI, obtido conforme inciso VII, do art. 28, aplicar-se-á a correlação determinada no Anexo X, para indicar a Pontuação de Desempenho Individual - PDI - a ser percebida a título de GDPGPE.

Art. 31. A avaliação individual somente produzirá efeitos financeiros se o servidor tiver permanecido em exercício das atividades por, no mínimo, dois terços do ciclo de avaliação.

Art. 32. Até que seja processada a primeira avaliação de desempenho individual que venha a surtir efeito financeiro, o servidor recém-nomeado para cargo efetivo, ou aquele que tenha retornado de licença sem vencimento ou de cessão ou de outros afastamentos sem direito à percepção da GDPGPE no decurso do ciclo de avaliação, fará jus a respectiva gratificação, após sua entrada em exercício, no valor correspondente a oitenta pontos, observado o nível, a classe e o padrão do cargo efetivo.

Art. 33. Ocorrendo exoneração do cargo em comissão, o titular de cargo de provimento efetivo do Plano de Carreira e de Cargos referido no art. 1º continuará percebendo a GDPGPE correspondente ao último valor obtido, até que seja processada a sua primeira avaliação após a exoneração.

Art. 34. Em caso de afastamentos e licenças considerados pela Lei nº 8.112, de 1990, como de efetivo exercício, sem prejuízo da remuneração e com direito à percepção da gratificação de desempenho, o servidor continuará percebendo a GDPGPE correspondente à última pontuação obtida, até que seja processada a sua primeira avaliação após o retorno.

Parágrafo único. O disposto no caput não se aplica aos casos de cessão.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

CAPÍTULO VIII

DOS PRAZOS PARA A IMPLEMENTAÇÃO DA AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO

Art. 35. O processamento tempestivo das avaliações ficará condicionado à estreita observância dos procedimentos e prazos a seguir especificados, os quais deverão ser cumpridos:

I - a Coordenação-Geral de Recursos Humanos - CGRH, na primeira quinzena do mês de setembro, encaminhará expediente às unidades de avaliação, dando ampla divulgação acerca do início do processo de avaliação individual;

II - as chefias imediatas, no âmbito da respectiva unidade de avaliação, informarão aos servidores a elas subordinados e identificados no plano de trabalho do início dos procedimentos de avaliação;

III - o servidor, de posse da Ficha de Avaliação de Desempenho Individual - FADI, deverá proceder a auto avaliação e encaminhá-la à chefia imediata dentro do prazo por esta estabelecido, observado o prazo do inciso VI;

IV - a equipe de trabalho deverá proceder a avaliação individual do servidor, simultaneamente, mediante o preenchimento de uma FADI por cada membro e encaminhá-las à chefia imediata do avaliado dentro do prazo por esta estabelecido, observado o prazo do inciso VI;

V - a chefia imediata, ao receber as Fichas de Avaliação de Desempenho Individual - FADIs, contendo a auto avaliação e a avaliação da equipe de trabalho, deverá emitir a sua avaliação, calcular as médias da avaliação feita pela equipe e preencher o Relatório de Desempenho Individual - RDI, na forma do Anexo IV;

VI - as unidades de avaliação terão até o dia 10 de outubro para encaminhar à CGRH Relatório Consolidado, na forma do Anexo V, contendo o resultado das avaliações de desempenho individual dos servidores de sua lotação, acompanhado das respectivas Fichas de Avaliação de Desempenho Individual - FADIs, bem como dos Relatórios de Desempenho Individual - RDIs;

VII - a CGRH terá até o dia 30 de outubro para processar os dados referentes às avaliações de desempenho individual e institucional, conforme as etapas a seguir descritas:

a) finalizar o processo de avaliação individual das unidades administrativas do Ministério;

b) incluir os dados da parcela da avaliação institucional; e

c) publicar no Boletim de Pessoal a pontuação final atribuída aos servidores;

VIII - a CGRH deverá, após o cumprimento das alíneas do inciso VII deste artigo, inserir no Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos - SIAPE - os dados referentes ao pagamento da gratificação.

CAPÍTULO IX

DA COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO DA AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO - CAAD

Art. 36. Fica criada a Comissão de Acompanhamento da Avaliação de Desempenho - CAAD, com a finalidade de:

I - orientar e supervisionar os procedimentos de avaliação de desempenho individual e institucional em todas as etapas ao longo do ciclo de avaliação, em articulação com as unidades de avaliação;

II - propor alterações consideradas necessárias para a melhor operacionalização dos procedimentos estabelecidos nesta Portaria, bem como decidir sobre os casos omissos;

III - dirimir dúvidas, intermediar e conciliar conflitos entre avaliadores e avaliados;

IV - julgar, em última instância, os recursos interpostos quanto ao resultado da avaliação individual, podendo manter ou alterar a pontuação final do servidor;

V - coordenar, em articulação com as unidades de avaliação, o processo de fixação e apuração das metas de desempenho institucional;

VI - consolidar as informações encaminhadas pelas unidades de avaliação;

VII - verificar, quando couber, a consonância das metas com o PPA, a LDO e a LOA; e

VIII - preparar os atos necessários à publicação da fixação e apuração das metas de desempenho institucional.

Parágrafo único. Ato do Ministro de Estado dos Transportes poderá estabelecer outras atribuições para a CAAD.

Art. 37. Integrarão a CAAD:

I - representantes indicados pelo Ministro de Estado dos Transportes; e

II - membros indicados pela respectiva entidade de classe representativa.

§ 1° Os representantes a que se refere o inciso I do caput poderão ser sugeridos, para fins de indicação pelo Ministro de Estado dos Transportes, pelas seguintes autoridades:

I - um servidor pelo Subsecretário de Assuntos Administrativos, que a presidirá;

II - um servidor pelo Coordenador-Geral de Recursos Humanos, que exercerá a função de Secretário-Executivo da Comissão;

III - um servidor pelo Coordenador de Administração de Pessoal Ativo, como condutor do processo junto aos chefes das unidades de avaliação, visando referendar os procedimentos adotados no ciclo de avaliação;

IV - um servidor pela SPO, na condição de órgão gestor de Planejamento e Orçamento; e

V - um servidor pelo representante da CGMI, na condição de órgão gestor da Área de Modernização.

§ 2º Os membros a que se refere o inciso II do caput serão em número de cinco, e atuarão como representantes dos servidores de que trata o art. 1°.

§ 3º Para cada titular da CAAD deverá ser designado um suplente.

§ 4º Os representantes e membros que comporão a CAAD serão designados mediante portaria do Ministro de Estado dos Transportes, a ser publicada no Boletim de Pessoal.

§ 5º Os integrantes da CAAD deverão ser servidores efetivos que não estejam em estágio probatório ou respondendo a processo administrativo disciplinar.

Art. 38. As decisões da CAAD serão tomadas por maioria simples, salvo as de recursos contra as avaliações, que deverão ser por maioria absoluta.

CAPÍTULO X

DO CONHECIMENTO DA AVALIAÇÃO E DOS RECURSOS

Art. 39. Aos ocupantes dos cargos de que trata o art. 1º é assegurada a participação no processo de avaliação de desempenho, mediante prévio conhecimento dos critérios e instrumentos utilizados, assim como do acompanhamento do processo, cabendo à CGRH a ampla divulgação e a orientação a respeito da política de avaliação dos servidores.

Art. 40. É facultado ao servidor, a qualquer tempo, mediante solicitação por escrito à CGRH, o acesso à documentação pertinente a sua avaliação de desempenho individual.

Parágrafo único. No que tange às Fichas de Avaliação de Desempenho Individual - FADI, a fim de garantir a isenção do processo avaliativo e com o intuito de preservar a identidade dos avaliadores, sua consulta somente será disponibilizada caso o servidor entenda necessário para fins de elaboração de recurso, devendo, nessa hipótese, ser formulado requerimento por escrito à CGRH.

Art. 41. O avaliado que não concordar com o resultado da avaliação poderá apresentar pedido de reconsideração, devidamente fundamentado, contra o resultado da avaliação individual, no prazo de dez dias, contados do recebimento da cópia do Relatório de Desempenho Individual - RDI.

§ 1º O pedido de reconsideração de que trata o caput, conforme Anexo VIII, será apresentado à CGRH, que o encaminhará à chefia do servidor para apreciação.

§ 2º O pedido de reconsideração será apreciado no prazo máximo de cinco dias, podendo a chefia deferir o pleito, total ou parcialmente, ou indeferi-lo.

§ 3º A decisão da chefia sobre o pedido de reconsideração interposto será comunicada à CGRH, no máximo, até o dia seguinte ao de encerramento do prazo para apreciação pelo avaliador, a qual dará ciência da decisão, imediatamente, ao servidor e à Comissão de Acompanhamento da Avaliação de Desempenho - CAAD.

Art. 42. Na hipótese de deferimento parcial ou de indeferimento do pedido de reconsideração, caberá recurso à CAAD, conforme Anexo VIII, por intermédio da CGRH, no prazo de até dez dias, contados da devida ciência do resultado final da decisão relativa ao pedido de reconsideração.

§ 1º De posse do recurso interposto pelo servidor, caberá à CGRH:

I - emitir nota técnica contendo a síntese das alegações do servidor;

II - quando necessário, juntar ao processo informações funcionais do servidor que possam colaborar com análise do seu desempenho.

§ 2º O pedido de recurso interposto pelo servidor deverá ser evoluído à Comissão de Acompanhamento da Avaliação de Desempenho - CAAD, a qual ficará incumbida de julgá-lo.

Art. 43. No pedido de reconsideração e no recurso, o avaliado deverá expor, no mínimo:

I - justificativa com parâmetros objetivos, contestando a pontuação recebida;

II - argumentação clara e consistente; e

III - solicitação de alteração dos pontos atribuídos.

Art. 44. O resultado final do recurso da avaliação de desempenho será homologado pela CGRH e publicado em Boletim de Pessoal, cientificando-se o interessado por meio do fornecimento de cópias da íntegra da decisão.

Art. 45. Da decisão de que trata o art. 42, § 2°, não caberá novo recurso administrativo.

Art. 46. Para o acompanhamento das ações relativas ao pedido de reconsideração e ao recurso, é necessária a autuação do requerimento do servidor no sistema de protocolo, com a formação de processo físico.

Art. 47. A interposição de pedido de reconsideração ou de recurso não acarretará a suspensão dos efeitos financeiros decorrentes da avaliação, devendo eventuais diferenças ser compensadas após a decisão final do reexame da avaliação.

CAPÍTULO XI

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 48. Somente farão jus à GDPGPE os ocupantes dos cargos, referidos no art. 1º desta portaria, que estiverem em exercício de atividades inerentes aos respectivos cargos em unidade organizacional que componha a estrutura regimental do Ministério dos Transportes, ressalvadas as situações previstas no art. 50.

Art. 49. Os titulares dos cargos de provimento efetivo, referidos no art. 1º, quando investidos em cargo em comissão ou função de confiança no Ministério dos Transportes, farão jus à GDPGPE, observado o posicionamento na tabela e o cargo efetivo ocupado, nas seguintes condições:

I - os investidos em função de confiança ou cargo em comissão do Grupo - Direção e Assessoramento Superiores - DAS, níveis 1, 2 e 3 ou equivalentes, perceberão a gratificação de desempenho calculada conforme disposto no art. 16 desta Portaria; e

II - os investidos em cargo de Natureza Especial ou cargo em comissão do Grupo - Direção e Assessoramento Superiores - DAS, níveis 4, 5 e 6 ou equivalentes, perceberão a respectiva gratificação de desempenho calculada com base no valor máximo da parcela individual, somado ao resultado da avaliação institucional no período.

Parágrafo único. A avaliação institucional referida no inciso II do caput deste artigo será a do Ministério dos Transportes.

Art. 50. O servidor de que trata o art. 1º que não esteja em exercício no Ministério dos Transportes, somente fará jus à GDPGPE:

I - quando requisitado pela Presidência ou Vice-Presidência da República ou na hipótese de requisição prevista em lei específica, situação na qual perceberá a gratificação de desempenho calculada com base nas regras aplicáveis como se estivesse em efetivo exercício neste Ministério;

II - quando cedido para órgão ou entidade da União distintos dos indicados no inciso I e investido em cargo de Natureza Especial, de provimento em comissão do Grupo Direção e Assessoramento Superiores - DAS, níveis 4, 5 e 6 ou equivalentes, perceberá a GDPGPE calculada com base no resultado da avaliação institucional do período; e

III - quando cedido para órgão ou entidade do Poder Executivo Federal e investido em cargo em comissão DAS-1; DAS-2; DAS-3, em função de confiança ou equivalente, perceberá a GDPGPE como disposto no inciso I do caput deste artigo.

Parágrafo único. A avaliação institucional referida no inciso II do caput deste artigo será a do Ministério dos Transportes.

Art. 51. Os servidores ocupantes de cargo de provimento efetivo, referidos no art. 1º, que obtiverem avaliação de desempenho individual inferior a cinqüenta por cento da pontuação máxima prevista, serão submetidos a processo de capacitação ou de análise da adequação funcional, conforme o caso, sob a responsabilidade da CGRH, em articulação com a unidade de lotação do servidor.

Parágrafo único. A análise de adequação funcional visa a identificar as causas dos resultados obtidos na avaliação e a servir de subsídio para a adoção de medidas que possam propiciar a melhoria de desempenho do servidor.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012011062400112

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Art. 52. Caberá à CGRH:

I - guardar os registros referentes à avaliação de desempenho dos cargos de que trata o art. 1º desta Portaria;

II - atuar junto às unidades de avaliação com vistas ao cumprimento dos prazos estabelecidos nesta Portaria;

III - providenciar o cálculo e pagamento da GDPGPE;

IV - dar tratamento aos casos de necessidade de adequação funcional identificados pelas unidades de avaliação, encaminhando para treinamento e capacitação, conforme dispõe o art. 51, desta Portaria;

V - adotar as medidas cabíveis para que os instrumentos necessários à realização da Avaliação de Desempenho sejam disponibilizados na intranet do Ministério dos Transportes;

VI - coordenar e monitorar as etapas do processo de avaliação de desempenho individual;

VII - acompanhar e controlar a aplicação do estabelecido nesta Portaria e na legislação pertinente; e

VIII - consolidar os conceitos atribuídos ao servidor na avaliação de desempenho individual e dar ciência ao avaliado de todo o processo.

Art. 53. Para fins de incorporação da GDPGPE aos proventos de aposentadoria ou às pensões, os critérios adotados serão os estabelecidos em legislação específica.

Art. 54. Excepcionalmente no ciclo de outubro do ano de 2010 a setembro do ano de 2011 deverão ser observados os seguintes prazos:

I - deverá ser expedido ato de designação dos membros que irão compor a CAAD até dez dias após a publicação desta Portaria;

II - as unidades de avaliação terão até trinta dias após a publicação desta portaria para encaminhar à CAAD a definição das equipes de trabalho, conforme Anexo IX;

III - para adequação ao ciclo referido no caput deste artigo, as metas globais de desempenho institucional deverão ser fixadas, em ato do Ministro de Estado dos Transportes, até trinta dias após a publicação desta Portaria; e

IV - as unidades de avaliação terão até trinta dias após a publicação do ato a que se refere o inciso III deste artigo para encaminhar à CAAD o Plano de Trabalho - Metas Institucionais e o Plano de Trabalho - Metas Individuais, conforme Anexos VI e VII;

Art. 55. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALFREDO NASCIMENTO

ANEXO I

TABELA DE VALOR DO PONTO DA GRATIFICAÇÃO DE DESEMPENHO DO PLANO GERAL DE CARGOS DO PODER EXECUTIVO-GDPGPE

a)Valor do ponto da GDPGPE dos Cargos de Nível Superior:
Em R$

CLASSE	PADRÃO	VALOR DO PONTO			
		A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2009	A PARTIR DE 1º DE JULHO DE 2009	A PARTIR DE 1º DE JULHO DE 2010	A PARTIR DE 1º DE JULHO DE 2011
ESPECIAL	III	18,7500	26,0872	30,5267	22,6700
	II	18,7500	25,6000	29,6400	22,2300
	I	18,7500	25,1200	28,9600	21,7900
C	VI	18,0500	23,9000	27,4200	21,4000
	V	18,0500	23,4500	26,8800	20,9800
	IV	18,0500	23,0100	26,3500	20,5700
	III	18,0500	22,5800	25,8300	20,1700
	II	18,0500	22,1600	25,3200	19,7700
	I	18,0500	21,7500	24,8200	19,3800
B	VI	17,5500	20,6900	23,6400	18,9100
	V	17,5500	20,3000	23,1800	18,5400
	IV	17,5500	19,9200	22,7300	18,1800
	III	17,5500	19,5500	22,2800	17,8200
	II	17,5500	19,1900	21,8400	17,4700
	I	17,5500	18,8300	21,3600	17,1300
A	V	17,2500	17,9200	20,3900	16,7100
	IV	17,2500	17,5900	19,9900	16,3800
	III	17,2500	17,4200	19,6000	16,0600
	II	17,2500	17,3300	19,2200	15,7500
	I	17,2500	17,3000	18,8200	15,4400

b)Valor do ponto da GDPGPE dos Cargos de Nível Intermediário:
Em R$

CLASSE	PADRÃO	VALOR DO PONTO			
		A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2009	A PARTIR DE 1º DE JULHO DE 2009	A PARTIR DE 1º DE JULHO DE 2010	A PARTIR DE 1º DE JULHO DE 2011
ESPECIAL	III	11,1000	12,4153	11,7246	9,8300
	II	11,0900	12,3600	11,5218	9,6800
	I	11,0400	12,3000	11,3298	9,5400
C	VI	10,9800	12,2400	11,1134	9,3500
	V	10,9300	12,1800	10,9229	9,2100
	IV	10,8800	12,1200	10,7332	9,0700
	III	10,8300	12,0600	10,5542	8,9400
	II	10,7800	12,0000	10,3760	8,8100
	I	10,7300	11,9400	10,1985	8,6800
B	VI	10,6200	11,8800	10,0060	8,5100
	V	10,5700	11,8200	9,8299	8,3800
	IV	10,5200	11,7600	9,6645	8,2600
	III	10,4700	11,7000	9,4998	8,1400
	II	10,4200	11,6400	9,3358	8,0200
	I	10,3700	11,5800	9,1724	7,9000
A	V	10,2700	11,5200	9,0036	7,7500
	IV	10,2200	11,4600	8,8516	7,6400
	III	10,1700	11,4100	8,7002	7,5300
	II	10,1200	11,3600	8,5495	7,4200
	I	10,0700	11,3100	8,3995	7,3100

c)Valor do ponto da GDPGPE dos Cargos de Nível Auxiliar:

Em R$

CLASSE	PADRÃO	VALOR DO PONTO
		A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2009
ESPECIAL	III	1,92
	II	1,86
	I	1,81

ANEXO II

TABELA DE FATORES DE COMPETÊNCIA E DE METAS DE DESEMPENHO

FATOR	DESCRIÇÃO	PESO
Conhecimento	Conhecer os métodos e as técnicas necessários ao desenvolvimento das atividades referentes ao cargo.	2
Cumprimento das normas de procedimentos e de conduta	Postura orientada ao cumprimento de normas gerais e procedimentos que regulamentam o funcionamento da instituição e de suas atividades, tais como, Leis, Decretos, Portarias, Código de Ética do Servidor e demais ordenamentos vigentes na área de atuação.	2
no desempenho das atribuições do cargo	Trabalhar com pontualidade, disciplina e responsabilidade em face das tarefas assumidas. Postura orientada por princípios e regras morais de senso comum aplicado em qualquer tempo, lugar ou situação.	
Produtividade no trabalho	Capacidade de planejar e organizar de acordo com a complexidade, metas, prioridades e prazos estabelecidos, produzindo mais em menor espaço de tempo e com menor quantidade de recursos, com base em padrões previamente estabelecidos de qualidade e economicidade.	2
Trabalho em equipe	Capacidade de colocar-se à disposição da equipe de trabalho, espontaneamente, contribuindo para o crescimento profissional da unidade, sendo flexível para com críticas, valores, percepções diferentes, idéias divergentes ou inovadoras, de modo a favorecer a integração e o espírito de equipe, tendo uma postura respeitosa em relação aos demais servidores.	2
Comprometimento com o trabalho	Capacidade de envolvimento com as atividades pelas quais é responsável, demonstrando interesse em contribuir, efetivamente, para obtenção de resultados e o cumprimento dos objetivos institucionais da equipe de trabalho.	3
Capacidade de iniciativa	Agir por iniciativa própria; buscar identificar as oportunidades de ação; propor e implementar soluções de forma afirmativa, inovadora e adequada; encontrar alternativas ou resolver situações cujos problemas excedam as rotinas de trabalho.	2
Relacionamento interpessoal	Habilidade em relacionar-ser com pessoas de diferentes características e em contextos sociais e profissionais distintos, tendo uma atitude facilitadora do relacionamento.	2
Flexibilidade às mudanças	Capacidade de reagir, interagir e mudar diante de circunstâncias que requeiram revisão de métodos, estratégias e valores, em razão de mudanças sociais, econômicas, culturais, organizacionais e tecnológicas.	2
Cumprimento de Metas de Desempenho Individual: nível de cumprimento das metas pactuadas com a chefia imediata e sua equipe de trabalho, de acordo com os compromissos de desempenho individual assumidos no plano de trabalho.		3

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

ANEXO III

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES	GDPGPE Gratificação de Desempenho do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo

FICHA DE AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO INDIVIDUAL - FADI

1. SIGLA DA UNIDADE DE AVALIAÇÃO (UA):				2. CICLO DE AVALIAÇÃO: out/10 a set/11			
3. MODALIDADE DE AVALIAÇÃO:		AUTOAVALIAÇÃO		AVALIAÇÃO DA EQUIPE		AVALIAÇÃO DA CHEFIA	

I - IDENTIFICAÇÃO DO AVALIADO

4. NOME:	5. TEL:
6. MATRÍCULA:	7. E-MAIL:
8. CARGO EFETIVO:	
9. CARGO/FUNÇÃO:	
10. UNIDADE DE EXERCÍCIO:	

II - IDENTIFICAÇÃO DA CHEFIA IMEDIATA DO AVALIADO

11. NOME:	12. TEL:
13. MATRÍCULA:	14. E-MAIL:

III - IDENTIFICAÇÃO DO AVALIADOR*

15. NOME:	16. TEL:
17. MATRÍCULA:	18. E-MAIL:

* A Identificação é obrigatória. Quando se tratar de Autoavaliação, será a do próprio servidor. Quando se tratar de Avaliação da Chefia, será a do próprio chefe.

IV - LEGENDA PARA A AVALIAÇÃO DOS FATORES MÍNIMOS DE COMPETÊNCIA

INSTRUÇÕES DE PREENCHIMENTO	ESCALA DE NOTAS	CONCEITO
Na avaliação dos Fatores Mínimos de Competência, para o preenchimento da Pontuação Parcial (PP), deve ser utilizada a escala de notas ao lado, de acordo com os conceitos a ela atribuídos.	5	ÓTIMO
	4	BOM
	3	REGULAR
	2	RUIM
	1	INSATISFATÓRIO

V - AVALIAÇÃO

FATORES DE COMPETÊNCIA		PONTUAÇÃO PARCIAL (PP) (1 a 5 PONTOS)	PESOS (PS)	PONTUAÇÃO COM PESO (PC) (PC = PP x PS)
FATOR	DESCRIÇÃO			
Conhecimento	Conhecer os métodos e as técnicas necessários ao desenvolvimento das atividades referentes ao cargo.		2	
Cumprimento das normas de procedimentos e de conduta no desempenho das atribuições do cargo	Postura orientada ao cumprimento de normas gerais e procedimentos que regulamentam o funcionamento da instituição e de suas atividades, tais como, Leis, Decretos, Portarias, Código de Ética do Servidor e demais ordenamentos vigentes na área de atuação. Trabalhar com pontualidade, disciplina e responsabilidade em face das tarefas assumidas. Postura orientada por principios e regras morais de senso comum aplicado em qualquer tempo, lugar ou situação.		2	
Produtividade no trabalho	Capacidade de planejar e organizar de acordo com a complexidade, metas, prioridades e prazos estabelecidos, produzindo mais em menor espaço de tempo e com menor quantidade de recursos, com base em padrões previamente estabelecidos de qualidade e economicidade.		2	
Trabalho em equipe	Capacidade de colocar-se à disposição da equipe de trabalho, espontaneamente, contribuindo para o crescimento profissional da unidade, sendo flexível para com críticas, valores, percepções diferentes, idéias divergentes ou inovadoras, de modo a favorecer a integração e o espírito de equipe, tendo uma postura respeitosa em relação aos demais servidores.		2	
Comprometimento com o trabalho	Capacidade de envolvimento com as atividades pelas quais é responsável, demonstrando interesse em contribuir, efetivamente, para obtenção de resultados e o cumprimento dos objetivos institucionais da equipe de trabalho.		3	
Capacidade de iniciativa	Agir por iniciativa própria; buscar identificar as oportunidades de ação; propor e implementar soluções de forma afirmativa, inovadora e adequada; encontrar alternativas ou resolver situações cujos problemas excedam as rotinas de trabalho.		2	
Relacionamento interpessoal	Habilidade em relacionar-ser com pessoas de diferentes características e em contextos sociais e profissionais. distintos, tendo uma atitude facilitadora do relacionamento.		2	
Flexibilidade às mudanças	Capacidade de reagir, interagir e mudar diante de circunstâncias que requeiram revisão de métodos, estratégias e valores, em razão de mudanças sociais, econômicas, culturais, organizacionais e tecnológicas.		2	

VI - OBSERVAÇÕES

VII - VALIDAÇÃO (DATA, ASSINATURA E CARIMBO)

AVALIADOR **	CHEFIA IMEDIATA DO AVALIADO
_____, de de .	_____, de de .
_____	_____

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012011062400114

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ANEXO IV

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES	GDPGPE Gratificação de Desempenho do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo

RELATÓRIO DE DESEMPENHO INDIVIDUAL – RDI

1. SIGLA DA UNIDADE DE AVALIAÇÃO (UA):

2. CICLO DE AVALIAÇÃO: out/10 a set/11

I - IDENTIFICAÇÃO DO AVALIADO

3. NOME:	4. TEL:
5. MATRÍCULA:	6. E-MAIL:
7. CARGO EFETIVO:	
8. CARGO/FUNÇÃO:	
9. UNIDADE DE EXERCÍCIO:	

II - IDENTIFICAÇÃO DA CHEFIA IMEDIATA DO AVALIADO

10. NOME:	11. TEL:
12. MATRÍCULA:	13. E-MAIL:

III - LEGENDA PARA A AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS DE DESEMPENHO INDIVIDUAL

INSTRUÇÕES DE PREENCHIMENTO	ESCALA DE NOTAS	NÍVEL DE ATINGIMENTO DAS METAS
Na avaliação do cumprimento das Metas de Desempenho Individual, para o preenchimento da Pontuação Parcial (PP), deve ser utilizada a escala de notas ao lado, de acordo com o Nível de Atingimento de Metas do formulário Plano de Trabalho Metas Individuais.	5	DE 81 A 100%
	4	DE 61 A 80%
	3	DE 41 A 60%
	2	DE 21 A 40%
	1	DE 0 A 20%

IV - METAS DE DESEMPENHO INDIVIDUAL

METAS DE DESEMPENHO INDIVIDUAL		PONTUAÇÃO PARCIAL (PP) (1 a 5 PONTOS)	PESO (PS)	PONTUAÇÃO COM PESO (PC) (PC = PP x PS)
OBJETIVO	DESCRIÇÃO			
Cumprimento de Metas de Desempenho Individual	Nível de cumprimento das metas pactuadas com a equipe de trabalho, de acordo com os compromissos de desempenho individual assumidos no plano de trabalho.		3	

V - AVALIAÇÃO

	AVALIAÇÃO	PONTUAÇÃO COM PESO (PC)		
		AUTO-AVALIAÇÃO [i]	AVALIAÇÃO DA EQUIPE [ii]	AVALIAÇÃO DA CHEFIA [i]
FATORES DE COMPETÊNCIA	Conhecimento			
	Cumprimento das normas de procedimentos e de conduta no desempenho das atribuições do cargo			
	Produtividade no trabalho			
	Trabalho em equipe			
	Comprometimento com o trabalho			
	Capacidade de iniciativa			
	Relacionamento interpessoal			
	Flexibilidade às mudanças			
METAS DE DESEMPENHO INDIVIDUAL (nota de conforme a tabela IV) [iii]				
SOMATÓRIO DA PONTUAÇÃO COM PESO (SPC)				
Percentual atribuído a cada modalidade de avaliação (PA)		15%	25%	60%
RESULTADO PONDERADO DE CADA MODALIDADE DE AVALIAÇÃO (RPA = SPC x PA)				

ÍNDICE DE DESEMPENHO INDIVIDUAL - IDI (Somatório dos RPA) [iv]	
PONTUAÇÃO DE DESEMPENHO INDIVIDUAL - PDI [v]	

[i] Transcrever o resultado da coluna Pontuacão com Peso (PC) das FADI (Autoavaliacão e Avaliacão da Chefia) do avaliado.
[ii] Preencher com a média aritmética da Pontuação com Peso (PC) atribuída ao avaliado pelos integrantes da equipe de tralbalho dele.imediatamente superior.
[iii] Terá a mesma Pontuacão com Peso (PC) na Autoavaliacão, na Avaliacão da Equipe e na Avaliacão da Chefia, visto que se trata de avaliacão objetiva.
[iv] Não preencher com número decimal. Neste caso, deve-se arredondar para o número inteiro imediatamente superior.
[v] Apurar utilizando a tabela VI, correlacionando a Pontuação de Desempenho Individual ao Índice de Desempenho Individual (IDI) obtido pelo avaliado.

VI - TABELA DE CORRELAÇÃO PARA A PONTUAÇÃO DE DESEMPENHO INDIVIDUAL

ÍNDICE DE DESEMPENHO INDIVIDUAL - IDI	PONTUAÇÃO DE DESEMPENHO INDIVIDUAL - PDI
ACIMA DE 90	20
DE 81 A 90	18
DE 71 A 80	16
DE 61 A 70	14
DE 51 A 60	12
DE 41 A 50	10
DE 31 A 40	8
ATÉ 30	6

VII - AVALIADORES [vi]

CHEFIA:

01.	08.
02.	09.
03.	10.
04.	11.
05.	12.
06.	13.
07.	14.

[vi] Inserir apenas os nomes. Para os servidores ocupantes de cargo ou função de confiança, deverão constar os nomes dos integrantes da equipe de trabalho subordinada ao avaliado (Art. 13, §2º, III).

VIII - OBSERVAÇÕES

IX - VALIDAÇÃO (DATA, ASSINATURA E CARIMBO)

CHEFIA IMEDIATA DO AVALIADO

_____, de de . _____

X - MANIFESTAÇÃO DO AVALIADO (DATA, ASSINATURA E CARIMBO)

RECEBI CÓPIA DESTE RELATÓRIO DE DESEMPENHO INDIVIDUAL EM:

_____, de de . _____

ESTOU CIENTE DE QUE, NESTA DATA, INICIA-SE O PRAZO DE DEZ DIAS PARA RECORRER DO RESULTADO DESTA AVALIAÇÃO.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012011062400115

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ANEXO V

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES	GDPGPE Gratificação de Desempenho do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo

RELATÓRIO CONSOLIDADO DE AVALIAÇÕES DE DESEMPENHO INDIVIDUAL - RCA

1. CICLO DE AVALIAÇÃO: out/10 a set/11

I - IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE DE AVALIAÇÃO - UA

2. SIGLA DA UA:

3. CHEFE DA UA:

4. CARGO/FUNÇÃO: 5.TEL:

II - DADOS PARA CONSOLIDAÇÃO*

Nº	SERVIDORES AVALIADOS	MATRÍCULA SIAPE	CARGO	IDI	PDI
1					
2					
3					
4					
5					
6					
7					
8					
9					
10					
11					
12					
13					
14					

* Se necessário, incluir novas linhas, de maneira a atender à Unidade.

III - OBSERVAÇÕES

IV - LEGENDA

a) IDI: Índice de Desempenho Individual.

b) PDI: Pontuação de Desempenho Individual para percepção da GDPGPE.

V - VALIDAÇÃO

À Comissão de Acompanhamento da Avaliação de Desempenho - CGRH.

Local e data: _____ , _____ / _____ / _____

_____

Carimbo e assinatura do responsável pela UA

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012011062400116

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ANEXO VI

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES	GDPGPE Gratificação de Desempenho do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo

PLANO DE TRABALHO METAS INSTITUCIONAIS - PTInst

1. PERÍODO DE AVALIAÇÃO: out/10 a set/11

I - IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE DE AVALIAÇÃO - UA

2. SIGLA DA UA:

3. CHEFE DA UA:

4. CARGO/FUNÇÃO: 5.TEL:

II - METAS

COMPROMISSOS DE DESEMPENHO INSTITUCIONAL	METAS INTERMEDIÁRIAS DE DESEMPENHO INSTITUCIONAL					
	SETEMBRO/FEVEREIRO			MARÇO/AGOSTO		
	PREVISTA (P)	REALIZADA (FI)	R/P x 100%	PREVISTA (P)	REALIZADA (FI)	R/P x 100%
Média do percentual de atingimento das metas.						
Índice de atingimento das Metas de Desempenho Institucional da Unidade						

III - OBSERVAÇÕES

IV - VALIDAÇÃO

Encaminhe-se à Comissão de Acompanhamento da Avaliação de Desempenho - CAAD.

Local e data: _____, ____/____/_____ _____

Carimbo e assinatura do responsável pela UA

ANEXO VII

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES	GDPGPE Gratificação de Desempenho do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo	PÁGINA 1 / 1

PLANO DE TRABALHO METAS INDIVIDUAIS - PTInd

1. CICLO DE AVALIAÇÃO: out/10 a set/11

I - IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE DE AVALIAÇÃO - UA

2. SIGLA DA UA: 3. CHEFE DA UA:

4. CARGO/FUNÇÃO: 5.TEL:

II - IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE DE EXERCÍCIO DA EQUIPE DE TRABALHO

6. SIGLA DA UNIDADE DE EXERCÍCIO: 7. NOME DA CHEFIA DA UNIDADE DE EXERCÍCIO:

8.CARGO/FUNÇÃO: 9.MATRÍCULA SIAPE: 10.TEL:

III - COMPETÊNCIAS SETORIAIS

IV - EQUIPE DE TRABALHO*

Nº	MATRÍCULA SIAPE	NOME DO SERVIDOR	COMPROMISSO DE DESEMPENHO INDVIDUAL**	METAS DE DESEMPENHO INDIVIDUAL			NÍVEL DE ATINGIMENTO DE METAS***	ASSINATURA DO SERVIDOR
				PREVISTA (P)	REALIZADA (FI)	R/P x 100%		
1			1.					
			2.					
			3.					
2			1.					
			2.					
			3.					
3			1.					
			2.					
			3.					

* Se necessário, incluir novas linhas, de maneira a atender à Unidade.

** Deve ser definida, no mínimo, uma meta para cada servidor

*** O Atingimento das Metas, é a média dos percentuais de atingidos pelo servidor em cada meta definida.

**** Aposição no momento da pactuação dos compromissos.

V - VALIDAÇÃO

Ao Dirigente máximo desta Unidade de Avaliação.

Local e data: _____, ____/____/_____

_____

Carimbo e assinatura da chefia da Unidade de Exercício

À Comissão de Acompanhamento da Avaliação de Desempenho - CAAD.

Local e data: _____, ____/____/_____

_____

Carimbo e assinatura do responsável pela UA

ANEXO VIII

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES	GDPGPE Gratificação de Desempenho do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo

PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO/RECURSO - PRR*

1. SIGLA DA UNIDADE DE AVALIAÇÃO (UA): 2. CICLO DE AVALIAÇÃO: out/10 a set/11

3. MODALIDADE DE REQUERIMENTO: ( ) RECONSIDERAÇÃO ( ) RECURSO

* Preencher um formulário para cada pedido de reconsideração/recurso solicitado.

I - IDENTIFICAÇÃO DO AVALIADO

4. NOME: 5. TEL:

6. MATRÍCULA: 7. E-MAIL:

8. CARGO EFETIVO:

9. CARGO/FUNÇÃO:

10. UNIDADE DE EXERCÍCIO:

II - IDENTIFICAÇÃO DA CHEFIA IMEDIATA DO AVALIADO

11. NOME: 12. TEL:

13. MATRÍCULA: 14. E-MAIL:

III - AVALIAÇÃO CONTESTADA**

	AVALIAÇÃO**		NOTA		
OPÇÃO	MODALIDADE	TIPO	ATUAL	SOLICITADA	CONCEDIDA***
	AUTOAVALIAÇÃO	Fator:			
	AVALIAÇÃO DA EQUIPE	Fator:			
	AVALIAÇÃO DA CHEFIA	Fator:			
	METAS DE DESEMPENHO INDIVIDUAL				

** Requerer a revisão de apenas uma avaliação por formulário. Selecionar a opção referente à avaliação requerida e utilizar apenas os campos referentes a esta.

*** Preenchimento a cargo do apreciador do Pedido de Reconsideração/Recurso

IV - REQUERIMENTO DO AVALIADO

SOLICITAÇÃO E JUSTIFICATIVA:

V - RESPOSTA DO APRECIADOR DO PEDIDO**

RESPOSTA E JUSTIFICATIVA:

VI - VALIDAÇÃO (DATA, ASSINATURA E CARIMBO)

AVALIADO	APRECIADOR DO PEDIDO****
_____, de de .	_____, de de .
_____	_____

*** Quando se tratar de Reconsideração, será a da chefia imediata. Quando se tratar de Recurso, será a do CAAD.

ANEXO IX

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES	GDPGPE Gratificação de Desempenho do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO DAS EQUIPES DE TRABALHO - FIT

1. PERÍODO DE AVALIAÇÃO: out/10 a set/11

I - IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE DE AVALIAÇÃO - UA

2. SIGLA DA UA:

3. CHEFE DA UA:

II - IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE DE EXERCÍCIO DA EQUIPE DE TRABALHO

4. SIGLA DA UNIDADE DE EXERCÍCIO:

5. NOME DA CHEFIA DA UNIDADE DE EXERCÍCIO:

6.CARGO/FUNÇÃO: 7.MATRÍCULA SIAPE:

III - EQUIPE DE TRABALHO*

Nº	NOME DO SERVIDOR	MATRÍCULA SIAPE	E-MAIL
1			
2			
3			
4			
5			

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012011062400117

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

6			
7			
8			
9			
10			
11			
12			
13			
14			
15			
16			

* Se necessário, incluir novas linhas, de maneira a atender à Unidade.

IV - VALIDAÇÃO

Ao Dirigente máximo desta Unidade de Avaliação.	À Comissão de Acompanhamento da Avaliação de Desempenho - CAAD.
Local e data: _____, ____/____/_____	Local e data: _____, ____/____/_____
Carimbo e assinatura da chefia da Unidade de Exercício	Carimbo e assinatura do responsável pela UA

ANEXO X

TABELA DE CORRELAÇÃO PARA A PONTUAÇÃO DE DESEMPENHO INDIVIDUAL

ÍNDICE DE DESEMPENHO INDIVIDUAL - IDI	PONTUAÇÃO DE DESEMPENHO INDIVIDUAL - PDI
ACIMA DE 90	20
DE 81 A 90	18
DE 71 A 80	16
DE 61 A 70	14
DE 51 A 60	12
DE 41 A 50	10
DE 31 A 40	8
ATÉ 30	6

ANEXO XI

TABELA DE CORRELAÇÃO PARA PONTUAÇÃO DE DESEMPENHO INSTITUCIONAL

ÍNDICE DE ATINGIMENTO DAS METAS DE DESEMPENHO INSTITUCIONAL	PONTUAÇÃO INSTITUCIONAL
ACIMA DE 70%	80
DE 66 A 70%	72
DE 61 A 65%	64
DE 56 A 60%	56
DE 51 A 55%	48
DE 46 A 50%	40
DE 41 A 45%	32
DE 36 A 40%	24

AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS

RESOLUÇÃO Nº 2.111, DE 17 DE JUNHO DE 2011

Rerratifica a Resolução nº 2008-ANTAQ, de 11 de abril de 2011, que aprovou a revisão tarifária e reajuste linear máximo para a tarifa do PORTO DE ITAJAÍ - SC.

O DIRETOR-GERAL SUBSTITUTO DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo artigo 27, inciso VII, da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, e pelo artigo 3°, inciso VIII, do Regulamento da ANTAQ, aprovado pelo Decreto n° 4.122, de 13 de fevereiro de 2002, considerando o disposto na Portaria n° 118, de 17 de maio de 2002, do Ministro de Estado da Fazenda, e tendo em vista o que consta do Processo nº 50300.002147/2010-16 e o que foi deliberado em sua 289ª e 295ª Reuniões Ordinárias, realizada em 17/03/2011 e 16/06/2011, respectivamente, resolve:

Art. 1º Rerratificar a Resolução nº 2008-ANTAQ, de 11 de abril de 2011, que aprovou a revisão tarifária e reajuste linear máximo para a tarifa do Porto de Itajaí - SC, na forma abaixo:

"RESOLUÇÃO Nº 2008 - ANTAQ, DE 11 DE ABRIL DE 2011.

APROVA REVISÃO TARIFÁRIA E REAJUSTE LINEAR MÁXIMO PARA A TARIFA DO PORTO DE ITAJAÍ - SC.

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo artigo 27, inciso VII, da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, e pelo artigo 3°, inciso VIII, do Regulamento da ANTAQ, aprovado pelo Decreto n° 4.122, de 13 de fevereiro de 2002, considerando o disposto na Portaria n° 118, de 17 de maio de 2002, do Ministro de Estado da Fazenda, e tendo em vista o que consta do Processo nº 50300.002147/2010-16 e o que foi deliberado em sua 289ª Reunião Ordinária, realizada em 17 de março de 2011,

Resolve:

Art. 1° Aprovar a revisão da tarifa do porto de Itajaí - SC, que passa a ter a seguinte redação:

"TARIFA DO PORTO DE ITAJAÍ

TABELA I - UTILIZAÇÃO DA INFRAESTRUTURA DE PROTEÇÃO E ACESSO AQUAVIÁRIO

(Taxas devidas pelo Armador)

a) LONGO CURSO

1.1- Por tonelada de carga geral movimentada ... R$ 2,57

1.2- Por contêiner cheio ..... R$ 45,00

1.3 - Por contêiner vazio R$ 20,00

b) CABOTAGEM

2.1 - Por tonelada de carga geral movimentada... R$ 2,06

2.2 - Por contêiner cheio..... R$ 36,00

2.3 - Por contêiner vazio R$ 16,00

3 - Nas operações de carregamento, descarga, baldeação de graneis líquidos, por tonelada..... R$ 1,22

4 - Por Tonelada Líquida de Registro (mínimo de 120) das embarcações de pesca, assim como as demais embarcações que se utilizem das instalações de acesso, porém sem a movimentação de carga ... R$ 0,50

TABELA II - UTILIZAÇÃO DAS INSTALAÇÕES DE ACOSTAGEM NO PORTO PÚBLICO

(Taxas devidas pelo Armador)

1 - Por metro linear do comprimento total da embarcação atracada em operação de longo curso, por período de 12 horas ou fração R$ 2,45

2 - Por metro linear do comprimento total da embarcação atracada em operação de cabotagem, por período de 12 horas ou fração. R$ 1,96

OBSERVAÇÕES:

a) O período de atracação começa a qualquer hora e vence após cada 12 horas ou fração.

b) O comprimento da rampa de popa dos navios "Roll-on-Roll-off", quando aberta, deverá ser somado ao comprimento total da embarcação para cálculo desta tabela.

c) A taxa mínima a cobrar será de 100 metros, por período, por embarcação.

TABELA III - UTILIZAÇÃO DA INFRAESTRUTURA TERRESTRE NO PORTO PÚBLICO

(Taxas devidas pelo Operador Portuário ou, quando tratar-se de navios de cruzeiros, pelo armador)

Pelo trânsito de mercadorias e passageiros a partir da embarcação até as instalações portuárias ou limite do porto, ou no sentido inverso:

1 - Embarque ou desembarque direto:

1.1 - Por tonelada R$ 2,11

1.2.1 - Por unidade de contêiner cheio R$ 6,50

1.2.2 - Por unidade de contêiner vazio R$ 6,50

1.3 - Por tonelada de embarque de carga congelada R$ 0,90

1.4 - Por tonelada de sacaria (açúcar, etc) R$ 0,90

2 - Embarque ou desembarque via armazém:

2.1- Por tonelada de carga solta ou unitizada R$ 3,30

3 - Embarque ou desembarque via pátio, por unidade:

3.1 - Contêiner cheio R$ 34,00

3.2 - Contêiner vazio R$ 32,00

3.3 - Ônibus R$ 41,00

4 - Para embarque ou desembarque de automóvel R$ 2,36

5 - Nas operações de transbordo, por movimento e por unidade:

5.1 - Contêineres cheios R$ 13,60

5.2 - Contêineres vazios R$ 12,80

6 - Embarque e desembarque de passageiros por pessoa: R$ 40,00

6.1 - Passageiros advindos de outra localidade no Brasil, em trânsito pelo Porto de Itajaí R$ 29,60

6.2 - Passageiros advindos do exterior, em trânsito pelo Porto de Itajaí R$ 32,00

6.3 - Passageiros menores de 10 anos são isentos de tarifa.

OBSERVAÇÕES:

a) As taxas desta tabela aplicam-se ao peso bruto das mercadorias, levando-se em conta a própria embalagem ou acessórios para acondicionamento.

b) Pelo fornecimento de combustível a granel para consumo de bordo das embarcações, o fornecedor pagará, por tonelada R$ 1,00

c) O valor mínimo a cobrar desta tabela será de R$ 40,00

TABELA IV - SERVIÇOS DIVERSOS

(Taxas devidas pelo Requisitante)

1 - Fornecimento de água, através de tubulação, para embarcação ou consumidor instalado na área do porto, por metro cúbico R$ 1,55

2 - Fornecimento de energia elétrica para contêineres reefer ou através de clip-on, por contêiner com armazenagem máxima de 10 dias, por 24 horas ou fração R$ 43,00

3 - Fornecimento de energia elétrica para veículos frigoríficos por período de 12 horas ou fração .. . R$ 32,00

4 - Pela consolidação/desconsolidação de contêiner, por unidade (uso pátio) R$ 60,00

OBSERVAÇÕES:

a) O valor da taxa 1 desta tabela remunera apenas os serviços prestados pela Superintendência do Porto de Itajaí, devendo ser acrescida do valor correspondente ao preço do metro cúbico de água fornecida pela concessionária SEMASA.

b) Toda vez que a tarifa da concessionária de energia elétrica for reajustada, o respectivo valor será repassado para as taxas 2 e 3 desta tabela.

c) O valor mínimo a cobrar desta tabela será de R$ 40,00

TABELA V - SERVIÇOS DE ARMAZENAGEM

(Taxas devidas pelo Dono da Mercadoria ou Requisitante)

1 - Mercadorias importadas do estrangeiro (ad valorem):

1.1 - Até 10 dias de armazenagem ou fração 0,26%

1.2 - A partir do 11° dia, por dia ou fração 0,11%

2 - Mercadorias diversas, na exportação, cabotagem e nacionalizadas, em armazéns ou pátios, por tonelada/dia, até o 30º dia R$ 0,06

3 - Mercadorias diversas, na exportação, cabotagem e nacionalizadas, em armazéns ou pátios, por tonelada/dia, após o 30° dia R$ 0,16

4 - Por unidade de contêiner cheio de mercadoria para exportação, cabotagem e nacionalizados, recebido nos pátios, por dia:

4.1 - Até 20' R$ 0,84

4.2 - Acima de 20' R$ 1,26

5 - Por contêiner vazio por dia:

5.1 - Até 20' R$ 0,42

5.2 - Acima de 20' R$ 0,63

6 - Por veículo (automóvel, ônibus, carreta, reboque, caminhão, cavalo mecânico, etc.) que permanecer nos pátios, por dia ou fração R$ 8,40

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

7 - Mercadorias em trânsito, por tonelada/dia R$ 0,21

NÃO INCIDÊNCIAS

a) O contêiner vazio ou esvaziado nas dependências portuárias, nos primeiros 8 (oito) dias.

b) A carga solta de exportação, desde que o embarque seja feito até o sexto dia útil.

c) Carga conteinerizada de exportação, desde que o embarque seja feito até o 10° dia, ônibus e máquinas agrícolas de exportação e cargas de transbordo, desde que o embarque seja feito até o 15° dia.

OBSERVAÇÕES:

a) Os percentuais indicados na taxa 1 desta Tabela incidem sobre o valor CIF das mercadorias.

b) Em casos que por ventura os contêineres ou as cargas que compõem o mesmo processo não forem retirados na sua totalidade, até o prazo coberto pela fatura correspondente, terão o seu faturamento complementar realizado sobre o valor do CIF (Cost, Insurance and Freight) individual da carga remanescente, mediante apresentação da Fatura Comercial, packing list ou outro documento oficial para comprovação. No caso em que não houver possibilidade de determinar o valor CIF individual da carga remanescente, o valor de armazenagem complementar será calculada pela média aritmética do lote total, ressalvando em ambas as hipóteses o valor mínimo desta tabela.

c) As taxas desta tabela, quando cobradas por toneladas, aplicam-se ao peso bruto das mercadorias.

d) Os serviços executados para dar consumo a mercadoria, por determinação de autoridade federal ou estadual, serão cobrados dos respectivos donos, acrescidos dos valores provenientes da aplicação das taxas que sobre elas tiveram incidido anteriormente.

e) A isenção do pagamento das taxas portuárias quando a importação for destinada às entidades de fins filantrópicos, será concedida pela Autoridade Portuária, mediante requerimento do interessado, desde que apresentem a documentação necessária que comprovem essa condição.

f) As mercadorias que, por sua natureza, não tiverem valor CIF declarado, serão enquadradas no item 2 e 3.

g) Quando no Contêiner (de exportação) existir carga de mais de um dono, a cobrança será feita por tonelada movimentada.

h) As cargas conteinerizadas provenientes de desembarque de cabotagem, que permanecerem na zona primária, terão 24 horas úteis após o término da descarga das mesmas, para serem retiradas com isenção de armazenagem, sendo que após este período, será aplicado o item 4 desta tabela, multiplicada por 20 (vinte).

i) Para as cargas soltas provenientes de desembarque de cabotagem, será aplicado o item 2, ou 3 desta tabela, multiplicada por 20 (vinte), usando o mesmo critério do item "h" acima, sendo que o prazo poderá ser estendido em função do volume (tonelagem) sem ultrapassar o limite máximo de 72 horas, desde que haja disponibilidade de área de armazenagem.

j) As cargas conteinerizadas e soltas que não embarcarem e forem retiradas da área primária será aplicado o item 4 e os itens 2 ou 3 desta Tabela respectivamente, multiplicada por 20 (vinte).

k) O valor mínimo a cobrar desta tabela será de R$ 80,00

DEFINIÇÃO, APLICAÇÃO E OBSERVAÇÃO

TABELA I

As taxas desta tabela remuneram a manutenção do calado, bem como a infraestrutura de Proteção e Acesso Aquaviário: águas tranquilas, com profundidades adequadas às embarcações no canal de acesso, nas bacias de evolução e junto às instalações de acostagem.No item 1, aplica-se aos navios engajados em operações de longo curso.

No item 2, aplica-se aos navios engajados em operação exclusivamente de cabotagem.

No item 3, aplica-se às operações de graneis líquidos ou gasosos.

No item 4, aplica-se por T.R.L. (mínimo de 120) das embarcações de pesca, rebocadores, etc.

TABELA II

Esta tabela remunera o cais de atracação do porto público de Itajaí, permitindo a execução segura da movimentação de cargas, de tripulantes e de passageiros.

TABELA III

As taxas desta tabela caracterizam-se como trânsito de mercadorias e pessoas, remunerando a utilização da infraestrutura operacional terrestre, e que os Operadores Portuários e os Armadores de Cruzeiro encontram para acesso e execução de suas operações no porto, abrangendo: sala de espera, check in, recepção de bagagens, arruamento, pavimentação, sinalização e iluminação, acessos rodoviários, redes de água, esgoto, energia elétrica e telecomunicação, instalações sanitárias e vigilância das dependências portuárias.

TABELA IV

As taxas desta tabela remuneram o fornecimento de água e de energia elétrica, bem como serviços diversos, executados pela Superintendência do Porto nas dependências do Porto.

O fornecimento de água será acrescido da taxa da SEMASA, por metro cúbico.

TABELA V

As taxas desta tabela remuneram os serviços da fiel guarda de mercadorias importadas, a exportar ou em trânsito, depositadas sob responsabilidade da Superintendência do Porto.

Mercadoria de importação (ad valorem) aplica-se sobre o valor total da importação do C.I. - Comprovante de Importação (item 3). Na falta do valor total, utilizar-se-á o valor comercial.

A taxa é devida desde o dia da descarga até sua apresentação (liberada) ao protocolo da Gerência de Faturamento.

Na exportação, a armazenagem é POR DIA, a contar o dia da descarga, exceto para ônibus, cuja contagem dar-se-á a partir do 16º dia.

OBSERVAÇÃO

A Superintendência do Porto de Itajaí poderá conceder descontos temporários nas taxas das tabelas I, II, III, IV e V desta tarifa, através de Resolução e que beneficie a todos os usuários indistintamente. A Superintendência deverá comunicar a concessão destes descontos ao Conselho de Autoridade Portuária."

Art. 2º Aprovar reajuste linear máximo de 35% (trinta e cinco por cento) para a tarifa do porto de Itajaí - SC, aplicável indistintamente e isonomicamente a todos os usuários contemplados nas tabelas I, II, III, IV e V.

Parágrafo único. O reajuste indicado neste artigo incidirá sobre os valores constantes da revisão tarifária aprovada no artigo 1º.

Art. 3º Determinar que a tarifa aprovada no artigo 1º, bem como o reajuste aprovado no artigo 2º, somente entrarão em vigor após sua homologação pelo Conselho de Autoridade Portuária - CAP, nos termos do artigo 30, parágrafo 1°, inciso VIII, da Lei nº 8.630, de 25 de fevereiro de 1993.

Parágrafo Único. A homologação referida neste artigo levará em conta as competências relacionadas no artigo 30, incisos III, IV, V, VII, IX e XIII, da Lei nº 8.630, de 25 de fevereiro de 1993, e, no que diz respeito aos valores tarifários, poderá ser feita de forma integral, parcial ou parceladamente.

Art. 4º Determinar que a Superintendência do Porto de Itajaí publique no Diário Oficial da União - D.O.U. a tarifa completa do porto de Itajaí, incluindo os valores tarifários reajustados, as observações e não incidências, na forma em que for homologada pelo Conselho de Autoridade Portuária - CAP.

Art. 5° Determinar que a Superintendência do Porto de Itajaí encaminhe à ANTAQ, para ciência e acompanhamento, cópia da Resolução ou Deliberação do Conselho de Autoridade Portuária - CAP que homologar a revisão e o reajuste da tarifa portuária.

Art. 6° Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

FERNANDO ANTONIO BRITO FIALHO

Diretor-Geral"

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

TIAGO PEREIRA LIMA

RESOLUÇÃO Nº 2.112, DE 22 DE JUNHO DE 2011

Autoriza o empresário individual H. V. do Couto - ME., a operar, por prazo indeterminado, como empresa brasileira de navegação, na prestação de serviço de transporte de passageiros e misto na navegação interior de percurso longitudinal interestadual, na Bacia Amazônica, entre os municípios de Santana/Macapá-AP e Santarém-PA.

O DIRETOR-GERAL SUBSTITUTO DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo art. 54, inciso IV, do Regimento Interno, considerando o que consta do processo nº 50305.001780/2011-10 e tendo em vista o que foi deliberado na 295ª Reunião Ordinária da Diretoria, realizada em 16 de junho de 2011, resolve:

Art. 1º Autorizar o empresário individual H. V. DO COUTO - ME., CNPJ nº 09.523.823/0001-76, com sede na Tv. Tupaiulândia, nº 1.511, Diamantino, Santarém-PA, a operar, por prazo indeterminado, como empresa brasileira de navegação, na prestação de serviço de transporte de passageiros e misto na navegação interior de percurso longitudinal interestadual, na Bacia Amazônica, entre os municípios de Santana/Macapá-AP e Santarém-PA, na forma e condições fixadas em Termo de Autorização pertinente.

Art. 2º O Termo de Autorização de que trata o artigo 1º entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

TIAGO PEREIRA LIMA

RESOLUÇÃO Nº 2.113, DE 22 DE JUNHO DE 2011

Arquiva o processo administrativo contencioso nº 50300.001259/2011-22, instaurado em desfavor da empresa MR Guimarães Canto Navegação - ME.

O DIRETOR-GERAL SUBSTITUTO DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS-ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo inciso IV, do art. 54, do Regimento Interno, considerando o que consta do processo nº 50300.001259/2011-22 e o que foi deliberado pela Diretoria em sua 295ª Reunião Ordinária, realizada em 16 de junho de 2011, resolve:

Art. 1º Arquivar o Processo Administrativo Contencioso nº 50300.001259/2011-22, instaurado em desfavor da empresa MR Guimarães Canto Navegação - ME, CNPJ nº 07.823.522/0001-32, em razão da insubsistência do Auto de Infração nº 000080-2, de 3/9/2010, lavrado pela Unidade Administrativa Regional de Manaus.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

TIAGO PEREIRA LIMA

TERMO DE AUTORIZAÇÃO Nº 761, DE 22 DE JUNHO DE 2011

O DIRETOR-GERAL SUBSTITUTO DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo art. 4º, inciso VI, do Regimento Interno, na forma do disposto na Lei nº 9.432, de 8 de janeiro de 1997, nos artigos. 43 e 44 da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, com a redação dada pela Medida Provisória nº 2.217-3, de 4 de setembro de 2001 e com base na Resolução nº 912-ANTAQ, de 23 de novembro de 2007 e no regulamento aplicável, à vista dos elementos constantes do Processo nº 50305.001780/2011-10 e tendo em vista o que foi deliberado na 295ª Reunião Ordinária da Diretoria, realizada em 16 de junho de 2011, resolve:

I - Autorizar o empresário individual H. V. DO COUTO - ME., CNPJ nº 09.523.823/0001-76, doravante denominado Autorizado, com sede na Tv. Tupaiulândia, nº 1.511, Diamantino, Santarém-PA, a operar, por prazo indeterminado, como empresa brasileira de navegação, na prestação de serviço de transporte de passageiros e misto na navegação interior de percurso longitudinal interestadual, na Bacia Amazônica, entre os municípios de Santana/Macapá-AP e Santarém-PA.

II - A presente autorização será exercida em regime de liberdade de preços, cumprindo a ANTAQ reprimir toda prática prejudicial à livre competição, bem assim o abuso do poder econômico, adotando-se nestes casos as providências previstas no art. 31 da Lei nº 10.233, de 2001.

III - Esta autorização poderá ser extinta por renúncia, falência ou extinção do Autorizado, ou pela ANTAQ, por via de anulação ou cassação, mediante processo regular, na forma do disposto no art. 18, da Norma aprovada pela Resolução nº 912-ANTAQ.

IV - A prestação do serviço será realizada com a utilização da embarcação CORAMAR II e ocorrerá conforme o esquema operacional apresentado pelo empresário, abaixo relacionado:

ESQUEMA OPERACIONAL (LINHA SANTANA/MACAPÁ-AP A SANTARÉM-PA)					
PARTIDA			CHEGADA		
Local	Dia da Semana	Horário	Local	Dia da Semana	Horário
Santana/Macapá-AP	Sábado	18:00	Almeirim-PA	Domingo	06:00
Almeirim-PA	Domingo	10:00	Prainha-PA	Domingo	18:00
Prainha-PA	Domingo	20:00	Monte Alegre-PA	2ª feira	02:00
Monte Alegre-PA	2ª feira	04:00	Santarém-PA	2ª feira	12:00
Santarém-PA	4ª feira	18:00	Monte Alegre-PA	5ª feira	00:00
Monte Alegre-PA	5ª feira	01:30	Prainha-PA	5ª feira	06:00
Prainha-PA	5ª feira	07:30	Almeirim-PA	5ª feira	13:00
Almeirim-PA	5ª feira	15:00	Santana/Macapá-AP	6ª feira	03:00

V - O Autorizado fica obrigado a enviar à ANTAQ, bimestralmente, as informações discriminadas no inciso IX do art. 12 da Norma já citada.

VI - O Autorizado deverá manter em local visível da embarcação e nos postos de venda de passagens o quadro de horários de saída, os preços a serem cobrados pela prestação do serviço, o número do respectivo documento de outorga e o telefone da Ouvidoria da ANTAQ, 0800 644 5001.

VII - O descumprimento de qualquer disposição legal, regulamentar ou dos termos e condições expressas ou decorrentes deste Termo de Autorização implicará na aplicação das penalidades de que trata o Capítulo V da Norma já citada, observado o devido processo legal.

VIII - O presente Termo de Autorização entra em vigor na data de sua publicação, importando o início dos serviços em plena aceitação pelo Autorizado das condições nele estabelecidas.

TIAGO PEREIRA LIMA

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES

RESOLUÇÃO Nº 3.686, DE 15 DE JUNHO DE 2011

Autoriza a Cooperativa de Produtores de Cana-de-açúcar, Açúcar e Álcool do estado de São Paulo S.A. - COPERSUCAR a implantar a pêra ferroviária no Pátio de Ribeirão Preto/SP, km 295 da Ferrovia Centro-Atlântica S.A. - FCA.

A Diretoria da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DJB - 040/11, de 15 de junho de 2011, e no que consta do Processo nº 50500.090250/2010-41, resolve:

Art. 1º Autorizar a Cooperativa de Produtores de Cana-de-açúcar, Açúcar e Álcool do estado de São Paulo S.A. - COPERSUCAR a implantar a pêra ferroviária no Pátio de Ribeirão Preto/SP, km 295 da Ferrovia Centro-Atlântica S.A. - FCA.

Parágrafo único. A eficácia desta autorização fica condicionada à apresentação pela FCA da seguinte documentação e das seguintes providências:

a) Plano de manobra específico para o pátio de Ribeirão Preto/SP (incluindo as manobras na Pêra Ferroviária do terminal da COPERSUCAR), detalhando as etapas do processo de manobra e "encoste" e as ações (com seus respectivos responsáveis) previstas para eliminar todo e qualquer risco operacional;

b) Cópia do termo de Permissão de Uso - TPU e seus respectivos termos aditivos (caso existam), assinados pelas partes;

c) Emissão ou dispensa de Licença Ambiental pelo órgão competente;

d) Reversão dos bens imóveis Não-Operacionais para Operacionais, passando-se a propriedade destes bens para o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT; e

e) Providências quanto à inclusão dos bens revertidos de Não-Operacionais para Operacionais, no Anexo II do Contrato de Arrendamento da Concessionária FCA.

Art. 2º Comunicar à ANTT quando da conclusão das obras e encaminhar o projeto "as built" com o detalhamento da implantação e das instalações dentro da área arrendada.

Art. 3º Em caso de declaração de reversibilidade das obras pelo Poder Concedente, não será devida indenização em favor da Concessionária ou da COPERSUCAR.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

BERNARDO FIGUEIREDO
Diretor-Geral

RESOLUÇÃO Nº 3.687, DE 15 DE JUNHO DE 2011

Autoriza o reajuste dos coeficientes tarifários dos serviços de transporte rodoviário interestadual e internacional de passageiros em percursos de longa distância.

A Diretoria da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições que lhe confere o inciso VII do art. 24 da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, fundamentada no Voto DJB - 042/11, de 15 de junho de 2011, no que consta do Processo nº 50500.047821/2011-16, e

CONSIDERANDO a necessidade de manter o equilíbrio econômico-financeiro das permissionárias e autorizatárias do transporte rodoviário interestadual e internacional de passageiros; RESOLVE:

Art. 1º Autorizar, nos termos da Resolução nº 1.627/06, o reajuste de 5,017% (cinco inteiros e dezessete milésimos por cento), a ser aplicado sobre o coeficiente tarifário de que trata o Titulo IV da Resolução nº 018/02.

Art. 2º Os coeficientes tarifários máximos a serem aplicados aos diferentes serviços, decorrentes do art. 1º, expressos em R$ / pass.km, estão relacionados a seguir:

I - Transporte Interestadual - Serviço Convencional		
Serviço	Pavimento	Coeficiente
Convencional com Sanitário	Tipo I	0,122830
Convencional com Sanitário	Tipo II	0,165576
Convencional sem Sanitário	Tipo I	0,115829
Convencional sem Sanitário	Tipo II	0,155541
Convencional	Tipo III	0,174763
II - Transporte Interestadual - Serviços Diferenciados		
Serviço		Coeficiente
Executivo		0,176495
Leito sem ar-condicionado		0,253325
Leito com ar-condicionado		0,283922
Semi-leito		0,194773
III - Transporte Internacional- Serviço Convencional		
Serviço	Pavimento	Coeficiente
Ordinário	Tipo I	0,122830
Ordinário	Tipo II	0,165576
IV - Transporte Internacional- Serviços Diferenciados		
Serviço		Coeficiente
Executivo		0,176495
Leito sem ar-condicionado		0,253325
Leito com ar-condicionado		0,283922

Art. 3º O reajuste de que trata o art. 2º não se aplica ao serviço de transporte rodoviário interestadual e internacional semiurbano de passageiros, o qual será determinado em ato específico.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor a partir da zero hora do dia 1º de julho de 2011.

BERNARDO FIGUEIREDO
Diretor-Geral

RESOLUÇÃO Nº 3.688, DE 15 DE JUNHO DE 2011

Institui a Agenda Regulatória no âmbito da Agência Nacional de Transportes Terrestres e aprova a Agenda para o biênio 2011/2012.

A Diretoria da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições conferidas pelo art. 25, inciso VIII da Resolução ANTT nº 3.000, de 28 de janeiro de 2009, fundamentada no Voto DIB - 055/11, de 15 de junho de 2011, no que consta do Processo nº 50500.022865/2010-44;

CONSIDERANDO a necessidade de fomentar a transparência, a participação social e a publicidade das decisões da ANTT; e

CONSIDERANDO o Planejamento Estratégico aprovado pela Deliberação nº 206/09, de 18 de agosto de 2009, RESOLVE:

Art. 1º Instituir a Agenda Regulatória no âmbito da ANTT, que consiste no documento que indica as matérias que demandarão a atuação prioritária em um período determinado, buscando a efetividade na aplicação das normas, a previsibilidade das ações e o direcionamento dos esforços para o cumprimento da missão e dos objetivos institucionais da Agência.

Art. 2º Aprovar a Agenda Regulatória para o biênio 2011/2012, nos termos do Anexo a esta Resolução, e determinar que seja disponibilizada para conhecimento dos interessados no sítio eletrônico da ANTT.

Art. 3º A Superintendência de Marcos Regulatórios coordenará as revisões ordinárias anuais e as extraordinárias, bem como a implementação da Agenda Regulatória em articulação com as demais unidades da Agência.

Art. 4º O Diretor-Geral aprovará o Manual de Procedimentos para elaboração e revisão da Agenda Regulatória da ANTT.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

BERNARDO FIGUEIREDO
Diretor-Geral

ANEXO

AGENDA REGULATÓRIA 2011/2012

Temas Gerais - 2011

1) Processo de Participação e Controle Social;

2) Comissões Tripartites;

3) Análise da Oferta de Bens da Concessão em Garantia de Financiamentos;

4) Consolidação dos Direitos e Deveres do Usuário;

5 Apuração de Infrações e Aplicação de Penalidades.

Exploração da Infraestrutura Rodoviária Federal - 2011

1) Isenção de Pedágio para Veículos Locados em Uso Oficial;

2) Compatibilidade Ano Civil vs. Ano Concessão;

3) Revisão da Regulamentação de RDT;

4) Metodologia de Recomposição do Equilíbrio Econômico-financeiro dos Contratos;

5) Glossário de Termos Técnicos de Exploração da Infraestrutura Rodoviária Federal;

6) Definição dos Preceitos de Revisão Ordinária, Extraordinária e Quinquenal;

7) Autorização de Acessos e Uso da Faixa de Domínio.

Transporte Rodoviário Interestadual e Internacional de Passageiros - 2011

1) Acessibilidade;

2) Terminal Adicional;

3) Bilhete de Passagem;

4) Emissão, pela Agência Nacional de Transportes Terrestres, de Declaração de Regularidade Fiscal para as delegatárias dos serviços de transporte rodoviário interestadual e internacional de passageiros.

5) Esquema Operacional;

6) Multiplicadores Tarifários dos Serviços Diferenciados;

7) Características Veiculares e Definição dos Serviços;

8) Transporte Semiurbano;

9) Revisão das Penalidades;

10) Revisão da Regulamentação de Fretamento;

11) Glossário de Termos Técnicos de Transporte Rodoviário Internacional e Interestadual de Passageiros;

12) Revisão do Decreto nº 2.521/1998 e Adequação ao Pro-Pass.

Transporte Ferroviário de Passageiros - 2011

1) Glossário de Termos Técnicos de Transporte Ferroviário de Passageiros.

Transporte Ferroviário de Cargas - 2011

1) Pactuação e Repactuação de Metas por Trecho;

2) Regulamento de Defesa dos Direitos dos Usuários de Transporte Ferroviário de Cargas;

3) Glossário de Termos Técnicos de Transporte Ferroviário de Cargas.

Exploração da Infraestrutura Ferroviária e Arrendamento dos Ativos Operacionais - 2011

1) Operações de Direito de Passagem e Tráfego Mútuo;

2) Receitas Alternativas;

3) Plano Trienal de Investimentos;

4) Glossário de Termos Técnicos da Exploração da Infraestrutura Ferroviária e Arrendamento dos Ativos Operacionais;

5) Exploração de Faixa de Domínio;

6) Pedidos de Compensação de Créditos Referentes a Parcelas de Arrendamento.

Transporte Rodoviário de Cargas - 2011

1) Pagamento do Frete;

2) Revisão do Regulamento de Transporte de Produtos Perigosos.

Transporte Multimodal - 2011

1) Transporte Multimodal;

2) Revisão dos Procedimentos de Emissão do Conhecimento de Transporte Multimodal de Cargas - CTMC;

3) Glossário de Termos Técnicos de Transporte Multimodal;

4) Consolidação das Informações sobre Transporte Multimodal de Cargas.

Exploração da Infraestrutura Rodoviária Federal - 2012

1) Metodologia de Cálculo do WACC (custo médio ponderado de capital) para o seu Uso no Fluxo de Caixa Marginal das Concessões de Rodovias.

Transporte Rodoviário Interestadual e Internacional de Passageiros- 2012

1) Passe Livre;

2) Transporte de Animais;

3) Condições de Trabalho dos Motoristas;

4) Bagagem;

5) Carro Extra;

6) Sistema de Monitoramento Automatizado;

7) Informações de Tributos no Quadro de Tarifas;

8) Prazo de Apresentação do Passageiro antes do Início da Viagem;

9) Informações sobre Valores de Pedágio no Sistema de Monitoramento Automatizado do Transporte Rodoviário Interestadual e Internacional de Passageiros;

10) Procedimentos para Paralisação de Linhas;

11) Acidentes;

12) Revisão da Regulamentação do Estatuto do Idoso;

13) Transporte mediante Contrato Específico;

14) Inspeção Técnica Veicular;

15) Regras para Utilização de Veículos de Terceiros;

16) Equipamentos Obrigatórios;

17) Tacógrafo;

18) Dimensões Mínimas dos Dispositivos Luminosos;

19) Indicadores de Serviço Adequado;

20) Revisão de Regras para Transferência de Outorga e Controle Societário.

Transporte Ferroviário de Passageiros - 2012

1) Revisão do Regulamento de Transporte Ferroviário de Passageiros.

Transporte Ferroviário de Cargas -2012

1) Monoconducção;

2) Segurança na Prestação do Serviço de Transporte Ferroviário;

3) Metodologias e Procedimentos de Revisão Tarifária.

Exploração da Infraestrutura Ferroviária e Arrendamento dos Ativos Operacionais - 2012

1) Segurança na Utilização da Infraestrutura Ferroviária.

Transporte Rodoviário de Cargas - 2012

1) Revisão da Regulamentação do Transporte Rodoviário Internacional de Cargas;

2) Revisão da Regulamentação do Registro Nacional de Transportadores Rodoviários de Cargas - RNTRC;

3) Revisão da Regulamentação do Vale Pedágio Obrigatório.

ANEXO II

NOTA EXPLICATIVA

A Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, imbuída do espírito de melhoria da qualidade regulatória, apresenta sua Primeira Agenda Regulatória para os anos de 2011/2012. Para fins deste Processo, entende-se como Agenda Regulatória o documento que indica as matérias que demandarão uma atuação prioritária no período determinado, buscando a efetividade na aplicação das normas, a previsibilidade das ações e o direcionamento dos esforços para o cumprimento da missão e dos objetivos institucionais da ANTT e para a garantia da movimentação de pessoas e bens, em cumprimento a padrões de eficiência, segurança, conforto, regularidade, pontualidade e modicidade nos fretes e tarifas.

A construção desta primeira Agenda ocorreu por meio de levantamento interno de temas prioritários para a ação regulatória da ANTT. Há previsão de constante revisão da Agenda proposta com ampla participação do setor regulado e usuários, correspondendo à proposta desta Agência de garantir publicidade, transparência e eficiência às suas ações. Assim, a ANTT reafirma seu compromisso com uma regulação de transportes terrestres meritória, eficiente e transparente.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

SUPERINTENDÊNCIA DE EXPLORAÇÃO DA INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA

PORTARIA Nº 73, DE 21 DE JUNHO DE 2011

O Superintendente de Exploração da Infraestrutura Rodoviária, da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições e em conformidade com a Deliberação n.º 157/10, de 12 de maio de 2010, fundamentado no que consta do Processo n.º 50500.011808/2010-30, resolve:

Art. 1º Autorizar novo prazo de 90 (noventa) dias para conclusão das obras de regularização de acesso localizado no km 113+000m, na Pista Sul da Rodovia BR-116/PR, no município de Curitiba/PR, de interesse da Prefeitura Municipal de Curitiba/PR.

Art. 2º Ratificar as recomendações contidas na Deliberação n.º 093/2010, de 30 de março de 2010, publicada no Diário Oficial da União em 09 de abril de 2010.

Art. 3º O novo prazo autorizado será contado a partir da data do Ofício que der conhecimento sobre a publicação desta Portaria à Autopista Litoral Sul S/A.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MÁRIO MONDOLFO

PORTARIA Nº 74, DE 21 DE JUNHO DE 2011

O Superintendente de Exploração da Infraestrutura Rodoviária, da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições e em conformidade com a Deliberação n.º 157/10, de 12 de maio de 2010, fundamentado no que consta do Processo n.º 50520.035593/2011-95, resolve:

Art. 1º Autorizar a implantação de rede de esgoto na faixa de domínio da Rodovia Governador Mário Covas, BR-101/SC, por meio de ocupação longitudinal, no trecho entre o km 202+635m e o km 202+860m, na Pista Sul, em São José/SC, de interesse da CASAN - Companhia Catarinense de Águas e Saneamento.

Art. 2º Na implantação e conservação da referida rede de esgoto, a CASAN deverá observar as medidas de segurança recomendadas pela Autopista Litoral Sul S/A, responsabilizando-se por danos ou interferências com redes não cadastradas e preservando a integridade de todos os elementos constituintes da Rodovia.

Art. 3º A CASAN não poderá iniciar a implantação da rede de esgoto objeto desta Portaria antes de assinar, com a Autopista Litoral Sul S/A, o Contrato de Permissão Especial de Uso, referente às obrigações especificadas, e sem apresentar a licença ambiental, se necessária.

Art. 4º A Autopista Litoral Sul S/A deverá encaminhar, à Unidade Regional do Rio Grande do Sul - URRS, uma das vias do Contrato de Permissão Especial de Uso, tão logo seja assinado pelas partes.

Art. 5º A CASAN assumirá todo o ônus relativo à implantação, à manutenção e ao eventual remanejamento dessa rede de esgoto, responsabilizando-se por eventuais problemas decorrentes da mesma e que venham a afetar a Rodovia.

Art. 6º A CASAN deverá concluir a obra de implantação da rede de esgoto no prazo de 70 (setenta) dias após a assinatura do Contrato de Permissão Especial de Uso.

§ 1º Caso a CASAN verifique a impossibilidade de conclusão da obra de implantação da rede de esgoto no prazo estabelecido no caput, deverá solicitar à Autopista Litoral Sul S/A sua prorrogação, por período não superior ao prazo original, devendo fazê-lo antes do esgotamento do mesmo, a fim de que a Superintendência de Exploração da Infraestrutura Rodoviária - SUINF possa analisar o pedido e emitir a autorização.

§ 2º Se a solicitação de prorrogação de prazo for recebida pela ANTT após o esgotamento do prazo original, caberá apenas a concessão de um novo prazo, por meio de uma nova Portaria.

Art. 7º Caberá à Autopista Litoral Sul S/A acompanhar e fiscalizar a execução do projeto executivo por ela aprovado e manter o cadastro referente à rede de esgoto.

Art. 8º A CASAN deverá apresentar, à URRS e à Autopista Litoral Sul S/A, o projeto as built, em meio digital (CAD) referenciado aos marcos topográficos da Rodovia.

Art. 9º A implantação de rede de esgoto por meio de ocupação longitudinal autorizada resultará em receita extraordinária anual para a Concessionária no valor de R$ 3.001,50 (três mil e um reais e cinqüenta centavos), calculado conforme Resolução ANTT n.º 2.552/2008, que determina também o reajuste anual com base no IPCA.

Art. 10. A autorização concedida por meio desta Portaria tem caráter precário, podendo ser revogada, anulada ou cassada a qualquer tempo, de acordo com critérios de conveniência e oportunidade da ANTT.

Parágrafo único. A CASAN abstém-se de cobrar qualquer tipo de indenização em razão da revogação, anulação ou cassação da autorização, bem como reembolso em virtude dos custos com as obras executadas.

Art. 11. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MÁRIO MONDOLFO

PORTARIA Nº 75, DE 21 DE JUNHO DE 2011

O Superintendente de Exploração da Infraestrutura Rodoviária, da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições e em conformidade com a Deliberação n.º 157/10, de 12 de maio de 2010, fundamentado no que consta do Processo n.º 50520.039508/2011-68, resolve:

Art. 1º Autorizar a construção de acesso na faixa de domínio da Rodovia Governador Mário Covas, BR-101/SC, no trecho entre o km 067+555m e o km 068+754m, na Pista Norte, em Araquari/SC, de interesse da Hyosung Brasil Indústria e Comércio de Fibras Ltda..

Art. 2º Na construção e conservação do referido acesso, a Hyosung deverá observar as medidas de segurança recomendadas pela Autopista Litoral Sul S/A, responsabilizando-se por danos ou interferências com redes não cadastradas e preservando a integridade de todos os elementos constituintes da Rodovia.

Art. 3º A Hyosung não poderá iniciar a construção do acesso objeto desta Portaria antes de assinar, com a Autopista Litoral Sul S/A, o Contrato de Permissão Especial de Uso, referente às obrigações especificadas, e sem apresentar a licença ambiental, se necessária.

Art. 4º A Autopista Litoral Sul S/A deverá encaminhar, à Unidade Regional do Rio Grande do Sul - URRS, uma das vias do Contrato de Permissão Especial de Uso, tão logo seja assinado pelas partes.

Art. 5º A Hyosung assumirá todo o ônus relativo à construção, à manutenção e ao eventual remanejamento desse acesso, responsabilizando-se por eventuais problemas decorrentes do mesmo e que venham a afetar a Rodovia.

Art. 6º A Hyosung deverá concluir a obra de construção do acesso no prazo de 02 (dois) meses após a assinatura do Contrato de Permissão Especial de Uso.

§ 1º Caso a Hyosung verifique a impossibilidade de conclusão da obra de construção do acesso no prazo estabelecido no caput, deverá solicitar à Autopista Litoral Sul S/A sua prorrogação, por período não superior ao prazo original, devendo fazê-lo antes do esgotamento do mesmo, a fim de que a Superintendência de Exploração da Infraestrutura Rodoviária - SUINF possa analisar o pedido e emitir a autorização.

§ 2º Se a solicitação de prorrogação de prazo for recebida pela ANTT após o esgotamento do prazo original, caberá apenas a concessão de um novo prazo, por meio de uma nova Portaria.

Art. 7º Caberá à Autopista Litoral Sul S/A acompanhar e fiscalizar a execução do projeto executivo por ela aprovado e manter o cadastro referente ao acesso.

Art. 8º A Hyosung deverá apresentar, à URRS e à Autopista Litoral Sul S/A, o projeto as built, em meio digital (CAD) referenciado aos marcos topográficos da Rodovia.

Art. 9º A construção de acesso autorizada não resultará em receita extraordinária para a Concessionária.

Art. 10. A autorização concedida por meio desta Portaria tem caráter precário, podendo ser revogada, anulada ou cassada a qualquer tempo, de acordo com critérios de conveniência e oportunidade da ANTT.

Parágrafo único. A Hyosung abstém-se de cobrar qualquer tipo de indenização em razão da revogação, anulação ou cassação da autorização, bem como reembolso em virtude dos custos com as obras executadas.

Art. 11. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MÁRIO MONDOLFO

PORTARIA Nº 76, DE 21 DE JUNHO DE 2011

O Superintendente de Exploração da Infraestrutura Rodoviária, da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições e em conformidade com a Deliberação n.º 157/10, de 12 de maio de 2010, fundamentado no que consta do Processo n.º 50515.001378/2010-89, resolve:

Art. 1º Autorizar novo prazo de 90 (noventa) dias para conclusão das obras de regularização de acesso localizado no km 113+100m, na Pista Norte da Rodovia BR-116/PR, no município de Curitiba/PR, de interesse da Prefeitura Municipal de Curitiba/PR.

Art. 2º Ratificar as recomendações contidas na Deliberação n.º 080/2010, de 23 de março de 2010, publicada no Diário Oficial da União em 31 de março de 2010.

Art. 3º O novo prazo autorizado será contado a partir da data do Ofício que der conhecimento sobre a publicação desta Portaria à Autopista Litoral Sul S/A.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MÁRIO MONDOLFO

SUPERINTENDÊNCIA DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS

PORTARIA Nº 187, DE 20 DE JUNHO DE 2011

A SUPERINTENDENTE DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT, no uso de suas atribuições e fundamentada no Processo nº 50500.043485/2011-24, resolve:

Art. 1º Deferir o requerimento da empresa Expresso Gardênia Ltda. para suprimir do serviço Itajubá (MG) - Jundiaí (SP), prefixo 06-0525-01, as seções de Borda da Mata (MG) para: Ouro Fino (MG), Jacutinga (MG), Barão Ataliba Nogueira (SP), Itapira (SP), Campinas (SP) e Moji-Mirim (SP); de Barão Ataliba Nogueira (SP) para: Campinas (SP), Itapira (SP) e Moji-Mirim (SP); de Pouso Alegre (MG) para: Barão Ataliba Nogueira (SP), Jacutinga (MG), Itapira (SP), Borda da Mata (MG) e Ouro Fino (MG); de Ouro Fino (MG) para: Barão Ataliba Nogueira (SP), Itapira (SP), Moji-Mirim (SP), Campinas (SP) e Jacutinga (MG); de Jacutinga (MG) para: Itapira (SP), Campinas (SP), Moji-Mirim (SP) e Barão Ataliba Nogueira (SP); de Itajubá (MG) para: Itapira (SP), Borda da Mata (MG), Ouro Fino (MG) e Jacutinga (MG); se Santa Rita do Sapucaí (MG) para: Jacutinga (MG), Itapira (SP), Ouro Fino (MG) e Barão Ataliba Nogueira (SP).

SONIA RODRIGUES HADDAD

VALEC - ENGENHARIA, CONSTRUÇÕES E FERROVIAS S/A

ATO DE 26 DE ABRIL DE 2011

Em cumprimento às determinações do Departamento de Controle das Empresas Estatais - DEST, no âmbito de suas atribuições previstas no art. 1º, inciso IV, do Decreto nº 3735, de 24/01/2001, a VALEC - ENGENHARIA, CONSTRUÇÕES E FERROVIAS S/A faz publicar o Termo de Acordo Coletivo - ACT dos empregados, lotados em quadro especial, oriundos da extinta Empresa Brasileira de Planejamento de Transportes - GEIPOT para o período de 01/01/2011a 31/12/2011.

JOSÉ FRANCISCO DAS NEVES
Diretor-Presidente

ANEXO

ACORDO COLETIVO DE TRABALHO

A VALEC - ENGENHARIA, CONSTRUÇÕES E FERROVIAS S/A, EMPRESA PUBLICA VINCULADA AO MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES E O SINDICATO DOS EMPREGADOS PÚBLICOS FEDERAIS DO DF - SINDSEP/DF, REPRESENTANTE DOS EMPREGADOS DO EXTINTO GEIPOT TRANSFERIDOS PARA VALEC (LEI Nº 11.772, PUBLICADA NO DOU DE 18/09/2008), NA FORMA DO DISPOSTO NO ARTIGO 8º, INCISO VI DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, FIRMAM O PRESENTE ACORDO COLETIVO DE TRABALHO, NOS SEGUINTES TERMOS:

CLÁUSULA PRIMEIRA - REAJUSTE SALARIAL

A VALEC concederá aos empregados do extinto GEIPOT, transferidos para a Empresa, a partir de 1º de janeiro de 2011, o percentual 6,91 % (seis inteiros e noventa e um décimos por cento), a ser aplicado sobre a Tabela Salarial vigente em 31.12.2010 integralmente. Este percentual refere-se à concessão do reajuste salarial equivalente ao período de 12 (doze) meses, contados a partir de 01/01/2010.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS PROMOÇÕES

A VALEC procederá, durante o primeiro semestre, as promoções por merecimento e por antiguidade dos empregados do extinto GEIPOT, transferidos para a Empresa, esta ultima promoção somente beneficiando os admitidos antes da entrada em vigor da Resolução nº 003/97 - CA, de 18/02/1997, nos termos do Regulamento de Pessoal, observado o disposto na Resolução CCE nº 09/96.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA ASSISTÊNCIA A SAÚDE

Fica assegurada a manutenção do atendimento de Assistência à Saúde a todos empregados do extinto GEIPOT, transferidos para a VALEC, e respectivos dependentes legais, conforme a Portaria nº 01/LIQ de 25 de janeiro de 2008, observadas as alterações posteriores.

CLÁUSULA QUARTA - DAS HORAS EXTRAS

A partir da vigência deste Acordo, a VALEC remunerará as horas extras trabalhadas pelos empregados do extinto GEIPOT, transferidos para a Empresa, cujo valor será calculado sobre o salário-base e o Adicional por Tempo de Serviço (ATS), acrescidas de 50% (cinqüenta por cento) da hora normal

CLÁUSULA QUINTA - ADICIONAL NOTURNO

A jornada de trabalho em período noturno, aquela prestada entre as 22 (vinte e duas) horas de um dia e as 5 (cinco) do dia seguinte, será remunerada com o acréscimo de 20% (vinte por cento) sobre o valor da hora diurna, ressalvadas as situações mais vantajosas para o empregado, previstas em Lei.

CLÁUSULA SEXTA - REMUNERAÇÃO ADICIONAL DE FÉRIAS

A VALEC pagará aos empregados do extinto GEIPOT, transferidos para a Empresa, por ocasião do gozo de férias, o valor correspondente a 1/3 (um terço), da remuneração bruta mensal, a título de adicional de férias, considerando-se assim atendida a disposição contida no inciso XVII do Art. 7º da Constituição Federal.

CLÁUSULA SÉTIMA - AUXÍLIO TRANSPORTE

Para ressarcimento das despesas no deslocamento residência/trabalho/residência, a VALEC, na vigência deste Acordo, pagará aos empregados do extinto GEIPOT, transferidos para a Empresa, até o dia 5 (cinco) de cada mês, o Auxílio-Transporte, na forma e valor estabelecidos pelo Acordo de Trabalho do ano de 1991, e respectivo Termo Aditivo (cláusula sétima), firmado pela empresa e seus empregados do ano de 1991.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

§ 1º Dado o seu caráter indenizatório, o Auxílio-Transporte não integra o salário dos que o percebem.

§ 2º O Auxílio-Transporte previsto nesta Cláusula não será cumulativo com o benefício do Vale-Transporte de que trata a Lei nº 7.418, de 16.12.86, alterada pela Lei nº 7.619, de 30.09.87, e respectivo regulamento, facultando-se ao empregado a opção pelo benefício que julgar mais conveniente.

§ 3º Caso o empregado faça opção pelo recebimento do abono pecuniário relativo às férias, fará jus ao Auxílio-Transporte ou Vale-Transporte na mesma proporção dos dias convertidos em abono.

§ 4º A VALEC não efetuará desconto relativo ao Vale - Transporte ou Auxílio-Transporte no salário dos empregados do extinto GEIPOT, transferidos para a Empresa.

CLÁUSULA OITAVA - DO AUXÍLIO REFEIÇÃO/ALIMENTAÇÃO

A VALEC fornecerá aos empregados do extinto GEIPOT, transferidos para a Empresa, durante a vigência deste Acordo, a título de ajuda-alimentação, de caráter indenizatório e de natureza não-salarial, até o dia 5 (cinco) de cada mês, 22 (vinte e dois) tíquetes refeição/alimentação, no valor unitário de R$ 18,74 (dezoito reais e setenta e quatro centavos), já corrigido pelo índice de reajuste salarial definido na cláusula primeira.

§ 1º Na conformidade com a legislação que vier a ser baixado sobre a matéria, o auxílio refeição/alimentação poderá ser pago em dinheiro.

§ 2º Sobre o benefício do auxílio refeição/alimentação não incidirá qualquer parcela de desconto para o empregado.

CLÁUSULA NONA - ANTECIPAÇÃO DA GRATIFICAÇÃO DE NATAL

De acordo com o disposto nos Acordos Coletivos de Trabalho anteriores, a VALEC pagará a todos os empregados do extinto GEIPOT, transferidos para a Empresa, até junho de 2011, a 1ª (primeira) parcela correspondente a 50% (cinqüenta por cento) da gratificação de Natal (13º Salário).

Parágrafo único. O empregado que entrar em gozo de férias no primeiro semestre receberá a parcela de que trata esta Cláusula juntamente com o pagamento das férias respectivas.

CLAÚSULA DÉCIMA - AUXÍLIO CRECHE

A VALEC, durante a vigência deste Acordo, pagará aos empregados do extinto GEIPOT, transferidos para a Empresa, mensal e automaticamente, auxilio creche no valor de R$ 117,07 (cento e dezessete reais e sete centavos) para cada dependente de até 6 (seis) anos incompletos, já corrigido pelo índice de reajuste salarial definido na cláusula primeira.

§ 1º O benefício referido no "caput" desta Cláusula estende-se aos empregados que tenham dependentes excepcionais, sem limite de idade, desde que tal condição seja comprovada por atestado fornecido por instituição/perito indicado pela Empresa.

§ 2º Fará jus também ao benefício objeto desta Cláusula os empregados que tenham sob sua dependência "menor sob guarda" em processo de adoção, desde o nascimento até 5 (cinco) anos de idade, desde que devidamente comprovados.

§ 3º Fica estipulado que o benefício é concedido em função do dependente e não do empregado, vedada, por conseguinte, a acumulação da vantagem em relação ao mesmo dependente.

§ 4º Os signatários acordam que a concessão prevista nesta Cláusula atende ao disposto nos §§ 1º e 2º do Art. 389 da CLT.

§ 5º Dado o seu caráter indenizatório, o benefício do caput não integra o salário dos que o percebem.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA LICENÇA ALEITAMENTO

Fica assegurada às empregadas do extinto GEIPOT, transferidas para a VALEC, após o término da licença maternidade, o período de 14 (quatorze) dias para aleitamento materno.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - LICENÇA PARA ASSISTÊNCIA A FILHOS ADOTIVOS

Durante a vigência deste Acordo, a VALEC assegurará, aos empregados extinto GEIPOT, transferidos para a Empresa, licença remunerada de 15 (quinze) dias corridos, a contar da data do Termo de Adoção, aos empregados que adotarem crianças com idade até 2 (dois) anos.

Parágrafo único. A adoção deverá ser comprovada junto ao Setor de Pessoal da Empresa, de acordo com a legislação vigente.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS FALTAS PERMITIDAS

Fica assegurado aos empregados do extinto GEIPOT, transferidos para a VALEC, admitidos antes da entrada em vigor da Resolução CCE nº 09, de 08/10/1996, o abono de 5 (cinco) faltas anuais.

Parágrafo único. A VALEC abonará as faltas ao trabalho dos Delegados Sindicais eleitos, bem como da Diretoria da ASSERGE, nas ausências para participação em cursos e encontros sindicais ou de associações de empregados, limitadas a 15 (quinze) dias por ano, nestas incluídas as de que tratam o "caput".

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - ADICIONAL DE INSALUBRIDADE/PERICULOSIDADE

Quando houver laudo pericial emitido por autoridades competentes acusando a existência de insalubridade e/ou periculosidade em dependência da VALEC, será concedido aos empregados nela lotados o adicional previsto na legislação vigente, enquanto durarem tais condições.

§ 1º O pagamento do adicional previsto nesta Cláusula não desobriga a VALEC de tomar providências para sanar as causas da insalubridade/periculosidade.

§ 2º Os exames periódicos dos empregados que percebem o adicional de insalubridade estarão direcionados também para o diagnóstico das moléstias cujo risco se encontrem submetidos.

§ 3º A empregada gestante que perceba adicional de insalubridade será permitida a remoção para outra dependência não-insalubre, tão logo a VALEC por ela seja notificado do estado de gravidez, com a cessação do pagamento do adicional a partir da data de sua remoção.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - COMISSÃO DE PREVENÇÃO DE ACIDENTES

A VALEC assegurará o funcionamento da CIPA, para atuação em suas diversas Unidades.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DIREITO DE DEFESA

Nenhum empregado do extinto GEIPOT, transferido para a VALEC, será punido com pena de advertência, suspensão ou demissão sem que antes lhe seja assegurado o amplo direito de defesa prévia, por escrito, a ser concedido dentro do prazo de 3 (três) dias, contados da data em que for cientificado de que sofrerá a punição respectiva.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - LIBERAÇÃO DE DIRETORES DO SINDSEP

Os empregados extinto do GEIPOT, transferidos para a VALEC, investidos no cargo de Diretor do SINDSEP serão liberados para o exercício das funções sindicais, conforme legislação vigente.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO

O VALEC concederá adicional por cada ano de efetivo serviço prestado pelo empregado, correspondente a 1% (um por cento) do seu salário-base, limitado a 35% (trinta e cinco por cento) do mencionado salário.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - VIGENCIA DO ACORDO

A vigência deste Acordo será de um ano, com inicio em 01/01/2011 e término em 31/12/2011, e produzirá efeitos até a assinatura de um novo Acordo.

CLÁUSULA VIGÉSIMA - DIVULGAÇÃO DO ACORDO.

Este Acordo será publicado no Diário Oficial da União.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - FIRMAS

Este Acordo é firmado em 5 (cinco) vias de igual teor e forma, pelos representantes legais da VALEC e do SINDSEP/DF, na presença das testemunhas abaixo nomeadas e assinadas, para que produza os seus devidos efeitos de direito.

Brasília-DF, 26 de abril de 2011.
JOSÉ FRANCISCO DAS NEVES
VALEC
CPF: 062.833.301-34

JOALITA QUEIROZ DE LIMA
SINDSEP/DF
CPF: 131.219.791-91

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

MACHADO DE ASSIS



O autor de "Dom Casmurro", "Quincas Borba", entre outras obras, é patrono **in memoriam** da Imprensa Nacional desde janeiro de 1997.

Patrono da Imprensa Nacional

Machado de Assis, no início de sua carreira literária, trabalhou, de 1856 a 1858, como aprendiz de tipógrafo, usando o prelo que hoje está em exposição no Museu da Imprensa. Em 1867 regressa ao órgão oficial para trabalhar como ajudante do diretor de publicação do **Diário Oficial**, cargo que ocupou até 6 de janeiro de 1874.

IMPRENSA NACIONAL 1808

MACHADO DE ASSIS

Conselho Nacional do Ministério Público

PORTARIA Nº 70, DE 21 DE JUNHO DE 2011

Dispõe sobre a Estrutura Organizacional do Conselho Nacional do Ministério Público, altera o Anexo único da Portaria CNMP nº 54, de 08 de junho de 2011, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DO CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO, no uso de suas atribuições que lhe conferem o artigo 130-A, inciso I, da Constituição da República de 1988, e o Regimento Interno do Conselho Nacional do Ministério Público, Resolução nº 31, de 1º de setembro de 2008, tendo em vista o disposto na Lei nº 12.412, de 31 de maio de 2011 e seu Anexo, e a Portaria CNMP nº 54, de 08 de junho de 2011, resolve:

Art.1º. A Estrutura Organizacional do Conselho Nacional do Ministério Público é a descrita no Anexo da Lei nº 12.412, de 31 de maio de 2011.

Art. 2º. Os cargos efetivos, comissionados e as funções de confiança que compõem o quadro de pessoal do Conselho Nacional do Ministério Público serão implementados em etapas, conforme expressa autorização na Lei Orçamentária Anual e conforme existência de dotação orçamentária específica e suficiente para seu provimento, nos termos do art. 2º, §§ 1º e 2º da Lei nº 12.412, de 31 de maio de 2011.

§ 1º Os cargos comissionados e as funções de confiança referidos no caput, a serem providos no presente exercício, são os descritos no Anexo I da presente Portaria.

§ 2º Os cargos efetivos da carreira do Conselho Nacional do Ministério Público serão providos de acordo com a disponibilidade orçamentária e a disponibilidade das vagas, à medida em que forem autorizadas as nomeações dos candidatos aprovados em concurso público.

Art. 3º. O anexo único da Portaria CNMP nº 54, de 08 de junho de 2011, que trata das nomeações dos cargos em comissão e designações de servidores para funções de confiança, criados pela Lei nº 11.967, de 06 de julho de 2009, e pela Lei nº 12.412, de 31 de maio de 2011, fica alterado e passa a vigorar conforme o Anexo II da presente Portaria.

Art. 4º. As atribuições e as competências das unidades da Auditoria Interna, Ouvidoria, Corregedoria Nacional e da Secretaria Geral do Conselho Nacional do Ministério Público, descritas no Anexo I desta Portaria, serão definidas em regulamento específico, conforme determina o parágrafo único do art. 38 do Regimento Interno do CNMP.

Art. 5º. Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Portaria CNMP-PRESI nº 79, de 1º de outubro de 2010.

Art. 6º. Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

ROBERTO MONTEIRO GURGEL SANTOS

ANEXO I

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DO CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO (PROVIMENTO EM 2011)

UNIDADE		Cargo em Comissão e Funções de Confiança	
	NÍVEL	DENOMINAÇÃO	QUANT.
Presidência	CC-6	Chefe de Gabinete	1
	CC-5	Assessor Nível V	1
	FC-3	Secretário Adm. Nível III	1
Assessoria de Comunicação Social e Cerimonial	CC-5	Assessor Nível V	1
Assessoria de Comunicação Institucional	CC-3	Assessor Nível III	1
Assessoria de Imprensa e Jornalismo	CC-3	Assessor Nível III	1
Núcleo de Comunicação Digital	FC-3	Assistente	1
Auditoria Interna	CC-6	Auditor-chefe	1
Coordenadoria de Auditoria	CC-3	Coordenador	1
Coordenadoria de Acompanhamento e Avaliação	CC-3	Coordenador	1
Corregedoria	CC-6	Chefe de Gabinete	1
	CC-5	Assessor-Chefe	1
	FC-3	Assistente	4
	FC-3	Secretário Adm. Nível III	1
Comissões	CC-4	Assessor-Chefe	1
	CC-3	Assessor Nível III	6
	FC-3	Assistente	6
Gabinetes de Conselheiros	CC-4	Assessor Nível IV	12
	FC-3	Secretário Adm. Nível III	12
Gabinete do Secretário-Geral	CC-7	Secretário-Geral	1
	CC-6	Secretário-Geral Adjunto	1
	CC-4	Assessor Nível IV	1
	CC-3	Coordenador de Ouvidoria	1
	FC-3	Secretário Adm. Nível III	3
Secretaria de Gestão Estratégica	CC-5	Secretário	1
Assessoria de Gestão de Projetos	CC-3	Assessor Nível III	1
Secretaria de Planejamento Orçamentário	CC-5	Secretário	1
Coordenadoria de Planos e Avaliação	CC-3	Coordenador	1
Coordenadoria de Programação Orçamentária e Financeira	CC-3	Coordenador	1
Secretaria de Tecnologia da Informatização	CC-5	Secretário	1
Assessoria de Políticas de TI	CC-3	Assessor Nível III	1
Núcleo de Gestão de Sistemas	CC-3	Coordenador	1
Núcleo de Suporte Técnico	CC-3	Coordenador	1
Serviço de Atendimento ao Usuário	CC-1	Supervisor	1
Secretaria de Administração	CC-5	Secretário	1
Assessoria Jurídica	CC-4	Assessor-Chefe	1
Comissão Permanente de Licitação	CC-1	Presidente da CPL	1
Coordenadoria de Material,Compras e Contratos	CC-3	Coordenador	1
Divisão de Material e Patrimônio	CC-2	Assessor Técnico	1
Coordenadoria de Orçamento e Finanças	CC-3	Coordenador	1
Coordenadoria de Transportes	CC-3	Coordenador	1
Coordenadoria de Gestão de Pessoas	CC-3	Coordenador	1
Divisão de Informações de Pessoal	CC-2	Assessor Técnico	1
Coordenadoria de Gestão de Contratos e Serviço	CC-3	Coordenador	1
Seção de Serviços Auxiliares	FC-2	Chefe de Seção	1
Secretaria Processual	CC-5	Secretário	1
Coordenadoria de Protocolo, Autuação e Distribuição	CC-3	Coordenador	1
Coordenadoria de Processamento de Feitos	CC-3	Coordenador	1
Coordenadoria de Acompanhamento de Decisões	CC-3	Coordenador	1
Núcleo de Acompanhamento de Decisões	FC-2	Chefe de Seção	1

ANEXO II

ALTERA O ANEXO ÚNICO DA PORTARIA Nº 54, DE 08 DE JUNHO DE 2011, E DISPÕE ACERCA DO QUANTITATIVO DOS CARGOS EM COMISSÃO E FUNÇÕES DE CONFIANÇA DA CARREIRA DO CNMP, A SEREM PROVIDOS EM 2011)

CARGOS	CARGOS (Lei nº 11.967/2009)	PROVIMENTOS 2011 (Lei nº 12.412/2011)	Total
CC 7	1	-	1
CC 6	1	3	4
CC 5	2	6	8
CC 4	15	0	15
CC 3	3	22	25
CC 2	-	2	2
CC 1	-	2	2
FC 3	15	13	28
FC 2	2	-	2
Total	39	48	87

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

SECRETARIA-GERAL

DESPACHOS DE 14 DE JUNHO DE 2011

Processo CNMP nº 0.00.000.000729/2011-47
Requerente: Ricardo Gerdiel
DESPACHO

[...] Assim, tendo em vista a falta de providências a serem adotadas por este Conselho Nacional, arquive-se o feito nos termos do art. 39, § 6º, do Regimento Interno.

Publique-se. Comunique-se à parte requerente por correio eletrônico.

CRISTINA SOARES DE OLIVEIRA
E ALMEIDA NOBRE
Procuradora Regional do Trabalho
Secretária-Geral Adjunta do CNMP

SESSÃO DE DISTRIBUIÇÃO AUTOMÁTICA DE PROCESSOS

Sessão: 849 Data:20/06/2011 Hora:08:24
RELATÓRIO DE PROCESSOS DISTRIBUÍDOS
Processo : 0.00.000.000844/2011-11
Tipo Proc: Pedido de providências - PP
Origem : São Luis/MA
Relator : Achiles de Jesus Siquara Filho
Processo : 0.00.000.000843/2011-77
Tipo Proc: Recurso interno - REC
Origem : Brasília/DF
Relator : Claudia Maria de Freitas Chagas

DANIELA NUNES FARIA
Coordenadora Processual

PLENÁRIO

ACÓRDÃO DE 14 DE JUNHO DE 2011

PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS N.º 0.00.000.000001/2011-15

RELATOR: Conselheiro Luiz Moreira Gomes Júnior;
REQUERENTE: Osmar Machado Fernandes;
EMENTA -PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS. REQUERIMENTO DE PAGAMENTO DE DIFERENÇA DE SUBSÍDIO DE SUBPROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA INCIDENTE SOBRE A REMUNERAÇÃO DE FÉRIAS A EX-CONSELHEIRO DO CNMP. PROCEDÊNCIA.

1. No caso, é imperioso que se efetue uma interpretação sistemática e integradora dos dispositivos constitucionais, legais e regimentais que regem a hipótese.

2. Procedência do pedido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos, acordam os Conselheiros do Plenário do Conselho Nacional do Ministério Público, por maioria, em conhecer do presente Pedido de Providências para julgá-lo procedente, nos termos do voto do relator.

LUIZ MOREIRA GOMES JÚNIOR
Relator

ACÓRDÃOS DE 15 DE JUNHO DE 2011

Pedido de Providências Nº 0.00.000.000380/2011-43
RELATOR: Conselheiro Adilson Gurgel de Castro
REQUERENTE: Antônio Gonçalves Vieira (Procurador-Geral de Justiça do Piauí)
EMENTA-PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS. REVISÃO. DECISÃO TRANSITADA EM JULGADO. FATO NOVO. POSSIBILIDADE. CONTRATAÇÃO DIRETA POR DISPENSA DE LICITAÇÃO. VÍCIOS FORMAIS NO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO. AUSÊNCIA DE PREJUÍZO AO INTERESSE PÚBLICO. NÃO OCORRÊNCIA DE LESÃO A TERCEIROS. PRINCÍPIO DA PROPORCIONALIDADE. AFASTAMENTO DA INVALIDAÇÃO. PROCEDÊNCIA DO PEDIDO.

1. Aplicando-se subsidiariamente a lei geral de processo administrativo federal (Lei nº 9.784/99), será cabível a instauração de novo processo para rever atos decisórios, uma vez preenchido o requisito da existência de fato novo superveniente que impossibilite o cumprimento das decisões tomadas por este Conselho.

2. In casu, a circunstância nova que impossibilita o cumprimento da decisão proferida por este CNMP reside na dificuldade imposta ao MP/PI em adquirir outro imóvel, com características semelhantes, pelo mesmo preço, após a invalidação do processo de contratação direta.

3. Reconhecendo a natureza tão somente formal dos vícios que inquinaram o ato, a ausência de prejuízo ao interesse público na compra do imóvel, e a dificuldade de reposição absoluta da situação fática ao estado anterior não se deve ocorrer a invalidação do procedimento.

4. Encaminhamento de cópias do mencionado processo administrativo e do relatório da Auditoria Interna do Ministério Público da União à Corregedoria Nacional do Ministério Público para apuração de eventual responsabilidade administrativa quanto à inobservância das formalidades legais na contratação direta.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, decidem os membros do Conselho Nacional do Ministério Público, por unanimidade, em conhecer o presente Pedido de Providências para julgá-lo procedente, nos termos do voto do relator.

ADILSON GURGEL DE CASTRO
Relator

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO PROCEDIMENTO DE CONTROLE ADMINISTRATIVO Nº 0.00.000.000230/2009-15.
RELATOR: Conselheiro Luiz Moreira Gomes Júnior;
REQUERENTE: Conselho Nacional do Ministério Público;
REQUERIDO: Ministério Público do Estado do Maranhão.
EMENTA

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. EFEITOS INFRINGENTES. POSSIBILIDADE. PROCEDIMENTO DE CONTROLE ADMINISTRATIVO. INSTAURAÇÃO A PARTIR DO PROCESSO CNMP n° 0.00.000.000749/2007-31, EM RELAÇÃO AO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO, A FIM DE VERIFICAR COM MAIOR PROFUNDIDADE O CONTEÚDO DOS ATOS NORMATIVOS EDITADOS EM ATENÇÃO ÀS RESOLUÇÕES CNMP nº 06/2006, 19/2007 e 34/2009.

1. Alteração inserida no artigo 9º, parágrafo único, da Lei Estadual nº 8.077/2004 pela Lei Estadual nº 8.824/2008. Observância do percentual mínimo de cargos em comissão a ser preenchido por servidores públicos ocupantes de cargo efetivo.

2. Existência de previsão do cargo de Assessor-Chefe no artigo 41, parágrafo único, da Lei Complementar Estadual nº 13/1991. Ausência de irregularidade.

3. Superveniência da Lei Complementar Estadual nº 134/2011. Previsão expressa de que o Membro do Ministério Público pode ser nomeado ou designado para o exercício de cargo ou função de direção, chefia ou assessoramento elencado naquele diploma legal ou na lei que cuida dos órgãos de apoio administrativo do Ministério Público. Inexistência de irregularidade.

4. Provimento do recurso.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos, acordam os Conselheiros do Plenário do Conselho Nacional do Ministério Público, por unanimidade, em conhecer os presentes Embargos de Declaração para provê-los, nos termos do voto do relator.

LUIZ MOREIRA GOMES JÚNIOR
Relator

Ministério Público da União

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA FEDERAL DOS DIREITOS DO CIDADÃO

PORTARIA Nº 10, DE 20 DE JUNHO DE 2011

Procedimento Administrativo nº 1.35.000.002191/2010-53

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República signatário, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129 da Constituição da República, e:

a) considerando o rol de atribuições elencadas nos arts. 127 e 129 da Constituição Federal;

b) considerando a incumbência prevista no art. 6º, VII, b, e art. 7º, inciso I, da Lei Complementar nº 75/93;

c) considerando que o objeto do presente procedimento se insere no rol de atribuições do Ministério Público Federal;

d) considerando o disposto na Resolução nº 23, de 17 de setembro de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público;

e) considerando os elementos constantes do presente procedimento administrativo;

Instauro o presente INQUÉRITO CIVIL, tendo por objeto, nos termos do art. 4º da Resolução nº 23/2007 do CNMP, a apuração do(s) fato(s) abaixo especificado(s):

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO: representação da Associação dos Agricultores do Projeto de Assentamento Casulo da Fazenda Palmeiras

POSSÍVEL(IS) RESPONSÁVEL(IS): INCRA/SE

RESUMO: Apurar possível falta de crédito, assistência e orientação técnica por parte do INCRA/SE, a não concessão de título definitivo da terra por suposto interesse da Petrobras no escoamento subterrâneo do petróleo e ameaça de construção de conjunto habitacional pela Prefeitura de Carmópolis/SE.

Autue-se a presente portaria e o procedimento administrativo que a acompanha como inquérito civil.

Oficie-se ao INCRA e aos representantes, dando-lhes ciência da recomendação e do acatamento.

Após os registros de praxe, publique-se e comunique-se esta instauração à Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, para os fins previstos nos arts. 4º, VI, e 7º, § 2º, I e II, da Resolução n.º 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público.

PABLO COUTINHO BARRETO

PORTARIA Nº 25, DE 15 DE JUNHO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, na cidade de Uruguaiana/RS, pela Procuradora da República signatária;

considerando que o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis (art. 127 da CF);

CONSIDERANDO que a alimentação adequada é um direito fundamental do ser humano, reconhecido internacionalmente pela Declaração Universal dos Direitos Humanos (art. 25);

CONSIDERANDO que deve o poder público adotar as políticas e ações que se façam necessárias para promover e garantir a segurança alimentar e nutricional da população, como disposto na Lei n° 11.346, de 15 de setembro de 2006;

CONSIDERANDO que a alimentação escolar é direito dos alunos da educação básica pública e dever do Estado, conforme Resolução CD/FNDE nº 38, de 16/07/2009;

CONSIDERANDO que para a garantia do direito à merenda escolar existe o Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE, por meio do qual há transferência de recursos financeiros do Governo Federal, em caráter suplementar, aos Estados, Distrito Federal e Municípios, para aquisição de gêneros alimentícios destinados à merenda escolar;

CONSIDERANDO o ofício circular nº 42/2011/PFDC/MPF-GPC, encaminhado a esta Procuradoria da República pela Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão - PFDC, solicitando a adoção de providências, em colaboração com órgãos afins, no sentido de que se ofereça alimentação adequada nas escolas públicas;

DETERMINO a instauração deste Inquérito Civil Público, sob o nº 1.29.011.000127/2011-97, com o seguinte objeto: "PNAE. Merenda escolar. Alimentação adequada em escolas públicas do município de Maçambará".

Para tanto, deverão ser adotadas as seguintes medidas:

a) Autuação e registro desta Portaria;

b) Encaminhamento, via mensagem eletrônica, de cópia deste ato à PFDC do Ministério Público Federal, nos termos do art. 6º da Resolução nº 87/2010 do CSMPF, para ciência e publicação, procedendo-se à juntada da comprovação de envio do documento;

c) Oficie-se ao Conselho Regional de Nutricionistas solicitando a avaliação da possibilidade de celebrar termo de cooperação técnica com este MPF para o oferecimento de apoio técnico especializado em visitas/vistorias nas escolas públicas desta subseção;

LARA MARINA ZANELLA MARTÍNEZ CARO

PORTARIA Nº 26, DE 15 DE JUNHO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, na cidade de Uruguaiana/RS, pelo Procurador da República signatário;

considerando que o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis (art. 127 da CF);

CONSIDERANDO que a alimentação adequada é um direito fundamental do ser humano, reconhecido internacionalmente pela Declaração Universal dos Direitos Humanos (art. 25);

CONSIDERANDO que deve o poder público adotar as políticas e ações que se façam necessárias para promover e garantir a segurança alimentar e nutricional da população, como disposto na Lei n° 11.346, de 15 de setembro de 2006;

CONSIDERANDO que a alimentação escolar é direito dos alunos da educação básica pública e dever do Estado, conforme Resolução CD/FNDE nº 38, de 16/07/2009;

CONSIDERANDO que para a garantia do direito à merenda escolar existe o Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE, por meio do qual há transferência de recursos financeiros do Governo Federal, em caráter suplementar, aos Estados, Distrito Federal e Municípios, para aquisição de gêneros alimentícios destinados à merenda escolar;

CONSIDERANDO o ofício circular nº 42/2011/PFDC/MPF-GPC, encaminhado a esta Procuradoria da República pela Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão - PFDC, solicitando a adoção de providências, em colaboração com órgãos afins, no sentido de que se ofereça alimentação adequada nas escolas públicas;

DETERMINO a instauração deste Inquérito Civil Público, sob o nº 1.29.011.000122/2011-64, com o seguinte objeto: "PNAE. Merenda escolar. Alimentação adequada em escolas públicas do município de Garruchos/RS".

Para tanto, deverão ser adotadas as seguintes medidas:

a) Autuação e registro desta Portaria;

b) Encaminhamento, via mensagem eletrônica, de cópia deste ato à PFDC do Ministério Público Federal, nos termos do art. 6º da Resolução nº 87/2010 do CSMPF, para ciência e publicação, procedendo-se à juntada da comprovação de envio do documento;

c) Oficie-se ao Conselho Regional de Nutricionistas solicitando a avaliação da possibilidade de celebrar termo de cooperação técnica com este MPF para o oferecimento de apoio técnico especializado em visitas/vistorias nas escolas públicas desta subseção.

IVAN CLÁUDIO MARX

PORTARIA Nº 27, DE 15 DE JUNHO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, na cidade de Uruguaiana/RS, pela Procuradora da República signatária;

considerando que o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis (art. 127 da CF);

CONSIDERANDO que a alimentação adequada é um direito fundamental do ser humano, reconhecido internacionalmente pela Declaração Universal dos Direitos Humanos (art. 25);

CONSIDERANDO que deve o poder público adotar as políticas e ações que se façam necessárias para promover e garantir a segurança alimentar e nutricional da população, como disposto na Lei n° 11.346, de 15 de setembro de 2006;

CONSIDERANDO que a alimentação escolar é direito dos alunos da educação básica pública e dever do Estado, conforme Resolução CD/FNDE nº 38, de 16/07/2009;

CONSIDERANDO que para a garantia do direito à merenda escolar existe o Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE, por meio do qual há transferência de recursos financeiros do Governo Federal, em caráter suplementar, aos Estados, Distrito Federal e Municípios, para aquisição de gêneros alimentícios destinados à merenda escolar;

CONSIDERANDO o ofício circular nº 42/2011/PFDC/MPF-GPC, encaminhado a esta Procuradoria da República pela Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão - PFDC, solicitando a adoção de providências, em colaboração com órgãos afins, no sentido de que se ofereça alimentação adequada nas escolas públicas;

DETERMINO a instauração deste Inquérito Civil Público, sob o nº 1.29.011.000125/2011-06, com o seguinte objeto: "PNAE. Merenda escolar. Alimentação adequada em escolas públicas do município de São Borja/RS".

Para tanto, deverão ser adotadas as seguintes medidas:

a) Autuação e registro desta Portaria;

b) Encaminhamento, via mensagem eletrônica, de cópia deste ato à PFDC do Ministério Público Federal, nos termos do art. 6º da Resolução nº 87/2010 do CSMPF, para ciência e publicação, procedendo-se à juntada da comprovação de envio do documento;

c) Oficie-se ao Conselho Regional de Nutricionistas solicitando a avaliação da possibilidade de celebrar termo de cooperação técnica com este MPF para o oferecimento de apoio técnico especializado em visitas/vistorias nas escolas públicas desta subseção.

LARA MARINA ZANELLA MARTÍNEZ CARO

PORTARIA Nº 28, DE 15 DE JUNHO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, na cidade de Uruguaiana/RS, pelo Procurador da República signatário;

considerando que o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis (art. 127 da CF);

CONSIDERANDO que a alimentação adequada é um direito fundamental do ser humano, reconhecido internacionalmente pela Declaração Universal dos Direitos Humanos (art. 25);

CONSIDERANDO que deve o poder público adotar as políticas e ações que se façam necessárias para promover e garantir a segurança alimentar e nutricional da população, como disposto na Lei n° 11.346, de 15 de setembro de 2006;

CONSIDERANDO que a alimentação escolar é direito dos alunos da educação básica pública e dever do Estado, conforme Resolução CD/FNDE nº 38, de 16/07/2009;

CONSIDERANDO que para a garantia do direito à merenda escolar existe o Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE, por meio do qual há transferência de recursos financeiros do Governo Federal, em caráter suplementar, aos Estados, Distrito Federal e Municípios, para aquisição de gêneros alimentícios destinados à merenda escolar;

CONSIDERANDO o ofício circular nº 42/2011/PFDC/MPF-GPC, encaminhado a esta Procuradoria da República pela Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão - PFDC, solicitando a adoção de providências, em colaboração com órgãos afins, no sentido de que se ofereça alimentação adequada nas escolas públicas;

DETERMINO a instauração deste Inquérito Civil Público, sob o nº 1.29.011.000120/2011-75, com o seguinte objeto: "PNAE. Merenda escolar. Alimentação adequada em escolas públicas do município de Barra do Quaraí/RS".

Para tanto, deverão ser adotadas as seguintes medidas:

a) Autuação e registro desta Portaria;

b) Encaminhamento, via mensagem eletrônica, de cópia deste ato à PFDC do Ministério Público Federal, nos termos do art. 6º da Resolução nº 87/2010 do CSMPF, para ciência e publicação, procedendo-se à juntada da comprovação de envio do documento;

c) Oficie-se ao Conselho Regional de Nutricionistas solicitando a avaliação da possibilidade de celebrar termo de cooperação técnica com este MPF para o oferecimento de apoio técnico especializado em visitas/vistorias nas escolas públicas desta subseção.

IVAN CLÁUDIO MARX

PORTARIA Nº 29, DE 15 DE JUNHO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, na cidade de Uruguaiana/RS, pela Procuradora da República signatária;

considerando que o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis (art. 127 da CF);

CONSIDERANDO que a alimentação adequada é um direito fundamental do ser humano, reconhecido internacionalmente pela Declaração Universal dos Direitos Humanos (art. 25);

CONSIDERANDO que deve o poder público adotar as políticas e ações que se façam necessárias para promover e garantir a segurança alimentar e nutricional da população, como disposto na Lei n° 11.346, de 15 de setembro de 2006;

CONSIDERANDO que a alimentação escolar é direito dos alunos da educação básica pública e dever do Estado, conforme Resolução CD/FNDE nº 38, de 16/07/2009;

CONSIDERANDO que para a garantia do direito à merenda escolar existe o Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE, por meio do qual há transferência de recursos financeiros do Governo Federal, em caráter suplementar, aos Estados, Distrito Federal e Municípios, para aquisição de gêneros alimentícios destinados à merenda escolar;

CONSIDERANDO o ofício circular nº 42/2011/PFDC/MPF-GPC, encaminhado a esta Procuradoria da República pela Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão - PFDC, solicitando a adoção de providências, em colaboração com órgãos afins, no sentido de que se ofereça alimentação adequada nas escolas públicas;

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

DETERMINO a instauração deste Inquérito Civil Público, sob o nº 1.29.011.000121/2011-10, com o seguinte objeto: "PNAE. Merenda escolar. Alimentação adequada em escolas públicas do município de Itaqui/RS".

Para tanto, deverão ser adotadas as seguintes medidas:

a) Autuação e registro desta Portaria;

b) Encaminhamento, via mensagem eletrônica, de cópia deste ato à PFDC do Ministério Público Federal, nos termos do art. 6º da Resolução nº 87/2010 do CSMPF, para ciência e publicação, procedendo-se à juntada da comprovação de envio do documento;

c) Oficie-se ao Conselho Regional de Nutricionistas solicitando a avaliação da possibilidade de celebrar termo de cooperação técnica com este MPF para o oferecimento de apoio técnico especializado em visitas/vistorias nas escolas públicas desta subseção.

LARA MARINA ZANELLA MARTÍNEZ CARO

PORTARIA Nº 30, DE 15 DE JUNHO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, na cidade de Uruguaiana/RS, pelo Procurador da República signatário;

considerando que o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis (art. 127 da CF);

CONSIDERANDO que a alimentação adequada é um direito fundamental do ser humano, reconhecido internacionalmente pela Declaração Universal dos Direitos Humanos (art. 25);

CONSIDERANDO que deve o poder público adotar as políticas e ações que se façam necessárias para promover e garantir a segurança alimentar e nutricional da população, como disposto na Lei n° 11.346, de 15 de setembro de 2006;

CONSIDERANDO que a alimentação escolar é direito dos alunos da educação básica pública e dever do Estado, conforme Resolução CD/FNDE nº 38, de 16/07/2009;

CONSIDERANDO que para a garantia do direito à merenda escolar existe o Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE, por meio do qual há transferência de recursos financeiros do Governo Federal, em caráter suplementar, aos Estados, Distrito Federal e Municípios, para aquisição de gêneros alimentícios destinados à merenda escolar;

CONSIDERANDO o ofício circular nº 42/2011/PFDC/MPF-GPC, encaminhado a esta Procuradoria da República pela Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão - PFDC, solicitando a adoção de providências, em colaboração com órgãos afins, no sentido de que se ofereça alimentação adequada nas escolas públicas;

DETERMINO a instauração deste Inquérito Civil Público, sob o nº 1.29.011.000118/2011-04, com o seguinte objeto: "PNAE. Merenda escolar. Alimentação adequada em escolas públicas do município de Alegrete/RS".

Para tanto, deverão ser adotadas as seguintes medidas:

a) Autuação e registro desta Portaria;

b) Encaminhamento, via mensagem eletrônica, de cópia deste ato à PFDC do Ministério Público Federal, nos termos do art. 6º da Resolução nº 87/2010 do CSMPF, para ciência e publicação, procedendo-se à juntada da comprovação de envio do documento;

c) Oficie-se ao Conselho Regional de Nutricionistas solicitando a avaliação da possibilidade de celebrar termo de cooperação técnica com este MPF para o oferecimento de apoio técnico especializado em visitas/vistorias nas escolas públicas desta subseção.

IVAN CLÁUDIO MARX

PORTARIA Nº 35, DE 14 DE JUNHO DE 2011

Instaura inquérito civil público objetivando acompanhar a implementação, no estado de Rondônia, do Programa de Proteção a Vítimas e Testemunhas (Provita) e do Programa de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos - PPDDH.

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo procurador da República ao final assinado, no desempenho de suas funções institucionais, e

CONSIDERANDO a competência do Ministério Público Federal para a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, atuando na defesa dos direitos difusos e coletivos nos termos do art. 11, da Lei Complementar nº 75/93 e dos arts. 127 e 129, III, da CF/88;

CONSIDERANDO que é função institucional do Ministério Público zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados na Constituição Federal, promovendo as medidas necessárias à sua garantia, conforme o inciso II do art. 129 da CF/88;

CONSIDERANDO a necessidade de implementação de políticas públicas visando a redução da violência no estado, especialmente no que tange à situação de violência no campo na região, que resultou em diversos crimes nos últimos tempos.

CONSIDERANDO a ação da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República que assinou, em convênio com o governo do estado de Rondônia, no dia 10 de junho do corrente ano, acordos de cooperação para implantação do Programa de Proteção de Defensores dos Direitos Humanos, Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte e do Programa de Proteção a Testemunhas Ameaçadas.

CONSIDERANDO que a implementação do Programa de Proteção de Defensores dos Direitos Humanos - PPDDH - é uma reivindicação antiga da sociedade civil e dos movimentos sociais, que entendem que o papel dos defensores de direitos humanos é indispensável ao fortalecimento da democracia e à construção de uma cultura de direitos no Brasil.

CONSIDERANDO que o Programa de Proteção a Vítimas e Testemunhas - Provita - é uma resposta à necessidade de preservação das testemunhas de crimes que estejam coagidas ou expostas a grave ameaça em razão de colaborarem com a investigação ou processo criminal.

CONSIDERANDO as atribuições relativas aos procedimentos da Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão (PRDC) nos termos da Resolução n.º 1 do X Encontro Nacional de Procuradores do Cidadão: "Violação por ação ou omissão, pelos poderes e serviços referidos no art. 39, Lei Complementar 75/93, a direitos constitucionais da pessoa humana, não atribuídos a outras câmaras, tais como: saúde, educação, igualdade, previdência, liberdade, dignidade, assistência social, integridade física e psíquica, direito de petição, acessibilidade, acesso à Justiça, direito à informação e livre expressão, prestação de serviços públicos, reforma agrária", resolve

Instaurar inquérito civil público objetivando acompanhar a implementação, no estado de Rondônia, do Programa de Proteção a Vítimas e Testemunhas (Provita) e do Programa de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos - PPDDH..

Preliminarmente:

1. promova a autuação, publicação e os registros necessários;

2. Oficie-se ao Governo do estado de Rondônia para que envie cópia do convênio assinado com a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, no dia 10 de junho de 2011, visando a implantação do Programa de Proteção a Vítimas e Testemunhas e do Programa de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos. Solicite-se ainda a inclusão de membro deste Ministério Público Federal nos referidos programas.

3. Dê-se ciência à procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, nos termos do artigo 6º da Resolução CSMPF n. 87, de 3 de agosto de 2006;

Decorrido o prazo assinalado, voltem os autos conclusos.

ERCIAS RODRIGUES DE SOUSA

PORTARIA Nº 152, DE 16 DE JUNHO DE 2011

INSTAURA INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO N° 1.29.000.002096/2010-57

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pela Procuradora da República signatária, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129 da Constituição da República, e:

CONSIDERANDO que é função institucional do Ministério Público promover o inquérito civil e a ação civil pública para a proteção de direitos constitucionais e de interesses difusos e coletivos (artigo 129, inciso III e VI, da CF; artigos 6°, inciso VII, alíneas "a", "c" e "d", 7°, inciso I, 8º, incisos I, II, IV, V, VII e VIII, da Lei Complementar n° 75/93; Resolução nº 87/06 do Conselho Superior do Ministério Público Federal e Resolução nº 23/07 do Conselho Nacional do Ministério Público);

CONSIDERANDO que é função institucional do Ministério Público zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados na Constituição, promovendo as medidas necessárias a sua garantia (artigo 129, inciso II, da CF; e artigo 5º, inciso V, alíneas "a" e "b", da Lei Complementar nº 75/93);

CONSIDERANDO que a saúde, direito indisponível de cunho social, é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário aos serviços e ações para sua promoção, proteção e recuperação (artigo 6º c/c 196, ambos da Constituição Federal);

CONSIDERANDO que ao Ministério da Saúde cabe o repasse dos recursos aos gestores locais (Secretaria Estadual ou Municipal de Saúde) para o custeio dos medicamentos oncológicos através da Autorização de Procedimento de Alta Complexidade em Oncologia (APAC/ONCO);

CONSIDERANDO, ainda, as Portarias 346/2008 e 741/2005 do Ministério da Saúde, que dispõem que o tratamento e a assistência farmacêutica aos pacientes neoplásicos pelo SUS será prestado pelos hospitais credenciados como Centros de Assistência de Alta Complexidade em Oncologia (CACONs) e Unidades de Assistência de Alta Complexidade em Oncologia (UNACONs), sendo os mesmos responsáveis pela prescrição e aquisição da medicação antineoplásica;

CONSIDERANDO o recebimento de cópia dos autos do processo nº 5007538-86.2010.404.7100, movida por Lenir Bazilia Prates dos Santos, solicitando o fornecimento do medicamento Trastuzumabe (nome comercial Herceptin) para o tratamento de adenocarcinoma de mama;

, por fim, CONSIDERANDO as informações prestadas pela Sociedade Brasileira de Mastologia e pela Sociedade Brasileira de Oncologia Clínica - SBOC, acerca da importância do fornecimento do medicamento Trastuzumabe para portadores de neoplasia mamária, cuja utilização está prevista no Manual de Conduta da SBOC, havendo esta Sociedade, inclusive, apresentado proposta técnica ao Ministério da Saúde solicitando a criação de um procedimento específico para inclusão do fármaco na atualização da Tabela APAC-SUS (ofício n° 106/11 de fevereiro de 2010, autuado em anexo a este expediente), DETERMINO:

A instauração do Inquérito Civil Público n. 1.29.000.002096/2010-57, tendo por objeto verificar a necessidade de fornecimento do medicamento Trastuzumabe (Herceptin) pela rede pública de saúde.

Adote-se as seguintes medidas investigatórias:

1. Oficie-se aos CACONs de Porto Alegre para que informem: a) se o medicamento Trastuzumabe é prescrito e fornecido aos pacientes no âmbito do respectivo CACON; b) em caso negativo, informe por quais razões; c) se a prescrição do fármaco é viável frente aos valores atuais das APAC's; d) se existe outra alternativa terapêutica com a mesma eficácia fornecida pela SUS; e) em caso negativo, informe qual medicamento é fornecido ou qual procedimento é adotado para com os pacientes que necessitam do Trastuzumabe e se tal procedimento é igualmente eficaz; f) preste outras informações que entender pertinentes sobre o medicamento.

2. Oficie-se à SBOC, com cópia desta Portaria de Instauração, a fim de dar-lhe ciência da instauração deste ICP e questionar: a) qual o andamento da proposta técnica feita ao Ministério da Saúde, por meio do ofício n° 106/11 de fevereiro de 2010, relativa ao fornecimento do medicamento Trastuzumabe, esclarecendo quais medidas foram tomadas pelo Ministério da Saúde no que toca à inclusão do medicamento nos procedimentos do SUS; b) que preste outras informações que entender pertinentes à instrução deste ICP.

3. Oficie-se ao Ministério da Saúde/Secretaria de Atenção à Saúde para que: a) informe qual o andamento da proposta técnica feita pela Sociedade Brasileira de Oncologia Clínica e Sociedade Brasileira de Cancerologia, por meio do ofício n° 106/11 de fevereiro de 2010, relativa ao fornecimento do medicamento Trastuzumabe pela rede pública; b) informe o andamento o processo de reavaliação/atualização dos procedimentos da Tabela APAC-SUS no que se refere ao tratamento do câncer de mama e à inclusão de valores que cubram o fornecimento, pelos CACONs, do medicamento Trastuzumabe.

Remeta-se cópia desta Portaria à Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão para fins de conhecimento e publicação.

Inclua-se o presente procedimento no banco de dados da PFDC.

SUZETE BRAGAGNOLO

PORTARIA Nº 206, DE 17 DE JUNHO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL por seu Procurador da República signatário, nos termos do que dispõe a Resolução 87, de 03 de Agosto de 2006, do Conselho Superior do Ministério Público Federal, bem como a Resolução 23, de 17 de setembro de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público; no uso de suas atribuições legais e constitucionais, e, especialmente

CONSIDERANDO os fatos iniciais apurados no Procedimento Administrativo Cível 1.29.008.000492/2010-70;

CONSIDERANDO o teor da representação em que se noticiou eventuais irregularidades no concurso público para o Quadro Complementares de Oficiais do Exército Brasileiro, especialmente quanto à falta de motivação das decisões que indeferiram os recursos administrativos, bem como quanto a ocorrência de questões repetidas de outros certames;

CONSIDERANDO que há necessidade de dar continuidade às investigações, a fim de verificar a veracidade das irregularidades alegadas, bem como para que seja possível apurar se eventuais irregularidades acarretaram prejuízos aos candidatos;

CONSIDERANDO que o Ministério Público Federal é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, e incumbe-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático, dos interesses sociais e dos interesses individuais indisponíveis;

CONSIDERANDO que é função institucional do Ministério Público, promover o inquérito civil e a ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos (art.129, inciso III, da Constituição Federal);

CONSIDERANDO que é atribuição do Ministério Público Federal instaurar inquéritos civis públicos e procedimentos administrativos correlatos (art. 7º, I, da Lei Complementar nº 75, de 20/05/1993);

Resolve nos termos da a Resolução 87, de 03 de Agosto de 2006, do Conselho Superior do Ministério Público Federal, bem como a Resolução 23, de 17 de setembro de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público, instaurar o presente Inquérito Civil Público versando sobre: Verificação da ocorrência, em tese, de irregularidades no concurso público para ingresso no Quadro Complementares de Oficiais do Exército Brasileiro - 2010.

DETERMINA:

a. autue-se na categoria de Inquérito Civil Público, comunicando-se, imediatamente, à Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão do Ministério Público Federal;

b. em atenção ao art. 4°, inciso VI da resolução 23/2007 do CNMP, afixe-se esta portaria no mural desta PRM;

c. mantenha-se a distribuição do feito a este ofício;

d. após, aguarde-se resposta ao Of. CDC/PRM/SM nº 0512/2011.

HAROLD HOPPE

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

PORTARIA Nº 237, DE 6 DE JUNHO DE 2011

PR-SP-00037014/2011

O Ministério Público Federal, pelo Procurador da República signatário, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129 da Constituição da República e:

CONSIDERANDO que o artigo 129, inciso III, da Constituição Federal estabelece ser função institucional do Ministério Público "promover o inquérito civil e a ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos";

CONSIDERANDO que o artigo 6º, inciso VII, da Lei Complementar nº 75/93 estabelece competir ao Ministério Público da União "promover o inquérito civil e a ação civil pública, para proteção: i) dos direitos constitucionais; ii) do patrimônio público e social, do meio ambiente, dos bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico; iii) dos interesses individuais indisponíveis, difusos e coletivos, relativos às comunidades indígenas, à família, à criança, ao adolescente, ao idoso, às minorias étnicas e ao consumidor; e v) outros interesses individuais indisponíveis, homogêneos, sociais, difusos e coletivos";

CONSIDERANDO que o mesmo artigo 6º acima citado estabelece, em seu inciso XIV, competir ao Ministério Público da União: "XIV - promover outras ações necessárias ao exercício de suas funções institucionais, em defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, especialmente quanto: (...) c) à ordem social";

CONSIDERANDO que o art. 5º da Constituição Federal elenca entre os direitos e garantias fundamentais o princípio da isonomia, segundo o qual todos os cidadãos em situações similares devem ser tratados de forma igualitária perante o ordenamento jurídico, princípio este a ser observado pelo Poder Legislativo no exercício de sua função típica de legislar;

CONSIDERANDO que dispões a Constituição Federal, em seu art. 194, parágrafo único: "Compete ao Poder Público, nos termos da lei, organizar a seguridade social, com base nos seguintes objetivos: I - universalidade da cobertura e do atendimento;"

CONSIDERANDO que a Lei nº 8.213/91, em seu art. 55, inciso II, inserto na Subseção denominada "Da aposentadoria por Tempo de Serviço", prevê que os períodos de afastamentos do segurado por motivo de estar em gozo de auxílio-doença ou aposentadoria por invalidez serão computados no cálculo do tempo de serviço para efeitos de concessão do benefício de aposentadoria por tempo de contribuição, bem como que tal previsão não abarca a concessão do benefício de aposentadoria por idade;

CONSIDERANDO que a Lei destacada no parágrafo retro, ao dispensar tratamento diverso aos segurados aspirantes ao benefício de aposentadoria por contribuição em relação aos que pleiteiam o benefício de aposentadoria por idade envolvidos pela mesma situação fática, fere o princípio da isonomia.

Resolve, com base no art. 6º, inciso VII, alínea "d", da Lei Complementar nº 75/93, e no exercício de suas funções institucionais, INSTAURAR, através da presente PORTARIA, diante do que preceituam os artigos 4º e 12, da Resolução nº 23, de 17 de setembro de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público, INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO tendo por objeto apurar eventual ocorrência de prejuízo aos segurados que almejam benefício de aposentadoria por idade em razão de omissão da Lei nº 8.213/91, a qual não prevê o cômputo do período de afastamento por incapacidade ao cálculo para concessão do referido benefício.

FICA DETERMINADO, ainda:

a) seja oficiado à Divisão de Tutela Coletiva, solicitando a instauração e distribuição a esta PRDC. Para tanto, sugere como ementa: "CIDADANIA. SEGURIDADE SOCIAL. Apurar eventual ocorrência de prejuízo aos segurados que almejam benefício de aposentadoria por idade em razão de omissão da Lei nº 8.213/91, a qual não prevê o cômputo do período de afastamento por incapacidade ao cálculo para concessão do referido benefício.";

b) sejam providenciadas as anotações pertinentes, notadamente no Sistema Único, em razão do quanto deliberado na presente Portaria;

c) a comunicação à Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão do Ministério Público Federal, para os fins dos artigos 6º e 16, parágrafo 1º, inciso I, da Resolução CSMPF nº 87/2006, acerca da presente instauração de Inquérito Civil Público;

d) a designação dos servidores Marcos Antonio Mancuso, Técnico Administrativo - Assessor Nível I, e André Luís T. S. de Castro, Técnico Administrativo, para fins de auxiliarem na instrução do presente ICP;

Publique-se também na forma do que preceitua o artigo 4º, inciso VI e artigo 7º, § 2º, incisos I e II, da Resolução nº 23, de 17 setembro de 2007 do Conselho Nacional do Ministério Público.

Registre-se.

JEFFERSON APARECIDO DIAS

3ª CÂMARA DE COORDENAÇÃO E REVISÃO

PORTARIA Nº 10, DE 23 DE MARÇO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pela procuradora da República signatária, Representante Estadual da 3ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, que trata de questões referentes ao consumidor e à ordem econômica, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 129, III, da Constituição da República; artigo 5º, III, "e", da Lei Complementar nº 75/1993; artigo 25, IV, "a", da Lei nº 8.625/93; e pelo artigo 8º, §1º, da Lei no 7.347/85 e;

CONSIDERANDO que o Ministério Público Federal é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, nos termos do art. 127 da Carta Magna de 1988;

CONSIDERANDO, ser função institucional do Ministério Público Federal, entre outras, promover o inquérito civil público e a ação civil pública para proteção irrestrita do consumidor e de outros interesses difusos e coletivos, conforme previsão constitucional estatuída no inciso III do art. 129 da Constituição Federal;

CONSIDERANDO que a tutela da figura do consumidor constitui uma garantia fundamental da República Federativa do Brasil (CF, artigo 5º, inciso XXXII);

CONSIDERANDO que o artigo 170 da Carta Magna estabelece, dentre os princípios gerais da ordem econômica, a defesa do consumidor (inciso V);

CONSIDERANDO que a Política Nacional das Relações de Consumo tem por objetivo, dentre outros, a segurança do consumidor, atentando ao princípio da proteção pela garantia dos produtos e serviços com padrões adequados de qualidade, segurança, durabilidade e desempenho, coibindo todos os abusos praticados no mercado de consumo, (artigo 4º, inciso II, "d", e inciso V, do Código de Defesa do Consumidor);

CONSIDERANDO que a Lei nº 9.472/1997 estabeleceu a defesa do consumidor como princípio que deve ser observado nas relações econômicas no setor de telecomunicações (artigo 5º), constituindo Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL como órgão regulador incumbido de adotar as medidas necessárias para o atendimento do interesse público e para o desenvolvimento das telecomunicações brasileiras (artigo 19);

CONSIDERANDO a reclamação de consumidores encaminhada a esta Procuradoria, a qual noticia a péssima qualidade do serviço de internet móvel e atendimento ao consumidor prestado pela empresa OI - Brasil Telecom; resolve:

INSTAURAR Inquérito Civil Público objetivando a realização das diligências necessárias para o esclarecimento cabal dos fatos e viabilização das ações judiciais e extrajudiciais que se revelarem necessárias, nos termos da lei.

NOMEAR os servidores lotados junto a este Ofício para atuar como Secretários no presente.

DETERMINAR como diligências preliminares as seguintes:

1. Registre-se e autue-se os documentos como INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, devendo o feito ser iniciado por meio desta Portaria. Havendo novos documentos pertinentes, deverão ser juntados ou apensados, naturalmente;

2. Expeça-se Ofício à AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES - ANATEL, solicitando, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados do recebimento, informar a esta Procuradoria da República:

a) quais são as normas que regulam o serviço de internet móvel e quais os direitos reconhecidos aos consumidores/usuários pela regulação, inclusive, no que diz respeito à informação (área de cobertura, velocidade e suas variações geográficas e temporais, limites e restrições, preço, custo sobre serviços adicionais não abrangidos pelo pacote adquirido);

b) quais são os parâmetros e indicadores utilizados pela Agência para avaliar a qualidade dos serviços de internet móvel, como e quando são feitas essas avaliações; se existem ações e procedimentos da Agência para acompanhar e controlar interrupções, quedas ou lentidões no serviço; se existem parâmetros na regulação para fixação, diagnóstico e delimitação desses problemas; se os prestadores devem informar o ocorrido quanto a isso;

c) quais controles e ações adotados pela agência para garantir a vinculação das operadoras à oferta feita para que o serviço prestado não seja distinto do oferecido, promovido ou propagandeado; como a Agência controla e define a regulação as informações a serem prestadas pelas operadoras

d) como é definida a velocidade contratada, se com base na velocidade máxima oferecida, na mínima obtida, ou por outro parâmetro; se existe parâmetro regulatório que relacione a capacidade da operadora a um limite na base de consumidores;

e) se, no entendimento da Agência, a operadora está vinculada à velocidade oferecida ou contratada; se existem margem de variação na velocidade, qual a responsabilidade das operadoras pela variação da velocidade de navegação na internet; se o não atendimento da velocidade contratada, pela regulação, implica em inadimplemento contratual;

f) se existem procedimentos com relação ao descumprimento de obrigações no âmbito da internet móvel;

g) quais controles e ações são adotados pela Agência para fiscalizar e garantir os direitos do consumidor do serviço de internet móvel no que se refere ao atendimento do consumidor.

3. Após a vinda das informações ou decurso do prazo, venha o procedimento concluso para deliberação.

Cientifique-se a 3a Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, na pessoa de seu Coordenador, encaminhando-lhe cópia do presente e solicitando sua devida publicação na Imprensa Oficial.

LUCYANA MARINA PEPE AFFONSO DE LUCA

PORTARIA Nº 20, DE 5 DE ABRIL DE 2011

Inquérito Civil Público nº 1.29.002.000045/2011-51. Interessados: AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS. Assunto: Apurar a regularidade das limitações de consultas constante nas Resoluções Normativas RN 211/10 e na Instrução Normativa IN 25/10, da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS.

FABIANO DE MORAES, Procurador da República, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no art. 8º da Lei Complementar nº 75/93, e

Considerando que nos termos do art. 129, III, da Constituição Federal, e dos art. 6º, VII, e 7º, I, da Lei Complementar nº 75/93, compete ao Ministério Público Federal a instauração de inquéritos civis públicos visando ao exercício de suas funções institucionais;

Considerando que a Lei Complementar nº 75/1993, em seu artigo 5º, inciso I, 'h', e inciso III, 'b', dispõe ser função institucionais do Ministério Público da União a defesa da ordem jurídica, do regime democrático, dos interesses sociais e dos interesses individuais indisponíveis, considerados, dentre outros, a legalidade, a impessoalidade, a moralidade e a publicidade, relativas à administração pública direta, indireta ou fundacional, de qualquer dos Poderes da União, bem como, a defesa do patrimônio público e social;

Considerando o teor do Procedimento Administrativo nº 1.29.002.000120/2009-60 instaurado nesta Procuradoria da República para apurar a regularidade de disposições da Resolução Normativa RN 167/08, da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, no tocante à limitação de consultas em determinadas especialidades não médicas;

Considerando que tal dispositivo legal foi revogado pela Resolução Normativa nº 211/10, a qual atualiza o Rol de Procedimentos e Eventos em Saúde e que tais limitações são repetidas conforme se verifica na Instrução Normativa nº 25/2010 que tem por objetivo regulamentar as Diretrizes de Utilização (DUT) e as Diretrizes Clínicas (DC) ;

Considerando o dano efetivo causado ao consumidor no que diz respeito ao cerceamento das necessidades do paciente, que tem limitada em seu plano de saúde a cobertura de procedimentos; resolve:

Instaurar Inquérito Civil Público objetivando a regular e legal coleta de elementos visando à apuração dos fatos mencionados.

À Secretaria para registro e autuação e a adoção das seguintes providências:

- Oficiar à Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS solicitando informações sobre os critérios e justificativas utilizados para o estabelecimento número máximo de consultas/sessões por ano, constante na Instrução Normativa DIPRO nº 25, das especialidades de Psicologia, Terapia Ocupacional, Psicoterapia, Fonoaudiologia e de Nutrição;

- Comunique-se à 3ª CCR a instauração desse Inquérito Civil Público, conforme dispõe o artigo 6º da Resolução nº 87 do Conselho Superior do Ministério Público Federal, solicitando a publicação da presente Portaria, conforme previsto no Art. 16, § 1º, I dessa.

Após, cumpridas as determinações, venha o Inquérito Civil Público concluso para deliberação.

FABIANO DE MORAES

PORTARIA Nº 128, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2011

O Ministério Público Federal, no uso das funções constitucionais conferidas pelo artigo 129 da Constituição da República, e considerando:

a) o rol de atribuições elencadas no artigo 6° da Lei Complementar n° 75/1993;

b) a incumbência prevista no artigo 1°, inciso I, da referida Lei Complementar;

c) o disposto na Resolução n° 23, de 17 de setembro de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público;

DETERMINA A CONVERSÃO DOS AUTOS DO PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO Nº 1.16.000.003517/2009-81 EM INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO e, ainda, a adoção das seguintes providências:

1 - Registro no sistema Único, adotando-se os seguintes elementos designativos do Inquérito Civil:

ASSUNTO - APURAÇÃO DE SUPOSTAS IRREGULARIDADES NA COBRANÇA DE ENERGIA ELÉTRICA. AS DISTRIBUIDORAS DE ENERGIA ELÉTRICA ESTARIAM SE RECUSANDO A DEVOLVER VALORES COBRADOS A MAIS DOS CONSUMIDORES NAS CONTAS DE ENERGIA ELÉTRICA DESDE O ANO DE 2002. A COBRANÇA, SEGUNDO O TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO - TCU, SERIA IRREGUAR (PARCELA A)

REPRESENTANTE: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
REPRESENTADO: A APURAR

2 - a publicação da presente Portaria, na forma estabelecida pela Coordenação Cível desta Procuradoria da República e envio de cópia, via ofício ou via correio eletrônico ("e-mail"), à 3ª CÂMARA DE COORDENAÇÃO E REVISÃO DO MPF.

PETERSON DE PAULA PEREIRA

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

PORTARIA Nº 435, DE 3 DE FEVEREIRO DE 2011

Ref. Procedimento Administrativo nº 1.23.000.0000683/2008-19

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República ao final assinado, no uso de suas atribuições legais, com base no art. 129 da Constituição Federal, no art. 7º, inciso I, da Lei Complementar n.º 75/93, de 20.5.1993, na Resolução nº 87, de 3.8.2006, do Conselho Superior do Ministério Público Federal, e na Resolução nº 23/07, do Conselho Nacional do Ministério Público;

Considerando sua função institucional de defesa do patrimônio público e social e de outros interesses difusos e coletivos, em âmbito preventivo e repressivo, cabendo-lhe promover o Inquérito civil e a Ação civil pública, consoante dispõe o art. 129, inciso III, da Constituição Federal e o art. 5º, inciso II, alínea d, e inciso III, alínea b, da Lei Complementar nº 75/93;

Considerando que a legislação infraconstitucional, especificamente os dispositivos do art. 6º, incisos VII, "b" e XIV, "g", da Lei Complementar 75/93, conferem ao Ministério Público a legitimidade para atuar na defesa do meio ambiente e de outros interesses sociais, difusos e coletivos;

Considerando o recebimento de Requisição de Marco Aurélio Oliveira Rocha, servidor público federal, lotado na Controladoria Geral da União no Estado do Pará, solicitando suspensão de descontos indevidos (consignações facultativas) realizados em sua folha de pagamento, vez que eles superam o montante de 30% (trinta por cento) autorizado em lei;

Considerando que no tocante às impropriedades apontadas, após diligências iniciais, ainda resta pendente de resposta aos ofícios enviados ao Requerente e ao Chefe da Controladoria Geral da União no Estado;

Resolve instaurar INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO-ICP, tendo como objeto a apuração de possíveis irregularidades nos descontos das consignações facultativas no contra-cheque do servidor federal, que superam o montante permitido em lei.

Determina-se inicialmente:

1 - Autue-se a portaria de instauração do inquérito civil, juntamente com o presente procedimento administrativo, sem necessidade de nova distribuição, uma vez que ela já ocorreu (art. 7º da Resolução nº 87, de 2006, do CSMPF);

2 - Dê-se conhecimento da instauração deste ICP à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal (art. 6º da Resolução n.º 87, de 2006, do CSMPF), mediante remessa desta portaria.

3 - Proceda-se à publicidade deste ato, com a publicação, no Diário Oficial, da Portaria de instauração do Inquérito Civil (art. 16º da Resolução nº 87, de 2006, do CSMPF);

4 - Determina-se, como diligências investigatórias iniciais:

a) reitere-se os ofícios de fls. 24 e 25.

b) após, conclusos.

BRUNO ARAÚJO SOARES VALENTE

PORTARIA Nº 519, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República ao final assinado, no uso de suas atribuições legais, com base no art. 129 da Constituição Federal, no art. 7º, inciso I, da Lei Complementar n.º 75/93, de 20.5.1993, na Resolução nº 87, de 3.8.2006, do Conselho Superior do Ministério Público Federal, e na Resolução nº 23/07, do Conselho Nacional do Ministério Público;

Considerando sua função institucional de defesa do patrimônio público e social e de outros interesses difusos e coletivos, em âmbito preventivo e repressivo, cabendo-lhe promover o Inquérito civil e a Ação civil pública, consoante dispõe o art. 129, inciso III, da Constituição Federal e o art. 5º, inciso II, alínea d, e inciso III, alínea b, da Lei Complementar nº 75/93;

Considerando o recebimento de Termo de Declarações, prestadas na PRDC/PA, por Luiz Gonzaga de Almeida Peixoto, informando que a Associação dos Motoristas de Táxi do Aeroporto tem seu ato constitutivo ilegalmente constituído, vez que apesar de se tratar de cooperativa, não consigna esse nome, além de apresentar um número limitado de cooperados, cotistas e motoristas auxiliares. Afirma que o estatuto da cooperativa é abusivo, posto que apesar de consignar que os motoristas auxiliares não têm vinculo, os obriga ao pagamento de mensalidade e aluguel da vaga do estacionamento. Salienta ainda, que há pessoas que possuem mais de uma cota da cooperativa, por meio de laranjas e que por se tratar de uma questão de concessão dada por uma empresa federal (INFRAERO), reputou adequada a reclamação ao MPF.

Considerando que no tocante às irregularidades apontadas pelo declarante, após diligências iniciais, ainda restam pendentes algumas diligências para apuração do caso;

Resolve instaurar INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO-ICP, tendo como objeto a apuração da responsabilidade pelas irregularidades apontadas no uso de concessão dada pela empresa INFRAERO.

Determina-se inicialmente:

1 - Autue-se a portaria de instauração do inquérito civil, juntamente com o presente procedimento administrativo, sem necessidade de nova distribuição, uma vez que ela já ocorreu (art. 7º da Resolução nº 87, de 2006, do CSMPF);

2 - Dê-se conhecimento da instauração deste ICP à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal (art. 6º da Resolução n.º 87, de 2006, do CSMPF), mediante remessa desta portaria.

3 - Proceda-se à publicidade deste ato, com a publicação, no Diário Oficial, da Portaria de instauração do Inquérito Civil (art. 16º da Resolução nº 87, de 2006, do CSMPF);

4 - Após, conclusos.

BRUNO ARAÚJO SOARES VALENTE

PORTARIA Nº 520, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República ao final assinado, no uso de suas atribuições legais, com base no art. 129 da Constituição Federal, no art. 7º, inciso I, da Lei Complementar n.º 75/93, de 20.5.1993, na Resolução nº 87, de 3.8.2006, do Conselho Superior do Ministério Público Federal, e na Resolução nº 23/07, do Conselho Nacional do Ministério Público;

Considerando sua função institucional de defesa do patrimônio público e social e de outros interesses difusos e coletivos, em âmbito preventivo e repressivo, cabendo-lhe promover o Inquérito civil e a Ação civil pública, consoante dispõe o art. 129, inciso III, da Constituição Federal e o art. 5º, inciso II, alínea d, e inciso III, alínea b, da Lei Complementar nº 75/93;

Considerando que a legislação infraconstitucional, especificamente os dispositivos do art. 6º, incisos VII, "b" e XIV, "g", da Lei Complementar 75/93, conferem ao Ministério Público a legitimidade para atuar na defesa do meio ambiente e de outros interesses sociais, difusos e coletivos;

Considerando o recebimento de representação da PR do Rio Grande do Sul, solicitando o auxílio deste MPF no enfrentamento de possível ocorrência de "limitação de mercado" praticada por concessionárias de veículos, condicionando o fornecimento ou quantitativos de produtos e serviços;

Considerando que no tocante às irregularidades apontadas, após diligências iniciais, ainda restam pendentes diligências a serem efetuadas pelo técnico de apoio deste órgão;

Resolve instaurar INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO-ICP, tendo como objeto a apuração de possível ocorrência de prática ofensiva à livre concorrência e reserva territorial de mercado por parte de concessionárias de veículos deste Estado, ao vedar a venda de automóveis zero km a consumidores residentes em outras localidades.

Determina-se inicialmente:

1 - Autue-se a portaria de instauração do inquérito civil, juntamente com o presente procedimento administrativo, sem necessidade de nova distribuição, uma vez que ela já ocorreu (art. 7º da Resolução nº 87, de 2006, do CSMPF);

2 - Dê-se conhecimento da instauração deste ICP à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal (art. 6º da Resolução n.º 87, de 2006, do CSMPF), mediante remessa desta portaria;

3 - Proceda-se à publicidade deste ato, com a publicação, no Diário Oficial, da Portaria de instauração do Inquérito Civil (art. 16º da Resolução nº 87, de 2006, do CSMPF);

4 - Determina-se, como diligências investigatórias iniciais:

a) verificar a realização da diligência determinada por este juízo às fls. 215/216.

b) após, conclusos.

BRUNO ARAÚJO SOARES VALENTE

PORTARIA Nº 598, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2011

Ref. Procedimento Administrativo nº 1.23.000.000009/2009-15

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República ao final assinado, no uso de suas atribuições legais, com base no art. 129 da Constituição Federal, no art. 7º, inciso I, da Lei Complementar n.º 75/93, de 20.5.1993, na Resolução nº 87, de 3.8.2006, do Conselho Superior do Ministério Público Federal, e na Resolução nº 23/07, do Conselho Nacional do Ministério Público;

Considerando sua função institucional de defesa do patrimônio público e social e de outros interesses difusos e coletivos, em âmbito preventivo e repressivo, cabendo-lhe promover o Inquérito civil e a Ação civil pública, consoante dispõe o art. 129, inciso III, da Constituição Federal e o art. 5º, inciso II, alínea d, e inciso III, alínea b, da Lei Complementar nº 75/93;

Considerando que a legislação infraconstitucional, especificamente os dispositivos do art. 6º, incisos VII, "b" e XIV, "g", da Lei Complementar 75/93, conferem ao Ministério Público a legitimidade para atuar na defesa do meio ambiente e de outros interesses sociais, difusos e coletivos;

Considerando o recebimento de Despacho determinando a instauração de Procedimento Administrativo, objetivando a regular e legal coleta de elementos, perante os provedores de acesso à internet e conteúdo, para impedir a continuidade de práticas ilegais na contratação e prestação de serviços Velox e de provedores supostamente necessários para conexão à internet;

Considerando que no tocante às impropriedades apontadas, após diligências iniciais, ainda resta pendente de respostas o ofício enviado ao Diretor Administrativo do Provedor Oi Telemar Internet Ltda;

Resolve instaurar INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO-ICP, tendo como objeto a apuração de possíveis irregularidades e abusos na prestação de serviços de internet.

Determina-se inicialmente:

1 - Autue-se a portaria de instauração do inquérito civil, juntamente com o presente procedimento administrativo, sem necessidade de nova distribuição, uma vez que ela já ocorreu (art. 7º da Resolução nº 87, de 2006, do CSMPF);

2 - Dê-se conhecimento da instauração deste ICP à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal (art. 6º da Resolução n.º 87, de 2006, do CSMPF), mediante remessa desta portaria.

3 - Proceda-se à publicidade deste ato, com a publicação, no Diário Oficial, da Portaria de instauração do Inquérito Civil (art. 16º da Resolução nº 87, de 2006, do CSMPF);

4 - Determina-se, como diligências investigatórias iniciais:

a) reitere-se o ofício de fl. 100.

b) após, conclusos.

BRUNO ARAÚJO SOARES VALENTE

PORTARIA Nº 667, DE 2 DE MARÇO DE 2011

Ref. Procedimento Administrativo nº 1.23.000.001681/2009-10

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República ao final assinado, no uso de suas atribuições legais, com base no art. 129 da Constituição Federal, no art. 7º, inciso I, da Lei Complementar n.º 75/93, de 20.5.1993, na Resolução nº 87, de 3.8.2006, do Conselho Superior do Ministério Público Federal, e na Resolução nº 23/07, do Conselho Nacional do Ministério Público;

Considerando sua função institucional de defesa do patrimônio público e social e de outros interesses difusos e coletivos, em âmbito preventivo e repressivo, cabendo-lhe promover o Inquérito civil e a Ação civil pública, consoante dispõe o art. 129, inciso III, da Constituição Federal e o art. 5º, inciso II, alínea d, e inciso III, alínea b, da Lei Complementar nº 75/93;

Considerando que a legislação infraconstitucional, especificamente os dispositivos do art. 6º, incisos VII, "b" e XIV, "g", da Lei Complementar 75/93, conferem ao Ministério Público a legitimidade para atuar na defesa do meio ambiente e de outros interesses sociais, difusos e coletivos;

Considerando o recebimento do Ofício PRL nº 039/2009/NURAF-PA/DIFIS/ANS, noticiando irregularidades na prestação do serviço de saúde suplementar pelo Plano de Saúde HAPVIDA, bem como encaminhou vários documentos com quantitativo de processos abertos contra as Operadora de Planos de Saúde mais demandadas, no período de 1999 até julho de 2009, em que se informa, também que a HAPVIDA foi selecionada no Programa Olho Vivo, da Gerencia Geral de Fiscalização Reativa, da ANS, com a realização de diligências na sede da empresa, em Fortaleza-CE;

Considerando que os planos de saúde atuam sob fiscalização e normatização da Agência Nacional de Saúde Suplementar- ANS;

Considerando que no intuito de apurar as irregularidades apontadas, oficiou-se à ANS e à HAPVIDA, solicitando informações sobre as respostas fornecidas ao SINDMEPA (Sindicato dos Médicos do Pará), sobre as supostas práticas comerciais ilegais de autoria da representada;

Resolve instaurar INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO-ICP, tendo como objeto a apuração de possíveis irregularidades praticadas pela Operadora de Planos de Saúde HAPVIDA, consistente em práticas ilegais de comercialização dos referidos planos, com possível lesão aos usuários.

Determina-se inicialmente:

1 - Autue-se a portaria de instauração do inquérito civil, juntamente com o presente procedimento administrativo, sem necessidade de nova distribuição, uma vez que ela já ocorreu (art. 7º da Resolução nº 87, de 2006, do CSMPF);

2 - Dê-se conhecimento da instauração deste ICP à 3ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal (art. 6º da Resolução n.º 87, de 2006, do CSMPF), mediante remessa desta portaria.

3 - Proceda-se à publicidade deste ato, com a publicação, no Diário Oficial, da Portaria de instauração do Inquérito Civil (art. 16º da Resolução nº 87, de 2006, do CSMPF);

4 - Determina-se, como diligências investigatórias iniciais:

a) verifique-se, em secretaria, as respostas fornecidas pela ANS, acerca dos fatos noticiados, e proceda a sua juntada a estes autos.

b) após, conclusos.

BRUNO ARAÚJO SOARES VALENTE

PORTARIA Nº 674, DE 2 DE MARÇO DE 2011

Ref. Procedimento Administrativo nº 1.23.000.000419/2009-58

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República ao final assinado, no uso de suas atribuições legais, com base no art. 129 da Constituição Federal, no art. 7º, inciso I, da Lei Complementar n.º 75/93, de 20.5.1993, na Resolução nº 87, de 3.8.2006, do Conselho Superior do Ministério Público Federal, e na Resolução nº 23/07, do Conselho Nacional do Ministério Público;

Considerando sua função institucional de defesa do patrimônio público e social e de outros interesses difusos e coletivos, em âmbito preventivo e repressivo, cabendo-lhe promover o Inquérito civil e a Ação civil pública, consoante dispõe o art. 129, inciso III, da Constituição Federal e o art. 5º, inciso II, alínea d, e inciso III, alínea b, da Lei Complementar nº 75/93;

Considerando que a legislação infraconstitucional, especificamente os dispositivos do art. 6º, incisos VII, "b" e XIV, "g", da Lei Complementar 75/93, conferem ao Ministério Público a legitimidade para atuar na defesa do meio ambiente e de outros interesses sociais, difusos e coletivos;

PROIBIDA A IMPRESSÃO NACIONAL
PROIBIDA A VENDA APÓS ASSINATURA

Considerando a determinação Ministerial para a instauração de processo administrativo com o objetivo de apurar notícias veiculadas nos jornais "O Liberal" e Diário do Pará, nas quais são narradas que uma embarcação que transportava 600 botijões de gás, de forma irregular, em um porto localizado na Rodovia Arthur Bernardes, explodiu, matando 3(três) pessoas;

Considerando ainda, a notícia de que esse tipo de transporte irregular de gás liquefeito de petróleo (GLP), ocorre cotidianamente;

Considerando que a fiscalização desses produtos é de atribuição da Agência Nacional do Petróleo-ANP, bem como que à Capitania dos Portos cabe fiscalizar o tráfico marítimo, fluvial e lacustre;

Considerando que no intuito de apurar tais notícias, determinou-se a expedição de ofício às empresas distribuidoras de gás, bem como à Capitania dos Portos da Amazônia Oriental, bem como à Agência nacional de Transportes Aquaviários-ANTAQ, tendo sido informado pela Capitania dos Portos da Amazônia Oriental, que foi instaurado procedimento administrativo para apurar as causas da explosão ocorrida, estando este em fase de instrução;

Resolve instaurar INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO-ICP, tendo como objeto a apuração do transporte irregular de gás liquefeito de petróleo (GLP), por embarcações, em porto localizado na Rodovia Arthur Bernardes, nesta cidade, que culminou com a explosão de botijões e a morte de três pessoas, fatos esses atribuídos, em princípio, ao proprietário da embarcação "Anjo da Guarda I", ainda não identificado.

Determina-se inicialmente:

1 - Autue-se a portaria de instauração do inquérito civil, juntamente com o presente procedimento administrativo, sem necessidade de nova distribuição, uma vez que ela já ocorreu (art. 7º da Resolução nº 87, de 2006, do CSMPF);

2 - Dê-se conhecimento da instauração deste ICP à 3ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal (art. 6º da Resolução n.º 87, de 2006, do CSMPF), mediante remessa desta portaria.

3 - Proceda-se à publicidade deste ato, com a publicação, no Diário Oficial, da Portaria de instauração do Inquérito Civil (art. 16º da Resolução nº 87, de 2006, do CSMPF);

4 - Determina-se, como diligências investigatórias iniciais:

a) tendo em vista o informado à fl. 95, oficie-se à Capitania dos Portos da Amazônias Ocidental, solicitando informações sobre a conclusão, bem como a cópia integral do procedimento administrativo instaurado para apurar os fatos noticiados.

b) após, conclusos.

BRUNO ARAÚJO SOARES VALENTE

PORTARIA Nº 690, DE 4 DE MARÇO DE 2011

Ref. Procedimento Administrativo nº 1.23.000.002064/2010-75

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República ao final assinado, no uso de suas atribuições legais, com base no art. 129 da Constituição Federal, no art. 7º, inciso I, da Lei Complementar n.º 75/93, de 20.5.1993, na Resolução nº 87, de 3.8.2006, do Conselho Superior do Ministério Público Federal, e na Resolução nº 23/07, do Conselho Nacional do Ministério Público;

Considerando sua função institucional de defesa do patrimônio público e social e de outros interesses difusos e coletivos, em âmbito preventivo e repressivo, cabendo-lhe promover o Inquérito civil e a Ação civil pública, consoante dispõe o art. 129, inciso III, da Constituição Federal e o art. 5º, inciso II, alínea d, e inciso III, alínea b, da Lei Complementar nº 75/93;

Considerando que a legislação infraconstitucional, especificamente os dispositivos do art. 6º, incisos VII, "b" e XIV, "g", da Lei Complementar 75/93, conferem ao Ministério Público a legitimidade para atuar na defesa do meio ambiente e de outros interesses sociais, difusos e coletivos;

Considerando o recebimento do Ofício nº 02325/2010/SAT-DF/SFI/ANP, que encaminhou o processo administrativo nº 48600.002222/2006-28, instaurado em face de POSTO MAGUARI LTDA, CNPJ 04.253.381/0001-71, por comercializar GLP CLASSE II com infração às normas de segurança prevista em legislação específica.

Considerando que a fiscalização desses produtos é de atribuição da Agência Nacional do Petróleo-ANP;

Considerando que no intuito de apurar tais notícias, determinou-se a expedição de ofício à autuada e à Agência Nacional do Petróleo-ANP, solicitando informações acerca das providências tomadas no intuito de regularizar o armazenamento, segurança e revenda de GLP.

Resolve instaurar INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO-ICP, tendo como objeto a apuração de possíveis irregularidades no armazenamento de GLP CLASSE II, não possuindo condições mínimas de segurança e armazenamento, com perigo em potencial aos consumidores e aos trabalhadores, fatos esses atribuídos, em princípio, ao representante legal de POSTO MAGUARI LTDA.

Determina-se inicialmente:

1 - Autue-se a portaria de instauração do inquérito civil, juntamente com o presente procedimento administrativo, sem necessidade de nova distribuição, uma vez que ela já ocorreu (art. 7º da Resolução nº 87, de 2006, do CSMPF);

2 - Dê-se conhecimento da instauração deste ICP à 3ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal (art. 6º da Resolução n.º 87, de 2006, do CSMPF), mediante remessa desta portaria.

3 - Proceda-se à publicidade deste ato, com a publicação, no Diário Oficial, da Portaria de instauração do Inquérito Civil (art. 16º da Resolução nº 87, de 2006, do CSMPF);

4 - Determina-se, como diligências investigatórias iniciais:

a) após, conclusos.

BRUNO ARAÚJO SOARES VALENTE

PORTARIA Nº 755, DE 16 DE MARÇO DE 2011

Ref. Peças de Informação nº 1.23.000.001175/2010-64

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República ao final assinado, no uso de suas atribuições legais, com base no art. 129 da Constituição Federal, no art. 7º, inciso I, da Lei Complementar n.º 75/93, de 20.5.1993, na Resolução nº 87, de 3.8.2006, do Conselho Superior do Ministério Público Federal, e na Resolução nº 23/07, do Conselho Nacional do Ministério Público;

Considerando sua função institucional de defesa do patrimônio público e social e de outros interesses difusos e coletivos, em âmbito preventivo e repressivo, cabendo-lhe promover o Inquérito civil e a Ação civil pública, consoante dispõe o art. 129, inciso III, da Constituição Federal e o art. 5º, inciso II, alínea d, e inciso III, alínea b, da Lei Complementar nº 75/93;

Considerando que a legislação infraconstitucional, especificamente os dispositivos do art. 6º, incisos VII, "b" e XIV, "g", da Lei Complementar 75/93, conferem ao Ministério Público a legitimidade para atuar na defesa do meio ambiente e de outros interesses sociais, difusos e coletivos;

Considerando o recebimento do Ofício 3048/2009 da ANATEL, que apresentou o Relatório de Fiscalização nº 0054/2009/ER10FS, referente à fiscalização do Serviço Móvel Celular-SMP, realizada junto à Operadora de Telefonia TIM Celular S/A, com foco nos Planos TIM Infinity e TIM WEB Banda Larga prestados no Estado do Pará;

Considerando a constatações de possíveis irregularidades praticadas pela Operadora de Telefonia TIM, na comercialização desses planos;

Considerando, que, no intuito de apurar as irregularidades mencionadas, inicialmente, oficiou-se á TIM Celular (fl. 24) e à ANATEL (fl. 25);

Considerando que ainda restam diligências complementares imprescindíveis acerca dos fatos noticiados;

Resolve instaurar INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO-ICP, tendo como objeto a apuração de possíveis irregularidades praticadas pela Operadora de Telefonia TIM Celular S/A, na comercialização do Serviço Móvel Celular-SMP, nos Planos TIM Infinity e TIM WEB Banda Larga prestados no Estado do Pará.

Determina-se inicialmente:

1 - Autue-se a portaria de instauração do inquérito civil, sem necessidade de nova distribuição, uma vez que ela já ocorreu (art. 7º da Resolução nº 87, de 2006, do CSMPF);

2 - Dê-se conhecimento da instauração deste ICP à 3ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal (art. 6º da Resolução n.º 87, de 2006, do CSMPF), mediante remessa desta portaria.

3 - Proceda-se à publicidade deste ato, com a publicação, no Diário Oficial, da Portaria de instauração do Inquérito Civil (art. 16º da Resolução nº 87, de 2006, do CSMPF);

4 - Após, conclusos.

BRUNO ARAÚJO SOARES VALENTE

PORTARIA Nº 811, DE 22 DE MARÇO DE 2011

Ref. Peças de Informação nº 1.23.000.002505/2010-39

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República ao final assinado, no uso de suas atribuições legais, com base no art. 129 da Constituição Federal, no art. 7º, inciso I, da Lei Complementar n.º 75/93, de 20.5.1993, na Resolução nº 87, de 3.8.2006, do Conselho Superior do Ministério Público Federal, e na Resolução nº 23/07, do Conselho Nacional do Ministério Público;

Considerando sua função institucional de defesa do patrimônio público e social e de outros interesses difusos e coletivos, em âmbito preventivo e repressivo, cabendo-lhe promover o Inquérito civil e a Ação civil pública, consoante dispõe o art. 129, inciso III, da Constituição Federal e o art. 5º, inciso II, alínea d, e inciso III, alínea b, da Lei Complementar nº 75/93;

Considerando que a legislação infraconstitucional, especificamente os dispositivos do art. 6º, incisos VII, "b" e XIV, "g", da Lei Complementar 75/93, conferem ao Ministério Público a legitimidade para atuar na defesa do meio ambiente e de outros interesses sociais, difusos e coletivos;

Considerando o recebimento do Ofício nº 03974/2010/SAT-DF/SFI/ANP, que encaminhou o processo administrativo nº 48600.002814/2006-41, instaurado em face de POASTO SANTA MARIA LTDA, CNPJ 15.313.208/0001-38, por não apresentação de LMCs e notas fiscais, após notificação.

Considerando que a fiscalização desses produtos é de atribuição da Agência Nacional do Petróleo-ANP;

Resolve instaurar INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO-ICP, tendo como objeto a apuração de possíveis irregularidades na comercialização de combustíveis, consistente na não apresentação de LMCs e notas fiscais, após notificação, fatos esses atribuídos no armazenamento de GLP CLASSE III, não possuindo condições mínimas de segurança e o, ao representante legal de POSTO SANTA MARIA LTDA.

Determina-se inicialmente:

1 - Autue-se a portaria de instauração do inquérito civil, juntamente com o presente procedimento administrativo, sem necessidade de nova distribuição, uma vez que ela já ocorreu (art. 7º da Resolução nº 87, de 2006, do CSMPF);

2 - Dê-se conhecimento da instauração deste ICP à 3ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal (art. 6º da Resolução n.º 87, de 2006, do CSMPF), mediante remessa desta portaria.

3 - Proceda-se à publicidade deste ato, com a publicação, no Diário Oficial, da Portaria de instauração do Inquérito Civil (art. 16º da Resolução nº 87, de 2006, do CSMPF);

4 - Determina-se, como diligências investigatórias iniciais:

a) após, conclusos.

BRUNO ARAÚJO SOARES VALENTE

PORTARIA Nº 812, DE 22 DE MARÇO DE 2011

Ref. Peças de Informação nº 1.23.000.002506/2010-83

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República ao final assinado, no uso de suas atribuições legais, com base no art. 129 da Constituição Federal, no art. 7º, inciso I, da Lei Complementar n.º 75/93, de 20.5.1993, na Resolução nº 87, de 3.8.2006, do Conselho Superior do Ministério Público Federal, e na Resolução nº 23/07, do Conselho Nacional do Ministério Público;

Considerando sua função institucional de defesa do patrimônio público e social e de outros interesses difusos e coletivos, em âmbito preventivo e repressivo, cabendo-lhe promover o Inquérito civil e a Ação civil pública, consoante dispõe o art. 129, inciso III, da Constituição Federal e o art. 5º, inciso II, alínea d, e inciso III, alínea b, da Lei Complementar nº 75/93;

Considerando o recebimento do Oficio nº 03975/2010/SAT-DF/SFI/ANP, da Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis que encaminhou cópia do Processo Administrativo ANP nº 48600.001781/2007-18, resultado da fiscalização na empresa Osmar Moraes, CNPJ 04.837.878/0001-37;

Resolve instaurar INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO-ICP, tendo como objeto apurar as irregularidades praticadas pela empresa Osmar Moraes, CNPJ 04.837.878/0001-37.

Determina-se inicialmente:

1 - Autue-se a portaria de instauração do inquérito civil, juntamente com o presente procedimento administrativo, sem necessidade de nova distribuição, uma vez que ela já ocorreu (art. 7º da Resolução nº 87, de 2006, do CSMPF);

2 - Dê-se conhecimento da instauração deste ICP à 3ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal (art. 6º da Resolução n.º 87, de 2006, do CSMPF), mediante remessa desta portaria.

3 - Proceda-se à publicidade deste ato, com a publicação, no Diário Oficial, da Portaria de instauração do Inquérito Civil (art. 16º da Resolução nº 87, de 2006, do CSMPF);

4 - Determina-se, como diligências investigatórias iniciais:

a) oficie-se ao autuado, para que se manifeste, em 10 dias úteis;

5- Após, conclusos.

BRUNO ARAÚJO SOARES VALENTE

4ª CÂMARA DE COORDENAÇÃO E REVISÃO

PORTARIA Nº 14, DE 13 DE JUNHO DE 2011

Interessados: Carlos Zucchi e outros. Requeridos: UHE Foz do Chapecó e IBAMA. Objeto: "apurar o cumprimento da licença ambiental no que tange ao tamanho da APP do reservatório da UHE Foz do Chapecó, tendo em vista o efeito do remanso". Câmara: 4° CCR.

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, no uso de suas atribuições legais, em face do disposto nos artigos 2º, inciso I, e 4º, inciso II, da Resolução CSMPF n.º 87/2006 e,

Considerando os documentos remetidos pelo Ministério Público Estadual de Erechim, tendo em vista a reclamação apresentada por Carlos Zucchi, presidente do Comitê Municipal de Negociação de Itatiba do Sul de atingidos pela instalação da Usina Hidrelétrica (UHE) Foz do Chapecó, dando conta que o lago de referida Usina ultrapassou cerca de 10 km o montante do limite estabelecido pelo empreendedor, prejudicando, por conseguinte, pessoas que não foram previamente indenizadas;

Considerando que é função institucional do Ministério Público ...promover o inquérito civil e a ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos (art. 129, inciso III, CF);

Considerando a normatização contida no art. 5º, inciso III, alínea "d", da Lei Complementar nº 75/93, segundo a qual é função institucional do Ministério Público da União a defesa do meio ambiente;

Considerando a normatização contida no art. 5º, inciso III, alínea "d", da Lei Complementar nº 75/93, segundo a qual é função institucional do Ministério Público da União a defesa do meio ambiente;

Considerando que é competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios proteger o meio ambiente, conforme prevê o art. 23, inciso VI, da Constituição Federal;

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Considerando que todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações (art. 225 da CF);

Considerando que incumbe ao Ministério Público da União sempre que necessário ao exercício de suas funções institucionais instaurar inquérito civil e outros procedimentos administrativos correlatos, podendo, para o exercício de suas atribuições, nos procedimentos de sua competência, requisitar informações, exames, perícias e documentos de autoridades da Administração Pública direta ou indireta, bem como, expedir notificações e intimações necessárias aos procedimentos e inquéritos que instaurar (Lei Complementar n. 75/1993, art. 7º, inciso I e art. 8°, incisos II, IV e VII), resolve:

INSTAURAR, nos termos do art. 2°, § 1°, da Resolução CNMP n° 23/2007, o presente INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, determinando-se:

1. Registro e autuação, pelo Setor Administrativo, nos sistemas de informação adotados pelo Ministério Público Federal, como "Inquérito Civil Público", vinculado à 4ª Câmara de Coordenação e Revisão do MPF, registrando-se como seu objeto: "apurar o cumprimento da licença ambiental no que tange ao tamanho da APP do reservatório da UHE Foz do Chapecó, tendo em vista o efeito do remanso";

2. Nomeação do servidor Vinícius Barancelli, ocupante do cargo de Analista Processual, nos termos do art. 4º, da Resolução CNMP nº 23/2007 e art. 5°, inciso V, da Resolução CSMPF, para funcionar como Secretário(a);

3. Remessa , no prazo de 10 (dez) dias, de cópia da presente portaria à 4º CCR, por meio eletrônico, nos termos do art. 6º, da Resolução CSMPF nº 87/2006, solicitando-lhe a sua publicação (art. 4º, inciso VI, da Resolução CNMP nº 23/2007 e art. 16, §1º, inciso I, da Resolução CSMPF nº 87/2006);

4. Afixação da presente Portaria, pelo prazo de 10 (dez) dias, no quadro de avisos da recepção da Procuradoria da República no Município de Erechim (art. 4º, inciso VI, da Resolução CNMP nº 23/2006).

Como providências investigatórias iniciais, determino:

i) seja oficiado ao IBAMA e a UHE Foz do Chapecó, para que se manifestem acerca da questão, requisitando ao órgão ambiental cópia da Licença Ambiental, do EIA/RIMA, bem como do estudo do remanso referido na nota técnica nº 17/2011.

ii) Com a vinda dos documentos, enviem-se os mesmos à 4º CCR para a emissão de parecer técnico sobre a questão.

A fim de serem observados o art. 9º da Resolução CNMP nº 23 e o art. 15 da Resolução CSMPF nº 87 do CSMPF, deve o Setor Administrativo realizar o acompanhamento de prazo inicial de 01 (um) ano para conclusão do presente inquérito civil, mediante certidão nos autos após o seu transcurso.

ANDRÉIA RIGONI AGOSTINI
Procuradora da República

PORTARIA Nº 153, DE 23 DE MAIO DE .2011

INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL. Procedimento Administrativo nº 1.33.005.000418/2010-51. Tutela Coletiva - Meio Ambiente

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL (MPF), pelo Procurador da República signatário, no desempenho de suas atribuições constitucionais e legais, com supedâneo no art. 129, III da Constituição Federal, no art. 8º, § 1º da Lei nº 7.347/85 e no art. 6º, VII da Lei Complementar nº 75/93, e, ainda,

Considerando que incumbe ao Ministério Público a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, a teor do disposto no art. 127, caput da Constituição Federal e no art. 5º, I, h da Lei Complementar nº 75/93;

Considerando que é função institucional do Ministério Público da União a defesa do meio ambiente, conforme previsto no art. 5º, III, d da Lei Complementar nº 75/93;

Considerando que compete ao Ministério Público promover o inquérito civil e a ação civil pública, para a proteção do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos, nos termos do art. 129, caput, III da Constituição Federal, do art. 5º, I da Lei nº 7.347/85 e do art. 7º, I da Lei Complementar nº 75/93;

Considerando que é competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios proteger o meio ambiente, conforme preceitua o art. 23, VI da Constituição Federal;

Considerando que todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações, conforme previsto no art. 225, caput da Constituição Federal;

Considerando o teor do vertente Procedimento Administrativo, instaurado para averiguar eventual ocorrência de dano ambiental em face do depósito clandestino de resíduos industriais tóxicos em um galpão localizado na Rua João da Cruz Costa, s/n, Loteamento Parque Maria Luiza, bairro Porto Grande, em Araquari/SC;

Considerando o Auto de Infração nº 001/2011, lavrado pela Fundação Municipal de Meio Ambiente de Araquari/SC - FUNDEMA em desfavor de MÁRIO TITO SALVADOR, em 07.01.2011, por não ter destinado corretamente resíduos sólidos oriundos de Fundição, que permanece fechada, na Rua João da Cruz Costa, nº 455, causando prejuízos ao meio ambiente (fls. 28/32);

Considerando que área em questão foi objeto de fiscalização pela FATMA, em 19.12.2008, tendo sido lavrado o Auto de Infração Ambiental nº 07926-B e exarado o despacho nº 018/2009, em 19.02.2009, que determinou a retirada do material depositado no solo de foram inadequada, no prazo de 15 (quinze) dias (fls. 36/44);

Considerando a Ação Penal nº 103.09.001738-4 proposta pelo Ministério Público Estadual oficiante na Comarca de Araquari em face de MÁRIO TITO SALVADOR pela prática do crime tipificado no art. 54, § 2º, V da Lei nº 9.605/98, na qual foi proposta a suspensão condicional do processo em audiência realizada no dia 13.09.2010, não aceita pelo acusado e sua defensora (fls. 48/167);

Considerando que, em resposta ao Ofício 164/2011, de 21.01.2011, a Superintendência do IBAMA em Santa Catarina solicitou prazo para atendimento da diligência requisitada de vistoria no local dos fatos e formulação de diagnóstico ambiental da área (fls. 45/47);

Considerando, por fim, o disposto na Resolução nº 87, de 3 de agosto de 2006, do Conselho Superior do Ministério Público Federal e na Resolução nº 23, de 17 de setembro de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público, decide instaurar

Inquérito Civil,

com vistas à averiguação suficiente da ocorrência de dano em área de preservação permanente e/ou de remanescentes do Bioma da Mata Atlântica, ante a notícia de destinação clandestina de resíduos sólidos industriais em uma área próxima ao Rio Parati, na Rua João da Cruz Costa, nº 455, bairro Porto Grande, no Município de Araquari/SC, bem como à adoção das medidas extrajudiciais e judiciais cabíveis para adequada tutela ambiental da área, à luz da legislação de regência.

Determino, por conseguinte, a expedição de ofício requisitórios, assinalando o prazo de 10 (dez) dias para resposta:

(a) à FATMA, para que preste informações acerca do cumprimento do despacho nº 018/2009 exarado em 19.02.2009 no âmbito do Auto de Infração Ambiental nº 07926-B, e

(b) à Superintendência do IBAMA em Santa Catarina, a fim de informe acerca do cumprimento da Ordem de Execução nº 541/2010-GABIN/SUPES/SC, de 03.12.2010, à vista do tempo já transcorrido desde a solicitação de prazo por intermédio do Ofício 204/2011/GABIN/SUPES/SC, de 14.02.2011.

Outrossim, solicite-se ao D.D. Órgão do Ministério Público do Estado de Santa Catarina oficiante na Comarca de Araquari/SC informações acerca de eventual existência de procedimento administrativo no âmbito de tutela coletiva - meio ambiente ou inquérito civil público instaurado a respeito dos fatos, bem como sobre o seu atual andamento.

Ficam designados os servidores Viviane Soares, Analista Processual, matrícula 16.706-1, e Rodrigo de Alcantara Zimmermann, Técnico Administrativo, matrícula 16.968-4, como secretária e substituto, respectivamente, para atuarem no presente Inquérito Civil Público.

Dê-se ciência à c. Quarta Câmara de Coordenação e Revisão do MPF, com o encaminhamento de cópia do presente decisão, por meio eletrônico, nos termos no art. 6º da Resolução nº 87, de 3 de agosto de 2006, do Conselho Superior do Ministério Público Federal, para fins de publicação desta Portaria no Diário Oficial e no portal eletrônico desta Instituição, conforme preceituado no art. 16, I da sobredita Resolução.

RODRIGO JOAQUIM LIMA

PORTARIA Nº 23, DE 10 DE JUNHO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por seu órgão infra-assinado, no uso das atribuições que lhe conferem a Constituição (arts. 127 e 129) e a Lei Complementar 75/93 (arts. 1.º, 2.º, 5.º, 6.º, 7.º, 38 e 39), e na forma da Resolução 87/2006 do CSMPF,

CONSIDERANDO:

a) o teor do auto de infração 598127 lavrado pelo IIBAMA contra A CAERN (Companhia de Águas e Esgotos do Rio Grande do Norte por construir, instalar e fazer funcionar, sem licença ambiental, obra ou serviço potencialmente poluidor, qual seja, a ETE (Estação de Tratamento de Esgotos) Km 06;

b) que, findo o prazo de trâmite do procedimento administrativo instaurado para averiguar introdutoriamente os fatos, ainda não há elementos suficientes para sobre eles formar juízo conclusivo;

INSTAURA o INQUÉRITO CIVIL n.º 1.28.000.000125/2009-40 com o seguinte objeto: Meio ambiente. Natal/RN. Operação, pela CAERN, sem licença ambiental, da ETE ETE (Estação de Tratamento de Esgotos) Km 06. Auto de infração 598127 e processo 02021.001461/2008-42 do IBAMA.

Interessado: Pirâmide Palace Hotel Ltda.

Autue-se. Comunique-se à 4.ª CCR/MPF. Publique-se no Diário Oficial da União, no site da PR/RN e no sistema Único.

JOSÉ SOARES
Procurador da República

PORTARIA Nº 24, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pela Procuradora da República signatária, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129 da Constituição da República, e:

Considerando que compete ao Ministério Público a defesa dos interesses difusos e coletivos envolvendo o meio ambiente e, especificamente, a propositura das ações de responsabilidade por danos morais e materiais causados ao meio ambiente (art. 129, III, da Constituição Federal e art. 1º, I, da Lei nº. 7.347/1985);

Considerando a função institucional do Ministério Público de promover o inquérito civil público e a ação civil pública para a defesa de interesses difusos e coletivos, dentre os quais o meio ambiente, conforme reconhecido, expressamente, na Lei Orgânica do Ministério Público da União (LC nº 75, de 20.5.93, art. 6º, inc. VII, alínea "b" e "d");

Considerando o disposto na Resolução n. 23, de 17 de setembro de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público;

Considerando o que consta das notícias jornalísticas em anexo, dando conta de que o Governo Federal planeja a construção de um porto de uso público, com 376 mil metros quadrados, na área da antiga Companhia Siderúrgica da Amazônia - SIDERAMA, no Distrito Industrial de Manaus, próximo ao Encontro das Águas, o qual será operado pela iniciativa privada, sob o regime de concessão;

Considerando que as notícias informam que "assim como o Porto das Lajes, a área do Porto Novo de Manaus também enfrenta um acompanhamento rigoroso do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) no Amazonas, pois naquela área existe um sítio arqueológico cadastrado no IPHAN desde a década de 70 (AM-MA-70) e, por isso, qualquer intervenção no lugar precisa da análise do órgão";

Considerando que consta ainda a informação de que o IPHAN/AM teria oficiado ao IBAMA e ao IPAAM solicitando informações acerca do licenciamento ambiental da obra, sendo que apenas o primeiro órgão ambiental respondeu, informando a inexistência de procedimento para aquela atividade;

Considerando que a Secretaria de Portos da Presidência da República já publicou a Portaria n. 174, de 26/06/2010, convocando interessados em registrar e elaborar projeto básico e estudos de empreendimento portuário, a serem utilizados na concessão do Porto Novo de Manaus;

Considerando mensagem eletrônica enviada pelo movimento "SOS Encontro das Águas", analisando algumas opções de local para instalação do empreendimento portuário Porto das Lajes. Ao tecer comentários acerca da instalação de terminal portuário no local da antiga Siderama (ao lado do Porto da CEASA), afirma que o local apresenta posição privilegiada quanto à entrega e recebimento rodoviário, entretanto apresenta as seguintes restrições: "- Profundidade: não sendo naturalmente adequada ao recebimento de navios próximo à margem, demandaria soluções de engenharia como longas pontes de acesso e/ou explosão e dragagem do fundo, o que implicaria em elevados custos, significativo impacto ambiental e riscos à navegação; - Risco à navegação: a extinta Siderama localiza-se adjacente ao porto de balsas da CEASA, com travessia de balsas com veículos para a BR-319 e lanchas pequenas para o município do Careiro da Várzea. O tráfego constante de embarcações de grande porte comprometeria a segurança destas operações; - O porto da Siderama foi considerado durante muitos anos como uma área reservada para a implantação de um porto público, o que não é o objetivo deste empreendimento";

Considerando que o licenciamento ambiental de portos necessita de Estudo Prévio de Impacto Ambiental, a teor da Resolução CONAMA n. 1/86, e por estar a obra localizada no Rio Negro, próxima ao Encontro das Águas com o Rio Solimões (patrimônio cultural/paisagístico cujo tombamento provisório já foi realizado pelo IPHAN), local de formação do Rio Amazonas, todos cursos d'água federais, conforme o art. 20, III da CF/88, o licenciamento ambiental é da competência do IBAMA;

Considerando que referido licenciamento ambiental deverá ser precedido de EIA/RIMA, o qual deve contemplar minuciosamente os impactos do empreendimento sobre o Encontro das Águas e sobre o sítio arqueológico AM-MA-70,

Resolve INSTAURAR INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO para, sob sua presidência, acompanhar o procedimento de licenciamento ambiental do "Porto Novo de Manaus" que pretende ser instalado no local da antiga Siderama (no Distrito Industrial de Manaus), a ser realizado pelo IBAMA.

Para isso, DETERMINA:

I - Autue-se e registre-se no âmbito da PR/AM, fazendo-se as anotações necessárias em livro próprio;

II - Comunique-se a instauração à douta 4ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, por meio eletrônico, inclusive com encaminhamento desta portaria em arquivo digital;

III - Oficie-se ao IBAMA/DILIC e IPAAM para remeterem, se houver, a íntegra do procedimento de licenciamento ambiental do "Porto Novo de Manaus", que pretende ser instalado na área da extinta Siderama, com o respectivo EIA/RIMA (preferencialmente em meio digital), no prazo de 15 (quinze) dias;

IV - Oficie-se ao IPHAN para remeter, no prazo de 15 (quinze) dias, o processo de identificação do sítio arqueológico AM-MA-70, localizado na área da extinta Siderama; e

IV - Envie-se cópia dessa Portaria, por meio digital, à Assessoria de Comunicação da PR/AM (Ascom), para afixação no quadro de avisos desta Procuradoria, pelo prazo de 10 (dez) dias e divulgação no site da PR-AM.

CAROLINA MARTINS MIRANDA DE OLIVEIRA

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

PORTARIA Nº 241, DE 14 DE JUNHO DE 2011

Procedimento Preparatório nº 1.34.001.009440/2010-69. Requerente: Paulo Mendonça Melo. Assunto: MEIO AMBIENTE. Resíduos tóxicos. Providências quanto a fabricantes de produtos químicos para tratamento de madeira.

O Ministério Público Federal, pela Procuradora da República subscritora da presente,

CONSIDERANDO que incumbe ao Ministério Público a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, na forma do artigo 127 da Constituição Federal;

CONSIDERANDO que, as condutas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados, conforme prevê o art. 225, §3º, da Constituição Federal;

CONSIDERANDO que a defesa do meio ambiente é função institucional do Ministério Público, conforme artigo 5º, inciso III, alínea "d", da Lei Complementar nº 75/93;

CONSIDERANDO, que é função institucional do Ministério Público Federal promover o inquérito civil e a ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos, de acordo com o artigo 129, inciso III, da Carta Magna;

CONSIDERANDO elementos constantes das Peças Informativas nº 1.34.001.009440/2010-69 instaurado para apurar o passivo ambiental de todos aqueles que utilizam dormentes em madeira tratados por produtos químicos;

Resolve, com fundamento no artigo 129, III da Constituição Federal, bem como artigos 6º, inciso VII, alínea "b" e 7º, inciso I, ambos da Lei Complementar nº 75/93, instaurar INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO para resguardar, promover e proteger o meio ambiente, bem como para apurar eventuais irregularidades referentes à destinação dos dormentes tratados quimicamente e utilizados por empresas no Estado de São Paulo.

Desta forma, dando continuidade às investigações, determina:

a) registre-se e autue-se a presente Portaria, procedendo-se às anotações de praxe, e alterando-se a ementa para: Meio Ambiente. Resíduos tóxicos. Apuração de irregularidades na destinação de dormentes tratados quimicamente e utilizados por empresas de São Paulo;

b) comunique-se a 4ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal - 4ª CCR, nos termos do artigo 6º, da Resolução nº 87, de 03 de agosto de 2006, do Conselho Superior do Ministério Público Federal;

c) oficie-se à CPTM, ALL e AES Eletropaulo, principais empresas que utilizam dormentes em suas atividades, para que informem qual a destinação ambiental dos dormentes utilizados, bem como se as condições em que os armazenam são suficientes para garantir a não contaminação do meio ambiente.

d) oficie-se à CETESB para prestar esclarecimentos sobre os potenciais riscos à saúde humana e ao ambiente das operações de tratamento de madeira com uso de creosoto, bem como sobre as possibilidades de contaminação do solo a partir da disposição de dormentes tratados com esse produto.

ADRIANA ZAWADA MELO

PORTARIA Nº 284, DE 26 DE MAIO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República signatário, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129, da Constituição Federal, e:

a) considerando que é atribuição do Ministério Público zelar pela proteção do meio ambiente ecologicamente equilibrado, constitucionalmente tutelado pelo art. 225, da Constituição Federal;

b) considerando o rol de atribuições elencadas nos arts. 127 e 129 da Constituição Federal;

c) considerando a incumbência prevista no art. 6º, VII, b, e art. 7º, inciso I, da mesma Lei Complementar;

d) considerando que o objeto do presente procedimento se insere no rol de atribuições do Ministério Público Federal;

e) considerando o disposto na Resolução nº 23, de 17 de setembro de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público;

f) considerando os elementos constantes do expediente nº 1.30.801.002385/2011-91, contendo ofício da Coordenadoria Geral de Petróleo e Gás do IBAMA, encaminhando cópia do EIA/RIMA referente ao processo de licenciamento ambiental do Teste de Longa Duração (TLD) de Waimea, Bloco BM-C-41, Bacia de Campos (processo IBAMA nº 02022.000204/10), pleiteado pela empresa OGX Petróleo e Gás Ltda;

Instaure-se o INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO para promover a ampla apuração dos fatos e a ocorrência de possíveis danos ambientais.

Autue-se a presente portaria, com o referido expediente, como inquérito civil público.

Após os registros de praxe, publique-se e comunique-se esta instauração à 4ª Câmara de coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, para os fins previstos nos arts. 4º, VI, e 7º, § 2º, I e II, da resolução nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público.

ANA PADILHA LUCIANO DE OLIVEIRA

PORTARIA Nº 312, DE 10 DE JUNHO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República signatário, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129, da Constituição Federal, e:

a) considerando que é atribuição do Ministério Público zelar pela proteção do patrimônio público e social, constitucionalmente tutelado, dentre outros, pelo art. 37 e seus incisos, da Constituição Federal;

b) considerando o rol de atribuições elencadas nos arts. 127 e 129 da Constituição Federal;

c) considerando a incumbência prevista no art. 6º, VII, b, e art. 7º, inciso I, da mesma Lei Complementar;

d) considerando que o objeto do presente procedimento se insere no rol de atribuições do Ministério Público Federal;

e) considerando o disposto na Resolução nº 23, de 17 de setembro de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público;

f) considerando os elementos constantes do expediente nº 1.30.801.002714/2011-01, contendo cópia do Acórdão nº 3358/2011, adotado pelo Tribunal de Contas da União em sessão da Primeira Câmara de 24 de maio de 2011, ao apreciar o processo de Tomada de Contas Especial nº TC 025.436/2007-2, instaurada em razão de falta de comprovação do produto final do projeto audiovisual "Arte Contemporânea", que captou recursos com base na Lei nº 8.685/93, por parte da empresa Film Factory do Brasil Ltda e José Carlos Freitas de Sousa;

Instaure-se o INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO para promover a ampla apuração dos fatos e a ocorrência de possíveis atos de improbidade administrativa.

Autue-se a presente portaria e o referido expediente nº 1.30.801.002714/2011-01 como inquérito civil público.

Determino, ainda, que seja oficiado à empresa responsável e ao sr. José Carlos Freitas de Sousa, requisitando informações acerca do pagamento da quantia devida ao erário bem como da apresentação da comprovação do produto final do projeto audiovisual "Arte Contemporânea".

Após os registros de praxe, publique-se e comunique-se esta instauração à 4ª Câmara de coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, para os fins previstos nos arts. 4º, VI, e 7º, § 2º, I e II, da Resolução nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público.

ANA PADILHA LUCIANO DE OLIVEIRA

PORTARIA Nº 34, DE 14 DE JUNHO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, representado pela Procuradora da República no Município de Resende /RJ, no cumprimento das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 129, inciso III, da CRFB, pelo art. 1º, inciso I, c/c art. 8º, § 1º, ambos da Lei nº 7.347/85 e pelo art. 6º, inciso VII, alínea b, c/c art. 7º, inciso I, ambos da Lei Complementar nº 75/93, e

CONSIDERANDO ser o Ministério Público, nos termos do art. 129, inciso III, da CRFB, instituição permanente incumbida de promover o inquérito civil e a ação civil pública para a defesa do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos;

CONSIDERANDO que foi remetido pela Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva - Núcleo Resende cópia de peças extraídas do Inquérito Civil n. 093/07, que noticia possível irregularidade no sistema de tratamento de esgoto do Hospital Escolar da Academia Militar das Agulhas Negras em Resende;

CONSIDERANDO que, dentre os documentos encaminhados, consta "Parecer Técnico", elaborado por analista ambiental da Agência de Meio Ambiente do Município de Resende - AMAR, que informa que o Hospital Escolar/AMAN direciona seus efluentes diretamente para a estação de tratamento de esgoto da AMAN, de modo que não possui um sistema próprio de tratamento;

CONSIDERANDO que no mesmo documento o analista ambiental da AMAR adverte que os efluentes produzidos em instituições hospitalares possuem grande potencial poluidor, necessitando de tratamento adequado para "minimizar o risco à saúde pública";

CONSIDERANDO que o Hospital Escolar da AMAN (Academia Militar das Agulhas Negras) é uma instituição militar do Exército Brasileiro, localizada no Município de Resende/RJ;

CONSIDERANDO que o Exército Brasileiro, constitui parte das Forças Armadas, que é uma instituição federal permanente e regular, nos termos do art. 142 da CRFB;

CONSIDERANDO que o parecer acima mencionado não é conclusivo quanto à adequação do tratamento dado ao esgoto produzido pelo referido hospital, fazendo-se necessário o aprofundamento das investigações, no que tange a adequação do sistema utilizado, nos termos da legislação ambiental vigente;

Resolve instaurar INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO para apurar a regularidade ambiental do sistema de tratamento de efluentes do Hospital Escolar da Academia militar das Agulhas Negras - AMAN.

Desde já, adotem-se as seguintes providências:

a) registre-se e autue-se, com a seguinte ementa: INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO - MEIO AMBIENTE - REGULARIDADE AMBIENTAL - SISTEMA DE TRATAMENTO DE EFLUENTES - HOSPITAL ESCOLAR DA AMAN - MUNICÍPIO DE RESENDE;

b) comunique-se a instauração à 4ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, remetendo-se extrato desta Portaria, e solicitando que providenciem a publicação no Diário Oficial da União;

c) publique-se esta Portaria no átrio desta Procuradoria;

d) oficie-se à AMAR e ao INEA/SUPEMP requisitando que seja informado ao MPF: I. se o tratamento dados aos efluentes do Hospital Escolar da AMAN está adequado à legislação ambiental vigente, especificando os atos normativos aplicáveis à referida atividade; II. caso seja negativa a resposta, deverá ser informado quais adequações são necessárias para que a legislação ambiental seja integralmente atendida; III. se a estação de tratamento de esgoto utilizada pela AMAN encontra-se devidamente licenciada; IV. se positiva a resposta, deverá ser informado qual o órgão foi responsável pelo licenciamento ambiental e remetida cópia das respectivas licenças; V. se negativa a resposta, deverá ser informado qual o órgão responsável pelo licenciamento da atividade e quais as providências adotadas diante de eventual irregularidade constatada. Os ofícios deverão ser instruídos pelo parecer técnico encaminhado pelo MPE.

IZABELLA MARINHO BRANT

PORTARIA Nº 4, DE 15 DE JUNHO DE 2011

Ref.: PI nº 1.23.001.000224/2009-06.

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo procurador da República signatário, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129 da Constituição da República, e:

1. Considerando o rol de atribuições elencadas nos arts. 127 e 129 da Constituição Federal;

2. Considerando a incumbência prevista no art. 6º, inc. VII, b, e art. 7º, inc. I, da Lei Complementar nº 75/1993;

3. Considerando que o Procedimento Administrativo (PI) em referência foi instaurado a partir de representação (comunicação de crime) encaminhada pelo IBAMA noticiando conduta consistente na inserção/prestação de informações falsas nos sistemas oficiais de controle referentes à emissão de Guias Florestais junto ao CEPROF/SEMA e à entrega entrega de relatórios de atividades junto ao cadastro técnico federal do IBAMA, objeto do auto de infração nº 586485 (anexo) lavrado em face da empresa C. De J. S. Costa;

4. Considerando que a autuação fundamentou-se no relatório de fiscalização relativo à Operação Caça-Fantasmas do IBAMA, que tinha por objetivo apurar as irregularidades ambientais relacionadas ao Plano de Exploração Florestal denominado Associação dos Pequenos Agricultores do Assentamento Irmã Doroty, localizado em Jacundá;

5. Considerando que referida operação logrou revelar esquema fraudulento de comércio virtual de créditos de madeira fictícios, sem lastro físico, advindos supostamente do supra mencionado Plano de Exploração Florestal, para fins de "esquentar" produto florestal extraído ilegal e clandestinamente;

6. Considerando que restou demonstrado, por ocasião da fiscalização in locu e nos sistemas de controle dos órgãos de controle ambiental, que tais créditos visam apenas acobertar/"esquentar" a comercialização de produto florestal que jamais não poderia, pelas condições operacionais e outras circunstâncias, ter se originado do PEF referido, haja vista que à época dos fatos, durante o período chuvoso, o PEF não foi efetivamente movimentado, não tendo ocorrido, portanto, remessa de carga de madeira oriunda do PEF;

7. Considerando que o horário de emissão e recebimento das GF's - de 01 (um) a 05 (cinco) minutos - afigura-se inviável ao transporte, bem como os veículos cadastrados nos sistemas - automóvel VW/Santana e motocicleta Yamaha YZF, por exemplo - inaptos ao transporte de cargas de madeira na metragem cúbica indicada.

8. Considerando que uma das maiores beneficiadas com as ilegalidades e fraudes verificadas foi a empresa madeireira C de J. S. Costa, visto que, em 2009, deu entrada em saldo junto ao CEPROF (nº 236) de um crédito de 384,00m3 de madeira em tora, de diversas essências, supostamente advindas do PEF ora referido, do qual, desde dezembro de 2008, não saiu nenhuma carga de madeira, conforme atestado in locu pela fiscalização;

9. Considerando que a movimentação fraudulenta do crédito para "esquentar a madeira" foi acobertada por 15 (quinze) GF's emitidas pela empresa C de J. S. Costa, 14 (catorze) delas entre os dias 15/01 e 11/03, período chuvoso;

10. Considerando também que a mesma empresa fraudou o sistema do IBAMA - cadastro técnico federal (CTF) apresentando informações falsas no relatório de atividades de 2008/2009

11. Considerando o vencimento do prazo do art. 4º, §1º, da Resolução nº 87/2010 do Conselho Superior do Ministério Público Federal, bem como o quanto estabelecido no §4º do mesmo artigo;

12. Considerando que o procedimento, após diligências preliminares procedidas, encontrava-se sobrestado aguardando adoção de providências administrativas complementares e encaminhamento de documentos por parte do IBAMA;

13. Considerando a necessidade de dar prosseguimento à instrução do feito para adoção de providências em face da empresa C de J. S. Costa, sediada no município de Jacundá;

Instaure-se INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO a partir dos documentos que compõem o Procedimento (PI) em epígrafe, a fim de se promover ampla apuração e acompanhamento dos fatos noticiados. Uma vez convertido o presente procedimento em ICP, cumpre dar seguimento às apurações. Destarte, determino que:

a) Encaminhe-se cópia integral do presente procedimento à DPF para IMEDIATA instauração de IPL destinado a apurar os fatos relatados no(s) relatório(s) de fiscalização do IBAMA constantes do procedimento, devendo proceder às seguintes diligências: (1) oitiva das pessoas mencionadas à f. 33 - especialmente os Srs. Josiclei Ramos e Vilmar de Oliveira -, dos nacionais indicados na Procuração de f. 87, bem como dos proprietários das empresas madeireira e serrarias beneficiadas constantes à f. 37; (2) inquirição do representante legal e operacional da empresa C de J. S. Costa, Sr. Joaquim José da Costa Neto (CPF 062.720.373-68); (3) realização de exames

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

periciais documentoscópicos e grafotécnicos dos documentos constantes dos autos (GF's e DVPF's), entre outras que se julgar pertinentes, para fins de melhor apurar a materialidade e especialmente a autoria delitiva

b) Relativamente ao AI nº 586485 e relatórios de fiscalização correspondentes à Operação Caça-Fantasmas, oficie-se o IBAMA para que informe e encaminhe a esta PRM-MAB, em 10 dias, além das 15 (quinze) GF's emitidas fraudulentamente pela empresa C de J. S. Costa em 2009, todas as 243 (duzentas e quarenta e três) GF's expedidas, no mesmo ano, pelas demais empresas beneficiárias indicadas à f. 37 do presente procedimento, bem como todos os demais Autos de Infrações que digam respeito às condutas ilegais/fraudulentas apuradas e relatadas por ocasião da Operação Caça-Fantasma. Ainda, informe o IBAMA quais as providências administrativas adotadas - fiscalizações/vistorias complementares, bloqueios, interdição, apreensões, termos de ajuste de condutas, etc - por força das conclusões exaradas ao final dos trabalhos relativos à Operação Caça-Fantasmas.

c) Relativamente ao AI nº 586485 e relatórios de fiscalização correspondentes à Operação Caça-Fantasmas, oficie-se a Procuradoria do IBAMA em Belém/PA para que informe, com a devida urgência, quais foram as providências extrajudiciais (TAC's) e judiciais (ACP's) adotadas em razão do quanto apurado pela Operação Caça-Fantasmas, especialmente em relação à empresa C de J. S. Costa.

d) Oficie-se à JUCEPA para que informe, em 05 dias, a relação de sócios proprietários das empresas constantes à f. 37, especialmente a C de J. S. Costa (CNPJ 02.441.918/0001-00), durante o período de 2007/2010, devendo encaminhar, com relação à C de J. S. Costa, o contrato social e demais alterações averbadas no mesmo período indicado.

Com as respostas, conclusos os autos para providências.

Após os registros de praxe, publique-se e comunique-se a instauração à 4ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, para os fins previstos nos arts. 4º, VI, e 7º, §2º, I e II, da Resolução nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público.

TIAGO MODESTO RABELO

PORTARIA N° 41, DE 16 DE JUNHO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por meio do Procurador da República signatário, lotado e em exercício na Procuradoria da República no Município de Pelotas/RS, no uso de suas atribuições constitucionais (artigos 129, caput, e inciso III, da Constituição Federal), legais (artigo 8.º, § 1.º, da Lei n.º 7.347/1985; e, artigos 1.º; 5.º; 6.º, incisos VII; 7.º, inciso I; e, 38, inciso I; da Lei Complementar n.º 75/1993) e regulamentares (artigo 1.º e seguintes da Resolução CSMPF n.º 87/2006 e artigo 1.º e seguintes da Resolução CNMP n.º 23/2007); e ...

CONSIDERANDO que se encontra em curso na Procuradoria da República no Município de Pelotas/RS o Procedimento Administrativo n.º 1.29.005.000102/2011-72, cujo objeto é apurar a necessidade de proteção, por seu valor histórico-cultural, de bens móveis e imóveis que se encontram na pedreira da Superintendência do Porto de Rio Grande - SUPRG situada no localidade de "Cerro do Estado", em Capão do Leão/RS;

CONSIDERANDO que o referido procedimento preparatório ainda não se encontra instruído com dados suficientes a permitir a adoção imediata de quaisquer das medidas judiciais ou extrajudiciais cabíveis (propositura de ação civil pública, expedição de recomendação etc), sendo necessária a realização de novas diligências, como a requisição de informações e/ou documentos;

Resolve, em face do disposto no artigo 4.º, § 4.º, da Resolução CSMPF n.º 87/2006 e no artigo 2.º, § 7.º, da Resolução CNMP n.º 23/2007, converter o referido procedimento administrativo em inquérito civil, razão pela qual deverá a Secretaria dos Ofícios da Tutela Coletiva - SOTC:

1. registrar e autuar a presente Portaria com os autos do procedimento administrativo preparatório findo, mantendo-se a numeração deste; e, registrar, na capa dos autos, como objeto do inquérito civil: "Apurar a necessidade de proteção, por seu valor histórico-cultural, de bens móveis e imóveis que se encontram na pedreira da SUPRG situada no localidade de 'Cerro do Estado', em Capão do Leão/RS";

2. comunicar à 4.ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal acerca da conversão do procedimento administrativo em inquérito civil, enviando-se o arquivo virtual da portaria ao endereço eletrônico 4camara@pgr.mpf.gov.br, para fins de sua publicação no Diário Oficial da União, conforme determinado no artigo 16, § 1.º, inciso I, da Resolução CSMPF n.º 87/2006 e no artigo 7.º, § 2.º, inciso I, da Resolução CNMP n.º 23/2007; e,

3. elaborar minuta de ofício, dirigido à Procuradora da República no Município de Rio Grande/RS, Anelise Becker, a fim de solicitar o encaminhamento de cópia das respostas aos Ofícios CDC/PRM/RG/RS n.os 197/11 e 198/11, assim como de eventual(is) parecer(es) técnico(s) juntado(s) nos autos do Inquérito Civil PRM/RG/RS n.º 1.29.006.000191/2008-41.

Com a juntada dos dados e/ou documentos solicitados, voltem os autos conclusos para posteriores deliberações.

DESIGNA-SE, para secretariar os trabalhos, a servidora JULIANA ROCHA GOMES.

MAURO CICHOWSKI DOS SANTOS

PORTARIA Nº 450, DE 31 DE MAIO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República signatário, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129 da Constituição da República, e:

a) considerando o rol de atribuições elencadas nos arts. 127 e 129 da Constituição Federal;

b) considerando a incumbência prevista no art. 6º, VII, b, e art. 7º, inciso I, da mesma Lei Complementar;

c) considerando que o objeto da presente representação se insere no rol de atribuições do Ministério Público Federal;

d) considerando o disposto na Resolução nº 23, de 17 de setembro de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público;

e) considerando os elementos constantes na presente representação, que relatam irregularidades nos critérios utilizados pela Superintendência Federal de Pesca e Aquicultura em SC para concessão dos pontos de pesca;

Determino a instauração de INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, a fim de promover ampla apuração dos fatos noticiados.

Autue-se a presente portaria e as peças de informação que a acompanham como inquérito civil.

Após os registros de praxe, publique-se e comunique-se esta instauração à 4ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, para os fins previstos nos arts. 4º, VI, e 7º, § 2º, I e II, da Resolução n.º 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público.

EDUARDO BARRAGAN SERÔA DA MOTTA

PORTARIA Nº 49, DE 29 DE ABRIL DE 2011

JOSÉ LUCAS PERRONI KALIL, Procurador da República, no uso de suas atribuições legais contidas, entre outros, nos artigos 127 e 129 da Constituição Federal de 1988, nos artigos 5º e seguintes da Lei Complementar nº 75/93, e

Considerando que o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, nos termos do art. 127, caput, da Constituição Federal;

Considerando que compete ao Ministério Público Federal promover o inquérito civil e a ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos;

Considerando a dimensão do patrimônio da extinta RFFSA, e sua importância enquanto patrimônio histórico e cultural;

Considerando que o Município de Cristina, por meio do ofício GAB. nº 046/2010, informou que possui bem da extinta da extinta RFFSA, sendo eles (i) o prédio da antiga estação ferroviária, atualmente convertido em Terminal Rodoviário e caixa d'água, (ii) antiga locomotiva a vapor, de n.° 423, localizada no Museu do Trem, propriedade do município e (iii) ruínas do antigo viaduto da Estrada de Ferro Sapucaí;

Considerando que o Município declarou o interesse em receber esses bens de forma definitiva, mediante aceitação de encargos;

Considerando que cabe ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN receber e administrar os bens móveis e imóveis de valor artístico, histórico e cultural, oriundos da extinta RFFSA, bem como zelar pela sua guarda e manutenção;

Considerando que a preservação e a difusão da Memória Ferroviária constituída pelo patrimônio artístico, cultural e histórico do setor ferroviário serão promovidas mediante (i) construção, formação, organização, manutenção, ampliação e equipamento de museus, bibliotecas, arquivos e outras organizações culturais, bem como de suas coleções e acervos e (ii) conservação e restauração de prédios, monumentos, logradouros, sítios e demais espaços oriundos da extinta RFFSA, financiadas, dentre outras formas, por meio de recursos captados e canalizados pelo Programa Nacional de Apoio à Cultura - PRONAC, instituído pela Lei no 8.313, de 23 de dezembro de 1991;

Considerando que a Secretaria do Patrimônio da União tem consentido, com base nos arts. 21 e 9º da Lei n.º 11.483/07 c/c art. 7º do Decreto n.º 6.018/07, que os imóveis em questão passem a ser geridos pela prefeitura local ou pelo IPHAN, sempre privilegiando o interesse do IPHAN, ou mediante Termo de Compromisso, conforme já antes promovido pela Procuradoria da República no Estado de Minas Gerais.

Considerando que o presente procedimento administrativo foi instaurado há mais de 180 (cento e oitenta) dias (art. 2º, §6º, da Resolução nº 23/2007 CNMP), sem que tenham sido finalizadas as apurações, as quais, todavia, devem ser complementadas;

Resolve CONVERTER, nos termos do art. 2º, §6º, da Resolução nº 23/2007 CNMP, o presente procedimento administrativo (autos n.º 1.22.013.000048/2010-36) em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, determinando-se:

1. Proceda-se os registros de praxe do presente procedimento administrativo como Inquérito Civil Público no sistema ARP de controle desta PRM-Pouso Alegre/MG;

2. Remessa, no prazo de 10 (dez) dias, de cópia da presente portaria à 4º Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, por meio eletrônico, nos termos do art. 6º, da Resolução nº 87 do CSMPF, solicitando-lhe a sua publicação (art. 4º, VI, Resolução nº 23 CNMP e art. 16, §1º, I, Resolução nº 87 CSMPF);

3. Extraia-se cópias do parecer de fls. 21/26 e acoste-se-as em todos os autos referentes a bens ferroviários que ainda não tive-lo em seu bojo;

4,. Solicite-se à Inventariança da RFFSA nos informe se houve alteração no estado de coisas informado pelo Ofício n.º 1223/INV/RFFSA/URBEL/2010;

5. Oficie-se ao IPHAN, para que informe sobre se já houve declaração de valor histórico, artístico ou cultural para os bens informados pela Municipalidade às fls. 01/02.

Inicialmente, o presente Inquérito Civil Público terá duração máxima de 1 (um) ano.

Cumpra-se.

JOSÉ LUCAS PERRONI KALIL

PORTARIA Nº 61, DE 14 DE JUNHO DE 2011

1.33.001.000237/2011-45.

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República signatário, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129 da Constituição da República,

a) considerando que tramitam(ram) nesta Procuradoria os seguintes Inquéritos Civis Públicos, que apuram(raram) a adequação das empresas extratoras de areia no rio Itajaí-Açu às condicionantes previstas no Termo de Ajuste de Condutas firmado pelo MPF, Sindicato das Empresas Extratoras de Areia em Santa Catarina, órgãos ambientais e outros: 1.33.001.000374/2008-84, 1.33.001.000375/2008-29, 1.33.001.000376/2008-73, 1.33.001.000377/2008-18, 1.33.001.000378/2008-62, 1.33.001.000379/2008-15, 1.33.001.000380/2008-31, 1.33.001.000381/2008-86, 1.33.001.000382/2008-21, 1.33.001.000383/2008-75, 1.33.001.000384/2008-10, 1.33.001.000385/2008-64, 1.33.001.000386/2008-17, 1.33.001.000387/2008-53, 1.33.001.000388/2008-06, 1.33.001.000389/2008-42, 1.33.001.000437/2008-01, 1.33.001.000438/2008-47, 1.33.001.000439/2008-91, 1.33.001.000440/2008-16,. 1.33.001.000441/2008-61, 1.33.001.000443/2008-50, 1.33.001.000442/2008-13, 1.33.001.000444/2008-02, 1.33.001.000445/2008-49, 1.33.001.000446/2008-93, 1.33.001.000447/2008-38, 1.33.001.000448/2008-82, e 1.33.001.000449/2008-27;

b) considerando que também fora objeto dos referidos Inquéritos Civil Públicos estudos sobre a viabilização da implantação de monitoramento, via satélite, das dragas extratoras de areia, de forma a propiciar a fiscalização diuturna da atividade pelo poder público;

c) considerando que, no decorrer dos referidos Inquéritos Civis Públicos se verificou que, uma vez que a implantação de monitoramento das dragas deveria alcançar tanto as empresas que atualmente exercem a atividade quanto as que no futuro o farão, seria mais eficaz que o assunto fosse objeto de um único e específico Inquérito Civil Público, no qual todas as empresas que exercem a atividade fossem albergadas.

Instaure-se INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO a partir das cópias de documentos extraídos dos Inquéritos Civis Públicos supra referidos (cópias cadastradas sob o nº PRM-BNU-SC 00003304/2011), para que se dê seguimento ao objetivo de implantar o monitoramento das dragas, via satélite.

Autue-se a presente portaria e os documentos que a acompanham como inquérito civil.

Após os registros de praxe, publique-se e comunique-se esta instauração à 4ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, para os fins previstos nos arts. 4º, VI, e 7º, §2º, I e II, da Resolução nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público. Proceda-se ao registro da presente portaria, com as anotações consequentes.

JOÃO MARQUES BRANDÃO NÉTO

PORTARIA Nº 63, DE 14 DE JUNHO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República signatário, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129 da Constituição da República, e:

Considerando que compete ao Ministério Público a defesa dos interesses difusos e coletivos envolvendo o meio ambiente e, especificamente, a propositura das ações de responsabilidade por danos morais e materiais causados ao meio ambiente (art. 129, III, da Constituição Federal e art. 1º, I, da Lei nº. 7.347/1985);

Considerando a função institucional do Ministério Público de promover o inquérito civil público e a ação civil pública para a defesa de interesses difusos e coletivos, dentre os quais o meio ambiente, conforme reconhecido, expressamente, na Lei Orgânica do Ministério Público da União (LC nº 75, de 20.5.93, art. 6º, inc. VII, alínea "b" e "d");

Considerando o disposto na Resolução n. 23, de 17 de setembro de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público;

Considerando o que consta do Termo de Declarações em anexo, prestado por Estevão Martins do Nascimento, nesta Procuradoria da República, em 13 de abril de 2.010, noticiando a extração irregular de madeira, em áreas pertencentes à União, , o que atrai a atribuição do Ministério Público Federal para apurar os fatos, no município de Canutama/AM, por parte de pessoas conhecidas como Zé Acriano (Presidente da associação local), Zé Leal (grileiro da região) e Horácio, policial civil de Rondônia do 7º DP;

Resolve INSTAURAR INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, com fundamento no art. 4º, caput, II, da Resolução n. 87, de 03 de agosto de 2.006, do Conselho Superior do Ministério Público Federal - CSMPF, incluído pela Resolução n. 106, de 06 de abril de 2.010, do mesmo órgão, definindo como objeto apurar possível extração ilegal de madeira em terras da União, no município de Canutama/AM, por parte de pessoas conhecidas como Zé Acriano (Presidente da associação local), Zé Leal (grileiro da região) e Horácio, policial civil de Rondônia do 7º DP.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Autue-se e registre-se no âmbito da PR/AM, fazendo-se as anotações necessárias em livro próprio.

Envie-se cópia da Portaria, por meio digital, à Assessoria de Comunicação da PR/AM (Ascom), para afixação no quadro de avisos desta Procuradoria, pelo prazo de 10 (dez) dias e divulgação no site da PR-AM.

Comunique-se a instauração à douta 4ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, por meio eletrônico, inclusive com encaminhamento da portaria em arquivo digital.

Com vista aos princípios constitucionais da supremacia do interesse público e da duração razoável do processo, e nos termos do art. 5º, IV, da Resolução n. 87, deverá a Secretaria, no prazo de 05 (cinco) dias, considerando a URGÊNCIA da situação, realizar as seguintes diligências:

a) oficie-se ao INCRA, ao IBAMA e ao IPAAM requisitando fiscalização no local, no prazo de 30 (trinta) dias, tendo em conta a notícia de possível desmatamento e até mesmo conflito agrário, quantificando o dano ambiental e identificando seus autores, remetendo, logo após a ação fiscalizatória, relatório circunstanciado a este MPF;

b) expeça-se ofício ao IBAMA, ao INCRA e à União requisitando cópia dos documentos que comprovem a propriedade da área em que estão ocorrendo os fatos aqui apurados.

Prazo para as requisições: 10 (dez) dias úteis.

CUMPRA-SE

RICARDO PERIN NARDI

PORTARIA Nº 75, DE 20 DE JUNHO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República signatário, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129 da Constituição da República, e:

CONSIDERANDO que compete ao Ministério Público a defesa dos interesses difusos e coletivos envolvendo o meio ambiente (art. 129, III, da Constituição Federal)

CONSIDERANDO o disposto no art. 6º, inc. VII, alíneas "b", da LC n. 75/93, que atribuiu ao Ministério Público Federal a promoção do inquérito civil público para proteção do meio ambiente; e

CONSIDERANDO o disposto na Resolução n. 23, de 17 de setembro de 2.007, do Conselho Nacional do Ministério Público, e na Resolução n. 87, de 06 de abril de 2.010, do Conselho Superior do Ministério Público Federal;

Resolve INSTAURAR INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, com fundamento no art. 4º, § 4º, da Resolução n. 87, de 03 de agosto de 2.006, do Conselho Superior do Ministério Público Federal - CSMPF, incluído pela Resolução n. 106, de 06 de abril de 2.010, do mesmo órgão, definindo como seu objeto apurar a ocorrência de poluição hídrica no porto da Ceasa, localizada na BR 319, na parte do Rio Negro onde opera-se o sistema de travessia por balsa, ligando os dois trechos da rodovia.

Para isso, DETERMINA:

I - Autue-se e registre-se no âmbito da PR/AM, fazendo-se as anotações necessárias em livro próprio;

II - Envie-se cópia da Portaria, por meio digital, à Assessoria de Comunicação da PR/AM (Ascom), para afixação no quadro de avisos desta Procuradoria, pelo prazo de 10 (dez) dias e divulgação no site da PR-AM;

III - Comunique-se a instauração à douta 4ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, por meio eletrônico, inclusive com encaminhamento desta portaria em arquivo digital;

IV - À Secretaria, no prazo de 05 (cinco) dias, realizar as seguintes diligências:

a) reiterar o ofício anteriormente expedido ao IPAAM, com as advertências do art. 10 da Lei n. 7.437/85 e do art. 11 da Lei n. 8.429/92:

b) oficiar à SNPH requisitando informações acerca da estação de tratamento de efluentes do Porto da Ceasa (anexar cópia da matéria jornalística).

Prazo para as requisições: 05 dias úteis.

CUMPRA-SE.

RICARDO PERIN NARDI

PORTARIA Nº 65, DE 3 DE JUNHO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República signatário, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129 da Constituição da República, e:

CONSIDERANDO que compete ao Ministério Público a defesa dos interesses difusos e coletivos envolvendo o meio ambiente (art. 129, III, da Constituição Federal)

CONSIDERANDO o disposto no art. 6º, inc. VII, alíneas "b", da LC n. 75/93, que atribuiu ao Ministério Público Federal a promoção do inquérito civil público para proteção do meio ambiente;

CONSIDERANDO o disposto na Resolução n. 23, de 17 de setembro de 2.007, do Conselho Nacional do Ministério Público, e na Resolução n. 87, de 06 de abril de 2.010, do Conselho Superior do Ministério Público Federal;

CONSIDERANDO que a área possivelmente invadida e devastada pertence ao INCRA, órgão federal;

Resolve INSTAURAR PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO, com fundamento no art. 4º, § 1º, da Resolução n. 87, de 03 de agosto de 2.006, do Conselho Superior do Ministério Público Federal - CSMPF, incluído pela Resolução n. 106, de 06 de abril de 2.010, do mesmo órgão, definindo como seu objeto possível invasão e devastação de terra pertencente ao INCRA

Para isso, DETERMINA:

I - Autue-se e registre-se no âmbito da PR/AM, fazendo-se as anotações necessárias em livro próprio;

II - Comunique-se a instauração à douta 4ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, por meio eletrônico, inclusive com encaminhamento desta portaria em arquivo digital;

III - À Secretaria, no prazo de 05 (cinco) dias, realizar as seguintes diligências:

a) expeça-se ofício ao INCRA requisitando documentação referente ao terreno supostamente invadido, bem como para que informe se tem ciência acerca do fato narrado no termo de declaração e quais as providências que estão sendo adotadas (anexar ao ofício cópia do termo de declaração e das documentações relativas ao terreno do declarante);

b) expeça-se ofício à Superintendência Regional da Polícia Federal no Amazonas, requisitando informações acerca das providência adotadas no tocante à informação anexa;

c) expeça-se ofício ao Batalhão Ambiental da Polícia Militar em Manaus, requisitando informações sobre o registro de ocorrência feito por Cloves Bentes da Silva acerca dos fatos aqui apurados, bem como sobre as providências adotadas, mormente um relatório sobre a inspeção feita, no dia 15-05-2.011, por uma equipe de policiais no local supostamente invadido; e

d) oficiar ao IPAAM para que realize fiscalização na área, com o escopo de constatar os danos ambientais narrados no termo de declaração, identificando e qualificando os responsáveis.

Prazo para as requisições: 20 (vinte) dias úteis

RICARDO PERIN NARDI

PORTARIA Nº 82, DE 15 DE JUNHO DE 2011

O Ministério Público Federal, por meio da Procuradora da República signatária, com base no que preceitua o art. 129, II, da Constituição Federal, o art. 6º, VII, alíneas "a" a "d", da Lei Complementar nº 75/93, o art. 5º da Resolução CSMPF nº 87/2006, de 03 de agosto de 2006, do Conselho Superior do Ministério Público Federal, bem como o art. 4º da Resolução CNPM nº 23, de 17 de setembro de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público e

Considerando que compete ao Ministério Público instaurar inquérito civil para a proteção do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos, nos termos da legislação supra;

Considerando a alteração nos arts. 4º e 5º, da Resolução CSMPF nº 87/2006, promovida pela Resolução CSMPF nº 106/2010;

Considerando que o presente procedimento administrativo foi instaurado há mais de 180 (cento e oitenta) dias (art. 2º, §6º, da Resolução nº 23/2007 CNMP c/c o art. 4, § 1º, da Resolução nº 87/2006 do CSMPF), sem que tenham sido finalizadas as apurações;

Considerando que os elementos até então colhidos apontam a necessidade de aprofundar as investigações, com a realização de outras diligências;

Resolve converter o presente procedimento administrativo nº 1.26.000.002865/2010-29 em inquérito civil, determinando:

a) registro e autuação da presente portaria juntamente com o procedimento administrativo em epígrafe, mantida a numeração original, assinalando como objeto do Inquérito Civil: Apurar notícia de possível crime ambiental, consistente na prática de pesca ilegal no litoral de pernambuco, referente à Notificação nº 515154 expedida em face de José Marcelo da Silva (Qualimar Com Ind e Exp LTDA).

b) remessa de cópia da presente portaria à 4ª Câmara de Coordenação e Revisão, nos termos do art. 6º, da Resolução nº 87 do CSMPF, solicitando-lhe a sua publicação no Diário Oficial da União (art. 4º, VI, Resolução nº 23 CNMP e art. 16, §1º, I, Resolução nº 87 CSMPF), bem como afixação de cópia desta Portaria no local de costume.

Como providencia instrutória, determino a expedição de ofício à Superintendência do IBAMA requisitando cópia da Notificação nº 515154.

A fim de serem observados o art. 9º da Resolução nº 23 do CNMP e o art. 15 da Resolução nº 87 do CSMPF, deve a Divisão de Apoio à Tutela Coletiva Cível (DTCC) realizar o acompanhamento do prazo inicial de 01 (um) ano para conclusão do presente inquérito civil, cuja data de encerramento deverá ser anotada na capa dos autos, mediante certidão após o seu transcurso.

MONA LISA DUARTE ABDO AZIZ ISMAIL

PORTARIA N° 201, DE 17 DE JUNHO DE 2011

INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO Nº 1.29.000.000314/2008-02

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República signatário, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129 da Constituição da República, e:

a) considerando o rol de atribuições elencadas nos arts. 127 e 129 da Constituição Federal;

b) considerando a incumbência prevista no art. 6º, VII, b, e art. 7º, inciso I, da mesma Lei Complementar;

c) considerando que o objeto do presente procedimento se insere no rol de atribuições do Ministério Público Federal;

d) considerando o disposto na Resolução nº 23, de 17 de setembro de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público;

e) considerando os elementos constantes no presente procedimento administrativo;

Instaure-se o INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO nº 1.29.000.000314/2008-02, tendo como objeto a adoção de medidas na área cível em relação a crime praticado contra a flora silvestre por parte de Paulo Roberto Pit Torres ME, para promover ampla apuração dos fatos noticiados.

Autue-se a presente portaria e o procedimento administrativo que a acompanha como inquérito civil.

Após os registros de praxe, publique-se e comunique-se esta instauração à 4ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, para os fins previstos nos arts. 4º, VI, e 7º, § 2º, I e II, da Resolução n.º 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público.

JERUSA BURMANN VIECILI

PORTARIA N° 202, DE 16 DE JUNHO DE 2011

INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO Nº 1.29.000.001270/2008-20

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República signatário, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129 da Constituição da República, e:

a) considerando o rol de atribuições elencadas nos arts. 127 e 129 da Constituição Federal;

b) considerando a incumbência prevista no art. 6º, VII, b, e art. 7º, inciso I, da mesma Lei Complementar;

c) considerando que o objeto do presente procedimento se insere no rol de atribuições do Ministério Público Federal;

d) considerando o disposto na Resolução nº 23, de 17 de setembro de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público;

e) considerando os elementos constantes no presente procedimento administrativo;

Instaure-se o INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO nº 1.29.000.001270/2008-20, tendo como objeto acompanhar as atividades desenvolvidas por Transportes Fernando Model Ltda., para promover ampla apuração dos fatos noticiados.

Autue-se a presente portaria e procedimento administrativo que a acompanha como inquérito civil.

Após os registros de praxe, publique-se e comunique-se esta instauração à 4ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, para os fins previstos nos arts. 4º, VI, e 7º, § 2º, I e II, da Resolução n.º 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público.

JERUSA BURMANN VIECILI

PORTARIA N° 221, DE 2 DE JUNHO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República signatário, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo artigo 129 da Constituição da República, e:

a) considerando o rol de atribuições elencadas nos artigos 127 e 129 da Constituição Federal;

b) considerando a incumbência prevista no artigo 6º, VII, b, e no artigo 7º, inciso I, da Lei Complementar 75/93;

c) considerando os fatos constantes do Procedimento Administrativo nº 1.23.003.000340/2008-16, instaurado para apurar notícia de prática de dano ambiental, referente a destruição de vegetação nativa, sem a autorização do órgão ambiental competente;

d) considerando o disposto no artigo 2º, §7º da Resolução nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público e no artigo 4º, §4º da Resolução nº 87/2010 do Conselho Superior do Ministério Público Federal, e tendo em vista a necessidade de continuidade de diligências apuratórias além do prazo permitido pelo artigo 2º, §6º da Resolução nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público e pelo artigo 4º, §1º da Resolução nº 87/2010 do Conselho Superior do Ministério Público Federal;

Resolve instaurar INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO nº 1.23.003.000340/2008-16, a partir do procedimento administrativo de mesmo número, para promover ampla apuração dos fatos noticiados, pelo que determina-se:

1 - Autue-se a presente portaria e o procedimento administrativo que a acompanha como inquérito civil;

2 - Após os registros de praxe, publique-se e comunique-se esta instauração à 4ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, para os fins previstos nos artigos 4º, inciso VI, e 7º, §2º, incisos I e II, da Resolução nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público e nos artigos 5º, inciso VI, 6º e 16, §1º, da Resolução nº 87/2010 do Conselho Superior do Ministério Público Federal;

3 - Por fim, retornem-me conclusos os autos para demais providências.

CLÁUDIO TERRE DO AMARAL

PORTARIA N° 222, DE 2 DE JUNHO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República signatário, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo artigo 129 da Constituição da República, e:

a) considerando o rol de atribuições elencadas nos artigos 127 e 129 da Constituição Federal;

b) considerando a incumbência prevista no artigo 6º, VII, b, e no artigo 7º, inciso I, da Lei Complementar 75/93;

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

c) considerando os fatos constantes do Procedimento Administrativo nº 1.23.003.000517/2006-12, instaurado para apurar notícia de prática de dano ambiental, conforme Auto de Infração nº 530094-D, referente a destruição de vegetação nativa, sem autorização do órgão ambiental correspondente;

d) considerando o disposto no artigo 2º, §7º da Resolução nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público e no artigo 4º, §4º da Resolução nº 87/2010 do Conselho Superior do Ministério Público Federal, e tendo em vista a necessidade de continuidade de diligências apuratórias além do prazo permitido pelo artigo 2º, §6º da Resolução nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público e pelo artigo 4º, §1º da Resolução nº 87/2010 do Conselho Superior do Ministério Público Federal;

Resolve instaurar INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO nº 1.23.003.000517/2006-12, a partir do procedimento administrativo de mesmo número, para promover ampla apuração dos fatos noticiados, pelo que determina-se:

1 - Autue-se a presente portaria e o procedimento administrativo que a acompanha como inquérito civil;

2 - Após os registros de praxe, publique-se e comunique-se esta instauração à 4ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, para os fins previstos nos artigos 4º, inciso VI, e 7º, §2º, incisos I e II, da Resolução nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público e nos artigos 5º, inciso VI, 6º e 16, §1º, da Resolução nº 87/2010 do Conselho Superior do Ministério Público Federal;

3 - Por fim, retornem-me conclusos os autos para demais providências.

CLÁUDIO TERRE DO AMARAL

PORTARIA N° 223, DE 2 DE JUNHO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República signatário, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo artigo 129 da Constituição da República, e:

a) considerando o rol de atribuições elencadas nos artigos 127 e 129 da Constituição Federal;

b) considerando a incumbência prevista no artigo 6º, VII, b, e no artigo 7º, inciso I, da Lei Complementar 75/93;

c) considerando os fatos constantes do Procedimento Administrativo nº 1.23.003.000061/2009-33, instaurado para apurar notícia de prática de dano ambiental, conforme Auto de Infração nº 483593-D;

d) considerando o disposto no artigo 2º, §7º da Resolução nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público e no artigo 4º, §4º da Resolução nº 87/2010 do Conselho Superior do Ministério Público Federal, e tendo em vista a necessidade de continuidade de diligências apuratórias além do prazo permitido pelo artigo 2º, §6º da Resolução nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público e pelo artigo 4º, §1º da Resolução nº 87/2010 do Conselho Superior do Ministério Público Federal;

Resolve instaurar INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO nº 1.23.003.000061/2009-33, a partir do procedimento administrativo de mesmo número, para promover ampla apuração dos fatos noticiados, pelo que determina-se:

1 - Autue-se a presente portaria e o procedimento administrativo que a acompanha como inquérito civil;

2 - Após os registros de praxe, publique-se e comunique-se esta instauração à 4ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, para os fins previstos nos artigos 4º, inciso VI, e 7º, §2º, incisos I e II, da Resolução nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público e nos artigos 5º, inciso VI, 6º e 16, §1º, da Resolução nº 87/2010 do Conselho Superior do Ministério Público Federal;

3 - Por fim, retornem-me conclusos os autos para demais providências.

CLÁUDIO TERRE DO AMARAL

PORTARIA N° 225, DE 2 DE JUNHO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República signatário, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo artigo 129 da Constituição da República, e:

a) considerando o rol de atribuições elencadas nos artigos 127 e 129 da Constituição Federal;

b) considerando a incumbência prevista no artigo 6º, VII, b, e no artigo 7º, inciso I, da Lei Complementar 75/93;

c) considerando os fatos constantes do Procedimento Administrativo nº 1.23.003.000096/2008-91, instaurado para apurar notícia de prática de dano ambiental, conforme Auto de Infração nº 468740-D, referente a destruição de vegetação nativa, sem a autorização do órgão ambiental competente;

d) considerando o disposto no artigo 2º, §7º da Resolução nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público e no artigo 4º, §4º da Resolução nº 87/2010 do Conselho Superior do Ministério Público Federal, e tendo em vista a necessidade de continuidade de diligências apuratórias além do prazo permitido pelo artigo 2º, §6º da Resolução nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público e pelo artigo 4º, §1º da Resolução nº 87/2010 do Conselho Superior do Ministério Público Federal;

Resolve instaurar INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO nº 1.23.003.000096/2008-91, a partir do procedimento administrativo de mesmo número, para promover ampla apuração dos fatos noticiados, pelo que determina-se:

1 - Autue-se a presente portaria e o procedimento administrativo que a acompanha como inquérito civil;

2 - Após os registros de praxe, publique-se e comunique-se esta instauração à 4ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, para os fins previstos nos artigos 4º, inciso VI, e 7º, §2º, incisos I e II, da Resolução nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público e nos artigos 5º, inciso VI, 6º e 16, §1º, da Resolução nº 87/2010 do Conselho Superior do Ministério Público Federal;

3 - Por fim, retornem-me conclusos os autos para demais providências.

CLÁUDIO TERRE DO AMARAL

PORTARIA N° 226, DE 2 DE JUNHO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República signatário, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo artigo 129 da Constituição da República, e:

a) considerando o rol de atribuições elencadas nos artigos 127 e 129 da Constituição Federal;

b) considerando a incumbência prevista no artigo 6º, VII, b, e no artigo 7º, inciso I, da Lei Complementar 75/93;

c) considerando os fatos constantes do Procedimento Administrativo nº 1.23.003.000664/2008-54, instaurado para apurar notícia de prática de dano ambiental, conforme Auto de Infração nº 493351-D, referente a destruição de vegetação nativa, sem a autorização do órgão ambiental competente;

d) considerando o disposto no artigo 2º, §7º da Resolução nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público e no artigo 4º, §4º da Resolução nº 87/2010 do Conselho Superior do Ministério Público Federal, e tendo em vista a necessidade de continuidade de diligências apuratórias além do prazo permitido pelo artigo 2º, §6º da Resolução nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público e pelo artigo 4º, §1º da Resolução nº 87/2010 do Conselho Superior do Ministério Público Federal;

Resolve instaurar INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO nº 1.23.003.000664/2008-54, a partir do procedimento administrativo de mesmo número, para promover ampla apuração dos fatos noticiados, pelo que determina-se:

1 - Autue-se a presente portaria e o procedimento administrativo que a acompanha como inquérito civil;

2 - Após os registros de praxe, publique-se e comunique-se esta instauração à 4ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, para os fins previstos nos artigos 4º, inciso VI, e 7º, §2º, incisos I e II, da Resolução nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público e nos artigos 5º, inciso VI, 6º e 16, §1º, da Resolução nº 87/2010 do Conselho Superior do Ministério Público Federal;

3 - Por fim, retornem-me conclusos os autos para demais providências.

CLÁUDIO TERRE DO AMARAL

PORTARIA N° 227, DE 2 DE JUNHO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República signatário, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo artigo 129 da Constituição da República, e:

a) considerando o rol de atribuições elencadas nos artigos 127 e 129 da Constituição Federal;

b) considerando a incumbência prevista no artigo 6º, VII, b, e no artigo 7º, inciso I, da Lei Complementar 75/93;

c) considerando os fatos constantes do Procedimento Administrativo nº 1.23.003.000538/2008-08, instaurado para apurar notícia de prática de dano ambiental, conforme Auto de Infração nº 468946-D, referente a destruição de vegetação nativa, sem a autorização do órgão ambiental competente;

d) considerando o disposto no artigo 2º, §7º da Resolução nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público e no artigo 4º, §4º da Resolução nº 87/2010 do Conselho Superior do Ministério Público Federal, e tendo em vista a necessidade de continuidade de diligências apuratórias além do prazo permitido pelo artigo 2º, §6º da Resolução nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público e pelo artigo 4º, §1º da Resolução nº 87/2010 do Conselho Superior do Ministério Público Federal;

Resolve instaurar INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO nº 1.23.003.000538/2008-08, a partir do procedimento administrativo de mesmo número, para promover ampla apuração dos fatos noticiados, pelo que determina-se:

1 - Autue-se a presente portaria e o procedimento administrativo que a acompanha como inquérito civil;

2 - Após os registros de praxe, publique-se e comunique-se esta instauração à 4ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, para os fins previstos nos artigos 4º, inciso VI, e 7º, §2º, incisos I e II, da Resolução nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público e nos artigos 5º, inciso VI, 6º e 16, §1º, da Resolução nº 87/2010 do Conselho Superior do Ministério Público Federal;

3 - Por fim, retornem-me conclusos os autos para demais providências.

CLÁUDIO TERRE DO AMARAL

PORTARIA N° 228, DE 2 DE JUNHO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República signatário, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo artigo 129 da Constituição da República, e:

a) considerando o rol de atribuições elencadas nos artigos 127 e 129 da Constituição Federal;

b) considerando a incumbência prevista no artigo 6º, VII, b, e no artigo 7º, inciso I, da Lei Complementar 75/93;

c) considerando os fatos constantes do Procedimento Administrativo nº 1.23.003.000457/2008-08, instaurado para apurar notícia de prática de dano ambiental, conforme Auto de Infração nº 467290-D, referente a destruição de vegetação nativa, sem a autorização do órgão ambiental competente;

d) considerando o disposto no artigo 2º, §7º da Resolução nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público e no artigo 4º, §4º da Resolução nº 87/2010 do Conselho Superior do Ministério Público Federal, e tendo em vista a necessidade de continuidade de diligências apuratórias além do prazo permitido pelo artigo 2º, §6º da Resolução nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público e pelo artigo 4º, §1º da Resolução nº 87/2010 do Conselho Superior do Ministério Público Federal;

Resolve instaurar INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO nº 1.23.003.000457/2008-08, a partir do procedimento administrativo de mesmo número, para promover ampla apuração dos fatos noticiados, pelo que determina-se:

1 - Autue-se a presente portaria e o procedimento administrativo que a acompanha como inquérito civil;

2 - Após os registros de praxe, publique-se e comunique-se esta instauração à 4ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, para os fins previstos nos artigos 4º, inciso VI, e 7º, §2º, incisos I e II, da Resolução nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público e nos artigos 5º, inciso VI, 6º e 16, §1º, da Resolução nº 87/2010 do Conselho Superior do Ministério Público Federal;

3 - Por fim, retornem-me conclusos os autos para demais providências.

CLÁUDIO TERRE DO AMARAL

PORTARIA Nº 229, DE 2 DE JUNHO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República signatário, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo artigo 129 da Constituição da República, e:

a) considerando o rol de atribuições elencadas nos artigos 127 e 129 da Constituição Federal;

b) considerando a incumbência prevista no artigo 6º, VII, b, e no artigo 7º, inciso I, da Lei Complementar 75/93;

c) considerando os fatos constantes do Procedimento Administrativo nº 1.23.003.000706/2008-57, instaurado para apurar notícia de prática de dano ambiental, conforme Auto de Infração nº 635392-D, referente a destruição de vegetação nativa, sem a autorização do órgão ambiental competente;

d) considerando o disposto no artigo 2º, §7º da Resolução nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público e no artigo 4º, §4º da Resolução nº 87/2010 do Conselho Superior do Ministério Público Federal, e tendo em vista a necessidade de continuidade de diligências apuratórias além do prazo permitido pelo artigo 2º, §6º da Resolução nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público e pelo artigo 4º, §1º da Resolução nº 87/2010 do Conselho Superior do Ministério Público Federal;

Resolve instaurar INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO nº 1.23.003.000706/2008-57, a partir do procedimento administrativo de mesmo número, para promover ampla apuração dos fatos noticiados, pelo que determina-se:

1 - Autue-se a presente portaria e o procedimento administrativo que a acompanha como inquérito civil;

2 - Após os registros de praxe, publique-se e comunique-se esta instauração à 4ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, para os fins previstos nos artigos 4º, inciso VI, e 7º, §2º, incisos I e II, da Resolução nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público e nos artigos 5º, inciso VI, 6º e 16, §1º, da Resolução nº 87/2010 do Conselho Superior do Ministério Público Federal;

3 - Por fim, retornem-me conclusos os autos para demais providências.

CLÁUDIO TERRE DO AMARAL

PORTARIA Nº 230, DE 2 DE JUNHO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República signatário, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo artigo 129 da Constituição da República, e:

a) considerando o rol de atribuições elencadas nos artigos 127 e 129 da Constituição Federal;

b) considerando a incumbência prevista no artigo 6º, VII, b, e no artigo 7º, inciso I, da Lei Complementar 75/93;

c) considerando os fatos constantes do Procedimento Administrativo nº 1.23.003.000293/2008-19, instaurado para apurar notícia de prática de dano ambiental, conforme Auto de Infração nº 390178-D, referente a destruição de vegetação nativa, sem a autorização do órgão ambiental competente;

d) considerando o disposto no artigo 2º, §7º da Resolução nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público e no artigo 4º, §4º da Resolução nº 87/2010 do Conselho Superior do Ministério Público Federal, e tendo em vista a necessidade de continuidade de diligências apuratórias além do prazo permitido pelo artigo 2º, §6º da Resolução nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público e pelo artigo 4º, §1º da Resolução nº 87/2010 do Conselho Superior do Ministério Público Federal;

Resolve instaurar INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO nº 1.23.003.000293/2008-19, a partir do procedimento administrativo de mesmo número, para promover ampla apuração dos fatos noticiados, pelo que determina-se:

1 - Autue-se a presente portaria e o procedimento administrativo que a acompanha como inquérito civil;

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

2 - Após os registros de praxe, publique-se e comunique-se esta instauração à 4ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, para os fins previstos nos artigos 4º, inciso VI, e 7º, §2º, incisos I e II, da Resolução nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público e nos artigos 5º, inciso VI, 6º e 16, §1º, da Resolução nº 87/2010 do Conselho Superior do Ministério Público Federal;

3 - Por fim, retornem-me conclusos os autos para demais providências.

CLÁUDIO TERRE DO AMARAL

PORTARIA Nº 231, DE 2 DE JUNHO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República signatário, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo artigo 129 da Constituição da República, e:

a) considerando o rol de atribuições elencadas nos artigos 127 e 129 da Constituição Federal;

b) considerando a incumbência prevista no artigo 6º, VII, b, e no artigo 7º, inciso I, da Lei Complementar 75/93;

c) considerando os fatos constantes do Procedimento Administrativo nº 1.23.003.000287/2008-53, instaurado para apurar notícia de prática de dano ambiental, conforme Auto de Infração nº 482131-D, referente a destruição de vegetação nativa, sem a autorização do órgão ambiental competente;

d) considerando o disposto no artigo 2º, §7º da Resolução nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público e no artigo 4º, §4º da Resolução nº 87/2010 do Conselho Superior do Ministério Público Federal, e tendo em vista a necessidade de continuidade de diligências apuratórias além do prazo permitido pelo artigo 2º, §6º da Resolução nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público e pelo artigo 4º, §1º da Resolução nº 87/2010 do Conselho Superior do Ministério Público Federal;

Resolve instaurar INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO nº 1.23.003.000287/2008-53, a partir do procedimento administrativo de mesmo número, para promover ampla apuração dos fatos noticiados, pelo que determina-se:

1 - Autue-se a presente portaria e o procedimento administrativo que a acompanha como inquérito civil;

2 - Após os registros de praxe, publique-se e comunique-se esta instauração à 4ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, para os fins previstos nos artigos 4º, inciso VI, e 7º, §2º, incisos I e II, da Resolução nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público e nos artigos 5º, inciso VI, 6º e 16, §1º, da Resolução nº 87/2010 do Conselho Superior do Ministério Público Federal;

3 - Por fim, retornem-me conclusos os autos para demais providências.

CLÁUDIO TERRE DO AMARAL

PORTARIA Nº 232, DE 2 DE JUNHO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República signatário, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo artigo 129 da Constituição da República, e:

a) considerando o rol de atribuições elencadas nos artigos 127 e 129 da Constituição Federal;

b) considerando a incumbência prevista no artigo 6º, VII, b, e no artigo 7º, inciso I, da Lei Complementar 75/93;

c) considerando os fatos constantes do Procedimento Administrativo nº 1.23.003.000866/2008-04, instaurado para apurar notícia de prática de dano ambiental, conforme Auto de Infração nº 585207-D, referente a destruição de vegetação nativa, sem a autorização do órgão ambiental competente;

d) considerando o disposto no artigo 2º, §7º da Resolução nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público e no artigo 4º, §4º da Resolução nº 87/2010 do Conselho Superior do Ministério Público Federal, e tendo em vista a necessidade de continuidade de diligências apuratórias além do prazo permitido pelo artigo 2º, §6º da Resolução nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público e pelo artigo 4º, §1º da Resolução nº 87/2010 do Conselho Superior do Ministério Público Federal;

Resolve instaurar INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO nº 1.23.003.000866/2008-04, a partir do procedimento administrativo de mesmo número, para promover ampla apuração dos fatos noticiados, pelo que determina-se:

1 - Autue-se a presente portaria e o procedimento administrativo que a acompanha como inquérito civil;

2 - Após os registros de praxe, publique-se e comunique-se esta instauração à 4ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, para os fins previstos nos artigos 4º, inciso VI, e 7º, §2º, incisos I e II, da Resolução nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público e nos artigos 5º, inciso VI, 6º e 16, §1º, da Resolução nº 87/2010 do Conselho Superior do Ministério Público Federal;

3 - Por fim, retornem-me conclusos os autos para demais providências.

CLÁUDIO TERRE DO AMARAL

PORTARIA Nº 233, DE 2 DE JUNHO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República signatário, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo artigo 129 da Constituição da República, e:

a) considerando o rol de atribuições elencadas nos artigos 127 e 129 da Constituição Federal;

b) considerando a incumbência prevista no artigo 6º, VII, b, e no artigo 7º, inciso I, da Lei Complementar 75/93;

c) considerando os fatos constantes do Procedimento Administrativo nº 1.23.003.000604/2008-31, instaurado para apurar notícia de prática de dano ambiental, conforme Auto de Infração nº 458521-D, referente a destruição de vegetação nativa, sem a autorização do órgão ambiental competente;

d) considerando o disposto no artigo 2º, §7º da Resolução nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público e no artigo 4º, §4º da Resolução nº 87/2010 do Conselho Superior do Ministério Público Federal, e tendo em vista a necessidade de continuidade de diligências apuratórias além do prazo permitido pelo artigo 2º, §6º da Resolução nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público e pelo artigo 4º, §1º da Resolução nº 87/2010 do Conselho Superior do Ministério Público Federal;

Resolve instaurar INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO nº 1.23.003.000604/2008-31, a partir do procedimento administrativo de mesmo número, para promover ampla apuração dos fatos noticiados, pelo que determina-se:

1 - Autue-se a presente portaria e o procedimento administrativo que a acompanha como inquérito civil;

2 - Após os registros de praxe, publique-se e comunique-se esta instauração à 4ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, para os fins previstos nos artigos 4º, inciso VI, e 7º, §2º, incisos I e II, da Resolução nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público e nos artigos 5º, inciso VI, 6º e 16, §1º, da Resolução nº 87/2010 do Conselho Superior do Ministério Público Federal;

3 - Por fim, retornem-me conclusos os autos para demais providências.

CLÁUDIO TERRE DO AMARAL

PORTARIA Nº 234, DE 2 DE JUNHO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República signatário, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo artigo 129 da Constituição da República, e:

a) considerando o rol de atribuições elencadas nos artigos 127 e 129 da Constituição Federal;

b) considerando a incumbência prevista no artigo 6º, VII, b, e no artigo 7º, inciso I, da Lei Complementar 75/93;

c) considerando os fatos constantes do Procedimento Administrativo nº 1.23.003.000675/2008-34, instaurado para apurar notícia de prática de dano ambiental, conforme Auto de Infração nº 528697-D, referente a destruição de vegetação nativa, sem a autorização do órgão ambiental competente;

d) considerando o disposto no artigo 2º, §7º da Resolução nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público e no artigo 4º, §4º da Resolução nº 87/2010 do Conselho Superior do Ministério Público Federal, e tendo em vista a necessidade de continuidade de diligências apuratórias além do prazo permitido pelo artigo 2º, §6º da Resolução nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público e pelo artigo 4º, §1º da Resolução nº 87/2010 do Conselho Superior do Ministério Público Federal;

Resolve instaurar INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO nº 1.23.003.000675/2008-34, a partir do procedimento administrativo de mesmo número, para promover ampla apuração dos fatos noticiados, pelo que determina-se:

1 - Autue-se a presente portaria e o procedimento administrativo que a acompanha como inquérito civil;

2 - Após os registros de praxe, publique-se e comunique-se esta instauração à 4ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, para os fins previstos nos artigos 4º, inciso VI, e 7º, §2º, incisos I e II, da Resolução nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público e nos artigos 5º, inciso VI, 6º e 16, §1º, da Resolução nº 87/2010 do Conselho Superior do Ministério Público Federal;

3 - Por fim, retornem-me conclusos os autos para demais providências.

CLÁUDIO TERRE DO AMARAL

PORTARIA Nº 235, DE 2 DE JUNHO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República signatário, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo artigo 129 da Constituição da República, e:

a) considerando o rol de atribuições elencadas nos artigos 127 e 129 da Constituição Federal;

b) considerando a incumbência prevista no artigo 6º, VII, b, e no artigo 7º, inciso I, da Lei Complementar 75/93;

c) considerando os fatos constantes do Procedimento Administrativo nº 1.23.003.000367/2007-28, instaurado para apurar notícia de prática de dano ambiental, conforme Auto de Infração nº 370943-D, referente a destruição de vegetação nativa, sem a autorização do órgão ambiental competente;

d) considerando o disposto no artigo 2º, §7º da Resolução nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público e no artigo 4º, §4º da Resolução nº 87/2010 do Conselho Superior do Ministério Público Federal, e tendo em vista a necessidade de continuidade de diligências apuratórias além do prazo permitido pelo artigo 2º, §6º da Resolução nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público e pelo artigo 4º, §1º da Resolução nº 87/2010 do Conselho Superior do Ministério Público Federal;

Resolve instaurar INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO nº 1.23.003.000367/2007-28, a partir do procedimento administrativo de mesmo número, para promover ampla apuração dos fatos noticiados, pelo que determina-se:

1 - Autue-se a presente portaria e o procedimento administrativo que a acompanha como inquérito civil;

2 - Após os registros de praxe, publique-se e comunique-se esta instauração à 4ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, para os fins previstos nos artigos 4º, inciso VI, e 7º, §2º, incisos I e II, da Resolução nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público e nos artigos 5º, inciso VI, 6º e 16, §1º, da Resolução nº 87/2010 do Conselho Superior do Ministério Público Federal;

3 - Por fim, retornem-me conclusos os autos para demais providências.

CLÁUDIO TERRE DO AMARAL

PORTARIA Nº 237, DE 2 DE JUNHO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República signatário, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo artigo 129 da Constituição da República, e:

a) considerando o rol de atribuições elencadas nos artigos 127 e 129 da Constituição Federal;

b) considerando a incumbência prevista no artigo 6º, VII, b, e no artigo 7º, inciso I, da Lei Complementar 75/93;

c) considerando os fatos constantes do Procedimento Administrativo nº 1.23.003.000288/2008-06, instaurado para apurar notícia de prática de dano ambiental, conforme Auto de Infração nº 390177-D, referente a destruição de vegetação nativa, sem a autorização do órgão ambiental competente;

d) considerando o disposto no artigo 2º, §7º da Resolução nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público e no artigo 4º, §4º da Resolução nº 87/2010 do Conselho Superior do Ministério Público Federal, e tendo em vista a necessidade de continuidade de diligências apuratórias além do prazo permitido pelo artigo 2º, §6º da Resolução nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público e pelo artigo 4º, §1º da Resolução nº 87/2010 do Conselho Superior do Ministério Público Federal;

Resolve instaurar INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO nº 1.23.003.000288/2008-06, a partir do procedimento administrativo de mesmo número, para promover ampla apuração dos fatos noticiados, pelo que determina-se:

1 - Autue-se a presente portaria e o procedimento administrativo que a acompanha como inquérito civil;

2 - Após os registros de praxe, publique-se e comunique-se esta instauração à 4ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, para os fins previstos nos artigos 4º, inciso VI, e 7º, §2º, incisos I e II, da Resolução nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público e nos artigos 5º, inciso VI, 6º e 16, §1º, da Resolução nº 87/2010 do Conselho Superior do Ministério Público Federal;

3 - Por fim, retornem-me conclusos os autos para demais providências.

CLÁUDIO TERRE DO AMARAL

PORTARIA Nº 238, DE 2 DE JUNHO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República signatário, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo artigo 129 da Constituição da República, e:

a) considerando o rol de atribuições elencadas nos artigos 127 e 129 da Constituição Federal;

b) considerando a incumbência prevista no artigo 6º, VII, b, e no artigo 7º, inciso I, da Lei Complementar 75/93;

c) considerando os fatos constantes do Procedimento Administrativo nº 1.23.003.000238/2008-11, instaurado para apurar notícia de prática de dano ambiental, conforme Auto de Infração nº 527462-D, referente a destruição de vegetação nativa, sem a autorização do órgão ambiental competente;

d) considerando o disposto no artigo 2º, §7º da Resolução nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público e no artigo 4º, §4º da Resolução nº 87/2010 do Conselho Superior do Ministério Público Federal, e tendo em vista a necessidade de continuidade de diligências apuratórias além do prazo permitido pelo artigo 2º, §6º da Resolução nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público e pelo artigo 4º, §1º da Resolução nº 87/2010 do Conselho Superior do Ministério Público Federal;

Resolve instaurar INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO nº 1.23.003.000238/2008-11, a partir do procedimento administrativo de mesmo número, para promover ampla apuração dos fatos noticiados, pelo que determina-se:

1 - Autue-se a presente portaria e o procedimento administrativo que a acompanha como inquérito civil;

2 - Após os registros de praxe, publique-se e comunique-se esta instauração à 4ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, para os fins previstos nos artigos 4º, inciso VI, e 7º, §2º, incisos I e II, da Resolução nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público e nos artigos 5º, inciso VI, 6º e 16, §1º, da Resolução nº 87/2010 do Conselho Superior do Ministério Público Federal;

3 - Por fim, retornem-me conclusos os autos para demais providências.

CLÁUDIO TERRE DO AMARAL

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

PORTARIA Nº 239, DE 2 DE JUNHO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República signatário, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo artigo 129 da Constituição da República, e:

a) considerando o rol de atribuições elencadas nos artigos 127 e 129 da Constituição Federal;

b) considerando a incumbência prevista no artigo 6º, VII, b, e no artigo 7º, inciso I, da Lei Complementar 75/93;

c) considerando os fatos constantes do Procedimento Administrativo nº 1.23.003.000634/2008-48, instaurado para apurar notícia de prática de dano ambiental, conforme Auto de Infração nº 566087-D, referente a destruição de vegetação nativa, sem a autorização do órgão ambiental competente;

d) considerando o disposto no artigo 2º, §7º da Resolução nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público e no artigo 4º, §4º da Resolução nº 87/2010 do Conselho Superior do Ministério Público Federal, e tendo em vista a necessidade de continuidade de diligências apuratórias além do prazo permitido pelo artigo 2º, §6º da Resolução nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público e pelo artigo 4º, §1º da Resolução nº 87/2010 do Conselho Superior do Ministério Público Federal;

Resolve instaurar INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO nº 1.23.003.000634/2008-48, a partir do procedimento administrativo de mesmo número, para promover ampla apuração dos fatos noticiados, pelo que determina-se:

1 - Autue-se a presente portaria e o procedimento administrativo que a acompanha como inquérito civil;

2 - Após os registros de praxe, publique-se e comunique-se esta instauração à 4ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, para os fins previstos nos artigos 4º, inciso VI, e 7º, §2º, incisos I e II, da Resolução nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público e nos artigos 5º, inciso VI, 6º e 16, §1º, da Resolução nº 87/2010 do Conselho Superior do Ministério Público Federal;

3 - Por fim, retornem-me conclusos os autos para demais providências.

CLÁUDIO TERRE DO AMARAL

PORTARIA Nº 240, DE 2 DE JUNHO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República signatário, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo artigo 129 da Constituição da República, e:

a) considerando o rol de atribuições elencadas nos artigos 127 e 129 da Constituição Federal;

b) considerando a incumbência prevista no artigo 6º, VII, b, e no artigo 7º, inciso I, da Lei Complementar 75/93;

c) considerando os fatos constantes do Procedimento Administrativo nº 1.23.003.000632/2008-59, instaurado para apurar notícia de prática de dano ambiental, conforme Auto de Infração nº 458529-D, referente a destruição de vegetação nativa, sem a autorização do órgão ambiental competente;

d) considerando o disposto no artigo 2º, §7º da Resolução nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público e no artigo 4º, §4º da Resolução nº 87/2010 do Conselho Superior do Ministério Público Federal, e tendo em vista a necessidade de continuidade de diligências apuratórias além do prazo permitido pelo artigo 2º, §6º da Resolução nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público e pelo artigo 4º, §1º da Resolução nº 87/2010 do Conselho Superior do Ministério Público Federal;

Resolve instaurar INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO nº 1.23.003.000632/2008-59, a partir do procedimento administrativo de mesmo número, para promover ampla apuração dos fatos noticiados, pelo que determina-se:

1 - Autue-se a presente portaria e o procedimento administrativo que a acompanha como inquérito civil;

2 - Após os registros de praxe, publique-se e comunique-se esta instauração à 4ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, para os fins previstos nos artigos 4º, inciso VI, e 7º, §2º, incisos I e II, da Resolução nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público e nos artigos 5º, inciso VI, 6º e 16, §1º, da Resolução nº 87/2010 do Conselho Superior do Ministério Público Federal;

3 - Por fim, retornem-me conclusos os autos para demais providências.

CLÁUDIO TERRE DO AMARAL

PORTARIA Nº 241, DE 2 DE JUNHO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República signatário, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo artigo 129 da Constituição da República, e:

a) considerando o rol de atribuições elencadas nos artigos 127 e 129 da Constituição Federal;

b) considerando a incumbência prevista no artigo 6º, VII, b, e no artigo 7º, inciso I, da Lei Complementar 75/93;

c) considerando os fatos constantes do Procedimento Administrativo nº 1.23.003.000031/2009-27, instaurado para apurar notícia de prática de dano ambiental, conforme Auto de Infração nº 483542-D, referente a destruição de vegetação nativa, sem a autorização do órgão ambiental competente;

d) considerando o disposto no artigo 2º, §7º da Resolução nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público e no artigo 4º, §4º da Resolução nº 87/2010 do Conselho Superior do Ministério Público Federal, e tendo em vista a necessidade de continuidade de diligências apuratórias além do prazo permitido pelo artigo 2º, §6º da Resolução nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público e pelo artigo 4º, §1º da Resolução nº 87/2010 do Conselho Superior do Ministério Público Federal;

Resolve instaurar INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO nº 1.23.003.000031/2009-27, a partir do procedimento administrativo de mesmo número, para promover ampla apuração dos fatos noticiados, pelo que determina-se:

1 - Autue-se a presente portaria e o procedimento administrativo que a acompanha como inquérito civil;

2 - Após os registros de praxe, publique-se e comunique-se esta instauração à 4ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, para os fins previstos nos artigos 4º, inciso VI, e 7º, §2º, incisos I e II, da Resolução nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público e nos artigos 5º, inciso VI, 6º e 16, §1º, da Resolução nº 87/2010 do Conselho Superior do Ministério Público Federal;

3 - Por fim, retornem-me conclusos os autos para demais providências.

CLÁUDIO TERRE DO AMARAL

PORTARIA Nº 242, DE 2 DE JUNHO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República signatário, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo artigo 129 da Constituição da República, e:

a) considerando o rol de atribuições elencadas nos artigos 127 e 129 da Constituição Federal;

b) considerando a incumbência prevista no artigo 6º, VII, b, e no artigo 7º, inciso I, da Lei Complementar 75/93;

c) considerando os fatos constantes do Procedimento Administrativo nº 1.23.003.000536/2006-49, instaurado para apurar notícia de prática de dano ambiental, conforme Auto de Infração nº 514408-D, referente a destruição de vegetação nativa, sem a autorização do órgão ambiental competente;

d) considerando o disposto no artigo 2º, §7º da Resolução nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público e no artigo 4º, §4º da Resolução nº 87/2010 do Conselho Superior do Ministério Público Federal, e tendo em vista a necessidade de continuidade de diligências apuratórias além do prazo permitido pelo artigo 2º, §6º da Resolução nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público e pelo artigo 4º, §1º da Resolução nº 87/2010 do Conselho Superior do Ministério Público Federal;

Resolve instaurar INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO nº 1.23.003.000536/2006-49, a partir do procedimento administrativo de mesmo número, para promover ampla apuração dos fatos noticiados, pelo que determina-se:

1 - Autue-se a presente portaria e o procedimento administrativo que a acompanha como inquérito civil;

2 - Após os registros de praxe, publique-se e comunique-se esta instauração à 4ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, para os fins previstos nos artigos 4º, inciso VI, e 7º, §2º, incisos I e II, da Resolução nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público e nos artigos 5º, inciso VI, 6º e 16, §1º, da Resolução nº 87/2010 do Conselho Superior do Ministério Público Federal;

3 - Por fim, retornem-me conclusos os autos para demais providências.

CLÁUDIO TERRE DO AMARAL

PORTARIA Nº 243, DE 2 DE JUNHO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República signatário, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo artigo 129 da Constituição da República, e:

a) considerando o rol de atribuições elencadas nos artigos 127 e 129 da Constituição Federal;

b) considerando a incumbência prevista no artigo 6º, VII, b, e no artigo 7º, inciso I, da Lei Complementar 75/93;

c) considerando os fatos constantes do Procedimento Administrativo nº 1.23.003.000519/2008-73, instaurado para apurar notícia de prática de dano ambiental, conforme Auto de Infração nº 467870-D, referente a destruição de vegetação nativa, sem a autorização do órgão ambiental competente;

d) considerando o disposto no artigo 2º, §7º da Resolução nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público e no artigo 4º, §4º da Resolução nº 87/2010 do Conselho Superior do Ministério Público Federal, e tendo em vista a necessidade de continuidade de diligências apuratórias além do prazo permitido pelo artigo 2º, §6º da Resolução nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público e pelo artigo 4º, §1º da Resolução nº 87/2010 do Conselho Superior do Ministério Público Federal;

Resolve instaurar INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO nº 1.23.003.000519/2008-73, a partir do procedimento administrativo de mesmo número, para promover ampla apuração dos fatos noticiados, pelo que determina-se:

1 - Autue-se a presente portaria e o procedimento administrativo que a acompanha como inquérito civil;

2 - Após os registros de praxe, publique-se e comunique-se esta instauração à 4ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, para os fins previstos nos artigos 4º, inciso VI, e 7º, §2º, incisos I e II, da Resolução nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público e nos artigos 5º, inciso VI, 6º e 16, §1º, da Resolução nº 87/2010 do Conselho Superior do Ministério Público Federal;

3 - Por fim, retornem-me conclusos os autos para demais providências.

CLÁUDIO TERRE DO AMARAL

MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIAS REGIONAIS
1ª REGIÃO

PORTARIA Nº 1.496, DE 7 DE JUNHO DE 2011

O PROCURADOR DO TRABALHO, que esta subscreve, no uso de suas atribuições legais,

Considerando o teor dos fatos relatados na Representação de nº 000074.2011.01.002/4 - 201, instaurada em face de AUTO VIAÇÃO 1001 LTDA, dando conta de suposta não emissão de CAT por parte da mesma na ocasião em que um dos seus empregados se acidentou;

Considerando que, caso seja confirmada a prática da conduta apontada na denúncia, restará caracterizada ofensa ao ordenamento jurídico trabalhista;

Considerando o disposto nos arts. 127 e 129 da Constituição da República, art.6°, VII, e 84, III, da Lei Complementar n° 75/93 e art. 8°, §1° da Lei n° 7.347/85, que atribuem ao Ministério Público do Trabalho a defesa dos interesses difusos, coletivos, sociais e individuais indisponíveis, bem como a possibilidade de instauração de Inquérito Civil, RESOLVE:

Instaurar o Inquérito Civil n.º 000074.2011.01.002/4 - 201, em face de AUTO VIAÇÃO 1001 LTDA (Rodovia Amaral Peixoto, Km 2,5 - Figueira, CEP n° 24140-130, CNPJ n° 30.069.314/0001-01). Presidirá o inquérito o Procurador do Trabalho, VICTOR HUGO FONSECA CARVALHO, que poderá ser secretariado pela servidora Aponice Pereira Verícimo, Técnica Administrativo.

VICTOR HUGO FONSECA CARVALHO

PORTARIA Nº 1.540, DE 2 DE MAIO DE 2011

A PROCURADORA DO TRABALHO, que esta subscreve, no uso de suas atribuições legais,

Considerando o teor dos fatos relatados no procedimento REP nº 000213.2010.01.003/2 - 302, instaurado a partir de denúncia anônima formulada a esta Procuradoria Regional do Trabalho da 1ª Região - Procuradoria do Trabalho no Município de Campos dos Goytacazes, dando notícia de que o investigado, AUTO VIAÇÃO SÃO JOÃO LTDA., vem praticando irregularidades trabalhistas, concernentes na recusa do fornecimento dos Perfis Profissiográficos Previdenciários a seus empregados;

Considerando o disposto nos arts. 127 e 129 da Constituição da República, art. 6º, VII e 84, III, da Lei Complementar nº 75/93 e art. 8º, §1º da Lei nº 7347/85, que atribuem ao Ministério Público do Trabalho a defesa dos interesses difusos, coletivos, sociais e individuais indisponíveis dos trabalhadores, resolve:

Instaurar o Inquérito Civil nº 000213.2010.01.003/2 - 302 em face de AUTO VIAÇÃO SÃO JOÃO LTDA. Presidirá o inquérito a Procuradora do Trabalho, HELOÍSA SIQUEIRA DE JESUS, que poderá ser secretariada pelos servidores Carlos Eduardo Jacintho Lobo e Eduardo Xavier de Souza, Analistas Processuais.

HELOÍSA SIQUEIRA DE JESUS

PORTARIA Nº 1.544, DE 14 DE JUNHO DE 2011

A PROCURADORA DO TRABALHO, que esta subscreve, no uso de suas atribuições legais,

Considerando o teor dos fatos relatados no procedimento PP nº 000103.2010.01.003/7 - 302, instaurado a partir de denúncia sigilosa formulada a esta Procuradoria Regional do Trabalho da 1ª Região - Procuradoria do Trabalho no Município de Campos dos Goytacazes, dando notícia de que os investigados, DOMINO CLEAR LTDA. e MAKRO ATACADISTA S/A, vem praticando irregularidades trabalhistas, concernentes no não fornecimento de EPI a seus trabalhadores, bem como em anormalidades referentes a jornada de trabalho;

Considerando o disposto nos arts. 127 e 129 da Constituição da República, art. 6º, VII e 84, III, da Lei Complementar nº 75/93 e art. 8º, §1º da Lei nº 7347/85, que atribuem ao Ministério Público do Trabalho a defesa dos interesses difusos, coletivos, sociais e individuais indisponíveis dos trabalhadores, resolve:

Instaurar o Inquérito Civil nº 000103.2010.01.003/7 - 302 em face de DOMINO CLEAR LTDA. e MAKRO ATACADISTA S/A. Presidirá o inquérito a Procuradora do Trabalho, HELOÍSA SIQUEIRA DE JESUS, que poderá ser secretariada pelos servidores Carlos Eduardo Jacintho Lobo e Eduardo Xavier de Souza, Analistas Processuais.

HELOÍSA SIQUEIRA DE JESUS

PORTARIA Nº 1.593, DE 14 DE JUNHO DE 2011

O PROCURADOR DO TRABALHO, que esta subscreve, no uso de suas atribuições legais,

Considerando o teor dos fatos relatados no procedimento nº REP 000145.2011.01.003/1 - 301, instaurado a partir do OFÍCIO 009/2011 - SEINT - GRTE/ITAPERUNA-RJ, encaminhado pelo Ministério do Trabalho e Emprego a esta Procuradoria Regional do Trabalho da 1ª Região - Procuradoria do Trabalho no Município de Campos dos Goytacazes, dando notícia de que o investigado, MELO TEIXEIRA ARQUITETURA E PLANEJAMENTO LTDA, vem praticando irregularidades trabalhistas, concernentes o descumprimento de normas que assegurem um patamar mínimo civilizatório ao indivíduo que labora, normas estas relativas à segurança, saúde e no trabalho, bem como em irregularidades na anotação da jornada de trabalho;

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Considerando o disposto nos arts. 127 e 129 da Constituição da República, art. 6º, VII e 84, III, da Lei Complementar nº 75/93 e art. 8º, §1º da Lei nº 7347/85, que atribuem ao Ministério Público do Trabalho a defesa dos interesses difusos, coletivos, sociais e individuais indisponíveis dos trabalhadores, resolve:

Instaurar o Inquérito Civil nº 000145.2011.01.003/1 - 301, em face de MELO TEIXEIRA ARQUITETURA E PLANEJAMENTO LTDA. Presidirá o inquérito o Procurador do Trabalho, FRANCISCO CARLOS DA SILVA ARAÚJO, que poderá ser secretariado pelos servidores Carlos Eduardo Jacintho Lobo e Eduardo Xavier de Souza, Analistas Processuais.

FRANCISCO CARLOS DA SILVA ARAÚJO

20ª REGIÃO

PORTARIA Nº 113, DE 30 DE MAIO DE 2011

O Procurador do Trabalho que esta subscreve, no uso de suas atribuições legais e considerando que dos autos do Procedimento Preparatório n.º 000435.2010.20.000/5 constam relatos de possível lesão à ordem jurídica e a direitos sociais constitucionalmente garantidos (fraude à relação de emprego e pessoa jurídica), resolve, com fulcro nos arts. 129, inciso III, da Constituição Federal, 6º, inciso VII, "d" e 84, inciso II, da Lei Complementar 75/93, e 8º, § 1º, da Lei 7.347/85, determinar a INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL em face do SÃO LUCAS MÉDICO HOSPITALAR LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 13.131.370/0001-00. Afixe-se a presente Portaria no local de costume. Publique-se

ALBÉRICO LUIS BATISTA NEVES

Tribunal de Contas da União

PORTARIA Nº 156, DE 22 DE JUNHO DE 2011

Delega competência ao Secretário-Geral da Presidência para assinar aditivo ao Convênio nº 026/2010 celebrado com o Senado Federal.

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO, no uso de suas atribuições legais e regimentais, e tendo em vista o disposto no § 2º do art. 4º da Resolução-TCU nº 211, de 18 de junho de 2008, resolve:

Art. 1º Delegar competência ao Secretário-Geral da Presidência para assinar, em nome do Tribunal de Contas da União, aditivo ao Convênio nº 026/2010 firmado com o Senado Federal.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

BENJAMIN ZYMLER

1ª CÂMARA

EXTRATO DA PAUTA Nº 22/2011(SESSÃO ORDINÁRIA)

Em 28 de junho de 2011, às 15h

Resumo dos processos incluídos em pauta, para apreciação e julgamento pela 1ª Câmara, na Sessão Ordinária Pública, em relação ou de forma unitária, nos termos dos artigos 17, 134, 135, 137, 141, §§ 1º ao 5º, e 143 do Regimento Interno, aprovado pela Resolução nº 155/2002, com alterações promovidas pela Resolução nº 195/2006.

PROCESSOS RELACIONADOS

- Relator, Ministro VALMIR CAMPELO

TC-010.961/2011-9
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Adelino Rocha Cesario (352.542.387-04) e outros
Órgão/Entidade: Banco Central do Brasil - MF
Advogado constituído nos autos: não há

TC-011.188/2011-1
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Alceu de Castro Romeu (050.155.020-87) e outros
Órgão/Entidade: Ministério da Fazenda (vinculador)
Advogado constituído nos autos: não há

TC-011.198/2011-7
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Carlos Alberto de Amorim Revoredo (309.005.068-49) e outros
Órgão/Entidade: Banco Central do Brasil - MF
Advogado constituído nos autos: não há

TC-011.203/2011-0
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Jose Luiz Altheia (170.234.919-53)
Órgão/Entidade: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Paraná
Advogado constituído nos autos: não há

TC-013.799/2011-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Jafe dos Santos Leal (036.356.185-43) e outros
Órgão/Entidade: Banco do Brasil S.A. - MF
Advogado constituído nos autos: não há

TC-013.804/2011-1
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Thalita Almeida Galvão (977.264.003-15) e outros
Órgão/Entidade: Banco do Brasil S.A. - MF
Advogado constituído nos autos: não há

TC-014.435/2011-0
Natureza: Representação
Interessado: Escritório de Corregedoria na 8ª Região Fiscal da Secretaria da Receita Federal do Brasil - MF
Órgão/Entidade: Secretaria da Receita Federal do Brasil
Órgão/Entidade: Secretaria da Receita Federal do Brasil
Advogado constituído nos autos: não há

TC-014.485/2010-9
Natureza: Pensão Civil
Interessados:Bernardo Mota Timo (039.841.221-95) e outros
Órgão/Entidade:Tribunal Regional Federal 1ª Região (DF-AC-AP-AM-BA-GO-MA-MT-MG-PA-PI-RO-RR-TO)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-014.721/2011-2
Natureza: Representação
Interessado: Advocacia-Geral da União, por meio do Procurador-Chefe da Procuradoria da União no Estado do Amapá.
Órgão/Entidade: Entidades/órgãos do Governo do Estado do Amapá
Advogado constituído nos autos: não há

TC-014.805/2011-1
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Angelica Buchhardt de Lima Freire (033.799.605-94) e outros
Órgão/Entidade: Caixa Econômica Federal - MF
Advogado constituído nos autos: não há

TC-014.810/2011-5
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Luciene da Silva Souza Berg (645.863.591-53) e outros
Órgão/Entidade: Caixa Econômica Federal - MF
Advogado constituído nos autos: não há

TC-014.871/2011-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Adriano Jose Pessoa (034.574.094-71) e outros
Órgão/Entidade: Serviço Federal de Processamento de Dados - MF
Advogado constituído nos autos: não há

TC-015.435/2010-5
Natureza: Aposentadoria
Interessados: João Carlos Locio de Almeida (004.927.364-72) e outros
Órgão/Entidade: Fundação Escola Nacional de Administração Pública - MP
Advogado constituído nos autos: não há

TC-019.445/2010-5
Natureza: Prestação de Contas -
Exercício: 2009
Responsáveis: David Wu Tai (037.364.868-55) e outros
Órgão/Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MP
Advogado constituído nos autos: não há

TC-029.477/2006-5
Natureza: Tomada de Contas Especial (Cobrança Executiva)
Recorrente: Joseph Wallace Faria Bandeira (072.516.025-04)
Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Juazeiro - BA
Advogados constituídos nos autos: Joseph Wallace Faria Bandeira, OAB/Ba 4351, Em Causa Própria; Mathildes Pereira Ribeiro Castilho, OAB/DF 29.883.

TC-031.342/2010-8
Natureza: Prestação de Contas -
Exercício: 2009
Responsáveis: Abidias Jose de Sousa Junior (279.712.951-20) e outros
Órgão/Entidade: Banco da Amazônia S.A. - MF
Advogado constituído nos autos: não há

TC-031.671/2010-1
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Abelardo Mazzutti (586.134.209-15) e outros
Órgão/Entidade: Banco do Brasil S.A. - MF
Advogado constituído nos autos: não há

- Relator, Ministro UBIRATAN AGUIAR

TC-004.144/2004-1
Apensos: TC 029.373/2009-5 (COBRANÇA EXECUTIVA); TC 029.372/2009-8 (COBRANÇA EXECUTIVA); TC 029.374/2009-2 (COBRANÇA EXECUTIVA)
Natureza: Tomada de Contas Especial
Responsáveis: Artidônio Araújo Filho (CPF 226.645.214-20); Jairson Marcos Batista dos Santos (CPF 283.753.514-15) ntidade: Centro Federal de Educação Tecnológica de Petrolina - MEC
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-005.098/2009-2
Natureza: Aposentadoria
Interessada: Maria Julia Pereira Spina (CPF 337.402.247-20)
Entidade: Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Amazonas
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-006.249/2010-8
Apenso: TC 005.472/2008-0 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)
Natureza: Tomada de Contas Especial
Responsáveis: Age Construcões e Comércio Ltda (CNPJ 01.000.452/0001-36); Antônio Américo Figueiredo Filho (CPF 182.969.202-04); Celso Santos Matheus (CPF 005.781.218-75); Damiao de Oliveira Maia Junior (CPF 804.121.302-20); Edilson Simões Cadaxo Sobrinho (CPF 188.301.020-91); Etenge - Empresa de Engenharia Em Eletricidade e Com. Ltda (CNPJ 04.593.893/0001-87); José Almir Viana de Oliveira (CPF 307.853.402-20); José da Conceição Rodrigues (CPF 193.153.686-49); Luiz de Freitas Matos (CPF 035.874.872-00); Maria Aparecida dos Santos (CPF 028.152.302-91); Robson Jorge de Lunas Matos (CPF 407.240.772-00); Sílvio Charles de Mesquita Gomes (CPF 412.469.772-49); Wellington Cruz das Neves (CPF 045.614.302-53)
Entidade: Companhia de Eletricidade do Acre - Eletroacre
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-007.171/2011-0
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Enoque Pinto de Souza (CPF 520.239.157-91); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MP
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-007.175/2011-6
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Michele Ferreira Pereira Petini Palacio (CPF 069.271.157-06); e outros)
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MP
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-007.176/2011-2
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Renan Campos de Carvalho (CPF 116.418.377-05); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MP
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-007.180/2011-0
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Aaron Rozemwinkel (CPF 395.830.018-99); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MP
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-007.182/2011-2
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Cristiane Duarte Penna Moreira (CPF 019.394.877-06); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MPOG
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-007.183/2011-9
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Erica Santana de Souza (CPF 314.037.698-77); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MPOG
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-007.185/2011-1
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Karla Delpopo Pontes (CPF 079.098.507-19); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MPOG
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-007.186/2011-8
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Marcelo Felix Moraes (CPF 356.948.948-55); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MP
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-007.188/2011-0
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Renata Dias de Barros (CPF 083.513.217-02); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MP
Advogado constituído nos autos: não há.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

TC-007.189/2011-7
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Stefany Neto de Oliveira (CPF 140.920.617-30); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MP
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-007.224/2011-7
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Danielle Evangelista Vitalino Cardoso (CPF 348.436.358-47); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MP
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-007.228/2011-2
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Marcos Dias Morais (CPF 370.973.108-98); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MPOG
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-007.230/2011-7
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Ricardo Scola (CPF 372.381.098-59); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MPOG
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-007.231/2011-3
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Sonia Regina Santini da Silva (CPF 931.920.888-34); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MPOG
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-007.244/2011-8
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Daniel Lucas Goncalves (CPF 313.281.278-18); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MPOG
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-007.245/2011-4
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Estanislau dos Santos Silva (CPF 050.969.208-79); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MPOG
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-007.249/2011-0
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Michele Regina da Silva (CPF 305.069.628-14); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MPOG
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-007.258/2011-9
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Aran Aquino Rodrigues (CPF 128.768.728-89); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MPOG
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-007.260/2011-3
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Esllen Dias da Silva Vilela (CPF 058.827.416-02); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MPOG
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-007.263/2011-2
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Marcia Denize Silva de Lima (CPF 075.601.718-18); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MPOG
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-007.264/2011-9
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Mauro Jose Caetano da Silva (CPF 282.038.348-33); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MPOG
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-007.816/2011-1
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Amelia Isabel Pederneiras Raja Gabaglia (CPF 030.628.307-78); Clytia Lemos Viana (CPF 192.113.417-87); Irinea Leite Mansur (CPF 713.407.937-68); Santina Corrêa Oliveira (CPF 115.645.087-06)
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MP
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-007.974/2011-6
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Inocencio Amaral Junior (CPF 438.648.138-91); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MPOG
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-007.976/2011-9
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Maria Angelica Coelho Borges (CPF 030.068.158-58); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MPOG
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-007.979/2011-8
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Sonia Maria Castilho Secco (CPF 033.816.368-98); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MPOG
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-007.994/2011-7
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Regina Maria Trindade (CPF 117.877.588-77); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MPOG
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-007.995/2011-3
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Simone Marta dos Santos (CPF 361.093.848-01); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MP
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-008.068/2011-9
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Airton Fernandes (CPF 824.441.109-00); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MP
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-008.070/2011-3
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Ana Lucia Nascimento (CPF 035.587.509-85); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MP
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-008.073/2011-2
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Bruna Carla Cabral dos Santos (063.379.239-01); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MP
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-008.081/2011-5
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Elenir Moreira Leite Ribeiro (988.970.209-68); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MP
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-008.084/2011-4
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Felipe Correa (072.729.249-85); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MP
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-008.168/2011-3
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Jaime Pasin (CPF 458.552.000-78); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MPOG
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-008.173/2011-7
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Larissa Aline da Silva (CPF 030.964.060-14); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MPOG
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-008.184/2011-9
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Neusa Jose Rodrigues (CPF 521.929.030-49); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MPOG
Advogado constituído nos autos: não há

TC-008.187/2011-8
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Renise Dala Rosa (CPF 019.164.250-97); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MPOG
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-008.190/2011-9
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Sandra Regina Domingues Cronhal (CPF 654.596.280-91); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MPOG
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-008.191/2011-5
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Silvia Maria Heck Machado (CPF 397.688.800-15); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MPOG
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-008.193/2011-8
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Terezinha Luiza Zanin (CPF 304.824.459-04); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MPOG
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-008.196/2011-7
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Abdom Ribeiro da Silva (CPF 657.979.733-91); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MPOG
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-008.198/2011-0
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Allison Alves Alvarenga (CPF 031.525.513-71); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MPOG
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-008.199/2011-6
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Ana Marta Oliveira Morais (CPF 041.292.153-70); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MPOG
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-008.200/2011-4
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Antonia Eva Jeronimo Alves (CPF 026.779.193-38); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MPOG
Advogado constituído nos autos: não há

TC-008.201/2011-0
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Antonio Filho de Araujo Rocha (CPF 038.761.673-02); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MPOG
Advogado constituído nos autos: não há

TC-008.203/2011-3
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Camila Vasconcelos Rodrigues (CPF 046.840.193-81); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MPOG
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-008.206/2011-2
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Dayane Nascimento Lima (CPF 038.164.093-00); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MPOG
Advogado constituído nos autos: não há.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

TC-008.207/2011-9
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Djalma Marcelo da Silva Teixeira (CPF 915.226.093-34); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MPOG
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-008.209/2011-1
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Elizangela Moreira Lima dos Santos (CPF 476.263.803-04); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MPOG
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-008.211/2011-6
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Felipe Xavier Ribeiro (CPF 014.680.753-73); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MPOG
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-008.212/2011-2
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Francisca Amanda Braz Sousa (CPF 027.069.563-05); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MPOG
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-008.213/2011-9
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Francisco Alex de Miranda Silva (CPF 003.231.563-55); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MPOG
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-008.217/2011-4
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Graciano Oliveira Barbosa (CPF 294.724.403-63); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MPOG
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-008.218/2011-0
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Iara Maria Correia Cacau (CPF 000.791.353-23); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MPOG
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-008.219/2011-7
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Ivanise Maciel Aprigio (CPF 043.226.423-06); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MPOG
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-008.221/2011-1
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Joao Paulo Gomes (CPF 004.788.183-60); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MPOG
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-008.222/2011-8
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Jose Carleandro Silveira (CPF 031.637.353-20); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MPOG
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-008.223/2011-4
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Jose Orlando Genuino Alves (CPF 040.648.343-48); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MP
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-008.225/2011-7
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Kiara Karla Alves da Silva (CPF 888.690.083-04); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MPOG
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-008.227/2011-0
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Lucas Pereira Lima da Cruz (CPF 041.312.793-12); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MPOG
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-008.228/2011-6
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Luiz Ricardo dos Santos Silva (CPF 043.053.803-07); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MPOG
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-008.230/2011-0
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Maria Aparecida Rodrigues Paschoal (CPF 005.483.783-98); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MPOG
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-008.231/2011-7
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Maria Edilene de Freitas (CPF 603.493.433-81); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MPOG
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-008.233/2011-0
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Marina Oliveira Sousa (CPF 017.985.263-95); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MPOG
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-008.234/2011-6
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Michelle Area Leao Ribeiro Chagas Melo (CPF 870.421.773-04); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MPOG
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-008.237/2011-5
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Pedro Ferreira de Oliveira Junior (CPF 825.224.723-72); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MPOG
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-008.238/2011-1
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Raimundo Denizar dos Santos Pires (CPF 025.606.653-10); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MPOG
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-008.239/2011-8
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Renan Dias Oliveira (CPF 044.225.633-78); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MPOG
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-008.242/2011-9
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Sebastiana Marques Teixeira (CPF 054.084.933-26); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MPOG
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-008.245/2011-8
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Vitoria Maria Borges Caminha (CPF 004.152.203-60); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MPOG
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-008.270/2011-2
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Alcione Aparecida das Chagas (CPF 017.641.753-28); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MPOG
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-008.274/2011-8
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Antonio Daniel Queiroz Alves (CPF 015.827.453-90); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MP
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-008.276/2011-0
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Camila Osugi Cavalcanti de Alencar (CPF 634.201.983-53); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MP
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-008.280/2011-8
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Dejanira Luiz de Souza (CPF 998.728.891-04); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MP
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-008.282/2011-0
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Elaine Cristina Fernandes da Silva (CPF 403.228.088-63); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MP
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-008.286/2011-6
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Francisca Patricia Batista Belo (CPF 495.769.503-25); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MP
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-008.289/2011-5
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Helen Daniele Gomes da Silva (CPF 034.471.401-27); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MP
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-008.295/2011-5
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Juciane Mascarenhas Paulo (CPF 016.450.373-04); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MP
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-008.301/2011-5
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Marcos Antonio Canavarro da Silva (CPF 624.318.622-91); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MP
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-008.311/2011-0
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Roberto Luiz Marguti (CPF 069.352.968-70); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MP
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-008.314/2011-0
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Silvestre Araujo (CPF 244.885.001-10); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MP
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-008.317/2011-9
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Vanderlei Aparecido Rodrigues (CPF 087.427.938-07); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MP
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-008.334/2011-0
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Andre Luiz Santos da Silva Costa (CPF 023.091.865-46); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MP
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-008.343/2011-0
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Edna Ferraz Meira (CPF 299.038.128-76); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MP
Advogado constituído nos autos: não há.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

TC-008.352/2011-9
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Jane Patricia Santos Lima (CPF 004.456.156-30); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MP
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-008.355/2011-8
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Juliana Duarte Pereira (CPF 330.503.808-02); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MP
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-008.361/2011-8
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Marcos Fernandes (CPF 130.212.428-55); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MP
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-008.362/2011-4
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Maria Cristina Pereira Ferraz (CPF 252.362.368-43); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MP
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-008.364/2011-7
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Marileide Barbosa Fernandes de Carvalho (CPF 186.819.288-13); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MP
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-008.366/2011-0
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Moisesj Anuario (CPF111.038.778-44); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MP
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-008.369/2011-9
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Priscila Aparecida Domingues (CPF 354.576.818-07); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MP
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-008.370/2011-7
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Raquel Pereira Andrade de Almeida (CPF 147.106.358-54); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MP
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-008.374/2011-2
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Saula Francisco da Paz Vieira (CPF 095.177.658-43); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MP
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-008.377/2011-1
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Thiago Francisco Giupponi Coppi Silva (CPF 222.100.798-02); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MP
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-008.378/2011-8
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Vanessa Elcaila da Cunha Monteiro Silva (CPF 304.342.058-69); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MP
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-008.379/2011-4
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Viviane Alves Luna Ribas (CPF 276.720.558-01); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MP
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-008.382/2011-5
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Airton Cesario da Silva (CPF 768.059.484-87); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MP
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-008.389/2011-0
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Claudnea Novelli Silva (CPF 114.439.148-27); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MPOG
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-008.394/2011-3
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Elaine Edsma de Souza (CPF 065.595.469-42); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MPOG
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-008.395/2011-0
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Elisandro Souza Pacheco (CPF 047.604.679-39); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MPOG
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-008.397/2011-2
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Fabiana Trevizolli (CPF 077.909.279-14); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MPOG
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-008.398/2011-9
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Fernando Henrique Zak Bettega (CPF 032.441.149-97); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MPOG
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-008.399/2011-5
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Gabriela Crocco Pacini (CPF 059.174.609-30); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MPOG
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-008.400/2011-3
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Gislaine Zella (CPF 070.265.559-79); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MPOG
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-008.402/2011-6
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Ivanete Odete de Jesus Chaves (CPF 403.622.649-53); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MPOG
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-008.403/2011-2
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Janete Midori Yoshiy (CPF 618.969.189-72); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MPOG
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-008.404/2011-9
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Joao Carrara (CPF 490.956.929-49); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MPOG
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-008.406/2011-1
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Juliana Gomes Ortiz (CPF 579.605.770-72); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MPOG
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-008.407/2011-8
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Katia Aparecida Bauer (CPF 065.278.909-90); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MPOG
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-008.409/2011-0
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Lincon Vinicius Gobbi (CPF 071.292.599-65); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MPOG
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-008.412/2011-1
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Marcia Juliana dos Santos Barboza (CPF 661.831.899-87); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MPOG
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-008.413/2011-8
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Maria Amalia Silveira Alves Dias (CPF 420.878.130-00); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MPOG
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-008.415/2011-0
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Mario Dotti Filho (CPF 798.770.798-87); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MPOG
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-008.416/2011-7
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Mayara Cristina Ferreira Francisco (CPF 342.324.928-52); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MPOG
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-008.442/2011-8
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Debora Fogaca da Silva (CPF 006.866.852-02); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MPOG
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-008.444/2011-0
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Edilene Menezes da Silva (CPF 393.466.332-04); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MPOG
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-008.447/2011-0
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Erick Sena Santos (CPF 012.716.992-06); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MP
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-008.448/2011-6
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Fabio Pettenon (CPF 697.922.240-68); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MP
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-008.449/2011-2
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Francelino Ribeiro Gomes (CPF 923.670.702-53); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MP
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-008.450/2011-0
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Gabriel Nascimento Ferreira (CPF 841.971.702-97); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MP
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-008.451/2011-7
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Gleice Maria Nascimento (CPF 653.874.812-00); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MP
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-008.452/2011-3
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Herrison Carlos Macedo da Silva (CPF 685.893.522-34); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MP
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-008.453/2011-0
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Ismael Aparecido Teixeira Nunes (CPF 932.949.481-15); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MP
Advogado constituído nos autos: não há.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

TC-008.454/2011-6
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Jandinalva Duarte Souza (CPF 576.929.552-04); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MP
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-008.455/2011-2
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Joanne Brandao Miranda (951.453.032-20); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MP
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-008.456/2011-9
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Jorge Freitas Filho (CPF 005.927.982-67); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MP
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-008.457/2011-5
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Jose Walmar dos Santos (CPF 423.406.322-34); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MP
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-008.458/2011-1
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Kaliu Jose dos Santos (CPF 068.805.919-81); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MP
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-008.459/2011-8
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Laiane Abreu da Silva (CPF 005.965.842-88); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MP
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-008.460/2011-6
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Leonell de Araujo Godinho (CPF 955.273.462-20); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MP
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-008.461/2011-2
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Luana Sampaio Serrao (CPF 084.114.956-98); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MP
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-008.463/2011-5
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Marcia Cristina Pinto Batista (CPF 448.767.262-72); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MP
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-008.464/2011-1
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Maria Aparecida Cabral (CPF 611.419.849-20); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MP
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-008.465/2011-8
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Maria Inez Galvao dos Santos (CPF 134.306.452-04); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MP
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-008.467/2011-0
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Mauro Roberto Barros Brigido (CPF 807.317.162-72); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MP
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-008.468/2011-7
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Misa Dayse Godinho Dias (CPF 001.733.852-22); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MP
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-008.469/2011-3
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Newton Borges Correa Luz (CPF 639.984.402-91); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MP
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-008.471/2011-8
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Pedro Remi Ribeiro dos Santos (CPF 050.785.219-25); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MPOG
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-008.472/2011-4
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Raimundo Mendes da Silva Neto (CPF 010.972.322-80); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MPOG
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-008.473/2011-0
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Renata Farineli (CPF 004.106.342-20); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MPOG
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-008.474/2011-7
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Rodrigo Silvestrin (CPF 042.423.669-90); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MPOG
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-008.475/2011-3
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Rosiane Araujo da Silva (CPF 900.282.362-20); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MPOG
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-008.476/2011-0
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Sandra Lucia da Silva Campos (CPF 180.502.632-15); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MPOG
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-008.477/2011-6
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Silvia Daniele Ferreira Matos (CPF 679.164.652-72); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MPOG
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-008.478/2011-2
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Suellen Mendes das Neves (CPF 040.744.799-74); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MPOG
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-008.479/2011-9
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Thiago Adriano Correa Trindade (CPF 006.602.252-55); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MPOG
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-008.480/2011-7
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Vanessa Cristina Pinto de Souza (CPF 787.747.722-87); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MPOG
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-008.481/2011-3
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Walmir Silva Dias (CPF 659.361.592-72); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MPOG
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-008.490/2011-2
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Abia Batista de Oliveira (CPF 020.751.921-89); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MPOG
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-008.491/2011-9
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Aida de Cassia Alves (CPF 557.831.711-15); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MPOG
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-008.492/2011-5
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Alinny Ribeiro dos Santos (CPF 027.325.571-10); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MPOG
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-008.493/2011-1
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Ana Paula Pereira (CPF 744.525.251-72); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MPOG
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-008.494/2011-8
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Anna Nayra Rodrigues Barbosa (CPF 017.256.421-23); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MPOG
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-008.495/2011-4
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Beatrice Silva de Sousa (CPF 034.154.371-32); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MPOG
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-008.496/2011-0
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Carlos Heimar Rodrigues Filho (CPF 010.306.231-98); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MPOG
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-008.497/2011-7
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Claudia Candida Alfredo Gomes (CPF 038.991.741-94); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MPOG
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-008.507/2011-2
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Geber Oliveira Ferreira (CPF 772.600.239-53); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MPOG
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-009.100/2011-3
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Andre Geraldo Magela Soares Rissi (CPF 096.832.016-36); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MP
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-009.103/2011-2
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Carla Neise Carneiro de Almeida (CPF 031.330.965-59); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MP
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-009.107/2011-8
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Davi Felix dos Santos (CPF 030.206.465-61); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MP
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-009.111/2011-5
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Emerson Jesus Silva Almeida (CPF 044.996.095-18); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MP
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-009.116/2011-7
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Henrique Maia Ribeiro (CPF 053.409.705-74); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MP
Advogado constituído nos autos: não há.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

TC-009.118/2011-0
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Jadison Mota Barreto (CPF 051.534.655-19); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MP
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-009.125/2011-6
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Leticia Mendes da Silva (CPF 048.066.665-21); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MP
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-009.128/2011-5
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Maisa Evangelista Almeida (CPF 048.966.505-57); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MP
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-009.134/2011-5
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Nelson Jones Macedo Silva (CPF 021.025.895-01); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MP
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-009.137/2011-4
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Rayane Ruas (CPF 104.980.746-41); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MP
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-009.138/2011-0
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Rita Dias de Oliveira (CPF 023.070.205-86); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MP
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-009.243/2011-9
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Abadia Regina dos Santos Cortes (CPF 102.529.996-57); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MP
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-009.244/2011-5
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Albert Alves de Souza (CPF 041.043.416-73); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MP
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-009.245/2011-1
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Aline Soares Dayrell (CPF 084.261.366-80); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MP
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-009.246/2011-8
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Ana Maria Marinho de Faria (CPF 976.879.447-04); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MP
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-009.247/2011-4
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Andressa Dias Rocha (CPF 111.251.166-09); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MP
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-009.253/2011-4
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Danilo Marani Pereira Fortunato (CPF 081.951.446-24); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MPOG
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-009.257/2011-0
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Elza Cleide Soares Pereira (CPF 007.349.126-84); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MPOG
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-009.269/2011-8
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Lais Maria de Oliveira (CPF 080.974.156-31); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MP
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-009.273/2011-5
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Luziete Gomes Ferreira (CPF 936.007.986-34); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MPOG
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-009.277/2011-0
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Marina Vilas Boas Gomes (CPF 106.426.656-80); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MPOG
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-009.280/2011-1
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Nubia Ferreira Macedo (CPF 091.389.326-95); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MPOG
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-009.287/2011-6
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Silvania Batista Pereira do Nascimento (CPF 485.176.666-15); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MPOG
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-009.303/2011-1
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Abel de Oliveira Gomes Filho (CPF 732.654.547-20); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MPOG
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-009.308/2011-3
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Arnon Ricardo Cruzeiro de Araujo (CPF 021.450.661-44); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MPOG
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-009.311/2011-4
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Claudio Francisco da Costa (CPF 095.921.006-75); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MPOG
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-009.313/2011-7
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Danilo Augusto Silva Menezes (CPF 089.383.876-40); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MP
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-009.316/2011-6
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Eliane Aparecida Oliveira (CPF 069.034.026-59); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MPOG
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-009.318/2011-9
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Evelyn Ferreira Silva (CPF 091.366.836-20); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MPOG
Advogado constituído nos autos: não há

TC-009.322/2011-6
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Gleise Helena Falcao Moreira (CPF 093.113.456-01); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MP
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-009.323/2011-2
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Herik Wallasse Silva Soares (CPF 092.181.596-40); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MPOG
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-009.324/2011-9
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Isac Newton Pacheco (CPF 055.708.929-82); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MP
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-009.327/2011-8
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Jose Nilton Fernandes Fialho (CPF 094.616.876-80); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MPOG
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-009.335/2011-0
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Maria Aparecida Fernandes (CPF 603.619.724-15); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MPOG
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-009.340/2011-4
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Nilza Ines da Silva (CPF 071.234.486-18); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MPOG
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-009.345/2011-6
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Roney Fernando Diego de Paula (CPF 076.595.246-74); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MPOG
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-009.350/2011-0
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Thulio Cleser Ferreira Gomes (CPF 089.554.436-92); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MPOG
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-009.372/2011-3
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Aimaaz Chaves da Silva (CPF 033.498.169-75); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MPOG
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-009.374/2011-6
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Ana Karoline Mourao Vale (CPF 046.148.993-74); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MP
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-009.375/2011-2
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Andrea Aparecida Emboava Ribeiro (CPF 037.513.429-82); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MP
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-009.376/2011-9
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Antonio Bittencourt Moraes (CPF 189.280.489-15); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MP
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-009.377/2011-5
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Brandina Roveda (CPF 554.585.309-00); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MP
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-009.378/2011-1
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Carla Scharon Ciqueira (CPF 881.340.599-53); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MP
Advogado constituído nos autos: não há.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

TC-009.380/2011-6
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Cleber Fabiano Werner (CPF 039.861.619-10); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MPOG
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-009.381/2011-2
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Daiane Santos Valerio (CPF 060.913.789-10); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MP
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-009.382/2011-9
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Debora Cristiane Pina Fim (CPF 062.481.729-60); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MP
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-009.384/2011-1
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Edineia de Abreu Venancio (CPF 905.543.029-34); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MP
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-009.385/2011-8
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Elenice Alves Machado (CPF 062.617.169-51); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MP
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-009.386/2011-4
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Elizabete Freire de Oliveira (CPF 884.135.199-34); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MPOG
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-009.388/2011-7
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Felipe Galindo Moura (CPF 124.545.217-76); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MPOG
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-009.389/2011-3
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Franciele Fernandes Americo (CPF 061.145.309-69); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MPOG
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-009.391/2011-8
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Guilherme Pedras Duarte Motoie (CPF 065.880.719-65); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MPOG
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-009.392/2011-4
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Iolanda Kazue Okamura Hirakuri (CPF 330.237.519-00); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MPOG
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-009.393/2011-0
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Jaloana Lourenco Mendes (CPF 414.583.728-20); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MPOG
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-009.394/2011-7
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Jessica Domenic Candiani Martins (CPF 079.228.679-05); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MPOG
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-009.395/2011-3
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Joelson Alves Seixa (CPF 025.910.329-20); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MPOG
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-009.396/2011-0
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Josias de Oliveira (CPF 086.983.509-25); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MPOG
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-009.397/2011-6
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Julio Cesar Amaro de Oliveira (CPF 074.505.909-05); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MPOG
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-009.398/2011-2
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Kelly Roberta Ribeiro de Lima Bandeira (CPF 033.862.709-05); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MPOG
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-009.400/2011-7
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Luana Cristine Dezordi (CPF 077.551.529-95); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MPOG
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-009.401/2011-3
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Lucimar Barbosa Wilnes Kupka (CPF 546.056.529-49); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MPOG
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-009.402/2011-0
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Maira Kaminski da Fonseca (CPF 063.852.399-00); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MPOG
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-009.403/2011-6
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Marcio Alfeu Teles Medeiros (CPF 032.872.249-99); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MP
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-009.404/2011-2
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Maria Denise Turetta (CPF 026.950.619-51); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MPOG
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-009.406/2011-5
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Marta Emilia Moreira Cravo (CPF 309.588.149-53); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MP
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-009.407/2011-1
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Mirian Gomes Rios (CPF 066.257.479-63); e outros
Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MPOG
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-009.409/2011-4
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Patricia Simao Rosolem (CPF 010.419.619-01); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MPOG
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-009.410/2011-2
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Priscilla Marques Bonfim (CPF 035.960.729-21); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MPOG
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-009.411/2011-9
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Reginaldo Antonio do Rocio (CPF 689.468.649-15); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MP
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-009.412/2011-5
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Robson Jose Menegardi (CPF 066.062.259-90); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MPOG
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-009.413/2011-1
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Rosangela Filip (CPF 038.856.599-30); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MPOG
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-009.415/2011-4
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Sheila Carla Silveira do Prado (033.926.999-50); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - Mp
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-009.416/2011-0
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Solange Aparecida da Silva Bataer (CPF 020.969.799-78); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MPOG
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-009.417/2011-7
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Tali Warszawiak Xavier de Miranda (CPF 081.945.609-85); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MPOG
Advogado constituído nos autos: não há

TC-009.418/2011-3
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Thiago Santos Lima (CPF 075.219.539-59); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MP
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-009.419/2011-0
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Vanessa Aparecida Rodrigues (CPF 085.615.729-57); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MPOG
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-009.434/2011-9
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Vanessa Aparecida Rodrigues (CPF 085.615.729-57); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MPOG
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-009.435/2011-5
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Adrielly Naiany Martins (CPF 021.495.351-30); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MPOG
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-009.437/2011-8
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Ana Lucia Pinheiro Schunemann (CPF 046.545.099-76); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MPOG
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-009.438/2011-4
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Andreia Aparecida de Jesus Batista (CPF 032.677.771-78); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MP
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-009.439/2011-0
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Antonia Valeria Sobrinho Pereira (CPF 054.422.763-83); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MP
Advogado constituído nos autos: não há.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

TC-009.440/2011-9
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Arlete Pereira de Abreu (CPF 617.441.821-91); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MPOG
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-009.441/2011-5
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Camila Raimundo (CPF 259.973.758-38); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MPOG
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-009.442/2011-1
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Cicera Casemiro da Silva (CPF 028.472.823-35); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MPOG
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-009.444/2011-4
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Daniela Vidal dos Santos (CPF 015.364.170-33); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MP
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-009.446/2011-7
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Ebia Carla Rosa de Miranda (CPF 022.180.481-16); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MPOG
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-009.447/2011-3
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Elainy Katherine Rodrigues da Silva (CPF 042.127.773-47); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MPOG
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-009.448/2011-0
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Eltercley Santos da Silva (CPF 829.543.302-44); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MP
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-009.450/2011-4
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Fernanda Sanagiotto Rodrigues (CPF 062.417.759-95); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MPOG
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-009.451/2011-0
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Francisco Adaias Gomes da Silva (CPF 053.702.573-10); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MPOG
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-009.452/2011-7
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Francisco Washington Leite de Freitas (CPF 613.718.233-91); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MPOG
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-009.453/2011-3
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Gilvan Ferreira da Silva (CPF 023.718.813-92); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MPOG
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-009.454/2011-0
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Helena Ayres Alves (CPF 943.804.909-63); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MP
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-009.456/2011-2
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Jaime Guilherme da Rocha (CPF 025.995.181-13); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MPOG
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-009.457/2011-9
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Jerson Feitosa da Silva (CPF 014.856.561-17); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MPOG
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-009.459/2011-1
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Jose Marcelo Silva dos Reis (CPF 010.196.691-10); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MPOG
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-009.461/2011-6
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Kelen Cristina Silva Cordeiro (CPF 976.543.531-20); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MPOG
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-009.462/2011-2
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Leila Marcia Martins Monteiro (CPF 019.346.201-06); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MPOG
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-009.463/2011-9
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Lorena Nobre da Costa (CPF 899.730.702-91); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MPOG
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-009.464/2011-5
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Lucivany da Silva Costa (CPF 031.343.821-80); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MPOG
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-009.465/2011-1
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Manoel Oliveira Cabral (CPF 110.916.652-49); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MPOG
Advogado constituído nos autos: não há

TC-009.466/2011-8
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Marco Antonio Nunes (CPF 036.967.839-78); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MP
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-009.468/2011-0
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Maria Leticia Petri Frehner (CPF 051.612.659-81); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MPOG
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-009.469/2011-7
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Mariza Haas (CPF 469.872.070-20); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MPOG
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-009.470/2011-5
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Michelle Marques Piranha (CPF 057.251.059-46); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MPOG
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-009.471/2011-1
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Natanael Ferreira (CPF 989.217.200-06); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MPOG
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-009.473/2011-4
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Paulo Rodrigues Bastos (CPF 466.731.482-68); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MP
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-009.475/2011-7
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Renata Martins Ciappina (CPF 082.542.709-61); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MPOG
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-009.477/2011-0
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Rosilano Sousa de Oliveira (CPF 825.312.933-53); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MP
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-009.479/2011-2
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Simone Feitosa Braga (CPF 053.640.843-29); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MP
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-009.489/2011-8
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Abigail Izabel Neta Pereira (CPF 051.649.734-05); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MP
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-009.494/2011-1
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Antonia Patricia Rodrigues de Oliveira (CPF 977.179.163-04); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MP
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-009.499/2011-3
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Danubia Sabrine do Nascimento Pereira (CPF 042.198.293-42); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MP
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-009.502/2011-4
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Elton John Alexandre Lima (CPF 053.709.843-79); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MPOG
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-009.505/2011-3
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Francisca Aline Silveira (CPF 036.152.813-22); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MP
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-009.508/2011-2
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Francisco Paulo de Souza Junior (CPF 080.234.454-21); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MPOG
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-009.534/2011-3
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Abel Ramos de Souza Junior (CPF 031.245.614-06); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MPOG
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-009.537/2011-2
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Ana Carolina Clementino dos Santos Caetano (CPF 074.408.704-09); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MPOG
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-009.539/2011-5
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Ariedson Clerc de Freitas Oliveira (CPF 046.119.154-76); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MP
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-009.540/2011-3
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Camila Moises da Silva (CPF 096.812.984-62); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MPOG
Advogado constituído nos autos: não há.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

TC-009.541/2011-0
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Cicera Marques da Silva (CPF 046.251.984-88); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MP
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-009.543/2011-2
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Daniele Aparecida Monezi (CPF 036.611.034-90); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MP
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-009.544/2011-9
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Denis Medeiros Garcia (CPF 072.615.104-16); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MPOG
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-009.547/2011-8
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Elizangela Vieira Campelo (CPF 071.383.844-24); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MPOG
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-009.551/2011-5
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Geisa Teixeira Santos (CPF 023.715.811-60); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MPOG
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-009.553/2011-8
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Helio Pereira Alves (CPF 053.152.814-69); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MPOG
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-009.556/2011-7
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Jaqueline Morais de Sousa (CPF 084.227.494-40); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MPOG
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-009.557/2011-3
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Joao Batista Leite Neto (CPF 873.546.324-49); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MPOG
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-009.561/2011-0
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Josicleide Fernandes de Medeiros Costa (CPF 854.765.954-49); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MPOG
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-009.563/2011-3
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Ladoeudo de Sousa Leite (CPF 066.132.394-37); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MPOG
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-009.564/2011-0
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Leonardo Irineu da Silva (CPF 047.387.514-41); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MPOG
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-009.570/2011-0
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Maria Luziane de Sousa Lima (CPF 069.709.944-06); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MPOG
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-009.574/2011-5
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Paulo Rosa de Lima Junior (CPF 519.098.634-91); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MPOG
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-009.576/2011-8
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Ricardo Emidio Lessa Santos (CPF 091.035.444-86); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MPOG
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-009.580/2011-5
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Thiago Augusto Peronico Vieira de Melo (CPF 063.131.494-67); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MPOG
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-009.635/2011-4
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Antonio Gabriel Bueno Bones (CPF 088.038.200-78); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MPOG
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-009.640/2011-8
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Daniel Alves Lourenco (CPF 600.004.570-00); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MPOG
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-009.643/2011-7
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Edmilson Castorino da Conceicao (CPF 503.685.165-04); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MPOG
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-009.648/2011-9
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Geovane Barcellos Brilhante (CPF 828.770.170-87); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MPOG
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-009.650/2011-3
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Hilda Elza Kirsch (CPF 265.876.450-20); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MPOG
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-009.654/2011-9
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Jorge Luiz Lima Braz (CPF 948.033.905-68); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MPOG
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-009.662/2011-1
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Marcelo Agostinetto (CPF 014.082.430-83); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MPOG
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-009.665/2011-0
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Marinez Souza Mello (CPF 265.094.900-72); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MPOG
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-009.671/2011-0
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Renata Menezes Plinio da Silva (CPF 045.459.765-73); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MPOG
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-009.706/2011-9
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Joao Paulo Abrantes Fonseca (CPF 037.356.881-95); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MPOG
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-009.707/2011-5
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Jose Gustavo Santos da Cunha (CPF 396.044.030-87); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MPOG
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-009.709/2011-8
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Kedna da Conceicao Silva (CPF 034.920.031-92); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MPOG
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-009.710/2011-6
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Leandro Paim de Andrade (CPF 018.961.681-40); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MPOG
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-009.711/2011-2
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Lilian Michelle de Sousa Costa (CPF 857.497.611-34); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MPOG
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-009.713/2011-5
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Luiz Felipe Muller da Nobrega (CPF 043.117.311-75); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MPOG
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-009.717/2011-0
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Marinalva Inacio de Oliveira Silva (CPF 578.750.731-20); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MPOG
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-009.718/2011-7
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Mauricio Estrela Cunha Parreira (CPF 034.144.171-62); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MPOG
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-009.719/2011-3
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Moises Junio Goncalves de Carvalho (CPF 041.535.251-70); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MPOG
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-009.723/2011-0
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Regina Aparecida de Lima (CPF 406.594.701-44); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MPOG
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-009.726/2011-0
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Sandra Beserra da Silva (CPF 635.359.631-68); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MPOG
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-009.728/2011-2
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Sulene Goncalves Ramos (CPF 931.338.981-91); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MPOG
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-009.729/2011-9
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Thais Frabetti Baggio Rodrigues (CPF 032.603.271-18); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MPOG
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-009.730/2011-7
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Valdenicio Marcos dos Santos (CPF 819.440.981-00); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MPOG
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-009.732/2011-0
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Webio Gomes de Amorim (CPF 025.920.461-78); e outros

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MPOG
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-009.739/2011-4
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Abel dos Santos (CPF 176.579.701-20); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MPOG
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-009.741/2011-9
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Ana Claudia Lopes (CPF 614.725.811-72); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MPOG
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-009.742/2011-5
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Andrei Lucas Barbosa Martins (CPF 036.848.851-93); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MPOG
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-009.743/2011-1
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Bernardina Fatima Antunes de Freitas (CPF 489.775.191-87); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MPOG
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-009.744/2011-8
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Carlos Albuquerque Carneiro (CPF 029.840.441-93); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MPOG
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-009.745/2011-4
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Claudia Regina Conceicao da Silva (CPF 559.395.465-87); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MPOG
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-009.746/2011-0
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Daiana Mariel Maldaner (CPF 081.958.749-40); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MPOG
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-009.752/2011-0
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Francisca Cleidina de Freitas Dias (CPF 596.094.351-49); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MPOG
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-009.756/2011-6
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Joana Darc Pereira Bertazzo (CPF 574.957.340-00); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MPOG
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-009.759/2011-5
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Kleber Bomtempo de Souza (CPF 885.143.821-87); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MPOG
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-009.763/2011-2
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Marcio Silva Correa (CPF 802.765.801-25); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MPOG
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-009.770/2011-9
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Robson Quirino de Moraes (CPF 011.755.161-98); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MPOG
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-009.775/2011-0
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Valdiva Lucatelli (CPF 636.232.930-91); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MPOG
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-009.838/2011-2
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Guilherme Cristofolini (CPF 086.016.889-18); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MPOG
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-009.846/2011-5
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Leticia Kneipp Fernandes (CPF 021.847.210-26); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MPOG
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-009.851/2011-9
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Manoel Paes Landim de Sousa (CPF 036.778.943-44); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MPOG
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-009.853/2011-1
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Marcio Souza de Andrade (CPF 892.867.074-87); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MPOG
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-009.858/2011-3
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Marilene Paes (CPF 673.131.910-49); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MPOG
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-009.865/2011-0
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Pablo Venzke de Avila (CPF 024.169.900-20); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MPOG
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-009.871/2011-0
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Richele Santos da Silva (988.858.632-72); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MP
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-009.874/2011-9
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Rosemary Muniz Rodrigues (334.803.542-20); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MP
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-009.881/2011-5
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Teodomiro Farias Sicsu Junior (010.574.882-08); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MP
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-009.886/2011-7
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Wellington Bezerra de Melo (008.894.674-63); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MP
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-009.894/2011-0
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Jeferson Crisostomo Martins de Moraes (078.744.974-14); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MP
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-009.900/2011-0
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Luana Joyce Viana (053.859.613-96); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MP
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-009.906/2011-8
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Maria Deusirene de Sousa Alves (918.393.783-87); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MP
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-009.912/2011-8
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Nayanne Maria Morais Holanda (053.607.123-33); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MP
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-009.918/2011-6
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Rita Eugenia Luz da Costa (900.022.293-15); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MP
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-009.922/2011-3
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Sayton Felipe Resende (037.643.945-95); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MP
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-009.923/2011-0
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Sheyla Viana Silva (CPF 006.918.735-50); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MPOG
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-009.926/2011-9
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Soraia Ferreira Silva (013.375.865-60); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MP
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-009.927/2011-5
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Suzana Neiva de Brito (CPF 007.840.695-14); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MPOG
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-009.928/2011-1
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Talita Bezerra dos Santos (017.593.245-07); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MP
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-009.931/2011-2
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Thayane Souza dos Santos (CPF 049.114.365-65); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - Mp
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-009.935/2011-8
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Valteir Ferreira de Brito (CPF 047.314.725-47); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MPOG
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-009.937/2011-0
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Veralucia Pereira de Moura (025.023.685-02); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MP
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-009.941/2011-8
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Wilma Oliveira Nascimento (CPF 996.564.695-34); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MPOG
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-009.963/2011-1
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Joel Francelino de Souza (CPF 079.470.174-41); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MPOG
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-009.969/2011-0
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Maria Renilda do Amaral Rocha (CPF 048.605.494-22); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MPOG
Advogado constituído nos autos: não há.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

TC-009.972/2011-0
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Regina Paula Silva da Silveira (CPF 060.078.854-70); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MP
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-011.110/2011-2
Natureza: Aposentadoria
Interessada: Leda de Oliveira Pinho (CPF 730.699.658-49)
Órgão: Justiça Federal de 1º e 2º Graus da 4ª Região/RS
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-011.191/2011-2
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Jose Magalhaes Sobrinho (CPF 001.694.204-34) e Pedro Garcia Moreno Neto (CPF 000.913.244-91)
Entidade: Gerência Regional de Adm. de Pessoal no Distrito Federal - SRH/MP
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-011.223/2011-1
Natureza: Aposentadoria
Interessada: Maria das Graças Barreto de Matos (CPF 149.404.261-49)
Entidade: Conselho da Justiça Federal
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-011.297/2011-5
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessado: Guilherme Gomes Pedrosa Schimin (010.815.481-50)
Órgão: Justiça Federal de 1º e 2º Graus da 1ª Região/DF
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-011.298/2011-1
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessada: Luisa Ferreira Lima (828.259.715-53)
Órgão: Justiça Federal de 1º e 2º Graus da 5ª Região/PE
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-011.319/2011-9
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Carlos Anselmo Paulino (003.300.784-53); Clovis Bogea de Oliveira (027.538.393-87); Dayana Parga de Oliveira (003.032.953-17); Eunice Carvalho de Mattos (926.488.866-72); Odete dos Santos Gomes (174.220.784-72); Odilia Idalicia de Santana (017.624.705-00); Severina Maria dos Santos (559.777.584-72)
Entidade: Gerência Regional de Administração de Pessoal no Distrito Federal - SRH/MP
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-011.484/2011-0
Natureza: Pensão Civil
Interessado: Paulo Henrique da Trindade Medeiros (CPF 667.307.080-34)
Órgão: Tribunal Regional Federal 4ª Região (RS-SC-PR)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-012.755/2006-9
Natureza: Tomada de Contas Especial
Responsável: Jose Luiz Prudente D Oliveira (CPF 191.122.891-91)
Entidade: Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia - CREA/GO
Advogados constituídos nos autos: Irineu de Oliveira (OAB/DF 5.119), Rodrigo Alves Chaves (OAB/DF 15.241) e Viviane Braga de Moura (OAB/DF 29.496)

TC-013.849/2011-5
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Adriana Dourado Vilas Boas (CPF 011.590.141-83); e outros
Órgão: Ministério Público do Distrito Federal e dos Territórios - MPU
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-013.850/2011-3
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Saulo Queiroz Borges (CPF 034.798.854-70); Susana do Monte Lima Ranos (CPF 760.064.413-49); Thaylise Campos Coleta de Souza Zaffani (CPF 984.387.271-15)
Órgão: Ministério Público do Trabalho - MPU
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-013.869/2011-6
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Abdoral Saldanha Maia Júnior (CPF 770.239.603-25); e outros
Órgão: Justiça Federal de 1º e 2º Graus da 1ª Região/DF
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-013.870/2011-4
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Alisson da Silva Xavier (CPF 056.809.367-47); Eduarda Chaves Simões (CPF 093.848.797-38); Letícia Bertolo dos Santos (CPF 071.130.887-08); Martha Xavier de Oliveira Bergamaschi (CPF 098.873.497-47); Átila Cosme Santana (CPF 110.638.787-21)
Órgão: Justiça Federal de Primeiro Grau - RJ
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-013.871/2011-0
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Aline Vieira Gomes (CPF 025.422.097-58); Ana Maria Cibelle de Carvalho e Silva (CPF 614.624.203-97); Claudia Crozariol dos Santos (CPF 218.781.338-02); Débora Silveira Hoeppner (CPF 996.056.941-15); Elisabete de Morais Carlos (CPF 147.265.768-36); Fernanda Franco Bueno Cáceres (CPF 258.491.548-09)
Órgão: Tribunal Regional Federal 3ª Região (SP-MS)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-013.872/2011-7
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessado: Roger Valerio Vargas Rex (CPF 012.157.730-99)
Órgão: Tribunal Regional Federal 4ª Região (RS-SC-PR)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-013.874/2011-0
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Amélia Augusta da Cruz Fonsêca Madruga (CPF 569.490.144-49); Ancila Carine Gomes Henriques (CPF 008.663.924-24); Andrea Bastos Ferreira (CPF 835.185.173-68); Anna Mariza Teixeira Maia (CPF 971.118.643-87); Antônio José Visgueira Nobre (CPF 802.291.313-87); Arnaldo Correia da Silva (CPF 355.690.004-10); Augusto Henrique Barbosa Oliveira (CPF 042.623.574-65); Christyanne Marie Costa Lima de Carvalho (CPF 023.646.614-39); Cledson Guimarães Bergamaschi (CPF 014.872.937-12); Evandro Agostinho Chaves de Melo (CPF 866.631.004-91); Francisco de Assis Lopes de Figueirêdo (CPF 056.125.654-37); Kildare Kley Marinho de Souza (CPF 915.976.414-72); Maria Angelica Azevedo de Oliveira (CPF 023.872.774-22); Maria Auxiliadora de Sousa Alves (CPF 357.059.815-20); Rossana Bronzeado Cleto da Silva (CPF 237.810.254-20)
Órgão: Justiça Federal de 1º e 2º Graus da 5ª Região/PE
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-013.902/2011-3
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Adalberto Delgado Neto (CPF 014.115.333-48); e outros
Órgão: Ministério Público Federal - MPU
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-013.903/2011-0
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Rafael Gomes Gerude (CPF 662.282.123-20); Rafaella Fagundes dos Santos (CPF 011.141.889-56); Raimundo Nonato Xavier de Sousa (CPF 013.226.943-03); Raquel da Costa Leite Damas Barros (CPF 078.700.777-39); Regis Bencsik Montero (CPF 215.039.308-58); Renato Pinheiro Ferreira (CPF 396.159.668-94); Renato Seiji Kawasaki (CPF 326.993.048-83); Richardson de Jesus da Silva Lima (CPF 887.762.983-53); Roberto de Almeida Prado Delicato (CPF 009.443.339-90); Rodrigo Silva Pinto de Andrade (CPF 015.446.131-80); Rondinelli Melo Alcantara Falcao (CPF 053.290.114-26); Rosana Pires Pierin (CPF 023.810.489-36); Ryan Marcio Pessin Ferri (CPF 095.243.427-07); Silvia Franco Filogonio (CPF 056.143.496-42); Simizal Siqueira Santa Rosa (CPF 695.150.422-91); Suelen Trentin Sodre (CPF 010.978.891-57); Talita Charrise Nunes Higino (CPF 010.707.684-56); Terence Richard Bertasso (CPF 220.173.588-35); Thayane Reis da Rocha (CPF 001.967.941-61); Thiago Lima Aguiar (CPF 000.483.783-56); Tiago Mota Avelar Almeida (CPF 075.909.926-07); Vivian Mendonça de Barros (CPF 084.235.887-00)
Órgão: Ministério Público Federal - MPU
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-014.118/2011-4
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Airton Saraiva de Souza (043.360.704-15); Magna Coeli de Luna (162.378.034-91); Maria Antonieta Perazzo da Cunha (698.736.404-44); Marisa Carmelita Correia da Costa (173.547.304-91); Neide de Souza Lira (821.982.764-53)
Entidade: Gerência Regional de Adm. de Pessoal No Distrito Federal - SRH/MP
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-014.153/2011-4
Natureza: Pensão Civil
Interessada: Maria Janete Rocha Motter (CPF 344.815.169-68)
Órgão: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (vinculador)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-014.424/2010-0
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Esthefany Rafaella da Silva Lima (CPF 027.982.001-13); Mardelides da Silva Lima (CPF 202.593.011-91)
Entidade: Escola Agrotécnica Federal de Cáceres - MEC
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-014.856/2011-5
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessado: Mario Anderson Martins Pereira (822.204.842-20)
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MP
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-014.868/2011-3
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Adna Magnolia Dantas Silva (CPF 567.710.024-20); Daniela Sales do Vale (CPF 636.604.313-20); Everton Luiz Redivo (CPF 800.330.242-00); Felipe Augusto Goncalves Sigueta (CPF 002.124.751-00); Jaqueline Rodrigues Peixoto (CPF 734.453.201-87); Lucas Marques Ramos de Freitas (CPF 004.366.961-18); Luciane Giusti Meleu (CPF 952.068.840-49); Maria Cristina Andrade Alves (CPF 022.769.454-60); Rosiane Joana da Costa Barbosa (CPF 878.607.751-15); Silvania Maria de Resende (CPF 873.322.131-68); Thiago Bernardes de Almeida (CPF 075.261.596-30)
Órgão: Ministério Público do Distrito Federal e dos Territórios - MPU
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-014.879/2011-5
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Adenor José da Cruz Júnior (CPF 009.202.045-38); Alessandra Maria Rodrigues Bessa (CPF 463.857.381-91); Antônio Célio Borges (CPF 373.148.741-15); Dalila Astride Tavares de Araújo (CPF 802.713.592-34); Daniela Calegari Rosendo de Oliveira (CPF 662.189.852-53); Daniela de Almeida Couto (CPF 833.626.575-91); Dhiego Maia Toldo (CPF 009.419.429-70); Eduardo Augusto Portela Chaves (CPF 926.014.052-87); Jullyano Baquil de Sousa (CPF 002.163.234-01)
Órgão: Justiça Federal de 1º e 2º Graus da 1ª Região/DF
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-014.880/2011-3
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Anderson Antonio Liberatori de Castro (CPF 118.724.427-90); e outros
Órgão: Justiça Federal de Primeiro Grau - RJ
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-014.882/2011-6
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Aurelio do Valle Garcia (CPF 269.779.508-11); Bruno de Resende Baldi (CPF 255.304.478-05); Charles Vaz de Araujo Silva (CPF 051.515.454-77); Fabiana Andréia de Souza (CPF 216.875.508-67); Joseni Maria Mello Catelan (CPF 077.856.348-07); Luciano Germano Pereira (CPF 180.549.038-98); Mariana Conca Tamashiro (CPF 365.480.468-38); Monique Carrasco Gama Floriano (CPF 368.190.748-08); Murilo Salomão Barbosa (CPF 052.739.617-69); Renata Rigo Vilar (CPF 271.044.748-70); Rosane Pinheiro Dias (CPF 219.067.368-20); Sergio Luiz de Matteo (CPF 296.679.348-10)
Órgão: Justiça Federal de 1º e 2º Graus da 3ª Região/SP
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-014.883/2011-2
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Akx Lopes Tavares (066.064.166-63); Andre Gomes da Silva Neto (004.771.190-69); Bruno Prado Caetano Rocha (063.373.629-50); Diego Ricardo Lopes Venancio (043.152.749-09); Evandro Endo (043.171.679-05); Evandro Lara (064.612.169-36); Everton Willian Pona (061.695.229-50); Fernando Futoshi Watanabe (034.552.449-71); Flavia Saldanha Kroetz (045.754.339-69); Gabriel Morais Castellain (053.064.259-09); Glauber Jose Damasio (055.343.016-51); Henrique Soares de Souza (052.379.089-93); Joao Batista Schutz (010.266.349-11); Jorge Guazzi Filho (324.871.208-27); Juliano Chaves Granero (980.173.490-68); Ligia Fuhrmann Gonçalves de Oliveira (060.507.999-46); Mariana de Oliveira e Silva Carvalho (054.069.456-88); Vinicius Guimaraes Valente (013.608.245-96)
Órgão: Justiça Federal de 1º e 2º Graus da 4ª Região/RS
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-014.884/2011-9
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Ana Valéria Souza Costa Passos (CPF 823.238.795-53); Carlos Otávio Reis de Sousa (CPF 816.407.575-20); Sheyla Yvette Cavalcanti Ribeiro Coutinho (CPF 834.364.054-34)
Órgão: Justiça Federal de 1º e 2º Graus da 5ª Região/PE
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-014.886/2011-1
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessada: Mislene Felix Jacques (CPF 983.618.721-91)
Órgão: Conselho da Justiça Federal
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-014.917/2011-4
Natureza: Aposentadoria.
Interessada: Dalila Villa Nova Aquino (CPF 607.910.987-53)
Entidade: Gerência Regional de Adm. de Pessoal No Distrito Federal - SRH/MP
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-015.111/2011-3
Natureza: Pensão Civil
Interessada: Cacilda Miranda da Silva (456.066.332-72)
Órgão/Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MP
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-015.814/2008-1
Natureza: Pedido de Reexame
Recorrente: Marina Fonseca Prata Martins (216.799.708-60)
Unidade: Gerência Executiva do INSS - São Paulo/SP - INSS/MPS
Advogado constituído nos autos: não há.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

TC-020.999/2010-0
Natureza: Tomada de Contas
Responsáveis: Crispim Moreira (CPF 410.420.936-87), Marco Aurélio Loureiro (CPF 372.202.256-87), Luana Lazzeri Arantes (CPF 038.318.076-71), Neila Maria Batista Afônso (CPF 636.043.106-87), Marcelo Rezende de Souza (CPF 640.804.476-04), Marcelo Botton Piccin (CPF 689.989.880-20) e Mariana Menezes Santarelli Roversi (CPF 073.910.237-01)
Entidade: Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - Sesan/MDS
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-025.123/2009-4
Natureza: Pensão Civil
Interessadas: Heloisa Maria Maximo (CPF 313.541.901-06); Margarida Rosa de Moura Oliveira (CPF 784.089.547-68)
Órgão: Ministério da Educação (vinculador)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-026.044/2010-2
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Cesar Augusto Soares (CPF 110.549.306-78)
Entidade: Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais - MEC
Advogado constituído nos autos: não há.

- Relator, Ministro JOSÉ MÚCIO MONTEIRO

TC-000.233/2011-0
Natureza: Representação
Interessada: Secretaria de Controle Externo no Espírito Santo
Unidade: Sebrae - Departamento Regional no Estado do Espírito Santo
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-003.300/2010-2
Natureza: Pensão Civil
Interessadas: Aurora Del Priore Ribeiro (040.015.668-77); Dirce Ferreira Veiga (111.768.418-07)
Unidade: Gerência Executiva do INSS - Santos/SP - INSS/MPS
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-006.754/2011-2
Natureza: Representação
Representante: Som e Letras S/C Ltda.
Unidade: Senado Federal
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-007.745/2011-7
Natureza: Pensão Civil
Interessada: Eliete Gomes Marinho (861.907.173-49)
Unidade: Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Ceará
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-007.843/2011-9
Natureza: Pensão Civil
Interessadas: Bruna Farias de Almeida (008.974.562-03) e outras
Unidade: Superintendência da Zona Franca de Manaus - MDIC
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-014.140/2011-0
Natureza: Pensão Civil
Interessada: Francisca Vasconcelos Lima (482.346.213-00)
Unidade: Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Piauí - MAPA
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-014.785/2010-2
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Jenny Maria Nadalini (752.350.488-49); Theodorico da Silveira Gomes (138.449.038-87)
Unidade: Gerência Executiva do INSS - Sorocaba/SP - INSS/MPS
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-015.165/2005-8
Natureza: Representação
Responsáveis: Carlos Roberto Arvellos (177.269.726-53) e outros
Interessado: Tribunal Regional Federal da 1ª Região
Unidade: Coordenação-Geral de Recursos Logísticos do Ministério da Saúde
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-015.264/2009-9
Natureza: Prestação de Contas
Exercício: 2008
Responsáveis: Flávio Decat de Moura (060.681.116-87) e outros
Unidade: Companhia Energética de Alagoas - Eletrobras - MME
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-017.018/2011-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Ludmila Costa da Silva (017.404.001-60) e outros
Unidade: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - MDIC
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-026.266/2008-3
Natureza: Tomada de Contas Especial
Responsável: Jairo Terra Moura (990.534.897-20)
Unidade: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq
Advogado constituído nos autos: não há.

- Relator, Ministro-substituto AUGUSTO SHERMAN CAVALCANTI

TC-011.156/2011-2
Natureza: Aposentadoria
Órgão: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde/RJ
Interessados: Abrahan Lincoln Perlingeiro de Barros e outros
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-011.613/2011-4
Natureza: Aposentadoria
Órgão: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde/CE
Interessado: Armando Pinheiro de Medeiros
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-011.619/2011-2
Natureza: Aposentadoria
Órgão: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde/MG
Interessados: Afonso Úrsula dos Santos e outros
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-013.816/2011-0
Natureza: Atos de Admissão
Órgão: Ministério da Saúde
Interessados: Alexandre Medeiros Amorim Rodrigues e outros
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-014.117/2011-8
Natureza: Pensão Civil
Órgão: Superintendência Estadual da Funasa do Acre
Interessado: João Pereira Lopes
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-014.148/2011-0
Natureza: Pensão Civil
Órgão: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde/BA
Interessados: Hildegardo Belem de Figueiredo e Noelma Neves
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-014.954/2011-7
Natureza: Aposentadoria
Órgão: Tribunal de Contas da União
Interessados: Maria de Fátima Batista de Oliveira e Maria Elaine de Oliveira Capanema
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-014.963/2011-6
Natureza: Aposentadoria
Órgão: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde/GO
Interessada: Tamisa Maria Turibio de Oliveira
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-015.129/2011-0
Natureza: Pensão Civil
Órgão: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde/SP
Interessado: Joseph Harari
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-015.182/2011-8
Natureza: Aposentadoria
Órgão: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde/PR
Interessados: Mirian Rocha Serpas e Rui Nisio
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-016.863/2011-9
Natureza: Atos de Admissão
Entidade: Hospital Nossa Senhora da Conceição S/A - MS
Interessado: Cristiano Augusto Franke
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-016.879/2011-2
Natureza: Atos de Admissão
Órgão: Ministério da Saúde
Interessados: Bruno Ramos Pinto e outros
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-017.033/2011-0
Natureza: Atos de Admissão
Órgão: Superintendência Estadual da Funasa no Rio de Janeiro
Interessados: Alex Soares Fernandes e outros
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-017.040/2011-6
Natureza: Atos de Admissão
Órgão: Superintendência Estadual da Funasa no Rio de Janeiro
Interessados: Clanir José de Oliveira Damasceno e outros
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-017.044/2011-1
Natureza: Atos de Admissão
Órgão: Superintendência Estadual da Funasa no Rio de Janeiro
Interessados: Edson da Silva Braga e outros
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-017.052/2011-4
Natureza: Atos de Admissão
Órgão: Superintendência Estadual da Funasa no Rio de Janeiro
Interessados: Jeane Dias Toste e outros
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-017.055/2011-3
Natureza: Atos de Admissão
Órgão: Superintendência Estadual da Funasa no Rio de Janeiro
Interessados: José Carlos de Almeida Nogueira e outros
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-017.060/2011-7
Natureza: Atos de Admissão
Órgão: Superintendência Estadual da Funasa no Rio de Janeiro
Interessados: Luiz Carlos Ribeiro e outros
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-017.067/2011-1
Natureza: Atos de Admissão
Órgão: Superintendência Estadual da Funasa no Rio de Janeiro
Interessados: Ricardo Louzeiro Machini e outros
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-017.070/2011-2
Natureza: Atos de Admissão
Órgão: Superintendência Estadual da Funasa no Rio de Janeiro
Interessados: Salvio Soares de Morais Filho e outros
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-027.597/2007-2
Natureza: Aposentadoria
Órgão: Ministério dos Transportes
Interessado: Elzi Lima Medeiros Humberto
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-029.787/2008-4
Natureza: Pensão Civil
Órgão: Ministério dos Transportes
Interessado: Antonio Dionisio de Lima
Advogado constituído nos autos: não há.

- Relator, Ministro-substituto WEDER DE OLIVEIRA

TC-003.925/2010-2
Natureza: Pensão Civil.
Interessados: Adélia Azevedo Sette (001.916.496-35) e Silce Rosa Martins (750.553.846-20).
Órgão: Tribunal Regional do Trabalho 3ª Região/MG - JT.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-006.612/2011-3
Natureza: Representação.
Órgão: Parque de Material Aeronáutico de São Paulo.
Interessado: Ministério da Defesa.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-007.369/2009-6
Natureza: Pensão Civil.
Interessados: Amália Clariane da Silva Fachinelli (821.421.300-20) e Lenita Lúcia Prestes Fachinelli (918.216.650-15).
Órgão: Tribunal Regional do Trabalho 4ª Região/RS - JT.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-013.411/2011-0
Natureza: Pensão Militar.
Interessados: Ana Lucia Muzy Bonifácio (099.022.927-04); Helena Flores da Silva (316.877.767-68); Ivone de Carvalho Monteiro (702.412.107-63); Joseli Marlene Flores Rodrigues (549.726.397-68); Leandro Perroni Carneiro (051.989.917-24); Luana Perroni Carneiro (051.989.837-05); Luciana Perroni Carmeiro (051.989.877-00); Martilia Bonifacio Campagnac (055.308.037-76); Michele do Carmo Gomes (088.694.367-13); Neuza Maria Lopes de Sa (485.969.067-20); Olga Regina Flores Bonfim (764.263.947-34); Suemy Pimentel Cordeiro (545.422.197-04); Vilma Batista de Souza (030.753.397-25); Zenilda Bonifacio (518.800.247-72); Zilea Bonifacio da Rocha (920.329.407-44).
Órgão: Primeira Região Militar - MD/CE.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-013.412/2011-6
Natureza: Pensão Militar.
Interessados: Alaídes Martins Garcia (720.566.817-49) e Angela Maria Muniz Segalote Alves (457.156.377-91).
Órgão: Primeira Região Militar - MD/CE.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-013.517/2011-2
Natureza: Aposentadoria.
Interessado: Osman Sadim Ganum Filho (181.385.192-15).
Órgão: Tribunal Regional Eleitoral - TRE/AC - JE.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-015.023/2011-7
Natureza: Aposentadoria.
Interessados: Antônio Trindade do Nascimento (514.844.636-68); Carlos Moreira de Menezes (033.772.024-04); Djalma Victorino de Souza (386.770.757-04); Maria Aparecida Silva Fantucci (030.619.388-42).
Órgão: Diretoria de Administração do Pessoal - MD/CA.
Advogado constituído nos autos: não há.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

TC-015.087/2011-5
Natureza: Pensão Militar.
Interessados: Adonai Gomes de Oliveira Magalhaes (014.779.364-59) e outros.
Órgão: Sétima Região Militar - MD/CE.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-015.089/2011-8
Natureza: Pensão Militar.
Interessados: Celioneide Paixão Coêlho (660.006.881-72); Guiomar Mendes da Silva (584.299.481-04) e Marta Gonçalves Moreira da Silva (034.564.764-50).
Órgão: Décima Primeira Região Militar - MD/CE.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-015.176/2011-8
Natureza: Aposentadoria.
Interessado: Albino Lobato Torres (036.117.872-72).
Órgão: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - MMA.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-017.091/2011-0
Natureza: Atos de Admissão.
Interessados: Alessandra Pascoalini Cunha Gatti (026.865.056-05) e outros.
Órgão: Escola de Administração do Exército - MD/CE.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-017.184/2011-8
Natureza: Atos de Admissão.
Interessado: Leonardo Silva de Medeiros (051.331.714-71).
Órgão: Diretoria de Administração do Pessoal - MD/CA.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-017.274/2010-9
Natureza: Representação.
Entidade: Município de Santa Luzia/BA.
Interessado: Secretaria de Controle Externo na Bahia.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-024.526/2010-0
Natureza: Pensão Civil.
Interessados: Carmelita Francisca Pereira (466.080.525-53) e Mabel Dannemann de Magalhães (263.120.775-00).
Órgão: Tribunal Regional do Trabalho 5ª Região/BA - JT.
Advogados constituídos nos autos: não há.

TC-024.735/2010-8
Natureza: Aposentadoria.
Interessados: Lais Cardoso Correa (011.918.707-82); Lucia Maria de Barros Cony (010.932.077-87); Lucia Souza Gomes (181.104.447-68); Lucia Souza Gomes (181.104.447-68).
Órgão: Tribunal Regional do Trabalho 1ª Região/RJ - JT.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-028.869/2010-9
Natureza: Representação.
Entidade: Município de Euclides da Cunha/BA.
Interessados: Caixa Econômica Federal; Ministério do Turismo; Ministério das Cidades.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-031.131/2010-7
Natureza: Representação.
Órgão: Tribunal Regional do Trabalho 5ª Região/BA - JT.
Interessado: Tribunal Regional do Trabalho 5ª Região/BA-JT.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-032.755/2010-4
Natureza: Representação.
Interessado: Secretaria da Saúde do Estado da Bahia - Sesab (13.937.131/0001-41).
Entidade: Município de Lajedo do Tabocal - BA.
Advogado constituído nos autos: não há.

PROCESSOS UNITÁRIOS

- Relator, Ministro VALMIR CAMPELO

Classe I - Recursos

TC-002.791/2011-0
Natureza: Embargos de Declaração.
Órgão: Superior Tribunal de Justiça - STJ.
Embargante: Maria Augusta Rebello Ferrante (CPF 020.275.778-15), pensionista de Miguel Jeronymo Ferrante (CPF 020.267.248-49).
Advogados constituídos nos autos: Walter Costa Porto (OAB/DF 6.098) e Antonio Perilo Teixeira (OAB/DF 21.359).

Classe II - Tomadas e Prestações de Contas

TC-014.246/2005-3
Natureza: Tomada de Contas Especial
Órgão/Entidade: Secretaria de Infraestrutura do Estado do Piauí - Seinfra/PI e Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - DNOCS.
Responsáveis: Bertolino Marinho Madeira Campos (CPF 065.952.353-15) e Construtora Jurema Ltda. (CNPJ 05.802.590/0001-90)
Advogados constituídos nos autos: Paula Cardoso Pires (OAB/DF 23.668), Antônio Perilo Teixeira Netto (OAB/DF 21.359), Henrique Araújo Costa (OAB/DF 21.989), Walter Costa Porto (OAB/DF 6.098).

TC-026.054/2006-5
Natureza: Tomada de Contas Especial
Entidade: Secretaria de Segurança Pública do Estado do Piauí
Responsáveis: Antonio Jose Raimundo de Morais - CPF 030.170.103-25 e Estado do Piauí - CNPJ 06.553.481/0001-49)
Interessado: Secretaria de Segurança Pública do Estado do Piauí
Advogados constituídos nos autos: não há

Classe III - Auditorias, Inspeções e outras matérias concernentes a fiscalização.

TC-022.914/2009-5
Natureza: Relatório de Monitoramento.
Órgão: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado do Acre (NEMS/AC).
Responsável: Mário Evangelista de Lima (CPF 021.913.182-15).
Advogado constituído nos autos: não há.

- Relator, Ministro UBIRATAN AGUIAR

Classe I - Recursos

TC-015.276/2006-5
Natureza: Recurso de Reconsideração.
Entidade: Escola Agrotécnica Federal de Catu/BA (EAF-Catu/BA).
Recorrente: Simone Maria Rocha Oliveira (CPF 194.178.025-34).
Advogado constituído nos autos: não há

Classe II - Tomadas e Prestações de Contas

TC-000.614/2010-6
Natureza: Tomada de Contas Especial
Entidade: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq
Responsável: Cassiano Ricardo Berenguer Durand (CPF 660.492.104-20)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-006.306/2006-7
Natureza: Tomada de Contas Especial
Entidades: Divisão Executiva de Finanças - DAF 2/INCRA - MDA e Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA/MDA
Responsáveis: Associação Nacional de Cooperação Agrícola-Anca (55.492.425/0009-04); José Mário Schons (213.656.959-72)
Interessado: Associação Nacional de Cooperação Agrícola - Anca (55.492.425/0001-57)
Advogados constituídos nos autos: Advogados: Drs. Elmano de Freitas da Costa (OAB/CE nº 11098), Patrick Mariano Gomes (OAB/SP nº 09584), Giane Alvares Ambrósio Alvares (OAB/SP nº 218434), Juvelino José Strozake (OAB/SP nº 131613), Raul Carvalho Nin Ferreira (OAB/SP nº 146632) e Leonardo Kauer Zinn (OAB/RS nº 51156)

Classe VI - Representação

TC-014.727/2011-0
Natureza: Representação.
Órgão: Procuradoria da República no Estado da Bahia.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-025.499/2010-6
Natureza: Representação
Entidade: Município de Venturosa - PE
Interessado: Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco (CNPJ 11.435.633/0001-49)
Advogado constituído nos autos: não há.

- Relator, Ministro AUGUSTO NARDES

Classe I - Recursos

TC-017.022/2008-9
Natureza: Recurso de Reconsideração.
Entidade: Município de Porto Seguro (BA).
Recorrente: José Ubaldino Alves Pinto Júnior - ex-prefeito do Município de Porto Seguro/BA (CPF nº 402.171.675-00).
Advogados constituídos nos autos: Camila Silva Lugão (OAB/DF nº 26.377) e Fabiano Almeida Resende (OAB/BA nº 18.942).

TC-023.200/2009-6
Natureza: Recurso de Reconsideração.
Entidade: Município de Guamaré/RN.
Recorrente: João Pedro Filho (041.178.324-68).
Interessados: Fundação Nacional de Saúde - Funasa (26.989.350/0001-16); Município de Guamaré/RN (08.184.442/0001-47).
Advogado constituído nos autos: José Alexandre Sobrinho (OAB/RN 2.571).

TC-029.283/2008-8
Natureza: Recurso de Reconsideração.
Entidade: Município de Gurinhém/PB.
Recorrente: Jorge Urçulo Ribeiro Coutinho (069.861.454-20), ex-prefeito.
Advogado constituído nos autos: Ciane Figueiredo Feliciano da Silva, OAB/PB nº 6.974.

- Relator, Ministro JOSÉ MÚCIO MONTEIRO

Classe I - Recursos

TC-018.878/2009-0
(com 1 volume e 4 anexos)
Apenso: TC-010.402/2010-1
Natureza: Recurso de Reconsideração
Recorrente: Cesan - Construtora e Empreendimentos Santo Antônio Ltda. (CNPJ nº 02.135.177/0001-20)
Unidade: Prefeitura Municipal de Cuitegi/PB
Advogados constituídos nos autos: Flaminio Jefferson dos Santos (OAB/PB nº 7.690) e Sulpício Moreira Pimentel Neto (OAB/PB nº 9.559E)

Classe II - Tomadas e Prestações de Contas

TC-012.620/2010-6
(com 7 volumes e 2 anexos com 32 volumes)
Natureza: Tomada de Contas Especial
Responsáveis: Renato Tonelli (CPF 200.261.291-91), Rui Felipe Kopper (CPF 297.539.969-34) e Edson Vieira (CPF 138.897.029-53), ex-Prefeitos do Município; Amilton Loro (CPF 387.923.970-34) e Luiz Carlos Barbosa Torres (CPF 437.174.621-72), ex-Secretários de Saúde do Município; Fábio Henrique Molin (CPF 914.524.149-04) e Daniel Mamédio do Nascimento (CPF 015.720.298-46), ex-Gerentes de Saúde do Município; e Município de Itaquiraí/MS
Unidade: Prefeitura Municipal de Itaquiraí/MS
Advogada constituída nos autos: Ruthnéia Souza Tonelli (OAB/PA 12.128)

TC-017.496/2009-2
(com 1 volume e 1 anexo)
Natureza: Tomada de Contas Especial
Responsável: Walter Lima Gomes (CPF 012.859.473-04), ex-prefeito
Unidade: Prefeitura Municipal de São Luís Gonzaga do Maranhão/MA
Advogados constituídos nos autos: Abdon Clementino de Marinho (OAB/MA nº 4980), Welger Freire dos Santos (OAB/MA nº 4534), Raimundo Nonato Ribeiro Neto (OAB/MA nº 4921) e Rodrigues Pires Ferreira Lago (OAB/MA nº 6148)

TC-018.157/2009-2
Natureza: Tomada de Contas Especial
Responsável: Jomar Fernandes Pereira Filho (ex-prefeito, CPF 125.680.233-68)
Unidade: Prefeitura Municipal de Imperatriz/MA
Advogado constituído nos autos: não há

TC-019.170/2008-0
Natureza: Tomada de Contas Especial
Responsáveis: Fernando Araújo Filho (CPF: 161.658.964-72), ex-prefeito, e Cesan - Construtora e Empreendimentos Santo Antônio Ltda. (CNPJ: 02.135.177/0001-20)
Unidade: Prefeitura Municipal de Soledade/PB
Advogado constituído nos autos: Maria do Socorro Gouveia de Araújo (OAB/PB nº 15.304)

TC-022.821/2007-8
Natureza: Tomada de Contas Especial
Responsável: José Lins da Silva (CPF: 023.404.884-00), ex-prefeito
Unidade: Prefeitura Municipal de Natuba/PB
Advogado constituído nos autos: não há

TC-030.570/2008-9
(com 1 volume)
Apenso: TC-002.861/2004-1 (com 3 volumes)
Natureza: Tomada de Contas Especial
Responsável: Alexandre Braga Pegado (CPF 586.650.644-00)
Unidade: Prefeitura Municipal de Conceição/PB
Advogados constituídos nos autos: José Marcílio Batista (OAB/PB 8535) e Deborah Priscila Freire do Amaral (OAB/PB 13.164)

Classe V - Concessões de Aposentadorias, Reformas e Pensões

TC-014.376/2010-5
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Alana Carolina Costa (CPF 050.953.399 00), Anemira dos Santos Pinto (CPF 156.003.789 04), Ariovaldo Bittencourt (CPF 231.560.669 15), Daniel Barbosa de Vasconcellos (CPF 080.527.829 02), Dayane Bittencourt (CPF 067.644.549 73), Denise Marly Figueiredo Bastos (CPF 036.324.209 04), Elza Chaicoski Portela (CPF 858.721.489 68), Evanildes Figueiredo Pereira (CPF 787.776.829 04), Francisca Chaves Martins (CPF 009.329.359 31), Idir Lachowski (CPF 319.615.509 97), Lady Maciel Bastos (CPF 922.971.619-72), Maria José Mello Piazzetta (CPF 007.187.259 05), Neiva Maria de Oliveira (CPF 274.822.869 34), Nelmo Paes de Vasconcellos (CPF 522.701.499 04) e Wanda dos Santos (CPF 160.266.839 68)
Unidade: Gerência Executiva do Instituto Nacional do Seguro Social em Curitiba/PR
Advogado constituído nos autos: não há

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

- Relator, Ministro-substituto WEDER DE OLIVEIRA

Classe I - Recursos

TC-022.292/2010-1
Natureza: Embargos de Declaração (Pensão Civil).
Órgão: Tribunal Regional do Trabalho 7ª Região/CE.
Interessado: Vera Maria Menezes de Araújo (230.168.843-72).
Advogado constituído nos autos: João Guilherme Janja Ximenes (OAB/CE nº 5431).

Classe II - Tomadas e Prestações de Contas

TC-006.468/2010-1
Natureza: Tomada de Contas Especial.
Entidade: Município de Sento Sé/BA.
Responsável: Ednaldo dos Santos Barros (160.461.535-49).
Interessado: Fundação Nacional de Saúde - MS (26.989.350/0001-16).
Advogados constituídos nos autos: Béis Nilson Castelo Branco (OAB/BA nº 6.185); Thyers Novais Filho (OAB/BA nº 8.893); Thiancle Araújo (OAB/BA nº 21.540).

TC-009.620/2004-0
Natureza: Prestação de Contas Simplificada-
Exercício: 2003.
Entidade: Serviço Social do Comércio - Administração Regional no Paraná.
Responsáveis: Alceu Ribeiro (000.586.619-72); Amauri Ribas de Oliveira (110.373.509-87); Ari Faria Bittencourt (027.533.089-34); Baptista Cherobim (005.558.949-91); David Guntowski (058.541.489-00); Elizabeth Lobo dos Santos Elpo (447.910.549-20); Francisco Paulo José Minoli (000.419.639-20); Geraldo Serathiuk (360.145.919-15); José Francisco Schiavon (006.421.269-68); Julio Maito Filho (201.967.339-87); Juça Maria de Azevedo Koscianski (016.293.879-91); Nelson Torres Galvão (001.736.149-49); Renato Merolli (000.421.109-04); Roberto Fregonese (184.346.659-72); Rubens Armando Brustolin (000.199.509-00); Segismundo Mazurek (000.430.369-53); Sidney Catenaci (114.378.989-04); Vicente da Silva (112.278.859-20).
Interessado: Serviço Social do Comércio - Administração Regional PR (33.469.164/0054-23).
Advogado constituído nos autos: Luiza Elizabeth Basaglia (OAB/PR nº 13.572).

TC-020.317/2005-2
Natureza: Tomada de Contas Especial.
Entidade: Município de Timon/MA.
Responsáveis: Prisma Caxiense Construções e Comercio Ltda. (03.237.382/0001-60) e Sebastião de Deus Rodrigues Ferreira (077.546.553-49).
Interessado: Ministério da Saúde.
Advogados constituídos nos autos: José Bezerra Pereira (OAB/PI nº 1.923-88); Abdon Clementino de Marinho (OAB/MA nº 4.980); Welger Freire dos Santos (OAB/MA nº 4.534) e Raimundo Nonato Ribeiro Neto (OAB/MA nº 4.921).

TC-022.814/2010-8
Apenso: TC 007.401/2003-6.
Natureza: Prestação de Contas.
Exercício: 2009.
Entidade: Superintendência Regional do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária no Amapá (Incra/AP).
Responsáveis: Alessandro Tavares Cardoso (611.906.592-04); Américo Távora da Silva (096.824.062-34); Evandro Costa Gama (342.172.152-15); Maria Jose de Souza Leite (207.176.012-34); Raimundo Nonato Picanco Souto (163.521.492-00).
Advogado constituído nos autos: não há.

Classe V - Concessões de Aposentadorias, Reformas e Pensões

TC-028.278/2010-0
Natureza: Pensão Civil.
Órgão: Tribunal Regional do Trabalho 4ª Região/RS - JT.
Interessado: Ivete Fernandes Corassini (666.357.720-49).
Advogado constituído nos autos: Ciro Castilho Machado (OAB/RS-28.716).

TC-032.883/2010-2
Apenso: TC 022.335/2009-2.
Natureza: Pensão Civil.
Órgão: Tribunal Regional do Trabalho 11ª Região/AM - JT.
Interessado: Danilo Gomes da Silva (200.293.572-68).
Advogado constituído nos autos: não há.

Secretaria das Sessões, 22 de junho de 2011.
FRANCISCO COSTA DE ALMEIDA
Subsecretária da Câmara

2ª CÂMARA

EXTRATO DA PAUTA Nº 22/2011
(SESSÃO EXTRAORDINÁRIA PÚBLICA)
Em 28 de junho de 2011, às 16h

Resumo dos processos incluídos em pauta, para apreciação e julgamento pela 2ª Câmara, na Sessão Extraordinária Pública, em relação ou de forma unitária, nos termos dos artigos 17, 134, 135, 137, 141, §§ 1º ao 5º, e 143 do Regimento Interno, aprovado pela Resolução nº 155/2002, com alterações promovidas pela Resolução nº 195/2006.

PROCESSOS RELACIONADOS

- Relator, Ministro UBIRATAN AGUIAR

TC-002.573/2011-3
Natureza: Relatório de Auditoria
Entidade: Empresa Brasileira de Hemoderivados e Biotecnologia - Hemobras/MS
Advogados constituídos nos autos: Eduardo Antônio Lucho Ferrão (OAB/DF 9.378), Luiz Felipe Bulus (OAB/DF 15229) e Thaís Aroca Datcho Lacava (OAB/SP 234.563).

- Relator, Ministro AUGUSTO NARDES

TC-004.512/2011-1
Natureza: Representação
Responsáveis: Abz da Comunicação Ltda. (04.606.269/0001-77); Alexandre Ferreira Cardoso (407.046.374-72); Barbalho Reis Comunicação e Consultoria (26.420.877/0001-25); Bioma Educação e Assessoria Ambiental e Comércio de Materiais Didáticos Ltda (74.467.986/0001-40); Bps - Promoção e Publicidade Ltda (69.103.174/0001-86); Bruno Magalhães Ramos Luchetti (275.750.998-59); Cooperativa de Negócios e Consultoria Turística (06.260.978/0001-79); Cáudia Gama Ribeiro Leite Ferreira (033.513.138-70); Dalmo Antônio Tavares de Queiroz (143.954.361-53); David Lorrann Silva Teixeira (918.316.012-49); Deputado Colbert Martins da Silva Filho (132.361.645-49); Dtm Comunicações Ltda. (05.702.660/0001-38); Eduardo Alves Fayet (859.355.909-30); Errolflynn de Souza Paixão (072.968.942-53); Fabiana Lopes Freitas (908.133.671-15); Francisca Regina Magalhaes Cavalcante (142.838.833-87); Gerusa de Almeida Saad (022.276.598-40); Hellen Luana Barbosa da Silva (706.203.342-15); Hugo Leonardo Silva Gomes (694.292.601-97); Humberto Silva Gomes (516.214.871-72); Instituto Brasileiro de Desenvolvimento de Infraestrututa Sustentável (07.054.515/0001-13); Instituto de Educação do Norte da Amazônia Ltda (07.241.296/0001-81); Jorge Kengo Fukuda (263.881.118-15); José Carlos Silva Júnior (296.838.428-79); Leonardo Mattiussi (273.030.838-55); Luaxe Produções, Prom. Com. Even. Ltda. (01.417.539/0001-03); Lucas Nunes de Morais (351.373.138-82); Luis Guilherme de Oliveira (739.638.281-53); Luiz Fernando Ferreira (038.266.828-66); Luiz Gustavo Machado (813.598.538-04); Manhattan Propaganda Ltda. (47.459.995/0001-17); Mario Augusto Lopes Moyses (953.055.648-91); Merian Guedes de Oliveira (995.551.662-34); Mgp Brasil Consultoria Empresarial Ltda (06.083.725/0001-77); Mpl Propaganda Ltda (03.509.949/0001-00); Norwell Systems (04.588.790/0001-29); Paulo Kikushi Júnior (335.248.821-53); Pedro Alexandre Nery Prestes (169.327.062-53); Portátil Serviços de Comunicações e Eventos Ltda (33.434.606/0001-94); Race Consult - Consultoria Técnica e Representações Ltda (00.085.177/0001-38); Sandro Elias Saad (586.071.538-20); Sinc Recursos Humanos e Automação Ltda. (02.290.439/0001-21); Valter Barros de Souza (564.973.008-30); Wladimir Silva Furtado (244.294.731-53).
Interessados: Instituto Brasileiro de Desenvolvimento de Infraestrututa Sustentável (07.054.515/0001-13); Ministério do Turismo.
Órgão/Entidade: Programas do Ministério do Turismo/CEF - MTUR.
Advogados constituídos nos autos: Diego Ricardo Marques, OAB/DF nº 30.782; Romildo Olgo Peixoto Júnior, OAB/DF nº 28.361; Marcos de Araújo Cavalcanti, OAB/DF nº 28.560; Thiago Groszewicz Brito, OAB/DF nº 31.762.

TC-006.459/2009-0
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Avani Regina Gonçalves Dias (930.646.248-49); Carlos Ventura D Alkaine (026.421.788-89); Joaquim Gonçalves Barbosa (091.139.241-68); Joaquim Roberto dos Santos (833.825.698-68); Jose Mendes da Silva (233.257.808-06); Maria Gomes Ribeiro Zanetti (138.716.108-36); Noemi Silveira Wrege (005.933.208-59); Ramon Pena Castro (721.725.927-49); Sebastião Francisco de Siqueira (696.443.578-68); Sonia Maria Arantes de Almeida (552.032.568-53).
Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de São Carlos - MEC.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-010.946/2011-0
Natureza: Aposentadoria
Interessadas: Elisa Canabrava de Oliveira (001.214.028-78); Francisca Francinete Paz (023.313.848-00).
Órgão/Entidade: Gerência Executiva do INSS - São Paulo-Santo Amaro/SP - INSS/MPS.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-010.952/2011-0
Natureza: Aposentadoria
Interessadas: Laurenice Ferreira da Silva (214.371.221-91); Maria de Lourdes de Oliveira (114.434.721-15).
Órgão/Entidade: Ministério da Previdência Social (Vinculador).
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-011.005/2011-4
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Alba Maria Crespo de Oliveira (030.843.534-68); Francisco Amancio Dionizio (046.304.658-71).
Órgão/Entidade: Gerência Executiva do INSS - Garanhuns/PE - INSS/MPS.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-011.011/2011-4
Natureza: Aposentadoria
Interessada: Nadia Maria Meirelles Basilli de Oliveira (777.934.208-53).
Órgão/Entidade: Gerência Executiva do INSS - S.j da Boa Vista/SP - INSS/MPS.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-011.017/2011-2
Natureza: Aposentadoria
Interessadas: Elizabete Ribeiro Gyorfi (970.607.478-34); Inez Alquati (097.440.178-13); Marina Costa Silva de Almeida (970.118.788-15).
Órgão/Entidade: Gerência Executiva do INSS - Presidente. Prudente/SP - INSS/MPS.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-011.019/2011-5
Natureza: Aposentadoria
Interessadas: Izabel Araujo Mendes Bragaia (028.478.748-52); Sandra Maria Zuliani Goulart Magagnatto (015.217.108-80).
Órgão/Entidade: Gerência Executiva do INSS - Bauru/SP - INSS/MPS.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-011.167/2011-4
Natureza: Aposentadoria
Interessadas: Benedita Elizabeti Cardoso de Lara Pinto (229.879.321-20); Cleusa de Assis Viana e Sousa (211.481.391-68); Luzia Domingues de Oliveira (181.402.891-91); Mariles das Graças Tenuta (207.172.291-49); Suede Cardoso de Jesus (318.681.421-91).
Órgão/Entidade: Superintendência Estadual do INSS - Cuiabá/MT - INSS/MPS.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-011.171/2011-1
Natureza: Aposentadoria
Interessadas: Ivone Machado (540.871.399-72); Marilete da Silva Rocha (344.779.189-68).
Órgão/Entidade: Superintendência Estadual do INSS - Florianopólis/SC - INSS/MPS.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-011.194/2011-1
Natureza: Aposentadoria
Interessada: Maria Cristina Ferreira (208.244.246-20).
Órgão/Entidade: Gerência Executiva do INSS - São Paulo-Santo Amaro/SP - INSS/MPS.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-011.206/2011-0
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Jose Antonio Bernardes (584.200.458-53); Luiz Carlos de Oliveira Meirelles (015.411.028-00).
Órgão/Entidade: Gerência Executiva do INSS - Ribeirão Preto/SP - INSS/MPS.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-011.207/2011-6
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Ivanaldo José Gomes (246.174.747-49).
Órgão/Entidade: Gerência Executiva do INSS - Jundiaí/SP - INSS/MPS.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-011.209/2011-9
Natureza: Aposentadoria
Interessada: Maria Inez Lovato (797.418.788-34).
Órgão/Entidade: Gerência Executiva do INSS - Araçatuba/SP - INSS/MPS.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-011.234/2011-3
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Alceu Inacio Fucks (567.318.849-87).
Órgão/Entidade: Superintendência Estadual do INSS - Cuiabá/MT - INSS/MPS.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-011.235/2011-0
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Manoel Lopes dos Santos (036.335.783-15); Tulio Fortes Lustosa (001.504.363-00).
Órgão/Entidade: Superintendência Estadual do INSS - Teresina/PI - INSS/MPS.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-011.321/2011-3
Natureza: Pensão Civil
Interessado: João Francisco Viveiros (935.675.888-34).
Órgão/Entidade: Gerência Executiva do INSS - São Paulo-Lapa/SP - INSS/MPS.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-011.353/2011-2
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Adaltiva de Carvalho Silva (446.906.904-30); Brisly Freitas Mesquita (029.854.191-23); Bruno Freitas Mequita (001.908.571-02); Carlota Torres (473.879.041-20); Francisco Mesquita do Amaral (248.171.391-53); Nilson Alves Santana (516.192.885-91).

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Órgão/Entidade: Ministério da Previdência Social (Vinculador).
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-011.371/2011-0
Natureza: Pensão Civil
Interessadas: Caroline Gomes (059.287.819-89); Rosa Nelmair Geldes Gomes (695.776.419-20).
Órgão/Entidade: Gerência Executiva do INSS - Maringá/PR - INSS/MPS.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-011.420/2011-1
Natureza: Pensão Civil
Interessadas: Geny Nunes Rimoli (580.611.508-91); Vera Maria Porto Costa (720.133.978-87).
Órgão/Entidade: Gerência Executiva do INSS - Campinas/SP - INSS/MPS.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-011.520/2011-6
Natureza: Pensão Civil
Interessada: Maria Dirce Arcoverde de Deus Nogueira (001.352.323-68).
Órgão/Entidade: Superintendência Estadual do INSS - Teresina/PI - INSS/MPS.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-011.538/2011-2
Natureza: Aposentadoria
Interessada: Iracema Isabel Kocznykowski (298.768.930-68).
Órgão/Entidade: Gerência Executiva do INSS - Canoas/RS - INSS/MPS.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-011.543/2011-6
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Hiroco Hashimoto (441.892.819-72); Ilma Rodrigues Alves (695.739.729-72); Massaiti Tokunaga (199.045.847-53); Nadia Litwinczuk (424.762.599-34); Naomi Shimizu (713.992.089-34); Silvio Augusto Coletty (747.019.838-53).
Órgão/Entidade: Gerência Executiva do INSS - Maringá/PR - INSS/MPS.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-011.548/2011-8
Natureza: Aposentadoria
Interessadas: Anita Ramalho dos Santos (331.781.941-34); Floracy Eugenio Pereira Nicodemes (215.973.591-49); Jarina Maria de Barcelos Rabelo (136.347.121-04); Zenobia Maria da Silva Alves (131.604.781-49).
Órgão/Entidade: Gerência Executiva do INSS - Anápolis/GO - INSS/MPS.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-011.559/2011-0
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Antonio Carlos Gomes (420.645.467-15); Claudino Guerra Zenaide (072.413.564-20); Cleusa Helena Batista de Lima (992.169.498-72); Fatima da Piedade Vieira Calhau Gravi (730.205.598-04); Iva Helena Dias Rodrigues (038.392.728-58); Jalmar Torres (540.726.898-15); Luiz Roberto Dorigo de Oliveira (296.939.267-49); Rene Christol Barroso (730.877.268-34); Vilma Miranda (111.127.678-19).
Órgão/Entidade: Gerência Executiva do INSS - Santos/SP - INSS/MPS.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-011.567/2011-2
Natureza: Aposentadoria
Interessadas: Maria Angelica Rossi (017.452.758-60); Maria Madalena Bueno Conci (139.493.588-97).
Órgão/Entidade: Gerência Executiva do INSS - Piracicaba/SP - INSS/MPS.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-011.570/2011-3
Natureza: Aposentadoria
Interessadas: Elza Praxedes Correa (031.850.228-31); Mara Lucia Fracassi Gelin (005.770.858-40).
Órgão/Entidade: Gerência Executiva do INSS - Araraquara/SP - INSS/MPS.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-011.574/2011-9
Natureza: Aposentadoria
Interessada: Carmelina Maria Toledo Ribeiro (236.335.306-49).
Órgão/Entidade: Gerência Executiva do INSS - Barbacena/MG - INSS/MPS.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-011.576/2011-1
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Moacir Esteves Barbosa (221.450.446-04); Wlins José Amaranto (129.904.936-20).
Órgão/Entidade: Gerência Executiva do INSS - Contagem/MG - INSS/MPS.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-012.053/2009-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessada: Lucyene Almeida de Faria Brito (836.491.407-30).
Órgão/Entidade: Universidade Federal Fluminense - MEC.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-013.946/2011-0
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Claudio José de Moraes Guillaumon (537.183.728-00).
Órgão/Entidade: Gerência Executiva do INSS - Guarulhos/SP - INSS/MPS.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-013.968/2011-4
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Flavio Miragaia Perri (055.389.127-87); Maria Helena de Carvalhal Junqueira (029.458.607-59).
Órgão/Entidade: Ministério das Relações Exteriores (Vinculador).
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-014.054/2011-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Douglas Magno Garcia Soares Machado (088.399.327-98); Raone de Paula Neves (052.323.727-85); Tiago Ranieri de Oliveira (214.491.738-88); Vando Ribeiro de Araujo (093.569.047-66).
Órgão/Entidade: Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social - MPS.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-014.093/2011-1
Natureza: Pensão Civil
Interessada: Wanda Azevedo do Amaral (449.595.910-72).
Órgão/Entidade: Gerência Executiva do INSS - Caxias do Sul/RS - INSS/MPS.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-014.104/2011-3
Natureza: Pensão Civil
Interessado: Rubens Mauro de Moraes Fava (986.488.531-68).
Órgão/Entidade: Superintendência Estadual do INSS - Cuiabá/MT - INSS/MPS.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-014.160/2011-0
Natureza: Aposentadoria
Interessada: Elenice de Oliveira Souza (452.968.396-68).
Órgão/Entidade: Gerência Executiva do INSS - Belo Horizonte/MG - INSS/MPS.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-014.172/2011-9
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Ulisses Medeiros (128.359.191-04); Waldir Egues (102.792.291-00).
Órgão/Entidade: Superintendência Estadual do INSS - Campo Grande/MS- INSS/MPS.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-014.867/2011-7
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Cecilia Vanessa Vilanova dos Santos (302.770.368-44); Emilia Matsui (021.610.028-30); Emilia Yukiko Kako Tamane (012.286.478-60); Erenice Kazue Matsumoto Myahira (107.979.828-50); Jane Cristina Silva (115.149.878-56); Joaquim Carlos Lucilio (010.113.218-23); Jose Carlos de Paulo Mello da Cruz (993.829.468-53); Jose Nunes Sobrinho (330.393.483-53); Jose Otávio Morel (004.892.169-60); Jose de Carvalho Abreu Filho (975.404.205-53); João Luiz Goes de Araujo (655.451.098-20); Juliana Andrione de Alcantara Libanio (009.485.996-50); Juliano Souza Ribeiro (199.242.458-65); Karen Dias de La Cruz (679.416.308-00); Larissa Ferraro (151.482.808-16); Laura Tomoe Yagui (280.651.638-23); Leonardo Leal Dias (337.666.598-20); Liliane Chen (840.540.261-68); Liliane Spirandio Pereira (307.298.388-70); Livia Regina Cadamuro (114.242.948-27); Lourival Rabelo Castro (040.454.243-34); Maria Lucia Dalle Vedove (127.010.778-00); Maria Lucia Pagliusi Silva (012.270.748-67); Maria Lucia Santos Soares (200.997.448-48); Maria Salete de Sena Cordeiro (992.156.678-49); Maria de Lourdes Santos da Silva (151.855.468-75); Mariana Mensitieri Baldocchi Andolfatto (261.031.478-75); Marisa Roberta de Oliveira Sá (131.883.758-83); Martha de Carvalho Bresser Dores Boson (051.236.798-12); Midori Hajime (078.056.798-60); Milene Perroni Fraccari (064.544.838-94); Milton Nobuhiro Itagaki (084.338.698-33); Mirtes Moreira (596.784.378-72); Monica Novaes Pavani (135.341.568-62); Munir Anderi (146.536.688-17); Murilo Viola (149.132.068-00); Nair Sanae Kiyota (001.343.748-86); Nidia Valverdi Boscari Mucciolo (086.613.128-09); Norma Cobellis Secanechia Pereira (007.332.188-57); Odelio Parreira Frazao (667.603.996-68); Omar Francisco Cartes Albarracin (248.099.178-43); Orlando Dorea de Santana (148.467.918-07); Osvaldo Yaoshiharu Hirama (135.771.238-34); Patricia Cintia Machado (212.589.948-52); Patricia Meirelles (125.571.288-05); Patricia Saikali Bernini (245.700.928-61); Paula Golubic (076.148.108-72); Paulo Henrique dos Santos (286.857.668-00); Priscila Niemeyer Rodrigues (265.162.058-09); Rafael Gomes Goldfinger (295.447.828-42); Rafael Lewin (275.082.628-40); Raquel Gepp Faroro (265.064.478-85); Roberto Akira Maeda (180.034.768-52); Roberto Gregorio Cardoso (407.668.531-87); Ronivaldo Rodrigues de Souza (252.402.558-65); Rosa Kimie Sugawara (041.458.118-01); Rosana Soares Vicente (045.020.708-07); Saburo Moriya (529.681.118-68); Sandra Martins da Conceiçao (212.901.038-52); Sandra Silva Acras (250.967.455-20); Sandra de Jesus Araujo Borges (272.673.208-99); Santiago Artur Wessner (064.830.768-94); Sefora Dantas Rocha (077.276.778-50); Sergio Carlos de Araujo (006.110.648-80); Sergio Garcia (530.691.708-97); Sergio Traldi Junior (076.835.248-75); Sidelci Pereira dos Santos (004.959.578-44); Silmara Cosme Cravo (083.204.098-37); Silvana Aparecida Silva (272.573.778-80); Silvia Aparecida dos Santos Vieira (250.769.608-75); Silvia Maria Bicalho Tateo (006.276.818-24); Silvio Pascale (094.403.098-06); Siomara Impalari Sodre (186.097.098-25); Solange Silverio Bermudes (008.000.048-76); Sueli Cristina Martins de Almeida Mariano (272.788.478-85); Suely Ramos Pereira da Costa (060.185.098-06); Teodoro de Queiroz Aranha (106.569.068-12); Thais Cristina Sato Ozeki (304.419.748-13); Tiago Rodrigues Peggau e Silva (217.799.918-94); Tomas Marcelo Maehara (101.620.638-06); Tomaz Arroyo de La Morena (266.017.558-69); Valdeci Alexandre Luciano (151.496.528-30); Valeria Alves Rios (147.498.618-80); Vania Lucia de Araujo (086.553.298-27); Virgilio Leandro Viegas (172.681.948-54); Walter dos Santos Filho (255.846.418-39); Wanderlei Lacerda Campanha (013.679.998-12); Wilson Pereira Roça (115.094.968-66); Yone Antonioli Guimarães Ribas B. Pitto (052.784.108-09).
Órgão/Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social - MPS.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-016.424/2010-7
Natureza: Representação
Responsáveis: Bruney Nascimento Reis (761.512.552-91); Marcia Perales Mendes Silva (214.861.902-00).
Interessado: Universo Cartuchos LTDA. (09.326.917/0001-55).
Órgão/Entidade: Fundação Universidade do Amazonas - MEC.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-017.744/2010-5
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Breno Gustavo Valadares Lins (666.267.304-87); Bruno Santos Afonso de Melo (035.365.394-24); Marco Antonio Mondaini de Souza (878.457.257-49).
Órgão/Entidade: Universidade Federal de Pernambuco - MEC.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-021.617/2009-6
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Ana Cláudia Ferreira de Oliveira (014.457.106-41); Dalvina Martins (965.141.756-00); Luis Humberto Ferreira (012.790.616-93); Márcio Reis de Oliveira (013.068.966-14); Zélia de Jesus Oliveira (449.504.116-91).
Órgão/Entidade: Universidade Federal do Triângulo Mineiro - MEC.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-025.404/2009-5
Natureza: Aposentadoria
Interessada: Yeda Maria Rodrigues (370.934.796-34).
Órgão/Entidade: Universidade Federal de Minas Gerais - MEC.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-025.407/2009-7
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Antonio Paulo dos Santos (184.316.749-20).
Órgão/Entidade: Universidade Federal do Paraná - MEC.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-025.411/2009-0
Natureza: Aposentadoria
Interessada: Maria Wolf Padilha Gonçalves (109.692.259-20).
Órgão/Entidade: Universidade Federal do Paraná - MEC.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-030.912/2010-5
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Gerson Nunes de Oliveira (231.475.557-04).
Órgão/Entidade: Universidade Federal do Triângulo Mineiro - MEC.
Advogado constituído nos autos: não há.

- Relator, Ministro AROLDO CEDRAZ

TC-000.715/2011-5
Natureza: Representação
Representante: Secretaria de Controle Externo no Estado do Acre.
Entidade: Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária - Infraero
Advogados constituídos nos autos: não há

TC-002.068/2011-7
Natureza: Representação
Representante: Secretaria de Controle Externo no Estado do Rio Grande do Norte.
Unidade: Prefeitura de Sítio Novo - RN
Advogados constituídos nos autos: não há

TC-004.660/2011-0
Natureza: Representação
Representante: Secretaria de Fiscalização de Pessoal - Sefip
Órgão: Ministério da Justiça (vinculador)
Advogados constituídos nos autos: não há

TC-005.602/2011-4
Natureza: Representação
Interessado: Visual Locação, Serviços, Construção Civil e Mineração Ltda (00.617.589/0001-71)

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Entidade: Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária - Infraero
Advogados constituídos nos autos: Jorge Ulisses Jacoby Fernandes (OAB/DF 6.546), Jaques Fernando Reolon (OAB/DF 22.885), Cynthia Póvoa de Aragão (OAB/DF 22.298), Gustavo Valadares (OAB/DF 18.669), Renan Rios Trindade (OAB/DF 9496-E), Mailson Veloso Sousa (OAB/DF 9566-E), Álvaro Luiz M Costa Júnior (OAB/DF 29.760)

TC-009.529/2011-0
Natureza: Representação
Representante: Secretaria de Controle Externo no Estado de Alagoas
Unidade: Prefeitura de Batalha - AL
Advogados constituídos nos autos: não há

TC-009.629/2011-4
Natureza: Representação
Representante: Secretaria de Controle Externo no Espírito Santo - Secex/ES
Entidade: Companhia Docas do Espírito Santo - Codesa
Advogados constituídos nos autos: não há

TC-010.470/2011-5
Natureza: Representação
Representante: Secretaria de Controle Externo no Rio Grande do Norte
Entidade: Prefeitura de Sítio Novo - RN
Advogados constituídos nos autos: não há

TC-011.210/2011-7
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Joao Frazao de Araujo (044.512.104-10); e outros
Entidade: Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - Dnocs
Advogados constituídos nos autos: não há

TC-011.424/2011-7
Natureza: Pensão civil
Interessado: Francisca Correia da Silva Teixeira (654.871.685-04)
Entidade: Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - Dnocs
Advogados constituídos nos autos: não há

TC-014.823/2011-0
Natureza: Atos de admissão
Interessados: Adriano Duarte Vieira (957.054.063-04); e outros
Entidade: Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - Dnocs
Advogados constituídos nos autos: não há

TC-014.916/2011-8
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Joelito Gomes Pinheiro (084.238.651-34)
Órgão: Controladoria-geral da União - PR
Advogados constituídos nos autos: não há

TC-014.921/2011-1
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Denise Marques Barreto (626.521.507-82); e outros
Entidade: Agência Nacional de Aviação Civil - Anac
Advogados constituídos nos autos: não há

TC-017.078/2011-3
Natureza: Atos de admissão
Interessados: Alanie Alex Matos (890.987.573-91); e outros
Entidade: Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - Dnocs
Advogados constituídos nos autos: não há

- Relator, Ministro RAIMUNDO CARREIRO

TC-002.418/2002-2
Natureza: Tomada de Contas Especial
Responsáveis: Ademario Serafim de Andrade (330.691.319-72); Consilux Consultoria e Construcoes Eletricas Ltda (81.054.900/0001-13)
Unidade: Município de Jaru/RO
Advogados constituídos nos autos: Ivanir Maria Sumeck (OAB/RO nº 1687) e Aureliano Pernetta Caron (OAB/PR nº 26.161)

TC-005.401/2010-0
Natureza: Representação
Interessado: Parintins Táxi Aéreo Ltda (03.293.432/0001-26)
Unidade: Superintendência Regional do Dnit Nos Estados do Amazonas e Roraima - DNIT/MT
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-007.792/2011-5
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Aires Rodrigues Vianini (639.488.186-49); e outros
Unidade: Departamento de Polícia Rodoviária Federal - Mj
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-008.131/2005-0
Apensos: 026.566/2006-3(Solicitação); 005.737/2008-7 (Representação)
Natureza: Rrepresentação
Interessado: Márcia Ferreira de Paula Pinto, Secretária Municipal de Saúde
Unidade: Município de Paraúna - GO
Advogados constituídos nos autos: Célio Sanches dos Reis (OAB/GO n.º 13.799); Frederico Ferreira de Alexandria (OAB/GO n.º 27.440); Edgar Ferreira (OAB/GO n.º 2.108); Paulo César Bernardo (OAB/GO n.º 10.318).

TC-014.110/2007-1
Natureza: Tomada de Conta Especial
Responsáveis: Alberto Paiva Farias (227.513.602-97); Sebastião dos Santos Barreto (260.529.972-49)
Unidade: Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - MC
Advogado constituído nos autos: Marina Gimenez Butkeraitis (Defensora Pública da União, Processo de Assistência Jurídica PAJ nº 2009/003-00997).

TC-015.011/2011-9
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Jose Domingos de Andrade Alves (041.900.091-72)
Unidade: Departamento de Polícia Rodoviária Federal - MJ
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-015.012/2011-5
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Matilde Gonçalves dos Santos (347.183.897-04); Ronaldo Lessa da Costa (550.616.217-00)
Unidade: Diretoria do Pessoal Civil da Marinha
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-016.151/2011-9
Natureza: Representação
Interessado: Juiz Luiz Jackson Miranda Júnior, da 4ª Vara do Trabalho de Maceió/AL.
Unidade: Centro de Desenvolvimento e Capacitação - CEDEC.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-018.918/2010-7
Natureza: Tomada de Contas
Exercício: 2009
Responsáveis: Ivana Maria Botelho Taveira Oliveira (477.442.866-34); e outros
Unidade: Secretaria de Fomento para Ações de Transportes - Ministério dos Transportes (SFAT/MT).
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-020.050/2010-0
Natureza: Tomada de Contas Especial
Responsáveis: Haroldo José de Almeida (273.585.186-91); Sancho José do Nascimento Neto (170.435.816-72)
Unidade: Município de Estrela do Sul - MG
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-020.513/2009-7
Natureza: Tomada de Conta Especial
Responsáveis: Construtora Norte Vale Ltda. (04.789.326/0001-09); Edailton Antonio Godinho Pimenta (348.714.706-87)
Unidade: Município de Angelândia/MG
Advogado constituído nos autos: Valdenor Soares de Figueiredo (OAB/MG nº 44.740).

TC-022.085/2010-6
Natureza: Relatório de Levantamento
Responsável: Eduardo Antônio Carvalho (479.306.596-15)
Unidade: Município de Varginha - MG
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-023.349/2010-7
Natureza: Tomada de Contas Especial
Responsável: Andrea Iabrudi Tavares (858.805.666-68)
Unidade: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-028.376/2010-2
Natureza: Prestação de Contas
Exercício: 2009
Responsáveis: Ademar da Silva Junior (437.525.511-00); e outros
Unidade: Sebrae/MS - Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de Mato Grosso do Sul.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-028.455/2010-0
Natureza: Prestação de Contas
Exercício: 2009
Responsáveis: Aluísio Sérgio Novais Eleutério (104.651.893-34); e outros
Unidade: Companhia Docas do Ceará - CDC - S.A. - MT
Advogado constituído nos autos: não há.

- Relator, Ministro JOSÉ JORGE DE VASCONCELOS LIMA

TC-002.728/2011-7
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Helvecio Franca Soares (143.415.811-04)
Órgão: Ministério da Educação (vinculador)
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-002.786/2011-7
Natureza: Pensão Civil
Interessada: Maria Sebastiana dos Santos Faria (805.981.456-72)
Entidade: Fundação Universidade Federal de Viçosa - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-002.787/2011-3
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Maria Rezende da Silva Oliveira (830.368.906-10); Mario Fialho de Oliveira (423.557.536-87)
Entidade: Fundação Universidade Federal de Viçosa - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-003.823/2011-3
Natureza: Representação
Representante: Zacarias Dias dos Santos
Entidade: Município de Cristino Castro/PI
Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo - PI (Secex/PI)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-003.826/2011-2
Natureza: Representação
Representante: Zacarias Dias dos Santos
Entidade: Município de Cristino Castro/PI
Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo - PI (Secex/PI)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-004.775/2011-2
Natureza: Representação
Representante: Zacarias Dias dos Santos
Entidade: Município de Cristino Castro/PI
Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo - PI (Secex-PI)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-007.194/2011-0
Natureza: Representação
Representante: Zacarias Dias dos Santos - Prefeito
Entidade: Município de Cristino Castro/PI
Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo - PI (Secex/PI)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-010.228/2010-1
Natureza: Representação
Interessada: Controladoria Geral da União (CGU)
Entidade: Centro de Promoção Social Abrigo Cristo Redentor (extinta)
Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo - RJ (Secex-RJ)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-011.055/2011-1
Natureza: Aposentadoria
Interessada: Maria das Dores de Oliveira Costa (448.808.471-00)
Entidade: Centro Federal de Educação Tecnológica de de Rio Verde - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-011.061/2011-1
Natureza: Aposentadoria
Interessado: José Marinho de Freitas (024.643.656-53)
Entidade: Centro Federal de Educação Tecnológica de Ouro Preto - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-011.064/2011-0
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Edson Vasconcelos Melo (066.246.773-68); Paulo de Tarso Ribeiro Gonçalves Filho (022.522.103-97)
Entidade: Centro Federal de Educação Tecnológica do Piaui - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-011.070/2011-0
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Amaury Fonseca Sa Barreto Junior (152.373.204-06) e outros
Entidade: Fundação Joaquim Nabuco - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-011.075/2011-2
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Abelardo de Souza Maia (103.095.601-44) e outros
Entidade: Fundação Universidade Federal de Mato Grosso - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-011.077/2011-5
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Vera Lucia Oliveira Pael (106.636.571-72); Walter Pereira Dutra (107.977.691-53)
Entidade: Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

TC-011.078/2011-1
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Anastácio Cardoso dos Santos (097.111.553-20) e outros
Entidade: Fundação Universidade Federal do Piauí - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-011.080/2011-6
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Dinora Maria de Resende Campos Silva (103.608.245-87); Maria Deuza dos Santos (189.433.225-34)
Entidade: Fundação Universidade Federal de Sergipe - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-011.132/2011-6
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Davi Barbieri (102.993.436-34) e outros
Entidade: Universidade Federal de Juiz de Fora - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-011.133/2011-2
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Agenor Pereira da Silva (385.025.186-15) e outros
Entidade: Universidade Federal de Minas Gerais - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-011.140/2011-9
Natureza: Aposentadoria
Interessada: Maria das Graças Pereira de Sao Pedro (344.061.907-91)
Entidade: Representação do MEC No Rio de Janeiro
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-011.143/2011-8
Natureza: Aposentadoria
Interessada: Rosa Maria Fritsch Feijo (293.623.180-91)
Entidade: Universidade Federal de Santa Maria
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-011.288/2011-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Fabricio Vale de Azevedo Guerra (008.034.244-26)
Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-011.289/2011-2
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Heráclito Eugênio Oliveira da Conceição (039.542.772-04); Rafael Ferreira da Costa (173.931.242-20)
Entidade: Universidade Federal Rural da Amazônia - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-011.334/2011-8
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Jonas Eduardo Barreto (118.999.707-03); Jonas Eduardo Barreto (118.999.707-03)
Entidade: Universidade Federal do Espírito Santo - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-011.364/2011-4
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Ana Benta de Godoy (096.902.816-40); Antonio Jair Brandão da Silva (267.942.336-49)
Entidade: Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-011.365/2011-0
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Andre Luiz Spegiorin (018.416.259-90); Precila Zambotto Lopes (880.862.679-20)
Entidade: Universidade Tecnológica Federal do Paraná - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-011.436/2011-5
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Juliana Bezerra Barreto (013.132.761-54) e outros
Entidade: Ministério da Educação (vinculador)
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-011.455/2011-0
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Ana Clara Oliveira Mendonça (109.699.386-40); Lucas Oliveira Mendonça (842.602.206-59); Luciana Gomes de Oliveira Mendonça (842.602.206-59)
Entidade: Fundação Universidade Federal de Uberlândia - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-011.492/2011-2
Natureza: Pensão Civil
Interessado: Aldejane Claudia de Castro Heliodoro (646.030.163-87)
Entidade: Universidade Federal do Ceará - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-011.498/2011-0
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Achilém Estevam da Silva (062.782.614-80) e outros
Entidade: Universidade Federal da Paraíba - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-013.792/2011-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Rondson Pereira Vasconcelos (746.696.483-49) e outros
Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-013.833/2011-1
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Ademar Francisco Ribeiro (356.343.405-00) e outros
Entidade: Centro Federal de Educação Tecnológica de Goiás - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-013.834/2011-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Adriano Dias de Andrade (041.921.124-18) e outros
Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-013.838/2011-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Carlos Alberto Bartz Moreira (521.964.450-53) e outros
Entidade: Fundação Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-013.839/2011-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Ana Lucia Silva Gomes (385.175.152-34) e outros
Entidade: Fundação Universidade do Amazonas - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-013.840/2011-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Adaildo Lima de Oliveira (759.468.662-49) e outros
Entidade: Fundação Universidade Federal do Acre - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-013.844/2011-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Andréa Edom Morales (004.377.810-03) e outros
Entidade: Fundação Universidade Federal do Rio Grande - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-013.847/2011-2
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Andrea Cristina de Almeida (050.077.916-36) e outros
Entidade: Fundação Universidade Federal de Viçosa - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-013.890/2011-5
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Kassio Cardoso de Souza (097.123.166-45) e outros
Entidade: Universidade Federal de Juiz de Fora - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-013.892/2011-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Adriano Barbosa da Silva (039.054.724-73) e outros
Entidade: Universidade Federal do Paraná - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-013.893/2011-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Adriana Fernandes de Vasconcelos (010.363.254-90) e outros
Entidade: Universidade Federal de Pernambuco - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-013.894/2011-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Ademir Ribeiro Predes Junior (100.299.257-54) e outros
Entidade: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-013.896/2011-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Diego Luiz de Almeida Peres (110.845.767-32) e outros
Entidade: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-013.899/2011-2
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Marcelo Soares Antunes (012.346.007-73) e outros
Entidade: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-013.953/2011-7
Natureza: Aposentyadoria
Interessado: Mentor de Almeida Filho (668.260.478-53)
Entidade: Fundação Universidade Federal de São João Del Rei - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-013.960/2011-3
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Avani Rodrigues de Oliveira (160.207.581-68) e outros
Entidade: Fundação Universidade Federal de Mato Grosso - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-014.026/2011-2
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Wildisney Luiz Alonso de Souza (261.901.096-91)
Entidade: Universidade Federal de Juiz de Fora - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-014.028/2011-5
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Persio Godoy (000.539.456-20)
Entidade: Universidade Federal de Minas Gerais - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-014.029/2011-1
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Hernando Flores-rojas (095.047.374-04); João Batista de Queiroz (005.347.574-72); Walter Ferreira da Silva (018.773.564-68)
Entidade: Universidade Federal de Pernambuco - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-014.048/2011-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Ana Maria Viçoso Gomes (455.383.106-63); Virgínia Maria Canônico Lopes (051.546.976-93)
Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-014.055/2011-2
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Jamil Domingos da Silva (852.693.016-87)
Entidade: Centro Federal de Educação Tecnológica de Bambuí - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-014.057/2011-5
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Alicia Matijazevich Manitto (821.458.570-87)
Entidade: Fundação Universidade Federal de Pelotas - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-014.060/2011-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Diego Miranda de Oliveira (045.364.486-40)
Entidade: Fundação Universidade Federal de Uberlândia - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

TC-014.069/2011-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Eduardo de Oliveira Macedo (946.172.606-68); Emerson Filipino Coelho (957.942.206-00); Mario de Castro Reis Neto (048.119.696-00)
Entidade: Universidade Federal de Juiz de Fora - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-014.071/2011-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Bruno Leite dos Anjos (043.110.324-04) e outros
Entidade: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-014.101/2011-4
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Elisete de Lima Gonçalves (024.141.334-65) e outros
Entidade: Universidade Federal de Pernambuco - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-014.131/2011-0
Natureza: Pensão Civil
Interessada: Maria Joselina da Costa e Castro (362.211.201-87)
Entidade: Centro Federal de Educação Tecnológica de Cuiabá - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-014.132/2011-7
Natureza: Pensão Civil
Interessada: Maria Teresinha Duarte de Abreu (727.654.960-72)
Entidade: Fundação Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-014.142/2011-2
Natureza: Pensão Civil
Interessada: Maria Selma de Melo Procopio (585.544.751-00)
Entidade: Universidade Federal de Goiás - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-014.144/2011-5
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Alexandre Assunção Therezo (917.708.232-04); Lorena Assunção Therezo (917.708.402-06); Lucineia Teixeira Therezo (301.827.352-49)
Entidade: Universidade Federal do Pará - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-014.797/2011-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Donizeti Leandro de Souza (050.463.056-31); Nivaldo Bragion (016.511.168-22)
Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-014.800/2011-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Elisangela de Andrade Castro (948.434.733-91); Luciano Barbosa dos Santos (827.672.975-49)
Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-014.815/2011-7
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Adriana Silva Machado (042.503.517-42) e outros
Entidade: Colégio Pedro Ii - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-014.816/2011-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Fernanda Bezerra Cantanhede da Silva (099.624.207-41) e outros
Entidade: Colégio Pedro II - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-014.817/2011-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Jorge Luiz Marques de Moraes (020.667.967-00) e outros
Entidade: Colégio Pedro II - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-014.819/2011-2
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Patricia Helena Alves da Silva (025.220.697-56) e outros
Entidade: Colégio Pedro II - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-014.821/2011-7
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Wilson Cardoso Junior (663.487.227-91) e outros
Entidade: Colégio Pedro II - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-014.841/2011-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessada: Vera Lucia Silveira Caballero (275.574.210-00)
Entidade: Centro Federal de Educação Tecnológica de São Vicente do Sul - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-014.842/2011-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessadas: Andreia Cristina Barbosa (032.220.516-66) e outras
Entidade: Universidade Federal de Alfenas - Unifal/mg
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-014.844/2011-7
Natureza: Atos de Admissão
Interessada: Andrea Aparecida Ribeiro Correa (589.511.136-04)
Entidade: Universidade Federal de Lavras - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-014.847/2011-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Adanilton Rabelo de Andrade (444.255.542-72) e outros
Entidade: Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Amazonas
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-014.850/2011-7
Natureza: Atos de Admissão
Interessada: Kátia Maria Domingues (049.124.506-85)
Entidade: Centro Federal de Educação Tecnológica de Ouro Preto - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-014.853/2011-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessada: Aline Dessupoio Chaves (050.653.596-79)
Entidade: Universidade Federal do Triângulo Mineiro - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-014.854/2011-2
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Alexandre Bolotari Durão (000.771.716-40) e outros
Entidade: Fundação Universidade Federal de São João Del Rei - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-014.858/2011-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Andréia do Amordivino dos Santos (684.516.950-00) e outros
Entidade: Fundação Universidade Federal do Acre - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-014.859/2011-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Aiza Leal de Almeida (535.719.755-53) e outros
Entidade: Fundação Universidade Federal do Maranhão - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-014.861/2011-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Adizio Nascimento Marcondes (959.776.861-53) e outros
Entidade: Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-014.863/2011-1
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Denise Maria Maciel Leão (359.203.353-00)
Entidade: Fundação Universidade Federal do Rio Grande - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-014.866/2011-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Isadora Rebouças Nolasco de Oliveira (050.930.794-99) e outros
Entidade: Fundação Universidade Federal de Viçosa - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-014.895/2011-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Alberto Novaes Ramos Júnior (014.123.177-70) e outros
Entidade: Universidade Federal do Ceará - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-014.897/2011-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Thiago Gamboa Ritto (082.114.477-46)
Entidade: Universidade Federal Fluminense - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-014.898/2011-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Adriana Kelmer Siano (975.012.716-15) e outros
Entidade: Universidade Federal de Juiz de Fora - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-014.899/2011-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Allana dos Reis Correa (000.068.186-50) e outros
Entidade: Universidade Federal de Minas Gerais - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-014.900/2011-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Carlos Eduardo Gasparini (784.508.614-20)
Entidade: Universidade Federal da Paraíba - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-014.901/2011-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Ivone Galvão (017.325.149-84); Márcio Fontana Catapan (028.829.269-36)
Entidade: Universidade Federal do Paraná - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-014.903/2011-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Jailson da Costa Pontes (792.178.344-91); Janete Lima de Castro (296.966.824-68)
Entidade: Universidade Federal do Rio Grande do Norte - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-014.904/2011-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessada: Thais Cristina Oliveira da Fonseca (094.678.737-96)
Entidade: Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-014.906/2011-2
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Alessandra de Sa Mello da Costa (011.799.897-40); Gerusa Tavares D' Ávila (983.647.400-59); Hudson Peres (053.012.277-42)
Entidade: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-014.907/2011-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Alexandre Leopoldo Gonçalves (786.740.349-34) e outros
Entidade: Universidade Federal de Santa Catarina - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-014.940/2011-6
Natureza: Aposentadoria
Interessado: José Herivelto de Lobão Corrêa (041.871.053-87)
Entidade: Centro Federal de Educação Tecnológica do Piaui - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-014.942/2011-9
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Crispin Ribeiro Costa (032.732.292-68); Miguel do Carmo Pereira (083.472.122-87)
Entidade: Universidade Federal Rural da Amazônia - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

TC-014.945/2011-8
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Ederzila Barros de Oliveira da Silva (109.078.231-49) e outros
Entidade: Fundação Universidade Federal de Mato Grosso - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-014.947/2011-0
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Felipe Mendes de Oliveira (013.958.073-53)
Entidade: Fundação Universidade Federal do Piauí - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-014.956/2011-0
Natureza: Aposentadoria
Interessada: Marilu Pancieri Berger (395.395.987-53)
Entidade: Universidade Federal do Espírito Santo - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-015.015/2011-4
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Jorge Maria dos Reis (594.503.558-00); Jose Pinto Moreira (124.842.101-91).
Entidade: Universidade Federal do Triângulo Mineiro - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-015.056/2011-2
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Hélio Pires de Almeida (070.833.784-87); Maxwell Leonardo Dias (045.987.994-47)
Entidade: Universidade Federal de Campina Grande - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-015.066/2011-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessada: Shirlei Rezende Sales (899.733.136-15)
Entidade: Fundação Universidade Federal de Ouro Preto - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-015.069/2011-7
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Marcos Soares Teixeira (729.002.701-97); Rafael Henrique Cerqueira (227.278.328-77); Rodrigo Ribeiro de Melo Pereira (002.644.431-36)
Entidade: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-015.075/2011-7
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Leandro Borba (734.566.321-34)
Entidade: Universidade Federal de Goiás - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-015.169/2011-1
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Eugênio Gomez (199.815.706-72)
Entidade: Universidade Federal de Lavras - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-015.170/2011-0
Natueza: Aposentadoria
Interessados: Jussara Maria Gonçalves de Araujo (273.309.826-87); Lêda Helena Feliciano Kozak (323.193.046-49); Maria Abadia Costa (624.394.998-20)
Entidade: Universidade Federal do Triângulo Mineiro - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-015.178/2011-0
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Ana Gomes dos Santos (167.422.811-20) e outros
Entidade: Universidade Federal de Goiás - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-015.186/2011-3
Natureza: Representação
Representante: Empresa Lobov Científica Importação, Exportação, Comércio de Equipamentos para Laboratórios Ltda (05.857.218/0001-80)
Entidade: Fundação de Apoio ao Hospital Universitário da Universidade Federal de Juiz de Fora - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo - MG (Secex/MG)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-018.727/2009-6
Natureza: Tomada de Contas Especial
Responsáveis: Fernando Antônio de Medeiros Barros (076.308.241-49); Instituto Gastronômico Brasileiro - IGB (01.361.729/0001-56); Ivan Gonçalves Ribeiro Guimarães (022.411.238-46); Nassim Gabriel Mehedff (007.243.786-34); Nilton de Sousa Sena (373.445.101-97)
Entidades: Secretaria de Formação e Desenvolvimento Profissional (Sefor) e Secretaria de Trabalho do Distrito Federal (SET/DF)
Unidade Técnica: 5ª Secretaria de Controle Externo (Secex-5)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-020.910/2010-0
Natureza: Tomada de Contas
Responsáveis: Augusto César Gadelha Vieira (261.871.407-53); Carlos Alberto Freire Resende (145.785.576-34); Edineia Pereira da Costa (200.271.171-20); Eduardo Moreira da Costa (201.075.956-72); Esmeralda Eudóxia Gonçalves Teixeira (055.889.606-53); Fernando Rodrigues Lopes de Oliveira (112.985.967-34); Francelino José Lamy de Miranda Grando (625.769.688-72); Heliomar Medeiros de Lima (131.330.474-34); José Luiz Martins Durço (220.702.061-49); José Artur Filardi Leite (333.065.326-49); José Augusto Ribeiro de Almeida (785.574.455-04); José Vicente dos Santos (210.342.901-00); Laerte Davi Cleto (484.445.029-87); Maurício dos Santos Neves (018.367.047-71); Olímpio Antônio Brasil Cruz (393.258.731-68); Pedro de Alcântara Dutra (029.143.951-91); Regina Maria de Felice (439.673.537-53); Roberto Pinto Martins (129.627.321-00); Wagner Moreira dos Santos (496.292.636-53); Zilda Beatriz Silva de Campos Abreu (070.108.936-91); Átila Augusto Souto (274.314.446-72)
Entidade: Secretaria Executiva/MC
Unidade Técnica: 1ª Secretaria de Controle Externo (Secex-1)
Advogado constituído nos autos: não há

TC-020.989/2010-5
Natureza: Prestação de Contas
Exercício: 2009
Responsáveis: Roosevelt Patriota Cota (035.997.104-06) e João Luiz Alves Camurça (080.506.604/78)
Entidade: Coordenação Regional da Fundação Nacional de Saúde em Alagoas (Funasa Core/AL)
Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo - AL (Secex/AL)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-025.051/2010-5
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Wander Antonio Quintanilha (326.258.828-83)
Entidade: Diretoria Regional da ECT em São Paulo/Interior - DR/SPI
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-025.092/2010-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Marcio Malard Mayer (074.897.357-50)
Entidade: Agência Nacional de Saúde Suplementar - MS
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-025.132/2010-5
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Paulo Victor Bronze da Silva Buzo (042.104.589-29)
Entidade: Diretoria Regional da ECT no Paraná - DR/PR
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-025.462/2009-9
Natureza: Tomada de Contas Especial
Responsáveis: Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Distrito Federal - Emater/DF (00.509.612/0001-04); Ivan Gonçalves Ribeiro Guimarães (022.411.238-46); João Paulo de Queiroz (116.474.421-68); Marilene Ferrari Lucas Alves Filha (456.308.794-72); Maurício Dutra Garcia (070.607.931-00); Nassim Gabriel Mehedff (007.243.786-34); e Pedro Celso (150.275.621-87).
Entidades: Secretaria de Formação e Desenvolvimento Profissional (Sefor) e Secretaria de Trabalho do Distrito Federal (SET/DF)
Unidade Técnica: 5ª Secretaria de Controle Externo (Secex-5)
Advogados constituídos nos autos: não há.

TC-027.021/2009-3
Natureza: Tomada de Contas Especial
Responsável: Oti Silva Santos (033.919.732-34)
Entidade: Município de Belterra/PA
Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo - PA (Secex-PA)
Advogado constituído nos autos: não há

TC-028.235/2009-4
Natureza: Tomada de Contas Especial
Responsável: Tarcísio Arantes de Moraes Pernambuco (627.622.307-72)
Entidade: Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES
Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo - RJ (Secex-RJ)
Advogado constituído nos autos: não há.

- Relator, Ministro-substituto AUGUSTO SHERMAN CAVALCANTI

TC-001.949/2008-0
Natureza: Tomada de Contas Especial
Responsável: José Willys Nogueira (078.727.123-34)
Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de São Francisco do Maranhão - MA
Advogado constituído nos autos: Fábio dias Nogueira (OAB/MA 8.334).

TC-005.713/2010-2
Natureza: tomada de Contas especial
Responsável: Bráulio César da Rocha Barbosa (437.462.177-68)
Unidade: Departamento de Extinção e Liquidação do Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-007.125/2010-0
Natureza: Tomada de Contas Especial
Responsável: José Bonifácio Gomes de Souza (059.697.511-20)
Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Tocantinópolis - TO (01.224.716/0001-35)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-009.520/2011-2
Natureza: Representação
Interessado: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - Fnde (00.378.257/0001-81)
Unidade: Prefeitura Municipal de Borba/AM
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-011.109/2011-4
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Leni de Almeida Nunes (055.217.501-34); Maria da Graça Aragão de Paula (116.944.401-68)
Órgão/Entidade: Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-015.509/2011-7
Natureza: Representação
Interessado: Leoney Figliuolo Harraquian (Juiz de Direito) (317.752.502-10)
Unidade: Tribunal de Contas do Estado do Amazonas
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-015.533/2011-5
Natureza: Representação
Responsável: Washington Luis Regis da Silva (052.654.792-87)
Interessado: Ângelus Cruz Figueira (025.594.982-00)
Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Manacapuru - AM
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-015.535/2011-8
Natureza: Representação
Responsável: Washington Luis Regis da Silva (052.654.792-87)
Interessado: Ângelus Cruz Figueira (025.594.982-00)
Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Manacapuru - AM
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-016.171/2011-0
Natureza: Representação
Interessado: Afrânio Pereira Júnior (076.874.602-78)
Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Manacapuru - AM
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-016.237/2011-0
Natureza: Representação
Responsável: Washington Luis Regis da Silva (052.654.792-87)
Interessado: Prefeitura Municipal de Manacapuru - AM
Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Manacapuru - AM
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-016.744/2011-0
Natureza: Representação
Interessado: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE (00.378.257/0001-81)
Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Tefé - AM
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-016.745/2011-6
Natureza: Representação
Interessado: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - Fnde
Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Jutaí - AM
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-016.747/2011-9
Natureza: Representação
Interessado: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - Fnde (00.378.257/0001-81)
Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Caapiranga - AM
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-024.279/2007-4
Natureza: Pensão Militar
Interessados: Angelica Laurinda Cazetta (457.604.548-20); e outros
Órgão/Entidade: Segunda Região Militar
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-024.353/2006-5
Natureza: Tomada de Contas Especial
Responsável: Adinael Freire da Silva (570.501.205-53)
Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Ourolândia - BA
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-030.292/2007-1
Natureza: Pensão Militar
Interessados: Deusdedith Rozendo Souza (546.783.318-91); e outros
Órgão/Entidade: Segunda Região Militar
Advogado constituído nos autos: não há.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

TC-030.346/2007-4
Natureza: Pensão Militar
Interessada: Maria de Fatima Bolina Batella (574.700.146-91)
Órgão/Entidade: Quarta Região Militar
Advogado constituído nos autos: não há.

- Relator, Ministro-substituto ANDRÉ LUÍS DE CARVALHO

TC-006.131/2011-5
Natureza: Aposentadoria
Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região - TRT/SP
Interessados: Nelson Simonágio (CPF 051.529.688-00); Nestor Hercílio (CPF 076.424.078-15); Norberto Liotti (CPF 297.496.388-91); Oswaldo Peres (CPF 069.978.138-87); Plínio Bolívar de Almeida (CPF 008.662.708-25); Rafael Iniesta Castilho (CPF 120.581.068-49); Reinaldo Pinto Rocha (CPF 101.669.128-91); Rubens Romano (CPF 038.304.548-72); Rubens de Biasi (CPF 065.148.128-72); e Salvador Ferrara (CPF 007.662.598-20)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-006.696/2007-9
Apenso: TC-000.324/2009-2
Natureza: Tomada de Contas Especial
Órgão/Entidade: Município de Jataizinho - PR
Responsáveis: Município de Jataizinho - PR (CNPJ 76.245.042/0001-54) e Valério Remo Zanini (CPF 547.082.579-53)
Advogado constituído nos autos: não há

TC-013.513/2011-7
Natureza: Aposentadoria
Órgão/Entidade: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - Incra/MDA
Interessado: Luiz Francisco da Silva (CPF 055.147.541-20)
Advogado constituído nos autos: não há

TC-016.374/2009-5
Natureza: Tomada de Contas Simplificada
Órgão/Entidade: Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia - MCT
Responsáveis: Adalberto Luis Val (CPF 823.590.328-87) e Wanderli Pedro Tadei (CPF 737.029.948-15)
Exercício: 2008
Advogado constituído nos autos: não há

TC-017.203/2011-2
Natureza: Atos de Admissão
Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região - TRT/BA
Interessados: Bruno Moura de Castro (CPF 830.687.755-15); Fernando Jose Balthazar da Silveira Lima (CPF 388.251.395-00); Gustavo Chaves de França (CPF 033.577.365-60); Thiago Cesar Silva de Almeida (CPF 021.903.861-95); e Vanessa Fagundes Peralva (CPF 021.903.055-35)
Advogado constituído nos autos: não há

TC-017.205/2011-5
Natureza: Atos de Admissão
Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região - TRT/Campinas/SP
Interessados: Aleksandro da Cunha (CPF 256.946.108-30); Alexandre Araujo Maciel (CPF 215.496.448-66); Ana Luísa Arcaro (CPF 160.636.298-40); Andrea Renata Moreira Cerri (CPF 310.986.088-01); Carolina Teixeira Corsini (CPF 327.885.578-76); Denise Domingos da Cunha (CPF 056.941.576-48); Emilia Viana Waltrick de Souza (CPF 270.528.258-05); Eustáquio José Rodrigues Filho (CPF 569.785.881-72); Fabiana Garcia Navarro Senne Chicarino (CPF 298.273.518-00); Felipe de Oliveira Farias (CPF 816.260.880-04); Filipe Shinzato Colevati (CPF 406.376.478-82); Flavio de Souza Cunha Junior (CPF 777.165.744-34); Franklin Hideaki Kinashi (CPF 888.498.721-00); Karina Barbieri de Carvalho (CPF 223.433.528-01); Katia Moro Lezier (CPF 304.118.278-55); Luiz Fernando Moreira de Medina Coeli (CPF 090.236.028-03); Milere Barbosa Ribeiro Galvão (CPF 790.922.925-91); Priscila Mamede (CPF 310.713.898-31); Renata Mazzaro Leite da Silva (CPF 325.010.378-04); Rita de Cássia Carrillo (CPF 268.200.048-77); Taciana Caixeta Limongi (CPF 068.982.876-48); e Valusse Gois Torres (CPF 249.854.398-86)
Advogado constituído nos autos: não há

TC-017.209/2011-0
Natureza: Atos de Admissão
Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região - TRT/MG
Interessados: Rodrigo Cassini Marques (CPF 004.467.916-52); Rodrigo Figueiredo Monte-Raso (CPF 034.605.936-44); Rodrigo Rabelo Bandeira (CPF 060.764.346-35); Saulo de Faria Carvalho (CPF 048.149.556-85); Simone de Carvalho Santos (CPF 049.526.166-14); Sirlene Cordeiro Martins de Oliveira (CPF 576.257.781-34); Suely Nunes de Sá (CPF 013.672.866-97); Suélen Silva Rodrigues (CPF 063.039.836-42); Sérgio Mechelany Veloso (CPF 255.905.188-57); Sérgio Murilo Ribeiro dos Santos (CPF 534.120.106-00); Tarcísio Cotrim Alvarenga (CPF 041.092.256-04); Thaise França Simões (CPF 002.877.811-19); Thiago Henrique Faccion (CPF 068.353.406-81); Tiago Maia Santos (CPF 925.164.593-00); Ulysses de Abreu Cesar (CPF 068.452.206-38); Valdson Chaves Dias (CPF 001.660.525-07); Valéria Cristina Coelho Salomão (CPF 054.280.646-09); Vilder Ribeiro (CPF 092.349.956-35); Vinícius Basílio Souza Alves (CPF 108.373.656-60); Walter Batista Maia (CPF 013.495.696-66); e Yara Farias Jorge Silva (CPF 104.962.217-01)
Advogado constituído nos autos: não há

TC-017.210/2011-9
Natureza: Atos de Admissão
Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região - TRT/PE
Interessados: Flavio Cordeiro de Lima (CPF 029.192.954-03); Fábio Jorge Fernandes Silva de Araújo (CPF 030.505.424-46); Paula Gouvêa Xavier (CPF 223.106.788-99); e Rodrigo Hazin do Nascimento (CPF 047.364.394-40)
Advogado constituído nos autos: não há

TC-017.211/2011-5
Natureza: Atos de Admissão
Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região - TRT/RJ
Interessado: Jose Carlos Diniz de Lemos (CPF 677.203.587-91)
Advogado constituído nos autos: não há

TC-025.770/2009-7
Natureza: Representação
Órgão/Entidade: Secretaria Executiva do Ministério do Meio Ambiente
Responsáveis: Claudius Cronemberger Arruda (CPF 770.255.633-15); Francisco de Assis Ferreira da Mota (CPF 055.297.271-15); Jose Mariano da Silva Mello (CPF 323.010.810-87); João Luiz Valim Batelli (CPF 121.627.791-53); e Marcia Jorge (CPF 101.849.021-34)
Advogado constituído nos autos: não há

PROCESSOS UNITÁRIOS

- Relator, Ministro UBIRATAN AGUIAR

Classe I - Recursos

TC-002.420/2009-8
Apensos: TC 023.606/2009-1, TC 023.601/2009-5 e TC 023.607/2009-9 REABERTURA DE DISCUSSÃO (Pedido de Vista - art. 112 do R.I.)
Natureza: Recurso de Reconsideração
REVISOR: Ministro-substituto AUGUSTO SHERMAN CAVALCATI (ATA 19/2011)
Entidade: Município de São Domingos/GO
Recorrente: Gervásio Gonçalves da Silva (CPF 198.246.101-20)
Advogado constituído nos autos: não há

- Relator, Ministro UBIRATAN AGUIAR

Classe I - Recursos

TC-006.188/2009-6
(com 4 anexos)
Natureza: Pedido de Reexame
Entidade: Departamento de Polícia Federal - DPF
Recorrentes: Departamento de Polícia Federal, representado por seu Diretor, Luiz Fernando Corrêa, Ana Maria da Costa e Silva Monteiro (CPF 092.986.571-53), Gedimar Pereira Passos (CPF 119.588.201-72) e João Batista Lourenço Dias (CPF 062.159.712-00)
Interessado: Francisco de Assis Correia Gomes (CPF 271.752.940-34)
Advogados constituídos nos autos: Celso Luiz Braga de Lemos (OAB/DF 17.338) e Léo Rocha Miranda (OAB/DF 10.889)

TC-006.192/2009-9
(com 3 anexos)
Natureza: Pedido de Reexame
Entidade: Departamento de Polícia Federal - DPF
Recorrentes: Departamento de Polícia Federal, representado por seu Diretor, Luiz Fernando Corrêa, Jubal Henrique de Oliveira Coimbra (CPF 483.068.197-72) e Paulo Roberto de Moraes Pimentel (CPF 408.067.907-68)
Interessados: Guilherme Estellita Rego Browne (CPF 465.854.437-72) e João Cezar Paganeli (CPF 825.723.568-72)
Advogados constituídos nos autos: Celso Luiz Braga de Lemos (OAB/DF 17.338) e Léo Rocha Miranda (OAB/DF 10.889)

TC-008.445/2009-4
(com 3 anexos)
Natureza: Pedido de Reexame
Entidade: Departamento de Polícia Federal - DPF
Recorrentes: Departamento de Polícia Federal, representado por seu Diretor, Luiz Fernando Corrêa, José Antonio de Campos Sanches (CPF 820.027.208-78), Luiz David Costa Bezerra (CPF 107.989.863-87) e Maurilo Costa Souza Gurgel (CPF 051.298.693-20)
Interessados: Abnásio Carlos França (CPF 176.461.381-34), Edson Guerisoli Acosta (CPF 176.136.800-10), Ivan Carlos de Pinho Moraes (CPF 329.702.507-72) e José Augusto Souza (CPF 070.876.245-04)
Advogados constituídos nos autos: Celso Luiz Braga de Lemos (OAB/DF 17.338) e Léo Rocha Miranda (OAB/DF 10.889)

TC-008.616/2009-3
Natureza: Embargos de declaração
Embargante: Federação Paulista de Beach Soccer (CNPJ 05.018.837/0001-81)
Responsáveis: Federação Paulista de Beach Soccer (CNPJ 05.018.837/0001-81) e Marcos Fábio Spironelli (CPF 014.019.418-50)
Entidade: Federação Paulista de Beach Soccer (CNPJ 05.018.837/0001-81)
Advogada constituída nos autos: Patrícia Gongora Rodrigues Silva (OAB/SP nº 154.745)

TC-012.198/2003-9
Apensos: TC 028.048/2006-7; TC 002.564/2007-1; TC 002.563/2007-4; TC 023.304/2006-6; TC 000.922/2007-4;e TC 002.532/2007-8 e TC 002.531/2007-0
Natureza: Recurso de Reconsideração
Entidade: Município de Novo Planalto/GO
Recorrente: Otacílio Vieira Machado (CPF 013.257.011-49)
Advogado constituído nos autos: Antônio Inácio da Silva (OAB/GO 8.034)

TC-012.953/2007-3
Natureza: Pedido de Reexame
Entidade: Universidade Federal de Alagoas (UFAL)
Responsáveis: Ana Dayse Rezende Dorea (CPF 007.585.404-00) e Maria Goretti Cerqueira de Medeiros Marques (CPF 208.371.434-20)
Recorrente: Universidade Federal de Alagoas
Advogados constituídos nos autos: Gustavo Cortês de Lima (OAB/DF 10.969), Claudismar Zupiroli (OAB/DF 12.250), Alberto Moreira Rodrigues (OAB/DF 12.652), Augusto Carreiro Gonçalves (OAB/DF 26.016), Fernando Augusto Miranda Nazaré (OAB/DF 11.485), Giancarlo Machado Gomes (OAB/DF 16.006), Guilherme Élcio Teixeira Mendes de Oliveira (OAB/DF 22.007), Idmar de Paula Lopes (OAB/DF 24.882), Lucenir Rodrigues (OAB/DF 12.158), Paulo Cunha de Carvalho (OAB/DF 26.055), Vera Lúcia Santana Araújo (OAB/DF 5.204) e Victor Alves Martins (OAB/DF 21.804)

TC-014.172/2009-0
Natureza: Pedido de Reexame
Entidade: Departamento de Polícia Federal - DPF
Recorrentes: Departamento de Polícia Federal, representado pelo seu Diretor, Luiz Fernando Corrêa, e Alano Sales Gondim (CPF 060.060.273-72)
Advogados constituídos nos autos: Celso Luiz Braga de Lemos (OAB/DF 17.338) e Léo Rocha Miranda (OAB/DF 10.889)

TC-016.588/2007-5
Natureza: Recurso de Reconsideração
Entidade: Escola Agrotécnica Federal de Belo Jardim - PE/MEC
Recorrentes: Manoel da Silva Alves (CPF 167.920.684-20) e Francisco Henrique Duarte Filho (CPF 907.042.827-04)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-019.582/2006-7
Natureza: Recursos de Reconsideração
Órgão/Entidade: Nuclebras Equipamentos Pesados S/A - Nuclep/MCT
Recorrentes: Fundação de Apoio Cefet/RJ - Funcefet (CNPJ 00.092.956/0001-60), Paulo Roberto Trindade Braga (CPF 035.647.627-87), Romildo Rodrigues Santos (CPF 485.897.647-53), Jaime Wallwitz Cardoso (CPF 715.548747-34), Alexandre Porto Gadelha (CPF 025.176.637-34), Adolfo de Aguiar Braid (CPF 374.240.687-68).
Advogado constituído nos autos: não há

TC-024.700/2008-0
Natureza: Embargos de Declaração
Entidade: Município de Manicoré/AM Responsável/Embargante: Manoel de Oliveira Galdino (CPF 073.813.602-68)
Advogados constituídos nos autos: José Cardoso Dutra (OAB/DF 1.757/A) e Juarez Frazão Rodrigues Junior (OAB/AM 5.851)

- Relator, Ministro AUGUSTO NARDES

Classe I - Recursos

TC-011.169/2000-8
Natureza: Recurso de Reconsideração.
Entidade: Companhia Docas do Pará - CDP.
Recorrente: Carlos Acatauassú Nunes (000.314.022-91).
Interessado: Companhia Docas do Pará - CDP.
Advogados constituídos nos autos: Benjamin Caldas Gallotti Beserra (OAB/DF 13.568); Fábio Viana Fernandes da Silveira (OAB/DF 20.757); e Bruno Guerra Neves da Cunha Frota (OAB/DF 29.405).

Classe II - Tomadas e Prestações de Contas

TC-004.099/2011-7
Natureza: Tomada de Contas Especial.
Entidade: Município de Itaubal do Piririm - AP.
Responsável: Leopoldo Gonçalves Machado Neto (060.014.322-87).
Interessado: Fundação Nacional de Saúde - MS (26.989.350/0001-16).
Advogado constituído nos autos: Cassius Clay Lemos Carvalho OAB/AP 521-ª

TC-005.913/2010-1
Natureza: Tomada de Contas Especial.
Entidade: Hospital Santa Maria Ltda., CNPJ nº 06.873.111/0001-99.
Responsáveis: Hospital Santa Maria Ltda., CNPJ nº 06.873.111/0001-99; Antônio Dib Tajra, CPF nº 001.552.843-04; Luís Carlos Feitosa Tajra, CPF nº 274.684.883-04.
Advogados constituídos nos autos: Djalma Cardoso Leite, OAB/PI nº 1.654; Antônio Carlos Moreira Ramos, OAB/PI nº 353; Fenelon Teixeira Brasil Neto, OAB/PI nº 6.589; Maira Castelo Branco Leite, OAB/PI nº 3.276; Singefredo Neto Gondim, OAB/PI nº 5.133; Lia Raquel Neiva Nunes, OAB/PI nº 5.059.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

TC-030.214/2010-6
Natureza: Tomada de Contas Especial.
Entidade: Município de Belém do Piauí/PI.
Responsável: Antônio Gomes de Sousa, CPF nº 160.469.863-20.
Advogados constituídos nos autos: não há.

Classe V - Concessões de Aposentadorias, Reformas e Pensões

TC-010.131/2010-8
Natureza: Aposentadoria.
Entidade: Fundação Universidade de Brasília - MEC.
Interessados: Ana Coelho Miranda (055.184.311-04); Clovis Marques dos Santos (042.794.681-68); Frederico Lucio de Lima Guimaraes (023.890.961-15); Humberto Vendelino Richter (002.127.760-53); e Ilma Passos Alencastro Veiga (002.780.091-15).
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-014.294/2010-9
Natureza: Aposentadoria.
Entidade: Universidade Federal da Bahia - MEC.
Interessados: Dailton Reis Santos (053.802.945-53); Maria das Graças Pennella Santos (036.374.845-87); e Vera Lucia Costa Lins (035.887.505-68).
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-025.377/2010-8
Natureza: Aposentadoria.
Entidade: Universidade Federal de Santa Catarina - MEC.
Interessados: Julio Doin Vieira (004.176.889-20); Julio Wiggers (029.812.899-34); Klaus Meinhardt Huedepohl (001.777.849-20); Lauro Guesser (057.030.349-49); Leda Scheibe (002.629.519-91); Leila da Graca Amaral (198.990.330-49); Levi Ribas de Miranda Ramos (163.978.439-04); Ligia de Oliveira Czesnat (179.353.009-25); Lourival Abreu Junior (018.149.159-15); Luiz Adolfo Olsen da Veiga (002.674.739-15); Luiz Carlos Bernardi (030.454.049-87); Luiz Carlos Pinheiro Machado (001.618.700-82); Luiz Jairo Branco Machado (012.331.220-53); e Luiz Pegoraro (006.432.389-72).
Advogado constituído nos autos: não há.

- Relator, Ministro AROLDO CEDRAZ

Classe I - Recursos

TC-004.895/2007-3
Apenso: TC 018.393/2009-0
Natureza: Recurso de Reconsideração
Unidade: Prefeitura de Caxias - MA
Recorrente: Márcia Regina Serejo Marinho (334.233.343-04)
Advogados constituídos nos autos: Rosângela de Fátima A. Goulart (OAB/MA 2.728) e Paulo Celso Fonseca Marinho (OAB/MA 2.518).

TC-012.628/2006-6
(com 3 anexos).
Natureza: Embargos de Declaração.
Interessado: João Ferreira Vasco Vasconcelos (CPF 067.859.301-97).
Unidade: Fundação Nacional de Saúde.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-014.288/2006-1
Natureza: Pedido de Reexame.
Recorrente: Maria de Fátima Abreu de Andrade (CPF 060.880.073-20).
Unidade: Departamento de Polícia Federal - DPF.
Advogado constituído nos autos: José Alexandre Dantas. (OAB/CE 3.883-B).

TC-015.230/2005-8
Natureza: Recurso de Reconsideração
Recorrente: Sebrae - Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Maranhão - MDIC (06.053.847/0001-10).
Unidade: Sebrae/MA - MDIC
Advogado constituído nos autos: Hiram de Jesus Miranda Fonsêca (OAB/MA 4971).

Classe II - Tomadas e Prestações de Contas

TC-023.459/2010-7
Natureza: Tomada de Contas Especial.
Responsável: Rosely Akemi Kato Soma (CPF 012.916.338-47).
Unidade: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq.
Advogado constituído nos autos: Paulo André Mulato (OAB/SP 136.029).

TC-023.753/2010-2
Natureza: Tomada de Contas Especial.
Unidade: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq.
Responsável: Plínio Walder Prado Júnior (CPF 866.556.988-04).
Advogado constituído nos autos: não há.

Classe VI - Representação

TC-023.581/2009-0
Natureza: Representação
Responsáveis: Pedro de Alcântara, ex-Prefeito de Paranaíta/MT (CPF 469.299.751-6, Ságuio Moreira Santos, Superintendente Regional Substituto (CPF 766.747.621-72); Vilson Pires (CPF 116.140.990-49).
Unidades: Superintendência Regional de Mato Grosso do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra/SR-13/MT) e Prefeitura Municipal de Paranaíta/MT.
Advogados constituídos nos autos: João Vicente Montano Scaravelli (OAB/MT 3.933), Hudson Cesar Melo Faria (OAB/MT 6.474) e Rejane Mara Castiglioni Alves Scaravelli (OAB/MT 10.842-E).

- Relator, Ministro RAIMUNDO CARREIRO

Classe I - Recursos

TC-008.343/2004-3
Natureza: Pedido de Reexame (Aposentadoria).
Entidade: Universidade Federal de Goiás (UFGO); Ministério da Educação (MEC) (vinculador).
Interessados: Mauro Inácio Carneiro (004.441.111-15).
Advogados constituídos nos autos: Maria Isabel Silva Dias (OAB/GO 13. 796); Denise Silva Dias de Pina (OAB/GO 22.437).

TC-009.478/2005-7
Natureza: Recurso de Reconsideração em Tomada de Contas Especial.
Entidade: Prefeitura Municipal de Esplanada-BA (13.885.231/0001-71).
Responsável: Fernando Grisi ex-prefeito do Município de Esplanada/BA.
Interessados: Fernando Grisi (070.207.405-53); Prefeitura Municipal de Esplanada-BA (13.885.231/0001-71); Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE); Ministério da Educação (vinculador).
Advogados constituídos nos autos: Fernando Grisi Júnior (OAB/BA 19.794); Raul Carvalho (OAB/BA 2.557).

TC-010.411/2006-9
Natureza: Recurso de Reconsideração (Tomada de Contas Especial)
Órgão/Entidade: Município de Cândido Mendes (MA)
Responsável: José Haroldo Fonseca Carvalhal (CPF n.º 304.357.732-91), ex-Prefeito
Advogado constituído nos autos: não há

TC-015.467/2010-4
Natureza: Pedido de Reexame em Aposentadoria
Órgão: Ministério da Ciência e Tecnologia
Recorrente: Marco Antonio Toledo Cardoso (CPF 042.825.581-72)
Advogados constituídos nos autos: Joelson Dias (OAB/DF nº 10.441), Gabriela Rollemberg (OAB/DF nº 25.157), Donne Pisco (OAB/DF nº 22.812), Pedro Bannwart Costa (OAB/DF nº 26.798), Ubiratan Menezes da Silveira (OAB/DF nº 26.442), Rodrigo da Silva Pedreira (OAB/DF 29.627) e Andreive Ribeiro de Sousa (OAB/DF nº 31.072).

Classe II - Tomadas e Prestações de Contas

TC-002.583/2009-3
Natureza: Tomada de Contas Especial
Entidade: Município de Ipiaçu/MG
Responsável: Urbino Capanema Junior (CPF 365.267.706-49)
Advogados constituídos nos autos: Rodrigo Ribeiro Pereira (OAB/MG nº 83.032), Arnaldo Silva Junior (OAB/MG nº 72.629), Juliana Degani Paes Leme (OAB/MG nº 97.063), Fabrício Souza Duarte (OAB/MG nº 94.096) e Natália Regina Pontes (OAB/MG nº 109.712).

TC-011.585/2009-7
Natureza: Tomada de Contas Especial
Órgão: Secretaria de Controle Interno da Câmara dos Deputados
Responsável: Abdallah Antun Messias Neto (CPF 214.494.571-34)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-033.630/2008-2
Natureza: Tomada de Contas Especial
Entidade: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq)
Responsável: Marta Maria de Carvalho Leddy (CPF 090.925.953-49)
Advogado constituído nos autos: não há

Classe IV - Atos de Admissão de Pessoal

TC-012.775/2005-3
Apensos: TC 027.173/2006-0, TC 015.024/2005-0, TC 028.471/2007-5 Naturezas: Tomada de Contas
Exercício: 2004
Órgão: Câmara dos Deputados - CD
Responsáveis: Adão José Ferreira Barros (188.495.553-34); Ana Flávia Moreira (859.532.021-72); Antonio Francisco Amaral (186.309.521-72); Antônio Ozires Araujo (120.431.501-97); Antônio Carlos Vieira dos Santos (192.872.834-00); Antônio Fernando Cruz de Mello (366.684.787-00); Aureliano Joaquim de Oliveira (084.492.871-20); Cleusa Maria da Cunha (151.659.061-91); Cácio Fernando Ornela Araújo (057.394.541-15); Daniel Gonçalves do Amaral Filho (599.830.357-15); Edilson Gomes de Oliveira (223.009.101-87); Edla Loiola Cavalcanti (606.980.471-68); Elizabete Ohfugi Vilela (335.363.921-72); Esther Pillar Grossi (000.964.310-91); Eugênio Borba Amaro (287.092.171-34); Euleny Vitorio da Silva (555.393.943-72); Eurípedes Magalhães da Silva (179.752.981-15); Evandro Lopes Costa (262.539.251-72); Francisco José Maciel Cardoso (145.477.161-53); Francisco de Assis Machado dos Santos (119.644.991-00); Francisco de Assis Milhomem Coêlho (056.886.631-20); Fábio Chaves Holanda (170.479.943-00); Fábio Rodrigues Pereira (483.203.311-53); Gardel Rodrigues do Amaral (291.480.221-87); Genival José Correia (144.230.651-34); Gilson Silva Filho (603.202.811-91); Heloisomar Ferreira do Amaral e Silva (155.358.431-72); Heverson de Santana Gonçalves (440.803.601-34); Iédio Rosa da Silva (107.713.527-00); Joaquim Neves das Chagas (008.666.282-15); José Martinichen Filho (128.877.811-20); José Carlos da Fonseca Junior (238.616.811-53); José Chagas dos Santos (324.692.849-53); José Gomes da Rocha (130.793.951-15); José Landim Rosa (822.012.851-87); José Maria da Silva (214.957.421-72); João Bastos Colaço Dias (043.137.984-04); Juarez Machado Nogueira (491.252.656-87); Laudnir Lino Rossi (005.183.998-93); Lubélia de Sousa Lima (284.944.821-49); Luciene de Barros Silva (359.224.781-68); Lucíola Costa Carvalho (214.316.551-04); Luiz Antônio Souza da Eira (308.357.981-00); Luiz Henrique Horta Hargreaves (334.220.281-53); Luiz Sérgio de Siqueira Marinho (214.223.111-04); Marco Antonio Francisco Campos (191.105.457-00); Marcos Antônio de Araujo (095.277.106-34); Maria Antônia Fonseca dos Santos (223.362.571-49); Maria Onofre dos Santos de Souza (182.938.591-72); Milton Pereira da Silva Filho (331.743.181-49); Mário Freitas de Oliveira (288.798.136-68); Paulo Sardinha Mourão (064.775.342-15); Pedro Ribeiro Neto (053.637.303-59); Sérgio Sampaio Contreiras de Almeida (358.677.601-20); Sheila Soares Costa (410.925.541-49); Sílvio Ricardo Fogaça Hofstatter (206.078.060-87); Tânia Soares de Souza (338.243.125-49); Vânia Perillo Fiúza Abreu (153.410.461-53); Vitor Nogales Vasconcelos (179.314.011-15); Waldelei Cassemiro da Silva (239.217.811-91); Wilson Soares de Lima (153.339.491-15)
Interessado: Câmara dos Deputados - Cd (00.530.352/0001-59)
Advogado constituído nos autos: não há.

- Relator, Ministro JOSÉ JORGE DE VASCONCELOS LIMA

Classe II - Tomadas e Prestações de Contas

TC-006.763/2009-0
Natureza: Tomada de Contas Especial
Entidade: Município de Araruama - RJ
Responsável: Francisco Carlos Fernandes Ribeiro (477.840.757-15)
Advogado constituído nos autos: Ubirajara Martins (OAB/RJ nº 33.903)

TC-020.108/2010-9
Natureza: Tomada de Contas Especial
Unidade: Prefeitura Municipal de Divina Pastora/SE
Responsáveis: José Carlos de Souza - ex-Prefeito (CPF nº 189.620.415-53) e Antônio Carlos Santos - ex-Secretário Municipal de Finanças (CPF nº 189.986.405-97).
Advogado constituído nos autos: Marcus Vinicius Santos Cardoso (OAB/SE nº 3.566).

TC-022.769/2009-2
Natureza: Tomada de Contas Especial
Entidade: Município de Ourém - PA
Responsável: João Gomes da Silva (038.171.562-00)
Advogado constituído nos autos: não há

TC-028.243/2009-6
Natureza: Tomada de Contas Especial
Entidade: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq/MCT
Responsável: Maria Clarice Bezera da Nóbrega (373.985.557-68)
Interessado: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (33.654.831/0033-13)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-033.610/2010-0
Natureza: Tomada de Contas Especial
Entidade: Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT
Responsável: Pedro Pereira Soares (CPF nº 913.052.688-49)
Advogado constituído nos autos: não há

Classe IV - Atos de Admissão de Pessoal

TC-031.595/2008-2
Natureza: Atos de Admissão
Entidade: Fundação Universidade Federal de Uberlândia - MEC
Interessados: Adeilson Barbosa Soares (527.596.106-59); Alexandre Guimarães Tadeu Soares (107.966.168-92); Ana Lucia Costa e Silva (966.459.206-44); Ana Paula Tavares Lopes (969.669.126-20); Carmen Lucia Reis (027.386.306-18); Clea Regina Oliveira Ribeiro (055.774.648-54); Darcilene Claudio Gomes (030.970.186-46); Heyder Diniz Silva (758.049.646-15); Karine Aparecida Obalhe da Silva (065.742.986-44); Larissa Chaul de Carvalho Oliveira (056.998.076-32); Leticia Borges de Oliveira (047.889.886-07); Marilia Mendes Ferreira (828.293.066-00); Nivaldo Dorneles Junior (036.504.876-32); Rogeria Duarte Galvao (050.307.746-10); Zila Diniz Cabral (045.129.486-60)
Advogado constituído nos autos: não há.

- Relator, Ministro-substituto AUGUSTO SHERMAN CAVALCANTI

Classe III - Auditorias, Inspeções e outras matérias concernentes a fiscalização.

TC-018.337/2009-0
Natureza: Monitoramento
Unidades: Departamento Penitenciário Nacional (Depen/MJ)
Interessado: Estado da Bahia
Advogados constituídos nos autos: Aline Solano Souza Casali Bahia,

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Procuradora do Estado da Bahia (OAB/BA 17.168); Vicente Oliva Burato, Procurador do Estado da Bahia

Classe VI - Representação

TC-019.836/2010-4
Natureza: Representação
Unidade: Ministério do Turismo
Interessado: Tribunal de Contas da União
Advogado constituído nos autos: não há

- Relator, Ministro-substituto ANDRÉ LUÍS DE CARVALHO

Classe II - Tomadas e Prestações de Contas

TC-002.852/2009-3
Natureza: Tomada de Contas Especial
Órgão: Ministério da Cultura - MinC
Responsáveis: Marino Lobello (CPF 227.363.368-87); Prêmio Editorial Ltda. (CNPJ 54.386.677/0001-39)
Advogados constituídos nos autos: José Maurício Fittipaldi (OAB/SP nº 221.054); Fábio Cesnik (OAB/SP nº 146.717); Maira Pires Videira (OAB/SP nº 166.067) e Flávio Resende Pena Costa (OAB/DF nº 27.705)

TC-011.237/2009-3
Natureza: Tomada de Contas Especial
Entidade: Município de Ipu/CE
Responsáveis: Antonia Bezerra Lima Carlos (CPF 114.137.433-15); Sanebras - Projetos, Construções e Consultorias Ltda. (CNPJ 23.726.367/0001-92)
Advogado constituído nos autos: não há

TC-012.644/2010-2
Natureza: Tomada de Contas Especial
Entidade: Município de Manicoré/AM
Responsável: Waldomiro Gomes (CPF 015.411.884-20)
Advogado constituído nos autos: não há

TC-016.512/2003-4
Natureza: Tomada de Contas Especial
Órgão: Ministério da Cultura (vinculador)
Responsáveis: Carlos Hugo Christensen (109.960.607-15); Carlos Hugo Christensen Produções Cinematográficas (31.565.112/0001-13)
Advogados constituídos nos autos: Paulo Elísio de Souza (OAB/RJ 18.430); Giovanna Aparecida Gama Nogueira (OAB/RJ 118.970)

TC-016.760/2010-7
Natureza: Tomada de Contas Especial
Entidade: Município de Nova Olinda do Norte/AM
Responsável: Sebastião Rodrigues Maciel (091.236.953-15)
Interessado: Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - Sudam/MI (04.931.713/0001-20)
Advogados constituídos nos autos: Antonio Policarpo Rios Roberto (OAB/AM 1107) e Jocione dos Santos Souza (OAB/AM 6901)

TC-019.874/2007-0
Natureza: Tomada de Contas
Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região - TRT/PR
Responsáveis: Adilson Marzall (357.695.309-44); Amir Lopes Martins (559.358.429-04); Carlos Alberto Esposito (355.933.939-15); Enilce Francisca da Rocha (358.677.369-20); Fernando Eizo Ono (187.675.409-53); Fábio Adriano Egea (022.548.689-00); Helcio Davi de Freitas (509.048.179-20); Jorge de Lima Filho (234.216.739-34); João Verci Santana (231.909.579-91); Juliana Haas (028.053.889-84); Luiz Carlos Sanches (443.679.969-72); Marcos Antonio Kugnharski (553.374.499-15); Newton Júlio Cesar Serbena (750.518.779-15); Ney José de Freitas (186.704.239-87); Osman Cesar Bozzo Silva (186.304.489-20); Rasalie Michaele Bacila Batista (299.400.289-20); Revelino Conciani (723.161.109-59); Robson Augusto Bialle (519.723.609-49); Rubens Maus (360.103.839-00); Sandro Alencar Furtado (540.248.469-49); Valdecir da Costa Ferreira (468.158.309-00); Wanda Santi Cardoso da Silva (215.755.768-72)
Exercício: 2006
Advogado constituído nos autos: não há

TC-021.588/2008-4
Natureza: Prestação de Contas
Entidade: Superintendência Regional do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária no Estado do Mato Grosso do Sul (Incra/MS) - MDA (00.375.972/0059-87)
Responsáveis: Annie Muzzi Borges (274.731.551-72); Antonio Augusto Ribeiro de Barros (388.539.737-49); Claire Fatima Moreira Leal (322.270.941-68); Cleiton Lacerda Godoy (032.830.107-81); Cristiano Correia dos Reis (032.824.516-01); Fabiano de Moraes Benke (300.761.048-69); Francisco Sergio de Lima (084.919.228-57); Geminiano Alves de Souza Pinto Neto (022.582.001-30); Geni de Barros Franco (175.527.531-53); Luiz Augusto Vila Labigalini (034.066.469-05); Luiz Carlos Bonelli (328.797.849-72); Maria Lucila da Silva (238.387.361-68); Maximo Ribeiro Fernandes (203.905.301-82); Meire Lourdes da Rocha (200.475.091-04); Sergio Rodrigues Caires (958.453.301-06); Sidney Ferreira de Almeida (321.070.641-72); Valdir Perius (332.165.250-15); Yodi Nakamura (779.800.348-72)
Exercício: 2007
Advogados constituídos nos autos: Joaquim Basso (OAB/MS 13.115); Kátia Cristina de Paiva Pinto (OAB/MS 8.837); Líbera Copetti de Moura (OAB/MS 11.747); Mione Lucas Hoscher Romanholi (OAB/MS 7.652)

TC-021.797/2007-6
Natureza: Prestação de Contas Simplificada
Entidade: Superintendência Regional do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária no Estado do Maranhão - Incra/MA
Responsáveis: Abdias Guimarães Figueiredo Filho (067.513.183-91); Antônio Vicente da Silva (055.028.533-49); Construtora Góes e Incorporação Ltda. - CGIL (63.445.688/0001-33); Domingos do Nascimento Veiga Filho (064.832.083-91); Hulda Rocha e Silva (000.467.135-06); José Ribamar Reis Freire (124.748.003-87); José de Ribamar Aranha Haickel (064.947.903-30); Leonísio Lopes da Silva Filho (044.884.403-63); Levi Pinho Alves (450.298.143-53); Manuel Batalha de Souza (044.858.583-91); Miguel Alves Nonato Filho (782.675.283-34); Milaid de Maria Gomes Costa (094.938.243-49); Palmyro Paulo Veronese D'Andrea (015.827.208-00); Paula Frassineth Andrade Araújo (094.708.083-04); Paulo Vinícius Lima Dias (650.954.563-20); Raimundo Monteiro dos Santos (124.865.073-53)
Exercício: 2006
Advogado constituído nos autos: não há

TC-023.716/2009-3
Natureza: Tomada de Contas Especial
Entidade: Município de Presidente Figueiredo/AM
Responsável: Romeiro José Costeira de Mendonça (465.929.706-34), ex-prefeito
Advogado constituído nos autos: Ademar Lins Vitorio Filho, OAB/AM nº 5.269

TC-028.340/2010-8
Natureza: Tomada de Contas Especial
Entidade: Município de Pindoretama/CE
Responsável: José Gonzaga Barbosa (081.607.673-15)
Advogado constituído nos autos: não há

Classe III - Auditorias, Inspeções e outras matérias concernentes a fiscalização.

TC-019.948/2007-5
Natureza: Monitoramento
Entidade: Serviço Nacional de Aprendizagem Rural - Administração Regional de São Paulo
Interessado: Secretaria de Controle Externo - SP
Advogado constituído nos autos: Alexandre Ramos Albuquerque, OAB/SP nº 201.176

Classe V - Concessões de Aposentadorias, Reformas e Pensões

TC-003.663/2011-6
Natureza: Aposentadoria
Órgão: Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região - Campinas/SP - JT
Interessados: Marcio Antonio Paiva (CPF 043.689.918-34); Marilena Dias de Camargo (CPF 023.433.638-20); Maura Lima de Mello (CPF 594.247.618-72) Murilo Frateschi Ferreira (CPF 483.418.786-15); Nair Ferreira de Oliveira (CPF 415.777.528-72); Reinaldo Nelson Christofaro (CPF 028.255.468-87)
Advogado constituído nos autos: não há

TC-003.691/2011-0
Natureza: Aposentadoria
Órgão: Tribunal Regional do Trabalho 2ª Região/SP - JT
Interessados: Adão Tadeu Quadros Santiago (CPF 183.998.510-00); Amélia Akemi Kawamura (CPF 640.749.438-91); Ana Lucia Ribeiro Aloise (CPF 032.376.538-61); Anaí Nogueira da Silva Diniz (CPF 130.089.308-75); Benedito Delício (CPF 841.937.608-63); Eliana Leite dos Santos (CPF 049.202.738-27); Euza Raimundo de Aquino (CPF 623.125.888-20); José Carlos da Silva Arouca (CPF 006.384.398-68); José Justo Tacine (CPF 049.818.558-34); Maria Cristina Rosasco Pazianotto Pini (CPF 150.375.608-45)
Advogado constituído nos autos: não há

TC-003.755/2011-8
Natureza: Aposentadoria
Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região/RS
Interessados: Leo Coronato de Oliveira (CPF 002.818.240-53); Lourival Teixeira Vina (CPF 003.393.500-91); José Antônio Ardais Wortmann (CPF 004.153.240-68); José Leonardo Camino Teixeira (CPF 006.314.420-49); e José Nilo Pereira Kern (CPF 007.972.270-91)
Advogado constituído nos autos: não há

TC-014.261/2009-2
Natureza: Aposentadoria
Entidade: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - Ibama
Interessados: Lenize Maria Bayerl (364.758.077-53); Maria Nice Mattos Amorim (317.883.277-72) e Osvaldo de Jesus Correa (069.206.169-04)
Advogado constituído nos autos: não há

TC-029.368/2010-3
Natureza: Aposentadoria
Órgão: Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios - TJDFT
Interessados: Getúlio Vargas de Moraes Oliveira (170.793.576-91); Hermenegildo Fernandes Gonçalves (001.472.491-04); José Jeronymo Bezerra de Souza (000.297.501-72); Maria Vilneide de Oliveira Coutinho (112.819.103-25); Sandra Maria Ribeiro Coelho da Silva (646.285.151-15)
Advogado constituído nos autos: não há

Secretaria das Sessões, 22 de junho de 2011.
ELENIR TEODORO GONÇALVES DOS SANTOS
Subsecretária da Câmara

Poder Judiciário

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL
CORREGEDORIA-GERAL
TURMA NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO DOS JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS
SECRETARIA DA TURMA

DECISÕES PRESIDENTE DA TURMA

AUTOS VIRTUAIS

PROCESSO Nº: 2004.61.84.181731-0
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO
REQUERENTE: EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - ECT
PROC./ADV.: KARINA FRANCO DA ROCHA
REQUERIDO(A): RUBINALVA MAIA
PROC./ADV.: NÃO CONSTITUÍDO

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização suscitado por EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS, com fulcro no art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/01, em face de decisão da Quarta Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo, a qual manteve a sentença que acolheu pedido de indenização por danos morais decorrente do extravio de correspondência.
Alega a suscitante haver divergência com julgados da Turma Recursal do Pará, Turma Recursal do Paraná, da TNU e do STJ, aduzindo, em síntese, que o mero dissabor ocasionado pelo extravio da correspondência, não configura, em regra, ato lesivo a ensejar a reparação de danos morais.
O incidente foi inadmitido e a parte apresentou requerimento, na forma do art. 15, § 4º, do RI/TNU.
Relatados. Decido.
O incidente de uniformização não merece prosperar, senão vejamos.
Verifico que o presente pleito se mostra inviável, na medida em que a requerente pretende quantificar a gravidade do dano para fins indenizatórios, matéria que se mostra afeta ao conjunto probatório dos autos, cuja discussão é manifestamente incabível em sede de incidente de uniformização de jurisprudência.
Tais as razões expendidas, com fundamento no artigo 7º, inciso VI, do RI/TNU, não admito o incidente de uniformização.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 25 de março de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO N.º: 2004.61.84.189541-2
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO
REQUERENTE: GENALDO ALVES MOURA
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização de jurisprudência suscitado por GENALDO ALVES MOURA, com fundamento no art. 14, § 2.º, da Lei n.º 10.259/2001, em face da decisão da Quinta Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo, a qual, confirmando a sentença, negou provimento ao recurso em que se postulava a concessão de auxílio-doença ao fundamento de que, de acordo com a prova dos autos, não teriam restado comprovados os requisitos ensejadores do benefício.
A parte requerente alega divergência com precedente da Turma Recursal de Mato Grosso e da TNU, aduzindo, em síntese, que diante da situação concreta dos autos, há que ser reconhecida a incapacidade laborativa.
O incidente não foi admitido pela Presidência da Turma Recursal.
Foi interposto o pedido de submissão à Presidência da TNU, nos termos do art. 15, § 4.º, do RI/TNU.
Relatados, decido.
Observa-se claramente que a apontada discrepância entre a decisão recorrida e os paradigmas apontados decorre exclusivamente da apreciação da prova levada a cabo em cada caso concreto, o que leva a crer que se trata, em última análise, de pleito em que se visa ao reexame de prova, com consequente inversão da conclusão a que chegou a decisão impugnada, na dimensão do conjunto probatório dos autos, mostrando-se manifestamente incabível o incidente de uniformização de jurisprudência suscitado.
Não se olvide que, no presente caso, até mesmo o julgamento na Turma Recursal foi inicialmente convertido em diligência, para que se realizasse perícia complementar, sendo reafirmada a inexistência de incapacidade para o trabalho.
Ante o exposto, com fundamento no artigo 7º, inciso VI, do RI/TNU, não admito o incidente de uniformização de jurisprudência.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 05 de abril de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

PROCESSO N°: 2004.61.84.312571-3
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO
REQUERENTE: JOSEFA PEREIRA SANTANA
PROC/ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO(A): INSS
PROC/ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL
DECISÃO

JOSEFA PEREIRA SANTANA suscita incidente de uniformização de jurisprudência dirigido à Turma Nacional de Uniformização, com fundamento no art. 14, § 2°, da Lei n° 10.259/2001, em face de decisão proferida por Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo, que manteve a sentença quanto ao indeferimento do pedido de concessão de pensão por morte à Autora, posto que não teria ela comprovado a alegada situação de dependência econômica com relação ao filho falecido.
Sustenta a Requerente divergência com precedentes do Tribunal Regional Federal da 3ª Região e com um precedente da Turma Nacional de Uniformização, relevando a tese de que a prova de domicílio comum seria suficiente à comprovação de dependência econômica.O incidente foi inadmitido, mas foi apresentado requerimento nos termos do art. 15, § 4°, RI/TNU.
Relatados. Decido.
A divergência autorizadora do pedido de uniformização de jurisprudência dirigido à Turma Nacional de Uniformização é aquela fundada entre decisões de turmas recursais de diferentes regiões ou quando o acórdão é proferido por turma recursal ou regional, em contrariedade com súmula ou jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça, sendo, portanto, incabível o pedido com fundamento em dissídio com Tribunais Regionais Federais ou Turmas Recursais da mesma Região (Art. 6º, incisos I a III, da Resolução nº 22/2008 - CJF).
Quanto ao precedente advindo da Turma Nacional de Uniformização, desserve ele à comprovação da alegada divergência, posto que trata de incidente não admitido por falta do preenchimento de pressupostos legais, além nada expor relativamente à tese defendida pela Requerente.
Pelo exposto, com fundamento no artigo 7º, inciso VI, do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização, não admito o recurso.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 5 de abril de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº: 2004.61.84.363192-8
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO
REQUERENTE: MARIA AUGUSTA CORREIA DE ANDRADE
PROC/ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO(A): CAIXA ECONÔMICA FEDERAL -
PROC/ADV.: ELIANA HISSAE MIURA
DECISÃO

MARIA AUGUSTA CORREIA DE ANDRADE suscita incidente de uniformização de jurisprudência dirigido à Turma Nacional de Uniformização, com fundamento no art. 14, § 2°, da Lei n° 10.259/2001, em face de decisão proferida por Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo, que reformou a sentença, à consideração de que é necessário que a parte autora comprove que houve culpa da instituição financeira ao alegar que foram efetuados saques indevidos em sua conta. Caso contrário, meras alegações dariam sempre ensejo ao recebimento de indenização, já que é impossível que o banco comprove que o cliente não repassou o cartão e a senha a terceiros.
Sustenta a Requerente divergência com precedentes do Superior Tribunal de Justiça, da Turma Nacional de Uniformização e das Turmas Recursais do Amazonas e de Goiás, relevando a tese de que eventual reconhecimento de causa excludente da responsabilidade cabe à parte Requerida demonstrar, até mesmo pela inversão do ônus da prova.
O incidente foi inadmitido, mas foi apresentado requerimento nos termos do art. 15, § 4°, RI/TNU.
Relatados. Decido.
Estando, em princípio, configurada a divergência jurisprudencial alegada, admito o incidente, com fulcro no art. 7º, inciso VI, do RI/TNU
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 5 de abril de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº: 2004.61.84.426709-6
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO
REQUERENTE: EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - ECT
PROC./ADV.: MARCELO MARTINS FRANCISCO
REQUERIDO(A): NINA LASAK PERES
PROC./ADV.: MARLENE ROICCI LASAK
DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização suscitado por EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS, com fulcro no art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/01, em face de decisão da Segunda Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo, a qual manteve a sentença que acolheu pedido de indenização por danos morais decorrente do extravio de correspondência.
Alega a suscitante haver divergência com julgados da Turma Recursal do Pará, Turma Recursal do Rio de Janeiro, da TNU e do STJ, aduzindo, em síntese, que o mero dissabor ocasionado pelo extravio da correspondência, não configura, em regra, ato lesivo a ensejar a reparação de danos morais, e que a ausência de declaração de conteúdo pelo objeto extraviado afasta a indenização requerida.
O incidente foi inadmitido e a parte apresentou requerimento, na forma do art. 15, § 4º, do RI/TNU.
Relatados. Decido.
O incidente de uniformização não merece prosperar, senão vejamos.
Verifico que o presente pleito se mostra inviável, na medida em que a requerente pretende quantificar a gravidade do dano para fins indenizatórios, matéria que se mostra afeta ao conjunto probatório dos autos, cuja discussão é manifestamente incabível em sede de incidente de uniformização de jurisprudência.
Ademais, verifico que, em relação ao outro argumento da parte suscitante, a decisão vergastada não discutiu sobre a declaração ou não do conteúdo do objeto postado e extraviado, razão pela qual não há que se falar em dissídio jurisprudencial.
Tais as razões expendidas, com fundamento no artigo 7º, inciso VI, do RI/TNU, não admito o incidente de uniformização.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 28 de março de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº: 2004.61.84.440789-1
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL
REQUERIDO (A): VERA LUCIA MESQUITA DE SOUSA
PROC./ADV.: DEUSA MARA SANTOS FASSINA
DECISÃO

O INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS suscita incidente de uniformização de jurisprudência dirigido à Turma Nacional de Uniformização, com supedâneo no artigo 14, § 2º, da Lei n.º 10.259/2001, contra decisão colegiada proferida pela 1ª Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo, que, ao reformar a sentença, concedeu pensão por morte à esposa do falecido, independentemente da perda da qualidade de segurado do de cujus, com base no art. 98 do Decreto 89.312/84.
Alega o postulante haver divergência jurisprudencial com julgados do c. Superior Tribunal de Justiça, alegando, em síntese, que, como o de cujus perdeu a qualidade de segurado à época do falecimento, não é devida a pensão por morte.
O seguimento do incidente foi negado pela Presidência da Turma Recursal. Por sua vez, o demandante apresentou requerimento nos moldes do artigo 15, § 4º, do RI/TNU.
Relatados. Decido.
O Superior Tribunal de Justiça adotou entendimento no sentido de que, tendo o falecido à data do óbito perdido a condição de segurado e não tendo implementado os requisitos necessários para o recebimento de aposentadoria, como no caso dos autos, seus dependentes não fazem jus à concessão de pensão por morte. Essa orientação deve ser aplicada tanto durante a vigência do Decreto 89.312/84 (arts. 7o. e 74) quanto na vigência da Lei 8.213/91 (art. 102) (AgRg no REsp 1005487/SP, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, QUINTA TURMA, julgado em 14/12/2010, DJe 14/02/2011).
Destaco o citado precedente, in verbis:
PREVIDENCIÁRIO. AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO ESPECIAL. PENSÃO POR MORTE INDEVIDA AOS DEPENDENTES DO FALECIDO QUE À DATA DO ÓBITO PERDEU A CONDIÇÃO DE SEGURADO E NÃO HAVIA IMPLEMENTADO OS REQUISITOS NECESSÁRIOS PARA A CONCESSÃO DE APOSENTADORIA. AGRAVO DESPROVIDO.
1. No julgamento do REsp. 1.110.565/SE, representativo de controvérsia, o Superior Tribunal de Justiça pacificou o entendimento de que tendo o falecido à data do óbito perdido a condição de segurado e não tendo implementado os requisitos necessários para o recebimento de aposentadoria, como no caso dos autos, seus dependentes não fazem jus à concessão de pensão por morte.
2. Essa orientação deve ser aplicada tanto durante a vigência do Decreto 89.312/84 (arts. 7o. e 74) quanto na vigência da Lei 8.213/91 (art. 102). Precedentes.
3. Agravo Regimental desprovido.
Frente ao exposto, estando configurada a divergência jurisprudencial apontada, admito o incidente, com fundamento no artigo 7º, inciso VI, do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília (DF), 7 de abril de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº: 2004.61.84.445351-7
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): NEIDJANY ARAUJO VALE
PROC./ADV.: MORGANIA MARIA VIEIRA DOS SANTOS
DECISÃO

O INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS suscita incidente de uniformização de jurisprudência dirigido à Turma Nacional de Uniformização, com espeque no artigo 14, § 2º, da Lei n.º 10.259/2001, contra decisão colegiada proferida pela 2ª Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo, que manteve sentença de procedência do pedido de concessão de pensão por morte, sob o fundamento de que o de cujus ostentava a qualidade de segurado ao tempo do óbito, ante o fato de ter sido comprovado nos autos da reclamatória trabalhista o vínculo empregatício existente entre ele e seu respectivo empregador, acrescido a outros elementos de prova colhidos em audiência, como a oitiva de testemunha.
Alega o postulante haver divergência com julgado do c. Superior Tribunal de Justiça, aduzindo, em síntese, que não restou comprovada a qualidade de segurado, em face da ausência de início de prova material de tempo de serviço, nos termos do art. 55, § 3°, da Lei 8.213/91, uma vez que a anotação da CTPS do de cujus é decorrente de acordo homologado pela Justiça do trabalho, desacompanhado de outras provas.
Ao incidente foi negado seguimento pelo Presidente da Turma Recursal. Por sua vez, o requerente apresentou requerimento na forma do artigo 15, § 4º, do RI/TNU.
Relatados. Decido.
O decisum ora combatido está em consonância com o entendimento adotado pelo aresto paradigma, haja vista que a sentença proferida pelo MM. Juízo a quo não se limitou apenas a análise da prova do acordo trabalhista firmado para chegar à conclusão de que a parte manteve sua condição de segurado à época do óbito, mas também em outros elementos probatórios.
Ademais, cuida-se, em última análise, de intento em que se visa ao reexame de prova, com consequente inversão da conclusão a que chegou a decisão alvejada, na dimensão do conjunto probatório dos autos, mostrando-se manifestamente incabível o incidente de uniformização de jurisprudência suscitado.
Tais as razões expendidas, com arrimo no artigo 7º, inciso VI, do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização, não admito o presente incidente de uniformização.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília (DF), 7 de abril de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº: 2004.61.84.452807-4
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO
REQUERENTE: OLIVIA LUZIA DE FIGUEIREDO NEVES
PROC/ADV.: ADRIANA APARECIDA BONAGURIO PARESCHI
REQUERIDO(A): INSS
PROC/ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL
DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização de jurisprudência proposto por OLIVIA LUZIA DE FIGUEIREDO NEVES, com fundamento no artigo 14, caput e § 2º, da Lei nº 10.259/2001, em face de decisão proferida pela Primeira Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Primeira Subseção Judiciária de São Paulo, que reformou sentença concessiva de benefício assistencial ao idoso, considerando não satisfeito o requisito de miserabilidade da parte autora.
Opostos embargos de declaração, foram esses rejeitados.
Alega divergência com julgado de Turma Recursal de outra Região, defendendo a aplicação analógica do art. 34, parágrafo único, da Lei n° 10.741/03 para excluir do cômputo da renda familiar o benefício previdenciário no valor de um salário mínimo percebido pelo seu cônjuge, e satisfazer, assim, a renda per capita exigida em lei.
O incidente foi inadmitido na origem e a suscitante apresentou requerimento na forma do art. 15, § 4º, do RI/TNU.
Após a remessa do feito à TNU, foram juntadas petições, em que a autora requer preferência na tramitação do processo, tendo em conta sua idade avançada (71 anos).
Relatados, decido.
De início, defiro o pedido de preferência requerido.
Em relação ao pedido de uniformização nacional, verifico que, em princípio, encontra-se configurada a divergência jurisprudencial alegada, pelo que admito o incidente, com esteio no art. 7.º, inciso VI, do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 12 de abril de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº: 2004.61.84.529730-8
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO
REQUERENTE: JOÃO FELIZ DE BARROS E SILVA
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO(A): CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
PROC./ADV.: TÂNIA RODRIGUES DO NASCIMENTO
DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização suscitado por JOÃO FELIZ DE BARROS E SILVA, com fulcro no art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/01, em face de decisão da Primeira Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo que, reformando a sentença, julgou improcedente o pedido de indenização por danos materiais decorrentes de subtração de dinheiro da conta do autor, ocorrido em caixa eletrônico, sob o fundamento de que a responsabilidade da instituição financeira restou afastada por culpa exclusiva da vítima.
Sustenta o suscitante divergência com julgados do STJ, aduzindo, em síntese, que não basta a Instituição Financeira afirmar que a responsabilidade do cartão e da senha é do usuário, ante a possibilidade de violação do sistema eletrônico impõe o reconhecimento da responsabilidade objetiva do fornecedor de serviços.
O incidente foi inadmitido e a parte apresentou requerimento, na forma do art. 15, § 4º, do RI/TNU.
Relatados. Decido.
In casu, verifica-se que os arestos do Superior Tribunal de Justiça não guardam a devida similitude fática com a hipótese dos autos.
Com efeito, a decisão ora impugnada restou fundada em elementos fático-probatórios dos autos que levaram a Turma Recursal a concluir que não ficou provado nos autos que o autor não forneceu a senha aos

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

agentes da fraude, sem a qual não poderiam ter realizado nenhumas das operações contestadas pelo recorrido, sendo que os paradigmas se limitam a mencionar a possibilidade de inversão do ônus da prova na ocorrência de saque indevido, nos casos em que se demonstrar, por meios idôneos, a inexistência ou impossibilidade de fraude, tendo em vista a notoriedade do reconhecimento da possibilidade de violação do sistema eletrônico de saque por meio de cartão bancário e/ou senha.
Em última análise, tem-se ainda que o pleito se mostra inadmissível, porquanto pretende-se o reexame de prova, com vistas à inversão da conclusão a que chegou a decisão impugnada.
Tais as razões expendidas, com fundamento no artigo 7º, inciso VI, do RI/TNU, não admito o incidente de uniformização.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 28 de março de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº: 2004.71.50.004279-0
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - ECT
PROC./ADV.: EDSON ANTONIO PIZZATTO RODRIGUES
REQUERIDO(A): JAIR FERNANDES RIOS
PROC./ADV.: ROBERTA ALVES NOS

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização suscitado pela EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS, com fulcro no art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/01, em face de decisão da Segunda Turma Recursal da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul, a qual confirmou a sentença que acolheu o pedido de indenização por danos materiais e morais decorrentes do extravio de correspondência.
Sustenta a parte suscitante que a decisão combatida diverge do entendimento jurisprudencial do STJ, o qual teria concluído pelo descabimento da indenização quando o emitente não tiver declarado o valor do conteúdo da correspondência.
O incidente foi inadmitido e a parte apresentou requerimento, na forma do art. 15, § 4º, do RI/TNU.
Relatados. Decido.
Em análise aos autos, verifica-se que não há divergência entre a decisão hostilizada e o julgado do STJ colacionado nas razões recursais da suscitante, senão vejamos:
A Turma Recursal da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul, ao condenar a parte ré ao pagamento de indenização por danos materiais decorrentes do extravio de correspondência, entendeu que, apesar de não ter sido declarado o conteúdo da mercadoria enviada, a parte autora comprovou por outros meios os gastos com a gravação da fita. No mesmo sentido, o julgado do STJ colacionado pela suscitante aduz que a alegação de que a correspondência extraviada continha objeto de valor deve ser provada pelo autor, ainda que seja objetiva a responsabilidade dos Correios.
Ainda que assim não fosse, tenho que a pretensão defendida pela suscitante demanda necessariamente o reexame de prova, inadmissível quando se trata de incidente de uniformização de jurisprudência.
Com muita facilidade se observa que a todo momento a suscitante, ao afirmar não ter restado comprovado o dano moral, aborda a questão probatória. Desse modo, para que se chegasse a conclusão diversa daquela posta no acórdão recorrido, seria imprescindível reexaminar a prova colhida nos autos para que se verificasse ou não a comprovação do dano moral.
Pelo exposto, nos termos do artigo 7º, inciso VI, do RI/TNU, não admito o incidente de uniformização de jurisprudência.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 31 de março de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº: 2005.63.01.005819-1
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO
REQUERENTE: EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - ECT
PROC./ADV.: MARIA CONCEIÇÃO DE MACEDO
REQUERIDO(A): JOÃO MANOEL FERNANDES
PROC./ADV.: MANUEL DE JESUS CARDOZO

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização suscitado por EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS, com fulcro no art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/01, em face de decisão da Primeira Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo, a qual manteve a sentença que acolheu pedido de indenização por danos materiais e morais decorrente do extravio de correspondência.
Alega a suscitante haver divergência com julgados do STJ, que teriam concluído pelo descabimento da indenização quando o emitente não tiver declarado o valor do conteúdo da correspondência e que o mero dissabor ocasionado por inadimplemento contratual, ao não pagar a seguradora o valor total previsto em lei, não configura, em regra, ato lesivo a ensejar a reparação de danos morais.
O incidente foi inadmitido e a parte apresentou requerimento, na forma do art. 15, § 4º, do RI/TNU.
Relatados. Decido.
Em análise aos autos, verifica-se que não há divergência entre a decisão hostilizada e os julgados do STJ colacionados nas razões recursais da suscitante, senão vejamos:
A Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo, ao condenar a parte ré ao pagamento de indenização por danos materiais decorrentes do extravio de correspondência, entendeu que, apesar de não ter sido declarado o conteúdo da mercadoria enviada, a parte autora comprovou por outros meios a efetiva aquisição da mercadoria. No mesmo sentido, os julgados dos STJ colacionados pela suscitante remetem à idéia de que a alegação de que a correspondência extraviada continha objeto de valor deve ser provada pelo autor, ainda que seja objetiva a responsabilidade dos Correios.
Ainda que assim não fosse, tenho que a pretensão defendida pela suscitante demanda necessariamente o reexame de prova, inadmissível quando se trata de incidente de uniformização de jurisprudência.
Com muita facilidade se observa que a todo momento a suscitante, ao afirmar não ter restado comprovado o dano moral, aborda a questão probatória. Desse modo, para que se chegasse a conclusão diversa daquela posta no acórdão recorrido, seria imprescindível reexaminar a prova colhida nos autos para que se verificasse ou não a comprovação do dano moral.
Tais as razões expendidas, com fundamento no artigo 7º, inciso VI, do RI/TNU, não admito o incidente de uniformização.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 28 de março de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº: 2005.63.01.234013-6
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO
REQUERENTE: FRANCISCA PIMENTA DE LIMA
PROC./ADV.: MANUEL NONATO CARDOSO VÉRAS
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DECISÃO

FRANCISCA PIMENTA DE LIMA suscita incidente de uniformização de jurisprudência, dirigido à Turma Nacional de Uniformização, com fundamento no art. 14, § 2°, da Lei n° 10.259/2001, em face de decisão proferida pela Quinta Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo, a qual manteve sentença de improcedência, sob o fundamento de que o de cujus não detinha a qualidade de segurado, à época do falecimento, bem como não tinha implementado os requisitos para a concessão de aposentadoria por idade ou por contribuição.
A recorrente alega divergência com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça. Aduz, em síntese, que o de cujus já havia implementado a carência para a concessão da aposentadoria por idade. O pedido foi admitido pelo Presidente da Turma Recursal.
Relatados. Decido.
Observo que não há similitude fática entre os julgados. No acórdão paradigma, apesar de ter havido a perda da qualidade de segurado, o falecido já havia implementado todos os requisitos para a concessão do benefício, o que se diferencia do caso em tela, pois o requisito etário não foi alcançado antes do falecimento.
Aplica-se portanto o que determina a Questão de Ordem 22, in verbis: É possível o não-conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma.(Aprovada na 8ª Sessão Ordinária da Turma Nacional de Uniformização, do dia 16.10.2006).
Pelo exposto, com fundamento no artigo 7º, inciso VII, alínea "b", do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização, nego seguimento ao incidente de uniformização de jurisprudência.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 4 de abril de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO N°: 2005.63.02.004876-5
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO
REQUERENTE: RAIMUNDA MONTEIRO DA SILVA
PROC/ADV.: PAULO HENRIQUE PASTORI E OUTRO
REQUERIDO(A):INSS
PROC/ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DECISÃO

RAIMUNDA MONTEIRO DA SILVA suscita incidente de uniformização de jurisprudência dirigido à Turma Nacional de Uniformização, com fundamento no art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/2001, em face de decisão proferida pela Turma Recursal do Juizado Especial da Seção Judiciária de São Paulo, que confirmou sentença que julgou improcedente o pedido de concessão do benefício auxílio doença/aposentadoria por invalidez, à consideração de que a parte autora não é incapaz para o trabalho..
a Requerente alega divergência com julgado do Turma Recursal da Seção Judiciária de Campinas, ao tempo em que releva a tese de que a sua incapacidade física, aliada à sua incapacidade social o torna totalmente inapto para o exercício de qualquer atividade laborativa.
O incidente foi inadmitido, mas foi apresentado requerimento, na forma do art. 15, § 4º, do RI/TNU.
Relatados, decido.
a Requerente não demonstrou o dissenso jurisprudencial invocado, visto não ter realizado o necessário cotejo analítico entre o julgado hostilizado e o paradigma colacionado (art. 13 do RI/TNU), conformando-se em transcrever a ementa do julgado, a qual não serve, por si só, para a demonstração da divergência.
Ademais, a divergência autorizativa do pedido de uniformização de jurisprudência dirigido à TNU é aquela fundada entre decisões de turmas de diferentes regiões ou da proferida em contrariedade a súmula ou jurisprudência dominante do STJ, sendo, portanto, incabível o pedido com fundamento em dissídio com Tribunais Regionais Federais ou Turmas Recursais da mesma Região.
Pelo exposto, nos termos do artigo 7º, inciso VI, do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização, não admito o incidente de uniformização de jurisprudência.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 17 de maio de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº: 2005.63.02.006079-0
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO
REQUERENTE: FRANCISCO LUIZ
PROC./ADV.: GUSTAVO CABRAL OLIVEIRA E OUTRA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização suscitado por FRANCISCO LUIZ, com fulcro no art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/01, dirigido à Turma Nacional de Uniformização, em face de decisão proferida pela Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo, que manteve a sentença de procedência do pedido de aposentadoria por invalidez, sendo a data de início do benefício fixada como a data da realização da perícia médica.
O requerente sustenta que a decisão combatida diverge de julgados do STJ, os quais albergariam o entendimento de que o termo inicial do pagamento do benefício deve ser a data do requerimento administrativo.
O incidente foi inadmitido, e a parte apresentou requerimento, na forma do art. 15, § 4º, do RI/TNU.
Relatados. Decido.
Estando, em princípio, configurada a divergência jurisprudencial alegada, admito o incidente, com fulcro no art. 7º, inciso VI, do RI/TNU.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 5 de abril de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO N°: 2005.63.02.015038-9
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO
REQUERENTE:JOSÉ MARIO DOS SANTOS PEREIRA
PROC/ADV.: PAULO HENRIQUE PASTORI E OUTRO
REQUERIDO(A): INSS
PROC/ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DECISÃO

JOSÉ MARIO DOS SANTOS PEREIRA suscita incidente de uniformização de jurisprudência dirigido à Turma Nacional de Uniformização, com fundamento no art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/2001, em face de decisão proferida pela Turma Recursal do Juizado Especial da Seção Judiciária de São Paulo, que confirmou sentença que julgou improcedente o pedido de concessão do benefício auxílio doença/aposentadoria por invalidez, à consideração de que a parte autora não é incapaz para o trabalho..
O Requerente alega divergência com julgado do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, bem como de Turma Recursal da Seção Judiciária de Campinas, ao tempo em que releva a tese de que a sua incapacidade física, aliada à sua incapacidade social o torna totalmente inapto para o exercício de qualquer atividade laborativa.
O incidente foi inadmitido, mas foi apresentado requerimento, na forma do art. 15, § 4º, do RI/TNU.
Relatados, decido.
O Requerente não demonstrou o dissenso jurisprudencial invocado, visto não ter realizado o necessário cotejo analítico entre o julgado hostilizado e os paradigmas colacionados. (art. 13 do RI/TNU), conformando-se em transcrever ementas dos julgados, as quais não servem, por si só, para demonstração da divergência.
Ademais, a divergência autorizativa do pedido de uniformização de jurisprudência dirigido à TNU é aquela fundada entre decisões de turmas de diferentes regiões ou da proferida em contrariedade a súmula ou jurisprudência dominante do STJ, sendo, portanto, incabível o pedido com fundamento em dissídio com Tribunais Regionais Federais ou Turmas Recursais da mesma Região.
Pelo exposto, nos termos do artigo 7º, inciso VI, do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização, não admito o incidente de uniformização de jurisprudência.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 17 de maio de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº: 2005.71.50.030408-9
ORGIEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): ADRIANA DA SILVA FABRES
PROC./ADV.: MARCELO LIPERT

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização suscitado pelo INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS, com fulcro no art. 14, § 2º, da Lei 10.259/01, em face de decisão de Turma Recursal da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul, que reconheceu à parte autora o direito ao pagamento de diferenças remuneratórias de sua progressão funcional relativas à incorporação da parcela denominada PCCS de que trata a Lei nº 7.686/88.
Sustenta o Requerente divergência com julgados do Superior Tribunal

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

de Justiça, nos quais externou-se a compreensão de que o pagamento do abono denominado "Adiantamento de PCCS" somente produziu efeitos a partir da Lei nº 7.686/88, não sendo devido o seu recebimento ou reajustamento em período anterior a outubro de 1988. Relatados. Decido.
Os precedentes colacionados pelo Requerente em nada divergem do acórdão recorrido. Em verdade, tratam de situações fáticas distintas e até mesmo corroboram a tese abarcada pela Corte a quo, quanto ao direito de pagamento das diferenças remuneratórias relativas à progressão funcional da Requerida, em função da incorporação da parcela denominada PCCS, tendo em vista que se referem a período posterior à Lei nº 7.686/88.
Assim sendo, não restou comprovada divergência jurisprudencial a sustentar o cabimento do recurso vertente.
Pelo exposto, com fundamento no artigo 7º, inciso VI, do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização, não admito o incidente.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 8 de abril de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº:2005.71.50.034353-8
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO(A): AUGUSTO TEIXEIRA
PROC./ADV.: RAQUEL SILVINO GONÇALVES RODRIGUES

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização de jurisprudência suscitado pela UNIÃO e dirigido à Turma Nacional de Uniformização, com fundamento no artigo 14, § 2º, da Lei nº 10.259/2001, em face da decisão proferida pela Turma Recursal da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul, que entendeu não haver prescrição de valores atrasados relativos ao reajuste de 3,17% reconhecido pela medida provisória nº 2.225-45/2001.
Alega a suscitante divergência com decisões proferidas pelo STJ e pela Turma Recursal da Seção Judiciária do Espírito Santo, que declarou prescritas as parcelas atrasadas relativas ao reajuste de 3,17% reconhecido pela Medida Provisória nº 2.225-45/2001.
O incidente foi inadmitido pela Presidência da Turma Recursal e a suscitante apresentou requerimento nos moldes do artigo 15, § 4º, do RI/TNU.
Relatados. Decido.
O decisum combatido está em consonância com o entendimento fixado pela Terceira Seção do Superior Tribunal de Justiça, conforme se verifica no acórdão do julgamento da PET 7.558/MG, que restou assim ementado, verbis:
DIREITO ADMINISTRATIVO. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE INTERPRETAÇÃO DE LEI FEDERAL. TURMA NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO DOS JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS - TNU. SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL. RESÍDUO DE 3,17%. PRESCRIÇÃO. MP 2.225-45/01. RECONHECIMENTO DO DIREITO. RENÚNCIA TÁCITA CONFIGURADA. INTERRUPÇÃO. NÃO OCORRÊNCIA. PEDIDO JULGADO IMPROCEDENTE.
1. A Medida Provisória 2.225-45, de 4/9/01, embora tenha ensejado renúncia do prazo prescricional, porquanto reconheceu o direito ao reajuste residual de 3,17% aos servidores públicos federais com efeitos a partir de janeiro de 1995, não o interrompeu.
2. Cuida-se da mesma situação ocorrida com o reajuste de 28,86%. A Administração reconheceu, no plano normativo ou abstrato, o direito dos servidores, mas não lhes pagou efetivamente o que era devido em razão desse fato. Continuou, simplesmente, omissa. Em consequência, não pode ser beneficiada pelo transcurso do prazo prescricional pela metade, tal como previsto no art. 9º do Decreto 20.910/32.
3. A renúncia, contudo, não opera efeitos indefinidamente. Se proposta a ação por servidores públicos com a finalidade de auferir o resíduo de 3,17% até 4/9/06, diante da renúncia operada pela MP 2.225-45/01, os efeitos financeiros retroagem a janeiro de 1995; se ajuizada após esse termo, aplica-se tão somente o enunciado da Súmula 85/STJ.
4. Pedido julgado improcedente.
Ao julgar a Pet nº 7.558/MG, o Superior Tribunal de Justiça pacificou o entendimento no sentido de que, caso a ação tenha sido proposta até 04.09.2006, diante da renúncia operada pela MP nº 2.225-45/01, os efeitos financeiros retroagem a janeiro de 1995; caso ajuizada após essa data, aplica-se a Súmula 85/STJ.
Como a presente ação foi ajuizada antes de 04.09.2006, não há divergência interpretativa a ser sanada, motivo pelo qual, com arrimo no artigo 7º, inciso VI, do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização, não admito o presente incidente de uniformização.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 29 de março de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº: 2005.71.50.036719-1
ORGIEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO(A): EDU CHAVES CAPELANI DOS SANTOS
PROC./ADV.: EDUARDO VITÓRIA DORNELLES

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização suscitado pela UNIÃO, com fulcro no art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/01, em face de decisão da Primeira Turma Recursal da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul, que entendeu não haver prescrição de valores atrasados relativos ao reajuste de 3,17% reconhecido pela Medida Provisória nº 2.225-45/2001.
Sustenta a suscitante divergência com a Súmula n.º 25 da Turma Recursal do Espírito Santo, bem como com um de seus julgados e de Tribunais Regionais Federais, segundo os quais a edição da Medida Provisória n.º 2.225-45/2001 fez com que ocorresse a interrupção da prescrição, sendo que dito prazo recomeçou a fluir pela metade, conforme dispõe o artigo 9º do Decreto n.º 20.910/32, bem como que a prescrição alcançaria as parcelas vencidas antes do quinquênio que precedeu o ajuizamento da ação.
O incidente foi inadmitido e a parte apresentou requerimento, na forma do art. 15, § 4º, do RI/TNU.
Relatados. Decido.
Primeiramente, cumpre consignar que os acórdãos oriundos dos Tribunais Regionais Federais não servem como paradigma para o presente incidente, uma vez que o artigo 14, § 2°, da Lei n.° 10.259/2001 somente admite o pedido de uniformização de jurisprudência quando houver divergência entre decisões de Turmas Recursais de diferentes regiões ou em contrariedade a súmula ou jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça, estando os TRFs excluídos de seu rol.
Com efeito, verifica-se que a decisão combatida afastou totalmente a prescrição, determinando a aplicação do percentual de 3,17% retroativamente a janeiro de 1995.
Ao julgar a Pet n.º 7.558/MG, o Superior Tribunal de Justiça pacificou o entendimento no sentido de que, caso a ação tenha sido proposta até 04.09.2006, diante da renúncia operada pela MP 2.225-45/01, os efeitos financeiros retroagem a janeiro de 1995; caso ajuizada após essa data, aplica-se a Súmula 85/STJ.
Como a presente ação foi ajuizada em 14.12.2005, não há divergência interpretativa a ser sanada, motivo pelo qual, com fundamento no artigo 7º, inciso VI, do RI/TNU, não admito o presente incidente de uniformização.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 30 de março de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº: 2005.71.58.003150-2
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO(A): ELIZABET BRAZ DO ROSÁRIO
PROC./ADV.: NILTON EDUARDO DE SOUZA

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização de jurisprudência suscitado pela UNIÃO e dirigido à Turma Nacional de Uniformização, com fundamento no artigo 14, § 2º, da Lei nº 10.259/2001, em face da decisão proferida pela Turma Recursal da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul, que entendeu não haver prescrição de valores atrasados relativos ao reajuste de 3,17% reconhecido pela Medida Provisória nº 2.225-45/2001.
Opostos embargos de declaração, foram esses parcialmente acolhidos.
Alega a suscitante divergência com decisões proferidas pelo STJ e pela Turma Recursal da Seção Judiciária do Espírito Santo, que declarou prescritas as parcelas atrasadas relativas ao reajuste de 3,17% reconhecido pela Medida Provisória nº 2.225-45/2001.
O incidente foi inadmitido, e a suscitante apresentou requerimento nos moldes do artigo 15, § 4º, do RI/TNU.
Relatados. Decido.
O decisum combatido está em consonância com o entendimento fixado pela Terceira Seção do Superior Tribunal de Justiça, conforme se verifica no acórdão do julgamento da PET 7.558/MG, que restou assim ementado, verbis:
DIREITO ADMINISTRATIVO. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE INTERPRETAÇÃO DE LEI FEDERAL. TURMA NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO DOS JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS - TNU. SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL. RESÍDUO DE 3,17%. PRESCRIÇÃO. MP 2.225-45/01. RECONHECIMENTO DO DIREITO. RENÚNCIA TÁCITA CONFIGURADA. INTERRUPÇÃO. NÃO OCORRÊNCIA. PEDIDO JULGADO IMPROCEDENTE.
1. A Medida Provisória 2.225-45, de 4/9/01, embora tenha ensejado renúncia do prazo prescricional, porquanto reconheceu o direito ao reajuste residual de 3,17% aos servidores públicos federais com efeitos a partir de janeiro de 1995, não o interrompeu.
2. Cuida-se da mesma situação ocorrida com o reajuste de 28,86%. A Administração reconheceu, no plano normativo ou abstrato, o direito dos servidores, mas não lhes pagou efetivamente o que era devido em razão desse fato. Continuou, simplesmente, omissa. Em consequência, não pode ser beneficiada pelo transcurso do prazo prescricional pela metade, tal como previsto no art. 9º do Decreto 20.910/32.
3. A renúncia, contudo, não opera efeitos indefinidamente. Se proposta a ação por servidores públicos com a finalidade de auferir o resíduo de 3,17% até 4/9/06, diante da renúncia operada pela MP 2.225-45/01, os efeitos financeiros retroagem a janeiro de 1995; se ajuizada após esse termo, aplica-se tão somente o enunciado da Súmula 85/STJ.
4. Pedido julgado improcedente.
Ao julgar a Pet nº 7.558/MG, o Superior Tribunal de Justiça pacificou o entendimento no sentido de que, caso a ação tenha sido proposta até 04.09.2006, diante da renúncia operada pela MP nº 2.225-45/01, os efeitos financeiros retroagem a janeiro de 1995; caso ajuizada após essa data, aplica-se a Súmula 85/STJ.
Como a presente ação foi ajuizada antes de 04.09.2006, não há divergência interpretativa a ser sanada, motivo pelo qual, com arrimo no artigo 7º, inciso VI, do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização, não admito o presente incidente de uniformização.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 8 de abril de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO N.º: 2006.63.01.000005-3
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO
REQUERENTE: TELMA REGINA CORCORUTO
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização de jurisprudência suscitado por TELMA REGINA CORCORUTO, com fundamento no art. 14, § 2.º, da Lei n.º 10.259/2001, em face da decisão da Segunda Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo, a qual, confirmando a sentença, negou provimento ao recurso em que se postulava a concessão de auxílio-doença e, sucessivamente, de aposentadoria por invalidez, ao fundamento de que, de acordo com a prova dos autos, não teriam restado comprovados os requisitos ensejadores do benefício.
A parte requerente alega divergência com precedente da TNU e do STJ, aduzindo, em síntese, que a incapacidade que dá azo à concessão do benefício é relativa ao exercício das ocupações habituais, o que ocorreria no caso concreto.
O incidente não foi admitido pela Presidência da Turma Recursal.
Foi interposto o pedido de submissão à Presidência da TNU, nos termos do art. 15, § 4.º, do RI/TNU.
Relatados, decido.
Observa-se claramente que a apontada discrepância entre a decisão recorrida e o paradigma da TNU decorre exclusivamente da apreciação da prova levada a cabo em cada caso concreto, o que leva a crer que se trata, em última análise, de pleito em que se visa ao reexame de prova, com consequente inversão da conclusão a que chegou a decisão impugnada, na dimensão do conjunto probatório dos autos, mostrando-se manifestamente incabível o incidente de uniformização de jurisprudência suscitado.
Quanto ao paradigma do STJ, a parte limitou-se a colacionar cópia do acórdão, demitindo-se da tarefa de apontar as circunstâncias fáticas que o identifiquem ou assemelhe à hipótese dos autos.
Não se olvide que, no presente caso, o acórdão não tratou especificamente da natureza da incapacidade que enseja a concessão do benefício, se seria a incapacidade para toda e qualquer atividade ou a incapacidade apenas para as ocupações habituais, sendo esse mais um motivo pelo qual o incidente não reúne condições de avançar.
Ante o exposto, com fundamento no artigo 7º, inciso VI, do RI/TNU, não admito o incidente de uniformização de jurisprudência.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 05 de abril de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO N°: 2006.63.01.088620-1
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO
REQUERENTE: ABELINO DA SILVA FERRAZ
PROC/ADV.: VALTER FRANCISCO MESCHEDE
REQUERIDO(A): INSS
PROC/ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DECISÃO

ABELINO DA SILVA FERRAZ suscita incidente de uniformização de jurisprudência dirigido à Turma Nacional de Uniformização, com fundamento no art. 14, § 2°, da Lei n° 10.259/2001, em face de decisão proferida pela Primeira Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo, que, ao manter a sentença denegatória do auxílio-doença, assim decidiu:
No caso presente, após a realização de perícia médica foi constatado que o autor (50 anos - azulejista), nada obstante ser portador de espondilodiscoartrose incipiente da coluna lombo sacra compatível com seu grupo etário, não está incapacitado para o trabalho.
A perícia médica, no caso em apreço, mostra-se fundamental para o deslinde da causa e, consoante já ressaltei, foi desfavorável à parte demandante. Por conseguinte, esta não possui direito ao benefício pleiteado.
Ressalte-se a necessidade de se diferenciar doença e incapacidade: o fato da parte demandante ser portadora de alguma doença não significa que esteja, necessariamente, incapacitada para o trabalho.
Assim, não tendo sido comprovada a existência de incapacidade laboral, nenhum reparo merece a sentença.
O suscitante alega que há diferença de entendimentos entre a decisão recorrida e os julgados da TNU. Pugna pelo provimento do pedido.
O incidente foi inadmitido, e a parte apresentou pedido de submissão fundado no art. 15, § 4°, do RI/TNU.
Relatados. Decido.
Verifica-se que o suscitante não demonstrou o dissenso jurisprudencial invocado, visto que se limitou a mencionar as ementas dos julgados da TNU que supostamente seriam paradigmáticos, sem, porém, realizar o necessário cotejo analítico entre o decisum hostilizado e os paradigmas citados, no sentido de trazer as circunstâncias fáticas e jurídicas que os identificam ou assemelham, conforme determina o artigo 13 do RI/TNU.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Ante o exposto, com fundamento no artigo 7º, inciso VI, do RI/TNU, inadmito o incidente de uniformização de jurisprudência.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 14 de abril de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº: 2006.63.01.088974-3
ORGIEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO
REQUERENTE: MANOEL ANTÔNIO DA SILVA
PROC/ADV.: VALTER FRANCISCO MESCHEDE
REQUERIDO(A): INSS
PROC/ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DECISÃO

MANOEL ANTÔNIO DA SILVA suscita incidente de uniformização de jurisprudência dirigido à Turma Nacional de Uniformização, com fundamento no art. 14, § 2°, da Lei n° 10.259/2001, em face de decisão proferida pela Primeira Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo, que ao manter a sentença denegatória do auxílio-doença, assim decidiu:
No caso em concreto, verifico que no laudo apresentado pelo perito judicial, foi constatado que a parte autora (55 anos), que exerce a profissão de eletricista, é portadora de Lombalgia crônica e de Osteoartrose inicial. Ao discorrer sobre a origem, forma de manifestação, limitações e possibilidades terapêuticas das doenças que acometem a parte autora (quesito 2 do Juízo), o perito judicial afirmou que "O autor apresenta alterações degenerativas na coluna vertebral que podem cursar com períodos de crise e períodos assintomáticos, como no momento atual." Por fim, o perito judicial conclui que, apesar do mencionado diagnóstico, não há incapacidade da parte autora para o desenvolvimento de atividades habituais.
Não vejo motivo para discordar das conclusões do perito, uma vez que suas conclusões estão fundamentadas em documentos médicos constantes nos autos, inclusive exames objetivos, como Exame Radiológico, expressamente mencionada no laudo, bem como em exame clínico realizado, sendo desnecessária a realização de nova perícia. Além disso, não vislumbro contradições entre as informações constantes do laudo aptas a ensejar dúvida em relação ao mesmo.
Assim, diante da conclusão da perícia judicial, em que não restou comprovada a incapacidade total, seja permanente ou temporária, para atividade laborativa da parte autora, entendo que os benefícios por ela pleiteados não podem ser concedidos, razão pela qual deve ser mantida a decisão do Juízo de Primeiro Grau.
O suscitante alega que há diferença de entendimentos entre a decisão recorrida e os julgados da TNU. Pugna pelo provimento do pedido.
O incidente foi inadmitido, e a parte apresentou pedido de submissão fundado no art. 15, § 4°, do RI/TNU.
Relatados. Decido.
Verifica-se que o suscitante não demonstrou o dissenso jurisprudencial invocado, visto que se limitou a mencionar as ementas dos julgados da TNU que supostamente seriam paradigmáticos, sem, porém, realizar o necessário cotejo analítico entre o decisum hostilizado e os paradigmas citados, no sentido de trazer as circunstâncias fáticas e jurídicas que os identificam ou assemelham, conforme determina o artigo 13 do RI/TNU.
Ante o exposto, com fundamento no artigo 7º, inciso VI, do RI/TNU, inadmito o incidente de uniformização de jurisprudência.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 14 de abril de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº: 2006.63.01.088976-7
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO
REQUERENTE: MILTON ARTUR GOMES DA SILVA
PROC/ADV.: VALTER FRANCISCO MESCHEDE
REQUERIDO(A): INSS
PROC/ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DECISÃO

MILTON ARTUR GOMES DA SILVA suscita incidente de uniformização de jurisprudência dirigido à Turma Nacional de Uniformização, com fundamento no art. 14, § 2°, da Lei n° 10.259/2001, em face de decisão proferida pela Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo, que manteve a sentença denegatória do auxílio-doença, que assim decidiu:
Assim, não encontrou o perito médico elementos que comprovassem a incapacidade a partir de 29/04/1999, conforme resposta aos quesitos da parte autora.
Afastada a incapacidade do autor de exercer atividade laborativas deixo de analisar os demais requisitos legais, qualidade de segurado e carência, não preenchendo os requisitos necessários para a concessão dos benefícios pretendidos.
O suscitante alega que a decisão afronta entendimento do STJ e do TRF da 1ª Região, aduzindo, em síntese, que deve ser implementado o benefício previdenciário ao segurado.
O incidente foi inadmitido, e a parte apresentou pedido de submissão fundado no art. 15, § 4°, do RI/TNU.
Relatados. Decido.
De início, cumpre consignar que a Lei nº 10.259/2001, em seu artigo 14, caput, ao especificar as hipóteses de cabimento do pedido de uniformização de interpretação de lei federal, expressamente dispõe que a divergência deve envolver questões de direito material, e seu § 2° estabelece que a divergência autorizativa do incidente é aquela entre decisões de turmas de diferentes regiões ou proferida em contrariedade à súmula ou jurisprudência dominante do STJ, não se prestando a tanto arestos dos TRFs.
Verifica-se ainda que o suscitante não demonstrou o dissenso jurisprudencial invocado, visto que se limitou a mencionar as ementas dos julgados que supostamente seriam paradigmáticos, sem, porém, realizar o necessário cotejo analítico entre o decisum hostilizado e os paradigmas citados, no sentido de trazer as circunstâncias fáticas e jurídicas que os identificam ou assemelham, conforme determina o artigo 13 do RI/TNU.
Ante o exposto, com fundamento no artigo 7º, inciso VI, do RI/TNU, inadmito o incidente de uniformização de jurisprudência.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 4 de maio de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº: 2006.63.02.007602-9
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO
REQUERENTE: INSS
PROC/ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): ORLANDO FERREIRA DE SOUZA
PROC/ADV.: FLÁVIA PIERAZZO DOS SANTOS TABANEZ

DECISÃO

O INSS suscita incidente de uniformização de jurisprudência com fulcro no art. 14, § 2°, da Lei nº 10.259/2001, em face de decisão proferida pela Turma Recursal da Segunda Subseção Judiciária de São Paulo que manteve a sentença que concedeu a aposentadoria por invalidez ao autor, aos seguintes fundamentos:
O laudo médico pericial, por sua vez, diagnosticou que o autor é portador de doença coronária crônica e hipertensão arterial sistêmica, sendo conclusivo ao afirmar a incapacidade parcial e permanente de 60% para exercer atividades de trabalho que demandem grande esforço físico, como pegar peso, fazer força exagerada, correr e subir escadas.
É de se considerar que não pode ele retornar à sua atividade habitual, sendo o caso, em princípio, de restabelecimento do auxílio-doença. No entanto, melhor analisando os autos, verifica-se que o autor conta 60 (sessenta) anos de idade. Ora, tal circunstância, somada aos fatos de que possui baixa instrução e sempre exerceu atividades braçais denota que o caso é de aposentadoria por invalidez.
Alega o suscitante divergência com julgado do STJ, aduzindo, em síntese, que para esse Eg. Tribunal não há direito a benefício por incapacidade quando a perícia atesta a capacidade laborativa.
O incidente foi inadmitido na origem e o suscitante apresentou requerimento na forma do art. 15, § 4º, do RI/TNU.
Relatados. Decido.
De início, verifica-se que o suscitante não demonstrou o dissenso jurisprudencial invocado, visto que se limitou a acostar o julgado que supostamente seria paradigmático, sem, porém, realizar o necessário cotejo analítico entre o decisum hostilizado e o paradigma citado, no sentido de trazer as circunstâncias fáticas e jurídicas que os identificam ou assemelham, conforme determina o artigo 13 do RI/TNU.
Ademais, a decisão colegiada ora recorrida entendeu pela concessão da aposentadoria por invalidez, considerando não apenas a incapacidade parcial laborativa do autor, mas também as demais circunstâncias do caso concreto, como suas condições socioeconômicas a dificultarem seu retorno ao mercado de trabalho.
Tal posicionamento se afina com a atual jurisprudência dominante das Turmas do STJ, as quais passaram a considerar as condições socioeconômica, profissional e cultural do segurado em se tratando de concessão de benefícios por incapacidade, a exemplo da aposentadoria por invalidez, se o laudo pericial for conclusivo pela incapacidade parcial do segurado.
Nesse sentido, destaco os seguintes precedentes:
PREVIDENCIÁRIO. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. LAUDO PERICIAL CONCLUSIVO PELA INCAPACIDADE PARCIAL DO SEGURADO. NÃO VINCULAÇÃO. CIRCUNSTÂNCIA SÓCIO-ECONÔMICA, PROFISSIONAL E CULTURAL FAVORÁVEL À CONCESSÃO DO BENEFÍCIO. RECURSO DESPROVIDO.
1. Os pleitos previdenciários possuem relevante valor social de proteção ao Trabalhador Segurado da Previdência Social, devendo ser, portanto, julgados sob tal orientação exegética.
2. Para a concessão de aposentadoria por invalidez devem ser considerados outros aspectos relevantes, além dos elencados no art. 42 da Lei 8.213/91, tais como, a condição sócio-econômica, profissional e cultural do segurado.
3. Embora tenha o laudo pericial concluído pela incapacidade parcial do segurado, o Magistrado não fica vinculado à prova pericial, podendo decidir contrário a ela quando houver nos autos outros elementos que assim o convençam, como no presente caso.
4. Em face das limitações impostas pela avançada idade, bem como pelo baixo grau de escolaridade, seria utopia defender a inserção do segurado no concorrido mercado de trabalho, para iniciar uma nova atividade profissional, motivo pelo faz jus à concessão de aposentadoria por invalidez.
5. Agravo Regimental do INSS desprovido (AgRg no REsp nº 1.055.886/PB, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, QUINTA TURMA, DJe de 09/11/2009).
PREVIDENCIÁRIO. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. LAUDO PERICIAL CONCLUSIVO PELA INCAPACIDADE PARCIAL DO SEGURADO. POSSIBILIDADE DE AFERIÇÃO DOS REQUISITOS NECESSÁRIOS À CONCESSÃO DA APOSENTADORIA POR INVALIDEZ, UTILIZANDO-SE OUTROS MEIOS.
1. Ainda que o sistema previdenciário seja contributivo, não há como desvinculá-lo da realidade social, econômica e cultural do país, onde as dificuldades sociais alargam, em muito, a fria letra da lei.
2. No Direito Previdenciário, com maior razão, o magistrado não está adstrito apenas à prova pericial, devendo considerar fatores outros para averiguar a possibilidade de concessão do benefício pretendido pelo segurado.
3. Com relação à concessão de aposentadoria por invalidez, este Superior Tribunal de Justiça possui entendimento no sentido da desnecessidade da vinculação do magistrado à prova pericial, se existentes outros elementos nos autos aptos à formação do seu convencimento, podendo, inclusive, concluir pela incapacidade permanente do segurado em exercer qualquer atividade laborativa, não obstante a perícia conclua pela incapacidade parcial.
4. Agravo regimental a que se nega provimento (AgRg no Ag nº 1.102.739/GO, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEXTA TURMA, DJe de 09/11/2009).
Pelo exposto, com fundamento no artigo 7º, inciso VI, do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização, não admito o incidente de uniformização.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 12 de abril de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº: 2006.63.02.010308-2
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): ALENCAR WILSON DIAS
PROC./ADV.: ARTUR HENRIQUE FERREIRA PEREIRA
DECISÃO
Trata-se de incidente de uniformização suscitado pelo INSS, com fulcro no art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/01, em face de decisão da Turma Recursal da Subseção Judiciária de Ribeirão Preto, a qual manteve sentença que julgou procedente o pedido de restabelecimento do auxílio-doença e sua conversão em aposentadoria por invalidez, e determinou que a Autarquia Previdenciária apurasse e apresentasse o cálculo da execução no prazo de 45 dias, após o trânsito em julgado, para a expedição de precatório ou RPV.
O suscitante alega divergência com julgados do Superior Tribunal de Justiça, sendo um deles assim ementado, verbis:
PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS À EXECUÇÃO. IMPUGNAÇÃO À CONTA LIQUIDATÓRIA. APRESENTAÇÃO DO CÁLCULO PELO DEVEDOR. EXIGÊNCIA. IMPOSSIBILIDADE.
I - Segundo a nova sistemática prevista no art. 604 do CPC, quando a determinação do valor da condenação depender apenas de cálculo aritmético, o credor deverá instruir o pedido com memória discriminada e atualizada do cálculo (art. 604 do CPC). Eventuais impugnações sobre o valor do crédito deverão ser levantadas pelo devedor em sede de embargos à execução.
II - Se a petição inicial dos embargos demonstra suficientemente as razões da discordância do devedor à conta liquidatória, ainda que de modo sucinto, mostra-se inteiramente descabida, por inverter a obrigação legal, a exigência imposta ao embargante para que apresente os cálculos que julga adequados ao caso.
Recurso conhecido e provido." (STJ. T5 - QUINTA TURMA. REsp 247.433 / SP. RECURSO ESPECIAL 2000/0010198-2. Relator(a): Ministro FELIX FISCHER. Data do Julgamento: 16/05/2000. Data da Publicação/Fonte: DJ 05.06.2000 p. 204)
Sustenta, em síntese, que cabe ao credor apresentar os cálculos da execução.
O incidente foi inadmitido e o suscitante apresentou requerimento nos termos do art. 15, § 4°, RI/TNU.
Relatados. Decido.
A Lei nº 10.259/2001, em seu artigo 14, ao tratar sobre o cabimento do pedido de uniformização de interpretação de lei federal, impõe, para o conhecimento da divergência, que a questão versada seja de direito material. No mesmo sentido, o artigo 6º do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização prevê a competência da Turma Nacional para processar e julgar o incidente de uniformização de interpretação de lei federal, desde que trate sobre questões de direito material.
Nestes termos, a divergência autorizativa do pedido de uniformização de jurisprudência é a existente entre decisões que versem sobre questões de direito material proferidas por Turmas Recursais de diferentes Regiões ou em contrariedade à Súmula ou jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça.
Na hipótese, conforme já relatado, o incidente suscitado se fundou em questão processual, qual seja, o ônus do credor em realizar os cálculos relativos ao valor devido ou sua inversão ao devedor.
Pelo exposto, com fundamento no artigo 7º, inciso VI, do RI/TNU, não admito o incidente de uniformização de jurisprudência.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 12 de abril de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº: 2006.63.02.010342-2
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO
EMBARGANTE: INSS
PROC/ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL
EMBARGADO(A): ANEZIA ALEXANDRE PIMENTA
PROC/ADV.: DENILSON MARTINS

DECISÃO

O INSS suscita incidente de uniformização de jurisprudência dirigido à Turma Nacional de Uniformização, com fundamento no art. 14, § 2°, da Lei n° 10.259/2001, em face de decisão proferida pela Turma Recursal da Segunda Subseção Judiciária de São Paulo, a qual manteve sentença que concedeu aposentadoria por invalidez, condenando a autarquia-requerente a apurar os atrasados na forma e nos pa-

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

râmetros estabelecidos nesta sentença, indicando-os no prazo de 30 (trinta) dias após o trânsito em julgado da mesma, para o fim de expedição de RPV ou Precatório.
Alega divergência com julgados do STJ, aduzindo, em síntese, que de acordo com os arts. 604, 475-A e 475-B do CPC incumbe ao credor, e não ao devedor, a elaboração dos cálculos para fins de execução/cumprimento de sentença.
O incidente não foi admitido na origem e o suscitante apresentou requerimento na forma do art. 15, § 4º, do RI/TNU.
Relatados. Decido.
Verifica-se, de início, que o suscitante não demonstrou o dissenso jurisprudencial invocado, visto que se limitou a colacionar as ementas dos julgados que supostamente seriam paradigmáticos, sem realizar o necessário cotejo analítico entre o julgado hostilizado e os paradigmas citados, no sentido de trazer as circunstâncias fáticas e jurídicas que os identificam ou assemelham, conforme determina o artigo 13 do RI/TNU.
Acrescente-se, por pertinente, que a matéria inserta nos artigos do CPC antes mencionados não restou debatida pela Turma Recursal de origem, nem foram opostos os competentes embargos de declaração para tal desiderato, pelo que aplicável à hipótese a Questão de Ordem nº 10 da TNU, que assim dispõe:
Não cabe o incidente de uniformização quando a parte que o deduz apresenta tese jurídica inovadora, não ventilada nas fases anteriores do processo e sobre a qual não se pronunciou expressamente a Turma Recursal no acórdão recorrido.
Por fim, mesmo que se pudesse entender superados os empeços antes mencionados, tem-se que a Lei nº 10.259/2001, em seu artigo 14, ao tratar sobre o cabimento do pedido de uniformização de interpretação de lei federal, impõe, para o conhecimento da divergência, que a questão versada seja de direito material.
No mesmo sentido, o artigo 6º do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização prevê a competência da Turma Nacional para processar e julgar o incidente de uniformização de interpretação de lei federal, desde que trate de questões de direito material.
In casu, o incidente suscitado fundou-se em questão processual, qual seja, a quem incumbiria elaborar cálculos para fins de execução/cumprimento de sentença, se ao credor ou se ao devedor.
Confira-se, a propósito, o seguinte julgado, litteris:
INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO. QUESTÃO DE DIREITO PROCESSUAL. NÃO CABIMENTO.
I. O pedido de uniformização de jurisprudência somente tem cabimento quando se tratar de questão de direito material (art. 14, caput, da Lei 10.259/2001, c/c art. 2º da Resolução n. 330/2003, do Conselho da Justiça Federal).
II. Incidente não conhecido, por versar a hipótese dos autos sobre matéria de direito processual. (PU nº 2007.72.95.001663-0, Relatora Juíza Federal Joana Carolina Lins Pereira, DJ 22/04/2009).
Pelo exposto, com fundamento no artigo 7º, inciso VI, do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização, não admito o incidente de uniformização de jurisprudência.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 12 de abril de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº: 2006.63.02.012331-7
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): LOURDES CORDEIRO GUERRA
PROC./ADV.: MÁRCIA MOREIRA GARCIA DA SILVA

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização suscitado pelo INSS, com fulcro no art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/01, em face de decisão da Quinta Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo, a qual reformou sentença e julgou procedente o pedido de restabelecimento do auxílio-doença e sua conversão em aposentadoria por invalidez, sob o fundamento de que em que pese o laudo tenha concluído pela incapacidade parcial, por possuir espondiloartrose lombar, lombociatalgia, cálculo renal à direita e hipertensão arterial, entendo que a própria idade já se mostra como um fator que, associado à doença, retira a capacidade laborativa do segurado.
A autarquia alega contrariedade à jurisprudência do STJ, sustentando, em síntese, que a aposentadoria por invalidez só deve ser concedida quando comprovada a incapacidade total do segurado para o trabalho.
O incidente foi inadmitido e o suscitante apresentou requerimento nos termos do art. 15, § 4°, RI/TNU.
Relatados. Decido.
O presente incidente de uniformização não merece admissão.
Os precedentes invocados pelo suscitante na tentativa de demonstrar a existência de divergência de entendimentos com o STJ, já não se alinham com a jurisprudência dominante na Corte Superior, como se vê nos seguintes julgados:
PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. ART. 42 DA LEI 8.213/91. ELEMENTOS DIVERSOS CONSTANTES DOS AUTOS. LAUDO PERICIAL. NÃO VINCULAÇÃO. INCAPACIDADE PERMANENTE. QUALQUER ATIVIDADE LABORAL. AGRAVO DESPROVIDO.
I - Iterativa jurisprudência desta Corte orienta-se no sentido de reconhecer que a concessão da aposentadoria por invalidez deve considerar não apenas os elementos previstos no art. 42 da Lei nº 8.213/91, mas também aspectos sócio-econômicos, profissionais e culturais do segurado, ainda que o laudo pericial tenha concluído pela incapacidade somente parcial para o trabalho. O magistrado não estaria adstrito ao laudo pericial, podendo considerar outros elementos dos autos que o convençam da incapacidade permanente para qualquer atividade laboral.
II - Agravo interno desprovido. (AgRg no REsp 1220061/SP, Rel. Ministro GILSON DIPP, QUINTA TURMA, julgado em 03/03/2011, DJe de 14/03/2011).
PREVIDENCIÁRIO. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. BASE DE INCIDÊNCIA DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 111/STJ. APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. LAUDO PERICIAL CONCLUSIVO PELA INCAPACIDADE PARCIAL DO SEGURADO. NÃO VINCULAÇÃO. CIRCUNSTÂNCIA SÓCIO-ECONÔMICA, PROFISSIONAL E CULTURAL FAVORÁVEL À CONCESSÃO DO BENEFÍCIO. AGRAVO REGIMENTAL DO INSS PARCIALMENTE PROVIDO.
(...)
3. Para a concessão de aposentadoria por invalidez devem ser considerados outros aspectos relevantes, além dos elencados no art.42 da Lei 8.213/91, tais como, a condição sócio-econômica, profissional e cultural do segurado.
4. Embora tenha o laudo pericial concluído pela incapacidade parcial do segurado, o Magistrado não fica vinculado à prova pericial, podendo decidir contrário a ela quando houver nos autos outros elementos que assim o convençam, como no presente caso.
5. Em face das limitações impostas pela moléstia incapacitante, avançada idade e baixo grau de escolaridade, seria utopia defender a inserção da segurada no concorrido mercado de trabalho, para iniciar uma nova atividade profissional, motivo pelo qual faz jus à concessão de aposentadoria por invalidez.
(...)
(AgRg no REsp 1000210/MG, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, QUINTA TURMA, julgado em 21/09/2010, DJe de 18/10/2010).
PREVIDENCIÁRIO. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. LAUDO PERICIAL CONCLUSIVO PELA INCAPACIDADE PARCIAL DO SEGURADO. POSSIBILIDADE DE AFERIÇÃO DOS REQUISITOS NECESSÁRIOS À CONCESSÃO DA APOSENTADORIA POR INVALIDEZ, UTILIZANDO-SE OUTROS MEIOS.
1. Ainda que o sistema previdenciário seja contributivo, não há como desvinculá-lo da realidade social, econômica e cultural do país, onde as dificuldades sociais alargam, em muito, a fria letra da lei.
2. No Direito Previdenciário, com maior razão, o magistrado não está adstrito apenas à prova pericial, devendo considerar fatores outros para averiguar a possibilidade de concessão do benefício pretendido pelo segurado.
3. Com relação à concessão de aposentadoria por invalidez, este Superior Tribunal de Justiça possui entendimento no sentido da desnecessidade da vinculação do magistrado à prova pericial, se existentes outros elementos nos autos aptos à formação do seu convencimento, podendo, inclusive, concluir pela incapacidade permanente do segurado em exercer qualquer atividade laborativa, não obstante a perícia conclua pela incapacidade parcial.
4. Agravo regimental a que se nega provimento (AgRg no Ag 1102739/GO, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEXTA TURMA, julgado em 20/10/2009, DJe de 09/11/2009).
A Turma Nacional de Uniformização vem se pronunciando no mesmo diapasão:
PREVIDENCIÁRIO. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. AUXÍLIO-DOENÇA/APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. PORTADOR DO VÍRUS HIV. PERÍCIA QUE ATESTA CAPACIDADE PARA O TRABALHO. SITUAÇÃO FÁTICA QUE PODE DEMONSTRAR IMPOSSIBILIDADE DE REINSERÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO. PRINCÍPIO DO LIVRE CONVENCIMENTO DO JUIZ. INCIDÊNCIA DO BROCARDO JUDEX PERITUS PERITORUM (JUIZ É O PERITO DOS PEITOS). INTERPRETAÇÃO SISTEMÁTICA DA LEGISLAÇÃO. PERÍCIA INCOMPLETA. RECURSO CONHECIDO. PARCIALMENTE PROVIDO.
1. A interpretação sistemática da legislação permite a concessão de auxílio-doença ou aposentadoria por invalidez se, diante do caso concreto, os fatores pessoais e sociais impossibilitarem a reinserção do segurado no mercado de trabalho, conforme livre convencimento do juiz que, conforme o brocardo judex peritus peritorum, é o perito dos peritos, ainda que não exista incapacidade total para o trabalho do ponto de vista médico. 1.1. Na concessão do benefício de aposentadoria por invalidez, a incapacidade para o trabalho deve ser avaliada do ponto de vista médico e social. Interpretação sistemática da legislação (Lei n. 7.670/88; Decreto 3.298/99; Decreto 6.214/07; Portaria Interministerial MPAS/MS Nº 2.998/01).
(...)
6. Incidente de uniformização conhecido e parcialmente provido (TNU - PUILF n° 200783005052586, Rel. Juíza Federal MARIA DIVINA VITÓRIA - J. em 18/12/2008 - DJU 02/02/2009 - grifos nossos).
Assim, a hipótese é de incidência do entendimento que restou consolidado na Questão de Ordem nº 13 desta Turma Nacional de Uniformização, do seguinte teor:
Questão de Ordem n° 13 - Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido.
Pelo exposto, com fundamento no artigo 7º, inciso VI, do RI/TNU, não admito o incidente de uniformização de jurisprudência.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 12 de abril de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº: 2006.63.02.013270-7
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): CLAUDIO APARECIDO TERRIBILE
PROC./ADV.: FÁBIO EDUARDO DE LAURENTIZ E OUTRO

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização suscitado pelo INSS, dirigido à Turma Regional de Uniformização da 3ª Região, em face de decisão proferida pela Turma Recursal da Subseção Judiciária de Ribeirão Preto.
O incidente foi inadmitido pela ilustre Coordenadora das Turmas Recursais da Seção Judiciária de São Paulo.
Ocorre, contudo, que o presente pedido de uniformização foi interposto com base no § 1º do art. 14, da Lei nº 10.259/01, contendo decisões paradigma da mesma Região, não sendo, portanto, a Turma Nacional competente para apreciar o presente incidente.
Frente ao exposto, remetam-se os autos à presidência da Turma Regional dos Juizados Especiais Federais da 3ª Região.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 12 de abril de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº: 2006.63.02.016292-0
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO
REQUERENTE: INSS
PROC/ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): TEREZINHA ROCHA
PROC/ADV.: ZENAIDE ZANELATO CLEMENTE

DECISÃO

O INSS suscita incidente de uniformização de jurisprudência com fulcro no art. 14, § 2°, da Lei nº 10.259/2001, em face de decisão proferida pela Turma Recursal da Segunda Subseção Judiciária de São Paulo que manteve a sentença na parte em que concedeu a aposentadoria por invalidez à autora, aos seguintes fundamentos:
No presente processo, observo que o laudo pericial diagnosticou que a parte autora é portadora de espondiloartrose cervical incipiente e a doença está evoluindo em função da idade. Na conclusão do laudo, o insigne perito verificou que se trata de caso de incapacidade parcial e permanente.
Tendo em vista o aludido apontamento do laudo, bem como a idade - 59 anos e a baixa escolaridade da autora tendo cumprido apenas a 5ª série do ensino fundamental, infiro que incide a hipótese de aposentadoria por invalidez, inclusive porque com tal grau de instrução e com referidas restrições laborativas, o mercado de trabalho atual lhe torna muito restrito, talvez inexistente.
Alega o suscitante divergência com julgados do STJ, aduzindo, em síntese, que para esse Eg. Tribunal não há direito a benefício por incapacidade quando a perícia atesta a capacidade laborativa.
O incidente foi inadmitido na origem e o suscitante apresentou requerimento na forma do art. 15, § 4º, do RI/TNU.
Relatados. Decido.
De início, verifica-se que o suscitante não demonstrou o dissenso jurisprudencial invocado, visto que se limitou a acostar o julgado que supostamente seria paradigmático, sem, porém, realizar o necessário cotejo analítico entre o decisum hostilizado e o paradigma citado, no sentido de trazer as circunstâncias fáticas e jurídicas que os identificam ou assemelham, conforme determina o artigo 13 do RI/TNU.
Ademais, a decisão colegiada ora recorrida entendeu pela concessão da aposentadoria por invalidez, considerando não apenas a incapacidade parcial laborativa da autora, mas também as demais circunstâncias do caso concreto, como suas condições socioeconômicas a dificultarem seu retorno ao mercado de trabalho.
Tal posicionamento se afina com a atual jurisprudência dominante das Turmas do STJ, as quais passaram a considerar as condições socioeconômica, profissional e cultural do segurado em se tratando de concessão de benefícios por incapacidade, a exemplo da aposentadoria por invalidez, se o laudo pericial for conclusivo pela incapacidade parcial do segurado.
Nesse sentido, destaco os seguintes precedentes:
PREVIDENCIÁRIO. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. LAUDO PERICIAL CONCLUSIVO PELA INCAPACIDADE PARCIAL DO SEGURADO. NÃO VINCULAÇÃO. CIRCUNSTÂNCIA SÓCIO-ECONÔMICA, PROFISSIONAL E CULTURAL FAVORÁVEL À CONCESSÃO DO BENEFÍCIO. RECURSO DESPROVIDO.
1. Os pleitos previdenciários possuem relevante valor social de proteção ao Trabalhador Segurado da Previdência Social, devendo ser, portanto, julgados sob tal orientação exegética.
2. Para a concessão de aposentadoria por invalidez devem ser considerados outros aspectos relevantes, além dos elencados no art. 42 da Lei 8.213/91, tais como, a condição sócio-econômica, profissional e cultural do segurado.
3. Embora tenha o laudo pericial concluído pela incapacidade parcial do segurado, o Magistrado não fica vinculado à prova pericial, podendo decidir contrário a ela quando houver nos autos outros elementos que assim o convençam, como no presente caso.
4. Em face das limitações impostas pela avançada idade, bem como pelo baixo grau de escolaridade, seria utopia defender a inserção do segurado no concorrido mercado de trabalho, para iniciar uma nova atividade profissional, motivo pelo faz jus à concessão de aposentadoria por invalidez.
5. Agravo Regimental do INSS desprovido (AgRg no REsp nº 1.055.886/PB, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, QUINTA TURMA, DJe de 09/11/2009).
PREVIDENCIÁRIO. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. LAUDO PERICIAL CONCLUSIVO PELA INCAPACIDADE PARCIAL DO SEGURADO. POSSIBILIDADE DE AFERIÇÃO DOS REQUISI-

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

TOS NECESSÁRIOS À CONCESSÃO DA APOSENTADORIA POR INVALIDEZ, UTILIZANDO-SE OUTROS MEIOS.
1. Ainda que o sistema previdenciário seja contributivo, não há como desvinculá-lo da realidade social, econômica e cultural do país, onde as dificuldades sociais alargam, em muito, a fria letra da lei.
2. No Direito Previdenciário, com maior razão, o magistrado não está adstrito apenas à prova pericial, devendo considerar fatores outros para averiguar a possibilidade de concessão do benefício pretendido pelo segurado.
3. Com relação à concessão de aposentadoria por invalidez, este Superior Tribunal de Justiça possui entendimento no sentido da desnecessidade da vinculação do magistrado à prova pericial, se existentes outros elementos nos autos aptos à formação do seu convencimento, podendo, inclusive, concluir pela incapacidade permanente do segurado em exercer qualquer atividade laborativa, não obstante a perícia conclua pela incapacidade parcial.
4. Agravo regimental a que se nega provimento (AgRg no Ag nº 1.102.739/GO, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEXTA TURMA, DJe de 09/11/2009).
Pelo exposto, com fundamento no artigo 7º, inciso VI, do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização, não admito o incidente de uniformização.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 12 de abril de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº: 2006.63.02.017144-0
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): CARLOS FERNANDO PEREIRA
PROC./ADV.: MAURÍCIO DE OLIVEIRA

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização suscitado pelo INSS, com fulcro no art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/01, em face de decisão da Turma Recursal da Subseção Judiciária de Ribeirão Preto, a qual manteve sentença que julgou procedente o pedido de restabelecimento do auxílio-doença e sua conversão em aposentadoria por invalidez, e determinou que a Autarquia Previdenciária apurasse e apresentasse o cálculo da execução no prazo de 30 dias, após o trânsito em julgado, para a expedição de precatório ou RPV.
O suscitante alega divergência com julgados do Superior Tribunal de Justiça, sendo um deles assim ementado, verbis:
PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS À EXECUÇÃO. IMPUGNAÇÃO À CONTA LIQUIDATÓRIA. APRESENTAÇÃO DO CÁLCULO PELO DEVEDOR. EXIGÊNCIA. IMPOSSIBILIDADE.
I - Segundo a nova sistemática prevista no art. 604 do CPC, quando a determinação do valor da condenação depender apenas de cálculo aritmético, o credor deverá instruir o pedido com memória discriminada e atualizada do cálculo (art. 604 do CPC). Eventuais impugnações sobre o valor do crédito deverão ser levantadas pelo devedor em sede de embargos à execução.
II - Se a petição inicial dos embargos demonstra suficientemente as razões da discordância do devedor à conta liquidatória, ainda que de modo sucinto, mostra-se inteiramente descabida, por inverter a obrigação legal, a exigência imposta ao embargante para que apresente os cálculos que julga adequados ao caso.
Recurso conhecido e provido." (STJ. T5 - QUINTA TURMA. REsp 247.433 / SP. RECURSO ESPECIAL 2000/0010198-2. Relator(a): Ministro FELIX FISCHER. Data do Julgamento: 16/05/2000. Data da Publicação/Fonte: DJ 05.06.2000 p. 204)
Sustenta, em síntese, que cabe ao credor apresentar os cálculos da execução.
O incidente foi inadmitido e o suscitante apresentou requerimento nos termos do art. 15, § 4º, RI/TNU.
Relatados. Decido.
A Lei nº 10.259/2001, em seu artigo 14, ao tratar sobre o cabimento do pedido de uniformização de interpretação de lei federal, impõe, para o conhecimento da divergência, que a questão versada seja de direito material. No mesmo sentido, o artigo 6º do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização prevê a competência da Turma Nacional para processar e julgar o incidente de uniformização de interpretação de lei federal, desde que trate sobre questões de direito material.
Nestes termos, a divergência autorizativa do pedido de uniformização de jurisprudência é a existente entre decisões que versem sobre questões de direito material proferidas por Turmas Recursais de diferentes Regiões ou em contrariedade à Súmula ou jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça.
Na hipótese, conforme já relatado, o incidente suscitado se fundou em questão processual, qual seja, o ônus do credor em realizar os cálculos relativos ao valor devido ou sua inversão ao devedor.
Pelo exposto, com fundamento no artigo 7º, inciso VI, do RI/TNU, não admito o incidente de uniformização de jurisprudência.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 12 de abril de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº: 2006.63.02.018798-8
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO
REQUERENTE: INSS
PROC/ADV.:PROCURADORIA GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): ANTONIO RIBEIRO FILHO
PROC/ADV.: PAULO MARZOLA NETO

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização de jurisprudência proposto pelo INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL - INSS, com fundamento no art. 14, caput e § 2º, da Lei 10.259/2001, em face decisão proferida pela Turma Recursal da Segunda Subseção Judiciária de São Paulo, a qual, em sede de ação em que se pleiteava aposentadoria por invalidez, determinou que a autarquia requerente procedesse ao cálculo dos atrasados para fins de expedição de RPV ou precatório.
Alega, o requerente, divergência com julgados do STJ, aduzindo que para esse Tribunal cabe ao credor apresentar os cálculos da execução, atendendo ao previsto no art. 604 do CPC.
O incidente foi inadmitido na origem e o suscitante apresentou requerimento nos moldes do art. 15, §4º, do RI/TNU.
É o relatório. Decido.
Constata-se que a matéria inserta no artigo mencionado não restou debatida pela Turma Recursal de origem, nem foram opostos os competentes embargos de declaração para tal desiderato, pelo que aplicável à hipótese a Questão de Ordem nº 10 da TNU, que assim dispõe:
Não cabe o incidente de uniformização quando a parte que o deduz apresenta tese jurídica inovadora, não ventilada nas fases anteriores do processo e sobre a qual não se pronunciou expressamente a Turma Recursal no acórdão recorrido.
Ademais, mesmo que se pudesse entender superado o empeço antes mencionado, tem-se que a Lei nº 10.259/2001, em seu artigo 14, ao tratar sobre o cabimento do pedido de uniformização de interpretação de lei federal, impõe, para o conhecimento da divergência, que a questão versada seja de direito material.
No mesmo sentido, o artigo 6º do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização prevê a competência da Turma Nacional para processar e julgar o incidente de uniformização de interpretação de lei federal, desde que trate de questões de direito material.
In casu, o incidente suscitado fundou-se em questão processual, qual seja, a quem incumbiria elaborar cálculos para fins de execução/cumprimento de sentença, se ao credor ou se ao devedor.
Confira-se, a propósito, o seguinte julgado, litteris:
INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO. QUESTÃO DE DIREITO PROCESSUAL. NÃO CABIMENTO.
I. O pedido de uniformização de jurisprudência somente tem cabimento quando se tratar de questão de direito material (art. 14, caput, da Lei 10.259/2001, c/c art. 2º da Resolução n. 330/2003, do Conselho da Justiça Federal).
II. Incidente não conhecido, por versar a hipótese dos autos sobre matéria de direito processual. (PU nº 2007.72.95.001663-0, Relatora Juíza Federal Joana Carolina Lins Pereira, DJ 22/04/2009).
Pelo exposto, com fundamento no artigo 7º, inciso VI, do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização, não admito o incidente de uniformização.
Publique-se. Intime-se.
Brasília, 28 de abril de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº: 2006.63.02.018882-8
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO
REQUERENTE: INSS
PROC/ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): TERESA DA SILVA
PROC/ADV.: MAURÍCIO DE OLIVEIRA

DECISÃO

O INSS suscita incidente de uniformização de jurisprudência com fulcro no art. 14, § 2°, da Lei nº 10.259/2001, em face de decisão proferida pela Turma Recursal da Segunda Subseção Judiciária de São Paulo que manteve a sentença que concedeu a aposentadoria por invalidez à autora, aos seguintes fundamentos:
No presente processo, observo que o laudo pericial diagnosticou que a parte autora é portadora de Insuficiência Cardíaca Congestiva e Catarata. Na conclusão do laudo, o insigne perito verificou que se trata de caso de incapacidade parcial e permanente.
Tendo em vista o aludido apontamento do laudo, com a associação das restrições descritas à sua idade (58 anos) e baixa escolaridade, a parte autora se encontra afastada da possibilidade de inserção no mercado de trabalho, infiro que, de fato, se trata de caso de incapacidade total e permanente, que impede a autora de prover o próprio sustento.
Com base nessas premissas, concluo que a incapacidade descrita se amolda à da hipótese de aposentadoria por invalidez.
Alega o suscitante divergência com julgados do STJ, aduzindo, em síntese, que para esse Eg. Tribunal não há direito a benefício por incapacidade quando a perícia atesta a capacidade laborativa.
O incidente foi inadmitido na origem e o suscitante apresentou requerimento na forma do art. 15, § 4º, do RI/TNU.
Relatados. Decido.
De início, verifica-se que o suscitante não demonstrou o dissenso jurisprudencial invocado, visto que se limitou a acostar o julgado que supostamente seria paradigmático, sem, porém, realizar o necessário cotejo analítico entre o decisum hostilizado e o paradigma citado, no sentido de trazer as circunstâncias fáticas e jurídicas que os identificam ou assemelham, conforme determina o artigo 13 do RI/TNU.
Ademais, a decisão colegiada ora recorrida entendeu pela concessão da aposentadoria por invalidez, considerando não apenas a incapacidade parcial laborativa da autora, mas também as demais circunstâncias do caso concreto, como suas condições socioeconômicas a dificultarem seu retorno ao mercado de trabalho.
Tal posicionamento se afina com a atual jurisprudência dominante das Turmas do STJ, as quais passaram a considerar as condições socioeconômica, profissional e cultural do segurado em se tratando de concessão de benefícios por incapacidade, a exemplo da aposentadoria por invalidez, se o laudo pericial for conclusivo pela incapacidade parcial do segurado.
Nesse sentido, destaco os seguintes precedentes:
PREVIDENCIÁRIO. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. LAUDO PERICIAL CONCLUSIVO PELA INCAPACIDADE PARCIAL DO SEGURADO. NÃO VINCULAÇÃO. CIRCUNSTÂNCIA SÓCIO-ECONÔMICA, PROFISSIONAL E CULTURAL FAVORÁVEL À CONCESSÃO DO BENEFÍCIO. RECURSO DESPROVIDO.
1. Os pleitos previdenciários possuem relevante valor social de proteção ao Trabalhador Segurado da Previdência Social, devendo ser, portanto, julgados sob tal orientação exegética.
2. Para a concessão de aposentadoria por invalidez devem ser considerados outros aspectos relevantes, além dos elencados no art. 42 da Lei 8.213/91, tais como, a condição sócio-econômica, profissional e cultural do segurado.
3. Embora tenha o laudo pericial concluído pela incapacidade parcial do segurado, o Magistrado não fica vinculado à prova pericial, podendo decidir contrário a ela quando houver nos autos outros elementos que assim o convençam, como no presente caso.
4. Em face das limitações impostas pela avançada idade, bem como pelo baixo grau de escolaridade, seria utopia defender a inserção do segurado no concorrido mercado de trabalho, para iniciar uma nova atividade profissional, motivo pelo faz jus à concessão de aposentadoria por invalidez.
5. Agravo Regimental do INSS desprovido (AgRg no REsp nº 1.055.886/PB, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, QUINTA TURMA, DJe de 09/11/2009).
PREVIDENCIÁRIO. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. LAUDO PERICIAL CONCLUSIVO PELA INCAPACIDADE PARCIAL DO SEGURADO. POSSIBILIDADE DE AFERIÇÃO DOS REQUISITOS NECESSÁRIOS À CONCESSÃO DA APOSENTADORIA POR INVALIDEZ, UTILIZANDO-SE OUTROS MEIOS.
1. Ainda que o sistema previdenciário seja contributivo, não há como desvinculá-lo da realidade social, econômica e cultural do país, onde as dificuldades sociais alargam, em muito, a fria letra da lei.
2. No Direito Previdenciário, com maior razão, o magistrado não está adstrito apenas à prova pericial, devendo considerar fatores outros para averiguar a possibilidade de concessão do benefício pretendido pelo segurado.
3. Com relação à concessão de aposentadoria por invalidez, este Superior Tribunal de Justiça possui entendimento no sentido da desnecessidade da vinculação do magistrado à prova pericial, se existentes outros elementos nos autos aptos à formação do seu convencimento, podendo, inclusive, concluir pela incapacidade permanente do segurado em exercer qualquer atividade laborativa, não obstante a perícia conclua pela incapacidade parcial.
4. Agravo regimental a que se nega provimento (AgRg no Ag nº 1.102.739/GO, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEXTA TURMA, DJe de 09/11/2009).
Pelo exposto, com fundamento no artigo 7º, inciso VI, do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização, não admito o incidente de uniformização.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 12 de abril de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº: 2006.63.03.004570-4
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO
REQUERENTE: JOEL PEREIRA DE SOUZA
PROC/ADV: ARIOVALDO PAULO DE FARIA E OUTROS
REQUERIDO(A): INSS
PROC/AD: PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização de jurisprudência proposto por JOEL PEREIRA DE SOUZA com fundamento no artigo 14, caput e § 2º, da Lei nº 10.259/2001, em face de decisão proferida pela Primeira Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo, que manteve a sentença negando o pedido de restabelecimento de benefício previdenciário de auxílio-doença com posterior concessão de aposentadoria por invalidez, assim fundamentando:
Diante da conclusão da perícia judicial, em que não restou comprovada a incapacidade total e temporária para atividade laborativa da parte autora, entendo que a mesma não faz jus à concessão do benefício por ela pleiteado.
O requerente alega divergência com julgados de Tribunais Regionais Federais e do STJ, defendendo ser indevida a suspensão do auxílio-doença pelo INSS, haja vista que seu quadro clínico remanesce incapacitante para atividades laborais conforme atestam os documentos clínicos acostados aos autos.
O incidente foi inadmitido.
O recorrente apresentou pedido de submissão fundado no art. 15, § 4º, do RI/TNU.
É o breve relatório dos autos. Decido.
A divergência autorizadora de incidente é aquela entre decisões de turmas de diferentes regiões ou proferida em contrariedade a súmula ou jurisprudência dominante do STJ, não se prestando a tanto os arestos dos Tribunais Regionais Federais.
Em relação aos paradigmas oriundos do STJ, a petição de incidente de uniformização não realiza o indispensável cotejo entre os julgados confrontados, deixando de esclarecer a similitude dos fatos em que consistiria a divergência. Deixou, assim, de atender ao ditame da

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

parte final do art. 13 do RI/TNU.
Tem-se que, em última análise, cuida-se de pleito em que se visa ao reexame de prova, com consequente inversão da conclusão a que chegou a decisão impugnada, na dimensão do conjunto probatório dos autos, mostrando-se manifestamente incabível o incidente de uniformização de jurisprudência suscitado.
Ante o exposto, não admito o pedido de uniformização de jurisprudência, com esteio no artigo 7º, VI do RI/TNU.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 24 de abril de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº: 2006.71.50.002764-5
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO(A): FABIANO HOLZ BESERRA
PROC./ADV.: AMARILDO MACIEL MARTINS E OUTRO

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização de jurisprudência suscitado pela UNIÃO e dirigido à Turma Nacional de Uniformização, com fundamento no artigo 14, § 2º, da Lei nº 10.259/2001, em face da decisão proferida pela Primeira Turma Recursal da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul, que entendeu não haver prescrição de valores atrasados relativos ao reajuste de 3,17% reconhecido pela medida provisória nº 2.225-45/2001.
Alega a suscitante divergência com decisões proferidas pelo STJ, pelos Tribunais Regionais Federais da 1ª, 4ª e 5ª Regiões, Turma Recursal de Goiás, e, especialmente, com a decisão proferida no feito de número 2004.50.50.005964-1/01 da Turma Recursal da Seção Judiciária do Espírito Santo, que declarou prescritas as parcelas atrasadas relativas ao reajuste de 3,17% reconhecido pela Medida Provisória nº 2.225-45/2001.
O incidente foi inadmitido pela Presidência da Turma Recursal e a suscitante apresentou requerimento nos moldes do artigo 15, § 4º, do RI/TNU.
Relatados. Decido.
De início, verifico que inadmissível o presente pleito no que se refere à suposta dissidência com os julgados dos Tribunais Regionais Federais, apontados como paradigmas, restando, pois, inobservado o ditame do § 2º do art. 14 da Lei nº 10.259/2001, pelo qual o pedido de uniformização será fundado em divergência entre decisões de turmas de diferentes regiões ou da proferida em contrariedade a súmula ou jurisprudência dominante do STJ (...) (g.n.).
A propósito, a Turma Nacional de Uniformização já decidiu:
"PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DA INTERPRETAÇÃO DE LEI FEDERAL. NÃO CONHECIMENTO. VOTO DE DESEMPATE DO PRESIDENTE.
Tendo havido empate acerca do conhecimento do pedido de uniformização - para tal fim computando-se, conjuntamente, os votos que, por fundamentos diversos, dele não conheceram -, coube ao Presidente da Turma proferir o voto de desempate.
Voto de desempate no sentido de que: a) 'não se mostra possível, em sede de pedido de uniformização dirigido a esta Turma Nacional, a demonstração de divergência com fundamento em paradigmas oriundos de turma recursal da mesma região, de Tribunal Regional Federal e da própria Turma Nacional de Uniformização'; b) não são hábeis para a demonstração da divergência, in casu, julgados que 'não ventilam o tema da aplicação das Emendas Constitucionais n.º 20/98 e 41/2003, mas apenas questão inerente à incidência, no primeiro reajustamento da renda mensal inicial, do art. 21, § 3º, da Lei n.º 8.880/94, a qual fazia parte do pedido original'." (Processo nº 2006.70.51.004732-8, TNU, Relator p/ acórdão Juiz Federal Sebastião Ogê Muniz, DJ de 27/8/2008 - g.n.).
Quanto ao mais, o decisum combatido está em consonância com o entendimento fixado pela Terceira Seção do Superior Tribunal de Justiça, conforme se verifica no acórdão do julgamento da PET 7.558/MG, que restou assim ementado, verbis:
DIREITO ADMINISTRATIVO. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE INTERPRETAÇÃO DE LEI FEDERAL. TURMA NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO DOS JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS - TNU. SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL. RESÍDUO DE 3,17%. PRESCRIÇÃO. MP 2.225-45/01. RECONHECIMENTO DO DIREITO. RENÚNCIA TÁCITA CONFIGURADA. INTERRUPÇÃO. NÃO OCORRÊNCIA. PEDIDO JULGADO IMPROCEDENTE.
1. A Medida Provisória 2.225-45, de 4/9/01, embora tenha ensejado renúncia do prazo prescricional, porquanto reconheceu o direito ao reajuste residual de 3,17% aos servidores públicos federais com efeitos a partir de janeiro de 1995, não o interrompeu.
2. Cuida-se da mesma situação ocorrida com o reajuste de 28,86%. A Administração reconheceu, no plano normativo ou abstrato, o direito dos servidores, mas não lhes pagou efetivamente o que era devido em razão desse fato. Continuou, simplesmente, omissa. Em consequência, não pode ser beneficiada pelo transcurso do prazo prescricional pela metade, tal como previsto no art. 9º do Decreto 20.910/32.
3. A renúncia, contudo, não opera efeitos indefinidamente. Se proposta a ação por servidores públicos com a finalidade de auferir o resíduo de 3,17% até 4/9/06, diante da renúncia operada pela MP 2.225-45/01, os efeitos financeiros retroagem a janeiro de 1995; se ajuizada após esse termo, aplica-se tão somente o enunciado da Súmula 85/STJ.
4. Pedido julgado improcedente.
Ao julgar a Pet nº 7.558/MG, o Superior Tribunal de Justiça pacificou o entendimento no sentido de que, caso a ação tenha sido proposta até 04.09.2006, diante da renúncia operada pela MP nº 2.225-45/01, os efeitos financeiros retroagem a janeiro de 1995; caso ajuizada após essa data, aplica-se a Súmula 85/STJ.
Como a presente ação foi ajuizada antes de 04.09.2006, não há divergência interpretativa a ser sanada, motivo pelo qual, com arrimo no artigo 7º, inciso VI, do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização, não admito o presente incidente de uniformização.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 28 de março de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº: 2006.71.50.008392-2
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO(A): MOACIR MILTON ZADUCHLIVER
PROC./ADV.: ALOISIO JORGE HOLZMEIER

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização de jurisprudência suscitado pela UNIÃO e dirigido à Turma Nacional de Uniformização, com fundamento no artigo 14, § 2º, da Lei nº 10.259/2001, em face da decisão proferida pela Primeira Turma Recursal da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul, que entendeu não haver prescrição de valores atrasados relativos ao reajuste de 3,17% reconhecido pela medida provisória nº 2.225-45/2001.
Alega a suscitante divergência com decisões proferidas pelo STJ, pelos Tribunais Regionais Federais da 1ª, 4ª e 5ª Regiões, Turma Recursal de Goiás, e, especialmente, com a decisão proferida no feito de número 2004.50.50.005964-1/01 da Turma Recursal da Seção Judiciária do Espírito Santo, que declarou prescritas as parcelas atrasadas relativas ao reajuste de 3,17% reconhecido pela Medida Provisória nº 2.225-45/2001.
O incidente foi inadmitido pela Presidência da Turma Recursal e a suscitante apresentou requerimento nos moldes do artigo 15, § 4º, do RI/TNU.
Relatados. Decido.
De início, verifico que inadmissível o presente pleito no que se refere à suposta dissidência com os julgados dos Tribunais Regionais Federais, apontados como paradigmas, restando, pois, inobservado o ditame do § 2º do art. 14 da Lei nº 10.259/2001, pelo qual o pedido de uniformização será fundado em divergência entre decisões de turmas de diferentes regiões ou da proferida em contrariedade a súmula ou jurisprudência dominante do STJ (...) (g.n.).
A propósito, a Turma Nacional de Uniformização já decidiu:
"PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DA INTERPRETAÇÃO DE LEI FEDERAL. NÃO CONHECIMENTO. VOTO DE DESEMPATE DO PRESIDENTE.
Tendo havido empate acerca do conhecimento do pedido de uniformização - para tal fim computando-se, conjuntamente, os votos que, por fundamentos diversos, dele não conheceram -, coube ao Presidente da Turma proferir o voto de desempate.
Voto de desempate no sentido de que: a) 'não se mostra possível, em sede de pedido de uniformização dirigido a esta Turma Nacional, a demonstração de divergência com fundamento em paradigmas oriundos de turma recursal da mesma região, de Tribunal Regional Federal e da própria Turma Nacional de Uniformização'; b) não são hábeis para a demonstração da divergência, in casu, julgados que 'não ventilam o tema da aplicação das Emendas Constitucionais n.º 20/98 e 41/2003, mas apenas questão inerente à incidência, no primeiro reajustamento da renda mensal inicial, do art. 21, § 3º, da Lei n.º 8.880/94, a qual fazia parte do pedido original'." (Processo nº 2006.70.51.004732-8, TNU, Relator p/ acórdão Juiz Federal Sebastião Ogê Muniz, DJ de 27/8/2008 - g.n.).
Quanto ao mais, o decisum combatido está em consonância com o entendimento fixado pela Terceira Seção do Superior Tribunal de Justiça, conforme se verifica no acórdão do julgamento da PET 7.558/MG, que restou assim ementado, verbis:
DIREITO ADMINISTRATIVO. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE INTERPRETAÇÃO DE LEI FEDERAL. TURMA NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO DOS JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS - TNU. SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL. RESÍDUO DE 3,17%. PRESCRIÇÃO. MP 2.225-45/01. RECONHECIMENTO DO DIREITO. RENÚNCIA TÁCITA CONFIGURADA. INTERRUPÇÃO. NÃO OCORRÊNCIA. PEDIDO JULGADO IMPROCEDENTE.
1. A Medida Provisória 2.225-45, de 4/9/01, embora tenha ensejado renúncia do prazo prescricional, porquanto reconheceu o direito ao reajuste residual de 3,17% aos servidores públicos federais com efeitos a partir de janeiro de 1995, não o interrompeu.
2. Cuida-se da mesma situação ocorrida com o reajuste de 28,86%. A Administração reconheceu, no plano normativo ou abstrato, o direito dos servidores, mas não lhes pagou efetivamente o que era devido em razão desse fato. Continuou, simplesmente, omissa. Em consequência, não pode ser beneficiada pelo transcurso do prazo prescricional pela metade, tal como previsto no art. 9º do Decreto 20.910/32.
3. A renúncia, contudo, não opera efeitos indefinidamente. Se proposta a ação por servidores públicos com a finalidade de auferir o resíduo de 3,17% até 4/9/06, diante da renúncia operada pela MP 2.225-45/01, os efeitos financeiros retroagem a janeiro de 1995; se ajuizada após esse termo, aplica-se tão somente o enunciado da Súmula 85/STJ.
4. Pedido julgado improcedente.
Ao julgar a Pet nº 7.558/MG, o Superior Tribunal de Justiça pacificou o entendimento no sentido de que, caso a ação tenha sido proposta até 04.09.2006, diante da renúncia operada pela MP nº 2.225-45/01, os efeitos financeiros retroagem a janeiro de 1995; caso ajuizada após essa data, aplica-se a Súmula 85/STJ.
Como a presente ação foi ajuizada antes de 04.09.2006, não há divergência interpretativa a ser sanada, motivo pelo qual, com arrimo no artigo 7º, inciso VI, do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização, não admito o presente incidente de uniformização.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 28 de março de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº: 2006.71.57.001664-8
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO(A): OSMAR DI MARTINI
PROC./ADV.: FELIPE MOREIRA BELTRÃO

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização de jurisprudência suscitado pela UNIÃO e dirigido à Turma Nacional de Uniformização, com fundamento no artigo 14, § 2º, da Lei nº 10.259/2001, em face da decisão proferida pela Primeira Turma Recursal da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul, que entendeu não haver prescrição de valores atrasados relativos ao reajuste de 3,17% reconhecido pela medida provisória nº 2.225-45/2001.
Alega a suscitante divergência com decisões proferidas pelo STJ, pelos Tribunais Regionais Federais da 1ª, 4ª e 5ª Regiões, Turma Recursal de Goiás, e, especialmente, com a decisão proferida no feito de número 2004.50.50.005964-1/01 da Turma Recursal da Seção Judiciária do Espírito Santo, que declarou prescritas as parcelas atrasadas relativas ao reajuste de 3,17% reconhecido pela Medida Provisória nº 2.225-45/2001.
O incidente foi inadmitido pela Presidência da Turma Recursal e a suscitante apresentou requerimento nos moldes do artigo 15, § 4º, do RI/TNU.
Relatados. Decido.
De início, verifico que inadmissível o presente pleito no que se refere à suposta dissidência com os julgados dos Tribunais Regionais Federais, apontados como paradigmas, restando, pois, inobservado o ditame do § 2º do art. 14 da Lei nº 10.259/2001, pelo qual o pedido de uniformização será fundado em divergência entre decisões de turmas de diferentes regiões ou da proferida em contrariedade a súmula ou jurisprudência dominante do STJ (...) (g.n.).
A propósito, a Turma Nacional de Uniformização já decidiu:
"PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DA INTERPRETAÇÃO DE LEI FEDERAL. NÃO CONHECIMENTO. VOTO DE DESEMPATE DO PRESIDENTE.
Tendo havido empate acerca do conhecimento do pedido de uniformização - para tal fim computando-se, conjuntamente, os votos que, por fundamentos diversos, dele não conheceram -, coube ao Presidente da Turma proferir o voto de desempate.
Voto de desempate no sentido de que: a) 'não se mostra possível, em sede de pedido de uniformização dirigido a esta Turma Nacional, a demonstração de divergência com fundamento em paradigmas oriundos de turma recursal da mesma região, de Tribunal Regional Federal e da própria Turma Nacional de Uniformização'; b) não são hábeis para a demonstração da divergência, in casu, julgados que 'não ventilam o tema da aplicação das Emendas Constitucionais n.º 20/98 e 41/2003, mas apenas questão inerente à incidência, no primeiro reajustamento da renda mensal inicial, do art. 21, § 3º, da Lei n.º 8.880/94, a qual fazia parte do pedido original'." (Processo nº 2006.70.51.004732-8, TNU, Relator p/ acórdão Juiz Federal Sebastião Ogê Muniz, DJ de 27/8/2008 - g.n.).
Quanto ao mais, o decisum combatido está em consonância com o entendimento fixado pela Terceira Seção do Superior Tribunal de Justiça, conforme se verifica no acórdão do julgamento da PET 7.558/MG, que restou assim ementado, verbis:
DIREITO ADMINISTRATIVO. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE INTERPRETAÇÃO DE LEI FEDERAL. TURMA NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO DOS JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS - TNU. SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL. RESÍDUO DE 3,17%. PRESCRIÇÃO. MP 2.225-45/01. RECONHECIMENTO DO DIREITO. RENÚNCIA TÁCITA CONFIGURADA. INTERRUPÇÃO. NÃO OCORRÊNCIA. PEDIDO JULGADO IMPROCEDENTE.
1. A Medida Provisória 2.225-45, de 4/9/01, embora tenha ensejado renúncia do prazo prescricional, porquanto reconheceu o direito ao reajuste residual de 3,17% aos servidores públicos federais com efeitos a partir de janeiro de 1995, não o interrompeu.
2. Cuida-se da mesma situação ocorrida com o reajuste de 28,86%. A Administração reconheceu, no plano normativo ou abstrato, o direito dos servidores, mas não lhes pagou efetivamente o que era devido em razão desse fato. Continuou, simplesmente, omissa. Em consequência, não pode ser beneficiada pelo transcurso do prazo prescricional pela metade, tal como previsto no art. 9º do Decreto 20.910/32.
3. A renúncia, contudo, não opera efeitos indefinidamente. Se proposta a ação por servidores públicos com a finalidade de auferir o resíduo de 3,17% até 4/9/06, diante da renúncia operada pela MP 2.225-45/01, os efeitos financeiros retroagem a janeiro de 1995; se ajuizada após esse termo, aplica-se tão somente o enunciado da Súmula 85/STJ.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

4. Pedido julgado improcedente.
Ao julgar a Pet nº 7.558/MG, o Superior Tribunal de Justiça pacificou o entendimento no sentido de que, caso a ação tenha sido proposta até 04.09.2006, diante da renúncia operada pela MP nº 2.225-45/01, os efeitos financeiros retroagem a janeiro de 1995; caso ajuizada após essa data, aplica-se a Súmula 85/STJ.
Como a presente ação foi ajuizada antes de 04.09.2006, não há divergência interpretativa a ser sanada, motivo pelo qual, com arrimo no artigo 7º, inciso VI, do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização, não admito o presente incidente de uniformização.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 28 de março de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº: 2006.71.58.000638-0
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO(A): EVA DE LOURDES RODRIGUES DA ROSA
PROC./ADV.: NILTON EDUARDO DE SOUZA

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização de jurisprudência suscitado pela UNIÃO e dirigido à Turma Nacional de Uniformização, com fundamento no artigo 14, § 2º, da Lei nº 10.259/2001, em face da decisão proferida pela Primeira Turma Recursal da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul, que entendeu não haver prescrição de valores atrasados relativos ao reajuste de 3,17% reconhecido pela medida provisória nº 2.225-45/2001.
Alega a suscitante divergência com decisões proferidas pelo STJ, pelos Tribunais Regionais Federais da 1ª, 4ª e 5ª Regiões, Turma Recursal de Goiás, e, especialmente, com a decisão proferida no feito de número 2004.50.50.005964-1/01 da Turma Recursal da Seção Judiciária do Espírito Santo, que declarou prescritas as parcelas atrasadas relativas ao reajuste de 3,17% reconhecido pela Medida Provisória nº 2.225-45/2001.
O incidente foi inadmitido pela Presidência da Turma Recursal e a suscitante apresentou requerimento nos moldes do artigo 15, § 4º, do RI/TNU.
Relatados. Decido.
De início, verifico que inadmissível o presente pleito no que se refere à suposta dissidência com os julgados dos Tribunais Regionais Federais, apontados como paradigmas, restando, pois, inobservado o ditame do § 2º do art. 14 da Lei nº 10.259/2001, pelo qual o pedido de uniformização será fundado em divergência entre decisões de turmas de diferentes regiões ou da proferida em contrariedade a súmula ou jurisprudência dominante do STJ (...) (g.n.).
A propósito, a Turma Nacional de Uniformização já decidiu:
"PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DA INTERPRETAÇÃO DE LEI FEDERAL. NÃO CONHECIMENTO. VOTO DE DESEMPATE DO PRESIDENTE.
Tendo havido empate acerca do conhecimento do pedido de uniformização - para tal fim computando-se, conjuntamente, os votos que, por fundamentos diversos, dele não conheceram -, coube ao Presidente da Turma proferir o voto de desempate.
Voto de desempate no sentido de que: a) 'não se mostra possível, em sede de pedido de uniformização dirigido a esta Turma Nacional, a demonstração de divergência com fundamento em paradigmas oriundos de turma recursal da mesma região, de Tribunal Regional Federal e da própria Turma Nacional de Uniformização'; b) não são hábeis para a demonstração da divergência, in casu, julgados que 'não ventilam o tema da aplicação das Emendas Constitucionais n.º 20/98 e 41/2003, mas apenas questão inerente à incidência, no primeiro reajustamento da renda mensal inicial, do art. 21, § 3º, da Lei n.º 8.880/94, a qual fazia parte do pedido original'." (Processo nº 2006.70.51.004732-8, TNU. Relator p/ acórdão Juiz Federal Sebastião Ogê Muniz, DJ de 27/8/2008 - g.n.).
Quanto ao mais, o decisum combatido está em consonância com o entendimento fixado pela Terceira Seção do Superior Tribunal de Justiça, conforme se verifica no acórdão do julgamento da PET 7.558/MG, que restou assim ementado, verbis:
DIREITO ADMINISTRATIVO. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE INTERPRETAÇÃO DE LEI FEDERAL. TURMA NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO DOS JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS - TNU. SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL. RESÍDUO DE 3,17%. PRESCRIÇÃO. MP 2.225-45/01. RECONHECIMENTO DO DIREITO. RENÚNCIA TÁCITA CONFIGURADA. INTERRUPÇÃO. NÃO OCORRÊNCIA. PEDIDO JULGADO IMPROCEDENTE.
1. A Medida Provisória 2.225-45, de 4/9/01, embora tenha ensejado renúncia do prazo prescricional, porquanto reconheceu o direito ao reajuste residual de 3,17% aos servidores públicos federais com efeitos a partir de janeiro de 1995, não o interrompeu.
2. Cuida-se da mesma situação ocorrida com o reajuste de 28,86%. A Administração reconheceu, no plano normativo ou abstrato, o direito dos servidores, mas não lhes pagou efetivamente o que era devido em razão desse fato. Continuou, simplesmente, omissa. Em consequência, não pode ser beneficiada pelo transcurso do prazo prescricional pela metade, tal como previsto no art. 9º do Decreto 20.910/32.
3. A renúncia, contudo, não opera efeitos indefinidamente. Se proposta a ação por servidores públicos com a finalidade de auferir o resíduo de 3,17% até 4/9/06, diante da renúncia operada pela MP 2.225-45/01, os efeitos financeiros retroagem a janeiro de 1995; se ajuizada após esse termo, aplica-se tão somente o enunciado da Súmula 85/STJ.
4. Pedido julgado improcedente.
Ao julgar a Pet nº 7.558/MG, o Superior Tribunal de Justiça pacificou o entendimento no sentido de que, caso a ação tenha sido proposta até 04.09.2006, diante da renúncia operada pela MP nº 2.225-45/01, os efeitos financeiros retroagem a janeiro de 1995; caso ajuizada após essa data, aplica-se a Súmula 85/STJ.
Como a presente ação foi ajuizada antes de 04.09.2006, não há divergência interpretativa a ser sanada, motivo pelo qual, com arrimo no artigo 7º, inciso VI, do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização, não admito o presente incidente de uniformização.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 28 de março de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº: 2006.81.00.506583-3
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: EDMUNDO SOARES
PROC/ADV.: GILBERTO SIEBRA MONTEIRO
REQUERIDO(A): FAZENDA NACIONAL
PROC/ADV.: PROCURADORIA GERAL DA FAZENDA NACIONAL

DECISÃO

EDMUNDO SOARES suscita incidente de uniformização de jurisprudência dirigido à Turma Nacional de Uniformização, com esteio no art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/2001, em face de decisão proferida pela Turma Recursal da Seção Judiciária do Ceará, a qual manteve sentença que julgou extinta com resolução de mérito a ação de repetição de valores recolhidos a título de contribuição ao FUSEX, ao entendimento de que operada a prescrição do direito de ação da parte.
Alega divergência com julgados de Turmas Recursais de outras Regiões e do STJ, defendendo que o prazo prescricional seria decenal, e não quinquenal como restou entendido na decisão vergastada.
O incidente foi admitido na origem.
Relatados, decido.
Verifica-se que o entendimento espelhado pela Turma Recursal da Seção Judiciária do Ceará encontra-se em consonância com a jurisprudência assentada pelo Superior Tribunal de Justiça quando do julgamento do REsp nº 1.086.382/RS, sob o regime do art. 543-C do CPC, Rel. Min. LUIZ FUX, Primeira Seção, DJe de 26/04/2010, o qual restou assim ementado, verbis:
TRIBUTÁRIO. RECURSO ESPECIAL REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA. ART. 543-C, DO CPC. REPETIÇÃO DE INDÉBITO. CONTRIBUIÇÃO AO FUSEX. TRIBUTO SUJEITO AO LANÇAMENTO DE OFÍCIO. PRESCRIÇÃO. TERMO INICIAL.
1. O Fundo de Saúde do Exército (FUSEX) é custeado pelos próprios militares que gozam, juntamente com seus dependentes, de assistência médico-hospitalar, cuja contribuição é cobrada compulsoriamente dos servidores. A contribuição de custeio, por inserir-se no conceito de tributo previsto no art. 3º, do CTN, ostenta natureza jurídica tributária, sujeitando-se ao princípio da legalidade. (Precedentes: REsp 764.526/PR, DJ 07.05.2008; REsp 761.421/PR,
DJ 01.03.2007 ; REsp 692.277/SC, DJ 27.06.2007 ; REsp 789260/PR, DJ 19.06.2006).
2. Consoante doutrina abalizada definindo o critério diferenciador das modalidades de lançamento, in verbis: "Ao estudar as modalidades de lançamento (...), a doutrina antecedente ou a superveniente ao Código Tributário Nacional as classificam adotando como critério de classificação o maior ou menor concurso dos obrigados na atividade do lançamento, ou seja, o grau de colaboração entre Fisco e sujeito passivo. O critério tricotômico consagrado no Código Tributário Nacional decorreria do grau de colaboração do sujeito passivo na preparação do lançamento. No lançamento direto ou de ofício (CTN, art. 149) não haveria participação do sujeito passivo. No lançamento por declaração ou misto (CTN, art. 147) ocorreria uma colaboração entre Fisco e sujeito passivo. No lançamento por homologação (CTN, art. 150) maior seria a intensidade da colaboração, vale dizer, da participação do sujeito passivo, porquanto o Fisco se limitaria a homologar os atos por ele praticados." (José Souto Maior Borges, in Lançamento Tributário, Editora Malheiros, 2ª edição, p. 325/326) "A fonte inspiradora da tricotomia reside no índice de colaboração do administrado, com vistas à celebração do ato. Na primeira hipótese (lançamento de ofício), a participação seria inexistente, uma vez que todas as providências preparatórias são feitas nos cancelos da Administração. Na segunda (lançamento por declaração), colaboram ambas as partes, visando os resultados finais do lançamento. Na última (lançamento por homologação), quase todo o trabalho é cometido pelo súdito, limitando-se o fisco a homologar os atos por ele praticados." (Paulo de Barros Carvalho, in Curso de Direito Tributário, Ed. saraiva, 20ª edição, p. 460) 3. A contribuição social ao FUSEX configura tributo sujeito ao lançamento de ofício, que se processa mediante o desconto em folha do servidor militar pelo órgão pagador, o qual é mero retentor do tributo, não havendo qualquer participação do sujeito passivo da relação jurídico-tributária na constituição do crédito fiscal. (Precedentes: AgRg no AgRg no REsp 1091390/PR, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 09/02/2010, DJe 24/02/2010; EDcl no AgRg no Ag 1071228/RS, Rel. Ministra DENISE ARRUDA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 10/11/2009, DJe 27/11/2009; AgRg no AgRg no REsp 1092064/RS, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 13/10/2009, DJe 21/10/2009; REsp 1094735/PR, Rel. Ministro FRANCISCO FALCÃO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 19/02/2009, DJe 11/03/2009)
4. Destarte, o prazo prescricional a ser aplicado às ações de repetição de indébito relativas à contribuição ao FUSEX, que consubstancia tributo sujeito ao lançamento de ofício, é o qüinqüenal, nos termos do art. 168, I, do CTN.
5. (...)
6. Recurso especial desprovido.
Pelo exposto, nos termos do artigo 7º, inciso VII, alínea "b", do RI/TNU, NEGO SEGUIMENTO ao incidente de uniformização de jurisprudência.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 3 de março de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº: 2006.81.00.506892-5
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: JOAQUIM UCHÔA DE FREITAS
PROC/ADV.: GILBERTO SIEBRA MONTEIRO
REQUERIDO(A): FAZENDA NACIONAL
PROC/ADV.: PROCURADORIA GERAL DA FAZENDA NACIONAL

DECISÃO

JOAQUIM UCHÔA DE FREITAS suscita incidente de uniformização de jurisprudência dirigido à Turma Nacional de Uniformização, com esteio no art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/2001, em face de decisão proferida pela Turma Recursal da Seção Judiciária do Ceará, a qual manteve sentença que julgou extinta com resolução de mérito a ação de repetição de valores recolhidos a título de contribuição ao FUSEX, ao entendimento de que operada a prescrição do direito de ação da parte.
Alega divergência com julgados de Turmas Recursais de outras Regiões e do STJ, defendendo que o prazo prescricional seria decenal, e não quinquenal como restou entendido na decisão vergastada.
O incidente foi admitido na origem.
Relatados, decido.
Verifica-se que o entendimento espelhado pela Turma Recursal da Seção Judiciária do Ceará encontra-se em consonância com a jurisprudência assentada pelo Superior Tribunal de Justiça quando do julgamento do REsp nº 1.086.382/RS, sob o regime do art. 543-C do CPC, Rel. Min. LUIZ FUX, Primeira Seção, DJe de 26/04/2010, o qual restou assim ementado, verbis:
TRIBUTÁRIO. RECURSO ESPECIAL REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA. ART. 543-C, DO CPC. REPETIÇÃO DE INDÉBITO. CONTRIBUIÇÃO AO FUSEX. TRIBUTO SUJEITO AO LANÇAMENTO DE OFÍCIO. PRESCRIÇÃO. TERMO INICIAL.
1. O Fundo de Saúde do Exército (FUSEX) é custeado pelos próprios militares que gozam, juntamente com seus dependentes, de assistência médico-hospitalar, cuja contribuição é cobrada compulsoriamente dos servidores. A contribuição de custeio, por inserir-se no conceito de tributo previsto no art. 3º, do CTN, ostenta natureza jurídica tributária, sujeitando-se ao princípio da legalidade. (Precedentes: REsp 764.526/PR, DJ 07.05.2008; REsp 761.421/PR,
DJ 01.03.2007 ; REsp 692.277/SC, DJ 27.06.2007 ; REsp 789260/PR, DJ 19.06.2006).
2. Consoante doutrina abalizada definindo o critério diferenciador das modalidades de lançamento, in verbis: "Ao estudar as modalidades de lançamento (...), a doutrina antecedente ou a superveniente ao Código Tributário Nacional as classificam adotando como critério de classificação o maior ou menor concurso dos obrigados na atividade do lançamento, ou seja, o grau de colaboração entre Fisco e sujeito passivo. O critério tricotômico consagrado no Código Tributário Nacional decorreria do grau de colaboração do sujeito passivo na preparação do lançamento. No lançamento direto ou de ofício (CTN, art. 149) não haveria participação do sujeito passivo. No lançamento por declaração ou misto (CTN, art. 147) ocorreria uma colaboração entre Fisco e sujeito passivo. No lançamento por homologação (CTN, art. 150) maior seria a intensidade da colaboração, vale dizer, da participação do sujeito passivo, porquanto o Fisco se limitaria a homologar os atos por ele praticados." (José Souto Maior Borges, in Lançamento Tributário, Editora Malheiros, 2ª edição, p. 325/326) "A fonte inspiradora da tricotomia reside no índice de colaboração do administrado, com vistas à celebração do ato. Na primeira hipótese (lançamento de ofício), a participação seria inexistente, uma vez que todas as providências preparatórias são feitas nos cancelos da Administração. Na segunda (lançamento por declaração), colaboram ambas as partes, visando os resultados finais do lançamento. Na última (lançamento por homologação), quase todo o trabalho é cometido pelo súdito, limitando-se o fisco a homologar os atos por ele praticados." (Paulo de Barros Carvalho, in Curso de Direito Tributário, Ed. saraiva, 20ª edição, p. 460) 3. A contribuição social ao FUSEX configura tributo sujeito ao lançamento de ofício, que se processa mediante o desconto em folha do servidor militar pelo órgão pagador, o qual é mero retentor do tributo, não havendo qualquer participação do sujeito passivo da relação jurídico-tributária na constituição do crédito fiscal. (Precedentes: AgRg no AgRg no REsp 1091390/PR, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 09/02/2010, DJe 24/02/2010; EDcl no AgRg no Ag 1071228/RS, Rel. Ministra DENISE ARRUDA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 10/11/2009, DJe 27/11/2009; AgRg no AgRg no REsp 1092064/RS, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 13/10/2009, DJe 21/10/2009; REsp 1094735/PR, Rel. Ministro FRANCISCO FALCÃO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 19/02/2009, DJe 11/03/2009)
4. Destarte, o prazo prescricional a ser aplicado às ações de repetição de indébito relativas à contribuição ao FUSEX, que consubstancia tributo sujeito ao lançamento de ofício, é o qüinqüenal, nos termos do art. 168, I, do CTN.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS - IMPRENSA NACIONAL

5. (...)
6. Recurso especial desprovido.
Pelo exposto, nos termos do artigo 7º, inciso VII, alínea "b", do RI/TNU, NEGO SEGUIMENTO ao incidente de uniformização de jurisprudência.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 24 de março de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº: 2007.50.50.001168-2
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESPÍRITO SANTO
REQUERENTE: INSS
PROC/ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): ADÃO GOMES DOS SANTOS
PROC/ADV.: FREDERICO AUGUSTO MACHADO

DECISÃO

O INSS suscita incidente de uniformização de jurisprudência com fulcro no art. 14, § 2°, da Lei nº 10.259/2001, em face de decisão proferida pela Turma Recursal da Seção Judiciária do Espírito Santo, a qual, versando sobre o cálculo da renda mensal inicial de aposentadoria por invalidez precedida de auxílio-doença, assim dispôs:
O art. 29, § 5º da Lei nº 8.213/91, com a redação dada pela Lei nº 9.876/99, de 29/11/99 é bastante claro ao dispor que o salário-de-benefício do auxílio-doença recebido durante o período básico de cálculo será computado como salário-de-contribuição, não havendo que se falar em interpretação que vise a contrariar a intenção do legislador.
Desse modo, considerando-se que a data de início da aposentadoria por invalidez do recorrido é posterior à Lei nº 9.876/99, a revisão da renda mensal inicial com base no art. 29, § 5º da Lei 8.213/91 deve ser aplicada. Assim, tomo como razão de decidir os fundamentos da sentença.
Alega o suscitante divergência com julgados da TNU e de Turma Recursal de outra Região, aduzindo, em síntese, que a RMI da aposentadoria por invalidez precedida por auxílio-doença deverá ser de 100% do salário de benefício que serviu de base ao cálculo da RMI do auxílio-doença, reajustado pelos índices de correção dos benefícios em geral.
O incidente foi inadmitido na origem.
O suscitante apresentou requerimento na forma do art. 15, § 4º, do RI/TNU.
Relatados. Decido.
Verifica-se que o entendimento esposado pela Turma Recursal de origem se afina com o sufragado na Turma Nacional de Uniformização, consoante se infere dos seguintes precedentes, litteris:
PREVIDENCIÁRIO - APOSENTADORIA POR INVALIDEZ PRECEDIDA DE AUXÍLIO-DOENÇA - REVISÃO DE RMI - ART. 29, §5º DA LEI Nº8.213/91 - INAPLICABILIDADE DO §7º DO ART. 36 DO DECRETO Nº 3.048/99 - INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO - PROVIMENTO NEGADO.
1) Verifica-se dissonância entre a sistemática prevista no §5º do art. 29 da Lei nº 8.213/91, relativamente à composição do salário-de-benefício a que faz jus o segurado beneficiário de aposentadoria por invalidez precedida da percepção de auxílio-doença, e a prevista no §7º do art. 36 do Decreto nº 3.048/99.
2) A regra contida no § 7º do art. 36 do Decreto nº 3.048/99 visava estabelecer regulamentação do que estava estabelecido no §5º do art. 29 da Lei nº 8.213/91, mas culminou por transbordar de sua finalidade, criando sistemática distinta e conflituosa entre as normas.
3) Inaplicabilidade da norma invocada pelo INSS.
4) Pedido de Uniformização de Jurisprudência ao qual se nega provimento (PEDILEF nº 2006.51.51.025349-0, JUIZ FEDERAL RICARLOS ALMAGRO VITORIANO CUNHA, TNU - Turma Nacional de Uniformização, 13/05/2010).
PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO NACIONAL. APOSENTADORIA POR INVALIDEZ PRECEDIDA DE AUXÍLIO-DOENÇA. INTELIGÊNCIA DO ART. 29, § 5º, DA LEI Nº 8.213/91.
1. De acordo com a inteligência do disposto no art. 29, § 5º, da Lei nº 8.213/91, quando no período básico de cálculo de aposentadoria por invalidez o segurado recebeu benefício(s) por incapacidade, o INSS deve efetivamente apurar uma nova renda mensal inicial (RMI) para a aposentadoria por invalidez, devendo considerar como salário-de-contribuição em cada um dos meses do período básico de cálculo (PBC): a) as remunerações ou valores especificados no art. 28 da Lei nº 8.212/91, que oferece a definição legal de salário-de-contribuição, utilizando-se os índices de atualização dos salários-de-contribuição; e b) nos meses do período básico de cálculo (PBC) em que o segurado foi beneficiário de auxílio-doença, o valor do salário-de-benefício do auxílio-doença, a ser computado em todos os meses nos quais houve o recebimento de auxílio-doença, também utilizando-se os índices de atualização dos salários-de-contribuição.
2. Não se conformando com o modelo traçado pela Lei nº 8.213/91, o disposto no § 7º do art. 36 do Dec. nº 3.048/99 extrapolou o poder regulamentar.
3. Pedido conhecido e provido (PEDILEF nº 2006.63.02.009845-1, JUÍZA FEDERAL JACQUELINE MICHELS BILHALVA, TNU - Turma Nacional de Uniformização, 22/09/2009).
Aplica-se, pois, à espécie a Questão de Ordem nº 13/TNU, a inviabilizar o trânsito do presente pedido de uniformização nacional.
Pelo exposto, com fundamento no artigo 7º, inciso VI, do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização, não admito o incidente de uniformização.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 5 de abril de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO N°:2007.51.51.088502-4
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
REQUERENTE: VINICIUS KULLOCK DOS SANTOS
PROC/ADV.: NILSON SANTOS
REQUERIDO (A): INSS
PROC/ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DECISÃO

VINICIUS KULLOCK DOS SANTOS suscita incidente de uniformização de jurisprudência dirigido à Turma Nacional de Uniformização, com fundamento no artigo 14, caput e § 2º, da Lei nº 10.259/2001, em face de decisão proferida pela Primeira Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio de Janeiro, a qual julgou improcedente o pedido de pensão por morte.
Naquele julgamento, a Turma Recursal decidiu no sentido de que o de cujus não mantinha a qualidade de segurado quando de seu falecimento, pois este "faleceu após mais de doze meses do encerramento de seu último vínculo laboral atestado nestes autos, cabendo ressaltar que o mesmo não fazia jus ao tempo adicional de manutenção da filiação, independentemente de contribuição, conforme preceituado no artigo 15, § 1º, da Lei nº 8.213/91, vez que em nenhum momento de todo o seu período contributivo chegou a integralizar mais de 120 (cento e vinte) contribuições mensais sem interrupção que acarretasse a perda da qualidade de segurado".
Alega divergência com julgados do TRF da 3ª Região e do STJ, defendendo que deve se levar em consideração as contribuições anteriores à perda da qualidade de segurado, desde que cumprida, na nova filiação, 1/3 da carência do benefício de pensão por morte.
O incidente foi inadmitido, e o suscitante apresentou requerimento na forma do art. 15, § 4º, do RI/TNU.
Relatados, decido.
De início, quanto ao julgado paradigma do TRF da 3ª Região, é imperioso destacar que a divergência autorizadora do pedido de uniformização de jurisprudência dirigido à TNU é aquela fundada entre decisões de turmas de diferentes regiões ou da proferida em contrariedade a súmula ou jurisprudência dominante do STJ, sendo, portanto, incabível o pedido com fundamento em dissídio com Tribunais Regionais Federais ou Turmas Recursais da mesma Região.
No mais, verifica-se que o suscitante não demonstrou o dissenso jurisprudencial invocado, visto que se limitou a mencionar os números dos julgados do STJ, que supostamente seriam paradigmáticos, sem, porém, colacionar o inteiro teor ou, sequer, a ementa desses julgados e, também, sem realizar o necessário cotejo analítico entre o decisum hostilizado e os paradigmas citados, no sentido de trazer as circunstâncias fáticas e jurídicas que os identificam ou assemelham. Nesse panorama, padece o recurso de irregularidade formal.
Em última análise, verifica-se que o requerente visa ao reexame de prova, com consequente inversão da conclusão a que chegou o acórdão impugnado, na dimensão do conjunto probatório dos autos, mostrando-se manifestamente incabível o incidente de uniformização de jurisprudência suscitado.
Pelo exposto, nos termos do artigo 7º, inciso VI, do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização, não admito o incidente de uniformização de jurisprudência.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 07 de abril de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO N°: 2007.51.51.092563-0
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
REQUERENTE: ANTONIETA ALBINO PEREIRA DA SILVA
PROC/ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO(A): INSS
PROC/ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DECISÃO

ANTONIETA ALBINO PEREIRA DA SILVA suscita incidente de uniformização de jurisprudência dirigido à Turma Nacional de Uniformização, com fundamento no art. 14, § 2°, da Lei n° 10.259/2001, em face de decisão proferida por Turma Recursal da Seção Judiciária do Rio de Janeiro, que manteve a sentença quanto ao indeferimento do pedido de concessão de pensão por morte à Autora, posto que não teria comprovado materialmente a relação de efetiva dependência econômica entre ela e seu filho falecido.
Sustenta a Requerente divergência com precedentes da Turma Nacional de Uniformização, bem como do Superior Tribunal de Justiça, relevando a tese de que A comprovação da dependência econômica da mãe em relação à filha falecida, para fins de obtenção do benefício de Pensão por Morte, pode ser feita através de prova testemunhal exclusiva, independentemente da existência de prova documental.
O incidente foi inadmitido, mas foi apresentado requerimento nos termos do art. 15, § 4°, RI/TNU.
Relatados. Decido.
Estando, em princípio, configurada a divergência jurisprudencial alegada, admito o incidente, com fulcro no art. 7º, inciso IX, do RI/TNU
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 5 de abril de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº: 2007.70.50.015730-0
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: JALES KLANOVICKS LASKOSKI
PROC./ADV.: ANTÔNIO MIOZZO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DECISÃO

JALES KLANOVICKS LASKOSKI suscita incidente de uniformização de jurisprudência dirigido à Turma Nacional de Uniformização, com fundamento no artigo 14, § 2º, da Lei nº 10.259/2001, em face da decisão da Segunda Turma Recursal da Seção Judiciária do Paraná, que mantendo a sentença, assim consignou:
Assim, conforme bem analisado pelo Magistrado de primeira instância, é indevido o reconhecimento dos períodos de 27/11/1978 a 30/08/1981, 01/09/1981 a 16/12/1982, 01/02/1983 a 15/03/1986 e 14/04/1989 a 19/06/1989 como especial, pois, "tanto a fl. 02 do PROCADM4 e fl. 09 do PROCADM6, o laudo técnico afirma estar descaracterizado qualquer tipo de insalubridade no Laboratório Físico-Químico. Quanto à insalubridade no Laboratório de Análise Microbiológica, em virtude de contato com leite in natura, inexiste prova concludente. (...).Por fim, referido laudo complementar afirma apenas que há o risco de eventual contato com agentes biológicos, sem especificação sobre a duração deste risco - se ocasional ou habitual e permanente. Neste sentido, ainda é de se ressaltar que como a autora exercia a função de auxiliar, e, nesta condição, o enquadramento não é automático" (evento 21 - SENT1).
(...)
Conforme analisado na sentença, é indevido o reconhecimento dos períodos de 22/12/1975 a 17/11/1978, 20/06/1989 a 31/05/1991, 01/06/1991 a 28/02/1992 e 01/03/1992 a 16/02/2007 como especial, pois "segundo informação constante da fl. 13 do laudo técnico anexado no PROCADM6, o uso de equipamentos de proteção coletiva e individual - EPC's e EPI's - é eficaz na neutralização dos efeitos nocivos dos agentes agressivos" (evento 21 - SENT1).
Opostos embargos de declaração, foram esses rejeitados.
O incidente foi inadmitido, e o suscitante apresentou requerimento na forma do art. 15, § 4º, do RI/TNU.
Em seu pleito, o suscitante alega que o entendimento da Primeira Turma Recursal do Paraná diverge de orientação do STJ, no sentido de que é garantida a conversão, como especial, do tempo de serviço prestado em atividade profissional elencada como perigosa, insalubre ou penosa em rol expedido pelo Poder Executivo (Decretos nºs 53.831/64 e 83.080/79), antes da edição da Lei nº 9.032/95, independentemente da produção de laudo pericial comprovando a efetiva exposição a agente nocivo (...). Assinala ainda a ocorrência de divergência com julgados das Turmas Recursais da Bahia, São Paulo e Goiás e do STJ, sustentando que o uso de EPI não descaracteriza o enquadramento da atividade especial.
Relatados. Decido.
Estando, em princípio, configurada a divergência jurisprudencial alegada, admito o incidente, com esteio no art. 7º, inciso VI, do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização.
Publique-se. Intimem-se
Brasília, 12 de abril de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO N°:2007.70.50.016414-6
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: MARIA DA PENHA DE MACENA
PROC/ADV.: ELISANGELA PEREIRA
REQUERIDO(A): INSS
PROC/ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DECISÃO

MARIA DA PENHA DE MACENA suscita incidente de uniformização de jurisprudência dirigido à Turma Nacional de Uniformização, com fundamento no artigo 14, caput e § 2º, da Lei nº 10.259/2001, em face de decisão proferida pela Segunda Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Paraná, a qual julgou improcedente o pedido de pensão por morte, por entender que não houve comprovação do requisito legal qualidade de segurado.
Naquele julgamento, a Turma Recursal consignou que:
(...)
Do exame do conjunto probatório, verifico que não houve comprovação do requisito legal qualidade de segurado. Isso porque o último vínculo laborativo do falecido encerrou-se em 10/06/2002 (evento 57, CNIS1), tendo o óbito ocorrido em 16/07/2005 (evento 1, CERTOBT5).
Conforme ressaltou o juiz a quo, "a prova pericial produzida, conforme se vê da resposta ao quesito 7/ev66, quando o perito responde sobre ocorrência de eventual período de incapacidade durante o período de graça até 15/08/04: 'Não. É Possível afirmar incapacidade apenas a partir de junho de 2005. Não há como determinar início anterior a esta data, mesmo sabendo que, geralmente, a neoplasia de esôfago necessita de, ao menos, 6 meses para chegar ao estágio encontrado no diagnóstico'.
Não há nos autos qualquer prova que infirme a conclusão do expert e, assim, a sentença deve ser mantida, por seus próprios e jurídicos fundamentos, com base no permissivo do artigo 46, da Lei nº 9.099/95, aplicável subsidiariamente aos Juizados Especiais Federais, pois, como bem demonstrado na decisão recorrida, não foram preenchidos todos os requisitos legais para a concessão do benefício pretendido.
(...)
Alega divergência com julgados da TNU e do STJ, defendendo que a perda da qualidade, não ocorre nos casos em que o segurado deixa de contribuir para o sistema previdenciário em razão de doença incapacitante.
O incidente foi inadmitido, e a suscitante apresentou requerimento na forma do art. 15, § 4º, do RI/TNU.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Relatados, decido.
De início, verifica-se que os paradigmas colacionados não guardam a devida similitude fática com a hipótese dos autos.
A decisão combatida foi no sentido de que não há nos autos qualquer prova que a infirme, ao passo que nos julgados paradigmas decidiu-se no sentido de que o segurado que deixa de contribuir para a Previdência Social por estar incapacitado para o labor não perde esta qualidade, caso o acometimento da doença incapacitante se dê ainda no chamado "período de graça". Como se vê, em um caso o que se discute é se, de acordo com o conjunto probatório dos autos, a doença surgiu, ou não, durante o período de graça, enquanto noutro, se, no caso da incapacidade tiver surgido no período de graça, haveria a perda da qualidade de segurado.
No mais, verifica-se, em última análise, que a requerente visa ao reexame de prova, com consequente inversão da conclusão a que chegou o acórdão impugnado, na dimensão do conjunto probatório dos autos, mostrando-se manifestamente incabível o incidente de uniformização de jurisprudência suscitado.
Pelo exposto, nos termos do artigo 7º, inciso VI, do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização, não admito o incidente de uniformização de jurisprudência.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 07 de abril de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº: 2007.70.50.016493-6
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: INSS
PROC/ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL
REQUERIDO: ANA CRISTINA DOS SANTOS
PROC/ADV.: CLAUDIR DALLA COSTA

DECISÃO

O INSS suscita incidente de uniformização de jurisprudência dirigido à Turma Nacional de Uniformização, com fundamento no art. 14, § 2°, da Lei n° 10.259/2001, em face de decisão proferida pela Primeira Turma Recursal da Seção Judiciária do Paraná, que confirmou a sentença que concedeu salário-maternidade à segurada especial.
Alega o suscitante divergência com julgados da TNU, aduzindo, em síntese, que a comprovação da qualidade de segurada especial, durante o período de carência, não pode se dar com base em provas documentais extemporâneas, e nem com base na certidão de nascimento da criança em relação à qual o benefício é pretendido.
O incidente foi inadmitido.
O recorrente apresentou pedido de submissão fundado no art. 15, § 4°, do RI/TNU.
Relatados. Decido.
Estando, em princípio, configurada a divergência jurisprudencial alegada, admito o incidente, com esteio no art. 7º, inciso VI, do RI/TNU
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 18 de abril de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº: 2007.70.51.000586-7
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: EMERSON LUIZ PAIVA
PROC/ADV.: FÁBIO PUPO DE MORAES
REQUERIDO(A): INSS
PROC/ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DECISÃO

EMERSON LUIZ PAIVA suscita incidente de uniformização de jurisprudência dirigido à Turma Nacional de Uniformização, com fundamento no art. 14, § 2°, da Lei n° 10.259/2001, em face de decisão proferida pela Segunda Turma Recursal da Seção Judiciária do Paraná, que, ao manter a sentença denegatória do auxílio-doença, assim decidiu:
Ressalte-se apenas que, conforme bem entendeu o magistrado a quo, o documento apresentado pelo Hospital Municipal Maria Zélia (evento 102, OFIC1) comprova de forma irrefutável que a incapacidade a qual o autor está acometido é anterior à sua refiliação ao RGPS em outubro de 2005 (evento 01, CTPS8), bem como não possui qualquer ligação com o acidente por ele sofrido durante seu último vínculo empregatício, "haja vista que o mesmo ocorreu durante a vigência do contrato de trabalho, quando o autor já padecia do quadro infeccioso acima descrito".
Assim sendo, verifica-se que o autor não preencheu alguns dos requisitos necessários à concessão do benefício em questão, quais sejam, qualidade de segurado e carência mínima, motivo pelo qual a manutenção da sentença em sua integralidade é medida que se impõe.
O suscitante alega divergência com julgados do TRF da 3ª Região e da Turma Recursal de Goiás, aduzindo, em síntese, que a data de início da incapacidade se deu no fim do contrato de trabalho em 2007, provocado pelo agravamento das lesões do quadril e coluna que o tornaram incapaz de forma total e temporária para o trabalho, no qual ele estava exercendo a função de auxiliar de serviços gerais, tudo descrito conforme a fundamentação acima, fazendo, desta forma, jus ao benefício ora pleiteado.
O incidente foi inadmitido, e a parte apresentou pedido de submissão fundado no art. 15, § 4°, do RI/TNU.
Relatados. Decido.
De início, cumpre consignar que a Lei nº 10.259/2001, em seu artigo 14, caput, ao especificar as hipóteses de cabimento do pedido de uniformização de interpretação de lei federal, expressamente dispõe que a divergência deve envolver questões de direito material, e seu § 2° estabelece que a divergência autorizativa do incidente é aquela entre decisões de turmas de diferentes regiões ou proferida em contrariedade à súmula ou jurisprudência dominante do STJ, não se prestando a tanto arestos dos TRFs.
Verifica-se também que o suscitante não demonstrou o dissenso jurisprudencial invocado, visto que se limitou a mencionar as ementas dos julgados que supostamente seriam paradigmáticos, sem, porém, realizar o necessário cotejo analítico entre o decisum hostilizado e os paradigmas citados, no sentido de trazer as circunstâncias fáticas e jurídicas que os identificam ou assemelham, conforme determina o artigo 13 do RI/TNU.
Tem-se, ademais, que, em última análise, cuida-se de pleito em que se visa ao reexame de prova, com consequente inversão da conclusão a que chegou o acórdão impugnado, na dimensão do conjunto probatório dos autos, mostrando-se manifestamente incabível o incidente de uniformização de jurisprudência suscitado.
Ante o exposto, com fundamento no artigo 7º, inciso VI, do RI/TNU, inadmito o incidente de uniformização de jurisprudência.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 11 de abril de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº: 2007.70.51.001114-4
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: LÁZARO FERREIRA
PROC./ADV.: HÉLDER MASQUETE CALIXTI
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização suscitado por LÁZARO FERREIRA, dirigido à Turma Nacional de Uniformização, com fundamento no art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/01, em face de decisão da Primeira Turma Recursal da Seção Judiciária Paraná, que manteve a sentença que entendeu que os documentos apresentados pelo autor não servem como início de prova material, haja vista serem extemporâneos ao período que se quer provar.
Opostos embargos de declaração, foram estes rejeitados.
O suscitante alega divergência com julgados do STJ que entende que o início de prova material, de acordo com a interpretação sistemática da lei, é aquele feito mediante documentos que comprovem o exercício da atividade nos períodos a serem contados, devendo ser contemporâneos dos fatos a comprovar, indicando, ainda, o período e a função exercida pelo trabalhador.
O incidente foi inadmitido, e a parte apresentou requerimento, na forma do art. 15, § 4º, do RI/TNU.
Relatados. Decido.
Em relação à divergência jurisprudencial com o julgado do STJ, essa não se observa, haja vista que o aresto paradigma traz o mesmo entendimento da decisão hostilizada, qual seja a necessidade de que a prova documental seja contemporânea dos fatos a comprovar.
Tem-se, ademais, que, em última análise, cuida-se de pleito em que se visa ao reexame de prova, com consequente inversão da conclusão a que chegou o decisum impugnado, na dimensão do conjunto probatório dos autos, mostrando-se manifestamente incabível o incidente de uniformização de jurisprudência suscitado.
Pelo exposto, nos termos do artigo 7º, inciso VI, do RI/TNU, não admito o incidente de uniformização de jurisprudência.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 12 de abril de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº: 2007.70.51.002195-2
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE : IVAM ADAMI
ADVOGADA : MARLY APARECIDA PEREIRA FAGUNDES
REQUERIDO : INSS
PROCURADOR : PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DECISÃO

IVAM ADAMI suscita incidente de uniformização de jurisprudência dirigido à Turma Nacional de Uniformização, com fundamento no art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/2001, em face de decisão proferida pela Segunda Turma Recursal da Seção Judiciária do Paraná, que manteve a sentença que consignou que os efeitos financeiros da revisão de aposentadoria por tempo de serviço do autor devem ocorrer a partir da citação do INSS, haja vista que, no processo administrativo de concessão do benefício de aposentadoria, o segurado não requereu o reconhecimento de tempo de serviço especial, nem apresentou elemento de prova indicando o exercício de atividade especial, fazendo apenas em juízo
Alega divergência com julgados do STJ e dos TRFs da 3ª e 4ª Regiões, aduzindo, em síntese, ser possível o ingresso judicial da revisão de benefício previdenciário sem a necessidade de prévio requerimento administrativo, pelo que, é devido o pagamento das parcelas atrasadas a partir da data de entrada do requerimento, em 22/07/1992.
O incidente foi inadmitido, e o suscitante apresentou requerimento na forma do art. 15, § 4º, do RI/TNU.
Relatados, decido.
De início, verifico que inadmissível o presente pleito no que se refere à suposta dissidência com os julgados dos TRFs da 3ª e 4ª Regiões, apontados como paradigmas, restando, pois, inobservado o ditame do § 2º do art. 14 da Lei nº 10.259/2001, pelo qual o pedido de uniformização será fundado em divergência entre decisões de turmas de diferentes regiões ou da proferida em contrariedade a súmula ou jurisprudência dominante do STJ (...) (g.n.).
A propósito, a Turma Nacional de Uniformização já decidiu:
"PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DA INTERPRETAÇÃO DE LEI FEDERAL. NÃO CONHECIMENTO. VOTO DE DESEMPATE DO PRESIDENTE.
Tendo havido empate acerca do conhecimento do pedido de uniformização - para tal fim computando-se, conjuntamente, os votos que, por fundamentos diversos, dele não conheceram -, coube ao Presidente da Turma proferir o voto de desempate.
Voto de desempate no sentido de que: a) 'não se mostra possível, em sede de pedido de uniformização dirigido a esta Turma Nacional, a demonstração de divergência com fundamento em paradigmas oriundos de turma recursal da mesma região, de Tribunal Regional Federal e da própria Turma Nacional de Uniformização'; b) não são hábeis para a demonstração da divergência, in casu, julgados que 'não ventilam o tema da aplicação das Emendas Constitucionais n.º 20/98 e 41/2003, mas apenas questão inerente à incidência, no primeiro reajustamento da renda mensal inicial, do art. 21, § 3º, da Lei n.º 8.880/94, a qual fazia parte do pedido original'." (Processo nº 2006.70.51.004732-8, TNU, Relator p/ acórdão Juiz Federal Sebastião Ogê Muniz, DJ de 27/8/2008 - g.n.).
"PREVIDENCIÁRIO. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. DIVERGÊNCIA DA TURMA RECURSAL/PB COM O STJ. APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. REVISÃO DA R.M.I. AUSÊNCIA DE PARADIGMA.
(...).
4. Só é cabível o incidente de uniformização em questões de direito material, fundado em divergência entre decisões de Turmas Recursais de diferentes Regiões ou em contrariedade à súmula ou jurisprudência dominante do STJ (§ 2º do art. 14 da Lei 10.259/2001, c/c o art. 2º da Resolução 390/2004 do CJF).
5. No caso, o Recorrente não atendeu à exigência legal, uma vez que o Acórdão apontado como paradigma, do TRF da 5ª Região (AC 79.712/PB, da relatoria do atual Ministro José Delgado, transcrito às fls. 106/107), não foi proferido por Turma Recursal dos JEFs.
6. Pedido não conhecido, em face da ausência de paradigma." (Processo nº 2003.82.10.000957-7, TNU, Relator Juiz Federal Hélio Silvio Ourem Campos, DJ de 23/5/2006 - g.n.).
Em relação à divergência jurisprudencial com julgados do STJ, verifica-se que eles não guardam similitude fático-jurídica com a hipótese dos autos.
Com efeito, a decisão colegiada ora vergastada entendeu que os efeitos financeiros da revisão de aposentadoria por tempo de serviço do autor devem ocorrer a partir da citação do INSS, haja vista que no processo administrativo de concessão do benefício de aposentadoria o segurado não requereu o reconhecimento de tempo de serviço especial, nem apresentou elemento de prova indicando o exercício de atividade especial, fazendo apenas em juízo. Já os arestos paradigmas trazem que a prévia postulação administrativa não é condição para propositura de ação de natureza previdenciária.
Ademais, tem-se que, em última análise, cuida-se de pleito em que se visa ao reexame de prova, com consequente inversão da conclusão a que chegou o decisum impugnado, na dimensão do conjunto probatório dos autos, mostrando-se manifestamente incabível o incidente de uniformização de jurisprudência suscitado.
Pelo exposto, nos termos do artigo 7º, inciso VI, do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização, não admito o incidente de uniformização de jurisprudência.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 12 de abril de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº: 2007.70.53.001575-1
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: MARIA JOSÉ DE ALMEIDA GASPAR
PROC/ADV.: JOÃO LUIZ AGNER REGIANI
REQUERIDO(A): INSS
PROC/ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DECISÃO

MARIA JOSÉ DE ALMEIDA GASPAR suscita incidente de uniformização de jurisprudência dirigido à Turma Nacional de Uniformização, com fundamento no art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/2001, em face de decisão proferida pela Primeira Turma Recursal da Seção Judiciária do Paraná, que não reconheceu o exercício da atividade especial desenvolvida pela autora, tendo em vista que não restou configurada a sua exposição a agentes nocivos de forma habitual e permanente.
A suscitante alega divergência jurisprudencial com acórdãos dos Tribunais Regionais Federal da 1ª, 3ª e 4ª Regiões, Tribunal de Justiça do Estado do Paraná e Turma Recursal da Bahia, aduzindo, em síntese, que ela esteve exposta a agentes nocivos de modo habitual e permanente quando do exercício da atividade de zeladora.
O incidente foi inadmitido, e a suscitante apresentou requerimento de remessa, nos termos do art. 15, § 4°, RI/TNU.
Relatados. Decido.
De início, verifico que inadmissível o presente pleito no que se refere à suposta dissidência com julgados dos Tribunais Regionais Federais e do Tribunal de Justiça do Paraná, apontados como paradigma, restando, pois, inobservado o ditame do § 2º do art. 14 da Lei nº 10.259/2001, pelo qual o pedido de uniformização será fundado em divergência entre decisões de turmas de diferentes regiões ou da proferida em contrariedade a súmula ou jurisprudência dominante do STJ (...) (g.n.).

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

A propósito, a Turma Nacional de Uniformização já decidiu:
"PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DA INTERPRETAÇÃO DE LEI FEDERAL. NÃO CONHECIMENTO. VOTO DE DESEMPATE DO PRESIDENTE.
Tendo havido empate acerca do conhecimento do pedido de uniformização - para tal fim computando-se, conjuntamente, os votos que, por fundamentos diversos, dele não conheceram -, coube ao Presidente da Turma proferir o voto de desempate.
Voto de desempate no sentido de que: a) 'não se mostra possível, em sede de pedido de uniformização dirigido a esta Turma Nacional, a demonstração de divergência com fundamento em paradigmas oriundos de turma recursal da mesma região, de Tribunal Regional Federal e da própria Turma Nacional de Uniformização'; b) não são hábeis para a demonstração da divergência, in casu, julgados que 'não ventilam o tema da aplicação das Emendas Constitucionais n.º 20/98 e 41/2003, mas apenas questão inerente à incidência, no primeiro reajustamento da renda mensal inicial, do art. 21, § 3º, da Lei n.º 8.880/94, a qual fazia parte do pedido original'." (Processo nº 2006.70.51.004732-8, TNU, Relator p/ acórdão Juiz Federal Sebastião Ogê Muniz, DJ de 27/8/2008 - g.n.).
"PREVIDENCIÁRIO. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. DIVERGÊNCIA DA TURMA RECURSAL/PB COM O STJ. APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. REVISÃO DA R.M.I. AUSÊNCIA DE PARADIGMA.
(...).
4. Só é cabível o incidente de uniformização em questões de direito material, fundado em divergência entre decisões de Turmas Recursais de diferentes Regiões ou em contrariedade à súmula ou jurisprudência dominante do STJ (§ 2º do art. 14 da Lei 10.259/2001, c/c o art. 2º da Resolução 390/2004 do CJF).
5. No caso, o Recorrente não atendeu à exigência legal, uma vez que o Acórdão apontado como paradigma, do TRF da 5ª Região (AC 79.712/PB, da relatoria do atual Ministro José Delgado, transcrito às fls. 106/107), não foi proferido por Turma Recursal dos JEFs.
6. Pedido não conhecido, em face da ausência de paradigma." (Processo nº 2003.82.10.000957-7, TNU, Relator Juiz Federal Hélio Silvio Ourem Campos, DJ de 23/5/2006 - g.n.).
No mais, verifica-se que a suscitante, com vistas a configurar a divergência, colacionou aresto da Turma Recursal da Bahia, mas deixou de acostar aos autos as cópias do inteiro teor do referido julgado, requisito obrigatório à admissibilidade do recurso, conforme preceitua a Questão de Ordem nº 03/TNU.
Pelo exposto, nos termos do artigo 7º, inciso VI, do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização, não admito o incidente de uniformização de jurisprudência.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 12 de abril de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº: 2007.70.54.000086-0
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL DA FAZENDA NACIONAL
REQUERIDO(A): HENRIQUE JOSÉ CHICHOCKI
PROC./ADV.: EMANUELLE SILVEIRA DOS SANTOS

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização suscitado pela UNIÃO, com fulcro no art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/01, dirigido à Turma Nacional de Uniformização, em face de decisão da Turma Recursal da Seção Judiciária do Paraná, a qual julgou procedente pedido de repetição de indébito, referente à incidência de imposto de renda sobre valores recebidos a título de aposentadoria complementar.
Alega a suplicante que a decisão combatida, ao dar provimento ao pedido e determinar a devolução dos valores indevidamente recolhidos, não levou em consideração eventuais devoluções ocorridas no ajuste anual do imposto de renda, divergindo de julgados do STJ, onde fica consignado que a ora requerente pode provar que o tributo foi restituído na declaração de ajuste anual.
O incidente foi inadmitido e a parte apresentou requerimento, na forma do art. 15, § 4º, do RI/TNU.
Relatados, decido.
A Lei nº 10.259/2001, em seu artigo 14, ao tratar sobre o cabimento do pedido de uniformização de interpretação de lei federal, impõe, para o conhecimento da divergência, que a questão versada seja de direito material.
No mesmo sentido, o artigo 6º do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização prevê a competência da Turma Nacional para processar e julgar o incidente de uniformização de interpretação de lei federal, desde que trate sobre questões de direito material.
Nestes termos, a divergência autorizativa do pedido de uniformização de jurisprudência é a existente entre decisões que versem sobre questões de direito material proferidas por Turmas Recursais de diferentes Regiões ou em contrariedade à Súmula ou jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça.
In casu, o incidente suscitado fundou-se em questão processual, qual seja, a produção de provas, visando discutir os valores a serem restituídos, o que impede o conhecimento do presente incidente.
Frente ao exposto, com fundamento no art. 7º, inciso VI, do RI/TNU, não admito o presente incidente de uniformização.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 29 de março de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº: 2007.70.60.002080-8
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: CICERA FERREIRA DOS SANTOS
PROC./ADV.: JOÃO ALVES DIAS FILHO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização suscitado por CICERA FERREIRA DOS SANTOS, dirigido à Turma Nacional de Uniformização, com fulcro no art. 14, § 2º, da Lei 10.259/01, em face de decisão da Segunda Turma Recursal da Seção Judiciária do Paraná que manteve a sentença de improcedência do pedido de restabelecimento do auxílio-doença, ou concessão de aposentadoria por invalidez, sob o entendimento de que a autora não preencheu os requisitos necessários.
Sustenta a requerente que a decisão combatida diverge de julgado da Turma Recursal de Mato Grosso, segundo o qual, é devido o auxílio-doença àqueles que, apesar de parcialmente incapazes para o trabalho, encontram-se em condições sócio-econômica e cultural desfavoráveis, sendo improvável sua reinserção no mercado de trabalho.
O incidente foi inadmitido, e a parte suscitante apresentou requerimento, na forma do art. 15, § 4º, do RI/TNU.
Relatados. Decido.
O incidente não reúne condições de avançar, tendo em conta que a decisão trazida como paradigma não guarda a devida similitude fática e jurídica com a hipótese dos autos.
Com efeito, o acórdão combatido assim consignou, verbis:
A considerar a profissão exercida (agricultor), é provável que as atividades demandem esforços físicos. Porém, em se tratando de regime de economia familiar, conforme já destacado pelo Juízo a quo, a parte autora pode delegar as funções que lhe exijam sobrecarga de peso para os demais membros do grupo, deixando para si apenas as menos impactantes. Diante desse quadro, não é possível concluir pela incapacidade para o trabalho.
É importante destacar, ainda, que doença não se confunde com incapacidade; isto é, a existência de uma patologia não acarretará, necessariamente, em incapacidade.
Por outro lado, o acórdão paradigma, ao exame do caso concreto, considerou devido o benefício, porquanto preenchidos os requisitos.
Tem-se ainda, que, em última análise, cuida-se de pleito em que se visa ao reexame de prova, com consequente inversão da conclusão a que chegou a decisão impugnada, na dimensão do conjunto probatório dos autos, mostrando-se manifestamente incabível o incidente de uniformização de jurisprudência suscitado.
Frente ao exposto, com fundamento no art. 7º, inciso VI, do RI/TNU, não admito o presente incidente de uniformização.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 13 de abril de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº: 2007.70.61.001019-8
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: MARIZETE LOPES DA CUNHA
PROC./ADV.: IZAIAS LINO DE ALMEIDA
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização suscitado por MARIZETE LOPES DA CUNHA, com fundamento no artigo 14, § 2º, da Lei nº 10.259/2001, em face de decisão proferida pela Turma Recursal Suplementar da Seção Judiciária do Paraná, a qual manteve sentença que julgou improcedente o pedido de concessão do benefício previdenciário, por entender que "o laudo foi taxativo quanto à ausência de incapacidade para o exercício das atividades laborais, mas apenas uma redução de 25% da capacidade laboral específica e genérica, 'mas passível de melhora com medidas terapêuticas adequadas e boa adesão da autora ao tratamento'".
Alega divergência com julgados dos TRF's da 2ª e 5ª Regiões, aduzindo, em síntese, que o reconhecimento da incapacidade para o trabalho não deve limitar-se à constatação de invalidez orgânica ou física, mas também a fatores sociais, culturais e econômicos, como o lugar em que se vive, a qualificação profissional, a situação financeira, entre outros aspectos.
O incidente foi inadmitido e a parte apresentou requerimento, na forma do art. 15, § 4º, do RI/TNU.
Relatados. Decido.
A divergência autorizadora do pedido de uniformização de jurisprudência dirigido à TNU é aquela fundada entre decisões de turmas de diferentes regiões ou da proferida em contrariedade a súmula ou jurisprudência dominante do STJ, sendo, portanto, incabível o pedido com fundamento em dissídio com Tribunais Regionais Federais ou Turmas Recursais da mesma Região. Assim sendo, inadmissível o pleito porquanto fundado em divergência com julgados de Tribunais Regionais Federais.
Frente ao exposto, com base no artigo 7º, inciso VI, do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização, não admito o presente incidente de uniformização.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 14 de abril de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO N°: 2007.70.62.000663-5
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE : INSS
PROC/ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): NERCI RODRIGUES BARBOSA
PROC/ADV.: ZINLÂNDIA PEREIRA ALVES E OUTRO

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização de jurisprudência interposto pelo INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS, com fundamento no artigo 14, caput e § 2º, da Lei nº 10.259/2001, em face de decisão proferida por Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Paraná, cujo entendimento foi no sentido de que, apesar de a perícia ter concluído que a autora não é incapacitada totalmente para as atividades laborais, para fins de concessão dos benefícios por incapacidade, devem ser consideradas também as condições sócio-culturais da segurada, as quais a impedem de se reinserir no concorrido mercado de trabalho.
Alega o requerente divergência com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, aduzindo, em síntese, a incapacidade deve ser avaliada apenas sob o ponto de vista físico-funcional, sendo irrelevantes as demais condições pessoais, sociais e econômicas do segurado, não se admitindo incapacidade parcial como suficiente para concessão do benefício.
O incidente foi inadmitido e o suscitante apresentou requerimento na forma do art. 15, § 4º, do RI/TNU.
Relatados, decido.
Verifica-se que a combatida decisão entendeu pela concessão da aposentadoria por invalidez, com base não apenas na incapacidade parcial da autora, mas também com as demais circunstâncias do caso concreto, como suas condições sócio-econômicas que dificultam sobremaneira seu retorno ao concorrido mercado de trabalho.
Tal posicionamento se afina com a atual jurisprudência dominante das Turmas integrantes da 3ª Seção do STJ, cujos entendimentos são no sentido de que, em se tratando de concessão de benefícios por incapacidade, ainda que o laudo pericial tenha concluído pela incapacidade parcial, devem ser observadas as condições sócio-econômicas, profissionais e culturais do segurado.
Nesse sentido, destaco os seguintes precedentes:
PREVIDENCIÁRIO. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. LAUDO PERICIAL CONCLUSIVO PELA INCAPACIDADE PARCIAL DO SEGURADO. NÃO VINCULAÇÃO. CIRCUNSTÂNCIA SÓCIO-ECONÔMICA, PROFISSIONAL E CULTURAL FAVORÁVEL À CONCESSÃO DO BENEFÍCIO. RECURSO DESPROVIDO.
1. Os pleitos previdenciários possuem relevante valor social de proteção ao Trabalhador Segurado da Previdência Social, devendo ser, portanto, julgados sob tal orientação exegética.
2. Para a concessão de aposentadoria por invalidez devem ser considerados outros aspectos relevantes, além dos elencados no art. 42 da Lei 8.213/91, tais como, a condição sócio-econômica, profissional e cultural do segurado.
3. Embora tenha o laudo pericial concluído pela incapacidade parcial do segurado, o Magistrado não fica vinculado à prova pericial, podendo decidir contrário a ela quando houver nos autos outros elementos que assim o convençam, como no presente caso.
4. Em face das limitações impostas pela avançada idade, bem como pelo baixo grau de escolaridade, seria utopia defender a inserção do segurado no concorrido mercado de trabalho, para iniciar uma nova atividade profissional, motivo pelo faz jus à concessão de aposentadoria por invalidez.
5. Agravo Regimental do INSS desprovido (AgRg no REsp nº 1.055.886/PB, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, QUINTA TURMA, DJe de 09/11/2009).
PREVIDENCIÁRIO. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. LAUDO PERICIAL CONCLUSIVO PELA INCAPACIDADE PARCIAL DO SEGURADO. POSSIBILIDADE DE AFERIÇÃO DOS REQUISITOS NECESSÁRIOS À CONCESSÃO DA APOSENTADORIA POR INVALIDEZ, UTILIZANDO-SE OUTROS MEIOS.
1. Ainda que o sistema previdenciário seja contributivo, não há como desvinculá-lo da realidade social, econômica e cultural do país, onde as dificuldades sociais alargam, em muito, a fria letra da lei.
2. No Direito Previdenciário, com maior razão, o magistrado não está adstrito apenas à prova pericial, devendo considerar fatores outros para averiguar a possibilidade de concessão do benefício pretendido pelo segurado.
3. Com relação à concessão de aposentadoria por invalidez, este Superior Tribunal de Justiça possui entendimento no sentido da desnecessidade da vinculação do magistrado à prova pericial, se existentes outros elementos nos autos aptos à formação do seu convencimento, podendo, inclusive, concluir pela incapacidade permanente do segurado em exercer qualquer atividade laborativa, não obstante a perícia conclua pela incapacidade parcial.
4. Agravo regimental a que se nega provimento (AgRg no Ag nº 1.102.739/GO, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEXTA TURMA, DJe de 09/11/2009).
Pelo exposto, com fundamento no artigo 7º, inciso VII, alínea "b", do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização, NEGO SEGUIMENTO ao incidente de uniformização.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 26 de abril de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

PROCESSO N°: 2007.70.66.001013-3
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: ANTONIO FELICIO SOBRINHO
PROC/ADV.: AFONSO BUENO SANTANA
REQUERIDO(A): INSS
PROC/ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DECISÃO

ANTONIO FELICIO SOBRINHO suscita incidente de uniformização de jurisprudência dirigido à Turma Nacional de Uniformização, com fundamento no artigo 14, caput e § 2º, da Lei nº 10.259/2001, em face de decisão proferida pela Turma Recursal Suplementar dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Paraná que manteve a sentença que julgou improcedente o pedido de aposentadoria rural por idade, por entender que não foi possível averbar o tempo de serviço posterior a 1995, uma vez que os documentos acostados aos autos não teriam sido corroborados pelos depoimentos das testemunhas, não se prestando a amparar a pretensão.
Alega divergência com julgados do STJ, defendendo que houve a efetiva comprovação do cumprimento dos requisitos legais para a obtenção do benefício previdenciário.
O incidente foi inadmitido e a parte suscitante apresentou requerimento na forma do art. 15, § 4º, do RI/TNU.
Cuida-se de pleito em que se visa ao reexame de prova, com consequente inversão da conclusão a que chegou o acórdão impugnado, na dimensão do conjunto probatório dos autos, mostrando-se manifestamente incabível o incidente de uniformização de jurisprudência suscitado.
Pelo exposto, nos termos do artigo 7º, inciso VI, do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização, não admito o incidente de uniformização de jurisprudência.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 09 de maio de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO N°: 2007.70.66.001286-5
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: MARIA ROLIN MENDES
PROC/ADV.: ANA PAULA PORTES DE FREITAS
REQUERIDO(A): INSS
PROC/ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DECISÃO

MARIA ROLIN MENDES suscita incidente de uniformização de jurisprudência dirigido à Turma Nacional de Uniformização, com fundamento no art. 14, § 2°, da Lei n° 10.259/2001, em face de decisão proferida pela Segunda Turma Recursal da Seção Judiciária do Paraná, que deu provimento ao recurso do INSS para reformar sentença que concedeu o benefício de aposentadoria por idade rural. Fundamenta-se o acórdão recorrido na inexistência de prova material suficiente a conduzir à concessão do benefício.
Alega a suscitante divergência com julgados do STJ e do TRF/4, aduzindo, em síntese, que apresentou documentos aptos a comprovar a sua condição de trabalhadora rural.
O incidente foi inadmitido.
A recorrente apresentou pedido de submissão fundado no art. 15, § 4°, do RI/TNU.
Relatados. Decido.
Estando, em princípio, configurada a divergência jurisprudencial alegada, admito o incidente, com esteio no art. 7º, inciso VI, do RI/TNU
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 04 de maio de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº: 2007.71.50.022160-0
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - ECT
PROC./ADV.: SANDRO OSNI DA SILVA GOMES
REQUERIDO(A): FERNANDA HOFFMANN HAINZENREDER
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização suscitado pela EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS, com fulcro no art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/01, em face de decisão da Primeira Turma Recursal da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul, a qual confirmou a sentença que acolheu o pedido de indenização por danos materiais decorrentes do extravio de correspondência.
Sustenta a parte suscitante que a decisão combatida diverge do entendimento jurisprudencial do STJ, a qual teria concluído pelo descabimento da indenização quando o emitente não tiver declarado o valor do conteúdo da correspondência.
O incidente foi inadmitido e a parte apresentou requerimento, na forma do art. 15, § 4º, do RI/TNU.
Relatados. Decido.
Em análise aos autos, verifica-se que não há divergência entre a decisão hostilizada e o julgado do STJ colacionado nas razões recursais da suscitante, senão vejamos:
A Turma Recursal da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul, ao condenar a parte ré ao pagamento de indenização por danos materiais decorrentes do extravio de correspondência, entendeu que, apesar de não ter sido declarado o conteúdo da mercadoria enviada, a parte autora comprovou por outros meios a efetiva aquisição da mercadoria. No mesmo sentido, o julgado do STJ colacionado pela suscitante aduz que a alegação de que a correspondência extraviada continha objeto de valor deve ser provada pelo autor, ainda que seja objetiva a responsabilidade dos Correios.
Em último caso, cuida-se ainda de pleito em que se visa ao reexame de prova, com consequente inversão da conclusão a que chegou o acórdão impugnado, na dimensão do conjunto probatório dos autos, mostrando-se manifestamente incabível o incidente de uniformização de jurisprudência suscitado.
Pelo exposto, nos termos do artigo 7º, inciso VI, do RI/TNU, não admito o incidente de uniformização de jurisprudência.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 24 de março de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO N°: 2007.71.51.000686-2
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE : JOSÉ FERNANDES VALÉRIO
ADVOGADA: PABLO PEREIRA DE MATTOS
REQUERIDO: INSS
PROCURADOR: PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DECISÃO

JOSÉ FERNANDES VALÉRIO suscita incidente de uniformização de jurisprudência dirigido à Turma Nacional de Uniformização, com fundamento no art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/2001, em face de decisão proferida pela Primeira Turma Recursal da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul, que entendeu que, acerca do período anterior a vigência da Lei nº 3.087/60, esse não pode ser reconhecido como especial, haja vista que a aposentadoria especial somente foi instituída com a referida norma.
Alega divergência com julgados do TRF da 1ª Região e da Primeira Turma Recursal da Bahia, aduzindo, em síntese, que tendo sido comprovado o exercício de atividade especial deve o período de 04/10/1946 a 25/08/1960 ser reconhecido como especial.
O incidente foi inadmitido, e o suscitante apresentou requerimento na forma do art. 15, § 4º, do RI/TNU.
Relatados, decido.
Estando, em princípio, configurada a divergência jurisprudencial alegada, admito o incidente, com esteio no art. 7º, inciso VI, do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 26 de abril de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº: 2007.71.52.000872-7
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: NEIDA REGINA STORTI DE BARROS
PROC./ADV.: CARLOS BERKENBROCK E OUTRO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização suscitado por NEIDA REGINA STORTI DE BARROS, com fulcro no art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/01, em face de decisão proferida pela Primeira Turma Recursal da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul que, manteve a sentença que julgou improcedente o pedido de revisão do benefício de aposentadoria especial mediante reflexos do reajuste do menor valor teto pelo INPC.
Sustenta a requerente que a decisão combatida diverge de julgados do TRF da 4ª Região, da Turma Recursal de Santa Catarina e do STJ, aduzindo, em síntese, que o cálculo do menor valor teto para o salário-de-benefício deve ser corrigido pelo INPC.
O incidente foi inadmitido, e a parte apresentou requerimento, nos moldes do art. 15, § 4º, do RI/TNU.
Relatados, decido.
A Lei nº 10.259/2001, em seu artigo 14, caput, ao especificar as hipóteses de cabimento do pedido de uniformização de interpretação de lei federal, expressamente dispõe que a divergência deve envolver questões de direito material, e seu § 2° estabelece que a divergência autorizativa do incidente é aquela entre decisões de turmas de diferentes regiões ou proferida em contrariedade à súmula ou jurisprudência dominante do STJ, não se prestando a tanto o aresto do Tribunal Regional Federal invocado pela requerente.
Em relação ao julgado do STJ, o incidente também não reúne condições de avançar.
Ao reformar a sentença, o acórdão combatido considerou que, apesar de o INSS não ter utilizado o INPC para correção do menor valor teto, na hipótese, não causou prejuízo aos segurados: a) aposentados entre maio de 1982 e dezembro de 1986; e b) aposentados entre março de 1987 e agosto de 1987. A requerente teve implantando seu benefício a partir de maio de 1982.
Dessa forma, tem-se que a requerente visa ao reexame de provas, com a consequente inversão a que chegou o acórdão impugnado, mostrando-se manifestamente incabível o incidente de uniformização suscitado.
Pelo exposto, com fundamento no artigo 7º, inciso VI, do RI/TNU, não admito o incidente de uniformização.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 12 de abril de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº: 2007.71.52.003011-3
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: ARI OSÓRIO DE OLIVEIRA
PROC./ADV.: CARLOS BERKENBROCK
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização suscitado por ARI OSÓRIO DE OLIVEIRA, dirigido à Turma Regional de Uniformização da 4ª Região, em face de decisão proferida pela Primeira Turma Recursal da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul.
O incidente foi inadmitido pela Presidência da Segunda Turma Recursal.
A suplicante, por sua vez, requereu o envio do incidente para a Turma Nacional de Uniformização.
Ocorre, contudo, que o presente pedido de uniformização foi interposto com base no § 1º do art. 14, da Lei nº 10.259/01, contendo decisões paradigma da mesma Região, não sendo, portanto, a Turma Nacional competente para apreciar o presente incidente.
Frente ao exposto, remetam-se os autos à presidência da Turma Regional dos Juizados Especiais Federais da 4ª Região.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 21 de março de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº: 2007.71.55.003558-7
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: EVA EVANIR VARGAS DA SILVA
PROC./ADV.: PAULO ROBERTO CACENOTE E OUTROS
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DECISÃO

EVA EVANIR VARGAS DA SILVA suscita incidente de uniformização de jurisprudência dirigido à Turma Nacional de Uniformização, com fundamento no artigo 14, § 2º, da Lei nº 10.259/2001, em face da decisão da Primeira Turma Recursal da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul, que manteve a sentença que assim entendeu:
Em que pese a descrição dos agentes nocivos constantes do laudo pericial
fornecido pela empregadora, observo, de plano, que eles não encontram previsão de enquadramento na legislação previdenciária para fins de reconhecimento da especialidade do labor.
Nesse aspecto, convém ressaltar que o contato com agentes químicos comumente encontrados nos produtos de limpeza - em geral o álcalis cáustico - não determina a especialidade da atividade desempenhada pela autora, por se tratar de material comum de limpeza, utilizado, entre outros, por todos aqueles que fazem atividades domésticas os quais, evidentemente, não são hábeis a caracterizar insalubridade, em situações normais de utilização, exatamente como entendo ocorrer no caso dos autos.
Do mesmo modo, no que pertine ao risco de contato com agentes biológicos, decorrentes da limpeza de sanitários, não há como se admitir que a exposição ocorresse de forma continuada e permanente.
Ademais, reforça o entendimento da eventualidade, a existência de inúmeras outras atividades realizadas pelos serventes - o que, por si só, afasta o reconhecimento da especialidade do labor, já que para isso, a atividade e o contato com agentes nocivos e prejudiciais a saúde deve ocorrer de forma habitual e permanente.
Assim, concluo que a autora não logrou comprovar que o exercício de atividade especial no período controverso, sendo improcedente o pedido formulado nos autos.
Opostos embargos de declaração, foram esses rejeitados.
Em seu pleito, a suscitante alega que o entendimento da Primeira Turma Recursal do Rio Grande do Sul diverge de julgados da TNU, da Turma Recursal de Campinas e do STJ, aduzindo, em síntese, que antes da Lei 9.032/95, para a caracterização da atividade especial, não havia a necessidade de exposição permanente e habitual aos agentes nocivos. Alega ainda que a simples apresentação do formulário SB-40 gera a presunção da existência de insalubridade na atividade desenvolvida.
O incidente foi inadmitido, e a suscitante apresentou requerimento na forma do art. 15, § 4º, do RI/TNU.
Relatados. Decido.
De início, verifica-se que a suscitante não demonstrou o dissenso jurisprudencial invocado, visto que se limitou a mencionar as ementas dos julgados que supostamente seriam paradigmáticos, sem, porém, realizar o necessário cotejo analítico entre o decisum hostilizado e os paradigmas citados, no sentido de trazer as circunstâncias fáticas e jurídicas que os identificam ou assemelham, conforme determina o artigo 13 do RI/TNU.
Tem-se, ademais, que, em última análise, cuida-se de pleito em que se visa ao reexame de prova, com consequente inversão da conclusão a que chegou o acórdão impugnado, na dimensão do conjunto probatório dos autos, mostrando-se manifestamente incabível o incidente de uniformização de jurisprudência suscitado.
Pelo exposto, com fundamento no artigo 7º, inciso VI, do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização, não admito o pedido de uniformização.
Publique-se. Intimem-se
Brasília, 19 de abril de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

PROCESSO Nº: 2007.71.56.000765-5
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: VERA BEATRIZ SALDANHA NOCCHI
PROC./ADV.: CARLOS BERKENBROCK
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização suscitado por VERA BEATRIZ SALDANHA NOCCHI, dirigido à Turma Regional de Uniformização da 4ª Região, em face de decisão proferida pela Primeira Turma Recursal da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul.
O incidente foi inadmitido pela Presidência da Segunda Turma Recursal.
A suplicante, por sua vez, requereu o envio do incidente para a Turma Nacional de Uniformização.
Ocorre, contudo, que o presente pedido de uniformização foi interposto com base no § 1º do art. 14, da Lei nº 10.259/01, contendo decisões paradigma da mesma Região, não sendo, portanto, a Turma Nacional competente para apreciar o presente incidente.
Frente ao exposto, remetam-se os autos à presidência da Turma Regional dos Juizados Especiais Federais da 4ª Região.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 22 de março de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº: 2007.71.58.005940-5
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: IVO DOS SANTOS
ADVOGADA: IVANA MATTES PEDROSO E OUTRO
REQUERIDO: INSS
PROCURADOR: PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DECISÃO

IVO DOS SANTOS suscita incidente de uniformização de jurisprudência dirigido à Turma Nacional de Uniformização, com fundamento no art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/2001, em face de decisão proferida pela Primeira Turma Recursal da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul, que manteve a sentença que julgou improcedente o pedido de reconhecimento do tempo de atividade especial em período pleiteado pelo suscitante, haja vista que o formulário DSS-8030, por ter sido preenchido pelo sindicato com base na CPTS e informações do próprio autor, não se constitui em prova idônea.
O suscitante alega divergência com julgado do STJ que entende que o sindicato tem legitimidade ativa para propor ação mandamental coletiva em que se almeja a compensação de contribuição previdenciária indevidamente recolhida.
O incidente foi inadmitido, e o suscitante apresentou requerimento na forma do art. 15, § 4º, do RI/TNU.
Relatados, decido.
Inicialmente, observa-se que o requerente não demonstrou o dissenso jurisprudencial alegado, posto que não procedeu ao indispensável cotejo analítico entre o acórdão recorrido e o paradigma trazido à colação (RI/TNU, art. 13).
Quanto ao mais, verifica-se que o aresto do STJ indicado como paradigma não guarda a devida similitude fática com a hipótese dos autos.
Com efeito, a sentença mantida pela decisão ora impugnada, ao analisar as provas acostadas aos autos, entendeu que o formulário DSS-8030, por ter sido preenchido pelo sindicato com base na CPTS e informações do próprio autor, não se constitui em prova idônea. Já o aresto paradigma sustenta que o sindicato tem legitimidade ativa para propor ação mandamental coletiva em que se almeja a compensação de contribuição previdenciária indevidamente recolhida.
Pelo exposto, nos termos do artigo 7º, inciso VI, do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização, não admito o incidente de uniformização de jurisprudência.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 26 de abril de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº: 2007.71.58.006842-0
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: JORGE MANZONI LEMES
PROC./ADV.: CARLA FERNANDA CABERLON E OUTRA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização suscitado por JORGE MANZONI LEMES, com fulcro no art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/01, em face de decisão da Primeira Turma Recursal da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul que, mantendo a sentença, entendeu que não é possível realizar a conversão de tempo especial em comum no período após 28.05.1998.
O suscitante sustenta divergência com julgado do Superior Tribunal de Justiça, que entende que o trabalhador que tenha exercido atividades em condições especiais, mesmo que posteriores a maio de 1998, tem direito adquirido, protegido constitucionalmente, à conversão do tempo de serviço, de forma majorada, para fins de aposentadoria comum.
O incidente foi inadmitido, e a parte apresentou requerimento, na forma do art. 15, § 4º, do RI/TNU.
Relatados. Decido.
Estando configurada a divergência jurisprudencial alegada, com fundamento no artigo 7º, inciso VI, do RI/TNU, admito o presente.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 26 de abril de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº: 2007.71.58.008702-4
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: VITALINA DOS SANTOS SCHMIDT
PROC./ADV.: MARIA ADIR MESSA TORRES E OUTRO
REQUERIDO(A) : INSS
PROC./ADV. : PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DECISÃO

VITALINA DOS SANTOS SCHMIDT suscita incidente de uniformização de jurisprudência dirigido à Turma Nacional de Uniformização, com supedâneo no artigo 14, § 2º, da Lei n.º 10.259/2001, contra decisão proferida pela Segunda Turma Recursal da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul, a qual manteve a sentença de desprovimento do pedido de aposentadoria rural, sob o entendimento de que o trabalho rural deve ser comprovado no período imediatamente anterior ao requerimento administrativo, o que não teria ocorrido na espécie.
Afirma a postulante que a decisão diverge do entendimento do STJ, da TNU e das Turmas Recursais do Rio de Janeiro e do Mato Grosso, aduzindo, em síntese, que não é necessário o implemento simultâneo dos requisitos da idade e do cumprimento da carência.
Inadmitido o incidente, a recorrente apresentou requerimento nos moldes do artigo 15, § 4º, do RI/TNU.
Relatados. Decido.
A irresignação não logra prosperar.
Incide, na hipótese, a Súmula 13 desta TNU, pois há diversos precedentes recentes da Turma Nacional no sentido de que o art. 3º da Lei 10.666/03 não se aplica às aposentadorias rurais, em que não há contribuição.
Neste sentido, verbis:
I - PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA RURAL POR IDADE.
II - CIDADÃO QUE, CONFORME A TABELA DO ART. 142 DA LEI Nº 8.213/91, TRABALHOU NO CAMPO PELO TEMPO EQUIVALENTE AO DA CARÊNCIA DA APOSENTADORIA NO ANO EM QUE COMPLETOU A IDADE MÍNIMA, MAS QUE JÁ ESTAVA AFASTADO DAS EFETIVAS LIDAS RURAIS E COM OFÍCIOS URBANOS HÁ TEMPOS ANTES DE ATINGIR A IDADE E DAR ENTRADA NO SEU REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO.
III - DESNECESSIDADE DO CUMPRIMENTO SIMULTÂNEO DOS REQUISITOS CARÊNCIA E IDADE PARA O DIREITO A BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO, CONFORME PREVÊ O ART. 3º, § 1º, DA LEI Nº 10.666, DE 2003 E RECONHECE A JURISPRUDÊNCIA.
IV - A APOSENTADORIA RURAL, PORÉM, TEM REQUISITO ADICIONAL ESPECÍFICO DE QUE DEVE SER COMPROVADO O EFETIVO EXERCÍCIO DA ATIVIDADE RURAL EM PERÍODO LOGO ANTECEDENTE AO REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO. EXIGÊNCIA ESTA REITERADA NOS ARTS. 39, INCISO I; 48, § 2º; E 143, TODOS DA LEI Nº 8.213, DE 1991. (grifo nosso)
V - CONSOANTE JÁ ASSENTADO PELA TNU, "COMO SE EXTRAI DOS ARTIGOS 39, INCISO I; 48, § 2º; E 143, TODOS DA LEI Nº 8.213, DE 1991, PREOCUPOU-SE O LEGISLADOR (PROVA DISTO É A REITERAÇÃO DA EXIGÊNCIA EM TRÊS ARTIGOS DISTINTOS) EM CONDICIONAR A OUTORGA DE APOSENTADORIA ÀQUELES QUE COMPROVEM EXERCÍCIO DE ATIVIDADE RURÍCOLA NO PERÍODO IMEDIATAMENTE ANTERIOR AO REQUERIMENTO. TEVE POR ESCOPO, DESTARTE, AMPARAR ÀQUELES TRABALHADORES QUE ESTEJAM DE FATO À MARGEM DO MERCADO FORMAL DE TRABALHO E, MAIS ESPECIFICAMENTE, DO MERCADO URBANO. DESTINAM-SE AS NORMAS, PORTANTO, ÀQUELES QUE LABUTAM SEM PERSPECTIVA DE LOGRAR UMA APOSENTADORIA DO REGIME CONTRIBUTIVO. (...) O ARTIGO 3º, § 1º, DA LEI Nº 10.666, DE 2003 ("NA HIPÓTESE DE APOSENTADORIA POR IDADE, A PERDA DA QUALIDADE DE SEGURADO NÃO SERÁ CONSIDERADA PARA A CONCESSÃO DESSE BENEFÍCIO, DESDE QUE O SEGURADO CONTE COM, NO MÍNIMO, O TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO CORRESPONDENTE AO EXIGIDO PARA EFEITO DE CARÊNCIA NA DATA DO REQUERIMENTO DO BENEFÍCIO"), COMO SE INFERE DE SEU PRÓPRIO TEOR - HÁ EXPRESSA REFERÊNCIA AO "TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO" - ESTÁ A TRATAR DAS APOSENTADORIAS POR IDADE URBANAS, EIS QUE, NAS RURAIS, INEXISTEM CONTRIBUIÇÕES POR PARTE DO SEGURADO ESPECIAL" (PEDILEF Nº 2007.72.95.004435-1 - REL. JUÍZA FEDERAL JOANA CAROLINA LINS PEREIRA - J. EM 03/08/2009 - UNÂNIME).
VI - PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO PARCIALMENTE CONHECIDO E DESPROVIDO. (PEDILEF 200670510009431, Relator JUIZ FEDERAL MANOEL ROLIM CAMPBELL PENNA, TNU, DJ 05/05/2010)
EMENTA PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR IDADE RURAL. EXERCÍCIO DE LABOR RURAL NO PERÍODO IMEDIATAMENTE ANTERIOR AO REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO OU AO IMPLEMENTO DO REQUISITO ETÁRIO. EXIGIBILIDADE. INAPLICABILIDADE DO ART. 3º, PARÁGRAFO 1º, DA LEI 10666/03. PRECEDENTE DA TNU.
1. Por se tratar de requisito legal previsto em três normas diversas que regem a concessão da aposentadoria por idade rural (arts. 39, I, 48, parágrafo 2º, e 143 da Lei 8213/91), não se pode ignorar a exigência do exercício do labor rural no período imediatamente anterior ao requerimento do benefício ou ao implemento do requisito idade pelo segurado especial.
2. Trata-se de norma especial em relação à previsão contida no artigo 3º, parágrafo 1º, da Lei 10666, de 2003, que preconiza a irrelevância da perda da qualidade de segurado no pedido de concessão de aposentadoria por idade, que é aplicável tão-somente à aposentadoria urbana por idade, principalmente por fazer o aludido dispositivo legal menção de forma inequívoca ao tempo de contribuição, conceito que não se aplica às aposentadorias rurais. Precedente desta TNU.
3. No caso, o requisito do exercício do labor rural no período imediatamente anterior ao requerimento administrativo não restou preenchido. Incidente a que se dá provimento (PEDILEF 200738007388690, Relator JUIZ FEDERAL OTÁVIO HENRIQUE MARTINS PORT, TNU, DJ 15/03/2010)
PREVIDENCIÁRIO. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO. APOSENTADORIA RURAL POR IDADE. NECESSIDADE DE COMPROVAÇÃO DO EXERCÍCIO DA ATIVIDADE RURAL NO PERÍODO IMEDIATAMENTE ANTERIOR À DATA DO REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO, OU DO IMPLEMENTO DO REQUISITO ETÁRIO. NÃO APLICAÇÃO, NA ESPÉCIE, DA INTERPRETAÇÃO APLICÁVEL À APOSENTADORIA POR IDADE DO TRABALHADOR URBANO NA QUAL INEXISTE NECESSIDADE DE ATENDIMENTO SIMULTÂNEO DOS REQUISITOS LEGAIS PARA SUA CONCESSÃO. INCIDENTE CONHECIDO E NÃO PROVIDO NA MATÉRIA COLOCADA SOB EXAME.
1. Para a concessão de aposentadoria por idade rural é necessário o exercício de tal atividade no período imediatamente anterior ao implemento do requisito etário ou ao seu requerimento, o que afasta a interpretação aplicável à aposentadoria por idade do trabalhador urbano, que dispensa a simultaneidade no atendimento dos requisitos legais.
2. Pedido de Uniformização limitado ao cabimento da aposentadoria por idade rural.
3. Incidente conhecido e não provido. (PEDILEF 200772510038002, JUÍZA FEDERAL ROSANA NOYA ALVES WEIBEL KAUFMANN, TNU, DJ 07/10/2009)
PREVIDENCIÁRIO. CONCESSÃO. APOSENTADORIA POR IDADE RURAL. ART. 143 DA LEI Nº 8.213/91. IMPLEMENTO DA IDADE APÓS SAÍDA DO CAMPO. EXERCÍCIO DE ATIVIDADE RURAL NO PERÍODO IMEDIATAMENTE ANTERIOR AO REQUERIMENTO.
1. A concessão da aposentadoria por idade rural prevista no art. 143 da Lei nº 8.213/91 depende da comprovação do exercício de atividade rural no período imediatamente anterior ao requerimento administrativo.
2. Caso em que o trabalho rural foi desenvolvido entre 1951 e 1971, sendo que o requisito da idade foi implementado somente em 1994, após a saída do campo. Indeferimento do benefício mantida.
3. Pedido de uniformização improvido. (PEDILEF 200572950153866, JUÍZA FEDERAL JACQUELINE MICHELS BILHALVA, TNU, DJ 04/09/2009)
Pelo exposto, nos termos do artigo 7º, inciso VI, do RI/TNU, não admito o incidente de uniformização de jurisprudência.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília (DF), 14 de abril de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº: 2007.71.58.008843-0
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE : INSS
ADVOGADA: PROCURADORIA GERAL FEDERAL
REQUERIDO: NOELI NOEMIA FREITAG
PROCURADOR: MELISSA PEREIRA DUTRA E OUTRA

DECISÃO

O INSS suscita incidente de uniformização de jurisprudência dirigido à Turma Nacional de Uniformização, com fundamento no art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/2001, em face de decisão proferida pela Primeira Turma Recursal da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul, que reformando a sentença, assim entendeu:
Buscando comprovar a atividade rural no período pretendido, foram apresentadas cópias dos seguintes documentos: notas fiscais de produtor rural em nome do esposo da autora dos anos de 1978-1991; certidão de nascimento dos filhos dos anos de 1974, 1975, 1976 e 1982, constando a profissão de agricultor; certidão de casamento da autora do ano de 1973, constando a profissão de agricultor para a autora e seu marido; comprovante de pagamentos de mensalidades ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais em nome do esposo da autora referentes aos anos de 1978-1991; nota fiscal de em nome do pai da autora de 1973; carteirinha de trabalhador rural do pai da autora de 1971.
Na sentença foi reconhecido o labor rural de 01/01/1971 a 16/06/1991.
No entanto, os depoimentos das testemunhas e os documentos constantes nos autos mostram-se suficientes para o reconhecimento da atividade rural também no intervalo de 16/10/1968 a 31/12/1970, impondo-se a reforma da sentença quanto a este ponto.
Alega divergência com julgados do STJ e da TNU, aduzindo, em síntese, que é necessária a contemporaneidade da prova documental para fins de início de prova material referente ao cômputo de tempo de serviço rural em regime de economia familiar.
O incidente foi inadmitido, e o suscitante apresentou requerimento na forma do art. 15, § 4º, do RI/TNU.
Relatados, decido.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Estando, em princípio, configurada a divergência jurisprudencial alegada, admito
o incidente, com esteio no art. 7º, inciso VI, do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 8 de abril de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº: 2007.71.58.009745-5
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: CLAUDETE STOFFEL SCHNEIDER
ADVOGADA: MARIA SILÉSIA PEREIRA E OUTROS
REQUERIDO: INSS
PROCURADOR: PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DECISÃO

CLAUDETE STOFFEL SCHNEIDER suscita incidente de uniformização de jurisprudência dirigido à Turma Nacional de Uniformização, com fundamento no art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/2001, em face de decisão proferida pela Primeira Turma Recursal da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul, que manteve a sentença que julgou improcedente o pedido de reconhecimento do tempo de atividade especial no período de 10/11/1986 a 28/08/1989, com base no seguinte argumento:
(...) descabido o reconhecimento do tempo de serviço especial pela ausência de papéis que atestem a presença dos pressupostos da conversão pretendida. Nesse sentido, não se afigura idônea a prova documental materializada no formulário para requerimento do benefício anexado aos autos (DIRBEN-8030/DSS-8030) por estar em desacordo com a legislação (art. 58, §1º, da Lei nº 8.213/91 c/c art. 162 da Instrução Normativa nº 118/2005), eis que, tendo sido preenchido pelo sindicato, foi embasado apenas em informações prestadas pela própria segurada. Sobre o assunto, decidiu recentemente a empresa, 1ª Turma Recursal da SJRS que "em que pese o encerramento das atividades da empresa, o referido formulário deve ser preenchido pela empresa/empregador (o que poderia ter sido efetuado à época da prestação do trabalho) ou seu preposto", inexistindo "previsão no sentido de que o formulário DSS-8030 possa ser preenchido pelo sindicato" (RJEF nº 2005.71.95.001035-4/RS, Rel. Juiz Federal Daniela Machado da Rocha, j. 26.10.2005).
Alega divergência com julgados do TRF da 1ª Região e do STJ, aduzindo, em síntese, que até o advento da Lei nº 9.032/95 não havia necessidade de comprovação pelo segurado da efetiva exposição aos agentes nocivos por meio de laudo pericial.
O incidente foi inadmitido, e a suscitante apresentou requerimento na forma do art. 15, § 4º, do RI/TNU.
Relatados, decido.
De início, verifico que inadmissível o presente pleito no que se refere à suposta dissidência com o julgado do TRF da 1ª Região, apontado como paradigma, restando, pois, inobservado o ditame do § 2º do art. 14 da Lei nº 10.259/2001, pelo qual o pedido de uniformização será fundado em divergência entre decisões de turmas de diferentes regiões ou da proferida em contrariedade a súmula ou jurisprudência dominante do STJ (...) (g.n.).
A propósito, a Turma Nacional de Uniformização já decidiu:
"PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DA INTERPRETAÇÃO DE LEI FEDERAL. NÃO CONHECIMENTO. VOTO DE DESEMPATE DO PRESIDENTE.
Tendo havido empate acerca do conhecimento do pedido de uniformização - para tal fim computando-se, conjuntamente, os votos que, por fundamentos diversos, dele não conheceram -, coube ao Presidente da Turma proferir o voto de desempate.
Voto de desempate no sentido de que: a) 'não se mostra possível, em sede de pedido de uniformização dirigido a esta Turma Nacional, a demonstração de divergência com fundamento em paradigmas oriundos de turma recursal da mesma região, de Tribunal Regional Federal e da própria Turma Nacional de Uniformização'; b) não são hábeis para a demonstração da divergência, in casu, julgados que 'não ventilam o tema da aplicação das Emendas Constitucionais n.º 20/98 e 41/2003, mas apenas questão inerente à incidência, no primeiro reajustamento da renda mensal inicial, do art. 21, § 3º, da Lei n.º 8.880/94, a qual fazia parte do pedido original'." (Processo nº 2006.70.51.004732-8, TNU, Relator p/ acórdão Juiz Federal Sebastião Ogê Muniz, DJ de 27/8/2008 - g.n.).
"PREVIDENCIÁRIO. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. DIVERGÊNCIA DA TURMA RECURSAL/PB COM O STJ. APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. REVISÃO DA R.M.I. AUSÊNCIA DE PARADIGMA.
(...).
4. Só é cabível o incidente de uniformização em questões de direito material, fundado em divergência entre decisões de Turmas Recursais de diferentes Regiões ou em contrariedade à súmula ou jurisprudência dominante do STJ (§ 2º do art. 14 da Lei 10.259/2001, c/c o art. 2º da Resolução 390/2004 do CJF).
5. No caso, o Recorrente não atendeu à exigência legal, uma vez que o Acórdão apontado como paradigma, do TRF da 5ª Região (AC 79.712/PB, da relatoria do atual Ministro José Delgado, transcrito às fls. 106/107), não foi proferido por Turma Recursal dos JEFs.
6. Pedido não conhecido, em face da ausência de paradigma." (Processo nº 2003.82.10.000957-7, TNU, Relator Juiz Federal Hélio Silvio Ourem Campos, DJ de 23/5/2006 - g.n.).
Quanto ao mais, verifica-se que o aresto do STJ indicado como paradigma não guarda a devida similitude fática com a hipótese dos autos.
Com efeito, a sentença mantida pela decisão ora impugnada ao analisar as provas acostadas aos autos, entendeu que a prova documental, materializada nos formulários DIBEN-8030/DSS-8030, não se afigura como idônea, haja vista que não existe previsão legal para o preenchimento de tais documentos pelo sindicato. Já o aresto paradigma sustenta que até o advento da Lei nº 9.032/95 não havia necessidade de comprovação pelo segurado da efetiva exposição aos agentes nocivos por meio de laudo pericial.
Em última análise, tem-se ainda que o pleito se mostra inadmissível, porquanto pretende-se o reexame de prova, com vistas à inversão da conclusão a que chegou a decisão impugnada.
Pelo exposto, nos termos do artigo 7º, inciso VI, do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização, não admito o incidente de uniformização de jurisprudência.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 12 de abril de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº: 2007.71.58.010123-9
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: INSS
PROC/ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): PAULO RODRIGUES DA SILVA
PROC/ADV.: LUÍS GUIDO ERTEL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização de jurisprudência proposto pelo INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS, com fundamento no artigo 14, caput e § 2º, da Lei nº 10.259/2001, em face de decisão proferida pela Primeira Turma Recursal da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul, que reconheceu o período de 18.12.1962 a 31.12.1965 como laborado no meio rural, tendo em vista o princípio da continuidade do trabalho e a presunção de que nesse período a parte autora exercia a mesma atividade, apesar da inexistência de documentos que comprovem a comercialização de produtos.
O requerente aponta divergência com julgados do Superior Tribunal de Justiça e da Turma Nacional de Uniformização, alegando a necessidade de documentos contemporâneos ao período.
O incidente foi inadmitido.
O suscitante apresentou requerimento nos moldes do art. 15, § 4º, do RI/TNU.
Breve relatório. Decido.
Verifica-se, de início, que o suscitante não realizou o indispensável cotejo entre os julgados confrontados, abstendo-se de esclarecer a similitude dos fatos em que consistiria a divergência. Deixou, assim, de atender ao ditame da parte final do art. 13 do RI/TNU.
Tem-se, ademais, que, em última análise, cuida-se de pleito em que se visa ao reexame de prova, com consequente inversão da conclusão a que chegou o acórdão impugnado, na dimensão do conjunto probatório dos autos, mostrando-se manifestamente incabível o incidente de uniformização de jurisprudência suscitado.
Ante o exposto, não admito o pedido de uniformização de jurisprudência, com esteio no artigo 7º, VI, do RI/TNU.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 10 de maio de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº: 2007.71.63.005253-0
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: ALDIRES ANTONIOLLI ZUCCHETTI
PROC/ADV.: AVELINO BELTRAME
REQUERIDO(A): INSS
PROC/ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DECISÃO

ALDIRES ANTONIOLLI ZUCCHETTI suscita incidente de uniformização de jurisprudência dirigido à Turma Nacional de Uniformização, com fundamento no artigo 14, caput e § 2º, da Lei nº 10.259/2001, em face de decisão proferida pela Primeira Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul, manteve a sentença de improcedência do pedido de concessão de aposentadoria rural por idade, sob o entendimento de que o exercício de atividade urbana por membro do grupo familiar descaracterizaria a condição de rurícola da requerente.
Alega divergência com julgados da TNU e do STJ, sustentando que a presença de membro de grupo familiar que desenvolva atividade de natureza urbana não descaracteriza o regime de economia familiar.
O incidente foi inadmitido, e a parte suscitante apresentou requerimento na forma do art. 15, § 4º, do RI/TNU.
Relatados, decido.
Estando, em princípio, configurada a divergência jurisprudencial alegada, com fundamento no artigo 7º, inciso VI, do RI/TNU, admito o incidente.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 4 de maio de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº: 2007.71.63.005338-7
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: SELVINO CANTON
PROC./ADV.: MAURÍCIO FERRON E OUTRO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DECISÃO

SELVINO CANTON suscita incidente de uniformização de jurisprudência dirigido à Turma Nacional de Uniformização, com fundamento no artigo 14, § 2º, da Lei n.º 10.259/2001, contra decisão proferida por Turma Recursal da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul, que manteve sentença de improcedência de pedido de concessão de aposentadoria rural por idade arrimado no art. 143 da Lei 8.213/91, sob o fundamento de que o afastamento do labor rural para consideração do requisito "período imediatamente anterior ao requerimento do benefício" pode ser, no máximo, pelo tempo igual ao período de graça, ou seja, o período em que é mantida a qualidade de segurado.
Sustenta o suplicante haver divergência com julgados da Turma Nacional e do Superior Tribunal de Justiça, aduzindo, em síntese, que não é necessário, para fins de aposentadoria, que o serviço rural seja prestado até data imediatamente anterior ao implemento da idade. Aponta que trabalhou no campo até 1997, mas implementou o requisito da idade apenas em 2005, ano em que entrou com o pedido junto à autarquia previdenciária.
O incidente foi inadmitido pelo Presidente da Turma Recursal.
Requerimento apresentado na forma do artigo 15, parágrafo 4º, do RI/TNU.
Relatados. Decido.
De acordo com o § 1º do artigo 15 do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais, aprovado pela Resolução CJF nº 22, de 04 de setembro de 2008, "não será admitido o incidente que versar sobre matéria já decidida na Turma Nacional".
Esta é a hipótese dos autos, pois a jurisprudência da TNU é contrária à pretensão do recorrente, conforme se observa no seguinte precedente, verbis:
BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR IDADE. RURAL. CARÊNCIA. PERÍODO IMEDIATAMENTE ANTERIOR AO REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO OU JUDICIAL DO BENEFÍCIO. ART. 143 DA LEI Nº. 8.213/91. INCIDENTE CONHECIDO E PROVIDO.
1 - Para concessão de aposentadoria por idade para trabalhador rural, é necessária a comprovação do exercício de atividade rurícola, ainda que de forma descontínua, no período imediatamente anterior ao requerimento administrativo ou judicial do benefício, em número de meses idêntico à carência, nos termos do que dispõe o art. 143 da Lei nº. 8.213/91.
2 - Incidente de uniformização conhecido e provido.
(PEDIDO 200936007022796, JUIZ FEDERAL ALCIDES SALDANHA LIMA, , 08/04/2011)
Não é outro o entendimento do Superior Tribunal de Justiça, senão vejamos:
DIREITO PREVIDENCIÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. APOSENTADORIA POR IDADE. ATIVIDADE RURAL. PERÍODO IMEDIATAMENTE ANTERIOR AO REQUERIMENTO E CARÊNCIA. RAZÕES RECURSAIS DISSOCIADAS DO ACÓRDÃO RECORRIDO. SÚMULA Nº 284/STF. ENTENDIMENTO DO TRIBUNAL A QUO. SÚMULA Nº 83/STJ.
1. O acórdão recorrido entendeu que a ora recorrente não comprovou o trabalho rural no período imediatamente anterior ao requerimento ou pedido judicial, pelo prazo de carência exigido, nos termos do art. 143 da Lei nº 8.213/91. Contudo, nas razões do apelo nobre a recorrente não infirma tal fundamento, cingindo-se a indicar violação a dispositivos da Lei nº 8.213/91 e a argumentar que houve início de prova documental da atividade rurícola, a qual foi confirmada por testemunhas, atraindo, assim, a incidência do verbete sumular nº 284/STF.
2. Ainda que superado tal óbice, o acórdão recorrido encontra-se em consonância com a jurisprudência desta Corte, segundo a qual, para fins de aposentadoria por idade, deve ser comprovada a atividade rural, ainda que descontínua, no período imediatamente anterior ao requerimento (administrativo ou judicial), pelo prazo de carência legalmente exigido.
3. Agravo regimental a que se nega provimento (AgRg no REsp 1139201/SP, Rel. Ministro ADILSON VIEIRA MACABU (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/RJ), QUINTA TURMA, julgado em 22/02/2011, DJe 28/03/2011).
AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. PREVIDENCIÁRIO. TRABALHADOR RURAL. APOSENTADORIA POR IDADE. REQUISITOS. ART. 143 DA LEI Nº 8.213/91. NÃ COMPROVAÇÃO. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO.
1. A teor do elencado no art. 143 da Lei nº 8.213/91, a aposentadoria por idade rural só é devida ao segurado que comprovar, pelo período correspondente ao números de meses equivalente ao da carência ínsita no art. 142 da citada Lei nº 8.213/91, o exercício da atividade, em lides campestres, em momento imediatamente anterior ao requerimento administrativo.
2. Agravo regimental improvido (AgRg no REsp 966.129/CE, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, julgado em 07/12/2010, DJe 17/12/2010).
Tais as razões expendidas, com esteio no artigo 7º, inciso VI, do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização, não admito o presente incidente de uniformização.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília (DF), 27 de abril de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

PROCESSO Nº: 2007.71.63.005560-8
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: CÁSSIO SANTOS DE SOUZA
ADVOGADO: ALEX JACSON CARVALHO
REQUERIDO: INSS
PROCURADORA: PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização de jurisprudência proposto por CÁSSIO SANTOS DE SOUZA, com fundamento no artigo 14, caput e § 2º, da Lei nº 10.259/2001, em face de decisão proferida pela Primeira Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul, que manteve a sentença que entendeu não estar configurado o caráter especial das atividades exercidas pelo suscitante no período pleiteado, uma vez que, além do uso de EPIs, não foi demonstrada a exposição permanente a agentes nocivos ou o exercício de atividade prevista no Decreto nº 3.048/99.
Alega o suscitante que a decisão hostilizada diverge de julgado da Turma Recursal de Mato Grosso que entendeu que, diante da deficiência da instrução, que não pode prejudicar o direito do requerente em provar os fatos que amparam o pedido do autor, necessária se torna a anulação da sentença, com vistas à realização de prova técnica.
O incidente foi inadmitido, e o suscitante apresentou requerimento nos moldes do art. 15, §4o, do RI/TNU.
Relatados. Decido.
O acórdão paradigma funda-se na premissa de que, em havendo deficiência na instrução que venha a prejudicar o direito do requerente de provar os fatos que amparam o seu pedido, necessária se torna a realização de prova técnica.
No presente caso, de maneira diversa, a decisão recorrida, bem como a sentença por ela confirmada, cuidam de hipótese em que a prova pericial foi reputada válida e precisa para solucionar a lide, de modo que o juiz não estaria vinculado ao requerimento de produção de prova complementar formulado pela parte.
Se o acórdão recorrido e o paradigma fundam-se em questões de fato de todo díspares, não há que se falar em similitude fática ensejadora do pedido de uniformização de jurisprudência, como tem decidido esta Turma nacional de Uniformização de Jurisprudência, verbis:
PREVIDENCIÁRIO. REVISÃO DE BENEFÍCIO. CONVERSÃO DE TEMPO DE SERVIÇO LABORADO EM CONDIÇÕES ESPECIAIS EM COMUM. PEDREIRO. CIMENTO. NÃO REALIZAÇÃO DE PERÍCIA PARA COMPROVAÇÃO DE INSALUBRIDADE. CONTRADITÓRIO E AMPLA DEFESA. DIVERGÊNCIA NÃO DEMONSTRADA.
1 - O ponto central do Incidente de Uniformização é o suposto cerceamento de defesa, tendo em vista que a sentença foi prolatada sem que fosse oportunizada a produção de prova pericial, com vistas a comprovar a exposição a agentes insalubres, que, segundo o recorrente, seria essencial para o reconhecimento do direito material postulado nestes autos, uma vez que a Justiça do Trabalho já teria reconhecido reiteradas vezes a insalubridade no trato de cimento por pedreiro.
2 - Os acórdãos apontados como paradigmas, não cuidaram específica e diretamente da necessidade, ou não, da produção da prova pericial postulada, em face da existência de outros elementos de convicção levados em consideração pelo Juiz.
3 - Em nenhum momento a sentença ou o acórdão negaram o exercício da atividade ou a efetiva exposição aos agentes nocivos indicados nos formulários, conferindo-lhes, implicitamente, a presunção de veracidade. Dessa forma, mostrou-se dispensável a prova pericial, por já constar dos autos elementos suficientes para o julgamento da lide, não restando caracterizado qualquer prejuízo para o autor na demonstração dos fatos e do direito alegados na inicial. Já a conclusão pelo reconhecimento, ou não, da atividade perigosa, insalubre ou penosa, para fins de concessão do benefício de Aposentadoria Especial, ou conversão de tempo especial em comum, depende do livre convencimento do Juiz, não ficando, a rigor, adstrita a laudos periciais ou formulários, desde que devidamente fundamentada, como no caso dos autos.
4 - Assim sendo, não restou configurada a divergência jurisprudencial, uma vez que os acórdãos trazidos pelo requerente consignam situação fática diversa daquela versada nestes autos. Precedentes desta Turma nacional de Uniformização.(PEDILEF 200572950003224, JUÍZA FEDERAL SÔNIA DINIZ VIANA, TNU - Turma Nacional de Uniformização, 15/03/2006)
Pelo exposto, nos termos do artigo 7º, inciso VI, do RI/TNU, não admito o incidente de uniformização de jurisprudência.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 12 de abril de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº: 2007.71.63.005903-1
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE : INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): IVANI LOURDES MOLOSSI DALLA COSTA
PROC./ADV.: TICIANE BIOLCHI

DECISÃO

O INSS suscita incidente de uniformização de jurisprudência dirigido à Turma Nacional de Uniformização, com fundamento no artigo 14, § 2º, da Lei nº 10.259/2001, em face da decisão da Primeira Turma Recursal da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul, que manteve a sentença, que assim entendeu:
Assinale-se que, muito embora a autora tenha contratado empregado para auxiliar nas lides rurais antes do implemento da idade (conforme CNIS da fl. 06 do doc OUT1 a inscrição como empregadora rural se deu em 09/04/2002, tendo implementado a idade em 04/10/2004) verifica-se que, conforme já mencionado no item II desta decisão, a autora mantém a qualidade de segurada no período de 36 meses após o afastamento da atividade, consoante regra contidas nos artigos 39, 143 e 15 da Lei de Benefícios.
Assim, o reconhecimento do exercício de atividade rural no lapso temporal de 01/01/1990 a 09/04/2002 (138 contribuições mensais) se afigura suficiente para a concessão do benefício pleiteado, uma vez que a autora comprovou o exercício da atividade rural em período imediatamente anterior ao implemento do requisito etário.
Destarte, preenchendo a autora os requisitos de idade e de efetivo exercício de labor rural no período exigido em lei, tem direito à concessão do benefício de aposentadoria rural por idade, a contar da data do último requerimento administrativo, conforme requerido.
Fixo como início do benefício a data do requerimento administrativo (22/09/2006), pois o início de prova material correspondente encontra-se inserido no processo administrativo.
O incidente foi inadmitido, e o suscitante apresentou requerimento na forma do art. 15, § 4º, do RI/TNU.
Em seu pleito, o suscitante alega que o entendimento da Primeira Turma Recursal do Rio Grande do Sul diverge de entendimento assente no STJ que entende que o trabalhador rural, ao requerer a aposentadoria por idade, deverá comprovar o exercício de atividade rural, ainda que descontínua, no período imediatamente anterior ao requerimento do benefício (...).
Relatado. Decido.
De início, verifica-se que o suscitante não demonstrou o dissenso jurisprudencial invocado, visto que se limitou a mencionar as ementas dos julgados que supostamente seriam paradigmáticos, sem, porém, realizar o necessário cotejo analítico entre o decisum hostilizado e os paradigmas citados, no sentido de trazer as circunstâncias fáticas e jurídicas que os identificam ou assemelham, conforme determina o artigo 13 do RI/TNU.
Tem-se, ainda, que, em última análise, cuida-se de pleito em que se visa ao reexame de prova, com consequente inversão da conclusão a que chegou o acórdão impugnado, na dimensão do conjunto probatório dos autos, mostrando-se manifestamente incabível o incidente de uniformização de jurisprudência suscitado.
Pelo exposto, com fundamento no artigo 7º, inciso VI, do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização, não admito o pedido de uniformização.
Publique-se. Intimem-se
Brasília, 12 de abril de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº: 2007.71.63.006031-8
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: SANTINA SILVESTRI BEGNINI
PROC/ADV.: MAURÍCIO FERRON E OUTRO
REQUERIDO(A): INSS
PROC/ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização de jurisprudência interposto por SANTINA SILVESTRI BEGNINI, com fundamento no artigo 14, § 2º, da Lei nº 10.259/2001, em face de decisão proferida por Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul, que julgou improcedente o pedido de concessão de aposentadoria rural por idade, à consideração de que não foi cumprido o período de carência legalmente exigido.
Alega a Requerente que acórdão recorrido diverge de julgados da Turma Nacional de Uniformização e do Superior Tribunal de Justiça, relevando: (a) serem aceitos, como início de prova material, documentos em nome de outros membros da família; (b) ser desnecessário que as provas materiais correspondam a todo período equivalente à carência; (c) não ser exigida a implementação simultânea dos requisitos: carência, idade mínima e condição de segurado, para a concessão do benefício da aposentadoria por idade.
O incidente foi inadmitido, mas foi apresentado requerimento, na forma do art. 15, §4º, do RI/TNU.
Relatados, decido.
Estando, em princípio, configurada a divergência jurisprudencial alegada, com fundamento no artigo 7º, inciso VI, do RI/TNU, admito o incidente de uniformização de jurisprudência.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 9 de maio de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº:2007.71.67.001885-4
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: VERA LÚCIA GUIMARÃES E OUTRO
PROC/ADV.: GUSTAVO ANTONIO COPPINI
REQUERIDO(A): INSS
PROC/ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DECISÃO

VERA LÚCIA GUIMARÃES E OUTRO suscitam incidente de uniformização de jurisprudência dirigido à Turma Nacional de Uniformização, com fundamento no artigo 14, caput e § 2º, da Lei nº 10.259/2001, em face de decisão proferida pela Primeira Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul, a qual julgou improcedente o pedido de pensão por morte, nos termos da sentença, por entender que, de acordo com o conjunto probatório, a renda mensal do requerente era superior a remuneração do de cujus, o que afasta o requisito de dependência econômica dos pais em relação ao falecido no momento do óbito.
Alega divergência com julgados da Primeira Turma Recursal de São Paulo (3ª Região), Primeira Turma Recursal do Mato Grosso (1ª Região), Primeira Turma Recursal de Alagoas (5ª Região) e de entendimento sumulado do TFR, defendendo que o fato de o pai do de cujus não ter sido considerado dependente do filho, por auferir proventos de aposentadoria por invalidez, não afeta o direito individual ao benefício por parte da mãe do autor que não possui nenhuma fonte de renda.
O incidente foi inadmitido, e o suscitante apresentou requerimento na forma do art. 15, § 4º, do RI/TNU.
Relatados, decido.
Estando, a princípio, configurada a divergência jurisprudencial alegada, com fundamento no artigo 7º, inciso VI, do RI/TNU, admito o presente.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 07 de abril de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº: 2007.81.00.501675- 9
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: FRANCISCO DE ASSIS AZEVEDO CHAGAS
PROC/ADV.: CÍCERO MÁRIO DUARTE PEREIRA
REQUERIDO(A): FAZENDA NACIONAL
PROC/ADV.: PROCURADORIA GERAL DA FAZENDA NACIONAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização suscitado por FRANCISCO DE ASSIS AZEVEDO CHAGAS, dirigido à Turma Nacional de Uniformização, com fulcro no art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/01, em face de decisão da Segunda Turma Recursal da Seção Judiciária do Ceará, a qual deu provimento a recurso da União para reformar sentença atacada, extinguindo o processo com resolução do mérito.
A Turma Recursal entendeu, por unanimidade, restar prescrita a pretensão autoral de restituição do indébito tributário nas parcelas de contribuição ao FUNSA anteriores à Medida Provisória nº 2.131/00, visto ser de cinco anos o prazo prescricional in casu.
Alega divergência com julgados de Turmas Recursais de outras Regiões e do STJ, defendendo que o prazo prescricional da restituição de indébito dos tributos sujeitos a lançamento por homologação seria decenal, e não quinquenal como restou entendido na decisão vergastada.
O incidente foi admitido na origem.
Relatados. Decido.
O Superior Tribunal de Justiça, quando do julgamento do REsp nº 1.086.382/RS, sob o regime do art. 543-C do CPC, firmou entendimento de que a contribuição em tela é tributo sujeito a lançamento de ofício, em que a prescrição é quinquenal, não merecendo prosperar, portanto, incidente de uniformização que postula prazo decenal.
Neste sentido, verbis:
TRIBUTÁRIO. RECURSO ESPECIAL REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA. ART. 543-C, DO CPC. REPETIÇÃO DE INDÉBITO. CONTRIBUIÇÃO AO FUSEX. TRIBUTO SUJEITO AO LANÇAMENTO DE OFÍCIO. PRESCRIÇÃO. TERMO INICIAL.
1. O Fundo de Saúde do Exército (FUSEX) é custeado pelos próprios militares que gozam, juntamente com seus dependentes, de assistência médico-hospitalar, cuja contribuição é cobrada compulsoriamente dos servidores. A contribuição de custeio, por inserir-se no conceito de tributo previsto no art. 3º, do CTN, ostenta natureza jurídica tributária, sujeitando-se ao princípio da legalidade. (Precedentes: REsp 764.526/PR, DJ 07.05.2008; REsp 761.421/PR, DJ 01.03.2007 ; REsp 692.277/SC, DJ 27.06.2007 ; REsp 789260/PR, DJ 19.06.2006).
2. Consoante doutrina abalizada definindo o critério diferenciador das modalidades de lançamento, in verbis: "Ao estudar as modalidades de lançamento (...), a doutrina antecedente ou a superveniente ao Código Tributário Nacional as classificam adotando como critério de classificação o maior ou menor concurso dos obrigados na atividade do lançamento, ou seja, o grau de colaboração entre Fisco e sujeito passivo. O critério tricotômico consagrado no Código Tributário Nacional decorreria do grau de colaboração do sujeito passivo na preparação do lançamento. No lançamento direto ou de ofício (CTN, art. 149) não haveria participação do sujeito passivo. No lançamento por declaração ou misto (CTN, art. 147) ocorreria uma colaboração entre Fisco e sujeito passivo. No lançamento por homologação (CTN, art. 150) maior seria a intensidade da colaboração, vale dizer, da participação do sujeito passivo, porquanto o Fisco se limitaria a homologar os atos por ele praticados." (José Souto Maior Borges, in Lançamento Tributário, Editora Malheiros, 2ª edição, p. 325/326) "A fonte inspiradora da tricotomia reside no índice de colaboração do administrado, com vistas à celebração do ato. Na primeira hipótese (lançamento de ofício), a participação seria inexistente, uma vez que todas as providências preparatórias são feitas nos cancelos da Administração. Na segunda (lançamento por declaração), colaboram ambas as partes, visando os resultados finais do lançamento. Na última (lançamento por homologação), quase todo o trabalho é cometido pelo súdito, limitando-se o fisco a homologar os atos por ele praticados." (Paulo de Barros Carvalho, in Curso de Direito Tributário, Ed. saraiva, 20ª edição, p. 460)
3. A contribuição social ao FUSEX configura tributo sujeito ao lançamento de ofício, que se processa mediante o desconto em folha do servidor militar pelo órgão pagador, o qual é mero retentor do tributo, não havendo qualquer participação do sujeito passivo da relação jurídico-tributária na constituição do crédito fiscal. (Precedentes: AgRg no AgRg no REsp 1091390/PR, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 09/02/2010, DJe 24/02/2010; EDcl no AgRg no Ag 1071228/RS, Rel. Ministra DENISE ARRUDA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 10/11/2009, DJe 27/11/2009; AgRg no AgRg no REsp 1092064/RS, Rel. Ministro

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 13/10/2009, DJe 21/10/2009; REsp 1094735/PR, Rel. Ministro FRANCISCO FALCÃO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 19/02/2009, DJe 11/03/2009)
4. Destarte, o prazo prescricional a ser aplicado às ações de repetição de indébito relativas à contribuição ao FUSEX, que consubstancia tributo sujeito ao lançamento de ofício, é o qüinqüenal, nos termos do art. 168, I, do CTN.
5.(...)
6. Recurso especial desprovido. (REsp 1086382/RS, Rel. Ministro LUIZ FUX, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 14/04/2010, DJe 26/04/2010)
Pelo exposto, nos termos do artigo 7º, inciso VII, alínea "b", do RI/TNU, NEGO SEGUIMENTO ao incidente de uniformização de jurisprudência.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 6 de maio de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº: 2007.81.00.503563-8
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: ERIBALDO JUNQUEIRA MAIA BEZERRA E OUTROS
PROC./ADV.: JORGE CARDOSO DOS SANTOS
REQUERIDO(A): FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL DA FAZENDA NACIONAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização de jurisprudência, suscitado por ERIBALDO JUNQUEIRA MAIA BEZERRA E OUTROS, dirigido à Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais, com fundamento no artigo 14, § 2.º, da Lei n.º 10.259/2001, em face da decisão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais do Estado do Ceará, segundo a qual a contribuição para o fundo de saúde da aeronáutica, FUNSA, está sujeita a lançamento de ofício e, portanto, a extinção do crédito tributário a ela correspondente ocorre quando efetuado o pagamento, a teor do art. 156, I, do CTN.
Os suscitantes alegam que a decisão da Turma Recursal pôs-se em divergência com a jurisprudência da Turma Regional de Uniformização da 4.ª Região e do STJ, nas quais deduz que há afirmação no sentido de que a contribuição em tela é tributo cujo lançamento se aperfeiçoa por homologação, de modo que o prazo da prescrição é decenal, pois aplica-se a chamada regra dos cinco mais cinco.
O incidente foi admitido na origem e sobrestado pela Presidência da Turma Nacional de Uniformização, para aguardar o julgamento do REsp 1.086.382/RS, pelo Superior Tribunal de Justiça.
Relatados. Decido.
Ao julgar o REsp 1.086.382/RS, sob o regime do art. 543-C do CPC, a Primeira Seção do Superior Tribunal de Justiça, na sessão de 14/04/2010, firmou o entendimento de que a contribuição ao FUSEX - que guarda a mesma natureza da contribuição aqui examinada - constitui tributo sujeito ao lançamento de ofício, que se realiza mediante o desconto em folha do servidor militar pelo órgão pagador, o qual é mero retentor do tributo, não havendo qualquer participação do sujeito passivo da relação jurídico-tributária na constituição do crédito fiscal, e que, portanto, o prazo prescricional a ser aplicado às ações de repetição de indébito relativas à contribuição ao FUSEX é o quinquenal, nos termos do art. 168, I, do CTN. Eis a íntegra da ementa:
TRIBUTÁRIO. RECURSO ESPECIAL REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA. ART. 543-C, DO CPC. REPETIÇÃO DE INDÉBITO. CONTRIBUIÇÃO AO FUSEX. TRIBUTO SUJEITO AO LANÇAMENTO DE OFÍCIO. PRESCRIÇÃO. TERMO INICIAL.
1. O Fundo de Saúde do Exército (FUSEX) é custeado pelos próprios militares que gozam, juntamente com seus dependentes, de assistência médico-hospitalar, cuja contribuição é cobrada compulsoriamente dos servidores. A contribuição de custeio, por inserir-se no conceito de tributo previsto no art. 3º, do CTN, ostenta natureza jurídica tributária, sujeitando-se ao princípio da legalidade. (Precedentes: REsp 764.526/PR, DJ 07.05.2008; REsp 761.421/PR, DJ 01.03.2007; REsp 692.277/SC, DJ 27.06.2007 ; REsp 789260/PR, DJ 19.06.2006).
2. Consoante doutrina abalizada definindo o critério diferenciador das modalidades de lançamento, in verbis: "Ao estudar as modalidades de lançamento (...), a doutrina antecedente ou a superveniente ao Código Tributário Nacional as classificam adotando como critério de classificação o maior ou menor concurso dos obrigados na atividade do lançamento, ou seja, o grau de colaboração entre Fisco e sujeito passivo. O critério tricotômico consagrado no Código Tributário Nacional decorreria do grau de colaboração do sujeito passivo na preparação do lançamento. No lançamento direto ou de ofício (CTN, art. 149) não haveria participação do sujeito passivo. No lançamento por declaração ou misto (CTN, art. 147) ocorreria uma colaboração entre Fisco e sujeito passivo. No lançamento por homologação (CTN, art. 150) maior seria a intensidade da colaboração, vale dizer, da participação do sujeito passivo, porquanto o Fisco se limitaria a homologar os atos por ele praticados." (José Souto Maior Borges, in Lançamento Tributário, Editora Malheiros, 2ª edição, p. 325/326) "A fonte inspiradora da tricotomia reside no índice de colaboração do administrado, com vistas à celebração do ato. Na primeira hipótese (lançamento de ofício), a participação seria inexistente, uma vez que todas as providências preparatórias são feitas nos cancelos da Administração. Na segunda (lançamento por declaração), colaboram ambas as partes, visando os resultados finais do lançamento. Na última (lançamento por homologação), quase todo o trabalho é cometido pelo súdito, limitando-se o fisco a homologar os atos por ele praticados." (Paulo de Barros Carvalho, in Curso de Direito Tributário, Ed. saraiva, 20ª edição, p. 460)
3. A contribuição social ao FUSEX configura tributo sujeito ao lançamento de ofício, que se processa mediante o desconto em folha do servidor militar pelo órgão pagador, o qual é mero retentor do tributo, não havendo qualquer participação do sujeito passivo da relação jurídico-tributária na constituição do crédito fiscal. (Precedentes: AgRg no AgRg no REsp 1091390/PR, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 09/02/2010, DJe 24/02/2010; EDcl no AgRg no Ag 1071228/RS, Rel. Ministra DENISE ARRUDA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 10/11/2009, DJe 27/11/2009; AgRg no AgRg no REsp 1092064/RS, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 13/10/2009, DJe 21/10/2009; REsp 1094735/PR, Rel. Ministro FRANCISCO FALCÃO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 19/02/2009, DJe 11/03/2009)
4. Destarte, o prazo prescricional a ser aplicado às ações de repetição de indébito relativas à contribuição ao FUSEX, que consubstancia tributo sujeito ao lançamento de ofício, é o qüinqüenal, nos termos do art. 168, I, do CTN.
5. In casu, as parcelas pleiteadas referem-se a recolhimentos indevidos efetuados de 30/9/1991 a 29/03/2001, tendo sido a ação ajuizada em 04/06/2007, por isso que ressoa inequívoca a ocorrência da prescrição.
6. Recurso especial desprovido (REsp 1.086.382/RS, Rel. Ministro LUIZ FUX, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 14/04/2010, DJe de 26/04/2010).
Pelo exposto, com fundamento no artigo 7.º, inciso VII, alínea "b", do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização, NEGO SEGUIMENTO ao incidente.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 27 de outubro de 2010.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº: 2007.81.00.511192-6
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): MARIA JOSILENE VIANA DOS SANTOS
PROC./ADV.: STENIO GONÇALVES SILVA

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização suscitado pelo INSS, com fundamento no artigo 14, § 2º, da Lei nº 10.259/2001, em face de decisão proferida pela Segunda Turma Recursal da Seção Judiciária do Ceará, a qual reformou sentença e julgou procedente o pedido de benefício assistencial previsto no art. 203, inciso V, da Constituição Federal, sob o fundamento de que a requerente preencheu os requisitos para tanto.
Alega o suscitante divergência com julgados de Turma Recursal de Minas Gerais, aduzindo, em síntese, que a prova pericial judicial constitui-se prova idônea para comprovação dos requisitos elencados no art.20, §2º., da Lei 8.742/93, desconfigurando-se a eventual deficiência quando se concluir, expressamente, a ausência de incapacidade para o trabalho.
O incidente foi inadmitido e a parte apresentou requerimento, na forma do art. 15, § 4º, do RI/TNU.
Relatados. Decido.
A decisão colegiada ora vergastada entendeu que a aferição do grau de incapacidade compreende uma ponderação complexa, não se formando a convicção do juiz apenas na apresentação do laudo, podendo conjugar outros elementos e provas constantes dos autos, segundo o princípio do livre convencimento, consagrado nos art. 131 e 436 do CPC. Assim, verifica-se que o requerente visa o reexame de prova, com consequente inversão da conclusão a que chegou o acórdão impugnado, na dimensão do conjunto probatório dos autos, mostrando-se manifestamente incabível o incidente de uniformização de jurisprudência suscitado.
Tais as razões expendidas, com fundamento no artigo 7º, inciso VI, do RI/TNU, não admito o incidente de uniformização.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 31 de março de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº: 2008.51.51.011603-3
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
REQUERENTE: FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL DA FAZENDA NACIONAL
REQUERIDO(A): LIDIA MAASS REIS
PROC./ADV.: MARIA DE FATIMA FARIA FERRAZ

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização suscitado pela FAZENDA NACIONAL, com fulcro no art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/01, em face de decisão da Segunda Turma Recursal da Seção Judiciária do Rio de Janeiro, segundo a qual a contribuição previdenciária dos servidores públicos estatutários não incide sobre o adicional de um terço de férias.
A suscitante alega divergência com julgados do Superior Tribunal de Justiça, sendo um deles assim ementado, verbis:
PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA SOBRE GRATIFICAÇÃO NATALINA E UM TERÇO CONSTITUCIONAL DE FÉRIAS. VERBAS DE CARÁTER REMUNERATÓRIO. OBSERVÂNCIA DAS REGRAS DO DIREITO TRIBUTÁRIO.
1. As verbas recebidas à título de gratificação natalina, bem como terço constitucional de férias possuem natureza remuneratória, sendo, portanto, passíveis de contribuição previdenciária.
2. A Previdência Social é instrumento de política social do governo, sendo certo que sua finalidade primeira é a manutenção do nível de renda do trabalhador em casos de infortúnios ou de aposentadoria, abrangendo atividades de seguro social definidas como aquelas destinadas a amparar o trabalhador nos eventos previsíveis ou não, como velhice, doença, invalidez: aposentadorias, pensões, auxílio-doença e auxílio-acidente do trabalho, além de outros benefícios ao trabalhador.
3. É cediço nesta Corte de Justiça que:
TRIBUTÁRIO. SERVIDOR PÚBLICO. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA. BASE DE CÁLCULO. LEI 9.783/99.
1. No regime previsto no art. 1º e seu parágrafo da Lei 9.783/99 (hoje revogado pela Lei 10.887/2004), a contribuição social do servidor público para a manutenção do seu regime de previdência era "a totalidade da sua remuneração", na qual se compreendiam, para esse efeito, "o vencimento do cargo efetivo, acrescido de vantagens pecuniárias permanentes estabelecidas em lei, os adicionais de caráter individual, ou quaisquer vantagens, (...) excluídas: I - as diárias para viagens, desde que não excedam a cinqüenta por cento da remuneração mensal; II - a ajuda de custo em razão de mudança de sede; III - a indenização de transporte; IV - o salário família".
2. A gratificação natalina (13º salário), o acréscimo de 1/3 sobre a remuneração de férias e o pagamento de horas extraordinárias, direitos assegurados pela Constituição aos empregados (CF, art. 7º, incisos VIII, XVII e XVI) e aos servidores públicos (CF, art. 39, § 3º), e os adicionais de caráter permanente (Lei 8.112/91, art. 41 e 49) integram o conceito de remuneração, sujeitando-se, conseqüentemente, à contribuição previdenciária.
3. O regime previdenciário do servidor público, hoje consagrado na Constituição está expressamente fundado no princípio da solidariedade (art. 40 da CF), por força do qual o financiamento da previdência não tem como contrapartida necessária a previsão de prestações específicas ou proporcionais em favor do contribuinte. A manifestação mais evidente desse princípio é a sujeição à contribuição dos próprios inativos e pensionistas.
4. Recurso especial improvido. (REsp 512848 / RS, Ministro TEORI ALBINO ZAVASCKI, PRIMEIRA TURMA, DJ 28.09.2006)
4. Conseqüentemente, incólume resta o respeito ao Princípio da Legalidade, quanto à ocorrência da contribuição previdenciária sobre a retribuição percebida pelo servidor a título de gratificação natalina, bem como um terço constitucional de férias.
5. Recurso especial parcialmente conhecido e, nesta parte, desprovido (REsp 805.072/PE, Rel. Ministro LUIZ FUX, PRIMEIRA TURMA, DJU de 15/02/2007).
O incidente foi inadmitido e a parte apresentou requerimento, na forma do art. 15, § 4º, do RI/TNU.
Relatados. Decido.
A Primeira Seção do Superior Tribunal de Justiça, revendo posicionamento anterior, para se alinhar à jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, firmou orientação de que não incide contribuição previdenciária sobre o terço constitucional de férias, dada a natureza indenizatória dessa verba.
Tal entendimento restou consagrado no julgamento do Pedido de Uniformização dirigido ao STJ, com esteio no art. 14, § 4°, da Lei n° 10.259/2001, assim emendado:
TRIBUTÁRIO E PREVIDENCIÁRIO - INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA DAS TURMAS RECURSAIS DOS JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS - CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA - TERÇO CONSTITUCIONAL DE FÉRIAS - NATUREZA JURÍDICA - NÃO-INCIDÊNCIA DA CONTRIBUIÇÃO - ADEQUAÇÃO DA JURISPRUDÊNCIA DO STJ AO ENTENDIMENTO FIRMADO NO PRETÓRIO EXCELSO.
1. A Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais firmou entendimento, com base em precedentes do Pretório Excelso, de que não incide contribuição previdenciária sobre o terço constitucional de férias.
2. A Primeira Seção do STJ considera legítima a incidência da contribuição previdenciária sobre o terço constitucional de férias.
3. Realinhamento da jurisprudência do STJ à posição sedimentada no Pretório Excelso de que a contribuição previdenciária não incide sobre o terço constitucional de férias, verba que detém natureza indenizatória e que não se incorpora à remuneração do servidor para fins de aposentadoria.
4. Incidente de uniformização acolhido, para manter o entendimento da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais, nos termos acima explicitados (Pet n° 7296/PE, Rel. Ministra ELIANA CALMON, DJe 10/11/2009).
Pelo exposto, com fundamento no artigo 7º, inciso VI, do RI/TNU, não admito o incidente de uniformização de jurisprudência.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 25 de março de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO N.º: 2008.51.51.014028-0
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
REQUERENTE: RENATA ROSA CHEREM
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO(A): INSS
PROCURADOR: PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização de jurisprudência suscitado por RENATA ROSA CHEREM, com fundamento no art. 14, § 2.º, da Lei n.º 10.259/2001, em face de decisão da Primeira Turma Recursal da Seção Judiciária do Rio de Janeiro, a qual, confirmando a sentença, negou provimento ao recurso em que se postulava o restabelecimento de auxílio-doença ao fundamento de que, de acordo com a perícia médica, não teria restado comprovada a incapacidade laborativa, fosse ela temporária ou permanente.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

A parte requerente alega divergência com precedentes da 1ª Turma Recursal do Tocantins e da 1ª Turma Recursal do Mato Grosso, em síntese, que a incapacidade ostentada pela autoria enseja a concessão do benefício postulado.
O incidente não foi admitido pela Presidência da Turma Recursal.
Foi interposto o pedido de submissão à Presidência da TNU, nos termos do art. 15, § 4.º, do RI/TNU.
Relatados, decido.
Trata-se, em última análise, de pleito em que se visa ao reexame de prova, com consequente inversão da conclusão a que chegou a decisão impugnada, na dimensão do conjunto probatório dos autos, mostrando-se manifestamente incabível o incidente de uniformização de jurisprudência suscitado. Se a decisão recorrida, acolhendo os termos do laudo pericial, concluiu pela inexistência de incapacidade laborativa, não é possível, sem o reexame de prova, analisar se uma hipotética incapacidade da requerente autoriza a concessão do benefício.
Ademais, inexiste similitude fática entre a decisão recorrida e os paradigmas apresentados, eis que enquanto aquela não reconhece a existência de incapacidade, estes tratam de hipótese em que a incapacidade foi reconhecida.
Ante o exposto, com fundamento no artigo 7º, inciso VI, do RI/TNU, não admito o incidente de uniformização de jurisprudência.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 05 de abril de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº 2008.51.51.018393-9
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
REQUERENTE: VICTOR MARTINS DE QUEIROZ
PROC./ADV.: CLAYTON DA SILVA CAMPANHA E OUTRA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização de jurisprudência suscitado por VICTOR MARTINS DE QUEIROZ e dirigido à Turma Nacional de Uniformização, com fundamento no art. 14, § 2°, da Lei n° 10.259/2001, em face de decisão proferida pela Primeira Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio de Janeiro (2ª Região), a qual entendeu pela incapacidade total do requerente, mas pela impossibilidade de conversão do auxílio-doença em aposentadoria por invalidez, tendo em vista a possibilidade de sua reabilitação em outras atividades.
Nesse sentido, confiram-se trechos do julgado recorrido, verbis:
Compulsando os autos, verifico que o laudo pericial (fl. 66/73) é claro ao concluir que a parte autora encontra-se totalmente incapacitada para o exercício habitual de sua função de motorista profissional, não há cura para a enfermidade diagnosticada apenas controle de evolução através de tratamento.
Verifico que o autor é portador de glaucoma crônico bilateral com defeitos importantes dos campos visuais e que a enfermidade foi diagnosticada há cerca de três anos, já em estágio muito avançado. Não resta dúvida de que tal enfermidade o incapacita para sua atividade habitual, bem como qualquer outra que dependa de visão periférica, visto que se trata de cegueira funcional.
Destaque-se por fim, que a incapacidade é permanente para sua atividade, e sem cura. E a sentença bem ressalta o histórico profissional do autor (fl.46) e o quadro social do país para concluir pela conversão do benefício em tela em aposentadoria por invalidez.
Insurge-se a Autarquia recorrente ressaltando que o laudo aponta para possibilidade de reabilitação em outra atividade.
Constato que o autor, por ocasião da perícia, contava com quarenta anos e que tem nível superior, sendo possível a reabilitação para atividades que dependam primordialmente da visão central, tais como leitura e uso do computador, entendo prematura a conversão em aposentadoria por invalidez, por hora.
Alega o requerente divergência com acórdãos do Superior Tribunal de Justiça, no sentido de que, pelas condições da atividade exercida pelo Recorrente, pela sua idade (41 anos atuais) e ser portador de doença cardíaca crônica conforme exposto acima, o que somado a realidade social do país, o segurado encontra-se insusceptível de reabilitação para outras atividades própria de sua categoria profissional das quais possa advir seu sustento, fazendo jus à aposentadoria por invalidez. (sic)
Transcrevo um dos julgados colacionados como paradigma pelo requerente, litteris:
PREVIDENCIÁRIO. RECURSO ESPECIAL. APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. LAUDO PERICIAL CONCLUSIVO PELA INCAPACIDADE PARCIAL DO SEGURADO. NÃO VINCULAÇÃO. CIRCUNSTÂNCIA SÓCIO-ECONÔMICA, PROFISSIONAL E CULTURAL FAVORÁVEL À CONCESSÃO DO BENEFÍCIO.
1. Os pleitos previdenciários possuem relevante valor social de proteção ao Trabalhador Rural Segurado da Previdência Social, devendo ser, portanto, julgados sob tal orientação exegética.
2. Para a concessão de aposentadoria por invalidez devem ser considerados outros aspectos relevantes, além dos elencados no art. 42 da Lei 8.213/91, tais como, a condição sócio-econômica, profissional e cultural do segurado.
3. Embora tenha o laudo pericial concluído pela incapacidade parcial do segurado, o Magistrado não fica vinculado à prova pericial, podendo decidir contrário a ela quando houver nos autos outros elementos que assim o convençam, como no presente caso.
4. Em face das limitações impostas pela avançada idade (72 anos), bem como por ser o segurado semi-analfabeto e rurícula, seria utopia defender sua inserção no concorrido mercado de trabalho, para iniciar uma nova atividade profissional, pelo que faz jus à concessão de aposentadoria por invalidez.
5. Recurso Especial não conhecido (Resp nº 965.597/, Relator Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, DJ de 17/09/2007).
Pedido de Uniformização inadmitido.
O suscitante apresentou requerimento na forma do art. 15, § 4º, do RI/TNU.
Relatados. Decido.
Inexiste a apontada divergência entre o acórdão recorrido e os acórdãos tidos como paradigma, ante a ausência de similitude fática entre os julgados.
Com efeito, a Turma Recursal da Seção Judiciária do Rio de Janeiro (2ª Região), deu provimento ao recurso do requerido, tendo decidido que a parte autora não havia preenchido os requisitos para a conversão do auxílio-doença em aposentadoria por invalidez, em razão da possibilidade de readaptação em outra atividade. Por outro lado, os acórdãos colacionados observam particularidades daqueles julgamentos lastreados nos respectivos conjuntos fático-probatórios.
Por fim, cuida-se, em última análise, de pleito em que se visa ao reexame de prova, com consequente inversão da conclusão a que chegou a decisão impugnada, na dimensão do conjunto probatório dos autos, mostrando-se manifestamente incabível o incidente de uniformização de jurisprudência suscitado.
Pelo exposto, com fundamento no artigo 7º, inciso VI, do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização, não admito o incidente de uniformização.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 06 de abril de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO N.º: 2008.51.51.019565-6
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
REQUERENTE: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR: PROCURADORIA GERAL DA FAZENDA NACIONAL
REQUERIDA : LUCIANA PEREIRA BELLA FRONTE
ADVOGADO : NÃO CONSTITUÍDO

DECISÃO

A FAZENDA NACIONAL suscita incidente de uniformização de jurisprudência dirigido à Turma Nacional de Uniformização, com fundamento no art. 14, § 2°, da Lei n° 10.259/2001, em face de decisão proferida por Turma Recursal da Seção Judiciária do Rio de Janeiro, segundo a qual a contribuição previdenciária dos servidores públicos estatutários não incide sobre o adicional de um terço de férias.
Alega divergência com julgado do STJ que adota entendimento em sentido diverso.
O incidente não foi admitido pela Presidência da Turma Recursal.
A suscitante apresentou requerimento na forma do art. 15, § 4º, do RI/TNU.
Relatados. Decido.
A Primeira Seção do Superior Tribunal de Justiça, revendo posicionamento anterior, para alinhar-se à jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, firmou a orientação de que não incide contribuição previdenciária sobre o terço constitucional de férias, dada a natureza indenizatória dessa verba. Nesse sentido:
TRIBUTÁRIO E PREVIDENCIÁRIO - EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA - CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA - TERÇO CONSTITUCIONAL DE FÉRIAS - NATUREZA JURÍDICA - NÃO-INCIDÊNCIA DA CONTRIBUIÇÃO - ADEQUAÇÃO DA JURISPRUDÊNCIA DO STJ AO ENTENDIMENTO FIRMADO NO PRETÓRIO EXCELSO.
1. A Primeira Seção do STJ considera legítima a incidência da contribuição previdenciária sobre o terço constitucional de férias. Precedentes.
2. Entendimento diverso foi firmado pelo STF, a partir da compreensão da natureza jurídica do terço constitucional de férias, considerado como verba compensatória e não incorporável à remuneração do servidor para fins de aposentadoria.
3. Realinhamento da jurisprudência do STJ, adequando-se à posição sedimentada no Pretório Excelso.
4. Embargos de divergência providos (EREsp 956.289/RS, Rel. Ministra ELIANA CALMON, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 28/10/2009, DJe de 10/11/2009).
TRIBUTÁRIO E PREVIDENCIÁRIO - INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA DAS TURMAS RECURSAIS DOS JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS - CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA - TERÇO CONSTITUCIONAL DE FÉRIAS - NATUREZA JURÍDICA - NÃO-INCIDÊNCIA DA CONTRIBUIÇÃO - ADEQUAÇÃO DA JURISPRUDÊNCIA DO STJ AO ENTENDIMENTO FIRMADO NO PRETÓRIO EXCELSO.
1. A Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais firmou entendimento, com base em precedentes do Pretório Excelso, de que não incide contribuição previdenciária sobre o terço constitucional de férias.
2. A Primeira Seção do STJ considera legítima a incidência da contribuição previdenciária sobre o terço constitucional de férias.
3. Realinhamento da jurisprudência do STJ à posição sedimentada no Pretório Excelso de que a contribuição previdenciária não incide sobre o terço constitucional de férias, verba que detém natureza indenizatória e que não se incorpora à remuneração do servidor para fins de aposentadoria.
4. Incidente de uniformização acolhido, para manter o entendimento da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais, nos termos acima explicitados (Pet 7.296/PE, Rel. Ministra ELIANA CALMON, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 28/10/2009, DJe de 10/11/2009).
Coerente com essa orientação, a Turma Nacional firmou entendimento nesse sentido:
PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DA INTERPRETAÇÃO DE LEI FEDERAL. CONHECIMENTO. CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS. NÃO INCIDÊNCIA SOBRE O TERÇO CONSTITUCIONAL DO SERVIDOR PÚBLICO. Conhece-se em parte do pedido de uniformização, em estando demonstrado o dissídio jurisprudencial entre o acórdão da Turma Recursal de origem e a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, acerca de tema de direito material. Na dicção do Supremo Tribunal Federal: a) as verbas sobre as quais incidirem contribuições sociais devem repercutir sobre os benefícios previdenciários (artigos 40, § 12, e 201, § 11, da CF/88, na redação dada pela EC 20/98); b) o terço constitucional de férias não se incorpora ao salário, para fins de repercussão sobre benefícios previdenciários; c) logo, sobre tais verbas não podem incidir contribuições sociais. Interpretação das disposições da Leis n.º 9.783, de 28-01-99, e 10.887, de 18-06-2004, em sintonia com esse entendimento (PU 200785005057424, Rel. Juiz Federal ÉLIO WANDERLEY DE SIQUEIRA FILHO, julgamento em 28/5/2009, DJU de 08/1/2010).
Ante o exposto, com esteio no artigo 7º, inciso VI, do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização e na Questão de Ordem n.º 13/TNU, não admito o incidente de uniformização.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 21 de março de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº: 2008.51.51.022600-8
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
REQUERENTE: ROBSON DA CRUZ PORTELLA
PROC/ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO(A): INSS
PROC/ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização de jurisprudência proposto por ROBSON DA CRUZ PORTELLA, com fundamento no artigo 14, caput e § 2º, da Lei nº 10.259/2001, em face de decisão proferida pela Primeira Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio de Janeiro, que manteve a sentença que julgou improcedente o pedido de conversão de auxílio-doença em aposentadoria por invalidez, ao fundamento de que:
(...) a parte autora já era portadora da patologia narrada e de incapacidade laboral, quando do reingresso ao RGPS. A parte autora está incapaz desde o ano de 2002, antes do ingresso no RGPS em 03/2003, conforme consulta ao CNIS , fl. 59. Afasta-se, desta forma, qualquer hipótese de agravamento de doença pré-existente que não acarretasse incapacidade laboral quando do reingresso.
Alega o suscitante divergência com julgados do Superior Tribunal de Justiça e de Tribunal Regional Federal, aduzindo, em síntese, que o juiz não necessita ficar adstrito às conclusões do laudo pericial, podendo ancorar-se em outros elementos constantes dos autos que atestam a incapacidade para o trabalho.
Incidente inadmitido na origem.
O suscitante apresentou requerimento nos moldes insertos no art. 15, § 4º, do RI/TNU.
Relatados, decido.
Verifico, primeiramente, que inadmissível o presente pleito na parte em que apontado como paradigma julgado de Tribunal Regional Federal, restando, pois, inobservado o ditame do § 2º do art. 14 da Lei nº 10.259/2001, pelo qual o pedido de uniformização será fundado em divergência entre decisões de turmas de diferentes regiões ou da proferida em contrariedade a súmula ou jurisprudência dominante do STJ (...) (g.n.).
A propósito, a Turma Nacional de Uniformização já decidiu:
PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DA INTERPRETAÇÃO DE LEI FEDERAL. NÃO CONHECIMENTO. VOTO DE DESEMPATE DO PRESIDENTE.
Tendo havido empate acerca do conhecimento do pedido de uniformização - para tal fim computando-se, conjuntamente, os votos que, por fundamentos diversos, dele não conheceram -, coube ao Presidente da Turma proferir o voto de desempate.
Voto de desempate no sentido de que: a) 'não se mostra possível, em sede de pedido de uniformização dirigido a esta Turma Nacional, a demonstração de divergência com fundamento em paradigmas oriundos de turma recursal da mesma região, de Tribunal Regional Federal e da própria Turma Nacional de Uniformização'; b) não são hábeis para a demonstração da divergência, in casu, julgados que 'não ventilam o tema da aplicação das Emendas Constitucionais n.º 20/98 e 41/2003, mas apenas questão inerente à incidência, no primeiro reajustamento da renda mensal inicial, do art. 21, § 3º, da Lei n.º 8.880/94, a qual fazia parte do pedido original' (Processo nº 2006.70.51.004732-8, TNU, Relator p/ acórdão Juiz Federal Sebastião Ogê Muniz, DJ de 27/8/2008 - g.n.).
Quanto ao mais, verifica-se que a Turma Recursal de origem constatou que a parte autora já era incapaz antes de seu reingresso ao Regime Geral de Previdência Social (RGPS), não se havendo falar em agravamento de sua situação, daí por que inviável a concessão do benefício pretendido. De outra banda, nos paradigmas apresentados não se explicitou a questão acerca da existência da incapacidade anteriormente ao ingresso ao RGPS.
Inexiste, portanto, similitude fática entre os julgados. Nesse sentido, já decidiu a Turma Nacional de Uniformização, litteris:
ACÓRDÃO PARADIGMA ENVOLVE MATÉRIA DE FATO DISTINTA.
1. É inadmissível considerar elementos de fato diversos daqueles em que se assentou o acórdão recorrido, vez que o Pedido de Uniformização visa velar pela exata aplicação do direito já pacificado a pressupostos fáticos idênticos. Envolvendo os paradigmas matérias de fato de que não cuidou o acórdão impugnado, não merece ser conhecido o pedido.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

2. Pedido não conhecido." (PU nº 2002.70.00.007470-5/PR, Relatora Juíza Federal Liliane Roriz, DJ de 24/12/2003).
Pelo exposto, nos termos do artigo 7º, inciso VI, do RI/TNU, não admito o incidente de uniformização de jurisprudência.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 24 de março de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº: 2008.51.51.032556-4
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
REQUERENTE: LEONITO JOSÉ DA SILVA
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: DYLMAR FIGUEIREDO GOMES FILLHO

DECISÃO

Trata-se de agravo regimental interposto por LEONITO JOSÉ DA SILVA, com fulcro no art. 34, inciso I, do RI/TNU, contra a decisão do Presidente da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais, que inadmitiu o incidente de uniformização de jurisprudência suscitado.
Afirma o agravante que o incidente satisfaz aos requisitos legais necessários ao conhecimento da matéria pela Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência.
Relatados. Decido.
Entendo que os argumentos apresentados pelo agravante não tiveram o condão de infirmar as razões de inadmissão do incidente.
Assim, a decisão atacada merece ser mantida por seus próprios e jurídicos fundamentos, motivo pelo qual determino a distribuição do presente agravo regimental, nos termos do § 2º do art. 34 do RI/TNU.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 12 de abril de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO N.º: 2008.51.51.037825-8
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
REQUERENTE: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR: PROCURADORIA GERAL DA FAZENDA NACIONAL
REQUERIDO : ILDEMAR PINHEIRO SOUZA
ADVOGADO :RODRIGO EDUARDO GAMARIA R.S. DA SILVA E OUTROS

DECISÃO

A FAZENDA NACIONAL suscita incidente de uniformização de jurisprudência dirigido à Turma Nacional de Uniformização, com fundamento no art. 14, § 2°, da Lei n° 10.259/2001, em face de decisão proferida por Turma Recursal da Seção Judiciária do Rio de Janeiro, segundo a qual a contribuição previdenciária dos servidores públicos estatutários não incide sobre o adicional de um terço de férias.
Alega divergência com julgado do STJ que adota entendimento em sentido diverso.
O incidente não foi admitido pela Presidência da Turma Recursal.
A suscitante apresentou requerimento na forma do art. 15, § 4º, do RI/TNU.
Relatados. Decido.
A Primeira Seção do Superior Tribunal de Justiça, revendo posicionamento anterior, para alinhar-se à jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, firmou a orientação de que não incide contribuição previdenciária sobre o terço constitucional de férias, dada a natureza indenizatória dessa verba. Nesse sentido:
TRIBUTÁRIO E PREVIDENCIÁRIO - EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA - CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA - TERÇO CONSTITUCIONAL DE FÉRIAS - NATUREZA JURÍDICA - NÃO-INCIDÊNCIA DA CONTRIBUIÇÃO - ADEQUAÇÃO DA JURISPRUDÊNCIA DO STJ AO ENTENDIMENTO FIRMADO NO PRETÓRIO EXCELSO.
1. A Primeira Seção do STJ considera legítima a incidência da contribuição previdenciária sobre o terço constitucional de férias. Precedentes.
2. Entendimento diverso foi firmado pelo STF, a partir da compreensão da natureza jurídica do terço constitucional de férias, considerado como verba compensatória e não incorporável à remuneração do servidor para fins de aposentadoria.
3. Realinhamento da jurisprudência do STJ, adequando-se à posição sedimentada no Pretório Excelso.
4. Embargos de divergência providos (EREsp 956.289/RS, Rel. Ministra ELIANA CALMON, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 28/10/2009, DJe de 10/11/2009).
TRIBUTÁRIO E PREVIDENCIÁRIO - INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA DAS TURMAS RECURSAIS DOS JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS - CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA - TERÇO CONSTITUCIONAL DE FÉRIAS - NATUREZA JURÍDICA - NÃO-INCIDÊNCIA DA CONTRIBUIÇÃO - ADEQUAÇÃO DA JURISPRUDÊNCIA DO STJ AO ENTENDIMENTO FIRMADO NO PRETÓRIO EXCELSO.
1. A Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais firmou entendimento, com base em precedentes do Pretório Excelso, de que não incide contribuição previdenciária sobre o terço constitucional de férias.
2. A Primeira Seção do STJ considera legítima a incidência da contribuição previdenciária sobre o terço constitucional de férias.
3. Realinhamento da jurisprudência do STJ à posição sedimentada no Pretório Excelso de que a contribuição previdenciária não incide sobre o terço constitucional de férias, verba que detém natureza indenizatória e que não se incorpora à remuneração do servidor para fins de aposentadoria.
4. Incidente de uniformização acolhido, para manter o entendimento da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais, nos termos acima explicitados (Pet 7.296/PE, Rel. Ministra ELIANA CALMON, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 28/10/2009, DJe de 10/11/2009).
Coerente com essa orientação, a Turma Nacional firmou entendimento nesse sentido:
PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DA INTERPRETAÇÃO DE LEI FEDERAL. CONHECIMENTO. CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS. NÃO INCIDÊNCIA SOBRE O TERÇO CONSTITUCIONAL DO SERVIDOR PÚBLICO. Conhece-se em parte do pedido de uniformização, em estando demonstrado o dissídio jurisprudencial entre o acórdão da Turma Recursal de origem e a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, acerca de tema de direito material. Na dicção do Supremo Tribunal Federal: a) as verbas sobre as quais incidirem contribuições sociais devem repercutir sobre os benefícios previdenciários (artigos 40, § 12, e 201, § 11, da CF/88, na redação dada pela EC 20/98); b) o terço constitucional de férias não se incorpora ao salário, para fins de repercussão sobre benefícios previdenciários; c) logo, sobre tais verbas não podem incidir contribuições sociais. Interpretação das disposições da Leis n.º 9.783, de 28-01-99, e 10.887, de 18-06-2004, em sintonia com esse entendimento (PU 200785005057424, Rel. Juiz Federal ÉLIO WANDERLEY DE SIQUEIRA FILHO, julgamento em 28/5/2009, DJU de 08/1/2010).
Ante o exposto, com esteio no artigo 7º, inciso VI, do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização e na Questão de Ordem n.º 13/TNU, não admito o incidente de uniformização.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 21 de março de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº: 2008.51.51.042227-2
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
REQUERENTE: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR: PROCURADORIA GERAL DA FAZENDA NACIONAL
REQUERIDA : ARDELIA MENDONÇA DE PAULA TEIXEIRA
ADVOGADA : MÉLAINE CHANTAL MEDEIROS ROUGE

DECISÃO

A FAZENDA NACIONAL suscita incidente de uniformização de jurisprudência dirigido à Turma Nacional de Uniformização, com fundamento no art. 14, § 2°, da Lei n° 10.259/2001, em face de decisão proferida por Turma Recursal da Seção Judiciária do Rio de Janeiro, segundo a qual a contribuição previdenciária dos servidores públicos estatutários não incide sobre o adicional de um terço, devido sobre a remuneração das férias.
Alega divergência com julgado do STJ que adota entendimento em sentido diverso.
O incidente não foi admitido pela Presidência da Turma Recursal.
A suscitante apresentou requerimento na forma do art. 15, § 4º, do RI/TNU.
Relatados. Decido.
A Primeira Seção do Superior Tribunal de Justiça, revendo posicionamento anterior, para alinhar-se à jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, firmou a orientação de que não incide contribuição previdenciária sobre o terço constitucional de férias, dada a natureza indenizatória dessa verba. Nesse sentido:
TRIBUTÁRIO E PREVIDENCIÁRIO - EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA - CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA - TERÇO CONSTITUCIONAL DE FÉRIAS - NATUREZA JURÍDICA - NÃO-INCIDÊNCIA DA CONTRIBUIÇÃO - ADEQUAÇÃO DA JURISPRUDÊNCIA DO STJ AO ENTENDIMENTO FIRMADO NO PRETÓRIO EXCELSO.
1. A Primeira Seção do STJ considera legítima a incidência da contribuição previdenciária sobre o terço constitucional de férias. Precedentes.
2. Entendimento diverso foi firmado pelo STF, a partir da compreensão da natureza jurídica do terço constitucional de férias, considerado como verba compensatória e não incorporável à remuneração do servidor para fins de aposentadoria.
3. Realinhamento da jurisprudência do STJ, adequando-se à posição sedimentada no Pretório Excelso.
4. Embargos de divergência providos (EREsp 956.289/RS, Rel. Ministra ELIANA CALMON, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 28/10/2009, DJe de 10/11/2009).
TRIBUTÁRIO E PREVIDENCIÁRIO - INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA DAS TURMAS RECURSAIS DOS JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS - CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA - TERÇO CONSTITUCIONAL DE FÉRIAS - NATUREZA JURÍDICA - NÃO-INCIDÊNCIA DA CONTRIBUIÇÃO - ADEQUAÇÃO DA JURISPRUDÊNCIA DO STJ AO ENTENDIMENTO FIRMADO NO PRETÓRIO EXCELSO.
1. A Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais firmou entendimento, com base em precedentes do Pretório Excelso, de que não incide contribuição previdenciária sobre o terço constitucional de férias, verba que detém natureza indenizatória e que não se incorpora à remuneração do servidor para fins de aposentadoria.
4. Incidente de uniformização acolhido, para manter o entendimento da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais, nos termos acima explicitados (Pet 7.296/PE, Rel. Ministra ELIANA CALMON, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 28/10/2009, DJe de 10/11/2009).
Coerente com essa orientação, a Turma Nacional firmou entendimento nesse sentido:
PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DA INTERPRETAÇÃO DE LEI FEDERAL. CONHECIMENTO. CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS. NÃO INCIDÊNCIA SOBRE O TERÇO CONSTITUCIONAL DO SERVIDOR PÚBLICO. Conhece-se em parte do pedido de uniformização, em estando demonstrado o dissídio jurisprudencial entre o acórdão da Turma Recursal de origem e a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, acerca de tema de direito material. Na dicção do Supremo Tribunal Federal: a) as verbas sobre as quais incidirem contribuições sociais devem repercutir sobre os benefícios previdenciários (artigos 40, § 12, e 201, § 11, da CF/88, na redação dada pela EC 20/98); b) o terço constitucional de férias não se incorpora ao salário, para fins de repercussão sobre benefícios previdenciários; c) logo, sobre tais verbas não podem incidir contribuições sociais. Interpretação das disposições da Leis n.º 9.783, de 28-01-99, e 10.887, de 18-06-2004, em sintonia com esse entendimento (PU 200785005057424, Rel. Juiz Federal ÉLIO WANDERLEY DE SIQUEIRA FILHO, julgamento em 28/5/2009, DJU de 08/1/2010).
Ante o exposto, com esteio no artigo 7º, inciso VI, do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização e na Questão de Ordem n.º 13/TNU, não admito o incidente de uniformização.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 21 de março de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO N.º: 2008.51.51.043454-7
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
REQUERENTE: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR: PROCURADORIA GERAL DA FAZENDA NACIONAL
REQUERIDO(A): CLÁUDIA RUPP DE FREITAS
ADVOGADO(A): PEDRO PENNA DA ROCHA E OUTRO

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização de jurisprudência suscitado pela FAZENDA NACIONAL, com fundamento no art. 14, § 2.º, da Lei n.º 10.259/2001, em face da decisão da Primeira Turma Recursal da Seção Judiciária do Rio de Janeiro, segundo a qual, a pretensão deduzida na presente ação de repetição de indébito tributário, no que se refere aos fatos geradores ocorridos antes do início da vigência da Lei Complementar n.º 118/2005, se sujeita a um prazo prescricional de dez anos, por aplicação da regra dos cinco mais cinco (fl. 51).
A Fazenda Nacional pugna pela aplicação da prescrição qüinqüenal, argumentando que a citada lei teria fixado definitivamente o prazo em cinco anos, ao fazer a interpretação autêntica do art. 168, inc. I, do Código Tributário Nacional. Sustenta que há divergência de interpretação entre a decisão da Turma Recursal e o entendimento do Superior Tribunal de Justiça. Invoca, entre outros, os seguintes precedentes: EREsp n.º 258.161/DF, Primeira Seção, DJU de 3/9/2001; REsp n.º 250.204/DF, Segunda Turma, DJU de 11/9/2000.
O incidente não foi admitido pela Presidência da Turma Recursal (fls. 65-66).
Há requerimento na forma do art. 15, § 4.º do RI/TNU (fl.69).
Relatados, decido.
A decisão impugnada, ao contrário do incidente de uniformização, está embasada em recente entendimento do STJ, de que é exemplo o seguinte precedente da Primeira Seção do STJ, julgado sobre o regime dos recursos repetitivos (CPC, art. 543-C):
1. O princípio da irretroatividade impõe a aplicação da LC 118, de 9 de fevereiro de 2005, aos pagamentos indevidos realizados após a sua vigência e não às ações propostas posteriormente ao referido diploma legal, posto norma referente à extinção da obrigação e não ao aspecto processual da ação correspectiva.
2. O advento da LC 118/05 e suas conseqüências sobre a prescrição, do ponto de vista prático, implica dever a mesma ser contada da seguinte forma: relativamente aos pagamentos efetuados a partir da sua vigência (que ocorreu em 09.06.05), o prazo para a repetição do indébito é de cinco a contar da data do pagamento; e relativamente aos pagamentos anteriores, a prescrição obedece ao regime previsto no sistema anterior, limitada, porém, ao prazo máximo de cinco anos a contar da vigência da lei nova.
3. Isto porque a Corte Especial declarou a inconstitucionalidade da expressão "observado, quanto ao art. 3º, o disposto no art. 106, I, da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional", constante do artigo 4º, segunda parte, da Lei Complementar 118/2005 (AI nos ERESP 644736/PE, Relator Ministro Teori Albino Zavascki, julgado em 06.06.2007).
(...omissis...)
6. Desta sorte, ocorrido o pagamento antecipado do tributo após a vigência da aludida norma jurídica, o dies a quo do prazo prescricional para a repetição/compensação é a data do recolhimento indevido.
7. In casu, insurge-se o recorrente contra a prescrição qüinqüenal determinada pelo Tribunal a quo, pleiteando a reforma da decisão para que seja determinada a prescrição decenal, sendo certo que não houve menção, nas instância ordinárias, acerca da data em que se efetivaram os recolhimentos indevidos, mercê de a propositura da ação ter ocorrido em 27.11.2002, razão pela qual forçoso concluir que os recolhimentos indevidos ocorreram antes do advento da LC

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

118/2005, por isso que a tese aplicável é a que considera os 5 anos de decadência da homologação para a constituição do crédito tributário acrescidos de mais 5 anos referentes à prescrição da ação.
8. Impende salientar que, conquanto as instâncias ordinárias não tenham mencionado expressamente as datas em que ocorreram os pagamentos indevidos, é certo que os mesmos foram efetuados sob a égide da LC 70/91, uma vez que a Lei 9.430/96, vigente a partir de 31/03/1997, revogou a isenção concedida pelo art. 6º, II, da referida lei complementar às sociedades civis de prestação de serviços, tornando legítimo o pagamento da COFINS.
9. Recurso especial provido, nos termos da fundamentação expendida.
Acórdão submetido ao regime do art. 543-C do CPC e da Resolução STJ 08/2008 (REsp 1.002.932/SP, Rel. Ministro LUIZ FUX, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 25/11/2009, DJe de 18/12/2009).
Ante o exposto, com esteio no art. 7.º, inc. VI, do RI/TNU, não admito o incidente.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 22 de março de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO N.º: 2008.51.51.056467-4
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
REQUERENTE: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR: PROCURADORIA GERAL DA FAZENDA NACIONAL
REQUERIDA : MARIA CRISTINA DA SILVA GALVÃO E OUTRAS
ADVOGADO :MARCELO CHALRÉO

DECISÃO

A FAZENDA NACIONAL suscita incidente de uniformização de jurisprudência dirigido à Turma Nacional de Uniformização, com fundamento no art. 14, § 2°, da Lei n° 10.259/2001, em face de decisão proferida por Turma Recursal da Seção Judiciária do Rio de Janeiro, segundo a qual a contribuição previdenciária dos servidores públicos estatutários não incide sobre o adicional de um terço, devido sobre a remuneração das férias.
Alega divergência com julgado do STJ que adota entendimento em sentido diverso.
O incidente não foi admitido pela Presidência da Turma Recursal.
A suscitante apresentou requerimento na forma do art. 15, § 4º, do RI/TNU.
Relatados. Decido.
A Primeira Seção do Superior Tribunal de Justiça, revendo posicionamento anterior, para alinhar-se à jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, firmou a orientação de que não incide contribuição previdenciária sobre o terço constitucional de férias, dada a natureza indenizatória dessa verba. Nesse sentido:
TRIBUTÁRIO E PREVIDENCIÁRIO - EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA - CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA - TERÇO CONSTITUCIONAL DE FÉRIAS - NATUREZA JURÍDICA - NÃO-INCIDÊNCIA DA CONTRIBUIÇÃO - ADEQUAÇÃO DA JURISPRUDÊNCIA DO STJ AO ENTENDIMENTO FIRMADO NO PRETÓRIO EXCELSO.
1. A Primeira Seção do STJ considera legítima a incidência da contribuição previdenciária sobre o terço constitucional de férias. Precedentes.
2. Entendimento diverso foi firmado pelo STF, a partir da compreensão da natureza jurídica do terço constitucional de férias, considerado como verba compensatória e não incorporável à remuneração do servidor para fins de aposentadoria.
3. Realinhamento da jurisprudência do STJ, adequando-se à posição sedimentada no Pretório Excelso.
4. Embargos de divergência providos (EREsp 956.289/RS, Rel. Ministra ELIANA CALMON, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 28/10/2009, DJe de 10/11/2009).
TRIBUTÁRIO E PREVIDENCIÁRIO - INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA DAS TURMAS RECURSAIS DOS JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS - CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA - TERÇO CONSTITUCIONAL DE FÉRIAS - NATUREZA JURÍDICA - NÃO-INCIDÊNCIA DA CONTRIBUIÇÃO - ADEQUAÇÃO DA JURISPRUDÊNCIA DO STJ AO ENTENDIMENTO FIRMADO NO PRETÓRIO EXCELSO.
1. A Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais firmou entendimento, com base em precedentes do Pretório Excelso, de que não incide contribuição previdenciária sobre o terço constitucional de férias.
2. A Primeira Seção do STJ considera legítima a incidência da contribuição previdenciária sobre o terço constitucional de férias.
3. Realinhamento da jurisprudência do STJ à posição sedimentada no Pretório Excelso de que a contribuição previdenciária não incide sobre o terço constitucional de férias, verba que detém natureza indenizatória e que não se incorpora à remuneração do servidor para fins de aposentadoria.
4. Incidente de uniformização acolhido, para manter o entendimento da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais, nos termos acima explicitados (Pet 7.296/PE, Rel. Ministra ELIANA CALMON, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 28/10/2009, DJe de 10/11/2009).
Coerente com essa orientação, a Turma Nacional firmou entendimento nesse sentido:
PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DA INTERPRETAÇÃO DE LEI FEDERAL. CONHECIMENTO. CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS. NÃO INCIDÊNCIA SOBRE O TERÇO CONSTITUCIONAL DO SERVIDOR PÚBLICO. Conhece-se em parte do pedido de uniformização, em estando demonstrado o dissídio jurisprudencial entre o acórdão da Turma Recursal de origem e a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, acerca de tema de direito material. Na dicção do Supremo Tribunal Federal: a) as verbas sobre as quais incidirem contribuições sociais devem repercutir sobre os benefícios previdenciários (artigos 40, § 12, e 201, § 11, da CF/88, na redação dada pela EC 20/98); b) o terço constitucional de férias não se incorpora ao salário, para fins de repercussão sobre benefícios previdenciários; c) logo, sobre tais verbas não podem incidir contribuições sociais. Interpretação das disposições da Leis n.º 9.783, de 28-01-99, e 10.887, de 18-06-2004, em sintonia com esse entendimento (PU 200785005057424, Rel. Juiz Federal ÉLIO WANDERLEY DE SIQUEIRA FILHO, julgamento em 28/5/2009, DJU de 08/1/2010).
Ante o exposto, com esteio no artigo 7º, inciso VI, do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização e na Questão de Ordem n.º 13/TNU, não admito o incidente de uniformização.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 21 de março de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº: 2008.51.51.057234-8
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
REQUERENTE: JOSÉ GERALDO FERREIRA NUNES
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização suscitado por JOSÉ GERALDO FERREIRA NUNES, dirigido à Turma Nacional de Uniformização, com fundamento no art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/01, em face de decisão da Primeira Turma Recursal da Seção Judiciária do Rio de Janeiro, que manteve a sentença que acolheu o pedido de restabelecimento do auxílio-doença, sendo a data do início do benefício correspondente à data de realização da perícia médica.
Alega o requerente que a decisão combatida diverge do entendimento do STJ, no que diz respeito ao termo inicial de concessão do benefício, pois enquanto a decisão recorrida fixou como tal a data da realização da perícia, o paradigma fixaria o termo inicial como sendo a data da cessação do benefício.
O incidente não foi admitido e o suscitante apresentou requerimento, na forma do art. 15, § 4°, do RI/TNU.
Relatados. Decido.
Verifica-se que o aresto indicado como paradigma não guarda similitude fática com a hipótese dos autos.
Com efeito, a decisão colegiada recorrida trata de restabelecimento de auxílio-doença e fixou a data do início do benefício como sendo a da realização da perícia, enquanto o paradigma não faz referência sobre se tratar de concessão ou restabelecimento do benefício, além de que não alberga a tese defendida pelo autor, já que determina a data de início do benefício como sendo a data da juntada aos autos do laudo pericial, e não a data de cessação do benefício.
Por derradeiro, a controvérsia cinge-se a apreciação de matéria de fato, uma vez que, para se refutar a conclusão a que se chegou no decisum impugnado necessário o reexame do conjunto probatório dos autos, mostrando-se, também por este óbice, manifestamente incabível o incidente de uniformização de jurisprudência suscitado.
Tais as razões, com fulcro no artigo 7º, inciso VI, do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização, não admito o incidente.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 05 de abril de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO N.º: 2008.51.51.057553-2
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
REQUERENTE: NILTON DUARTE DA ROCHA
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO(A): INSS
PROCURADOR: PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização de jurisprudência suscitado por NILTON DUARTE DA ROCHA, com fundamento no art. 14, § 2.º, da Lei n.º 10.259/2001, em face de decisão referendada pela Primeira Turma Recursal da Seção Judiciária do Rio de Janeiro, a qual, confirmando a sentença, negou provimento ao recurso em que se postulava o restabelecimento de auxílio-doença, ao fundamento de que, de acordo com a perícia médica, não teria restado comprovada a incapacidade laborativa, fosse ela temporária ou permanente.
A parte requerente alega divergência com precedentes do STJ, aduzindo, em síntese, que o juiz não está vinculado ao laudo pericial.
O incidente não foi admitido pela Presidência da Turma Recursal.
Foi interposto o pedido de submissão à Presidência da TNU, nos termos do art. 15, § 4.º, do RI/TNU.
Relatados, decido.
Trata-se, em última análise, de pleito em que se visa ao reexame de prova, com consequente inversão da conclusão a que chegou a decisão impugnada, na dimensão do conjunto probatório dos autos, mostrando-se manifestamente incabível o incidente de uniformização de jurisprudência suscitado.
Por fim, a parte suscitante não demonstrou o dissenso jurisprudencial invocado, visto não ter realizado o necessário cotejo analítico entre o julgado hostilizado e os paradigmas citados, no sentido de trazer as circunstâncias fáticas e jurídicas que os identificam ou assemelham, conforme determina o artigo 13 do RI/TNU, conformando-se em transcrever ementas dos julgados, as quais não servem para demonstração da divergência.
Ante o exposto, com fundamento no artigo 7º, inciso VI, do RI/TNU, inadmito o incidente de uniformização de jurisprudência.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 05 de abril de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO N.º: 2008.51.51.057787-5
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
REQUERENTE: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR: PROCURADORIA GERAL DA FAZENDA NACIONAL
REQUERIDA : ANA LUCIA SOARES SANTOS
ADVOGADO : NÃO CONSTITUÍDO

DECISÃO

A FAZENDA NACIONAL suscita incidente de uniformização de jurisprudência dirigido à Turma Nacional de Uniformização, com fundamento no art. 14, § 2°, da Lei n° 10.259/2001, em face de decisão proferida por Turma Recursal da Seção Judiciária do Rio de Janeiro, segundo a qual a contribuição previdenciária dos servidores públicos estatutários não incide sobre o adicional de um terço, devido sobre a remuneração das férias.
Alega divergência com julgado do STJ que adota entendimento em sentido diverso.
O incidente não foi admitido pela Presidência da Turma Recursal.
A suscitante apresentou requerimento na forma do art. 15, § 4º, do RI/TNU.
Relatados. Decido.
A Primeira Seção do Superior Tribunal de Justiça, revendo posicionamento anterior, para alinhar-se à jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, firmou a orientação de que não incide contribuição previdenciária sobre o terço constitucional de férias, dada a natureza indenizatória dessa verba. Nesse sentido:
TRIBUTÁRIO E PREVIDENCIÁRIO - EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA - CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA - TERÇO CONSTITUCIONAL DE FÉRIAS - NATUREZA JURÍDICA - NÃO-INCIDÊNCIA DA CONTRIBUIÇÃO - ADEQUAÇÃO DA JURISPRUDÊNCIA DO STJ AO ENTENDIMENTO FIRMADO NO PRETÓRIO EXCELSO.
1. A Primeira Seção do STJ considera legítima a incidência da contribuição previdenciária sobre o terço constitucional de férias. Precedentes.
2. Entendimento diverso foi firmado pelo STF, a partir da compreensão da natureza jurídica do terço constitucional de férias, considerado como verba compensatória e não incorporável à remuneração do servidor para fins de aposentadoria.
3. Realinhamento da jurisprudência do STJ, adequando-se à posição sedimentada no Pretório Excelso.
4. Embargos de divergência providos (EREsp 956.289/RS, Rel. Ministra ELIANA CALMON, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 28/10/2009, DJe de 10/11/2009).
TRIBUTÁRIO E PREVIDENCIÁRIO - INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA DAS TURMAS RECURSAIS DOS JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS - CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA - TERÇO CONSTITUCIONAL DE FÉRIAS - NATUREZA JURÍDICA - NÃO-INCIDÊNCIA DA CONTRIBUIÇÃO - ADEQUAÇÃO DA JURISPRUDÊNCIA DO STJ AO ENTENDIMENTO FIRMADO NO PRETÓRIO EXCELSO.
1. A Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais firmou entendimento, com base em precedentes do Pretório Excelso, de que não incide contribuição previdenciária sobre o terço constitucional de férias.
2. A Primeira Seção do STJ considera legítima a incidência da contribuição previdenciária sobre o terço constitucional de férias.
3. Realinhamento da jurisprudência do STJ à posição sedimentada no Pretório Excelso de que a contribuição previdenciária não incide sobre o terço constitucional de férias, verba que detém natureza indenizatória e que não se incorpora à remuneração do servidor para fins de aposentadoria.
4. Incidente de uniformização acolhido, para manter o entendimento da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais, nos termos acima explicitados (Pet 7.296/PE, Rel. Ministra ELIANA CALMON, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 28/10/2009, DJe de 10/11/2009).
Coerente com essa orientação, a Turma Nacional firmou entendimento nesse sentido:
PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DA INTERPRETAÇÃO DE LEI FEDERAL. CONHECIMENTO. CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS. NÃO INCIDÊNCIA SOBRE O TERÇO CONSTITUCIONAL DO SERVIDOR PÚBLICO. Conhece-se em parte do pedido de uniformização, em estando demonstrado o dissídio jurisprudencial entre o acórdão da Turma Recursal de origem e a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, acerca de tema de direito material. Na dicção do Supremo Tribunal Federal: a) as verbas sobre as quais incidirem contribuições sociais devem repercutir sobre os benefícios previdenciários (artigos 40, § 12, e 201, § 11, da CF/88, na redação dada pela EC 20/98); b) o terço constitucional de férias não se incorpora ao salário, para fins de repercussão sobre benefícios previdenciários; c) logo, sobre tais verbas não podem incidir contribuições sociais. Interpretação das disposições da Leis n.º 9.783, de 28-01-99, e 10.887, de 18-06-2004, em sintonia com esse entendimento (PU

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

200785005057424, Rel. Juiz Federal ÉLIO WANDERLEY DE SIQUEIRA FILHO, julgamento em 28/5/2009, DJU de 08/1/2010).
Ante o exposto, com esteio no artigo 7º, inciso VI, do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização e na Questão de Ordem n.º 13/TNU, não admito o incidente de uniformização.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 21 de março de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO N.º: 2008.51.51.057934-3
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
REQUERENTE: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR: PROCURADORIA GERAL DA FAZENDA NACIONAL
REQUERIDO : LUIZ PAULO SOUZA
ADVOGADO :NÃO CONSTITUÍDO

DECISÃO

A FAZENDA NACIONAL suscita incidente de uniformização de jurisprudência dirigido à Turma Nacional de Uniformização, com fundamento no art. 14, § 2°, da Lei n° 10.259/2001, em face de decisão proferida por Turma Recursal da Seção Judiciária do Rio de Janeiro, segundo a qual a contribuição previdenciária dos servidores públicos estatutários não incide sobre o adicional de um terço, devido sobre a remuneração das férias.
Alega divergência com julgado do STJ que adota entendimento em sentido diverso.
O incidente não foi admitido pela Presidência da Turma Recursal.
A suscitante apresentou requerimento na forma do art. 15, § 4º, do RI/TNU.
Relatados. Decido.
A Primeira Seção do Superior Tribunal de Justiça, revendo posicionamento anterior, para alinhar-se à jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, firmou a orientação de que não incide contribuição previdenciária sobre o terço constitucional de férias, dada a natureza indenizatória dessa verba. Nesse sentido:
TRIBUTÁRIO E PREVIDENCIÁRIO - EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA - CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA - TERÇO CONSTITUCIONAL DE FÉRIAS - NATUREZA JURÍDICA - NÃO-INCIDÊNCIA DA CONTRIBUIÇÃO - ADEQUAÇÃO DA JURISPRUDÊNCIA DO STJ AO ENTENDIMENTO FIRMADO NO PRETÓRIO EXCELSO.
1. A Primeira Seção do STJ considera legítima a incidência da contribuição previdenciária sobre o terço constitucional de férias. Precedentes.
2. Entendimento diverso foi firmado pelo STF, a partir da compreensão da natureza jurídica do terço constitucional de férias, considerado como verba compensatória e não incorporável à remuneração do servidor para fins de aposentadoria.
3. Realinhamento da jurisprudência do STJ, adequando-se à posição sedimentada no Pretório Excelso.
4. Embargos de divergência providos (EREsp 956.289/RS, Rel. Ministra ELIANA CALMON, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 28/10/2009, DJe de 10/11/2009).
TRIBUTÁRIO E PREVIDENCIÁRIO - INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA DAS TURMAS RECURSAIS DOS JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS - CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA - TERÇO CONSTITUCIONAL DE FÉRIAS - NATUREZA JURÍDICA - NÃO-INCIDÊNCIA DA CONTRIBUIÇÃO - ADEQUAÇÃO DA JURISPRUDÊNCIA DO STJ AO ENTENDIMENTO FIRMADO NO PRETÓRIO EXCELSO.
1. A Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais firmou entendimento, com base em precedentes do Pretório Excelso, de que não incide contribuição previdenciária sobre o terço constitucional de férias.
2. A Primeira Seção do STJ considera legítima a incidência da contribuição previdenciária sobre o terço constitucional de férias.
3. Realinhamento da jurisprudência do STJ à posição sedimentada no Pretório Excelso de que a contribuição previdenciária não incide sobre o terço constitucional de férias, verba que detém natureza indenizatória e que não se incorpora à remuneração do servidor para fins de aposentadoria.
4. Incidente de uniformização acolhido, para manter o entendimento da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais, nos termos acima explicitados (Pet 7.296/PE, Rel. Ministra ELIANA CALMON, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 28/10/2009, DJe de 10/11/2009).
Coerente com essa orientação, a Turma Nacional firmou entendimento nesse sentido:
PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DA INTERPRETAÇÃO DE LEI FEDERAL. CONHECIMENTO. CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS. NÃO INCIDÊNCIA SOBRE O TERÇO CONSTITUCIONAL DO SERVIDOR PÚBLICO. Conhece-se em parte do pedido de uniformização, em estando demonstrado o dissídio jurisprudencial entre o acórdão da Turma Recursal de origem e a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, acerca de tema de direito material. Na dicção do Supremo Tribunal Federal: a) as verbas sobre as quais incidirem contribuições sociais devem repercutir sobre os benefícios previdenciários (artigos 40, § 12, e 201, § 11, da CF/88, na redação dada pela EC 20/98); b) o terço constitucional de férias não se incorpora ao salário, para fins de repercussão sobre benefícios previdenciários; c) logo, sobre tais verbas não podem incidir contribuições sociais. Interpretação das disposições da Leis n.º 9.783, de 28-01-99, e 10.887, de 18-06-2004, em sintonia com esse entendimento (PU 200785005057424, Rel. Juiz Federal ÉLIO WANDERLEY DE SIQUEIRA FILHO, julgamento em 28/5/2009, DJU de 08/1/2010).
Ante o exposto, com esteio no artigo 7º, inciso VI, do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização e na Questão de Ordem n.º 13/TNU, não admito o incidente de uniformização.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 21 de março de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO N.º: 2008.51.51.058314-0
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
REQUERENTE: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR: PROCURADORIA GERAL DA FAZENDA NACIONAL
REQUERIDO(A): SELMA NAIR DO COUTO CORREA
ADVOGADO(A): NÃO CONSTITUÍDO

DECISÃO

A FAZENDA NACIONAL suscita incidente de uniformização de jurisprudência dirigido à Turma Nacional de Uniformização, com fundamento no art. 14, § 2°, da Lei n° 10.259/2001, em face de decisão proferida por Turma Recursal da Seção Judiciária do Rio de Janeiro, segundo a qual a contribuição previdenciária dos servidores públicos estatutários não incide sobre o adicional de um terço, devido sobre a remuneração das férias.
Alega divergência com julgado do STJ que adota entendimento em sentido diverso.
O incidente não foi admitido pela Presidência da Turma Recursal.
A suscitante apresentou requerimento na forma do art. 15, § 4º, do RI/TNU.
Relatados. Decido.
A Primeira Seção do Superior Tribunal de Justiça, revendo posicionamento anterior, para alinhar-se à jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, firmou a orientação de que não incide contribuição previdenciária sobre o terço constitucional de férias, dada a natureza indenizatória dessa verba. Nesse sentido:
TRIBUTÁRIO E PREVIDENCIÁRIO - EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA - CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA - TERÇO CONSTITUCIONAL DE FÉRIAS - NATUREZA JURÍDICA - NÃO-INCIDÊNCIA DA CONTRIBUIÇÃO - ADEQUAÇÃO DA JURISPRUDÊNCIA DO STJ AO ENTENDIMENTO FIRMADO NO PRETÓRIO EXCELSO.
1. A Primeira Seção do STJ considera legítima a incidência da contribuição previdenciária sobre o terço constitucional de férias. Precedentes.
2. Entendimento diverso foi firmado pelo STF, a partir da compreensão da natureza jurídica do terço constitucional de férias, considerado como verba compensatória e não incorporável à remuneração do servidor para fins de aposentadoria.
3. Realinhamento da jurisprudência do STJ, adequando-se à posição sedimentada no Pretório Excelso.
4. Embargos de divergência providos (EREsp 956.289/RS, Rel. Ministra ELIANA CALMON, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 28/10/2009, DJe de 10/11/2009).
TRIBUTÁRIO E PREVIDENCIÁRIO - INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA DAS TURMAS RECURSAIS DOS JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS - CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA - TERÇO CONSTITUCIONAL DE FÉRIAS - NATUREZA JURÍDICA - NÃO-INCIDÊNCIA DA CONTRIBUIÇÃO - ADEQUAÇÃO DA JURISPRUDÊNCIA DO STJ AO ENTENDIMENTO FIRMADO NO PRETÓRIO EXCELSO.
1. A Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais firmou entendimento, com base em precedentes do Pretório Excelso, de que não incide contribuição previdenciária sobre o terço constitucional de férias.
2. A Primeira Seção do STJ considera legítima a incidência da contribuição previdenciária sobre o terço constitucional de férias.
3. Realinhamento da jurisprudência do STJ à posição sedimentada no Pretório Excelso de que a contribuição previdenciária não incide sobre o terço constitucional de férias, verba que detém natureza indenizatória e que não se incorpora à remuneração do servidor para fins de aposentadoria.
4. Incidente de uniformização acolhido, para manter o entendimento da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais, nos termos acima explicitados (Pet 7.296/PE, Rel. Ministra ELIANA CALMON, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 28/10/2009, DJe de 10/11/2009).
Coerente com essa orientação, a Turma Nacional firmou entendimento nesse sentido:
PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DA INTERPRETAÇÃO DE LEI FEDERAL. CONHECIMENTO. CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS. NÃO INCIDÊNCIA SOBRE O TERÇO CONSTITUCIONAL DO SERVIDOR PÚBLICO. Conhece-se em parte do pedido de uniformização, em estando demonstrado o dissídio jurisprudencial entre o acórdão da Turma Recursal de origem e a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, acerca de tema de direito material. Na dicção do Supremo Tribunal Federal: a) as verbas sobre as quais incidirem contribuições sociais devem repercutir sobre os benefícios previdenciários (artigos 40, § 12, e 201, § 11, da CF/88, na redação dada pela EC 20/98); b) o terço constitucional de férias não se incorpora ao salário, para fins de repercussão sobre benefícios previdenciários; c) logo, sobre tais verbas não podem incidir contribuições sociais. Interpretação das disposições da Leis n.º 9.783, de 28-01-99, e 10.887, de 18-06-2004, em sintonia com esse entendimento (PU 200785005057424, Rel. Juiz Federal ÉLIO WANDERLEY DE SIQUEIRA FILHO, julgamento em 28/5/2009, DJU de 08/1/2010).
Ante o exposto, com esteio no artigo 7º, inciso VI, do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização e na Questão de Ordem n.º 13/TNU, não admito o incidente de uniformização.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 21 de março de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº: 2008.51.51.058401-6
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
REQUERENTE: MARIA DA CONCEIÇÃO BARBOZA DE SOUZA
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADOR GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo regimental interposto por MARIA DA CONCEIÇÃO BARBOZA DE SOUZA, com fulcro no art. 34, inciso I, do RI/TNU, contra decisão do Presidente da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais que não admitiu o incidente de uniformização de jurisprudência suscitado.
Insiste a agravante que o incidente satisfaz aos requisitos legais necessários ao conhecimento da matéria pela Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência.
Relatados, decido.
Entendo que os argumentos apresentados pela agravante não tiveram o condão de infirmar as razões de inadmissão do incidente.
Portanto, mantenho a decisão agravada por seus próprios e jurídicos fundamentos e determino a distribuição do presente agravo regimental, nos termos do § 2.º do art. 34 do RI/TNU, com redação dada pela Resolução nº 62/2009.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 14 de abril de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº: 2008.51.51.058413-2
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
REQUERENTE: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR: PROCURADORIA GERAL DA FAZENDA NACIONAL
REQUERIDO(A): CLAUDIO FONSECA FILHO
ADVOGADO(A): NÃO CONSTITUÍDO

DECISÃO

A FAZENDA NACIONAL suscita incidente de uniformização de jurisprudência dirigido à Turma Nacional de Uniformização, com fundamento no art. 14, § 2°, da Lei n° 10.259/2001, em face de decisão proferida por Turma Recursal da Seção Judiciária do Rio de Janeiro, segundo a qual a contribuição previdenciária dos servidores públicos estatutários não incide sobre o adicional de um terço, devido sobre a remuneração das férias.
Alega divergência com julgado do STJ que adota entendimento em sentido diverso.
O incidente não foi admitido pela Presidência da Turma Recursal.
A suscitante apresentou requerimento na forma do art. 15, § 4º, do RI/TNU.
Relatados. Decido.
A Primeira Seção do Superior Tribunal de Justiça, revendo posicionamento anterior, para alinhar-se à jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, firmou a orientação de que não incide contribuição previdenciária sobre o terço constitucional de férias, dada a natureza indenizatória dessa verba. Nesse sentido:
TRIBUTÁRIO E PREVIDENCIÁRIO - EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA - CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA - TERÇO CONSTITUCIONAL DE FÉRIAS - NATUREZA JURÍDICA - NÃO-INCIDÊNCIA DA CONTRIBUIÇÃO - ADEQUAÇÃO DA JURISPRUDÊNCIA DO STJ AO ENTENDIMENTO FIRMADO NO PRETÓRIO EXCELSO.
1. A Primeira Seção do STJ considera legítima a incidência da contribuição previdenciária sobre o terço constitucional de férias. Precedentes.
2. Entendimento diverso foi firmado pelo STF, a partir da compreensão da natureza jurídica do terço constitucional de férias, considerado como verba compensatória e não incorporável à remuneração do servidor para fins de aposentadoria.
3. Realinhamento da jurisprudência do STJ, adequando-se à posição sedimentada no Pretório Excelso.
4. Embargos de divergência providos (EREsp 956.289/RS, Rel. Ministra ELIANA CALMON, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 28/10/2009, DJe de 10/11/2009).
TRIBUTÁRIO E PREVIDENCIÁRIO - INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA DAS TURMAS RECURSAIS DOS JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS - CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA - TERÇO CONSTITUCIONAL DE FÉRIAS - NATUREZA JURÍDICA - NÃO-INCIDÊNCIA DA CONTRIBUIÇÃO - ADEQUAÇÃO DA JURISPRUDÊNCIA DO STJ AO ENTENDIMENTO FIRMADO NO PRETÓRIO EXCELSO.
1. A Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais firmou entendimento, com base em precedentes do Pretório Excelso, de que não incide contribuição previdenciária sobre o terço constitucional de férias.
2. A Primeira Seção do STJ considera legítima a incidência da contribuição previdenciária sobre o terço constitucional de férias.
3. Realinhamento da jurisprudência do STJ à posição sedimentada no Pretório Excelso de que a contribuição previdenciária não incide sobre o terço constitucional de férias, verba que detém natureza indenizatória e que não se incorpora à remuneração do servidor para fins de aposentadoria.
4. Incidente de uniformização acolhido, para manter o entendimento da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais, nos termos acima explicitados (Pet 7.296/PE, Rel. Ministra ELIANA CALMON, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 28/10/2009, DJe de 10/11/2009).
Coerente com essa orientação, a Turma Nacional firmou entendimento nesse sentido:

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DA INTERPRETAÇÃO DE LEI FEDERAL. CONHECIMENTO. CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS. NÃO INCIDÊNCIA SOBRE O TERÇO CONSTITUCIONAL DO SERVIDOR PÚBLICO. Conhece-se em parte do pedido de uniformização, em estando demonstrado o dissídio jurisprudencial entre o acórdão da Turma Recursal de origem e a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, acerca de tema de direito material. Na dicção do Supremo Tribunal Federal: a) as verbas sobre as quais incidirem contribuições sociais devem repercutir sobre os benefícios previdenciários (artigos 40, § 12, e 201, § 11, da CF/88, na redação dada pela EC 20/98); b) o terço constitucional de férias não se incorpora ao salário, para fins de repercussão sobre benefícios previdenciários; c) logo, sobre tais verbas não podem incidir contribuições sociais. Interpretação das disposições da Leis n.º 9.783, de 28-01-99, e 10.887, de 18-06-2004, em sintonia com esse entendimento (PU 200785005057424, Rel. Juiz Federal ÉLIO WANDERLEY DE SIQUEIRA FILHO, julgamento em 28/5/2009, DJU de 08/1/2010).
Ante o exposto, com esteio no artigo 7º, inciso VI, do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização e na Questão de Ordem n.º 13/TNU, não admito o incidente de uniformização.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 21 de março de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº: 2008.51.51.058436-3
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
REQUERENTE: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR: PROCURADORIA GERAL DA FAZENDA NACIONAL
REQUERIDO(A): IRAPUAN DA SILVA MACHADO
ADVOGADO(A): NÃO CONSTITUÍDO

DECISÃO

A FAZENDA NACIONAL suscita incidente de uniformização de jurisprudência dirigido à Turma Nacional de Uniformização, com fundamento no art. 14, § 2°, da Lei n° 10.259/2001, em face de decisão proferida por Turma Recursal da Seção Judiciária do Rio de Janeiro, segundo a qual a contribuição previdenciária dos servidores públicos estatutários não incide sobre o adicional de um terço, devido sobre a remuneração das férias.
Alega divergência com julgado do STJ que adota entendimento em sentido diverso.
O incidente não foi admitido pela Presidência da Turma Recursal.
A parte suscitante apresentou requerimento na forma do art. 15, § 4º, do RI/TNU.
Relatados. Decido.
A Primeira Seção do Superior Tribunal de Justiça, revendo posicionamento anterior, para alinhar-se à jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, firmou a orientação de que não incide contribuição previdenciária sobre o terço constitucional de férias, dada a natureza indenizatória dessa verba. Nesse sentido:
TRIBUTÁRIO E PREVIDENCIÁRIO - EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA - CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA - TERÇO CONSTITUCIONAL DE FÉRIAS - NATUREZA JURÍDICA - NÃO-INCIDÊNCIA DA CONTRIBUIÇÃO - ADEQUAÇÃO DA JURISPRUDÊNCIA DO STJ AO ENTENDIMENTO FIRMADO NO PRETÓRIO EXCELSO.
1. A Primeira Seção do STJ considera legítima a incidência da contribuição previdenciária sobre o terço constitucional de férias. Precedentes.
2. Entendimento diverso foi firmado pelo STF, a partir da compreensão da natureza jurídica do terço constitucional de férias, considerado como verba compensatória e não incorporável à remuneração do servidor para fins de aposentadoria.
3. Realinhamento da jurisprudência do STJ, adequando-se à posição sedimentada no Pretório Excelso.
4. Embargos de divergência providos (EREsp 956.289/RS, Rel. Ministra ELIANA CALMON, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 28/10/2009, DJe de 10/11/2009).
TRIBUTÁRIO E PREVIDENCIÁRIO - INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA DAS TURMAS RECURSAIS DOS JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS - CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA - TERÇO CONSTITUCIONAL DE FÉRIAS - NATUREZA JURÍDICA - NÃO-INCIDÊNCIA DA CONTRIBUIÇÃO - ADEQUAÇÃO DA JURISPRUDÊNCIA DO STJ AO ENTENDIMENTO FIRMADO NO PRETÓRIO EXCELSO.
1. A Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais firmou entendimento, com base em precedentes do Pretório Excelso, de que não incide contribuição previdenciária sobre o terço constitucional de férias.
2. A Primeira Seção do STJ considera legítima a incidência da contribuição previdenciária sobre o terço constitucional de férias.
3. Realinhamento da jurisprudência do STJ à posição sedimentada no Pretório Excelso de que a contribuição previdenciária não incide sobre o terço constitucional de férias, verba que detém natureza indenizatória e que não se incorpora à remuneração do servidor para fins de aposentadoria.
4. Incidente de uniformização acolhido, para manter o entendimento da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais, nos termos acima explicitados (Pet 7.296/PE, Rel. Ministra ELIANA CALMON, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 28/10/2009, DJe de 10/11/2009).
Coerente com essa orientação, a Turma Nacional firmou entendimento nesse sentido:
PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DA INTERPRETAÇÃO DE LEI FEDERAL. CONHECIMENTO. CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS. NÃO INCIDÊNCIA SOBRE O TERÇO CONSTITUCIONAL DO SERVIDOR PÚBLICO. Conhece-se em parte do pedido de uniformização, em estando demonstrado o dissídio jurisprudencial entre o acórdão da Turma Recursal de origem e a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, acerca de tema de direito material. Na dicção do Supremo Tribunal Federal: a) as verbas sobre as quais incidirem contribuições sociais devem repercutir sobre os benefícios previdenciários (artigos 40, § 12, e 201, § 11, da CF/88, na redação dada pela EC 20/98); b) o terço constitucional de férias não se incorpora ao salário, para fins de repercussão sobre benefícios previdenciários; c) logo, sobre tais verbas não podem incidir contribuições sociais. Interpretação das disposições da Leis n.º 9.783, de 28-01-99, e 10.887, de 18-06-2004, em sintonia com esse entendimento (PU 200785005057424, Rel. Juiz Federal ÉLIO WANDERLEY DE SIQUEIRA FILHO, julgamento em 28/5/2009, DJU de 08/1/2010).
Ante o exposto, com esteio no artigo 7º, inciso VI, do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização e na Questão de Ordem n.º 13/TNU, não admito o incidente de uniformização.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 21 de março de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO N.º: 2008.51.51.058488-0
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
REQUERENTE: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR: PROCURADORIA GERAL DA FAZENDA NACIONAL
REQUERIDO(A): SIMONE SANTORO VAZ
ADVOGADO(A): NÃO CONSTITUÍDO

DECISÃO

A FAZENDA NACIONAL suscita incidente de uniformização de jurisprudência dirigido à Turma Nacional de Uniformização, com fundamento no art. 14, § 2°, da Lei n° 10.259/2001, em face de decisão proferida por Turma Recursal da Seção Judiciária do Rio de Janeiro, segundo a qual a contribuição previdenciária dos servidores públicos estatutários não incide sobre o adicional de um terço, devido sobre a remuneração das férias.
Alega divergência com julgado do STJ que adota entendimento em sentido diverso.
O incidente não foi admitido pela Presidência da Turma Recursal.
A parte suscitante apresentou requerimento na forma do art. 15, § 4º, do RI/TNU.
Relatados. Decido.
A Primeira Seção do Superior Tribunal de Justiça, revendo posicionamento anterior, para alinhar-se à jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, firmou a orientação de que não incide contribuição previdenciária sobre o terço constitucional de férias, dada a natureza indenizatória dessa verba. Nesse sentido:
TRIBUTÁRIO E PREVIDENCIÁRIO - EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA - CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA - TERÇO CONSTITUCIONAL DE FÉRIAS - NATUREZA JURÍDICA - NÃO-INCIDÊNCIA DA CONTRIBUIÇÃO - ADEQUAÇÃO DA JURISPRUDÊNCIA DO STJ AO ENTENDIMENTO FIRMADO NO PRETÓRIO EXCELSO.
1. A Primeira Seção do STJ considera legítima a incidência da contribuição previdenciária sobre o terço constitucional de férias. Precedentes.
2. Entendimento diverso foi firmado pelo STF, a partir da compreensão da natureza jurídica do terço constitucional de férias, considerado como verba compensatória e não incorporável à remuneração do servidor para fins de aposentadoria.
3. Realinhamento da jurisprudência do STJ, adequando-se à posição sedimentada no Pretório Excelso.
4. Embargos de divergência providos (EREsp 956.289/RS, Rel. Ministra ELIANA CALMON, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 28/10/2009, DJe de 10/11/2009).
TRIBUTÁRIO E PREVIDENCIÁRIO - INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA DAS TURMAS RECURSAIS DOS JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS - CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA - TERÇO CONSTITUCIONAL DE FÉRIAS - NATUREZA JURÍDICA - NÃO-INCIDÊNCIA DA CONTRIBUIÇÃO - ADEQUAÇÃO DA JURISPRUDÊNCIA DO STJ AO ENTENDIMENTO FIRMADO NO PRETÓRIO EXCELSO.
1. A Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais firmou entendimento, com base em precedentes do Pretório Excelso, de que não incide contribuição previdenciária sobre o terço constitucional de férias.
2. A Primeira Seção do STJ considera legítima a incidência da contribuição previdenciária sobre o terço constitucional de férias.
3. Realinhamento da jurisprudência do STJ à posição sedimentada no Pretório Excelso de que a contribuição previdenciária não incide sobre o terço constitucional de férias, verba que detém natureza indenizatória e que não se incorpora à remuneração do servidor para fins de aposentadoria.
4. Incidente de uniformização acolhido, para manter o entendimento da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais, nos termos acima explicitados (Pet 7.296/PE, Rel. Ministra ELIANA CALMON, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 28/10/2009, DJe de 10/11/2009).
Coerente com essa orientação, a Turma Nacional firmou entendimento nesse sentido:
PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DA INTERPRETAÇÃO DE LEI FEDERAL. CONHECIMENTO. CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS. NÃO INCIDÊNCIA SOBRE O TERÇO CONSTITUCIONAL DO SERVIDOR PÚBLICO. Conhece-se em parte do pedido de uniformização, em estando demonstrado o dissídio jurisprudencial entre o acórdão da Turma Recursal de origem e a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, acerca de tema de direito material. Na dicção do Supremo Tribunal Federal: a) as verbas sobre as quais incidirem contribuições sociais devem repercutir sobre os benefícios previdenciários (artigos 40, § 12, e 201, § 11, da CF/88, na redação dada pela EC 20/98); b) o terço constitucional de férias não se incorpora ao salário, para fins de repercussão sobre benefícios previdenciários; c) logo, sobre tais verbas não podem incidir contribuições sociais. Interpretação das disposições da Leis n.º 9.783, de 28-01-99, e 10.887, de 18-06-2004, em sintonia com esse entendimento (PU 200785005057424, Rel. Juiz Federal ÉLIO WANDERLEY DE SIQUEIRA FILHO, julgamento em 28/5/2009, DJU de 08/1/2010).
Ante o exposto, com esteio no artigo 7º, inciso VI, do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização e na Questão de Ordem n.º 13/TNU, não admito o incidente de uniformização.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 21 de março de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO N.º: 2008.51.51.058683-9
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
REQUERENTE: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR: PROCURADORIA GERAL DA FAZENDA NACIONAL
REQUERIDO(A): ELAINE CUNHA DOS SANTOS
ADVOGADO(A): NÃO CONSTITUÍDO

DECISÃO

A FAZENDA NACIONAL suscita incidente de uniformização de jurisprudência dirigido à Turma Nacional de Uniformização, com fundamento no art. 14, § 2°, da Lei n° 10.259/2001, em face de decisão proferida por Turma Recursal da Seção Judiciária do Rio de Janeiro, segundo a qual a contribuição previdenciária dos servidores públicos estatutários não incide sobre o adicional de um terço, devido sobre a remuneração das férias.
Alega divergência com julgado do STJ que adota entendimento em sentido diverso.
O incidente não foi admitido pela Presidência da Turma Recursal.
A parte suscitante apresentou requerimento na forma do art. 15, § 4º, do RI/TNU.
Relatados. Decido.
A Primeira Seção do Superior Tribunal de Justiça, revendo posicionamento anterior, para alinhar-se à jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, firmou a orientação de que não incide contribuição previdenciária sobre o terço constitucional de férias, dada a natureza indenizatória dessa verba. Nesse sentido:
TRIBUTÁRIO E PREVIDENCIÁRIO - EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA - CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA - TERÇO CONSTITUCIONAL DE FÉRIAS - NATUREZA JURÍDICA - NÃO-INCIDÊNCIA DA CONTRIBUIÇÃO - ADEQUAÇÃO DA JURISPRUDÊNCIA DO STJ AO ENTENDIMENTO FIRMADO NO PRETÓRIO EXCELSO.
1. A Primeira Seção do STJ considera legítima a incidência da contribuição previdenciária sobre o terço constitucional de férias. Precedentes.
2. Entendimento diverso foi firmado pelo STF, a partir da compreensão da natureza jurídica do terço constitucional de férias, considerado como verba compensatória e não incorporável à remuneração do servidor para fins de aposentadoria.
3. Realinhamento da jurisprudência do STJ, adequando-se à posição sedimentada no Pretório Excelso.
4. Embargos de divergência providos (EREsp 956.289/RS, Rel. Ministra ELIANA CALMON, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 28/10/2009, DJe de 10/11/2009).
TRIBUTÁRIO E PREVIDENCIÁRIO - INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA DAS TURMAS RECURSAIS DOS JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS - CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA - TERÇO CONSTITUCIONAL DE FÉRIAS - NATUREZA JURÍDICA - NÃO-INCIDÊNCIA DA CONTRIBUIÇÃO - ADEQUAÇÃO DA JURISPRUDÊNCIA DO STJ AO ENTENDIMENTO FIRMADO NO PRETÓRIO EXCELSO.
1. A Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais firmou entendimento, com base em precedentes do Pretório Excelso, de que não incide contribuição previdenciária sobre o terço constitucional de férias.
2. A Primeira Seção do STJ considera legítima a incidência da contribuição previdenciária sobre o terço constitucional de férias.
3. Realinhamento da jurisprudência do STJ à posição sedimentada no Pretório Excelso de que a contribuição previdenciária não incide sobre o terço constitucional de férias, verba que detém natureza indenizatória e que não se incorpora à remuneração do servidor para fins de aposentadoria.
4. Incidente de uniformização acolhido, para manter o entendimento da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais, nos termos acima explicitados (Pet 7.296/PE, Rel. Ministra ELIANA CALMON, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 28/10/2009, DJe de 10/11/2009).
Coerente com essa orientação, a Turma Nacional firmou entendimento nesse sentido:

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DA INTERPRETAÇÃO DE LEI FEDERAL. CONHECIMENTO. CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS. NÃO INCIDÊNCIA SOBRE O TERÇO CONSTITUCIONAL DO SERVIDOR PÚBLICO. Conhece-se em parte do pedido de uniformização, em estando demonstrado o dissídio jurisprudencial entre o acórdão da Turma Recursal de origem e a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, acerca de tema de direito material. Na dicção do Supremo Tribunal Federal: a) as verbas sobre as quais incidirem contribuições sociais devem repercutir sobre os benefícios previdenciários (artigos 40, § 12, e 201, § 11, da CF/88, na redação dada pela EC 20/98); b) o terço constitucional de férias não se incorpora ao salário, para fins de repercussão sobre benefícios previdenciários; c) logo, sobre tais verbas não podem incidir contribuições sociais. Interpretação das disposições da Leis n.º 9.783, de 28-01-99, e 10.887, de 18-06-2004, em sintonia com esse entendimento (PU 200785005057424, Rel. Juiz Federal ÉLIO WANDERLEY DE SIQUEIRA FILHO, julgamento em 28/5/2009, DJU de 08/1/2010).
Ante o exposto, com esteio no artigo 7º, inciso VI, do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização e na Questão de Ordem n.º 13/TNU, não admito o incidente de uniformização.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 21 de março de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO N.º: 2008.51.51.058684-0
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
REQUERENTE: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR: PROCURADORIA GERAL DA FAZENDA NACIONAL
REQUERIDO(A): ANA MARIA DE OLIVEIRA ANDRADE
ADVOGADO(A): NÃO CONSTITUÍDO

DECISÃO

A FAZENDA NACIONAL suscita incidente de uniformização de jurisprudência dirigido à Turma Nacional de Uniformização, com fundamento no art. 14, § 2°, da Lei n° 10.259/2001, em face de decisão proferida por Turma Recursal da Seção Judiciária do Rio de Janeiro, segundo a qual a contribuição previdenciária dos servidores públicos estatutários não incide sobre o adicional de um terço, devido sobre a remuneração das férias.
Alega divergência com julgado do STJ que adota entendimento em sentido diverso.
O incidente não foi admitido pela Presidência da Turma Recursal.
A parte suscitante apresentou requerimento na forma do art. 15, § 4º, do RI/TNU.
Relatados. Decido.
A Primeira Seção do Superior Tribunal de Justiça, revendo posicionamento anterior, para alinhar-se à jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, firmou a orientação de que não incide contribuição previdenciária sobre o terço constitucional de férias, dada a natureza indenizatória dessa verba. Nesse sentido:
TRIBUTÁRIO E PREVIDENCIÁRIO - EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA - CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA - TERÇO CONSTITUCIONAL DE FÉRIAS - NATUREZA JURÍDICA - NÃO-INCIDÊNCIA DA CONTRIBUIÇÃO - ADEQUAÇÃO DA JURISPRUDÊNCIA DO STJ AO ENTENDIMENTO FIRMADO NO PRETÓRIO EXCELSO.
1. A Primeira Seção do STJ considera legítima a incidência da contribuição previdenciária sobre o terço constitucional de férias. Precedentes.
2. Entendimento diverso foi firmado pelo STF, a partir da compreensão da natureza jurídica do terço constitucional de férias, considerado como verba compensatória e não incorporável à remuneração do servidor para fins de aposentadoria.
3. Realinhamento da jurisprudência do STJ, adequando-se à posição sedimentada no Pretório Excelso.
4. Embargos de divergência providos (EREsp 956.289/RS, Rel. Ministra ELIANA CALMON, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 28/10/2009, DJe de 10/11/2009).
TRIBUTÁRIO E PREVIDENCIÁRIO - INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA DAS TURMAS RECURSAIS DOS JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS - CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA - TERÇO CONSTITUCIONAL DE FÉRIAS - NATUREZA JURÍDICA - NÃO-INCIDÊNCIA DA CONTRIBUIÇÃO - ADEQUAÇÃO DA JURISPRUDÊNCIA DO STJ AO ENTENDIMENTO FIRMADO NO PRETÓRIO EXCELSO.
1. A Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais firmou entendimento, com base em precedentes do Pretório Excelso, de que não incide contribuição previdenciária sobre o terço constitucional de férias.
2. A Primeira Seção do STJ considera legítima a incidência da contribuição previdenciária sobre o terço constitucional de férias.
3. Realinhamento da jurisprudência do STJ à posição sedimentada no Pretório Excelso de que a contribuição previdenciária não incide sobre o terço constitucional de férias, verba que detém natureza indenizatória e que não se incorpora à remuneração do servidor para fins de aposentadoria.
4. Incidente de uniformização acolhido, para manter o entendimento da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais, nos termos acima explicitados (Pet 7.296/PE, Rel. Ministra ELIANA CALMON, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 28/10/2009, DJe de 10/11/2009).
Coerente com essa orientação, a Turma Nacional firmou entendimento nesse sentido:

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DA INTERPRETAÇÃO DE LEI FEDERAL. CONHECIMENTO. CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS. NÃO INCIDÊNCIA SOBRE O TERÇO CONSTITUCIONAL DO SERVIDOR PÚBLICO. Conhece-se em parte do pedido de uniformização, em estando demonstrado o dissídio jurisprudencial entre o acórdão da Turma Recursal de origem e a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, acerca de tema de direito material. Na dicção do Supremo Tribunal Federal: a) as verbas sobre as quais incidirem contribuições sociais devem repercutir sobre os benefícios previdenciários (artigos 40, § 12, e 201, § 11, da CF/88, na redação dada pela EC 20/98); b) o terço constitucional de férias não se incorpora ao salário, para fins de repercussão sobre benefícios previdenciários; c) logo, sobre tais verbas não podem incidir contribuições sociais. Interpretação das disposições da Leis n.º 9.783, de 28-01-99, e 10.887, de 18-06-2004, em sintonia com esse entendimento (PU 200785005057424, Rel. Juiz Federal ÉLIO WANDERLEY DE SIQUEIRA FILHO, julgamento em 28/5/2009, DJU de 08/1/2010).
Ante o exposto, com esteio no artigo 7º, inciso VI, do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização e na Questão de Ordem n.º 13/TNU, não admito o incidente de uniformização.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 21 de março de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO N.º: 2008.51.51.058687-6
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
REQUERENTE: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR: PROCURADORIA GERAL DA FAZENDA NACIONAL
REQUERIDO(A): LUIZ CARLOS DA SILVA PINTO
ADVOGADO(A): NÃO CONSTITUÍDO

DECISÃO

A FAZENDA NACIONAL suscita incidente de uniformização de jurisprudência dirigido à Turma Nacional de Uniformização, com fundamento no art. 14, § 2°, da Lei n° 10.259/2001, em face de decisão proferida por Turma Recursal da Seção Judiciária do Rio de Janeiro, segundo a qual a contribuição previdenciária dos servidores públicos estatutários não incide sobre o adicional de um terço, devido sobre a remuneração das férias.
Alega divergência com julgado do STJ que adota entendimento em sentido diverso.
O incidente não foi admitido pela Presidência da Turma Recursal.
A parte suscitante apresentou requerimento na forma do art. 15, § 4º, do RI/TNU.
Relatados. Decido.
A Primeira Seção do Superior Tribunal de Justiça, revendo posicionamento anterior, para alinhar-se à jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, firmou a orientação de que não incide contribuição previdenciária sobre o terço constitucional de férias, dada a natureza indenizatória dessa verba. Nesse sentido:
TRIBUTÁRIO E PREVIDENCIÁRIO - EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA - CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA - TERÇO CONSTITUCIONAL DE FÉRIAS - NATUREZA JURÍDICA - NÃO-INCIDÊNCIA DA CONTRIBUIÇÃO - ADEQUAÇÃO DA JURISPRUDÊNCIA DO STJ AO ENTENDIMENTO FIRMADO NO PRETÓRIO EXCELSO.
1. A Primeira Seção do STJ considera legítima a incidência da contribuição previdenciária sobre o terço constitucional de férias. Precedentes.
2. Entendimento diverso foi firmado pelo STF, a partir da compreensão da natureza jurídica do terço constitucional de férias, considerado como verba compensatória e não incorporável à remuneração do servidor para fins de aposentadoria.
3. Realinhamento da jurisprudência do STJ, adequando-se à posição sedimentada no Pretório Excelso.
4. Embargos de divergência providos (EREsp 956.289/RS, Rel. Ministra ELIANA CALMON, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 28/10/2009, DJe de 10/11/2009).
TRIBUTÁRIO E PREVIDENCIÁRIO - INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA DAS TURMAS RECURSAIS DOS JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS - CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA - TERÇO CONSTITUCIONAL DE FÉRIAS - NATUREZA JURÍDICA - NÃO-INCIDÊNCIA DA CONTRIBUIÇÃO - ADEQUAÇÃO DA JURISPRUDÊNCIA DO STJ AO ENTENDIMENTO FIRMADO NO PRETÓRIO EXCELSO.
1. A Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais firmou entendimento, com base em precedentes do Pretório Excelso, de que não incide contribuição previdenciária sobre o terço constitucional de férias.
2. A Primeira Seção do STJ considera legítima a incidência da contribuição previdenciária sobre o terço constitucional de férias.
3. Realinhamento da jurisprudência do STJ à posição sedimentada no Pretório Excelso de que a contribuição previdenciária não incide sobre o terço constitucional de férias, verba que detém natureza indenizatória e que não se incorpora à remuneração do servidor para fins de aposentadoria.
4. Incidente de uniformização acolhido, para manter o entendimento da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais, nos termos acima explicitados (Pet 7.296/PE, Rel. Ministra ELIANA CALMON, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 28/10/2009, DJe de 10/11/2009).
Coerente com essa orientação, a Turma Nacional firmou entendimento nesse sentido:

PROCESSO N.º: 2008.51.51.058857-5
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
REQUERENTE: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR: PROCURADORIA GERAL DA FAZENDA NACIONAL
REQUERIDO(A): VIVIANE LUCIA GONÇALVES DE SÁ
ADVOGADO(A): NÃO CONSTITUÍDO

DECISÃO

A FAZENDA NACIONAL suscita incidente de uniformização de jurisprudência dirigido à Turma Nacional de Uniformização, com fundamento no art. 14, § 2°, da Lei n° 10.259/2001, em face de decisão proferida por Turma Recursal da Seção Judiciária do Rio de Janeiro, segundo a qual a contribuição previdenciária dos servidores públicos estatutários não incide sobre o adicional de um terço, devido sobre a remuneração das férias.
Alega divergência com julgado do STJ que adota entendimento em sentido diverso.
O incidente não foi admitido pela Presidência da Turma Recursal.
A parte suscitante apresentou requerimento na forma do art. 15, § 4º, do RI/TNU.
Relatados. Decido.
A Primeira Seção do Superior Tribunal de Justiça, revendo posicionamento anterior, para alinhar-se à jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, firmou a orientação de que não incide contribuição previdenciária sobre o terço constitucional de férias, dada a natureza indenizatória dessa verba. Nesse sentido:
TRIBUTÁRIO E PREVIDENCIÁRIO - EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA - CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA - TERÇO CONSTITUCIONAL DE FÉRIAS - NATUREZA JURÍDICA - NÃO-INCIDÊNCIA DA CONTRIBUIÇÃO - ADEQUAÇÃO DA JURISPRUDÊNCIA DO STJ AO ENTENDIMENTO FIRMADO NO PRETÓRIO EXCELSO.
1. A Primeira Seção do STJ considera legítima a incidência da contribuição previdenciária sobre o terço constitucional de férias. Precedentes.
2. Entendimento diverso foi firmado pelo STF, a partir da compreensão da natureza jurídica do terço constitucional de férias, considerado como verba compensatória e não incorporável à remuneração do servidor para fins de aposentadoria.
3. Realinhamento da jurisprudência do STJ, adequando-se à posição sedimentada no Pretório Excelso.
4. Embargos de divergência providos (EREsp 956.289/RS, Rel. Ministra ELIANA CALMON, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 28/10/2009, DJe de 10/11/2009).
TRIBUTÁRIO E PREVIDENCIÁRIO - INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA DAS TURMAS RECURSAIS DOS JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS - CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA - TERÇO CONSTITUCIONAL DE FÉRIAS - NATUREZA JURÍDICA - NÃO-INCIDÊNCIA DA CONTRIBUIÇÃO - ADEQUAÇÃO DA JURISPRUDÊNCIA DO STJ AO ENTENDIMENTO FIRMADO NO PRETÓRIO EXCELSO.
1. A Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais firmou entendimento, com base em precedentes do Pretório Excelso, de que não incide contribuição previdenciária sobre o terço constitucional de férias.
2. A Primeira Seção do STJ considera legítima a incidência da contribuição previdenciária sobre o terço constitucional de férias.
3. Realinhamento da jurisprudência do STJ à posição sedimentada no Pretório Excelso de que a contribuição previdenciária não incide sobre o terço constitucional de férias, verba que detém natureza indenizatória e que não se incorpora à remuneração do servidor para fins de aposentadoria.
4. Incidente de uniformização acolhido, para manter o entendimento da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais, nos termos acima explicitados (Pet 7.296/PE, Rel. Ministra ELIANA CALMON, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 28/10/2009, DJe de 10/11/2009).
Coerente com essa orientação, a Turma Nacional firmou entendimento nesse sentido:

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DA INTERPRETAÇÃO DE LEI FEDERAL. CONHECIMENTO. CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS. NÃO INCIDÊNCIA SOBRE O TERÇO CONSTITUCIONAL DO SERVIDOR PÚBLICO. Conhece-se em parte do pedido de uniformização, em estando demonstrado o dissídio jurisprudencial entre o acórdão da Turma Recursal de origem e a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, acerca de tema de direito material. Na dicção do Supremo Tribunal Federal: a) as verbas sobre as quais incidirem contribuições sociais devem repercutir sobre os benefícios previdenciários (artigos 40, § 12, e 201, § 11, da CF/88, na redação dada pela EC 20/98); b) o terço constitucional de férias não se incorpora ao salário, para fins de repercussão sobre benefícios previdenciários; c) logo, sobre tais verbas não podem incidir contribuições sociais. Interpretação das disposições da Leis n.º 9.783, de 28-01-99, e 10.887, de 18-06-2004, em sintonia com esse entendimento (PU 200785005057424, Rel. Juiz Federal ÉLIO WANDERLEY DE SIQUEIRA FILHO, julgamento em 28/5/2009, DJU de 08/1/2010).
Ante o exposto, com esteio no artigo 7º, inciso VI, do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização e na Questão de Ordem n.º 13/TNU, não admito o incidente de uniformização.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 21 de março de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO N.º: 2008.51.51.059483-6
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
REQUERENTE: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR: PROCURADORIA GERAL DA FAZENDA NACIONAL
REQUERIDO(A): MARLI DE AZEVEDO
ADVOGADO(A): NÃO CONSTITUÍDO

DECISÃO

A FAZENDA NACIONAL suscita incidente de uniformização de jurisprudência dirigido à Turma Nacional de Uniformização, com fundamento no art. 14, § 2°, da Lei n° 10.259/2001, em face de decisão proferida por Turma Recursal da Seção Judiciária do Rio de Janeiro, segundo a qual a contribuição previdenciária dos servidores públicos estatutários não incide sobre o adicional de um terço, devido sobre a remuneração das férias.
Alega divergência com julgado do STJ que adota entendimento em sentido diverso.
O incidente não foi admitido pela Presidência da Turma Recursal.
A parte suscitante apresentou requerimento na forma do art. 15, § 4º, do RI/TNU.
Relatados. Decido.
A Primeira Seção do Superior Tribunal de Justiça, revendo posicionamento anterior, para alinhar-se à jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, firmou a orientação de que não incide contribuição previdenciária sobre o terço constitucional de férias, dada a natureza indenizatória dessa verba. Nesse sentido:
TRIBUTÁRIO E PREVIDENCIÁRIO - EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA - CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA - TERÇO CONSTITUCIONAL DE FÉRIAS - NATUREZA JURÍDICA - NÃO-INCIDÊNCIA DA CONTRIBUIÇÃO - ADEQUAÇÃO DA JURISPRUDÊNCIA DO STJ AO ENTENDIMENTO FIRMADO NO PRETÓRIO EXCELSO.
1. A Primeira Seção do STJ considera legítima a incidência da contribuição previdenciária sobre o terço constitucional de férias. Precedentes.
2. Entendimento diverso foi firmado pelo STF, a partir da compreensão da natureza jurídica do terço constitucional de férias, considerado como verba compensatória e não incorporável à remuneração do servidor para fins de aposentadoria.
3. Realinhamento da jurisprudência do STJ, adequando-se à posição sedimentada no Pretório Excelso.
4. Embargos de divergência providos (EREsp 956.289/RS, Rel. Ministra ELIANA CALMON, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 28/10/2009, DJe de 10/11/2009).
TRIBUTÁRIO E PREVIDENCIÁRIO - INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA DAS TURMAS RECURSAIS DOS JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS - CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA - TERÇO CONSTITUCIONAL DE FÉRIAS - NATUREZA JURÍDICA - NÃO-INCIDÊNCIA DA CONTRIBUIÇÃO - ADEQUAÇÃO DA JURISPRUDÊNCIA DO STJ AO ENTENDIMENTO FIRMADO NO PRETÓRIO EXCELSO.
1. A Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais firmou entendimento, com base em precedentes do Pretório Excelso, de que não incide contribuição previdenciária sobre o terço constitucional de férias.
2. A Primeira Seção do STJ considera legítima a incidência da contribuição previdenciária sobre o terço constitucional de férias.
3. Realinhamento da jurisprudência do STJ à posição sedimentada no Pretório Excelso de que a contribuição previdenciária não incide sobre o terço constitucional de férias, verba que detém natureza indenizatória e que não se incorpora à remuneração do servidor para fins de aposentadoria.
4. Incidente de uniformização acolhido, para manter o entendimento da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais, nos termos acima explicitados (Pet 7.296/PE, Rel. Ministra ELIANA CALMON, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 28/10/2009, DJe de 10/11/2009).
Coerente com essa orientação, a Turma Nacional firmou entendimento nesse sentido:
PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DA INTERPRETAÇÃO DE LEI FEDERAL. CONHECIMENTO. CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS. NÃO INCIDÊNCIA SOBRE O TERÇO CONSTITUCIONAL DO SERVIDOR PÚBLICO. Conhece-se em parte do pedido de uniformização, em estando demonstrado o dissídio jurisprudencial entre o acórdão da Turma Recursal de origem e a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, acerca de tema de direito material. Na dicção do Supremo Tribunal Federal: a) as verbas sobre as quais incidirem contribuições sociais devem repercutir sobre os benefícios previdenciários (artigos 40, § 12, e 201, § 11, da CF/88, na redação dada pela EC 20/98); b) o terço constitucional de férias não se incorpora ao salário, para fins de repercussão sobre benefícios previdenciários; c) logo, sobre tais verbas não podem incidir contribuições sociais. Interpretação das disposições da Leis n.º 9.783, de 28-01-99, e 10.887, de 18-06-2004, em sintonia com esse entendimento (PU 200785005057424, Rel. Juiz Federal ÉLIO WANDERLEY DE SIQUEIRA FILHO, julgamento em 28/5/2009, DJU de 08/1/2010).
Ante o exposto, com esteio no artigo 7º, inciso VI, do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização e na Questão de Ordem n.º 13/TNU, não admito o incidente de uniformização.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 21 de março de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO N.º: 2008.51.51.059704-7
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
REQUERENTE: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR: PROCURADORIA GERAL DA FAZENDA NACIONAL
REQUERIDO(A): CRISTIANE YONARA DO VALE PATTITUCI DOS SANTOS
ADVOGADO(A): NÃO CONSTITUÍDO

DECISÃO

A FAZENDA NACIONAL suscita incidente de uniformização de jurisprudência dirigido à Turma Nacional de Uniformização, com fundamento no art. 14, § 2°, da Lei n° 10.259/2001, em face de decisão proferida por Turma Recursal da Seção Judiciária do Rio de Janeiro, segundo a qual a contribuição previdenciária dos servidores públicos estatutários não incide sobre o adicional de um terço, devido sobre a remuneração das férias.
Alega divergência com julgado do STJ que adota entendimento em sentido diverso.
O incidente não foi admitido pela Presidência da Turma Recursal.
A parte suscitante apresentou requerimento na forma do art. 15, § 4º, do RI/TNU.
Relatados. Decido.
A Primeira Seção do Superior Tribunal de Justiça, revendo posicionamento anterior, para alinhar-se à jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, firmou a orientação de que não incide contribuição previdenciária sobre o terço constitucional de férias, dada a natureza indenizatória dessa verba. Nesse sentido:
TRIBUTÁRIO E PREVIDENCIÁRIO - EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA - CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA - TERÇO CONSTITUCIONAL DE FÉRIAS - NATUREZA JURÍDICA - NÃO-INCIDÊNCIA DA CONTRIBUIÇÃO - ADEQUAÇÃO DA JURISPRUDÊNCIA DO STJ AO ENTENDIMENTO FIRMADO NO PRETÓRIO EXCELSO.
1. A Primeira Seção do STJ considera legítima a incidência da contribuição previdenciária sobre o terço constitucional de férias. Precedentes.
2. Entendimento diverso foi firmado pelo STF, a partir da compreensão da natureza jurídica do terço constitucional de férias, considerado como verba compensatória e não incorporável à remuneração do servidor para fins de aposentadoria.
3. Realinhamento da jurisprudência do STJ, adequando-se à posição sedimentada no Pretório Excelso.
4. Embargos de divergência providos (EREsp 956.289/RS, Rel. Ministra ELIANA CALMON, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 28/10/2009, DJe de 10/11/2009).
TRIBUTÁRIO E PREVIDENCIÁRIO - INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA DAS TURMAS RECURSAIS DOS JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS - CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA - TERÇO CONSTITUCIONAL DE FÉRIAS - NATUREZA JURÍDICA - NÃO-INCIDÊNCIA DA CONTRIBUIÇÃO - ADEQUAÇÃO DA JURISPRUDÊNCIA DO STJ AO ENTENDIMENTO FIRMADO NO PRETÓRIO EXCELSO.
1. A Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais firmou entendimento, com base em precedentes do Pretório Excelso, de que não incide contribuição previdenciária sobre o terço constitucional de férias.
2. A Primeira Seção do STJ considera legítima a incidência da contribuição previdenciária sobre o terço constitucional de férias.
3. Realinhamento da jurisprudência do STJ à posição sedimentada no Pretório Excelso de que a contribuição previdenciária não incide sobre o terço constitucional de férias, verba que detém natureza indenizatória e que não se incorpora à remuneração do servidor para fins de aposentadoria.
4. Incidente de uniformização acolhido, para manter o entendimento da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais, nos termos acima explicitados (Pet 7.296/PE, Rel. Ministra ELIANA CALMON, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 28/10/2009, DJe de 10/11/2009).
Coerente com essa orientação, a Turma Nacional firmou entendimento nesse sentido:
PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DA INTERPRETAÇÃO DE LEI FEDERAL. CONHECIMENTO. CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS. NÃO INCIDÊNCIA SOBRE O TERÇO CONSTITUCIONAL DO SERVIDOR PÚBLICO. Conhece-se em parte do pedido de uniformização, em estando demonstrado o dissídio jurisprudencial entre o acórdão da Turma Recursal de origem e a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, acerca de tema de direito material. Na dicção do Supremo Tribunal Federal: a) as verbas sobre as quais incidirem contribuições sociais devem repercutir sobre os benefícios previdenciários (artigos 40, § 12, e 201, § 11, da CF/88, na redação dada pela EC 20/98); b) o terço constitucional de férias não se incorpora ao salário, para fins de repercussão sobre benefícios previdenciários; c) logo, sobre tais verbas não podem incidir contribuições sociais. Interpretação das disposições da Leis n.º 9.783, de 28-01-99, e 10.887, de 18-06-2004, em sintonia com esse entendimento (PU 200785005057424, Rel. Juiz Federal ÉLIO WANDERLEY DE SIQUEIRA FILHO, julgamento em 28/5/2009, DJU de 08/1/2010).
Ante o exposto, com esteio no artigo 7º, inciso VI, do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização e na Questão de Ordem n.º 13/TNU, não admito o incidente de uniformização.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 21 de março de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO N.º: 2008.51.51.059794-1
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
REQUERENTE: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR: PROCURADORIA GERAL DA FAZENDA NACIONAL
REQUERIDO(A): ANTONELLA FLAVIA CATINARI
ADVOGADO(A): NÃO CONSTITUÍDO

DECISÃO

A FAZENDA NACIONAL suscita incidente de uniformização de jurisprudência dirigido à Turma Nacional de Uniformização, com fundamento no art. 14, § 2°, da Lei n° 10.259/2001, em face de decisão proferida por Turma Recursal da Seção Judiciária do Rio de Janeiro, segundo a qual a contribuição previdenciária dos servidores públicos estatutários não incide sobre o adicional de um terço, devido sobre a remuneração das férias.
Alega divergência com julgado do STJ que adota entendimento em sentido diverso.
O incidente não foi admitido pela Presidência da Turma Recursal.
A parte suscitante apresentou requerimento na forma do art. 15, § 4º, do RI/TNU.
Relatados. Decido.
A Primeira Seção do Superior Tribunal de Justiça, revendo posicionamento anterior, para alinhar-se à jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, firmou a orientação de que não incide contribuição previdenciária sobre o terço constitucional de férias, dada a natureza indenizatória dessa verba. Nesse sentido:
TRIBUTÁRIO E PREVIDENCIÁRIO - EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA - CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA - TERÇO CONSTITUCIONAL DE FÉRIAS - NATUREZA JURÍDICA - NÃO-INCIDÊNCIA DA CONTRIBUIÇÃO - ADEQUAÇÃO DA JURISPRUDÊNCIA DO STJ AO ENTENDIMENTO FIRMADO NO PRETÓRIO EXCELSO.
1. A Primeira Seção do STJ considera legítima a incidência da contribuição previdenciária sobre o terço constitucional de férias. Precedentes.
2. Entendimento diverso foi firmado pelo STF, a partir da compreensão da natureza jurídica do terço constitucional de férias, considerado como verba compensatória e não incorporável à remuneração do servidor para fins de aposentadoria.
3. Realinhamento da jurisprudência do STJ, adequando-se à posição sedimentada no Pretório Excelso.
4. Embargos de divergência providos (EREsp 956.289/RS, Rel. Ministra ELIANA CALMON, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 28/10/2009, DJe de 10/11/2009).
TRIBUTÁRIO E PREVIDENCIÁRIO - INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA DAS TURMAS RECURSAIS DOS JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS - CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA - TERÇO CONSTITUCIONAL DE FÉRIAS - NATUREZA JURÍDICA - NÃO-INCIDÊNCIA DA CONTRIBUIÇÃO - ADEQUAÇÃO DA JURISPRUDÊNCIA DO STJ AO ENTENDIMENTO FIRMADO NO PRETÓRIO EXCELSO.
1. A Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais firmou entendimento, com base em precedentes do Pretório Excelso, de que não incide contribuição previdenciária sobre o terço constitucional de férias.
2. A Primeira Seção do STJ considera legítima a incidência da contribuição previdenciária sobre o terço constitucional de férias.
3. Realinhamento da jurisprudência do STJ à posição sedimentada no Pretório Excelso de que a contribuição previdenciária não incide sobre o terço constitucional de férias, verba que detém natureza indenizatória e que não se incorpora à remuneração do servidor para fins de aposentadoria.
4. Incidente de uniformização acolhido, para manter o entendimento da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais, nos termos acima explicitados (Pet 7.296/PE, Rel. Ministra ELIANA CALMON, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 28/10/2009, DJe de 10/11/2009).
Coerente com essa orientação, a Turma Nacional firmou entendimento nesse sentido:
PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DA INTERPRETAÇÃO DE LEI FEDERAL. CONHECIMENTO. CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS. NÃO INCIDÊNCIA SOBRE O TERÇO CONSTITUCIONAL DO SERVIDOR PÚBLICO. Conhece-se em parte do pedido de uniformização, em estando demonstrado o dissídio jurisprudencial entre o acórdão da Turma Recursal de origem e a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, acerca de tema de direito material. Na dicção do

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Supremo Tribunal Federal: a) as verbas sobre as quais incidirem contribuições sociais devem repercutir sobre os benefícios previdenciários (artigos 40, § 12, e 201, § 11, da CF/88, na redação dada pela EC 20/98); b) o terço constitucional de férias não se incorpora ao salário, para fins de repercussão sobre benefícios previdenciários; c) logo, sobre tais verbas não podem incidir contribuições sociais. Interpretação das disposições da Leis n.º 9.783, de 28-01-99, e 10.887, de 18-06-2004, em sintonia com esse entendimento (PU 200785005057424, Rel. Juiz Federal ÉLIO WANDERLEY DE SIQUEIRA FILHO, julgamento em 28/5/2009, DJU de 08/1/2010).
Ante o exposto, com esteio no artigo 7º, inciso VI, do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização e na Questão de Ordem n.º 13/TNU, não admito o incidente de uniformização.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 21 de março de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº: 2008.51.51.060228-6
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
REQUERENTE: ALEX ZACARIAS CARDOSO MENDONÇA DE ARAÚJO
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADOR GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo regimental interposto por ALEX ZACARIAS CARDOSO MENDONÇA DE ARAÚJO, com fulcro no art. 34, inciso I, do RI/TNU, contra decisão do Presidente da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais que não admitiu o incidente de uniformização de jurisprudência suscitado.
Insiste o agravante que o incidente satisfaz aos requisitos legais necessários ao conhecimento da matéria pela Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência.
Relatados, decido.
Entendo que os argumentos apresentados pelo agravante não tiveram o condão de infirmar as razões de inadmissão do incidente.
Portanto, mantenho a decisão agravada por seus próprios e jurídicos fundamentos e determino a distribuição do presente agravo regimental, nos termos do § 2.º do art. 34 do RI/TNU, com redação dada pela Resolução nº 62/2009.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 14 de abril de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO N.º: 2008.51.51.061219-0
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
REQUERENTE: SANDRA REGINA SANTOS DA SILVA
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO(A): INSS
PROCURADOR: PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização de jurisprudência suscitado por SANDRA REGINA SANTOS DA SILVA, com fundamento no art. 14, § 2.º, da Lei n.º 10.259/2001, em face de decisão referendada pela Segunda Turma Recursal da Seção Judiciária do Rio de Janeiro, a qual, confirmando a sentença, negou provimento ao recurso em que se postulava o restabelecimento de auxílio-doença ao fundamento de que, de acordo com a perícia médica, não teria restado comprovada a incapacidade laborativa, fosse ela temporária ou permanente.
A parte requerente alega divergência com precedentes do STJ, aduzindo, em síntese, que o juiz não está vinculado ao laudo pericial.
O incidente não foi admitido pela Presidência da Turma Recursal.
Foi interposto o pedido de submissão à Presidência da TNU, nos termos do art. 15, § 4.º, do RI/TNU.
Relatados, decido.
Trata-se, em última análise, de pleito em que se visa ao reexame de prova, com consequente inversão da conclusão a que chegou a decisão impugnada, na dimensão do conjunto probatório dos autos, mostrando-se manifestamente incabível o incidente de uniformização de jurisprudência suscitado.
Por fim, a parte suscitante não demonstrou o dissenso jurisprudencial invocado, visto não ter realizado o necessário cotejo analítico entre o julgado hostilizado e os paradigmas citados, no sentido de trazer as circunstâncias fáticas e jurídicas que os identificam ou assemelham, conforme determina o artigo 13 do RI/TNU, conformando-se em transcrever ementas dos julgados, as quais não servem para demonstração da divergência.
Ante o exposto, com fundamento no artigo 7º, inciso VI, do RI/TNU, não admito o incidente de uniformização de jurisprudência.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 05 de abril de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº: 2008.51.67.001830-0
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
REQUERENTE: FLAVIO ALENCAR DA SILVA
PROC./ADV.: UTHANT PIMENTEL
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização suscitado por FLAVIO ALENCAR DA SILVA, com fulcro no art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/01, dirigido à Turma Nacional de Uniformização, em face de decisão proferida pela Segunda Turma Recursal da Seção Judiciária do Rio de Janeiro que, reformando a sentença, negou o pedido de concessão de auxílio-doença, em razão de a incapacidade ser preexistente ao reingresso do autor no RGPS.
O suscitante afirma que a decisão combatida diverge do entendimento de Turmas Recursais de São Paulo e da TNU, segundo os quais, a vedação aos benefícios de incapacidade, quando se tratar de enfermidades pré-existentes, somente deverá prevalecer quando se tratar da 1ª (primeira) filiação, e não, na hipótese de reingresso no sistema.
O incidente foi inadmitido, e a parte apresentou requerimento, na forma do art. 15, § 4º, do RI/TNU.
Relatados. Decido.
Estando, em princípio, configurada a divergência jurisprudencial alegada, admito o incidente, com fulcro no art. 7º, inciso VI, do RI/TNU.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 14 de abril de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº: 2008.51.68.003991-8
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): TEREZINHA DA SILVA
PROC./ADV.: MARIA JOSÉ DANTAS

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização suscitado pelo INSS, com fulcro no art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/01, em face de decisão da Primeira Turma Recursal da Seção Judiciária do Rio de Janeiro, a qual manteve a sentença que julgou procedente o pedido de indenização por danos materiais e morais, sob o fundamento de que restou comprovado o dano a ser indenizado, em razão de ser reconhecida a legitimidade do INSS para compor o pólo passivo, porquanto responsável pela retenção dos valores autorizados pelo beneficiário e repasse à instituição consignatória nas operações de desconto de empréstimos.
Sustenta o suscitante divergência com julgados do STJ, de Tribunais Regionais Federais e de Turma Recursal de Santa Catarina, aduzindo, em síntese, que não haveria nexo de causalidade entre a conduta imputada à Autarquia e o dano sofrido pela autora.
O incidente foi inadmitido e a parte apresentou requerimento, na forma do art. 15, § 4º, do RI/TNU.
Relatados. Decido.
Tenho que a pretensão defendida pelo suscitante demanda necessariamente o reexame de prova, inadmissível quando se trata de incidente de uniformização de jurisprudência.
Com muita facilidade se observa que a todo momento o suscitante, ao afirmar não ter restado comprovado o dano moral, aborda a questão probatória. Desse modo, para que se chegasse a conclusão diversa daquela posta no acórdão recorrido, seria imprescindível reexaminar a prova colhida nos autos para que se verificasse ou não a comprovação do dano moral.
Tais as razões expendidas, com fundamento no artigo 7º, inciso VI, do RI/TNU, não admito o incidente de uniformização.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 30 de março de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO N.º: 2008.70.50.021100-1
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: LUCIO LOURENZI
ADVOGADO: JONAS BORGES
REQUERIDO: INSS
PROCURADORA: PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização de jurisprudência proposto por LUCIO LOURENZI, com fundamento no artigo 14, caput e § 2º, da Lei nº 10.259/2001, em face de acórdão proferido por Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Paraná, que manteve sentença denegatória do pedido de concessão de benefício assistencial.
Alega a Requerente que a decisão a quo diverge de julgado da Turma Regional da 3ª Região aduzindo, em síntese, que há cerceamento de defesa quando o laudo pericial contém contradições e a resposta a quesitos complementares solicitada pela parte autora for indeferida pelo Juízo.
O incidente de uniformização foi inadmitido, mas foi apresentado requerimento nos moldes do art. 15, §4o, do RI/TNU.
Relatados. Decido.
O acórdão paradigma cuida de hipótese em que não fora oferecida às partes a oportunidade de contraditar o laudo pericial. No presente caso, todavia, concluiu-se ser a prova pericial válida e precisa para solucionar a lide, de modo que o juiz não estaria vinculado ao requerimento de produção de prova complementar formulado pela parte que teve, conforme se vê, oportunidade de contraditar a perícia.
Se o acórdão recorrido e o paradigma se fundam em questões de fato dessemelhantes, não há dissídio jurisprudencial a ser dirimido pela Turma Nacional. A propósito, confira-se:
PREVIDENCIÁRIO. REVISÃO DE BENEFÍCIO. CONVERSÃO DE TEMPO DE SERVIÇO LABORADO EM CONDIÇÕES ESPECIAIS EM COMUM. PEDREIRO. CIMENTO. NÃO REALIZAÇÃO DE PERÍCIA PARA COMPROVAÇÃO DE INSALUBRIDADE. CONTRADITÓRIO E AMPLA DEFESA. DIVERGÊNCIA NÃO DEMONSTRADA.
1 - O ponto central do Incidente de Uniformização é o suposto cerceamento de defesa, tendo em vista que a sentença foi prolatada sem que fosse oportunizada a produção de prova pericial, com vistas a comprovar a exposição a agentes insalubres, que, segundo o recorrente, seria essencial para o reconhecimento do direito material postulado nestes autos, uma vez que a Justiça do Trabalho já teria reconhecido reiteradas vezes a insalubridade no trato de cimento por pedreiro.
2 - Os acórdãos apontados como paradigmas, não cuidaram específica e diretamente da necessidade, ou não, da produção da prova pericial postulada, em face da existência de outros elementos de convicção levados em consideração pelo Juiz.
3 - Em nenhum momento a sentença ou o acórdão negaram o exercício da atividade ou a efetiva exposição aos agentes nocivos indicados nos formulários, conferindo-lhes, implicitamente, a presunção de veracidade. Dessa forma, mostrou-se dispensável a prova pericial, por já constar dos autos elementos suficientes para o julgamento da lide, não restando caracterizado qualquer prejuízo para o autor na demonstração dos fatos e do direito alegados na inicial. Já a conclusão pelo reconhecimento, ou não, da atividade perigosa, insalubre ou penosa, para fins de concessão do benefício de Aposentadoria Especial, ou conversão de tempo especial em comum, depende do livre convencimento do Juiz, não ficando, a rigor, adstrita a laudos periciais ou formulários, desde que devidamente fundamentada, como no caso dos autos.
4 - Assim sendo, não restou configurada a divergência jurisprudencial, uma vez que os acórdãos trazidos pelo requerente consignam situação fática diversa daquela versada nestes autos. Precedentes desta Turma nacional de Uniformização.
(PEDILEF 200572950003224, JUÍZA FEDERAL SÔNIA DINIZ VIANA, TNU - Turma Nacional de Uniformização, 15/03/2006)
Pelo exposto, nos termos do artigo 7º, inciso VI, do RI/TNU, não admito o incidente de uniformização de jurisprudência.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 17 de maio de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº: 2008.70.50.023794-4
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
EMBARGANTE: CELIA REGINA MORAES BRONZERE
PROC/ADV.: LEO HOLZMANN DE ALMEIDA
EMBARGADO(A): INSS
PROC/ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DECISÃO

CELIA REGINA MORAES BRONZERE suscita incidente de uniformização de jurisprudência dirigido à Turma Nacional de Uniformização, com fundamento no art. 14, § 2°, da Lei n° 10.259/2001, em face de decisão proferida pela Primeira Turma Recursal da Seção Judiciária do Paraná, que negou a concessão da aposentadoria por invalidez, ao fundamento de que A incapacidade apresentada é temporária, entretanto a demandante apresenta redução da capacidade laborativa de forma permanente.
Alega divergência com julgado da TNU, aduzindo, em síntese, que não se considerou sua impossibilidade em prover o próprio sustento, nem sua idade, escolaridade, vida contributiva e especificidade do trabalho, bem assim a impossibilidade de reabilitar-se.
O incidente não foi admitido na origem.
A suscitante apresentou requerimento na forma do art. 15, § 4º, do RI/TNU.
Relatados. Decido.
Verifica-se que a suscitante não demonstrou o dissenso jurisprudencial invocado, visto que se limitou a colacionar a ementa do julgado que supostamente seria paradigmático, sem sequer mencionar o número do registro do aludido paradigma, ou mesmo realizar o necessário cotejo analítico entre o julgado hostilizado e o paradigma citado, no sentido de trazer as circunstâncias fáticas e jurídicas que os identificam ou assemelham, conforme determina o artigo 13 do RI/TNU.
Acrescente-se, por pertinente, que a questão relativa à falta de consideração das condições sócio-econômicas da parte autora, não restou debatida pela Turma Recursal de origem nem foram opostos os competentes embargos de declaração para tal desiderato, pelo que aplicável à hipótese a Questão de Ordem nº 10 da TNU, que assim dispõe:
Não cabe o incidente de uniformização quando a parte que o deduz apresenta tese jurídica inovadora, não ventilada nas fases anteriores do processo e sobre a qual não se pronunciou expressamente a Turma Recursal no acórdão recorrido.
Por fim, mesmo que se pudesse entender superados os empeços antes mencionados, verifica-se notória a dessemelhança dos casos postos em confronto, o que inviabiliza o seguimento do presente pedido de uniformização nacional.
Com efeito, a Turma de origem salientou que, no caso, A incapacidade apresentada é temporária; já no julgado apontado como paradigma a incapacidade laborativa da parte era total e permanente para a atividade que sempre lhe garantira a subsistência.
Nesse sentido, já decidiu a Turma Nacional de Uniformização, litteris:

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

ACÓRDÃO PARADIGMA ENVOLVE MATÉRIA DE FATO DISTINTA.
1. É inadmissível considerar elementos de fato diversos daqueles em que se assentou o acórdão recorrido, vez que o Pedido de Uniformização visa velar pela exata aplicação do direito já pacificado a pressupostos fáticos idênticos. Envolvendo os paradigmas matérias de fato de que não cuidou o acórdão impugnado, não merece ser conhecido o pedido.
2. Pedido não conhecido (PU nº 2002.70.00.007470-5/PR, Relatora Juíza Federal Liliane Roriz, DJ de 24/12/2003).
Pelo exposto, com fundamento no artigo 7º, inciso VI, do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização, não admito o incidente de uniformização de jurisprudência.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 22 de março de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO N.º: 2008.70.50.026089-9
ORIGEM:- SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: PAULINA CARDINS SIKANO
ADVOGADO: JONAS BORGES
REQUERIDO: INSS
PROCURADORA: PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização de jurisprudência proposto por PAULINA CARDINS SIKANO, com fundamento no artigo 14, caput e § 2º, da Lei nº 10.259/2001, em face de acórdão proferido por Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Paraná, que manteve sentença denegatória do pedido de concessão de benefício assistencial.
Alega a Requerente que a decisão a quo diverge de julgado da Turma Recursal de Mato Grosso aduzindo, em síntese, que há cerceamento de defesa quando o laudo pericial contém contradições e a resposta a quesitos complementares solicitada pela parte autora for indeferida pelo Juízo.
O incidente de uniformização foi inadmitido, mas foi apresentado requerimento nos moldes do art. 15, §4o, do RI/TNU.
Relatados. Decido.
O acórdão paradigma funda-se na premissa de que o laudo pericial não foi taxativo quanto à lesão apresentada pela parte. No presente caso, todavia, a decisão recorrida, bem como a sentença por ela confirmada, cuidam de hipótese em que a prova pericial foi reputada válida e precisa para solucionar a lide, de modo que o juiz não estaria vinculado ao requerimento de produção de prova complementar formulado pela parte.
Se o acórdão recorrido e o paradigma fundam-se em questões de fato não semelhantes, não há dissídio jurisprudencial a ser dirimido pela Turma Nacional. A propósito, confira-se:
PREVIDENCIÁRIO. REVISÃO DE BENEFÍCIO. CONVERSÃO DE TEMPO DE SERVIÇO LABORADO EM CONDIÇÕES ESPECIAIS EM COMUM. PEDREIRO. CIMENTO. NÃO REALIZAÇÃO DE PERÍCIA PARA COMPROVAÇÃO DE INSALUBRIDADE. CONTRADITÓRIO E AMPLA DEFESA. DIVERGÊNCIA NÃO DEMONSTRADA.
1 - O ponto central do Incidente de Uniformização é o suposto cerceamento de defesa, tendo em vista que a sentença foi prolatada sem que fosse oportunizada a produção de prova pericial, com vistas a comprovar a exposição a agentes insalubres, que, segundo o recorrente, seria essencial para o reconhecimento do direito material postulado nestes autos, uma vez que a Justiça do Trabalho já teria reconhecido reiteradas vezes a insalubridade no trato de cimento por pedreiro.
2 - Os acórdãos apontados como paradigmas, não cuidaram específica e diretamente da necessidade, ou não, da produção da prova pericial postulada, em face da existência de outros elementos de convicção levados em consideração pelo Juiz.
3 - Em nenhum momento a sentença ou o acórdão negaram o exercício da atividade ou a efetiva exposição aos agentes nocivos indicados nos formulários, conferindo-lhes, implicitamente, a presunção de veracidade. Dessa forma, mostrou-se dispensável a prova pericial, por já constar dos autos elementos suficientes para o julgamento da lide, não restando caracterizado qualquer prejuízo para o autor na demonstração dos fatos e do direito alegados na inicial. Já a conclusão pelo reconhecimento, ou não, da atividade perigosa, insalubre ou penosa, para fins de concessão do benefício de Aposentadoria Especial, ou conversão de tempo especial em comum, depende do livre convencimento do Juiz, não ficando, a rigor, adstrita a laudos periciais ou formulários, desde que devidamente fundamentada, como no caso dos autos.
4 - Assim sendo, não restou configurada a divergência jurisprudencial, uma vez que os acórdãos trazidos pelo requerente consignam situação fática diversa daquela versada nestes autos. Precedentes desta Turma nacional de Uniformização.
(PEDILEF 200572950003224, JUÍZA FEDERAL SÔNIA DINIZ VIANA, TNU - Turma Nacional de Uniformização, 15/03/2006)
Pelo exposto, nos termos do artigo 7º, inciso VI, do RI/TNU, não admito o incidente de uniformização de jurisprudência.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 17 de maio de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO N.º: 2008.70.51.004420-8
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: OLINDA HONORIO DE GODOY
PROC./ADV.: FÁBIO PUPO DE MORAES
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DECISÃO

OLINDA HONORIO DE GODOY suscita incidente de uniformização de jurisprudência dirigido à Turma Nacional de Uniformização, com fundamento no art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/2001, em face de decisão proferida por Turma Recursal da Seção Judiciária do Paraná, a qual julgou improcedente pedido de concessão de aposentadoria rural por idade, sob o fundamento de que os documentos acostados aos autos não têm o condão de comprovar o exercício da atividade rural em regime de economia familiar, durante o período de carência do benefício.
A recorrente alega divergência com julgados de outras Turmas Recursais e do Superior Tribunal de Justiça, sustentando, em síntese, que os documentos acostados são considerados como início de prova material e comprovam o trabalho rural da autora durante o período almejado e em regime de economia familiar.
O incidente foi inadmitido na origem e a suscitante apresentou requerimento na forma do art. 15, § 4º, do RI/TNU.
Relatados, decido.
Os contextos fáticos revelados nas decisões paradigma não guardam a necessária semelhança com aquele dos autos, em que se decidiu, em virtude da análise das provas, que os documentos constantes nos presentes autos não constituem início razoável de prova material da atividade rurícola em regime de economia familiar.
Ademais, a controvérsia cinge-se a exame de matéria de fato, uma vez que a conclusão a que se chegou no acórdão impugnado se deu, essencialmente, por conta do conjunto probatório, mostrando-se, também por este óbice, manifestamente incabível o incidente de uniformização de jurisprudência suscitado.
Pelo exposto, nos termos do artigo 7º, inciso VI, do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização, não admito o incidente de uniformização de jurisprudência.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 09 de maio de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº: 2008.70.51.004875-5
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: IVACI MENDES PEDROSO DA SILVA
PROC./ADV.: RENATA SILVA BRANDÃO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização suscitado por IVACI MENDES PEDROSO DA SILVA, dirigido à Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência, com fundamento no art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/01, em face de decisão da Primeira Turma Recursal da Seção Judiciária do Paraná que manteve a sentença de improcedência do pedido de restabelecimento do auxílio-doença, porquanto não constatada a incapacidade suscitada.
O requerente alega que a decisão combatida diverge de julgados do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, sustentando que constatada a incapacidade parcial, o benefício deve ser concedido.
O incidente foi inadmitido, e a parte apresentou requerimento, na forma do art. 15, § 4º, do RI/TNU.
Relatados. Decido.
A Lei nº 10.259/2001, em seu artigo 14, caput, ao especificar as hipóteses de cabimento do pedido de uniformização de interpretação de lei federal, expressamente dispõe que a divergência deve envolver questões de direito material, e seu § 2° estabelece que a divergência autorizativa do incidente é aquela entre decisões de turmas de diferentes regiões ou proferida em contrariedade à súmula ou jurisprudência dominante do STJ, não se prestando a tanto os arestos do Tribunal Regional Federal invocados pelo requerente.
Frente ao exposto, com fulcro no art. 7º, inciso VI, do RI/TNU, não admito o presente incidente de uniformização de jurisprudência
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 14 de abril de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº: 2008.70.51.005001-4
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: GILBERTO BITTENCOURT CAMARGO
PROC./ADV.: MARLY APARECIDA PEREIRA FAGUNDES
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização suscitado por GILBERTO BITTENCOURT CAMARGO, com fundamento no artigo 14, § 2º, da Lei nº 10.259/2001, em face de decisão proferida pela Primeira Turma Recursal da Seção Judiciária do Paraná, a qual entendeu que, sobre a condenação do INSS à concessão do benefício de aposentadoria, deve incidir a correção monetária com juros aplicados à caderneta de poupança, nos termos do artigo 1º-F da Lei nº 9.494/97, com a consequente alteração da Lei nº 11.960/09.
Alega o suscitante divergência com julgados do STJ, aduzindo, em síntese, que a superveniente Lei nº 11.960/09, que alterou o critério de cálculo dos juros de mora, não deve incidir nos processos em andamento.
O incidente foi inadmitido e a parte apresentou requerimento, na forma do art. 15, § 4º, do RI/TNU.
Relatados. Decido.
Estando, a princípio, configurada a divergência jurisprudencial alegada, com fundamento no artigo 7º, inciso VI, do RI/TNU, admito o presente.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 12 de abril de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO N°: 2008.70.51.005664-8
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: TEREZA RONCON KORKI
PROC/ADV.: SILVIA REGINA GAZDA E OUTRO
REQUERIDO (A): INSS
PROC/ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DECISÃO

TEREZA RONCON KORKI suscita incidente de uniformização de jurisprudência dirigido à Turma Nacional de Uniformização, com fundamento no artigo 14, caput e § 2º, da Lei nº 10.259/2001, em face de decisão proferida pela Turma Recursal Suplementar do Paraná que manteve a sentença que julgou improcedente o pedido de aposentadoria rural por idade, aos seguintes fundamentos, litteris:
(...)
No caso, a autora completou 55 anos de idade em 11/03/2000 (nascida em 11/03/1945) e formulou requerimento administrativo em 18/03/2008, devendo comprovar 114 meses de exercício de atividade rural no período anterior ao requisito etário, ou, se for mais benéfico, no período imediatamente anterior a DER, mas ambos com filiação na previdência social antes de 24/07/1991, conforme artigo 142 da LBPS.
Por sua vez, a sentença recorrida entendeu que houve comprovação da atividade rural da autora como agricultora em regime de economia familiar somente a partir do ano de 2000, o que impediria a concessão do benefício ante a falta de trabalho rural por todo o período legitimador. Quanto a análise da prova material, a sentença atacada não se afastou das balizas jurídicas aceitas nas Turmas Recursais dos JEF´s no Paraná. Com efeito não há qualquer início de prova material do trabalho rural da autora na chácara do Sr. Walmir Gomes, havendo exclusivamente prova testemunhal, o que é insuficiente para prova do efetivo labor rural.
A primeira prova material que pode ser aceita após a autora vender sua propriedade rural em 1992 é a nota fiscal de venda do produtor rural em nome de seu marido datada de 13/09/2000 (NFISCAL9, evento 12), sendo esta data o marco inicial do período de trabalho rural que pode ser considerado.
Dessa forma, considerando que entre 13/09/2000 e a data da DER em 18/03/2008, existem somente 90 meses, é impossível à autora comprovar que trabalhou na agricultura em regime de economia familiar por 114 meses, restando mesma laborar ainda por mais 24 meses para atingir a carência mínima exigida no caso em tela.
Dessa forma, no caso dos autos, verifica-se que a autora não cumpriu todos os requisitos do benefício postulado na DER, o que torna defeso o provimento de seu recurso.
(...)
Alega divergência com julgados da TNU e do STJ, defendendo que: (a) o tamanho da propriedade não deve sobrepujar os demais requisitos para a concessão do benefício de aposentadoria por idade rural; e (b) não sendo possível carrear provas materiais para complementar a carência exigida, há a possibilidade de ampliar a eficácia probatória através da prova testemunhal harmônica e idônea.
O incidente foi inadmitido e a parte suscitante apresentou requerimento na forma do art. 15, § 4º, do RI/TNU.
Cuida-se de pleito em que se visa ao reexame de prova, com consequente inversão da conclusão a que chegou o acórdão impugnado, na dimensão do conjunto probatório dos autos, mostrando-se manifestamente incabível o incidente de uniformização de jurisprudência suscitado.
Pelo exposto, nos termos do artigo 7º, inciso VI, do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização, não admito o incidente de uniformização de jurisprudência.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 09 de maio de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº: 2008.70.51.006225-9
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: VALDIR MARQUE
PROC./ADV.: ARNALDO DE OLIVEIRA MARIGO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADOR GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização suscitado por VALDIR MARQUE, com fulcro no art. 14, § 2º, da Lei 10.259/01, em face de decisão da Segunda Turma Recursal da Seção Judiciária do Paraná que manteve a sentença que entendeu que a matéria atinente ao reconhecimento da atividade exercida em condições especiais restou albergada pela coisa julgada.
O suscitante alega que a atividade de eletricitário por ele desenvolvida deve ser reconhecida como especial.
O incidente foi inadmitido, e o suscitante apresentou requerimento na forma do art. 15, § 4º, do RI/TNU.
Relatados. Decido.
Tenho que o incidente não merece ser admitido.
Inicialmente, observa-se que o suscitante limitou-se a manifestar o seu inconformismo com a decisão recorrida, sem no entanto demonstrar a divergência existente entre ela e as decisões de turmas da

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

mesma ou de diferentes regiões, ou ainda da proferida em contrariedade a súmula ou jurisprudência do STJ, conforme dispõe o art. 14, caput, §§ 1º e 2º, da Lei nº 10.259/2001.
No mais, tem-se ainda que a Lei nº 10.259/2001, em seu artigo 14, caput, ao especificar as hipóteses de cabimento do pedido de uniformização de interpretação de lei federal, expressamente, dispõe que a divergência na interpretação deve envolver questões de direito material.
Nestes termos, a divergência autorizativa do pedido de uniformização de jurisprudência é a existente entre decisões que versem sobre questões de direito material proferidas por Turmas Recursais de diferentes Regiões ou em contrariedade à Súmula ou jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça.
No caso em questão, o incidente suscitado se fundou em questão processual, qual seja, a existência de coisa julgada, o que impede o conhecimento do presente incidente, por inadmissível como especificado.
Pelo exposto, com fundamento no artigo 7º, inciso VI, do Regimento Interno da
Turma Nacional de Uniformização, não admito o presente incidente de uniformização.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 12 de abril de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº: 2008.70.51.007339-7
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: JOSÉ CELSO DA SILVA
PROC./ADV.: FÁBIO PUPO DE MORAES
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização suscitado por JOSÉ CELSO DA SILVA, com fulcro no art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/01, dirigido à Turma Nacional de Uniformização, em face de decisão proferida pela Turma Recursal Suplementar da Seção Judiciária do Paraná que manteve a sentença de improcedência do pedido de concessão de auxílio-doença, porquanto não cumprido o requisito da carência.
O suscitante afirma que a decisão combatida diverge do entendimento da Turma Recursal de Goiás, segundo o qual, não perde a qualidade de segurado a trabalhadora que, em razão de moléstia incapacitante, tenha deixado de contribuir à previdência social.
O incidente foi inadmitido, e a parte apresentou requerimento, na forma do art. 15, § 4º, do RI/TNU.
Relatados. Decido.
Estando, em princípio, configurada a divergência jurisprudencial alegada, admito o incidente, com fulcro no art. 7º, inciso VI, do RI/TNU.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 14 de abril de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO N°: 2008.70.51.008116-3
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: ANA MARIA DA ROCHA
PROC/ADV.: JOSÉ ANTONIO ANDRÉ E OUTRO
REQUERIDO (A): INSS
PROC/ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DECISÃO

ANA MARIA DA ROCHA suscita incidente de uniformização de jurisprudência dirigido à Turma Nacional de Uniformização, com fundamento no artigo 14, caput e § 2º, da Lei nº 10.259/2001, em face de decisão proferida pela Turma Recursal Suplementar do Paraná que manteve a sentença que julgou improcedente o pedido de aposentadoria rural por idade, por entender que a autora não comprovou o exercício de atividade rural, ainda que de forma descontínua, no período de 108 meses anteriores à data de implementação do requisito etário e, também, por possuir vínculo urbano de 01/11/1990 a 30/08/1995.
Alega divergência com julgados do STJ e da Turma Regional de Uniformização da 4ª Região, defendendo que, no caso da atividade especial de boia-fria, é dispensada a exigência de início de prova material, admitindo-se, exclusivamente, a prova testemunhal.
O incidente foi inadmitido e a parte suscitante apresentou requerimento na forma do art. 15, § 4º, do RI/TNU.
Entendo que a divergência alegada está, em princípio, configurada, razão por que, com esteio no artigo 7º, inciso VI, do RI/TNU, admito o incidente de uniformização.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 09 de maio de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO N°: 2008.70.51.008119-9
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: JOAQUIM DA PIEDADE ROCHA
PROC/ADV.: JOSÉ ANTONIO ANDRÉ E OUTRO
REQUERIDO(A): INSS
PROC/ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização de jurisprudência suscitado por JOAQUIM DA PIEDADE ROCHA e dirigido à Turma Nacional de Uniformização, com fundamento no art. 14, § 2°, da Lei n° 10.259/2001, em face de decisão proferida pela Segunda Turma Recursal da Seção Judiciária do Paraná, que deu provimento ao recurso do INSS para reformar sentença que concedeu o benefício de aposentadoria por idade rural. Fundamenta-se o acórdão recorrido na inexistência de prova material suficiente a conduzir à concessão do benefício.
Alega o suscitante divergência com julgados do STJ, da TNU, do TRF/3, das Turmas Regionais de Uniformização da 1ª e da 4ª Regiões e das Primeiras Turmas Recursais de Goiás e do Mato Grosso, aduzindo, em síntese, que apresentou documentos aptos a comprovar a sua condição de trabalhadora rural e que é desnecessário o preenchimento simultâneo dos requisitos etário e do tempo.
O incidente foi inadmitido.
O recorrente apresentou pedido de submissão fundado no art. 15, § 4°, do RI/TNU.
Relatados. Decido.
Estando, em princípio, configurada a divergência jurisprudencial alegada, admito o incidente, com esteio no art. 7º, inciso VI, do RI/TNU
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 05 de maio de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO N°: 2008.70.53.001274-2
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: MERCEDES GIMENES TORRES
PROC/ADV.: RUBENS PEREIRA DE CARVALHO
REQUERIDO(A): INSS
PROC/ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização de jurisprudência suscitado por MERCEDES GIMENES TORRES e dirigido à Turma Nacional de Uniformização, com fundamento no art. 14, § 2°, da Lei n° 10.259/2001, em face de decisão proferida pela Turma Recursal Suplementar da Seção Judiciária do Paraná, que deu provimento ao recurso do INSS para reformar sentença que concedeu o benefício de aposentadoria por idade rural. Fundamenta-se o acórdão recorrido na inexistência de prova material suficiente a conduzir à concessão do benefício, por não se caracterizar a atividade da recorrente em regime de economia familiar, mas como produtora rural.
Alega a suscitante divergência com julgados do STJ, dos Tribunais Regionais Federais da 2ª e da 5ª Regiões e com a Súmula nº 30/TNU, aduzindo, em síntese, que o tamanho da propriedade não descaracteriza, por si só, o regime de economia familiar, caso estejam comprovados os demais requisitos para a concessão da aposentadoria por idade rural.
O incidente foi inadmitido.
A recorrente apresentou pedido de submissão fundado no art. 15, § 4°, do RI/TNU.
Relatados. Decido.
Estando, em princípio, configurada a divergência jurisprudencial alegada, admito o incidente, com esteio no art. 7º, inciso VI, do RI/TNU
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 05 de maio de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº: 2008.70.53.002191-3
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: HELENA BELEZE PIVA
PROC./ADV.: ALEXANDRE BACELAR PERARO E OUTRA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL
DECISÃO
Trata-se de incidente de uniformização suscitado por HELENA BELEZE PIVA, dirigido à Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência, com fundamento no art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/01, em face de decisão da Turma Recursal Suplementar da Seção Judiciária do Paraná que manteve a sentença de improcedência do pedido de concessão de auxílio-doença ou de aposentadoria por invalidez, em razão da ausência dos requisitos necessários.
A requerente sustenta, em síntese, a existência de contradição entre o laudo e a farta documentação apresentada, que atesta a incapacidade da autora, invocando divergência com julgados das Turmas Recursais do Mato Grosso e de Goiás.
O incidente foi inadmitido, e a parte apresentou requerimento, na forma do art. 15, § 4º, do RI/TNU.
Relatados. Decido.
O incidente não reúne condições de avançar.
Verifica-se que, em última análise, cuida-se de pleito em que se visa ao reexame de prova, com consequente inversão da conclusão a que chegou o acórdão impugnado, na dimensão do conjunto probatório dos autos, mostrando-se manifestamente incabível o incidente de uniformização de jurisprudência suscitado.
Frente ao exposto, com fulcro no art. 7º, inciso VI, do RI/TNU, não admito o presente incidente de uniformização.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 12 de abril de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº: 2008.70.57.000196-2
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: TEODOMIRO ALVES
PROC./ADV.: ALYNE CLARETE ANDRADE DEROSSO E OUTRO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização suscitado por TEODOMIRO ALVES, dirigido à Turma Nacional de Uniformização, com fundamento no art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/01, em face de decisão da Segunda Turma Recursal da Seção Judiciária do Paraná, que entendeu que os documentos utilizados como início de prova material devem ser em nome de integrantes do grupo envolvido no regime de economia familiar rural e que não há necessidade de que a atividade rural seja demonstrada ano a ano, bastando apenas a caracterização idônea do marco inicial e do termo final, haja vista a informalidade do meio rural.
O suscitante alega divergência com julgados do STJ que entendem não ser necessária a apresentação de prova material durante todo o período que se quer comprovar o trabalho rural, desde que a prova testemunhal seja idônea a ponto de ampliar a eficácia da prova material produzida.
O incidente foi inadmitido, e a parte apresentou requerimento, na forma do art. 15, § 4º, do RI/TNU.
Relatados. Decido.
Em relação à divergência jurisprudencial apontada, essa não se observa, haja vista que o julgado paradigma traz o mesmo entendimento da decisão hostilizada, qual seja a desnecessidade de que a prova material abranja todo o período que se quer comprovar o trabalho rural.
Tem-se, ademais, que, em última análise, cuida-se de pleito em que se visa ao reexame de prova, com consequente inversão da conclusão a que chegou o decisum impugnado, na dimensão do conjunto probatório dos autos, mostrando-se manifestamente incabível o incidente de uniformização de jurisprudência suscitado.
Pelo exposto, nos termos do artigo 7º, inciso VI, do RI/TNU, não admito o incidente de uniformização de jurisprudência.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 12 de abril de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO N°: 2008.70.57.001153-0
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: CECÍLIA PEREIRA BOING
PROC/ADV.: MELISSA FOLMANN E OUTRA
REQUERIDO (A): INSS
PROC/ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DECISÃO

CECÍLIA PEREIRA BOING suscita incidente de uniformização de jurisprudência dirigido à Turma Nacional de Uniformização, com fundamento no artigo 14, caput e § 2º, da Lei nº 10.259/2001, em face de decisão proferida pela Segunda Turma Recursal do Paraná que manteve a sentença que julgou improcedente o pedido de aposentadoria rural por idade, por entender que restou descaracterizado o regime de economia familiar, uma vez que a autora recebe benefício de pensão por morte de empregador rural.
Alega divergência com julgados da Primeira Turma Recursal do Mato Grosso, da Turma Regional de Uniformização da 1ª Região, da TNU e do STJ, defendendo que o enquadramento do de cujus da autora como empregador rural, por si só, não de forma absoluta o regime de economia familiar.
O incidente foi inadmitido e a parte suscitante apresentou requerimento na forma do art. 15, § 4º, do RI/TNU.
Entendo que a divergência alegada está, em princípio, configurada, razão por que, com esteio no artigo 7º, inciso VI, do RI/TNU, admito o incidente de uniformização.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 09 de maio de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO N°: 2008.70.60.000390-6
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: INSS
PROC/ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): ENIO BARROSO FRAGA
PROC/ADV.: FRANCISLAINE ROSA PADILHA

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização de jurisprudência interposto pelo INSS, com fundamento no artigo 14, § 2º, da Lei nº 10.259/2001, em face de decisão proferida por Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Paraná, que entendeu ser legal a concessão de aposentadoria por invalidez para segurado parcialmente incapaz para o trabalho, desde que presentes condições de caráter pessoal que assim o recomendem.
A autarquia alega contrariedade à jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, sustentando, em síntese, que a aposentadoria por invalidez só deve ser concedida quando comprovada a incapacidade total do segurado para o trabalho, sendo irrelevantes condições pessoais do segurado para a determinação da incapacidade.
O incidente foi inadmitido pela Presidência da Turma Recursal.
O suscitante apresentou requerimento na forma do art. 15, §4º, do RI/TNU.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Relatados. Decido.
O presente incidente de uniformização não merece admissão.
Os precedentes invocados pelo suscitante na tentativa de demonstrar a existência de divergência de entendimentos entre a Turma Recursal e o STJ, já não representam a jurisprudência dominante naquela egrégia Corte Superior, como se vê nos seguintes julgados:
PREVIDENCIÁRIO. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. BASE DE INCIDÊNCIA DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 111/STJ. APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. LAUDO PERICIAL CONCLUSIVO PELA INCAPACIDADE PARCIAL DO SEGURADO. NÃO VINCULAÇÃO. CIRCUNSTÂNCIA SÓCIO-ECONÔMICA, PROFISSIONAL E CULTURAL FAVORÁVEL À CONCESSÃO DO BENEFÍCIO. AGRAVO REGIMENTAL DO INSS PARCIALMENTE PROVIDO.
(...)
3. Para a concessão de aposentadoria por invalidez devem ser considerados outros aspectos relevantes, além dos elencados no art.42 da Lei 8.213/91, tais como, a condição sócio-econômica, profissional e cultural do segurado.
4. Embora tenha o laudo pericial concluído pela incapacidade parcial do segurado, o Magistrado não fica vinculado à prova pericial, podendo decidir contrário a ela quando houver nos autos outros elementos que assim o convençam, como no presente caso.
5. Em face das limitações impostas pela moléstia incapacitante, avançada idade e baixo grau de escolaridade, seria utopia defender a inserção da segurada no concorrido mercado de trabalho, para iniciar uma nova atividade profissional, motivo pelo qual faz jus à concessão de aposentadoria por invalidez.
(...)
(AgRg no REsp 1000210/MG, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, QUINTA TURMA, julgado em 21/09/2010, DJe 18/10/2010)
PREVIDENCIÁRIO. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. LAUDO PERICIAL CONCLUSIVO PELA INCAPACIDADE PARCIAL DO SEGURADO. POSSIBILIDADE DE AFERIÇÃO DOS REQUISITOS NECESSÁRIOS À CONCESSÃO DA APOSENTADORIA POR INVALIDEZ, UTILIZANDO-SE OUTROS MEIOS.
1. Ainda que o sistema previdenciário seja contributivo, não há como desvinculá-lo da realidade social, econômica e cultural do país, onde as dificuldades sociais alargam, em muito, a fria letra da lei.
2. No Direito Previdenciário, com maior razão, o magistrado não está adstrito apenas à prova pericial, devendo considerar fatores outros para averiguar a possibilidade de concessão do benefício pretendido pelo segurado.
3. Com relação à concessão de aposentadoria por invalidez, este Superior Tribunal de Justiça possui entendimento no sentido da desnecessidade da vinculação do magistrado à prova pericial, se existentes outros elementos nos autos aptos à formação do seu convencimento, podendo, inclusive, concluir pela incapacidade permanente do segurado em exercer qualquer atividade laborativa, não obstante a perícia conclua pela incapacidade parcial.
4. Agravo regimental a que se nega provimento.
(AgRg no Ag 1102739/GO, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEXTA TURMA, julgado em 20/10/2009, DJe 09/11/2009)
A Turma Nacional de Uniformização vem se pronunciando no mesmo diapasão:
PREVIDENCIÁRIO. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. AUXÍLIO-DOENÇA/APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. PORTADOR DO VÍRUS HIV. PERÍCIA QUE ATESTA CAPACIDADE PARA O TRABALHO. SITUAÇÃO FÁTICA QUE PODE DEMONSTRAR IMPOSSIBILIDADE DE REINSERÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO. PRINCÍPIO DO LIVRE CONVENCIMENTO DO JUIZ. INCIDÊNCIA DO BROCARDO JUDEX PERITUS PERITORUM (JUIZ É O PERITO DOS PERITOS). INTERPRETAÇÃO SISTEMÁTICA DA LEGISLAÇÃO. PERÍCIA INCOMPLETA. RECURSO CONHECIDO. PARCIALMENTE PROVIDO.
1. A interpretação sistemática da legislação permite a concessão de auxílio-doença ou aposentadoria por invalidez se, diante do caso concreto, os fatores pessoais e sociais impossibilitarem a reinserção do segurado no mercado de trabalho, conforme livre convencimento do juiz que, conforme o brocardo judex peritus peritorum, é o perito dos peritos, ainda que não exista incapacidade total para o trabalho do ponto de vista médico. 1.1. Na concessão do benefício de aposentadoria por invalidez, a incapacidade para o trabalho deve ser avaliada do ponto de vista médico e social. Interpretação sistemática da legislação (Lei n. 7.670/88; Decreto 3.298/99; Decreto 6.214/07; Portaria Interministerial MPAS/MS Nº 2.998/01).
(...)
6. Incidente de uniformização conhecido e parcialmente provido (TNU - PUILF n° 200783005052586, Rel. Juíza Federal MARIA DIVINA VITÓRIA - J. em 18/12/2008 - DJU 02/02/2009 - grifos nossos).
Assim, a hipótese é de incidência do entendimento que restou consolidado na Questão de Ordem nº 13 desta Turma Nacional de Uniformização, do seguinte teor:
Questão de Ordem n° 13 - Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido.
Pelo exposto, com esteio no artigo 7º, inciso VI, do RI/TNU, não admito o incidente de uniformização de jurisprudência.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 14 de abril de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº: 2008.70.60.001026-1
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: AMADEU RIBEIRO DOS SANTOS
PROC./ADV.: WILSON LUIZ DE PAULA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL
DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização suscitado por AMADEU RIBEIRO DOS SANTOS, dirigido à Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência, com fundamento no art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/01, em face de decisão de Turma Recursal da Seção Judiciária do Paraná, que manteve a sentença de improcedência do pedido de concessão de auxílio-doença ou de aposentadoria por invalidez ao autor, sob o entendimento de que não se encontra incapacitado para o trabalho.
O requerente sustenta que a decisão combatida diverge de julgados de Turmas Recursais da Seção Judiciária de São Paulo, relevando que ao avaliar somente a questão médica, desprezando as demais provas, a decisão recorrida foi de encontro com o entendimento jurisprudencial no sentido de que "a capacidade laborativa não é conceito puramente médico".
O incidente foi inadmitido, e a parte apresentou requerimento, na forma do art. 15, § 4º, do RI/TNU.
Relatados. Decido.
Estando, em princípio, configurada a divergência jurisprudencial alegada, admito o incidente, com fulcro no art. 7º, inciso VI, do RI/TNU.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 17 de maio de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº: 2008.70.60.001232-4
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: GIZELA MOLLER HANISCH
PROC./ADV.: MARISTELA KLOSTER
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL
DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização suscitado por GIZELA MOLLER HANISCH, com fulcro no art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/01, em face de decisão da Segunda Turma Recursal da Seção Judiciária do Paraná, a qual manteve a sentença que julgou improcedente o pedido de restabelecimento de benefício de auxílio-doença, sob o fundamento de que se a prova pericial é concludente no sentido da inexistência de incapacidade para o desempenho da atividade habitual e se, de outro lado, inexiste qualquer elemento de prova técnica a infirmar as conclusões lançadas no laudo médico, não há espaço para concessão de benefício previdenciário por incapacidade, ainda que a parte autora seja eventualmente portadora de doença ou lesão.
Sustenta a suscitante divergência com julgados de Turma Recursal de São Paulo, aduzindo, em síntese, que na avaliação da extensão da incapacidade devem ser consideradas outras condições pessoais do segurado, especificamente, o seu grau de instrução, a sua idade e as tarefas que até então desempenhou.
O incidente foi inadmitido e a parte apresentou requerimento, na forma do art. 15, § 4º, do RI/TNU.
Relatados. Decido.
Trata-se, em última análise, de pleito em que se visa ao reexame de prova, com consequente inversão da conclusão a que chegou a decisão impugnada, na dimensão do conjunto probatório dos autos, mostrando-se manifestamente incabível o incidente de uniformização de jurisprudência suscitado.
Por fim, a suscitante não demonstrou o dissenso jurisprudencial invocado, visto não ter realizado o necessário cotejo analítico entre o julgado hostilizado e os paradigmas citados, no sentido de trazer as circunstâncias fáticas e jurídicas que os identificam ou assemelham, conforme determina o artigo 13 do RI/TNU, conformando-se em transcrever ementas dos julgados, as quais não servem para demonstração da divergência.
Tais as razões expendidas, com fundamento no artigo 7º, inciso VI, do RI/TNU, não admito o incidente de uniformização.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 29 de março de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº: 2008.70.60.002411-9
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: LEVI FRANCISCO DA CRUZ
PROC./ADV.: WILSON LUIZ DE PAULA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL
DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização suscitado por LEVI FRANCISCO DA CRUZ, dirigido à Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência, com fundamento no art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/01, em face de decisão de Turma Recursal da Seção Judiciária do Paraná, que manteve a sentença de improcedência do pedido de concessão de auxílio-doença ou de aposentadoria por invalidez ao autor, sob o entendimento de que não se encontra incapacitado para o trabalho.
O requerente sustenta que a decisão combatida diverge de julgados de Turmas Recursais da Seção Judiciária de São Paulo, relevando que ao avaliar somente a questão médica, desprezando as demais provas, a decisão recorrida foi de encontro com o entendimento jurisprudencial no sentido de que "a capacidade laborativa não é conceito puramente médico".
O incidente foi inadmitido, e a parte apresentou requerimento, na forma do art. 15, § 4º, do RI/TNU.
Relatados. Decido.
Estando, em princípio, configurada a divergência jurisprudencial alegada, admito o incidente, com fulcro no art. 7º, inciso VI, do RI/TNU.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 17 de maio de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº: 2008.70.60.003051-0
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: FRANCISCO DE PAULA NORONHA
PROC./ADV.: WILSON LUIZ DE PAULA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL
DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização suscitado por FRANCISCO DE PAULA NORONHA, dirigido à Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência, com fundamento no art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/01, em face de decisão de Turma Recursal da Seção Judiciária do Paraná, que manteve a sentença de improcedência do pedido de concessão de auxílio-doença ou de aposentadoria por invalidez ao autor, sob o entendimento de que não se encontra incapacitado para o trabalho.
O requerente sustenta que a decisão combatida diverge de julgados de Turmas Recursais da Seção Judiciária de São Paulo, relevando que ao avaliar somente a questão médica, desprezando as demais provas, a decisão recorrida foi de encontro com o entendimento jurisprudencial no sentido de que "a capacidade laborativa não é conceito puramente médico".
O incidente foi inadmitido, e a parte apresentou requerimento, na forma do art. 15, § 4º, do RI/TNU.
Relatados. Decido.
Estando, em princípio, configurada a divergência jurisprudencial alegada, admito o incidente, com fulcro no art. 7º, inciso VI, do RI/TNU.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 17 de maio de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº: 2008.70.61.000457-9
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: DEUSDETE FERNANDES DE ALMEIDA
PROC./ADV.: CLEBER ALCINO ODILOM DE OLIVEIRA
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL
DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização suscitado por DEUSDETE FERNANDES DE ALMEIDA, com fundamento no artigo 14, § 2º, da Lei nº 10.259/2001, em face de decisão proferida pela Segunda Turma Recursal da Seção Judiciária do Paraná, a qual manteve sentença que julgou improcedente o pedido de concessão de benefício previdenciário, por entender que, não obstante o fato de o autor ter trabalhado na lavoura antes de adoecer, sua esposa não possuía qualidade de segurada especial, uma vez que residia na cidade e exercia atividade urbana, descaracterizando, assim, o regime de economia familiar, conforme demonstrado pelo conjunto probatório constante dos autos.
Alega o suscitante divergência com julgados do STJ, aduzindo, em síntese, que mesmo que o esposo da mulher que pretende ver reconhecido seu direito à aposentaria rural tenha emprego urbano, não se descaracteriza o regime de economia familiar.
O incidente foi inadmitido e a parte apresentou requerimento, na forma do art. 15, § 4º, do RI/TNU.
Relatados. Decido.
Estando, a princípio, configurada a divergência jurisprudencial alegada, com fundamento no artigo 7º, inciso VI, do RI/TNU, admito o presente.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 13 de abril de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO N°: 2008.70.61.001273-4
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: INSS
PROC/ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL
REQUERIDO : SANDRA HOFAMAN ZONIN
PROC/ADV.: CLEBER ALCINO ODILOM DE OLIVEIRA
DECISÃO

O INSS suscita incidente de uniformização de jurisprudência dirigido à Turma Nacional de Uniformização, com fundamento no art. 14, § 2°, da Lei n° 10.259/2001, em face de decisão proferida pela Primeira Turma Recursal da Seção Judiciária do Paraná, que manteve a sentença concessiva do salário-maternidade à segurada especial.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Alega o suscitante divergência com julgados da TNU e da Turma Recursal do Tocantins, aduzindo, em síntese, que a comprovação da qualidade de segurada especial, durante o período de carência, não pode se dar com base em provas documentais extemporâneas, em especial a certidão de nascimento da criança que ensejou o pedido do benefício.
O incidente foi inadmitido.
O recorrente apresentou pedido de submissão fundado no art. 15, § 4°, do RI/TNU.
Relatados. Decido.
Estando, em princípio, configurada a divergência jurisprudencial alegada, admito o incidente, com esteio no art. 7º, inciso VI, do RI/TNU
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 11 de abril de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº: 2008.70.61.002335-5
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: JOSÉ BRITO DE SOUZA E OUTRA
PROC./ADV.: CREUSA ROCCATO TREVISAN
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DECISÃO

JOSÉ BRITO DE SOUZA E OUTRA suscitam incidente de uniformização de jurisprudência dirigido à Turma Nacional de Uniformização, com supedâneo no artigo 14, § 2°, da Lei n.° 10.259/2001, contra decisão colegiada proferida pela Turma Recursal Suplementar da Seção Judiciária do Paraná, que, em ação concessiva de pensão por morte, manteve a sentença de improcedência, sob o fundamento de que a jurisprudência admite o reconhecimento de atividade rural como bóia-fria baseado somente em prova testemunhal. Todavia, os testemunhos colhidos na instrução são divergentes, não servindo para comprovar o período de labor rural pleiteado.
Afirmam os recorrentes que a decisão encimada diverge de julgados da Turma Nacional de Uniformização e do Superior Tribunal de Justiça. Sustentam, em síntese, que a falecida era segurada especial, conforme demonstrado pelas provas acostadas aos autos e corroborado pelas testemunhas ouvidas em audiência.
O incidente foi inadmitido pela Presidência da Turma Recursal.
Por sua vez, os suplicantes apresentaram requerimento nos moldes do artigo 15, § 4°, RI/TNU.
Relatados. Decido.
Não há dúvidas de que visam os suscitantes ao reexame de prova, com a consequente inversão da conclusão a que chegou o acórdão impugnado, após o exame do conjunto probatório dos autos. Por isso mesmo, mostra-se manifestamente incabível o incidente de uniformização de jurisprudência suscitado.
Ante o exposto, com fundamento no artigo 7º, inciso VI, do RI/TNU, não admito o incidente de uniformização de jurisprudência.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília (DF), 12 de abril de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº: 2008.70.66.001112-9
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): MARIA VITÓRIA ARAUJO DOS SANTOS
PROC./ADV.: JOÃO IVAN BORGES DE LIMA

DECISÃO

O INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS suscita incidente de uniformização de jurisprudência dirigido à Turma Nacional de Uniformização, com espeque no artigo 14, § 2º, da Lei n.º 10.259/2001, contra decisão colegiada proferida pela 2ª Turma Recursal da Seção Judiciária do Paraná, que manteve sentença de procedência do pedido de concessão de pensão por morte, sob o fundamento de que o de cujus ostentava a qualidade de segurado ao tempo do óbito, ante o fato de ter sido comprovado nos autos da reclamatória trabalhista o vínculo empregatício existente entre ele e seu respectivo empregador, acrescido a outros elementos de prova colhidos em audiência, como a oitiva de testemunhas.
Alega o postulante haver divergência com julgado do c. Superior Tribunal de Justiça, aduzindo, em síntese, que não restou comprovada a qualidade de segurado, em face da ausência de início de prova material de tempo de serviço, nos termos do art. 55, § 3°, da Lei 8.213/91, uma vez que a anotação da CTPS do de cujus é decorrente de acordo homologado pela Justiça do trabalho, desacompanhado de outras provas.
Ao incidente foi negado seguimento pelo Presidente da Turma Recursal. Por sua vez, o requerente apresentou requerimento na forma do artigo 15, § 4º, do RI/TNU.
Relatados. Decido.
O decisum ora combatido está em consonância com o entendimento adotado pelo aresto paradigma, haja vista que a sentença proferida pelo MM. Juízo a quo não se limitou apenas a análise da prova do acordo trabalhista firmado para chegar à conclusão de que a parte manteve sua condição de segurado à época do óbito, mas também em outros elementos probatórios.
Ademais, cuida-se, em última análise, de intento em que se visa ao reexame de prova, com consequente inversão da conclusão a que chegou a decisão alvejada, na dimensão do conjunto probatório dos autos, mostrando-se manifestamente incabível o incidente de uniformização de jurisprudência suscitado.
Tais as razões expendidas, com arrimo no artigo 7º, inciso VI, do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização, não admito o presente incidente de uniformização.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília (DF), 12 de abril de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO N°: 2008.71.50.012095-2
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: ADÍLSON ROSA LEAL
PROC/ADV.: LUCIANA PEREIRA DA COSTA
REQUERIDO(A): INSS
PROC/ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DECISÃO

RAIMUNDA MONTEIRO DA SILVA suscita incidente de uniformização de jurisprudência dirigido à Turma Nacional de Uniformização, com fundamento no art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/2001, em face de decisão proferida pela Turma Recursal do Juizado Especial da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul, que confirmou sentença posta nestes termos, no que interessa:
(...) JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE a ação, para condenar o Instituto Nacional do Seguro Social a: (01) implantar o benefício de auxílio-doença nº 31/525.144.627-2, desde o requerimento administrativo em 03.01.2008; (02) registrar em seus registros informatizados o conteúdo da presente decisão; (03) pagar a ADILSON ROSA LEAL a quantia de R$ 7.900,62 relativa às diferenças vencidas, descontados os valores já pagos por força da decisão que antecipou os efeitos da tutela jurisdicional, e acrescidas de juros moratórios de 1% ao mês, a contar da citação, mais correção monetária, desde o vencimento de cada parcela, com base na variação do INPC, conforme cálculo efetuado pela Contadoria Judicial.
O Requerente alega divergência com julgado da Turma Recursal da Seção Judiciária de Santa Catarina, ao tempo em que releva ser notório que o recorrente tem direito de ver concedida sua RMI do benefício de auxílio-doença de acordo com a sistemática do cálculo de acordo com o art. 29, II da LBPS, posto que benefícios concedidos posterior a 1999 devem assim ser calculados.
O incidente foi inadmitido, mas foi apresentado requerimento, na forma do art. 15, § 4º, do RI/TNU.
Relatados, decido.
A divergência autorizativa do pedido de uniformização de jurisprudência dirigido à TNU é aquela fundada entre decisões de turmas de diferentes regiões ou da proferida em contrariedade a súmula ou jurisprudência dominante do STJ, sendo, portanto, incabível o pedido com fundamento em dissídio com Tribunais Regionais Federais ou Turmas Recursais da mesma Região.
Ademais, o Requerente não demonstrou o dissenso jurisprudencial invocado, visto não ter realizado o necessário cotejo analítico entre o julgado hostilizado e o paradigma colacionado (art. 13 do RI/TNU), conformando-se em transcrever a ementa do julgado, a qual não serve, por si só, para a demonstração da divergência.
Pelo exposto, nos termos do artigo 7º, inciso VI, do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização, não admito o incidente de uniformização de jurisprudência.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 17 de maio de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO N°: 2008.71.50.017359-2
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: WILMA ANDRADE COUTO
PROC/ADV.: MARCOS AURÉLIO RIBEIRO
REQUERIDO (A): INSS
PROC/ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização de jurisprudência interposto por WILMA ANDRADE COUTO, com fundamento no artigo 14, caput e § 2º, da Lei nº 10.259/2001, em face de decisão colegiada da Primeira Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul, que, ao manter a sentença de improcedência, negou concessão de pensão por morte à autora, sob os fundamentos de que ela não mantinha união estável com o segurado, bem como não teria sido comprovada a dependência econômica.Alega a suscitante divergência com julgado da Turma Recursal de Santa Catarina, cujo entendimento é no sentido de que a convivência pública e notória, em regime de concubinato, dá direito à concessão de pensão por morte.
O incidente foi inadmitido pela Presidência Recursal.
A suscitante apresentou requerimento na forma do art. 15, §4º, do RI/TNU.
Relatados. Decido.
Em primeiro plano, verifica-se que a suscitante, com vistas a configurar a divergência, colaciona aresto da Turma Recursal de Santa Catarina, mas deixou de acostar aos autos a cópia do inteiro teor do respectivo julgado, requisito obrigatório à admissibilidade do recurso, conforme preceitua a Questão de Ordem nº 03.
Ademais, a divergência autorizativa do pedido de uniformização nacional de jurisprudência é a existente entre decisões que versem sobre questões de direito material proferidas por Turmas Recursais de diferentes Regiões ou em contrariedade à Súmula ou jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça e da Turma Nacional de Uniformização.
In casu, o incidente suscitado fundou-se em dissídio entre Turmas Recursais da mesma região, o que impede o conhecimento do presente incidente, por inadmissível como suscitado.
Pelo exposto, com fundamento no artigo 7º, inciso VI, do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização, não admito o incidente de uniformização.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 13 de abril de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº: 2008.71.50.027348-3
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: PAULO MELO DOS SANTOS
PROC./ADV.: RODRIGO BOLZANI E OUTRO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização suscitado por PAULO MELO DOS SANTOS, com fulcro no art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/01, em face de decisão da Segunda Turma Recursal da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul, a qual manteve sentença que julgou improcedente o pedido de revisão do benefício previdenciário mediante a inclusão do 13º salário no cálculo dos salários-de-contribuição considerados no período básico de cálculo da RMI, sob o entendimento de que o benefício previdenciário titularizado pela parte autora apresenta DIB posterior a 07.12.93¸ e que é indevida a inclusão da gratificação natalina ou 13º salário nos salários-de-contribuição considerados no período básico de cálculo de benefícios previdenciários, mesmo no regime anterior ao advento da Lei nº 8.870/94.
Alega a parte suscitante que a decisão combatida diverge do entendimento jurisprudencial do STJ, aduzindo, em síntese, que o 13º salário deve ser incluído no cálculo do salário-de-benefício, bem como ser indevido o cálculo em separado da citada exação previdenciária incidente sobre a gratificação natalina.
O incidente foi inadmitido e a parte apresentou requerimento, na forma do art. 15, § 4º, do RI/TNU.
Relatados. Decido.
Em análise aos autos, verifico que a divergência invocada pelo autor já foi objeto de apreciação pela Turma Nacional de Uniformização, a qual entendeu que, com o advento da Lei n.º 8.620/93, a tributação em separado da gratificação natalina restou permitida em lei, cujo fato inviabiliza o conhecimento de seu inconformismo, eis atrair a incidência do óbice estatuído no § 1º do artigo 15 do RI/TNU.
Não bastasse isso, a jurisprudência do STJ, no julgamento do EREsp n.º 442.781/PR pela Primeira Seção, na assentada de 14/11/2007, pacificou-se no sentido de que, após o início da vigência da Lei n.º 8.620/93, é legítimo o cálculo em separado da contribuição previdenciária sobre a gratificação natalina, verbis:
TRIBUTÁRIO. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA. DÉCIMO-TERCEIRO SALÁRIO. CÁLCULO EM SEPARADO.
1. Segundo entendimento do STJ, era indevido, no período de vigência da Lei 8.212/91, o cálculo em separado da contribuição previdenciária sobre a gratificação natalina em relação ao salário do mês de dezembro. Todavia, a Lei n.º 8.620/93 estabeleceu expressamente essa forma de cálculo em separado, que, portanto, passou a ser legítima a partir da sua vigência.
2. Embargos de divergência a que se nega provimento (EREsp n.º 442.781/PR, rel. Min. TEORI ALBINO ZAVASCKI, DJ de 10/12/2007, pág. 278).
Observa-se, assim, que a pacífica jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça é consonante com o decidido pela Turma Recursal, não havendo, portanto, divergência autorizativa para a admissão do incidente.
Pelo exposto, nos termos do artigo 7º, inciso VI, do RI/TNU, não admito o incidente de uniformização de jurisprudência.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 29 de março de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº: 2008.71.50.029341-0
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: VERA PADILHA DE AZEVEDO
PROC./ADV.: RODRIGO BOLZANI E OUTRO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização suscitado por VERA PADILHA DE AZEVEDO, com fulcro no art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/01, em face de decisão da Primeira Turma Recursal da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul, a qual manteve sentença que julgou improcedente o pedido de revisão do benefício previdenciário mediante a inclusão do 13º salário no cálculo dos salários-de-contribuição considerados no período básico de cálculo da RMI, sob o entendimento de que o benefício previdenciário titularizado pela parte autora apresenta DIB posterior a 07.12.93¸ e que é indevida a inclusão da gratificação natalina ou 13º salário nos salários-de-contribuição considerados no período básico de cálculo de benefícios previdenciários, mesmo no regime anterior ao advento da Lei nº 8.870/94.
Alega a parte suscitante que a decisão combatida diverge do entendimento jurisprudencial do STJ, aduzindo, em síntese, que o 13º salário deve ser incluído no cálculo do salário-de-benefício, bem como ser indevido o cálculo em separado da citada exação previdenciária incidente sobre a gratificação natalina.
O incidente foi inadmitido e a parte apresentou requerimento, na forma do art. 15, § 4º, do RI/TNU.
Relatados. Decido.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Em análise aos autos, verifico que a divergência invocada pela autora já foi objeto de apreciação pela Turma Nacional de Uniformização, a qual entendeu que, com o advento da Lei n.º 8.620/93, a tributação em separado da gratificação natalina restou permitida em lei, cujo fato inviabiliza o conhecimento de seu inconformismo, eis atrair a incidência do óbice estatuído no § 1º do artigo 15 do RI/TNU.
Não bastasse isso, a jurisprudência do STJ, no julgamento do EREsp n.º 442.781/PR pela Primeira Seção, na assentada de 14/11/2007, pacificou-se no sentido de que, após o início da vigência da Lei n.º 8.620/93, é legítimo o cálculo em separado da contribuição previdenciária sobre a gratificação natalina, verbis:
TRIBUTÁRIO. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA. DÉCIMO-TERCEIRO SALÁRIO. CÁLCULO EM SEPARADO.
1. Segundo entendimento do STJ, era indevido, no período de vigência da Lei 8.212/91, o cálculo em separado da contribuição previdenciária sobre a gratificação natalina em relação ao salário do mês de dezembro. Todavia, a Lei n.º 8.620/93 estabeleceu expressamente essa forma de cálculo em separado, que, portanto, passou a ser legítima a partir da sua vigência.
2. Embargos de divergência a que se nega provimento (EREsp n.º 442.781/PR, rel. Min. TEORI ALBINO ZAVASCKI, DJ de 10/12/2007, pág. 278).
Observa-se, assim, que a pacífica jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça é consonante com o decidido pela Turma Recursal, não havendo, portanto, divergência autorizativa para a admissão do incidente.
Pelo exposto, nos termos do artigo 7º, inciso VI, do RI/TNU, não admito o incidente de uniformização de jurisprudência.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 29 de março de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº: 2008.71.50.029351-2
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: ERNI NOBRE DOS SANTOS
PROC./ADV.: RODRIGO BOLZANI E OUTRO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização suscitado por ERNI NOBRE DOS SANTOS, com fulcro no art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/01, em face de decisão da Primeira Turma Recursal da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul, a qual manteve sentença que julgou improcedente o pedido de revisão do benefício previdenciário mediante a inclusão do 13º salário no cálculo dos salários-de-contribuição considerados no período básico de cálculo da RMI, sob o entendimento de que o benefício previdenciário titularizado pela parte autora apresenta DIB posterior a 07.12.93, e que é indevida a inclusão da gratificação natalina ou 13º salário nos salários-de-contribuição considerados no período básico de cálculo de benefícios previdenciários, mesmo no regime anterior ao advento da Lei nº 8.870/94.
Alega a parte suscitante que a decisão combatida diverge do entendimento jurisprudencial do STJ, aduzindo, em síntese, que o 13º salário deve ser incluído no cálculo do salário-de-benefício, bem como ser indevido o cálculo em separado da citada exação previdenciária incidente sobre a gratificação natalina.
O incidente foi inadmitido e a parte apresentou requerimento, na forma do art. 15, § 4º, do RI/TNU.
Relatados. Decido.
Em análise aos autos, verifico que a divergência invocada pelo autor já foi objeto de apreciação pela Turma Nacional de Uniformização, a qual entendeu que, com o advento da Lei n.º 8.620/93, a tributação em separado da gratificação natalina restou permitida em lei, cujo fato inviabiliza o conhecimento de seu inconformismo, eis atrair a incidência do óbice estatuído no § 1º do artigo 15 do RI/TNU.
Não bastasse isso, a jurisprudência do STJ, no julgamento do EREsp n.º 442.781/PR pela Primeira Seção, na assentada de 14/11/2007, pacificou-se no sentido de que, após o início da vigência da Lei n.º 8.620/93, é legítimo o cálculo em separado da contribuição previdenciária sobre a gratificação natalina, verbis:
TRIBUTÁRIO. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA. DÉCIMO-TERCEIRO SALÁRIO. CÁLCULO EM SEPARADO.
1. Segundo entendimento do STJ, era indevido, no período de vigência da Lei 8.212/91, o cálculo em separado da contribuição previdenciária sobre a gratificação natalina em relação ao salário do mês de dezembro. Todavia, a Lei n.º 8.620/93 estabeleceu expressamente essa forma de cálculo em separado, que, portanto, passou a ser legítima a partir da sua vigência.
2. Embargos de divergência a que se nega provimento (EREsp n.º 442.781/PR, rel. Min. TEORI ALBINO ZAVASCKI, DJ de 10/12/2007, pág. 278).
Observa-se, assim, que a pacífica jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça é consonante com o decidido pela Turma Recursal, não havendo, portanto, divergência autorizativa para a admissão do incidente.
Pelo exposto, nos termos do artigo 7º, inciso VI, do RI/TNU, não admito o incidente de uniformização de jurisprudência.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 29 de março de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº: 2008.71.50.029356-1
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: AIDA DOS SANTOS
PROC./ADV.: RODRIGO BOLZANI E OUTRO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização suscitado por AIDA DOS SANTOS, com fulcro no art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/01, em face de decisão da Primeira Turma Recursal da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul, a qual manteve sentença que julgou improcedente o pedido de revisão do benefício previdenciário mediante a inclusão do 13º salário no cálculo dos salários-de-contribuição considerados no período básico de cálculo da RMI, sob o entendimento de que o benefício previdenciário titularizado pela parte autora apresenta DIB anterior a 02.07.89.
Alega a parte suscitante que a decisão combatida diverge do entendimento jurisprudencial do STJ, aduzindo, em síntese, que o 13º salário deve ser incluído no cálculo do salário-de-benefício por ter sido concedido em 08.02.93, bem como ser indevido o cálculo em separado da citada exação previdenciária incidente sobre a gratificação natalina.
O incidente foi inadmitido e a parte apresentou requerimento, na forma do art. 15, § 4º, do RI/TNU.
Relatados. Decido.
Em análise aos autos, verifico que a divergência invocada pela autora já foi objeto de apreciação pela Turma Nacional de Uniformização, a qual entendeu que, com o advento da Lei n.º 8.620/93, a tributação em separado da gratificação natalina restou permitida em lei, cujo fato inviabiliza o conhecimento de seu inconformismo, eis atrair a incidência do óbice estatuído no § 1º do artigo 15 do RI/TNU.
Não obstante, restou assentado na decisão combatida que para os benefícios concedidos até 02.07.89, o 13º (décimo terceiro) salário não integrava o cálculo dos salários-de-contribuição consoante a disciplina da CLPS/60 (Lei n° 3.807/60), da CLPS/76 (Decreto n° 77.77/76), do Regulamento de Custeio de 1979 (Decreto n° 83.081/79, art. 41, § 1°, alínea 'a') e da CLPS/84 (Decreto n° 89.312/84, art. 136, inciso I), assim sendo, de se entrever aplicável à espécie a questão de ordem nº 13 da TNU, inviabilizando trânsito do presente pedido de uniformização.
Nessa linha, confira-se o seguinte precedente:
PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO NACIONAL. PREVIDENCIÁRIO. RURAL. CONDIÇÃO DE SEGURADO ESPECIAL. REGIME DE ECONOMIA FAMILIAR. MEMBRO DO GRUPO FAMILIAR URBANO. QUESTÃO DE ORDEM Nº 13. SÚMULA Nº 41.
1. Conforme a Questão de Ordem nº 13, "não cabe pedido de uniformização quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido".
2. Caso em que incide a Questão de Ordem nº 13, dada à existência de sintonia entre o entendimento adotado no acórdão recorrido e a Súmula nº 41 desta Turma Nacional, conforme a qual "a circunstância de um dos integrantes do núcleo familiar desempenhar atividade urbana não implica, por si só, a descaracterização do trabalhador rural como segurado especial, condição que deve ser analisada no caso concreto".
3. De qualquer forma, especificamente no presente caso a Turma Recursal de origem acabou entendendo que o marido da autora nem sequer tinha sido empregado urbano, pois seu vínculo era com uma fazenda na qual trabalhou a vida inteira.
4. Pedido de uniformização não conhecido. (PEDILEF nº 2007.38.00.740893-9, JUÍZA FEDERAL JACQUELINE MICHELS BILHALVA, 11/06/2010).
Em última análise, tem-se ainda que o pleito se mostra inadmissível, porquanto pretende-se o reexame de prova, com vistas à inversão da conclusão a que chegou a decisão impugnada.
Pelo exposto, nos termos do artigo 7º, inciso VI, do RI/TNU, não admito o incidente de uniformização de jurisprudência.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 29 de março de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº: 2008.71.51.002063-2
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE : INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): ERENILDA DE SOUZA VIANNA
PROC./ADV.: JOSÉ GREGÓRIO BOTOZELE

DECISÃO

O INSS suscita incidente de uniformização de jurisprudência dirigido à Turma Nacional de Uniformização, com fundamento no artigo 14, § 2º, da Lei nº 10.259/2001, em face da decisão da Primeira Turma Recursal da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul, que manteve a sentença, que entendeu que, tendo sido comprovado o labor em atividade rural e preenchido o requisito etário, a segurada faz jus à aposentadoria por idade.
Em seu pleito, o suscitante alega que o entendimento da Primeira Turma Recursal do Rio Grande do Sul diverge de orientação assente no STJ, no sentido de que o trabalhador rural, ao requerer a aposentadoria por idade, deverá comprovar o exercício de atividade rural, ainda que descontínua, no período imediatamente anterior ao requerimento do benefício (...).
O incidente foi inadmitido, e o suscitante apresentou requerimento na forma do art. 15, § 4º, do RI/TNU.
Relatado. Decido.
De início, verifica-se que o suscitante não demonstrou o dissenso jurisprudencial invocado, visto que se limitou a mencionar as ementas dos julgados que supostamente seriam paradigmáticos, sem, porém, realizar o necessário cotejo analítico entre o decisum hostilizado e os paradigmas citados, no sentido de trazer as circunstâncias fáticas e jurídicas que os identificam ou assemelham, conforme determina o artigo 13 do RI/TNU.
Tem-se, ademais, que, em última análise, cuida-se de pleito em que se visa ao reexame de prova, com consequente inversão da conclusão a que chegou o acórdão impugnado, na dimensão do conjunto probatório dos autos, mostrando-se manifestamente incabível o incidente de uniformização de jurisprudência suscitado.
Pelo exposto, com fundamento no artigo 7º, inciso VI, do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização, não admito o pedido de uniformização.
Publique-se. Intimem-se
Brasília, 12 de abril de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº: 2008.71.53.000157-6
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: ORACY NEGRI MONTIEL
PROC./ADV.: CARLOS BERKENBROCK E OUTRO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização suscitado por ORACY NEGRI MONTIEL, com fulcro no art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/01, em face de decisão da Primeira Turma Recursal da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul, a qual manteve sentença que julgou improcedente o pedido de revisão do benefício previdenciário mediante reflexos do reajuste do menor valor teto pelo INPC.
O requerente sustenta que a decisão combatida diverge de julgados do TRF da 4ª Região e do STJ.
O incidente foi inadmitido e a parte apresentou requerimento, nos moldes do art. 15, § 4º, do RI/TNU.
Relatados, decido.
A Lei nº 10.259/2001, em seu artigo 14, caput, ao especificar as hipóteses de cabimento do pedido de uniformização de interpretação de lei federal, expressamente dispõe que a divergência deve envolver questões de direito material, e seu § 2° estabelece que a divergência autorizativa do incidente é aquela entre decisões de turmas de diferentes regiões ou proferida em contrariedade à súmula ou jurisprudência dominante do STJ, não se prestando a tanto os arestos do Tribunal Regional Federal invocados pelo requerente.
Em relação ao julgado do STJ, o incidente também não reúne condições de avançar.
Com efeito, verifica-se que o suscitante não demonstrou o suposto dissídio jurisprudencial apontado, visto não ter realizado o necessário cotejo analítico entre o julgado hostilizado e o paradigma citado, no sentido de trazer as circunstâncias fáticas e jurídicas que os identificam ou assemelham, o que acaba por prejudicar a apreciação de seu intento, conforme determina o artigo 13 do RI/TNU.
Em ultima análise, tem-se que o requerente visa ao reexame de provas, com a consequente inversão a que chegou o acórdão impugnado, mostrando-se manifestamente incabível o incidente de uniformização suscitado.
Pelo exposto, com fundamento no artigo 7º, inciso VI, do RI/TNU, não admito o incidente de uniformização.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 29 de março de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº: 2008.71.58.002108-0
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: MARLISE THEREZINHA RIEGEL
PROC./ADV.: CARLOS BERKENBROCK E OUTRO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização suscitado por MARLISE THEREZINHA RIEGEL, com fulcro no art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/01, em face de decisão proferida pela Primeira Turma Recursal da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul que, reformando a sentença, julgou improcedente o pedido de revisão do benefício de aposentadoria especial mediante reflexos do reajuste do menor valor teto pelo INPC.
A requerente sustenta que a decisão combatida diverge de julgados do TRF da 4ª Região e do STJ.
O incidente foi inadmitido e a parte apresentou requerimento, nos moldes do art. 15, § 4º, do RI/TNU.
Relatados, decido.
A Lei nº 10.259/2001, em seu artigo 14, caput, ao especificar as hipóteses de cabimento do pedido de uniformização de interpretação de lei federal, expressamente dispõe que a divergência deve envolver questões de direito material, e seu § 2° estabelece que a divergência autorizativa do incidente é aquela entre decisões de turmas de diferentes regiões ou proferida em contrariedade à súmula ou jurisprudência dominante do STJ, não se prestando a tanto os arestos do Tribunal Regional Federal invocados pela requerente.
Em relação ao julgado do STJ, o incidente também não reúne condições de avançar.
Ao reformar a sentença de procedência do pedido, o acórdão combatido considerou que, apesar de o INSS não ter utilizado o INPC para correção do menor valor teto, na hipótese, não causou prejuízo aos segurados: a) aposentados entre maio de 1982 e dezembro de 1986; e b) aposentados entre março de 1987 e agosto de 1987. A

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

requerente teve implantando seu benefício em 01.03.85.
Dessa forma, tem-se que a requerente visa ao reexame de provas, com a consequente inversão a que chegou o acórdão impugnado, mostrando-se manifestamente incabível o incidente de uniformização suscitado.
Pelo exposto, com fundamento no artigo 7º, inciso VI, do RI/TNU, não admito o incidente de uniformização.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 29 de março de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº: 2008.71.58.009338-7
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: GESSI WICHINIESKI
PROC./ADV.: MARIA SILÉSIA PEREIRA E OUTRO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização suscitado por GESSI WICHINIESKI, com fulcro no art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/01, em face de decisão da Primeira Turma Recursal da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul que versando sobre pedido de reconhecimento e conversão de tempo especial em comum para fins de revisão de aposentadoria, em sede de embargos de declaração, assim entendeu:
Até a entrada em vigor da Lei nº 9.032/95, a atividade desenvolvida pelo segurado era considerada especial apenas observando-se a sua categoria profissional, existindo a presunção de insalubridade, penosidade ou periculosidade, em conformidade com o disposto nos anexos dos Decretos nº 53.831/64 e nº 83.080/79. Contudo, face à nova redação do artigo 57 da Lei 8.213/91, dada pela Lei 9.032/95, passou a ser necessária a comprovação real de exposição aos agentes nocivos sendo indispensável a apresentação de laudo pericial. Porém, aqueles segurados que desempenharam atividade considerada especial até o advento da última Lei podem comprovar tal aspecto observando a legislação respectivamente vigente à data do labor desenvolvido.
A suscitante alega divergência com julgados do Superior Tribunal de Justiça, que entende que é garantida a conversão, como especial, do tempo de serviço prestado em atividade profissional elencada como perigosa, insalubre ou penosa em rol expedido pelo Poder Executivo (Decretos nºs 53.831/64 e 83.080/79), antes da edição da Lei nº 9.032/95 (...). Assinala também que o trabalhador que tenha exercido atividades em condições especiais, mesmo que posteriores a maio de 1998, tem direito adquirido, protegido constitucionalmente, à conversão do tempo de serviço, de forma majorada, para fins de aposentadoria comum.
O incidente foi inadmitido e a parte apresentou requerimento, na forma do art. 15, § 4º, do RI/TNU.
Relatados. Decido.
Em relação à divergência jurisprudencial com julgados do STJ, essa não se observa, haja vista que os julgados paradigma trazem os mesmos entendimentos da decisão hostilizada, quais sejam: a) antes da Lei 9.032/95, havia a possibilidade de se reconhecer a atividade especial desenvolvida pelo segurado, apenas observando o enquadramento de sua categoria profissional nos anexos dos Decretos nº 53.831/64 e nº 83.080/79; e b) após a Lei 9.032/95, passou a ser necessária a comprovação real de exposição do segurado aos agentes nocivos sendo para tanto indispensável a apresentação de laudo pericial.
Tem-se, ademais, que, em última análise, cuida-se de pleito em que se visa ao reexame de prova, com consequente inversão da conclusão a que chegou o decisum impugnado, na dimensão do conjunto probatório dos autos, mostrando-se manifestamente incabível o incidente de uniformização de jurisprudência suscitado.
Pelo exposto, nos termos do artigo 7º, inciso VI, do RI/TNU, não admito o incidente de uniformização de jurisprudência.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 12 de abril de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº: 2008.71.58.011170-5
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: MARIA LUÍZA FONTES
PROC./ADV.: IMÍLIA DE SOUZA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização suscitado por MARIA LUÍZA FONTES, dirigido à Turma Nacional de Uniformização, com fundamento no art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/01, em face de decisão da Primeira Turma Recursal da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul, que manteve a sentença que não reconheceu a atividade especial no período pleiteado, haja vista que a suscitante estava exposta a ruído médio de 79,45 decibéis, o qual está abaixo do limite de tolerância estabelecido na legislação.
A suscitante alega divergência com julgados do STJ, aduzindo, em síntese, que as provas carreadas aos autos não foram devidamente valoradas. Assinala também que não se pode negar a especialidade quando o laudo técnico atesta que a função desenvolvida pela suscitante está exposta a ruído acima de 80 decibéis.
O incidente foi inadmitido e a parte apresentou requerimento, na forma do art. 15, § 4º, do RI/TNU.
Relatados. Decido.
Verifica-se que os arestos indicados como paradigma não guardam a devida similitude fática com a hipótese dos autos.
Com efeito, a decisão ora impugnada ao analisar as provas acostadas aos autos, afastou a especialidade da função desenvolvida pela suscitante, tendo em vista que ela estava exposta a ruído médio de 79,45 decibéis, esse considerado abaixo do limite de tolerância estabelecido na legislação. Já os arestos paradigma sustentam que não se configura ofensa à Súmula nº 07/STJ, a valoração da documentação apresentada que comprova a efetiva exposição do trabalhador a agentes prejudiciais a saúde.
Nesse sentido, já decidiu a Turma Nacional de Uniformização, litteris:
EMENTA PROCESSUAL CIVIL. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. AUSÊNCIA DE SIMILITUDE FÁTICO-JURÍDICA ENTRE OS ACÓRDÃOS RECORRIDO E PARADIGMÁTICO. NÃO CONHECIMENTO.
1. Não cabe pedido de uniformização de jurisprudência quando não existe similitude fático-jurídica entre os julgados em confronto.
2. Pedido de uniformização de jurisprudência não conhecido (PEDILEF 200737007005900, Rel. Juiz Federal JOÃO CARLOS MAYER SOARES, DJ de 22/05/09).
Tem-se, ademais, que, em última análise, cuida-se de pleito em que se visa ao reexame de prova, com consequente inversão da conclusão a que chegou o decisum impugnado, na dimensão do conjunto probatório dos autos, mostrando-se manifestamente incabível o incidente de uniformização de jurisprudência suscitado.
Pelo exposto, nos termos do artigo 7º, inciso VI, do RI/TNU, não admito o incidente de uniformização de jurisprudência.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 12 de abril de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº: 2008.71.60.001639-3
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): SIRLEI DE SOUZA CORREA
PROC./ADV.: ALINE STUTZBECHER MACHADO

DECISÃO

O INSS suscita incidente de uniformização de jurisprudência dirigido à Turma Nacional de Uniformização, com fundamento no artigo 14, § 2º, da Lei nº 10.259/2001, em face da decisão da Primeira Turma Recursal da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul, que manteve a sentença, que entendeu que, tendo sido comprovado o labor em atividade rural e preenchido o requisito etário, faz a segurada jus à aposentadoria por idade.
O suscitante alega que o entendimento da Primeira Turma Recursal do Rio Grande do Sul diverge da orientação assente no STJ, no sentido de que o trabalhador rural, ao requerer a aposentadoria por idade, deverá comprovar o exercício de atividade rural, ainda que descontínuo, no período imediatamente anterior ao requerimento do benefício (...).
O incidente foi inadmitido, e o suscitante apresentou requerimento na forma do art. 15, § 4º, do RI/TNU.
Relatados. Decido.
De início, verifica-se que o suscitante não demonstrou o dissenso jurisprudencial invocado, visto que se limitou a mencionar as ementas dos julgados, sem, porém, realizar o necessário cotejo analítico entre o decisum hostilizado e os paradigmas citados, no sentido de trazer as circunstâncias fáticas e jurídicas que os identificam ou assemelham, conforme determina o artigo 13 do RI/TNU.
Ademais, cuida-se de pleito em que se visa ao reexame de prova, com consequente inversão da conclusão a que chegou o acórdão impugnado, na dimensão do conjunto probatório dos autos, mostrando-se manifestamente incabível o incidente de uniformização de jurisprudência suscitado.
Pelo exposto, com fundamento no artigo 7º, inciso VI, do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização, não admito o pedido de uniformização.
Publique-se. Intimem-se
Brasília, 12 de abril de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº: 2008.71.61.000893-9
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): MARGA VOESE
PROC./ADV.: ALEXANDRE GIEHL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização suscitado pelo INSS, dirigido à Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência, com fundamento no art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/01, em face de decisão proferida pela Primeira Turma Recursal da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul, que manteve sentença de procedência do pedido de aposentadoria rural por idade, por considerar devidamente comprovada a condição de rurícola.
Opostos embargos de declaração, os mesmos foram rejeitados.
Alega divergência com julgado do STJ, aduzindo, em síntese, que o início de prova material, de acordo com a interpretação sistemática da lei, é aquele feito mediante documentos que comprovem o exercício da atividade nos períodos a serem contados, devendo ser contemporâneos dos fatos a comprovar, indicando, ainda, o período e a função exercida pelo trabalhador.
O incidente foi inadmitido, e a parte apresentou requerimento, na forma do art. 15, § 4º, do RI/TNU.
Relatados. Decido.
A decisão colegiada, ora hostilizada, manteve sentença de procedência do pedido, ao entendimento de que:
A documentação coligida aos autos é contundente quanto ao labor rurícola desempenhado pelo grupo familiar, mormente as certidões de casamento e de nascimento, documentos dotados de fé pública, e as notas e contranotas, referentes à comercialização de produtos agrícolas, de modo a comprovar o labor rurícola nos períodos postulados.
Consentâneos com o início de prova material produzido pela parte autora, são os depoimentos prestados durante a justificação administrativa pelas testemunhas Claudino Hoff e Célio Inácio Regert (doc. "PROCADM1").
À vista do excerto supratranscrito, verifica-se que a decisão vergastada fundou-se na prova apresentada pela parte autora da sua condição de segurada especial, pois confirmado o tempo de serviço rural alegado, conclusão que, como se sabe, é insuscetível de revisão em sede de incidente de uniformização de jurisprudência, a teor do entendimento sedimentado na Súmula n. 7/STJ, aqui aplicável por analogia.
Frente ao exposto, com fulcro no artigo 7º, inciso VI, do RI/TNU, não admito o presente incidente de uniformização de jurisprudência.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 11 de maio de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº: 2008.71.62.001250-2
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: LOURENÇO MASIERO
PROC./ADV.: CARLOS BERKENBROCK E OUTRO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização suscitado por LOURENÇO MASIERO, com fulcro no art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/01, em face de decisão proferida pela Primeira Turma Recursal da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul que, reformando a sentença, julgou improcedente o pedido de revisão do benefício de aposentadoria especial mediante reflexos do reajuste do menor valor teto pelo INPC.
O requerente sustenta que a decisão combatida diverge de julgados do TRF da 4ª Região e do STJ.
O incidente foi inadmitido e a parte apresentou requerimento, nos moldes do art. 15, § 4º, do RI/TNU.
Relatados, decido.
A Lei nº 10.259/2001, em seu artigo 14, caput, ao especificar as hipóteses de cabimento do pedido de uniformização de interpretação de lei federal, expressamente dispõe que a divergência deve envolver questões de direito material, e seu § 2° estabelece que a divergência autorizativa do incidente é aquela entre decisões de turmas de diferentes regiões ou proferida em contrariedade à súmula ou jurisprudência dominante do STJ, não se prestando a tanto os arestos do Tribunal Regional Federal invocados pelo requerente.
Em relação ao julgado do STJ, o incidente também não reúne condições de avançar.
Ao reformar a sentença, o acórdão combatido considerou que, apesar de o INSS não ter utilizado o INPC para correção do menor valor teto, na hipótese, não causou prejuízo aos segurados: a) aposentados entre maio de 1982 e dezembro de 1986; e b) aposentados entre março de 1987 e agosto de 1987. O requerente teve implantando seu benefício em 18.04.85.
Dessa forma, tem-se que o requerente visa ao reexame de provas, com a consequente inversão a que chegou o acórdão impugnado, mostrando-se manifestamente incabível o incidente de uniformização suscitado.
Pelo exposto, com fundamento no artigo 7º, inciso VI, do RI/TNU, não admito o incidente de uniformização.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 29 de março de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº: 2008.71.66.000832-7
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
PETICIONANTE: TERESA OLIVEIRA SEVERO
PROC./ADV.: FLÁVIA DAVILA PORTILHO
PETICIONÁRIO (A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DECISÃO

TERESA OLIVEIRA SEVERO junta pedido de antecipação de tutela de concessão de benefício assistencial a idoso. Aponta que a Turma Recursal manteve sentença de procedência do pedido.
Ocorre que, nos termos do art. 8º, inciso VII, do RI/TNU, apenas o relator possui competência para deferir liminares ou cautelares.
Assim, determino a imediata distribuição do feito.
Publique-se. Intime-se.
Brasília, 29 de abril de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

PROCESSO Nº: 2008.72.64.001798-2
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: BRUNO FOLMER
PROC./ADV.: WILLYAN ROWER SOARES
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização suscitado por BRUNO FOLMER, com fulcro no art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/01, em face de decisão da Primeira Turma Recursal da Seção Judiciária de Santa Catarina, a qual manteve a sentença na parte em que julgou improcedente o pedido de modificação da data de início do benefício para 10.06.1996, sob o fundamento de que:
(...)
Com efeito, houve uma modificação na data de início do benefício, que passou a ser, genericamente, a data do requerimento, para as aposentadorias por velhice, especial e por tempo de serviço. A partir de 1º de janeiro de 1981 o então INPS deveria seguir essa orientação legal.
Entretanto, essa hipótese teve curta duração, uma vez que a Lei 6.950/81, publicada em 6.11.1981, voltou a tratar o tema conforme vigorava anteriormente, a saber:
(...)
Ressalte-se que as regras aplicáveis à concessão dos benefícios são as vigentes na data em que são implementados os requisitos para a sua concessão. Por sua vez, as disposições gerais da Lei nº 8.213/91, dentre as quais a que dispensa o desligamento do emprego como condição para a concessão da aposentadoria, retroagem apenas até 5.4.1991 (art. 145 da Lei 8.213/91), não alcançando os benefícios requeridos em data anterior.
(...)
No caso dos autos, a DIB do benefício revisando não se encontra compreendida entre 1º/01/1981 e 30/11/1981.
O pedido de retroação da DIB à DER é, portanto, improcedente.
Incabível a aplicação do IRSM de fevereiro de 1994, pois no período básico de cálculo utilizado para a concessão do benefício de aposentadoria por tempo de contribuição, não há contribuições anteriores a março de 1994, como determina a Súmula nº 3 da TRSC.
Sustenta o suscitante divergência com julgados do STJ e de Tribunal Regional Federal, aduzindo, em síntese, que o cálculo da renda mensal inicial deve ser aplicada a legislação vigente à época do preenchimento dos requisitos para a aposentadoria.
O incidente foi inadmitido e a parte apresentou requerimento, na forma do art. 15, § 4º, do RI/TNU.
Relatados. Decido.
De início, verifico que inadmissível o presente pleito no que se refere à suposta dissidência com os julgados do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, apontados como paradigmas, restando, pois, inobservado o ditame do § 2º do art. 14 da Lei nº 10.259/2001, pelo qual o pedido de uniformização será fundado em divergência entre decisões de turmas de diferentes regiões ou da proferida em contrariedade a súmula ou jurisprudência dominante do STJ (...) (g.n.).
Quanto ao mais, verifica-se que não há divergência entre a decisão hostilizada e os julgados do STJ colacionados nas razões recursais do suscitante, senão vejamos.
A Turma Recursal da Seção Judiciária de Santa Catarina, ao considerar a data de início do benefício em 18/11/1998, entendeu que somente é cabível a revisão do benefício com a tese jurídica apresentada na inicial, para os benefícios concedidos entre 1.1.1981 e 30.11.1981, e asseverou que as regras aplicáveis à concessão dos benefícios são as vigentes na data em que são implementados os requisitos para a sua concessão. No mesmo sentido, os julgados do STJ colacionados pelo suscitante aduzem que o cálculo da renda mensal inicial da aposentadoria por tempo de serviço, se mais vantajoso que aquele efetuado à época do requerimento administrativo do benefício, deve observar os parâmetros vigorantes à época em que o segurado reuniu todos os requisitos necessários para obtê-la.
Tais as razões expendidas, com fundamento no artigo 7º, inciso VI, do RI/TNU, não admito o incidente de uniformização.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 31 de março de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO N.º: 2008.83.00.505874-0
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
REQUERENTE: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR: PROCURADORIA GERAL DA FAZENDA NACIONAL
REQUERIDO(A): FATIMA GOMES PEREIRA
ADVOGADO(A): ANA CARLA GUEDES BELFORT

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização de jurisprudência suscitado pela FAZENDA NACIONAL, com fundamento no art. 14, § 2.º, da Lei n.º 10.259/2001, em face da decisão da Turma Recursal da Seção Judiciária de Pernambuco, segundo a qual, a pretensão deduzida na presente ação de repetição de indébito tributário, no que se refere aos fatos geradores ocorridos antes do início da vigência da Lei Complementar n.º 118/2005, se sujeita a um prazo prescricional de dez anos, por aplicação da regra dos cinco mais cinco.
A Fazenda Nacional pugna pela aplicação da prescrição qüinqüenal, argumentando que a citada lei complementar teria fixado definitivamente o prazo em cinco anos, ao fazer a interpretação autêntica do art. 168, inc. I, do Código Tributário Nacional. Sustenta que há divergência de interpretação entre a decisão da Turma Recursal e o entendimento do Superior Tribunal de Justiça, manifestado no AgRg nos Edcl no REsp n.º 855.565/SP, Segunda Turma, DJe de 15/2/2008.
O incidente foi admitido pela Presidência da Turma.
Relatados, decido.
A decisão impugnada, ao contrário do incidente de uniformização, alinha-se com a jurisprudência do STJ e da TNU a respeito da questão aqui versada, como se verifica a partir do exame dos seguintes precedentes:
1. O princípio da irretroatividade impõe a aplicação da LC 118, de 9 de fevereiro de 2005, aos pagamentos indevidos realizados após a sua vigência e não às ações propostas posteriormente ao referido diploma legal, posto norma referente à extinção da obrigação e não ao aspecto processual da ação correspectiva.
2. O advento da LC 118/05 e suas conseqüências sobre a prescrição, do ponto de vista prático, implica dever a mesma ser contada da seguinte forma: relativamente aos pagamentos efetuados a partir da sua vigência (que ocorreu em 09.06.05), o prazo para a repetição do indébito é de cinco a contar da data do pagamento; e relativamente aos pagamentos anteriores, a prescrição obedece ao regime previsto no sistema anterior, limitada, porém, ao prazo máximo de cinco anos a contar da vigência da lei nova.
3. Isto porque a Corte Especial declarou a inconstitucionalidade da expressão "observado, quanto ao art. 3º, o disposto no art. 106, I, da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional", constante do artigo 4º, segunda parte, da Lei Complementar 118/2005 (AI nos ERESP 644736/PE, Relator Ministro Teori Albino Zavascki, julgado em 06.06.2007).
(...omissis...)
6. Desta sorte, ocorrido o pagamento antecipado do tributo após a vigência da aludida norma jurídica, o dies a quo do prazo prescricional para a repetição/compensação é a data do recolhimento indevido.
7. In casu, insurge-se o recorrente contra a prescrição qüinqüenal determinada pelo Tribunal a quo, pleiteando a reforma da decisão para que seja determinada a prescrição decenal, sendo certo que não houve menção, nas instância ordinárias, acerca da data em que se efetivaram os recolhimentos indevidos, mercê de a propositura da ação ter ocorrido em 27.11.2002, razão pela qual forçoso concluir que os recolhimentos indevidos ocorreram antes do advento da LC 118/2005, por isso que a tese aplicável é a que considera os 5 anos de decadência da homologação para a constituição do crédito tributário acrescidos de mais 5 anos referentes à prescrição da ação.
8. Impende salientar que, conquanto as instâncias ordinárias não tenham mencionado expressamente as datas em que ocorreram os pagamentos indevidos, é certo que os mesmos foram efetuados sob a égide da LC 70/91, uma vez que a Lei 9.430/96, vigente a partir de 31/03/1997, revogou a isenção concedida pelo art. 6º, II, da referida lei complementar às sociedades civis de prestação de serviços, tornando legítimo o pagamento da COFINS.
9. Recurso especial provido, nos termos da fundamentação expendida.
Acórdão submetido ao regime do art. 543-C do CPC e da Resolução STJ 08/2008 (REsp 1.002.932/SP, Rel. Ministro LUIZ FUX, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 25/11/2009, DJe de 18/12/2009).
"I - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. ERRO NA DECISÃO EMBARGADA, QUE DETERMINARA A SUSPENSÃO DO PROCESSO. EMBARGOS PROVIDOS PARA O PROSSEGUIMENTO DO JULGAMENTO.
II - TRIBUTÁRIO. IMPOSTO DE RENDA. NÃO INCIDENCIA SOBRE ABONO PECUNIÁRIO DE FÉRIAS, POR SUA NATUREZA INDENIZATÓRIA.
III - APONTE DE DIVERGÊNCIA ENTRE O ACÓRDÃO RECORRIDO E JULGADOS DO STJ, DA TNU E DE TURMA RECURSAL DO MATO GROSSO NO QUE SE REFERE À PRESCRIÇÃO.
IV - INCIDENTE NÃO CONHECIDO EM RELAÇÃO AO PARADIGMA DO STJ, NOS TERMOS DA QUESTÃO DE ORDEM Nº 05 DA TNU.
V - RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO EM RELAÇÃO ÀS APONTADAS DIVERGÊNCIAS DE ACÓRDÃOS DA TNU E DA TURMA MATOGROSSENSE, EIS QUE JÁ UNIFORMIZADA A MATÉRIA NO ÂMBITO DA TNU, NOS TERMOS DA QUESTÃO DE ORDEM Nº 13.
VI - A INTERPRETAÇÃO DA PRESCRIÇÃO VINDA COM O ART. 3° DA LEI COMPLEMENTAR N° 118/2005 APLICA-SE AOS PAGAMENTOS EFETUADOS, E NÃO ÀS AÇÕES AJUIZADAS, A PARTIR DO INÍCIO DA SUA VIGÊNCIA. PRECEDENTES DO STJ E DA TNU.
VII - PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO PARCIALMENTE CONHECIDO E, NESTA PARTE, DESPROVIDO" (Processo 20067050000766, Relator Juiz Federal MANOEL ROLIM CAMPBELL PENNA, DJU de 5/3/2010).
Ante o exposto, com esteio no art. 7.º, inc. VII, alínea 'b', do RI/TNU, NEGO SEGUIMENTO ao incidente.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 25 de março de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO N.º: 2009.51.51.003794-0
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
REQUERENTE: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR: PROCURADORIA GERAL DA FAZENDA NACIONAL
REQUERIDO : NITHIANANDA BARROSO ROCHA
ADVOGADO : NÃO CONSTITUÍDO

DECISÃO

A FAZENDA NACIONAL suscita incidente de uniformização de jurisprudência dirigido à Turma Nacional de Uniformização, com fundamento no art. 14, § 2°, da Lei n° 10.259/2001, em face de decisão proferida por Turma Recursal da Seção Judiciária do Rio de Janeiro, segundo a qual a contribuição previdenciária dos servidores públicos estatutários não incide sobre o adicional de um terço de férias.
Alega divergência com julgado do STJ que adota entendimento em sentido diverso.
O incidente não foi admitido pela Presidência da Turma Recursal.
A suscitante apresentou requerimento na forma do art. 15, § 4º, do RI/TNU.
Relatados. Decido.
A Primeira Seção do Superior Tribunal de Justiça, revendo posicionamento anterior, para alinhar-se à jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, firmou a orientação de que não incide contribuição previdenciária sobre o terço constitucional de férias, dada a natureza indenizatória dessa verba. Nesse sentido:
TRIBUTÁRIO E PREVIDENCIÁRIO - EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA - CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA - TERÇO CONSTITUCIONAL DE FÉRIAS - NATUREZA JURÍDICA - NÃO-INCIDÊNCIA DA CONTRIBUIÇÃO - ADEQUAÇÃO DA JURISPRUDÊNCIA DO STJ AO ENTENDIMENTO FIRMADO NO PRETÓRIO EXCELSO.
1. A Primeira Seção do STJ considera legítima a incidência da contribuição previdenciária sobre o terço constitucional de férias. Precedentes.
2. Entendimento diverso foi firmado pelo STF, a partir da compreensão da natureza jurídica do terço constitucional de férias, considerado como verba compensatória e não incorporável à remuneração do servidor para fins de aposentadoria.
3. Realinhamento da jurisprudência do STJ, adequando-se à posição sedimentada no Pretório Excelso.
4. Embargos de divergência providos (EREsp 956.289/RS, Rel. Ministra ELIANA CALMON, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 28/10/2009, DJe de 10/11/2009).
TRIBUTÁRIO E PREVIDENCIÁRIO - INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA DAS TURMAS RECURSAIS DOS JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS - CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA - TERÇO CONSTITUCIONAL DE FÉRIAS - NATUREZA JURÍDICA - NÃO-INCIDÊNCIA DA CONTRIBUIÇÃO - ADEQUAÇÃO DA JURISPRUDÊNCIA DO STJ AO ENTENDIMENTO FIRMADO NO PRETÓRIO EXCELSO.
1. A Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais firmou entendimento, com base em precedentes do Pretório Excelso, de que não incide contribuição previdenciária sobre o terço constitucional de férias.
2. A Primeira Seção do STJ considera legítima a incidência da contribuição previdenciária sobre o terço constitucional de férias.
3. Realinhamento da jurisprudência do STJ à posição sedimentada no Pretório Excelso de que a contribuição previdenciária não incide sobre o terço constitucional de férias, verba que detém natureza indenizatória e que não se incorpora à remuneração do servidor para fins de aposentadoria.
4. Incidente de uniformização acolhido, para manter o entendimento da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais, nos termos acima explicitados (Pet 7.296/PE, Rel. Ministra ELIANA CALMON, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 28/10/2009, DJe de 10/11/2009).
Coerente com essa orientação, a Turma Nacional firmou entendimento nesse sentido:
PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DA INTERPRETAÇÃO DE LEI FEDERAL. CONHECIMENTO. CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS. NÃO INCIDÊNCIA SOBRE O TERÇO CONSTITUCIONAL DO SERVIDOR PÚBLICO. Conhece-se em parte do pedido de uniformização, em estando demonstrado o dissídio jurisprudencial entre o acórdão da Turma Recursal de origem e a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, acerca de tema de direito material. Na dicção do Supremo Tribunal Federal: a) as verbas sobre as quais incidirem contribuições sociais devem repercutir sobre os benefícios previdenciários (artigos 40, § 12, e 201, § 11, da CF/88, na redação dada pela EC 20/98); b) o terço constitucional de férias não se incorpora ao salário, para fins de repercussão sobre benefícios previdenciários; c) logo, sobre tais verbas não podem incidir contribuições sociais. Interpretação das disposições da Leis n.º 9.783, de 28-01-99, e 10.887, de 18-06-2004, em sintonia com esse entendimento (PU 200785005057424, Rel. Juiz Federal ÉLIO WANDERLEY DE SIQUEIRA FILHO, julgamento em 28/5/2009, DJU de 08/1/2010).
Ante o exposto, com esteio no artigo 7º, inciso VI, do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização e na Questão de Ordem n.º 13/TNU, não admito o incidente de uniformização.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 22 de março de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO N.º: 2009.51.51.003818-0
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
REQUERENTE: DILMA NAFFAH
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDA : CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
ADVOGADOS: CARLOS ALEXANDRE DUARTE PISCO E OUTROS

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização de jurisprudência suscitado por DILMA NAFFAH, com fundamento no artigo 14, § 2º, da Lei nº 10.259/2001, em face da decisão da Primeira Turma Recursal dos Juizados da Seção Judiciária do Rio de Janeiro que deu parcial provimento ao recurso da Caixa Econômica Federal para reconhecer à autora o direito às diferenças de correção monetária decorrentes dos expurgos inflacionários registrados no Plano Collor I, de acordo com

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

cálculos elaborados pela contadoria judicial, os quais não incluem o expurgo de 84,32% do mês de março de 1990.
Alega a suscitante divergência com julgados do STJ: REsp n.º 1.070.252/SP, AgRg no Ag n.º 1.136.590/SP, REsp n.º 538.969/RJ e REsp n.º 178.290/SP.
O incidente foi inadmitido pela Presidência da Turma Recursal.
A suscitante apresentou requerimento na forma do art. 15, § 4º, do RI/TNU.
Relatados. Decido.
Entendo que está, em princípio, configurado o dissídio alegado.
Pelo exposto, nos termos do artigo 7º, inciso VI, do RI/TNU, admito o incidente de uniformização de jurisprudência.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 24 de março de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO N.º: 2009.51.51.003944-4
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
REQUERENTE: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR: PROCURADORIA GERAL DA FAZENDA NACIONAL
REQUERIDO : NELSSINA DOS SANTOS
ADVOGADO : NÃO CONSTITUÍDO

DECISÃO

A FAZENDA NACIONAL suscita incidente de uniformização de jurisprudência dirigido à Turma Nacional de Uniformização, com fundamento no art. 14, § 2°, da Lei n° 10.259/2001, em face de decisão proferida por Turma Recursal da Seção Judiciária do Rio de Janeiro, segundo a qual a contribuição previdenciária dos servidores públicos estatutários não incide sobre o adicional de um terço de férias.
Alega divergência com julgado do STJ que adota entendimento em sentido diverso.
O incidente não foi admitido pela Presidência da Turma Recursal.
A suscitante apresentou requerimento na forma do art. 15, § 4º, do RI/TNU.
Relatados. Decido.
A Primeira Seção do Superior Tribunal de Justiça, revendo posicionamento anterior, para alinhar-se à jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, firmou a orientação de que não incide contribuição previdenciária sobre o terço constitucional de férias, dada a natureza indenizatória dessa verba. Nesse sentido:
TRIBUTÁRIO E PREVIDENCIÁRIO - EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA - CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA - TERÇO CONSTITUCIONAL DE FÉRIAS - NATUREZA JURÍDICA - NÃO-INCIDÊNCIA DA CONTRIBUIÇÃO - ADEQUAÇÃO DA JURISPRUDÊNCIA DO STJ AO ENTENDIMENTO FIRMADO NO PRETÓRIO EXCELSO.
1. A Primeira Seção do STJ considera legítima a incidência da contribuição previdenciária sobre o terço constitucional de férias. Precedentes.
2. Entendimento diverso foi firmado pelo STF, a partir da compreensão da natureza jurídica do terço constitucional de férias, considerado como verba compensatória e não incorporável à remuneração do servidor para fins de aposentadoria.
3. Realinhamento da jurisprudência do STJ, adequando-se à posição sedimentada no Pretório Excelso.
4. Embargos de divergência providos (EREsp 956.289/RS, Rel. Ministra ELIANA CALMON, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 28/10/2009, DJe de 10/11/2009).
TRIBUTÁRIO E PREVIDENCIÁRIO - INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA DAS TURMAS RECURSAIS DOS JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS - CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA - TERÇO CONSTITUCIONAL DE FÉRIAS - NATUREZA JURÍDICA - NÃO-INCIDÊNCIA DA CONTRIBUIÇÃO - ADEQUAÇÃO DA JURISPRUDÊNCIA DO STJ AO ENTENDIMENTO FIRMADO NO PRETÓRIO EXCELSO.
1. A Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais firmou entendimento, com base em precedentes do Pretório Excelso, de que não incide contribuição previdenciária sobre o terço constitucional de férias.
2. A Primeira Seção do STJ considera legítima a incidência da contribuição previdenciária sobre o terço constitucional de férias.
3. Realinhamento da jurisprudência do STJ à posição sedimentada no Pretório Excelso de que a contribuição previdenciária não incide sobre o terço constitucional de férias, verba que detém natureza indenizatória e que não se incorpora à remuneração do servidor para fins de aposentadoria.
4. Incidente de uniformização acolhido, para manter o entendimento da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais, nos termos acima explicitados (Pet 7.296/PE, Rel. Ministra ELIANA CALMON, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 28/10/2009, DJe de 10/11/2009).
Coerente com essa orientação, a Turma Nacional firmou entendimento nesse sentido:
PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DA INTERPRETAÇÃO DE LEI FEDERAL. CONHECIMENTO. CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS. NÃO INCIDÊNCIA SOBRE O TERÇO CONSTITUCIONAL DO SERVIDOR PÚBLICO. Conhece-se em parte do pedido de uniformização, em estando demonstrado o dissídio jurisprudencial entre o acórdão da Turma Recursal de origem e a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, acerca de tema de direito material. Na dicção do Supremo Tribunal Federal: a) as verbas sobre as quais incidirem contribuições sociais devem repercutir sobre os benefícios previdenciários (artigos 40, § 12, e 201, § 11, da CF/88, na redação dada pela EC 20/98); b) o terço constitucional de férias não se incorpora ao salário, para fins de repercussão sobre benefícios previdenciários; c) logo, sobre tais verbas não podem incidir contribuições sociais. Interpretação das disposições da Leis n.º 9.783, de 28-01-99, e 10.887, de 18-06-2004, em sintonia com esse entendimento (PU 200785005057424, Rel. Juiz Federal ÉLIO WANDERLEY DE SIQUEIRA FILHO, julgamento em 28/5/2009, DJU de 08/1/2010).
Ante o exposto, com esteio no artigo 7º, inciso VI, do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização e na Questão de Ordem n.º 13/TNU, não admito o incidente de uniformização.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 22 de março de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO N°: 2009.51.51.006551-0
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
REQUERENTE: SIMONE FERREIRA DO ESPÍRITO SANTO
ADVOGADA : NÁDIA OLIVEIRA PEGADO
REQUERIDA : FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE
PROCURADOR: PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização de jurisprudência suscitado por SIMONE FERREIRA DO ESPÍRITO SANTO, dirigido à Turma Nacional de Uniformização, com fundamento no artigo 14, § 2º, da Lei n.º 10.259/2001, em face da decisão da Primeira Turma Recursal da Seção Judiciária do Rio de Janeiro, que manteve sentença de improcedência do pedido de pagamento de diferenças relativas ao pretendido reajustamento da chamada indenização de campo, com base no art. 16 da Lei n.º 8.216/91 e no art. 15 da Lei 8.270/91.
A suscitante alega, em síntese, que a indenização de campo deve ser sempre reajustada na mesma data e percentuais que as diárias. Invoca a divergência em face de julgados do STJ e das Turmas Recursais da 1.ª Região.
O incidente não foi admitido pela Presidência da Turma Recursal.
Há requerimento de novo exame da admissibilidade, fundado no art. 15, § 4.º do RITNU.
Relatados. Decido.
Com relação ao tema discutido neste incidente, a Turma Nacional de Uniformização já teve oportunidade de manifestar entendimento com o qual se alinha a decisão ora impugnada. É ver:
"ADMINISTRATIVO. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO. INDENIZAÇÃO DE CAMPO. FUNASA. DIÁRIA. ADICIONAL. REAJUSTAMENTO. INOCORRÊNCIA. DECRETOS NºS 5.554/2005, 5.992/2006 E 6.258/2007.
1. Deve prevalecer a exegese emprestada pela Turma Recursal do Espírito Santo ao alcance do Decreto nº 5.554/2005, que não resultou em reajustamento do valor das diárias dos servidores da FUNASA, a justificar a majoração da indenização de campo paga aos mesmos. Aplica-se o mesmo raciocínio aos Decretos nºs 5.992/2006 e 6.258/2007.
2. Ocorre que os referidos Decretos apenas efetuaram modificações no rol de destinos que importavam no pagamento de adicional de 50% (cinqüenta por cento), já previsto na legislação, antes conferido ao servidor, somente, quando ele se deslocava para cidades de população superior a 200.000 (duzentos mil) habitantes.
3. Pedido de uniformização conhecido e provido". (TNU Processo n.º 200735007140489, Relator JUIZ FEDERAL ÉLIO WANDERLEY DE SIQUEIRA FILHO, DJU de 16/1/2008).
Posto isso, com esteio nos artigos 7.º, VI, e 15, § 1.º,do RI/TNU, não admito o incidente.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 23 de março de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº: 2009.51.51.008301-9
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
REQUERENTE: CELINA MOURA DOS SANTOS
PROC./ADV.: CARLOS BERKENBROCK
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização suscitado por CELINA MOURA DOS SANTOS, dirigido à Turma Nacional de Uniformização, com fulcro no art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/01, em face de decisão da Primeira Turma Recursal da Seção Judiciária do Rio de Janeiro que manteve a sentença de improcedência do pedido de revisão de benefício previdenciário, fundado no art. 29, II, da Lei 8.213/91, a fim de que correspondesse à média de 80% dos maiores salários-de-contribuição apurados no período básico de cálculo.
A suscitante alega, em síntese, que há divergência entre a decisão impugnada e o entendimento das Turmas Recursais dos JEFs de Santa Catarina, no seguinte sentido:
"Para os benefícios previdenciários de aposentadoria por invalidez, auxílio-doença e auxílio-acidente, concedidos após a vigência da lei n.º 9.876/99, o salário-de-benefício consistirá na média aritmética simples dos maiores salários-de-contribuição correspondentes a 80% de todo o período contributivo, independentemente da data de filiação ao RGPS e do número de contribuições mensais no período contributivo".
O incidente foi inadmitido, e a parte apresentou requerimento, na forma do art. 15, § 4º, do RI/TNU.
Relatados. Decido.
Estando, em princípio, configurada a divergência jurisprudencial alegada, admito o incidente, com fulcro no art. 7º, inciso VI, do RI/TNU.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 08 de abril de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº: 2009.51.51.014132-9
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
REQUERENTE: FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL DA FAZENDA NACIONAL
REQUERIDO (A): ARISTIDES DE OLIVEIRA FILHO
PROC./ADV.: ENZO GARCIA PAPPACENA

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização suscitado pela FAZENDA NACIONAL, dirigido à Turma Nacional de Uniformização, com fulcro no art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/01, em face de decisão da Turma Recursal da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul que, reconhecendo o prazo prescricional de 10 anos, manteve a sentença que julgou procedente o pedido de repetição de indébito da contribuição para o Fundo de Saúde Militar.
A suscitante alega que a decisão combatida diverge de julgados do STJ, segundo os quais, a contribuição em tela é tributo cujo lançamento se aperfeiçoa de ofício, de modo que, em questão de prescrição, o prazo é qüinqüenal, e deve ser contado da data de extinção do crédito tributário.
O incidente foi inadmitido, e a parte apresentou requerimento, na forma do art. 15, § 4º, do RI/TNU.
Relatados. Decido.
Ao julgar o REsp 1.086.382/RS, sob o regime do art. 543-C, do CPC, a Primeira Seção do Superior Tribunal de Justiça, em 14.04.2010, reiterou o entendimento de que a contribuição ao FUSEX constitui tributo sujeito a lançamento de ofício, descontado diretamente no contra cheque do servidor militar pelo órgão pagador, não havendo qualquer participação do sujeito passivo da relação jurídico-tributária na constituição do crédito fiscal, e que, portanto, o prazo prescricional a ser aplicado às ações de repetição de indébito relativas à contribuição ao FUSEX é o quinquenal, nos termos do art. 168, I, do CTN (Rel. Min. LUIZ FUX, PRIMEIRA SEÇÃO, DJe de 26/04/2010).
Estando, em princípio, configurada a divergência jurisprudencial alegada, admito o incidente, com fulcro no art. 7º, inciso VI, do RI/TNU.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 29 de março de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº: 2009.51.51.018283-6
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
REQUERENTE: MARIA IMACULADA PRATES LIMA
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização suscitado por MARIA IMACULADA PRATES LIMA, com fulcro no art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/01, em face de decisão da Segunda Turma Recursal da Seção Judiciária do Rio de Janeiro que assim entendeu:
PREVIDENCIÁRIO. AUXÍLIO-DOENÇA / APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. LAUDO PERICIAL. CAPACIDADE COMPROVADA POR LAUDO. SENTENÇA DE IMPROCEDÊNCIA MANTIDA.
- Recurso interposto pela parte autora em face de sentença de fls. 44 que julgou improcedente o pedido de restabelecimento de auxílio-doença/aposentadoria por invalidez.
- Laudo pericial de fls. 39/42 que concluí que a parte autora não encontra-se incapaz para o trabalho. Sentença baseada na conclusão de laudo judicial, que não merece questionamento.
- Recurso conhecido e não provido.
- Sem condenação em honorários advocatícios, por ser a parte recorrente beneficiária da gratuidade de justiça às fls. 44.
A suscitante alega divergência com julgados dos TRFs da 2ª Região e do Superior Tribunal de Justiça, aduzindo, em síntese, que o magistrado não fica adstrito ao laudo médico pericial, quando da valoração das provas, mormente quando este se distancia da realidade social e de outros fatores que determinam a incapacidade do segurado.
O incidente foi inadmitido e a parte apresentou requerimento, na forma do art. 15, § 4º, do RI/TNU.
Relatados. Decido.
Primeiramente, cumpre observar que a divergência autorizadora do pedido de uniformização de jurisprudência dirigido à TNU é aquela fundada entre decisões de turmas de diferentes regiões ou da proferida em contrariedade a súmula ou jurisprudência dominante do STJ, sendo, portanto, incabível o pedido com fundamento em dissídio com Tribunais Regionais Federais ou Turmas Recursais da mesma Região.
Tem-se, ademais, que, em última análise, cuida-se de pleito em que se visa ao reexame de prova, com consequente inversão da conclusão a que chegou o decisum impugnado, na dimensão do conjunto probatório dos autos, mostrando-se manifestamente incabível o incidente de uniformização de jurisprudência suscitado.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Pelo exposto, nos termos do artigo 7º, inciso VI, do RI/TNU, não admito o incidente de uniformização de jurisprudência.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 6 de abril de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº: 2009.51.51.018899-1
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
REQUERENTE: OSMARINA FERREIRA DE SOUSA NUNES
PROC./ADV.: NADIA OLIVEIRA PEGADO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização suscitado por OSMARINA FERREIRA DE SOUSA NUNES, com fulcro no art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/01, dirigido à Turma Nacional de Uniformização, em face de decisão proferida pela Segunda Turma Recursal da Seção Judiciária do Rio de Janeiro que, reformando a sentença, negou o pedido de concessão de auxílio-doença, em razão de a incapacidade ser preexistente ao reingresso da autora no RGPS.
A suscitante afirma que a decisão combatida diverge do entendimento de Turmas Recursais de outras regiões e da TNU, segundo os quais, a vedação aos benefícios de incapacidade, por se cuidar de enfermidades pré-existentes, somente prevaleceria quando se tratasse da 1ª (primeira) filiação e não, na hipótese de reingresso no sistema.
O incidente foi inadmitido, e a parte apresentou requerimento, na forma do art. 15, § 4º, do RI/TNU.
Relatados. Decido.
Estando, em princípio, configurada a divergência jurisprudencial alegada, admito o incidente, com fulcro no art. 7º, inciso VI, do RI/TNU.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 14 de abril de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO N.º: 2009.51.51.023475-7
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
AGRAVANTE: SOLANGE LINS GOMES E OUTRO
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
AGRAVADA : CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
ADVOGADO : THIAGO LINHARES PAIM COSTA

DECISÃO

SOLANGE LINS GOMES E OUTRO interpõem agravo regimental contra decisão que negou admissão ao incidente de uniformização suscitado com fundamento no artigo 14, § 2º, da Lei nº 10.259/2001, em face da decisão da Primeira Turma Recursal dos Juizados da Seção Judiciária do Rio de Janeiro que manteve sentença de indeferimento da petição inicial em ação visando correção do saldo da caderneta de poupança, visto que os autores deixaram de juntar os extratos da conta, mesmo depois de intimados a fazê-lo.
A decisão agravada concluiu que o incidente suscitado se fundou em questão processual, qual seja, o indeferimento da petição inicial em razão da falta de juntada de documentos essenciais ao processo, a impedir o conhecimento do pedido de uniformização.
Os agravantes invocam entendimento da TNU segundo o qual cabe à parte autora, como prova do fato constitutivo do seu direito, apresentar documento que demonstre a existência e titularidade da conta de poupança. À instituição financeira caberá, em inversão do ônus da prova, apresentar os extratos bancários relativos à conta mencionada, no período a que se referem os expurgos pretendidos.
A meu ver, o agravo não infirma os fundamentos da decisão agravada.
À distribuição.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 13 de abril de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº: 2009.51.51.036717-4
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
REQUERENTE: JOSÉ IVAN DA SILVA
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO(A) : INSS
PROC./ADV(A): PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DECISÃO

JOSÉ IVAN DA SILVA suscita incidente de uniformização de jurisprudência dirigido à Turma Nacional de Uniformização, com base no artigo 14, § 2°, da Lei n.° 10.259/2001, em face da decisão proferida pela Primeira Turma Recursal do Rio de Janeiro, que entendeu ser inviável a desaposentação no Regime Geral de Previdência Social para fins de aproveitamento do tempo de contribuição anterior para uma nova aposentadoria neste mesmo regime.
O requerente alega divergência com julgados do STJ, cuja orientação é no sentido de ser possível a renúncia a aposentadoria para fins de concessão de novo benefício, seja no mesmo regime ou em regime diverso.
Inadmitido o incidente, o suscitante apresentou requerimento na forma do art. 15, § 4º, do RI/TNU.
Relatados, decido.
Estando, em princípio, configurada a divergência jurisprudencial alegada, admito o incidente, com esteio no art. 7º, inciso VI, do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 12 de abril de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº: 2009.51.51.037964-4
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
REQUERENTE: ROSÁLIO BENTO ALEXANDRE
PROC./ADV. : DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO (A) : INSS
PROC./ADV (A): PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DECISÃO

ROSÁLIO BENTO ALEXANDRE suscita incidente de uniformização de jurisprudência dirigido à Turma Nacional de Uniformização, com base no artigo 14, § 2°, da Lei n.° 10.259/2001, em face da decisão proferida pela Primeira Turma Recursal do Rio de Janeiro, que entendeu ser inviável a desaposentação no Regime Geral de Previdência Social para fins de aproveitamento do tempo de contribuição anterior para uma nova aposentadoria neste mesmo regime.
O requerente alega divergência com julgados dos Tribunais Regionais Federais da 1ª e 3ª Regiões e do STJ, aduzindo, em síntese, que deve ser reconhecido o seu direito a desaposentação, visto não haver óbice no ordenamento jurídico. Assinala também que, no caso de renúncia à aposentadoria, não há que falar em restituição de valores anteriormente percebidos.
Inadmitido o incidente, o suscitante apresentou requerimento na forma do art. 15, § 4º, do RI/TNU.
Relatados, decido.
A divergência autorizadora do pedido de uniformização de jurisprudência dirigido à TNU é aquela fundada entre decisões de turmas de diferentes regiões ou da proferida em contrariedade a súmula ou jurisprudência dominante do STJ, sendo, portanto, incabível o pedido com fundamento em dissídio com Tribunais Regionais Federais ou Turmas Recursais da mesma Região.
Verifica-se também que o suscitante não demonstrou o dissenso jurisprudencial invocado, visto que se limitou a mencionar os julgados do STJ que supostamente seriam paradigmáticos, sem, porém, realizar o necessário cotejo analítico entre o julgado hostilizado e os paradigmas citados, no sentido de trazer as circunstâncias fáticas e jurídicas que os identificam ou assemelham, conforme determina o artigo 13 do RI/TNU.
Pelo exposto, com fundamento no artigo 7º, inciso VI, do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização, não admito o incidente de uniformização de jurisprudência.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 12 de abril de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº: 2009.51.54.000063-3
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV: PROCURADORIA GERAL FEDERAL
REQUERIDO (A): MARIA APARECIDA DE BRITO
PROC./ADV.: ROSANA LOPES ALMEIDA

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização de jurisprudência suscitado pelo INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS à Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais, com fundamento no artigo 14, § 2º, da Lei nº 10.259/2001, em face de decisum de Turma Recursal da Seção Judiciária do Rio de Janeiro, que proveu recurso inominado da ora recorrida, determinando o restabelecimento do benefício de auxílio doença desde a data da cessação administrativa.
Asseverou-se que nas hipóteses em que não se possa estipular a data de início da incapacidade, cuja causa seja a mesma doença aferida pelo perito, deve a DIB ser a data da cessação do pagamento.
Sustenta o requerente divergência com julgados do STJ e da Turma Nacional de Uniformização, no sentido de que é devido o pagamento do benefício somente a partir da juntada do laudo pericial que confirma a incapacidade, quando o perito não foi capaz de atestar a data de início da incapacidade.
O incidente não foi admitido pela Presidência da Turma Recursal, o que deu ensejo ao requerimento de sua remessa à TNU, nos termos do art. 15, § 4.º, do RI/TNU.
Relatados. Decido.
A Primeira Turma Recursal da Seção Judiciária do Rio de Janeiro condenou o INSS a implementar o benefício de aposentadoria por invalidez, desde a data da cessação administrativa do benefício, mesmo o laudo pericial não tendo atestado o início da incapacidade, enquanto que o STJ, divergentemente, entende que a data do início do benefício, quando o perito não pode precisar a data exata, deve ser a da perícia em juízo.
Pelo exposto, com fundamento no artigo 7º, inciso VI, do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização, admito o incidente de uniformização de jurisprudência.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 14 de abril de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº: 2009.70.50.005960-8
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: SANDRA REGINA CARNIERI
PROC./ADV.: JONAS BORGES
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização suscitado por SANDRA REGINA CARNIERI, com fulcro no art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/01, dirigido à Turma Nacional de Uniformização, em face de decisão da Segunda Turma Recursal da Seção Judiciária do Paraná que manteve a sentença de improcedência do pedido de aposentadoria por invalidez, ou do restabelecimento do auxílio-doença.
Alega o suplicante que a decisão combatida diverge de julgado da Turma Recursal de Mato Grosso, sustentando caracterizado cerceamento de defesa a existência de laudo pericial permeado de contradições onde, apresentados quesitos complementares pela autora, estes foram indeferidos.
O incidente foi inadmitido e a parte apresentou requerimento, na forma do art. 15, § 4º, do RI/TNU.
Relatados, decido.
O incidente não reúne condições de avançar, porquanto, a Lei nº 10.259/2001, em seu artigo 14, ao tratar sobre o cabimento do pedido de uniformização de interpretação de lei federal, impõe, para o conhecimento da divergência, que a questão versada seja de direito material.
No mesmo sentido, o artigo 6º do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização prevê a competência da Turma Nacional para processar e julgar o incidente de uniformização de interpretação de lei federal, desde que trate sobre questões de direito material.
Nestes termos, a divergência autorizativa do pedido de uniformização de jurisprudência é a existente entre decisões que versem sobre questões de direito material proferidas por Turmas Recursais de diferentes Regiões ou em contrariedade à Súmula ou jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça.
No caso em questão, o incidente suscitado está fundado em questão processual, qual seja, a existência de cerceamento de defesa, em razão do indeferimento de intimação do perito acerca de quesitos complementares.
Frente ao exposto, no termos do art. 7º, inciso VI, do RI/TNU, não admito o presente incidente de uniformização de jurisprudência.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 13 de abril de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº: 2009.70.51.000568-2
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: RUTH DORINI MARAFON
PROC./ADV.: ANTONIO CAMARGO JUNIOR
REQUERIDO(A): CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
PROC./ADV.: ELAINE GARCIA MONTEIRO PEREIRA

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização de jurisprudência suscitado por RUTH DORINI MARAFON, dirigido à Turma Nacional de Uniformização, com base no artigo 14, § 2º, da Lei n.º 10.259/01, contra decisão proferida pela Primeira Turma Recursal da Seção Judiciária do Paraná que, reformando a sentença, afastou a condenação da Caixa Econômica Federal ao pagamento de juros remuneratórios de maneira não contemplada na sentença da Ação Civil Pública n.º 98.0016021-3 ajuizada pela Associação Paranaense de Defesa do Consumidor (APADECO).
Alega a requerente que a decisão combatida diverge de julgados do TRF da 4ª Região, segundo os quais, tendo a APADECO requerido os juros remuneratórios somente dos meses de junho de 1987 e janeiro de 1989, o ajuizamento de nova ação requerendo o pagamento dos juros remuneratórios dos demais meses não afronta a coisa julgada, bem como de julgado do STJ que sustenta que a preliminar de coisa julgada pressupõe identidade de ações, não ocorrente na espécie, onde diversas as causas de pedir e os pedidos.
O incidente foi inadmitido, e a parte apresentou requerimento, na forma do art. 15, § 4º, do RI/TNU.
Relatados. Decido.
O incidente não merece avançar.
Inicialmente cumpre ressaltar que a Lei nº 10.259/2001, em seu artigo 14, caput, ao especificar as hipóteses de cabimento do pedido de uniformização de interpretação de lei federal, expressamente dispõe que a divergência deve envolver questões de direito material, e seu § 2° estabelece que a divergência autorizativa do incidente é aquela entre decisões de turmas de diferentes regiões ou proferida em contrariedade à súmula ou jurisprudência dominante do STJ, não se prestando a tanto os arestos do Tribunal Regional Federal invocado pela requerente.
No tocante ao julgado do STJ, além de retratar situação diversa daquela deduzida no presente feito, a irresignação não tem como prosseguir, pois a Lei n.º 10.259/2001, em seu artigo 14, caput, ao especificar as hipóteses de cabimento do pedido de uniformização de interpretação de lei federal, expressamente, dispõe que a divergência na interpretação deve envolver questões de direito material.
Nestes termos, a divergência autorizativa do pedido de uniformização de jurisprudência é a existente entre decisões que versem sobre questões de direito material proferidas por Turmas Recursais de diferentes Regiões ou em contrariedade à Súmula ou jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça.
No caso em apreço, o incidente suscitado aborda questão eminentemente processual, pois a verificação da existência de coisa julgada requer cotejo entre a presente ação e a mencionada ação civil pública

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

a fim de se averiguar se há ou não entre elas coincidência de partes, causas de pedir, e pedidos, elementos indissociavelmente ligados às regras do processo.
Frente ao exposto, com fulcro no art. 7º, inciso VI, do RI/TNU, não admito o presente incidente.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 21 de março de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº: 2009.70.51.001225-0
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: MARIA LUIZA VIEIRA FRANCO SCARPIM
PROC./ADV.: ROBSON PERIN
REQUERIDO(A): CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
PROC./ADV.: DANIELA PAZINATTO

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização suscitado por MARIA LUIZA VIEIRA FRANCO SCARPIM, com fulcro no art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/01, em face de decisão da Turma Recursal da Seção Judiciária do Paraná, a qual indeferiu o pleito aos juros remuneratórios sobre diferenças de correção monetária em saldos de caderneta de poupança, em razão da limitação constante do título exeqüendo proveniente de ação civil pública.
Alega a suscitante divergência com julgados do Superior Tribunal de Justiça, aduzindo, em síntese, que tem direito à cobrança de juros remuneratórios em ação autônoma, pois que não ocorreu a coisa julgada.
O incidente foi inadmitido e a parte apresentou requerimento, na forma do art. 15, § 4º, do RI/TNU.
Relatados. Decido.
A Lei nº 10.259/2001, em seu artigo 14, caput, ao especificar as hipóteses de cabimento do pedido de uniformização de interpretação de lei federal, expressamente, dispõe que a divergência na interpretação deve envolver questões de direito material.
Nestes termos, a divergência autorizativa do pedido de uniformização de jurisprudência é a existente entre decisões que versem sobre questões de direito material proferidas por Turmas Recursais de diferentes Regiões ou em contrariedade à Súmula ou jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça.
No caso em questão, o incidente suscitado se fundou em questão processual, qual seja, a ocorrência ou não de coisa julgada, o que impede o conhecimento do presente incidente, por inadmissível como especificado.
Pelo exposto, nos termos do artigo 7º, inciso VI, do RI/TNU, não admito o incidente de uniformização de jurisprudência.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 12 de abril de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº: 2009.70.51.001689-8
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: LAUDELINA RODRIGUES MAROZ
PROC./ADV.: ANTONIO CAMARGO JUNIOR
REQUERIDO(A): CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
PROC./ADV.: DANIELA PAZINATTO

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização suscitado por LAUDELINA RODRIGUES MAROZ, com fulcro no art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/01, em face de decisão da Turma Recursal da Seção Judiciária do Paraná, a qual indeferiu o pleito aos juros remuneratórios sobre diferenças de correção monetária em saldos de caderneta de poupança, em razão da limitação constante do título exeqüendo proveniente de ação civil pública.
Alega a suscitante divergência com julgados do Superior Tribunal de Justiça, aduzindo, em síntese, que tem direito à cobrança de juros remuneratórios em ação autônoma, pois que não ocorreu a coisa julgada.
O incidente foi inadmitido e a parte apresentou requerimento, na forma do art. 15, § 4º, do RI/TNU.
Relatados. Decido.
A Lei nº 10.259/2001, em seu artigo 14, caput, ao especificar as hipóteses de cabimento do pedido de uniformização de interpretação de lei federal, expressamente, dispõe que a divergência na interpretação deve envolver questões de direito material.
Nestes termos, a divergência autorizativa do pedido de uniformização de jurisprudência é a existente entre decisões que versem sobre questões de direito material proferidas por Turmas Recursais de diferentes Regiões ou em contrariedade à Súmula ou jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça.
No caso em questão, o incidente suscitado se fundou em questão processual, qual seja, a ocorrência ou não de coisa julgada, o que impede o conhecimento do presente incidente, por inadmissível como especificado.
Pelo exposto, nos termos do artigo 7º, inciso VI, do RI/TNU, não admito o incidente de uniformização de jurisprudência.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 12 de abril de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº: 2009.70.51.003060-3
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: FABIANA LUZ DA SILVA
PROC./ADV.: WILSON LUIZ DE PAULA E OUTROS
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização suscitado por FABIANA LUZ DA SILVA, dirigido à Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência, com fundamento no art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/01, em face de decisão da Segunda Turma Recursal da Seção Judiciária do Paraná que manteve a sentença de improcedência do pedido de concessão de auxílio-doença ou de aposentadoria por invalidez à autora, sob o entendimento de não ser suficiente ser portador do vírus HIV.
A requerente sustenta que a decisão combatida diverge de julgados de outras Turmas Recursais, bem como da TNU, no sentido de que o portador do vírus HIV recebe tratamento diferenciado, e encontra uma forte rejeição social, sendo devido o benefício pleiteado.
O incidente foi inadmitido, e a parte apresentou requerimento, na forma do art. 15, § 4º, do RI/TNU.
Relatados. Decido.
Estando, em princípio, configurada a divergência jurisprudencial alegada, admito o incidente, com fulcro no art. 7º, inciso VI, do RI/TNU.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 12 de abril de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº: 2009.70.53.000465-8
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: RAUL CYRILLOS DOS SANTOS
ADVOGADO : ROBSON PERIN
REQUERIDA : CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
ADVOGADA : BEATRIZ FONSECA DONATO

DECISÃO

RAUL CYRILLOS DOS SANTOS suscita incidente de uniformização de jurisprudência dirigido à Turma Nacional de Uniformização, com base no artigo 14, § 2º, da Lei n.º 10.259/01, contra decisão colegiada proferida pela Segunda Turma Recursal da Seção Judiciária do Paraná, que manteve sentença de improcedência do pedido de condenação da Caixa Econômica Federal ao pagamento de juros remuneratórios de caderneta de poupança, na forma de complemento de valores recebidos em execução de sentença proferida nos autos da Ação Civil Pública n.º 98.0016021-3 ajuizada pela Associação Paranaense de Defesa do Consumidor (APADECO).
Alega o requerente haver divergência com julgados do c. Superior Tribunal de Justiça, dos quais se destaca o seguinte, verbis:
Ação civil pública. Caderneta de poupança. Diferenças. Execução de sentença. Juros remuneratórios.
1. Não há como incluir na execução juros remuneratórios em relação a todo o período objeto de cobrança, tendo em vista que a sentença executada, com trânsito em julgado, deferiu a incidência daqueles, apenas, nos dois meses em que houve remuneração menor que a devida nas cadernetas de poupança, isto é, em junho de 1987 e em janeiro de 1989.
2. Recurso especial conhecido e provido (REsp n.º 815.831/PR, Rel. Min. ARI PARGENDLER, Rel. p/ Acórdão Min. CARLOS ALBERTO MENEZES DIREITO, DJ de 12/02/2007, p. 244).
Sustenta, em síntese, que a controvérsia cinge-se ao exame da existência ou não de coisa julgada a obstar a pretensão do requerente diante do que decidido na ação civil pública acima citada.
O incidente foi inadmitido pela Presidência da 2ª Turma Recursal do Paraná.
O suscitante apresentou requerimento nos moldes do artigo 15, § 4º, do RI/TNU.
Relatados. Decido.
A irresignação não tem como prosseguir, pois a Lei n.º 10.259/2001, em seu artigo 14, caput, ao especificar as hipóteses de cabimento do pedido de uniformização de interpretação de lei federal, expressamente, dispõe que a divergência na interpretação deve envolver questões de direito material.
Nestes termos, a divergência autorizativa do pedido de uniformização de jurisprudência é a existente entre decisões que versem sobre questões de direito material proferidas por Turmas Recursais de diferentes Regiões ou em contrariedade à Súmula ou jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça.
No caso em apreço, o incidente suscitado aborda questão eminentemente processual, pois a verificação da existência de coisa julgada requer cotejo entre a presente ação e a mencionada ação civil pública a fim de se averiguar se há ou não entre elas coincidência de partes, causas de pedir, e pedidos, elementos indissociavelmente ligados às regras do processo.
Tais as razões expendidas, com arrimo no artigo 7º, inciso VI, do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização, não admito o presente incidente de uniformização.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, DF, 18 de março de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº: 2009.70.53.001931-5
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: ANA LÚCIA RODRIGUES GONÇALVES
PROC./ADV.: ALEXANDRE BACELAR PERARO E OUTRA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização suscitado por ANA LÚCIA RODRIGUES GONÇALVES, dirigido à Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência, com fundamento no art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/01, em face de decisão da Segunda Turma Recursal da Seção Judiciária do Paraná que manteve a sentença de improcedência do pedido de concessão de auxílio-doença ou de aposentadoria por invalidez, em razão da ausência dos requisitos necessários.
A requerente sustenta que a decisão combatida não se ateve aos fundamentos por ela expendidos, que apontam com elementos de conteúdo probatório pela contrariedade do resultado do inteiro teor do laudo judicial, que teve seu resultado final em verdadeiro descompasso e frontal contrariedade aos exames radiológicos que comprovam o comprometimento do quadro clínico da parte, afirmando divergência com julgados das Turmas Recursais do Mato Grosso e de Goiás.
O incidente foi inadmitido, e a parte apresentou requerimento, na forma do art. 15, § 4º, do RI/TNU.
Relatados. Decido.
O incidente não reúne condições de avançar.
Verifica-se que, em última análise, cuida-se de pleito em que se visa ao reexame de prova, com consequente inversão da conclusão a que chegou o acórdão impugnado, na dimensão do conjunto probatório dos autos, mostrando-se manifestamente incabível o incidente de uniformização de jurisprudência suscitado.
Frente ao exposto, com fulcro no art. 7º, inciso VI, do RI/TNU, não admito o presente incidente de uniformização.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 12 de abril de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº: 2009.70.57.000747-6
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: MARIA SALETE ALVES
PROC./ADV.: MARCELO PEREIRA DA SILVA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização suscitado por MARIA SALETE ALVES, dirigido à Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência, com fundamento no art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/01, em face de decisão da Turma Recursal Suplementar da Seção Judiciária do Paraná que, reformando a sentença, julgou improcedente o pedido de pensão por morte, sob o fundamento de que não restou comprovada a atividade rural do de cujus como segurado especial, em razão da escassez documental e de a prova oral não ter sido convincente.
A requerente alega divergência com julgados do STJ, aduzindo, em síntese, que considerada a condição desigual experimentada pelo trabalhador volante ou bóia-fria nas atividades rurais, é de se adotar a solução pro misero para reconhecer como razoável prova material o documento novo, ainda que preexistente à propositura da ação originária.
O incidente foi inadmitido, e a parte apresentou requerimento, na forma do art. 15, § 4º, do RI/TNU.
Relatados. Decido.
In casu, verifica-se que a requerente visa ao reexame de prova, com consequente inversão da conclusão a que chegou o acórdão impugnado, na dimensão do conjunto probatório dos autos, mostrando-se manifestamente incabível o incidente de uniformização de jurisprudência suscitado.
Por fim, a suscitante não demonstrou o dissenso jurisprudencial invocado, visto não ter realizado o necessário cotejo analítico entre o julgado hostilizado e os paradigmas citados, no sentido de trazer as circunstâncias fáticas e jurídicas que os identificam ou assemelham, conforme determina o artigo 13 do RI/TNU, conformando-se em transcrever ementas dos julgados, as quais não servem para demonstração da divergência.
Frente ao exposto, com fulcro no artigo 7º, inciso VI, do RI/TNU, não admito o presente incidente de uniformização de jurisprudência
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 08 de abril de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº: 2009.70.57.001223-0
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE : IRACI ANA BARTINIK
PROC./ADV.: ALYNE CLARETE ANDRADE DEROSSO E OUTROS
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DECISÃO

IRACI ANA BARTINIK suscita incidente de uniformização de jurisprudência dirigido à Turma Nacional de Uniformização, com espeque no artigo 14, § 2º, da Lei n.º 10.259/2001, contra decisão colegiada da Segunda Turma Recursal da Seção Judiciária do Paraná - 4ª Região, que manteve a sentença que julgou procedente pedido de aposentadoria por idade rural à postulante, com base no seguinte entendimento:
No caso do presente feito, no entanto, verifica-se que o marido da autora está aposentado por tempo de contribuição desde 1999 (recebendo atualmente a importância de R$ 1.039,71), além de continuar exercendo atividade de caráter urbano, auferindo mensalmente cerca

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

de um salário mínimo.
O conjunto probatório, portanto ,é insuficiente para formar um juízo seguro acerca da indisponibilidade da atividade rural da autora no período de carência, como bem ponderado na decisão recorrida. Ademais, conforme se extrai do depoimento pessoal prestado em juízo, a autora esteve afastada das lides rurais de 1999 a 2003, período em que estava residindo em Brusque-SC e chegou a desempenhar atividades laborais na condição de costureira.
Nesse contexto, não é razoável supor que o trabalho rural da autora fosse, de fato, indispensável à subsistência do grupo familiar. Frente à renda do salário somada à aposentadoria de seu marido, e conjugado o fato de a autora ter se afastado do labor rurícola por 4 (quatro) anos durante o período de carência, é crível que a atividade rural da autora apenas complementasse a renda da família.
Alega a suplicante haver divergência com julgados da Turma Nacional de Uniformização e do STJ, aduzindo, em síntese, que o vínculo urbano de membro da família não afasta a qualidade de segurada especial para a obtenção de aposentadoria rural por idade e que o labor individual na lavoura tem previsão legal. Assinala ainda que quando laborava em regime de economia familiar, já havia cumprido o período de carência para a concessão do referido benefício.
O incidente foi inadmitido, e a autora apresentou requerimento nos termos do artigo 15, § 4º, do RI/TNU.
Relatados. Decido.
Não demonstrou a requerente o dissenso jurisprudencial alegado, posto que não procedeu ao indispensável cotejo analítico entre o acórdão recorrido e os paradigmas trazidos à colação (RI/TNU, art. 13).
No mais, verifica-se que o pleito visa ao reexame de prova, com consequente inversão da conclusão a que chegou o acórdão impugnado, na dimensão do conjunto probatório dos autos, mostrando-se manifestamente incabível o incidente de uniformização.
Tais as razões expendidas, com arrimo no artigo 7º, inciso VI, do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização, não admito o presente incidente de uniformização.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília (DF), 12 de abril de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº: 2009.72.51.002225-8
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: JOSÉ MIGUEL PAULI
PROC./ADV.: CARLOS BERKENBROCK E OUTROS
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização suscitado por JOSÉ MIGUEL PAULI, dirigido à Turma Nacional de Uniformização, com fundamento no art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/01, em face de decisão da Primeira Turma Recursal da Seção Judiciária de Santa Catarina, que entendeu que a atividade de vigia/vigilante somente tem caráter especial quando o segurado efetivamente portar arma de fogo em serviço.
O suscitante alega divergência com julgado da Primeira Turma Recursal de São Paulo que aduz que é indispensável o porte de arma de fogo à equiparação da atividade de vigilante à de guarda, elencada no item 2.5.7 do anexo III do Decreto nº 53.831/64.
O incidente foi inadmitido, e a parte apresentou requerimento, na forma do art. 15, § 4º, do RI/TNU.
Relatados. Decido.
Em relação à divergência jurisprudencial apontada, essa não se observa, haja vista que o julgado paradigma traz o mesmo entendimento da decisão hostilizada, qual seja a necessidade de que haja o porte de arma de fogo para que a atividade de vigia possa ser equiparada à de guarda e seja reconhecida como especial.
Tem-se, ademais, que, em última análise, cuida-se de pleito em que se visa ao reexame de prova, com consequente inversão da conclusão a que chegou o decisum impugnado, na dimensão do conjunto probatório dos autos, mostrando-se manifestamente incabível o incidente de uniformização de jurisprudência suscitado.
Pelo exposto, nos termos do artigo 7º, inciso VI, do RI/TNU, não admito o incidente de uniformização de jurisprudência.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 12 de abril de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº: 2009.72.52.003808-1
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: JURACI SHINAIDER
PROC./ADV.: FABIANA ROBERTA MATTANA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização suscitado por JURACI SHINAIDER, com fulcro no art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/01, em face de decisão da Segunda Turma Recursal da Seção Judiciária de Santa Catarina que, confirmando a sentença, julgou improcedente o pedido de pensão por morte, sob o fundamento de que o falecido já havia perdido a condição de segurado quando do início da incapacidade.
Sustenta a suscitante divergência com julgado de Tribunal Regional Federal, da TNU e do STJ, aduzindo, em síntese, que comprovada a doença incapacitante de segurado que causou a cessão involuntária do pagamento das contribuições ao INSS, faz jus à pensão por morte o cônjuge.
O incidente foi inadmitido e a parte apresentou requerimento, na forma do art. 15, § 4º, do RI/TNU.
Relatados. Decido.
Primeiramente, cumpre registrar que acórdão proveniente do Tribunal Regional Federal da 3ª Região não serve como paradigma para o presente incidente, vez que o artigo 14, § 2°, da Lei n.° 10.259/2001 somente admite o pedido de uniformização de jurisprudência quando houver divergência entre decisões de Turmas Recursais de diferentes regiões ou em contrariedade a súmula ou jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça, estando os TRFs excluídos de seu rol.
Quanto aos demais, verifica-se que os arestos da TNU e do STJ não guardam a devida similitude fática com a hipótese dos autos.
Com efeito, a decisão ora impugnada consignou que, na hipótese dos autos, não haveria que se aplicar a tese da Súmula 416/STJ ao falecido, pois quando da incapacidade já perdera a qualidade de segurado, portanto, correto o deferimento pela autarquia (DER em março/2006) de benefício assistencial, sendo que os paradigmas se limitam a mencionar que o segurado que deixa de contribuir por período superior a doze meses, em virtude de males incapacitantes, não perde a qualidade de segurado.
Em última análise, tem-se ainda que o pleito se mostra inadmissível, porquanto pretende-se o reexame de prova, com vistas à inversão da conclusão a que chegou a decisão impugnada.
Tais as razões expendidas, com fundamento no artigo 7º, inciso VI, do RI/TNU, não admito o incidente de uniformização.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 08 de abril de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº: 2009.72.55.002233-6
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: JAIRO GARTNER
PROC./ADV.: CARLOS BERKENBROCK
REQUERIDO(A): FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL DA FAZENDA NACIONAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização suscitado por JAIRO GARTNER, com fulcro no art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/01, em face de decisão da Segunda Turma Recursal da Seção Judiciária de Santa Catarina, a qual manteve sentença que extinguiu o processo sem resolução de mérito por meio do qual o autor buscava a restituição de valores indevidos cobrados a título de imposto de renda quando de sua rescisão contratual, sob o fundamento de ausência de interesse processual por adequação.
Alega o suscitante haver divergência com julgados de Turma Recursal de São Paulo, do STJ e de Tribunais Regionais Federais, aduzindo, em síntese, que as verbas percebidas pelo empregado a título de compensação pela renúncia a um direito, com as decorrentes de adesão a plano de demissão incentivada, possuem natureza indenizatória, razão pela qual não são passíveis de incidência de imposto de renda.
O incidente foi inadmitido e a parte apresentou requerimento, na forma do art. 15, § 4º, do RI/TNU.
Relatados. Decido.
A Lei nº 10.259/2001, em seu artigo 14, caput, ao especificar as hipóteses de cabimento do pedido de uniformização de interpretação de lei federal, expressamente, dispõe que a divergência na interpretação deve envolver questões de direito material.
Nestes termos, a divergência autorizativa do pedido de uniformização de jurisprudência é a existente entre decisões que versem sobre questões de direito material proferidas por Turmas Recursais de diferentes Regiões ou em contrariedade à Súmula ou jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça.
No caso em questão, o incidente suscitado se fundou em questão processual, qual seja, a extinção do processo sem julgamento de mérito, pois considerou a parte autora carecedora da ação, o que impede o conhecimento do presente incidente, por inadmissível como especificado.
Pelo exposto, com fundamento no artigo 7º, inciso VI, do RI/TNU, não admito o incidente de uniformização.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 28 de março de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº: 2010.51.51.004661-0
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
REQUERENTE: LIA DE SOUZA PINHEIRO DE BRITO
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização suscitado por LIA DE SOUZA PINHEIRO DE BRITO, com fulcro no art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/01, dirigido à Turma Nacional de Uniformização, em face de decisão da Segunda Turma Recursal da Seção Judiciária do Rio de Janeiro que manteve a sentença que extinguiu o feito, sem julgamento de mérito, em razão da autora não ter requerido administrativamente a conversão do auxílio-doença em aposentadoria por invalidez.
Alega a suscitante que a decisão combatida diverge do entendimento do STJ e da TNU, segundo o qual não há necessidade de prévio requerimento administrativo para ajuizamento de ação previdenciária.
O incidente foi inadmitido, e a parte apresentou requerimento, na forma do art. 15, § 4º, do RI/TNU.
Relatados, decido.
Estando, em princípio, configurada a divergência jurisprudencial alegada, admito o incidente, com fulcro no art. 7º, inciso VI, do RI/TNU.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 11 de abril de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº: 0500003-85.2008.4.05.8100
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: ZILMAR DE MATOS VIEIRA
PROC./ADV.: ALCIDES PORTO BENEVIDES
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização suscitado por ZILMAR DE MATOS VIEIRA, dirigido à Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência, com fulcro no art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/01, em face de decisão proferida por Turma Recursal da Seção Judiciária do Ceará que manteve a sentença de improcedência do pedido de concessão de aposentadoria rural por idade, sob o entendimento de que a autora não demonstrou o desempenho da atividade rural, durante o período de carência, não comprovando sua qualidade de segurada especial.
A requerente alega divergência com julgado do Tribunal Regional Federal da 4ª Região.
O incidente foi inadmitido e a parte apresentou requerimento, nos moldes do art. 15, § 4º, do RI/TNU.
Relatados, decido.
A Lei nº 10.259/2001, em seu artigo 14, caput, ao especificar as hipóteses de cabimento do pedido de uniformização de interpretação de lei federal, expressamente dispõe que a divergência deve envolver questões de direito material, e seu § 2° estabelece que a divergência autorizativa do incidente é aquela entre decisões de turmas de diferentes regiões ou proferida em contrariedade à súmula ou jurisprudência dominante do STJ, não se prestando a tanto o aresto do Tribunal Regional Federal invocado pela requerente.
Frente ao exposto, com fundamento no art. 7º, inciso VI, do RI/TNU, não admito o presente incidente de uniformização
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 18 de abril de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº: 0500005-17.2006.4.05.8103
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: REGINA CLARA SILVA
PROC./ADV.: MOISÉS CASTELO DE MENDONÇA E OUTRA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização suscitado por REGINA CLARA SILVA, dirigido à Turma Nacional de Uniformização, com fulcro no art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/01, em face de decisão de Turma Recursal da Seção Judiciária do Ceará que manteve a sentença de improcedência do pedido de concessão de salário-maternidade, sob o fundamento de que a autora não demonstrou a condição alegada.
A suscitante alega, em síntese, que comprovou sua condição de trabalhadora rural, e invoca a legislação que rege a matéria, sustentando o amparo à pretensão deduzida em juízo.
O incidente não foi admitido, e a parte apresentou requerimento, na forma do art. 15, § 4º, do RI/TNU.
Relatados, decido.
O incidente não reúne condições de avançar.
A requerente não comprovou a divergência alegada, deixando de invocar e juntar aos autos eventuais decisões paradigma.
Em razão do exposto, com fulcro no art. 7º, inciso VI, não admito o presente incidente.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 14 de abril de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº: 0500136-29.2005.4.05.8102
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: ANTONIO BENEVENUTO DE SOUSA
PROC./ADV.: JOÃO KENNEDY CARVALHO ALEXANDRINO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização suscitado por ANTONIO BENEVENUTO DE SOUSA, com fulcro no art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/01, em face de decisão da Segunda Turma Recursal da Seção Judiciária do Ceará que, reformando a sentença, julgou improcedente o pedido de pensão por morte, sob o seguinte fundamento:
(...)
No presente caso, trata-se de pedido de pensão dos pais em relação aos filhos, que segundo o parágrafo 4º do art. 16 da Lei 8.213/91, a dependência deve ser provada, uma vez que não se trata de dependência presumida. Contudo, por todo que dos autos consta, não restou comprovada essa dependência, razão pela qual não pode prosperar o pedido formulado.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

(...)
Sustenta o suscitante divergência com a Súmula nº 6 da TNU, bem como entre julgado do Tribunal Regional Federal da 4ª Região e do STJ, aduzindo, em síntese, que a documentação presente nos autos se presta a configurar início de prova material de labor rurícola.
O incidente foi inadmitido e a parte apresentou requerimento, na forma do art. 15, § 4º, do RI/TNU.
Relatados. Decido.
Primeiramente, cumpre registrar que acórdãos provenientes do Tribunal Regional Federal da 4ª Região não servem como paradigma para o presente incidente, vez que o artigo 14, § 2°, da Lei n.° 10.259/2001 somente admite o pedido de uniformização de jurisprudência quando houver divergência entre decisões de Turmas Recursais de diferentes regiões ou em contrariedade a súmula ou jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça, estando os TRFs excluídos de seu rol.
Quanto aos mais, verifica-se que os arestos indicados como paradigma não guardam a devida similitude fática com a hipótese dos autos.
Com efeito, a decisão ora impugnada restou fundada em elementos fático-probatórios dos autos que levaram a Turma Recursal a concluir que os documentos juntados ao processo não serviriam, no caso específico, para a respectiva comprovação de dependência dos pais em relação aos filhos, sendo que os paradigmas se limitam a mencionar que para a concessão do benefício de pensão por morte não se exige período de carência, bastando a comprovação da atividade rural nos últimos 5 anos anteriores a data do requerimento administrativo, bem como quais os documentos que podem ser tidos como início de prova material.
Em última análise, tem-se ainda que o pleito se mostra inadmissível, porquanto pretende-se o reexame de prova, com vistas à inversão da conclusão a que chegou a decisão impugnada.
Tais as razões expendidas, com fundamento no artigo 7º, inciso VI, do RI/TNU, não admito o incidente de uniformização.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 06 de abril de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº: 0500155-30.2008.4.05.8102
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): FRANCISCO MAURICIO DE GÓIS
PROC./ADV.: DJACI DO NASCIMENTO SILVA
DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização suscitado pelo INSS, com fulcro no art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/01, dirigido à Turma Nacional de Uniformização, em face de decisão proferida pela Turma Recursal da Seção Judiciária do Ceará, que manteve a sentença de procedência do pedido de aposentadoria por invalidez, sendo a data de início do benefício fixada como a data da cessação indevida do auxílio-doença.
O requerente sustenta que a decisão combatida diverge de julgados da TNU, os quais albergariam o entendimento de que o termo inicial do pagamento do benefício deve ser a data do laudo pericial, quando este não consegue definir o início da doença incapacitante.
O incidente foi inadmitido, e a parte apresentou requerimento, na forma do art. 15, § 4º, do RI/TNU.
Relatados. Decido.
Estando, em princípio, configurada a divergência jurisprudencial alegada, admito o incidente, com fulcro no art. 7º, inciso VI, do RI/TNU.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 11 de abril de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº: 0500159-73.2008.4.05.8100
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: INSS
PROC/ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A):ARISTIDES BERNARDO DA SILVA
PROC/ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização de jurisprudência interposto pelo INSS, com fundamento no artigo 14, § 2º, da Lei nº 10.259/2001, em face de decisão proferida pela Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Ceará, a qual deu provimento a pedido de concessão de auxílio-doença.
A autarquia alega contrariedade à jurisprudência da Turma Recursal de Minas Gerais, sustentando, em síntese, que o auxílio-doença só deve ser concedido quando comprovada a incapacidade total do segurado para o trabalho.
O incidente foi inadmitido pela Presidência da Turma Recursal.
O suscitante apresentou requerimento na forma do art. 15, §4º, do RI/TNU.
Relatados. Decido.
O presente incidente de uniformização não merece admissão.
Os precedentes invocados pelo suscitante na tentativa de demonstrar a existência de divergência de entendimentos entre as Turmas Recursais, já não representam a jurisprudência dominante no STJ, como se vê no seguinte julgado:
PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. ART. 42 DA LEI 8.213/91. ELEMENTOS DIVERSOS CONSTANTES DOS AUTOS. LAUDO PERICIAL. NÃO VINCULAÇÃO. INCAPACIDADE PERMANENTE. QUALQUER ATIVIDADE LABORAL. AGRAVO DESPROVIDO.
I - Iterativa jurisprudência desta Corte orienta-se no sentido de reconhecer que a concessão da aposentadoria por invalidez deve considerar não apenas os elementos previstos no art. 42 da Lei nº 8.213/91, mas também aspectos sócio-econômicos, profissionais e culturais do segurado, ainda que o laudo pericial tenha concluído pela incapacidade somente parcial para o trabalho. O magistrado não estaria adstrito ao laudo pericial, podendo considerar outros elementos dos autos que o convençam da incapacidade permanente para qualquer atividade laboral.
II - Agravo interno desprovido.
(AgRg no REsp 1220061/SP, Rel. Ministro GILSON DIPP, QUINTA TURMA, julgado em 03/03/2011, DJe de 14/03/2011).
A Turma Nacional de Uniformização vem se pronunciando no mesmo diapasão:
PREVIDENCIÁRIO. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. AUXÍLIO-DOENÇA/APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. PORTADOR DO VÍRUS HIV. PERÍCIA QUE ATESTA CAPACIDADE PARA O TRABALHO. SITUAÇÃO FÁTICA QUE PODE DEMONSTRAR IMPOSSIBILIDADE DE REINSERÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO. PRINCÍPIO DO LIVRE CONVENCIMENTO DO JUIZ. INCIDÊNCIA DO BROCARDO JUDEX PERITUS PERITORUM (JUIZ É O PERITO DOS PERITOS). INTERPRETAÇÃO SISTEMÁTICA DA LEGISLAÇÃO. PERÍCIA INCOMPLETA. RECURSO CONHECIDO. PARCIALMENTE PROVIDO.
1. A interpretação sistemática da legislação permite a concessão de auxílio-doença ou aposentadoria por invalidez se, diante do caso concreto, os fatores pessoais e sociais impossibilitarem a reinserção do segurado no mercado de trabalho, conforme livre convencimento do juiz que, conforme o brocardo judex peritus peritorum, é o perito dos peritos, ainda que não exista incapacidade total para o trabalho do ponto de vista médico. 1.1. Na concessão do benefício de aposentadoria por invalidez, a incapacidade para o trabalho deve ser avaliada do ponto de vista médico e social. Interpretação sistemática da legislação (Lei n. 7.670/88; Decreto 3.298/99; Decreto 6.214/07; Portaria Interministerial MPAS/MS Nº 2.998/01).
(...)
6. Incidente de uniformização conhecido e parcialmente provido (TNU - PUILF n° 200783005052586, Rel. Juíza Federal MARIA DIVINA VITÓRIA - J. em 18/12/2008 - DJU 02/02/2009 - grifos nossos).
Assim, a hipótese é de incidência do entendimento que restou consolidado na Questão de Ordem nº 13 desta Turma Nacional de Uniformização, do seguinte teor:
Questão de Ordem n° 13 - Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido.
Pelo exposto, com esteio no artigo 7º, inciso VI, do RI/TNU, não admito o incidente de uniformização de jurisprudência.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 8 de abril de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO N.º: 0500340-76.2010.4.05.8400
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR: PROCURADORIA GERAL DA FAZENDA NACIONAL
REQUERIDO(A): GILBERTO BARROSO DE CARVALHO JÚNIOR
ADVOGADO(A): OSVALDO REIS AROUCA
DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização suscitado pela FAZENDA NACIONAL, com fulcro no art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/01, em face de decisão da Turma Recursal da Seção Judiciária do Rio Grande do Norte, que assim entendeu:
ADMINISTRATIVO. RECURSO INOMINADO. AJUDA DE CUSTO. REMOÇÃO. PROCURADOR DA REPÚBLICA. BENEFÍCIO DEVIDO. INTERESSE PÚBLICO CONFIGURADO. IMPOSTO DE RENDA. CONTRIBUIÇÃO SOCIAL. NÃO INCIDÊNCIA. PROCEDÊNCIA DO PEDIDO. IMPROVIMENTO DE AMBOS OS RECURSOS.
O pleito de pagamento de ajuda de custo a Procurador da República removido, atinge a Portaria que determina referido ato apenas por via reflexa, de modo que, ausente o propósito de anulação, subsiste a competência dos Juizados Federais para julgamento da demanda.
- A Turma Nacional de Uniformização possui precedentes no sentido de que o interesse do serviço na remoção está presente no oferecimento do cargo vago, e não no procedimento administrativo tomado para preenchê-lo, de forma que se cria, a partir daí, o direito do agente público de exigir a ajuda de custo.(PREDILEF 200772510005124. Rel. Joana Carolina Lins Pereira. Publicação 05.04.10).
- Já decidiu o STJ que, diante da isenção expressa no artigo 6º, II e XX da Lei 7.713/88, é inviável a cobrança de Imposto de Renda sobre créditos oriundos de despesas com diárias de locomoção e ajuda de custo para mudança de localidade. (REsp 1131711/PE. Min. Eliana Calmon. Publicado em 04.11.08).
- Do mesmo modo, conforme disciplinado na Lei 10.887/04, a ajuda de custo em razão de mudança de sede é excluída expressamente da base de contribuição social do servidor público, de forma que não há o que reformar na sentença proferida.
- Recurso improvido.
Alega a suscitante que a decisão diverge do entendimento do STJ e da Turma Recursal do Rio de Janeiro, aduzindo, em síntese, que, de acordo com o art. 227, II, "a", da LC nº 75/93, somente os Procuradores da República removidos de ofício são contemplados com a vantagem do ressarcimento das despesas de instalação na nova sede. Os que são removidos a pedido, não desfrutam de tal ajuda de custo, visto que a lei estabelece categórica distinção entre uma e outra forma de remoção, não contemplando a remoção voluntária com o ressarcimento de despesas.
O incidente foi inadmitido, e a suscitante apresentou requerimento de reexame da admissibilidade, na forma do art. 15, § 4º, do RI/TNU.
Relatados, decido.
Estando configurada a divergência jurisprudencial alegada, com fundamento no artigo 7º, inciso IX, do RI/TNU, admito o incidente de uniformização.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 6 de abril de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO N°:0500344-82.2006.4.05.8100
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: JÉSSICA DOS SANTOS LIMA E OUTRA
PROC/ADV.: VÂNIA DUWE E OUTRA
REQUERIDO (A): INSS
PROC/ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL
DECISÃO

JÉSSICA DOS SANTOS LIMA E OUTRA suscitam incidente de uniformização de jurisprudência dirigido à Turma Nacional de Uniformização, com fundamento no artigo 14, caput e § 2º, da Lei nº 10.259/2001, em face de decisão proferida pela Segunda Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Ceará, a qual manteve sentença que julgou improcedente o pedido de pensão por morte, ao entendimento de que os documentos acostados não serviam como prova por terem sido produzidos dois anos após o falecimento do de cujus.
Alegam divergência com julgados do STJ e da TNU, defendendo que os documentos acostados aos autos se prestam a comprovar o preenchimento dos requisitos para a concessão do benefício previdenciário.
O incidente foi inadmitido, e os suscitantes apresentaram requerimento na forma do art. 15, § 4º, do RI/TNU.
Relatados, decido.
Cuida-se, em última análise, de pleito em que se visa ao reexame de prova, com consequente inversão da conclusão a que chegou o acórdão impugnado, na dimensão do conjunto probatório dos autos, mostrando-se manifestamente incabível o incidente de uniformização de jurisprudência suscitado.
Pelo exposto, nos termos do artigo 7º, inciso VI, do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização, não admito o incidente de uniformização de jurisprudência.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 06 de abril de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO N°:0500354-29.2006.4.05.8100
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: MARIA MORENO DE LIMA
PROC/ADV.: RITA DIÓGENES E VÂNIA DUWE
REQUERIDO (A): INSS
PROC/ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL
DECISÃO

MARIA MORENO DE LIMA suscita incidente de uniformização de jurisprudência dirigido à Turma Nacional de Uniformização, com fundamento no artigo 14, caput e § 2º, da Lei nº 10.259/2001, em face de decisão proferida pela Primeira Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Ceará que reformou a sentença para julgar improcedente o pedido de pensão por morte ao entendimento de que não se perfez a soma de requisitos para a concessão do benefício.
Alega divergência com julgados do STJ, defendendo que os documentos por ela acostados aos autos se prestam a configurar início de prova material de labor rurícola.
O incidente foi inadmitido, e a suscitante apresentou requerimento na forma do art. 15, § 4º, do RI/TNU.
Relatados, decido.
Estando, a princípio, configurada a divergência jurisprudencial alegada, com fundamento no artigo 7º, inciso VI, do RI/TNU, admito o presente.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 06 de abril de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº: 0500365-52.2006.4.05.8102
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: MARIA DO SOCORRO BEZERRA
PROC./ADV.: ANTÔNIO GERALDO LEITE
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL
DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização de jurisprudência suscitado por MARIA DO SOCORRO BEZERRA e dirigido à Turma Nacional de Uniformização, com fundamento no art. 14, § 2°, da Lei n°

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

10.259/2001, em face de decisão proferida pela Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Ceará (5ª Região), a qual manteve a sentença por seus próprios fundamentos, que havia negado o pedido da autora ao benefício do auxílio-doença, eis que ausente a qualidade de segurado.
Alega a requerente que a decisão da Turma Recursal violou disposições de lei federal, pedindo a sua reforma.
Pedido de Uniformização inadmitido.
A suscitante apresentou requerimento na forma do art. 15, § 4º, do RI/TNU.
Relatados. Decido.
Primeiramente, cumpre observar que caberá pedido de uniformização de interpretação de lei federal quando houver divergência entre decisões sobre questões de direito material proferidas por Turmas Recursais na interpretação da lei.
Verifica-se que a suscitante não demonstrou o dissenso jurisprudencial invocado, visto que se limitou a informar violação a dispositivos de lei federal sem, contudo, colacionar julgado que supostamente seria paradigmático, sem sequer mencionar o número do registro do aludido paradigma, ou mesmo realizar o necessário cotejo analítico entre o julgado hostilizado e o paradigma citado, no sentido de trazer as circunstâncias fáticas e jurídicas que os identificam ou assemelham, conforme determina o artigo 13 do RI/TNU.
Pelo exposto, com fundamento no artigo 7º, inciso VI, do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização, não admito o incidente de uniformização.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 07 de abril de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO N°: 0500409-10.2007.4.05.8402
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: GILBERTO FLORÊNCIO DA COSTA
ADVOGADA: MARCOS ANTÔNIO INÁCIO DA SILVA
REQUERIDO: INSS
PROCURADOR: PROCURADORIA GERAL FEDERAL
DECISÃO

GILBERTO FLORÊNCIO DA COSTA suscita incidente de uniformização de jurisprudência dirigido à Turma Nacional de Uniformização, com fundamento no art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/2001, em face de decisão proferida pela Turma Recursal da Seção Judiciária do Rio Grande do Norte, que assim consignou:
PREVIDENCIÁRIO. AMPARO ASSISTENCIAL AO DEFICIENTE. LEI 8.742/93. INCAPACIDADE LABORAL NÃO COMPROVADA. IMPROVIMENTO DO RECURSO.
- O artigo 20 da Lei 8.742/93 e legislação posterior garantem um salário mínimo mensal às pessoas portadoras de deficiência e ao idoso com 65 anos ou mais, que comprovem, em ambas as hipóteses, não possuir meios de prover a própria manutenção nem de tê-la provida por sua família.
- O § 2° do citado artigo 20 assevera que "para efeito de concessão deste benefício, a pessoa portadora de deficiência é aquela incapacitada para a vida independente e para o trabalho".
- O § 3º do mencionado artigo reza que "considera-se incapaz de prover a manutenção da pessoa portadora de deficiência ou idosa, a família cuja renda mensal per capita seja inferior a 1/4 (um quarto) do salário mínimo".
- No caso em exame, o ponto controvertido refere-se à incapacidade do autor para prover seu próprio sustento e, nesse aspecto, o laudo pericial atestou que, apesar de portador de seqüelas de doença neurológica, o autor é portador de incapacidade apenas parcial para o trabalho, informação esta plenamente comprovada em audiência.
- Sentença mantida pelos seus próprios fundamentos.
O suscitante alega divergência com julgado da Turma Nacional de Uniformização, aduzindo, em síntese, que restou comprovada a incapacidade parcial e definitiva do segurado para o trabalho, pelo que, deve ser concedido o benefício assistencial.
O incidente foi inadmitido, e o suscitante apresentou requerimento na forma do art. 15, § 4º, do RI/TNU.
Relatados, decido.
Estando, em princípio, configurada a divergência jurisprudencial alegada, admito o incidente, com esteio no art. 7º, inciso VI, do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 6 de abril de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº: 0500505-28.2007.4.05.8401
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: MARIA JOSÉ DE ALMEIDA FONSECA
PROC/ADV.: MARCOS ANTÔNIO INÁCIO DA SILVA
REQUERIDO(A): INSS
PROC/ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL
DECISÃO

MARIA JOSÉ DE ALMEIDA FONSECA suscita incidente de uniformização de jurisprudência dirigido à Turma Nacional de Uniformização, com fundamento no art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/2001, em face de decisão proferida pela Turma Recursal da Seção Judiciária do Rio Grande do Norte, a qual, versando sobre pedido de auxílio-doença, manteve sentença que assim dispôs:
No caso em espécie, conforme se extrai dos termos do laudo pericial acostado aos autos, não restou constatada a alegada incapacidade para o trabalho da parte autora. Outrossim, não ocorrera impugnação do laudo pela parte Autora.
Inexistindo a incapacidade laboral, tal como atestado pelo expert, deixa o(a) demandante de preencher um dos requisitos indispensáveis para fazer jus à percepção do benefício de auxílio-doença ou, a depender da situação, sua conversão para aposentadoria por invalidez.
Alega divergência com julgado de Turma Recursal de outra Região, defendendo que diante de suas condições pessoais (idade avançada, baixa escolaridade) está a merecer o benefício previdenciário pleiteado, visto que incapacitada para a atividade laboral braçal que sempre desenvolveu, não tendo chances de se inserir no mercado de trabalho em outra atividade.
O incidente foi admitido na origem.
Relatados, decido.
De início, verifica-se que a suscitante não demonstrou o dissenso jurisprudencial invocado, visto que se limitou a acostar em anexo o julgado que supostamente seria paradigmático, sem, porém, realizar o necessário cotejo analítico entre o decisum hostilizado e o paradigma citado, no sentido de trazer as circunstâncias fáticas e jurídicas que os identificam ou assemelham, conforme determina o artigo 13 do RI/TNU.
Ademais, ainda que superado o óbice anterior, tem-se que, a uma, a questão referente à consideração de suas condições pessoais não restou debatida pela Turma Recursal de origem, nem foram opostos embargos de declaração para tal desiderato, pelo que aplicável à hipótese a Questão de Ordem nº 10/TNU.
Ademais, a requerente defende a tese de que se encontra incapaz para as atividades laborativas, merecendo, pois, o benefício previdenciário pleiteado.
Ocorre que a decisão colegiada manteve sentença que, ancorando-se nos elementos de prova juntados ao processo, vislumbrou a capacidade laborativa da autora, de modo que a inversão da conclusão a que chegou o decisum impugnado, na dimensão do conjunto probatório dos autos, como requer a suscitante, mostra-se manifestamente incabível em sede de incidente de uniformização de jurisprudência.
Pelo exposto, nos termos do artigo 7º, inciso VII, "b", do RI/TNU, nego seguimento ao incidente de uniformização de jurisprudência.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 5 de abril de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº:0500509-23.2006.4.05.8103
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: SOLANGE AGUIAR DE ARAUJO
PROC./ADV.: MOISÉS CASTELO DE MENDONÇA E OUTROS
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL
DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização suscitado por SOLANGE AGUIAR DE ARAUJO, dirigido à Turma Nacional de Uniformização, com fulcro no art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/01, em face de decisão de Turma Recursal da Seção Judiciária do Ceará que manteve a sentença de improcedência do pedido de concessão de salário-maternidade, sob o fundamento de que a autora não demonstrou a condição alegada.
A suscitante alega, em síntese, que comprovou sua condição de trabalhadora rural, e invoca a legislação que rege a matéria, sustentando o amparo à pretensão deduzida em juízo.
O incidente não foi admitido, e a parte apresentou requerimento, na forma do art. 15, § 4º, do RI/TNU.
Relatados, decido.
O incidente não reúne condições de avançar.
A requerente não comprovou a divergência alegada, deixando de invocar e juntar aos autos eventuais decisões paradigma.
Em razão do exposto, com fulcro no art. 7º, inciso VI, não admito o presente incidente.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 14 de abril de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº : 0500536-78.2007.4.05.8100
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: ANTÔNIO DE SOUSA BARBOSA
PROC./ADV.: MARIA ANDIARA GOMES IZIDÓRIO E OUTRO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL
DECISÃO

ANTÔNIO DE SOUSA BARBOSA suscita incidente de uniformização de jurisprudência dirigido à Turma Nacional de Uniformização, com fundamento no art. 14, § 2°, da Lei n° 10.259/2001, em face de decisão proferida pela Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Ceará (5ª Região), segundo a qual, tendo o expert do Juízo concluído pela capacidade do autor para as atividades laborativas, não há como acolher o pedido de concessão de auxílio-doença e/ou conversão de benefício em aposentadoria por invalidez.
Alega o requerente divergência com julgados de outras Turmas Recursais, da TNU e do STJ, sob o argumento que o juiz não está adstrito ao laudo pericial, vez que é um meio de prova apenas para nortear seu julgamento. Conclui no sentido de que, consideradas as características pessoais do autor, faz jus ao benefício pleiteado.
Pedido de Uniformização inadmitido.
O suscitante apresentou requerimento na forma do art. 15, § 4º, do RI/TNU.
Relatados. Decido.
Inexiste a apontada divergência entre o aresto recorrido e os acórdãos tidos como paradigma, ante a ausência de similitude fática entre os julgados.
Com efeito, a Turma Recursal da Seção Judiciária do Ceará (5ª Região), negou provimento ao recurso, tendo decidido que a parte autora não havia preenchido os requisitos para a concessão do benefício previdenciário, visto a ausência de patologia incapacitante para o trabalho. Por outro lado, os acórdãos colacionados observam particularidades daqueles julgamentos lastreados nos respectivos conjuntos fático-probatórios.
Ademais, o suscitante não demonstrou o dissenso jurisprudencial invocado, devido à ausência do cotejo analítico entre o julgado hostilizado e os paradigmas citados, no sentido de trazer as circunstâncias fáticas e jurídicas que os identificam ou assemelham, conforme determina o artigo 13 do RI/TNU.
Por fim, cuida-se, em última análise, de pleito em que se visa ao reexame de prova, com consequente inversão da conclusão a que chegou a decisão impugnada, na dimensão do conjunto probatório dos autos, mostrando-se manifestamente incabível o incidente de uniformização de jurisprudência suscitado.
Pelo exposto, com fundamento no artigo 7º, inciso VI, do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização, não admito o incidente de uniformização.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 05 de abril de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO N°: 0500591-54.2006.4.05.8103
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: JOÃO SOARES DE ANDRADE
PROC/ADV.: MARIA ANDIARA GOMES IZIDÓRIO E FRANCISCO DE ASSIS MESQUITA PINHEIRO
REQUERIDO (A): INSS
PROC/ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL
DECISÃO

JOÃO SOARES DE ANDRADE suscita incidente de uniformização de jurisprudência dirigido à Turma Nacional de Uniformização, com fundamento no artigo 14, caput e § 2º, da Lei nº 10.259/2001, em face de decisão proferida pela Primeira Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Ceará, a qual manteve sentença que julgou improcedente o pedido de pensão por morte de segurada rural, ao entendimento de que:
No caso em exame, verifica-se que os documentos acostados à inicial não são suficientes para comprovar o exercício de atividade da falecida a fim de qualificá-la como segurada especial. Ressalte-se que tais documentos não revelam a contemporaneidade da prova com o período alegado de exercício na atividade rural.
Não satisfeito este requisito, despicienda a análise dos demais.
Frise-se, ainda, que o promovente e as testemunhas ouvidas em audiência se limitaram a informar que a falecida exercia atividade rural, revelando, assim, a fragilidade da prova.
Em face do conjunto fático-probatório encontradiço nos presentes autos desta demanda, com a conjugação da prova documental carreada e a prova testemunhal coligida, diga-se de passagem, precária e divergente, vislumbro não ser digna de acolhimento a pretensão descansada na peça inaugural, tampouco a conversão pretendida, em audiência, em virtude da precariedade da prova produzida na lide.
De fato, os documentos carreados a este feito de cunho previdenciário, ao lado da prova testemunhal colhida, não trazem subsídios suficientes para conceder o benefício de pensão por morte ao postulante.
Alega divergência com julgados do STJ, defendendo que os documentos por ele acostados aos autos se prestam a configurar início de prova material de labor rurícola.
O incidente foi inadmitido, e o suscitante apresentou requerimento na forma do art. 15, § 4º, do RI/TNU.
Relatados, decido.
De início, verifica-se que o suscitante não demonstrou o dissenso jurisprudencial invocado, visto que se limitou a mencionar as ementas dos julgados que supostamente seriam paradigmáticos, sem, porém, realizar o necessário cotejo analítico entre o decisum hostilizado e os paradigmas citados, no sentido de trazer as circunstâncias fáticas e jurídicas que os identificam ou assemelham, conforme determina o artigo 13 do RI/TNU.
Ademais, ainda que superado o óbice anterior, tem-se que a decisão colegiada ora vergastada manteve a sentença que julgou improcedente o pedido de pensão por morte de segurada rural, não apenas porque ausente documentação apta a configurar início de prova material de atividade rural, mas também pelo fato de que a prova testemunhal foi frágil.
Nas razões de pedido de uniformização, dedicou-se o requerente a refutar o primeiro alicerce da decisão hostilizada, qual seja, o referente à documentação apresentada, deixando, todavia, incólume aquele segundo fundamento, relativo à fragilidade da prova oral colhida, o qual, por si só, é capaz de manter o decidido.
Nesse panorama, aplica-se à hipótese a Questão de Ordem nº 18, da Turma Nacional de Uniformização, que assim reza:
É inadmissível o pedido de uniformização quando a decisão impugnada tem mais de um fundamento suficiente e as respectivas razões não abrangem todos eles.
Tem-se, ademais, que, em última análise, cuida-se de pleito em que se visa ao reexame de prova, com consequente inversão da conclusão a que chegou o acórdão impugnado, na dimensão do conjunto probatório dos autos, mostrando-se manifestamente incabível o incidente de uniformização de jurisprudência suscitado.
Pelo exposto, nos termos do artigo 7º, inciso VI, do Regimento

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Interno da Turma Nacional de Uniformização, não admito o incidente de uniformização de jurisprudência.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 05 de abril de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº: 0500675-55.2006.4.05.8103
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: LUIZA JANUÁRIO DA SILVA
PROC/ADV.: JOÃO KENNEDY CARVALHO ALEXANDRINO
REQUERIDO(A): INSS
PROC/ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DECISÃO

LUIZA JANUÁRIO DA SILVA suscita incidente de uniformização de jurisprudência dirigido à Turma Nacional de Uniformização, com fundamento no art. 14, § 2°, da Lei n° 10.259/2001, em face de decisão proferida por Turma Recursal da Seção Judiciária do Ceará, que negou o benefício de salário-maternidade à autora, sob os seguintes fundamentos, litteris:
"A condição legal de trabalhador(a) rural, apta a conferir o direito à percepção do benefício de Salário Maternidade, depende de um conjunto harmônico de provas em que haja, no mínimo, um início de documentos consistentes (desde que não sejam documentos expedidos em nome de terceiros e resultantes de declarações unilaterais ou de mera adesão da parte ou expedidos fora do período de carência ou na iminência da propositura do pleito) o qual, adicionado à prova testemunhal compatível e não contraditória com os documentos trazidos, demonstre que a parte autora, durante o período de carência, detinha a condição de segurada especial. Ressalte-se ainda, que deve ser considerada a eventual contraprova apresentada pelo Órgão Previdenciário (CNIS, INFBEN), uma vez que a mesma pode descaracterizar o acervo de documentos considerado válido.
Penso que esta soma de requisitos, no presente caso, não se perfez na espécie, não tendo a parte autora efetivamente demonstrado a condição alegada, restando descaracterizado a condição de rurícola e/ou o regime de economia familiar capaz de ensejar a percepção do benefício de salário maternidade.
Ante o exposto, DOU PROVIMENTO ao recurso do INSS, para reformar a sentença de procedência, julgando o pedido improcedente."
Alega divergência com a Súmula 14 da TNU, como também com julgados de Tribunais Regionais Federais, defendendo que a documentação por ela apresentada se presta a configurar início de prova material de labor rurícola.
O incidente foi inadmitido.
A suscitante apresenta requerimento nos termos do art. 15, § 4°, RI/TNU.
Relatados. Decido.
Inicialmente, a divergência autorizadora do pedido de uniformização de jurisprudência dirigido à TNU é aquela fundada entre decisões de turmas de diferentes regiões ou da proferida em contrariedade a súmula ou jurisprudência dominante do STJ, sendo, portanto, incabível o pedido com fundamento em dissídio com Tribunais Regionais Federais.
Em relação à suposta divergência com a Súmula n. 14 da TNU, o pedido de uniformização não explicitou neste particular em que consistiria a divergência, o que entremostra inobservância ao ditame da parte final do art. 13 do RI/TNU.
Finalmente, cuida-se de pleito em que se visa ao reexame de prova, com consequente inversão da conclusão a que chegou a decisão impugnada, na dimensão do conjunto probatório dos autos, mostrando-se manifestamente incabível o incidente de uniformização de jurisprudência suscitado.
Pelo exposto, com fundamento no artigo 7º, inciso VI, do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização, não admito o incidente de uniformização de jurisprudência.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 4 de maio de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº: 0500769-75.2007.4.05.8100
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: LUCIANO DE SOUSA TEIXEIRA
PROC/ADV.: ANTONIO GLAY FROTA OSTERNO E OUTROS
REQUERIDO(A): INSS
PROC/ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DECISÃO

LUCIANO DE SOUSA TEIXEIRA suscita incidente de uniformização de jurisprudência dirigido à Turma Nacional de Uniformização, com fundamento no art. 14, § 2°, da Lei n° 10.259/2001, em face de decisão proferida pela Primeira Turma Recursal da Seção Judiciária do Ceará, a qual manteve a sentença denegatória de auxílio-doença por entender não ter sido demonstrada a incapacidade laborativa do requerente.
Alega, o suscitante, divergência com julgados do STJ e da TNU, aduzindo, em síntese, que o juiz, ao analisar o pedido de auxílio-doença, não pode ficar adstrito ao laudo pericial, devendo verificar também outros elementos probatórios dos autos.
Conclui afirmando que demonstrou adequadamente a incapacidade laborativa, fazendo jus, portanto, ao benefício previdenciário.
O incidente foi inadmitido.
O requerente apresentou pedido de submissão fundado no art. 15, § 4°, do RI/TNU.
Relatados. Decido.
Insurge-se o requerente contra a conclusão a que chegou a Turma Recursal a respeito da sua capacidade laborativa.
Tenho, portanto, que se trata de pleito em que se visa ao reexame de prova, com a consequente inversão da conclusão a que chegou a decisão impugnada, na dimensão do conjunto probatório dos autos, mostrando-se manifestamente incabível o incidente de uniformização de jurisprudência suscitado.
Ante o exposto, com fundamento no artigo 7º, inciso VI, do RI/TNU, inadmito o incidente de uniformização de jurisprudência.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 7 de abril de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO N.º: 0500909-48.2008.4.05.8303
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
REQUERENTE: MARIA JOSETE MARQUES FERREIRA
PROC/ADV: MARCOS ANTÔNIO INÁCIO DA SILVA
REQUERIDO : INSS
PROC/ADV: PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização de jurisprudência suscitado por MARIA JOSETE MARQUES FERREIRA, com fundamento no art. 14, § 2.º, da Lei n.º 10.259/2001, contra decisão da Turma Recursal da Seção Judiciária de Pernambuco, que confirmou a sentença de improcedência do pedido de auxílio-doença, com a possível conversão em aposentadoria por invalidez, ao fundamento de que inexistente a incapacidade superior a 15 (quinze) dias exigida para concessão do benefício pleiteado.
Alega-se divergência com julgado da Turma Regional do Mato Grosso, que admite a concessão do auxílio-doença em caso de incapacidade parcial para o trabalho.
Incidente inadmitido pelo Presidente da Turma Recursal.
O suscitante apresentou requerimento na forma do art. 15, § 4º, do RI/TNU.
Relatados, decido.
Estando, em princípio, configurada a divergência jurisprudencial alegada, ADMITO o incidente, com esteio no art. 7.º, inc. VI, do RI/TNU.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 14 de abril de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº: 0501027-22.2006.4.05.8100
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: MARIA DO CARMO DA SILVA ALVES
PROC./ADV.: MOISÉS CASTELO DE MENDONÇA E OUTRA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização suscitado por MARIA DO CARMO DA SILVA ALVES, dirigido à Turma Nacional de Uniformização, com fulcro no art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/01, em face de decisão de Turma Recursal da Seção Judiciária do Ceará que manteve a sentença de improcedência do pedido de concessão de salário-maternidade, sob o fundamento de que a autora não demonstrou a condição alegada, restando descaracterizada a condição de rurícola ou o regime de economia familiar capaz de ensejar a percepção do referido benefício.
A suscitante alega que houve cerceamento de defesa, sustentando que a decisão combatida diverge do entendimento das Turmas Recursais de Goiás e do Rio de Janeiro, segundo os quais, existindo dúvida acerca do efetivo exercício de atividade rural...e não tendo sido colhida a prova testemunhal imprescindível para a apreciação do pedido, mister se impõe que a a sentença seja anulada para fins de produção desta prova.
O incidente não foi admitido, e a parte apresentou requerimento, na forma do art. 15, § 4º, do RI/TNU.
Relatados, decido.
O incidente não reúne condições de avançar.
Verifica-se que a questão trazida a debate no presente incidente não foi discutida no julgado recorrido, nem foram opostos embargos de declaração para tal desiderato, pelo que aplicável à hipótese, a Questão de Ordem nº 10/TNU, que assim dispõe, verbis:
Não cabe o incidente de uniformização quando a parte que o deduz apresenta tese jurídica inovadora, não ventilada nas fases anteriores do processo e sobre a qual não se pronunciou expressamente a Turma Recursal no acórdão recorrido.
Ademais, a Lei nº 10.259/2001, em seu artigo 14, ao tratar sobre o cabimento do pedido de uniformização de interpretação de lei federal, impõe, para o conhecimento da divergência, que a questão versada seja de direito material.
No mesmo sentido, o artigo 6º do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização prevê a competência da Turma Nacional para processar e julgar o incidente de uniformização de interpretação de lei federal, desde que trate sobre questões de direito material.
Nestes termos, a divergência autorizativa do pedido de uniformização de jurisprudência é a existente entre decisões que versem sobre questões de direito material proferidas por Turmas Recursais de diferentes Regiões ou em contrariedade à Súmula ou jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça.
No caso em questão, o incidente suscitado está fundado em questão processual, qual seja, eventual cerceamento de defesa, o que impede seu conhecimento, por inadmissível.
Em razão do exposto, com fulcro no art. 7º, inciso VI, não admito o presente incidente.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 14 de abril de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº: 0501040-50.2008.4.05.8100
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: JOANA PAULA ASSARÉ DA SILVA
PROC/ADV.: VÂNIA DUWE E OUTRA
REQUERIDO(A): INSS
PROC/ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DECISÃO

JOANA PAULA ASSARÉ DA SILVA suscita incidente de uniformização de jurisprudência dirigido à Turma Nacional de Uniformização, com fundamento no art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/2001, em face de decisão proferida pela Segunda Turma Recursal da Seção Judiciária do Ceará, a qual manteve sentença que julgou improcedente o pedido de salário-maternidade, ao verificar que os documentos apresentados pela autora não se prestavam a configurar início de prova material de labor rurícola.
Alega divergência com julgados da TNU e do STJ, dos quais se extrai entendimento no sentido de que o título eleitoral, a certidão emitida pela Justiça Eleitoral e a declaração de sindicato rural se prestam a caracterizar início de prova material de labor rurícola, de forma que a prova material apresentada, corroborada pelas declarações de testemunhas, comprova a atividade rural alegada.
O incidente foi inadmitido na origem e a suscitante apresentou requerimento na forma do art. 15, § 4º, do RI/TNU.
Relatados, decido.
De início, verifica-se que a suscitante não demonstrou o dissenso jurisprudencial invocado, visto que se limitou a acostar os julgados que supostamente seriam paradigmáticos, sem, porém, realizar o necessário cotejo analítico entre o decisum hostilizado e os paradigmas citados, no sentido de trazer as circunstâncias fáticas e jurídicas que os identificam ou assemelham, conforme determina o artigo 13 do RI/TNU.
Tem-se, ademais, que, em última análise, cuida-se de pleito em que se visa ao reexame de prova, com consequente inversão da conclusão a que chegou o acórdão impugnado, na dimensão do conjunto probatório dos autos, mostrando-se manifestamente incabível o incidente de uniformização de jurisprudência suscitado.
Pelo exposto, nos termos do artigo 7º, inciso VI, do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização, não admito o incidente de uniformização de jurisprudência.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 13 de abril de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO N°: 0501188-32.2006.4.05.8100
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: JOANA DARCA FREITAS MENEZES
PROC/ADV.: JOÃO KENNEDY CARVALHO ALEXANDRINO
REQUERIDO : INSS
PROC/ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DECISÃO

JOANA DARCA FREITAS MENEZES suscita incidente de uniformização de jurisprudência dirigido à Turma Nacional de Uniformização, com fundamento no art. 14, § 2°, da Lei n° 10.259/2001, em face de decisão proferida pela Turma Recursal da Seção Judiciária do Ceará, que restou assim ementada:
"Previdenciário. Salário Maternidade à trabalhadora rural. Início razoável de prova documental. Manutenção da sentença recorrida.
O salário maternidade é devido à trabalhadora rural que comprove o exercício da atividade rural, em regime de subsistência, nos dez meses que antecedem ao parto.
Nos termos da Súmula nº 149 do Colendo STJ, a prova exclusivamente testemunhal não é suficiente para a comprovação da condição de rurícola, sendo necessário o início razoável de prova documental para atestar tal condição.
Inexistindo documentação idônea para atestar a condição de segurada especial, nega-se provimento ao recurso, com a manutenção da decisão recorrida em todos os seus termos".
Alega a suscitante divergência com julgados do STJ e julgados e súmulas da TNU, aduzindo, em síntese, que os documentos apresentados constituem início razoável de prova material.
O incidente foi inadmitido.
A recorrente apresentou pedido de submissão fundado no art. 15, § 4°, do RI/TNU.
Relatados. Decido.
Trata-se, em última análise, de pleito em que se visa ao reexame de prova, com consequente inversão da conclusão a que chegou a decisão impugnada, na dimensão do conjunto probatório dos autos, mostrando-se manifestamente incabível o incidente de uniformização de jurisprudência suscitado.
Por fim, a suscitante não demonstrou o dissenso jurisprudencial invocado, visto não ter realizado o necessário cotejo analítico entre o julgado hostilizado e os paradigmas citados, no sentido de trazer as circunstâncias fáticas e jurídicas que os identificam ou assemelham, conforme determina o artigo 13 do RI/TNU, conformando-se em transcrever ementas dos julgados, as quais não servem para demonstração da divergência.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Ante o exposto, com fundamento no artigo 7º, inciso VI, do RI/TNU, inadmito o incidente de uniformização de jurisprudência.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 11 de abril de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº: 0501621-35.2008.4.05.8401
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: EMIDIA FERNANDES DA SILVA
PROC./ADV.: MARCOS ANTONIO INÁCIO DA SILVA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização, suscitado por EMIDIA FERNANDES DA SILVA, dirigido à Turma Nacional de Uniformização, com fundamento no art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/01, em face de decisão da Turma Recursal da Seção Judiciária do Rio Grande do Norte que manteve a sentença que julgou improcedente o pedido de benefício assistencial previsto no art. 203, inciso V, da Constituição Federal.
Alega a requerente que a decisão diverge do entendimento da Turma Recursal do Distrito Federal e da TNU, segundo o qual, não deve ser observado somente o laudo para fins de comprovação da alegada incapacidade, e que o conceito de vida independente constante na Lei nº 8.742/93 não admite uma interpretação restritiva com o escopo de limitar a incapacidade a meros atos da vida cotidiana.
O incidente foi inadmitido, e a parte apresentou requerimento na forma do art. 15, § 4º, do RI/TNU.
Relatados. Decido.
Estando, em princípio, configurada a divergência jurisprudencial alegada, admito o incidente, com fulcro no art. 7º, inciso VI, do RI/TNU.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 02 de maio de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO N.º: 0501682-54.2007.4.05.8101
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: MARIA LIDIA MENDES
ADVOGADA : HENRIQUE DAVI DE LIMA NETO
REQUERIDO : INSS
PROCURADOR: PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização de jurisprudência suscitado por MARIA LIDIA MENDES, com fundamento no art. 14, § 2º, da Lei n.º 10.259/2001, contra decisão da Turma Recursal da Seção Judiciária do Ceará, que negou provimento ao recurso inominado interposto pela segurada.
A autora-recorrente busca o restabelecimento do pagamento do benefício de aposentadoria rural, que fora suspenso por suspeita de fraude, sem que tenha havido o prévio processo administrativo assegurando o direito do contraditório e da ampla defesa.
Ocorre que a Turma Recursal julgou tema como sendo pedido de concessão de aposentadoria rural, não enfrentando a questão central acerca da suspensão do pagamento do benefício sem o prévio processo administrativo, apesar da oposição de embargos declaratórios pedindo pronunciamento sobre a questão.
Nesse panorama, considerando o que determina a Questão de Ordem n.º 17, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 9 de maio de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº: 0501797-44.2008.4.05.8101
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: ANTONIO CARLITO ALVES DE OLIVEIRA
PROC./ADV.: ADAUDETE PIRES DUARTE E OUTRA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização suscitado por ANTONIO CARLITO ALVES DE OLIVEIRA, dirigido à Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência, com fundamento no art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/01, em face de decisão de Turma Recursal da Seção Judiciária do Ceará, que manteve a sentença de improcedência do pedido de restabelecimento do auxílio-doença.
O requerente alega que a decisão combatida diverge de julgados da TNU, de Tribunais Regionais Federais e do STJ, sustentando, em síntese, que o juiz não está adstrito à perícia médica, devendo verificar também os critérios sócio-econômicos da parte.
O incidente foi inadmitido, e a parte apresentou requerimento, na forma do art. 15, § 4º, do RI/TNU.
Relatados. Decido.
O incidente não reúne condições de avançar.
Verifica-se que a questão relativa à possibilidade de valoração de outros elementos que não somente o laudo pericial, não foi debatida no julgado recorrido, nem foram opostos embargos de declaração para tal desiderato, pelo que aplicável à hipótese, a Questão de Ordem nº 10/TNU, que assim dispõe, verbis:
Não cabe o incidente de uniformização quando a parte que o deduz apresenta tese jurídica inovadora, não ventilada nas fases anteriores do processo e sobre a qual não se pronunciou expressamente a Turma Recursal no acórdão recorrido.
Frente ao exposto, com fulcro no art. 7º, inciso VI, do RI/TNU, não admito o presente incidente de uniformização de jurisprudência
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 13 de abril de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº: 0502335-87.2006.4.05.8102
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: FRANCISCA PATRÍCIA CASTRO VIEIRA
PROC/ADV.: JOÃO KENNEDY CARVALHO ALEXANDRINO
REQUERIDO : INSS
PROC/ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DECISÃO

FRANCISCA PATRÍCIA CASTRO VIEIRA suscita incidente de uniformização de jurisprudência dirigido à Turma Nacional de Uniformização, com fundamento no art. 14, § 2°, da Lei n° 10.259/2001, em face de decisão proferida pela Turma Recursal da Seção Judiciária do Ceará, que negou o benefício de salário-maternidade à autora, sob os seguintes fundamentos, litteris:
A condição legal de trabalhador(a) rural, apta a conferir o direito à percepção do benefício de Salário Maternidade, depende de um conjunto harmônico de provas em que haja, no mínimo, um início de documentos consistentes (desde que não sejam documentos expedidos em nome de terceiros e resultantes de declarações unilaterais ou de mera adesão da parte ou expedidos fora do período de carência ou na iminência da propositura do pleito) o qual, adicionado à prova testemunhal compatível e não contraditória com os documentos trazidos, demonstre que a parte autora, durante o período de carência, detinha a condição de segurada especial. Ressalte-se ainda, que deve ser considerada a eventual contraprova apresentada pelo Órgão Previdenciário (CNIS, INFBEN), uma vez que a mesma pode descaracterizar o acervo de documentos considerado válido.
Penso que esta soma de requisitos, no presente caso, não se perfez na espécie, como bem apreciado pelo juiz a quo, cujas razões acolho como fundamento para decidir, não tendo a parte autora efetivamente demonstrado a condição alegada, restando descaracterizado a condição de rurícola e/ou o regime de economia familiar capaz de ensejar a percepção do benefício de salário maternidade.
Alega divergência com a Súmula 14 da TNU, como também com julgados do STJ, da TNU e de Tribunais Regionais Federais, defendendo que a documentação por ela apresentada se presta a configurar início de prova material de labor rurícola.
O incidente foi inadmitido.
Por sua vez, a suscitante apresenta requerimento nos termos do art. 15, § 4°, RI/TNU.
Relatados. Decido.
Inicialmente, a divergência autorizativa do pedido de uniformização de jurisprudência dirigido à TNU é aquela fundada entre decisões de turmas de diferentes regiões ou da proferida em contrariedade a súmula ou jurisprudência dominante do STJ, sendo, portanto, incabível o pedido com fundamento em dissídio com Tribunais Regionais Federais.
Em relação à suposta divergência com a Súmula n. 14 da TNU, o pedido de uniformização não explicitou neste particular em que consistiria a divergência, o que entremostra inobservância ao ditame da parte final do art. 13 do RI/TNU.
Quanto ao mais, verifica-se que os arestos indicados como paradigma do STJ e da TNU não guardam a devida similitude fática com a hipótese dos autos.
No caso em questão, a Turma Recursal da Seção Judiciária do Ceará, tendo em conta os documentos apresentados pela autora, concluiu não existir início razoável de prova material da atividade de rurícola das autoras nos dez meses imediatamente anteriores ao nascimento de sua filha, ao passo que os precedentes colacionados se limitam a mencionar quais documentos são considerados início de prova documental.
Finalmente, cuida-se de pleito em que se visa ao reexame de prova, com consequente inversão da conclusão a que chegou a decisão impugnada, na dimensão do conjunto probatório dos autos, mostrando-se manifestamente incabível o incidente de uniformização de jurisprudência suscitado.
Pelo exposto, com fundamento no artigo 7º, inciso VI, do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização, não admito o incidente de uniformização de jurisprudência.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 5 de maio de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO N°: 0502557-18.2007.4.05.8103
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: MARIA DO CARMO FELIX DE SOUSA
PROC/ADV.: ANTONIO GLAY FROTA OSTERNO E OUTRO
REQUERIDO : INSS
PROC/ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DECISÃO

MARIA DO CARMO FELIX DE SOUSA suscita incidente de uniformização de jurisprudência dirigido à Turma Nacional de Uniformização, com fundamento no art. 14, § 2°, da Lei n° 10.259/2001, em face de decisão proferida pela Turma Recursal da Seção Judiciária do Ceará, a qual manteve sentença que julgou improcedente pedido de concessão do benefício do salário-maternidade, assim decidindo:
No caso em exame, os documentos acostados à inicial, não são suficientes para comprovar o exercício de atividade da autora no período de carência exigido pelo art. 25, inciso III, da Lei nº 8.213/91.
Em que pese as testemunhas asseverarem, de forma precária, o efetivo exercício do labor rural, inexistem documentos hábeis e suficientes que amparem a pretensão autoral.
Ademais, a prova oral colhida é contraditória no que se refere ao exercício da atividade rurícola da promovente, tendo sido apresentada provas documentais recentes e posteriores ao parto, tendo seu filho nascido no ano de 2003 e apresentado documentos em que constatam a filiação ao sindicato dos trabalhadores rurais em 2006, levando-nos a concluir pela incompatibilidade do exercício do labor rural e, por conseguinte, da qualidade de segurada especial da autora.
Portanto, inexistindo qualquer início de prova material no que diz respeito à atividade de trabalhadora rural da parte autora, contemporânea à data do parto, desnecessária é a valoração da prova exclusivamente testemunhal.
Os documentos hospedados nos autos, ao contrário do que tenta fazer parecer a parte demandante, não apontam no sentido de ser reconhecida a qualidade de trabalhador rural, sob a feição de segurado especial, já que carece de força probante hábil a atestar o exercício da atividade agrícola, em regime de economia familiar, em perfeita harmonia com o insculpido no art. 55, § 3º, da Lei 8.213/91 e na Súmula nº 149, do colendo Superior Tribunal de Justiça.
Desse modo, em face da inviabilidade de concessão de benefício previdenciário, resultante unicamente da prova testemunhal colhida, mas despido de documentos idôneos, perde sentido deferir o pedido de outorga de salário maternidade ora deduzido em juízo.
Alega a suscitante divergência com julgados do STJ, de outras Turmas Recursais e da TNU, aduzindo, em síntese, que os documentos apresentados e a prova testemunhal, constituem início razoável de prova material de que a autora preenche os requisitos para a concessão do benefício pleiteado.
O incidente foi inadmitido.
A recorrente apresentou pedido de submissão fundado no art. 15, § 4°, do RI/TNU.
Relatados. Decido.
Trata-se de pleito em que se visa ao reexame de prova, com consequente inversão da conclusão a que chegou a decisão impugnada, na dimensão do conjunto probatório dos autos, mostrando-se manifestamente incabível o incidente de uniformização de jurisprudência suscitado.
Ante o exposto, com fundamento no artigo 7º, inciso VI, do RI/TNU, inadmito o incidente de uniformização de jurisprudência.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 13 de abril de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO N°: 0502569-04.2008.4.05.8101
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: ANTONIO ROCINETE ALVES CAVALCANTE
PROC/ADV.: MÁRCIO MILITÃO SABINO E OUTRO
REQUERIDO(A): INSS
PROC/ADV.: PRODURADORIA GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização de jurisprudência suscitado por ANTONIO ROCINETE ALVES CAVALCANTE e dirigido à Turma Nacional de Uniformização, com fundamento no art. 14, § 2°, da Lei n° 10.259/2001, em face de decisão proferida pela Segunda Turma Recursal da Seção Judiciária do Ceará, que manteve a sentença denegatória do auxílio-doença, por entender inexistente qualquer incapacidade laborativa.
Alega a suscitante divergência com decisões da Turma Recursal da Bahia e da TNU, em que foi reconhecido o direito ao benefício assistencial diante de incapacidade parcial.
O incidente foi inadmitido e a recorrente apresentou pedido de submissão fundado no art. 15, § 4°, do RI/TNU.
Relatados. Decido.
Verifica-se que o aresto indicado como paradigma não guarda a devida similitude fática com a hipótese dos autos.
O primeiro paradigma trata da possibilidade de se conceder benefício assistencial a pessoa considerada apenas temporariamente incapaz, já o segundo paradigma trata também do deferimento do benefício assistencial, mas desta vez em relação à pessoa parcialmente incapaz, mas que pela análise das condições socioeconômicas revela-se totalmente incapaz.
Vê-se, pois, que não há como se configurar a divergência jurisprudencial, porque, in casu, o benefício que se pretende é o auxílio-doença/aposentadoria por invalidez, e o motivo do indeferimento é a ausência da qualidade de segurada. Assim, por não haver identidade fática e jurídica, não há como se configurar a divergência jurisprudencial.
Por fim, a suscitante não demonstrou o dissenso jurisprudencial invocado, visto não ter realizado o necessário cotejo analítico entre o julgado hostilizado e os paradigmas citados, no sentido de trazer as circunstâncias fáticas e jurídicas que os identificam ou assemelham, conforme determina o artigo 13 do RI/TNU, conformando-se em transcrever ementas dos julgados, as quais não servem para demonstração da divergência.
Ante o exposto, com fundamento no artigo 7º, inciso VI, do RI/TNU, inadmito o incidente de uniformização de jurisprudência.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 12 de abril de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

PROCESSO N.º: 0503484-63.2007.4.05.8303
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
REQUERENTE: LUIZ GONZAGA OLINTO
PROC/ADV: MARCOS ANTÔNIO INÁCIO DA SILVA
REQUERIDO : INSS
PROC/ADV: PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização de jurisprudência suscitado por LUIZ GONZAGA OLINTO, com fundamento no art. 14, § 2.º, da Lei n.º 10.259/2001, contra decisão da Turma Recursal da Seção Judiciária de Pernambuco, que reformou a sentença que concedeu o benefício de aposentadoria por invalidez, no sentido de convertê-lo em benefício de auxílio-doença, por tratar-se de paciente jovem, e a partir da data do laudo pericial.
Alega-se divergência com julgado do Superior Tribunal de Justiça, que estabelece que o termo inicial do benefício de aposentadoria por invalidez é a data de juntada do laudo médico pericial em juízo somente quando não existir concessão de auxílio doença prévio ou não haver requerimento administrativo por parte do segurado, e da Turma Regional de Goiás, que admite a concessão da aposentadoria por invalidez a requerente com 33 anos de idade.
Incidente inadmitido pela Turma Recursal.
O suscitante apresentou requerimento na forma do art. 15, § 4º, do RI/TNU.
Relatados, decido.
Estando, em princípio, configurada a divergência jurisprudencial alegada, ADMITO o incidente, com esteio no art. 7.º, inc. VI, do RI/TNU.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 14 de abril de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº: 0503624-27.2007.4.05.8100
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: VANIA MARIA COSTA LIMA
PROC/ADV.: CIRO BARBOSA DOS SANTOS
REQUERIDO(A): INSS
PROC/ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DECISÃO

VANIA MARIA COSTA LIMA suscita incidente de uniformização de jurisprudência dirigido à Turma Nacional de Uniformização, com fundamento no art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/2001, em face de decisão proferida pela Segunda Turma Recursal da Seção Judiciária do Ceará, a qual, versando sobre pedido de auxílio-doença, manteve sentença que, ancorando-se no laudo pericial, entendeu inexistir incapacidade laboral a justificar a concessão do benefício pleiteado.
Alega divergência com julgado de Turma Recursal de outra Região, defendendo que diante de suas condições pessoais (idade avançada, baixa escolaridade) está a merecer o benefício previdenciário pleiteado, visto que incapacitada para a atividade laboral braçal que sempre desenvolveu, não tendo chances de se inserir no mercado de trabalho em outra atividade.
O incidente foi inadmitido na origem e a suscitante apresentou requerimento nos moldes do art. 15, § 4º, do RI/TNU.
Relatados, decido.
Tem-se que, a uma, a questão referente à consideração de suas condições pessoais não restou debatida pela Turma Recursal de origem, nem foram opostos embargos de declaração para tal desiderato, pelo que aplicável à hipótese a Questão de Ordem nº 10/TNU.
Ademais, a requerente defende a tese de que se encontra incapaz para as atividades laborativas, merecendo, pois, o benefício previdenciário pleiteado.
Ocorre que a decisão colegiada manteve sentença que, ancorando-se nos elementos de prova juntados ao processo, vislumbrou a capacidade laborativa da autora, de modo que a inversão da conclusão a que chegou o decisum impugnado, na dimensão do conjunto probatório dos autos, como requer a suscitante, mostra-se manifestamente incabível em sede de incidente de uniformização de jurisprudência.
Pelo exposto, nos termos do artigo 7º, inciso VI, do RI/TNU, não admito o incidente de uniformização de jurisprudência.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 11 de abril de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº: 0503628-93.2009.4.05.8100
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: ANA LIGIA SILVEIRA PLACIDO
PROC/ADV.: VÂNIA DUWE E OUTRA
REQUERIDO(A): INSS
PROC/ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DECISÃO

ANA LIGIA SILVEIRA PLACIDO suscita incidente de uniformização de jurisprudência dirigido à Turma Nacional de Uniformização, com fundamento no art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/2001, em face de decisão proferida pela Primeira Turma Recursal da Seção Judiciária do Ceará, a qual manteve sentença que julgou improcedente o pedido de salário-maternidade, aos seguintes fundamentos:
(...) não há início de prova material. Todos os documentos apresentados ou se referem a terceiros (proprietário da terra), e por isso não contêm qualquer registro da profissão da autora; são recentes, tendo sido produzidos em data imediatamente anterior ao requerimento do benefício ou são particulares, não apresentando prova de contemporaneidade. Sendo assim, não servem como prova dos fatos que necessitam ser demonstrados. Além disso, os parcos documentos juntados (particulares) datam de novembro de 2006, sendo, pois, posteriores ao parto (em maio de 2006).
5. Por outro lado, o(a) requerente não apresentou, durante a inspeção judicial, características marcantes de trabalhador(a) rural e pareceu insegura quando questionada sobre pontos específicos da atividade que declarou.
6. Sendo assim, verifico que não houve início de prova material, conforme exigido em lei, o que impede a concessão do benefício.
Alega divergência com julgados da TNU, dos quais se extrai entendimento no sentido de que o título eleitoral, a certidão emitida pela Justiça Eleitoral e a declaração de sindicato rural se prestam a caracterizar início de prova material de labor rurícola, de forma que a prova material apresentada, corroborada pelas declarações de testemunhas, comprova a atividade rural alegada.
O incidente foi inadmitido na origem e a suscitante apresentou requerimento na forma do art. 15, § 4º, do RI/TNU.
Relatados, decido.
De início, verifica-se que a suscitante não demonstrou o dissenso jurisprudencial invocado, visto que se limitou a acostar os julgados que supostamente seriam paradigmáticos, sem, porém, realizar o necessário cotejo analítico entre o decisum hostilizado e os paradigmas citados, no sentido de trazer as circunstâncias fáticas e jurídicas que os identificam ou assemelham, conforme determina o artigo 13 do RI/TNU.
Ademais, a decisão colegiada ora vergastada manteve a sentença que julgou improcedente o pedido de salário-maternidade, não apenas porque ausente documentação apta a configurar início de prova material de atividade rural, mas também pelo fato de que:
(...) o(a) requerente não apresentou, durante a inspeção judicial, características marcantes de trabalhador(a) rural e pareceu insegura quando questionada sobre pontos específicos da atividade que declarou.
Nas razões de pedido de uniformização, dedicou-se a requerente a refutar o primeiro alicerce da decisão hostilizada, qual seja, o referente à documentação apresentada, deixando, todavia, incólume aquele segundo fundamento, relativo à inspeção judicial, o qual, por si só, é capaz de manter o decidido.
Nesse panorama, aplica-se à hipótese a Questão de Ordem nº 18, da Turma Nacional de Uniformização, que assim reza:
É inadmissível o pedido de uniformização quando a decisão impugnada tem mais de um fundamento suficiente e as respectivas razões não abrangem todos eles.
Tem-se, ademais, que, em última análise, cuida-se de pleito em que se visa ao reexame de prova, com consequente inversão da conclusão a que chegou o acórdão impugnado, na dimensão do conjunto probatório dos autos, mostrando-se manifestamente incabível o incidente de uniformização de jurisprudência suscitado.
Pelo exposto, nos termos do artigo 7º, inciso VI, do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização, não admito o incidente de uniformização de jurisprudência.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 11 de abril de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO N°: 0503646-13.2006.4.05.8200
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DA PARAÍBA
REQUERENTE: JOANA FIRMINO DA SILVA
PROC/ADV.: MARCOS ANTÔNIO INÁCIO DA SILVA
REQUERIDO(A): INSS
PROC/ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização de jurisprudência interposto por JOANA FIRMINO DA SILVA, com fundamento no artigo 14, § 2º, da Lei nº 10.259/2001, em face de decisão proferida pela Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária da Paraíba, que indeferiu a concessão do benefício de auxílio-doença, haja vista que não ficou comprovada a incapacidade total do suscitante, para o exercício de suas atividades habituais.
Alega o suscitante que a decisão proferida pela referida Turma Recursal diverge de julgado da Turma Recursal da Seção Judiciária do Mato Grosso, aduzindo, em síntese, que faz jus ao reestabelecimento do pagamento do benefício do auxílio-doença, mesmo se tratando de incapacidade parcial constatada por laudo pericial.
O incidente foi admitido.
Relatados, decido.
Demonstrada, em princípio, a divergência alegada, admito o incidente, com fundamento no artigo 7º, inciso VI, do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 11 de abril de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº: 0503746-65.2006.4.05.8200
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DA PARAÍBA
REQUERENTE: VALDEMIR FELINTO DOS SANTOS
PROC./ADV: MARCOS ANTONIO INÁCIO DA SILVA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização de jurisprudência suscitado por VALDEMIR FELINTO DOS SANTOS, com fundamento no artigo 14, § 2º, da Lei nº 10.259/2001, em face de decisão da Turma Recursal dos Juizados Especiais da Seção Judiciária da Paraíba, que manteve a sentença denegatória de aposentadoria por invalidez ou de concessão do benefício de auxílio-doença, com lastro no exame médico-pericial, onde consta que a doença apresentada pelo requerente não interfere no desempenho de suas atividades e nem há indícios de seu agravamento.
Alega a suscitante divergência com julgado da Primeira Turma Recursal da Seção Judiciária do Mato Grosso, sustentando, em síntese, que a incapacidade, ainda que parcial, enseja a concessão do benefício.
O incidente foi inadmitido pelo Presidente da Turma Recursal.
O suscitante apresentou requerimento na forma do art. 15, §4º, do RI/TNU.
Relatados. Decido.
De fato, não merece admissão o presente incidente.
A decisão colegiada entendeu, com base nas provas contidas nos autos, que o requerente atualmente possui capacidade laborativa. A Turma, ao assim decidir, alicerçou-se também em peculiaridades fáticas do caso concreto.
Já o acórdão paradigma trata de trabalhadora portadora de incapacidade parcial decorrente de agravamento e evolução, situação diferente da hipótese em tela, não guardando, assim, a devida similitude fática entre os julgados, o que impede a admissão do incidente.
Nesse sentido, já decidiu a Turma Nacional de Uniformização, litteris:
PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO. ADMISSIBILIDADE.
1. Não se conhece de pedido de uniformização de interpretação de lei federal quando as decisões tidas como divergentes estão assentadas em situações de fato substancialmente diversas, pois aplicada a mesma teste jurídica a hipóteses diferentes poderá restar inadequada a solução alcançada, por defeito na técnica da subsunção.
2. O pedido de uniformização não se presta à superar divergência identificada em decisões de Turmas Recursais acerca de questões processuais. Inteligência do art. 14 da Lei 10.259/2001.
3. Incidente não conhecido. (PU nº 2002.50.50.000438-2/RJ, Relatora Juíza Federal Taís Schilling Ferraz, DJ de 30/6/2004).
Pelo exposto, nos termos do artigo 7º, inciso VI, do RI/TNU, NÃO ADMITO o incidente de uniformização de jurisprudência.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 13 de abril de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº: 0503920-42.2009.4.05.8500
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SERGIPE
REQUERENTE: EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - ECT
PROC./ADV.: MÁRIO MÁRCIO DE SOUZA MAZZONI E OUTRA
REQUERIDO(A): UBERLAN MENDES DOS SANTOS
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO

DECISÃO

Trata-se de agravo regimental interposto pela EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS, com fulcro no art. 34, inciso I, do RI/TNU, contra decisão do Presidente da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais que não admitiu o incidente de uniformização de jurisprudência suscitado.
Insiste a agravante que o incidente satisfaz aos requisitos legais necessários ao conhecimento da matéria pela Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência.
Relatados, decido.
Entendo que os argumentos apresentados pela agravante não tiveram o condão de infirmar as razões de inadmissão do incidente.
Portanto, mantenho a decisão agravada por seus próprios e jurídicos fundamentos e determino a distribuição do presente agravo regimental, nos termos do § 2.º do art. 34 do RI/TNU, com redação dada pela Resolução nº 62/2009.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 12 de abril de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO N°: 0504098-68.2007.4.05.8303
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
REQUERENTE: ROBERVAL PEREIRA MUNIZ
PROC/ADV.: MARCOS ANTONIO INÁCIO DA SILVA
REQUERIDO(A): INSS
PROC/ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DECISÃO

ROBERVAL PEREIRA MUNIZ suscita incidente de uniformização de jurisprudência, dirigido à Turma Nacional de Uniformização, com fundamento no art. 14, § 2°, da Lei n° 10.259/2001, em face de decisão proferida pela Turma Recursal Dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Pernambuco, que confirmou pelos seus próprios fundamentos a sentença em que se decidiu que a data de início do benefício corresponde à da realização da perícia judicial.
Alega o suscitante que, conforme jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça o pagamento do benefício deve ter como termo inicial a data do requerimento administrativo.
O Pedido de Uniformização foi inadmitido na origem.
O suscitante apresentou requerimento nos moldes do art. 15, §4º, do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização.
Relatados, decido.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Estando, em princípio, configurada a divergência jurisprudencial alegada, admito o incidente, com esteio no art. 7.º, inc. VI, do RI/TNU.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 14 de abril de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO N.º: 0504218-14.2007.4.05.8303
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
REQUERENTE: MANOEL AMÂNCIO NETO
PROC/ADV: MARCOS ANTÔNIO INÁCIO DA SILVA
REQUERIDO : INSS
PROC/ADV: PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização de jurisprudência suscitado por MANOEL AMÂNCIO NETO, com fundamento no art. 14, § 2.º, da Lei n.º 10.259/2001, contra decisão da Turma Recursal da Seção Judiciária de Pernambuco, que confirmou a sentença de improcedência do pedido de auxílio-doença, com a possível conversão em aposentadoria por invalidez, ao fundamento de que inexistente a incapacidade superior a 15 (quinze) dias exigida para concessão do benefício pleiteado.
Alega-se divergência com julgado da Turma Regional do Mato Grosso, que admite a concessão do auxílio-doença em caso de incapacidade parcial para o trabalho.
Incidente inadmitido pela Turma Recursal.
O suscitante apresentou requerimento na forma do art. 15, § 4º, do RI/TNU.
Relatados, decido.
Estando, em princípio, configurada a divergência jurisprudencial alegada, ADMITO o incidente, com esteio no art. 7.º, inc. VI, do RI/TNU.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 14 de abril de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº: 0505536-81.2006.4.05.8201
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DA PARAÍBA
REQUERENTE: JOSÉ IRINEU FERREIRA
PROC./ADV: MARCOS ANTONIO INÁCIO DA SILVA
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização de jurisprudência suscitado por JOSÉ IRINEU FERREIRA, com fundamento no artigo 14, § 2º, da Lei nº 10.259/2001, em face de decisão da Turma Recursal dos Juizados Especiais da Seção Judiciária da Paraíba, que manteve a sentença denegatória de aposentadoria por invalidez ou de concessão do benefício de auxílio-doença, com lastro no exame médico-pericial, onde consta que o requerente não está incapacitado para suas atividades laborais.
Alega a suscitante divergência com julgado da Primeira Turma Recursal da Seção Judiciária do Mato Grosso, sustentando, em síntese, que a incapacidade, ainda que parcial, enseja a concessão do benefício.
O incidente foi inadmitido pelo Presidente da Turma Recursal.
O suscitante apresentou requerimento na forma do art. 15, §4º, do RI/TNU.
Relatados. Decido.
De fato, não merece admissão o presente incidente.
A decisão colegiada entendeu, com base nas provas contidas nos autos, que o requerente atualmente possui capacidade laborativa. A Turma, ao assim decidir, alicerçou-se também em peculiaridades fáticas do caso concreto.
Já o acórdão paradigma trata de trabalhadora portadora de incapacidade parcial e permanente, situação diferente da hipótese em tela, não guardando, assim, a devida similitude fática entre os julgados, o que impede a admissão do incidente.
Nesse sentido, já decidiu a Turma Nacional de Uniformização, litteris:
PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO. ADMISSIBILIDADE.
1. Não se conhece de pedido de uniformização de interpretação de lei federal quando as decisões tidas como divergentes estão assentadas em situações de fato substancialmente diversas, pois aplicada a mesma teste jurídica a hipóteses diferentes poderá restar inadequada a solução alcançada, por defeito na técnica da subsunção.
2. O pedido de uniformização não se presta à superar divergência identificada em decisões de Turmas Recursais acerca de questões processuais. Inteligência do art. 14 da Lei 10.259/2001.
3. Incidente não conhecido. (PU nº 2002.50.50.000438-2/RJ, Relatora Juíza Federal Taís Schilling Ferraz, DJ de 30/6/2004).
Pelo exposto, nos termos do artigo 7º, inciso VI, do RI/TNU, NÃO ADMITO o incidente de uniformização de jurisprudência.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 13 de abril de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO N.º: 0505853-51.2007.4.05.8102
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: MARIA DO SOCORRO ALVES DOS SANTOS
ADVOGADO(A): ANTONIO GERALDO LEITE
REQUERIDO : INSS
PROCURADOR: PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização de jurisprudência suscitado por MARIA DO SOCORRO ALVES DOS SANTOS e dirigido à Turma Nacional de Uniformização, com fundamento no art. 14, § 2°, da Lei n° 10.259/2001, em face de decisão proferida pela Segunda Turma Recursal da Seção Judiciária do Ceará, que negou o pedido de concessão de pensão por morte, haja vista que o marido da parte autora não ostentava a qualidade de segurado na ocasião do seu óbito em 01/02/2006, uma vez que não efetuava o recolhimento de suas contribuições para previdência desde o mês de maio de 2005, um ano antes de seu falecimento, conforme consta do CNIS apresentado pelo INSS por ocasião da sustentação oral apresentada durante a sessão de julgamento desta turma.
Alega que a decisão vergastada violou o inciso V, letra "f", do artigo 11, da Lei nº 8.213/91, defendendo que o falecido detinha a qualidade de segurado por ocasião do óbito, já que exercia a atividade de comerciante - contribuinte individual.
O incidente não foi admitido na origem.
A suscitante apresentou requerimento na forma do art. 15, § 4º, do RI/TNU.
Relatados. Decido.
A divergência autorizadora do pedido de uniformização de jurisprudência dirigido à TNU é aquela fundada entre decisões de turmas de diferentes regiões ou da proferida em contrariedade a súmula ou jurisprudência dominante do STJ, consoante reza o art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/2001.
Ocorre que nas razões do presente pedido de uniformização não foi apontado julgado algum como paradigma, de sorte que padece de deficiência de fundamentação recursal a inviabilizar o seu seguimento.
Pelo exposto, com fundamento no artigo 7º, inciso VI, do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização, não admito o incidente de uniformização de jurisprudência.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 11 de abril de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº: 0506727-42.2007.4.05.8100
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: JOÃO COELHO DA SILVA
PROC./ADV.: CIRO BARBOSA DOS SANTOS
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização de jurisprudência suscitado por JOÃO COELHO DA SILVA e dirigido à Turma Nacional de Uniformização, com fundamento no art. 14, § 2°, da Lei n° 10.259/2001, em face de decisão proferida pela Segunda Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Ceará (5ª Região), a qual manteve a sentença por seus próprios fundamentos, que havia negado o direito do autor à conversão do benefício do auxílio-doença em aposentadoria por invalidez, por não ter sido comprovada sua a incapacidade laborativa.
Destaco os seguintes trechos da sentença, verbis:
Na hipótese, o laudo pericial judicial atestou ter sido o requerente vítima de atropelamento em 1997, o que pode ter ocasionado encefalomalácia ou gliose pós-cirúrgica, face à área hipodensa mal definida, na região parietal anterior esquerda, sem exercer efeito expansivo ou ex-vácuo sobre as estruturas adjacentes. Informou, ainda, que o autor defende a persistência de crises convulsivas até os dias de hoje.
Concluiu, no entanto, não haver incapacidade para o trabalho,e que as crises convulsivas consistem em seqüelas do traumatismo crânio encefálico cujo tratamento pode ser feito com o uso de fenobarbital.
Dessa forma, ancorando-me na conclusão pericial e na experiência comum e em face ao princípio do livre convencimento motivado do juiz, concluo não haver incapacidade para o trabalho, razão pela qual não lhe assiste o direito ao benefício requerido.
Alega o requerente divergência com julgado da Turma Recursal do Tocantins, que reconheceu legítimo o restabelecimento do auxílio-doença e posterior conversão em aposentadoria por invalidez, em que pese o laudo pericial concluir que o autor não está incapacitado para o seu trabalho, diante da possibilidade mínima de aceitação, pelo mercado de trabalho.
Pedido de Uniformização inadmitido.
O suscitante apresentou requerimento na forma do art. 15, § 4º, do RI/TNU.
Relatados. Decido.
Inexiste a apontada divergência entre o acórdão recorrido e o acórdão tido como paradigma, ante a ausência de similitude fática entre os julgados.
Com efeito, a Turma Recursal da Seção Judiciária do Ceará (5ª Região), negou provimento ao recurso, tendo decidido que a parte autora não havia preenchido os requisitos para a concessão do auxílio-doença, visto a ausência de patologia incapacitante para o trabalho. Por outro lado, o acórdão colacionado observa particularidades daquele julgamento lastreado no respectivo conjunto fático-probatório.
Por fim, cuida-se, em última análise, de pleito em que se visa ao reexame de prova, com consequente inversão da conclusão a que chegou a decisão impugnada, na dimensão do conjunto probatório dos autos, mostrando-se manifestamente incabível o incidente de uniformização de jurisprudência suscitado.
Pelo exposto, com fundamento no artigo 7º, inciso VI, do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização, não admito o incidente de uniformização.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 04 de abril de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº: 0510754-73.2009.4.05.8100
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: EVANDRO JOSÉ DOS SANTOS MENEZES
PROC./ADV.: MARIA ANDIARA GOMES IZIDÓRIO E OUTROS
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização suscitado por ANA PAULA DA SILVA BATISTA, com fulcro no art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/01, em face de decisão de Turma Recursal da Seção Judiciária do Ceará, a qual manteve a sentença que denegou o pedido de concessão de auxílio doença à parte autora, à consideração de que: O laudo pericial revelou que a Autora 'é portadora de discopatia cervical e lombar. A discopatia cervical e lombar não inviabiliza para atividade laboral que antes desenvolvia já que a mesma não lidava com peso, realizava atividades sentadas, com fiação de tecidos'. Desta sorte, em consonância com os termos expendidos no laudo pericial, a parte autora não possui qualquer doença ou deficiência que a torne incapaz de realizar suas atividades laborativas habituais (...).
Alega a Requerente divergência com julgados da Turma Nacional de Uniformização, bem como do Superior Tribunal de Justiça, à consideração de que não estando o juiz vinculado ao laudo pericial, pode o benefício requerido lhe ser concedido com fundamento em outros elementos constantes dos autos, inclusive as suas condições pessoais e sociais.
O incidente foi inadmitido e a parte apresentou requerimento, na forma do art. 15, § 4º, do RI/TNU.
Relatados. Decido.
Verifica-se que os arestos indicados como paradigma não guardam a devida similitude fática com a hipótese dos autos. Segundo expressamente consignado na sentença, a perícia médica atestou que a capacidade laborativa permanente da Requerente está preservada, sendo que os paradigmas mencionam incapacidade, ainda que parcial, para o trabalho habitual.
Ademais, nos precedentes colacionados, analisou-se o conjunto probatório dos autos para, observadas as peculiaridades do caso concreto, conceder-se o auxílio doença ou a aposentadoria por invalidez. Cuida-se, em última análise, de pleito a exigir o reexame de prova, o que inadmissível em sede de incidente de uniformização, conforme cediço.
Tais as razões expendidas, com fundamento no artigo 7º, inciso VI, do RI/TNU, não admito o recurso vertente.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 11 de abril de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº: 0509237-28.2007.4.05.8100
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: ROZIANE PEREIRA DA SILVA
PROC/ADV.: VÂNIA DUWE E OUTRA
REQUERIDO(A): INSS
PROC/ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DECISÃO

ROZIANE PEREIRA DA SILVA suscita incidente de uniformização de jurisprudência dirigido à Turma Nacional de Uniformização, com fundamento no art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/2001, em face de decisão proferida pela Primeira Turma Recursal da Seção Judiciária do Ceará, a qual manteve sentença que julgou improcedente o pedido de salário-maternidade, aos seguintes fundamentos:
(...) a maioria da documentação é datada de posteriormente ao nascimento da criança, que ocorreu em 05 de março de 2006, não havendo início de prova material que comprove o período de carência de 10 contribuições.
7. De fato, a filiação ao sindicato ocorreu após o nascimento da criança.
8. A documentação da prefeitura, por sua vez, é meramente declaratória e possui altos indícios de irregularidades, como a Ficha de Informação de Atenção Básica (anexo 8), que teria sido digitada no dia 27.07.2004, preenchida no dia 04.05.2005 e já consta o nascimento da filha da autora, com data de 03.05.2006.
9. Portanto, ante a ausência de início de prova material, a prova testemunhal não é suficiente, por si só, para o deferimento do benefício previdenciário, consoante a melhor jurisprudência:
(...)
10. Não obstante, em seu depoimento pessoal, instigada a falar tudo que sabia sobre o plantio de milho e feijão, a autora não soube desenvolver o assunto, como se programada apenas para responder perguntas. Não demonstrou desenvoltura em sua explanação, evidenciando que dependia da formulação de questionamentos para poder relatar como é o trabalho na agricultura.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

11. Também revelou diversas inconsistências em seu depoimento, afirmando que colhiam mais sacos de feijão do que de milho, quando, na totalidade dos casos julgados procedentes, os autores sempre afirmam que a colheita do milho rende maior número de sacos.12. Por fim, em inspeção judicial realizada na autora, pude verificar que suas mãos possuíam poucos calos, fato que milita em desfavor de sua pretensão.
Alega divergência com julgado do STJ, defendendo que os documentos não necessitam ser contemporâneos ao período que se pretende comprovar, de forma que a prova material apresentada, corroborada pelas declarações de testemunhas, comprova a atividade rural alegada.
O incidente foi inadmitido na origem e a suscitante apresentou requerimento na forma do art. 15, § 4º, do RI/TNU.
Relatados, decido.
De início, verifica-se que a suscitante não demonstrou o dissenso jurisprudencial invocado, visto que se limitou a acostar o julgado que supostamente seria paradigmático, sem, porém, realizar o necessário cotejo analítico entre o decisum hostilizado e o paradigma citado, no sentido de trazer as circunstâncias fáticas e jurídicas que os identificam ou assemelham, conforme determina o artigo 13 do RI/TNU.
Ademais, a decisão colegiada ora vergastada manteve a sentença que julgou improcedente o pedido de salário-maternidade, não apenas porque ausente documentação apta a configurar início de prova material de atividade rural, mas também pelo fato de que:
(...) em seu depoimento pessoal, instigada a falar tudo que sabia sobre o plantio de milho e feijão, a autora não soube desenvolver o assunto, como se programada apenas para responder perguntas. Não demonstrou desenvoltura em sua explanação, evidenciando que dependia da formulação de questionamentos para poder relatar como é o trabalho na agricultura.
11. Também revelou diversas inconsistências em seu depoimento, afirmando que colhiam mais sacos de feijão do que de milho, quando, na totalidade dos casos julgados procedentes, os autores sempre afirmam que a colheita do milho rende maior número de sacos.12. Por fim, em inspeção judicial realizada na autora, pude verificar que suas mãos possuíam poucos calos, fato que milita em desfavor de sua pretensão.
Nas razões de pedido de uniformização, dedicou-se a requerente a refutar o primeiro alicerce da decisão hostilizada, qual seja, o referente à documentação apresentada, deixando, todavia, incólume aquele segundo fundamento, relativo ao depoimento pessoal colhido e à inspeção judicial, o qual, por si só, é capaz de manter o decidido.
Nesse panorama, aplica-se à hipótese a Questão de Ordem nº 18, da Turma Nacional de Uniformização, que assim reza:
É inadmissível o pedido de uniformização quando a decisão impugnada tem mais de um fundamento suficiente e as respectivas razões não abrangem todos eles.
Tem-se, ademais, que, em última análise, cuida-se de pleito em que se visa ao reexame de prova, com consequente inversão da conclusão a que chegou o acórdão impugnado, na dimensão do conjunto probatório dos autos, mostrando-se manifestamente incabível o incidente de uniformização de jurisprudência suscitado.
Pelo exposto, nos termos do artigo 7º, inciso VI, do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização, não admito o incidente de uniformização de jurisprudência.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 11 de abril de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº :0501046-18.2007.4.05.8100
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: JOSÉ SOARES DE OLIVEIRA
PROC./ADV.: CIRO BARBOSA DOS SANTOS
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização de jurisprudência suscitado por JOSÉ SOARES DE OLIVEIRA e dirigido à Turma Nacional de Uniformização, com fundamento no art. 14, § 2°, da Lei n° 10.259/2001, em face de acórdão proferido por Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Ceará, o qual manteve sentença que julgou improcedente o pedido de concessão do benefício auxílio-doença, nestes termos:
O laudo médico-pericial afirmou que o requerente apresenta surdo-mudez de longa data e que a referida deficiência não prejudicava o desempenho das suas funções de balconista. Contudo, há cerca de quatro anos o requerente sofreu um traumatismo crânio-encefálico que agravou o quadro clínico do promovente, dando ensejo a concessão do benefício previdenciário do auxílio-doença até maio de 2007, quando foi cessado administrativamente.
O expert concluiu, no entanto, que, atualmente, não há incompatibilidade com a atividade profissional exercida pelo promovente (balconista), desde que respeitadas as devidas restrições relacionadas à sua doença de base. Há que se considerar que a parte autora já vinha exercendo tal atividade há vários anos, já padecendo de sua patologia auditiva.
Assim sendo, em face da ausência de incapacidade para a atividade laborativa habitual atestada por médico perito designado por este juízo não há direito ao restabelecimento do benefício do auxílio-doença cessado administrativamente pelo INSS.
Alega o Requerente divergência com julgado da Turma Recursal de Mato Grosso, relevando, neste caso, que embora o laudo médico informe que a autora não é portadora de enfermidade ou patologia, levou em consideração o quadro clínico da autora, em função das graves limitações de movimento da coluna e dos membros inferiores, que é incompatível com a atividade laborativa que vinha exercendo, como doméstica ou costureira, inviabilizando a sua reabilitação para o mesmo tipo de atividade.
O Pedido de Uniformização inadmitido, mas foi apresentado requerimento, na forma do art. 15, § 4º, do RI/TNU.
Relatados. Decido.
Inexiste a apontada divergência entre o acórdão recorrido e o acórdão apontado como paradigma, dada a ausência de similitude fática entre os julgados. Realço, no particular, que no acórdão paradigma concluise pela incompatibilidade da doença da autora, com as funções por ela exercidas, ao passo que no presente caso, apontou-se pela inexistência de incompatibilidade entre a função de balconista com a surdo-mudez do autor.
No mais, cuida-se de incidente cujo provimento não prescinde de reexame probatório, o que vedado nesta via estreita, consoante cediço.
Pelo exposto, com fundamento no artigo 7º, inciso VI, do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização, não admito o incidente de uniformização.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 17 de maio de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO N.º: 0513105-14.2007.4.05.8100
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: MARIA ANTONIA VALDIVINO DE SOUZA
ADVOGADO(A): VÂNIA DUWE E OUTRA
REQUERIDO(A): INSS
PROCURADOR(A): PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DECISÃO

MARIA ANTONIA VALDIVINO DE SOUZA suscita incidente de uniformização de jurisprudência, com fundamento no art. 14, § 2.º, da Lei n.º 10.259/2001, contra decisão da Turma Recursal da Seção Judiciária do Ceará, que confirmou a sentença de improcedência do pedido de salário-maternidade, ao fundamento de que os documentos juntados pela requerente não se prestam a demonstrar a sua condição de segurada especial, resultante do desempenho de atividade rural no período de dez meses imediatamente anterior à data do parto.
Alega-se divergência com julgados da Turma Nacional de Uniformização (Processos n.ºs 200581100685760 e 200443009016456).
O incidente não foi admitido.
A suscitante apresentou requerimento de reexame da admissibilidade, na forma do art. 15, § 4º, do RI/TNU.
Relatados, decido.
A divergência alegada está, em princípio, configurada.
Ante o exposto, com esteio no art. 7.º, inc. VI, do RI/TNU, admito o incidente.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 13 de abril de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº: 0516592-21.2009.4.05.8100
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: MARIA CUNHA DO NASCIMENTO
PROC/ADV.: MANUEL BEZERRA DA SILVA
REQUERIDO(A): INSS
PROC/ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DECISÃO

MARIA CUNHA DO NASCIMENTO suscita incidente de uniformização de jurisprudência dirigido à Turma Nacional de Uniformização, com fundamento no art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/2001, em face de decisão proferida pela Segunda Turma Recursal da Seção Judiciária do Ceará, a qual manteve sentença que julgou improcedente pedido de aposentadoria rural, ao fundamento de que:
(...) Relativamente à condição de trabalhador rural, a parte autora acostou aos autos, cópia de sua certidão de casamento, na qual está consignada como agricultor a profissão de seu marido, documento considerado pela jurisprudência pátria como indicativo de exercício de atividade rural.
No entanto, constata-se através de pesquisa no INFBEM - Informações de Beneficio, no Sistema Plenus da DATAPREV, que a parte promovente recebe pensão por morte previdenciária, tendo como ramo de atividade do de cujus a de comerciário, o que desqualifica o documento retro.
Os demais documentos juntados não foram suficientes para formar minha convicção acerca do exercício de atividade rural por parte da promovente no período equivalente à carência do benefício.
Ademais, as testemunhas, a quem compete delimitar o período de atividade exercida, não conseguiram atestar, de maneira convincente, sua condição de trabalhadora rural, pois pouco sabiam a respeito do trabalho rural da promovente. Enfim, a prova testemunhal, aliada a documentos muito frágeis, não conseguiram firmar, neste Magistrado, a certeza de que a promovente exerceu a atividade agrícola pelo menos no período equivalente à carência do benefício.
É importante ressaltar que as Declarações de exercício de atividade rural que, mesmo firmadas pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Mulungu, equivalem a meros testemunhos escritos. Portanto, tais documentos se afiguram bem frágeis para servirem de início de prova material do exercício de atividade rural por parte da promovente.
Alega divergência com jurisprudência do STJ, defendendo que as declarações de sindicato se prestam a configurar início de prova material de labor rurícola e que o fato de um membro da família desenvolver trabalho urbano não descaracteriza o regime de economia familiar da atividade campesina.
O incidente foi inadmitido na origem e a suscitante apresentou requerimento na forma do art. 15, § 4º, do RI/TNU.
Relatados, decido.
De início, verifica-se que a suscitante não demonstrou o dissenso jurisprudencial invocado, visto que se limitou a acostar em anexo os julgados que supostamente seriam paradigmáticos, sem, porém, realizar o necessário cotejo analítico entre o decisum hostilizado e os paradigmas citados, no sentido de trazer as circunstâncias fáticas e jurídicas que os identificam ou assemelham, conforme determina o artigo 13 do RI/TNU.
Ademais, a decisão colegiada manteve sentença que julgou improcedente o pedido de aposentadoria rural, não apenas em razão do vínculo urbano do cônjuge da autora e em face da ausente documentação apta a configurar início de prova material de atividade rural, mas também pelo fato de que:
(...) as testemunhas, a quem compete delimitar o período de atividade exercida, não conseguiram atestar, de maneira convincente, sua condição de trabalhadora rural, pois pouco sabiam a respeito do trabalho rural da promovente.
Nas razões de pedido de uniformização, dedicou-se a requerente simplesmente a defender que a documentação apresentada se prestaria a configurar início de prova material, bem como que o vínculo urbano não descaracterizaria o labor rurícola, deixando, todavia, incólume aquele outro fundamento relativo à fragilidade da prova testemunhal colhida, o qual, por si só, é capaz de manter o decidido.
Nesse panorama, aplica-se à hipótese a Questão de Ordem nº 18, da Turma Nacional de Uniformização, que assim reza:
É inadmissível o pedido de uniformização quando a decisão impugnada tem mais de um fundamento suficiente e as respectivas razões não abrangem todos eles.
Tem-se, ademais, que, em última análise, cuida-se de pleito em que se visa ao reexame de prova, com consequente inversão da conclusão a que chegou o acórdão impugnado, na dimensão do conjunto probatório dos autos, mostrando-se manifestamente incabível o incidente de uniformização de jurisprudência suscitado.
Pelo exposto, nos termos do artigo 7º, inciso VI, do RI/TNU, não admito o incidente de uniformização de jurisprudência.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 6 de maio de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº: 0516620-57.2007.4.05.8100
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: VANUSA DE CASTRO SILVA
PROC/ADV.: VÂNIA DUWE E OUTRA
REQUERIDO(A): INSS
PROC/ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DECISÃO

VANUSA DE CASTRO SILVA suscita incidente de uniformização de jurisprudência dirigido à Turma Nacional de Uniformização, com fundamento no art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/2001, em face de decisão proferida pela Segunda Turma Recursal da Seção Judiciária do Ceará, a qual julgou improcedente o pedido de salário-maternidade, aos seguintes fundamentos:
No caso em apreço, verifica-se que os documentos acostados aos autos não estão aptos a conferir à parte a condição de rurícola, prestando-se a demonstrar o desempenho da atividade rural no período exigido em lei, sobretudo por serem documentos expedidos em nome de terceiros, resultantes de declarações unilaterais ou de mera adesão da parte ou, ainda, expedidos fora do período de carência, na iminência da propositura do pleito ou requerimento administrativo, ou ainda, posteriores ao parto.
Observe-se que o início de prova material deve ser necessariamente complementado por prova testemunhal, a qual, uma vez contraditória e/ou incoerente para o fim a que se propõe, torna vulnerável a documentação apresentada.
Alega divergência com julgados do STJ e da TNU, dos quais se extrai entendimento no sentido de que o título eleitoral, a certidão emitida pela Justiça Eleitoral e a declaração de sindicato rural se prestam a caracterizar início de prova material de labor rurícola, de forma que a prova material apresentada, corroborada pelas declarações de testemunhas, comprova a atividade rural alegada.
O incidente foi inadmitido na origem e a suscitante apresentou requerimento na forma do art. 15, § 4º, do RI/TNU.
Relatados, decido.
De início, verifica-se que a suscitante não demonstrou o dissenso jurisprudencial invocado, visto que se limitou a acostar os julgados que supostamente seriam paradigmáticos, sem, porém, realizar o necessário cotejo analítico entre o decisum hostilizado e os paradigmas citados, no sentido de trazer as circunstâncias fáticas e jurídicas que os identificam ou assemelham, conforme determina o artigo 13 do RI/TNU.
Ademais, a decisão colegiada julgou improcedente o pedido de salário-maternidade, não apenas porque ausente documentação apta a configurar início de prova material de atividade rural, mas também pelo fato de que:
(...) o início de prova material deve ser necessariamente complementado por prova testemunhal, a qual, uma vez contraditória e/ou incoerente para o fim a que se propõe, torna vulnerável a documentação apresentada.
Nas razões de pedido de uniformização, dedicou-se a requerente a refutar o primeiro alicerce da decisão hostilizada, qual seja, o referente à documentação apresentada, deixando, todavia, incólume aquele segundo fundamento, relativo à prova testemunhal contraditória, o qual, por si só, é capaz de manter o decidido.
Nesse panorama, aplica-se à hipótese a Questão de Ordem nº 18, da Turma Nacional de Uniformização, que assim reza:

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

É inadmissível o pedido de uniformização quando a decisão impugnada tem mais de um fundamento suficiente e as respectivas razões não abrangem todos eles.
Tem-se, ademais, que, em última análise, cuida-se de pleito em que se visa ao reexame de prova, com consequente inversão da conclusão a que chegou o acórdão impugnado, na dimensão do conjunto probatório dos autos, mostrando-se manifestamente incabível o incidente de uniformização de jurisprudência suscitado.
Pelo exposto, nos termos do artigo 7º, inciso VI, do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização, não admito o incidente de uniformização de jurisprudência.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 13 de abril de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº: 0518952-60.2008.4.05.8100
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO(A): MARIA ELIETE CAMPOS VIEIRA
PROC./ADV.: ALINE DE CARVALHO CAVALCANTI

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização suscitado pela UNIÃO, com fulcro no art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/01, dirigido à Turma Nacional de Uniformização, em face de decisão da Segunda Turma Recursal da Seção Judiciária do Ceará que, ao manter a sentença, condenou a ré ao pagamento das diferenças da Gratificação de Desempenho de Atividade da Seguridade Social e do Trabalho - GDASST, decorrentes do pagamento de valores inferiores a 40 pontos, no período de 01.04.02 a 30.04.04, bem como inferiores a 60 pontos, a partir de 01.05.04 a 29.02.08.
Alega a suscitante que a decisão é ilíquida, porquanto deixou de apresentar o valor da condenação, conforme determinado pelo art. 38, parágrafo único, da Lei nº 9.099/95, invocando divergência com julgados da Turma Recursal de Minas Gerais e da Turma Regional de Uniformização de Jurisprudência da 1ª Região.
Aponta, ainda, divergência com julgado da TNU em relação à forma de distribuição dos pontos da referida gratificação.
O incidente foi inadmitido e a parte apresentou requerimento, na forma do art. 15, § 4º, do RI/TNU.
Relatados. Decido.
Estando, em princípio, configurada a divergência jurisprudencial alegada, admito o incidente, com fulcro no art. 7º, inciso VI, do RI/TNU.
Noutro giro, observo que há multiplicidade de recursos de mesmo objeto em trâmite nesta Turma Nacional de Uniformização. Nesse sentido, com base no art. 15, § 2º e seguintes, da Resolução 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, determino:
a) a imediata distribuição deste feito e sua inclusão em pauta na próxima sessão de julgamentos;
b) o retorno para as Turmas Recursais e o sobrestamento dos incidentes nacionais de mesmo objeto que já tenham sido remetidos a esta Turma Nacional, bem como o sobrestamento daqueles em trâmite nas Turmas Recursais e Regionais;
c) que, após o trânsito em julgado do presente incidente, oficie-se os Presidentes das Turmas Recursais e Regionais para que, com o efeito previsto no art. 15, § 3º, do supracitado ato normativo, readéquem ou mantenham os acórdãos recorridos.
Comunique-se aos demais membros da Turma Nacional o teor da decisão.
Oficie-se aos Presidentes das Turmas Recursais e Regionais.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 11 de março de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº: 0519260-96.2008.4.05.8100
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: ALDENORA MARIA DA CONCEIÇÃO SANTOS
PROC/ADV.: ALEXSANDRA HONORATO E OUTRA
REQUERIDO(A): INSS
PROC/ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DECISÃO

ALDENORA MARIA DA CONCEIÇÃO SANTOS suscita incidente de uniformização de jurisprudência dirigido à Turma Nacional de Uniformização, com fundamento no art. 14, § 2°, da Lei n° 10.259/2001, em face de decisão proferida por Turma Recursal da Seção Judiciária do Ceará, que confirmou a sentença denegatória de aposentadoria por idade rural,
Alega a Suscitante divergência com julgados da Turma Nacional de Uniformização e do Superior Tribunal de Justiça, aduzindo, em síntese, que os documentos apresentados devem ser considerados como início de prova material.
O incidente foi inadmitido, mas a Suscitante apresentou pedido de submissão fundado no art. 15, § 4°, do RI/TNU.
Relatados. Decido.
Estando configurada a divergência jurisprudencial alegada, admito o incidente, com esteio no art. 7º, inciso VI, do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 27 de abril de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº: 0519731-15.2008.4.05.8100
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO(A): CÉLIA MARIA MACEDO FONTENELE VIDAL
PROC./ADV.: GILBERTO SIEBRA MONTEIRO

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização suscitado pela UNIÃO, com fulcro no art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/01, dirigido à Turma Nacional de Uniformização, em face de decisão da Turma Recursal da Seção Judiciária do Ceará, que manteve a sentença de parcial procedência do pedido de pagamento das diferenças relativas à Gratificação de Desempenho de Atividade de Seguridade Social e do Trabalho - GDASST, pagas à parte autora, a título de proventos da aposentadoria, em valores inferiores aos pagos aos servidores em atividade.
A sentença assegurou à parte autora o direito ao pagamento da referida gratificação, observada a correspondência a 60 (sessenta) pontos, de acordo com os critérios estabelecidos pela Lei 10.483/2002 e posteriormente alterados pela MP 198/2001, a partir de junho de 2002 até 31 de dezembro de 2008, ou seja, até o advento da Lei 11.784/2008.
Alega a suscitante que a pontuação determinada pela decisão impugnada não está em conformidade com o entendimento do Supremo Tribunal Federal e da Turma Nacional de Uniformização. Invoca o RE n.º 572.052/RN e o Processo 200684025000188, respectivamente.
O incidente foi inadmitido e a parte apresentou requerimento, na forma do art. 15, § 4º, do RI/TNU.
Relatados, decido.
A divergência jurisprudencial alegada está, em princípio, configurada.
Em razão do exposto, nos termos do art. 7º, inciso VI, do RI/TNU, admito o presente incidente de uniformização de jurisprudência.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 14 de abril de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº: 0521014-73.2008.4.05.8100
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO(A): MARIA MADALENA FERREIRA MARTINS
PROC./ADV.: GILBERTO SIEBRA MONTEIRO

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização suscitado pela UNIÃO, com fulcro no art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/01, dirigido à Turma Nacional de Uniformização, em face de decisão da Turma Recursal da Seção Judiciária do Ceará, que deu parcial provimento a recurso inominado da União, mas manteve substancialmente a sentença de parcial procedência do pedido de pagamento das diferenças relativas à Gratificação de Desempenho de Atividade de Seguridade Social e do Trabalho - GDASST, pagas à parte autora, a título de proventos da aposentadoria, em valores inferiores aos pagos aos servidores em atividade.
A sentença assegurou à parte autora o direito ao pagamento da referida gratificação, observada a correspondência a 60 (sessenta) pontos, de acordo com os critérios estabelecidos pela Lei 10.483/2002 e posteriormente alterados pela MP 198/2001, a partir de 31 de julho de 2003, respeitada a prescrição quinquenal.
Alega a suscitante que a pontuação determinada pela decisão impugnada não está em conformidade com o entendimento do Supremo Tribunal Federal e da Turma Nacional de Uniformização. Invoca o RE n.º 572.052/RN e o Processo 200684025000188, respectivamente.
O incidente foi inadmitido e a parte apresentou requerimento, na forma do art. 15, § 4º, do RI/TNU.
Relatados, decido.
A divergência jurisprudencial alegada está, em princípio, configurada.
Em razão do exposto, nos termos do art. 7º, inciso VI, do RI/TNU, admito o presente incidente de uniformização de jurisprudência.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 14 de abril de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

DESPACHOS PRESIDENTE DA TURMA

AUTOS VIRTUAIS

PROCESSO Nº: 2004.61.28.004282-1
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): MARIA APARECIDA DA SILVA
PROC./ADV.: EVANGELISTA ALVES PINHEIRO

DESPACHO

A matéria em debate encontra-se sobrestada pelo MINISTRO JORGE MUSSI, conforme decidido na PET 7.436/PR, que tramita no Superior Tribunal de Justiça. Em cumprimento a tal decisão, suspendo os presentes autos até o julgamento da citada PET.
Após o trânsito em julgado, subam conclusos novamente os autos.
Cumpra-se.
Brasília, 12 de maio de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº: 2004.61.84.061975-9
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO
REQUERENTE: LENIRA ALVES DE FREITAS E OUTRO
PROC./ADV.: WILLIAN SARMENTO DO ESPÍRITO SANTO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DESPACHO

Trata-se de incidente de uniformização de jurisprudência suscitado por LENIRA ALVES DE FREITAS E OUTRO e dirigido à Turma Regional de Uniformização da 3ª Região, em face de decisão da Primeira Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo.
O incidente foi inadmitido pelo ilustre Presidente da Turma Recursal.
Os suscitantes pediram o envio do incidente para a Turma Regional, entretanto, o recurso foi remetido para a Turma Nacional.
Ocorre, contudo, que o presente pedido de uniformização foi interposto, com base no § 1º do art. 14 da Lei 10.259/01, contendo decisões paradigma da mesma Região, não sendo, portanto, a Turma Nacional competente para apreciar o presente incidente.
Pelo exposto, remetam-se os autos à Presidência da Turma Regional dos Juizados Especiais Federais da 3ª Região.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 4 de abril de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº: 2005.63.01.356416-2
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO
REQUERENTE: FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIAGERAL DA FAZENDA NACIONAL
REQUERIDO(A): MARCIO MAGNO CARVALHO XAVIER
PROC./ADV.: MARCIO MAGNO CARVALHO XAVIER

DESPACHO

Trata-se de incidente de uniformização de jurisprudência dirigido à Turma Nacional de Uniformização, interposto com base no art. 14, § 2º da Lei 10.259/01, suscitado pela UNIÃO em face de decisão da Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo.
Compulsando os autos, verifico que não consta no rol de arquivos virtuais do processo eletrônico a decisão colegiada da Turma Recursal de São Paulo, de forma que é imperioso que o feito retorne à origem para inclusão da referida decisão, de forma a viabilizar o juízo de admissibilidade do presente Incidente de Uniformização de Jurisprudência.
Pelo exposto, remetam-se os autos à Presidência da Turma Recursal de São Paulo.
Cumpra-se.
Brasília, 7 de abril de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº: 2005.63.02.008983-4
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO
REQUERENTE: MOACIR CLAUDINO
PROC./ADV.: DÁZIO VASCONCELOS E OUTRO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DESPACHO

Trata-se de incidente de uniformização de jurisprudência dirigido à Turma Nacional de Uniformização suscitado por MOACIR CLAUDINO em face de decisão de Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo.
Compulsando os autos, verificou-se que não constam no rol de arquivos do processo eletrônico aqueles correspondentes à sentença, pedido de uniformização propriamente dito, decisão de admissibilidade e requerimento de submissão, de forma que é imperioso que o feito retorne à Turma Recursal para regularização dos autos eletrônicos.
Pelo exposto, remetam-se os autos à Presidência da Turma Recursal de São Paulo.
Cumpra-se.
Publique-se.
Brasília, 01 de abril de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

PROCESSO N.º: 2005.71.52.004032-8
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: EDSON JOSÉ REIS DE SOUZA
PROC./ADV.: ERIC R. J. DE MATTOS
REQUERIDO : FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL DA FAZENDA NACIONAL

DESPACHO

Trata-se de incidente de uniformização dirigido à Turma Regional da 4.ª Região.
Encaminhem-se os autos.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 31 de março de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO N.º: 2005.71.52.004132-1
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: OSMAR ROODES RODRIGUES
PROC./ADV.: ERIC R. J. DE MATTOS
REQUERIDO : FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL DA FAZENDA NACIONAL

DESPACHO

Trata-se de incidente de uniformização dirigido à Turma Regional da 4.ª Região.
Encaminhem-se os autos.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 31 de março de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº: 2006.71.63.003563-0
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: HOMERO GERALDO NEDEL
PROC/ADV.: CARLOS BERKENBROCK
REQUERIDO(A): INSS
PROC/ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DESPACHO

Trata-se de incidente de uniformização de jurisprudência proposto por HOMERO GERALDO NEDEL, com fundamento no artigo 14, caput e § 2º, da Lei nº 10.259/2001, em face de decisão proferida pela Primeira Turma Recursal da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul.
O incidente foi inadmitido pelo ilustre Presidente da Turma Recursal.
O suscitante, por sua vez, requereu o envio do incidente para a Turma Nacional de Uniformização.
Ocorre, contudo, que o presente pedido de uniformização foi interposto, com base no § 1º do art. 14 da Lei 10.259/01, contendo decisões paradigma da mesma Região, não sendo, portanto, a Turma Nacional competente para apreciar o presente incidente. Deve, pois, a questão da admissibilidade ser decidida pela ilustre presidente da Turma Regional dos Juizados Especiais Federais da 4ª Região.
Pelo exposto, remetam-se os autos à Presidência da Turma Regional dos Juizados Especiais Federais da 4ª Região.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 21 de março de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº: 2007.70.50.019273-7
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE:FAZENDA NACIONAL
PROC/ADV.: PROCURADORIA GERAL DA FAZENDA NACIONAL
REQUERIDO(A): ANA PAULA SCAPIM
PROC/ADV.: NÃO CONSTITUÍDO

DESPACHO

Trata-se de pedido de uniformização aviado pela FAZENDA NACIONAL, com espeque no art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/2001, em face de decisão proferida pela Turma Recursal da Seção Judiciária do Paraná.
Encaminhem-se os autos ao Exmo. Sr. Juiz Federal Relator do Incidente de Uniformização, para fins de apreciação do pedido de desistência informado pela Presidência da 2ª Turma Recursal do Paraná.
Cumpra-se.
Brasília, 14 de abril de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº: 2007.71.52.000353-5
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: CLAUDINO EDUARDO GIACOMINI
PROC/ADV.: CARLOS BERKENBROCK
REQUERIDO(A): INSS
PROC/ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DESPACHO

Trata-se de incidente de uniformização de jurisprudência proposto por CLAUDINO EDUARDO GIACOMINI, com fundamento no artigo 14, caput e § 2º, da Lei nº 10.259/2001, em face de decisão proferida pela Primeira Turma Recursal da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul,
O incidente foi inadmitido pelo ilustre Presidente da Turma Recursal.
O suscitante, por sua vez, requereu o envio do incidente para a Turma Nacional de Uniformização.
Ocorre, contudo, que o presente pedido de uniformização foi interposto, com base no § 1º do art. 14 da Lei 10.259/01, contendo decisões paradigma da mesma Região, não sendo, portanto, a Turma Nacional competente para apreciar o presente incidente. Deve, pois, a questão da admissibilidade ser decidida pela ilustre presidente da Turma Regional dos Juizados Especiais Federais da 4ª Região.
Pelo exposto, remetam-se os autos à Presidência da Turma Regional dos Juizados Especiais Federais da 4ª Região.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 21 de março de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº: 2007.71.52.000356-0
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: MANOEL PEREIRA SEABRA
PROC/ADV.: CARLOS BERKENBROCK E OUTRO
REQUERIDO(A): INSS
PROC/ADV.: PROCURADORIAGERAL FEDERAL

DESPACHO

Trata-se de incidente de uniformização de jurisprudência proposto por MANOEL PEREIRA SEABRA, com fundamento no artigo 14, caput e § 2º, da Lei nº 10.259/2001, em face de decisão proferida pela Primeira Turma Recursal da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul.
O incidente foi inadmitido pelo ilustre Presidente da Turma Recursal.
O suscitante, por sua vez, requereu o envio do incidente para a Turma Nacional de Uniformização.
Ocorre, contudo, que o presente pedido de uniformização foi interposto, com base no § 1º do art. 14 da Lei 10.259/01, contendo decisões paradigma da mesma Região, não sendo, portanto, a Turma Nacional competente para apreciar o presente incidente. Deve, pois, a questão da admissibilidade ser decidida pela ilustre presidente da Turma Regional dos Juizados Especiais Federais da 4ª Região.
Pelo exposto, remetam-se os autos à Presidência da Turma Regional dos Juizados Especiais Federais da 4ª Região.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 21 de março de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº: 2007.71.52.000367-5
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: GENEZIO DORNELLES POMPEU
PROC/ADV.: CARLOS BERKENBROCK E OUTRO
REQUERIDO(A): INSS
PROC/ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DESPACHO

Trata-se de incidente de uniformização de jurisprudência proposto por GENEZIO DORNELLES POMPEU, com fundamento no artigo 14, caput e § 2º, da Lei nº 10.259/2001, em face de decisão proferida pela Primeira Turma Recursal da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul.
O incidente foi inadmitido pelo ilustre Presidente da Turma Recursal.
O suscitante, por sua vez, requereu o envio do incidente para a Turma Nacional de Uniformização.
Ocorre, contudo, que o presente pedido de uniformização foi interposto, com base no § 1º do art. 14 da Lei 10.259/01, contendo decisões paradigma da mesma Região, não sendo, portanto, a Turma Nacional competente para apreciar o presente incidente. Deve, pois, a questão da admissibilidade ser decidida pela ilustre presidente da Turma Regional dos Juizados Especiais Federais da 4ª Região.
Pelo exposto, remetam-se os autos à Presidência da Turma Regional dos Juizados Especiais Federais da 4ª Região.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 21 de março de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº: 2007.71.52.000538-6
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: GESSY GOMES STEFANEL
PROC/ADV.: CARLOS BERKENBROCK E OUTRO
REQUERIDO(A): INSS
PROC/ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DESPACHO

Trata-se de incidente de uniformização de jurisprudência proposto por GESSY GOMES STEFANEL, com fundamento no artigo 14, caput e § 2º, da Lei nº 10.259/2001, em face de decisão proferida pela Primeira Turma Recursal da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul.
O incidente foi inadmitido pelo ilustre Presidente da Turma Recursal.
A suscitante, por sua vez, requereu o envio do incidente para a Turma Nacional de Uniformização.
Ocorre, contudo, que o presente pedido de uniformização foi interposto, com base no § 1º do art. 14 da Lei 10.259/01, contendo decisões paradigma da mesma Região, não sendo, portanto, a Turma Nacional competente para apreciar o presente incidente. Deve, pois, a questão da admissibilidade ser decidida pela ilustre presidente da Turma Regional dos Juizados Especiais Federais da 4ª Região.
Pelo exposto, remetam-se os autos à Presidência da Turma Regional dos Juizados Especiais Federais da 4ª Região.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 21 de março de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº: 2007.71.52.000583-0
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: LEOPOLDINA VIEIRA DA SILVA
PROC/ADV.: CARLOS BERKENBROCK
REQUERIDO(A): INSS
PROC/ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DESPACHO

Trata-se de incidente de uniformização de jurisprudência proposto por LEOPOLDINA VIEIRA DA SILVA, com fundamento no artigo 14, caput e § 2º, da Lei nº 10.259/2001, em face de decisão proferida pela Primeira Turma Recursal da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul.
O incidente foi inadmitido pelo ilustre Presidente da Turma Recursal.
A suscitante, por sua vez, requereu o envio do incidente para a Turma Nacional de Uniformização.
Ocorre, contudo, que o presente pedido de uniformização foi interposto, com base no § 1º do art. 14 da Lei 10.259/01, contendo decisões paradigma da mesma Região, não sendo, portanto, a Turma Nacional competente para apreciar o presente incidente. Deve, pois, a questão da admissibilidade ser decidida pela ilustre presidente da Turma Regional dos Juizados Especiais Federais da 4ª Região.
Pelo exposto, remetam-se os autos à Presidência da Turma Regional dos Juizados Especiais Federais da 4ª Região.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 3 de maio de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº: 2007.71.52.000597-0
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: ARGEMIRO DE MOURA LEIRIA
PROC/ADV.: CARLOS BERKENBROCK
REQUERIDO(A): INSS
PROC/ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DESPACHO

Trata-se de incidente de uniformização de jurisprudência proposto por ARGEMIRO DE MOURA LEIRIA, com fundamento no artigo 14, caput e § 2º, da Lei nº 10.259/2001, em face de decisão proferida pela Primeira Turma Recursal da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul,
O incidente foi inadmitido pelo ilustre Presidente da Turma Recursal.
O suscitante, por sua vez, requereu o envio do incidente para a Turma Nacional de Uniformização.
Ocorre, contudo, que o presente pedido de uniformização foi interposto, com base no § 1º do art. 14 da Lei 10.259/01, contendo decisões paradigma da mesma Região, não sendo, portanto, a Turma Nacional competente para apreciar o presente incidente. Deve, pois, a questão da admissibilidade ser decidida pela ilustre presidente da Turma Regional dos Juizados Especiais Federais da 4ª Região.
Pelo exposto, remetam-se os autos à Presidência da Turma Regional dos Juizados Especiais Federais da 4ª Região.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 3 de maio de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº: 2007.71.63.000823-0
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: ALDIR IVO BONAN
PROC/ADV.: CARLOS BERKENBROCK E OUTROS
REQUERIDO(A): INSS
PROC/ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DESPACHO

Trata-se de incidente de uniformização de jurisprudência dirigido à Turma Regional de Uniformização da 4ª Região e suscitado por ALDIR IVO BONAN em face de decisum da Primeira Turma Recursal da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul.
O incidente foi inadmitido pelo ilustre Presidente da Turma Recursal.
O suscitante, por sua vez, requereu o envio do incidente para a Turma Nacional de Uniformização.
Ocorre, contudo, que o presente pedido de uniformização foi interposto, com base no § 1º do art. 14 da Lei 10.259/01, contendo decisões paradigma da mesma Região, não sendo, portanto, a Turma Nacional competente para apreciar o presente incidente. Deve, pois, a

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

questão da admissibilidade ser decidida pela ilustre presidente da Turma Regional dos Juizados Especiais Federais da 4ª Região.
Pelo exposto, remetam-se os autos à Presidência da Turma Regional dos Juizados Especiais Federais da 4ª Região.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 21 de março de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº: 2007.71.64.000370-8
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: VITOR ORLANDO SOUZA
PROC/ADV.: CARLOS BERKENBROCK E OUTROS
REQUERIDO(A): INSS
PROC/ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DESPACHO

Trata-se de incidente de uniformização de jurisprudência dirigido à Turma Regional de Uniformização da 4ª Região e suscitado por VITOR ORLANDO SOUZA em face de decisum da Primeira Turma Recursal da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul.
O incidente foi inadmitido pelo ilustre Presidente da Turma Recursal.
O suscitante, por sua vez, requereu o envio do incidente para a Turma Nacional de Uniformização.
Ocorre, contudo, que o presente pedido de uniformização foi interposto, com base no § 1º do art. 14 da Lei 10.259/01, contendo decisões paradigma da mesma Região, não sendo, portanto, a Turma Nacional competente para apreciar o presente incidente. Deve, pois, a questão da admissibilidade ser decidida pela ilustre presidente da Turma Regional dos Juizados Especiais Federais da 4ª Região.
Pelo exposto, remetam-se os autos à Presidência da Turma Regional dos Juizados Especiais Federais da 4ª Região.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 21 de março de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº: 2007.71.66.000182-1
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: ATANAGILDO RODRIGUES DA SILVEIRA
PROC/ADV.: CARLOS BERKENBROCK E OUTROS
REQUERIDO(A): INSS
PROC/ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DESPACHO

Trata-se de incidente de uniformização de jurisprudência dirigido à Turma Regional de Uniformização da 4ª Região e suscitado por ATANAGILDO RODRIGUES DA SILVEIRA em face de decisum da Primeira Turma Recursal da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul.
O incidente foi inadmitido pelo ilustre Presidente da Turma Recursal.
O suscitante, por sua vez, requereu o envio do incidente para a Turma Nacional de Uniformização.
Ocorre, contudo, que o presente pedido de uniformização foi interposto, com base no § 1º do art. 14 da Lei 10.259/01, contendo decisões paradigma da mesma Região, não sendo, portanto, a Turma Nacional competente para apreciar o presente incidente. Deve, pois, a questão da admissibilidade ser decidida pela ilustre presidente da Turma Regional dos Juizados Especiais Federais da 4ª Região.
Pelo exposto, remetam-se os autos à Presidência da Turma Regional dos Juizados Especiais Federais da 4ª Região.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 21 de março de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº: 2007.71.66.000246-1
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: SIMIÃO RODRIGUES DA SILVA
PROC/ADV.: CARLOS BERKENBROCK E OUTROS
REQUERIDO(A): INSS
PROC/ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DESPACHO

Trata-se de incidente de uniformização de jurisprudência dirigido à Turma Regional de Uniformização da 4ª Região e suscitado por SIMIÃO RODRIGUES DA SILVA em face de decisum da Primeira Turma Recursal da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul.
O incidente foi inadmitido pelo ilustre Presidente da Turma Recursal.
O suscitante, por sua vez, requereu o envio do incidente para a Turma Nacional de Uniformização.
Ocorre, contudo, que o presente pedido de uniformização foi interposto, com base no § 1º do art. 14 da Lei 10.259/01, contendo decisões paradigma da mesma Região, não sendo, portanto, a Turma Nacional competente para apreciar o presente incidente. Deve, pois, a questão da admissibilidade ser decidida pela ilustre presidente da Turma Regional dos Juizados Especiais Federais da 4ª Região.
Pelo exposto, remetam-se os autos à Presidência da Turma Regional dos Juizados Especiais Federais da 4ª Região.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 21 de março de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº: 2007.71.66.000306-4
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: LOTHARIO ERNESTO BENDER
PROC/ADV.: CARLOS BERKENBROCK E OUTROS
REQUERIDO(A): INSS
PROC/ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DESPACHO

Trata-se de incidente de uniformização de jurisprudência dirigido à Turma Regional de Uniformização da 4ª Região e suscitado por LOTHARIO ERNESTO BENDER em face de decisum da Primeira Turma Recursal da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul.
O incidente foi inadmitido pelo ilustre Presidente da Turma Recursal.
O suscitante, por sua vez, requereu o envio do incidente para a Turma Nacional de Uniformização.
Ocorre, contudo, que o presente pedido de uniformização foi interposto, com base no § 1º do art. 14 da Lei 10.259/01, contendo decisões paradigma da mesma Região, não sendo, portanto, a Turma Nacional competente para apreciar o presente incidente. Deve, pois, a questão da admissibilidade ser decidida pela ilustre presidente da Turma Regional dos Juizados Especiais Federais da 4ª Região.
Pelo exposto, remetam-se os autos à Presidência da Turma Regional dos Juizados Especiais Federais da 4ª Região.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 21 de março de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº: 2007.71.69.000147-1
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: VALENCIO PEREIRA PRESTES
PROC/ADV.: CARLOS BERKENBROCK E OUTROS
REQUERIDO(A): INSS
PROC/ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DESPACHO

Trata-se de incidente de uniformização de jurisprudência dirigido à Turma Regional de Uniformização da 4ª Região e suscitado por VALENCIO PEREIRA PRESTES em face de decisum da Primeira Turma Recursal da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul.
O incidente foi inadmitido pelo ilustre Presidente da Turma Recursal.
O suscitante, por sua vez, requereu o envio do incidente para a Turma Nacional de Uniformização.
Ocorre, contudo, que o presente pedido de uniformização foi interposto, com base no § 1º do art. 14 da Lei 10.259/01, contendo decisões paradigma da mesma Região, não sendo, portanto, a Turma Nacional competente para apreciar o presente incidente. Deve, pois, a questão da admissibilidade ser decidida pela ilustre presidente da Turma Regional dos Juizados Especiais Federais da 4ª Região.
Pelo exposto, remetam-se os autos à Presidência da Turma Regional dos Juizados Especiais Federais da 4ª Região.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 21 de março de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº: 2007.71.69.000290-6
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: VITOR OLI DE OLIVEIRA GOMES
PROC/ADV.: CARLOS BERKENBROCK E OUTROS
REQUERIDO(A): INSS
PROC/ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL
ATO DESPACHO
Trata-se de incidente de uniformização de jurisprudência dirigido à Turma Regional de Uniformização da 4ª Região e suscitado por VITOR OLI DE OLIVEIRA GOMES em face de decisum da Primeira Turma Recursal da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul.
O incidente foi inadmitido pelo ilustre Presidente da Turma Recursal.
O suscitante, por sua vez, requereu o envio do incidente para a Turma Nacional de Uniformização.
Ocorre, contudo, que o presente pedido de uniformização foi interposto, com base no § 1º do art. 14 da Lei 10.259/01, contendo decisões paradigma da mesma Região, não sendo, portanto, a Turma Nacional competente para apreciar o presente incidente. Deve, pois, a questão da admissibilidade ser decidida pela ilustre presidente da Turma Regional dos Juizados Especiais Federais da 4ª Região.
Pelo exposto, remetam-se os autos à Presidência da Turma Regional dos Juizados Especiais Federais da 4ª Região.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 22 de março de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº: 2007.71.70.000738-5
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: DALTRON JOSÉ UGULINI
PROC/ADV.: CARLOS BERKENBROCK E OUTROS
REQUERIDO(A): INSS
PROC/ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DESPACHO

Trata-se de incidente de uniformização de jurisprudência dirigido à Turma Regional de Uniformização da 4ª Região e suscitado por DALTRON JOSÉ UGULINI em face de decisum da Primeira Turma Recursal da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul.
O incidente foi inadmitido pelo ilustre Presidente da Turma Recursal.
O suscitante, por sua vez, requereu o envio do incidente para a Turma Nacional de Uniformização.
Ocorre, contudo, que o presente pedido de uniformização foi interposto, com base no § 1º do art. 14 da Lei 10.259/01, contendo decisões paradigma da mesma Região, não sendo, portanto, a Turma Nacional competente para apreciar o presente incidente. Deve, pois, a questão da admissibilidade ser decidida pela ilustre presidente da Turma Regional dos Juizados Especiais Federais da 4ª Região.
Pelo exposto, remetam-se os autos à Presidência da Turma Regional dos Juizados Especiais Federais da 4ª Região.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 22 de março de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº: 2008.51.51.033993-9
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
REQUERENTE: LUIZ ROBERTO CHARNAUX SERTA
PROC./ADV.: JOSÉ TANNER PEREZ
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DESPACHO

A matéria em debate encontra-se por mim sobrestada, conforme decidido no Pedido de Uniformização de n.º 2009.51.51.013281-0/RJ.
Assim, sobresto os presentes autos até o julgamento do RE 626.489 pelo Supremo Tribunal Federal.
Após o trânsito em julgado do citado extraordinário, subam conclusos novamente os autos.
Cumpra-se.
Brasília, 12 de abril de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº: 2008.51.51.043171-6
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
REQUERENTE: SHIRLEY FERREIRA DA SILVA
PROC./ADV.: LEONORA CRISTINA DOS SANTOS CORRÊA NETTO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DESPACHO

A matéria em debate encontra-se por mim sobrestada, conforme decidido no Pedido de Uniformização de n.º 2009.51.51.066212-3. Assim, sobresto os presentes autos até o julgamento do citado pedido de uniformização.
Após o trânsito em julgado, subam conclusos novamente os autos.
Cumpra-se.
Brasília, 13 de abril de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº: 2008.51.57.001728-0
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): JOSÉ EDUARDO MARTINS DA MOTTA
PROC./ADV.: PAULO JOSÉ EYER CARVALHO

DESPACHO

Trata-se de incidente de uniformização de jurisprudência suscitado pelo INSS, com fulcro no art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/01, em face de decisão da Turma Recursal da Seção Judiciária do Ceará, a qual deu provimento a pedido de revisão de benefício previdenciário, nos termos do artigo 29, § 5º da Lei 8.213/91.
Alega o suscitante que a decisão combatida diverge da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, segundo a qual para a fixação da renda mensal inicial da aposentadoria por invalidez precedida de auxílio-doença deve-se apurar o salário-de-benefício com base no artigo 36, § 7º, do Decreto nº 3.048/99.
Verificando que a matéria relativa a legislação a ser aplicada no cálculo da renda inicial de aposentadoria por invalidez precedida de auxílio-doença vem sendo apreciada pelo Superior Tribunal de Justiça nos termos do rito previsto no art. 543-C do Código de Processo Civil (processo demonstrativo da controvérsia o REsp nº 583.834/SC), determino o sobrestamento do presente incidente, em conformidade com o previsto no artigo 7º, VIII, in fine, do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização.
Oficie-se às Coordenadorias dos Juizados Especiais Federais e aos Presidentes das Turmas Recursais.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 12 de abril de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº: 0500006-02.2006.4.05.8103
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: INSS
PROC/ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): MARIA JOSÉ DA SILVA
PROC/ADV.: RAIMUNDO NONATO ARAÚJO E OUTROS

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

DESPACHO

Verifica-se que o presente pedido de uniformização foi remetido à Turma Nacional de Uniformização sem que a sentença, proferida oralmente e que foi reformada pela Turma Recursal, tivesse sido degravada, conforme exige a Questão de Ordem nº 21/TNU.
Assim sendo, determino a devolução dos autos à Turma Recursal de origem a fim de que proceda à referida degravação.
Cumpra-se.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 18 de abril de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO N°: 0500906-82.2006.4.05.8103
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: TERESA PEREIRA ALVES
PROC/ADV.: MÁRCIA SALES LEITE SILVEIRA
REQUERIDO (A): INSS
PROC/ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DESPACHO

Verifica-se que o presente pedido de uniformização foi remetido à Turma Nacional de Uniformização sem que a sentença fosse devidamente degravada, conforme exige a Questão de Ordem nº 21/TNU.
Assim sendo, determino a devolução dos autos à Turma Recursal de origem a fim de que proceda à referida degravação.
Cumpra-se.
Brasília, 05 de maio de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº: 0500966-81.2008.4.05.8201
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DA PARAÍBA
REQUERENTE: JOSÉ LUIZ DO NASCIMENTO
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INÁCIO DA SILVA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DESPACHO

A matéria em debate encontra-se por mim sobrestada, conforme decidido no Pedido de Uniformização de nº 0504108-62.2009.4.05.8200/PB. Assim, sobresto os presentes autos até o julgamento do referido PU pela Turma Nacional de Uniformização.
Após o trânsito em julgado do citado pedido, subam conclusos novamente os autos.
Cumpra-se.
Brasília, 12 de abril de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº: 0502794-86.2006.4.05.8103
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: MANOEL EDMUNDO TELES
PROC./ADV.: MARIA ANDIARA GOMES IZIDÓRIO E OUTROS
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DESPACHO

Verifica-se que o presente pedido de uniformização foi remetido à Turma Nacional de Uniformização sem que o voto condutor do acórdão fosse devidamente degravado, conforme exige a Questão de Ordem nº 21/TNU.
Assim sendo, determino a devolução dos autos à Turma Recursal de origem a fim de que proceda à referida degravação.
Cumpra-se.
Brasília, 25 de abril de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº: 0518439-92.2008.4.05.8100
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: MARIA BARROSO VIANA
PROC./ADV.: ALCIDES PORTO BENEVIDES
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DESPACHO

Trata-se de incidente de uniformização de jurisprudência suscitado por MARIA BARROSO VIANA, com fundamento no artigo 14, caput e § 2º, da Lei nº 10.259/2001, em face de decisão proferida por Turma Recursal da Seção Judiciária do Ceará, a qual restou assim redigida:
A condição legal de trabalhador(a) rural, apta a conferir o direito à percepção do benefício de Aposentadoria por Idade, depende de um conjunto harmônico de provas em que haja, no mínimo, um início de documentos consistentes, o qual, adicionado à prova testemunhal compatível e não contraditória com os documentos trazidos, demonstre que a parte autora, durante o período de carência, detinha a condição de segurado(a) especial.
Esta soma de requisitos não se perfez na espécie, além de não ser possível a comprovação do exercício da atividade rural através de prova exclusivamente testemunhal (Súmula 149/STJ).
No caso em apreço, verifica-se que os documentos acostados aos autos não estão em conformidade com o que exige a legislação previdenciária, não se prestando a demonstrar o desempenho da atividade rural no período exigido em lei, sobretudo por serem documentos expedidos em nome de terceiros e resultantes de declarações unilaterais ou de mera adesão da parte ou, ainda, expedidos fora do período de carência ou na iminência da propositura do pleito, sendo, portanto, imprestáveis para o fim a que se destinam. Acrescente-se, ainda, que deve ser considerada a contraprova eventualmente trazida pelo Órgão Previdenciário (CNIS, INFBEN), que pode descaracterizar o acervo de documentos considerado válido.
De imediato, já é possível relevar ser o acórdão hostilizado genérico e impreciso, não trazendo fundamentos que permitam se concluir tenha sido reexaminada e revalorada a documentação probatória. Aliás, ao apreciar incidente cujo acórdão tinha teor idêntico ao dos autos vertentes (PU n. 2005.81.10.015769-0), reconheceu a Turma Nacional de Uniformização a sua nulidade, ante a falta de fundamentação adequada
Neste contexto, convém relevar também o julgamento do PU n. 2003.81.10.027644-9, oriundo da Seção Judiciária do Ceará, pela Turma Nacional de Uniformização, em que se anulou o acórdão proferido pela Turma Recursal tendo em vista que "a adoção de premissas não afasta o dever de análise concreta de cada prova potencialmente relevante para a formação do convencimento do julgador, de forma a viabilizar o verdadeiro exercício da defesa do sucumbente, na qual está compreendida a faculdade de impugnação recursal da decisão".
Assim sendo, tendo em vista que a Turma Nacional, em casos tais, tem anulado de ofício o acórdão recorrido determino, desde logo, seja o processo devolvido à Turma de origem, para fins de realização de novo julgamento, com a devida apreciação das provas juntadas aos autos e a exteriorização da fundamentação pertinente (CF, art. 93, inc. X e 5º, inc. LV), em homenagem aos princípios da economia e da celeridade processual.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 9 de maio de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO N°: 0521242-48.2008.4.05.8100
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: ANTONIO NUNES DA SILVA
PROC/ADV.: ALCIDES PORTO BENEVIDES
REQUERIDO (A): INSS
PROC/ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DESPACHO

Verifica-se que o presente pedido de uniformização foi remetido à Turma Nacional de Uniformização sem que a sentença fosse devidamente degravada, conforme exige a Questão de Ordem nº 21/TNU.
Assim sendo, determino a devolução dos autos à Turma Recursal de origem a fim de que proceda à referida degravação.
Cumpra-se.
Brasília, 09 de maio de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO N°: 0521271-98.2008.4.05.8100
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: MARIA DE LOURDES ARAUJO RODRIGUES
PROC/ADV.: ALCIDES PORTO BENEVIDES
REQUERIDO (A): INSS
PROC/ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DESPACHO

Verifica-se que o presente pedido de uniformização foi remetido à Turma Nacional de Uniformização sem que a sentença fosse devidamente degravada, conforme exige a Questão de Ordem nº 21/TNU.
Assim sendo, determino a devolução dos autos à Turma Recursal de origem a fim de que proceda à referida degravação.
Cumpra-se.
Brasília, 09 de maio de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO N°: 0521286-67.2008.4.05.8100
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: JOSÉ PROCÓPIO DE FREITAS
PROC/ADV.: ALCIDES PORTO BENEVIDES
REQUERIDO (A): INSS
PROC/ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DESPACHO

Verifica-se que o presente pedido de uniformização foi remetido à Turma Nacional de Uniformização sem que a sentença fosse devidamente degravada, conforme exige a Questão de Ordem nº 21/TNU.
Assim sendo, determino a devolução dos autos à Turma Recursal de origem a fim de que proceda à referida degravação.
Cumpra-se.
Brasília, 09 de maio de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO
CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO

ATO Nº 131, DE 21 DE JUNHO DE 2011

Abre ao Orçamento da Justiça do Trabalho, em favor do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região, crédito suplementar no valor global de R$ 190.000,00 para reforço de dotação constante da Lei Orçamentária vigente.

O PRESIDENTE DO CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO, no uso de suas atribuições regimentais,

Considerando os termos do art. 57 da Lei n.º 12.309/10, de 9 de agosto de 2010 c/c com o art. 4º da Lei n.º 12.381, de 9 de fevereiro de 2011, assim como as disposições contidas na Portaria SOF/MP n.º 6, de 28 de fevereiro de 2011, e no Ato Conjunto TST/CSJT nº 4, de 11 de março de 2011, resolve:

Art. 1º Fica aberto ao Orçamento da Justiça do Trabalho, em favor do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região, crédito suplementar, tipo 407 com compensação, no valor global de R$ 190.000,00 para atender às programações constantes do Anexo I deste Ato.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no art. 1º decorrerão da anulação parcial de dotações orçamentárias, até o limite autorizado na Lei Orçamentária Anual, conforme indicado no Anexo II deste Ato.

Art. 3º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Min. JOÃO ORESTE DALAZEN

ANEXOS

Órgão: 15000 - Justiça do Trabalho

Unidade: 15104 - Tribunal Regional do Trabalho da 3a. Região - Minas Gerais

ANEXO I — Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista							190.000

		PROJETOS								
02 122	0571 7Q67	Aquisição do Edifício Anexo do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região em Belo Horizonte - MG								190.000
02 122	0571 7Q67 0056	Aquisição do Edifício Anexo do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região em Belo Horizonte - MG - No Município de Belo Horizonte - MG								190.000
			F	5	2	90	0	100		190.000
TOTAL - FISCAL										190.000
TOTAL - SEGURIDADE										0
TOTAL - GERAL										190.000

Órgão: 15000 - Justiça do Trabalho

Unidade: 15104 - Tribunal Regional do Trabalho da 3a. Região - Minas Gerais

ANEXO II Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista							190.000
		ATIVIDADES							
02 061	0571 4256	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho							190.000
02 061	0571 4256 0001	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - Nacional							190.000
			F	3	2	90	0	100	190.000
TOTAL - FISCAL									190.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									190.000

SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR
SECRETARIA

PORTARIA Nº 331, DE 22 DE JUNHO DE 2011

O DIRETOR-GERAL DA SECRETARIA DO SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 42, § 1o, inciso XXIV, do Regulamento da Secretaria do STM, aprovado pela Resolução no 176, de 22 de setembro de 2010, e tendo em vista o contido no Ofício-Circular nº 13/SEAFI/SOF/MP, de 15 de junho de 2011, resolve:

PUBLICAR as tabelas anexas, referentes aos cargos efetivos, cargos em comissão e funções comissionadas integrantes da Justiça Militar da União, em cumprimento ao disposto no artigo 77, § 1o da Lei no 12.309, de 09 de agosto de 2010.

Carreira / Classe/Padrão			Quantidade de Cargos												
			Providos						Vago			Total			
			Estáveis			Não-Estáveis									
			2010	2011	%	2010	2011	%	2010	2011	%	2010	2011	%	
ANALISTA JUDICIÁRIO	C	15	148	134	-9,45	—	—	—	—	—	—	148	134	-9,45	
		14	0	0	—	—	—	—	—	—	—	0	0	—	
		13	0	0	—	—	—	—	—	—	—	0	0	—	
		12	0	0	—	—	—	—	—	—	—	0	0	—	
		11	0	0	—	—	—	—	—	—	—	0	0	—	
	B	10	0	5	—	—	—	—	—	—	—	0	5	—	
		9	5	6	20	—	—	—	—	—	—	5	6	20	
		8	5	2	-60	—	—	—	—	—	—	5	2	-60	
		7	4	10	150	—	—	—	—	—	—	4	10	150	
		6	5	11	120	—	—	—	—	—	—	5	11	120	
	A	5	15	4	-73,33	—	—	—	—	—	—	15	4	-73,33	
		4	2	2	—	—	—	—	—	—	—	2	2	—	
		3	3	2	-33,33	—	—	—	—	—	—	3	2	-33,33	
		2	—	—	—	5	2	-60	—	—	—	5	2	-60	
		1	—	—	—	2	3	50	0	134	—	2	137	6750	
TÉCNICO JUDICIÁRIO	C	15	357	328	-8,12	—	—	—	—	—	—	357	328	-8,12	
		14	0	0	—	—	—	—	—	—	—	0	0	—	
		13	0	0	—	—	—	—	—	—	—	0	0	—	
		12	0	0	—	—	—	—	—	—	—	0	0	—	
		11	0	0	—	—	—	—	—	—	—	0	0	—	
	B	10	0	2	—	—	—	—	—	—	—	0	2	—	
		9	1	12	1100	—	—	—	—	—	—	1	12	1100	
		8	13	3	-76,9	—	—	—	—	—	—	13	3	-76,9	
		7	4	22	450	—	—	—	—	—	—	4	22	450	
		6	19	31	63,15	—	—	—	—	—	—	19	31	63,15	
	A	5	37	13	-64,86	—	—	—	—	—	—	37	13	-64,86	
		4	10	0	—	—	—	—	—	—	—	10	0	—	
		3	4	6	50	—	—	—	—	—	—	4	6	50	
		2	—	—	—	15	9	-40	—	—	—	15	9	-40	
		1	—	—	—	8	9	12,5	4	43	975	12	52	333,33	
AUXILIAR JUDICIÁRIO	C	15	0	0	—	—	—	—	—	—	—	0	0	—	
		14	0	0	—	—	—	—	—	—	—	0	0	—	
		13	0	0	—	—	—	—	—	—	—	0	0	—	
		12	0	0	—	—	—	—	—	—	—	0	0	—	
		11	0	0	—	—	—	—	—	—	—	0	0	—	
	B	10	0	0	—	—	—	—	—	—	—	0	0	—	
		9	0	0	—	—	—	—	—	—	—	0	0	—	
		8	0	0	—	—	—	—	—	—	—	0	0	—	
		7	0	0	—	—	—	—	—	—	—	0	0	—	
		6	0	0	—	—	—	—	—	—	—	0	0	—	
	A	5	0	0	—	—	—	—	—	—	—	0	0	—	
		4	0	0	—	—	—	—	—	—	—	0	0	—	
		3	0	0	—	—	—	—	—	—	—	0	0	—	
		2	0	0	—	—	—	—	—	—	—	0	0	—	
		1	0	0	—	—	—	—	13	13	0	13	13	—	
Total			632	616	-2,53	30	23	-23,33	17	190	1017,64	679	806	18,7	

Cargo/ Função	Com Vínculo Efetivo						Sem Vínculo Efetivo			Vago			Total		
	Optante		Var. %	Não-Optante		Var. %	2010	2011	Var. %	2010	2011	Var. %	2010	2011	Var. %
	2010	2011		2010	2011										
CJ-04	1	1	—	0	0	—	0	0	—	0	0	—	1	1	—
CJ-03	26	29	11,5	0	0	—	35	35	—	0	1	—	61	64	4,91

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

CJ-02	4	4	—	0	0	—	1	1	—	0	0	—	5	5	—
CJ-01	11	20	81,8	0	0	—	2	2	—	0	0	—	13	22	69,23
FC-06	1	1	—	0	0	—	9	9	—	0	0	—	10	10	—
FC-05	92	104	13,04	0	0	—	—	—	—	0	2	—	92	106	15,21
FC-04	46	46	—	0	0	—	—	—	—	0	0	—	46	46	—
FC-03	30	33	10	1	0	—	—	—	—	6	3	-50	36	36	—
FC-02	74	87	17,56	0	0	—	—	—	—	3	7	133,33	77	94	22,07
FC-01	17	23	35,29	0	0	—	—	—	—	0	2	—	17	25	47,05
TOTAL	302	348	15,23	1	0	—	47	47	—	9	15	66,66	358	409	14,24

MOISÉS FRANCISCO DE SOUSA

Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais

CONSELHO FEDERAL DE CORRETORES DE IMÓVEIS

RESOLUÇÃO Nº 1.213, DE 15 DE JUNHO DE 2011

Modifica a sede da Sub-Região do Cariri, criada com a Resolução-Cofeci nº 107/80, com subordinação ao CRECI 15ª Região/CE.

O CONSELHO FEDERAL DE CORRETORES DE IMÓVEIS-COFECI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 16, incisos IV e XVII, da Lei n° 6. 530, de 12 de maio de 1978, c/c o inciso IV, do Art. 4º, do Regimento do Cofeci, aprovado com a Resolução nº 1.126/2009, CONSIDERANDO a exposição de motivos apresentada pela Presidência do Creci 15ª Região/CE, objeto do Ofício-Creci nº 072/2011, de 04 de maio de 2011, CONSIDERANDO a decisão adotada pelo E. Plenário, na Sessão realizada no dia 10 de junho de 2011; resolve:

Art. 1º - MODIFICAR, a partir desta data, a sede da Sub-Região do CARIRI, com subordinação ao Conselho Regional de Corretores de Imóveis-CRECI 15ª Região/CE, para a cidade de JUAZEIRO DO NORTE, com jurisdição em toda zona sul do Estado do Ceará.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor nesta data, revogadas as disposições em contrário. Brasília (DF), 22 de junho de 2011.

JOÃO TEODORO DA SILVA
Presidente do Conselho

EDECIO NOGUEIRA CORDEIRO
Diretor Secretário

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA

RESOLUÇÃO Nº 14, DE DE 20 DE JUNHO DE 2011

Dispõe sobre a inclusão do nome social no campo "observação" da Carteira de Identidade Profissional do Psicólogo e dá outras providências.

O CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, no uso de suas atribuições legais e regimentais, que lhe são conferidas pela Lei n° 5.766, de 20/12/1971;

CONSIDERANDO o direito à cidadania e o princípio da dignidade da pessoa humana, previstos no artigo 1º, incisos I e III da Constituição Federal de 1988;

CONSIDERANDO o direito à igualdade de todos os cidadãos perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, previsto no artigo 5º da Constituição Federal de 1988;

CONSIDERANDO o disposto na Lei n.º 6.206/75, a qual dá valor de documento de identidade às carteiras expedidas pelos órgãos fiscalizadores de exercício profissional;

CONSIDERANDO que nos termos do artigo 14 da Lei n.º 5.766/71 e do artigo 47 do Decreto n.º 79.822/77 e artigo 47 da Resolução CFP n.º 003/2007, o documento de identificação do psicólogo é a Carteira de Identidade Profissional;

CONSIDERANDO que o artigo 47 do Decreto n.º 79.822/77 estabelece que, deferida a inscrição, será fornecida ao Psicólogo a Carteira de Identidade Profissional, na qual serão feitas anotações relativas à atividade do portador, e

CONSIDERANDO decisão do Plenário do Conselho Federal de Psicologia do dia 17 de junho de 2011, resolve:

Art. 1º - Assegurar às pessoas transexuais e travestis o direito à escolha de tratamento nominal a ser inserido no campo "observação" da Carteira de Identidade Profissional do Psicólogo, por meio da indicação do nome social.

Art. 2º - A pessoa interessada solicitará, por escrito, ao Conselho Regional de Psicologia, a inclusão do prenome que corresponda à forma pela qual se reconheça e é identificada, reconhecida e denominada por sua comunidade e em sua inserção social.

Art. 3º - Fica permitida a assinatura nos documentos resultantes do trabalho da(o) psicóloga(o) ou nos instrumentos de sua divulgação o uso do nome social, juntamente com o nome e o número de registro do profissional.

Art. 4º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

HUMBERTO COTA VERONA
Conselheiro - Presidente

MUSEU DA IMPRENSA

Uma viagem no tempo, registrando a informação oficial



SIG, Quadra 6, Lote 800, Brasília - DF, CEP 70610-460, fone: (0 XX 61)3441 9618

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL



ENVIO ELETRÔNICO DE MATÉRIAS

Ao enviar matéria eletronicamente para publicação nos Jornais Oficiais, certifique-se de que os arquivos estejam *livres de vírus.*
Sua matéria pode ser rejeitada, caso seja constatado algum tipo de contaminação.
Novos tipos de vírus aparecem diariamente, causando transtornos e prejuízos para os usuários de computadores. Portanto, cuidado, seja prudente!
Atualize seu software antivírus **com freqüência, para evitar sua defasagem e ineficácia na eliminação de novos vírus que venham a surgir.**

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012011062400206

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

VOCÊ SABIA QUE...



Réplica da nau Medusa, que está em exposição no Museu da Imprensa.

...os primeiros prelos da Impressão Régia vieram nos porões da nau Medusa, quando da transferência da Corte Portuguesa para o Brasil, trazendo à colônia inestimáveis benefícios, dentre os quais, a criação de uma Imprensa Oficial?

SIG, Quadra 6, Lote 800,
Brasília - DF
CEP 70610-460

www.in.gov.br
ouvidoria@in.gov.br

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012011062400207

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.



Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012011062400208

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.